

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**MONTE DOS CASTELINHOS E AS DINÂMICAS DA CONQUISTA
ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO**

Volume 1

JOÃO PIMENTA

Tese orientada pelo Professor Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
em Arqueologia e Pré-história

2022

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS**



**MONTE DOS CASTELINHOS E AS DINÂMICAS DA CONQUISTA ROMANA DA
PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO**

João Pimenta

Orientador: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia e Pré-história

Júri:

Presidente do júri: Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado com Agregação e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Membros do júri:

Doutor Fernando Quesada Sanz, Professor Catedrático da Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid (1.º Arguente).

Doutor Ángel Morillo Cerdán, Professor Catedrático da Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid (2.º Arguente).

Doutora Ana Margarida Costa Arruda dos Santos Gonçalves, Investigadora Principal com Agregação do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ (Vogal).

Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal).

Doutora Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Letras (Vogal).

Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Orientador).

2022

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

À Patrícia, ao Diogo e ao Miguel

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Mas hoje, dos segredos do rio ele via apenas um, um segredo que enchia a sua alma: aquela água corria continuamente, corria sempre mas estava sempre ali, para todo o sempre a mesma e, no entanto, a cada momento nova! Ah, quem isto compreendesse!

Siddhartha, Herman Hesse, p. 87.

Os flagelos, com efeito, são uma coisa comum, mas acredita-se dificilmente neles quando nos caem sobre a cabeça. Houve no mundo tantas pestes como guerras. E, contudo, as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas igualmente desprevenidas.

A Peste, Albert Camus, p. 39.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

ÍNDICE

VOLUME 1

Resumo	9
Abstract	10
Agradecimentos	11

I PARTE

SPATIUM ET TEMPUS

1. APRESENTAÇÃO	15
2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO	19
2.1. A ÁREA DO RIO GRANDE DA PIPA	24
3. <i>TAGUS FLUMEN</i> - COMO EIXO DE PENETRAÇÃO	24
4. HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO	29
5. A PENÍNSULA DE LISBOA E O BAIXO TEJO NAS VÉSPERAS DA CONQUISTA	34
6. A CONQUISTA MILITAR ROMANA: MODELOS DE ESTUDO	45

II PARTE

MONTE DOS CASTELINHOS

1. O SÍTIO DO PONTO DE VISTA GEOLÓGICO E SUA IMPLANTAÇÃO	52
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	58
3. O PROJECTO MOCRATE	60
4. SEQUÊNCIAS ESTRATIGRÁFICAS	65
5. GEOFÍSICA – PRIMEIRAS LEITURAS	99
6. FASEAMENTO	104

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

7. A ARQUITETURA	113
8. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS: QUESTÕES PRÉVIAS, LIMITAÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS	149
8.1. AS CERÂMICAS FINAS DE MESA	152
8.1.1. A CERÂMICA DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO	154
8.1.2. AS IMITAÇÕES EM PASTA CINZENTA DAS FORMAS DE CERÂMICA DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO (VNI)	161
8.1.3. CERÂMICA TIPO KUASS	171
8.1.4. PAREDES FINAS	178
8.1.5. UNGUENTÁRIOS	197
8.2. LUCERNAS	200
8.3. AS ÂNFORAS	217
8.4. A CERÂMICA COMUM	274
8.4.1. A CERÂMICA COMUM DE PRODUÇÃO LOCAL OU REGIONAL	279
8.4.2. A CERÂMICA COMUM NÃO REGIONAL	353
8.4.2.1. A CERÂMICA COMUM ITÁLICA	353
8.4.2.2. A CERÂMICA COMUM DA <i>ULTERIOR</i>/BÉTICA	358
8.5. PRODUÇÕES CERÂMICAS SUBSIDIÁRIAS DE OUTRAS ACTIVIDADES	409
8.5.1. COSSOIROS	409
8.5.2. PESOS DE TEAR – <i>PONDERA</i>	412
8.5.3. PESOS DE REDE	420
8.5.4. MARCAS DE JOGO	420
8.6. OS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CERÂMICOS	421
8.7. ARTEFACTOS LÍTICOS	427
8.7.1. MOINHOS ROTATIVOS – <i>MOLAE MANUARIAE</i>	427
8.7.2. BALAS DE PEDRA	430

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

8.8. ARTEFACTOS EM VIDRO	432
8.9. ARTEFACTOS EM OSSO	433
8.10. ARTEFACTOS METÁLICOS	435
8.10.1. AS ARMAS E A <i>MILITARIA</i>	440
8.10.2. UTILITÁRIOS AGRO-FLORESTAIS	498
8.10.3. UTILITÁRIOS DOMÉSTICOS	499
8.10.4. UTILITÁRIOS DE CARPINTARIA	500
8.10.5. UTILITÁRIOS DE COMÉRCIO	502
8.10.6. UTILITÁRIOS DE ESCRITA	505
8.10.7. INSTRUMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS	506
8.10.8. BAIXELA METÁLICA	509
8.10.9. OBJECTOS DE ADORNO	515
8.10.10. OBJECTOS INDETERMINADOS	516
8.10.11. COMENTÁRIO FINAL: ARTEFACTOS METÁLICOS	518
8.11. O CONJUNTO NUMISMÁTICO	520
8.12. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FAUNAS	532
9. A OCUPAÇÃO ROMANA REPUBLICANA DE MONTE DOS CASTELINHOS	536

III PARTE

DINÂMICAS DE POVOAMENTO

1. A LEITURA POSSÍVEL SOBRE OS DADOS DISPONÍVEIS	548
2. EM TORNO DO MONTE DOS CASTELINHOS	549
3. <i>OLISIPO</i> E A FOZ DO TEJO	589
4. PENÍNSULA DE SETÚBAL	613
5. ENTRE A <i>MÓRON</i> ESTRABONIANA E <i>SCALLABIS PRAESIDIUM IULIUM</i>	632

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

6. O INTERIOR DA PENÍNSULA DE LISBOA	664

IV PARTE

A CONQUISTA ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO. UMA LEITURA DE CONJUNTO	684

1. O VALE DO TEJO NO SÉCULO II a.C.	687

2. O PERÍODO SERTORIANO	697

3. O VALE DO TEJO NO SÉCULO I a.C. NOVAS CENTRALIDADES	703

4. A CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DA LUSITÂNIA E O NOVO DESENHO TERRITORIAL	715

5. MONTE DOS CASTELINHOS UMA FUNDAÇÃO <i>EX NIHILO</i>	721

6. O PAPEL DESEMPENHADO PELO VALE DO TEJO NAS DINÂMICAS DE CONQUISTA ROMANA DA <i>ULTERIOR</i> LUSITÂNIA	735

BIBLIOGRAFIA	746

VOLUME 2

ANEXO 1 – REGISTOS DE ESCAVAÇÃO MONTE DOS CASTELINHOS	894

ANEXO 2 – FOTOGRAFIAS DE ESCAVAÇÃO MONTE DOS CASTELINHOS	958

ANEXO 3 – ESTAMPAS MATERIAL ARQUEOLÓGICO DOS CONTEXTOS ROMANO REPUBLICANOS DE MONTE DOS CASTELINHOS	989

ANEXO 4 – ESTAMPAS MATERIAL ARQUEOLÓGICO DINÂMICAS DE POVOAMENTO	1155

ANEXO 5 – BASES DE DADOS MATERIAL ARQUEOLÓGICO DE MONTE DOS CASTELINHOS	1196

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

RESUMO:

Palavras-chave: *Roma, Conquista, Vale do Tejo, Povoamento, Cerâmicas, Metais.*

O presente trabalho tem como objetivo a análise das dinâmicas de continuidades e ruturas, identidades e influências exógenas, entre o mundo indígena pré-romano que povoou a Estremadura portuguesa na segunda metade do primeiro milénio a.C. e o decorrer do processo da sua conquista militar e integração na sociedade provincial romana.

As escavações que efetuei em Monte dos Castelinhos (2008-2018), Vila Franca de Xira forneceram uma base documental que sustenta uma leitura consolidada das suas arquiteturas, faseamento e cultura material. Tendo em conta o volume e qualidade de dados obtidos, pretende-se apresentar num primeiro nível uma perspetiva monográfica do sítio, centrando a nossa análise no baixo Tejo e em concreto na bacia do Rio Grande da Pipa, onde este se insere.

Porém, tendo em conta a perceção das dinâmicas de povoamento, a um nível mais geral, foi necessário contextualizar o sítio e sua ocupação, ao nível da zona da Estremadura. Delimita-se assim, a área de estudo, a Sul pela foz do rio Sado e a Serra da Arrábida, a Este pela margem esquerda do Tejo, a Norte pela bacia do rio Alviela, pelas Serras dos Candeeiros, pela antiga área da lagoa de Óbidos e a Oeste pela costa atlântica. Tendo presente, o quadro de indagações do trabalho em epígrafe pretendeu-se investir numa visão de conjunto e, assim rever a totalidade da informação disponível, desencadeando-se o estudo de muitas destas estações, seus registos e espólios.

O rio Tejo marca com o acidente geográfico da sua foz a geografia da fachada atlântica, quebrando a sua continuidade. As características singulares do seu estuário pautado por um verdadeiro mar interior, deram origem a um dos raros portos de abrigo para a navegação, bem como, graças ao seu prolongado estuário, a uma via de penetração navegável da maior importância para territórios francamente interiores. Estas características rapidamente intuídas pelos navegadores mediterrânicos fizeram com que este espaço assumisse desde os primeiros momentos do processo de conquista da *Hispania* um papel fulcral e estruturante.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ABSTRACT:

Key Words: *Rome, Conquest, Tagus Valley, Population Dynamics, Ceramics, Metals.*

This work aims to analyze the dynamics of continuities and ruptures, identities and exogenous influences, between the pre-Roman indigenous world that populated Portuguese Extremadura in the second half of the first millennium BC and the course of its military conquest and integration process in the Roman provincial society.

The excavations I carried out in Monte dos Castelinhos (2008-2018), Vila Franca de Xira provided a documental base that supports a consolidated reading of its architecture, phasing and material culture. Considering the volume and quality of data obtained, we intend to present, at a first level, a monographic perspective of the site focusing our analysis on the lower Tagus and specifically on the Rio Grande da Pipa basin where it is located.

However, considering the perception of population dynamics at a more general level it was necessary to contextualize the site and its occupation in terms of the Extremadura zone. Thus, the study area is delimited, to the south by the mouth of the river Sado and the Serra da Arrábida, to the east by the left bank of the Tagus, to the north by the basin of the river Alviela, by the Serras dos Candeeiros, and the area of the lagoon of Óbidos, and west along the Atlantic coast. Bearing in mind, the framework of questions in the above work, the intention was to invest in an overall view and, thus review all the information available, triggering the study of many of these stations, their records and assets.

The Tagus River, with the geographic accident of its mouth marks the geography of the Atlantic coast, breaking its continuity. The unique characteristics of its estuary, marked by a true inland sea, gave rise to one of the rare safe harbors for navigation, as well as, thanks to its long estuary, a navigable penetration route of great importance for clearly inland territories. These characteristics were quickly intuited by Mediterranean navigators made this space take over since the first moments of the process of conquest of Hispania, a relevant and structuring role.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

AGRADECIMENTOS:

A realização deste trabalho contou com relevantes incitamentos ao longo do seu sinuoso percurso, sem os quais, não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grato.

Em primeiro lugar ao Professor Doutor Carlos Fabião, meu estimado Mestre, que desde o primeiro momento aceitou timonar a ideia desta dissertação. Pela sua ponderada orientação, continuo apoio, firme disponibilidade, doura e reconhecida sapiência, pelas apuradas opiniões e acima de tudo pela liberdade criativa que me facultou, associada ao seu sentido crítico... um Obrigado.

Ao meu colega e Amigo Henrique Mendes, com quem coordenei as escavações do nosso Monte dos Castelinhos ao longo de mais de uma década. Juntos enfrentámos dificuldades, a dureza das intempéries e muitas vezes a incompreensão, com a força e tenacidade que lhe é reconhecida prevalecemos na investigação. Com ele calcorreei, prospetei e fotografei um Ribatejo, para mim desconhecido, este trabalho muito lhe deve e às nossas perenes descobertas.

À Dra. Maria Luísa Freire Moreira Dias e ao seu irmão Dr. Paulo Freire Moreira, proprietários da Quinta da Marquesa onde se insere Monte dos Castelinhos. Ficaremos para sempre devedores do seu apoio e curiosidade intelectual na autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos. Sem essa premissa, este projeto nunca teria sido possível.

À Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas pessoas da sua Ex. Presidente Maria da Luz Rosinha, que acreditou em 2006 em dois jovens com um sonho e uma visão, onde outros só viam inércia. Ao Presidente Alberto Mesquita, que de 2013 a 2018 permitiu e apoiou a realização dos trabalhos arqueológicos. Ao atual Presidente Dr. Fernando Paulo Ferreira, homem de Cultura, que desde cedo enquanto vereador e vice-Presidente esteve sempre do lado da produção de conhecimento promovendo a ciência em meio autárquico. Uma palavra de agradecimento particular é devida ao atual Diretor do Departamento de Cultura, Dr. Alexandre Sargento, sem a sua compreensão e real patrocínio não teria sido possível atingir este objetivo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Para o desiderato desta dissertação foi necessário visitar e trabalhar em diversas instituições museológicas de Norte a Sul do país, revendo sítios, coleções e registos. Em todas encontrei um sólido apoio, quer nas instituições, quer nas equipas, tendo este trabalho sido enriquecido com essa salutar experiência.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, na figura do seu Diretor Dr. António Carvalho, da Sr.^a Luísa Guerreiro e restantes funcionários, pelas facilidades concedidas no acesso, manuseamento e estudo das coleções. Ao Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, na pessoa da sua Conservadora Dr.^a Rita Gaspar. Ao Museu Municipal Leonel Trindade, em particular à sua Conservadora Dr.^a Isabel Luna. Ao Museu do Cadaval, pela disponibilidade dos espólios do Castro de Pragança, especificamente à Dr.^a Carla Martins. Ao gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Rio Maior, ao seu coordenador Dr. Carlos Pereira pelas facilidades concedidas para o estudo dos espólios do Castro de São Martinho. Ao Museu da Casa dos Patudos, Alpiarça e ao seu Diretor Dr. Nuno Prates pelo acesso ao seu rico acervo de coleções de Arqueologia. Ao Museu Municipal de Almeirim e Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim, onde pude sempre contar com o apoio do Professor Eurico Henriques. Ao Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas, nas pessoas do Professor José Cardim Ribeiro e Dr. Alexandre Gonçalves. Ao Centro de Arqueologia de Almada pela permissão para a análise dos materiais provenientes de Chões de Alpompe aí depositados. Ao Museu de Arqueologia da Assembleia Distrital de Setúbal – MAEDS, onde pude estudar o conjunto de ânforas das diversas campanhas arqueológicas do Castro de Chibanes, agradeço o salutar ambiente aí vivido, nas pessoas da Dr.^a Joaquina Soares e do Dr. Carlos Tavares da Silva.

A par das instituições museológicas, uma merecida referência é devida à UNIARQ, Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, instituição que acolheu este trabalho. Tenho que destacar ao longo dos anos o apoio, amizade e estímulo constantes por parte da Professora Doutora Ana Margarida Arruda, com quem muito aprendi. Ao Professor Doutor Amílcar Guerra que sempre acreditou no projeto de Castelinhos, com quem tanto discuti sobre problemas de geografia histórica e sobre o *ubi* de *Ierabriga*. À Professora Doutora Catarina Viegas, pelo empréstimo de bibliografia essencial e pelas conversas sobre cerâmica comum romana. À Doutora Elisa de Sousa, pela salutar parceria científica em diferentes projetos ao longo dos anos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

À Doutora Cleia Detry, pelo estudo das faunas de Castelinhos. Ao Doutor Vincenzo Soria, pela apurada análise do conjunto de verniz negro itálico de Castelinhos. À Doutora Teresa Rita Pereira, por todo o apoio na análise de alguns aspetos obscuros da interpretação dos artefactos metálicos. Ao Doutor Carlos Pereira, com quem tive o contentamento de escavar Castelinhos, numa campanha de penúria de meios e onde apenas a força física permitia desbravar caminho, agradeço-lhe o apoio no estudo das Lucernas e o empréstimo de bibliografia. Ao Doutor Noé Conejo Delgado, pela parceria na investigação, ainda que à distância do conjunto numismático de Castelinhos. Ao Doutor Victor Filipe, com quem desde há muitos anos partilho o estudo das ânforas da antiga *Olisipo*. Ao Mestre Rui Almeida, com quem estudei as ânforas de Alto dos Cacos, a sua sapiência e exigência no estudo dos contentores anfóricos é contagiante e desafiante. Ao Mestre André Texugo, pela sua salutar disponibilidade na realização do Modelo digital de terreno do Monte dos Castelinhos e pelas informações sobre a sua Ota. À Professora Doutora Mariana Diniz, pelo seu apoio em diversas frentes, mas também em questões burocráticas fundamentais. À Professora Doutora Ana Catarina Sousa pelas palavras de constante incitamento que me não deixaram esmorecer.

Este trabalho fica igualmente devedor de diversas parcerias pessoais, que ao longo dos anos se foram construindo e solidificando. Em primeira linha ao Professor Doutor Rodrigo Banha da Silva, as nossas muitas conversas, discussões, desabafos e intensas trocas bibliográficas, contribuíram para a minha formação profissional e académica. À Dr.^a Inês Conde, dotada desenhadora científica a quem é reconhecida uma capacidade de trabalho superlativa, devo o registo gráfico de milhares de peças que muito enobrecem este trabalho. Ao Dr. José Norton, que esteve sempre presente, inabalável, ano após ano em Castelinhos, a sua “*joie de vivre*”, testemunho de outros tempos de fazer arqueologia muito incutiu na minha forma de estar. À Marta Santos, que iniciou o estudo dos pesos de tear de Monte dos Castelinhos. Ao Doutor Javier Heras Mora, pelo empréstimo de bibliografia, com muita pena minha a pandemia impediu a nossa prometida vista à sua Estremadura... Ao Doutor João Fonte, da Universidade de Exeter, pela intensa parceria no estudo do mundo Militar romano, ainda que á distância entre Portugal e Inglaterra, mas cruzando o planalto do Alviela. Ao Mestre Rui Mataloto, amigo e colega de longa data, pelo exemplo de tenacidade e de capacidade de trabalho.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ao Mestre Tiago do Pereiro, com quem partilhei bons momentos no levantamento geofísico da Quinta da Marquesa.

Ao Professor Doutor Ángel Morillo Cerdán, da Universidade Complutense de Madrid, ao Professor Doutor André Adroher Auroux da Universidade de Granada e ao Doutor Albert Ribera i Lacomba do Ayuntamiento de Valencia por terem no já distante ano de 2013 acreditado no espoletar de um projeto e vindo a Vila Franca de Xira.

A todos os alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que ao longo dos anos passaram por Monte dos Castelinhos e ajudaram a produzir esta história. A dureza do terreno e da exposição ao calor, foram sempre refreadas pelo sorriso da descoberta e do doce prazer da partilha das refeições. Quem por lá passou sempre recordará os opíparos repastos pós escavações. Que essas memórias frutifiquem.

Um agradecimento particular é devido ao casal Tapada, Dona Anabela e Sr. António, ao longo dos anos a sua presença graciosa, voluntária e sempre carregada de boas energias, asseguraram o desenrolar dos trabalhos de escavação em Monte dos Castelinhos.

Não posso deixar de honrar a minha família por todo o apoio, ânimo e carinho que sempre me prestaram ao longo de toda a minha vida profissional e académica, sem eles teria sido impossível a elaboração da presente tese. Gratidão à minha Mãe, Maria de Lurdes Marques, pilar estrutural, verdadeira Matriarca em torno do qual gravita uma genealogia alargada dos Pimenta/Marques/Gois. Ao meu Pai, António de Campos Marques, que partiu para outras esferas enquanto escavava Castelinhos, mas que se encontra sempre indelevelmente presente. Por fim, por ser tradição inquebrável citar os mais importantes, à Patrícia, companheira de uma vida e aos meus filhos Diogo e Miguel, pela compreensão, harmonia e por aceitarem partilhar-me com os inflexíveis romanos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

I PARTE

SPATIUM ET TEMPUS

1. APRESENTAÇÃO

A presente dissertação resulta de um percurso pessoal e profissional, que nas últimas duas décadas me conduziu do casco antigo da cidade romana de Lisboa, às férteis margens do rio Tejo, desde a zona de Vila Franca de Xira na margem direita, aos concelhos de Salvaterra de Magos, Almeirim e Alpiarça na margem oposta e um pouco por toda a Península de Lisboa, desde as margens do rio Alviela, ao alto da Serra de Montejunto e às antigas zonas lagunares da costa atlântica.

Se num primeiro momento, enveredei a nível da investigação pelo estudo dos primeiros contactos entre o mundo romano e as sociedades indígenas na cidade de Lisboa através do estudo das ânforas e dos seus contextos identificadas nas amplas leituras estratigráficas realizadas, no final dos anos noventa do século passado no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2003, 2005, 2007). O início do milénio e uma profunda alteração de enquadramento laboral levou a que reestruturasse um novo quadro de problemáticas de investigação, quer a nível de geografia, quer a nível de temática.

Foi assim, que em 2006, após a descoberta e escavação do povoado dos finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro de Santa Sofia, em pleno núcleo urbano da Cidade de Vila Franca de Xira, se delineou um extenso projeto de prospeções e estudo de coleções arqueológicas antigas depositadas em Museus e Associações de Património Locais que tinham como intuito o estudo das sociedades proto-históricas no baixo Tejo (Pimenta e Mendes, 2010-2011). Os auspiciosos resultados desta investigação conduziram à descoberta de uma insuspeitada rede de povoamento sidérico de forte influência orientalizante (Pimenta e Mendes, 2008, 2013c, 2015d). Tendo estes dados despontado na realização do Projeto FETE – Indígenas e Fenícios no Estuário do Tejo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), em parceria com a Faculdade de Letras e sob a direção científica da Professora Doutora Ana Margarida Arruda. Este financiamento permitiu a realização das escavações em 2013 e 2014 dos sítios de Cabeço da Bruxa, Alpiarça; Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos; Castro do Amaral, Alenquer; e Chões de Alpompé, Santarém. Assim como, a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

publicação de mais de uma dezena de artigos em revistas nacionais e internacionais (Arruda *et al.*, 2017).

Paralelamente a esta linha de investigação, a intervenção em inícios do ano de 2006 do subsolo do Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira conduziu à escavação em área de um significativo troço da estrada romana entre as cidades de *Olisipo* e *Scallabis* (Mendes e Pimenta, 2007; Pimenta e Mendes, 2007a). Esta descoberta e em particular o seu estudo e publicação detalhada, voltou a despontar a problemática em torno da viação romana no baixo Tejo, tendo conduzido à realização de uma mesa redonda sobre o tema em 2008 organizada no próprio Museu do Neo-Realismo, então já edificado (Pimenta, 2012a). O estudo das vias de época clássica no vale do Tejo e a reanálise dos seus percursos gerou uma atenção sobre os sítios arqueológicos deste período no território de Vila Franca de Xira. Foi assim, na sequência desta pesquisa que visitei na companhia do meu colega e amigo Henrique Mendes, o sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos pela primeira vez em março de 2007.

As características da sua implantação, o seu enquadramento paisagístico, os vestígios de superfície indicadores de uma cronologia recuada, a presença de significativas estruturas defensivas a par das problemáticas inerentes à sua dimensão inusitada (mais de 10 hectares), indicavam que o Monte dos Castelinhos se afigurava como um sítio singular para a realização de um projeto de investigação. Foi desse modo, que no verão de 2008 se realizaram as primeiras escavações no local, enquadradas num projeto de arqueologia em construção, inserido na política do Museu Municipal de Vila Franca de Xira enquanto Museu de território. As dez campanhas de escavação, que desde então, já realizámos no sítio, permitem confirmar a relevância científica e patrimonial do Monte dos Castelinhos. Trata-se, como espero poder demonstrar ao longo desta dissertação, de uma estação singular para o estudo do processo de conquista e romanização do vale do Tejo.

Tendo em conta o estudo e dinamização deste arqueossítio, desenvolveu-se o Projeto MOCRATE – Monte dos Castelinhos e a Romanização do baixo Tejo, apresentado e aprovado pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), com o apoio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa - UNIARQ.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tal como tinha decorrido em relação ao povoado de Santa Sofia, achou-se por bem, aduzir aos trabalhos nos Castelinhos um mais profundo conhecimento das estratégias de ocupação contemporâneas. Foi decorrente dessa premissa que se localizou, prospetou, reanalisou os espólios e em alguns casos concretos efetuaram-se sondagens arqueológicas, nos sítios romanos republicanos dos Chões de Alpompe (Santarém); Alto do Castelo (Alpiarça); Alto dos Cacos (Almeirim); Eira da Alorna (Almeirim); Vale de Tijolos (Almeirim); Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos); Quinta da Barradinha (Alenquer); Castro do Amaral (Alenquer); Senhor da Boa Morte (Vila Franca de Xira); Castelo de Alverca (Vila Franca de Xira), entre outros.

As problemáticas e os objetivos, verdadeiro quadro de indagações prévias, que importa clarificar desde já, para ao longo deste percurso tentarmos de alguma forma desenvolver e clarificar. Se na apresentação prévia, ficou claro que no domínio da investigação tenho vindo a desenvolver duas linhas paralelas: uma ligada ao estudo das realidades proto-históricas que correspondem às realidades sociais e políticas que os romanos encontraram e outra virada ao mundo romano em concreto à fase de conquista e consolidação do seu poder no extremo ocidente peninsular, com ênfase na forma, como estes se estabeleceram, implantaram e construíram a sua nova visão do mundo e da sociedade. Importa sublinhar que ambas são assaz complementares na leitura que se pretende efetuar, tentando esta assentar nas continuidades e descontinuidades entre ambos os sistemas.

O Tempo em que nos moveremos ao longo deste trabalho será incontornavelmente o elemento estruturante do mesmo e das suas leituras. Com o intuito de compreender as dinâmicas da conquista militar romana e analisar as continuidades e ruturas nas formas de povoamento temos necessariamente que nos remeter para um amplo período, balizado entre os momentos finais da Idade do Ferro na área em apreço, centrando-nos na segunda metade do primeiro milénio antes da nossa era e os finais do século I a.C. com a implantação da Província romana da Lusitânia, entre os anos 16 e 13 a.C. (Le Roux, 2015).

O ponto de partida no desenvolvimento da minha argumentação será a análise e revisão das formas de estruturação de povoamento no espaço a abordar. Tendo em conta o estado da arte da arqueologia, e perante uma cada vez maior dispersão da informação,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

optou-se por assentar esta dissertação na criação de uma sólida base de dados, incorporando todos os sítios dos momentos finais da Idade do Ferro e do período romano republicano. Como veremos, os dados são muito dispares, em relação ao conhecimento disponível sobre muitos dos sítios inventariados.

Inicia-se essa revisão com o estudo monográfico de Monte dos Castelinhos. Alvo de um amplo projeto de escavações arqueológicas, recentes e em moldes modernos, o seu estudo permite uma análise contextual, com base na sequência das suas ocupações e na dispersão da cultura material pelos diferentes espaços arquitetónicos exumados. Irei assim assumir o Monte dos Castelinhos como caso de estudo, partindo do qual se irá abordar o território. Para essa abordagem, efetuarei uma criteriosa revisão da literatura da especialidade, com base na qual se apoiará o estudo do sítio, das suas arquiteturas e espólios.

Esta dissertação tem assim, como intuito, numa primeira abordagem a análise de como se operou transformação das dinâmicas de povoamento. Ou seja, como o mundo indígena, independente, autónomo e com uma lógica própria, foi conquistado militarmente, incorporado, aglutinado, transformado a diversos níveis e inserido numa nova lógica de poder, dentro de uma estrutura orgânica de um Império à escala mediterrânica com capital na longínqua Península Itálica.

O objetivo da arqueologia na minha ótica é precisamente analisar os processos históricos das sociedades objeto do seu estudo, a partir da sua definição, obviamente, arqueológica. A conquista romana da *Hispania* bem conhecida pelas fontes escritas, continua, contudo, muito desconhecida com muitas áreas por esclarecer a nível arqueológico (Morillo Cerdán, 2016). Enunciamos assim algumas das questões que pretendemos aprofundar e responder ao longo desta Dissertação: Como se desenrolou o processo de conquista e que traços deixou sobre o terreno? Como são, e que tipologia de estabelecimentos podemos atribuir a este período? Como se materializou o poder militar sobre o território? Qual as respostas por parte das comunidades indígenas a este novo influxo? De que forma as grandes cidades de Móron e de *Olisipo* entraram na esfera de Roma? Quais as razões, para que povoados com amplas diacronias, alguns deles, desde a Idade do Bronze, serem abandonados, precisamente na fase da conquista? Qual o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

papel das guerras civis romanas, no extremo ocidente peninsular? Que incidência teve essa estruturação territorial na etapa posterior em que surgem as fundações urbanas.

O trabalho organiza-se em quatro partes distintas. A primeira parte, *Spatium et Tempus*, contextualiza as linhas de pesquisa desenvolvidas e as opções metodológicas, incluindo seis capítulos. No capítulo 5 (A Península de Lisboa e o baixo Tejo nas vésperas da conquista) e 6 (A conquista militar romana: modelos de estudo) apresentam-se as opções metodológicas do autor e enunciam-se muito genericamente os rumos da investigação.

A segunda parte, **O Monte dos Castelinhos**, constitui a base essencial deste trabalho, apresentando monograficamente os resultados das pesquisas desenvolvidas entre 2008 e 2018, correspondendo aos capítulos 1 a 9.

A terceira parte (**Estudo das dinâmicas de povoamento**) constitui o regresso a um tema que tenho vindo a desenvolver de forma parcelar, integrando os novos sítios conhecidos e reavaliando a informação disponível. Está constituída por quatro capítulos: 1- *Em torno de Monte dos Castelinhos*; 2 – *Olisipo e a foz do Tejo*; 3 - *A Península de Setúbal*; 4 - *Entre Móron e Scallabis Praesidium Iulium*; 5 – *O interior da Península de Lisboa*.

A quarta e última parte (**A conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo. Uma leitura de conjunto**) efectua a integração de todos os dados atrás apresentados, definindo conceitos e apresentando propostas interpretativas. A quarta parte é constituída por 6 capítulos.

2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Uma vez apresentado o percurso e de alguma forma o porquê desta temática, resta expor de forma coerente, o espaço geográfico em que nos iremos circunscrever. Pretendendo este trabalho aferir num primeiro nível, uma perspetiva monográfica do sítio de Monte dos Castelinhos, centraremos a nossa análise no baixo Tejo e em concreto na bacia do Rio Grande da Pipa, onde este se insere. Porém, tendo em conta a perceção das dinâmicas de povoamento, a um nível mais geral, foi necessário centrar e precisar com

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

maior rigor o nosso âmbito de análise. Assim sendo, decidiu-se contextualizar o sítio e sua ocupação, ao nível da Estremadura. Espaço geográfico, que tem uma ampla tradição de investigação arqueológica, ainda que para cronologias mais recuadas, e que tem vindo a ser utilizado, como área de análise por outros investigadores (Gonçalves, 2002; Sousa, 1998, 2010; Cardoso, 2004, Boaventura, 2009).

A Estremadura, corresponde a uma área geográfica, que integra a Península de Lisboa e de Setúbal, até ao Maciço Calcário estremenho (Alta Estremadura). Apresentando um diversificado mosaico de paisagens, de grande fluidez. Para a presente dissertação a par deste território o espaço de análise irá assentar no vale do Tejo, considerando-se este como um dos eixos do processo de Conquista romano, seguindo uma tese já proposta por Carlos Fabião (Fabião, 2013 e 2014). Delimita-se assim a área de estudo a Sul pela foz do rio Sado e a Serra da Arrábida, a Este pela margem esquerda do Tejo, a Norte pela bacia do rio Alviela, pelas Serras dos Candeeiros, pela antiga área da lagoa de Óbidos, e a Oeste pela costa atlântica.



Figura 1 – Delimitação da área em estudo no território português e peninsular.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Inicia-se o enquadramento geográfico desta área pela sua inserção numa escala mais ampla. A bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa, e a zona da Estremadura, integram-se na área que já foi definida como Portugal Litoral Médio, inserindo-se a zona de Santarém já na Bacia do Tejo e respetiva planície aluvial de acumulação (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 155-157). A primeira área engloba a área Sul do Rio Mondego, entre o litoral e Coimbra, Condeixa, Pombal, Nazaré e a área Centro Litoral que corresponde à maior parte da província da Estremadura. A Estremadura apresenta-se como uma faixa estreita e alongada, onde se podem diferenciar duas realidades bem diferenciadas, separadas pelo alinhamento montanhoso constituído pela Serra de Candeeiros, Serra de Montejunto e Serra de Sintra, diferenciando a Oeste, a faixa atlântica e a Este o vale do Tejo (Azevedo, Freitas, Figueiras, 1992, p. 2).

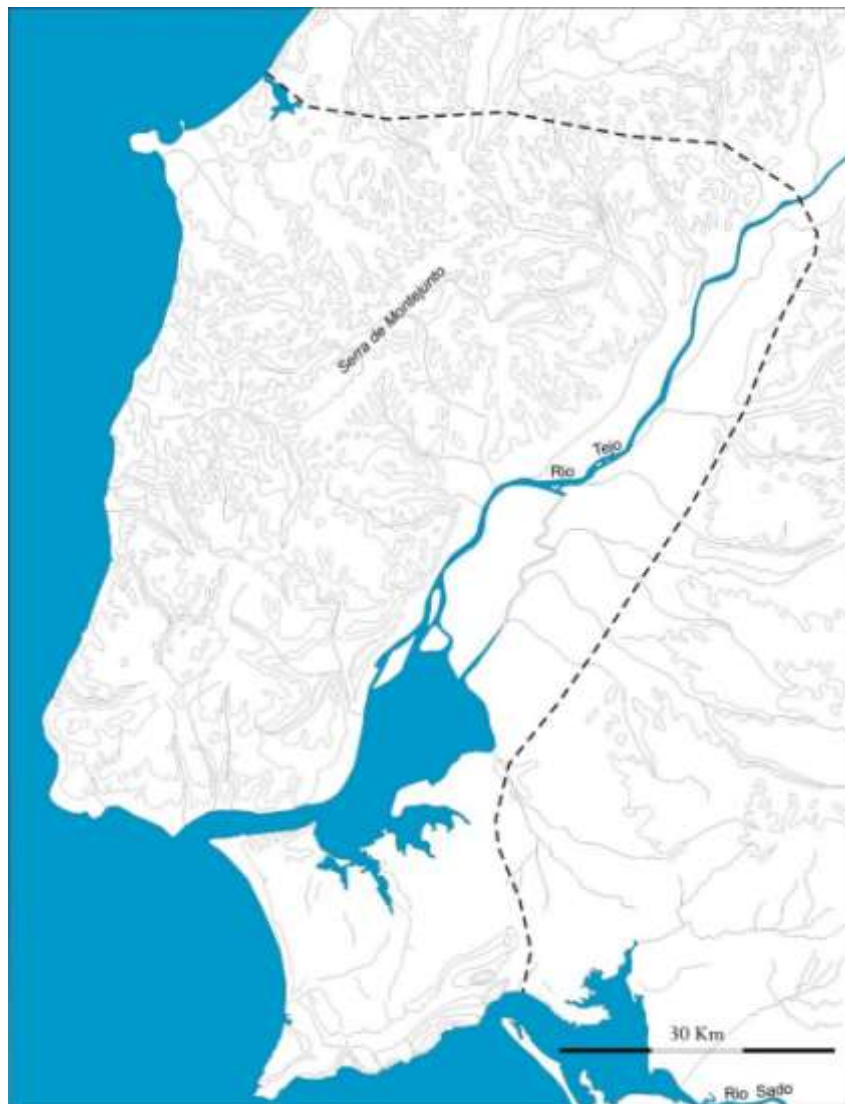


Figura 2 – Fisiografia da Estremadura e delimitação da área em estudo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A faixa atlântica, desenvolve-se entre a lagoa de Óbidos, a Serra de Sintra e a foz do Tejo correspondendo substancialmente a uma plataforma rochosa de erosão, com arribas bem marcadas e de feição regularizada, com várias baías naturais que permitiriam a navegação costeira e o desenvolvimento da ocupação humana. Destaca-se nesta área as alterações substanciais devido ao progressivo assoreamento, destacando-se o caso da baía de Óbidos, onde em época romana se vem a desenvolver a cidade portuária de *Eburobrittium* ou o caso da Península de Peniche que em época clássica seria uma ilha atlântica.

A Península de Lisboa evidencia uma rede hidrográfica subsidiária do estuário do Tejo, abundante e complexa, com embocaduras, certamente mais amplas contribuindo para a produtividade agrícola e facilitando as comunicações entre as áreas envolventes (Mattoso *et al*, 1997, p. 8). Pequenos e médios cursos de água como o rio Alviela, rio Maior, rio da Ota, rio de Alenquer, rio Grande da Pipa, rio Trancão; e por rios e ribeiras que desembocam diretamente no Atlântico como rio Alcabrichel, rio Sizandro, ribeira do Safarujo, ribeira de Cheleiros, ribeira de Colares e rio Jamor; tiveram certamente um papel relevante nas dinâmicas de ocupação humana desta região. O papel da microanálise do estudo do povoamento, ao nível de uma bacia hidrográfica, tem vindo a ser pertinentemente sublinhado nesta região (Sousa, 1998).

A Península de Lisboa é assim marcada pela multiplicidade de paisagens: estruturas anticlinais com orientação NN-Sudeste, planaltos calcários de uma plataforma litoral arrasada, com vales encaixados na área de Lisboa apenas interrompidos pela Serra de Montejunto e pelas vastas planícies fluviais do estuário do Tejo (Ribeiro, 1987). O território caracteriza-se por apresentar um relevo moderado, sendo formado por terrenos geralmente baixos e aplanados, a altitude mais elevada registada é a do cume da Serra de Montejunto, verdadeiro marco paisagístico da estremadura, com os seus 666 metros de altitude. Sendo seguida de perto pelos 528 metros de altura do cume da Pena, na Serra de Sintra e a Sul, destaca-se a Serra da Arrábida, tendo o Formosinho, o seu ponto mais alto, 501 metros (Pereira, 2003, p. 47).

Em termos geológicos a área apresenta grande diversidade e complexidade, sendo fundamentalmente constituída por formações cretácicas e jurássicas, com grandes áreas de margas e calcários, pontuadas com formações basálticas, alternando rochas com

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dureza, permeabilidade e flexibilidade muito distintas (Zêzere, 1991). A importância do substrato geológico para o povoamento humano deve ser compreendida e tida em conta como condicionante do relevo, do coberto vegetal e como recurso natural a ter em conta no planeamento de uma instalação humana (Boaventura, 2009).

A bacia do Tejo, sujeita a inundações periódicas regulares, fruto das amplas dinâmicas do grande rio Ibérico, é composta por aluviões, com areão emerso e sapal desde a confluência do rio Zêzere até à zona do amplo estuário, que transformam esta zona numa das mais férteis do território português. Estas realidades são delimitadas na margem esquerda do rio pelos terraços de formação quaternária de Alpiarça, Almeirim, Muge, Salvaterra de Magos e Benavente. Situados a uma cota superior às inundações periódicas, estes terraços, serão alvo de intensa ocupação humana desde a pré-história ao período romano. Destaca-se na margem esquerda as bacias hidrográficas dos rios Alpiarça, ribeira de Muge e Sorraia. Na margem direita na zona de Santarém, predominam as argilas arenitos e conglomerados cenozoicos (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 188).

A maioria do território em análise, demonstra uma aptidão alta, de solos em grande medida com limitações moderadas, disseminados no espaço, mostrando-se apropriados às culturas mediterrânicas da vinha e da oliveira, assim como da produção hortícola. Contudo a pequena escala da cartografia disponível, para análise da aptidão dos solos torna ainda vão tais leituras. No estado da arte relativo ao estudo da geografia física e dos dados disponíveis para a reconstituição paleoambiental da zona da Estremadura nos momentos finais da Idade do Ferro e durante o período romano, poucos são os dados disponíveis. Sendo que muitos deles se reportam a períodos ulteriores, não podendo sem riscos ser extrapolados para o período em análise. Ainda assim, merece referência as leituras das análises das sequências polínicas das sondagens efetuadas na área do Alto do Castelo-Patudos (Alpiarça) que, ao assinalarem a presença de *uitis* e *olea* desde as etapas iniciais da Idade do Ferro, atestam a presença do cultivo da vinha e da oliveira na região, a partir de meados do século VII a.C. (Leeuwarden e Jansen, 1985). A par desta leitura, destaca-se a retração da componente florestal do coberto vegetal, a partir da Idade do Ferro, o que parece igualmente atestada nas leituras efetuadas na zona da Lagoa de Albufeira (Sesimbra/Almada) (Mateus, 1992).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2.1. A ÁREA DO RIO GRANDE DA PIPA

O rio Grande da Pipa é um dos muitos rios que caracterizam a paisagem litoral da Península de Lisboa. A sua bacia hidrográfica tem um vasto desenvolvimento em cursos de água relativamente importantes, assim como pequenas linhas de água. Ainda que, atualmente se encontre muito assoreado, o rio Grande da Pipa continua a ser um importante afluente do Tejo, com caudais variáveis, que deixam vislumbrar a sua relevância de outros tempos. A sua bacia ocupa uma área de cerca 110 km², limitada a Norte e a Sul, respetivamente, pelas bacias da ribeira da Ota e do rio Trancão, assumindo-se como uma via de penetração natural para o interior da Península de Lisboa.

A ausência de dados paleogeográficos impede-nos de conhecer a sua evolução ao longo do tempo e em particular para o período a que nos reportamos. Como tal, apenas podemos supor que acompanha o processo geral de assoreamento das zonas estuarinas, deixando em aberto a possibilidade de a sua navegabilidade, atestada em épocas históricas até à Quinta da Meirinha, poder ter-se efetuado pelo menos até à zona da Quinta da Marquesa. “Com efeito, o escoamento das 16 sub-bacias que fazem parte da bacia-vertente do Rio Grande da Pipa vai ser feito em direção a uma pequena área, com início em Cadafais, com cerca de 3 km de comprimento por 1,5 km de largura, sofrendo esta área um segundo estrangulamento na foz do Rio Grande da Pipa, reduzindo-se a largura máxima para cerca de 500 m.” (Machado, 1991, p. 4). É precisamente após este segundo estrangulamento, algo encaixado pelos afloramentos calcários e numa área de saída da ampla bacia aluvial do vale, que se implanta de forma contundente e dominadora o morro de Monte dos Castelinhos.

3. TAGUS FLUMEN - COMO EIXO DE PENETRAÇÃO

O rio Tejo é o rio mais extenso da Península Ibérica, sendo a sua bacia hidrográfica a terceira mais vasta na Península, atrás do Douro e do Ebro. As suas características naturais fizeram com que desde cedo, o Tejo assumia o papel de “artéria central da Península” (Gaspar, 1970, p. 154). Segundo a arqueologia, desde a Idade do Bronze, este eixo assume uma importância preponderante na transitabilidade de bens e pessoas, eixo esse, que se manteve ativo até ao advento do caminho-de-ferro no século XIX (Vilaça e Arruda, 2004; Vilaça e Cardoso, 2017). Nasce em Espanha na Cordilheira

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ibérica onde é conhecido como *Tajo*, a 1.592 metros de altitude na Serra de Albarracim, orientando o seu curso de Este para Oeste, apenas virando para Sudoeste perto de Constância, onde absorve o rio Zêzere e após um percurso de cerca de 1 007 km, desagua no Oceano Atlântico formando um amplo estuário, verdadeiro mar interior, na região de Lisboa (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988). A sua bacia hidrográfica é de 80 600 km² (55 750 km² em Espanha e 24 850 km² em Portugal). Desde a fronteira com Espanha quando recebe as águas do seu afluente Erges, até à zona do estuário, o Tejo tem aproximadamente 230 km (Costa *et al.*, 2019). Neste vasto percurso deparamos-nos, na realidade, dois rios. A montante, é um rio que corre apertado e encaixado nos planaltos do Maciço Antigo, enquanto que a jusante, após a foz do Zêzere, na antiga vila portuária de Punhete do Ribatejo, transforma-se num rio de planície, entrando em plena bacia Cenozóica desaguando no amplo estuário interior na zona de Vila Franca de Xira (Vilaça e Cardoso, 2017, p. 237).

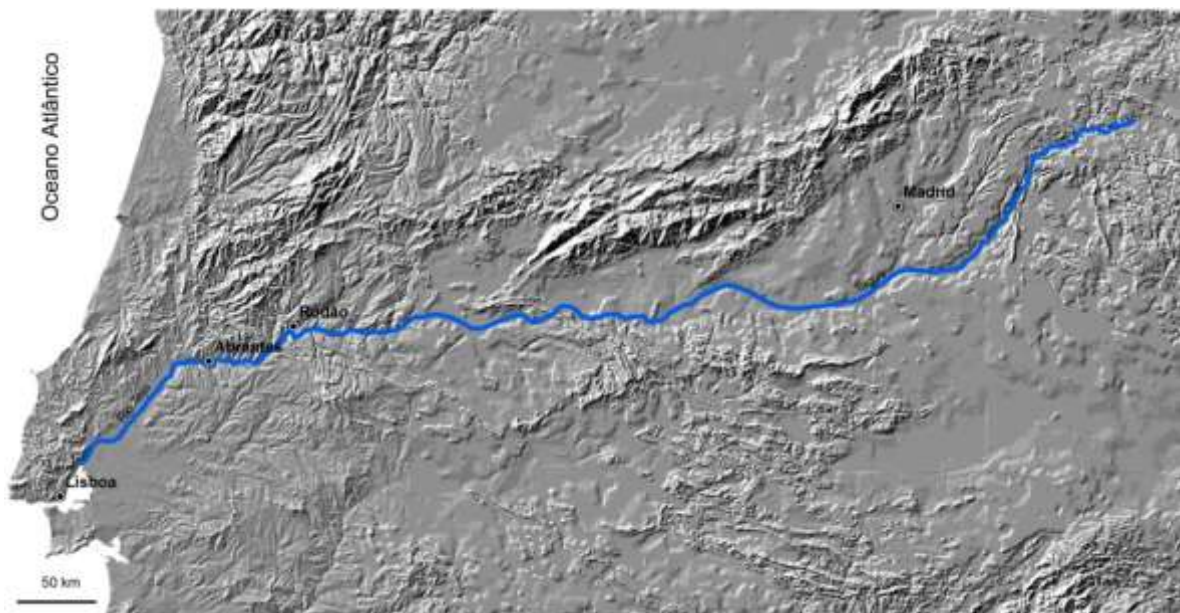


Figura 3 – Modelo digital de terreno da região atravessada pelo rio Tejo, na Península Ibérica, até à foz no oceano Atlântico, (1.076 km) (Cunha, Martins e Gouveia, 2016, fig. 2).

A foz do Tejo rompe a continuidade da fachada atlântica, resultando num dos raros portos de abrigo para a navegação, bem como, graças ao seu prolongado estuário, numa via de penetração navegável da maior importância para os territórios interiores (Daveau,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

1995). A outra descontinuidade, imediatamente a Sul, do estuário do Sado, apesar de larga, fica limitada a Este, pois o caudal desse rio não atinge a pujança ou a extensão do primeiro. A dimensão do seu estuário, transforma a foz do Tejo, nas pertinentes palavras de Orlando Ribeiro, “(...) o acidente mais vasto do litoral português e um dos mais marcantes nos contornos da península ibérica. As rias galegas e a baía de Cádiz são os que, na costa atlântica se lhe podem comparar.” (Ribeiro, 1994, p. 114). De facto, a particular implantação da foz do Tejo na fachada atlântica, associado às suas favoráveis condições naturais, fizeram com que este constituísse um ponto incontornável de apoio à navegação.

Esse papel da foz do Tejo, encontra-se bem plasmado no mapa de Portugal, que serviu de oferta diplomática em Roma, em maio de 1560, e que é atribuído pela dedicatória a Fernando Álvaro Seco (*Vernandi Alvari Secco*), sendo considerada a primeira representação cartográfica de conjunto do território português (Daveau, 2000). Apresentamos na figura 5, um excerto desse mapa, em concreto no que se reporta ao vale do Tejo e Estremadura, sendo assaz interessante a forma como se apresenta a foz do Tejo e a sua complexa rede hidrográfica.

O vasto estuário do Tejo, assume assim, o papel de “palco da história de Lisboa” (Daveau, 1994), podendo ser igualmente arrogado como o palco da história das populações da Baixa Estremadura e dos territórios vizinhos, por ele banhados (Boaventura, 2009). Tendo em conta, o intrincado relevo da Península de Lisboa e em particular o obstáculo à circulação constituído pela Serra de Montejunto, que dificulta acentuadamente a circulação Sul-Norte, o Tejo e os seus tributários foram, até o aparecimento da ligação ferroviária, o meio por onde circulavam para territórios interiores, maioritariamente, pessoas e bens (Daveau, 1994). Tenha-se presente o caso do vale do rio Trancão, que até ao século XIX, seria a via preferencial para transporte de bens de, e para, as férteis terras da região de Loures (Oliveira *et al.*, 2000). Ou a importância que no médio percurso do rio, Santarém e sobretudo, Tomar assumiram para a passagem dos Maciços centrais, mas também na fácil ligação ao Alto e Médio Alentejo (Daveau, 1995).

Consciente da relevância dos rios no processo de expansão romana o autor Grego Estrabão, na sua *Geografia*, descreve com algum detalhe os principais rios ibéricos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Detendo-se ao descrever a costa ocidental e setentrional da Ibéria, no Tejo, sublinhando as potencialidades do seu estuário e da sua navegação (Estrabão, III, 3.1). De acordo com o geógrafo de Amásia, o efeito das marés fazia-se sentir até ao porto de *Móron*, considerado o último “porto de mar”, daqui subiam o rio em barcos de menor calado até ao interior da Península (...) *com as navegações fáceis até uma distância considerável, inclusive para grandes embarcações, embora o resto do percurso, apenas para barcos de rio (...)* (Estrabão, III, 3.1).

Para a época em que se centra este trabalho, a fisionomia do rio seria necessariamente diferente da atual e da que conseguimos vislumbrar para épocas históricas, contudo não dispomos de dados fiáveis para propor uma reconstituição do seu traçado. Tendo em conta os dados da arqueologia, o antigo baixo Tejo, era mais largo e profundo, resultando o aspecto atual de séculos de assoreamento e da profunda ação humana na paisagem. Testemunhos dessa milenar modificação são a construção das áreas agrícolas das Lezírias taganas, resultantes da edificação de valados e diques, que vieram modificar o traçado do rio (preservando-se ainda na toponímia o Tejo velho) e eliminar muitas das milenares ilhas aqui existentes, os mochões (Custódio, 2002).

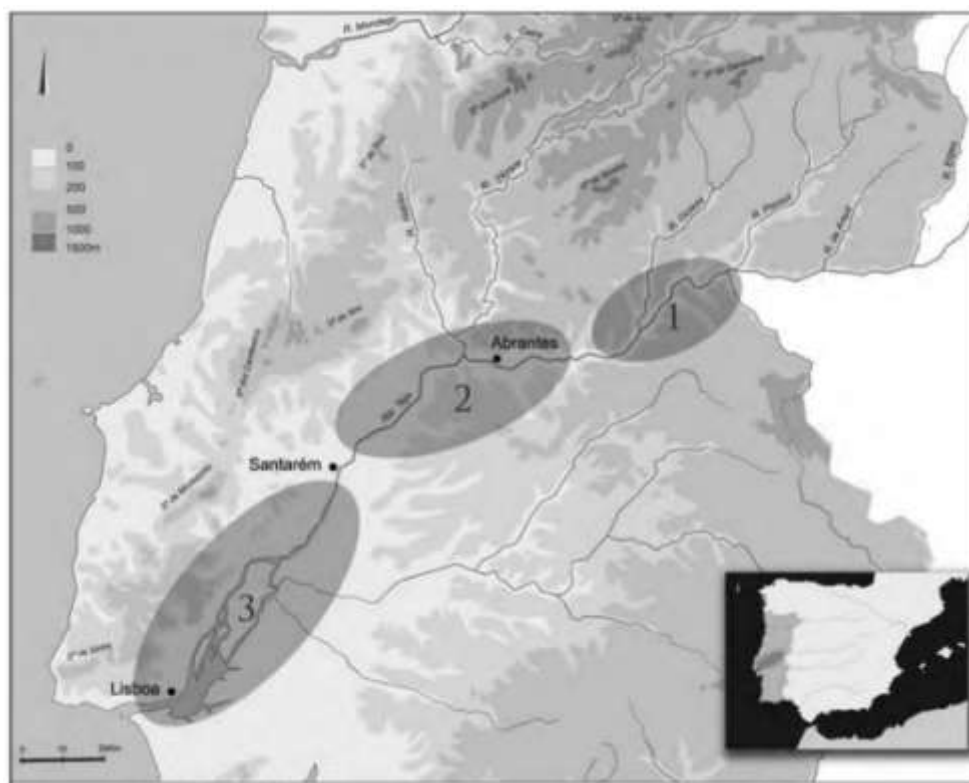


Figura 4 – O rio Tejo português com indicação das três grandes áreas: 1 – Alto; 2 – Médio; 3 – Baixo (Segundo Vilaça e Cardoso, 2017, figura 1).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A documentação histórica e cartográfica permite atestar a ampla e intensa navegação fluvial no Tejo e dos seus portos, evidenciando a estreita relação com os territórios do interior nomeadamente com as Beiras e o Alto Alentejo (Blot, 2002). São marcantes as imagens novecentistas do porto de Abrantes, ou as de Vila Velha de Ródano com o seu porto pautado por barcos adaptados à navegação fluvial. Nestes contextos, não é de mais sublinhar, que até meados do século XIX, o transporte do minério das minas Espanholas de Alcántara para o porto de Lisboa era feito por comboios de pelo menos uma dezena de barcos (com cerca de 20-30 toneladas cada) (Gaspar, 1970)



Figura 5 – Excerto da Carta de Portugal de Fernando Álvaro Seco, datada de 1561 (Daveau, 2000).

É precisamente a ampla navegabilidade e o aceso direto de navios de mar, aproveitando a força das marés ao fundo do estuário do Tejo, que faz com que a zona em torno de Santarém assuma uma posição estratégica do ponto de vista militar na fase de conquista. Sublinhe-se que ainda hoje, a propagação das marés, sobe o rio durante 80 km até ao Porto de Muge (Ribeiro, 1994, p. 116). Esse conhecimento detalhado do território

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

encontra-se plasmado na obra de Estrabão. Tendo sido sem dúvida estas características peculiares, desde longa data do conhecimento dos navegadores atlânticos, Fenícios, Púnicos e Gaditanos, que levaram os estrategas militares que planearam a expedição de Bruto a apostar do Tejo como eixo da sua campanha.

Apesar da inegável relevância do vale do Tejo, na estruturação do território e nas dinâmicas estratégicas de circulação entre a fachada atlântica e o interior do território peninsular, o seu papel como eixo da conquista romana tem sido de alguma forma relegado para segundo plano (Fabião, 2013 e 2014).

4. HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

A área em análise apresenta uma vasta tradição de atividade arqueológica, ainda que os dados sejam mais substanciais para períodos mais recuados, nomeadamente para a pré-história recente (Boaventura, 2009; Sousa, 2010).

As últimas décadas do século XIX, correspondendo à denominada “Idade de Ouro da Arqueologia portuguesa”, assistiu a um consistente e precoce interesse sobre as formas de povoamento indígena imediatamente anteriores à presença romana. O estudo das dinâmicas de ocupação na Península de Lisboa, privilegiou estações implantadas em lugares proeminentes, na senda dos trabalhos de Martins Sarmento sobre a cultura Castreja (Fabião, 2011). O elevado grau de visibilidade dos seus vestígios arqueológicos, a proximidade da capital, e por inerência dos principais investigadores, favoreceram identificações e proporcionaram a sua prematura exploração. É o caso das primeiras escavações de Leite de Vasconcelos no povoado de Pragança (Cadaval) (Vasconcellos, 1895, 1905, 1913 e 1915); das investigações e recolhas de Maximiano Apollinario no Castello-Velho de Rocha-Forte (Cadaval) (Apolinário, 1895), das explorações de Félix Alves Pereira no Outeiro da Assenta (Óbidos) (Pereira, 1914, 1915, Chaves, 1915); e das escavações de A. I. Marques da Costa no Castro de Chibanes (Palmela) (Costa, 1906, 1908 e 1910). Todavia, apesar deste auspicioso e prolífero início da investigação estes estudos acabaram por não ter continuidade.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

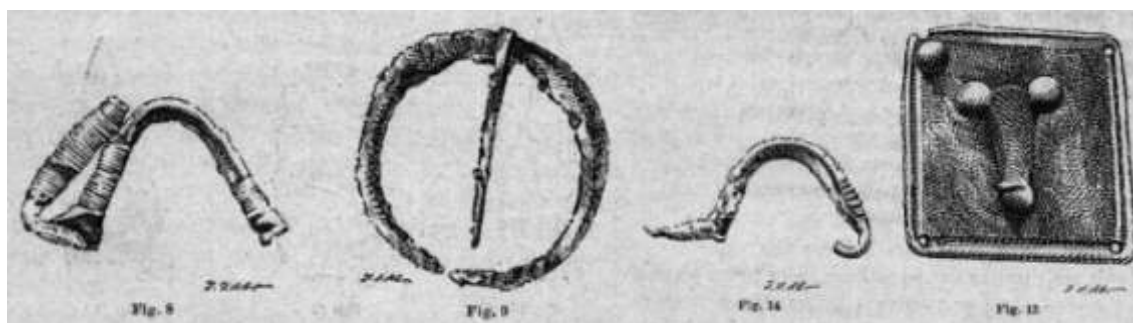


Figura 6 - Materiais metálicos do Outeiro da Assenta (Chaves, 1915).

Após o dinamismo da última década do século XIX e primeira do século XX, segue-se uma profunda estagnação. Apenas marcada pelas identificações e recolhas de Hipólito Cabaço na área de Alenquer, em particular na década de trinta e quarenta, e que se consubstanciam na descoberta de povoados como o Monte dos Castelinhos, Castro do Amaral (Alenquer), Castro da Ota (Alenquer) e Castro de São Salvador (Cadaval) (Pereira, 1970a). Conquanto, apesar da expressividade destas descobertas o resultado é quase nulo não se consubstanciando no seu estudo e divulgação, tendo estes sítios e os seus espólios, apenas sido divulgados em estudos ulteriores e sempre de forma parcelar.

A década de cinquenta assiste a uma importante descoberta para o estudo do processo de conquista do território português, o trabalho de Amorim Girão e Bairrão Oleiro, apresentado no âmbito do IV Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, intitulado “Geografia e Campos Fortificados Romanos”. Neste estudo apresentam o planalto de Chões como acampamento militar romano (Girão e Oleiro, 1953). Parece-me aqui relevante, relembrar o que então aí se escreveu. “Acampamento de terraço fluvial ou, melhor, de uma série de terraços sobrepostos que deram o nome ao local – os *Chões* – a muralha levantava-se, toda ela, no rebordo do terraço superior e não precisava exteriormente de qualquer outra obra de defesa:” (Girão e Oleiro, 1953, p. 77). Desde este primeiro trabalho, avançou-se com a proposta de esta estação poder corresponder à antiga implantação da cidade de *Móron*, referida pelo geógrafo grego Estrabão e que teve um papel fulcral na campanha de Decimo Júnio Bruto em 138 a.C. (Girão e Oleiro, 1953, p. 80). Infelizmente, mais uma vez, esta descoberta não foi sucedida de trabalhos no sítio, que como veremos tardaram aí a ser realizados (Arruda *et al.*, 2018).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Teremos que esperar pelo início dos anos setenta, para assistir às primeiras escavações científicas realizadas em moldes modernos incidindo sobre um sítio do período da conquista, o povoado do Pedrão (Setúbal), então denominado como “proto-romano” (Soares e Silva, 1973).

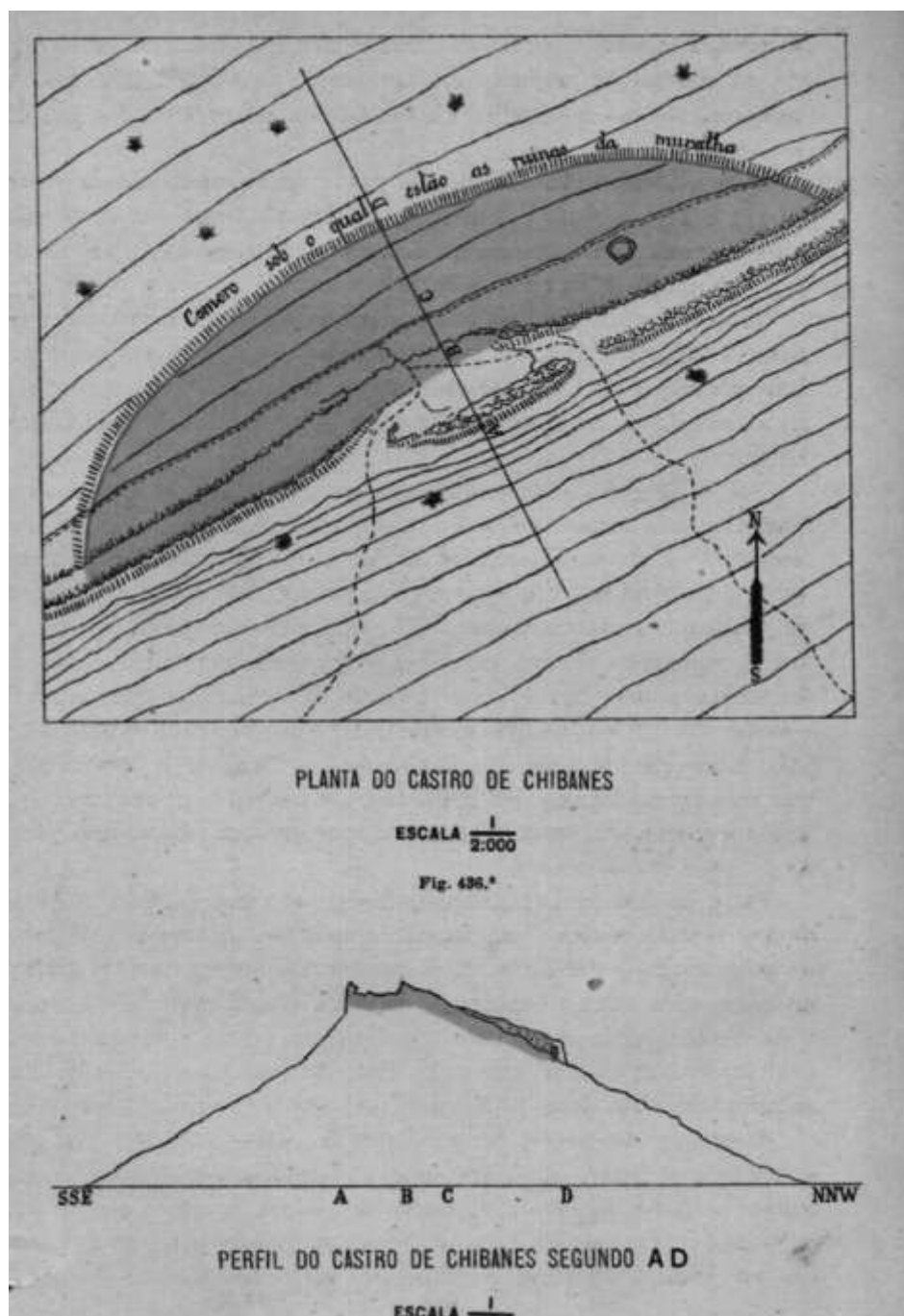


Figura 7 – Planta e corte das escavações de Marques da Costa em Chibanes, (Costa, 1910).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Apesar do desinteresse da investigação pelas ocupações proto-históricas e do período da conquista romana, algumas descobertas vinham pontualmente reafirmando a relevância desta região. É o caso dos tesouros monetários, que devido ao seu valor venal vão sendo registados (Ruivo, 1993-1997) e num caso excecional recolhidos e estudados na sua plenitude (Viegas e Parreira, 1984). Mas também, de alguns materiais excecionais que indicam uma relevante ocupação romana republicana, como é o caso do conjunto observado por Octávio da Veiga Ferreira na área do concelho de Bombarral (Ferreira, 1977).

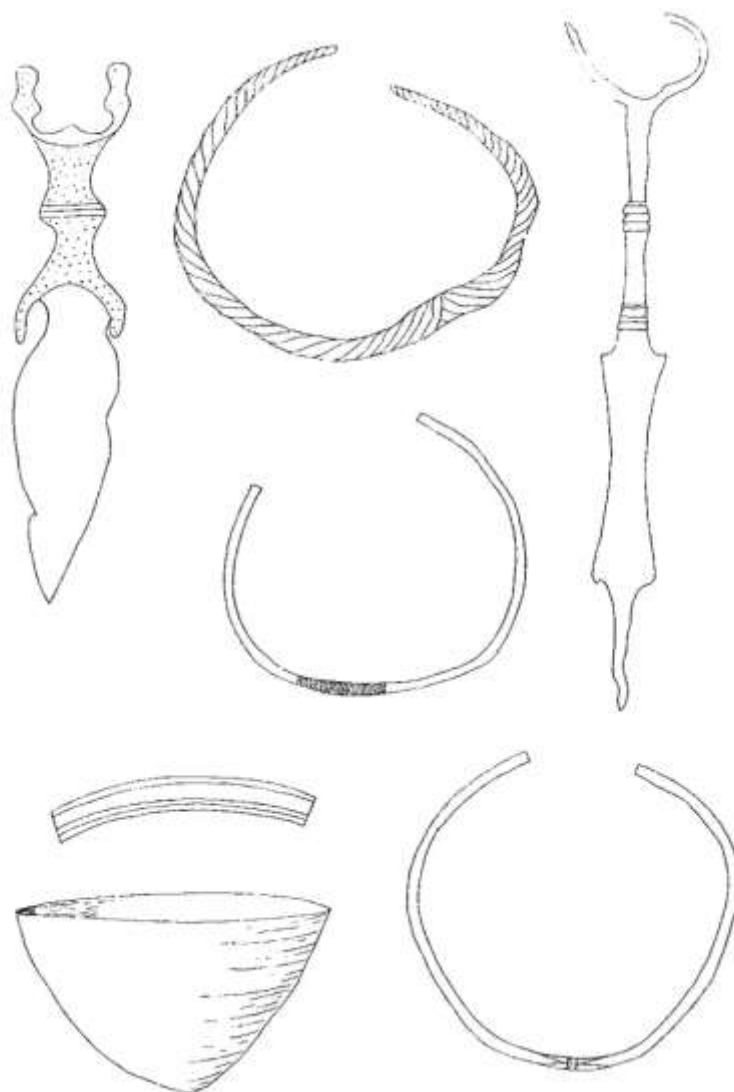


Figura 8 – Punhal de antenas e capô de *simpulum*, de bronze e ferro; torques e vaso cónico em prata datados dos séculos II-I a.C. provenientes da região do Bombarral, (Ferreira, 1977, fig. 6).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

É a partir da década de oitenta, com o despertar da arqueologia urbana nos centros históricos de Lisboa, Santarém e Almada, que vamos assistir ao aumento da massa de dados empíricos e à construção de um novo quadro conceptual sobre o estudo das realidades proto-históricas do vale do Tejo e Península de Lisboa (Arruda, 1999-2000). A construção de uma consistente linha de investigação em torno da ocupação humana da Alcáçova de Santarém, permitiu aferir estratigraficamente a longa diacronia de ocupação do sítio, atravessando toda a Idade do Ferro até ao período romano (Arruda, 1993). Em Lisboa, na carência inexplicável de projeto, o avolumar de dados provenientes das intervenções na colina da cidade medieval a partir da década de oitenta do século XX, multiplicou-se rapidamente, permitindo pela primeira vez vislumbrar o seu passado pré-romano e surpreendentemente os contextos associados à fase da conquista militar de Roma (Amaro, 1993; Gaspar *et al.*, 2000, Pimenta, 2003). A arqueologia urbana em Almada e em particular as diversas campanhas de escavações em torno da Quinta de Almaraz (Cardoso, 1990 e 1995; Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), permitiram traçar uma nova imagem do mundo indígena da Idade do Ferro e em particular o papel que os mercadores fenícios tiveram na sua génese.

Os anos noventa assistiram igualmente, passado 100 anos, ao renascer da investigação em torno do povoado de Chibanes (Palmela), pela equipa do Museu da Assembleia Distrital do Distrito de Setúbal – MAEDS (Silva e Soares, 1997). Com metodologias científicas adequadas, foi possível obter as primeiras sequências estratigráficas do sítio e a clara definição de três fortificações sobrepostas, pertencentes a uma ocupação pré-histórica abrangendo todo o III milénio, a uma curta ocupação da II Idade do Ferro cuja fundação parece remontar à transição para o século III a.C. e uma bem representada ocupação do período tardo-republicano (Silva e Soares, 1997, p. 38-39).

Temos assim, hoje, um conhecimento muito desigual das realidades indígenas da Idade do Ferro, fruto das geografias de investigação, que tem incidido mais nas zonas litorais e ao longo das margens do rio Tejo (Arruda, 2005). Deparamo-nos assim, com um vale do Tejo, com fortes influências do mundo fenício mediterrânico e um interior da Península de Lisboa com povoados com amplas diacronias, sobre os quais existe um profundo desconhecimento sobre suas ocupações, cronologias e cultura material (Arruda, 2017).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

5. A PENÍNSULA DE LISBOA E O BAIXO TEJO NAS VÉSPERAS DA CONQUISTA.

“O estudo dos textos antigos é inseparável do da arqueologia: um completa o outro. Sem a litteratura clássica a archeologia não póde progredir convenientemente; por outro lado, sem as luzes da archeologia, muitos passos dos AA. ficarão obscuros, ou serão incompletamente apreciados.” (Vasconcellos, 1905b, p. 4).

Ao tentarmos abordar a problemática das alterações decorrentes do processo de conquista romana deste território, temos necessariamente que ter presente quem o ocupava e de que forma(s), o denominado mundo indígena. Não se apresenta à partida uma tarefa fácil. Tendo a mesma diversos matizes: as decorrentes do facto de termos, pela primeira vez, fontes escritas que nos mencionam quem aqui vivia, ainda que, como veremos, estas não sejam necessariamente isentas, nem prolixas; e as resultantes do estudo destas comunidades através da arqueologia, que nos últimos anos tem vindo a traçar um quadro de crescente complexidade.

Começando pelo tratamento da problemática étnico-cultural do extremo ocidente peninsular nas vésperas da conquista militar romana, um tema complexo e não isento de riscos, como bem frisou Carlos Fabião (Fabião, 1998a). Ao tentarmos analisar as diversas fontes clássicas que chegaram até nós, teremos que distinguir dois planos distintos: o da visão que destes territórios tinham os Autores greco-latinos, e o da estrutura político administrativa aqui instalada após a conquista pelos romanos, num quadro de uma nova lógica provincial e que tendo em conta os limites temporais deste trabalho já escapa à nossa abordagem. Pode-se ainda ter em conta outro plano, que decorre da ampla literatura realizada por autores contemporâneos a partir dos dados existentes, tentando a reconstrução da geografia antiga desta região (Fabião, 1998a, p. 52).

Os textos literários dos Autores greco-latinos constituem uma das principais fontes para o estudo da História Antiga, não só na reconstituição dos antigos espaços geográficos, mas igualmente para o conhecimento da antiga geografia étnica. Porém esta via, tem as suas virtualidades e limitações inerentes, algumas verdadeiramente inultrapassáveis, sendo de manter sempre um salutar hipercriticismo, na análise e comparação dos diversos Autores (Guerra, 1998). O território em análise, correspondia aos confins do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

mundo antigo, transparecendo nas fontes uma visão de espaço de *finis terrarum* (Guerra, 2019a).

E é nesse contexto que se entendem todo um leque de referências que se reportam a esse facto, como por exemplo as observações sobre realidades fantásticas, o sol, as marés, o oceano e pormenores de natureza geográfica como a descrição dos principais cabos (Guerra, 2019b). O naturalista Plínio-o-Velho, na sua descrição do mundo conhecido descreve a fachada atlântica de Norte para Sul, identificando os rios, aglomerados urbanos e principais acidentes costeiros. Depois de nomear as cidades de *Conimbriga*, *Collippo* e *Eburobríttium*, descreve: “*Depois, entra pelo mar dentro, como uma extensa ponta, um promontório que alguns chamaram Ártabro, outros Magno e muitos, por causa do ópido, Olisiponense e que separa as terras, os mares e o céu. Com ele termina uma parte lateral da Hispânia e depois de o dobrarmos começa a parte frontal.*” (PLIN. 4, 113, Guerra, 1995). É neste ocidente da Ibéria, que “o sol mergulha no Oceano”, cenário que diversos Autores clássicos descreveram com algum detalhe. Possidónio, (ativo na 1.^a metade do século I a.C.), é o responsável por uma das mais vividas descrições: “(...) que o sol é maior quando se põe, nas regiões vizinhas do Oceano, e que, ao extinguir-se, tem um som semelhante ao do mar a sibilar, pelo facto de cair nas suas profundezas.” (*apud*, Guerra, 2019a, p. 78). Devemos ter presente a dimensão ideológica e mitológica que este fenómeno tem na mentalidade romana, tendo o mesmo sido consagrado durante o principado, por um santuário oficial, referido como Templo do Sol e da Lua, onde se promoveram homenagens aos Imperadores vigentes e se invocou o Sol a Lua e o Oceano (Ribeiro, 2007 e 2019).

Tentando contextualizar a geografia política pré-romana, na ausência de documentos escritos pelos próprios o que chegou até nós, seja fontes clássicas seja monumentos epigráficos, reporta-se sistematicamente à época romana, ou seja a um momento em que a reorganização territorial romana estaria em curso. Um exemplo dessa dificuldade de articulação entre época pré-romana ou o período decorrente do processo de conquista, pode ser matizado para o vale do Tejo. Onde o geógrafo Estrabão, assinala os núcleos de *Moron* e *Olisipo* (Estr. III, 3, 1), não por serem os mais relevantes, mas por terem sido estes e não outros, os escolhidos por *Decimus Junius Brutus* para suas fortificações de retaguarda na sua campanha ao Noroeste peninsular (Fabião, 1998a, p. 56). Outros núcleos de grande relevância, como *Scallabis*, que numa fase posterior será *Praesidium*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Iulium e se vê revestida de dignidade como Colónia e sede de *Conventus*, ou o grande povoado da margem esquerda do Tejo, que a arqueologia tem vindo a revelar na Quinta do Almaraz, são totalmente ignorados no Livro III da *Geografia* de Estrabão. O mesmo se poderá dizer de grandes povoados que a investigação tem vindo a trazer ao nosso conhecimento, e aos quais se atribuem funções de “articulação” de territórios e de transitabilidade regional como o sítio de cariz portuário de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos) ou os amplos habitats fortificados, de Castro do Amaral e da Serra do Socorro, só a título de exemplo.

Como tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho, dispomos de cada vez mais elementos para supor que a geografia provincial romana alterou substancialmente o panorama das dinâmicas de povoamento. Optando-se por determinados núcleos em detrimento de outros, e assistindo-se ao abandono de aglomerados habitacionais de assinalável expressão, mas que por diversas razões ficam à margem do novo desenho da província. Veja-se o caso de *Moron*, que cai no oblívio. Por outro lado, embora sobrevivam na toponímia latina, abundantes nomes indubitavelmente indígenas, não será tácito que os núcleos pré-romanos se encontrem de facto em continuidade física às novas cidades desenhadas após a conquista, sendo diversos os casos em que assistimos fundações *Ex Novo*, mantendo-se apenas o nome como memória. Exceções a essa situação, de fundação de raiz de núcleos urbanos são o caso das urbes do baixo-Tejo como *Olisipo* e *Scallabis*, e do vale do Sado, como *Salacia* que se mantêm como eixos de povoamento e centros político administrativos. Ainda que, o que se conhece do seu urbanismo, revele profundas revoluções, com tónica na descontinuidade/rutura entre os povoados pré-romanos e a sua refundação como cidades romanas. Por outro lado, na área em análise deparamo-nos com o núcleo urbano de *Eburobríttium*, sobre a antiga zona lagunar de Óbidos, sendo aparentemente e apesar do seu apelativo topónimo, uma fundação de raiz. Outros topónimos de feição atlântica, surgem mencionados nos Autores greco-romanos, como sítios significativos, sem que pouco ou nada saibamos sobre estes locais durante esta fase precoce. É o caso da ilha de *Londobris*, que Ptolomeu regista nas proximidades do *promontorium magnum* cuja identificação com a atual Península de Peniche parece a hipótese mais consistente (Guerra, 2015, p. 28). Mas também o de *Chretina* ou *Aretina* (Torres Vedras ou Faião, Sintra - Mantas, 2000; Ribeiro, 2013), o de *Araducta* (São Martinho do Porto – Mantas, 1986) e *Arabriga* (ou

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ierabriga, entre Vila Franca e Alenquer - Pimenta, 2015), referidos por Ptolomeu e que se deveriam situar nesta área. Na obra de *Avieno*, denominada, *ora marítima* é referida ainda a ilha de *Poetamion*, de localização controversa, mas possivelmente situada na foz do Tejo, possivelmente no ilhéu do Bugio (Ribeiro, 1996).

O Livro III da *Geografia* de Estrabão é considerado uma boa base para abordar a geografia étnica do extremo ocidente peninsular, sendo complementada por inúmeros pormenores e descrições complementares. Transparece dessa leitura um mundo dividido entre Túrdulos/Turdetanos, Célticos e Lusitanos, não sendo clara a sua distinção. Desde cedo, a historiografia esgrimiou argumentos em torno do complexo problema de conferir contornos geográficos às distintas entidades étnicas ou políticas que povoam as fontes clássicas (Guerra, 1998). A região entre as férteis margens do Tejo até ao rio Douro, seria ocupada pelos Lusitanos e junto à costa atlântica pelos Túrdulos (Guerra, 1995). Ao tentarmos construir a imagem da Lusitânia pré-romana, enfrenta-se um problema de base, que é o de saber que território e que populações correspondem ao que mais tarde veio a ser definido com esse nome. A fixação das fronteiras da província da Lusitânia, só sucede no principado de Augusto, sendo notória a discrepância entre esta definição administrativa e o que autores como Estrabão, Apiano, Orósio ou Plínio-o-Velho apresentam para a delimitação do mundo Lusitano (Fabião, 1998a, p. 65-66). O que transparece das fontes é que o território abrangido pelos Lusitanos, ao longo do tempo, fazem deles um dos povos hispânicos de maior dimensão (Guerra, 2015, p. 33). Por essa razão se compreende que cada Autor clássico, se refira às diferentes “*tribus*”. Estrabão, alude precisamente ao elevado número de *ethne*, cerca de trinta entre o Tejo e os Ártabros (Guerra, 2015, p. 33). De acordo com Plínio-o-Velho, a região ocidental compreendida entre os dois grandes rios era ocupada, junto à costa, do Douro ao Vouga, pelos Antigos Túrdulos, *Turduli Veteres* (PLIN, 4, 113, Guerra, 1995). Pompónio Mela, não só confirma esta atribuição, como atribui aos Túrdulos os ópidos costeiros a Norte do Tejo (Mela, 3,8 - Guerra, 1995, p. 80). Estrabão, esclarece terem os Túrdulos, juntamente com os Celtas empreendido uma expedição ao Norte peninsular, tendo-se dispersado quando passaram o rio *Lethes* (Estr. III, 3, 5). Seria um contingente populacional desta expedição que se fixou junto à foz do Douro que recebeu o cognome de *veteres*. Uma relevante descoberta epigráfica de duas *tesserae hospitales*, datadas de 7 e 9 a.C. provenientes de uma habitação no sopé do Castro do Monte Furado (Vila

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nova de Gaia), veio confirmar de forma inesperada essa atribuição (*apud*, Guerra, 1995, p. 80). Neste âmbito, convém ter presente que alguns investigadores defendem que as referências aos *Turduli Veteres*, sejam alusivas não ao período pré-romano e a uma putativa migração antiga de comunidades meridionais, mas sim a uma deslocação populacional conjunta de Túrdulos e Célticos no contexto da conquista romana datada do século II a.C. (García Y Bellido, 1951, p. 496; Ribeiro no prelo, *apud in* Arruda, 2013, p. 216). De acordo com Plínio-o-Velho, a Sul dos Túrdulos Velhos, a fachada litoral atlântica, repartia-se pelo domínio de várias cidades aparentemente autónomas, como era o caso de *Talábriga*, *Emínio*, *Conímbriga*, *Collipo* e *Olisipo* (PLIN, 4, 113, Guerra, 1995). Tendo em conta os topónimos com o sufixo -ipo na toponomástica atlântica (Lisboa – *Olisipo*, S. Sebastião do Freixo – *Collipo*, Alcáçer do Sal - **Bevipo* ou **Kallipo*), tem vindo a ser matizado que este é um dos elementos mais característicos da toponímia da área meridional da Península ibérica, constituindo os pontos mais ocidentais de uma realidade linguística essencialmente centrada no vale do rio Guadalquivir, apresentando uma clara origem mediterrânica (Guerra, 2000; Guerra, 2013). Em resumo, da leitura das fontes clássicas resulta claro que não exista, de facto, uma unidade política ou étnica na área da Península de Lisboa e baixo Tejo, como aliás não existiria, também nas restantes regiões da Península Hispânica. Não se pode, assim, colocar aqui o campo, que nos últimos anos tem vindo a proliferar, da tentativa de ponte entre as fontes clássicas e o registo arqueológico como é o caso da arqueologia do mundo “Céltico”, do mundo “Celtibérico”, do mundo “Vetão”, do mundo Ásture, etc. Sublinhe-se que a questão da correspondência efetiva entre entidades étnicas e territórios, com a consequente extrapolação para o registo arqueológico é um campo assaz escorregadio (Fabião, 1998a, p. 104).

Nas últimas duas décadas, felizmente, temos assistido no vale do Tejo, a um particular interesse na investigação e estudo destas comunidades pré-romanas através da arqueologia. Estes trabalhos têm permitido traçar uma nova geografia da ocupação e vislumbrar as suas dinâmicas económicas, culturais e comerciais (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014). A par deste *floruit* da investigação, que tentaremos sintetizar mais à frente, assistiu-se à emergência de um debate entre a comunidade científica centrado na identidade cultural das comunidades humanas que habitaram a costa atlântica da Hispânia durante o período sidérico (Sousa, 2017b). Tendo em conta o âmbito deste

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

trabalho, importa sintetizar aqui as principais correntes interpretativas. Apesar de ligeiramente distintas nas suas premissas, emergiram duas teses que perfilam uma sólida integração desta realidade costeira ocidental nos circuitos culturais e comerciais da área meridional da Península Ibérica correspondendo ao atual território da Andaluzia (Sousa, 2017b, p. 92). A corrente Tartéssico-Turdetana – que propõe a hipótese de uma integração da costa ocidental atlântica na esfera cultural do mundo turdetano, resultante de uma presumida herança tartéssica (Torres Ortiz, 2005; 2013; Almagro-Gorbea; Torres Ortiz 2009a). Esta corrente interpretativa tem como principal sustento uma série de aspetos linguísticos (topónimos e antropónimos), registados quase integralmente nas fontes clássicas e epigráficas do período romano, assim como, alguns dados arqueológicos. O conjunto destes elementos foi interpretado, segundo esta perspetiva, como evidência de uma colonização tartéssica do território compreendido entre a foz do rio Tejo e do Sado, que se teria desenvolvido entre o final do século VIII a.C. e a centúria seguinte, com o objetivo de estabelecer um controlo direto das rotas comerciais e dos recursos agrícolas desta área. Os argumentos desta Tese foram discutidos e a meu ver pertinentemente refutados por A. M. Arruda (Arruda, 2013). A Corrente Púnico-Gaditana – com base no registo arqueológico da fachada atlântica, atribui uma particular importância aos circuitos comerciais, sustentando a existência de uma intensa rede comercial ao longo de todo o 1.º milénio a.C. entre a área meridional da Península em particular a baía gaditana e a costa ocidental atlântica, até ao litoral da Galiza (González-Ruibal, 2004a, 2004b, 2006; González-Ruibal *et al.*, 2010; Domínguez Pérez, 2005, 2006 e 2011; Sáez Romero *et al.*, 2020). Os argumentos que suportam esta Tese, assentam na identificação de um conjunto de artefactos cerâmicos recolhidos em povoados e em contextos subaquáticos, do Noroeste peninsular, que têm vindo a ser interpretados como evidências de contactos sistemáticos com a área gaditana, ao longo da Idade do Ferro (Sousa, 2017b, p. 95). Contudo, esta situação não é ainda clara e as suas leituras têm vindo a ser matizadas, visto que muitas das evidências, que tem vindo a ser valorizadas, devem ser interpretadas com algumas cautelas, pois uma fina análise contextual permite reportar muitas dessas importações em contextos já romanos republicanos, decorrentes assim do processo de conquista (Sousa, 2017b, p. 96). Para uma análise crítica da presença destas importações meridionais no mundo da denominada cultura castreja, é interessante ter presente o recente trabalho de B. Currás Refojos (Currás Refojos, 2019, p. 324-335).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Os estudos recentemente desenvolvidos na área da Península de Lisboa e baixo Tejo, geraram, contudo, uma série de novos dados arqueológicos que, ao permitirem delinear de forma mais detalhada os quotidianos das comunidades locais, espoletam a necessidade de uma reflexão mais cuidada sobre os cenários interpretativos aplicáveis a estas realidades (Arruda *et al.*, 2017; Sousa, 2016b). Na sequência de uma fase inicial da Idade do Ferro marcadamente “orientalizante” (finais do século VIII – século VI a.C.), durante a qual a costa atlântica ocidental se relaciona, de forma intensa, com a esfera cultural fenícia ocidental (Arruda 1999-2000), observa-se, a partir de meados do primeiro milénio, profundas alterações no registo arqueológico quer a nível das estratégias de ocupação e exploração do território, quer a nível da cultura material (Sousa, 2014, p. 306-309). Este fenómeno, integrável na conjuntura geralmente denominada de “crise do século VI a.C.” envolve uma multiplicidade de causas internas e exógenas que afetaram diversas áreas da Península, em que a presença fenícia se fez sentir (Sousa, 2017a). Na costa atlântica e em particular no vale do Tejo, onde dispomos de mais dados, assinala-se uma considerável diminuição do ritmo das importações, apontando para uma desconexão desta área com o mundo do Sul peninsular (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014). Denota-se essa quebra em particular na aquisição de produtos alimentares envasados em ânforas, mas igualmente entre a importação de cerâmicas finas de prestígio, como é o caso da cerâmica grega, sendo esta escassa entre os principais sítios de habitat no vale do Tejo (Arruda e Sousa, 2018). A nível da cultura material apesar desta desconexão com o mundo meridional, não se evidencia nenhuma rutura clara até à chegada dos exércitos romanos, evidenciando as amplas estratigrafias exumadas no centro histórico de Lisboa, Quinta do Almaraz, Santarém e Alcácer do Sal uma dilatada continuidade cultural, bem evidenciada na análise dos conjuntos cerâmicos, aquilo de A. Arruda denominou, de uma forma feliz, como conservadorismo orientalizante (Arruda, 1999-2000, p. 258). Ainda em relação, aos contentores anfóricos, deve referir-se que muitos dos materiais publicados, que inicialmente se presumia serem provenientes do Sul peninsular, e que assim, poderiam corroborar a proposta de uma intensa ligação comercial entre estas áreas geográficas, foram recentemente alvo de uma reclassificação que os integra no âmbito de uma produção regional centro-atlântica (Sousa, 2014, p. 90-109; Sousa e Pimenta, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No estudo das dinâmicas de ocupação da Idade do Ferro na área da Península de Lisboa e baixo-Tejo, destaca-se a emergência de grandes aglomerados habitacionais durante o período orientalizante alcançando a dimensão e complexidade que nos permite atribuir-lhe um cariz urbano ou proto urbano. É o caso dos grandes povoados da foz do Tejo, como Lisboa (Sousa, 2015, Sousa e Guerra, 2018) e Almaraz (Barros e Soares, 2004; Olaio, Henriques e António, 2020), mas igualmente os do fundo do estuário como Santarém (Arruda, 2017; Sousa e Arruda, 2018b) e Chões de Alpompe (Pimenta e Arruda, 2014; Arruda *et al.*, 2018). Estes sítios assumem um papel de eixos de estruturação de povoamento, atravessando toda a Idade do Ferro até ao período da conquista militar romana. É a partir dos meados do primeiro milénio a.C. que se assiste a alterações nas lógicas de povoamento ribeirinhas da primeira fase da Idade do Ferro (Sousa, 2019). A regionalização da cultura material, acima mencionada, coincide, por sua vez, com uma série de significativas alterações que se observam no padrão de ocupação humana que emerge a partir de finais do século VI a.C. e que parece estar fortemente relacionado com modificações estruturais no quadro das estratégias económicas. Com efeito, durante a segunda metade do 1.º milénio a.C., observa-se a emergência no ocidente da Península de Lisboa, em particular na área do complexo basáltico de Lisboa de pequenos núcleos de *habitat* que se instalam em relevos de baixa altitude, com considerável potencial agrícola, e nas proximidades de cursos de água, muitas vezes classificados como casais agrícolas (Cardoso, 1995). Este incremento da rede de povoamento, orientada para a exploração de recursos agrícolas e agropecuários é um reflexo de novas lógicas de ocupação que traduzem, provavelmente, uma reorganização dos limites geográficos na esfera de influência política, comercial e cultural da realidade do baixo Tejo (Sousa 2014, p. 306-309). É o caso dos sítios de Moinho da Atalaia, Casal de Vila Chã Sul, Moinhos do Filipinho, Fiat-Alfragide, na área do atual Concelho da Amadora (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014 e 2017a), dos sítios de Leião, Outorela I e II e Gamelas 3 no Concelho de Oeiras (Cardoso, 2004; Cardoso *et al.*, 2010-2011; Cardoso *et al.*, 2014; Cardoso e Silva, 2011), e de Freiria em Cascais (Cardoso e Encarnação, 1999 e 2013). Os dados que podemos manusear, nomeadamente acerca da sua planimetria e arquitetura, parecem indicar tratar-se de núcleos de pequena dimensão possivelmente de cariz familiar. Porém, deve destacar-se a emergência nestas áreas mais ocidentais da Península de Lisboa, de alguns sítios arqueológicos que parecem assumir um distinto papel na hierarquização do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

povoamento, como parece ser os casos do Castelo dos Mouros e Santa Eufémia, em Sintra e do povoado das Baútas na Amadora (Sousa, 2014). Correspondem estes, a distintas implantações na paisagem privilegiando preocupações de defesa e de controlo de áreas de transitabilidade, tendo sido interpretados como “povoados centrais” (Arruda, 1999-2000). Na zona interior do estuário do Tejo, muitos dos sítios com ocupações dos momentos iniciais da Idade do Ferro parecem permanecer ocupados, a par dos dois grandes povoados de Santarém e dos Chões de Alpompe. É o caso dos povoados ribeirinhos de Alto do Castelo, em Alpiarça (Arruda *et al.*, 2014); Alto dos Cacos, Eira da Alorna e Vale de Tijolos, em Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2014; Sousa *et al.*, 2016-2017; Pimenta *et al.*, 2018 e 2010). Outros como por exemplo o Casal da Mó, a Quinta do Bulhaco II, e Castanheira do Ribatejo, em Vila Franca de Xira, parecem ter sido apenas ocupados durante a segunda metade do 1.º milénio (Pimenta e Mendes, 2010-2011; 2015; Pimenta, Mendes e Madeira, 2009). Destaca-se neste panorama, pela qualidade de informação disponível os povoados do Cabeço Guião, Cartaxo, na margem direita do Tejo e o do Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos, na margem oposta. O Cabeço Guião, sobressai pela qualidade da informação, visto que é um dos poucos locais que foi intervencionado arqueologicamente com alguma extensão. Os trabalhos permitiram caracterizar o que parece ser um núcleo de dimensões simples, com cerca de 500 m² e muito provavelmente de cariz familiar. O estudo da sua componente artefactual sustenta uma cronologia centrada na segunda fase da Idade do Ferro. Foram identificadas uma série de estruturas que definem pelo menos três compartimentos quadrangulares de planta ortogonal abertos para uma área aberta, onde a existência de buracos de postes, faz supor estruturas perecíveis complementares (Arruda *et al.*, 2017). Diversos elementos sustentam uma economia centrada na agricultura e pecuária. Relativamente ao Porto do Sabugueiro, este corresponde a um sítio estratégico no panorama das dinâmicas de povoamento da zona mais interior do estuário do Tejo ao longo de todo o I milénio a.C. alcançando como veremos *infra* a fase da conquista militar romana (Pimenta *et al.*, 2014).

Em sùmula, o estado da arte relativo ao conhecimento sobre os momentos finais da Idade do Ferro na área em apreço pressupõe aquilo que tem vindo a ser designado por E. de Sousa, como “uma certa marginalização da área centro atlântica” (Sousa, 2017b, p. 102). Excluindo-a dos principais circuitos comerciais meridionais, pelo menos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

aparentemente no que diz respeito aos dados perenes do registo arqueológico. Porém, denota-se de forma clara que este relativo isolamento não implicou um momento de declínio. Pelo contrário, terá potenciado um processo de reestruturação e dinamismo numa escala regional, patente nas dinâmicas de povoamento e no crescimento demográfico do grande povoado da foz do Tejo, que atinge nesta fase tardia o momento de máxima expansão do centro urbano (Sousa, 2019). Sublinhe-se que apesar do dinamismo patente nos grandes povoados da Idade do Ferro do vale do Tejo e Península de Lisboa, este assume um cariz regional, não se atestando qualquer tradição comercial, quer com a área meridional da Península Ibérica, quer com o mundo centro Mediterrânico. Será assim com a brusca chegada dos exércitos itálicos ao território peninsular num primeiro momento e à fachada atlântica no contexto das Guerras Lusitanas, que este mundo entrará numa nova fase da sua História.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

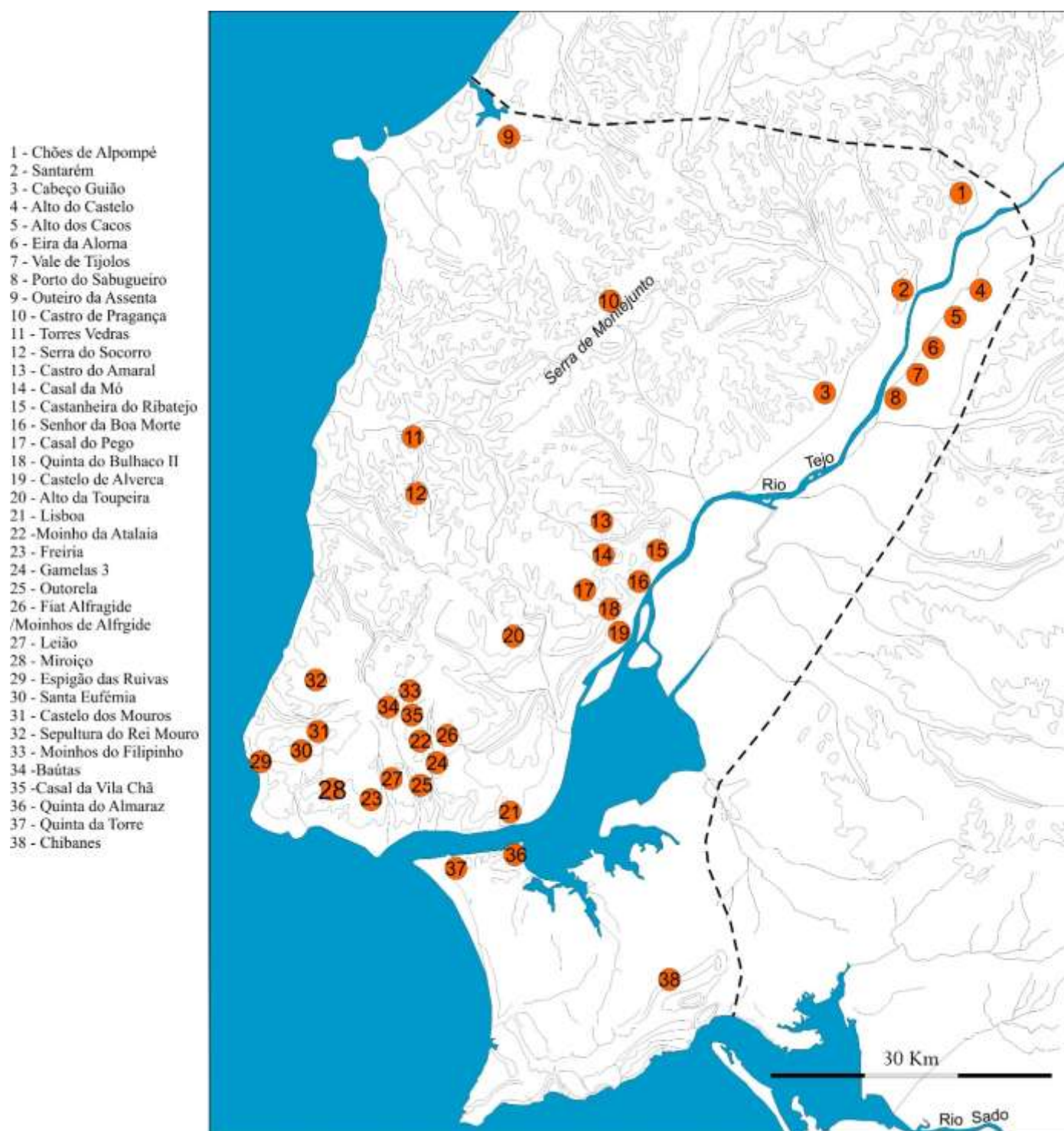


Figura 9 – Povoados da Idade do Ferro da área em estudo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

6. A CONQUISTA MILITAR ROMANA: MODELOS DE ESTUDO

“Fugir à tentação de encontrar no terreno as provas materiais das acções bélicas deste ou daquele chefe militar é tão importante como tomar consciência de que Políbio ou Apiano não constituem propriamente os vectores que devem nortear a investigação arqueológica, (...)” (Fabião, 1998a, p. 185)

A Península Hispânica foi um território de fronteira para o estado Romano durante um período bastante longo, tendo-se destacado por cenários de múltiplos, aguerridos e intrincados conflitos (Morrilo Cerdán, 2019). O ano de 19 a.C. marca o momento oficial do fim da conquista do território, quando Marco Agripa, genro de Augusto, inflige a derrota definitiva a Ástures e Cântabros. Esta vitória, ocorre precisamente duzentos anos depois do primeiro desembarque do exército romano em território peninsular, no outono de 218 a.C., na sequência do assalto e ataque de Sagunto por parte de Aníbal, quando as tropas do cônsul romano Publio Cornélio Cipião desembarcam em *Emporium* (Emondson, 2014). Trata-se assim de um processo longo e complexo que acompanha o evoluir da própria cidade de Roma, no devir histórico das crises da República.

O processo de conquista romana no extremo ocidente peninsular encontra-se particularmente bem documentada por diversos Autores clássicos, em particular desde os finais do século III às últimas décadas do século I a.C. Esta pródiga literatura, por vezes bastante precisa no que diz respeito a movimentações e confrontos militares pesa e muitas vezes determina e condiciona o discurso dos cientistas e dos percursos de investigação em particular na interpretação em torno das dinâmicas de conquista e implantação romana no extremo ocidente da Ibéria (Fabião, 1998a). Este peso tem contribuído, desde cedo, para que a história do processo da conquista, tenha sido escrita fundamentalmente a partir deste corpus textual, sendo os dados arqueológicos meros elementos ilustrativos (Fabião, 2004b, p. 53).

Uma das primeiras reconstituições do devir da conquista romana do extremo ocidente da Ibéria foi traçado, de forma vivida e bem estruturada por José de Leite de Vasconcellos, no Volume III das Religiões da Lusitânia, dividindo este período em 5 fases (Vasconcellos, 1913). O início do século XX marca no território peninsular uma fase crucial para o estudo da conquista romana, com os trabalhos de Adolf Schulten, nos acampamentos em torno da cidade Celtibérica de Numância e nas escavações do recinto

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

militar de Cáceres El Viejo, nas imediações da cidade de Cáceres. A par destes extensos projetos de escavações, as colossais obras do Professor de Erlanger de compilação dos Autores Clássicos, *Fontes Hispaniae Antiquae* (1922-1959) e *Landeskunde der Iberischen Halbinsel* (1955-1957), continuam a ser um marco para qualquer não iniciado nestas temáticas (Blech, 2006).

Apesar deste panorama, a arqueologia da conquista, ou a “Arqueologia militar” romana, no desafiante termo sagrado pelo Professor Angel Morriilo Cerdán (2002) apresenta fraca tradição no território português (Fabião, 2004b). Sobressai neste panorama os precoces estudos de Amorim Girão e Bairrão Oleiro, sobre a geografia de campos fortificados romanos, onde se identifica e tenta-se enquadrar os acampamentos de Cava de Viriato (Viseu), de Antanhol (Coimbra), Chões de Alpompé (Santarém) e Valado de Santa Quitéria (Arganil) (Girão e Oleiro, 1953 e Girão e 1955). Mas em particular, destaca-se o projeto de escavações arqueológicas em torno do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil), promovido por João de Castro Nunes, a partir da década de 50 do século passado (Nunes, 1959). Consubstanciado, como uma verdadeira escola de revolução epistemológica no campo da Arqueologia Militar a partir da década de 80, com a ligação de Amílcar Guerra e Carlos Fabião (Nunes, Fabião e Guerra, 1988; 1990; Fabião e Guerra, 1996; Guerra, 1987; Fabião, 1989).

Esta linha de investigação materializou-se na Área de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o projeto de longa duração de escavações no povoado de Mesas do Castelinho (Guerra e Fabião, 1994 e 2010, Fabião e Guerra, 2008). O trabalho de Doutoramento de Carlos Fabião, “O mundo Indígena e a sua romanização na área céltica do território português” abre para o território português uma etapa crucial na disciplina da Arqueologia Militar (Fabião, 1998a). Não tendo o foco na guerra nem no conflito, mas antes na “perceção arqueológica da mudança”, este trabalho, reviu, ergueu e suscitou diversas teses pertinentes sobre a presença militar (Fabião, 2001d). Entre outras questões, destacamos o campo da problemática e metodologia de deteção do *hospitium militare*, do exército “escondido” em povoados indígenas, como é o caso, entre outros, da emblemática situação da Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (Fabião 1996, 1998a). Assim como, o sublinhar da relevância estratégica do vale do rio Tejo e do seu amplo estuário nas dinâmicas da conquista (Fabião, 1998a, 2013 e 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em paralelo, na vizinha Espanha, após os trabalhos de Adolf Schulten, de inícios do século XX, os trabalhos em torno da temática da conquista são poucos, tendo o tema devido à sua componente militar e belicista decaído com os conflitos da primeira metade do século XX (Morillo Cerdán, 2016). Os trabalhos de A. García y Bellido vem marcar um novo despertar da investigação arqueológica desta fase, em particular a sua obra de síntese “O Exército romano na *Hispania*” (García y Bellido, 1959, 1976). Tendo este sido seguido de perto de diversos estudos de revisão das componentes materiais das antigas escavações do cerco de Numância e de Cáceres El Viejo (Sanmartí Greco, 1985 e 1992; Sanmartí Greco e Principal Ponce, 1997; Ulbert, 1984). Em concreto, a basilar publicação de G. Ulbert sobre o acampamento republicano de Cáceres el Viejo enceta uma nova fase para a arqueologia hispânica (Ulbert, 1984). Este novo ciclo, tem vindo a ser encabeçado e consubstanciado pelos trabalhos de A. Morillo Cerdán da Universidade Complutense de Madrid. Com uma perspetiva mais arqueológica, tem empreendido a atualização dos dados e das linhas de investigação, afrontando com uma perspetiva crítica a “arqueologia filológica” empreendida por Adolf Schulten (Morillo Cerdán, 1991, 1993). Partindo desta revisão do estado da arte, A. Morillo Cerdán organiza em Segóvia em 1998, o primeiro encontro de especialistas de diversos campos relacionados com o Exército romano na *Hispania*, com o título de “I Congresso de Arqueologia Militar romana na Hispânia” (Morillo Cerdán, 2002). Tendo este encontro sido ampliado, de alguma forma, em 2004 pela reunião científica “Arqueologia Militar Romana na Europa” (Pérez González e Illarregui, 2004) e repetido, ainda que, com uma temática mais focada na logística militar, em Leão em novembro de 2004 (Morillo Cerdán, 2006a). Esta sequência de encontros científicos é coroada em 2006 pela realização em Leão, do *Roman Frontier Congress* (Morillo Cerdán, *et al.* 2009; Morillo Cerdán e Aurrecoechea, 2006).

A dinâmica promovida por A. Morillo Cerdán a partir de Leão, fez com que este desenvolva um projeto de investigação com a Casa de Velásquez, organizando em 2001 um importante encontro que reúne os principais especialistas da área e que se materializou num volume de grande relevância para a temática (Morillo Cerdán *et al.*, 2003). Sendo seguido, de diversos encontros, incidindo na temática militar organizados por esta instituição francesa (Moret e Quesada Sanz, 2002; Moret e Chapa, 2004), assim como, os simpósios decorrentes do projeto “*La guerre et ses traces dans la Péninsule*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ibérique” (2007, 2009 e 2010) (Cadiou *et al.*, 2008; Quesada Sanz *et al.*, 2010; Cadiou, Navarro, 2014).

Na última década, temos assistido a uma feliz proliferação de encontros com temática na arqueologia da conquista romana, como são os casos: do congresso celebrado em Tona em 2010, “*Roma en la Península Ibérica Presertoriana. Escenarios de Implantacion Militar Provincial*” (Principal, *et al.*, 2017); do encontro organizado em Alicante em 2012, “*Las Guerras Civiles Romanas en Hispania*” (Sala Sellés e Moratalla Jávega, 2014); da reunião do Redondo/Alandroal em 2012, “A gestão das paisagens rurais entre a Proto-história e o período romano.” (Mataloto *et al.*, 2014); do Congresso organizado em Vila Franca de Xira, “Conquista Romana do vale do Tejo (Fabião e Pimenta, 2014) e do Seminário organizado em Sevilha em 2019, “*De Ilipa a Munda. Guerra y Conflicto en el Sur de Hispania.*”

O incremento exponencial de reuniões científicas, mas igualmente de trabalhos a nível académico e monografias específicas relativas a diversos aspetos da temática militar romana são uma prova de que a disciplina desfruta de uma nova e prolífera etapa. Para o território da Hispânia *Ulterior*, destaca-se os trabalhos de Doutoramento de F. J. Heras Mora “*La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano*” que já assumiu o papel de obra de referência (Heras Mora, 2015, 2018), assim como, a Tese de T. R. Pereira, sobre “O papel do exército no processo de Romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso.” verdadeiro marco na investigação (Pereira, 2018).

O conhecimento sobre o exército romano assentou, tradicionalmente, sobre as fontes clássicas. Os textos de Autores como Políbio, Higinio, Vegécio, Tito Livio ou César informam-nos sobre diferentes aspetos da organização dos corpos militares (Morillo Cerdán, 2016, p. 10). Contudo, nos últimos anos, a arqueologia tem permitido ampliar a nossa informação sobre a potente máquina de guerra romana, clarificando diversos aspetos sobre os quais as fontes mantêm silêncio, são parciais e muitas vezes contraditórias. O conhecimento sobre as estruturas militares romanas é um dos campos que tem experimentado um maior crescimento, na investigação peninsular, porém segue demonstrando grandes carências (Morillo Cerdán, 2014, p. 35-37). Muitos dos problemas que têm sido expostos decorrem de alguma confusão terminológica latina, como dos problemas de identificação no terreno (Morillo Cerdán, 2008a, p. 77-83).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sobressai da análise da literatura da especialidade, a dificuldade de encaixar determinadas realidades que a arqueologia tem vindo a revelar dentro das categorias supostamente “canónicas” que se encontram plasmadas nas fontes clássicas. Um bom exemplo desta situação encontra-se presente na investigação do território atualmente português no mundo dos denominados *Castella*, recintos-torre, recintos ciclóticos, de entre os quais emerge e sobressai o amplo complexo de estruturas do Castelo da Lousa, Mourão (Maia, 1978a, 1986; Fabião, 2002b; Mataloto, 2002, 2004a, 2008; Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010). Tidos desde cedo como estruturas de cariz militar, o seu uso castrense tem vindo a ser debatido e matizado. Seguindo este trabalho, a ponderada análise de C. Fabião “(...) não creio que se deva atribuir todas estas construções às iniciativas militares romana, o que não exclui a possibilidade de haver, de facto, algumas estruturas militares entre este amplo conjunto de sítios, quase sempre identificados somente no decurso de prospecções.” (Fabião, 2004b, p. 69). Os recentes avanços na investigação dos recintos militares, nomeadamente na área meridional da província *Citerior* têm vindo, nesta linha de trabalho, a começar a sublinhar a distinção entre assentamentos do exército romano e assentamentos administrativos com precoce presença itálica e militar, ainda que não estritamente militares, servindo antes como bases logísticas e de aprovisionamento e segurança das tropas em trânsito (Pera *et al.*, 2016).

Nos últimos anos a aplicação e disseminação de novas tecnologias tem permitido revolucionar os trabalhos de investigação sobre a fase de conquista romana do território peninsular. A aplicação do detetor de metais, com metodologia própria, para o seu uso científico, unido ao reconhecimento aéreo e à prospeção sistemática do terreno mediante novas formas de teledeteção como o LiDAR tem contribuído para a localização de novos e insuspeitados recintos militares, assim como, cenários de campos de batalha, como os recentemente documentados sítios de Andagoste, Pedrosillo e *Baecula* (Morillo, 2019). Merece uma especial referência o campo de análise que se tem vindo a ampliar com a localização de diversos recintos vinculados com as guerras Cântabras (Torres Martínez, *et al.* 2019) e com outros episódios da presença militar no Norte peninsular (Costa-García, Fonte e Gado, 2019; Menéndez Blanco *et al.*, 2020).

Tendo em conta o âmbito e objetivos do presente trabalho importa expor previamente algumas questões de terminologia e conceito. Longe dos pressupostos ideológicos de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Th. Mommsen sobre o “Imperialismo defensivo” como forma de explicar a expansão romana, decorrentes da época histórica em que constrói a sua monumental História de Roma (Mommsen, 1894), as leituras atuais caminham noutro modelo explicativo (Heras Mora, 2018). A conceção atual do termo Imperialismo ainda está influenciada por perspectivas teóricas herdeiras do Marxismo e Liberalismo. Segundo esses pressupostos, a prática imperialista, cobre um duplo objetivo através da expansão, a busca de mercados donde colocar a sua produção e por outro o controlo sobre os recursos e matérias primas (Edwell, 2013). No cenário da reformulação das bases teóricas que tentam explicar o Imperialismo romano e os motivos da sua expansão, destaca-se a recente obra de D. Mattingly, que parte do reconhecimento de uma importante complexidade da política romana e enfrenta e afronta a ela os modelos colonialistas ou imperialistas de época moderna, sobressaindo que estes conceitos não são monolíticos e estão sujeitos a evolução e mudança na forma (Mattingly, 2011).

A presente abordagem, insere-se numa perspectiva de modelo de estudo do processo de conquista e romanização, que se assume como privilegiando a análise de continuidades e ruturas identidades e influências exógenas, entre os dois modelos culturais distintos (Fabião, 1998a; Soria, 2013). Entendendo-se que “(...) o processo de Romanização, nos seus contornos políticos e sociais, constitui, no essencial, na passagem de um mundo indígena diversificado, de poderes repartidos e frágeis, para uma realidade provincial de um vasto Império, parcelas de um todo, crescentemente uniformizado nos seus traços mais característicos.” (Fabião, 2001d, p. 109). A arqueologia e a epigrafia têm conseguido plasmar que este processo está longe de ser unidirecional, sendo antes marcada por profundas trocas culturais e sincretismos religiosos e mitológicos. Contudo, importa sublinhar que estas profundas transformações decorrem de “processos coercivos e violentos”, implicando a conquista de territórios e submissão unilateral das suas populações (Fabião, 2001d, p. 110).

Os interesses de Roma nestes territórios ocidentais decorrem da procura de riqueza, objetivo último de qualquer potência imersa em processos expansionistas, tendo os mecanismos para alcançar esses objetivos sido distintos entre a diversidade plural das regiões (Heras Mora, 2018, p. 56). Analisando-se as dinâmicas da conquista, como nos são expostas pelas fontes clássicas, é evidente pela sua duração e dinâmicas de avanços e recuos, que não existiu um plano pré-definido de expansão e conquista da Península

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de uma forma geral, nem do extremo ocidente em particular (Fabião, 1998a). Os avanços militares e a ocupação progressiva dos territórios decorrem assim, numa primeira fase, de situações particulares e conjunturais decorrentes da própria história de Roma, assim como da busca da honra através do triunfo militar e da criação de clientelas entre o mundo conquistado por parte dos chefes militares. Resultando de forma clara que muitas decisões e iniciativas militares resultam das ambições individuais dos governadores, na sua tentativa de ascensão política na *Urbs*. Porém, apesar deste aparente falta de desígnio, ele é rapidamente superado e emerge a ocupação provincial republicana e o acurado inventário das suas riqueza e controlo fiscal dos territórios é devidamente estabelecida. Como pertinentemente sublinha W.V. Harris, os maiores beneficiários desta política expansionista serão os *publicani* e os *negotiatores*, que rapidamente avançam atrás dos exércitos em busca dos novos mercados e de novas oportunidades comerciais (Harris, 1991). São muitas vezes os ténues traços destes, pautados pelas importações de produtos alimentares envasados em ânforas, das cerâmicas finas, das baixelas metálicas, mais do que os vestígios deixados pelos militares, que nos permitem vislumbrar o avanço do processo de conquista e da transformação social, cultural e económica inerente ao que tem vindo a ser plasmado como processo de romanização.

II PARTE

MONTE DOS CASTELINHOS

1. O SÍTIO DO PONTO DE VISTA GEOLÓGICO E SUA IMPLANTAÇÃO

A estação arqueológica de Monte dos Castelinhos (CNS 3923) localiza-se numa propriedade privada, denominada de Quinta da Marquesa, sita na União de Freguesias de Castanheira do Ribatejo e de Cachoeiras, Concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa (figura 10). Ocupa um vasto morro e suas encostas com a altimetria máxima de 88 metros, erguendo-se de forma proeminente sobre a margem direita do rio Grande da Pipa e do rio Tejo do qual dista atualmente 2 quilómetros.

A sua configuração preponderante, com encostas bastante inclinadas em três dos seus lados e escarpada do lado Oeste confere-lhe claro destaque na paisagem, dominando de forma contundente uma ampla área circundante (Anexo 2, fotografia 1 a 8).

Do ponto de vista geológico o Monte dos Castelinhos insere-se dentro do denominado “Complexo de Cheganças (Alenquer) e Casais (Carregado)” que separa as formações do Mesozoico (Jurássico-Cretácico) das do Terciário (Oligocénico-Miocénico). Trata-se de um complexo de grés, argilas e calcários, orientado em sentido N/S entre Ota e Alenquer, terminando precisamente no Monte dos Castelinhos (Zbyszewski e Assunção, 1965). Na encosta Norte do Monte funcionou até meados dos anos oitenta do século passado, uma pedreira que aproveitava na construção e como matéria-prima para calçada os calcários do oligocénico que aí afloram. Nessas formações foram identificados pelos serviços geológicos diversos fósseis, como exemplares de *Limnaea pachygaster* THOMAE e de *Nystia tagica* ROMAN (Zbyszewski e Assunção, 1965, p. 19), ver figura 11.

A implantação de Monte dos Castelinhos dota o sítio de condições naturais de defesa para a ocupação humana, em particular do seu lado Norte, Oeste e Sul, sendo que a Este é mais facilmente acessível. Razão pela qual como iremos ver é nesta zona que se preservam indícios mais expressivos de um complexo sistema defensivo (Anexo 1, figura 44).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Apesar destas características dominantes, e condições naturais de defesa, o Monte dos Castelinhos não é a colina mais elevada da unidade de paisagem onde se insere, sendo superado a Sul pela Serra da Castanheira (159 m) e a Oeste pelo Cabeço de Cadafais (130m), localizados a cerca de 1000 m e a 2500 m respetivamente.

As suas características geológicas, altimétricas e de implantação na paisagem fazem com que o Monte dos Castelinhos assuma uma posição geoestratégia assumindo um evidente controlo de uma zona de fronteira natural. De facto, a cordilheira montanhosa que se eleva, com colinas suaves mas marcantes, desde a bacia do rio Trancão a Sul, apenas é interrompida de forma categórica neste morro, sendo a partir daqui interrompida por uma significativa bacia hidrográfica, que domina visualmente até a Serra de Montejunto que lhe marca o horizonte para Nordeste.



Figura 10 – Localização de Monte dos Castelinhos na Península Ibérica e no baixo Tejo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A área de implantação e de domínio visual de Monte dos Castelinhos abarca quatro bacias hidrográficas, com uma área aproximadamente de 400 km². O rio Tejo, o rio Grande da Pipa, que corre encostado à estação arqueológica, o rio de Alenquer, e o rio da Ota. Estes últimos três desaguam no primeiro, atravessando aquilo que hoje em dia é uma vasta área aluvionar de intensa exploração agrícola, situada entre os sopés de Castelinhos e a Vila Nova da Rainha – Azambuja, onde a altimetria volta a erguer-se, formando a vasta serra, da antiga e temida mata da Azambuja, ainda descrita em 1843 por Almeida Garrett (Garret, 2010, p. 30).

O rio Grande da Pipa nasce em Sobral de Monte Agraço, corre de Oeste para Leste, passa junto à povoação dos Cadafais, onde recebe a ribeira de Santana da Carnota, e tem a sua antiga foz entre o Monte dos Castelinhos e a Quinta de Vale Flores. Partindo deste ponto entra em terrenos de planície por onde se espraia, tendo em meados do século XIX sido encanado, na ora denominada vala do Carregado que o conduz à sua atual foz no Tejo junto da estação de comboios do Carregado. O rio de Alenquer nasce nas abas da Serra Alta, corre na direção Oeste-Leste, atravessa a vila de Alenquer e vai desaguar no Tejo lado a lado com o rio da Ota, próximo de Vila Nova da Rainha. O rio da Ota nasce nas faldas da serra de Montejunto, corre de Norte para Sul, passa junto à povoação homónima e desagua no Tejo perto de Vila Nova da Rainha (Branco, 2007).

Esta vasta baixa aluvionar hoje atravessada pelos três rios acima mencionados, constituía há cerca de 10 000 anos no máximo da transgressão flandriana, uma das ramificações da ria do Tejo (Daveau, 1980, 1994), ramificação essa, que de acordo com a proposta de Rui Parreira deveria estender-se pelo vale do Rio Grande da Pipa (Parreira, 1990, p.80), ver figura 12.

Porém, a ausência de dados paleogeográficos, impede-nos de conhecer os efeitos que a oscilação do nível da água do mar teve na evolução sedimentar desta região. Como tal, apenas podemos supor que esta acompanha o processo geral de assoreamento das zonas estuarinas. Assim, e apesar do nível do mar estar estabilizado há aproximadamente já 5000 anos, preenchendo, até à altitude de 0 m, a ria ramificada do Tejo e afluentes (Daveau, 1980), o aumento do débito de materiais para o litoral, acelerando o processo de assoreamento das zonas estuarinas e o crescimento de restingas arenosas que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

transformaram o litoral no que conhecemos atualmente, parece ter sido um processo intensificado, sobretudo, após a Idade Média (Dias *et al.*, 1997).

De acordo com a documentação medieval, no final do século XII, “a maior parte, senão a quase totalidade do alfoz de Alenquer devia encontrar-se em mato maninho”. A compra e arroteamento destas terras deveu-se à ação de D. Dulce (esposa de D. Sancho I) e dos frades cistercienses que “arrotearam e drenaram os terrenos alagadiços, transformando-os em “uberes terras de pão” (Ferro, 1996, p. 117).

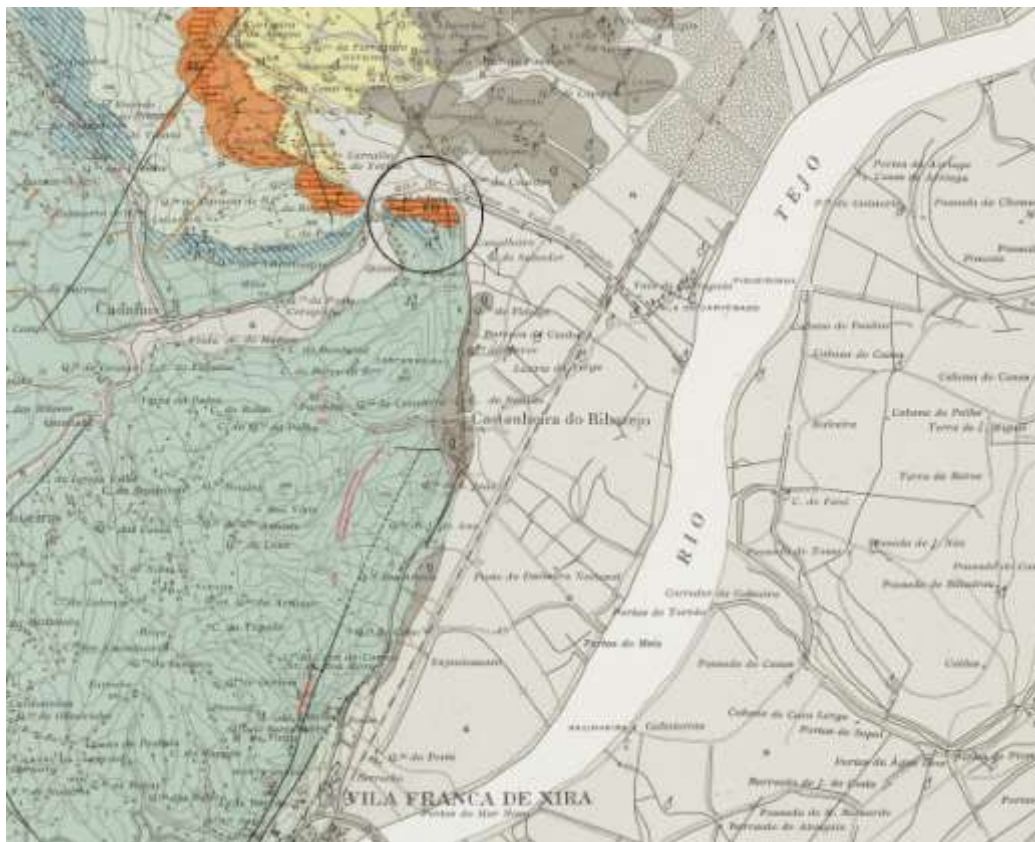


Figura 11 – Excerto da Folha 30-D da Carta geológica de Portugal, escala de 1:50 000. A laranja - Calcários denominados da Quinta da Marquesa. A Azul –Formações do Cretácico superior. A cinzento área de aluviões e terraços aluviais do Tejo

No âmbito da crise de 1383/1385, Fernão Lopes descreve na Crónica de D. João I, que no ano de 1384, D. João acode de Lisboa com tropas o Castelo de Alenquer, “E Forom estas fallees pelo rrio acima ataa pomte da Mariha, que he huûa legoa do logar (...) (Lopes, 1945, p. 185). Esta breve passagem serve para ter presente a navegabilidade desta área que se manteve até ao século XIV. Ainda hoje se mantém o topónimo de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Quinta da Meirinha, e de esteiro da Meirinha situado em frente ao Monte dos Castelinhos na área do Carregado.



Figura 12 – Planta do baixo Tejo, proposta de reconstituição da evolução holocénica da parte vestibular do rio (Daveau, 1994, alterado), com localização de Castelinhos e da área lagunar onde este se localiza.

Em concreto, para o período a que nos reportamos no âmbito desta dissertação, não dispomos de dados sobre a evolução desta área. Ainda que seja perceptível pela documentação medieval e moderna a grande e progressiva transformação física, resultando no atual assoreamento daquela que terá sido uma das ramificações da ria

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

flandriana do Tejo. O que resulta desta análise é a percepção de que Monte dos Castelinhos teria em época romana, características de povoado portuário com ampla e fácil navegabilidade, se não até ao seu sopé até bem perto, sublinhe-se que ainda hoje dista apenas 2km da área portuária da vala do Carregado. Um dado a ter em conta nesta leitura da paisagem para o período romano é o conhecimento que dispomos a nível da inventariação dos sítios de época romana, estes são um indicador assinalável a ter em conta na delimitação da bacia hidrográfica (Pimenta e Domingos, 2015).

Do ponto de vista de utilização de solo, quando se iniciaram os trabalhos arqueológicos em 2008, a totalidade da área da quinta encontrava-se sem exploração agrícola. De acordo com os proprietários, o espaço do topo do monte foi explorado como vinha, até aos anos oitenta do século XX, e as encostas como área de olival e de pastoreio. Atualmente o Monte dos Castelinhos apresenta um denso coberto vegetal, revestindo quase integralmente todo o solo (cobertura entre 70 a 80%), constituído por olival antigo e por denso coberto arbustivo de aroeiras.

O coberto vegetal é um dos maiores óbices para a interpretação global do sítio, tendo impedido a prossecução de um levantamento topográfico fino, dificultando a leitura de pormenor da microtopografia. Várias circunstâncias impediram a prossecução de uma desmatção integral, nomeadamente: a propriedade privada, a segurança dos contextos arqueológicos (que ficam inacessíveis com o denso coberto vegetal) e a própria conservação das vertentes acentuadas que apresentam escassa sedimentação. A vegetação proporciona assim uma proteção contra vandalismos e uma preservação de estruturas arqueológicas. Segundo esta perspetiva, as desmatções foram sectoriais, exclusivamente na área de implantação das áreas de escavação.

Por último, importa sublinhar, a inexistência atual de captação de água em todo o Monte, à exceção do seu sopé onde brota uma nascente, ainda hoje utilizada pela população da área envolvente. Não podemos saber como seria em época ulterior, contudo, foi sempre sublinhado pelos herdeiros da propriedade a dificuldade na captação de água o que sempre se apresentou com um óbice à exploração agrícola do seu topo e encostas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A estação arqueológica de Castelinhos engloba-se dentro de uma propriedade, com pergaminhos ancestrais que remontam à Idade Média, denominada de Quinta de Goes de Bocage ou Quinta da Marquesa. As primeiras referências históricas a este local mencionam já no século XVI (1526) a existência de uma importante propriedade agrícola denominada por Monte dos Loios na posse de Pedro Afonso de Avelar (Henriques, 1997, p. 55) (Anexo 1, figura 1 a 4).

O topónimo Monte dos Loios, que ainda hoje se mantém na estrada que serpenteia a base de Castelinhos e no vizinho casal dos Loios, deve remeter para uma ligação desta quinta com a Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista ou Congregação dos Loios. Tenha-se presente que esta congregação foi fundada em Portugal na segunda metade do século XIV e que teve um importante convento em Lisboa, com extensas propriedades espalhadas pelo território. Apesar da denominação, Monte dos Loios, nunca se perdeu na população local a noção da existência de vestígios de remota antiguidade neste espaço, tendo-se mantido o topónimo de Alto dos Castelos ou de Monte dos Castelinhos, pelo qual ficou conhecido na literatura arqueológica (Parreira, 1990).

Em 1712 a Quinta da Marquesa é dada como pertencendo ao Marquês de Fontes, Dom Rodrigo Annes de Sá Menezes e Almeida, 3.º Marquês de Fontes, que em 1718, foi feito Marquês de Abrantes. A denominação de Quinta da Marquesa que ainda hoje perdura resulta do facto de a esposa do primeiro Marquês de Abrantes ter ficado viúva, com os filhos ainda crianças e de ter sido ela a representante da casa durante muito tempo (Henriques, 1997, p. 56).

O investigador e erudito local, Guilherme João Carlos Henriques, dá-nos conta no semanário *Vila franquense* em 1899 da descoberta de vestígios de antigas construções: “Recentemente, abriu-se um caminho, de carro, que vai ter ao cume do monte, donde se goza lindíssima vista. Consta-me que naquele ponto se acharam vestígios de fundações antigas e muitíssimo sólidas, (...)” (Henriques, 1997, p. 57).

Posteriormente, em 10 de Julho de 1941 na Revista Vida Ribatejana, é publicado um interessante artigo sobre a Quinta da Marquesa, então denominada Goes du Bocage, em

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

que é dado destaque à sua história e sublinhada a sua remota antiguidade: “Existiam, de facto, na Quinta da Marqueza as ruínas de um palácio ou Castelo. Ao local chama ainda o povo o «Alto dos Castelos». No mesmo sítio havia também vestígios de fundações romanas. Numas covas que ali se abriram há anos para plantação de oliveiras, encontraram-se uma lucerna e uma moeda romana, do tempo de Júlio César.”

Apesar destas remotas referências, deve-se a Hipólito Cabaço os primeiros trabalhos de recolha sistemática de materiais arqueológicos nesta estação, em meados dos anos trinta do século XX. Estes encontram-se hoje armazenados no museu que ostenta o seu nome, e atestam a existência de uma ocupação pré-histórica datada do Calcolítico e uma do período romano (Pereira, 1970a).

Apesar deste precoce despertar, relativo ao interesse sobre esta estação, foi necessário aguardar pelos anos setenta e oitenta, para surgirem as primeiras notícias sobre os Castelinhos: em 1970, Ernâni Barbosa, refere que se terão encontrado na Quinta da Marquesa “vestígios de um cemitério romano sob o jardim e um laranjal” (Barbosa, 1970, p. 30). Em 1972 D. Fernando de Almeida, refere uma lucerna romana completa de meados do século II d.C. que se conservava no Museu Municipal de Vila Franca de Xira recolhida na Quinta da Marquesa (Almeida, 1972). Em 1984 João Fernando Gomes e Salette da Ponte, apresentam outro achado isolado efetuado “numa courela próxima da Ribeira de Cadafais (ou vala do Carregado) situada no Monte dos Castelinhos”, (Gomes e Ponte, 1984, p. 99). Trata-se de uma aplicação de mobiliário em bronze de pequena dimensão em forma de mascarão representando *Júpiter Amón*, datada de meados do século II d.C. (Gomes e Ponte, 1984).

Através destas primeiras publicações, sabemos que em inícios dos anos 80 José Barreto Domingos e João Fernando Gomes, do Museu de Alenquer, efetuaram prospeções extensivas na Quinta da Marquesa. Tendo pela primeira vez, reconhecido e dado o devido valor ao sítio, denominando-o como um vasto habitat fortificado, com vários troços de muralha visíveis (Gomes e Ponte, 1984).

Cronologicamente em paralelo com estes trabalhos, José Norton, colaborador de Octávio da Veiga Ferreira, seguindo indicações deste, refere a presença de vestígios de época romana “a deslizar pelas encostas” onde existia a pedreira, efetuou uma visita ao

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sítio em meados dos anos oitenta recolhendo uma importante coleção de materiais arqueológicos cerâmicos líticos e metálicos, (Norton, 2013). A existência desse conjunto foi divulgada em comunicação à Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa na sua reunião de 28 de março de 2007, com o sugestivo título “Acampamento romano do Carregado.” Na sequência dessa comunicação iniciaram-se profícuos contactos do signatário com José Norton, que acabariam por levar à doação dos referidos materiais ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira e à elaboração de um estudo conjunto sobre essa coleção (Pimenta, Mendes e Norton, 2008).

No final dos anos oitenta, seguindo as funções museológicas definidas pelo Concelho Internacional dos Museus, a missão e princípios gerais que norteiam o Museu Municipal de Vila Franca de Xira, integrado na estrutura do departamento de Cultura da Câmara Municipal, assentaram nas tarefas de investigar, recolher, conservar, documentar e divulgar os diferentes patrimónios na sua dependência (Nunes, 2003). Iniciou-se assim um conjunto relevante de inventários, entre os quais se destaca o primeiro gizar da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, da responsabilidade de Rui Parreira. É nesse contexto que o Monte dos Castelinhos é inventariado – CNS 3923: como um local de habitat, de cronologia Calcolítico, da Idade do Ferro, Romano e Medieval. Sublinhando-o como um “vasto habitat fortificado, com vários troços de muralha visíveis (...)” (Parreira, 1990, p. 82).

O inventário de Monte dos Castelinhos foi essencial para a sua preservação. Como corolário desta fase da arqueologia Municipal, o primeiro Plano Director Municipal (PDM), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/93, publicada no Diário da República, n.º 64, I Série-B, de 17 de março de 1993, tem já uma atenção particular para os sítios arqueológicos e sua envolvente, encontrando-se a área de Monte dos Castelinhos devidamente assinalada e assim protegida.

3. O PROJECTO MOCRATE

A investigação em Monte do Castelinhos insere-se num Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), apresentado e aprovado pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), denominado - Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE). Este projeto, dirigido pelo signatário, insere-se no âmbito da filosofia do Museu Municipal de Vila Franca de Xira enquanto Museu de Território,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

inscrito na Rede Portuguesa de Museus. A estação arqueológica de Monte de Castelinhos pretende-se assim assumir como um polo descentralizado deste Museu, aproveitando as diversas valências que a localização do sítio evidencia, nomeadamente a nível patrimonial, paisagístico e ecológico (Pimenta e Mendes, 2013a, 2015a).

A génese deste projeto surge em março de 2006, com o decorrer das escavações de emergência do Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira. Um dos elementos mais marcantes, e mesmo surpreendentes desta escavação, foi o de se ter detetado um significativo troço de uma antiga via de origem romana (Pimenta e Mendes, 2007a; Mendes e Pimenta, 2007). Os resultados obtidos com esta escavação e a sua relevância para o conhecimento do território, levaram o Museu Municipal a desenvolver um projeto de estudo, tendo como eixo diretor a ocupação humana ao longo da *Via Olisipo - Scallabis* (Pimenta e Mendes, 2012 e 2019).

Este projeto alicerçou-se em cinco momentos distintos, mas complementares:

- 1 – A sistematização da informação patrimonial que se encontrava dispersa quer na bibliografia da especialidade, quer em relatórios de trabalhos arqueológicos.
- 2 – Com base nesta informação e na análise da cartografia, delineou-se uma campanha intensiva de prospeção sistemática do território.
- 3 – Os resultados das prospeções e a compilação da informação foram introduzidos numa base de dados própria, tendo todos os sítios sido georreferenciados e introduzidos num Sistema de Informação Geográfico (SIG) criado para o efeito.
- 4 – Estudo de coleções antigas provenientes de estações no concelho e depositadas nas reservas do Museu Municipal e em Museus da área de Lisboa.
- 5 – Por último, com base na informação recolhida, delineou-se a intenção de desenvolver escavações arqueológicas em sítios predefinidos e com um quadro de indagações prévias a solucionar.

O desenrolar desta investigação despontou na realização de uma Mesa Redonda, intitulada “De *Olisipo* a *Ierabriga* a rede viária romana no baixo Tejo”, efetuada no dia 31 de outubro de 2008 no auditório do Museu do Neo-Realismo permitindo reunir em

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Vila Franca de Xira os especialistas nacionais sobre a temática das vias de comunicação na antiguidade para discutir as problemáticas da viação romana no vale do Tejo (Pimenta, 2012a).

A análise cuidada dos sítios arqueológicos do município, levou-nos a salientar entre eles, a importância de Monte dos Castelinhos, enquanto estação mais representativa e com maiores possibilidades de desenvolver um programa de estudo bem estruturado. A sua implantação isolada, a inexistência de construções, a sua imponência visual e paisagística, o seu fácil acesso, o elemento de aparentemente se encontrar abandonada desde o período romano, aliado ao quadro de indagações prévias em torno do sítio fez com que optássemos pela sua escolha.

As escavações que o Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem desenvolvido no local desde 2008, dirigidas pelo signatário e por Henrique Mendes, permitem vislumbrar as potencialidades científicas e patrimoniais desta estação arqueológica, sendo um sítio verdadeiramente singular para o estudo do início do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular.

Em virtude dos resultados alcançados, celebrou-se um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), assinado a 10 de Setembro de 2010 e que visou a criação do Campo Arqueológico de Monte dos Castelinhos. A figura do Campo arqueológico, devidamente creditado pela Licenciatura em Arqueologia da FLUL, dotou a autarquia dos recursos humanos indispensáveis ao bom andamento deste projeto, assim como de um intercâmbio de experiências verdadeiramente enriquecedor.

ÁREA OCUPADA

Os extensos trabalhos de prospeção e reconhecimento arqueológico efetuados na estação de Monte dos Castelinhos permitiram desde o início dos trabalhos reconhecer a vasta área de dispersão de materiais romanos que se estende por mais de 10 hectares (Pimenta, Mendes e Norton, 2008).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Como acima referimos, a densidade de vegetação dificulta a leitura de pormenor da microtopografia da estação. Todavia é perceptível a existência de duas amplas linhas de muralhas materializados em taludes defensivos, e depressões subsequentes que podem, ou não, corresponder a um sistema de fosso ou fossos paralelos a estes (Anexo 1, figura 44 e 45, Anexo 2, fotografia 9). De momento pouco podemos dizer sobre a cronologia deste ou destes sistemas defensivos. Visto que as tentativas de direccionar a investigação, para o melhor conhecimento destas realidades resultaram até ao momento pouco claras (Pimenta e Mendes, 2015b), contudo voltaremos mais à frente a expor de forma detalhada esta questão e os dados disponíveis.

Tendo presente a análise do extenso morro e encosta do Monte dos Castelinhos, decidimos distinguir do ponto de vista metodológico no início da investigação cinco sectores distintos (Anexo 2, fotografia 13):

O Sector 1 corresponde à plataforma superior, com evidências de uma ampla superfície aplanada artificialmente. A observação atenta da fotografia aérea e a análise *in loco* do terreno permite supor uma “linha defensiva” em todo o seu contorno, distinguindo este espaço do resto do povoado. Desta estrutura, é ainda visível do lado Sul junto à área mais íngreme virada ao vale do Rio Grande da Pipa um troço particularmente bem preservado. Este apresenta fortes sinais de derrube, ao longo dos tempos, contudo preserva ainda uma altura de mais de um metro e uma espessura de 5 metros (Anexo 2, fotografia 9 a 12).

O Sector 2 equivale a uma distinção artificial dentro do povoado, efetuada apenas por uma questão de registo dos dados de campo. Este espaço encontra-se definido pelo lado Sul pela suposta muralha do Sector 1 e desenvolve-se pela encosta até ao muro de suporte de terras da estrada. Apesar de ser uma área relativamente inclinada, a prospeção neste espaço revelou-se particularmente rica, em particular numa área de olival basto antigo, virado ao rio Tejo. A coincidência de termos visitado a encosta após um incidente de incêndio, permitiu observar uma pouco usual riqueza na dispersão de materiais romanos. As evidências então detetadas permitem-nos supor a existência de estruturas preservadas nesta área. Entre essas evidências registre-se a presença de tijolos de quadrante com vestígios de argamassa branca, a presença de *lateres*, assim como diversos restos de cerâmica de cobertura (Anexo 2, fotografia 13).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O sector 3 desenvolve-se a Sul da estrada que conduz ao topo do povoado. Trata-se da área mais extensa desenvolvendo-se até ao sopé onde existiu uma pedreira antiga de exploração de calcário. Do ponto de vista das estruturas defensivas, já tinha sido apontada a existência de uma outra linha de muralhas possivelmente, neste sector (Gomes e Ponte, 1984). A análise da fotografia aérea leva-nos a supor a existência de um muro delimitador do espaço habitacional. Este parece ter uma planta em semicírculo. No terreno, esta estrutura encontra-se muito colmatada sendo apenas perceptível a sua existência pela densidade da vegetação. Os trabalhos de reconhecimento aqui efetuados permitem afirmar tratar-se da zona com maior densidade de vestígios à superfície. Porém, temos que ter presente que estamos perante uma zona de elevada pendente, o que levou numa primeira fase a pensarmos estar perante apenas deslizamento de materiais do topo do povoado. O continuar da investigação e a realização da Sondagem 4 veio esclarecer que estávamos enganados. Entre o material identificado destaca-se o conjunto de cerâmicas de verniz negro itálicas e ânforas tardo-republicanas. Estas evidências foram ainda sublinhadas pelo conjunto de materiais recolhidos nos anos oitenta por José Norton, e por ele identificados como provenientes deste sector (Pimenta, Mendes e Norton, 2008) (Anexo 2, fotografia 13).

O sector 4 equivale ao sítio arqueológico denominado como Ponte da Couraça I, CNS 23339 (Pimenta e Mendes, 2012). Implantado na margem direita do Rio Grande da Pipa, na transição de terrenos aluvionares para terrenos calcários e junto à ponte medieval epónima, e à estrada real que atravessava a atual várzea agrícola. Corresponde a meu ver à continuidade do sítio de Monte dos Castelinhos. Embora os dados sejam ainda muito incipientes, os materiais que logramos recolher permitem através do estudo das cerâmicas finas, nomeadamente o conjunto de Terra *Sigillata*, propor uma longa diacronia de ocupação desde meados do século I a.C. até à época tardo-romana século VI d.C. (Pimenta e Mendes, 2016), (Anexo 2, fotografia 13). Qual o tipo de construções aqui existentes, sua dimensão e funcionalidades é algo que apenas uma futura escavação arqueológica devidamente planeada poderá esclarecer. Todavia, como veremos *infra*, os recentes levantamentos de geofísica aqui realizados em 2020 permitem vislumbrar uma continuidade de urbanismo e um bom estado de preservação deste. A descoberta de uma coluna de mármore, a presença de fragmentos de placas de mármore de revestimento, tesselas em calcário assim como grandes silhares, leva a supor a presença de estruturas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de alguma dimensão bem preservadas. Visível ainda no terreno é possível observar uma grande concentração de tijolos rubefactos que poderão pertencer a estruturas de combustão (fornos?).

Por último, o sector 5, denominado na literatura como Quinta da Marquesa I, CNS 30387, corresponde às áreas de necrópole do Monte dos Castelinhos, assim como a uma área industrial de produção cerâmica (Pimenta e Mendes, 2016), (Anexo 2, fotografia 13). Infelizmente esta área encontra-se muito afetada pelos canais dos adutores da EPAL, que conduzem água a Lisboa, e que rasgaram e obliteraram esta parte da Quinta. Inexplicavelmente esta mesma área foi alvo de nova afetação em 2007, sem qualquer acompanhamento arqueológico. Apenas se conseguiu suspender os trabalhos alguns quilómetros mais à frente, já na povoação de Castanheira do Ribatejo, onde se detetou e escavou vestígios romanos aí correspondendo a uma implantação do tipo *villa* (Batalha *et al.*, 2009). Apesar das destruições, foi perceptível da análise dos revolvimentos do terreno, decorrentes dos trabalhos desta última ampliação do adutor de água da EPAL, a existência de estruturas e materiais compatíveis com um espaço funerário. Esta observação vem ao encontro da notícia, já referida, da existência nesta área da Quinta da Marquesa de “vestígios de um cemitério romano sob o jardim e um laranjal” (Barbosa, 1970, p. 28). A par destas, recolheram-se igualmente indícios da presença de estruturas correspondentes a fornos de produção cerâmica, denunciando assim a presença de uma área de cariz industrial datada já de meados do século II d.C. (Pimenta e Mendes, 2017).

4. SEQUÊNCIAS ESTRATIGRÁFICAS

“One of the most important things to remember when excavating is that people rarely lived on walls, down pits, in postholes or in ditches, and yet excavations are often dominated by these contexts. People lived on surfaces, and much of what they did on surfaces will leave only the slightest trace or none at all.” (Drewett, 2001, p. 108).

Tendo em conta a dimensão da presumível área ocupada de Monte dos Castelinhos em época romana, ao iniciarmos em 2008 o projeto de investigação decidiu-se num primeiro momento, avançar com diversas áreas de sondagem em distintos pontos da

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

topografia, com o intuito de vislumbrar a sequência estratigráfica do sítio e obter dados sobre as diacronias de ocupação. A opção da sua localização prendeu-se com as leituras aferidas com os extensos e aturados trabalhos de prospeção arqueológica que aí conduzimos em 2007 e 2008, e que permitiam verificar uma ampla dispersão de materiais de cronologia tardo republicana e do principado dispersas pelo topo e encostas do sítio (Anexo 1, figura 5).

Esta primeira leitura conduziu a que se tivesse noção que o estado de conservação da estação era assaz desigual, quer pela afetação dos trabalhos agrícolas, quer pela existência em determinadas áreas de estratigrafias esqueléticas. Já houve oportunidade de se apresentar detalhadamente as diversas áreas de sondagem (Pimenta e Mendes, 2013b), sendo escusado repetirmos a sua descrição. É apenas importante reter que as três primeiras sondagens não foram particularmente felizes na deteção de contextos preservados, tendo sido aliás um começo muito pouco auspicioso (Anexo 1, figura 5). Mas a investigação arqueológica carece muitas vezes de persistência e resiliência para alcançar resultados, tal foi o caso deste projeto.

Neste momento incidiremos a nossa análise estratigráfica nas sondagens 4, 5, 8 e 9 onde se detetaram sequências estratigráficas e arquitetónicas mais complexas e esclarecedoras (Pimenta e Mendes, 2015b, Pimenta e Mendes, 2018).

SONDAGEM 4

Em 2008 durante os trabalhos de prospeção desenvolvidos numa plataforma bastante inclinada a Norte da estrada que conduz ao topo do monte, deparámo-nos com algumas concentrações pouco usuais de materiais arqueológicos. Entre estes, sobressaía um conjunto de fragmentos cerâmicos em conexão pertencentes a um contentor de armazenamento de época romana republicana, colocado a descoberto pelos agentes atmosféricos. Com o objetivo, de tentar perceber o que se passava nesta zona do povoado e se porventura a presença desta peça indicava algum contexto preservado, decidimos abrir uma sondagem de dois metros de lado. O desenvolver da escavação e a qualidade da sequência estratigráfica identificada, conduziu que esta primeira sondagem fosse progressivamente alargada ao longo das campanhas subsequentes, para uma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

escavação em área, com quinhentos e setenta e oito metros quadrados (Anexo 1, figura 5 e 6, Anexo 2, fotografia 7 e 14).

Ao contrário do que prevíamos à partida, esta zona com um declive tão acentuado revelou-se bastante profícua com contextos e estruturas muito bem preservados. A nível da metodologia de escavação, implementou-se uma leitura em *open-area* seguindo os conceitos definidos nos anos oitenta do século XX por Philip Barker (Barker, 1986, 1989). Esta opção visava tentar recolher o máximo de informação possível com uma ótica de leitura diacrónica. A leitura estratigráfica seguiu a remoção das unidades estratigráficas pela ordem inversa da sua deposição, tendo o seu registo seguido a proposta de Edward C. Harris (Harris, 1989). As diversas características da unidade foram assim recolhidas em ficha elaborada para o efeito, tendo a sua sequência e correlações sido inserida em matriz de Harris (1989).

A área da Sondagem 4 foi quadriculada em todo o terreno que se pretendia indagar. Os quadrados de dois metros por dois foram orientados ao Norte geográfico e numerados com uma sequência alfa numérica. À medida que se foram removendo as unidades e nos deparámos com espaços arquitetónicos bem definidos, a metodologia de escavação adaptou-se, e passou-se a escavar por ambientes (Anexo 1, figura 7 e 8, Anexo 2, fotografia 15 a 19).

Ao iniciar os trabalhos de escavação, deparámo-nos ao remover os níveis do coberto vegetal, UE [0], com uma clara abundância de materiais romanos, em particular cerâmica de construção e de cobertura (tégulas e imbrices). Este nível, composto pela UE [5], caracterizava-se por um sedimento arenoargiloso de tom castanho, medianamente compacto, sendo composto por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de argamassa branca, raízes e carvões. O espólio era abundante, constituído por fragmentos de cerâmica comum, bojós e bordos de ânforas, fragmentos de campaniense e fragmentos incaracterísticos de *terra sigillata* de modo itálico. O evoluir da escavação, permitiu verificar, que esta unidade corresponde a um estrato de progressivo abandono e erosão deste sector do povoado, datado, tendo em conta a presença de *terra sigillata* itálica, de inícios do século I d.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Uma vez removida a camada de superfície, composta pela deposição de material orgânico, deparámo-nos com diversas interfaces correspondendo a estruturas negativas. A sua escavação revelou tratar-se de diversas valas e uma fossa correspondendo a momentos de roubo de pedra. Este momento corresponde já ao período alto imperial encontrando-se bem datado de inícios do século I d.C. pela presença de *Terra Sigillata* itálica. Esta apresenta-se muito fragmentada, tendo sido possível apenas classificar uma taça da Forma 14 do *Conspectus Formarum* (Ettlinger *et al.*, 1990). A par desta, detetou-se diversos fragmentos de cerâmica cinzenta denotando manifestas semelhanças com as taças em *Terra Sigillata* Itálica *Conspectus* 8-13-14 (Soria, 2015).

A escavação destes níveis revelou uma maior complexidade estratigráfica e estrutural. A análise das diversas estruturas, que começaram a emergir sob o espesso nível de abandono, revelou diferentes ambientes, correspondendo a compartimentos e áreas de circulação com funcionalidades e sequências estratigráficas distintas. Por uma questão de coerência metodológica, decidimos abordar cada uma destas realidades como um ambiente distinto, tendo estes sido numerado sequencialmente à medida que foram sendo intervencionados (Anexo 1, figura 7 e 8).

A escavação do interior destes compartimentos revelou uma estratigrafia muito clara, que permitiu registar um momento de abandono brusco e repentino deste conjunto urbano. Tendo presente que a descrição das sequências estratigráficas identificadas no interior dos diversos compartimentos já foi apresentada de forma detalhada, remetemos para esse trabalho (Pimenta e Mendes, 2015b).

Em jeito de síntese, importa reter que as diversas e distintas unidades estratigráficas registadas, foram interpretadas como correspondendo ao colapso de estruturas pétreas e de adobe, assim como ao derrube das respetivas coberturas. A análise dos níveis de colapso dos telhados revela uma solução já tipicamente romana, com *tegulae* e escassa *imbrices*, assentando sobre vigas de madeira, das quais recolhemos diversos elementos metálicos (pregos e cavilhas) (Anexo 1, figura 9 a 11).

Sob estes derrubes, correspondendo a elementos estruturais, identificou-se um nível de abandono, onde foi possível registar diversas peças cerâmicas, fragmentadas em conexão, assentando diretamente sobre os pavimentos (Anexo 2, fotografia 28 a 38).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A adicionar a este cenário, de abandono/destruição, a escavação destes níveis permitiu identificar diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico. Entre os materiais identificaram-se diversas glandes de chumbo, pontas de lança, um *pilum*, balas de catapulta em arenito, assim como *militaria*, ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como fíbulas, fivelas de armadura, fechos de cinturão e tachas de cáligas (*Clavis Caligari*). Destaca-se a presença de um escudo romano em ferro, *scutum*, sobre os níveis de abandono identificados no ambiente 1 (Pimenta, 2013c, Fabião e Pimenta, 2015) (Anexo 2, fotografia 35 e 36).

O estudo do espólio cerâmico, metálico, numismático e pétreo exumado nos níveis de abandono/destruição dos ambientes escavados, que iremos apresentar de forma detalhada ao longo do presente trabalho, permitem afirmar que este sector do povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, encontrando-se a datação desse momento centrada num momento tardio dentro do período romano republicano, em inícios da segunda metade do século I a.C. 50-30 a.C. (Pimenta e Mendes, 2014). Importa sublinhar que nestes níveis recolheu-se um conjunto coerente de numismas de liga de cobre e de prata, que sustentam a cronologia supramencionada. Identificaram-se seis denários, associados a este momento: Um denário forrado – Q.THERM M. F, Roma, 103 a. C., RRC 319/1; um denário - MN. FONTEI C. F, Roma, 85 a.C., RRC 353/1a, sendo o mais recente o denário - COS.TER T.DICT.ITER.AUGVR PONT.MAX, cunhagem incerta, datado de 46 a.C., RRC 467/1a. (Crawford, 1975). Voltarei mais à frente a deter-me de forma mais detalhada nos argumentos que sustentam essa datação, contudo importa reter que a cronologia terá que ser necessariamente ou contemporânea ou posterior a este denário de 46 a.C.

A extensão da área já intervencionada, a par da coerência e articulação das estruturas, permite tecer algumas observações sobre a arquitetura do sítio. Importa ter presente, que o esforço para implantação deste urbanismo é significativo, visto estarmos em grande parte da área perante uma encosta com forte pendente. Para vencer este desnível os diversos compartimentos, foram construídos em socacos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito. Um dos elementos, a nosso ver, mais significativos para o carácter invulgar destas edificações, resulta da análise e levantamento topográfico das estruturas identificadas em diversos pontos do sítio,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

revelando que a edificação deste sítio arqueológico obedece a um plano predefinido de cariz ortogonal que denota um elevado padrão de romanização. Do ponto de vista da interpretação da arquitetura do conjunto edificado, a análise da planta da sondagem 4, onde temos investido as leituras com uma escavação em área, permite uma interpretação coerente e perspectivas de estudo bem alicerçadas. Voltaremos a esta questão no ponto 7.

Tendo como objetivo, aferir dados sobre a cronologia da construção deste conjunto urbanístico, mas igualmente definir os primeiros momentos de ocupação do sítio e fornecer resposta à questão: se existia ou não uma fase pré-romana, decidiu-se escavar dentro dos ambientes já identificados, removendo parcial ou totalmente os níveis de pavimento e efetuando assim leituras verticais.

Esta opção revelou-se muito proveitosa, pois permitiu escavar níveis de aterro e regularização assim como valas de fundação e respetivos enchimentos associados à construção destes edifícios. A par destas evidências, que nos permitem de forma mais contundente propor uma cronologia para a sua edificação, foi possível documentar e escavar pré-existências a este conjunto urbanístico. O continuar da intervenção e o alargamento das leituras a outros Ambientes permitiu definir de uma forma clara a presença de uma fase de ocupação anterior à implantação deste urbanismo, assentando esta diretamente sobre a rocha. Por uma questão de coerência e arrumação do discurso denominaremos a fase mais antiga de 1 e a que lhe sucede de 2.

Tendo presente uma melhor perceção da estratigrafia do sítio e da dinâmica de construção/destruição e reedificação que aqui se regista, vamos deter-nos de forma mais atenta na descrição da sequência estratigráfica exumada na área que designámos como Ambiente 10, alvo de escavação na campanha de 2015, que se encontra ainda inédita, e onde foi possível identificar uma estratigrafia mais complexa e melhor preservada (Anexo 1, figura 12 a 14).

Removido o nível de superfície UE [5], identificou-se um extenso e prolífero nível que interpretamos como lixeira, a UE [317], associada aos edifícios da Fase 2. Tendo presente a ausência de cerâmica de cobertura interpretamos esta área do ambiente 10 como uma área exterior ao edificado, o que aliás conduziu a esta acumulação de detritos particularmente rica em fauna, já alvo de um estudo específico (Santos *et al.*, 2018). A

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sua escavação cuidada permitiu identificar e registar um amplo descarte de recipientes cerâmicos, assim como metais e elementos pétreos, que remete para uma cronologia coetânea com o abandono dos edifícios da Fase 2 (segunda metade do Século I a.C.).

Esta lixeira assenta sobre uma ampla unidade estratigráfica que se estende a todo o ambiente 10, a UE [91], e que parece corresponder a um nível de regularização sobre o qual assenta a parede de fachada do amplo edifício da Fase 2. Trata-se de um nível argiloarenoso de tom avermelhado e grão médio/fino, composto por pedras de pequeno/médio calibre, raízes e nódulos de carvão. O espólio é relativamente escasso, constituído por cerâmica comum, cerâmica de construção e fragmentos de ânforas do vale do Guadalquivir. Destaca-se a presença de um denário de P. SATRIENVIS de cunhagem itálica da cidade de Roma, datado de 77 a.C. - RRC 388/1b. (Crawford, 1975, vol. 1, p. 403, 404; Vol 2, XLIX, n.º 11).

A sua escavação deixou antever que nesta zona a estratigrafia estaria bem preservada, encontrando-se este nível a selar realidades anteriores. Atravessando transversalmente a área a intervir, detetaram-se as estruturas UE [314] e [158], estas não coexistem com o amplo edifício da Fase 2, delimitado pela parede UE [42], mas antes pelo contrário, desenvolvem-se sob este, sendo assim, evidentemente de uma fase anterior (Anexo 1, figura 12, Anexo 2, fotografia 39 a 46).

Associado a estas estruturas UE [314] e [158] e coberto de forma clara pela UE [91], identificámos a seguinte estratigrafia. A Norte da estrutura, UE [158], e a ela associada identificou-se uma extensa camada, UE [131]. Uma análise das correlações estratigráficas permitiu verificar que esta unidade se encontrava cortada pelas extensas valas de fundação das estruturas da fase 2, UE [42], UE [54] e UE [55]. Face a estas evidências, escavou-se previamente as ditas valas de fundação, UE [136] e UE [137], e os respetivos preenchimentos, UE [132] e UE [133]. Destaque-se a descoberta de um numisma no enchimento da vala de fundação da estrutura UE [54]. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânica da cidade de KASTILO/Castulo - Século I a.C. Datado de cerca de 85 a.C. devido à inscrição do magistrado monetário - VOC.ST.F. (Villaronga, 1994, p. 333; Ripollès e Manuel Abascal, 2000, p. 144-145). Este elemento a par do denário supra citado, proveniente da UE [91], fornecem-nos um *terminus post*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

quem para a edificação do urbanismo da Fase 2 de Monte dos Castelinhos. Entenda-se, a cronologia de edificação destes edifícios terá que ser forçosamente contemporânea ou posterior à cronologia destes numismas. Sendo que o exemplar mais recente, data de 77 a.C. Retornaremos a este assunto mais à frente.

A escavação destes enchimentos permitiu verificar que estas valas iam até aos níveis geológicos para assentamento das estruturas. Porém na zona onde existiam as pré-existência, caso das estruturas UE [101], [158], a parede UE [42] aproveitou-as como alicerce (Anexo 2, fotografia 41).

A escavação da UE [131] foi particularmente contundente, pois face à dimensão do ambiente 10 foi possível pela primeira vez analisar uma área preservada significativa, associada à fase de urbanismo mais antiga. Caracterizando-se por um sedimento arenoargiloso de tom castanha avermelhada, esta camada era particularmente rica em espólio arqueológico identificando-se diversas peças quebradas em conexão. Sob esta unidade detetou-se parcialmente preservado um pavimento de argila verde associado à estrutura, UE [156], uma estrutura de combustão constituída por tégulas e lateres, UE [157], e uma estrutura pétreia que poderia ser a base de uma estrutura de tipo lareira UE [169]. Ao aprofundarmos a leitura estratigráfica até aos níveis geológicos deparamo-nos, sob o pavimento UE [156] e sob a vala de fundação, UE [137], com uma série de buracos de poste abertos nos níveis de base, UE [172] (Anexo 2, fotografia 43 e 44).

A Sul da estrutura, UE [158], identificou-se a UE [319], que corresponde a um nível arenoso de tom castanho claro, grão fino, medianamente solto. O espólio é abundante, constituído por cerâmica comum, cerâmica de construção e ânforas do vale do Guadalquivir e da área do Sul peninsular destacando-se em ambos casos morfologias ovóides. Removida esta camada, deparamo-nos com a UE [135]. Trata-se de uma unidade arenoargilosa de tom castanho esverdeado, de grão fino e pouco compacta, composta por rocha em desagregação, pedras de pequeno calibre, fragmentos de cerâmica comum romana, raízes e ossos. O espólio é pouco numeroso destacando-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B, assim como fragmentos de paredes finas itálicas. Sob este, identificou-se a UE [173]. A escavação desta espessa unidade, permitiu atestar que corresponde a um extenso e profundo nível

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de aterro, regularizando o nível geológico, assim como inutilizando uma série de estruturas anteriores. Este nível UE [173] é constituído essencialmente por rocha em desagregação unida com argamassa de tom branco. A sua escavação permitiu a recolha de um numisma de cunhagem hispânica, um As da cidade Ibérica de KELSE, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C. (Villaronga, 1994, p. 223).

Sob este nível, detetou-se toda uma nova realidade, que ficou selada quando da sua formação. Corresponde a uma área de cariz artesanal, constituída por diversas áreas de combustão, uma área de moagem, assim como vestígios de um tear vertical (Anexo 2, fotografia 45).

Associado à parede UE [314] identificámos a Sul desta a seguinte estratigrafia: sob a UE [91], que como acima vimos sela estas realidades, individualizamos dois níveis, a UE [305], que corresponde ao pavimento deste ambiente e que é composto por pedras de pequeno calibre calcadas e elementos de rocha calcária moída; e um nível, UE [306], que corresponde a uma preparação ou nivelamento para o assentamento deste pavimento.

Tal como no compartimento acima descrito, verificou-se sob os níveis de desativação deste espaço uma área de combustão encostada à rocha e à parede, UE [284], a estrutura UE [336]. Corresponde a uma estrutura pétrea de planta semicircular, constituída por blocos calcários de pequena média dimensão unidos por ligante em argila de tom castanho. É coberta pelo nível de lixeira, UE [317], e encontra-se preenchido pela UE [309] (Anexo 2, figura 46).

A Sul da estrutura, UE [284], verificou-se uma distinta estratigrafia assim como uma sobreposição de estruturas que revela mais uma vez e uma forma clara as duas distintas fases urbanísticas. Sobre a estrutura, UE [284], que como acima vimos corresponde à 1 Fase de ocupação, foram construídas duas paredes que cortam e assentam parcialmente nesta, as UE [310] e UE [335] (Anexo 1, figura 12). Tendo em conta as correlações estratigráficas e extrapolando a sobreposição de edifícios já detetada na restante área de Sondagem 4, é plausível estarmos perante estruturas de outro edifício já correspondendo à Fase 2 do urbanismo de Castelinhos, ainda que neste caso, de momento, pouco possamos dizer sobre este e sua planta.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sob os níveis associados a esta estrutura detetou-se um nível de clara destruição da parede UE [284]. Esta unidade, UE [337], corresponde a um nível essencialmente composto por rocha em desagregação, assim como pedras de média e grande dimensão. O sedimento é argiloso de grão fino e medianamente compacto.

A análise do espólio exumado nos níveis associados ao urbanismo da Fase 1, leva-nos a atribuir-lhe uma cronologia igualmente romana republicana, centrada em meados do século I a.C., ainda que um pouco mais recuada, que situamos tendo em conta a análise das importações cerâmicas e conjunto numismático cerca de 70-50 a.C. Resulta particularmente interessante a análise dos espólios atribuíveis a estes níveis, pois eles são assaz similares em praticamente todas as vertentes, ainda que com algumas matizes que os diferenciam, aos que encontramos nos estratos de abandono da Fase 2. O que configura a leitura de estarmos perante um curto espaço de ocupação para este espaço. O abandono dos edifícios da Fase 1 e o seu desmantelamento intencional deverá estar correlacionado com as profundas alterações do desenho urbano que irão redimensionar o espaço implementando um novo modelo.

SONDAGEM 5

No âmbito dos trabalhos de prospeção, destacou-se desde cedo, uma área de olival com uma inclinação acentuada, onde existia à superfície uma inusitada dispersão de materiais de construção e cerâmicas finas de importação claramente romanas (Anexo 1, figura 5). Entre os primeiros, destacava-se a presença de tijolos de quadrante, indiciadores da presença de fustes de coluna e por inerência estruturas arquitetónicas mais complexas. Na Campanha de 2009 decidiu-se efetuar nesta área uma sondagem de quatro metros de lado – Sondagem n.º 5, tendo esta sido progressivamente alargada nas campanhas de 2012 e 2013 (Anexo 2, fotografia 47).

A escavação revelou a seguinte sequência estratigráfica: removida a camada de húmus UE [0], detetou-se uma unidade muito rica em material cerâmico, UE [64]. Esta camada é muito similar em composição à unidade de abandono das estruturas da Sondagem 4, UE [5]. Tendo em conta a presença de materiais importados, nomeadamente *terra sigillata* itálica, cerâmica Campaniense B e ânforas, pode-se atribuir uma cronologia

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

relativa para a formação deste estrato de época Augustana, ou a partir do principado de Augusto.

A escavação deste nível revelou uma maior complexidade estratigráfica e estrutural. A análise das diversas estruturas, que começaram a emergir sob este espesso nível de abandono, revelou diferentes ambientes, correspondendo a compartimentos e áreas de circulação com funcionalidades e sequências estratigráficas distintas. Tendo presente que a descrição das sequências estratigráficas identificadas no interior dos diversos ambientes desta área já foi alvo de publicação, remetemos para esse trabalho (Pimenta e Mendes, 2015b).

Identificaram-se duas áreas construídas de ocupação aparentemente de cariz habitacional, contudo a exiguidade da área intervencionada apenas permite vislumbrar a sua planta. O conjunto mais a Norte é constituído pelos Ambiente 35, 33 e 34 sendo ainda possível antever um outro compartimento, que se desenvolve para fora da área intervencionada a Oeste (Anexo 1, figura 15, 16 e 20). A escavação revelou que este conjunto data de meados da segunda metade do século I a.C., sendo relevador que ao contrário do detetado na Sondagem 4, este compartimento é reocupado após um momento de destruição, onde uma das paredes colapsa. Tendo-se identificado uma repavimentação e ocupação em período Augustano, datada pela presença de uma taça completa de *terra Sigillata* de modo Itálico da forma 8, do *Conspectus Formarum* (Ettliger *et al.*, 1990).

O Conjunto mais a Sul é composto pelo Ambiente 30 e eventualmente o 31. Tendo em conta a articulação dos compartimentos e as cotas dos pavimentos preservados, o Ambiente 30 teria dois vãos de comunicação com outros espaços. A Este, com o ambiente 31, e partir do canto Sul com um ambiente que se desenvolve para fora da área intervencionada. Após a remoção dos níveis de superfície este compartimento encontrava-se preenchido por dois níveis estratigráficos. Na zona da entrada por uma unidade muito homogénea de sedimento arenoargiloso, UE [69]. Estendendo-se por grande parte do compartimento, a UE [182]. Esta caracteriza-se por um sedimento arenoso, de grão médio e medianamente compacto. A sua escavação revelou a presença de inúmeros elementos de tégulas, fragmentos de ânforas ovóides do vale do Guadalquivir e fragmentos de Campaniense B, permitindo atribuir uma cronologia

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

segura de meados da segunda metade do século I a.C. para o seu abandono. De sublinhar na escavação desta unidade a descoberta de duas lâminas de facas em ferro, particularmente bem preservadas e de um elemento de encabamento de *pilum* (Anexo 2, fotografia 53 e 57).

Em relação ao Ambiente 31, não é de momento claro a sua associação ao mesmo edifício composto pelo Ambiente 30, ou se este é apenas um espaço aberto. Parece claro que o Ambiente 31 corresponde a uma área exterior não coberta, pátio? Após a remoção dos níveis de superfície, identificámos uma série de estruturas negativas e seus respetivos enchimentos. Este elemento é particularmente interessante para a compreensão da funcionalidade deste espaço, pois a escavação do enchimento das mesmas, atesta a sua utilização como áreas de lixeira, verdadeiras fossas onde o lixo doméstico era queimado e descartado (Anexo 2, fotografia 49 a 52).

Tendo em conta as correlações estratigráficas das diversas estruturas negativas consegue-se definir uma sequência na sua construção, sendo claro que a primeira estrutura negativa a ser aberta terá sido a vala UE [192]. Tendo posteriormente sido abertas as fossas UE [276] e UE [194], que vêm cortar esta vala (Anexo 1, figura 17). Apesar desta sequência registada para a sua utilização, o estudo do abundante espólio aqui exumado não permite distingui-las cronologicamente. O espólio cerâmico e numismático identificado permite situar a sua utilização em um momento centrado em meados da segunda metade do século I a.C., tendo em conta as importações de cerâmicas finas de tipo verniz negro itálico.

Entre ambos os conjuntos identificou-se uma área de circulação que interpretamos como rua. O Ambiente 32 (Anexo 2, fotografia 48). Este eixo viário encontra-se orientado no sentido Este-Oeste e conduz aparentemente à parte superior do sítio arqueológico. A leitura estratigráfica que aqui efetuamos permitiu atestar duas fases distintas de pavimentação que se sucedem cronologicamente (Anexo 1, figura 18 e 20):

- Uma inicial composta por um piso de argila muito compactado com calcário moído e pedras e que se encontra bem datado de época tardo-republicana. Sobre este nível foi recolhido um projétil de funda em chumbo – *Glans Plumbeae*.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

- E uma segunda fase composta por um novo nível de argila e calcário moído compactado com abundantes fragmentos de cerâmica e ânforas. Este nível corresponde já a uma repavimentação de época Augustana, bem datada por um conjunto coerente de *terra sigillata* itálica.

A presença deste nível de pavimentação, já de época Imperial é particularmente relevante para o estudo do sítio, pois permite atestar a continuidade de ocupação de Monte dos Castelinhos no século I d.C.

SONDAGEM 8

Desde o primeiro gizar do projeto de Monte dos Castelinhos, ficou claro que o sítio teria sido ocupado não só no período romano republicano, mas que esta ocupação se teria prolongado ao longo do século I d.C. Esta observação assentou nas conclusões do estudo das coleções de materiais, resultantes das extensas prospeções aí efetuadas, quer nos anos oitenta, quer mais recentemente em 2008, deixando estas antever uma ocupação do principado, pelo menos até ao período Flaviano (Pimenta, Mendes e Norton, 2008; Silva, 2012). Mais recentemente, com o desenvolver das escavações e com o alastrar dos trabalhos de reconhecimento do sítio às suas encostas de menor altimetria, deparámo-nos com evidências atestando uma presença mais tardia de época tardo-romana, sem que seja claro se existem hiatos na presença humana no morro dos Castelinhos (Pimenta e Mendes, 2018). O elemento datante de cronologia mais recente, recolhido em escavação, corresponde, a um fragmento de *terra sigillata* Africana D do Tipo Hayes 59A, datado do século IV/V d.C. (Pimenta *et al.*, 2015). Contudo a este fragmento, teremos ainda, que adicionar os elementos de superfície, recolhidos na base do morro, tais como um conjunto de numismas tardios do qual o mais recente é do Imperador Flavius Gracianus (367-383 d.C.) (ver Pimenta *et al.*, 2015), a par de dois fragmentos de bocais de pratos de *sigillata* Foceense Tardia do Tipo Hayes 3 e de um fragmento de um fundo de grande prato de “Derivado de *sigillata* Paleocristã” (DSP).

Apesar destes indícios, as diversas campanhas de escavação efetuadas, não lograram atestar de forma contundente essa ocupação. Contudo, estão presentes estratigraficamente diversas interfaces, interpretados como valas de roubo de pedra, e datadas pela presença de fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico. Tendo em conta,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

os vestígios de superfície, indicadores de uma cronologia mais avançada centrada no século I d.C., nomeadamente uma concentração de fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico e Sudgálica em uma área bem definida da encosta ocupado por olival decidiu-se em 2016 abrir uma nova área de Sondagem, a n.º 8 (Anexo 1, figura 5).

Esta zona, superou as nossas melhores expectativas, tendo-se revelado bastante profícua, com contextos e estruturas bem preservados. Ao iniciarmos os trabalhos de escavação, a área a intervir encontrava-se densamente ocupada por tojos e mato, o que se traduzia em uma situação impraticável para a realização dos trabalhos arqueológicos. Perante os objetivos a atingir, decidiu-se e acordou-se com os proprietários do terreno da Quinta da Marquesa, limpar uma ampla área bem delimitada no terreno. Uma vez concluída esta fase, efetuaram-se trabalhos de topografia para levantamento das curvas de nível da encosta e montou-se a quadrícula da área a intervencionar orientando-a ao Norte geográfico.

Ao iniciar-se os trabalhos de escavação, deparámo-nos ao remover os níveis do coberto vegetal, UE [0], com uma clara abundância de materiais romanos, em particular cerâmica de construção e de cobertura (*tegulae* e *imbrices*). Este nível composto pela UE [64], caracterizava-se por um sedimento arenoargiloso de tom castanho-escuro, medianamente compacto, sendo composto por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de argamassa branca, raízes e carvões. O espólio é abundante, constituído por fragmentos de cerâmica comum, bojós e bordos de ânfora, fragmentos de campaniense e de *terra sigillata* de tipo Itálico, a par de alguns elementos mais recentes tais como cerâmica vidrada melada e alguns fragmentos de faiança dos séculos XVIII e XIX.

O evoluir da escavação permitiu verificar que esta unidade corresponde a um estrato de progressivo abandono e erosão deste sector do povoado, bastante perturbado por trabalhos agrícolas. A escavação deste nível revelou uma maior complexidade estratigráfica e estrutural. De facto, logo após a sua remoção, começou-se a vislumbrar diversas estruturas pétreas correspondendo a diversos compartimentos e a uma área de circulação (Ambiente 40) datados de época romana alto Imperial (Anexo 1, figura 21 e 22). Do ponto de vista metodológico, achou-se pertinente registar em área os níveis de abandono e colapso destas estruturas, assim sendo removeu-se progressivamente os níveis de abandono deixando os níveis de derrube das estruturas. Estas leituras

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sincrónicas permitiram registar dois amplos interfaces que cortam este urbanismo de cariz regular, UE [356] e [367] (Anexo 2, fotografia 60 a 72).

Tendo presente o conjunto edificado colocado a descoberto até ao momento, é já possível ter uma interpretação global do conjunto. Resultante dessa análise podemos distinguir claramente três edifícios, separados por um arruamento com 3,80 metros, ou seja, 12/13 pés romanos de largura (ambiente 40). Ainda que não seja totalmente claro, é plausível que o Ambiente 44 possa corresponder igualmente a outra área de rua, cruzando com o Ambiente 40 em ângulo reto (Anexo 1, figura 21 e 22). Não nos vamos deter aqui na análise detalhada da complexa e intrincada sequência estratigráfica e arquitetónica, recolhida nesta nova área de Sondagem, tendo em conta que ela reporta em grande parte a dados já posteriores aos tratados neste trabalho e que já foram apresentados publicamente (Pimenta e Mendes, 2018; Pereira, Pimenta e Mendes, 2021).

Porém, tendo em conta que as leituras efetuadas em profundidade possibilitaram aferir dados relevantes para o estudo das ocupações tardo republicanas do sítio, temos que ter alguns dados em conta. Para ser mais fácil a análise da sequência estratigráfica e arquitetónica da área a analisar, optou-se por apresentar os dados por cada um dos conjuntos. Assim sendo, teríamos o conjunto F, situado a Norte da rua (Ambiente 40), que interpretamos como uma casa composta por diferentes compartimentos de cariz habitacional/oficinal. O conjunto G, a Sul da rua (Ambiente 40), composto por diferentes compartimentos de armazenamento e uma área de cozinha. E o conjunto H a Oeste da rua e sobre o qual apenas temos dados parciais sobre dois compartimentos, sem que em nenhum deles se tenha descido em profundidade (Anexo 1, figura 22).

EDÍFICIO F - AMBIENTE 36

Em toda a área deste edifício, apenas se desceu em profundidade, com o intuito de obter dados de índole estratigráfico sobre a datação do conjunto, assim como de eventuais ocupações de cronologias romano republicanas, da zona do denominado Ambiente 36 e 38 (Anexo 1, figura 23).

O Ambiente 36 corresponde a um compartimento de forma retangular que se encontra em parte seccionado pela vala UE [356] (Anexo 1, figura 24 e 25). É definido pelas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

paredes UE [370], UE [369], UE [374] e UE [380]. Não é claro qual o seu limite para Norte, visto desenvolver-se para fora da área intervencionada. Apresenta dois vãos de comunicação. Um a Sul voltado ao Ambiente 40 e outro a Este para o Ambiente 37. No espaço preservado, apresenta 8,40 metros de comprimento por 2,60 metros de largura, correspondendo a 21,84 metros quadrados de área.

Ao remover-se o nível UE [64], colocou-se a descoberto um extenso nível de derrube que ocupa todo este Ambiente, a UE [353]. Corresponde a uma camada homogênea de matriz argiloarenosa de tom castanho, grão fino, medianamente compacto. Composta essencialmente por pedras de grande e médio calibre a par de grande quantidade de telhas, podendo corresponder ao colapso das paredes deste compartimento (Anexo 2, fotografia 61 a 65).

O espólio é assaz abundante, sendo constituído essencialmente por cerâmica comum em que se destaca a presença de grandes contentores de armazenamento. As cerâmicas finas encontram-se atestadas pela presença de dez fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico. Identificando-se estes como sete fragmentos de parede, dois bordos um da Forma 18 e outro de um grande prato da forma 11 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*, 1990), e um fundo com marca. Este, evidencia a inscrição, NAEVIVS, gravada numa cartela quadrangular, com paralelos em OCK.1231, com um fabrico nas oficinas de Pisa/Lyon e uma datação entre 1 e 20 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 296).

Sob esta unidade detetou-se uma nova estrutura, a UE [376], assim como o pavimento deste ambiente a UE [357] e [395]. Começando pela estrutura UE [376]. Esta corresponde ao alicerce em alvenaria de um muro que definiria o espaço no interior deste compartimento. Em relação ao pavimento, este corresponde a um nível de calçada, constituída por grandes blocos calcários. Contudo, no extremo Norte deste Ambiente o pavimento em calçada desaparece, mantendo-se aí apenas um piso em terra batida, UE [395]. Por uma questão de leitura estratigráfica decidimos desmontar este pavimento, quer para obter dados sobre a sua cronologia, quer para comprovar a existência de estruturas e estratigrafia de uma fase mais recuada e que pareciam estar a emergir. De facto, no nível de pavimento de calçada, UE [357], parecia ver-se nitidamente a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

existência de uma parede anterior que afeiçãoada foi utilizada no próprio pavimento (Anexo 2, fotografia 61).

Ao levantar-se o pavimento, constatou-se realmente as pré-existências, tendo-se revelado uma ampla parede UE [375] e [378], com uma orientação Norte/Sul e uma outra que faz ângulo reto com esta, UE [377] (Anexo 1, figura 24). Estas estruturas assim como as unidades associadas a elas UE [358], [359] e [379] encontram-se afetadas e cortadas pela construção das estruturas romanas que lhe sucedem, sendo claramente de fases distintas.

Após a sua cuidada limpeza e raspagem, efetuou-se um registo destas novas realidades. Tendo em conta a necessidade de se clarificar a cronologia decidimos escavar estas unidades. A Oeste da parede UE [375] e [378] identificou-se a unidade UE [359]. Corresponde a um nível arenoargiloso de tom castanho-escuro, de grão fino, medianamente compacto. Composto por pedras de pequeno, médio calibre, fragmentos de *lateres*, *tégulas* e cerâmica comum. As cerâmicas finas encontram-se atestadas pela presença de Campaniense B Calena, e *terra sigillata* de tipo Itálico. Entre esta individualizaram-se três fragmentos: uma parede e dois bordos um da Forma 7 e outro de um grande prato da forma 12 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*,1990). A nível das ânforas recolheram-se apenas três fragmentos classificáveis, correspondendo a um bocal e duas asas de Haltern 70. A nível dos metais destaca-se a presença de dois fragmentos de fíbula, uma em ómega e outra de mais problemática classificação (Anexo 2, fotografia 65). Encosta à estrutura UE [377] e [378]. Assenta diretamente sobre o nível geológico UE [422].

A Este da parede UE [375] e [378], identificaram-se as unidades UE [358] e [379]. A primeira evidencia sedimento argiloarenosa de tom castanho. Trata-se de um nível muito homogéneo, composto por pedras de pequeno calibre, cerâmica comum e raízes. Destaca-se a presença de dois fragmentos de bocais de ânfora Haltern 70 do Guadalquivir, e duas imitações de *terra sigillata* de tipo Itálico em cerâmica cinzenta respetivamente da Forma 10.1.11 e da forma 14 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*,1990). A UE [379], corresponde a uma camada areno argilosa de tom castanho avermelhado. Composta por pedras de pequeno médio calibre, grandes fragmentos de *tégulas* e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

nódulos de carvão. O espólio é escasso, tendo-se identificado um bocal de ânfora Haltern 70, e um fundo de ânfora ovoide Lusitana, a par de fragmentos de cerâmica Campaniense B Calena. Ambas as unidades assentam sobre o nível geológico UE [422].

Não é assim clara a existência de quaisquer níveis romano republicanos nesta zona. Pelo menos à primeira vista. Entenda-se as estruturas, UE [375] e [376], encontram-se datadas pelos níveis que lhe estão associados e estes encontram-se datados pelos materiais importados mais recentes aí recolhidos, sendo claramente de inícios do principado de Augusto. Porém a análise das técnicas construtivas da parede UE [375] e [376], leva-nos a verificar a sua similitude com as técnicas de construção das estruturas romano republicanas identificadas na área de Sondagem 4 e 5. Poderíamos assim ter aqui a evidência da destruição, desmantelamento e nivelação no período Augustano de edifícios anteriores, para a construção de um novo desenho urbanístico. Voltaremos mais à frente a esta proposta.

EDÍFICIO F - AMBIENTE 38

O Ambiente 38 evidencia planta retangular, sendo definido pelas paredes UE [382], UE [380], UE [385], não sendo claro qual o seu limite a Norte (Anexo 1, figura 21 e 26). Apresenta na área preservada 4,40 metros de comprimento por 2,90 metros de largura, ou seja 15×10 pés, correspondendo a 12,76 metros quadrados de área (Anexo 2, fotografia 66).

Uma vez removido o nível de revolvimento UE [64], identificou-se no interior desta divisão uma nova unidade a UE [361]. Nível que interpretamos como de derrube, essencialmente composto por blocos pétreos de média e grande dimensão a par de telhas. Nesta unidade em que as cerâmicas finas estão ausentes, recolheu-se um pequeno conjunto de cinco fragmentos de ânforas (4 NMI), correspondendo respetivamente a dois bordos e uma asa de Haltern 70; um colo com arranque de asa de Dressel 7/11 e um bordo de Ovoide Lusitana. Entre a cerâmica comum, destaca-se um invulgar cantil em cerâmica comum, importado da província da Bética, fragmentado em conexão.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sob este nível identificou-se a UE [362]. Camada areno argilosa de tom castanho acinzentado de grão fino, medianamente compacto. Composta por pedras de pequeno calibre, nódulos de argila, carvão e fragmentos de tégulas. O espólio é escasso encontrando-se igualmente ausentes as cerâmicas finas. As ânforas estão atestadas pela presença de quatro fragmentos classificáveis (3 NMI), correspondendo a dois bordos e uma asa de Haltern 70, e um fragmento de ânfora de tipologia indeterminada da Bética costeira.

Esta unidade cobria o pavimento deste compartimento. Este chegou até nós em mau estado, sendo composto por lajes calcárias dispostas horizontalmente, UE [391], que só se encontravam bem preservadas junto ao muro UE [381]. Do lado oposto registou-se uma área de combustão, UE [425], composta por uma estrutura circular em pedra. Ambas estruturas assentam sobre níveis arqueológicos homogéneos, unidades [424] e UE [426].

Este compartimento encontra-se assim, dividido pela parede UE [381], em dois compartimentos de menor dimensão e com aparente distinta funcionalidade. Na extremidade Sul, identificou-se um muro que parece servir de poial [383], e identificou-se um pavimento lajeado, [423]. No extremo Norte, registou-se a presença de uma estrutura de combustão, [425].

Na campanha de 2018 decidiu-se aprofundar a leitura em profundidade no interior deste ambiente, pois suspeitava-se que a parede que seccionava a meio este compartimento, UE [381], correspondesse a uma remodelação deste espaço (Anexo 1, figura 26).

A escavação das unidades, onde a realidade que acima descrevemos assentava, UE [424] e [426], veio revelar de facto uma fase prévia.

As unidades [424] e UE [426] correspondem a um enchimento propositado sobre o qual é edificado esta nova organização do espaço, datado do principado de Augusto. O espólio é escasso, encontrando-se praticamente ausentes as cerâmicas finas à exceção da UE [424], que permitiu a recolha de dois fragmentos de Campaniense B, correspondendo a uma parede e a um bordo de Lamboglia 1. As ânforas estão atestadas pela presença de oito fragmentos classificáveis (7 NMI): nomeadamente um bordo de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Dressel 7/11 da Bética Costeira, quatro fragmentos de proveniência do vale do Guadalquivir, um bordo de Ovoide 1 e um bordo e duas asas de Haltern 70, por último recolheu-se ainda um bocal e um fundo de uma Lusitana antiga de proveniência do vale do Tejo/Sado.

A escavação destas unidades permitiu revelar um nível homogéneo que se estende a toda a área do Ambiente 38 e que corresponde à sua primeira fase de ocupação que datamos do período tardo republicano (Anexo 1, figura 27). Este, [473], corresponde a uma unidade argilosa de tom castanho avermelhado, homogénea e compacta. O espólio é escasso e homogéneo sendo composto por cerâmica de verniz negro itálico e ânforas do vale do Guadalquivir, nomeadamente dois bocais de ovoide 1 e de ovoide 4. Este nível encontra-se cortado pela parede UE [380] e coberto pelas paredes, UE [381] e [363]. Contudo, encosta à parede [385], parecendo que esta parede é mais antiga e que terá sido reutilizada nesta nova edificação de época Augustana. Como veremos na apresentação dos dados do Edifício G, também aí esta solução de se manter algumas paredes da fase mais antiga ocorre. Ao analisarmos a parede UE [385] constata-se que esta evidencia um ângulo bem definido para Este, constatando-se assim que o Ambiente 38 encosta e reutiliza esta pré-existência (Anexo 1, figura 38).

AMBIENTE 40 - RUA

O Ambiente 40 corresponder a uma área exterior, que interpretamos como uma rua, com 3,80 metros de largura (12/ 13 pés romanos). É delimitada pela parede UE [369], que corresponde à fachada de um amplo edifício com três portas que comunicam com este espaço e pela parede UE [431], que parece delimitar um distinto edifício, do qual apenas ainda se vislumbra alguns compartimentos e que se desenvolve para Sul da área intervencionada (Anexo 1, figura 21, 22 e 28). Na parte mais Oeste da escavação e que corresponde à mais alta a nível da encosta, esta rua é delimitada por um novo conjunto de edifícios, sendo estes circunscritos pela parede UE [452] e [453] (Anexo 2, fotografia 67 e 68).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nesta área a sequência estratigráfica encontrava-se particularmente bem preservada, tendo-se logo após a remoção do nível de superfície UE [0] identificado um nível de ocupação preservado composto pela estrutura UE [364] e pela UE [360] (Anexo 1, figura 28).

A UE [364] corresponde a um nível essencialmente composto por argilas alaranjadas denotando evidências de fogo, com sedimento de grão fino, compacto e composto por pedras de médio e grande calibre. Apresenta uma ampla dispersão de fragmentos de escória e ferro. A sua escavação apenas evidenciou alguns fragmentos de cerâmica comum. Corresponde a uma estrutura de combustão, que encostava à parede de fachada UE [369].

Sob esta estrutura individualizou-se a camada UE [360]. Trata-se de um extenso e homogéneo nível de sedimento arenoargilosa de tom castanho-escuro, composto por pedras de pequeno, médio calibre, nódulos de argila amarela, ossos e raízes. Encosta à estrutura UE [369]. O espólio é assaz abundante, composto por escória de ferro, telhas, pesos de tear, cerâmica comum de armazenamento, a par de ânforas. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cento e setenta e nove fragmentos, que surge a par de alguma *terra sigillata* Sudgálica, composta esta por onze fragmentos.

Entre as produções de tipo itálico encontramos, vinte e dois bordos: dois da Forma 4, um da Forma 12; um da Forma 14; sete da Forma 18; um da Forma 19, dois da Forma 20, sete bordos da Forma 22 e vários fragmentos com colagem de um cálice da Forma R10 do Conspectus (Ettlinger *et al.*, 1990). Identificaram-se ainda, cento e oito fragmentos de parede e trinta fundos tendo dez deles marca. Entre as produções Itálicas, o oleiro melhor atestado é *Cneus Ateius* com dois vasos, um com paralelo com a marca ATEIVS - OCK. 269 – Pisa, com uma datação entre 5 a.C. e 25 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 121) e outra com paralelo em OCK. 270, com produção em Arezzo, Pisa e Lyon e com uma datação entre 15 a.C. e 30 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 269). Destaca-se ainda o prato MC 5460, identificado sobre o pavimento da rua, com a marca C. MURRIVS FELIX *In planta pedis*, com registo idêntico em OCK. 1206 (1) - (Oxé *et al.*, 2000, p. 290). O início da sua produção encontra-se atestada em Arezzo, com uma datação cerca de 30 d.C. (Sangriso 2013, p. 207).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Entre as produções sudgálicas encontramos, onze elementos, três fragmentos de bojo com carena de Drag. 15/17; dois bordos de Drag. 18/31; um bordo e um bojo de Drag. 27; um bordo de Drag. 33; um bordo de Ritt. 9 e um fundo de forma indeterminada (Viegas, 2003, 2011).

O conjunto de ânforas é composto por catorze fragmentos de ânforas classificáveis (6 NMI): Um bocal e um colo com arranque de asa de ânfora Dressel 7/11 da costa da Bética; Um bordo, duas asas e um fundo de Haltern 70; seis asas e um fundo de Dressel 20 Augustanas e um bocal e um fundo de Ovoides Lusitanas.

Após remover esta unidade deparou-se com uma nova realidade. Esta é composta por um derrube pétreo UE [365], e pelo nível UE [366], que interpretamos como de abandono.

A UE [365], corresponde ao nível de derrube da parede UE [369], essencialmente composto por pedras de pequeno médio e grande calibre. A sua escavação revelou um espólio cerâmico abundante: fragmentos de ânforas, cerâmica comum, *terra sigillata* Itálica, cerâmica campaniense e tégulas. Encosta à estrutura UE [369]. Assenta sobre a UE [366] e sobre o nível de pavimento UE [408].

Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cento e vinte e oito fragmentos, que surge a par de alguma *terra sigillata* Sudgálica, composta esta por vinte e um fragmentos. Entre as produções de tipo itálico encontramos, vinte e quatro bocais: cinco da Forma 14, cinco da Forma 18; dois da Forma 20; oito da Forma 22; um da Forma 27, um da Forma 31, um da Forma 32 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*, 1990). Noventa e cinco fragmentos de parede e oito fundos tendo dois deles marca. O exemplar MC 5403 com a marca ATEIVS que encontra um registo idêntico em OCK. 268, com uma produção de Pisa e uma datação entre 5 a.C. e 25 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 117). O exemplar MC 5405 a marca CRESTVS, com paralelo em OCK. 698, com produção em Pisa e Lyon e com uma Datação entre 10 a.C. e 30 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 205). Entre as produções sudgálicas encontramos, vinte e um elementos, um fragmento de parede e um bordo de Drag. 15/17; dois bordos de Drag. 18/31; dois bordos de Drag. 27; três bordos e um fundo com colagem de Drag. 24/25; um bojo decorado de Drag. 30; sete bocais e dois fundos de forma indeterminada (Viegas, 2003, 2011).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O conjunto de ânforas é composto por noventa e três fragmentos de ânforas classificáveis (34 NMI): Um bocal e um colo de Ovoide 1; Um bocal e uma asa de Ovoide 4; Três bocais de Oberaden 83; Quatro bocais, catorze asas e dois fundos de Dressel 20 Augustana; Nove bocais, dezanove fragmentos de asas e cinco fundos de Haltern 70; Um bordo, uma asa e um fundo de uma ânfora Tipo Urceus do Guadalquivir; Cinco bocais, seis asas e um fundo de Dressel 7/11; Um bocal de ânfora Ródia; Dois bocais, oito asas e dois fundos de Ovoide Lusitana; um bocal e uma asa de ânfora Ibero-púnica.

A UE [366] é uma camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacto, composta por pedras de pequeno médio e grande calibre. A sua escavação revelou um espólio cerâmico abundante: encosta à estrutura UE [369], assenta sobre o nível de pavimento UE [408], sendo cortada pela vala UE [367].

Destaca-se a presença de *terra sigillata* Itálica, num total de vinte e três fragmentos, que surge a par de dois elementos de *terra sigillata* Sudgálica. Entre as produções de tipo itálico encontramos: um bordo da Forma 22 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*, 1990). Catorze fragmentos de parede e cinco fundos tendo dois deles marca. O exemplar MC 5233 com a marca ZOILVS que encontra um registo idêntico em OCK. 318, com uma produção de Pisa e uma datação entre 5 a.C. e 40 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 143-144). O exemplar MC 5229 é de mais complexo enquadramento, visto que apenas se preserva um fragmento de cartela com início de letra. Entre as produções sudgálicas encontramos, um fragmento de parede e um bordo de Drag. 27 (Viegas, 2003, 2011). O conjunto de ânforas é composto por vinte e três fragmentos de ânforas classificáveis (16 NMI): um fundo de Dressel 1 itálico; cinco bocais duas asas e um fundo de Oberaden 83; oito asas e um fundo de Haltern 70; dois bocais de Dressel 7/11 da costa da Bética; dois bocais de ovoide Lusitana.

Por último merece uma menção os numismas identificados nesta unidade, diretamente sobre o pavimento da rua, UE [408]. Correspondem a cinco exemplares. Sendo que apenas dois permitem uma classificação categórica. O exemplar MC 7585 trata-se de um As em bronze do Imperador Augusto com a *Caetra* - RPC 4, datado de 27a.C. a 14 d.C. Corresponde a uma cunhagem militar do Noroeste Peninsular, relacionado com as Guerras Cântabras (Ripollès *et al.*, 2015, p. 3-4). O segundo exemplar, MC 8015, é um

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

As de Emerita, RPC 42, de cronologia Tiberiana (14 a 37 d.C.) (Ripollès *et al.*, 2015, p. 8).

O pavimento desta rua, UE [408] e [444], é construído de forma sólida e bem estruturada com a colocação de um forte enrocamento em pedra, regularizando o terreno e sobre o qual foi construído uma forte calçada que em certas zonas preserva ainda um lajeado de grande dimensão. A pendente da rua é acentuada, seguindo o declive da encosta, ver figura 55 (Anexo 1, figura 21 e Anexo 2, fotografia 67).

Infortunadamente, o pavimento da rua Ambiente 40 não se encontrava à data da escavação preservado na sua globalidade, sendo antes visível um estado de preservação desigual. Nomeadamente no que diz respeito ao seu revestimento em lajes. Estas parecem ter sido subtraídas ainda em época antiga. Porém, encontra-se bem preservado o enrocamento para o seu assentamento.

Por questões de índole estratigráfica, e em áreas onde o pavimento da rua se encontrava obliterado, decidiu-se efetuar leituras verticais com o intuito de datar a rua e de verificar a existência de estruturas de fases mais recuadas. Estas leituras foram efetuadas em duas áreas, ambas encostadas à fachada do edifício B, UE [431], uma a meio da rua e outra no lado mais a Este onde a grande vala UE [367] tinha afetado profundamente o pavimento da rua. A sua realização permitiu verificar a existência de duas unidades assaz potentes que correspondem na nossa interpretação a um forte aterro de regularização para a construção da rua, a UE [405], e a UE [442] (Anexo 1, figura 21, 29 e 30).

A primeira unidade evidencia sedimento arenoso de tom castanho, de grão fino, apresentando-se medianamente compacta ou mesmo compacta. Composto por pedras de calibre variado variando entre o grande e o médio. A sua escavação revelou um espólio cerâmico assaz abundante. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cento e vinte e oito indivíduos. Entre o conjunto identifica-se trinta e sete bordos: três da Forma 4, um da Forma 12, dois da Forma 18; três da Forma 17; quatro da Forma 20; doze da Forma 22; catorze da Forma 22/23; dois da Forma 24; um da Forma 31 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*, 1990). Sublinhe-se a presença de cinco fundos com marca. O exemplar MC 8500 apresenta uma marca em círculo com motivo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

geométrico que tem paralelo com a marca - OCK. 2558 + (5). Com uma Datação de 10 a.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 514). As restantes marcas são apenas parciais, não sendo possível grande leitura, pelo menos não com uma classificação categórica.

O conjunto de ânforas é composto por cento e trinta e três fragmentos de ânforas classificáveis (58 NMI): dominam de forma clara as importações de vinho e azeite do vale do Guadalquivir, sendo interessante sublinhar a associação das ânforas oleícolas Oberaden 83, com as Haltern 70 com bocais tipicamente Augustanos e as ânforas do tipo *Urceus*.

A segunda camada que interpretamos como de aterro para a construção da rua, UE [442], individualiza-se como uma camada argilosa de tom castanho esverdeado a castanho, de grão fino, medianamente compacta. É composta por abundantes pedras de calibre variado, nódulos de argila e de argamassa. O espólio é abundante, destacando-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de dezasseis fragmentos:

Entre o conjunto identifica-se quatro bordos: um da Forma 4, um da Forma 22, e três da Forma 24 do *Conspectus* (Ettlinger *et al.*, 1990). Sendo os restantes fragmentos de parede e de fundo. Sublinhe-se a presença de três fundos com marca. O exemplar MC 11233 corresponde ao pé de uma pátera da forma B 3.1, com uma marca radial. Preserva-se de forma fragmentada, uma cartela quadrangular fragmentada da qual se vêem três linhas, mas apenas se conseguem ler claramente duas. Paralelo com a marca A.TITIVS FIGVLVS - OCK. 2169 (3). Com produção atestada em Arezzo e uma datação de 30-20 a.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 440). O exemplar MC 11232, é um fundo reconstituído a partir de quatro fragmentos da forma *Conspectus* 22/23, evidenciando uma marca em cartela circular com as letras (...)SIN. Tem paralelo com a marca RASINIVS - OCK. 1623 (94). Com produção em Arezzo e com uma datação de Augusto 15 a.C. a 40 d.C. (Oxé *et al.*, 2000, p. 355). Da outra marca apenas se conserva uma parte, não sendo possível grande leitura.

O conjunto de ânforas é composto por cento e trinta e quatro fragmentos de ânforas classificáveis (62 NMI): Dominam de forma clara as importações de vinho e azeite do vale do Guadalquivir, sendo interessante sublinhar a associação das ânforas oleícolas Oberaden 83, com as Haltern 70 com bocais tipicamente Augustanos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A análise do espólio proveniente destas unidades, que analisamos aqui de forma breve no que diz respeito aos conjuntos de *terra sigillata* e das ânforas, mas que se encontra igualmente em fase de estudo no que diz respeito às amostragens de verniz negro itálico, das paredes finas, das lucernas e do conjunto numismático permite com alguma segurança propor uma cronologia Augustana do início da era, para a formação deste aterro e assim para a construção da rua.

A sua cuidada escavação, permitiu verificar que uma das paredes laterais da rua, a ampla estrutura UE [431], que delimita a fachada do edifício B. Corta e assenta sobre estas duas unidades de aterro (Anexo 1, figura 30). Ou seja, temos assim, que admitir uma cronologia mais recente para esta unidade.

Na área mais a Este deste ambiente ao descermos abaixo da cota do pavimento UE [408], identificou-se uma ocupação pretérita que se encontrava colmatada pela UE [405]. Esta é constituída pela parede UE [406], e pela UE [407], contudo por questões de cronograma não foi ainda possível concluir a sua escavação. É contudo evidente que esta estrutura e respetivas unidades parecem corresponder com as paredes UE [375], [377] e UE [378] Identificadas na escavação do Ambiente 36 e que deverão corresponder a uma fase mais recuada, necessariamente anterior a Augusto.

Não dispomos de momento de dados objetivos para a sua datação. Apenas que é desmantelada em época Augustana, até aos alicerces, para a construção do novo traçado da rua, Ambiente 40. Contudo a abundância de materiais republicanos presentes nos níveis de aterro acima descritos, levam-nos a supor a sua existência.

Apenas na sondagem realizada na zona central da rua, encostado à parede UE [431], se verificou a existência de uma unidade preservada anterior ao aterro UE [442]. Nessa zona (Anexo 2, fotografia 69 e 70), surgiu sob esta unidade a UE [465]. Trata-se de uma camada argilosa de tom castanho amarelado, de grão fino, medianamente compacto. Composta por abundantes pedras de médio calibre, cerâmica de construção e de fragmentos de ânforas. A sua escavação por uma questão de cronograma ainda não foi concluída. Contudo na área escavada surgiu um conjunto artefactual que aponta para o período tardo republicano, segunda metade do século I a.C., com a presença de cerâmica de verniz negro itálico Caleno das formas Lamboglia 1 e 7, ânforas ovóides do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Guadalquivir, nomeadamente do tipo Ovoide 1 e 6, paredes finas itálicas do tipo 2 e 3 de Mayet e de uma lucerna Dressel 3. Destaca-se a recolha de uma lâmina de punhal em ferro, tendo este surgido a par de um exemplar de ânfora ovoide 6 fragmentada *in situ* (Anexo 2, fotografia 70).

EDÍFICIO G - AMBIENTE 46

Definimos o edifício G, como um conjunto composto por diferentes compartimentos de armazenamento e uma área de cozinha situados a Sul da rua (Ambiente 40). Tendo em conta a área intervencionada ainda não é claro que tipo de edifício é este, contudo, a análise dos diversos ambientes levam a propor estarmos perante uma área multifuncional de cariz artesanal e habitacional (Anexo 1, figura 21 e 22).

O Ambiente 46 individualiza-se como um amplo compartimento retangular (Anexo 1, figura 31). É definido pela parede UE [431], que delimita a fachada deste edifício para a rua Ambiente 40, a Este pela UE [459] e a Sul pelas UE [436], [430], [429], [485], [486] e [489]. Este Ambiente evidencia diversos vãos de comunicação, quer com o Ambiente 53, quer com o Ambiente 50 e 49.

A sequência estratigráfica identificada é similar à registada no Ambiente 40. Porém, sob a UE [366], que cobre toda esta área, identificou-se uma maior complexidade nas relações entre as distintas unidades no interior deste Ambiente, que evidenciam uma sequência distinta e assaz mais complexa.

A primeira unidade registada foi a UE [401], trata-se de uma camada arenosa de tom castanho-escuro, grão médio fino, medianamente compacta, composta por abundantes pedras de pequeno calibre e raízes. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cinquenta fragmentos. Entre as produções de tipo itálico encontramos, catorze bordos: um da Forma 4, dois da Forma 7, três da Forma 18, um da Forma 20; um da Forma 21; cinco da Forma 22; um da Forma 31 do Conspectus (Ettliger *et al.*, 1990). Vinte e dois fragmentos de parede e doze fragmentos de fundos. As ânforas encontram-se representadas por vinte e sete fragmentos classificáveis (14 NMI): um fundo de Dressel 1 itálica; um bocal de ovoide 4 do Guadalquivir; um bocal de ovoide 5 do Guadalquivir; cinco bocais duas asas de Oberaden 83; quatro bordos,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

quatro asas e um fundo de Haltern 70; um bocal, duas asas e um fundo de Dressel 7/11 da costa da Bética; um bocal, duas asas e um fundo de ovoide Lusitana.

Seguiu-se a UE [400], que se distinguia por ser assaz homogénea e evidenciar um sedimento argiloarenosa de tom castanho esverdeado, grão fino, medianamente compacta, composta por pedras de pequeno calibre e raízes. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cinco fragmentos. Entre as produções de tipo itálico encontramos, dois bocais: um da Forma 7 e um da Forma 22 do Conspectus (Ettlinger *et al.*,1990) a par de três fragmentos de parede. Entre o espólio destaca-se os bordos de ânfora. Nomeadamente um bocal da forma Haltern 70 e outro de uma ânfora da forma Dressel 7/11.

Uma vez removida esta extensa unidade, que interpretamos como derrube de adobes, verificou-se que ela assentava parcialmente sobre o pavimento deste ambiente em calçada, UE [429] e sobre laje de soleira existente entre as estruturas UE [429] e [430], assim como sobre uma nova unidade a UE [427]. Esta caracteriza-se por uma camada arenosa de tom castanho acinzentado de grão médio fino, compacta, composta por abundantes pedras de pequeno calibre e cerâmica de construção. Assenta igualmente sobre o pavimento, UE [428].

No extremo Oeste do Ambiente 46 verificou-se uma estratigrafia melhor preservada e onde se registou uma área de cozinha, que individualizamos sob a UE [494]. Esta é constituída por diversas áreas de fogo estruturadas, por três contentores de armazenamento fragmentados, mas com os bojos dispostos em círculo, delimitando a área de combustão (Anexo 1, figura 32).

Esta área que interpretamos como de cozinha encontra-se delimitada pela parede UE [459]. Trata-se de uma estrutura pétreia correspondente a um alicerce em alvenaria de um muro que forma um semicírculo. Composta por blocos calcários e de arenito de média e pequena dimensão toscamente aparelhados a par de elementos de telhas, unidos por um sedimento argiloso de tom castanho esverdeado. É coberta pela UE [431], que como vimos define a fachada deste Edifício B com a Rua e assenta sobre uma estrutura anterior a UE [460] (Anexo 1, figura 31).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Esta estrutura UE [460] parece corresponder a uma fase anterior de ocupação, possivelmente datada do período romano republicano, mas sobre a qual nada podemos dizer além de colocar a hipótese, visto que por questões de preservação do sítio não se desceu abaixo do pavimento associado a esta área de cozinha, a UE [428].

Este pavimento, UE [428] é composto por um nível bem compactado, composto por lajes de calcário, dispostas horizontalmente seguindo a inclinação da pendente da encosta, encontrando-se associado às duas áreas de acesso aos compartimentos da fachada mais a Sul deste Ambiente 46 (Anexo 1, figura 39). A sua escavação permitiu verificar que se desenvolve sob a parede UE [431], sendo claramente anterior a ela. Infelizmente na área mais a Este do Ambiente 46 os trabalhos agrícolas não permitiram a sua preservação.

Destaca-se na análise deste pavimento, a descoberta de uma base de coluna *in situ*, associada a este nível de circulação. Trata-se de uma base de tipo ático com plinto, fabricada em calcário local. O desenvolver da escavação em área, ainda que não tenha permitido identificar mais nenhuma base, permitiu registar três áreas que poderiam corresponder a zonas onde assentariam outras bases idênticas e que não chegaram até nós, formando assim uma linha de colunata que podemos interpretar como pórtico (Anexo 1, figura 31, Anexo 2, fotografia 71).

No extremo Oeste do Ambiente 46, sob o nível de áreas de combustão que identificamos como área de cozinha, UE [494], identificou-se um peso de lagar em calcário, enterrado ao nível do pavimento. A sua nivelção e alinhamento com a base acima descrita leva-nos a supor estarmos perante uma reutilização de um elemento mais antigo, possivelmente da fase romana republicana do sítio, como alicerce para o assentamento de uma coluna. Mais abaixo neste Ambiente identifica-se uma estrutura de alvenaria UE [462], que corresponde a um pilar de descarga que serviria o mesmo intuito que o peso de lagar acima descrito. Por último no extremo Este da área intervencionada identifica-se um elemento de silhar cuja parte superior está afeiçoada e evidencia um talhe circular para o assentamento de uma base de coluna (Anexo 2, fotografia 72).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O continuar da escavação em área do Ambiente 46 permitiu verificar que na área mais a Este deste compartimento surgiu sob a parede de fachada UE [431], o nível de aterro para a construção da Rua, datado do período Augustano, UE [405], já identificado quando da descrição do Ambiente 40. Realmente a leitura em área desta unidade, permitiu verificar que ela assentava parcialmente sob a área de pavimento, UE [428], e sobre a base de coluna.

Temos assim uma leitura clara de que a parede lateral da rua, a ampla estrutura UE [431], que delimita a fachada do edifício G, corta e assenta sobre as unidades de aterro para a construção da rua e sobre a estrutura que delimita a área de cozinha UE [459]. Ou seja, temos que admitir uma cronologia posterior para esta unidade que a datação do aterro, o período Augustano. A análise das técnicas de construção desta estrutura, UE [431], levam-nos a sublinhar que estamos perante uma estrutura em mau estado de preservação, limitando-se a uma ou duas fiadas de pedras, no fundo a um alicerce que se desenvolveria em altura e do qual apenas nos chegou esta evidência, que apenas ganha expressão com a sua escavação em área.

Como referimos a área mais a Este deste ambiente encontrava-se em pior estado de preservação. Ao descermos abaixo da cota do pavimento UE [428] identificou-se uma ocupação pretérita, que se encontrava colmatada pela UE [405]. Esta é constituída pelas paredes UE [466], [503], e pela UE [497]. Associado a estas realidades e assentando diretamente sobre o nível geológico registou-se a UE [472]. Trata-se de uma camada argiloarenosa de tom castanho esverdeado, grão fino, medianamente compacta (Anexo 1, figura 33 e 34). Composta por elementos de rocha em desagregação e nódulos de margas verdes e elementos pétreos de média dimensão. O espólio é escasso, contudo permite sustentar uma cronologia romana republicana, tendo-se recolhido fragmentos de material de construção, nomeadamente tégulas, a par de fragmentos de ânfora ovoides do vale do Guadalquivir, cerâmica comum e cerâmica de verniz negro itálico do Tipo campaniense B. Parece assim evidente que estas estruturas, correspondem com as paredes UE [375], [377] e UE [378] identificadas na escavação do Ambiente 36, com as estruturas paredes UE [306], [500] do Ambiente 40 e com as estruturas UE [486] e UE [490] registadas nos Ambientes 49 e 52 a uma fase mais recuada de urbanismo do sítio, necessariamente anterior a Augusto (Anexo 1, figura 35, 36 e 37).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Temos assim da análise da estratigrafia identificada na área do Ambiente 46 a mais completa sequência de ocupação identificada na área de Sondagem n.º 8. Em jeito de síntese: temos uma primeira fase da qual se preservam algumas paredes assentando diretamente sobre o nível geológico e que se reporta tendo em conta os dados com que podemos trabalhar ao período romano republicano (Anexo 1, figura 38). Num segundo momento, estas estruturas são desmanteladas para a construção de um novo desenho, do qual se identifica uma fachada com duas portas e um pórtico com colunas (Anexo 1, figura 39). Tendo em conta esta leitura é plausível podermos estar perante um primeiro momento em que a rua seria mais larga e provida do lado Sul de um pórtico (Anexo 1, figura 99 e 100). Num terceiro momento este pórtico é parcialmente ocupado por uma estrutura, que interpretamos como uma cozinha com diversas áreas de combustão. Poderia ser eventualmente uma loja instalada no pórtico da rua? Um quarto momento é a alteração da rua com o seu nivelamento através de um aterro e construção de uma nova parede, UE [431], aproximadamente na área onde antes existia o pórtico (Anexo1, figura 22). Temos assim, uma redução da área de rua, redução essa que surge a par de uma nova repavimentação com grandes lajes.

SONDAGEM 9

Desde o primeiro desenho do projeto de Monte dos Castelinhos, ficou claro que o sítio teria sido alvo de um amplo e complexo sistema defensivo (Pimenta, Mendes e Norton, 2008). Contudo, apesar dessa perceção que se consubstanciava na análise da presença de taludes e alguns ténues alinhamentos de pedras, os dados eram assaz escassos.

O projeto MOCRATE, tinha como uma das questões a solucionar no seu quadro de indagações prévios o de sondar o sistema ou sistemas defensivos do sítio.

Foi assim com esse intuito que na última campanha de 2018 se decidiu proceder a trabalhos de desmatção e de limpeza, assim como à realização de uma Sondagem, a n.º 9, numa área que parecia corresponder à zona melhor preservada da hipotética muralha (Anexo 1, figura 5).

A zona em questão corresponde a um caminho antigo da quinta que se mantém em uso até aos nossos dias (Anexo 2, fotografia 73). Desde as primeiras visitas ao sítio em 2007, verificou-se que este caminho assentava e era sustentado por uma parede de pedra

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de aspeto antigo e robusto. Contudo, o facto de esta parede coincidir com um sistema de abastecimento de água à Quinta, levou-nos a ponderar se essa antiguidade seria real ou aparente. Este sistema de abastecimento era constituído por tanques cilíndricos em manilhas cerâmicas, onde era depositado água para rega. Estes tanques assentavam sobre uma base de tijolos e cimento que utilizava a estrutura anterior como base, ocultando assim a sua existência. Nos últimos anos, essas manilhas e vestígios foram sucessivamente sendo removidas, permitindo uma melhor leitura da sua base. Um dos dados peculiares deste caminho é o facto de ser nivelado, ou seja, de não ter pendente, algo que num sítio inclinado como Castelinhos não é de todo normal. O outro aspeto é o da sua orientação e do muro que o ladeia se manter regular ao longo de cerca de 100 metros!

Apesar desta precoce constatação, a tentativa de obter dados sobre as ocupações do sítio, e o sucesso que as mesmas obtiveram do ponto de vista estratigráfico e estrutural, levaram a que nos desviássemos da realização de uma sondagem nesta zona.

Após uma análise atenta e cuidada das evidências, verificou-se que de facto, estaríamos com grande probabilidade perante um troço significativo e bem preservado da muralha do sítio. Todavia, a densidade da vegetação existente inibe uma leitura clara, sendo mais uma realidade intuída no meio da espessa vegetação, podendo acompanhar-se a face externa da estrutura seguida de uma ampla pendente da encosta.

Ao iniciarmos os trabalhos, constatou-se que seguindo esse pendente, era claro a existência de um negativo na própria topografia do monte, podendo este ser compatível com a existência de um fosso paralelo à face externa da muralha. Nos trabalhos de prospeção, recolheram-se neste hipotético fosso, dois fragmentos de bocal de ânforas ovoide 1 do Guadalquivir (Anexo 2, fotografia 81).

Tendo em conta esta leitura e este quadro de indagações decidiu-se avançar com uma sondagem à zona onde era visível a ampla estrutura, nomeadamente a sua face externa, com o intuito de indagar as suas técnicas construtivas e verificar a existência de estratigrafia preservada associada à mesma que possibilitasse a atribuição de uma datação (Anexo 1, figura 40 e Anexo 2, fotografia 74 a 83).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Optou-se após cuidadosa análise a limpeza e abertura de uma ampla sondagem de oito metros ao longo de um dos troços melhores preservados. A opção pela sua localização prendeu-se com opções que tiveram que ter em conta a preservação do caminho, visto que este é utilizado de forma contínua para caminhadas e ciclismo.

O corte da vegetação permitiu verificar que a estrutura estava praticamente a descoberto, apenas encoberta pelo denso manto de aroeiras. Após a limpeza, optou-se pela abertura de uma sondagem transversal à estrutura de 1,50 metros por dois (Anexo 1, figura 40).

Este corte permitiu de forma contundente obter uma leitura das técnicas de construção, assim como do estado de conservação desta construção, UE [518]. Estamos assim perante uma ampla e espessa estrutura, 1,50 metros, assentando diretamente sobre o nível geológico, que se desenvolve e que é possível cartografar ao longo de mais de 100 metros. Esta é constituída por uma face externa, composta por grandes blocos de calcário bem aparelhados, evidenciando alguns dos blocos a dimensão de silhares, cuidadosamente talhados (Anexo 1, figura 41, Anexo 2, fotografia 77 e 78). O seu interior é constituído por blocos irregulares de calcário e arenito, que parecem assumir um enchimento entre ambas as faces da estrutura (Anexo 2, figura 76 e 79). A face interna, encontra-se infortunadamente roubada, foram detetados na escavação dois níveis de roubo de pedra, UE [515] e UE [522]. Contudo, apesar desta ausência é clara a sua presença assim como o espaço onde foram obliterados dois espessos blocos, que constituíam a sua face e que se encontravam implantados no próprio substrato geológico (Anexo 2, fotografia 79).

Tendo em conta esta leitura, deparamo-nos com uma estrutura, UE [518], que podemos com alguma segurança interpretar como muralha. Situa-se do ponto de vista de implantação topográfica num dos locais de mais fácil acesso pois está situado a menor altitude, cerca dos 60 metros, recorde-se que o topo do Monte dos Castelinhos tem cerca de 89 metros de altitude. E encontra-se virado à antiga Estrada Real, que constitui o caminho de ligação natural ao longo do vale do Tejo (Anexo 1, figura 44).

A aduzir a esta estrutura, que constituía por si só um obstáculo assinalável, ao acesso por este lado ao interior do sítio, foi detetado na limpeza da zona limítrofe da muralha

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

algumas evidências que levam a supor podermos estar perante um sistema defensivo mais complexo.

No Anexo 1, figura 43, apresentamos um corte a essas evidências, sublinhe-se que realizado apenas após a limpeza da vegetação, não tendo ainda sido escavado. Sendo visível que a muralha UE [518], assenta sobre o geológico, seguindo-se a pendente da encosta. Nesta encosta, regista-se paralelo à muralha um amplo nível de blocos calcários aparelhados, não sendo claro que tipo de evidência é esta. Será um nível de derrube da muralha? Ou outra estrutura defensiva? Apresenta uma espessura irregular de mais de 2 metros, contudo não é visível nenhuma face. Em frente a esta estrutura e desenvolvendo-se em paralelo à muralha ao longo de todo o seu percurso, detetou-se uma estrutura negativa na própria topografia do monte. Esta anomalia pode ser compatível com grande probabilidade, com a existência de um fosso paralelo à muralha. Como já acima referimos nos trabalhos de prospeção, recolheu-se no seu interior, dois fragmentos de bocal de ânforas ovoide 1 do Guadalquivir. Após esta anomalia, regista-se uma outra alteração topográfica desta vez positiva, parecendo corresponder a um talude de terra, seguido de outra anomalia negativa. Não é claro sem sondar, que tipo de evidências serão estas, contudo, é tentador como proposta a confirmar ou infirmar estarmos perante uma muralha de talude e outro fosso, paralelo ao primeiro. Só futuros trabalhos poderão trazer luz a estas hipóteses, contudo, face à sua relevância para a compreensão do sítio deixamos aqui uma leitura interpretativa.

No interior da sondagem 9, no corte aí realizado, registou-se ainda, algumas evidências estratigráficas que são interessantes para a leitura quer da sua cronologia, quer da sua interpretação (Anexo 1, figura 40 e 42). Cortados pelos níveis de roubo de pedra da face interna, UE [515] e UE [522], registou-se um nível bem preservado, a UE [517]. Corresponde a uma camada argiloarenosa de tom castanho amarelado, grão fino, compacta. Composta por margas esverdeadas e fragmentos de elementos calcários em desagregação. Interpretamos esta unidade como um nível de regularização do nível geológico, possivelmente como um pavimento interno de circulação da muralha. O espólio é escasso, contudo homogéneo, composto por pequenos fragmentos de cerâmica comum e dois bojos de ânfora do vale do Guadalquivir, permitindo assumir uma cronologia romana para a formação deste estrato e da utilização da muralha. A sua

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

remoção permitiu verificar que esta unidade cobria diretamente o nível geológico assim como uma estrutura negativa que interpretamos como buraco de poste, UE [520]. De facto identificou-se e foi possível registar um amplo buraco de poste, aberto no nível geológico de base, UE [519] (Anexo 2, fotografia 82 e 83). Qual a sua função não é claro, devendo corresponder quer a alguma estrutura de apoio à muralha, quer eventualmente a elementos associados à sua construção. A sua morfologia e dimensão, recorda os buracos de poste associados à primeira fase de ocupação que detetámos na área de Sondagem n.º 4.

Em sùmula, as evidências recolhidas na área de Sondagem n.º 9, permitem afirmar pela primeira vez de forma clara que o sítio de Monte dos Castelinhos foi alvo de um sistema defensivo bem estruturado e planeado. Não é ainda totalmente claro, qual o seu traçado no resto do sítio, visto que as alterações topográficas são muito subtis e deparam-se com o amplo manto vegetal que cobre o sítio e que impede interpretações globais contundentes. Na área Sudeste do sítio, onde nos encontramos a trabalhar é clara a existência de uma muralha seguida de um ou dois fossos defensivos. Esta leitura pode coincidir com outra ampla estrutura, possivelmente defensiva que se detetou em prospeção logo na primeira campanha de 2008, na plataforma superior do monte e que parece ser ortogonal com esta (Anexo 1, figura 44 e 45, Anexo 2, figura 13, 84 a 87).

5. GEOFÍSICA – PRIMEIRAS LEITURAS.

No âmbito do quadro de indagações e objetivos propostos pelo projeto PIPA MOCRATE, encontrava-se a implementação de leituras não intrusivas no Monte dos Castelinhos, tendo em conta a cartografia do seu subsolo. Diversas vicissitudes levaram a que esses trabalhos tivessem sido consecutivamente adiados. No final do ano de 2019, já após a conclusão do projeto supramencionado, foi finalmente possível dar início a esse trabalho que iremos continuar nos próximos anos. A realização das leituras geofísicas foi adjudicada à empresa Era-Arqueologia S.A. tendo decorrido no mês de setembro de 2020. Os trabalhos foram dirigidos por Tiago do Pereiro e pelo signatário (Pereiro e Pimenta, 2021).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 13 – Localização da grelha a vermelho das áreas intervencionadas pela leitura geofísica (a partir de Pereiro e Pimenta, 2021, figura1).

Nesta primeira fase ainda inicial do levantamento do sítio, foi efetuado como teste uma prospeção geofísica de cerca de 2 hectares. A metodologia utilizada, foi o da prospeção magnética com um equipamento Bartington 601/2 com dois sensores de 1 metro de comprimento. Tendo-se distribuído as áreas a indagar por cinco zonas, com objetivos e problemáticas autónomas (Anexo 1, figura 46). O trabalho de campo iniciou-se com a desmatização das áreas e com a marcação no terreno de grelhas georreferenciadas. A dimensão dos quadrados utilizados variou consoante a zona a indagar, de acordo com a sua topografia e obstáculos (figura 13).

A zona 1 corresponde ao topo do morro de Castelinhos (Anexo 1, figura 46 e 47). Nesta área o quadro de indagações prendia-se com a hipótese de tendo em conta a sua morfologia aplanada, podermos estar perante uma área condicionada pela existência de estruturas arqueológicas. Uma vez que se tratava de uma área aberta, com poucos obstáculos físicos, marcaram-se quadrados de 30x30m, divididos em 30 linhas de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

prospeção, totalizando uma leitura de 2700m² de área. Contudo apesar das altas expectativas, os resultados vieram confirmar de alguma forma o que nos tinha sido transmitido pelos proprietários do terreno. Ou seja, que toda a plataforma superior foi profundamente afetada pelos trabalhos agrícolas ao longo dos últimos séculos. Conquanto, observa-se no canto inferior direito da área analisada a presença de uma anomalia linear bem visível (a castanho) podendo corresponder a uma estrutura positiva do tipo muro/parede (Anexo 1, figura 47). Na zona central do magnetograma são visíveis algumas anomalias lineares que poderão corresponder a estruturas arqueológicas, ainda assim os dados não são suficientemente fortes. Robusto é o sinal de uma área de combustão (polígono amarelo) nesta mesma zona. Por fim salienta-se o canto superior esquerdo, onde, entre o conjunto de evidências, existem 3 anomalias semicirculares e um alinhamento de estruturas negativas que podem remeter para uma ocupação mais recuada do sítio possivelmente pré-histórica (Pereiro e Pimenta, 2021, p. 16).

A Zona 2, implanta-se na encosta de Castelinhos em redor das áreas de Sondagem n.º 5 e 8 (Anexo 1, figura 46 e 48). Tendo em conta a existência de olival, decidiu-se implantar quadrados de 10m de lado. Foram marcados 36 quadrados, totalizando uma área de 3600m². A prospeção geofísica nesta zona teve como objetivo verificar o estado de preservação das eventuais estruturas arqueológicas aí existentes. Na Sondagem n.º 5 e 8, como já tive oportunidade de apresentar os trabalhos arqueológicos colocaram a descoberto uma estratigrafia bem preservada associada a estruturas arqueológicas correspondendo a dois momentos urbanísticos distintos. Um primeiro datado de época romana republicana e outro relacionado com a reforma urbanística de Augusto, onde se verifica a construção de dois arruamentos e estruturas de cariz habitacional. Pretendeu-se assim com esta análise não intrusiva verificar o desenvolvimento dos elementos estruturais já conhecidos, assim como, de outros até hoje desconhecidos. Os dados foram bastante positivos comprovando-se que esta zona tem um potencial elevado, evidenciando uma continuidade estrutural revelador do antigo urbanismo aqui existente.

A zona 3 localiza-se entre a Sondagem 3, 4 e a 6, numa área com pendente e onde não se tinha a perceção se existia estratigrafia e estruturas preservadas (Anexo 1, figura 46). Tal como na Zona 2, optou-se por quadrados de prospeção de 10 x 10m no modo 2, evitando assim algumas árvores, levando a uma diminuição dos recortes e quadrados

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

parciais. Foram marcados 6 quadrados, totalizando uma área de 600 m². Apesar de diversos constrangimentos, terem impedido uma leitura categórica, a qualidade dos dados recolhidos permite vislumbrar a existência de estruturas positivas preservadas, com o mesmo alinhamento das evidências arquitetónicas já exumadas nas áreas de sondagem n.º 3 e 4. Destaca-se igualmente a presença de diversas anomalias ferromagnéticas, assinaladas a vermelho, algumas com concentrações assinaláveis, que são indicadores da presença de metal (Anexo 1, figura 49).

A zona 4 implanta-se a Sul e a Oeste da sondagem n.º 4, num caminho de terra batida (Anexo 1, figura 46). Neste caso em particular, uma vez que a área lateral estava condicionada a Sul pelo soalho da estrada e a Norte pela vertente abrupta e a própria área já escavada, optou-se por marcar retângulos de 30 x 2m. Foram prospetados 5 quadrados, totalizando 300 m². A prospecção geofísica nesta zona teve como intuito verificar o desenvolvimento das estruturas arqueológicas já colocadas a descoberto na área de Sondagem 4 e atestar ou não a sua preservação sob a estrada aí existente. Apesar dos trabalhos terem corrido maioritariamente sobre aterros de construção da estrada, e de a área ser pequena para o método utilizado, os resultados obtidos para esta zona de prospecção permitem a observação de alguns alinhamentos que parecem dar seguimento às estruturas identificadas na área de sondagem n.º 4 (Anexo 1, figura 50).

Por último a zona 5 localiza-se no sopé do monte numa área de planície aluvial, onde os trabalhos de prospecção arqueológica, já acima mencionados, tinham revelado indicadores de uma ocupação romana com ampla diacronia (Anexo 1, figura 3, n.º 1 e figura 46). Uma vez que se tratava de uma zona aberta e livre de obstáculos, optou-se por quadrados de 30m x 30m. No total foram prospetados 3 quadrados totalizando uma área de 2700 m². A prospecção geofísica nesta zona teve como objetivos sondar de forma não intrusiva uma área em que a prospecção tinha obtido dados interessantes e que indicam a existência de estruturas de alguma dimensão.

Apesar de serem terrenos lavrados há décadas, e de existir intenso ruído ferromagnético, os resultados obtidos nesta área de prospecção revelaram a existência de várias anomalias arqueológicas, num estado de preservação inesperado e mesmo surpreendente (Anexo 1, figura 51). O primeiro conjunto de anomalias identificado corresponde a metais dispersos pela área e assinalados com um ponto vermelho. Foi ainda assinalada,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

a linha vermelha, a área com mais ruído magnético, que como podemos observar na imagem corresponde maioritariamente à área onde se identificam anomalias arqueológicas. O conjunto de anomalias arqueológicas pode ser dividido em 2 categorias. Por um lado, temos uma série de anomalias lineares assinaladas a castanho, que poderão corresponder a muros/paredes de antigos edifícios, enquadrando-se no descritor “provável arqueologia”. No mesmo conjunto, existem algumas anomalias lineares que pelo seu reduzido sinal, foram colocadas como possível arqueologia. O segundo conjunto é composto por zonas de combustão, (polígonos amarelos) e possíveis conjuntos de estruturas negativas (pontos azuis) (Pereiro e Pimenta, 2021). Destaca-se entre os resultados desta zona 5, em primeiro plano, o aparente estado de preservação das estruturas romanas aqui existentes que bem merecem por si uma futura campanha para avaliação. Outro dos prismas é o seu alinhamento, algo esdrúxulo tendo em conta a sua implantação. De facto, o seu alinhamento segue a orientação das estruturas romanas republicanas, que tem vindo a ser identificadas no morro de Monte dos Castelinhos, parecendo ser um indicador de que estas estruturas ora vislumbradas pela geofísica parecem obedecer ao mesmo modelo urbanístico. Não deixa de ser surpreendente este indicador, pois ele parece conduzir para a hipótese de que o sítio ainda seja maior do que presumíamos à partida, isto é que a pedreira que aqui laborou durante a primeira metade do século XX terá obliterado parte dos dados.

Esperamos em breve poder ampliar os trabalhos de leitura geofísica tendo em conta a qualidade dos resultados. Estes deverão seguir dois vetores de indagação: um o de estender as leituras a outras áreas do morro, nomeadamente tentando cartografar de forma mais contundente o ou os sistemas defensivos de Castelinhos, quer em relação às estruturas positivas quer às negativas; outro vetor será o de no seu sopé estender a análise na planície fluvial, vendo como estas estruturas se desenvolvem e se conseguimos cartografar a própria via romana que passava no seu sopé, assim como a putativa necrópole para a qual temos referências ainda que vagas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

6. FASEAMENTO

Quando iniciámos a investigação em torno do sítio de Monte dos Castelinhos, no já distante ano de 2007, estávamos longe de pensar a complexidade que o mesmo encerrava. Tenho sempre presente as palavras de incentivo algo proféticas do Professor Carlos Fabião, consultor científico deste projeto, recordando que sítios desta dimensão só se compreendiam com investigações de longo folego, ou seja de profundidade, ao fim de mais de uma década de trabalhos de campo não poderia estar mais de acordo.

Passados já doze campanhas de escavação, com múltiplas leituras estratigráficas em distintos pontos desta estação, que tentamos sintetizar nas últimas páginas, no que diz respeito às suas evidências mais recuadas, é altura de fazer uma síntese sobre o seu faseamento.

O primeiro ponto que importa sublinhar é de que a investigação arqueológica de um sítio com esta dimensão, nem sempre permite leituras contundentes e de cariz perentório. Foi assim com alguma surpresa, que na fase final do projeto MOCRATE e após tantos anos a escavar um sítio com uma forte e coerente ocupação romana republicana, nos deparámos em 2016, (na 9 campanha de escavação!), com uma insuspeitada fase alto-Imperial, assumindo esta uma dimensão e qualidade arquitetónica inegável.

O segundo ponto, que nos parece relevante, é de que perante os elementos de que dispomos, resultantes de diversas áreas de escavação em distintos pontos do sítio arqueológico, podemos atestar a inexistência de quaisquer níveis pré-romanos. As evidências de uma ocupação da Idade do Ferro existem de facto, nas imediações do Monte dos Castelinhos, no sítio denominado Quinta da Marquesa II implantado no sopé do Monte, contudo reporta-se a evidências de uma ocupação centrada nos séculos VII-VI a.C. (Pimenta e Mendes, 2010-2011). No Morro de Castelinhos, nada até hoje se recolheu que reporte para uma ocupação da Idade do Ferro. Evidências mais recuadas da presença humana, apenas existem alguns elementos líticos e cerâmicos, recolhidos já em contextos de época romana que permitem supor uma ocupação Calcolítica. Ocupação pré-histórica, essa, que se encontra consubstanciada no Museu Hipólito Cabaço por um conjunto coerente de materiais aí depositados.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Decorrente da análise da sequência estratigráfica e arquitetónica identificada, nas diversas sondagens é possível individualizar 5 fases distintas de cronologia romana no sítio. Sendo que para o presente trabalho apenas nos iremos deter nas duas primeiras, que correspondem ao período romano republicano.

Fase 1 – Corresponde a um primeiro desenho urbanístico de Monte dos Castelinhos, do qual ainda pouco sabemos, visto o urbanismo subsequente se sobrepor parcialmente e de em outras áreas o ter desmantelado. A esta fase pertencem três amplos compartimentos de tendência retangular, assentando diretamente sobre o nível geológico como pavimento. Associados a estes compartimentos, detetaram-se diversos buracos de poste, alguns de dimensão assinalável. Os seus alinhamentos permitem vislumbrar edifícios de madeira, que aparentemente estão associados a esta primeira fase do urbanismo, ou que lhe antecedem no tempo, ainda que tal de momento não seja claro pelas correlações estratigráficas. No interior deste edifício detetou-se uma área de cariz artesanal, que ficou selada quando do seu abandono, constituída por diversas áreas de combustão, uma área de moagem, assim como vestígios de um tear vertical (Anexo 1, figura 12).

Qual a cronologia de edificação desta fase? É de momento uma questão em aberto que tentaremos discutir ao longo deste trabalho. Os níveis associados a estas estruturas apenas atestam o seu abandono, encontrando-se este bem datado de finais da primeira metade do século I a.C.

A cultura material que iremos apresentar de forma detalhada neste trabalho caracteriza-se pela presença de cerâmica comum predominando os contentores de armazenamento de bordo moldurado e base com reforço externo, associada à presença de cerâmica comum importada do Sul peninsular assim como de cerâmica comum itálica. As ânforas encontram-se bem atestadas, com contentores vinários itálicos do tipo Dressel 1C e Lamboglia 2, contudo sobressai a relevância do papel dos produtos alimentares provenientes dos diferentes âmbitos produtores da província da *Ulterior*, com uma preponderância dos tipos do Vale do Guadalquivir e da área do estreito de Gibraltar, nomeadamente da área costeira da baía de Cádiz. O conjunto de cerâmica de verniz negro é dominado pelas produções da antiga colónia de Cales - cerâmica campaniense B, sendo de sublinhar por ter pertinência cronológica a ausência das produções

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Napolitanas – Campaniense A. O conjunto de paredes finas encontra-se bem atestado dominando as produções itálicas, nomeadamente das formas Mayet II e III, (López Mullor, 2013).

A nível do espólio metálico destaca-se a presença de dois numismas: um denário itálico de P. SATRIENVIS, de cunhagem da cidade de Roma, datado de 77 a.C. - RRC 388/1b., em excelente estado de preservação (Crawford, 1975, vol. 1, p. 403, 404; Vol 2, XLIX, n.º 11), e de um numisma de cunhagem hispânico, um As da cidade Ibérica de KELSE, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C. (Villaronga, 1994, p. 223).

Em resumo, o estudo do conjunto de cerâmica de verniz negro, das paredes finas, ânforas a par da análise do conjunto numismático permitem balizar a cronologia desta Fase 1 entre 70 – 50 a.C. Voltarei mais à frente a deter-me de forma mais detalhada sobre os argumentos que sustentam esta cronologia.

A aduzir a esta leitura, recolheu-se recentemente, em trabalhos de registo gráfico de uma das estruturas da Fase 1, um elemento anfórico, correspondendo a um fragmento de bordo de Ovoide 1 do Guadalquivir, que se encontrava reutilizado no interior da estrutura UE 55. Não é ainda totalmente claro qual a cronologia de início destas produções, contudo tendo presente a informação provenientes de lugares de consumo tem vindo a ser proposto que as primeiras produções de Ovoide 1, surgem nos anos finais do primeiro terço do século I a.C. (García Vargas, Almeida e González Cesteiros, 2011, p. 212). A presença desta ânfora fornece-nos um *terminus post quem* para a estrutura em questão e por inerência ao conjunto edificado da Fase 1. Ou seja, a sua construção terá assim que ser contemporânea ou posterior à ânfora que foi recolhida reutilizada no seu interior, ou seja ou de 70/60 a.C. ou subsequente a esta data.

Fase 2 – Corresponde a uma nova fase urbanística que se materializa na construção e edificação de um conjunto arquitetónico regular com elevados padrões de romanização. A energia empregue para a implantação deste urbanismo é considerável, visto estarmos perante uma encosta com forte pendente. Para vencer este desnível os diversos compartimentos foram construídos em socacos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido desbastados para o efeito. Os níveis da fase anterior foram desmantelados e aterrados, sendo sobrepostos por um novo desenho urbanístico, que apesar de seguir

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

orientações similares ao da fase anterior não coincide de todo com este (Anexo 1, figura 7 e 8).

Nos níveis de aterro e de regularização para a construção dos novos edifícios o espólio é abundante. Sendo constituído por diversos elementos de cerâmica de construção (*tegulae*), paredes finas itálicas, cerâmica campaniense B, sublinhando-se a abundância de fragmentos de cerâmica comum e de almofarizes importados do Sul Peninsular, nomeadamente da 1.º e 2.ª Série de Pinto e Morais (2007).

Importa sublinhar que o espólio cerâmico se apresenta em tudo idêntico ao que iremos detetar nos níveis de abandono/destruição que lhe sucede. Entenda-se, o estudo das cerâmicas importadas identificadas, nomeadamente as cerâmicas campanienses, a cerâmica de paredes finas, e as ânforas, leva-nos a sublinhar a uniformidade do espólio e das suas associações formais remetendo-nos para cronologias muito próximas das avançadas para a fase de abandono. Estaremos assim perante um curto espaço de tempo de utilização deste conjunto urbano. Associado a estes níveis de construção recolheu-se um numisma no enchimento da vala de fundação da estrutura UE [54]. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânica da cidade de KASTILO/Castulo - Século I a.C. Datado de cerca de 85 a.C. devido à inscrição do magistrado monetário - VOC.ST.F. (Villaronga, 1994, p. 333; Ripollès e Manuel Abascal, 2000, p. 144-145). A presença desta moeda associada à vala de fundação de uma das paredes permite-nos aferir com segurança uma data para a construção deste conjunto. Esta terá que ser forçosamente posterior a 85 a.C. e como iremos ver anterior à fase de destruição, bem datada de 50/30 a.C.

As áreas colocadas a descoberto, nas Sondagens 4, 5 e 8 revelaram um notável conjunto urbano de época romana republicana de cariz ortogonal em bom estado de preservação (Pimenta, 2013, Pimenta, 2015).

A análise estratigráfica permite afirmar que o povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo depois de ter sido edificado. A escavação do interior destes compartimentos revelou extensos níveis, correspondendo ao colapso de estruturas pétreas e de adobe, assim como estratos de derrube dos respetivos telhados.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sob estes derrubes correspondendo a elementos estruturais, identificou-se um nível, onde foi possível registar diversos artefactos líticos, metálicos e cerâmicos fragmentados em conexão, assentando diretamente sobre os pavimentos (Pimenta, 2013). A adicionar a este cenário, de abandono/destruição, a escavação destes estratos permitiu identificar diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico. Entre os materiais identificaram-se diversas glandes de chumbo, pontas de lança, um *pilum*, balas de catapulta em arenito, assim como *militaria*, ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como fíbulas, fivelas de armadura, fechos de cinturão e tachas de cáligas (Guerra e Pimenta, 2013). Destaca-se pela sua singularidade, a presença de um *scutum*, sobre os níveis de abandono identificados no ambiente 1 (Pimenta, 2013a; Fabião e Pimenta, 2015).

O estudo das cerâmicas importadas, que iremos desenvolver *infra*, nomeadamente as cerâmicas de verniz negro de tipo campaniense, as imitações de campaniense em pasta cinzenta, a cerâmica de tipo Kuass, as paredes finas, os unguentários, as lucernas, as ânforas, a cerâmica comum, a par do conjunto de baixela metálica itálica, dos numismas e das fíbulas levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais.

Perante as associações de materiais importados e a sua correlação com outras estações em meio terrestre e subaquático, onde as cronologias se encontram bem definidas, quer em âmbito peninsular quer mediterrâneo, torna-se plausível uma data para o nível de destruição do conjunto urbano dos Castelinhos, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.) (Pimenta e Mendes, 2014).

Fase 3 – Se após a fase de abandono acima descrita, não existem na Sondagem 4 e 5, indícios deste conjunto ter sido reerguido, encontravam-se, porém, presentes, valas de roubo de pedra, assim como a reutilização de um dos compartimentos, na área de Sondagem 5 que atestava a atividade humana em inícios do século I d.C.

Tendo em conta a presença, de cerâmicas de importação do tipo *terra sigillata* itálico e mesmo gálico quer nestes níveis quer nos estratos de superfície era seguro assegurar que em certas zonas do extenso povoado a ocupação teria perdurado no tempo. (Pimenta e Mendes, 2018). A abertura da área de Sondagem n.º 8 permitiu uma leitura mais clara

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

desta fase da vida do sítio. Os trabalhos que aí temos vindo a desenvolver nas últimas campanhas e que ainda se encontra em curso permitiu revelar um novo desenho urbano do sítio.

Esta nova leitura permitiu revelar uma nova fase de urbanismo, com a construção de um novo traçado de ruas e de habitações, datado de época Augustana que nos permite destacar que não só o sítio continua a existir após a fase de abandono datada do final do período republicano, como o sítio é considerado suficientemente relevante para ser dotado daquilo que pode ser interpretado à luz destas novas descobertas como um projeto urbanístico.

A Fase 3, corresponde assim, a um novo desenho urbano, que se sobrepõe e anula o pré-existente, e que ainda que mantenha aproximadamente as orientações, reestrutura de forma distinta o espaço, compare-se no Anexo 1, as plantas da figura 38 com a da figura 39 que lhe sucede no tempo.

Tendo em conta os vestígios a descoberto, podemos distinguir claramente três edifícios, separados por um arruamento com 6,60 metros de largura (ambiente 40) (Anexo 1, figura 21 e 22). Ainda que não seja totalmente claro, é possível que o Ambiente 44 possa corresponder igualmente a outra área de rua, cruzando com o Ambiente 40 em ângulo reto. O cuidado que detetamos na pavimentação desta rua, com um forte empedrado de disposição regular, a par de um pórtico com colunas no lado Sul, revela um cariz urbano que até ao momento não identificamos na fase republicana (Anexo 1, figura 99 e 100).

Em relação aos três edifícios, a informação é desigual. O situado a Norte da Rua, Ambiente 40, Edifício F, parece corresponder a uma ampla habitação, com uma organização complexa e em que diversos compartimentos abrem para a área de rua. Face aos dados da análise dos espólios recolhidos, parece que o Ambiente 36 corresponde a uma área de armazenamento e que o Ambiente 45 a um espaço multifuncional estando atestada a presença de mós e de uma área de fogo.

Relativamente ao edifício situado a Sul da rua, Edifício G, temos pouca informação sobre a sua arquitetura, contudo a presença de diversos vãos de passagem, revela alguma complexidade construtiva que apenas começamos a entrever. Por último o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

conjunto que identificamos como Edifício H situa-se a Oeste das ruas Ambiente 40 e 44, infelizmente dispomos de dados muito parciais sobre este edifício, tendo apenas alguns dados sobre dois compartimentos. Sendo que em nenhum deles se desceu em profundidade.

A datação desta Fase, de momento assenta apenas nas escassas áreas escavadas em profundidade. Todavia, parece sólido atribuir a sua construção ao período Augustano. Temos, porém, que sublinhar, que apenas se escavou parcialmente o seu interior, tendo-se por questões metodológicas optado por colocar em área a descoberto os seus níveis de derrube e abandono.

Estes novos dados de cariz urbanístico, vem dar consistência e substância à hipótese, proposta pela primeira vez em 2008 no âmbito da mesa redonda de *Olisipo a Ierabriga*, de que o Monte dos Castelinhos poderá corresponder à primitiva localização da *Ierabriga* das fontes clássicas (Pimenta e Mendes, 2012, p. 61; Mantas, 2011, 2012, p. 13 e reforçada em diversos trabalhos por exemplo Pimenta, 2013 e 2015, Mantas, 2016-2017). A existência deste núcleo é referida nas fontes Clássicas, no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu. A sua presumível localização tem vindo a oscilar desde o século XVI, entre a antiga Vila de Povos, as imediações de Alenquer (Paredes/Quinta do Bravo), e mais recentemente a cidade de Vila Franca de Xira (Guerra, 2012).

Fase 4 – Corresponde a uma ampla remodelação do urbanismo Augustano. Este materializa-se na eliminação do pórtico, sendo este desmontado, ocupado por uma parede que parece fechar o espaço antes ocupado pela colunata. A rua é igualmente reorganizada sendo alvo de um aterro para a sua regularização e é repavimentada com um lajeado de boa qualidade (Anexo 1, figura 22).

O estudo ainda em curso, dos abundantes materiais recolhidos nestes níveis de aterro UE [405] e [442] apontam para uma cronologia Augustana tardia ou já Tiberiana, sustentada num vasto conjunto de Terra Sigillata assim como de ânforas. É cortando estes aterros e assentando sobre eles que se edifica a ampla estrutura UE [431], que delimita a fachada do edifício B. Ao registar-se os seus alçados, verificou-se que a sua construção reutilizou alguns materiais arqueológicos que nos podem servir de elementos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

para aferir uma datação, *post quem*, para a mesma. Identificou-se e recolheu-se um fundo bem preservado de ânfora Haltern 70 do vale do Guadalquivir. Este tipo de ânfora encontra-se bem datado, correspondendo a uma das formas de maior sucesso no período alto-imperial. O fundo em questão apresenta uma morfologia que remete para a sua fase de produção datada do período Júlio-Cláudio (Carreras Monfort e Berni Millet, 2016). Exumou-se ainda um bordo de almofariz de fabrico bético, bem preservado. Trata-se de um tipo que se insere na 5.^a Série da tipologia proposta por Pinto e Morais, (2007). Os almofarizes deste tipo evidenciam cronologia do período Flávio e de Trajano em Conímbriga, e surgem em camadas datadas da segunda metade do século I e segundo terço do século II d.C. em São Cucufate (Pinto e Morais, 2007, p. 239). Teríamos assim uma cronologia para a construção desta estrutura datada necessariamente a partir de meados da segunda metade do século I d.C., tendo em conta quer a estratigrafia, quer a presença de materiais reutilizados na sua construção. O Almofariz permite mesmo antever uma datação posterior, do período Flávio. Sublinhe-se, porém, de que não dispomos de grandes dados para confirmar de momento uma fase deste período no Monte dos Castelinhos, observação que é corroborada pela inexistência de *terra sigillata* hispânica.

Todo este conjunto de cariz urbano é alvo de um abandono, não sendo ainda claro se concertado ou não, entenda-se, não nos deparamos com níveis de derrube de telhado ou colapsos resultantes de uma destruição. A informação recolhida nos níveis de derrube e abandono destas estruturas é assaz abundante, como aliás tentou-se deixar demonstrado na apresentação da estratigrafia.

Tendo presente os elementos, cronologicamente relevantes, mais recentes, podemos situar o momento de abandono deste urbanismo, com alguma segurança, dentro do final do período Júlio/Cláudio. Um dos elementos mais assertivos para essa cronologia é a presença de *terra sigillata* Sudgálica (10% do conjunto das cerâmicas do tipo *sigillata*), nomeadamente das formas Drag. 15/17, Drag. 18/31, Drag. 24/25, Drag. 27, Drag. 30, a par da importação de cerâmica de paredes finas de produção Bética de decoração arenosa da Forma Mayet XXXVI. Pela negativa podemos ainda aduzir, como elemento com pertinência cronológica a inexistência de qualquer elemento de *terra sigillata* hispânica. Face a esses elementos podemos situar esse momento de forma mais concreta, na fase terminal deste período, em cerca de 40/60 d.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Fase 5 – Encontra-se documentada através de uma nova fase construtiva, para a qual não dispomos de evidências sólidas que nos permitam aferir uma cronologia bem definida. Uma vez colapsado o urbanismo da fase 2, é aberta uma extensa vala que corta as unidades de abandono assim como as próprias paredes dos edifícios, UE [367]. No interior dessa vala é construída uma estrutura de planta aparentemente quadrangular, com abertura virada a Sul e que se desenvolve para fora da área intervencionada. Qual a datação desta Fase V? De momento não é fácil de determinar. Os espólios aí recolhidos remetem para uma cronologia antiga centrada ainda em meados do século I d.C. Contudo, tendo em conta a sequência estratigráfica e o facto de esta vala UE [367] cortar os níveis de abandono acima descritos e as estruturas com eles relacionados, confere-lhe um *terminus post quem*, sendo esta estrutura negativa logicamente posterior aos níveis que corta. O facto de as estruturas serem edificadas no fundo desta vala permite ver neste facto uma nova fase de construções no sítio, necessariamente ulterior ao período de Cláudio. Porém aguardamos que a continuação das investigações e o alargar da área, permitam analisar melhor de que tipo de estruturas estamos a falar e qual a sua cronologia específica de construção e de abandono.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

7. A ARQUITETURA

“En el análisis de las perduraciones y transformaciones de la estructura urbana tras la conquista romana, es obvio que resulta un punto de partida imprescindible determinar la naturaleza de la situación o de las situaciones preexistentes(...)”

(Bendala Galán, 2002, p. 414)

Um dos elementos mais eloquentes das escavações realizadas em Monte dos Castelinhos, são os seus vestígios arquitetónicos, que permitem a compreensão e perceção da relevância do sítio durante o período romano republicano. Apesar de estarmos na maior parte das vezes, reduzidos aos alicerces pétreos das suas paredes, as características do sítio e da sua sequência de ocupação fazem desta estação um caso ímpar para a análise do desenho urbano na fase tardia da conquista e inícios do principado. Entenda-se, apesar das amplas áreas de escavação já realizadas, em sítios de cronologia romana republicana, de grande relevância na área que nos encontramos a analisar, como os centros históricos de Lisboa e Santarém, nunca foi possível ter leituras desta dimensão. O facto de ambas serem cidades vivas com ocupação consecutiva ao longo de três mil anos, faz com que o seu estudo se encontre sempre muito condicionado com amplas, complexas e intrincadas sequências estratigráficas e arquitetónicas. No Monte dos Castelinhos as “janelas” que conseguimos abrir, e em particular os dados recuperados na área de Sondagem n.º 4, são uma oportunidade vibrante, para estudar com uma amplitude generosa a planimetria e técnicas de construção de um conjunto urbano do século I a.C. (Pimenta, 2013b).

Antes de mais, ao tentarmos abordar as arquiteturas do sítio, temos que nos deter sobre o espaço escolhido. Penso que é importante deixar bem marcado que este não é de todo o melhor sítio para edificar um conjunto urbano de cariz ortogonal. Estamos perante um morro com forte pendente, encostas íngremes e amplamente expostas aos ventos de Norte que descem de forma implacável e sem qualquer oposição da serra de Montejunto. A opção por este sítio para a edificação de raiz de um novo estabelecimento humano, numa fase tão particular como os meados do século I a.C., um momento avançado da fase de conquista em que a presença romana no vale do Tejo já se encontrava bem estabelecida, teve certamente um enquadramento militar. Apenas as necessidades de defesa e implantação estratégica de controlo do território e da transitabilidade levariam a escolher esta opção. Como veremos, mais à frente, na mesma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

área existiam povoados indígenas de dimensão significativa e com uma lata diacronia de ocupação que remonta à Idade do Bronze, que poderiam ter sido utilizados, contudo essa não foi a opção, mas sim uma nova fundação.

Para qualquer abordagem ao desenho urbano do sítio, temos que ter em conta as suas defesas, ou seja, o desenho da sua delimitação física, fosse ela feita por condicionantes naturais ou pela construção de muralha. Tudo indica que nos Castelinhos se tirou partido das condições naturais de defesa do morro onde se implanta, com vertentes inclinadas, escarpas abruptas na sua encosta virada ao vale de Cadafais e Quintas, mas que estas foram amplamente incrementadas com a construção de um complexo sistema defensivo. Este é composto por muralha de pedra com um metro e meio de largura, seguido de fosso e talude, encontrando-se datado da fase de fundação do sítio. Temos, contudo, presente que os argumentos para a sua datação e que deixámos expostos no ponto 4, ao descrevermos a área de sondagem n.º 9, são frágeis. Esperemos no futuro podermos voltar aos Castelinhos e desenvolver um projeto centrado no estudo do sistema defensivo.

Tendo presente os vestígios detetados na área de sondagem n.º 9, onde se preserva um troço significativo de 100 metros da muralha, a par dos vestígios que identificamos à superfície do terreno e que se encontram parcialmente encobertos pela vegetação, conseguimos traçar uma hipótese, a meu ver plausível, para o seu traçado (Anexo1, figura 44 e figura 45). Esta leitura vê-se consolidada com o recurso à análise das fotografias aéreas antigas que cobrem o sítio, existentes no Centro de Informação Geoespacial do Exército – CIGeoE. A sua análise permitiu vislumbrar que estas estruturas defensivas ainda eram em grande parte visíveis ou pelo menos intuídas nos anos cinquenta e sessenta do século passado. Período em que devido à constante utilização agrícola do espaço, o Monte dos Castelinhos não apresentava o manto vegetal de hoje. A fotografia aérea N.º 3411 da Usaf de 1958, CIGeoE é a esse nível particularmente elucidativa, permitindo como hipótese de trabalho apresentar uma proposta de trajeto a confirmar ou infirmar. Esta revela uma área ocupada maior da que supunhamos e que abrange a totalidade do sítio, desenvolvendo-se a provável linha de muralha pela cota dos 60 metros e ligando pelos extremos ao topo (Anexo 2, fotografia 84 e 85, Anexo1, figura 44).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este trajeto circunscreve uma área significativa de 10 hectares. Ao analisarmos os vestígios existentes no terreno é clara a existência de um recinto de menor dimensão em torno da plataforma superior do morro (cerca de dois hectares), este espaço aliás foi logo definido no início do projeto como Sector 1 (Anexo 2, fotografia 12). Esta área é aparentemente circunscrita por uma linha defensiva de menor dimensão, não sendo neste momento claro se é anterior, contemporânea, ou mesmo posterior a esta (Anexo1, figura 45). São questões para resolver em futuros trabalhos. Contudo, ao analisarmos a orientação dos edifícios já colocados a descoberto, é perceptível que estes seguem não o alinhamento dos taludes da putativa muralha, mas sim o alinhamento da plataforma superior do morro (Anexo 1, figura 45). Existiria aí algum edifício mais relevante, cuja implantação condicionaria o desenho do urbanismo? De momento não é claro e os trabalhos de geofísica aí desenvolvidos, como vimos, não foram de todo esclarecedores. Esta discordância de orientações poderá também estar relacionada com distintas etapas de urbanização. Podendo as muralhas pertencerem a um primeiro momento de delimitação / defesa do sítio e o desenho urbano implantar-se num momento posterior, sendo organizado em função do suposto edifício de maior entidade situado na plataforma do topo de Castelinhos.

Os conjuntos arquitetónicos de época romana republicana, detetados na área de Sondagem 4, 5 e em pior estado de preservação na 8, apresenta um total de 34 compartimentos, já parcial ou totalmente delimitados, que compõem um todo construído de 600 m² de área edificada. Sendo que, face aos dados disponíveis sobre o sítio esta janela corresponde apenas a uma amostragem de um todo que se estende por uma ampla superfície, que calculamos face aos dados da prospeção seja de mais de 10 hectares, ainda que não seja claro se todo o espaço seria edificado (Pimenta, 2013b).

A leitura da articulação entre os diversos ambientes foi particularmente dificultada pelo estado de preservação de grande parte das estruturas, encontrando-se na sua maioria resumidas aos alicerces, não excedendo em média os quarenta centímetros de altura o que corresponde às duas primeiras fiadas de pedra.

A implantação do desenho deste conjunto urbanístico revela uma grande mestria técnica, visto a inclinação acentuada da área não ser a mais aconselhada para a edificação (Anexo 1, figura 56 a 61). Contudo, o projetista destes edifícios certamente

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

munido de agrimensores conseguiu apesar da topografia inadequada implementar um desenho ortogonal que se parece estender à totalidade do sítio, como bem veio elucidar os extensos trabalhos de geofísica elaborados no morro de Castelinhos. Em todas as sondagens realizadas deparámo-nos com vestígios de edificado que obedece às mesmas orientações a nível de implantação, parecendo obedecer a um plano coerente. Para esse efeito foi necessário a preparação dos níveis de base geológicos sendo estes amplamente escavados nas áreas onde o geológico se fazia mais notar. A utilização do substrato geológico é aliás amplamente empregue, tirando partido da sua presença, quer na sua utilização como parede, sendo trabalhado para esse efeito, quer como iremos ver na sua preparação para utilização como pavimentos de habitações ou mesmo num dos arruamentos, caso da Sondagem 5.

A edificação, em termos de técnicas construtivas, respeita os princípios técnicos da construção ortogonal, utilizando técnicas de cariz mediterrâneo, que já seriam conhecidas no ocidente desde os inícios do primeiro milénio a.C. através do contacto com as populações procedentes do Mediterrâneo Oriental (Arruda, 1999-2000). Apesar de ainda ser grande o desconhecimento sobre as plantas dos primeiros edifícios pré-romanos, dos grandes povoados sidéricos das margens Taganas, recentes avanços quer no povoado pré-romano subjacente a cidade de Lisboa (Sousa, 2014), em Almaraz, Almada (Barros e Soares, 2004; Olaio, 2018, Olaio, Henriques e António, 2020), na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002) ou no povoado do Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.*, 2017), atestam a presença de edificado de planta ortogonal, com paredes de soco em pedra sobre o qual se levantavam paredes em terra, o que claramente se diferencia das tradições ainda materializadas para o início da Idade do Ferro na área de Vila Franca de Xira, cristalizadas no povoado de cabanas de Santa Sofia, em pleno núcleo histórico da sede do Município (Pimenta e Mendes, 2010-2011).

As paredes dos edifícios identificados são compostas por um embasamento de pedra, sendo este maioritariamente de calcário ainda que se encontrem elementos de arenito, e nas paredes da Fase 2, surjam reutilizados alguns elementos de cerâmica de construção, tais como tégulas, pesos de tear e fragmentos de ânfora. A sua largura média é de 0,55 m sendo a sua altura indeterminada, encontrando-se o alçado pétreo melhor preservado com cerca de 1 m, sobre o qual se erguiam paredes em terra (Anexo2, fotografia 24). Apesar de os alçados em terra não terem, na sua grande maioria, chegado até nós a sua

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

evidência encontra-se materializada em extensos derrubes de argila praticamente estéreis que cobrem os níveis de abandono e pela negativa pela inexistência de derrubes pétreos significativos. Contudo, em algumas paredes, como é o caso da parede [155], que separa o ambiente 13 e 14, preserva-se parcialmente o alçado em terra (Anexo 2, fotografia 26). Sendo este constituído por argila bem depurada de tom verde e delimitada por um reboco de argamassa de cal, infelizmente o estado de preservação desta estrutura e o facto de ter ainda preservado o seu revestimento de reboco impede de clarificar se seria constituída por blocos de adobe ou não. Assim, apesar desta evidência, e da análise atenta dos derrubes, resulta de difícil leitura a análise de que método de construção em terra foi empregue em Monte dos Castelinhos, adobe ou taipa? Tendo em conta, a presença nos níveis de colapso das estruturas de alguns fragmentos de terra endurecidos pela exposição ao fogo e que configuravam a esquina de blocos de terra, somos levados a supor a utilização do adobe como técnica de edificação dos alçados das paredes destes edifícios. Não nos é, contudo, possível apreender a medida do bloco de adobe padrão aqui presente.

Um dos elementos igualmente a reter, quando da interpretação da técnica de construção em terra utilizada é de que a taipa parece ter sido uma prática marginal no período romano republicano na Península Ibérica, ainda que a sua presença esteja documentada na cidade de Ampúrias, de La Caridad (Teruel) e possivelmente em Azaila (Uribe Agudo, 2006, p. 220). No território português no acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil, detetou-se sobre os alicerces em pedra, “(...) uma espécie de taipa constituída por uma estrutura leve de madeira revestida por uma camada não muito espessa de argila.” (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 10).

Apesar de nas duas últimas décadas, ter-se vindo a tomar mais atenção acerca da riqueza e pluralidade das técnicas de construção em terra, quer na arquitetura tradicional, quer nas evidências arqueológicas (Fernandes e Correia, 2005), o campo da literatura da especialidade da arquitetura antiga mantém-se muitas vezes ambíguo no aprofundamento das técnicas utilizadas. Esta constatação resulta da dificuldade sentida de se reconhecer arqueologicamente os métodos seguidos: adobe ou taipa, gerando-se desta maneira o que Chazelles e Poupet (1985, p. 156) denominaram de “sinonímia abusiva”.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O adobe é uma técnica construtiva que assenta na utilização do bloco de adobe como base da construção dos alçados das paredes. Este pode ser definido como um bloco de forma regular, normalmente retangular, de argamassa de terra ordinária, amassada com areia e fibras (palha), moldado em forma de bloco e seco ao sol de forma natural. Trata-se de uma técnica com uma larga utilização no vale do Tejo, onde ainda hoje se encontra profusamente disseminado na arquitetura tradicional (Fernandes e Correia, 2005). O uso desta técnica construtiva em materiais perecíveis apresenta uma série de vantagens: a facilidade da aquisição da matéria-prima e a consequente poupança nos custos; a possibilidade relativa de uma construção rápida devido a não ser necessário uma mão-de-obra especializada; a vantagem relação peso/resistência o que permitia a construção de plantas sobrelevadas, além da sua excelente eficácia como isolante térmico e a fácil flexibilidade com a possibilidade de se adaptar às diferentes reformulações do espaço (Uribe Agudo, 2006, p. 214-215).

Na Península Ibérica o uso da técnica de adobe encontra-se atestado desde o calcolítico, generalizando-se a partir da Idade do Bronze e Idade do Ferro (Uribe Agudo, 2006, p. 215). Contudo alguns autores, como Chazelles, sublinham que apesar de algumas evidências atestarem esta técnica para a pré-história, o uso generalizado do adobe se prende com a colonização fenícia no Sul e Oeste da Península e a colonização grega no litoral da Catalunha (Chazelles, 1997, p. 51-53). Independentemente de qual a origem da sua introdução, se autóctone se externa, ela encontrava-se amplamente difundida no vale do Tejo, quando da chegada dos exércitos romanos. Um dos exemplos recentes mais elucidativos desta técnica de construção são os singulares níveis de destruição relacionados com o conflito Sertoriano do povoado ibérico de *Libisosa* (Albacete), onde se preservam os amplos derrubes e alçados das paredes em adobe (Uroz Rodríguez e Uroz Sáez, 2014).

Em termos técnicos, a construção dos embasamentos pétreos é cuidada na seleção e utilização do material ainda que o seu talhe, devido certamente, à pouca qualidade da matéria-prima calcária do subsolo do próprio monte, que se apresenta muito pouco sólida, não assuma uma mestria de excelência. Observa-se uma preocupação na opção pela implantação dos maiores blocos na primeira fiada que são posicionadas no sentido longitudinal ao eixo maior da parede e pedras de menor dimensão nas seguintes. Os cantos das estruturas são intencionalmente reforçados com blocos maiores sendo estes

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dispostos de forma que atravessem toda a espessura da parede (em perpianho) ou colocados juntamente com blocos idênticos de forma que exista um travamento entre eles. O ligante utilizado na construção das paredes é o próprio sedimento local de consistência argilosa, tendo sido este amplamente utilizado, não se verificando a opção por o uso de argamassa ainda que, como iremos ver *infra*, o seu conhecimento já se encontrava bem presente, surgindo em algumas opções de pavimentos e de revestimentos.

Um dos problemas do estudo da organização interna deste conjunto edificado, resulta, ou prende-se, precisamente com esta questão de natureza topográfica. Visto que foi necessário criar uma infraestrutura sólida que vença os desníveis, os socos em pedra das paredes são na sua globalidade contínuos, não se verificando interrupção construtiva desde a base das paredes. Os vãos internos de ligação entre os espaços seriam abertos nos alçados em terra e possivelmente aí, reforçados com madeira. Visto estarmos a lidar ao nível da base destes edifícios muitas vezes não é possível identificar onde existiriam os vãos das portas e assim as ligações (Anexo 1, figura 7, Anexo 2, fotografia 14 a 20 e 27). Tal situação encontra um bom paralelo nas extensas edificações, datadas do período romano republicano, detetadas no habitat mineiro de La Loba, Fuenteovejuna, Córdoba (Sillières, 2002, p. 145). Nos últimos anos tem vindo a ser desenvolvida maior atenção a este tipo de arquitetura efémera, com uma forte componente de madeira e que não se materializa de forma tão clara no registo arqueológico, denominada como *opus craticium* (Durán Cabello, 2019). A sua presença em contextos de arquitetura militar tem disso valorizada encontrando na península ibérica os melhores exemplos em Leão nos níveis militares associados ao acampamento da legio *VII gemina* (Morillo Cerdán *et al.*, 2019).

Mais do que nas técnicas construtivas, as inovações arquitetónicas onde podemos constatar a singularidade do conjunto edificado em Castelinhos e a sua influência itálica surgem da análise da complexidade das plantas e da utilização de materiais de revestimento nas paredes, nos pavimentos e acima de tudo nas opções registadas a nível da sua cobertura.

Começaremos a análise pelos vestígios que nos chegaram da fase 1. Como acima explanamos, esses elementos apenas surgem de forma coerente na área de Sondagem 4

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Anexo 1, figura 12, Anexo 2, fotografia 27, 39 a 46). Temos assim uma informação algo fragmentada para estudar este conjunto, visto que apenas se preservaram indícios na zona topograficamente mais encaixada e que assim não foi necessário destruir, mas apenas nivelar para a construção do novo desenho a que chamamos fase 2. Os dados que podemos analisar comprovam que num primeiro momento de implantação no Monte dos Castelinhos optou-se por construir nesta área apoiando os edifícios de encontro a uma plataforma calcária que emergia de forma abrupta na vertente. É precisamente a este amplo veio pétreo, que constitui um patamar natural da organização da encosta do monte, que é edificado uma ampla parede, UE [55], que parece assumir um papel estruturante nesta primeira fase, possivelmente de cariz defensivo (Anexo1, figura 12). A orientação desta parede é dissonante com o alinhamento das restantes paredes da Fase 1, seguindo o alinhamento da escarpa calcária. Apesar de não estar escavada na totalidade, trabalhos de desmatção permitiram acompanhar o seu desenvolvimento no terreno marcado por amplos silhares de calcário, numa impressionante extensão de cerca de cinquenta e cinco metros, perdendo-se debaixo da atual estrada (Anexo1, figura 45).

Os dados relativos ao urbanismo desta primeira fase resumem-se assim a quatro compartimentos edificados no seu interior e encaixados entre a ampla estrutura, UE [55] que acabamos de abordar e a parede, UE [80] (Anexo 1, figura 52 a 55). Esta estrutura, UE [80], evidencia uma técnica de construção *sui generis*, o substrato geológico encontra-se cortado a direito e a parede é construída de encontro a este, evidenciando assim apenas uma face, a interna do compartimento. Serviria certamente de patamar, devendo existir outros compartimentos que se articulariam com estas construções a uma cota superior. Contudo destas não chegaram quaisquer evidências até nós, tendo sido eliminadas pelo urbanismo da Fase 2.

A análise da complexa sequência estratigráfica e estrutural aqui registada e que já tivemos oportunidade de apresentar no ponto 3, permite propor que os três primeiros compartimentos (Ambientes A, B e C), correspondam a um edifício encaixado entre estas duas estruturas (Anexo 1, figura 55). Já o Ambiente D não é claro qual o seu enquadramento visto que apenas se escavou parcialmente, tendo-se posto a descoberto o seu pavimento em argila.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tentando reconstituir-se a planimetria deste edifício da Fase 1, verifica-se que este é composto por três compartimentos interligados entre si por vãos de passagem (Anexo 1, figura 55). A presença de diversos buracos de poste indica que no interior destes espaços existiriam diversas estruturas de madeira que não nos é fácil de entender, podendo estas ser anteriores a estas construções (Anexo 2, fotografia 43 e 44). Face à coerência e articulação entre os três ambientes poderíamos estar perante uma habitação ou um espaço multifuncional de cariz oficial e habitacional.

O Ambiente A encontra-se todo ao mesmo nível, utilizando em grande parte da área o próprio substrato geológico como pavimento, tendo este sido escavado para esse efeito. Todavia, junto da parede, UE [101], preserva-se um pavimento de argila verde, UE [157], no qual assenta uma estrutura de combustão sobre duas tégulas completas.

O Ambiente B desenvolve-se em dois patamares, um nível inferior à mesma cota do Ambiente A e outro que consiste na plataforma calcária, que já abordámos, que se encontra parcialmente cortada na sua zona superior para fazer de espaço de arrumação. Sobre este nível identificámos diversos contentores cerâmicos fragmentados em conexão. Neste ambiente B, verifica-se a existência de duas fases ao nível do pavimento. Um primeiro momento em que o substrato geológico é usado como nível de circulação e um segundo em que este e os buracos de poste aí existentes são cobertos de um pavimento, que é composto de argila amarela amassada com o próprio substrato geológico. Infelizmente não dispomos de qualquer material datante que nos elucide acerca de qual a cronologia desta alteração.

O Ambiente C acede-se a partir de um degrau, pois desenvolve-se a uma cota um pouco superior. De facto, para nivelar o geológico aí existente, a zona mais baixa é preenchida por um nível de pedra, sobre o qual é assente o pavimento de argila de tom verde, UE [305].

Da análise destes compartimentos destaca-se alguns aspetos que permitem supor estarmos perante uma área oficial ou pelo menos multifuncional. Todos os Ambientes dispõem de uma área de fogueira, situada a Este e encostada à parede. Sendo que alguns como o B tem várias áreas de fogo. O Ambiente B parece ter assumido uma função claramente multifuncional. Encostado à plataforma geológica, regista-se uma ampla

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

área de combustão definida por um murete semicircular de argila, dentro da qual se escavou um espesso nível de cinzas. Interpretamos esta estrutura como um forno de cozinha. Contudo, no mesmo espaço, detetou-se uma estrutura sobrelevada em pedra, que interpretamos como bancada, sobre a qual se encontra outra área de combustão, constituída por uma placa de argila alterada por rubefação. A sua escavação permitiu verificar que esta placa, assentava sobre diversos fragmentos de ânfora fragmentados. Ao lado desta estrutura de combustão, regista-se um dormente de mó giratória, *in situ*, sendo que o movente correspondente, se encontrou colapsado ao lado. Ou seja, teríamos uma área de moagem. Por último, neste Ambiente, encontra-se ainda num dos cantos do compartimento uma concentração de cerca de quarenta pesos de tear completos dispostos de forma coerente uns ao lado dos outros. Tendo em conta a sua deposição é plausível supor que possamos estar perante um derrube de um tear vertical, estando presente a totalidade dos seus pesos. Sublinhe-se que o prosseguir da escavação permitiu identificar diversos buracos de poste sob os pesos, e que podem constituir os vestígios da estrutura de madeira do próprio tear. Teríamos assim neste compartimento, um espaço de armazenamento, na plataforma superior sobre a rocha, uma área de cozinha com zona de moagem e de forno identificando-se por último uma zona oficinal com um tear vertical (Anexo 2, fotografia, 42 a 46).

Em resumo, os vestígios que conseguimos associar a esta fase remetem-nos para a edificação de um conjunto coerente. A sua análise remete-nos para uma ocupação multifuncional podendo esta habitação ter-se adequado a um espaço existente entre o muro delimitador do urbanismo e a plataforma geológica. Apesar de os dados não serem conclusivos, dispomos de diversos fragmentos de telhas, que nos indicam que já neste primeiro desenho do sítio a opção de coberturas passava pela utilização destas características cerâmicas de cobertura de origem itálica.

Por alguma razão que desconhecemos, este conjunto foi abandonado e descontinuado. Sendo este abandono relacionado com a construção de um novo desenho urbanístico. É assim que este espaço é aterrado e sobreposto pelo novo traçado, compare-se as plantas do Anexo1, figura 12 e 7. Como se pode observar, nem todas as paredes deste conjunto são eliminadas. Em concreto a grande parede delimitadora deste espaço, a UE [55], permanece, pelo menos parcialmente. De facto, na primeira fase esta ampla parede atravessava transversalmente a área, contudo é cortada e para lhe dar alguma coerência

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

é rematada ligando-a a estas novas construções com um angulo arredondado. Apesar de esta estrutura permanecer, os dados de que dispomos na área do Ambiente 10 permitem-nos dizer que na fase 2 esta era uma área a céu aberto, possivelmente uma zona de circulação, o denominado Ambiente 10 (Anexo 1, figura 8 e 71).

Do ponto de vista da interpretação da arquitetura, a análise da planta da Fase 2 da sondagem 4 permite uma leitura coerente (Anexo 1, figura 7, 8 e 61). Infortunadamente o facto de passar nesta zona uma estrada de terra batida, correspondendo a um caminho consuetudinário, que conduz ao topo da Quinta da Marquesa, impediu até ao momento que se complete a escavação deste conjunto. Assim sendo, temos uma limitação no entendimento de um dos extremos do conjunto. Do outro lado dessa estrada e em uma zona de terraço agrícola, efetuou-se uma sondagem de 4 metros de lado, a Sondagem n.º 3, cuja estratigrafia já tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente (Pimenta e Mendes, 2015b, p. 25-27). Apesar de se tratar de uma zona muito afetada pela realização de trabalhos agrícolas foi possível registar a presença de estruturas coincidentes com o urbanismo da Sondagem 4. No Anexo 1, figura 61, apresentamos os dados de ambas as sondagens e uma tentativa de reconstituição do conjunto.

Um dos aspetos que sobressai da análise deste conjunto é o de estarmos a lidar com uma única fase de ocupação deste conjunto de edifícios. De facto, a estratigrafia é muito simples, registando-se apenas um momento de abandono/destruição e sob estes os níveis do pavimento. Sublinhe-se que mesmo nas áreas onde se desceu em profundidade, não se regista qualquer sobreposição de pavimentos ou remodelações. Estamos assim perante uma leitura estratigráfica que autoriza a interpretação de estarmos perante um momento de construção, uso e abandono relativamente curto. Os pavimentos não resultam, na maior parte dos casos, de qualquer preparação particular, sendo na maior parte dos casos apenas uma camada de terra argilosa compactada, ou o próprio substrato geológico afeiçãoado, contudo deparamo-nos igualmente com alguns espaços que pela sua relevância no contexto do edifício foram alvo de um tratamento diferenciado. Um dos dados a reter é de que apesar da inclinação acentuada da encosta os pavimentos encontravam-se sempre nivelados, ainda que seja claro que dentro do edifício os diversos ambientes organizavam-se em patamares distintos de forma a vencer esta questão de topografia. Sublinhe-se que em todos os compartimentos apenas se verifica uma fase de ocupação. Ou seja, não existe qualquer sobreposição de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

pavimentos em todas as áreas em que efetuámos cortes, os pisos assentavam sobre o nível geológico ou em níveis de regularização para a sua construção. Este é sem dúvida um elemento a ter presente na análise do faseamento do sítio e que comprova o seu curto tempo de ocupação. É interessante a comparação com as amplas estratigrafias de Chibanes para o período romano republicano e onde se assiste à sobreposição de pavimentos, como é o caso na área do perfil estratigráfico Sul do Locus T16 (Silva *et al.*, 2019).

Apesar de poder considerar-se algo subjetivo, visto que, como vimos, não temos vãos de portas que nos permitam muitas vezes entender as articulações dos espaços, o resultado da leitura da escavação em área, da articulação dos derrubes de adobes e das cerâmicas de cobertura, assim como da distribuição dos artefactos cerâmicos permite-nos apresentar uma proposta de interpretação do conjunto. É assim plausível antever entre o conjunto arquitetónico três edifícios distintos (Anexo 1, figura 61). Dois deles encontram-se enquadrados no mesmo bloco. Trata-se de um retângulo bem estruturado de 26,80 por 17,87 metros, que define assim o que poderíamos interpretar como um quarteirão de 478 metros quadrados. Não deixa de ser interessante verificar nesta organização, o facto de o comprimento ser $1,5 \times$ a largura deste quarteirão, voltaremos mais à frente a determo-nos sobre as questões de metrologia. O estudo das técnicas de construção e dos alçados e planimetria das paredes, assim como os dados da escavação da Sondagem 3, permite-nos verificar que este conjunto é composto por dois edifícios distintos.

O edifício B, detetado quer na sondagem 4 quer na sondagem 3, parece corresponder a um vasto edifício de planta retangular, do qual ainda dispomos de pouca informação (Anexo 1, figura 61). Até ao momento, identificaram-se cinco compartimentos, todos eles correspondendo a áreas cobertas por telhado em *tegulae*. A nível de interpretação do espaço, os ambientes 6, 4 e 9, com funcionalidades por esclarecer, mas possivelmente residenciais, parecem ter portas para uma área de corredor de circulação – ambiente 7 – funcionando este como espaço central deste conjunto (Anexo 1, figura 7, 8, e 65, 67, 68 e 70). É precisamente neste corredor, que detetamos um acabamento cuidado, que se traduz no revestimento de estuque nas suas paredes apresentando um tom branco com pintura a negro. De destacar, neste espaço de corredor, a presença de um fragmento de lucerna itálica do tipo Dressel 2 (Anexo 2, figura 27). O ambiente 6, o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

único para o qual dispomos de uma planta completa, corresponde a uma divisão quadrangular com 3,80 metros de comprimento por 2,50 metros de largura, com uma área de 9,5 metros quadrados (Anexo 1, figura 67; Anexo2, fotografia 18). O seu pavimento era composto por um nível de argila compactado, tendo-se identificado encostado a uma das paredes uma estrutura de combustão. Nos níveis de abandono/destruição deste compartimento, detetou-se uma ponta de um projétil em ferro possivelmente de um *pilum*. Apesar de nesta fase ainda não podermos apresentar dados contundentes, relativos à interpretação do conjunto, os dados proporcionados pela arqueologia a par dos dados da geofísica sugerem uma interpretação de podermos estar perante uma área de casernas militares (ver Anexo 1, figuras 94 e 95).

O edifício A corresponde ao conjunto arquitetónico mais escavado da fase romana republicana do sítio (Anexo 1, figura 7, 8, 56 a 61). Tendo em conta as correlações e articulações estratigráficas dos alicerces das paredes, é claro que este conjunto encosta ao retângulo do denominado edifício B, partilhando com ele a parede Sul. Na área escavada esta parede Sul, UE 21, encontra o seu alçado bem preservado e é claro que não existe qualquer ligação entre ambos os espaços.

Ainda que não seja de momento possível vislumbrar a totalidade da sua planta é possível a sua reconstituição com alguma consistência. Corresponde a um quadrado com 17,875 metros de lado, circunscrevendo uma área de 319,51 metros quadrados. Em termos de métrica clássica corresponde praticamente a uma *clima* (315 m²), ou seja ¼ de um Acre. A Norte, Este e Oeste este edifício é rodeado por áreas de circulação (ruas), e a Sul confina e compartilha a parede mestra com o edifício B (figura 14 e 15). Tendo em conta a sua planta, organização interna e evidências materiais, estamos, claramente, perante um edifício de cariz habitacional, que pode ser interpretada como uma casa de pátio republicana com bons paralelos no mundo itálico (Anexo 2, fotografia 14 e 27).

Tendo em conta a informação disponível, propomos como hipótese de trabalho a seguinte leitura de articulação dos espaços (figura 15, Anexo 1, figura 8 e figura 94):

A entrada, dever-se-ia fazer a partir do canto Sudoeste do pátio Ambiente 2, através do corredor Ambiente 17 (figura 15, Anexo 1, figura 61). Tendo em conta a reconstituição do conjunto edificado, antevemos que este Ambiente 17 funcionasse como corredor e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

área de antecâmara, permitindo o acesso direto ao pátio a descoberto. Contudo, outras soluções são plausíveis, tendo em conta que esta área ainda não foi intervencionada. Parece, porém, ser a área mais plausível para aceder ao interior da habitação, tendo em conta a topografia e a organização interna do conjunto. A escavação do Ambiente 17 identificou um piso simples constituído pela rocha de base afeiçãoada para o efeito, acedendo-se com um degrau ao interior do edifício, estando esta zona do pavimento do pátio evidenciada com duas amplas lajes que marcariam a entrada (Anexo 1, figura 63 e 76).

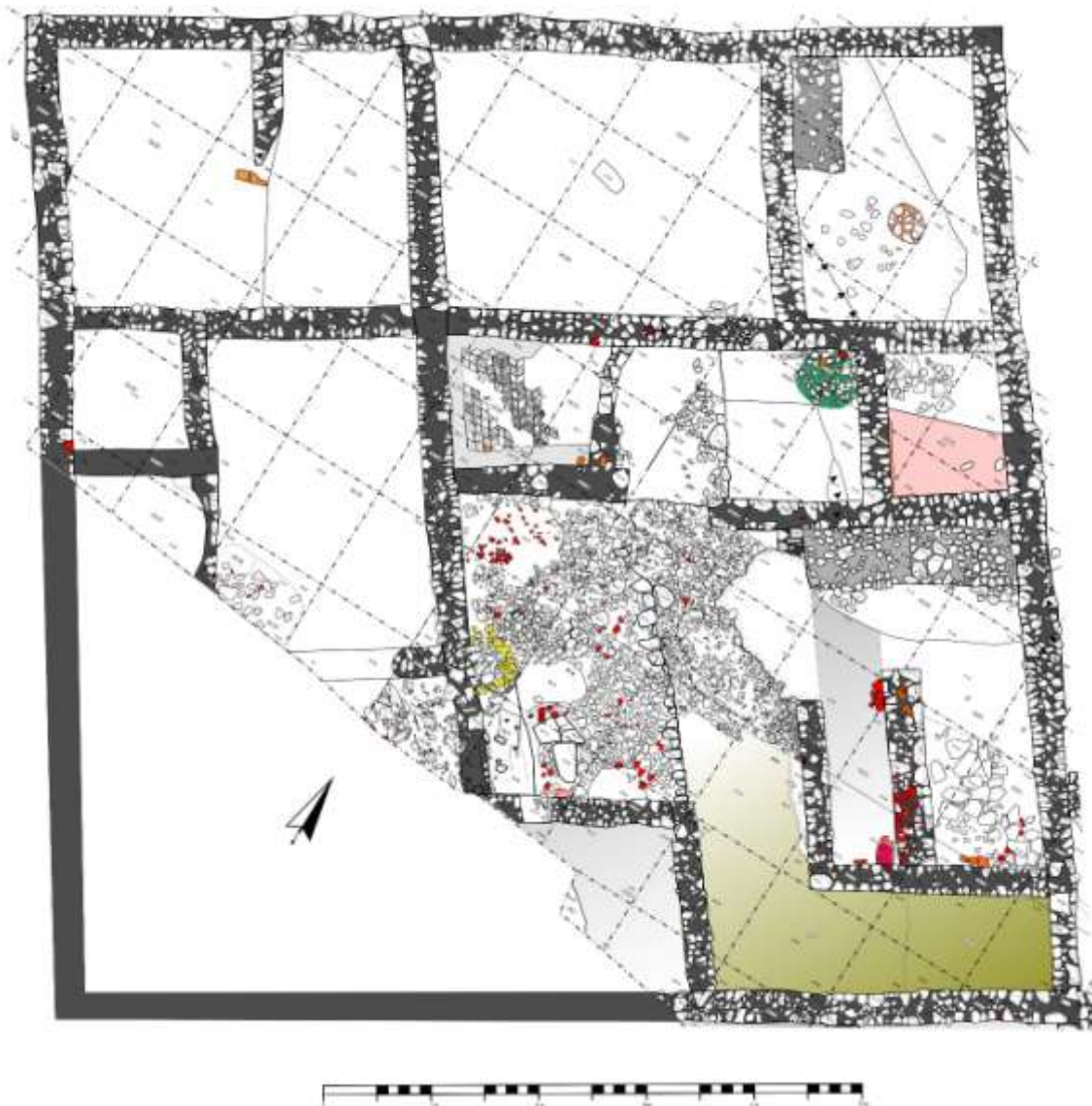


Figura 14 – Planta das estruturas romanas republicanas da Sondagem n.º 4, que interpretamos como edifício A.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

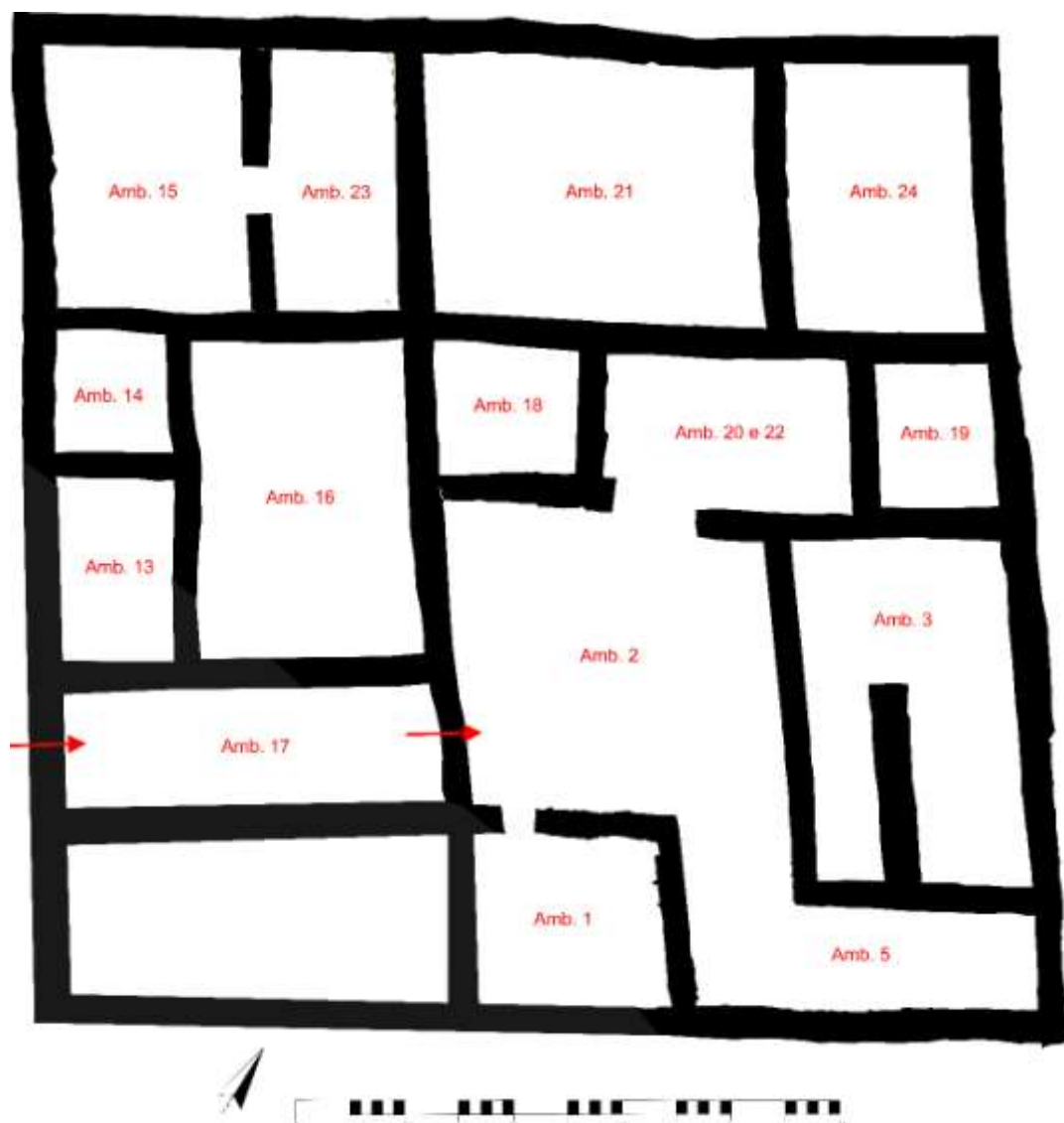


Figura 15 – Proposta de reconstituição do edifício A, da Sondagem n.º 4.

A zona que interpretamos como pátio, Ambiente 2, corresponde à zona central da casa (Anexo 1, figura 8, 61, e 63). As estruturas identificadas, assim como o estudo dos níveis de destruição/abandono do ambiente 2, permitem interpretá-lo como um pátio interno a descoberto, para o qual abriam e comunicavam diversos compartimentos. A sua planta corresponde a um quadrado de 5,8 metros de lado, circunscrevendo uma área de 33, 64 metros quadrados. O seu pavimento é constituído por uma calçada bem estruturada, tendo sido encontrada uma solução para vencer o desnível do terreno que foi a construção de um amplo degrau sensivelmente a meio do pátio (Anexo 2, fotografia 14 e 23). Este compartimento proporcionaria ao mesmo tempo iluminação e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

captação de água. Ainda que não tenha sido possível identificar nenhum tanque de recolha das águas pluviais, a presença de diversos contentores de armazenamento de grande dimensão, fragmentados em conexão, indica que estes poderiam suprir essa necessidade básica. Servindo a mesma função poderia estar um recipiente de dimensão considerável possivelmente em metal ou madeira e do qual apenas nos sobrou o negativo, marcado no pavimento encostado à parede Oeste do pátio (Anexo 1, figura 63).

A partir do pátio podia-se aceder a diversos compartimentos: O ambiente 1 corresponde a um compartimento parcialmente escavado, que abre diretamente para o pátio (Anexo 1, figura 8 e 62). A sua posição central e articulação direta com esta área central da casa leva-nos a colocar a hipótese interpretativa de podermos estar perante um *tablinum* (escritório, espaço de receção de clientes). O pavimento deste espaço é constituído por um nível de argila e calcário moído muito compactados. As suas paredes encontravam-se muito arrasadas, contudo nos níveis de colapso dos adobes, registou-se diversos fragmentos de estuque de argamassa branca com vestígios de pintura de tom negro. Foi neste espaço que na campanha de 2008 se identificou um *scutum* romano (Pimenta, 2013c). Este assentava diretamente sobre o pavimento do compartimento, devendo ter sido perdido sob os escombros das paredes do edifício (Anexo 2, fotografia 35 e 36).

O ambiente 5 funciona como área de circulação de acesso ao pátio, sendo coberto com telhado de tégula. A sua escavação identificou um cuidado pavimento, constituído pelo substrato geológico devidamente afeiçoado e nivelado (Anexo 1, figura 66).

O Ambiente 16 é um amplo compartimento de planta retangular, com 5,8 metros de comprimento por 3,86 metros de largura, ou seja, o comprimento 1,5x da largura, correspondendo a uma área de cerca de 22,4 metros quadrados, que deveria comunicar com o pátio Ambiente 2 (Anexo 1, figura 75). Ao iniciarmos a escavação e delimitação deste compartimento através da remoção dos níveis do seu abandono, verificou-se que este se encontrava no seu limite Norte muito afetado pela erosão. De facto, apenas a Sul foi possível identificar e registar um nível de derrube UE [127], e uma área de combustão UE [148]. Na restante área do compartimento identificou-se uma camada arenoargilosa de tom castanha avermelhada de grão médio e compacta. A sua escavação revelou tratar-se de um nível de regularização dos níveis geológicos para a edificação

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

deste compartimento e da sua pavimentação. Este enchimento ou aterro foi efetuado após a construção das paredes limítrofes, de forma a criar uma área aplanada para a edificação do pavimento. Deste, nada nos resta, à exceção de uma pequena área de lareira, UE [148]. Este dado permite-nos recuperar a cota do pavimento e verificar que este funcionava a uma cota superior à que chegou preservada até nós na maioria do compartimento.

Deste amplo Ambiente 16, acedia-se a dois pequenos Ambientes, que parecem assumir o papel de *cubiculae*. O ambiente 13, circunscreve um espaço de tendência retangular com 2,6 metros de comprimento por 2,2 metros de largura (Anexo 1, figura 72). Até ao momento não foi possível escavar o seu interior tendo-se apenas removido os níveis do seu abandono. O ambiente 14 circunscreve um espaço de tendência quadrangular com 2,3 metros de comprimento por 2,1 metros de largura, correspondendo a uma área de cerca de 4,8 metros quadrados (Anexo 1, figura 73). Após a remoção dos níveis de abandono, verificou-se que este compartimento conserva, pelo menos em três das suas paredes, revestimento a estuque de tom branco (Anexo 2, fotografia 25 e 26). O pavimento é composto por um nível de argila amarela compactada. Apesar do estado de conservação das estruturas não permitir uma leitura clara, presume-se que existiria um vão de comunicação com o ambiente 16. De facto, é na parede Este, UE [146], que não se preserva revestimento a estuque.

Do extremo Norte, do Ambiente 16, ter-se-ia igualmente acesso ao Ambiente 15 e 23. O ambiente 23 encontra-se muito erodido, conservando-se apenas os níveis de regularização para assentamento do pavimento. Trata-se de um compartimento de planta retangular com 4,90 metros de comprimento por 2,30 metros de largura, com uma área de 11,27 metros quadrados (Anexo 1, figura 81). A sua escavação permitiu confirmar, um vão de ligação interno com o ambiente 15, identificado através do derrube da cobertura em telhas. O ambiente 15 encontra-se igualmente muito erodido, não se conservando o seu pavimento original. Individualiza-se como um compartimento de planta retangular com 4,90 metros de comprimento por 3,80 metros de largura, equivalendo a uma área de 18,62 metros quadrados (Anexo 1, figura 74).

Do pátio Ambiente 2 acedia-se ao compartimento Ambiente 3 que funciona a uma cota inferior. Esse acesso podia ser efetuado através de uma pequena escadaria existente no

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

extremo Norte do ambiente 3, da qual foi possível registar o primeiro degrau UE [238] e o embasamento dos restantes, UE [239] (Anexo 1, figura 64), ou pelo corredor Ambiente 5. Trata-se de um compartimento retangular com 6, 80 metros de comprimento por 3,90 metros de largura, com uma área de 26,52 metros quadrados. O espaço deste Ambiente encontra-se dividido internamente por um amplo muro, UE [31], que permite distinguir dois espaços distintos dentro deste compartimento. O Ambiente 3A que corresponde a um espaço de menor dimensão, uma espécie de corredor com um metro de largura. O Ambiente 3B corresponde à área de maior dimensão e apresenta uma cuidada pavimentação em lajes calcárias.

Por último do pátio Ambiente 2 acedia-se igualmente a outra área da casa cujo eixo de entrada se encontra alinhado com o corredor Ambiente 5 (Anexo 1, figura 79). Este acesso é efetuado através de um degrau a uma área igualmente empedrada, ambiente 22 e 20 e que seria coberta. Ainda que tenhamos diferenciado estes dois espaços, trata-se de uma mesma unidade, correspondendo a uma área de circulação organizada em degraus e através da qual se acedia a distintos compartimentos. Evidencia planta retangular com 4, 80 metros de comprimento por 2,80 de largura, com uma área de 13,44 metros quadrados. Sobre o seu pavimento detetou-se um nível essencialmente composto por carvões e cinzas que parece atestar um nível de incêndio. No canto superior Norte regista-se uma área de combustão de planta circular. No seu extremo Este, identificamos o Ambiente 19 (Anexo 1, figura 78). Trata-se de um pequeno compartimento quadrangular com 2,20 metros de comprimento por 2,60 de largura, com uma área de 5,72 metros quadrados. Um dos elementos insuspeitados, foi a descoberta de que este compartimento revela quer nas suas paredes quer no seu pavimento um tratamento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum* (Anexo 2, fotografia 22). Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico em outras áreas peninsulares, no extremo ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro itálica. A sua utilização encontra-se normalmente associada à presença de construções correlacionadas com água. Para o período que nos reportamos esta técnica tanto quanto sabemos, apenas se encontra presente em Lisboa, relacionada a um contexto muito específico e de claro fácies exógeno de matriz itálico, bem datado do terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta *et al.*, 2014). Contudo, em contextos onde a presença romana se fez sentir desde cedo, a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

utilização de pavimentos em *opus signinum* encontra-se bem atestada desde o século II a.C., só a título de exemplo refira-se as termas romanas de L'Almoina em Valência (Ribera I Lacomba, 1998 e 2002) e os dados de Córdoba onde a presença de pavimentos de *opus signinum* em contexto doméstico precisamente na fase a que aqui nos reportamos se encontra bem atestada (Vaquerizo Gil, 2005). De momento, e face aos dados disponíveis não temos ainda dados sólidos para atribuir uma funcionalidade a este espaço, porém a presença de um cuidado tratamento impermeabilizante quer nas paredes quer no pavimento revelam um cuidado especial com este espaço que se prende evidentemente com a sua utilização. Podíamos estar perante um tanque. E se sim qual a sua funcionalidade? Teria um uso de cariz oficial ou doméstico? Voltaremos mais à frente a determo-nos sobre uma hipótese de interpretação deste conjunto como um *Balneum*.

No extremo Sudoeste do Ambiente 22, identificamos o pequeno Ambiente 18 (Anexo 1, figura 77). Este corresponde a um pequeno compartimento quadrangular com 2, 60 metros de comprimento por 2,60 de largura, com uma área de 6,76 metros quadrados. Podendo assim ser interpretado como se fez no Ambiente 13 e 14, como *cubiculum*. Este Ambiente 18, apresenta a peculiaridade de apresentar um invulgar pavimento em tijolos romboidais dispostos de forma geométrica (Anexo 2, fotografia 20 e 21). Trata-se de um pavimento tipicamente itálico designado como *opus figlinus*. No território português, apenas se conhece um pavimento similar, ainda que datado do século II d.C. na cidade de Viseu (Vaz e Carvalho, 2009). Contudo, existem alguns elementos soltos de tijolos romboidais recolhidos em sítios de cronologia romana republicana e que poderão atestar a presença desta técnica construtiva nos primeiros momentos do urbanismo da *Uterior*. A Norte do Tejo, encontra-se presentes em Conímbriga, ainda que, sem que seja clara a sua cronologia (Triães, Correia e Coroadó, 2002). Estes elementos encontram-se, bem representados no Vale do Tejo: nomeadamente, em Lisboa nas escavações do Teatro Romano (Pimenta, 2020); na alcáçova de Santarém (cortesia de Lauren Caron); no Alto dos Cacos – Almeirim (Pimenta; Henriques e Mendes, 2012) e em Chões de Alpompe (Fabião, 2004a; Arruda *et al.*, 2018). No Sul do território português, identificaram-se exemplares idênticos no Monte Manuel Galo, Mértola (Alves, 2014, p. 390, fig. 6) e encontra-se exposto um exemplar proveniente do Castelo da Lousa, Mourão no Museu de Évora. Mais para o interior ainda na província

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

da *Ulterior* encontram-se exemplares idênticos no acampamento militar romano de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984); no acampamento militar de El Santo de Valdetorres, Badajoz (Heras Mora, 2009); assim como na casa fortificada de Pozo Sevilla (Alcázar de San Juan, Ciudad Real) (Morín de Pablo *et al.*, 2013). Sublinhe-se, tudo sítios de atestado cariz militar onde é forte a componente Itálica. Na *Hispania Ulterior*, o melhor exemplo que encontrámos para pavimentos deste tipo é precisamente na sua capital *Corduba*. Aí esta técnica aplicada a pavimentos surge no Fórum da cidade republicana, relacionado com uma fonte (Márquez e Ventura, 2005, p. 435 e 436).

Qual a função deste ambiente 18? É algo que de momento nos escapa, contudo, as suas diminutas dimensões e o cuidado na sua construção levam-nos a sublinhar a sua relevância dentro deste edifício.

Com acesso plausível a partir do ambiente 22, identificou-se na campanha de 2012 um vasto compartimento retangular com 6, 20 metros de comprimento por 5 metros de largura, o ambiente 21. Corresponde a uma área estimável de cerca de 31 metros quadrados, sendo o espaço de maior dimensão detetado até ao momento (Anexo 1, figura 8 e 80). Precisamente no centro deste Ambiente, detetou-se um silhar de calcário que serviria de base de assentamento de um pilar central de apoio à estrutura de cobertura, possivelmente em madeira. A escavação deste Ambiente revelou a existência de grandes contentores de armazenamento encostados às suas paredes, encontrando-se estes fragmentados em conexão sobre o pavimento de argila compactado (Anexo 2, fotografia 34).

Por último, temos o Ambiente 24, com acesso hipotético a partir do canto do Ambiente 21 (Anexo 1, figura 8, e 82). Para fazer face à diferença de cotas, existiria escadas que venceriam esse desnível. No canto do Ambiente 24, detetou-se de facto evidências do alicerce de uma estrutura similar à que identificámos para o mesmo efeito no Ambiente 3 e que corresponderia ao alicerce de três degraus de escadas. Este Ambiente corresponde a compartimento de planta retangular com 4,2 metros de comprimento por 4,6 metros de largura, com uma área de 19,32 metros quadrados. Destaque-se na sua escavação a descoberta de uma ânfora do Tipo Ovoide 6, importada do vale do Guadalquivir fragmentada em conexão (Anexo 2, fotografia 33). O pavimento é constituído por um nível de argila de tom vermelho compactado. Tendo-se registado

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

grosseiramente a meio do compartimento uma área de combustão, constituída por blocos calcários e alguns seixos de rio.

Como acima referimos esta proposta de organização e de comunicação entre os diversos compartimentos é uma reflexão, com base nos dados das leituras proporcionadas pela escavação em área (ver Anexo 1, figura 94 a 98). Conquanto, outras hipóteses podem ser colocadas, sendo igualmente plausíveis.

Este conjunto que designamos como edifício A merece ainda alguns comentários finais. Ao analisarmos a sua planta, identificamos distintos compartimentos que certamente assumiriam funcionalidades diferentes. Parece clara a organização do conjunto em torno de um pátio descoberto. Em torno deste estruturam-se distintos espaços, pautando estes por dimensões modestas. Contudo na área mais a Norte deste edifício encontram-se compartimentos de maior capacidade e amplitude. Seria esta uma área mais vocacionada para o armazenamento? E assim sendo poderia abrir diretamente para o exterior, ou seja, para a área de circulação, Ambiente 12? Os dados disponíveis não nos permitem ir mais além.



Figura 16 – Vista axonométrica do edifício A da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 17 – Proposta de reconstituição do edifício A. Desenho César Figueiredo.

Por último temos as evidências de um outro conjunto a que designámos como edifício C (Anexo 1, figura 8, 61 e 71). Este é constituído por três paredes que parecem constituir uma mesma construção. O facto de se desenvolver para a área da estrada impossibilitou o aprofundar da sua leitura. A existência de duas estruturas paralelas e a curta distância uma da outra leva-nos a supor podermos estar perante um edifício que pode ser interpretado como um celeiro, *horreum*, constituindo estas paredes paralelas a base de um pavimento sobrelevado em madeira. Porém, só a realização de futuras escavações que alarguem a área poderá vir confirmar esta leitura. A existência destes espaços encontra-se bem atestada para o período romano republicano no território peninsular. Para a região do baixo-Sado, temos o exemplar do povoado do Pedrão, com uma cronologia muito similar à que aqui apresentamos para a Fase 2 de Castelinhos (Soares e Silva, 1973). No Sul do território português, temos o caso do Castelo das Juntas, datado segundo os seus autores de meados do século II, I a.C. (Albergaria, 20013). Mais recentemente, detetou-se na foz do rio Douro um *horreum* monumental com uma tipologia de muros paralelos similares aos que aqui estamos a abordar, na área do Monte

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

do Castelo, em Vila Nova de Gaia, datado do final do século I a.C. em concreto entre 30 e 15 a.C. (Ramos e Carvalho, 2020).

A par das áreas edificadas, que acabámos de apresentar e que correspondem a três edifícios distintos, deparamo-nos com áreas a descoberto de distinta funcionalidade. O espaço que designamos como D (Anexo 1, figura 61 e 71), corresponde a um amplo recinto que face às evidências, tudo leva a crer que se encontrasse na Fase 2 de Castelinhos a descoberto. Este espaço é definido pelas paredes externas dos edifícios acima descritos e a Norte pela parede UE [55]. Como vimos, esta ampla parede, trata-se de um muro delimitador do urbanismo do sítio e data da primeira fase do urbanismo.

A Norte e Oeste, a área escavada não permitiu identificar outras estruturas edificadas, tendo-se apenas registado áreas exteriores de circulação, designámos essa área como E, correspondendo aos Ambientes 12 e 11 (Anexo 1, figura 61). Aí as únicas evidências correspondem aos níveis de pavimentação compostos por empedrado irregular, e pela presença de estruturas de drenagem e condução de águas, escavadas no substrato geológico.

Como acima referimos, detetou-se igualmente na área de Sondagem 5 e 8, vestígios de urbanismo da fase romana republicana. Tendo em conta a cronologia dos elementos presentes na estratigrafia associada a estas evidências, estas devem ser associadas à Fase 2 do sítio. Não temos assim, pelo menos não de forma clara, uma Fase 1, nas leituras efetuadas nestas áreas de Sondagem. Em ambas as sondagens, deparamo-nos com fragmentos de realidades que se desenvolvem para fora da área intervencionada. Importa, porém, reter que estamos a lidar com orientações que seguem o alinhamento do urbanismo da Sondagem 4. Os dados são igualmente coerentes ao nível das técnicas de construção e de edificação.

Na Sondagem 5, identificaram-se duas áreas construídas de ocupação aparentemente de cariz habitacional, contudo a exiguidade da área intervencionada apenas permite vislumbrar a sua planta. O conjunto mais a Norte é constituído pelos Ambiente 35, 33 e 34, sendo ainda possível antever um outro compartimento que se desenvolve para fora da área intervencionada a Oeste (Anexo 1, figura 15 e 16). O Conjunto mais a Sul é composto pelo Ambiente 30 e eventualmente o 31. Tendo em conta a articulação dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

compartimentos e as cotas dos pavimentos preservados, o Ambiente 30 teria dois vãos de comunicação com outros espaços. A Este com o Ambiente 31 e partir do canto Sul com um ambiente que se desenvolve para fora da área intervencionada. Em relação ao Ambiente 31, parece corresponder a uma área exterior descoberta, possivelmente um pátio. Entre ambos os conjuntos se identificou uma área de circulação que interpretamos como rua, com 2,60 metros de largura, o Ambiente 32 (Anexo 1, figura 16). Este eixo viário encontra-se orientado no sentido Este-Oeste e conduz aparentemente à parte superior do sítio arqueológico.

Na Sondagem 8, a sobreposição e reconstrução do espaço no principado de Augusto dificulta a leitura das fases mais recuadas. Contudo, nas áreas em que foi possível descer em profundidade, detetaram-se fragmentos de estruturas que podemos associar ao urbanismo e compartimentação da fase romana republicana do sítio (Anexo1, figura 38). Destaca-se a presença de uma zona de circulação/rua paralela à acima descrita da Sondagem 5 e apresentando a mesma medida de 2,60 metros. Em ambos lados da rua deparamo-nos com compartimentos não sendo clara a sua funcionalidade. A Norte da rua identifica-se dois amplos compartimentos, assentando diretamente no substrato geológico. A Sul da rua ainda não é clara a articulação das estruturas.

Ao determo-nos de forma mais detalhada na análise da planimetria do edificado de Monte dos Castelinhos resulta forçosa a pesquisa de paralelos. Contudo, a dificuldade da pesquisa comparativa ao nível do território da antiga Lusitânia é significativa (Pizzo, 2020). Resultando esta das fortes lacunas da documentação, nomeadamente da existente relativa à arquitetura doméstica da fase romano republicana, como é o caso em apreço (Correia, 2010). Assim, não será de estranhar que a par dos parques dados conhecidos no ocidente, teremos que estabelecer paralelos com outras áreas da província da *Ulterior*, nomeadamente com o Sul do território português e com o mundo dos denominados *Castella*, fortins e recintos torre (Fabião, 2002c, Mataloto, 2002 e 2008). Mas igualmente com o vale do Guadalquivir, como é o caso das áreas mineiras da região de *Corduba* (Sillières, 2002), assim como com áreas geográficas peninsulares mais distantes, mas onde estas realidades se encontram melhor estudadas. Caso da província da *Citerior*, em concreto na área da atual Catalunha e sobretudo a zona do vale do rio Ebro (Uribe Agudo, 2008).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Como já tive oportunidade de expor, as descontinuidades do urbanismo de Monte dos Castelinhos em relação às formas de construir do mundo indígena, não se encontram patentes nas técnicas construtivas do edificado, visto estas diferirem pouco do que até então seria realizado, ou seja as técnicas típicas do mundo mediterrânico. As inovações arquitetónicas, onde podemos constatar a singularidade do conjunto edificado em Castelinhos, e a sua influência itálica, surgem sim da análise da complexidade da sua planta e organização interna, nomeadamente, visto que é para ela que temos mais dados, na identificada na Sondagem 4.

Mas começando na busca de paralelos pelo vale do Tejo. Os recentes trabalhos de arqueologia urbana na área do núcleo histórico de Lisboa têm vindo a deparar-se com fortes evidências da sua ocupação na fase da conquista, séculos II e I a.C. (Pimenta, 2020). Os dados sobre o seu urbanismo não são abundantes. Porém os elementos de que dispomos sugerem uma clara descontinuidade com a forma de construir e ocupar o espaço (Pimenta, 2014). Infelizmente o contínuo devir da ocupação humana na área da colina do Castelo de São Jorge impede leituras sincrónicas que permitam estudar com alguma amplitude o urbanismo desta fase. Recentemente foi possível na área da antiga alcáçova medieval, efetuar uma escavação em área que permitiu identificar e escavar um relevante edifício romano republicano (Pimenta *et al.*, 2014). A parte preservada corresponde a um amplo compartimento escavado nos níveis geológicos e que se encontra revestido com um pavimento impermeabilizante em *opus signinum*. Importa sublinhar que a sua construção em meados do século II a.C. rompe com o urbanismo pré-romano, cortando edifícios de cronologia sidérica e implantando-se no terreno de forma dissonante. Os dados que conhecemos de outras partes da cidade permitem-nos atestar que no século I a.C., ao mesmo tempo que Castelinhos era fundado, o povoado de *Olisipo*, era alvo de uma profunda remodelação urbanística (Pimenta, 2020). Infelizmente os dados que sustentam esta afirmação continuam em grande medida por publicar. Um dos mais eloquentes é o da rua romana identificada no claustro da Sé de Lisboa, cujo traçado data precisamente desta fase (Pimenta, 2007, p. 223).

No entorno do território *Olisiponense* apesar de ser ampla a informação sobre um precoce fenómeno de romanização dos seus campos (Cardoso, 2002). Os dados sobre o primeiro desenho destas instalações rurais são escassos, destacando-se o edifício do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

estabelecimento rural romano de Leião, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2010/2011). Aqui na sequência de trabalhos de arqueologia preventiva, colocou-se a descoberto um amplo edifício de planta sub-rectangular com comprimento de cerca de 16 metros e largura média de 10 metros (Cardoso *et al.*, 2010/2011, p. 117) (Anexo 1, figura 83). As técnicas de construção assemelham-se aos Castelinhos, tendo-se deparado com paredes de alvenaria com aparelho pouco cuidado e em pedra seca, sem recurso a qualquer argamassa. A nível da cronologia foi proposto pelos seus autores, tendo em conta o estudo dos conjuntos de material metálico e cerâmico presente na estratigrafia associada a estes, uma construção do reinado de Augusto e um abandono no final de Cláudio, ainda que se deduza uma eventual ocupação anterior datada de meados do século I a.C. (Cardoso *et al.*, 2010/2011, p. 143).

No vale do Tejo, sem dúvida que entre os múltiplos sítios da fase da conquista, sobressai pela qualidade e quantidade da informação o de Santarém (Arruda e Viegas, 2014). Nas diversas leituras estratigráficas efetuadas na área da Alcáçova são parcos os contextos arqueológicos primários, tendo em conta a longa diacronia de ocupação do espaço (Arruda, 1999-2000). A escavação de uma área mais ampla no espaço dos viveiros, em 1999 e 2000, permitiu uma escavação em área (Viegas, 2003). Esta revelou um conjunto de estruturas que correspondem a edifícios alinhados de forma ortogonal, em função de arruamentos. A análise da sua planimetria permite identificar diversos compartimentos de planta retangular, dispostos ao longo de duas ruas, cuja construção evidencia uma clara descontinuidade com o urbanismo anterior, da Idade do Ferro. Trata-se, portanto, das primeiras edificações romanas da Alcáçova de Santarém e foram integradas no que se foi designado pelos seus autores como fase 1, de cronologia tardo republicana, concretamente do segundo quartel/meados do séc. I a.C. (Almeida, 2008). A sua organização, disposição e técnicas de construção remete para as realidades que aqui apresentamos de Castelinhos (Anexo 1, figura 84).

Ainda na área da bacia do Tejo, destaca-se a informação disponível ao nível da arquitetura no Castro de Chibanes, Palmela (Soares e Silva, 2014; Silva e Soares, 2012). De cronologia pré-romana, século III a.C., o povoado indígena é alvo de uma ocupação de cariz militar datada do final do século II a.C. (Silva *et al.*, 2019). No sector ocidental do Castro detetou-se uma extensa área que é interpretada como de cariz residencial. É constituído por grandes edifícios (superfície de 10×8m no Edifício B), de planta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

retangular, geminados, que se sobrepõem ao estrato de ocupação da Idade do Ferro e se dispõem ao longo do muro que delimitava a área residencial do período romano republicano (Soares *et al.*, 2019) (Anexo 1, figura 85). Durante, provavelmente, o segundo quartel do século I a.C., ocorre uma reconstrução /reestruturação deste espaço, após evento destrutivo que levou ao colapso de estruturas e a focos de ignição; aquela reestruturação manteve a malha urbanística prévia bem como as técnicas construtivas anteriores; contudo o espaço é agora mais segmentado (Soares *et al.*, 2019) (Anexo 1, figura 85 e 86).

Para o Sul do território português apesar do inventário de diversos povoados indígenas fortificados com fortes ocupações de cronologias romano republicanas (Fabião, 1998a) é assaz escasso o conhecimento sobre a sua planimetria interna e faseamentos. Tenha-se presente o caso da cabeça de Vaiamonte, Monforte (Pereira, 2018) e o povoado de Segóvia, Elvas. Exceção a este cenário é o caso de projetos de longa duração como o estruturado em torno do povoado de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Guerra e Fabião, 2010, Estrela, 2010); o projeto em curso em torno do sítio da Rocha da Mina, Alandroal (Mataloto, Williams e Roque, 2014) e os dados de Monte Molião (Arruda, Pereira e Sousa, 2020).

É assim entre os dados disponíveis, relativos à primeira fase da presença romana no extremo ocidente peninsular, que encontramos os melhores paralelos para o tipo de construções detetados em Castelinhos. Sublinhe-se, porém, que a complexidade arquitetónica e as soluções de engenharia, aqui encontradas, tornam-no um sítio singular. Em concreto a nível de planta e de interpretação funcional dos espaços, o edifício A não encontra paralelos entre os sítios conhecidos no ocidente da *Ulterior* (figura 15, Anexo 1, figura 45). Estamos assim, no edifício A de Castelinhos, perante a adoção de um modelo habitacional denominado de casa de pátio, com origem Itálica republicana (Moret, 1999). Neste novo modelo, já se encontram plasmados, três elementos essenciais da casa romana: O acesso diferenciado através da rua ao interior da habitação através de um corredor e com ligação ao pátio empedrado; O *tablinum* (Ambiente 1), como espaço nuclear da casa diretamente conectado com o pátio descoberto; e por último, espaços diferenciados destinados à vida íntima dos ocupantes da casa (*cubicula*) e áreas específicas de armazenamento e cozinha (Béltran Lloris e Lahanier, 1996, Uribe Agudo, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No território da *Ulterior*, encontramos um bom paralelo para este tipo de habitação em Esparragosa de Lares, Badajoz, no sítio de La Sevillana (Aguilar e Guichard, 1995). Aí identificou-se uma ampla diacronia de ocupação que se estende até à antiguidade tardia (Aguilar y Guichard, 1993b). A escavação da zona II de La Sevillana revelou um edifício quadrado com 14 por 15 metros, e com paredes limítrofes de 65 cm e aparelho cuidado. No seu interior a planta evidencia uma interessante compartimentação do espaço organizado em torno de um pátio central (Heras Mora, 2015, p. 258). A cronologia desta construção encontra-se compreendida entre os finais da Era e o reinado de Tibério (Aguilar e Guichard, 1995, p. 226).

Mais a Sul, no povoado mineiro de La Loba, Fuenteovejuna, Córdoba, encontra-se atestado de forma bem marcada o urbanismo tardo republicano de matriz itálica (Blásquez Martínez; Domergue e Sillières, 2002). Embora aqui dominem as habitações de forma retangular alongada, encontram-se atestadas algumas casas retangulares estruturadas em torno de um espaço central descoberto em que se vislumbram paralelos com as realidades aqui em análise (Sillières, 2002, p. 159) (Anexo 1, figura 87).

Na Península Ibérica é no vale do Ebro onde identificamos os melhores exemplos de casas, como as detetadas em Monte dos Castelinhos. Aqui quer em Azaila, quer na colónia Celsa, quer em *Bilbilis* se identificam fortes influências Itálicas, que se materializam na adoção de modelos arquitetónicos inovadores (Uribe Agudo, 2014) (Anexo 1, figura 88).

Podemos ainda tentar vislumbrar paralelos entre o edifício A de Monte dos Castelinhos com a planta dos edifícios do mundo dos denominados *Castella* do Baixo-Alentejo (Maia, 1976, 1986, 1988), ou dos recintos torre do Alto Alentejo (Mataloto, 2002, 2004 e 2008). Independentemente da interpretação destes sítios e da sua problemática de contextualização histórica (Fabião, 2002c), todas estas estruturas têm um inegável ar de família. Constituído esse por evidenciarem diferentes plataformas com construções, rodeando um corpo central, delimitado por poderosas paredes (Fabião, 2002c, p. 183). Como bem sublinhou, Pierre Moret, ao analisar e comparar o panorama, das casas fortes, romanas na Bética e na *Ulterior* ocidental/Lusitânia “La simetria axial que rige la planta de las casas fuertes hispánicas no tiene parangón en la arquitectura indígena prerromana.” (Moret, 1999, p. 59). É precisamente este investigador, que vem colocar

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

em comparação o modelo das casas fortes e as plantas das casas de *atrium* romano republicanas, com base na proposta de Jürgen Wahl para o Castelo da Lousa (Wahl, 1985). Encontrando assim uma génese dos seus modelos na arquitetura doméstica itálica (Moret, 1999, p. 61, reforçado em Moret, 2008 e 2016). Tendo presente as premissas que caracterizam estes sítios na sua heterogeneidade, é de reforçar a presença de uma arquitetura possante e simétrica em que se destaca a presença de paredes de ampla espessura, destinadas a sustentar um piso superior. Só esta constatação já faz com que qualquer paralelo entre estas construções e o edifício A de Monte dos Castelinhos seja sempre forçada. Todavia, tendo presente o paralelo que Pierre Moret estabelece entre as Casas Fortes e o sítio de La Sevillana, Badajoz, a que já tivemos oportunidade de nos referir (Aguilar e Guichard, 1995), não podíamos deixar de sublinhar que todos estes modelos se integram numa mesma linha. E esta é, sem dúvida, a dos primeiros modelos arquitetónicos verdadeiramente romanos do território peninsular (Anexo1, figura 89). Por último no que diz respeito ao território português, importa ainda ter presente os elementos de que dispomos sobre o urbanismo romano republicano do Monte da Nora (Terrugem) (Teichner e Schierl, 2010). Resultado de uma intervenção de emergência e de prospecções geofísicas, conhecemos alguns aspectos desta intervenção que tem vindo a ser reinterpretada como sendo na génese uma instalação militar (Mataloto, 2010, p. 73). O sítio é delimitado por uma muralha perimetral e duplo fosso, sendo que no seu interior são edificados na primeira fase alguns edifícios de planta quadrangular dos quais apenas conhecemos alguns aspectos gerais da sua organização (Teichner e Schierl, 2010, fig. 3).

Por último e na mesma linha, não posso deixar de aludir a alguns dos primeiros modelos arquitetónicos de matriz itálica, ainda que aqui de natureza claramente militar os edifícios interpretados como “Casas dos tribunos” do acampamento de Renieblas do cerco da cidade celtibérica de *Numantia* (Dobson, 2008). A planimetria destes edifícios evidenciando uma planta quadrangular organizada em torno de um pátio central, tem passado à margem da discussão da problemática da génese das casas fortes romano republicanas. Ainda que, a meu ver, estes possam ser claramente, os modelos que estejam na origem dos posteriores recintos torres ou casas fortificadas (Moret, 1999, 2008 e 2016). Estes edifícios surgem associados ao *Lager V* dos acampamentos de Rebieblas, (Schulten, 1929, Planta XX), que corresponde a um acampamento de planta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

retangular que tem vindo a ser interpretado como datando do conflito Sertoriano (Morillo Cerdán e Sala-Sellés, 2019, p. 55). Ao analisarmos a sua planta, verifica-se o estreito paralelismo entre estas construções e o edifício A da Sondagem 4 de Monte dos Castelinhos. Não deixa de ser interessante esta relação com a arquitetura militar para a interpretação deste edifício, que se destaca nos Castelinhos, como o mais complexo. A interpretação de Schulten de estar, no conjunto de edifícios do Lager V de Renieblas, perante as habitações dos seis tribunos da Legião ali acantonada, radicava precisamente na qualidade da habitação e da sua organização interna, assim como na sua distinção em relação à restante arquitetura do acampamento (*apud* Dobson, 2008, p. 230), (Anexo 1, figura 90).

Por último, parece-me igualmente pertinente, trazer à colação a planimetria do grande edifício central recentemente colocado a descoberto em Puig Castellar de Biosca (Lleida) (Pera Isern *et al.*, 2019, fig. 5). Foi descoberto um grande edifício quadrangular organizado em torno de um pátio a descoberto de forte conotação militar, evidenciando peculiares características arquitectónicas e decorativas, claramente exógenas. Temos, porém, que matizar a questão da distinta escala e a cronologia mais recuada do grande recinto de Biosca. Ainda que, por outro lado essa datação apenas reforce a antiguidade do modelo acompanhando a presença militar romana...

Do ponto de vista da organização interna do conjunto da habitação do edifício A de Castelinhos, destaca-se a interpretação da funcionalidade de alguns dos seus compartimentos, nomeadamente da presença de um tanque revestido a *opus signinum*, no Ambiente 19. Uma hipótese tentadora, tendo em conta a sua presença e disposição no conjunto da casa assim como a sua associação a uma estrutura de combustão no canto Oeste do Ambiente 19, é a de este tanque poder corresponder a um pequeno *balneum* (Anexo 1, figura 8, 78, 94 e 97). Optei por utilizar o termo *balneum* e não *thermae* devido às suas pequenas dimensões próprias de uma habitação como esta. Ao interpretar os vestígios colocados a descoberto como *balneum*, tenho presente que estas instalações seriam providas de um tanque de água quente, que poderia ser o Ambiente 19, sendo este aquecido pela estrutura de combustão UE [333], onde poderia assentar um recipiente metálico onde seria aquecida a água. Mas poderiam ser providos igualmente outras salas, onde decorreria outros banhos temperados ou frios. A associação do Ambiente 18, onde se detetou um pavimento em tijolos em losango

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

disposto em *opus spicatum*, e que normalmente se encontra associado a espaços relacionados com água, mas igualmente os ambientes 22 e 20 alinhados com este tanque e com acesso a partir do pátio da casa podem igualmente ser interpretados como parte deste *balneum*. Outra hipótese interpretativa é a de o tanque, Ambiente 19, ter ligação com o Ambiente 3, e ser a partir deste compartimento, que como vimos é cuidadosamente lajeado, o acesso ao tanque (Anexo 1, figura 8 e 64). Sendo este feito a partir de dois degraus cuja base pode ainda ser observada no embasamento da estrutura, UE [238] e [239] (Anexo 1, figura 64). Esta hipótese afigura-se mais plausível, visto que assim ficaria o Ambiente 20 como área de aquecimento do tanque/piscina e funcionando o amplo Ambiente 3 como área multifuncional, como vestiário e área de massagem. Nesta interpretação faria mais sentido a ampla parede que divide o Ambiente 3, UE [31], cuja largura é singular em todo o conjunto, se tivermos em conta que ela não se ergueria em altura, mas tivesse uma função de bancada de apoio, ou mesmo de banco. Este tipo de banco, encontra bons paralelos em contextos termais romano republicanos, como é o conhecido exemplo das termas republicanas de Valência (Marín Jordá e Ribera I Lacomba, 2009).

Encontramos um bom paralelo para esta hipótese de trabalho no *Balneum* da Domus 1 do bairro das Termas de *Augusta Bilbilis*, no vale do Ebro (Martín Bueno *et al.*, 2007). Esta habitação corresponde a uma casa de *atrium* tetrastilo e encontra-se datada entre o final do século I a.C. e a época de Cláudio (Uribe Agudo, 2004). Associado a um compartimento revestido de pavimento de *opus signinum*, identificou-se um tanque que servia de banheira com 180 por 120cm revestido de argamassa (Anexo 1, figura 91). Este tanque era aquecido por um sistema de *hipocaustum*, situado no exterior deste conjunto (Martín Bueno, *et al.*, 2007, p. 226). Situação similar encontramos no vale do Guadalquivir, na cidade romana de Munigua, (Sevilha). Aí na casa 1, compartimento 22, identificou-se igualmente um tanque revestido a *opus signinum* que foi interpretado como uma pequena instalação termal privada (Hauschild e Hausmann, 1991, p. 334). Nesta fase dos trabalhos e tendo em conta o estado de preservação do conjunto edificado não podemos comprovar categoricamente esta interpretação. Porém, parece-me uma hipótese provável. A existência de um *balneum*, nesta habitação de Castelinhos configuraria um dado excecional no panorama hispânico (Nolla, 2000).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

As descontinuidades ou melhor a inovação da arquitetura de Monte dos Castelinhos, a par da sua planimetria encontra-se igualmente bem patente, na utilização de materiais de revestimento inovadores e desconhecidos à época. Encontrando-se estes, patentes nas paredes, nos pavimentos e acima de tudo nas opções registadas a nível da sua cobertura utilizando cerâmica ao modo itálico (ver *infra* capítulo 8.6. sobre os materiais de construção).

A cobertura dos compartimentos era constituída por telhados de *tegulae*, dos quais se conservam diversos níveis de derrube. Coloca-se, porém, a questão, face ao volume identificado, se este material cobriria toda a área ou só parcialmente, coexistindo com coberturas de materiais perecíveis. Apesar destas interrogações, a abundância de material cerâmico de cobertura é uma constante o que me leva a supor a primeira hipótese (ver Anexo 1, figura 93, 96 e 98). Não podemos deixar de sublinhar que o uso de *tegulae* em contextos tardo republicanos é uma raridade nos contextos arqueológicos conhecidos no território peninsular (Roldán Gomez, 2008), encontrando-se atestado esta solução ao nível de cobertura apenas a partir do principado de Augusto (Triães, 2016). Contudo, tal ocorrência em contextos republicanos encontra-se bem atestada para sítios onde a presença romana cedo se fez sentir, quer em contextos civis como na capital da *Hispania Ulterior* – Corduba (Vaquerizo Gil, 2005), assim como em acampamentos militares republicanos como Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984).

No que diz respeito ao território português, os dados são escassos para os sítios romano republicanos. No acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil, as cerâmicas de construção encontram-se ausentes (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 16). Para o acampamento militar de Antanhol, nas imediações de Coimbra, existe referência à presença de *tegulae* e *imbrices* à superfície, contudo os dados são escassos acerca da sua cronologia e enquadramento (Leitão, 2014, p. 78). Sendo que não é igualmente claro se estes materiais de construção se reportam à ocupação militar do recinto ou a alguma reutilização posterior do mesmo. Em Lisboa, apesar de terem sido intervencionados contextos republicanos, com alguma extensão, os dados são parcos em relação à presença de cerâmica de cobertura, sendo, porém, de valorizar a presença de dois fragmentos de tégulas associadas aos contextos de abandono de um edifício datado do terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta, *et al.*, 2014). No Castro de Chibanes, a inexistência de cerâmica de cobertura levou a propor a utilização de materiais perecíveis

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

na cobertura dos compartimentos republicanos (Soares *et al.*, 2019, p. 85.). Nos Chões de Alpompe, a presença de *tegulae* tem vindo a ser sublinhada, contudo não é claro a sua associação à arquitetura do sítio (Pimenta e Arruda, 2014, p. 386). Não deixa de causar perplexidade que uma estrutura tão complexa como o Castelo da Lousa, não evidencia dados que atestem uma cobertura de *tegulae* e *imbrices*. Segundo o mais recente estudo, propõe-se que os escassos elementos de cerâmica de revestimento aí recolhidos, poderiam ter servido apenas como beirado de uma cobertura em material perecível, colmo ou giesta ou mesmo de placas de xisto (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010, p. 45).

A par da cerâmica de cobertura, a utilização de cerâmica de construção nos edifícios romano republicanos do Monte dos Castelinhos encontra-se bem atestada. Voltaremos mais à frente a determo-nos na sua análise de forma mais detalhada no ponto 8.6. Porém, importa ter presente que foram recolhidos igualmente em estratigrafia, tijolos de quadrante, tijolos losangulares e pequenos tijolos retangulares, assim como canalizações cerâmicas.

Tendo em conta a dimensão da área amuralhada de Monte dos Castelinhos, ainda dispomos de poucos dados sobre o seu urbanismo. Contudo as janelas já abertas sobre esta realidade autorizam a sustentar uma leitura de que este espaço foi alvo de um planeamento na edificação da sua organização interna. Tendo esse planeamento, assentado no aproveitamento da sua topografia interna, nomeadamente dos grandes afloramentos calcários, como nos revela a grande estrutura, UE [55], que é edificada logo na primeira fase do sítio (Anexo 1, figura 12 e 44). Mas acima de tudo na implantação de um urbanismo regular de cariz hipodâmico com o traçado de arruamentos, construção de habitações, espaços de cariz artesanal e de armazenamento. A adequação deste projeto arquitetónico a uma encosta íngreme e pedregosa como a do Monte dos Castelinhos revela a utilização de agrimensores romanos e sem dúvida de um espírito prático que aponta para o mundo da arquitetura militar. A análise da complexidade arquitetónica, decorativa e funcional do edifício A revela um alto padrão de romanização do sítio que certamente se prende com a sua relevância estratégica conjuntural.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tendo presente o estado da arte relativo às metodologias de abordagem ao estudo do urbanismo romano, decidimos tentar avançar com uma abordagem de índole metrológica ao conjunto arquitetónico tardo republicano colocado a descoberto em Monte dos Castelinhos. Os aspetos metrológicos fazem referência ao estabelecimento de uma unidade de medida básica e sua institucionalização (Uribe Agudo, 2008, p. 498). No caso da Península Ibérica, verifica-se a adoção precoce do pé romano como unidade. Contudo, a institucionalização social de uma medida básica de padrão não foi tão uniforme no início da romanização como se vinha considerando. Esta a noção ficou atestada no caso da arquitetura doméstica pelo trabalho de Hallier (1989), no estudo dos átrios toscanos de Pompeia e Herculano, onde verificou a utilização generalizada do pé osco-italico de 0,275 m. Sendo claro na Lusitânia, que na primeira fase do urbanismo Augustano, foi esta a medida de pé utilizada, como é o caso bem conhecido do Teatro e Anfiteatro de Mérida (Durán Cabello, 2004).

Iniciando a análise pela globalidade do conjunto verifica-se de facto alguma regularidade. Os muros limítrofes do conjunto, apresentam uma espessura regular de 55 cm, o que equivale a dois pés itálicos. O conjunto do edifício A, o único para o qual conseguimos reconstituir uma planta, corresponde a um quadrado com 17,875 metros de lado, o que equivale precisamente a 65 pés itálicos, ou 13 *passus*. Ao avançarmos com uma análise mais pormenorizada do módulo construtivo atesta-se que muitos dos ambientes têm uma proporção 5:7, criada a partir da raiz de dois, ou o rectângulo 5:8, muito aproximado à proporção áurea. Estas proporções, foram amplamente utilizadas na antiguidade. É igualmente interessante perceber que a colocação dos muros interiores segue uma lógica baseada na proporção áurea, ou seja, a subdivisão dos espaços não só coincide na maioria com a grelha de 65 pés, assim como com a secção de ouro. Ou seja, a planta é baseada na interacção de proporções harmoniosas. A análise global do conjunto permite igualmente verificar que apesar de muitos alinhamentos serem coincidentes com a grelha/módulo construtivo algumas das paredes desviam-se dele, existindo certamente alguma adaptação do projecto inicial às condições do terreno decorrentes da sua inclinação e substrato geológico calcário.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

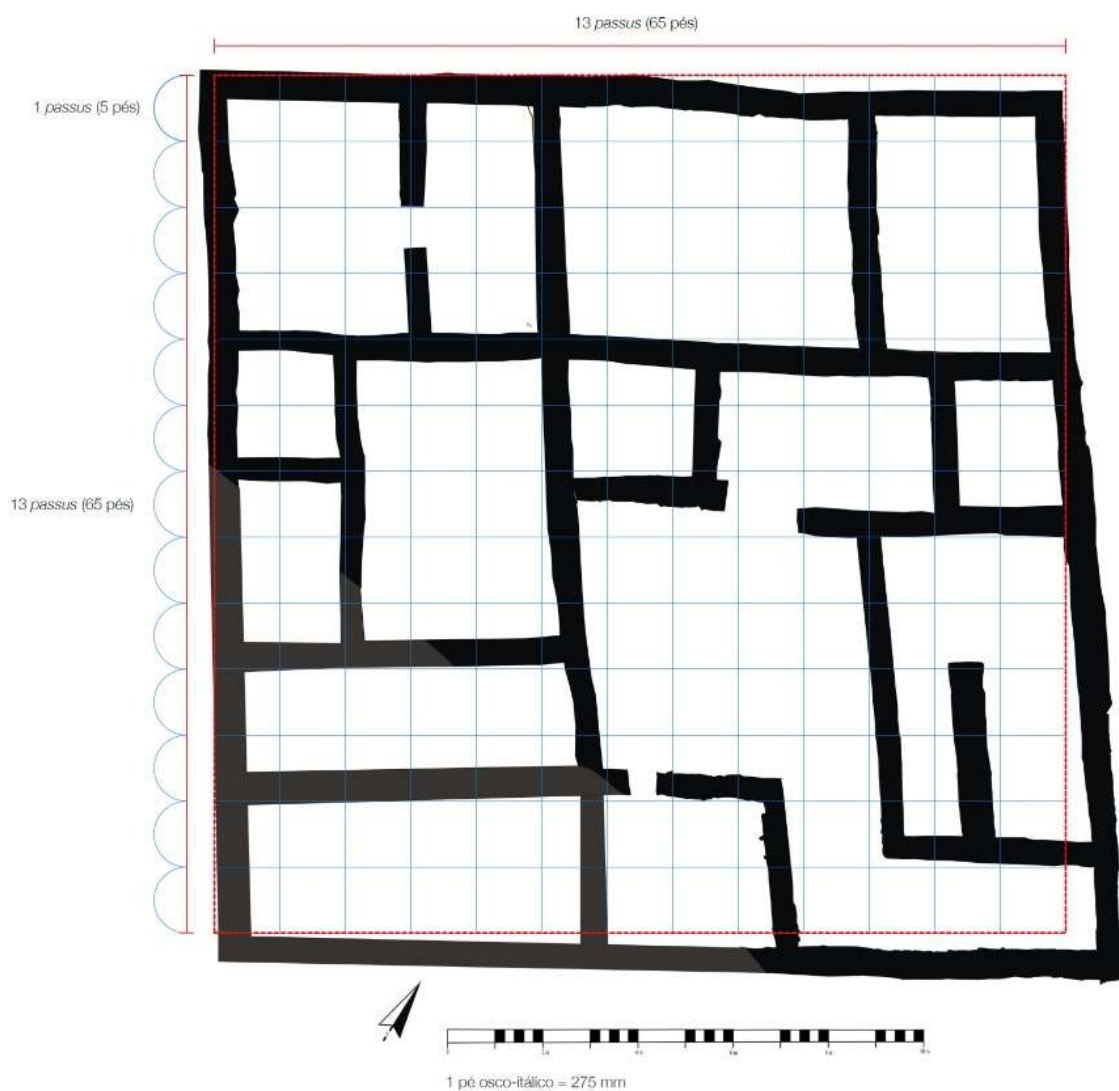


Figura 18 – Análise do módulo construtivo da casa da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

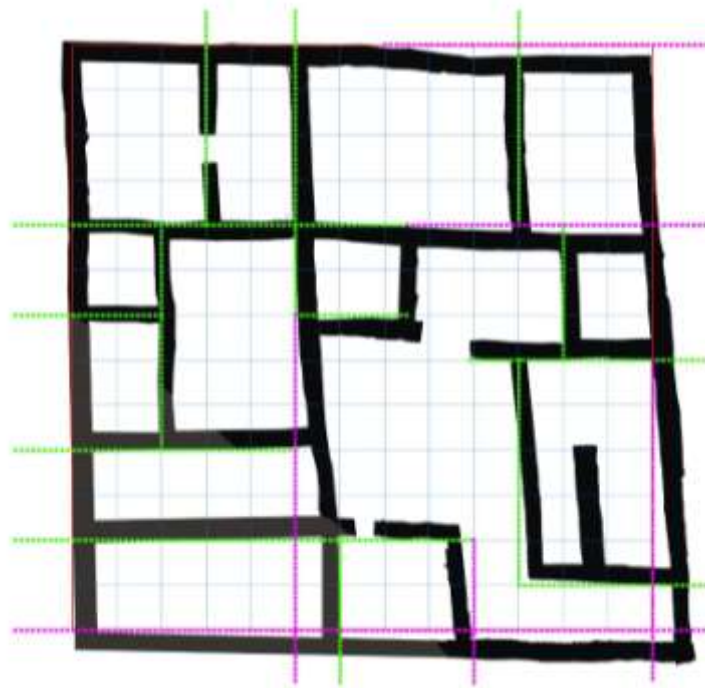


Figura 19 – Análise do projecto. A verde alinhamentos coincidentes com a grelha/módulo construtivo a roxo hipótese de alinhamentos conforme o projecto original. Desenho César Figueiredo.

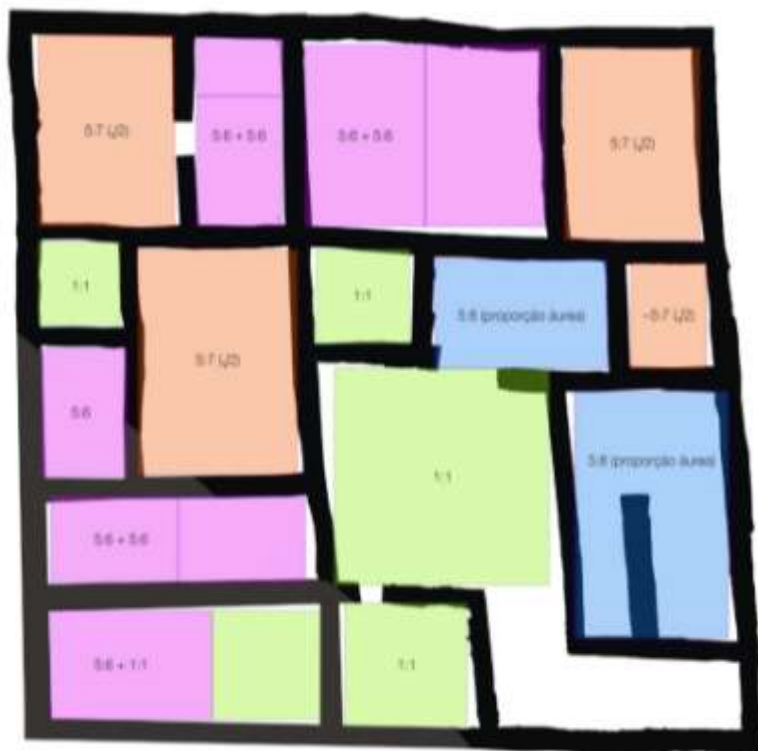


Figura 20 – Análise das proporções patentes nos diferentes Ambientes da casa da Songaem 4.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS: QUESTÕES PRÉVIAS, LIMITAÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS.

“Hablar de alta visibilidad de la cerámica nos lleva al punto donde suelen iniciarse las discusiones en torno al valor arqueológico de la cerâmica: su ubicuidad y su aparente indestructibilidad.”
(Orton, Tyers e Vince, 1997, p. 47)

As intervenções arqueológicas realizadas no Monte dos Castelinhos ao longo de mais de 10 campanhas permitiram a recolha de um vasto e heterógeno espólio, correspondendo às várias fases de ocupação registadas. A metodologia adotada no âmbito deste trabalho, reflete o quadro de problemáticas e indagações prévias que procuramos responder, e que se inserem numa perspetiva mais alargada de análise monográfica do sítio durante o período romano republicano.

Nesse âmbito, optou-se por uma análise global do conjunto na sua diversidade, mas privilegiando-se o estudo contextual. Assim sendo, num primeiro momento deste projeto, foi necessário tratar e compulsar a vasto espólio exumado, procedendo à sua lavagem e marcação, seguindo-se a sua cuidadosa seleção. Iniciou-se essa triagem com a análise dos dados estratigráficos, de forma a individualizar todos os níveis arqueológicos de cronologia romano republicana. Com base nos resultados obtidos, procedeu-se, entre o conjunto total de materiais, ao seu tratamento, inventariação e conservação e restauro, em particular, do conjunto metálico, que auferia prioridade tendo em conta as suas especificidades.

Tendo em conta a ampla abrangência de elementos a incluir neste trabalho, cerâmicas finas, lucernas, unguentários, ânforas, cerâmica comum, material de construção, elementos líticos, vidro, artefactos em osso, metais e numismas, importa clarificar a sua abordagem.

Em relação ao conjunto cerâmico. Após trabalho de colagem e remontagem dos puzzles cerâmicos, de uma forma tão exaustiva como possível, separaram-se todos os fragmentos passíveis de informação, tendo-se procedido à sua inventariação. Seguiu-se a análise por tipos, separando os distintos grupos presentes, por categoria tipológica. Uma vez assim individualizados, executou-se o estudo macroscópico das pastas,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

recorrendo à utilização de uma lupa de 30 aumentos para a identificação e descrição dos elementos não plásticos. Dentro de cada categoria cerâmica, foram distinguidos vários grupos, dentro dos quais, quando necessário, se efetuou a divisão em fabricos. Os critérios seguidos na sua descrição foram os propostos por Stienstra (1986). Na referência às tonalidades de pastas utilizámos o código de Munsell, Soil Color Charts (1998). A nossa intenção inicial de prosseguir com a caracterização química e mineralógica dos grupos assim definidos para uma clara compreensão das suas técnicas de fabrico e áreas de proveniência esbarrou com limitações de ordem prática, que limitam de momento o nosso discurso sobre as proveniências exatas das cerâmicas documentados. Optou-se assim por distinguir os grupos de fabricos por macro regiões, tendo em conta o estado da arte sobre os seus centros produtores, atribuindo-se a áreas concretas de produção, como acontece, por exemplo, com as produções lusitanas (Tejo/Sado) e béticas (Guadalquivir, costa ocidental e costa oriental), outros há em que se optou por definições mais genéricas e que se referem a áreas geográficas mais alargadas, como é o caso dos exemplares da Península Itálica (Costa Tirrénica ou Adriática). Tendo em conta estes dados, efetuou-se o desenho à escala 1/1 de todos os elementos que possibilitassem uma reconstituição formal para uma melhor classificação tipológica, por uma questão de espaço, no presente trabalho apenas apresentamos a representação gráfica dos materiais mais significativos. Tendo por objetivo uma melhor gestão da informação, criou-se uma base de dados informática para auxiliar no seu tratamento, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, considerando os seguintes itens: proveniência, n.º de inventário, quadrado, ambiente, camada, tipo, pasta, acabamento, descrição morfológica, cronologia, conteúdo(s), e dimensões.

Em relação aos metais. A metodologia de tratamento e abordagem diferiu tendo em conta os seus particularismos. A questão da sua conservação e manuseamento, foi e é complexa, visto que os materiais evidenciam uma rápida deterioração após a sua recolha no campo. A existência de uma sala seca no espaço da reserva do Museu Municipal de Vila Franca de Xira permitiu a sua estabilização. Contudo, muitas das peças tiveram que ser intervencionadas por um especialista em conservação e restauro para a sua compreensão e registo. Tentou-se registar e representar graficamente a totalidade do conjunto, incluindo as peças de difícil classificação ou interpretação.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Considerando a classificação dos materiais arqueológicos representados e as suas características (cronologia, proveniência e em alguns casos conteúdo), pretende-se, com a elaboração de um tratamento quantitativo e estatístico destes dados, ir um pouco mais além do que a construção de mapas de presença e difusão (Orton, Tyers e Vince, 1997). A análise destes dados, segue as recomendações do protocolo de quantificação de cerâmicas, elaborado pelos participantes da mesa redonda de Mont Beauvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998), privilegiando-se a análise do número mínimo de indivíduos (NMI). De acordo com este pressuposto, o NMI é obtido a partir de uma seleção operada segundo os elementos de formas inventariáveis dentro de cada categoria seja ela cerâmica ou metálica. São contabilizadas as formas completas, os bordos e os fundos diferenciáveis, as asas e outros elementos característicos, definíveis caso a caso. O valor mais elevado obtido segundo as diferentes partes morfológicas de cada categoria constitui o NMI. Do ponto de vista de registo e apresentação dos elementos quantificados e analíticos segue-se a recente proposta do Protocolo de Sevilha (Adroher Auroux *et al.*, 2016).

Aplicando este método ao diversificado conjunto de materiais arqueológicos dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, permitiu-se uma abordagem contextual comparativa baseada em critérios homogéneos. Tendo em conta os elementos caracterizadores mais abundante nos diversos conjuntos abordados, mais de 21 tipos distintos, foi possível contabilizar o MNI de cada categoria, potenciando assim a sua comparação, quer dentro do faseamento do sítio, quer com estações coetâneas. Entre os 7366 artefactos individuais aqui analisados, definiu-se um amplo conjunto de 4119 NMI. Sublinhe-se que pela sua especificidade são deixados fora desta contabilização genérica, a análise das faunas recolhidas no sítio.

Das diversas categorias artefactuais estudadas, seleccionou-se para figurarem nas estampas um conjunto o mais amplo possível de formas que fossem representativas. Todos os desenhos foram realizados à escala natural. Tendo as peças de verniz negro itálico, as imitações em pasta cinzenta, as cerâmicas Kuass, as ânforas a cerâmica comum e o material de construção sido reduzidos para 1:3 e as peças de paredes finas, unguentários, lucernas, vidros, ossos, metais para 1:2. Os elementos cerâmicos e pétreos de maior dimensão, por uma questão de espaço foram reduzidos para 1:20. A numeração dos materiais nas estampas é sequencial, de 1 a 1663, correspondendo esse

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

número ao respetivo registo com toda a informação considerada relevante no anexo das bases de dados. Todo o material encontra-se inventariado com o número sequencial de Monte dos Castelinhos, porém alguns materiais aparecem na base de dados com o número antecedido da sigla MMFFX, esta referência prende-se com a base de dados do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, sendo nesse caso materiais que já foram apresentados previamente nos dois catálogos de exposições monográficas referentes a Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013 e 2015).

Por último, será oportuno explicitar que tendo em conta a prolífera produção científica que marca a investigação em torno da temática em análise, se estabeleceu um limite temporal para a bibliografia consultável, situado em meados do ano 2021, o que se explica tendo em conta que nessa data já se havia concluído o corpo principal deste volume.

8.1. AS CERÂMICAS FINAS DE MESA:

“Por razões que se prendem com a história da investigação das produções cerâmicas do mundo romano (...), as cerâmicas de tipo campaniense conheceram sempre uma maior atenção do que os outros fabricos seus contemporâneos (...)”

(Fabião, 1998a, p. 301)

O conjunto de cerâmicas de mesa de cronologia romana republicana exumado durante as diversas campanhas de escavação 2008-2018 em Monte dos Castelinhos é composto por uma amostragem significativa - 869 fragmentos. Na sequência da metodologia estabelecida por Carlos Fabião (1998a, p. 301), decidimos analisar detalhadamente neste capítulo os ritmos de importações de serviços cerâmicos de mesa destinado ao consumo de alimentos e à ingestão de líquidos, que marcariam o quotidiano dos habitantes de Castelinhos. Analisa-se o conjunto a dois níveis, quer na globalidade do sítio quer no seu faseamento arquitetónico.

As cerâmicas de verniz negro itálico, conhecidas na literatura da especialidade como Campanienses, encontram-se representadas por 344 fragmentos, correspondendo a 37% da amostragem. As suas imitações em pasta cinzenta, de provável produção peninsular na área do Guadalquivir, ainda que outras proveniências possam ser discutidas,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

encontram-se atestadas por 166 fragmentos, representando uns significativos 18%. As produções de cerâmicas de mesa com acabamento cuidado e um revestimento de verniz vermelho e de tonalidades negras designadas como Tipo Kuass e de produção na área da baía gaditana e Norte de África encontram-se escassamente representadas, por 9 fragmentos, sendo apenas 1% da amostragem. Apesar desta pouca representatividade é assaz relevante, como teremos oportunidade de demonstrar a sua presença. Por último destaca-se a representatividade da importação das paredes finas itálicas, 417 fragmentos, equivalendo a 44% do total da amostra. Este grupo é assaz significativo como tentaremos expor, face à relevância destas morfologias de recipientes destinados a beber, essencialmente copos e taças com acabamento cuidado que revelam todo um novo conjunto de práticas e hábitos culturais sem equivalente nas tradições oleiras do mundo indígena peninsular.

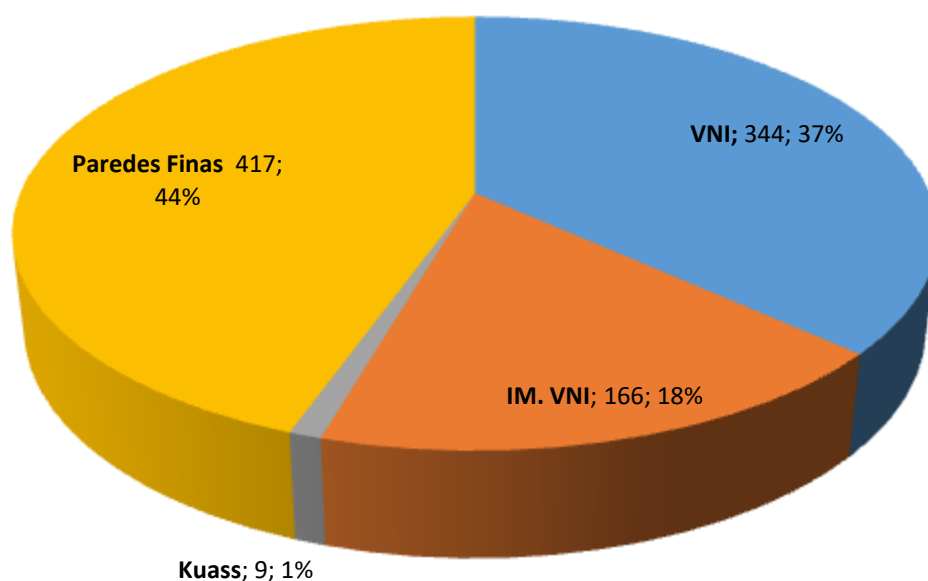


Figura 21 – Quantificação da amostragem das cerâmicas finas de mesa.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.1.1. A CERÂMICA DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO

Entre os conjuntos de cerâmicas finas de mesa identificados nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, destaca-se as importações dos serviços de verniz negro itálico (VNI). Sendo que nos mesmos contextos se encontram igualmente bem documentadas produções de pasta cinzenta, convencionalmente atribuídas ao âmbito peninsular, que imitam os protótipos em verniz negro itálicos.

Na sua generalidade o conjunto já foi apresentado de forma extensa e circunstanciada no que diz respeito ao conjunto das campanhas de 2008 a 2016 (Pimenta *et al.*, 2014 e Soria, 2018). Nas duas últimas campanhas, apesar de não se ter incidido exclusivamente sobre contextos da fase republicana, foi possível recolher um conjunto significativo de verniz negro itálico e de imitações destes em pasta cinzenta, em níveis de aterro e regularização para a edificação do urbanismo Augustano identificado na área de Sondagem n.º 8, que amplia e de alguma forma confirma as leituras anteriormente feitas.

Tendo em conta o cariz monográfico de que este trabalho se reveste no que diz respeito aos contextos do Monte dos Castelinhos, decidiu-se expor de forma genérica as leituras já anteriormente elaboradas e aduzir a estas a análise quantitativa do conjunto de cerâmica finas relativos às campanhas de 2008 a 2019.

A cerâmica de verniz negro itálica é uma produção a torno fabricada em série, destinada a ir à mesa, que se inspira ao nível formal e diga-se cultural nos fabricos e acima de tudo no acabamento cuidado com revestimento da tonalidade de que lhe advém o nome na família das cerâmicas áticas (Morel, 1981). O seu período de produção circulação encontra-se balizado entre os séculos IV e I a.C. o que faz que este tipo cerâmico se tenha imposto como um dos mais importantes elementos datantes, assumindo mesmo o papel de “fóssil diretor” dos contextos que documentam o avanço da conquista e das dinâmicas de implementação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular (Fabião, 1998a, p. 301-331).

A relevância dos conjuntos de VNI, para o estudo das dinâmicas de conquista e da perceção dos novos hábitos de consumo e alterações económico-sociais tem vindo a cimentar uma especial atenção nos estudos desta categoria cerâmica e um proliferar de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

análises de cariz monográfico: É o caso dos conjuntos de Cabeça de Vaia Monte (Fabião, 1998a); Mértola (Luís, 2003a); Castro Marim e Faro (Viegas, 2011); Monte Molião (Dias, 2011); Mesas do Castelinho (Alves, 2011); Alcaçer do Sal; Chibanes; Lisboa; Monte dos Castelinhos e Santarém (Soria, 2018).

Do estudo detalhado, da amostragem do conjunto de peças de VNI, recolhido em Monte dos Castelinhos sobressai a sua homogeneidade, tendo-se até ao momento apenas identificado importações provenientes da colónia latina de Cales (Campânia setentrional) (Soria, 2018).

A produção calena é reconhecível pela pasta calcária de tonalidade rosácea com presença de mica e outras pequenas inclusões; o revestimento é composto por um verniz negro-acastanhado apresentando-se opaco ou com reflexos metálicos (Pedroni, 2000). Destaca-se, que a aplicação sumária do composto para o revestimento produziu uma cobertura parcial de algumas peças; as tonalidades avermelhadas visíveis sobretudo nos fundos exteriores e interiores das peças, sendo estas o resultado da disposição destas na câmara de cozedura do forno (empilhamento) (Pedroni, 2001).

Associa-se a esta grande cidade do extremo Norte da Campânia, colónia Latina desde 334 a.C., uma característica produção de verniz negro, sobre as quais dispomos atualmente de um conjunto razoável de informações sobre a sua organização interna e ritmos de produção, graças a escavações recentes e a uma dissertação de Doutoramento que sistematizou o estado da arte (Pedroni, 2001). Entre finais do século III e a primeira metade do I a.C., foram chegando ao Mediterrâneo ocidental grandes quantidades de vasos dos ateliers de Cales. Na evolução deste grande centro de produção oleira, distinguem-se várias fases de fabrico, algumas das quais implicam notáveis ruturas com a anterior, nomeadamente ao nível da composição dos serviços e ao emergir de novas formas e padrões decorativos (Principal e Ribera I Lacomba, 2013, p. 77).

Do ponto de vista metodológico na classificação do VNI, utilizámos a tipologia de Lamboglia (1952), fazendo depois a correspondência com as formas de Morel (1981), com aproximação à série, à espécie e ao tipo, tentando assim uma conciliação dos dois trabalhos. Com esta opção, pretendemos uma simplificação da leitura e da compreensão da amostra. Com efeito, a tipologia de Nino Lamboglia, apesar de mais antiga, está

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

melhor difundida e assimilada entre a comunidade científica, existindo, empiricamente, uma predisposição em estabelecer relação entre o tipo e o exemplar que o representa (Principal e Ribera I Lacomba, 2013).

O conjunto cerâmico de verniz negro recolhido em Monte dos Castelinhos nas diversas campanhas realizadas de 2008 a 2016 é constituído por 272 fragmentos, já previamente apresentados (Soria, 2018, p. 97-120). A estes temos ora que acrescentar os 72 fragmentos das campanhas de 2017 e 2018. O que perfaz um total de 344, assumindo-se como uma amostragem significativa para a perceção das dinâmicas do sítio no período romano republicano. Representa 37% do total do conjunto das cerâmicas de mesa, que englobamos neste capítulo.

O conjunto é assim composto, por 344 fragmentos, identificando-se 105 bordos, 13 carenas, 182 fragmentos de paredes, uma asa e 43 fundos. Tendo sido possível identificar um NMI de 109 indivíduos: As formas melhor representadas são as páteras Lamb. 7 (F 2280) e as taças Lamb. 1 (F 2300), correspondendo respetivamente a 46 e 17 exemplares. Ver quadro da Figura 22, Anexo 3, Estampas 1 a 4 e Anexo 5, Catálogo 1.

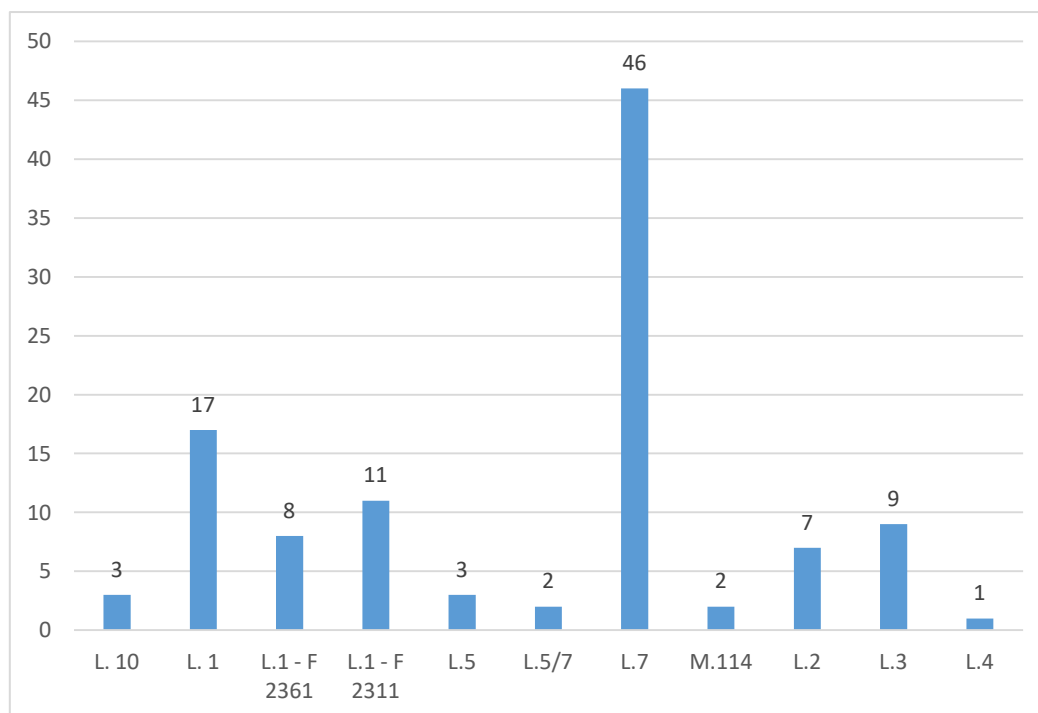


Figura 22 – Gráfico das formas representadas no conjunto de VNI de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Da análise da cerâmica de verniz negro de Cales, importa ter presente que o conjunto de formas remete para a fase tardia da produção da colônia latina (Pedroni, 2001; Principal – Ribera 2013), balizada entre o 90/80 e 40/20 a.C. (Pimenta, Soria e Mendes, 2014). A esta leitura deve-se sublinhar a total ausência de cerâmicas de verniz negro de Nápoles, (Campaniense A), que pode ser considerada como um fator cronologicamente significativo: tenha-se presente que o período final da sua produção é geralmente estabelecido nos meados do séc. I a.C. (Morel, 1981).

Porém, não se pretende assentar a análise cronológica do conjunto sobre esta leitura, pois diferentes fatores podem ter determinado a ausência das produções napolitanas no sítio do Monte dos Castelinhos, podendo estas fugir de considerações de ordem cronológico e ter que ver com lógicas de mercado e de distribuição que nos escapam.

Função	Forma	Bordo	Asa	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Jarro	L. 10	3	1				4	3	2,8%
Taça	L. 1	17		1	3	4	25	17	15,6%
	L.1 - F 2361	8					8	8	7,3%
	L.1 - F 2311	11					11	11	10,1%
Prato	L.5	3					3	3	2,8%
	L.5/7	2		6	18	16	42	2	1,8%
	L.7	46		2	3	2	53	46	42,2%
	M.114	2	1	1		1	4	2	1,8%
Pequeno recipiente	L.2	7				3	10	7	6,4%
	L.3	5			2	9	16	9	8,3%
	L.4	1					1	1	0,9%
Indeterminado				3	156	8	167		
Total		105	1	13	182	43	344	109	100%

Figura 23 – Quadro global do conjunto de VNI de Monte dos Castelinhos.

No conjunto de VNI Caleno de Monte dos Castelinhos as formas melhor representadas são sem dúvida as páteras Lamb. 7 (F. 2280) correspondendo a 42,2% do conjunto, e as tigelas Lamb. 1 (F. 2322-23), nas suas diversas variantes formais, 15,6%. Ainda que com menor expressividade encontram-se bem atestados os pequenos recipientes das formas Lamb. 2 (F. 1222), Lamb. 3 (F. 7500) e Lamb. 4 (F. 1410), assim como o prato Lamb. 5 (F. 2230), compondo e completando assim o repertório caleno do século I a.C. (Soria, 2018, p. 105). Importa ainda sublinhar a presença, não muito frequente no

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

território português do jarro Lamb. 10 e do prato M. 114 – F 2841 b1 *similis* (Morel, 1981, Soria, 2018).

ANÁLISE QUANTITATIVA DO VNI POR FASES

O estudo dos contextos permitiu isolar um total de 232 fragmentos recolhidos em níveis associados ao faseamento do Monte dos Castelinhos. Com o intuito de simplificar e tornar mais compreensível as dinâmicas das distintas etapas arquitetónicas do sítio. Neste trabalho ao contrário do que tinha antes sido apresentado, decidiu-se renumerar e reorganizar as fases, não se atribuindo aos níveis de aterro e de valas de fundação para a construção da Fase 2 uma etapa autónoma (veja-se em Pimenta, Mendes, Soria, 2014, p. 102 e Soria, 2018, p. 114). Tal opção prende-se com o avanço dos trabalhos de investigação em torno desta estação e com o descobrir de outros desenhos urbanísticos já do principado que acabaram por contribuir para uma maior complexidade do faseamento (Pimenta e Mendes, 2018). Assim sendo os materiais nesses níveis serão devidamente analisados para a atribuição de cronologia, mas serão aduzidos na contabilidade à Fase 2.

Função	Forma	Bordo	Asa	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Jarro	L. 10	3	2				5	3	10%
Taça	L. 1	4			1	1	6	4	13%
	L.1 - F 2361	3					3	3	10%
	L.1 - F 2311	4					4	4	13%
Prato	L.5/7	1		2	2	5	10		0%
	L.7	10					10	10	33%
Pequeno recipiente	L.2	4					4	4	13%
	L.3				1	1	2	1	3%
	L.4	1					1	1	3%
Indeterminado				4	34	4	42		
Total		30	3	6	38	11	87	30	100%

Figura 24 – Quadro de análise do conjunto de VNI identificado na Fase 1 do sítio.

Nos distintos níveis estratigráficos associados ao conjunto arquitetónico da Fase 1 do sítio identificamos uma amostragem de 87 fragmentos, que permitem calcular um NMI de 30 vasos, ver quadro da figura 24 e Estampa 1. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e as tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. É de sublinhar a presença, pouco comum nos contextos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

portugueses, de três exemplares da forma Lamb. 10 (F 3450). Uma das peças encontra-se muito bem preservada, tendo sido identificada fragmentada sobre o pavimento em argila do Ambiente 26 da Sondagem 4, ver Estampa 1, n.º 16. A raridade destes pequenos jarros ou copos tem muito que ver com a sua morfologia, que é pouco propícia a ser empilhada e assim sendo encarece e dificulta o seu transporte como carga secundária nos navios que transportavam o vinho itálico para a Península Ibérica (Soria, 2018, p. 164). Esta característica morfologia surge na fase média das produções Calenas, datada de 130/120 a 90-80 a.C. (Principal e Albert Ribera, 2013), encontrando-se presente até à fase final da sua produção. Apesar desta lata cronologia temos que sublinhar que esta forma se encontra particularmente associada a contextos com datação segura associada ao conflito Sertoriano, 80-70 a.C., como é o caso só a título de exemplos dos níveis de destruição de Valência (75 a.C.) (Ribera i Lacomba, 2006), de La Loba (Fuenteovejuna, Córdoba), (Passelac, 2002) e o de Libisosa (Albacete) (Uroz Rodríguez e Uroz Sáez, 2014).

Tendo em conta as formas presentes de VNI na Fase 1 de Monte dos Castelinhos, o conjunto parece enquadrar-se na fase tardia do reportório formal das produções Calenas com uma cronologia entre 90/80 a 40/30 a.C. (Pedroni, 2001, p. 295; Soria, 2018, p.113-114). A ausência nos níveis da Fase 1 das típicas decorações em losango, que se encontram bem atestadas nos níveis de abandono da Fase 2, assim como pela presença dos exemplares de Lamb. 10 e de uma Lamb. 4, levam a que possamos propor uma cronologia para esta fase centrada entre 80-60 a.C.

A Fase 2 do sítio evidencia um mais amplo conjunto de fragmentos de VNI - 145. Tal sublinhe-se prende-se com o facto de corresponder à área mais amplamente escavada, tendo-se apenas descido em profundidade e assim alcançado a fase mais antiga em zonas específicas por questões de preservação do conjunto edificado. Da análise da totalidade dos fragmentos, foi possível calcular um conjunto de 51 NMI, ver quadro da figura 25 e Estampas 2 e 3. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e as tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. Ainda que com menor expressividade encontram-se representados os pequenos recipientes das formas Lamb. 2 (F 1222), Lamb. 3 (F 7500), assim como o prato Lamb. 5 (F 2230), compondo e completando assim o reportório caleno do século I a.C. (Soria,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2018, p. 105). Importa ainda sublinhar a presença, não muito frequente no território, do prato M. 114 – F 2841 b1 similis (Morel, 1981, Soria, 2018), ver Estampa 2, n.º 29.

A forma M. 114 é considerada como uma evolução da Lamb. 8, da qual se distancia por evidenciar uma parede mais angulosa. A presença desta última forma é assaz relevante em termos cronológicos, pois caracteriza um determinado período de produção dos centros de produção Calenos e permite afinar a cronologia ao final da primeira metade do século I a.C. No território português encontramos o melhor exemplo para a peça aqui em apreço no sítio alentejano de Monte das Covas 2 (Soria, 2018). Contudo resulta relevante a presença de um exemplar desta forma M. 114 no naufrágio Madrague de Giens, datado de 70-50 a.C. (Tchernia *et al.*, 1978, tav. XVIII, 18; Ribera I Lacomba, 2001).

Função	Forma	Bordo	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Taça	L. 1	6		1	2	9	6	12%
	L.1 - F 2361	5				5	5	10%
	L.1 - F 2311	5				5	5	10%
Prato	L.5	3				3	3	6%
	L.5/7		2	5	10	17		0%
	L.7	24	1			25	24	47%
	M.114	2				2	2	4%
Pequeno recipiente	L.2	2					2	4%
	L.3	2			4	6	4	8%
Indeterminado			5	64	4	73		
Total		49	8	70	20	145	51	100%

Figura 25 – Quadro de análise do conjunto de VNI identificado na Fase 2 do sítio.

A reforçar a atribuição de uma cronologia tardia dentro das produções de VNI ao conjunto da Fase 2, surge a análise das decorações atestadas. Importa ter presente que o reportório decorativo não é particularmente conspícuo. O que surge em linha com o estarmos perante uma fase tardia, em que os ateliers Calenos mostram uma tendência a reduzir e simplificar a reprodução do seu esquema decorativo. Apenas se identifica um fragmento de fundo com decoração em roleta. Destaca-se a presença de seis fundos com

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

decoração impressa em “losango”, típica da fase tardia dos ateliers calenos (Pedroni, 2000, p. 349-350 e 2001, 193), ver Estampa 2, n.º 29 a 32. Este motivo decorativo é particularmente importante para centrar a cronologia visto que esta decoração se enquadra a partir da década de 80 a.C. em diante encontrando-se representada em peças de sítios com cronologias bem definidas como os naufrágios de Madrague des Giens, em torno da década de 60 a.C.; o do Titan, entre 50-45 a.C.; o de Fos 1, entre 50 e 25 a.C. e San Ferreol, entre 40 e 20 a.C. (Ribera I Lacomba, 2006, p. 423). O que leva a que se centre a cronologia desta decoração entre 70 e 40 a.C. (Ribera I Lacomba, 2006, p. 424).

Podemos assim, tendo em conta o estudo do conjunto de VNI dos níveis da Fase 2, centrar a cronologia de abandono deste conjunto urbanístico numa fase avançada do século I a.C., possivelmente entre 50 e 30 a.C. (Pimenta, Soria e Mendes, 2014; Soria, 2018).

8.1.2. IMITAÇÕES EM PASTA CINZENTA DAS FORMAS DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO (VNI)

Nos últimos anos tem crescido o interesse pelo estudo das imitações em pasta cinzenta de cerâmica campaniense, tendo esta problemática sido alvo de intenso debate em relevantes encontros internacionais (Aquilué Abadiás *et al.*, 2000; Roca Roumens e Principal I Ponce, 2007).

No território português assistiu-se a um precoce enunciar e problematizar da questão das imitações de campaniense em pasta cinzenta (Delgado, 1971). De facto, os trabalhos de Manuela Delgado (1971) e em uma fase subsequente de Élvio de Sousa (Sousa, 1996) são assaz importantes para perceber a variedade de fabricos detetados e a ampla dispersão que estes evidenciam pelo território.

A um outro nível, o estudo monográfico da Cabeça de Vaiamonte, a par com a revisão da literatura da especialidade e fundos de Museus da área do Sudoeste peninsular leva Carlos Fabião a incidir a sua atenção para outro prisma das imitações, as reproduções dos serviços de campaniense em cerâmica comum de produção local ou regional. Os materiais extensamente apresentados evidenciam conjuntos padronizados que levantam diversas questões assaz relevantes (Fabião, 1998a, p. 460-478). O grosso das imitações

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

distribui-se fundamentalmente pela reprodução das páteras Lamb. 5/7 (F.2250-80) e as tigelas Lamb. 2 (F.1220-40), assim como surgem algumas, escassas, imitações das taças Lamb. 1 (F. 2300) (Fabião, 1998a, p. 466). Como iremos ver, esse panorama não é de todo muito distinto, do que encontramos nas imitações de Castelinhos, ainda que com algumas variantes, que a nosso ver se prendem com a cronologia mais recente do estabelecimento Ribatejano.

As imitações de VNI em pasta cinzenta tem vindo a ser alvo de particular atenção, quer incluindo-se no estudo dos conjuntos de VNI, como foi o caso do estudo dos conjuntos de Castro Marim e Faro (Viegas, 2011); Monte Molião (Dias, 2011 e 2015); Mesas do Castelinho (Alves, 2011); Alcácer do Sal (Sepúlveda *et al.*, 2001); Santarém (Soria, 2013a e 2013b); Monte dos Castelinhos (Pimenta, Soria e Mendes, 2014) e fortins do Alentejo central e *castellum* do Monte Manuel Galo no baixo Alentejo (Alves, Mataloto e Soria, 2014). Quer optando-se por separar, tendo como elemento discriminador a qualidade das pastas, a presença/ausência de revestimento, assim como a reelaboração de pormenores formais descritos por Lamboglia ou Morel, como foi o caso do estudo do Castelo da Lousa. Aí com estes critérios foram definidas duas classes uma pertencente aos vernizes negros itálicos (Luís, 2010) e outra às cerâmicas comuns. Tendo, estas últimas, sido ulteriormente divididas em regionais e não regionais (Pinto e Schmitt, 2010).

Durante o período romano republicano deteta-se na maior parte da Península Ibérica a existência de produções cerâmicas que imitam os serviços de verniz negro ditos universais, em pastas cinzentas com ou sem verniz (Adroher Auroux, 2014, p. 284). Em alguns casos constata-se uma situação insólita, surgem peças que imitam protótipos itálicos, que não se encontram representados na área, tal parece como iremos ver o caso de Castelinhos, onde as taças imitando Lamb. 27 (F. 2650) assumem um papel relevante entre o conjunto destas produções de pasta cinzenta.

A tradição do fabrico de cerâmicas cinzentas, fruto de uma cozedura redutora controlada, é um fenómeno importante durante a proto-história e encontra-se particularmente bem atestada nos extremos ocidente peninsular desde o início da Idade do Ferro, graças à sua introdução com os amplos contactos com o mundo fenício, a partir do século VIII a.C. (Arruda, 2002). Ao longo de todo o primeiro milénio a.C. as

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

produções de cerâmica cinzenta evoluíram formalmente, contudo, mantiveram-se relevantes nos conjuntos artefactuais da segunda metade do primeiro milénio a.C. (Sousa, 2014 e 2017). Infortunadamente, não dispomos de grandes dados sobre os serviços de cerâmica cinzenta nos momentos finais da Idade do Ferro, sendo sem dúvida uma lacuna a resolver com a publicação de estratigrafias desta fase. Os dados de que dispomos e que temos tentado vir a coligir permitem verificar um interessante fenómeno de imitação regional na área do baixo Tejo de modelos formais que se inspiram nas morfologias helenísticas, ainda de contornos pouco claros no que diz respeito à sua cronologia, mas que parece enquadrar-se entre os séculos III e II a.C. (Sousa e Pimenta, 2017). Os dados de que dispomos dos conjuntos de cerâmica comum de Monte dos Castelinhos, e que apresentamos de forma circunstanciada neste trabalho, é de que estas tradições oleiras do mundo indígena não parecem alcançar grande expressividade nos níveis de ocupação do sítio, à exceção de uma forma, os jarros providos de uma asa maciça, ainda que estes claramente tenham um fabrico distinto destas produções. Ou seja, os conjuntos de imitação de VNI parecem corresponder de acordo com a nossa análise e o estado da arte sobre estas produções, a uma importação possivelmente peninsular e não a uma reprodução local das formas itálicas.

Andrés Adroher Auroux, tentando sistematizar estas produções que imitam os modelos de VNI em cerâmica cinzenta, denomina-as como cerâmica “Gris Bruñida Republicana”, com o acrónimo – GBR (Adroher Auroux, 2014, p. 284). Definindo estas cerâmicas como uma classe de ampla expansão, cujos centros de produção são ainda mal conhecidos, mas cuja omnipresença em estabelecimentos de cronologia tardo-republicana, ainda que em percentagens pouco significativas, leva a isolar de forma autónoma. Trata-se de uma produção que imita morfologias próprias dos vernizes negros itálicos universais, fundamentalmente dos serviços Etrusco e Caleno (Adroher Auroux; Caballero Cobos, 2012, p. 24), podendo mesmo, como é o caso no Monte dos Castelinhos, incluir associado já aos contextos augustanos, imitações dos serviços de *Terra Sigillata* do Tipo itálico (Soria, 2015).

A abordagem ao estudo dos fragmentos, que se inserem dentro do grupo das imitações de VNI presentes em Monte dos Castelinhos, coloca-nos questões metodológicas complexas. Devido a fenómenos tafonómicos, específicos da geologia do sítio, as superfícies cerâmicas encontram-se alteradas, não sendo claro em muitos dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fragmentos se estamos perante produções com revestimento de verniz negro ou se as superfícies eram apenas alisadas ou polidas. Temos, porém, que ter presente que nos casos melhor preservados esse revestimento foi identificado. Assim sendo, a presença de revestimento não foi uma das variáveis que contribuiu para o reconhecimento dos grupos, até porque a maioria das peças só apresentavam pequenos vestígios.

Através da análise das diferenças macroscópicas das pastas foi possível identificar dois grupos no âmbito das produções em pasta cinzenta encontradas em Monte dos Castelinhos (Pimenta, Soria e Mendes, 2014; Soria, 2018). Segue-se a descrição detalhada dos elementos caracterizantes dos dois grupos reconhecidos:

Grupo 1 – Pasta calcária, pulverulenta, muito depurada com altas percentagens de presença de mica e inclusões orgânicas de médias e grandes dimensões. Tonalidade cinzenta clara (Muns. 2.5 Y 7/1). O revestimento encontra-se quase totalmente ausente; só se notam pequenos vestígios dum engobe cinzento fosco pouco aderente ao corpo cerâmico.

Grupo 2 – Pasta calcária, presença de inclusões de pequenas e médias dimensões brancas; baixas percentagens de mica; presença de inclusões orgânicas reconhecidas pela presença de vacúolos. Tonalidade cinzenta acastanhada (Muns. 10 YR 5/4 a 10 YR 4/2).

Não obstante esta subdivisão, considerar-se-ão os dois grupos em conjunto devido às características técnicas similares e à falta de confirmações arqueométricas para justificar a análise dos dois grupos separadamente.

O conjunto de imitações de VNI em pasta cinzenta, recolhido em Monte dos Castelinhos nas diversas campanhas realizadas de 2008 a 2016 é constituído por 146 fragmentos, já previamente apresentados (Soria, 2018, p. 107-110). A estes temos ora que acrescentar os 20 fragmentos das campanhas de 2017 e 2018. O que perfaz um total de 166 fragmentos, assumindo-se como uma amostragem expressiva. Representa 18 % do total do conjunto das cerâmicas de mesa que englobamos neste capítulo. Ver Anexo 3, Estampas 5 e 6 e Anexo 5, Catálogo 2.

Sublinhe-se que entre estas produções foram excluídos da presente análise os fragmentos diagnosticáveis do grupo de imitações em pasta cinzenta de formas de *Terra*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sigillata Itálica e que se encontram atestados em Castelinhos nos contextos Augustanos e Tiberianos. Uma primeira análise destes materiais foi já produzida com base nos dados das escavações da Sondagem n.º 4 e 5 (Soria, 2015), ainda que esta amostragem se tenha visto dilatada com a escavação dos contextos habitacionais datados já do principado na área de Sondagem n.º 8 (Pimenta e Mendes, 2018).

Foi assim identificado um NMI de 58 indivíduos. As páteras Lamb. 28 (F. 2653) são a morfologia melhor representada 33 NMI, correspondendo a 56,9% do total do conjunto, seguidos das páteras Lamb. 5/7 (F. 2230-280), representadas por 30 NMI, que equivalem a 24,1% da amostragem. Segue-se a categoria funcional de “taças” com 4 NMI que podemos associar à forma Lamb. 1 (F. 2322-23) (6,9%), e quatro à forma Lamb. 2 (F. 1222) (8,6%).

O repertório formal dos grupos de pasta cinzenta imitando o verniz negro itálico é assim limitado na sua globalidade a poucas formas: as páteras Lamb.5/7, as pequenas taças Lamb. 2, Lamb. 1 e as taças carenadas Lamb. 28. O conceito de imitação tem implicações cronológicas concretas que se expressam numa “posterioridade” ou pelo menos numa “contemporaneidade” de produção das imitações respeito aos modelos de referência, (Morel, 1981). Portanto se o prato Lamb. 7 de produção calena é típico do segundo quartel do séc. I a.C., deve-se admitir uma cronologia alta da sua imitação a partir desta datação. Pode-se, portanto, aplicar o mesmo raciocínio com os mesmos resultados para a taça Lamb. 28 nas suas distintas variantes aqui atestadas.

Função	Forma	Bordo	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Taça	L. 1 <i>similis</i>	4				4	4	6,9%
	L. 28	33			4	37	33	56,9%
Prato	L. 5/7	30		8	8	46	14	24,1%
Pequeno recipiente	L. 2	4		4	5	13	5	8,6%
Indeterminado		2	5	22	37	66	2	3,4%
Total		73	5	34	54	166	58	100%

Figura 26 – Quadro de análise global do conjunto de formas de imitação de VNI em pasta cinzenta.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Esta predominância da forma Lamb. 28 (F. 2653) merece um breve comentário, Estampa 6, n.º 101 a 108. Como verificámos na análise do conjunto de VNI, em Castelinhos, esta forma que surge normalmente associada às produções Napolitanas de Campaniense A, encontra-se ausente do conjunto de VNI de Monte dos Castelinhos. Aliás a sua presença nos inventários do território português não é particularmente abundante (Soria, 2018). Ainda que esteja presente no vale do Tejo na cidade de Lisboa, em produções de VNI Napolitano, atestadas nas intervenções da Rua do Recolhimento (Mota, Pimenta e Silva, 2014), assim como no Beco do Forno do Castelo (Pimenta, Ribera I Lacomba e Soria, 2018).

Sendo assim, resulta um elemento dissonante a sua ampla expressividade nos níveis de abandono da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, a menos que estejamos perante um elemento que encontra explicação na sua cronologia tardia dentro da fase republicana. De facto, encontramos os melhores paralelos para as morfologias tardias de Lamb. 28 (F. 2653), aqui reproduzidas em pasta cinzenta, nas formas de cerâmica aretina de verniz negro. Correspondendo estas a um período muito determinado da produção de verniz negro de Arezzo em concreto à sua fase final entre os inícios e a segunda metade do século I a.C., quando o reportório típico da Campaniense B evoluciona para os precedentes da *terra Sigillata* (Ponce e Ribera i Lacomba, 2003, p. 59-60).

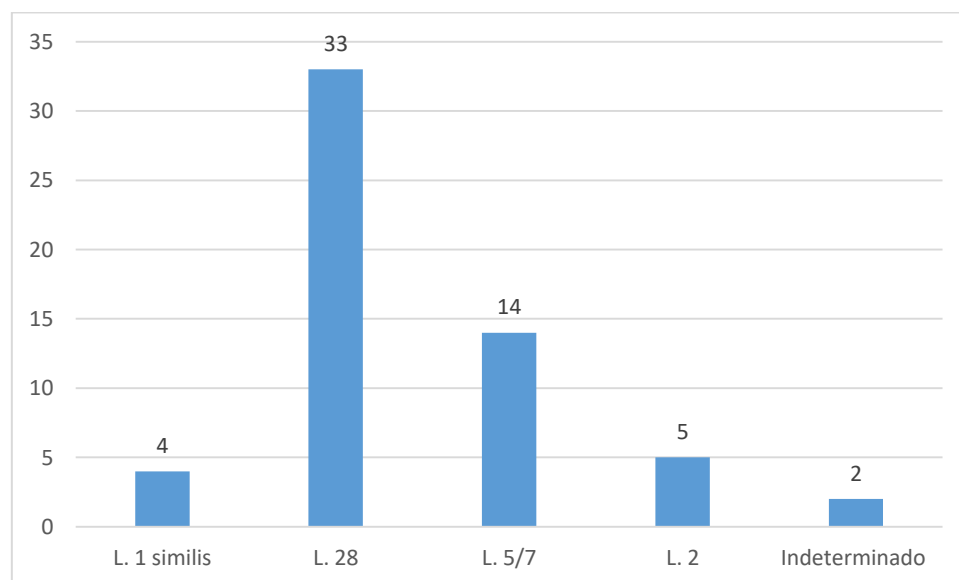


Figura 27 – Gráfico do conjunto de formas de imitação de VNI em pasta cinzenta.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nas recentes escavações do Pátio das Banderas do Real Alcazar de Sevilla, foram identificados diversos fragmentos similares aos aqui identificados como Lamb. 28 (F. 2653) (Ramos Suárez, 2012, p. 103). No estudo dedicado às imitações de VNI aí exumados e enquadrados em uma sequência estratigráfica bem definida, estas taças encontram-se presentes desde a segunda fase republicana do sítio (50-25 a.C.). Sendo identificadas, como forma indeterminada à qual a autora do estudo propõe três hipóteses interpretativas: a forma 28 de Lamboglia, de Campaniense A; a forma 8a de Lamboglia em Campaniense B e a forma conspectos 8 em *Terra Sigillata* itálica negra ou aretina de verniz negro (Ramos Suárez, 2012, p. 96 e Ramos Suárez e Garcia Vargas, 2014).

O conjunto de imitação de taças carenadas afins à forma Lamb. 28, em pasta cinzenta, que identificamos na literatura, encontra-se presente precisamente em contextos tardios dentro do século I a.C. inícios do I d.C. Os melhores paralelos para esta presença surgem precisamente nos conjuntos do baixo Tejo, onde encontra situação análoga em Santarém (Soria, 2013a e Soria 2018), Alto dos Cacos, Almeirim; em Lisboa, nos níveis da necrópole da Rua dos Correiros (Bugalhão *et al.*, 2013) e em Freiria na fase antecedente à *Villa* (Cardoso, 2015, p. 399, fig. 251).

No Alentejo, encontra-se presente no vale do Sado: na encosta do Castelo de Alcácer do Sal, onde estas taças encontram-se bem atestadas (Sepúlveda *et al.*, 2001). Sublinhe-se que em Alcácer se encontra igualmente presente as taças Lamb. 28, em VNI Napolitano (Soria, 2018, p. 211). Nos fortins do Alentejo Central encontramos uma taça afim às aqui apresentadas (Alves, Mataloto e Soria, 2014, p. 172, figura 7, n.º 2). No Castelo da Lousa, onde diversas taças desta morfologia se encontram identificadas, reproduzidas em cerâmica comum (Pinto e Schmitt, 2010, p. 345 e p. 411). Para o Baixo Alentejo, surge igualmente no Monte de Manuel Galo (Alves, 2014, p. 392, fig. 7, n.º 6) e nas Mesas do Castelinho (Alves, 2011). Por último, encontra-se atestada no Algarve, no povoado de Monte Molião (Dias, 2011).

ANÁLISE QUANTITATIVA DAS IMITAÇÕES DE VNI POR FASES

O estudo dos contextos permitiu isolar um total de 101 fragmentos recolhidos em níveis associados ao faseamento do Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nos distintos níveis estratigráficos associados ao conjunto arquitetónico da Fase 1 do sítio, identificamos uma diminuta amostragem de 4 fragmentos, que permite calcular um NMI de 1 vaso. Infortunadamente a análise do exemplar que preserva o bordo apenas permite identificar como uma taça de forma indeterminada. Esta fraca representatividade das imitações de VNI contrasta de forma marcada com a sua ampla presença nos níveis de abandono da Fase 2, podendo esta ser interpretada como uma questão de natureza cronológica.

A Fase 2 do sítio evidencia um mais amplo conjunto de fragmentos de imitação de VNI, 97. Não podemos descurar, na apreciação, que esta corresponde à área mais amplamente escavada. Da análise da totalidade dos fragmentos, foi possível calcular um conjunto de 47 NMI, ver quadro da figura 28. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às páteras Lamb. 5/7 (F. 2230-280), 21 NMI correspondendo a 44,7% do conjunto, seguidos de perto das taças Lamb. 28 (F. 2653), equivalendo a 42,6% da amostragem. Encontram-se ainda presentes as pequenas taças imitando as Lamb. 1 (F. 2322-23), 2 NMI (4,3%), e quatro a forma Lamb. 2 (F. 1222) (8,5%).

Função	Forma	Bordo	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Taça	L. 1 <i>similis</i>	2				2	2	4,3%
	L. 28	20				20	20	42,6%
Prato	L. 5/7	21		4	6	31	21	44,7%
Pequeno recipiente	L. 2	4		2	3	9	4	8,5%
Indeterminado			3	20	12	35		0,0%
Total		47	3	26	21	97	47	100%

Figura 28 – Quadro de análise global do conjunto de formas de imitação de VNI em pasta cinzenta na Fase 2 de Castelinhos.

Sublinhe-se ainda a presença no conjunto de Monte dos Castelinhos desta fase de fundos de pratos e taças com decoração estampilhada em losango. Remetendo estes para a típica decoração presente nas cerâmicas de verniz negro Caleno, que como podemos ver em cima, se encontram bem atestadas em Castelinhos, precisamente nesta fase, ver Estampa 6, n.º 109 a 111.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Esta decoração em produções de campaniense em pasta cinzenta, encontra-se desde há muito associada a uma eventual produção destas imitações no vale do Guadalquivir (Ventura Martínez, 1985, p. 128-131). De facto, Ventura Martínez (2000, p. 185) identificou e descreveu o Vale do Guadalquivir como uma das potenciais zonas produtoras destas cerâmicas de imitação de cerâmica de verniz negro itálico em pasta cinzenta, tendo recentes estudos na área de Sevilha coligido novos dados a aduzir a esta Tese (Ramos Suárez, García Vargas, 2014). Esta hipótese de trabalho viu-se recentemente consubstanciada com um estudo de análise analítica e caracterização microquímica de diversas amostras provenientes de sítios arqueológicos portugueses e espanhóis, consolidando uma origem centrada no vale do Betis (Schiavon *et al.*, 2016).

Cronologicamente o início destas produções situa-se em meados do século I a.C. sendo coincidente com o momento do emergir económico e produtivo do vale do Guadalquivir, devido à exploração dos seus recursos mineiros e agropecuários (García Vargas *et al.*, 2011, p. 270-271). Estas atividades materializam-se de forma vincada no registo arqueológico, com a produção e exportação em massa de contentores anfóricos destinados ao transporte de produtos alimentares. Poderia ser neste enquadramento que se assiste ao disseminar destas produções de serviços de mesa imitando as morfologias tardias dos serviços calenos de verniz negro itálico.

No vale do Tejo, assistimos à presença de produções similares às aqui apresentadas e evidenciando o mesmo padrão decorativo das características impressões de losango nos fundos em Santarém (Soria, 2013a), em Alto dos Cacos, Almeirim e em Lisboa, numa recente intervenção na parte baixa da cidade antiga junto à zona da Ribeira (Pinheiro, Santos e Rebelo, 2017, p. 1301, fig. 3) e nos materiais ainda inéditos das escavações do Claustro da Sé.

Sintetizando: importa reforçar que tendo em conta o estado da arte, relativo à presença nos contextos romano-republicanos do extremo ocidente da *Ulterior*, a importação das produções de imitação de campanienses em pasta cinzenta com revestimento de verniz negro, assim como as de cerâmica comum, parece atestar um padrão de consumo bem enraizado nos serviços de mesa, dominando as páteras Lamb. 5/7 (F 2250/80), as tigelas Lamb. 1 (F 2330/60) e as Lamb. 2 (F. 1222). Verifica-se assim que as formas imitadas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

correspondem aos protótipos importados com maior sucesso (Alves, Mataloto e Soria, 2014, p. 173).

O elemento que sai fora deste padrão de consumo é a presença das tigelas carenadas afins às Lamb. 28 (F. 2653). Como vimos esta forma surge nas produções universais de VNI nas produções Napolitanas. Ainda que esta forma se encontre presente no ocidente, não é particularmente abundante e os exemplares que surgem são mais antigos com cronologias centradas no final do século II a.C. e inícios do I a.C. Coloca-se assim uma questão que protótipo estas taças copiam? Tendo em conta o avanço no estudo e sistematização das produções de VNI, julgo plausível estarmos não perante cópias dos antigos modelos Napolitanos, mas sim perante uma inspiração mais tardia, possivelmente a cerâmica aretina de verniz negro. Nomeadamente os modelos da sua fase final de laboração situada, entre os inícios e a segunda metade do século I a.C., quando o reportório típico da Campaniense B, evoluciona para os precedentes da *terra Sigillata*, (Ponce e Ribera i Lacomba, 2003, p. 59-60). Esta proposta permite assim definir esta forma de imitação de Lamb. 28, como elemento cronológico para os contextos tardios da fase republicana, restringindo a sua produção à segunda metade do século I a.C. e a meados de Augusto. Esta proposta assenta; nos dados da estratigrafia do Pátio de las Banderas de Sevilha (Ramos Suárez, 2012, p. 92) e nos contextos tardo-republicanos de Monte dos Castelinhos, mas igualmente nos níveis augustanos da mesma estação que não são alvo deste estudo, mas onde estas formas se encontram ainda atestadas em contextos de aterro e regularização para a construção do urbanismo Augustano (Pimenta e Mendes, 2018).

Estas produções de imitações de VNI, encontram-se presentes em praticamente todos os sítios com contextos romano republicanos significativos, do Algarve ao vale do Tejo, evidenciando qualidades de fabrico desiguais, o que pode indicar uma variedade de oficinas (Soria, 2018). Definir de forma clara os centros oleiros destas produções cinzentas é tarefa impossível com os dados disponíveis, tendo em conta que na maioria dos dados conhecemos apenas áreas de consumo.

A análise estratigráfica tem confirmado que estas produções são contemporâneas dos serviços de verniz negro ditos universais e que coexistem com estes nos mesmos sítios arqueológicos, não os substituindo, mas sendo assim um outro produto eventualmente

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

complementar. A proposta de estas produções poderem constituir uma resposta local a problemas de abastecimento das produções de VNI é assaz sedutora (Alves, Mataloto e Soria, 2014, p. 174), ainda que no presente caso não se apresente válida.

Cronologicamente estas imitações parecem difundir-se num momento tardio do processo de conquista, sendo assim um elemento cronológico relevante para a problemática da datação dos contextos de Castelinhos, enquadrados entre o segundo quartel do século I a.C. e os inícios do principado de Augusto.

8.1.3. CERÂMICA TIPO KUASS

A cerâmica de Tipo Kuass constitui uma produção da área da baía gaditana e do Estreito de Gibraltar, de formas de serviço de mesa de acabamento cuidado, imitando alguns modelos formais de cerâmica grega de época clássica e sofrendo posteriores influências de outros repertórios de cerâmica de mesa mediterrâneos, muito especialmente a partir da integração do Ocidente nos circuitos comerciais romanos. Ao longo de toda a sua produção, a preferência pela utilização de engobes de tonalidades pretas avermelhadas é constante, sendo este um dos principais elementos caracterizadores destas produções (Niveau, 2003).

Estas produções de matriz helenística surgem nos momentos finais do século IV a.C., muito provavelmente em torno ao seu último quartel, sendo um dos principais “fósseis diretores” da fase final da Idade do Ferro no território culturalmente integrado no Círculo do Estreito de Gibraltar (Niveau, 2003).

Apesar da individualização desta categoria cerâmica ser relativamente recente, as produções designadas como de tipo Kuass comportam-se como um bom indicador da fase mais tardia da Idade do Ferro (Sousa, 2009). A cronologia da sua produção abrange o último quartel do séc. IV a.C. até ao período romano-republicano, passando por diferentes fases de evolução morfológica, o que permite estabelecer cronologias mais finas (Sousa e Arruda, 2013).

Este tipo de cerâmica fina converte-se, durante o século III a.C., na cerâmica de mesa dominante da área do Estreito de Gibraltar (Niveau, 2003). Com a integração de Cádiz

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

na esfera de Roma, estas produções são progressivamente substituídas pelas importações de verniz negro itálico; contudo, está bem documentada uma coexistência de ambos os repertórios e de uma adaptação das produções de Kuass aos novos serviços, mantendo-se aquelas nos inventários até meados do século I a.C., ainda que de modo minoritário (Sousa, 2009 e 2010).

A continuidade da comercialização e circulação dos serviços de Kuass durante o período romano republicano foi, num primeiro momento, assumida com reservas, tendo sido interpretada como um período de declínio destas produções ocidentais (Niveau, 2003 p. 185-186). Todavia, o estudo e publicação dos conjuntos deste tipo cerâmico de diversos sítios do Algarve devidamente enquadrados em sequências estratigráficas bem definidas demonstraram, de forma sistemática, que a utilização desta categoria cerâmica manteve um peso importante no quadro do abastecimento do serviço de mesa destas comunidades entre o final do século II e inícios do século I a.C. (Sousa, 2009; Sousa e Arruda, 2013). Recentemente a estes dados tem vindo a ser aduzidos importantes conjuntos coetâneos, onde esta categoria de cerâmica fina de mesa se encontra bem atestada, como é o caso de Mértola (Soria e Palma, 2017), mas também de diversos sítios no baixo Guadalquivir (Moreno Megías, 2016).

Para o caso aqui em análise, importa reter que para os momentos mais tardios do período republicano contamos com um contexto arqueológico Algarvio com fortes paralelos com o do Monte dos Castelinhos, a nível cronológico e a nível do quadro de importação de bens alimentares, o do Castelo de Castro Marim (Viegas, 2011). Aqui encontra-se analisado um expressivo contexto arqueológico, centrado em torno aos meados do século I a.C., encontrando-se a cerâmica de tipo Kuass presente, ainda que esta seja residual no repertório do serviço de mesa, com uma representatividade de apenas 6% (Sousa 2010, p. 524).

O recente interesse que esta categoria cerâmica tem vindo a despertar no contexto peninsular, em paralelo com a sua associação a contextos bem definidos, conduziram a uma recente revisão das balizas cronológicas e tipológicas estabelecidas para as produções de tipo Kuass, admitindo-se agora que possam perdurar até, pelo menos, ao final do primeiro quartel do século I a.C. (Niveau, 2014; Niveau e Sáez Romero, 2016).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No território português apesar de a descoberta de peças de Tipo Kuass se encontrar bem atestada nas escavações antigas do povoado de Chibanes, Palmela (Costa, 1910: fig. 446^a, fig. 447^a, fig. 463^a, fig. 464^a; dados revistos em - Pimenta *et al.*, 2019), foi necessário aguardar pelos anos noventa do século passado para esta categoria cerâmica ser devidamente reconhecida com o estudo das estratigrafias do Castelo de Castro Marim (Arruda, 1997). Desde esse momento, os dados disponíveis sobre a sua frequência e distribuição ao longo do território nacional têm aumentado exponencialmente (Sousa, 2009).

Da análise da distribuição desta categoria cerâmica destaca-se a sua forte presença no Sul do território português, nomeadamente na área de influência gaditana, do Algarve (Sousa e Arruda, 2011) e Baixo Alentejo (Soria e Palma, 2017), o que contrasta de forma clara com os dados disponíveis para a fachada atlântica (Sousa, 2009 e 2014). Nos últimos anos tem vindo a ser reconhecido a importação de peças de Tipo Kuass no vale do Tejo e Sado (Arruda, 2000, Soria, 2018; Sousa e Fernandes, 2019). Sublinhe-se que estas importações tanto em Santarém como em Lisboa se encontram associados ao período romano republicano, não se tendo até ao momento detetado qualquer fragmento de Kuass entre os largos milhares de fragmentos da Idade do Ferro das estratigrafias sidéricas de ambos os sítios (Sousa, 2014). Na Alcáçova de Santarém foram recolhidos dois fragmentos correspondendo a pratos da forma II de Niveau de Villedary y Mariñas, em contextos datados já de época romana (Arruda, 2002, p. 173). Entre os fragmentos atestados em Lisboa, destaca-se a presença de um fundo de Bolsal da forma VII com decoração em estampilhas, recolhido num expressivo contexto do terceiro quartel do século II a.C. na área do Castelo de São Jorge em Lisboa (Soria, 2018, p. 143-144). Assim como quatro fragmentos recolhidos nas escavações do Teatro Romano de Lisboa, correspondendo a um prato da forma V; uma pátera que parece copiar os modelos de cerâmica de veriz negro itálico das formas Lamboglia 5/7; um bordo de uma taça da forma IX-A; e por último um fundo de difícil enquadramento tipológico (Sousa e Fernandes, 2019).

O pequeno conjunto de cerâmica desta categoria recolhido em Monte dos Castelinhos insere-se assim num quadro de importações já documentado quer em Lisboa quer em Santarém e que atesta fortes relações com a área do Sul peninsular no contexto do processo da conquista romana da fachada atlântica. As várias campanhas de escavação

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

realizadas no Monte dos Castelinhos permitiram a recolha e análise de largos milhares de fragmentos cerâmicos. Conquanto, entre este vasto espólio, foi possível apenas identificar nove fragmentos de cerâmicas de tipo Kuass: correspondendo a três fragmentos de parede, de difícil classificação, uma peça completa, um bordo, uma parede com carena, um arranque de asa e dois fundos que permitem supor um cálculo de 7 NMI, que corresponde a 1 % do conjunto de cerâmicas finas de mesa. Ver Anexo 3, Estampa 7 e Anexo 5, Catálogo 3.

Forma	Bordo	Asa	carena	parede	Fundo	N.º de Frag.	NMI
II				1		1	1
VII					1	1	1
VIII	1					1	1
IXA					1	1	1
XIII		1				1	1
Lamb. 5/7	1		1			2	2
Dif. Classif.				2		2	
Total	2	1	1	3	2	9	7

Figura 29 – Quadro de análise global do conjunto de formas de cerâmica de tipo Kuass de Monte dos Castelinhos.

A nível macroscópico os fragmentos recolhidos evidenciam uma produção homogénea que podemos descrever como uma pasta não calcária, cozida em modo oxidante, evidenciando tonalidade alaranjada (variando entre Muns. 10 R 6/4 e Muns. 5 YR 5/6). Os elementos não plásticos são pouco abundantes e bem distribuídos, identificando-se macroscopicamente partículas de plagioclase de média dimensão, micas e biotites, assim como escassos elementos de quartzo e elementos ferruginosos. Este grupo de fabrico encontra paralelos com o Grupo I – fabrico A e B proposto para o estudo do conjunto de cerâmica de Tipo Kuass de Castro Marim e Faro (Sousa, 2009, p. 44). Os revestimentos presentes nas peças recolhidas encontram-se bem preservados, dominando o tom vermelho, ainda que no caso da taça de perfil completo (Estampa 7, n.º 115) e do fragmento de parede, MC 1630, (não desenhado) se preserve o engobe negro.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O exemplar N.º 112, Estampa 7, corresponde a uma pátera de amplo diâmetro, cerca de 28 cm, evidenciando bordo vertical, de secção arredondada. O verniz encontra-se apenas preservado no seu interior, evidenciando tom vermelho e acabamento acetinado (Muns. 2.5 YR 4/6). Foi identificada nos níveis de ocupação/abandono do Ambiente 16 da Sondagem 4. O fragmento N.º 113, Estampa 7, corresponde a uma parede com carena de uma pátera da mesma forma do exemplar acima descrito. O verniz vermelho, cobre o interior e o exterior da peça até à zona da carena. Os exemplares em apreço correspondem a uma morfologia que parece inspirar-se nas produções de Campaniense, concretamente nos tipos Lamboglia 5 e 7 (séries 2255 e 2256 de Morel), tendo sido identificada, pela primeira vez, em Pery Junquera (Niveau, 2004). Subsequentemente formas similares têm vindo a ser identificadas, nomeadamente em Faro, em níveis datáveis entre os finais do século II a.C. e os inícios da centúria seguinte (Sousa, 2009: fig. 64, n.º 201), no Monte Molião, Lagos, associada a níveis igualmente datados entre os finais do século II e os inícios do século I a.C. (Sousa e Arruda, 2013: fig. 4 – n.º 12177 e 11018) e como já acima referimos no Teatro Romano, Lisboa (Sousa e Fernandes, 2019, figura 7).

Estas páteras em cerâmica Kuass não constavam na tipologia original elaborada por Niveau de Villedary y Mariñas (2003), tendo esta morfologia sido adicionada recentemente, sendo descrita como uma forma derivada do repertório da cerâmica de verniz negro, Campaniense A, concretamente do tipo 5 e 7 de Lamboglia (Séries 2255 e 2256 de Morel) (Niveau, 2014; Niveau e Sáez Romero, 2016). Trata-se assim de uma morfologia tardia, no âmbito das produções da área do estreito de Gibraltar cuja emergência nos repertórios da cerâmica de tipo Kuass ocorre apenas a partir dos inícios do século II a.C. (Niveau, 2014).

O N.º 114, Estampa 7, individualiza-se como um fragmento de parede com arranque de asa de uma forma fechada, que interpretamos como jarro, apresentando um espesso e bem aderente engobe vermelho, tanto na superfície interna como externa, cobrindo mesmo a própria asa (Muns. 2.5 YR 4/6). Foi recolhido nos níveis associados à Fase 1 do urbanismo da Sondagem 4, no Ambiente 25.

Dentro da tipologia da cerâmica de tipo Kuass, este tipo de morfologia não é particularmente abundante, contudo encontra enquadramento dentro da forma XV

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Niveau, 2003). Este tipo é definido pela autora da tipologia como um conjunto de formas que diferem bastante entre si, mas que tem em comum uma série de características morfológicas e sobretudo funcionais que levam a que sejam consideradas conjuntamente. São formas fechadas e profundas, evidenciando corpo globular e colo troncocónico que alarga na zona do bocal, apresentando os exemplares completos distintas soluções ao nível do bordo, podendo ser trilobado, simples ou mesmo com colarinho. O aspeto em comum é serem todos providos de uma asa, que evidencia o seu carácter utilitário, servirem para conter e servir líquidos.

Na recente revisão elaborada da tipologia deste tipo cerâmico, intitulada de forma feliz pelos seus autores como “*An update on the so-called «Kuass ware»*” é apresentado um novo e mais detalhado faseamento para estas produções (Niveau e Sáez Romero, 2016). Nesse âmbito é apresentado para o seu *Stage IV*, datado de 200-100/75 a.C., exemplares melhor preservados da forma XIII desta tipologia, que caem igualmente na categoria de jarros denunciando forte influência itálica (Niveau e Sáez Romero, 2016, p. 58).

Não é fácil, tendo em conta o estado fragmentário da peça em análise, optar quer por uma forma quer por outra. Porém, tendo em conta o perfil do vaso, poderíamos apontar pelo menos como proposta estarmos perante uma versão tardia dos jarros do tipo XIII.

Independentemente da forma, importa sublinhar que o exemplar em causa se trata de uma morfologia pouco representada no extremo ocidente peninsular, sendo apenas conhecidos até ao momento dois exemplares de jarros da forma XV em Castro Marim (Sousa, 2009, p. 64) e um exemplar da forma XIII proveniente de Mértola (Soria e Palma, 2017).

A peça completa N.º 115, Estampa 7, classificamos como uma taça da forma VIII (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003). Esta forma engloba recipientes abertos, esvasados, com alguma profundidade, de perfil em dupla curva, côncava e convexa, marcada no exterior por uma carena, terminando num pé alto e bem delineado (Sousa, 2009, p. 57), sendo que as peças desta forma se encontram normalmente decoradas com estampilhas no seu interior. No caso em análise, a forma VIII, é revestida de um verniz negro com laivos avermelhados, preservando-se quatro pequenas estampilhas de forma arredondada, bem marcadas no fundo da taça. Infortunadamente o estado de preservação do exemplar de Castelinhos, devido à erosão do verniz, que apenas se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

preserva parcialmente, não permite vislumbrar o motivo decorativo das estampilhas aqui presentes. Esta morfologia corresponde à forma 28/29 de Lamboglia (1952) e ao género 2600 de Morel (1981). A sua cronologia encontra-se estabelecida, surgindo na Fase 2 das produções de Kuass 325-250 a.C., prolongando-se até ao período romano republicano, Fase IV, terminando esta em 75 a.C. (Niveau de Villedary e Sáez Romero, 2016). O Exemplar de Monte dos Castelinhos parece corresponder a uma versão já bastante evoluída desta forma, que poderíamos incluir no Tipo VIII E-2 (Niveau de Villedary, 2003, p. 120).

No território português apesar de serem peças pouco frequentes, encontram-se atestadas em Castro Marim, em Faro (Sousa, 2009) e no Monte Molião, onde surgem em contextos romano republicanos (Sousa e Arruda, 2013). Os diversos fragmentos que permitiram reconstituir esta forma, foram recolhidos nos níveis de abandono da fase 2 do Urbanismo da Sondagem 4, no Ambiente 12.

O exemplar N.º 116, Estampa 7, encontra-se fragmentado e corresponde a um fundo de pé em anel. A sua classificação não é fácil, tendo em conta o seu estado de conservação, contudo é possível integrar este tipo de bases nos tipos 2C de Niveau de Villedary y Mariñas (2003). Este tipo de fundos encontra-se normalmente associado a taças globulares da Forma IX-A. Esta forma encontra-se igualmente atestada ao longo das fases produtivas, alcançando o período romano republicano. Foi identificado nos níveis de abandono da fase 2 do urbanismo da Sondagem 4, no Ambiente 10.

O fragmento N.º 117, Estampa 7, é um fundo completo com um acabamento cuidado e um verniz vermelho coral de boa qualidade (Muns. 10 R 4/8), que pode corresponder tendo em conta o perfil peculiar do seu pé à forma VII. Foi recolhido no preenchimento de uma fossa, que associamos à Fase 2 do Urbanismo na área de Sondagem n.º 5. O tipo de pé, que o exemplar em apreço evidencia é denominado por Niveau de Villedary y Mariñas como pé de Bolsal, tendo presente encontrar-se normalmente associado a esta forma e recordar as peças áticas. A forma VII é assim identificada como imitando a morfologia grega *Bolsal*, trata-se de um vaso de corpo profundo paredes retas e pé elaborado (Niveau, 2003). Apesar de ser uma forma com cronologia recuada, desde o século IV a.C., a continuidade da sua produção e consumo encontra-se atestada até momentos tardios, encontrando-se formas similares à aqui apresentada atestada na fase

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

IV das produções de Kuass, datada ente 200 e 75 a.C. (Niveau e Sáez Romero, 2016, p. 59). No território português apesar de serem peças pouco frequentes nos inventários encontram-se atestadas em Castro Marim e no Monte Molião (Sousa, 2009, p. 57; Sousa e Arruda. 2013).

Por último surgiu ainda o exemplar MC 1630 (não ilustrado), recolhido nos níveis de abandono do Ambiente 6 da Sondagem 4. Trata-se de um fragmento de parede de um prato possivelmente da Forma II. O seu verniz encontra-se em bom estado variando entre o vermelho (Muns. 2.5 YR 5/6) e o negro (Muns. 2.5 YR 2.5/1).

Em resumo, apesar de pouco expressivo o conjunto de cerâmicas de tipo Kuass recolhidas nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, permite atestar a comercialização e circulação destas cerâmicas finas de mesa nos momentos finais da sua produção. A sua comercialização certamente tem que ser enquadrada com os fortes contactos e trocas entre o vale do Tejo e a baía gaditana, atestados pelas amplas redes de abastecimento de produtos alimentares em ânforas, nomeadamente os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar que se encontram particularmente bem atestados para estas fases centradas no século I a.C.

As peças Kuass encontram-se atestadas nas duas fases romano republicanas do sítio. Sublinhe-se que nos níveis de época Augustana extensamente escavados na área de Sondagem n.º 8 estas produções encontram-se já totalmente ausentes.

8.1.4. PAREDES FINAS

Quando em 1998 Carlos Fabião delineou o estado da investigação em torno desta categoria cerâmica, afirma: “(...) a cerâmica de “paredes finas” pode considerar-se uma das realidades mais mal conhecidas do âmbito das importações de origem itálica de toda a fase romana republicana, particularmente se considerarmos o que se conhece, por exemplo, da cerâmica campaniense.” (Fabião, 1998a, p. 334). De facto, esta situação era assaz ambígua e reveladora da falta de atenção relativa a esta frágil tipologia cerâmica, ainda mais tendo-se presente o papel quantitativo que estas produções pareciam ter nos acervos exumados, aparentando mesmo ser mais numerosas que as próprias campanienses (Fabião, 1998a, p. 334).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Felizmente, nas últimas duas décadas, temos vindo a assistir a um exponencial avanço sobre o estudo da cerâmica de paredes finas no território da antiga *Uterior* ocidental (Martín Hernández e Rodriguez Martín, 2008, p. 385). Começa assim a ser mais claro o papel destes materiais na perceção dos novos hábitos culturais adquiridos pelas populações indígenas, sobretudo nas práticas do consumo de bebidas, em particular o vinho que se encontra amplamente atestado nos mesmos contextos arqueológicos, através dos seus contentores privilegiados, as ânforas (Fabião, 1998a). Apesar de o conhecimento sobre os contextos romano republicanos não ser particularmente abundante, nos últimos anos têm-se vindo a ampliar a análise sobre as cerâmicas de paredes finas, dispondo-se hoje de dados sólidos sobre os conjuntos de Conímbriga (Mayet, 1976); da Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2003); de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião e Guerra, 1994; Fabião, 1998a); da Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Fabião, 1998a, Pereira, 2018); de Monte Molião, Lagos (Sousa e Arruda, 2018); Castelo da Lousa, Mourão (Moraes, 2010b) e do Castelo de Castro Marim (Abade, 2018).

Sob a designação genérica de Paredes Finas, os investigadores englobam, seguindo a terminologia de Nino Lamboglia “*a parette sottili*” (Lamboglia, 1950), uma multiplicidade de produções montadas ao torno, com atributos técnicos e morfológicos que variam consideravelmente, mas que partilham determinadas características. Designadamente, a reduzida espessura da parede, situada entre os 0,5 e 5 mm, ainda que sejam maioritárias as peças com espessuras entre 2 a 2,5 mm (Mayet, 1975, p. 3-4). Todavia, nem todos os vasos que possuem esta característica se enquadram nas produções de paredes finas, o que tornou necessário a definição de outras características para circunscrever este conceito. Uma das singularidades desta categoria cerâmica é a morfologia específica dos materiais que nela se enquadra, constituídos maioritariamente por copos e taças, que remetem diretamente para a sua funcionalidade de recipientes para conter e ingerir líquidos, sendo esta particularidade a que melhor define esta categoria cerâmica (Mayet, 1980, p. 201).

A produção de serviços de paredes finas emerge na Península itálica no primeiro quartel do século II a.C. na área da Toscana (Ricci, 1985, p. 243). O seu sucesso fez com que estes vasos acompanhassem o processo de rápida expansão e conquista do mundo itálico. Como a arqueologia subaquática tem demonstrado, estes peculiares vasos de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

origem tirrénica foram exportados para todo o Mediterrâneo, formando parte tal como a cerâmica campaniense de “carga parasitária” dos navios destinados à exportação do vinho itálico, transportado nas ânforas greco-italicas e Dressel 1 (López Mullor, 2013, p. 149).

As cerâmicas de paredes finas são pois na sua origem produções itálicas, sendo que num primeiro momento protagonizaram largas travessias marítimas. Todavia, face ao seu êxito, assegurado pela sua evidente utilidade, rapidamente foram reproduzidas nos lugares de consumo, como foi o caso da Península Ibérica em diversos centros de produção, sublinhando-se o papel das produções de Ampúrias, Valência e da ilha de Ibiza (López Mullor, 2013, p. 149). Em Tarraco a precocidade na chegada destes modelos itálicos encontra-se bem atestada pela presença de paredes finas da forma Mayet II em contextos datados entre 175-150 a.C. (Díaz, 2000, p.230). Detetando-se a mesma realidade para o território português, onde se identifica a presença da mesma forma de paredes finas itálica, em contextos do terceiro quartel do século II a.C., 150-125 a.C., na área do Castelo de Lisboa (Pimenta *et al.*, 2014, p. 135, figura 18).

Apesar dos esforços recentes, esta categoria cerâmica enfrenta ainda numerosos problemas de classificação, nomeadamente quando, como é o caso em epígrafe, lidamos com conjuntos de sítios de consumo onde o material se apresenta invariavelmente muito fragmentado.

Os estudos evidenciando um esforço de sistematização formal desta classe surgem logo após o trabalho de Lamboglia em 1963-64 com os trabalhos de Mercedes Vegas acerca dos conjuntos das intervenções de *Pollentia*, Maiorca (Vegas, 1963-64 e Vegas, 1964). Sequentemente em 1973, Marabini Moevs aborda de forma monográfica o conjunto de cerâmica de paredes finas exumadas nas intervenções de Cosa, apresentando a primeira tipologia para esta classe cerâmica, contendo importantes dados cronológicos alicerçados na estratigrafia de Cosa (Marabini Moevs, 1973). Importa ainda ter presente entre os primeiros trabalhos sobre esta categoria cerâmica na Península Itálica o trabalho de A. Carandini (1977), sobre os materiais de Pompeia e do Museu de Nápoles. No ano de 1975, surge o trabalho de Françoise Mayet - *Les céramiques à parois fines dans la Peninsule Ibérique*, que apresenta uma nova tipologia, realizada com base em materiais analisados pela autora em diversas instituições peninsulares e numa extensa

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

recolha dos dados publicados (Mayet, 1975). Obra que passou a constituir-se como a referência por excelência para a maioria dos investigadores que abordam esta categoria cerâmica. Em 1985, A. Ricci, procura rasgar novos caminhos, no II volume do *Atlante delle forme ceramiche*, esboça uma primeira tipologia em árvore, à luz do que J.P. Morel elaborou para as cerâmicas campanienses, partindo da identificação de duas grandes categorias morfológicas – os *copos* e as *copas* (Ricci, 1985). Com o final da década de oitenta do século passado assiste-se no território da Península Ibérica a um considerável estímulo sobre o estudo do mundo das paredes finas com a publicação das monografias de Alberto López Mullor sobre as paredes finas na Catalunha (López Mullor, 1989) e de Carme Puerta i López sobre os materiais de *Baetulo* (Puerta i López, 1989). Em ambas as obras, estas cerâmicas são classificadas segundo as tipologias de Françoise Mayet (1975) e Marabini Moevs (1973), sendo criadas algumas formas novas para os materiais de produção local. Sublinhe-se o papel da obra de López Mullor, em que realiza uma cuidada revisão da tipologia criada por Mayet, com a inclusão de novas morfologias e a precisão de algumas formas que se encontravam menos bem caracterizadas, assim como expande os dados relativos às produções do sudeste peninsular e das baleares (López Mullor, 1989). A estes trabalhos na área da Catalunha, vem-se aduzir a investigação desenvolvida no vale do Ebro por Minguez Morales (1991). Esse trabalho é assaz relevante pelo seu esforço de síntese acerca das diferentes tipologias realizadas sobre esta categoria até ao momento. A partir do final dos anos 90 e na década seguinte existe um aumento exponencial da informação relativa ao estudo da cerâmica de paredes finas, com trabalhos sobretudo em torno dos centros ou áreas de produção (López Mullor, 2008). Nos últimos anos assiste-se a uma relevante revisão da informação sobre esta categoria cerâmica, no *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*, coordenado por Albert Ribera i Lacomba, onde Alberto López Mullor realiza uma síntese sobre a história das investigações, a evolução morfológica dos diversos centros produtores da cerâmica de paredes finas (López Mullor, 2013).

A grande diversidade de centros produtores, não só na Península Itálica como posteriormente também em vários dos territórios conquistados, nomeadamente na Península Ibérica, reflete-se, por sua vez, em uma acentuada heterogeneidade em termos tecnológicos destas produções (Sousa e Arruda, 2018). Consequentemente, as pastas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

destes recipientes são muito diversificadas em termos de dureza, tonalidade, no grau de depuração. O mesmo se passa ao nível dos acabamentos das suas superfícies, podendo estas ser polidas, ou não, evidenciar decorações, a presença de engobes, assim como, aguadas de qualidade e tonalidade variável.

Na amostragem das cerâmicas finas de mesa presentes nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos intervencionados nas diversas campanhas entre 2008 e 2019 encontra-se bem representada a cerâmica de paredes finas, sendo constituída por 417 Fragmentos: 79 bordos, 2 asas, 10 carenas, 253 paredes e 73 fundos; correspondendo a 44% da amostragem das cerâmicas finas de mesa (figura 30). Ver Anexo 3, Estampa 8 a 13 e Anexo 5, Catálogo 4. Sublinhe-se que neste trabalho decidimos não aduzir ao estudo os extensos conjuntos de paredes finas recolhidos na área de Sondagem 8, nomeadamente nos níveis de aterro Augustano para a construção do urbanismo da Fase, assim como nos níveis de ocupação já datados do principado de Tibério e Cláudio. Ficarão para outra abordagem ulterior.

Para o estudo do conjunto em análise, decidi antes de qualquer abordagem de cariz morfológico definir e separar macroscopicamente o conjunto em grupos de fabrico. Tendo, porém, presente nesta abordagem, as múltiplas dificuldades em relacionar grupos de fabrico, definidos macroscopicamente com áreas geográficas específicas no quadro da produção da cerâmica de paredes finas (López Mullor, 2008, 2013). As próprias características destas produções, especificamente o alto grau de depuração das argilas utilizadas no fabrico destes materiais, estabelece um obstáculo na distinção das várias produções, com as metodologias de análise que se encontram nesta fase ao meu dispor. Paralelamente a caracterização e descrição das tonalidades, quer das suas superfícies quer das suas pastas, de pouco auxílio serve nesta questão, uma vez que estas diferenciações se relacionam sobretudo com aspetos específicos dos processos de cozedura que podem ocorrer, simultaneamente, num mesmo centro de produção (Orton, Tyers e Vince, 1997). No caso dos vasos de paredes finas, esta questão da tonalidade, especificamente das suas superfícies, é ainda maior, pois devido ao seu processo de cozedura ter muitas vezes implicado o empilhamento no interior dos fornos, assistimos em algumas peças a uma clara diferenciação cromática entre a sua base e o bordo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O conjunto foi classificado segundo os grupos de fabrico definidos macroscopicamente, e seguindo as tipologias de referência, nomeadamente as mais consensualmente utilizadas pelos investigadores peninsulares. Neste sentido, utilizaram-se as tabelas tipológicas criadas por Françoise Mayet (1975), com as modificações e novas formas inseridas por López Mullor (1989), Puerta i López (1989) e Minguez Morales (1991). Por razões de clareza tipológica, seguimos a mais recente proposta de López Mullor (2013, p. 154), alterando as cifras romanas da proposta tipológica de Mayet (1975), para números árabes como proposto no *Dicocer* (Passelac, 1993), ainda que com matizes. Conquanto teremos presente as tipologias de Andreina Ricci (1985) e Marabini Moevs (1973) e recorreremos a eles sempre que necessário para aferir cronologias. Temos presente que apesar de alguns trabalhos recentes nele se basearem (Abade, 2018), estas propostas tipológicas não obtiveram entre os investigadores peninsulares grande êxito (López Mullor, 2013, p. 154). Sublinhe-se que a integração tipológica dos exemplares de Castelinhos não foi, contudo, tarefa fácil. As peculiaridades da amostragem, proveniente de um sítio de habitat, leva a que tenhamos que nos debruçar sobre fragmentos de reduzida dimensão o que dificulta a identificação formal de muitos deles, tendo presente que certos tipos e subtipos só se diferenciam por detalhes que apenas seriam perceptíveis em exemplares mais completos.

Com base na análise macroscópica dos exemplares, recorrendo à utilização de uma lupa binocular de trinta aumentos, foi possível identificar e distinguir 6 Grupos de fabrico:

Grupo de fabrico 1: Pasta arenosa e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão e bem distribuídos. Identificam-se: minerais brancos, angulosos, que poderão corresponder a calcites, minerais negros, micas douradas e vacúolos. A cor da pasta varia entre o castanho-amarelado (Muns. 5 YR 7/8) e o alaranjado (Muns. 7.5 YR 6/6 e Muns. 7.5 YR 4/6). A Superfície externa encontra-se alisada e por vezes polida, com tonalidades variando entre vários tons de castanho e o alaranjado (Muns. 5 YR 5/6 e Muns. 7.5 YR 6/6).

Este grupo apresenta fortes semelhanças com as descrições realizadas para as produções da Etrúria (Ricci, 1985, p. 344), sendo possível admitir esta proveniência ainda que apenas como hipótese de trabalho a ser confirmada ou infirmada em futuras análises químicas ou mineralógicas a amostras deste fabrico. Está bem representado no conjunto,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

com 95 fragmentos (50 NMI), correspondendo a 41,3% da amostragem da cerâmica de paredes finas.

Grupo de fabrico 2: Pasta compacta e homogénea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: minerais brancos, angulosos, que poderão corresponder a calcites, minerais negros, micas douradas, elementos ferruginosos, e minerais acastanhados possivelmente elementos de rocha ígnea. A cor da pasta varia entre o tom castanho e o alaranjado (Muns. 7.5 YR 7/6 e Muns. 2.5 YR 8/3). Superfície externa apenas alisada ou com acabamento polido de tom bege a alaranjado (Muns. 7.5YR 7/8 a Muns. 2.5YR 8/6). Em alguns casos preserva-se um engobe negro de boa qualidade espesso e aderente.

Este grupo apresenta fortes semelhanças igualmente com as descrições realizadas para as produções da Etrúria (Marabini, 1973; Ricci, 1985, p. 344), sendo possível colocar o pressuposto desta proveniência. Está bem representado no conjunto, com 272 fragmentos (50 NMI), equivalendo a 41,3% da amostragem.

Grupo de fabrico 3: Pasta dura e de tato áspero, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: minerais translúcidos ou opacos, Calcites e feldspatos, minerais negros, micas douradas e elementos ferruginosos. A cor da pasta varia entre o tom cinzento e o preto (Muns. Gley 2 3/10 BG e o 2.5/5G). Superfície externa apenas alisada ou com acabamento polido do tom da pasta.

Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções do Vale Centro-Occidental do Vale do Pó (Ricci, 1985, p. 348), sendo possível supor esta proveniência. Está bem representado no conjunto, com 29 fragmentos (15 NMI), tendo uma representatividade de 12,4% do total. Esta produção encontra-se igualmente atestada no conjunto do Castelo de Castro Marim (Abade, 2018, p. 76).

Grupo de fabrico 4: Pasta calcária, pulverulenta, branda e homogénea. Bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: micas brancas, elementos ferruginosos, elementos de *grog* e areias de quartzo. A cor da pasta apresenta-se de tom bege (Muns. 10 YR 8/3). Superfície externa encontra-se apenas alisada do tom da pasta.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções da área do Sudoeste da *Uterior*, possivelmente da área da baía de Cádiz ou do baixo vale do Guadalquivir. A investigação sobre esta região é apontada na monografia de Françoise Mayet (Mayet, 1975 p. 147-160). Mais recentemente, os trabalhos de Reinoso del Rio sobre diversos sítios romanos da zona de Cádiz levaram ao desenvolvimento da informação sobre a cerâmica de paredes finas de produção nesta região (Reinoso del Rio, 2000; 2003 e 2004). Os estudos dos conjuntos de paredes finas do Castelo da Lousa, vieram indiretamente apontar um início das produções desta região para uma fase anterior ao que então era suposto (Morais, 2010b, p. 160). Hipótese que veio ulteriormente a ser atestada para a área da cidade de Granada, onde foi identificado um centro produtor de cerâmica de paredes finas com produção atestada em finais no século I a.C. (Ruiz Montes *et al.*, 2013, p. 307-316). Está escassamente representado na amostragem de Monte dos Castelinhos com 1 fragmento de fundo (1 NMI), 0,8% do total. Tendo em conta o estado de preservação da peça em questão, não é clara a sua morfologia, contudo classificámos ainda que com reservas como um copo da forma 8 de Mayet (Estampa 13, n.º 220).

Grupo de fabrico 5: Pasta de matriz não calcária, dura e homogénea. Bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: micas brancas, quartzos, elementos ferruginosos, elementos de grog e vacúolos alongados. A cor da pasta apresenta-se de tom cinzento oxidado (Muns. GKEY 2 7/10b). Superfície externa encontra-se apenas alisada do tom da pasta.

Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções da área do Sudoeste de Ibiza. As produções Ebusitanas encontram-se entre as produções peninsulares melhor estudadas (López Mullor, 2013, p. 164 a 178). A sua circulação parece ter alcançado o território português, encontrando-se as suas produções atestadas no Castelo da Lousa (Morais, 2010B, p. 158) e no Castelo de Castro Marim (Abade, 2018, p. 84). Está escassamente atestado na amostragem de Monte dos Castelinhos com 1 fragmento de bordo (1 NMI), equivalendo a 0.8% do conjunto. Que interpretamos como pertencente à forma 3 de Mayet (López Mullor, 2013) (Estampa 13, n.º 219).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Fabrico	Forma	Bordo	Asa	carena	parede	Fundo	N.º de Frag.	NMI	% NMI
Grupo 1	Mayet 1a	1					1	1	0,8%
	Mayet 2	4			1	6	11	6	5,0%
	Mayet 2A	6					6	6	5,0%
	Mayet 2B	1					1	1	0,8%
	Mayet 3	1				15	16	15	12,4%
	Mayet 3.1B/Marabini 7	1		2	1	1	5	1	0,8%
	Mayet 3A	17				7	24	17	14,0%
	Mayet 3B				1	3	4	3	2,5%
	Difícil classificação				27		27		
Total Grupo 1		31		2	30	32	95	50	41,3%
Grupo 2	Mayet 2	2			3	6	11	6	5%
	Mayet 2A	10		1	2	1	14	10	8%
	Mayet 2D	1					1	1	1%
	Mayet 3	5			7	14	26	14	12%
	Mayet 3.1/Marabini 7	2					2	2	2%
	Mayet 3A	7				5	12	7	6%
	Mayet 3B	2					2	2	2%
	Mayet 12(?)	1					1	1	1%
	Difícil classificação	2	1	6	187	7	203	7	6%
Total Grupo 2		32	1	7	199	33	272	50	41,3%
Grupo 3	Mayet 1a	2					2	2	1,7%
	Mayet 2	1					1	1	0,8%
	Mayet 2A	1					1	1	0,8%
	Mayet 2B	2					2	2	1,7%
	Mayet 3	2				4	6	4	3,3%
	Mayet 3A	3			2		5	3	2,5%
	Mayet 21 (?)	1					1	1	0,8%
	Difícil classificação	1	1	1	8		11	1	0,8%
Total Grupo 3		13	1	1	10	4	29	15	12,4%
Grupo 4	Mayet 8					1	1	1	0,8%
Total Grupo 4						1	1	1	0,8%
Grupo 5	Mayet 3	1					1	1	0,8%
Total Grupo 5		1					1	1	0,8%
Grupo 6	Mayet 1 (?)	1					1	1	0,8%
	Mayet 3.1 (?)	1				3	4	3	2,5%
	Difícil classificação				14		14		
Total Grupo 6		2			14	3	19	4	3,3%
Total		79	2	10	253	73	417	121	100%

Figura 30 – Quadro de análise global do conjunto de cerâmica de paredes finas de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Grupo de fabrico 6: Pasta de matriz não-calcária, áspera. Depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: quartzos arredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída. A cor da pasta apresenta-se variada entre o tom castanho, o castanho avermelhado (Muns.2.5 YR 6/6) e o castanho (Muns. 5 YR 6/4). A superfície externa encontra-se apenas alisada do tom da pasta.

As características deste fabrico, a sua comparação com as produções cerâmicas de Monte dos Castelinhos, assim como o conhecimento da cultura material do baixo Tejo, levam-nos a propor estarmos perante uma produção de cariz local ou regional que imita as produções itálicas. Ainda que pouco expressiva do ponto de vista quantitativo é significativa a sua presença e insere-se no mundo das produções locais imitando as novas morfologias do mundo romano que já se encontra atestado na Cabeça de Vaiamonte Monforte (Fabião, 1998a, p. 464). A produção de cerâmica de paredes finas, ainda que para cronologias mais recentes, já de meados do século I d.C., encontra-se atestada no extremo ocidental na olaria do Morraçal da Ajuda, onde terão sido produzidas peças afins às formas Mayet 37, 38 e 62 (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006, p. 276). E para o vale do Sado em Abul, onde se encontra caracterizada uma produção, com cronologias apontadas entre o final o período romano-republicano e o principado de Tibério, onde se reproduz as formas 2, 3 e 8 da tabela de Mayet (Mayet e Silva, 2002, p. 30, 38 e 48). Temos ainda que ter presente a existência de uma produção de cerâmica de paredes finas atestada em *Bracara Augusta*, para cronologias de meados da segunda metade do século I d.C. (Morais, 2005). Este grupo de fabrico está pouco atestado na amostragem de Monte dos Castelinhos com 19 fragmentos (4 NMI), equivalendo a 3.3% do conjunto. Infortunadamente os materiais desta produção, recolhidos em Monte dos Castelinhos encontram-se muito fragmentados. A forma melhor preservada, corresponde a um copo que se encontrou fragmentado em conexão, nos níveis de abandono da Fase 2 da Sondagem 4, especificamente no Ambiente 11 (Estampa 13, n.º 220). Corresponde a um exemplar que identificamos como um copo alto que reproduz de forma fiel a morfologia mesmo ao nível do lábio moldurado da forma 1 de Mayet. Permitindo classificação identificam-se ainda dois fundos que parecem corresponder a uma reprodução das características bases dos copos da forma 3.1 de Mayet (Estampa 8, n.º 135 e 136).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No conjunto de cerâmica de paredes finas romano republicanas de Monte dos Castelinhos, a análise do grupo de fabricos permite-nos verificar que as importações itálicas destes serviços de mesa dominam, correspondendo em conjunto a 95% da amostragem, ver figura 31. De facto, os três primeiros grupos definidos e que associamos tendo em conta as descrições e paralelos, quer com os conjuntos do território português já estudados (Fabião, 1998a; Arruda e Sousa, 2003; Morais, 2010b; Sousa e Arruda, 2019; Abade, 2018) quer com as descrições das produções ditas universais (López Mullor, 2013), apontam para uma origem centro itálica, nomeadamente da Etrúria e possivelmente do Vale do rio Pó.

Tal leitura não deixa de causar alguma perplexidade, tendo em conta como iremos ver a forte presença de produtos cerâmicos do Sul da *Ulterior/Bética*, nomeadamente ao nível das ânforas e da cerâmica comum, seria de supor que as paredes finas fossem igualmente importadas. Contudo, estas encontram-se apenas atestadas por um fragmento de fundo, possivelmente da forma 8 de Mayet, identificada em um nível associada à fase 2 do urbanismo da Sondagem 4 de Monte dos Castelinhos, correspondendo a 0,8% do conjunto (Estampa 13, n.º 222). A presença de paredes finas do Sul da *Ulterior/Bética* verifica-se por exemplo no Castelo da Lousa (Morais, 2010b), ainda que não seja claro se aí a sua cronologia é ainda da segunda metade do século I a.C. ou se já é do período Augustano. No Castelo de Castro Marim encontra-se representado, ainda que com pouca expressividade quantitativa, em contextos do último quartel do século I a.C. (Abade, 2018, p. 95). Para o Monte dos Castelinhos, ainda que a larga amostragem de cerâmica de paredes finas recolhida nos contextos do principado não seja aqui tida em conta, parece-me relevante mencionar que as produções béticas se encontram aí melhor representadas. Nomeadamente os copos da forma 8 de Mayet de provável produção gaditana (Mayet, 1975). A par do exemplar de paredes finas da *Ulterior/Bética*, identifica-se ainda um fragmento de bocal, cuja análise macroscópica nos leva a supor uma origem nas produções da ilha de Ibiza (López Mullor, 2013) (Estampa 13, n.º 221).

Entre as paredes finas importadas da Península itálica a formas melhor representada é sem dúvida a dos copos de tendência globular da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes formais (ver figura 30, 33 e Estampa 10): correspondendo a forma Mayet 3 a 27,3%; a forma Mayet 3a - 30,6%; a forma Mayet 3.1B/ Marabini 7 a 2,5% e a forma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Mayet 3B a 2,5% o que se traduz nuns expressivos 62,9% do total do conjunto de paredes finas estudado. Seguidos a nível da representatividade dos copos Mayet 2 e os seus diversos subtipos: encontrando-se a forma Mayet 2 representada por 10,7%; a forma Mayet 2A por 14%; a Mayet 2B por 2,5%; e a Mayet 2D por 0,8%, o que se materializa nuns significativos 28% do total da amostragem desta categoria. Por último surgem os copos Mayet 1a, atestados por 3 NMI, (2,5%), os Mayet 12 e 21 atestados por um exemplar cada (0,8%).

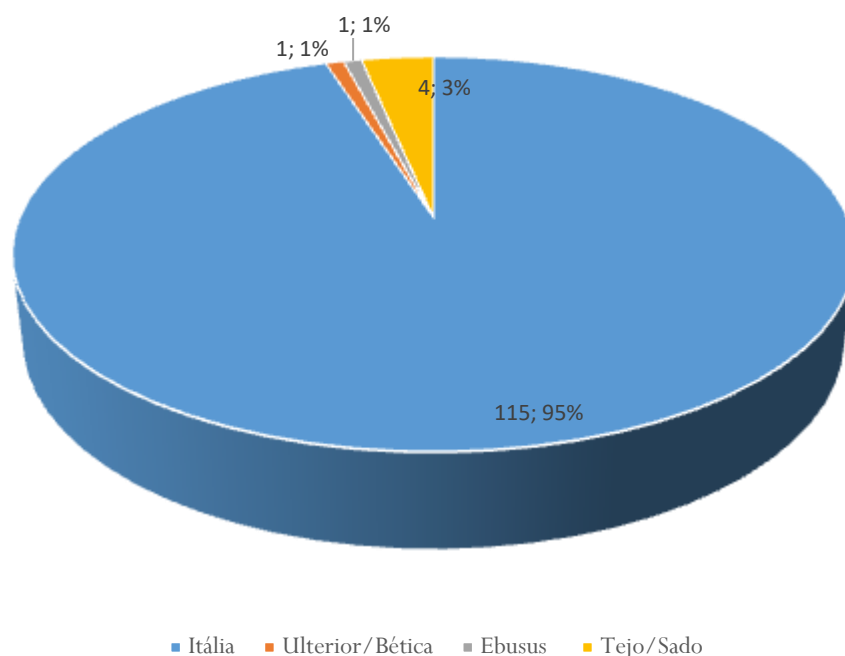


Figura 31 – Gráfico de proveniência provável dos grupos de fabrico de paredes finas de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

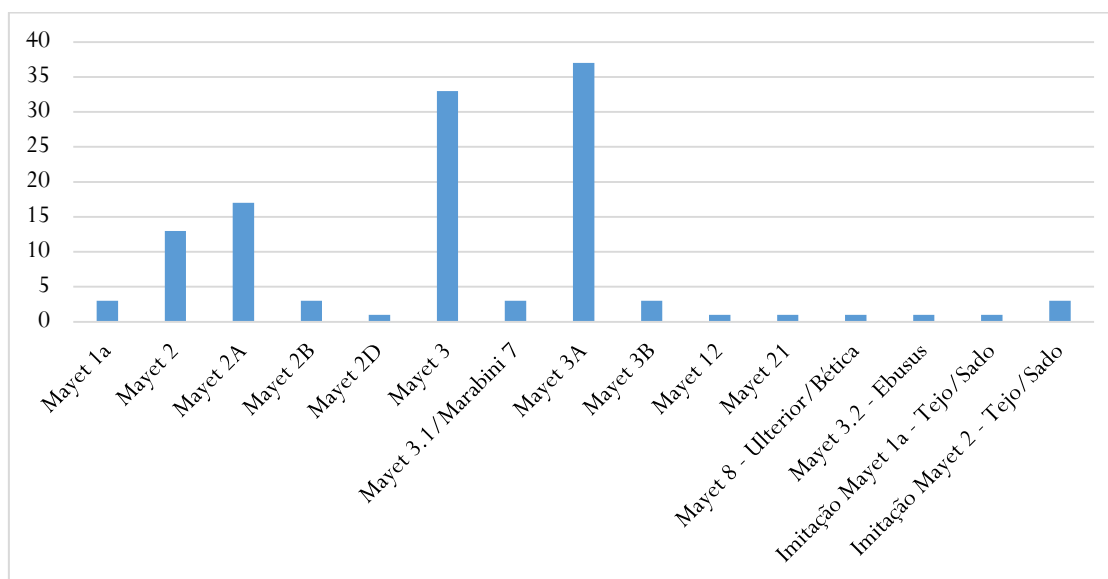


Figura 33 – Gráfico das formas de cerâmica de paredes finas de Monte dos Castelinhos.

O tipo Mayet 1 (Marabini 1/Ricci 1/1 e 1/359), corresponde a um copo fusiforme ou ovoide, cujo bordo apresenta um escalonamento peculiar que permite individualizar esta morfologia e que levou a Vegas a defini-lo como “ganchudo” (Vegas, 1972, p. 64). Considerado durante muito tempo como um dos tipos mais antigos da cerâmica de paredes finas (Lopez Mullor, 1989, p. 94), os dados mais recentes permitem supor o início da sua produção em meados do terceiro quartel do século II a.C. mantendo-se a sua produção até às últimas décadas do século I a.C. A sua presença em Castelinhos encontra-se representada por três fragmentos de bocal, que atribuímos à variante A da Forma 1, e que correspondem a 2,5% da amostragem (Mayet, 1975, p. 24-25) (Estampa 9, n.º 137 e 139). A distribuição desta forma no território português é assaz escassa, conhecendo-se apenas um exemplar proveniente da Alcáçova de Santarém, onde foi recolhido num nível já de meados do século I a.C. e igualmente um fragmento no Monte Molião, Lagos (Sousa e Arruda, 2008, p. 207).

O Tipo 2 de Mayet (Marabini 2, Ricci 1/7, 1/14, 1/361), corresponde segundo Lopez Mullor (1989, p. 99), ao tipo melhor representativo das produções tardo republicanas de paredes finas, constituindo o primeiro expoente desta classe de cerâmicas. Este Tipo consiste num copo fusiforme ou ovoide, com bordo alto, individualizando-se pela sua característica forma oblíqua, estreitando consideravelmente na ligação à pança. Françoise Mayet (1975, p. 26) distingue 5 variantes (II, IIA, IIB, IIC e IID),

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

diferenciáveis pelo comprimento e perfil do bordo e pela forma geral da pança. Em Lattes, as mesmas características, a que se acrescentaram a presença ou não de decoração e as dimensões gerais, acabaram por produzir nove variantes (2, 2.1, 2.2, 2.3, 2A, 2B, 2C, 2D) (Passelac, 1993, p. 512-513). A sua cronologia de produção e circulação estende-se desde o primeiro quartel do século II a.C. até cerca de 20 a.C. Em Castelinhos esta morfologia, encontra-se representada por 13 NMI da Forma 2; 17 NMI que atribuímos à Forma 2A; 3 NMI à Forma 2B e 1 NMI que interpretamos como pertencente à variante D da Forma 2. Correspondendo no seu todo a 34 NMI, o que se traduz em termos quantitativos nuns expressivos 28% da amostragem de paredes finas do sítio (ver Estampa 9). A forma 2 encontra-se bem representada no território atualmente português estando a sua presença documentada: no Castelo da Lousa (Morais, 2010a, p. 155-156); no Castelo de Castro Marim (Abade, 2018, p. 50); no Monte Molião (Sousa e Arruda, 2008, p. 207); nas Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, p. 336); na Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a, p. 336; Pereira, 2018, p. 91), no Monte do Manuel Galo (Alves, 2014, p. 393); em Alcáçer do Sal (Sepúlveda *et al.*, 2003, p. 389); em Chibanes (Silva e Soares, 1997, p. 58; Pimenta *et al.*, 2019, p. 58 e 59); Setúbal (Sepúlveda e Bolila, 2018, p. 120); em Lisboa (Bugalhão *et al.*, 2013, p. 258 e Pimenta *et al.*, 2014, p. 49) e na alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2013, p. 243-244).

O Tipo 3 de Mayet (Mayet III / Marabini IV e VII/ Ricci 1/16 a 1/20) trata-se de um copo de tendência ovoide ou globular com o corpo alongado. O bordo é alto voltado para o exterior e côncavo; o fundo é destacado, apresentando um pequeno pé. O diâmetro ao nível do bordo afigura-se como o diâmetro máximo da peça. Estes copos compreendem diversas variantes, o que não facilita a análise em conjuntos como o presente, muito fragmentados. Françoise Mayet dividiu a sua forma III em seis variantes, que se distinguem pela altura e perfil do corpo, pela presença ou não de asas e presença ou ausência de decoração (Mayet, 1975, p. 29-30). Na publicação sobre Lattes, estes copos de paredes concâvas foram também subdivididos, mas aqui as variantes são apenas cinco (Passelac, 1993, p. 513-514). Em termos de cronologia, o início da sua produção encontra-se atestado em finais do século II a.C., contudo, esta forma parece típica do século I a.C., em particular encontra-se bem atestada em contextos da segunda metade do século I a.C. (López Mullor, 2013, p. 157). Em Castelinhos esta morfologia,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

encontra-se representada por 33 NMI da Forma 3; 3 NMI que atribuímos à Forma 3.1; 37 NMI à Forma 3A e 3 NMI à Forma 3B. Correspondendo no seu todo a 76 NMI, o que se traduz em termos quantitativos nuns significativos 62,9% da amostragem de paredes finas do sítio. Um dos exemplares melhor preservados, MC 7821 e MC 7822 (Estampa 8, n.º 118), evidencia uma morfologia invulgar com um lábio simples e bocal vertical, desenvolvendo-se um corpo ovoide esguio e terminando numa base plana com pé destacado, a sua morfologia remete-nos para a variante 3.1/Marabini 7 definida para este Tipo 3 com base nos dados de Lattara (Passelac, 1993, p. 513), com uma cronologia centrada na segunda metade do século I a.C. O exemplar de Castelinhos evidencia uma produção que identificamos como Fabrico 1, contudo, identifica-se igualmente um fragmento de bordo da mesma morfologia com o fabrico 2, MC 12020 (Estampa 8, n.º 119). A forma 3 está representada no território atualmente português: no Castelo da Lousa (Morais, 2010a, p. 156); no Castelo de Castro Marim (Abade, 2018, p. 52); no Monte Molião (Sousa e Arruda, 2008, p. 207); em Lisboa (Bugalhão *et. al.*, 2013, p. 258); na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2013, p. 243-244) e em Conímbriga (Mayet, 1976, p. 28 e 29).

Ainda dentro das produções itálicas encontramos um fragmento de bocal, M.C. 2674, de provável produção itálica do Grupo de Fabrico 2 (Estampa 13, n.º 219). O seu perfil leva-nos a propor poderemos estar perante um exemplar da forma 12 de Mayet (1974). Este tipo corresponde a um copo cilíndrico, onde o diâmetro do bordo é igual ou superior ao do fundo. A cronologia desta forma remete para momentos finais do período romano republicano, estendendo-se mesmo até meados do século I d.C. (25 a.C. a 50 d.C.). O exemplar em questão foi recolhido nos níveis de abandono do Ambiente 33 na área de Sondagem 5. Contudo, poderemos estar perante um elemento de contaminação visto que no mesmo compartimento foi identificado uma reocupação datada já de meados de Augusto.

Ainda dentro das produções itálicas, identificou-se diversos fragmentos com colagem de um exemplar, MC 7813, com o grupo de Fabrico 3 que identificamos como da forma 21 de Mayet (Mayet, 1975) (Estampa 13, n.º 218). Este tipo engloba vasos globulares, de colo vertical, que terminam num pequeno lábio, inclinado para o exterior, e repousam sobre um pequeno pé (Arruda e Sousa, 2003, p. 272). Esta forma encontra-se datada do período augustano - 25 a.C. a 25 d.C. (López Mullor, 1981, p. 293). A sua presença

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

encontra-se atestada quer em Lisboa, para a necrópole do Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros onde se identifica um exemplar assaz similar ao de Monte dos Castelinhos (Bugalhão *et al.*, 2013, p. 260), quer para a alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2003, p. 272). O exemplar em análise foi identificado da Sondagem 4, ambiente 25, correspondendo a m nível associado ao abandono da Fase 2 do urbanismo do sítio.

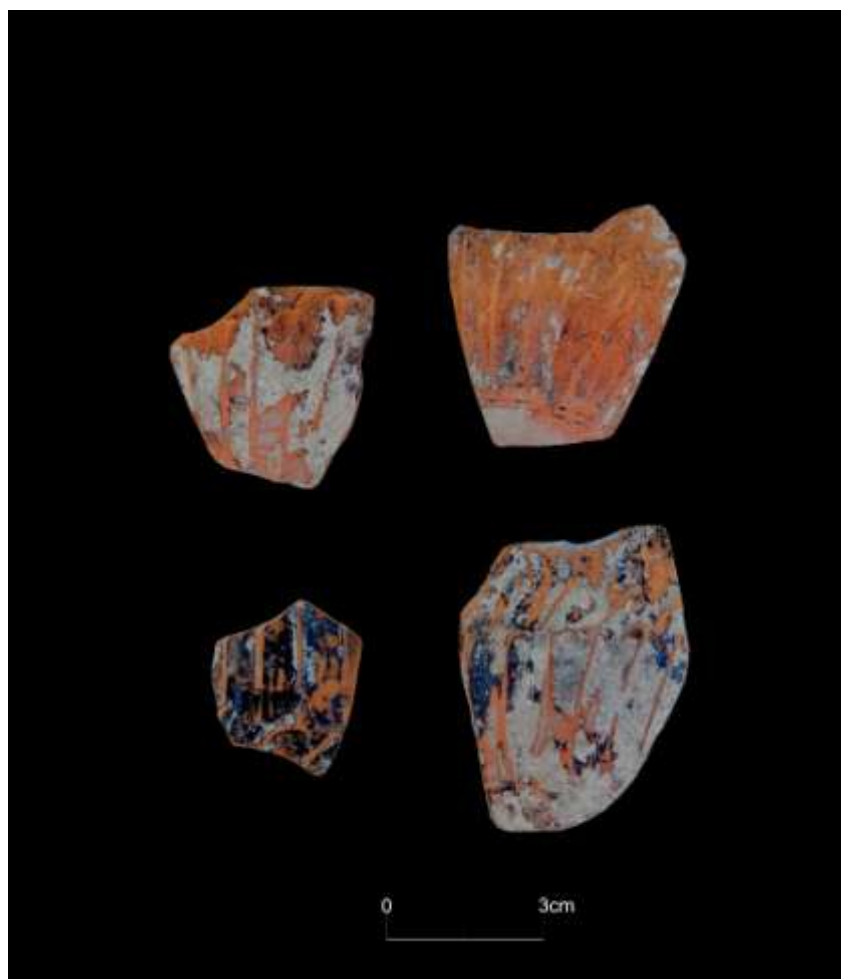


Figura 34 – Fotografia de fragmentos decorados de cerâmica de paredes finas itálicas de Monte dos Castelinhos com vestígios de verniz negro da superfície externa.

Ainda que escassas os vasos de paredes finas de importação itálica presentes nos níveis tardo-republicanos de Monte dos Castelinhos evidenciam alguns motivos decorativos. Estes encontram-se atestados em diversos fragmentos de parede, muitas vezes de difícil atribuição tipológica, onde se evidencia um padrão monótono. Trata-se de uma decoração aplicada através do seu fabrico com molde, podendo o se motivo decorativo ser descrito como folhas alongaras estilizadas, ou como López Mullor as referiu

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

“pequenas cabezas de clavo” (López Mullor, 2012, p.156). Esta decoração encontra-se bem estudada atribuída às produções itálicas, nomeadamente aos copos das formas 2 e 3 de Mayet (López Mullor, 1985). Alguns dos exemplares decorados de Castelinhos eram igualmente revestidos por um engobe negro espesso e aderente, que remete a nível de aspeto para as produções de verniz negro itálicas (ver figura 34 e Anexo 3, Estampa 11, n.º 178 a 182 e 192 a 194).

ANÁLISE QUANTITATIVA DAS PAREDES FINAS POR FASES

O estudo dos contextos permitiu isolar um total de 267 fragmentos recolhidos em níveis associados ao faseamento do período romano republicano de Monte dos Castelinhos.

Fabrico	Forma	Bordo	carena	parede	Fundo	N.º de Frag.	NMI	% NMI
Grupo 1	Mayet 2	1		1	3	5	3	11,1%
	Mayet 3	1			1	2	1	3,7%
	Mayet 3.1/Marabini 7	1			1	2	1	3,7%
	Mayet 3A	1			2	3	2	7,4%
	Mayet 3B				3	3	3	11,1%
	Difícil classificação		1	1		1		
Total Grupo 1		4		2	10	16	10	37%
Grupo 2	Mayet 2	1			3	3	3	11%
	Mayet 2A	3				3	3	11%
	Mayet 2D	1				1	1	4%
	Mayet 3			3	4	7	4	15%
	Mayet 3.1/Marabini 7	1				1	1	4%
	Mayet 3A	2			1	3	2	7%
	Difícil classificação	1		19		19	1	4%
Total Grupo 2		9		22	8	39	15	55,6%
Grupo 6	Mayet 3.1 (?)				2	2	2	7,4%
Total Grupo 6					2	2	2	7,4%
Total		13	1	24	20	57	27	100%

Figura 35 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica de paredes finas de Monte dos Castelinhos identificada nos níveis associados à Fase 1.

Nos distintos níveis estratigráficos associados ao conjunto arquitetónico da Fase 1 do sítio, identificamos uma amostragem de 57 fragmentos, que permite calcular um NMI de 27 vasos (ver quadro da figura 35). Sublinhe-se que algumas das peças recolhidas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

encontravam-se fragmentadas em conexão sobre o pavimento associado a esta fase, tendo mesmo sido possível reconstituir alguns exemplares. Do ponto de vista de proveniência, dominam as produções itálicas, 92,6%. Identificando-se, porém, dois fundos completos de produção do vale do Tejo/Sado, que parecem imitar a forma 2 de Mayet. Entre as produções itálicas, dominam os copos da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes, com 14 NMI, (51,9% do conjunto), seguidos da forma 2 e suas variantes 10 NMI (37,1%).

A Fase 2 do sítio evidencia, como não podia deixar de ser, um mais amplo conjunto de fragmentos de paredes finas, 210. Da análise da totalidade do conjunto, foi possível calcular um conjunto de 85 NMI, ver quadro da figura 36. Dominam tal como na Fase 1 os serviços de paredes finas itálicos, 96,5%. Contudo na Fase 2, surgem algumas peças que ainda que com cautelas identificamos como provenientes da área da *Ulterior*/Bética e da ilha de *Ebusus*. Contudo ambas as macrorregiões se encontram representadas por um exemplar cada ou seja 1,2%. Tal como na fase que a precede, dominam entre as produções itálicas os copos da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes, com 50 NMI, (58,2% do conjunto), seguidos da forma 2 e suas variantes 25 NMI (29,6%). Encontram-se ainda presentes, representados por um fragmento cada os copos da forma 12 e da 21. A sua presença afigura-se com pertinência cronológica para aferir a data superior da cronologia do abandono desta Fase 2. Visto que estas formas nos remetem para momentos avançados do século I a.C., nomeadamente para a segunda metade do século I a.C. entrando mesmo em fase Augustana.

Em jeito de comentário final importa reter que as cerâmicas de paredes finas pautam de forma expressiva a estratigrafia do sítio, encontrando-se bem atestadas do ponto de vista quantitativo desde os primeiros momentos de ocupação. Do ponto de vista formal, e decorativo, estaremos perante produções centradas num momento tardio da fase republicana e que apontam para cronologias centradas no século I a.C., nomeadamente a partir do segundo quartel. A presença desta nova categoria cerâmica, que remete para um novo quadro conceptual de consumo de bebidas, e dos próprios serviços de cerâmica de mesa, aponta mais uma vez para um quotidiano de uma comunidade fortemente romanizada. Comunidade essa, que tinha já bem enraizado os novos hábitos itálicos. Merece ainda uma breve consideração, a hipótese assaz relevante da existência de uma produção local/regional de cerâmicas de paredes finas na área do vale do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tejo/Sado, o que remeteria para um precoce despertar das olarias da *Ulterior*/Lusitânia. Como teremos oportunidade de ver outras categorias cerâmicas apontam no mesmo sentido, em particular as ânforas e a cerâmica comum.

Fabrico	Forma	Bordo	Asa	carena	parede	Fundo	N.º de Frag.	NMI	% NMI
Grupo 1	Mayet 2	2			1	5	8	5	5,9%
	Mayet 2A	6					6	6	7,1%
	Mayet 2B	1					1	1	1,2%
	Mayet 3	1				10	11	10	11,8%
	Mayet 3A	15			1	5	21	15	17,6%
	Mayet 3B				1	2	3	2	2,4%
	Difícil classificação	1			20		21		
Total Grupo 1		26		2	23	22	71	39	45,9%
Grupo 2	Mayet 2	2			1	4	7	4	5%
	Mayet 2A	7			1		8	7	8%
	Mayet 3	4				8	12	8	9%
	Mayet 3A	7					7	7	8%
	Mayet 12(?)	1					1	1	1%
	Difícil classificação			1	82	3	86	3	4%
Total Grupo 2		21	1	1	84	15	122	30	35,3%
Grupo 3	Mayet 1a	2					2	2	2,4%
	Mayet 2A	1					1	1	1,2%
	Mayet 2B	1					1	1	1,2%
	Mayet 3	1				3	4	3	3,5%
	Mayet 3A	5					5	5	5,9%
	Mayet 21 (?)	1					1	1	1,2%
	Difícil classificação		1		6				
Total Grupo 3		11	1	1	10	4	14	13	15,3%
Grupo 4	Mayet 8					1	1	1	1,2%
Total Grupo 4						1	1	1	1,2%
Grupo 5	Mayet 3.2	1					1	1	1,2%
Total Grupo 5		1					1	1	1,2%
Grupo 6	Mayet 1	1					1	1	1,2%
	Difícil classificação			12					
Total Grupo 6							1	1	1,2%
Total		59	2	4	117	42	210	85	100%

Figura 36 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica de paredes finas de Monte dos Castelinhos identificada nos níveis associados à Fase 2.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.1.5. UNGUENTÁRIOS

Nas diversas campanhas de escavação realizadas em Monte dos Castelinhos entre 2008 e 2018, foram recolhidos um pequeno conjunto de vinte fragmentos de unguentários de cerâmica, correspondendo a 9 NMI. Tendo em conta a sua análise, o conjunto parece corresponder, na sua totalidade a importações provenientes da Península Itálica datados do período tardo republicano. É importante sublinhar que estamos a lidar com material proveniente de unidades estratigráficas atribuíveis a ambientes públicos e domésticos, o que de certa forma justifica o estado de preservação do material analisado neste capítulo. Conquanto a maioria do material analisado corresponda a fragmentos de paredes, é possível associar a esta morfologia com alguma segurança por estes possuírem nas suas superfícies internas um característico revestimento impermeabilizante de tom castanho ou mesmo negro, espesso e aderente. Ver Anexo 3, Estampa 14 e Anexo 5, Catálogo 5.

Do ponto de vista do seu enquadramento na estratigrafia e faseamento do sítio, o conjunto recuperado reporta-se a níveis associados à fase de ocupação e abandono dos compartimentos da Fase 2 identificados na área de Sondagem 4 e 5. Alguns dos fragmentos, nomeadamente os melhores preservados, foram recolhidos em níveis de aterro e regularização para a construção do urbanismo da Fase 3 datado já de época Augustana na área de Sondagem n.º 8, ainda que como temos vindo a ver com a deposição secundária de materiais de cronologia mais recuada.

A análise macroscópica das pastas dos exemplares recuperados permite sublinhar a existência de um único grupo de fabrico. Este caracteriza-se por pastas finas e muito bem depuradas, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão. Nalguns casos identificam-se alguns elementos brancos que podem corresponder a calcites. As tonalidades que variam entre o castanho (Muns. 7.5 YR 7/6) e o castanho avermelhado (Muns. 5 YR 7/4). A superfície externa é alisada e da cor da pasta, encontrando-se em dois casos na área do colo cobertos por um engobe de tonalidade avermelhada (Muns. 5 YR 5/4).

O seu estado de fragmentação, não permite grande precisão na sua atribuição tipológico, visto que esta se baseia na apreciação do tipo de bordo, o perfil da peça e forma da base, ver Estampa 14. Apenas em dois casos, MC 11241 e MC 12030, foi possível identificar

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

o bordo e parcialmente o arranque do mesmo, apresentando um diâmetro de cerca de 3 e 1,6 centímetros respetivamente, Estampa 14, n.º 223 e 226. No caso preservado o lábio apresenta uma secção arredondada e o arranque de um colo cilíndrico e aparentemente longo. Os exemplares MC 5235 e MC 5773 atestam igualmente a presença de colos longos e com revestimento externo de engobe vermelho, que poderão corresponder ao mesmo modelo (Estampa 14, n.º 225 e 225). A análise do perfil dos restantes fragmentos de parede assim como um exemplar com arranque de fundo, MC 11468, remetem para uma morfologia fusiforme, terminando em fundos maciços de base plana espessada externamente, veja-se os exemplares MC 9020, MC 11168, MC 5774, Estampa 14, n.º 229 a 232.

Estas características levam a propor podermos estar perante exemplares fusiformes do tipo B dos *Unguentaria* cerâmicos, com cronologias compreendida entre o final do século IV a.C. e os meados do século I a.C. (Py, 1993). Apesar desta cronologia tão recuada, temos que ter presente que os exemplares de *unguentaria* cerâmicos fusiformes, globalmente inseridos dentro do Tipo B definido por Cuadrado (1977-78), encontram-se bem atestados nos contextos romano republicanos peninsulares, desde inícios do século II até meados a finais do século I a.C., sendo então substituídos pelos exemplares de fundo plano e perfil mais globular do tipo D (Huguet Enguita e Ribera I Lacomba, 2013). Não deixa de ser interessante sublinhar que na necrópole da rua dos Correeiros em Lisboa, datada entre a segunda metade do século I a.C. e a primeira do século I d.C., já só se encontra identificado entre os 18 unguentários aí recolhidos exemplares do Tipo D (Bugalhão *et al.*, 2013, p. 258).

O Exemplar MC 5439, Estampa 14, n.º 228, destaca-se neste conjunto colocando-nos alguns problemas na sua identificação. Trata-se de um pequeno fragmento de parede com arranque de asa de perfil em U e que numa primeira análise remete para o tipo de asas do mundo helenístico, que se encontra presente nas formas de cerâmica grega e em alguns exemplares do mundo da cerâmica de verniz negro itálico. A sua pequena dimensão e ar grácil levou a que num primeiro momento do inventário dos espólios de Castelinhos fosse aduzida ao grupo das paredes finas itálicas. O que até não é de todo impossível. Porém no âmbito do estudo desse conjunto de materiais acabou-se por excluir este exemplar e colocar a hipótese de trabalho que aqui apresentamos de podermos estar perante um unguentário. Apesar de raros, surgem no mundo dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

unguentários itálicos de morfologia fusiforme do Tipo B alguns exemplares que evidenciam asas similares à peça em análise. Michel Py, no seu artigo sobre os *unguentaria*, identifica dois subtipos ao Tipo B que surgem munidos deste tipo de asas, o B3, com uma datação entre 200 e 125 a.C., e o B6 com a cronologia entre 200 e 1 a.C. (Py, 1993).

Nos níveis associados ao abandono/destruição do conjunto urbanístico da Sondagem 4, identificou-se um fragmento de unguentário que apesar de evidenciar o mesmo tipo de características a nível macroscópico parece corresponder a um novo modelo, MC 4011, Estampa 14, n.º 233. Tendo em conta a sua base plana e perfil globular, este exemplar insere-se já no Tipo D acima mencionado, datado entre os meados da primeira metade do século I a.C. e a primeira metade do século I d.C. (Huguet Enguita e Ribera I Lacomba, 2013, p. 195). Na alcáçova de Santarém, entre o significativo conjunto de unguentários publicados do sítio, foi publicado um fundo deste tipo de fabrico itálico, proveniente de um contexto preservado que as autoras do estudo datam de finais do século I a.C. a meados do século I d.C. (Sousa e Arruda, 2018a, p. 51).

A análise do pequeno conjunto que aqui apresentamos merece ainda um breve comentário de enquadramento. Apesar dos *unguentaria* serem um tipo de recipiente normalmente conotado com contextos funerários a sua presença em sítios de habitat não é de todo inédita (Gomes e Alves, 2017). Veja-se o caso já acima citado da Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, 2018a, p. 51), mas também o dos Chões de Alpompe (Fonte *et al.*, 2020, fig. 12), o dos recolhidos na área do Castelo de Lisboa (Mota, Pimenta e Silva, 2014) e os de Chibanes, Palmela (Pimenta *et al.*, 2019). O seu uso está provavelmente conotado com questões cosméticas e sumptuárias, sendo um contentor cuidadosamente impermeabilizado para conter e transportar substâncias líquidas ou viscosas como perfumes, óleos ou unguentos, ainda que outras utilizações sejam igualmente de supor, como a utilização para substâncias como pós cosméticos ou incenso (Sousa e Arruda, 2018a, p. 51).

Apesar de ser um conjunto reduzido, a presença de unguentários itálicos associados à fase republicano do sítio revela-se de grande relevância pelo seu significado a nível do quotidiano. A morfologia melhor representada é a dos modelos fusiformes do Tipo B (equivalente do Tipo Oberaden 28 ou Vegas 63-a), que são o tipo melhor atestado nos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

contextos republicanos peninsulares, desde os inícios do século II a.C. Porém encontra-se já representado ainda que no momento de abandono do urbanismo da Fase 2 um exemplar de unguentário do Tipo D.

A presença dos unguentários fusiformes do Tipo B encontra-se atestada em sítios forte e precocemente romanizados, onde a presença itálica, quer de cariz civil, como na colónia de Valência (Huguët Enguita e Ribera I Lacomba, 2013), quer claramente militar, como Cáceres El Viejo, cedo se fez sentir (Ulbert, 1984).

8.2. LUCERNAS

As lucernas são uma das categorias cerâmicas mais pertinentes para apreciar as transformações introduzidas no contexto do processo de conquista romana (Fabião, 1998a, p. 420; Pereira, 2021). Trata-se de uma morfologia que se prende com uma única funcionalidade, serve para iluminar, o que envolve uma conceção e metodologia própria, que pressupõe a assimilação de um conjunto de noções que seriam estranhas ao mundo indígena (Fabião, 1998a, p. 421). Uma das mais relevantes é o de que a sua adoção e difusão relacionam-se com a existência de uma substância essencial, o azeite. Existiram variedades distintas deste óleo no mundo antigo, supondo-se que se reservava o de menor qualidade para a iluminação (Morillo Cerdán, 2015, p. 323). Não é aqui o local para discutirmos se existiria ou não uma produção no ocidente peninsular de azeite, ver *infra* capítulo 8.3. O que o registo arqueológico nos atesta em Monte dos Castelinhos, desde a sua fundação, é uma forte importação de ânforas destinadas ao transporte de azeite da área da bacia do rio Guadalquivir.

As primeiras formas que podem ser denominadas como lucernas, chegam à Península Ibérica com o mundo fenício (Arruda, 2002). Mais tarde, no decorrer do século V a.C. as lucernas irão difundir-se pelo Mediterrâneo alcançando o território peninsular através das produções áticas (Morillo Cerdán, 2015). Apesar de existir uma tradição no mundo pré-romano da utilização de lucernas, estas parecem não ter sido particularmente difundidas no âmbito do quotidiano, encontrando-se apenas atestadas no Sul do território português em contextos mais relacionado com o mundo do sagrado, como comprovam os exemplares da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Gomes, 2016 e Gomes, 2020) e os de Castro Marim (Arruda, 1997).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A análise da introdução ou transição das cerâmicas de iluminação no território do extremo ocidente peninsular tem assim que ser abordado numa perspetiva suprarregional (Pereira, 2008). Nas zonas mais meridionais, o uso de lucernas é uma realidade, ainda que comedida, contudo à medida que avançamos para Norte do Tejo os dados rareiam não sendo de todo clara a sua presença. Aí a chegada desta nova morfologia deve ter constituído uma inovação significativa, que ocorre precisamente no contexto da conquista militar da fachada atlântica. Sublinhe-se que para o Norte do território português, nomeadamente da bacia do rio Mondego, a chegada desta nova morfologia é já um fenómeno tardio, que ocorre com o principado de Augusto e a nova reorganização política e territorial decorrente da *pax romana* (Nunes, 2016).

Tendo em conta este enquadramento, não será de estranhar que seja nos locais de implantação de tropas ou destacamentos militares, que se encontram os mais significativos conjuntos de lucernas, é o caso dos conjuntos de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984); Castelo da Lousa (Morais, 2010c); Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Fabião, 1998a, Pereira, 2018); Lisboa (Pimenta, 2005 e 2014; Mota, Pimenta e Silva, 2014); Santarém (Pereira, 2008, 2014) e Lomba do Canho, Arganil (Nunes, Fabião e Guerra, 1990). Ou mesmo em contextos de exploração mineira onde a presença itálica é assaz forte, como é o caso do habitat da mina de La Loba, Fuenteovejuna, Córdoba (Passelac, 2002).

Devemos assim ter presente que, num primeiro momento, as lucernas que chegavam ao território peninsular eram o resultado de um amplo comércio marítimo, como “cargas parasitárias” de mercadorias de mais largo espectro como o vinho, azeite ou os cereais (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2008, p. 407). De facto, a arqueologia subaquática na bacia do Mediterrâneo tem vindo de há muito a identificar diversos casos de naufrágios onde se identifica a presença do transporte de lucernas para fins comerciais (Parker, 1992). Contudo, rapidamente se assiste a fenómenos de imitação e mesmo produção autónoma no território peninsular, quer devido a problemas de abastecimento, quer a necessidades de autarcia devido à necessidade de um grande número de lucernas, como é o caso das explorações mineiras, como a já citada mina de La Loba, cujo abandono/destruição encontra-se bem datado, sendo conotado com o episódio Sertoriano (Passelac, 2002). Um caso bem estudado deste tipo de produções de lucernas, foi o detetado em *Herrera de Pisuergra* (Palencia), durante os reinados de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Augusto e Tibério, associado à presença militar, no caso em apreço da *Legio IIII* Macedónica (Morillo Cerdán, 1993).

Para o território português, apesar de nos últimos anos se ter dado um forte incremento no nosso conhecimento sobre os contextos tardo republicanos, os dados relativos às produções *lychnológicas* são ainda extremamente modestos. Importa ter presente ao analisarmos a amostragem de Lucernas republicanas de Monte dos Castelinhos, que apesar de não ser como iremos ver um conjunto numeroso, é revelador pelo seu significado, geografia e diversidade.

O conjunto de lucernas analisado neste capítulo reporta-se à totalidade das intervenções realizadas no Monte dos Castelinhos, desde 2008 até 2019. Tendo em conta esta leitura individualizou-se e inventariou-se cerca de 200 fragmentos desta tipologia. Contudo, tendo em conta o quadro de indagações deste trabalho, apenas nos iremos deter no estudo do conjunto de peças de cronologia romana republicana. O restante conjunto será tratado em outro molde (Pereira, Pimenta e Mendes, 2021). Importa, porém, reter que a comercialização de lucernas se encontra bem atestado nos contextos do principado, dominando as importações itálicas dos típicos modelos de lucernas de volutas (em particular do tipo Dressel 9/Loeschcke I/Ponsich II-A1/Deneauve IV).

Dispomos assim de um conjunto de 35 fragmentos de lucernas que podemos atribuir à fase romana republicana do sítio, correspondendo a 3 fundos, 5 fragmentos de reservatório, 6 fragmentos da parte superior do reservatório (*margo*), 9 fragmentos de asas e 11 fragmentos de bico (figura 37). A elevada fragmentação do conjunto impossibilitou a classificação de grande parte dos fragmentos, não permitindo outros classificação segura. Assim, pareceu pertinente abordar este conjunto artefactual por grupos de fabrico de pasta e dentro destas por séries (lucernas de tradição helenística, e lucernas tardo-republicanas de tipologia já romana), o que permite um manuseamento mais fácil dos dados quantitativos. Ver Anexo 3, Estampa 15 a 17 e Anexo 5, Catálogo 6.

Com base na análise macroscópica dos exemplares, recorrendo à utilização de uma lupa binocular de trinta aumentos foi possível identificar e distinguir 4 Grupos de fabrico:

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Grupo de fabrico 1: Pasta compacta e homogénea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: calcites, elementos ferruginosos e elementos de grog. A cor da pasta varia entre o tom castanho e o alaranjado (Muns. 7.5 YR 7/4 e Muns. 2.5 YR 6/4). Superfície externa apenas alisada ou com acabamento polido de tom bege a amarelo avermelhado (Muns. 7.5 YR 7/8 a Muns. 2.5 YR 8/6). Em alguns casos preserva-se um engobe avermelhado de boa qualidade pouco aderente (Muns. 2.5 YR 4/8), preservando-se na maior parte das peças apenas vestígios do mesmo.

Este grupo apresenta fortes semelhanças com as descrições realizadas para as produções da Península Itálica (Ricci, 1973; Pereira, 2014), sendo possível admitir esta proveniência. Está bem representado no conjunto, com 26 fragmentos (11 NMI), equivalendo a 61% da amostragem.

Grupo de fabrico 2: Pasta branda de textura foliácea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: elementos negros e quartzos rolados. A cor da pasta apresenta-se amarelo avermelhado (Muns. 7.5 YR 7/6), com o cerne mais escuro de tom cinzento (Muns. 2.5 Y 6/2). A superfície exterior não evidencia qualquer vestígio de revestimento.

Este grupo encontra-se atestado por um único exemplar, o fragmento MMVFX 17400, correspondendo a um disco de uma lucerna do tipo Dressel 4, conhecidas na literatura da especialidade como “*Vogelkopflampen*”. Ressalve-se que esta lucerna é particularmente importante para a definição da sequência cronológica de Monte dos Castelinhos, como adiante se verá. As suas características macroscópicas levam-nos a colocar a hipótese de uma proveniência centro itálica, tendo em conta as similitudes com os exemplares descritos (Pavolini, 1981; Morillo Cérdan, 1996). Ainda que tenhamos bem presente que esta morfologia foi alvo de produção local no território peninsular, como no já citado estabelecimento de Herrera de Pisuerga, Palência (Morillo Cerdán, 1993), entre outros (Morillo Cérdan, 1996, p. 106).

Grupo de fabrico 3: Pasta calcária, polvorenta, branda e homogénea. Bem depurada com escassos elementos não plásticos não visíveis a olho nu. Identificam-se: escassas micas brancas, elementos ferruginosos e areias de quartzo. A cor da pasta apresenta-se de tom bege (Muns. 2.5 Y 8/4). Superfície externa encontra-se revestida de um engobe

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de tom negro mal preservado (Muns. 2.5 Y 3/3) ou de tom avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/8).

Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções da área do Sudoeste da *Ulterior*, possivelmente da área da baía de Cádiz ou do baixo vale do Guadalquivir (Pereira, 2014, p. 10-15). Ainda que não se encontre bem documentada a produção *lychnológica* de modelos romano republicanos para esta região. O fabrico de Lucernas tardo-republicanos está atestado em Córdoba (Ricci G; Dressel 3) (Amaré, 1988-89), mas também em Cádiz (Dressel 2), onde se encontrou um molde (López de la Orden, 2001, recentemente revisto e valorizado em Bernal Casasola *et al.*, 2010). Por último, foram atestados recentemente no Monte Molião, Lagos, exemplares classificados como da forma Dressel/Lamboglia 3 com proveniência da área de Cádiz (Pereira e Arruda, 2016, p.160). Por último, ainda que sejam de cronologias do principado, importa ter presente a recente e inusitada descoberta da área de Sevilha, documentando uma expressiva produção de lucernas na *Plaza de la Encarnación*, e que permite sublinhar o nosso profundo desconhecimento das geografias de produção do mundo das lucernas (Vásquez Paz, 2012).

Este grupo está escassamente representado na amostragem de Monte dos Castelinhos com 4 fragmentos (3 NMI), o que corresponde a 17% do total.

Grupo de fabrico 4: Pasta de matriz não-calcária, áspera. Depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: quartzos arredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída. A cor da pasta varia entre o tom castanho, o castanho avermelhado (Muns.2.5 YR 6/6) e o castanho (Muns. 5 YR 6/4). A superfície externa, do tom da pasta, encontra-se apenas alisada.

As características deste fabrico, a sua comparação com as produções cerâmicas de Monte dos Castelinhos, assim como o conhecimento da cultura material do baixo Tejo, levam-nos a propor estarmos perante uma produção de cariz local ou regional que imita as produções itálicas. A sua descrição é assaz similar à do Grupo de fabrico 6, que descrevemos para o conjunto de cerâmica de paredes finas do Monte dos Castelinhos.

Ainda que pouco expressiva do ponto de vista quantitativo, 4 exemplares (4 NMI), o que equivale a 21% da amostragem, é reveladora a sua presença e insere-se no mundo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

das produções locais imitando as novas morfologias do mundo romano que já se encontra atestado na Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Fabião, 1998a, p. 464) e em Santarém, onde foi detetada uma provável produção de lucernas de tradição Helenística da forma H de Ricci com uma pasta que indica igualmente uma proveniência local/regional (Pereira, 2008, p. 40).

No que diz respeito à classificação dos materiais, suportamo-nos na tipologia de Marina Ricci (Ricci, 1973) e nos diversos trabalhos de Carlo Pavolini (Pavolini, 1981, 1987 e 1994), que explanam as duas grandes influências de morfologia do mundo das lucernas que convergem nesta época, os exemplares de tradição helenística a par dos tipos tardo-republicanos de tipologia já romana. Henrich Dressel definiu de forma atenta nos primeiros 4 números da sua tabela *Lucernae formae*, inserida no volume XV do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Dressel, 1899), os exemplares mais antigos tipicamente romanos. Tendo esta tipologia, revista por Nino Lamboglia (Lamboglia e Béltran, 1952), amparando-se nos novos dados estratigráficos. Teremos igualmente em conta os novos dados que permitem uma maior precisão cronológico, baseada em escavações entretanto realizadas em diversos pontos do Mediterrâneo e em particular na Península Itálica (Olcese, 2012; Buora, 2017).

Fabrico	Forma	bico	margo	asa	reservatório	Fundo	N.º de Frag.	NMI	% NMI
Grupo 1	Dressel 2	6	2	1		1	10	6	32%
	Dressel 3		2				2	2	11%
	Dressel 3A		1				1	1	5%
	Indeterminado	2		5	4	2	13	2	11%
Total Grupo 1		8	5	6	4	3	26	11	58%
Grupo 2	Dressel 4		1				1	1	5%
Total Grupo 2			1				1	1	5%
Grupo 3	Dressel 2	2	1				3	2	11%
	Indeterminado			1			1	1	5%
Total Grupo 3		2	1	1			4	3	16%
Grupo 4	Lucerna aberta	1			1		2	2	11%
	Indeterminado			2			2	2	11%
Total Grupo 4		1		2	1		4	4	21%
Total		11	6	9	5	3	35	19	100%

Figura 37 – Quadro de análise do conjunto de lucernas romano republicanas de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Para uma abordagem quantitativa do conjunto, tendo em vista a apresentação dos dados com base na análise do número mínimo de indivíduos (NMI), temos que ter em conta que as lucernas não constituem o melhor tipo de materiais arqueológicos para a obtenção de conclusões dessa natureza (Pereira, 2008, p. 32). Tendo em conta o protocolo estabelecido na mesa redonda de Mont Beauvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998), devemos reger-nos para esse fim por uma das partes constituintes da peça analisada, quer no seu contexto (unidade estratigráfica), quer no grupo de fabrico em que se insere.

Os exemplares MC 2749 e MC 12097, Estampa 16, n.º 245 e n.º 246, correspondem a um bico de lucerna e um reservatório com arranque de bico que coloca alguns problemas ao nível da sua interpretação. Trata-se de um bico curto e arredondado com evidentes vestígios de fogo pela sua utilização. A análise do fragmento permite identificar o arranque do reservatório evidenciando um perfil arredondado que foge ao perfil usual dos corpos das lucernas desta época. A hipótese interpretativa que se nos afigura mais plausível é o de podermos estar perante um fragmento de uma lucerna aberta de tradição helenística.

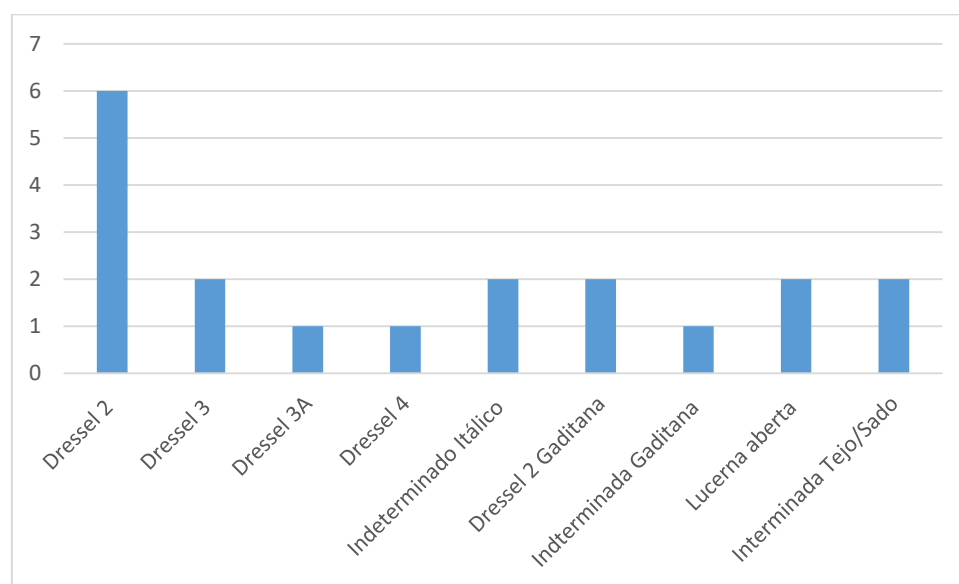


Figura 38 – Gráfico do conjunto de lucernas de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Esta tipologia de lucernas, encontra a sua origem nos protótipos do mundo grego, tendo estas sido introduzidos na Península Ibérica durante a Idade do Ferro (século VI - V a.C.). Contudo, importa sublinhar que a sua presença nos contextos sidéricos no atual território português é assaz escassa (Fabião, 1998a p. 427). A sua difusão alcança alguma expressão a nível do território peninsular com a sua inclusão no âmbito do repertório das produções de tipo Kuass (forma *Niveau XVI* – Niveau de Villedary, 2003, p. 88-91), sendo interpretada como uma simbiose entre as lucernas abertas de tradição fenícia e elementos do mundo helenístico. Apesar dessa difusão, para o território português, é interessante constatar que o único exemplar de tipo Kuass conhecido desta forma (*Niveau XVI*) tenha sido recolhido justamente em níveis de cronologia romano-republicana no Ocidente Algarvio, em Monte Molião (Sousa e Arruda, 2013, p. 653).

Os exemplares de Monte dos Castelinhos, face ao tipo de fabrico, Grupo 4, e à ausência de qualquer vestígio de engobe, afastam-se dessas produções meridionais, que como acima vimos se encontram representadas no sítio e permitem a sua integração no grupo das produções de âmbito local/regional.

Um exemplar deste tipo foi identificado na Cabeça de Vaiamonte, Monforte, igualmente de produção local/regional (Fabião, 1998a, p. 429; Pereira, 2018, p. 103-104). Ainda que neste sítio não seja clara a cronologia da lucerna em questão, a sua presença foi pertinentemente valorizada, pelos autores que se dedicaram ao estudo desta emblemática estação, pelo paralelo que esta lucerna tem com as identificadas no acampamento militar romano de Cáceres El Viejo (Fabião, 1998a, p. 429). De facto, entre o acervo das escavações aí desenvolvidas por Schulten estão representados cinco exemplares de lucernas deste tipo (Ulbert, 1984, Taf.42, n.º 496 a 500). Mais recentemente uma lucerna deste tipo foi recolhido num sítio com aparente conotação de índole militar na bacia do Guadiana, o Castelo das Juntas - Moura (Ramos, 2013, p. 224, figura 4. 133).

Do ponto de vista de produção, este tipo de lucernas é de fácil replicação visto que o depósito é fabricado ao torno, como se de uma tigela se tratasse, à qual é criado um orifício de passagem do canal e aplicado um bico para introdução do pavio (Pereira, 2018, p. 104). É o que podemos analisar pelo exemplar em apreço, onde é visível a ligação do bico ao corpo do reservatório.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ainda com este grupo de fabrico de provável produção regional, identificamos uma asa completa e um fragmento de reservatório com arranque de asa (Estampa 17, n.º 250 e 252). Contudo a classificação tipológica destes exemplares não é clara, podendo integrar-se em diversas morfologias das lucernas tardo republicanas.

A forma 2 de Dressel (Ricci-Dressel 2/Ponsich 1 B/Deneauve I) encontra-se documentada por 10 fragmentos com o grupo de fabrico 1 (6 NMI) (Estampa 16, n.º 237, 239, 240, 241, 243, 244, 247 e 248; Estampa 17, n.º 254) e 3 fragmentos com o grupo de fabrico 3 (2 NMI) (Estampa 15, n.º 236, Estampa 16, n.º 238 e 242). Esta característica lucerna individualiza-se pelo seu corpo bicónico e pela presença de uma aleta lateral. A principal característica desta forma consiste na presença de decoração em relevo, na parte superior e inferior do corpo, que se traduz em pequenos óvulos. Estes são delimitados na parte superior do reservatório por uma moldura concêntrica em torno do orifício de alimentação. O bico é amplo, prolongando-se para os lados usualmente chamado bico em forma de bigorna. A base é circular, denotando, regra geral, a presença de um pequeno pé, pouco acentuado. Evidencia uma asa, sendo esta de tendência anelar e denotando, na sua maioria, a presença de duas depressões ou molduras verticais (Pereira, 2008, p. 55-56).

Esta forma encontra-se bastante difundida no Mediterrâneo, tanto em sítios de habitat como em contextos de naufrágio, atestando assim a sua difusão (Ricci, 2002). Nomeadamente nos naufrágios de Madrague de Giens e Fos 2, datado do segundo quartel do século I a.C., o de Plane A, Planier 3, Dramont A, San Ferreol, datados já do terceiro quartel do século I a.C. e, finalmente, o naufrágio de Valle Ponti, datado de finais do século I a.C. e inícios do século seguinte (Ricci, 2002, p. 337-346). Tendo em conta as cronologias dos naufrágios no Mediterrâneo assim como nas estratigrafias do fórum de César em Roma e de *Albintimilium* propõe-se uma cronologia para esta Lucerna centrada no segundo e terceiro quartel do século I a.C. (Pavolini, 1994).

No território atual português deparamo-nos com a presença deste tipo: atestada por um exemplar em Mértola (Almeida, 1953, Lám. XXX, n.º 2); seis exemplares no Castelo da Lousa (Morais, 2010C, p. 175 n.º 1 a 6); na Cabeça de Vaíamonte (Fabião, 1998a, p. 434); por uns significativos 11 exemplares na alcáçova de Santarém (Pereira, 2008, p. 57); no sítio da Quinta da Portucheira, Torres Vedras, por um fragmento (Sepúlveda e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sousa, 2000 e 2001); no acampamento militar da Lomba do Canho, onde foram recolhidos três exemplares (Nunes *et al.*, 1990, fig. 3, 4 e 7) e por último em Conímbriga com quatro exemplares (Alarcão e Ponte, 1976, Planche XXIII, n.º 1 a 4).

Os exemplares de Dressel 2 de Monte dos Castelinhos de fabrico itálico (Grupo 1) encontram-se muito fragmentados, sendo apenas possível classificar de forma clara o exemplar, MC 2724 (Estampa 16, n.º 248), que evidencia a típica decoração desta morfologia. Os restantes fragmentos correspondem a bicos que face às suas características parecem-nos poder ser incluídos neste tipo (Estampa 16, n.º 237, 239, 240, 241, 243, 244 e 246)

O exemplar MC 2722 (Estampa 15, n.º 236) é particularmente relevante. O seu fabrico, Grupo 3, evidencia uma produção peninsular, possivelmente da área da baía gaditana. Esta peça merece ainda um breve comentário, pois evidencia a par da característica decoração em óvulos, uma moldura concêntrica em torno do orifício de alimentação muito pronunciada. A par deste exemplar, temos ainda dois bicos (Estampa 16, n.º 238 e 242) que podemos associar a exemplares da forma Dressel 2 e que confirmam esta produção meridional. Sublinhe-se que esta produção de exemplares de lucernas da forma Dressel 2 na área de Cádiz encontra-se comprovada pela publicação de um molde desta morfologia (López de la Orden, 2001).

A forma 3 de Dressel (Ricci-Dressel 3/ Walters 73-74/Ponsich IC/Deneauve III), encontra-se documentada por dois fragmentos do Grupo de fabrico 1 (Estampa 15, n.º 234, Estampa 16, n.º 249). As lucernas deste tipo caracterizam-se pela presença de duas aletas laterais bem evidenciadas. O bico termina de forma alargada nas extremidades laterais e a parte superior do reservatório é bastante ampla e côncava, podendo ter decoração, ainda que esta não seja muito usual. Apesar de esta forma apresentar as aletas que lhe são características, mostra também a presença de asa anelar, oposta ao bico (Pereira, 2008, p. 55-56).

Esta forma encontra-se documentada em diversos naufrágios no mediterrâneo, como o Madrague de Giens e o de Fos 2, datados do segundo quartel do século I a.C., no naufrágio de Titan datado de 50 a.C. e no naufrágio de Valle Ponti datado de finais do século I a.C., início do século seguinte (Ricci, 2002, p. 337-347). A cronologia proposta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

para esta forma encontra-se assim atestada pelos naufrágios referidos, assim como por diversas estratigrafias bem documentadas, sendo esta forma enquadrável no século I a.C., em particular no segundo e terceiro quartel do mesmo (Ricci, 1973).

No território atualmente português, atesta-se a presença desta morfologia no Castelo da Lousa, cinco exemplares (Morais, 2010C, p. 175 e 176 n.º 7 a 11); no Monte Molião, Lagos, representada por quatro exemplares (Pereira e Arruda, 2016); um no Castelinho dos Mouros, Castro Verde (Fabião, 1998a, p. 435); dois exemplares na Alcáçova de Santarém (Pereira, 2008, p. 59); um exemplar deste tipo no acampamento militar da Lomba do Canho (Nunes *et al.*, 1990, p. 78, n.º 8) e por último um fragmento em Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1976, Planche XXIII, n.º 10).

Os exemplares atribuídos à forma Dressel 3 merecem ainda um breve comentário. O Exemplar M.C. 11091 (Estampa 15, n.º 234) encontra-se bem preservado não evidenciando qualquer tipo ou vestígio de engobe. Já o pequeno fragmento M.C. 12028 (Estampa 16, n.º 249) correspondendo a parte superior do reservatório e arranque de uma aleta lateral apresenta um engobe negro espesso e aderente aproximando-se dos vernizes negros campanienses.

A forma de Lucerna Dressel 3A (Ricci-Dressel 3A) encontra-se documentada por um fragmento bem preservado (Estampa 15, n.º 235). Esta morfologia corresponde a uma variante da forma 3 de Dressel, individualizada por Ricci, tendo em conta a presença de volutas estilizadas entre a parte superior do reservatório e o bico (Ricci, 1973, p. 199). Apresenta um disco bastante amplo, tendo por vezes como é o caso de Castelinhos decoração, sendo esta delimitada por uma moldura radial. Este tipo face às suas características marca a transição dos protótipos tardo-republicanos para as peças imperiais, ou seja, para as lucernas de disco (Ricci, 1973, p. 2000). Na estratigrafia de *Albintimilum* esta forma foi recolhida em estratos datados de 90 a 30 a.C. (Ricci, 1973). Em contextos subaquáticos, exemplares desta forma foram recolhidos no naufrágio de Madrague de Giens e de Fos 2, com cronologias do segundo quartel do século I a.C. e no naufrágio Titan, de meados do mesmo século (Ricci, 2002). Com base nestes dados é atribuído uma cronologia deste tipo centrada na segunda metade do século I a.C. (Ricci, 2002).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No território português, atesta-se a presença desta morfologia na Alcáçova de Santarém, representada por três exemplares, infelizmente sem decoração preservada (Pereira, 2008, p. 59-60) e no Castelo da Lousa, onde se identificam dois exemplares, sendo um deles parte de um disco com decoração, sendo nesse caso interpretada como uma rosácea (Morais, 2010C, p. 176, Est. XVIII, n.º 12 e 13).

O exemplar MMVFX 17377 (Estampa 15, n.º 235 e figura 39) evidencia uma decoração em relevo, produzida a molde no disco. Esta corresponde a um motivo representando com pormenor um animal marinho, possivelmente um golfinho. Encontra-se com a cabeça virada para a zona da asa, sendo visível de cada lado as duas barbatanas e sobre o dorso uma barbatana dorsal. A sua superfície apesar de erodida permite ainda verificar que este exemplar era revestido por um engobe vermelho.



Figura 39 – Fotografia de uma Lucerna do tipo Dressel 3A. Com decoração de motivo marinho.

No Catálogo de Lucernas presentes na coleção da Real Academia de História de Madrid, Rodríguez Martín, publica um exemplar que classifica como Dressel 3-4,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Variante Walters 77, e que data da segunda metade do século I a.C. que evidencia semelhanças com o exemplar aqui em apreço (Rodríguez Martín, 2005, p. 22-23). Nomeadamente a nível da decoração no disco, evidenciando num dos lados a representação de um golfinho, similar ao representado no exemplar MMVFX 17377, e do outro lado a figura de um hipocampo. Segundo o autor, trata-se de uma forma evolucionada a partir do tipo Dressel 3, que perdeu as aletas laterais, e com a particularidade no exemplar que apresenta de não ter a representação das cabeças de ave características da Dressel 4, representadas no *rostrum*. Não conseguimos saber se estas características se encontravam igualmente no exemplar de Monte dos Castelinhos, visto este encontrar-se fragmentado precisamente na área do putativo arranque das aletas laterais e de não ter o *rostrum* preservado. Exemplos similares encontram-se presentes em Ampúrias em contextos do século I a.C. (Arxé I Galvéz, 1982). No catálogo da Academia da Universidade de Bonn, Hübinger publica um exemplar que evidencia semelhanças com a peça de Castelinhos (Hübinger, 1993, p. 65, lám. 13, n.º 109-110). No British Museum, encontramos igualmente um exemplar idêntico (Bailey, 1975, p. 343, Q. 724, lám 134).

Como já referimos, identifica-se no presente conjunto um fragmento com a característica decoração em cabeça de ave de uma lucerna do tipo Dressel 4, denominadas como “*Vogelkopflampen*”, de provável importação centro itálica (Estampa 17, n.º 258, figura 40). O exemplar em apreço é proveniente da Sondagem 4, tendo sido recolhido na unidade [126] do Ambiente 12. Correspondendo a um nível formado após o colapso e abandono dos níveis urbanísticos da Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

As lucernas do Tipo Dressel 4 constituem a última das formas republicanas e a que gozou de maior sucesso e difusão (Ricci, 1973, p. 200). A sua morfologia é definida pelas linhas elegantes do disco, sendo este carente de decoração, sobressaindo a estilização em forma de cabeça de ave na ligação ao bico. Possuem uma asa de anel e o fundo é circular e ao contrário dos exemplares da Forma 1, 2 e 3 é sempre plano (Ricci, 1973). A sua simplicidade morfológica e a utilização sistemática do molde na sua execução são responsáveis pelo seu sucesso e pela sua ampla difusão (Morillo Cérdan, 1996). Tendo em conta os dados da estratigrafia da *Albintimilium*, assim como dos acampamentos do *Limes* germânico como Haltern, Oberaden, Neuss e Lorenzberg, Ricci estabelece as margens cronológicas destas produções entre 20 a.C. e 10 d.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Ricci, 1973, p. 205). Novos dados cronológicos, recentemente revistos permitem precisar a sua cronologia, associando-a ao principado de Augusto, prolongando-se a sua circulação até finais do reinado de Tibério (Morillo Cérdan, 1996, p. 105). Esta proposta cronológica acaba por ser assaz interessante para o exemplar em apreço, visto que o mesmo foi recolhido associado a um nível que cobre os derrubes do muro perimetral que delimita o conjunto urbanístico da Sondagem 4. Ou seja, quando da formação deste estrato, estas construções já se encontrariam colapsadas. Por isso, a cronologia do principado de Augusto desta peça parece confirmar-se sendo um elemento cronologicamente relevante para o faseamento do sítio e em particular da sua fase de colapso/abandono.

As lucernas “*Vogelkopflampen*”, constituem nas palavras de Angel Morillo Cérdan “un índice romanizador e primer orden (...)” (Morillo Cérdan, 1996, p. 118). A sua vinculação com o mundo militar tem sido enfatizada e encontra-se bem testemunhada no caso do *limes* germânico e tem sido nos últimos anos sublinhada para o mundo do Noroeste peninsular (Morillo Cérdan, 1999).

No território português esta morfologia encontra-se escassamente atestada. Um exemplar na mina da Serra de Caveira, Grândola (Fabião, 1998a, p. 435); um exemplar no Museu de Beja (Almeida, 1952, Lám. XXX, n.º 8); dois exemplares de proveniência desconhecida no Museu Nacional de Arqueologia (Almeida, 1952, Lám. XXX, n.º 9 e 10); um exemplar em Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1976, Lám. XXVIII, n.º 102) e dois exemplares em Braga (Morais, 2005, p. 319).

O conjunto de lucernas de Monte dos Castelinhos merece ainda um comentário final que, de alguma forma, recupera muitas das observações que foram feitas ao longo do texto. As lucernas, apesar de muito fragmentadas, encontram-se bem atestadas, do ponto de vista tipológico, coexistem formas de tradição helenística com Lucernas Itálicas do tipo Dressel/Lamboglia 2, 3 e 4.

Importa reforçar a ideia que são escassos e pouco numerosos os conjuntos existentes de lucernas do período romano republicano (Pereira, 2014), ver quadro da figura 41. Sendo claro que estes artefactos de iluminação chegam ao extremo ocidente peninsular no âmbito do circuito que transporta e distribui outras exportações romanas, não tendo,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

porém, “(...) uma aceitação/generalização comparável à das campanienses, “paredes finas”, ou mesmo à própria baixela metálica.” (Fabião, 1998a, p. 438). Os dados com que podemos trabalhar indicam de forma contundente que a difusão desta nova forma de iluminação entre as comunidades indígenas foi lenta e tardia (Nunes, Fabião e Guerra, 1990). Tendo presente esta leitura e geografia de difusão destes singulares artefactos os 18 NMI de lucernas, recolhidos em Monte dos Castelinhos em contextos estratigráficos bem definidos ganham outro valor. Nomeadamente pelo seu significado cultural, mas igualmente pelo seu elemento de contributo para a aferição cronológica do faseamento do sítio.



Figura 40 – Fotografia de uma Lucerna do Tipo Dressel 4, “Vogelkopflampen”.

Do ponto de vista da análise estratigráfica do conjunto de lucernas tardo-republicano recolhido em Monte dos Castelinhos, estes recipientes encontram-se apenas documentadas para os níveis de abandono/destruição da Fase 2. Sendo clara a sua presença no interior dos compartimentos, onde assegurariam a sua iluminação. Qual a razão da sua ausência nos níveis da Fase 1 não é claro. Ainda que possamos ter em conta que estes artefactos pela sua raridade deveriam ser valorizados e assim quando da remodelação urbanística estes teriam sido devidamente resguardados. Como iremos ver

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

o mesmo se verifica em relação aos artefactos da baixela metálica e mesmo ao armamento.

Estamos assim, perante um conjunto coerente de lucernas, com uma cronologia centrada em meados da segunda metade do século I a.C., dado cronológico reforçado pela presença de um exemplar de Dressel/Ricci 3A com decoração no disco que remete para momentos avançados, possivelmente do terceiro quartel do século I a.C. O limite superior da data de abandono do conjunto urbanístico da Fase 2, é sublinhado pela presença num estrato que se forma sobre os seus derrubes e onde se recolheu um fragmento de bixo de Dressel 4, “Vogelkopflampen” que sustenta uma cronologia do principado de Augusto, para a sua formação, devendo nesta fase o conjunto já estar completamente abandonado.

Destaca-se nesta amostragem a presença de exemplares itálicos da forma Dressel/Lamboglia 2 e 3. Como elemento de pertinência cronológica para enquadramento do conjunto nomeadamente das lucernas de importação itálica, é relevante ter em conta os seus revestimentos/vernizes. Estes apesar de chegarem até nós em fraca condição revelam que nos deparamos com uma lucerna revestida com verniz negro, contudo a restante maioria do conjunto evidencia vestígios de verniz vermelho. De facto, até meados do século I a.C. existia uma predominância dos vernizes negros ou cinzentos nos conjuntos *lychnológicos*, ocorrendo a mudança de gostos para os vernizes vermelhos precisamente ao longo da segunda metade do século I a.C. (Buora, 2017). Elemento eloquente desta alteração de gostos é a comparação dos conjuntos dos acampamentos de *Numantia* (Romero Carnicero, 1989) com o da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1990) ou mesmo com os exemplares de Santarém (Pereira, 2008).

Na actual análise é de destacar a presença de exemplares da forma Dressel/Lamboglia 2 de provável produção da área da baía gaditana. Sendo mais um dado a reforçar a forte ligação do Monte dos Castelinhos com a área do Sul peninsular de onde como veremos era abastecido de forma regular de produtos alimentares envasados em ânforas, mas igualmente de cerâmica comum.

Por último, temos que reforçar a questão da provável produção local/regional de Lucernas, com dois exemplares atribuído ao tipo de Lucernas abertas e duas asas de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

mais difícil enquadramento. A análise do seu fabrico aponta para uma produção similar à já detetada quando da análise dos conjuntos de paredes finas, para a qual foi igualmente proposto a imitação de formas itálicas. Teríamos assim no baixo Tejo, um centro produtor a funcionar onde se imitariam as produções de lucernas e de paredes finas itálicas?

Tipos de Lucernas	Castelo da Lousa	Monte Molião	Cáceres el Viejo	Cabeça de Vaiamonte	Monte dos Castelinhos	Alcáçova de Santarém	Lomba do Canho
Ricci D/G				1			
Ricci E			1	1		2	
Ricci F			1	1			
Ricci G			4	2			
Ricci H			20	1 ou 2		1	2
Luc. Abertas			5	1	2		
Dr./Lam. 1						1	
Dressel /Ricci 1B		1				1	
Dr./Ricci 2A	6			1	8	11	3 ou 5
Dr./Lam. 2						11	
Dressel/Ricci 2/3						2	
Dr. Lamb. 3	5	5			2	3	1
Dressel/Ricci 3A	2	1			1	3	
Dr. Lamb. 4	1(?)				1		
Outras		1	1	2	5		5
Total	14	8	32	10 ou 11	19	35	11 ou 13

Figura 41 – Quadro comparativo dos principais conjuntos de lucernas tardo republicanas do ocidente da *Uterior* Partindo do quadro elaborado por Carlos Fabião (1998a, p. 439), mas alargando-se a novos conjuntos entretanto aparecidos. Castelo da Lousa (Morais, 2010C); Monte Molião (Pereira e Arruda, 2016 e Pereira, 2008); Cáceres el Viejo (*apud* Fabião 1998a); Cabeça Vaiamonte (Fabião, 1998a e Pereira, 2018); Alcáçova de Santarém (Pereira, 2008 e 2014); Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1990).

Esta leitura vem ao encontro dos dados do estudo do conjunto *lychnológico* da alcáçova de Santarém (Pereira, 2008, p. 40). Onde foi detetada uma provável produção de Lucernas de tradição Helenística da forma H de Ricci com uma pasta que indica

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

igualmente uma proveniência local/regional (Pereira, 2008, p. 40). Esta questão já tinha sido levantada quando da análise do estudo do conjunto de lucernas da Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Fabião, 1998a, p. 464), onde foi identificado uma produção regional com as típicas pastas graníticas da região.

Da análise comparativa do conjunto de lucernas de Monte dos Castelinhos com os principais conjuntos recolhidos no ocidente da província da *Ulterior* destaca-se a similitude do conjunto com os dados do Castelo da Lousa e Alcáçova de Santarém e de alguma forma mesmo da Lomba do Canho. Conjuntos centrados em cronologia do século I a.C., nomeadamente de meados a segunda metade do século I a.C. E afasta-se claramente, pela pouca representatividade dos exemplares das formas de tradição helenística dos conjuntos de Cáceres el Viejo e Cabeça de Vaiamonte, de cronologia mais recuadas centradas nas décadas de 80 a 70 a.C.

8.3. ÂNFORAS

(...) como consecuencia del enfrentamiento entre César y Pompeyo. (...) Se inicia así una nueva forma de lucha política, quien controle el vientre de Roma, será su dueño.

(Remesal Rodriguez, 2005, p. 468)

As ânforas são uma categoria cerâmica que se tem vindo a valorizar crescentemente como um dos mais valiosos documentos de análise para a história da economia antiga (Fabião, 1989). O seu papel enquanto contentores concebidos especificamente para o transporte de produtos alimentares por via marítima permite através do seu estudo discernir dinâmicas comerciais e relações interprovinciais na antiguidade clássica. Sendo importantes indicadores de trocas comerciais, a sua análise comparativa permite igualmente perceber os ritmos de abastecimento e de consumo de determinados produtos, assim como vislumbrar as dietas alimentares das comunidades humanas de determinado estabelecimento (Almeida, 2008).

O avanço do estudo das produções anfóricas nas últimas décadas permite em muitos dos casos aferir o conteúdo que determinado contentor transportou. Mas igualmente, através da análise do recipiente cerâmico, alcançar sua procedência no espaço do mundo antigo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

assim como a sua cronologia. Ou seja, o objeto ânfora é um testemunho praticamente indestrutível, que nos abre as portas ao estudo da análise da história económica, permitindo aceder simultaneamente a três fontes de conhecimento: o tempo em que determinada ânfora circulou, o espaço de onde é originária, assim como almejar a perceção do comércio em que se inseriu o produto alimentar que este recipiente cerâmico serviu para transportar.

A perceção da relevância das ânforas, para o estudo das dinâmicas de conquista e da aquisição dos novos hábitos de consumo e alterações económico-sociais tem vindo a cimentar uma especial atenção nos estudos desta categoria cerâmica e um proliferar de análises de cariz monográfico no território atual português: é o caso dos conjuntos de *Bracara Augusta* (Morais, 2005); *Aeminium* (Carvalho, 1998, Carvalho 2002; Silva, 2015; Silva *et al.*, 2015); *Conímbriga* (Alarcão, 1976; Buraca, 2005, 2016); Lomba do Canho (Fabião, 1989); *Civitas Igaeditanorum* (Banha, 2006); *Scallabis* (Arruda, Viegas e Bargão, 2005 e 2006; Almeida, 2008; Bargão, 2006); Alto dos Cacos (Almeida e Pimenta, 2018); *Olisipo* (Pimenta, 2005, 2007; Filipe, 2008, 2019); Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2019); *Salacia* (Silva *et al.*, 1980-1981; Pimenta *et al.*, 2006; Pimenta *et al.*, 2015); Setúbal (Coelho-Soares e Silva, 1978; Silva e Coelho-Soares, 1980-1981 e 2014; Silva, 1996 e 2018); Tróia (Diogo e Trindade, 1998; Diogo e Paixão, 2001; Almeida *et al.*, 2014a e 2014b); Ilha do Pessegueiro (Silva e Soares, 1993); Sines (Silva e Coelho-Soares, 2006); do Castelo Velho de Santiago do Cacém, (*Mirobriga?*) (Diogo, 1999a, Quaresma, 2012); Mesas do Castelinho (Parreira, 2009); S. Cucufate (Alarcão *et al.*, 1990; Mayet e Schmitt, 1997; Pinto e Lopes, 2006); Monte Molião (Viegas e Arruda, 2013; Arruda e Viegas, 2016, Arruda e Sousa, 2013), *Ossonoba* (Viegas, 2011); *Balsa*, (Viegas, 2011); *Baesuris* (Arruda *et al.*, 2006b; Viegas, 2011); Mértola (Fabião, 1987; Palma, 2009) e Castelo da Lousa (Morais, 2010a).

O Conjunto de ânforas recolhido em Monte dos Castelinhos é assaz volumoso ascendendo a várias dezenas de milhares de fragmentos. Esta preponderância do elemento ânfora sublinhe-se foi logo reconhecida nos primeiros trabalhos de prospeções aqui realizados nos anos oitenta do século passado, sendo numerosos os fragmentos então recolhidos (Pimenta, Mendes e Norton, 2008).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Do ponto de vista de classificação dos tipos de ânfora presentes, optou-se por seguir as tabelas tipológicas que se consideraram mais operativas e que mais recorrentemente são utilizadas pela comunidade científica, tendo em conta os avanços da investigação. Nos dias de hoje, cada vez mais, os centros de investigação científica encontram proveito nas vantagens das novas tecnologias e em concreto na internet. A nível internacional importa destacar o catálogo *Roman Amphorae a digital resource* (https://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005), realizado pela Universidade de Southampton, que apresenta uma tipologia geral das ânforas romanas e que permite de uma forma intuitiva, a não iniciados, entrar no complexo mundo tipológico destes contentores cerâmicos. Para o território peninsular, os recentes avanços na sistematização das áreas produtivas encontra-se plasmado na página do projeto *Amphorae ex Hispania* (<http://amphorae.icac.cat/>), com a participação de diversos investigadores tanto espanhóis como portugueses. Este trabalho beneficiou e foi assaz impulsionado pela recente síntese e avanço na classificação e sistematização dos modelos anfóricos da província da *Ulerior*. Nomeadamente: das produções precoces da *Ulerior*/Lusitânia (Morais, 2003; Moraes e Fabião, 2007; Moraes e Filipe, 2016; Almeida e Fabião, 2019). Das produções de morfologia ovoide do vale do Guadalquivir (Fabião, 1989, 2000b; Almeida, 2008; García Vargas, 2012; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011, 2019). Assim como da área costeira da *Ulerior*/Bética (García Vargas, 1998; 2001; García Vargas *et al.*, 2019; García Vargas e Saéz Romero, 2019).

Do ponto de vista do enquadramento das produções presentes, efetuou-se uma análise macroscópica das pastas, com vista à definição de grupos de fabrico que auxiliassem na determinação dos tipos de ânfora presentes bem como da sua proveniência. A nossa intenção inicial de prosseguir com a caracterização química e mineralógica dos grupos assim definidos para uma clara compreensão das suas técnicas de fabrico e áreas de proveniência esbarrou com limitações de ordem prática, que limitam de momento o nosso discurso, sobre as proveniências exatas dos contentores documentados. Optou-se assim, por distinguir os grupos de fabricos por macro regiões, tendo em conta o estado da arte sobre os seus centros produtores, atribuindo-se a áreas concretas de produção, como acontece, por exemplo, com as produções lusitanas (Tejo/Sado ou Peniche) e béticas (vale do Guadalquivir, costa ocidental e costa oriental), outros há em que se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

optou por definições mais genéricas e que se referem a áreas geográficas mais alargadas, como é o caso dos exemplares da Península Itálica (Costa Tirrénica ou Adriática).

De entre os milhares de elementos que se inserem dentro deste tipo característico de contentor, o número de fragmentos que possibilita, um enquadramento a nível tipológico e assim uma classificação, correspondem a 2120, equivalendo a um NMI de 1010 indivíduos, ver figura 42. Convertendo assim este volume de informação, numa das mais significativas amostragens, em termos numéricos e estatísticos, devidamente contextualizados, existente para o território atual português. Sendo um conjunto de alta fiabilidade estatística, tendo em conta os princípios definidos por Molina Vidal (Molina Vidal, 1997, p. 41).

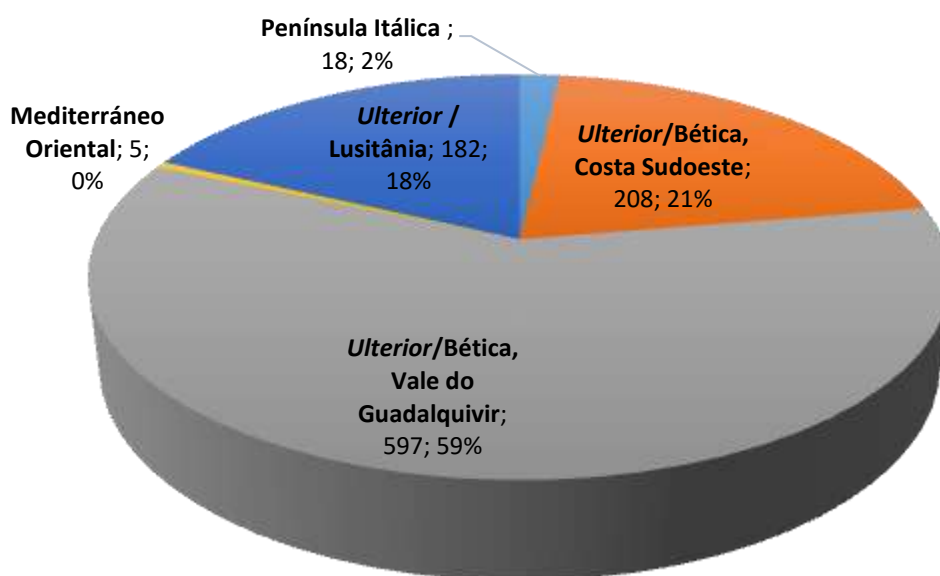


Figura 42 – Gráfico de síntese da totalidade das ânforas presentes em Monte dos Castelinhos - Campanhas de 2008 a 2019.

Esta extensa amostragem incorpora a totalidade do conjunto de ânforas recolhidas no sítio, quer decorrente dos trabalhos de prospeção, quer de escavação, correspondendo às campanhas anuais de 2008 a 2019. Engloba assim distintos âmbitos urbanísticos e estratigráficos, coincidentes com a diacronia do sítio, abarcando as duas fases tardo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

republicanos com um claro fácies militar e os já extensos níveis do principado, de características urbanas detetados na Sondagem 8 (Pimenta e Mendes, 2018). Da análise global do conjunto, ressalta o franco domínio das importações de produtos alimentares provenientes do território da vizinha província da *Ulerior/Baetica*, nomeadamente da área da baía gaditana/costa Sudoeste equivalendo a 26% e do vale do Guadalquivir correspondendo a 54%. Esta forte relação interprovincial será uma constante que se mantém ao longo da diacronia do sítio e que denota uma forte ligação do baixo Tejo com o Sul peninsular, equivalendo a 80% da totalidade dos contentores.

Tendo presente o objetivo e enquadramento deste trabalho, a par do estado da arte sobre a investigação dos primeiros momentos de produção anfórica da província da *Ulerior*, optámos no presente trabalho por restringir a nossa análise do conjunto de importações de ânforas aos materiais de cronologia romana republicana. Deixa-se assim, para futuros trabalhos o estudo circunstanciado do restante conjunto inserido em cronologias do principado, enquadrados entre Augusto e Nero. Tivemos já oportunidade de apresentar e publicar dois trabalhos sobre o conjunto de ânforas romano republicanas do sítio. Nomeadamente sobre as primeiras produções lusitanas, intitulado, “Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira”, apresentado em 18 de Fevereiro de 2010 no Seixal, no Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana, (Pimenta, 2017). E sobre as importações do vale do Guadalquivir e da área costeira da baía gaditana, com o título “As ânforas da *Ulerior/Bética* do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal”, apresentado na Universidade de Sevilha em dezembro de 2019 no Congresso Internacional de Arqueologia *Ex Baetica Amphorae II* - Universidade de Sevilha, (Pimenta, no prelo). Estes trabalhos são aqui parcialmente retomados, ainda que revistos e ampliados com novas leituras e novos materiais.

Na tabela da figura 43, apresentamos a síntese da totalidade de fragmentos de ânforas republicanas recolhidas em Monte dos Castelinhos e que permitem uma classificação e enquadramento tipológico. Correspondem a 1335 fragmentos, que permitem reconstituir um NMI de 633. O que, ainda assim, patenteia alta confiança estatística (Molina Vidal, 1997, p. 41). Por uma questão de método, optamos por apresentar os dados das ânforas, por contextos bem definidos, quer do ponto de vista estratigráfico quer arquitetónico, inserindo-os assim no faseamento do sítio. Tenta-se com esta abordagem afinar os

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ritmos de aquisição dos Castelinhos e tentar entender as eventuais distintas dinâmicas existentes entre ambas as fases. Para uma melhor percepção da totalidade das ânforas de cronologia republicana que chegaram aos Castelinhos, apresenta-se igualmente uma abordagem conjunta do material, aduzindo aos dados enquadrados em estratigrafia os restantes materiais que identificamos fora de contexto e que assim são valorizados. Ver Anexo 3, Estampa 18 a 46 e Anexo 5, Catálogo 7 e 8.

Destaca-se nesta análise as principais linhas aquisitivas de Monte dos Castelinhos. Sobressai a relevância da importação/abastecimento de produtos alimentares em ânforas dos territórios peninsulares, nomeadamente da província da *Ulterior*. Existindo uma primazia dos tipos do Vale do Guadalquivir e da costa Sudoeste, nomeadamente da área costeira da baía de Cádiz. O estudo e a posterior quantificação do conjunto permitiram contabilizar 924 fragmentos, correspondentes a 444 NMI, o que representa 79,5% do total do conjunto. As ânforas com estas proveniências repartem-se de forma desigual no conjunto, entre os 44,7% do Vale do Guadalquivir e os 25,4% da área costeira da baía de Cádiz.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Procedência	Tipo	Bordo	Asa	Colo	Fundo	Nº Frag.	% Frag.	NMI	% NMI	% Reg.
Península Itálica	Dressel 1	4	7	7	10	28	2,1%	10	1,6%	63%
	Brindisi		1			1	0,07%	1	0,2%	6%
	Lamboglia 2	5	1	1	2	9	0,7%	5	0,8%	31%
	Total	9	9	8		32	2,4%	16	2,5%	100%
Ulterior/Bética Costa Sudoeste	T-7.4.3.3.	6	1		7	14	1,0%	7	1,1%	4%
	Dressel 1 C	1				1	0,1%	1	0,2%	1%
	Ovoide gaditana	77	51	5	7	140	10,5%	77	12,2%	48%
	Ovoide 1 gaditana	25	3	3		31	2,3%	25	3,9%	16%
	Dressel 12	3				3	0,2%	3	0,5%	2%
	Dressel 7-11	24	6	2	6	38	2,8%	24	3,8%	15%
	Indeterminado		108	14	24	146	10,9%	24	3,8%	15%
	Total	136	169	24	44	373	27,9%	161	25,4%	100%
Ulterior / Bética Vale do Guadalquivir	Mañá C2b	1				1	0,07%	1	0,2%	0,4%
	Dressel 1	5				5	0,4%	5	0,8%	1,8%
	Ovoide 1	47	19	11		77	5,8%	47	7,4%	17%
	Ovoide 2	3				3	0,2%	3	0,5%	1%
	Ovoide 3	3				3	0,2%	3	0,5%	1%
	Ovoide 4	107	10			117	8,8%	107	16,9%	38%
	Ovoide 5	13				13	1,0%	13	2,1%	5%
	Ovoide 6	47	9		2	58	4,3%	47	7,4%	17%
	Ovoide 9	1				1	0,1%	1	0,2%	0,4%
	Halter 70	18	6	8	29		0,0%	18	2,8%	6%
	Indeterminado	3	224	8	38	273	20,4%	38	6,0%	13%
	Total	248	268	27	69	551	41,3%	283	44,7%	100%
Total Ulterior/Bética	Total	384	437	51	113	924	78,1%	444	79,5%	
Ulterior / Lusitânia, Tejo/Sado	Tip. pré-romana	10	10			20	1,5%	10	1,6%	6%
	Lusitanas Antigas	78	9	3		90	6,7%	78	12,3%	45%
	Ovoide 1 Lusitana	54	80	2	20	156	11,7%	54	8,5%	31%
	Indeterminado		78	4	31	113	8,5%	31	4,9%	17,92%
	Total	142	177	9	51	379	28,4%	173	27,3%	100%
Total		530	498	64	132	1335	100%	633	100%	

Figura 43 – Quadro de síntese da totalidade das ânforas de cronologia romano republicana recolhidas em Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ANÁLISE QUANTITATIVA DAS ÂNFORAS POR FASES

Entre os inúmeros fragmentos recolhidos nos níveis associados à Fase 1 foi possível individualizar um número de 140 fragmentos de ânforas diagnosticáveis e passíveis de ser classificados, cuja análise e estudo resultou ser de 67 o NMI quantificado, ver quadro da figura 44.

Sobressai a relevância que tem a importação de ânforas provenientes dos diferentes âmbitos produtores da província da *Ulterior*, com uma preponderância dos tipos do Vale do Guadalquivir e da costa Sudoeste, nomeadamente da área costeira da baía de Cádiz. O estudo detalhado do conjunto permite contabilizar 106 fragmentos, correspondentes a 51 NMI, o que representa 76,1% do total do conjunto. As ânforas com estas proveniências repartem-se praticamente de forma equitativa no conjunto, entre os 40,3% do vale do Guadalquivir e os 35,8% da área costeira da baía de Cádiz (gráfico da figura 45).

A importação das típicas ânforas vinárias, produzidas na Península Itálica, da forma 1 de Dressel encontra-se associada aos primeiros momentos de contactos com o mundo romano e no caso dos territórios do extremo ocidente peninsular com os circuitos de abastecimento aos exércitos do final da república (Fabião, 1998a, Arruda e Almeida, 1999). No conjunto de ânforas da Fase 1 de Monte dos Castelinhos, foram identificados 4 fragmentos com esta proveniência e que correspondem a 1 NMI, representando uns escassos, 1,5% do total da amostra (figura 44 a 46). Corresponde a uma ânfora do tipo Dressel 1, nomeadamente na sua variante C, tida como mais recente com uma produção centrada no século I a.C. (Lamboglia, 1955), Estampa 19, n.º 259 a 261. A classificação tradicional da forma 1 de Dressel, elaborada por Nino Lamboglia (1955) e Fernand Benoit (1956), em três categorias (Dressel 1A, Dressel 1B e Dressel 1C), tem vindo a ser amplamente discutida (Tchernia, 1989, p. 312-320), mas continua, porém, a ser utilizada à falta de uma solução mais eficaz. Esta subdivisão foi elaborada a partir da análise de ânforas completas provenientes de naufrágios do mediterrâneo, privilegiando a análise dos bordos em particular a sua altura e inclinação. Uma das premissas da discussão concernente à tripartição tradicional desta forma prende-se com o valor cronológico tradicionalmente atribuído a cada uma das variantes. Este pressuposto está longe de comprovado nas suas diversas aceções, como as escavações em Lyon têm

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vindo a confirmar (Mandy *et al.*, 1987/88), com o estudo de contextos fechados em que a contemporaneidade de diferentes variantes formais não é compatível com a proposta de Lamboglia (1955). Para o território peninsular, nomeadamente para outras latitudes melhor conhecidas e onde os contextos se encontram melhor definidos do ponto de vista de quadro de importação por fases, verifica-se em contextos bem datados associados à época do conflito sertoriano um claro retrocesso das ânforas Dressel 1 A e a um maior destaque das variantes B e C da forma 1 de Dressel (Ribera I Lacomba e Marín Jorda, 2005, p. 275). Ressalve-se que nos contextos associados ao conflito Sertoriano as ânforas itálicas encontram-se normalmente sempre bem atestadas, como por exemplo no sítio de La Loba (Benquet e Olmer, 2002), Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984) ou Libisosa (Uroz Rodríguez e Uroz Sáez, 2014).

Esta escassa representatividade dos contentores itálicos é de difícil explicação face à representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no Vale do Tejo, com o seu máximo expoente em sítios como Lisboa (Pimenta, 2005; Filipe, 2019); Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes, 2008 e 2013c; Pimenta, *et al.*, 2014); Chões de Alpompé (Fabião, 1989; Diogo e Trindade, 1993-94; Pimenta e Arruda, 2014) e Santarém (Bargão, 2006). Mas igualmente na zona centro, na área da bacia do Mondego, em Maiorca (Imperial, 2017); Santa Olaia (Silva, Almeida e Pereira, 2021); *Aeminium* (Carvalho, 1998); *Conimbriga* (Alarcão, 1976) e Lomba do Canho (Fabião, 1989). E mesmo mais a Norte como o recente caso atestado na zona da foz do Douro, no Castelo de Gaia (Carvalho e Ramos, 2020). No vale do Sado, em particular em Chibanes (Soares *et al.*, 2019), mas igualmente em *Salacia* (Pimenta, *et al.*, 2015). E no Sul do território português em particular em Mesas do Castelinho (Parreira, 2009), Monte Molião (Arruda, Sousa, 2013), Faro, Castro Marim (Viegas, 2011), Cerro do Cavaco (Candeias, 2015), Mértola (Fabião, 1987; Palma, 2009) e Mata Filhos (Luís, 2003b).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Procedência	Tipo	Bordo	Asa	Colo	Fundo	Nº Frag.	% Frag.	NM I	% NMI	% Reg.
Península Itálica	Dressel 1	1	1	1	1	4	2,9%	1	1,5%	100,0%
	Total	1	1	1		4	2,9%	1	1,5%	100%
Ulterior/Bética Costa Sudoeste	T-7.4.3.3.				3	3	2,1%	3	4,5%	13%
	Ovoide gaditana	15				15	10,7%	15	22,4%	63%
	Ovoide 1 gaditanas	4	1	1		6	4,3%	4	6,0%	17%
	Dressel 12	2			1	3	2,1%	2	3,0%	8%
	Indeterminado		19		3	22	15,7%			0%
	Total	4	20	1	7	49	35%	24	35,8%	100%
Ulterior / Bética Vale do Guadalquivir	Ovoide 1	4	5	2		11	7,9%	4	6,0%	14,8%
	Ovoide 3	1				1	0,7%	1	1,5%	3,7%
	Ovoide 4	16	1			17	12,1%	16	23,9%	59,3%
	Ovoide 6	6	4		2	12	8,6%	6	9,0%	22,2%
	Indeterminado		10		6	16	11,4%		0,0%	0,0%
	Total	27	20	2	8	57	40,7%	27	40,3%	100%
Total Ulterior/Bética	Total	31	47	3	15	106	75,7%	51	76,1%	
Ulterior / Lusitânia, Vale do Tejo/Sado	Tip. Pré-romana	5	1		1	7	5,0%	5	7,5%	33,3%
	Lusitanas Antigas	8	7		2	17	12,1%	8	11,9%	53,3%
	Ovoide 1 Lusitana	2	2	2		6	4,3%	2	3,0%	13,3%
	Total	15	10	2	3	30	21,4%	15	22,4%	100%
Total		47	51	6	18	140	100%	67	100%	

Figura 44 – Quadro de síntese das ânforas nos níveis estratigráficos associados à Fase 1 de Monte dos Castelinhos.

Uma explicação para esta parca representatividade pode talvez ser encontrada no enquadramento cronológico do sítio de Monte dos Castelinhos, cujo apogeu parece centrar-se na segunda metade do século I a.C. ou na natureza e especificidades dos abastecimentos aí realizados... voltarei mais à frente a esta questão.

A importação de produtos alimentares em ânforas procedentes da área do vale do Guadalquivir assume um papel de destaque nos abastecimentos de Monte dos Castelinhos, sendo sem dúvida um elemento eloquente desde a sua fundação. Na Fase 1 de Monte dos Castelinhos identificaram-se 57 fragmentos classificáveis, correspondendo a 27 indivíduos do total do NMI e a 41% dos contentores.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

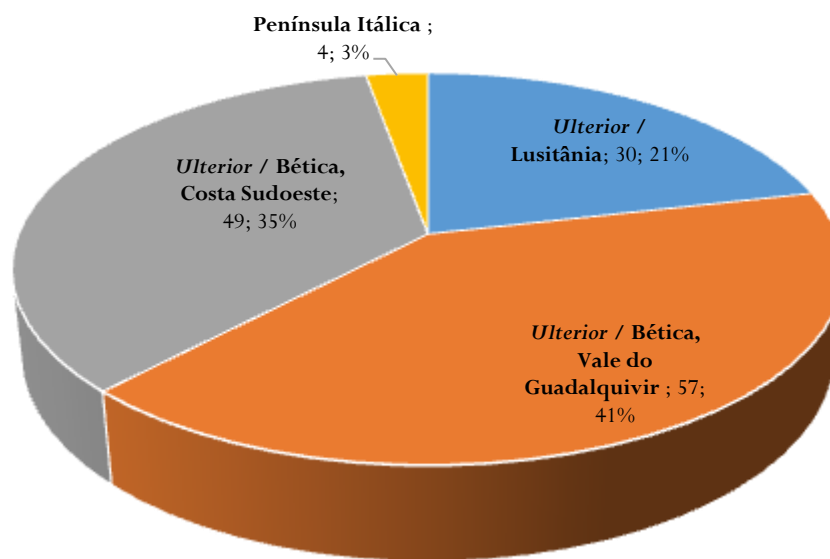


Figura 45 – Gráfico das áreas de proveniência das ânforas da Fase 1 de Castelinhos, tendo em conta o número de fragmentos.

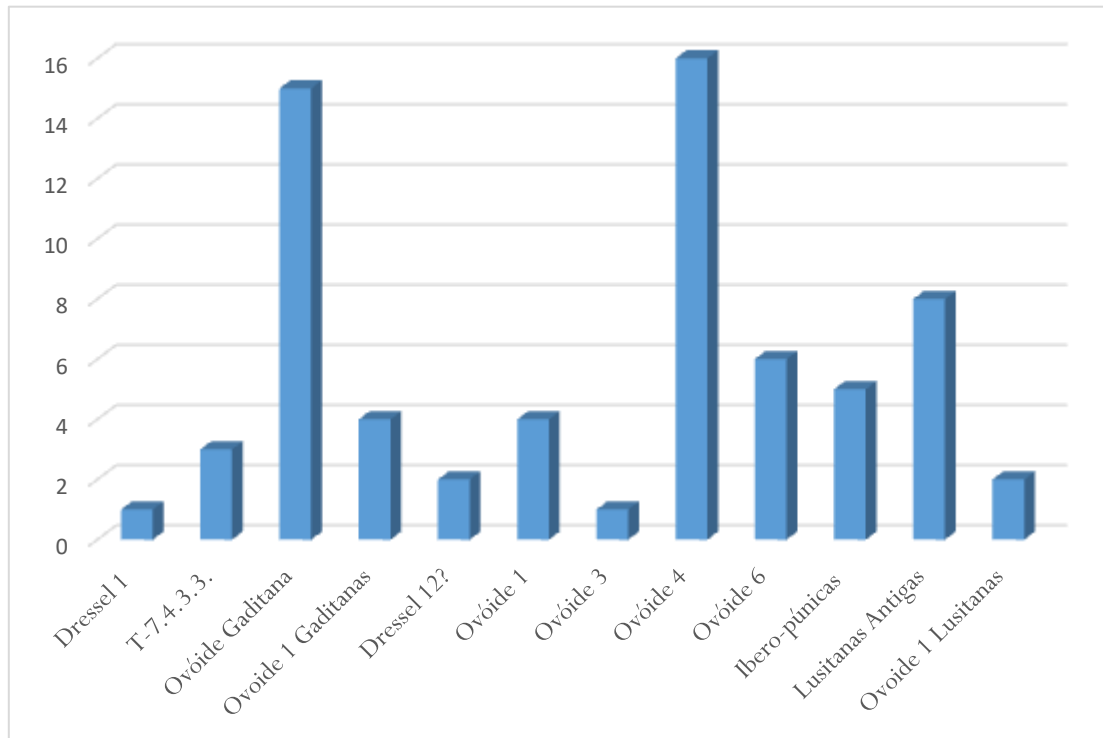


Figura 46 – Gráfico dos Tipos de ânforas presentes na Fase 1 de Monte dos Castelinhos por NMI.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nesta fase encontra-se atestada uma “família” particular de contentores: as ânforas ovóides do vale do Guadalquivir. Nos últimos anos o seu repertório tem vindo a ser progressivamente sistematizado e o seu estudo continuamente incrementado e atualizado (Fabião, 1989; Fabião, 2001a; Almeida, 2008, García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, 2019) e hoje, 30 anos passados desde a identificação da primeira morfologia, conhecem-se já 9 tipos, com diferentes graus de produção/comercialização, distinguindo-se um grupo com uma ampla exportação constatada arqueologicamente os modelos Ovoides 1, 4, 5, 6 e 7, e outro de formas menos conhecidas e de difusão menos operacionalizada, as Ovoides 2, 3, 8 e 9 (Almeida e Pimenta, 2018). Como iremos ver praticamente todas elas se encontram representadas no Monte dos Castelinhos (figura 47).

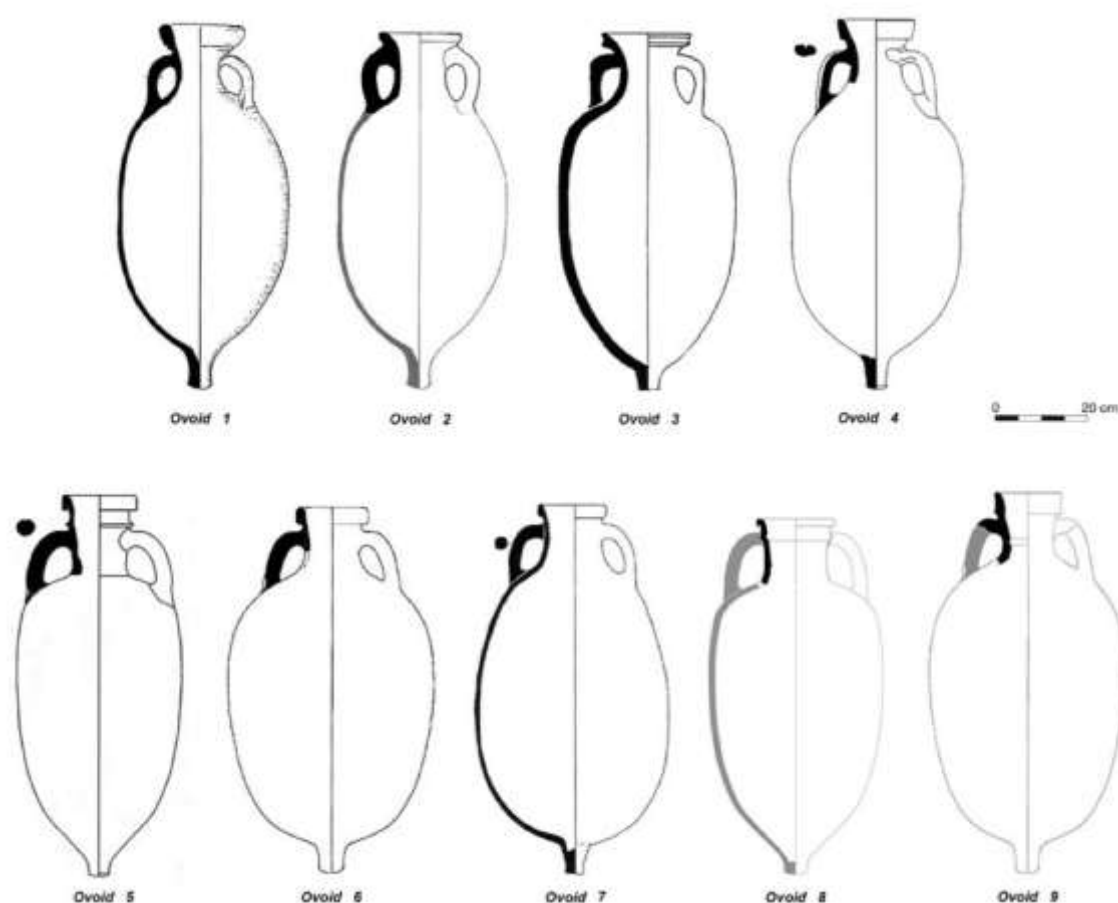


Figura 47 – Tipos de ânforas Ovoides produzidas no vale do Guadalquivir durante o século I a.C. (García Vargas; González Cesteros e Almeida, 2019, p. 100, fig. 22).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

As características ânforas Ovoide 1 estão representadas por quatro bocais, cinco asas e dois colos correspondendo a 4 NMI, equivalendo a 6% do conjunto e a 14,8% do total de ânforas importadas do Guadalquivir (Estampa 18, n.º 262 a 264). Nos níveis dos primeiros momentos de ocupação do sítio destaca-se a presença dos modelos atribuídos à denominada ânfora Ovoide 4, correspondendo a 23,9 % dos NMI e a 59,3% do total de ânforas do Guadalquivir presentes nesta fase. Com modelos como o MC 4480 (Estampa 18, n.º 265) assaz similar aos exemplares detetados no acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil, Illes Formigues 1 ou Cap Gros C (Fabião, 1989; Almeida, 2008; Garcia Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011, p. 220). De ressaltar igualmente a boa representatividade dos primeiros modelos oleícolas, denominados Ovoide 6 (García Vargas *et al.*, 2016c), identificados por 6 NMI (9% do conjunto e 22,2% dos contentores do Guadalquivir), encontrando-se alguns particularmente bem preservados (Estampa 19, n.º 272 e 273). Por último, identificou-se na escavação do Ambiente 26, sobre o pavimento de argila da primeira fase, um bocal de difícil enquadramento, MC 4422, que classificamos ainda que com reservas, tendo em conta o seu amplo diâmetro, dentro da forma Ovoide 3 (Almeida, 2008, p. 86 a 88), ver Estampa 18, n.º 271.

As ânforas da costa da *Ulterior*/Bética recuperadas nos níveis da Fase 1 de Monte dos Castelinhos permitem afirmar, tendo em conta a análise dos seus fabricos, que provêm todas da costa Sudoeste dessa província, em concreto da área da “Baía de Cádiz”. O seu número ascende a 49 fragmentos classificáveis, correspondendo a um NMI de 24 indivíduos, 35,8% do total do conjunto (figura 44 a 46).

Tendo em conta a morfologia das ânforas presentes, podemos afirmar que estamos perante contentores destinados essencialmente ao transporte de preparados piscícolas das inúmeras fábricas de Salga da baía gaditana (Garcia Vargas, 1998, García Vargas e Saéz Romero, 2019). Na análise do conjunto destacam-se duas particularidades que merecem ser debatidas:

A primeira, deriva da constatação da presença pouco expressiva dos característicos contentores Mañá C2b / T-7.4.3.2-7.4.3.3 (Rámon Torres, 1995), Estampa 19, n.º 282-283). Estão atestados apenas por 3 fragmentos de fundos correspondendo a 4,5 % do NMI. Esta leitura é algo perturbadora, e pode ter uma explicação de índole cronológica

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

e/ou de abastecimento, visto que detemos um registo claramente distinto no vale do Tejo para sítios como Chões de Alpompe (Pimenta e Arruda, 2014); Santarém (Arruda e Almeida, 1998) ou Lisboa (Pimenta, 2007; Filipe, 2019). Na alcáçova de Santarém, onde dispomos de dados contextuais mais consistentes, as ânforas Mañá C2b / T-7.4.3.2-T-7.4.3.3 são mesmo um dos tipos dominantes no registo arqueológico, sendo, segundo os autores que estudaram o sítio, o contentor por excelência destinado à comercialização dos preparados piscícolas aí recebidos durante o segundo e o terceiro quartéis do século I a.C., sendo que o volume de comercialização destas apenas é equiparável ao alcançado de perto pelo da importação das ânforas vinárias itálicas (Arruda e Almeida, 1998; Arruda, Viegas, 2014, p. 247-249). Esta leitura da pouca expressividade dos típicos contentores Mañá C2b foi igualmente registada no sítio de Alto dos Cacos, Almeirim, que apresenta uma cronologia idêntica a Monte dos Castelinhos, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (Almeida e Pimenta, 2018). É assim pertinente recordar os dados arqueológicos referentes à distribuição dos modelos anfóricos da segunda metade do século I a.C. da baía gaditana e que já levaram a sustentar a hipótese de existirem distintos mercados e canais de distribuição para as Dressel 1C e Mañá C2b / T-7.4.3.2-T-7.4.3. e para os modelos ovoides (García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011, p. 257-258; García Vargas e Saéz Romero, 2019, p. 113). Sublinhe-se que tal como as ânforas Mañá C2b / T-7.4.3.2-T-7.4.3.3 as Dressel 1C gaditanas se encontram escassamente atestadas. Encontrando-se representado apenas um fragmento de bocal desta forma recolhido à superfície de Monte dos Castelinhos em prospeções aqui realizadas nos anos oitenta do século passado (Pimenta, Mendes e Norton, 2008, p. 31, n.º 15).

A segunda particularidade é a presença maioritária de fragmentos com características formais atribuíveis e relacionadas com contentores de “tipo ovoide” de fabrico na área da baía gaditana. Estão atestados por 15 fragmentos de bocais correspondendo a 22,4 % dos NMI. Voltaremos mais à frente quando apresentarmos as ânforas da Fase 2 a determo-nos de forma mais circunstanciada a este assunto. Contudo, importa referir que o início destas produções ovoides gaditanas se insere no primeiro horizonte de romanização da morfologia anfórica gaditana e que se situa cronologicamente entre 80/70-40/20 a.C. (García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 258, García Vargas e Saéz Romero, 2019, p. 114). Os exemplares presentes nos níveis associados à

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Fase 1 encontram-se infortunadamente num estado de preservação que não permite grandes ilações, preservando-se apenas no exemplar representado na Estampa 20, n.º 284, a totalidade da asa. Podendo neste caso estarmos perante o Grupo A variante 1 da recente proposta tipológica dos modelos Ovoides Gaditanos (García Vargas e Saéz Romero, 2019, p. 137). A mesma ilação pode ser tida ainda em conta para alguns dos exemplares representados na Estampa 20 e que denotam lábios triangulares moldurados e evertidos, n.º 285 a 288.

Dentro deste mesmo mundo ovoide da baía de Cádiz, insere-se ainda os exemplares da Classe 67 (=Lomba do Canho 67/ Sala I), cuja análise macroscópica dos fabricos certificam uma produção e origem nessa área (Estampa 19, n.º 277 a 281). Recentemente foi sugerido na senda da proposta tipológica das produções do Guadalquivir (Almeida, 2008) passar a denominar estas produções como Ovoide 1 gaditana (Bernal-Casasola *et al.*, 2019, p. 208-209), proposta que seguimos neste trabalho e que permite um simplificar de nomenclaturas. Até há bem pouco tempo, as evidências de produção destes modelos na baía gaditana não eram muito fortes, contudo a recente escavação e publicação modelar do centro de produção de *Verinsur* (Porto de Santa Maria) veio comprovar e atestar a relevância destes modelos no quadro do produtivo da baía gaditana (Bernal-Casasola *et al.*, 2019). Estes contentores encontram-se atestados na Fase 1 de Monte dos Castelinhos, por 4 fragmentos de bocais correspondendo a 6 % dos NMI, sendo de salientar o facto de este tipo se encontrar na Fase 1 de Monte dos Castelinhos a par da sua congénere Ovoide 1 do Guadalquivir (figura 46).

Por último importa referir a presença de dois bocais e um fundo, que classificamos como da forma Dressel 12, ainda que estas morfologias sejam muitas vezes difíceis de distinguir das Dressel 1C gaditanas. Trata-se de ânforas piscícolas de grande dimensão e corpo fusiforme, com um fundo maciço e alto como o que representamos, M.C. 4092 (Estampa 19, n.º 274 a 276) e cujo início de produção se situa no terceiro quarto do século I a.C. (González Cesteros, Bernal Casasola e Garcia Vargas, 2016). A sua presença no território português é modesta, contudo, encontra-se presente em Monte Mozinho (Soeiro, 1984, Est. LXVI), Citânia de Sanfins (Paiva, 1993, p. 33), Cividade de Terroso (Paiva, 1993, p. 33), em *Bracara Augusta* (Morais *et al.*, 2012, p. 511), Tomar (Ponte, 1999, p. 351), Lisboa (Filipe, 2019, p. 378-379), Santarém (Arruda *et al.*,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2005, p. 286), Alto dos Cacos (Almeida e Pimenta, 2018), Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, 2006, p. 301), Castelo da Lousa (Morais, 2010a, p. 190), Mesas do Castelinho (Parreira, 2009, p. 63), Monte Molião (Sousa e Serra, 2006, p. 15) e Cerro da Vila (Teichner, 2008, p. 110).

A par das importações de produtos alimentares já assinalados. Destaca-se nestes níveis a presença de ânforas de produção regional com fabricos que podemos atribuir com segurança ao vale do Tejo/Sado. Estas encontram-se representadas por 30 fragmentos classificáveis, correspondendo a um número mínimo de 15 indivíduos e que equivalem a 22,4% do total de NMI da Fase 1.

Uma das questões que se mantém na ordem do dia, no que diz respeito à produção e tradição oleira de ânforas na província romana da *Ulterior/Lusitânia*, é precisamente a do seu início, quer em termos de cronologia quer em termos de enquadramento (Fabião, 2008, p. 502; Pimenta, 2017; Almeida e Fabião, 2019). Ainda que a existência de uma fase inicial de produção de ânforas de tipologia romana datada de época republicana, tenha sido proposta desde meados dos anos oitenta (Diogo, 1987, p. 182; Diogo, Faria, 1990, p. 95) só recentemente é que se começou a definir com base sólida assente em dados de índole estratigráfica (Morais, Fabião, 2007; Moraes, Filipe, 2016; Pimenta, 2017; Mataloto, Williams, Roque, 2016, 2019).

Nesta fase deparamo-nos ainda com modelos da Idade do Ferro a par de exemplares já de tipologia claramente romana, permitindo-nos vislumbrar que a romanização dos contentores entronca diretamente na tradição oleira local sidérica (Sousa, Pimenta, 2014). Estas morfologias encontram-se representadas por 5 fragmentos de bocais 1 asa e um fundo correspondendo a 7,5 % dos NMI da fase 1 e a 33,3% dos contentores do Tejo/Sado (Estampa 20, n.º 295 a 298). Os exemplares de tipologia romana inserem-se no Tipo 7 proposto para a tipologia de ânforas pré-romanas do estuário do Tejo (Sousa, Pimenta, 2014, p. 311). Estes modelos encontram-se atestados em contextos de cronologia romana republicana, bem datados do terceiro quartel do século II a.C. em Lisboa: no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005), em São João da Praça (Pimenta, Calado e Leitão, 2005) e em contextos já de inícios do século I a.C. em Chibanes, Palmela com uma assinalável representação. Os exemplares de Monte dos Castelinhos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

parecem ser modelos já muito evoluídos desta forma, evidenciando bocais mais estreitos e verticais.

A par das produções de tradição pré-romana, deparamo-nos com diversos bocais moldurados que se incluem entre as primeiras produções Lusitanas de morfologia ovoide (Almeida e Fabião, 2019). Infortunadamente estes encontram-se muito fragmentados, tendo, porém, sido possível identificar 8 bocais, 7 asas e 2 fundos que atribuímos às produções Lusitanas antigas, correspondendo a 8 NMI, 11,9% da amostragem desta Fase e 53,3% das ânforas do vale do Tejo/Sado.

Nestes níveis, foi possível recolher um exemplar bem preservado de produção Lusitana que copia de forma fiel o modelo das ânforas do tipo Ovoide 1 do Guadalquivir, ainda que com alguns particularismos relevantes nomeadamente a nível do lábio e das asas, que recordam mais os protótipos da área gaditana que os congéneres do vale do Guadalquivir (Estampa 20, n.º 293, figura 48). Tendo em conta este exemplar é possível reavaliar todo um conjunto de materiais já publicados e que ora permitem sustentar a existência de uma produção do ocidente da *Ulterior* da típica forma Classe 67/Ovoide 1 (Arruda, Viegas e Bargão, 2006; Morais, 2003; Morais e Fabião, 2007; Pimenta, *et al.*, 2006 e Pimenta *et al.*, 2015; Pimenta, 2017; Mataloto, Williams, Roque, 2016, 2019). Por uma questão de coerência com a forma como estes modelos tem vindo a ser abordados no âmbito das produções ovóides, optámos por distinguir estes modelos das recentes produções ovóides Lusitanas, designando-as antes por Ovoide 1 Lusitana. Recolheu-se ainda um bocal de ânfora de produção Lusitana de difícil enquadramento (Estampa 20, n.º 294). Corresponde a um lábio vertical seguido de uma moldura que circunscreve um colo alto cilíndrico. Ainda que tenhamos incluído este bocal, no tipo Ovoide 1 Lusitano trata-se claramente de outro tipo de bocal mais vertical e moldurado.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**



Figura 48 – Ânfora Ovoide 1 Lusitana identificada nos níveis de abandono da Fase 1 de Monte dos Castelinhos.

Procedência	Tipo	Bordo	Asa	Colo	Fundo	Nº Frag.	% Frag.	NM I	% NMI	% Reg.
Península Itálica	Dressel 1	2	4	8	5	19	3,0%	5	1,7%	45,5%
	Brindisi		1			1	1,0%	1	0,3%	9,1%
	Lamboglia 2	5		1	1	7	1,1%	5	1,7%	45,5%
	Total	7	5	9	6	27	4,2%	11	3,8%	100%
Ulterior/Bética Costa Sudoeste	T-7.4.3.3.	6	1		2	9	1,4%	6	2,1%	7,4%
	Ovoide gaditana	19		4		23	3,6%	19	6,6%	23%
	Ovoide 1 gaditana	18	3	3		24	3,8%	18	6,2%	22%
	Dressel 12	2				2	0,3%	2	0,7%	2%
	Dressel 9-10(?)	17	1	1		19	3,0%	17	5,9%	21%
	Indeterminado		61	19	19	99	15,5%	19	6,6%	23%
	Total	62	66	27	21	176	27,5%	81	27,9 %	100%
Ulterior / Bética, Vale do Guadalquivir	Mañá C2b	1				1	0,2%	1	0,3%	0,8%
	Dressel 1	5				5	0,8%	5	1,7%	3,8%
	Ovoide 1	30	14	7		51	8,0%	30	10,3%	22,7%
	Ovoide 2	2				2	0,3%	2	0,7%	1,5%
	Ovoide 3	3				3	0,5%	3	1,0%	2,3%
	Ovoide 4	36				36	5,6%	36	12,4%	27,3%
	Ovoide 5	12				12	1,9%	12	4,1%	9,1%
	Ovoide 6	22	9		3	34	5,3%	22	7,6%	16,7%
	Ovoide 9	1				1	0,2%	1	0,3%	0,8%

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

	Haltern 70 (iniciais)	18	1	3		22	3,4%	18	6,2%	13,6%
	Indeterminado	2	108	10	31	151	23,6%	2	0,7%	1,5%
	Total	132	132	20	34	318	49,8%	132	45,5%	100%
Total <i>Uterior</i>/Bética	Total	194	198	47	55	494	77,3%	213	73,4%	
<i>Uterior</i> / Lusitânia, Vale do Tejo/Sado	Tip. Pré-romana	5	4			9	1,4%	5	1,7%	7,6%
	Lusitanas Antigas	26				26	4,1%	26	9,0%	39,4%
	Ovoide 1 Lusitanas	17				17	2,7%	17	5,9%	25,8%
	Indeterminado		44	4	18	66	10,3%	18	6,2%	27,3%
	Total	48	48	4	18	118	18,5%	66	22,8%	100,0%
Total		249	251	60	79	639	100%	290	100%	

Figura 49 – Quadro de síntese das ânforas nos níveis estratigráficos associados à Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

Entre os milhares de fragmentos recolhidos nos níveis associados à Fase 2 de Monte dos Castelinhos foi possível individualizar um número de 639 fragmentos de ânforas diagnosticáveis e passíveis de ser classificados, cuja análise e estudo resultou ser de 290 o NMI quantificado, ver quadro da figura 49.

Tal como na primeira fase destaca-se da análise dos conjuntos anfóricos a importância dos diferentes âmbitos produtores hispânicos, com um domínio dos tipos e produtos da área Sudoeste da *Uterior*, particularmente da sua região interior correspondente ao vale do Guadalquivir e da área costeira ocidental, entenda-se baía de Cádiz. O estudo detalhado e a subsequente quantificação do conjunto vieram a confirmar essa leitura, concluindo-se que contabilizavam 494 fragmentos, correspondentes a 213 NMI, o que representa 73,4% do total do conjunto. As ânforas com estas proveniências repartem-se com uma clara primazia das importações do vale do Guadalquivir, representando 45,5% e encontrando-se a área costeira atestada com 27,9%, ver gráfico da figura 50.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

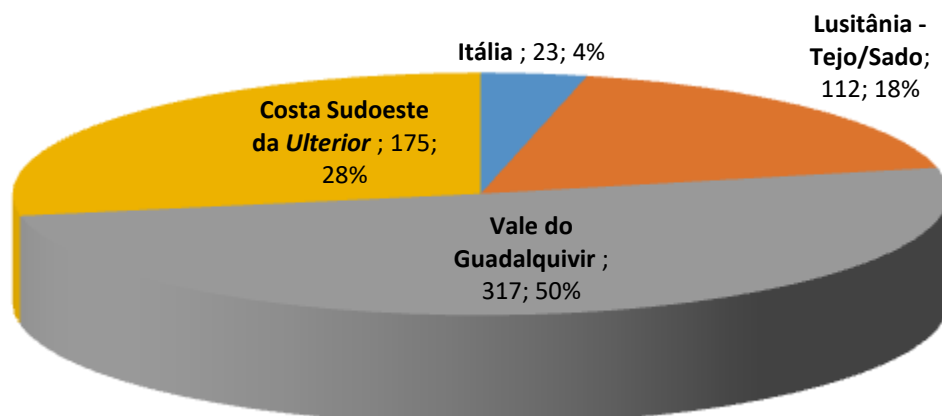


Figura 50 – Gráfico das áreas de proveniência das ânforas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, tendo em conta o número de fragmentos.

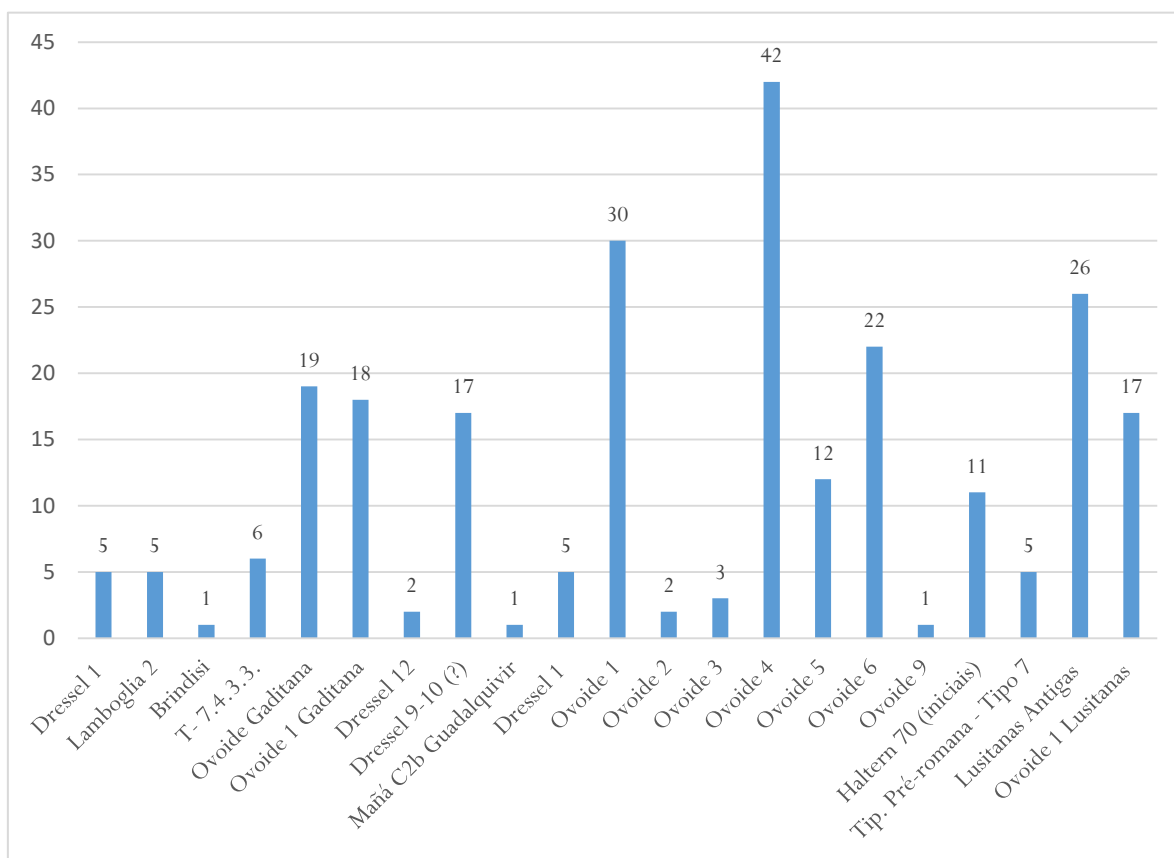


Figura 51 – Gráfico dos Tipos de ânforas presentes na Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Na segunda Fase de Monte dos Castelinhos, as ânforas Itálicas encontram-se escassamente representadas. Foram identificados 27 fragmentos oriundos desta macrorregião (7 fragmentos de bordo, 5 arranques de asas/asas 9 colos e 6 fundos), que correspondem a um NMI de 11 Indivíduos equivalendo a 3,8% do total da amostragem.

As ânforas Dressel 1, o contentor por excelência da exportação do vinho produzido nas grandes *villae* republicanas da zona da Etrúria, Campânia e Lácio (Tchernia, 1986), cuja produção se encontra bem balizada entre os inícios da segunda metade do século II a.C. e a segunda metade do século I a.C., praticamente até à sua última década, encontra-se atestado com 2 fragmentos de bocais, quatro asas, 8 colos e 5 fundos, equivalendo a 5 NMI, e a 1,7% do conjunto (Estampa 21). Sobressai, tal como na fase 1, a leitura da sua parca representatividade, tendo em conta o panorama traçado da já longa tradição de importação de vinhos itálicos da costa tirrénica (Fabião, 1998b). A par da representatividade das ânforas Dressel 1 encontram-se atestadas as ânforas Lamboglia 2. Estas estão presentes com 5 bocais, 1 colo e 1 fundo, 5 NMI, que correspondem a 1,7% do total do conjunto (Estampa 22, n.º 308 a 314). Os fragmentos que identificamos como ânforas Lamboglia 2 pertencem indubitavelmente a tipos manufaturados na região meridional e adriática tendo em conta as características das suas pastas. As ânforas Lamboglia 2 são um modelo de contentor característico da costa adriática de Itália de época tardo-republicana, formalmente inspirado no tipo Greco-itálico. É hoje em dia consensual, graças aos restos de conteúdos recuperados em vários exemplares do naufrágio de La Madrague de Giens (Tchernia, Pomey, Hesnard, 1978), que se trata de um envase preferencialmente destinado ao transporte de vinho. As ânforas deste tipo identificam-se atualmente com uma bem documentada, numerosa e diversificada produção na costa italiana do Adriático (Cipriano-Carré, 1989; Carré *et al.*, 2014; Pesavento Mattioli, 2014; Cipriano, Mazzochin, 2017), com particular concentração na sua metade mais setentrional, mas também com uma conhecida produção na zona da Apúlia (Cipriano-Carré, 1989, p. 83; Panella 2010, p. 96–97; Manacorda, Pallechi, 2012, p. 146-148; Palazzo 2013, 14-15). Foi ainda produzida de forma minoritária na Itália tirrénica, concretamente na Campânia e Etrúria (Hesnard, 1998, p. 307-310). A sua produção encontra-se bem definida, enquadrada entre o último quartel do século II a.C. e o início do principado de Augusto, mas tendo na primeira

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

metade do século I a.C. o seu período de maior difusão (Empereur, Hesnard, 1987, p. 33).

A sua difusão comercial evidencia um amplo sucesso tanto no Mediterrâneo Oriental como no Ocidental. Contudo, no ocidente, constata-se de maneira evidente, que este tipo ocorre em número infinitamente menor que as ânforas vinárias do tipo Dressel 1 (Fabião, 1987; Molina Vidal, 1997). Ainda que com as notáveis exceções do sudeste peninsular, concretamente a área de *Carthago Nova*/Cartagena (Molina Vidal, 1997; Molina Vidal, 2013), Málaga, e em menor medida a do Sudoeste peninsular, concretamente a área de Cádiz, as principais áreas portuárias do Sul da *Hispania* no século I a.C. que parecem ter funcionado como importantes áreas de influência e distribuição das mercadorias adriáticas (Mateo Corredor, 2016, p. 276-281). O território português inscreve-se no panorama traçado, encontrando-se estes contentores recorrentemente pouco representados, embora não tanto como os tipos de Brindisi. A leitura da geografia da sua dispersão permite sublinhar, uma particular concentração da sua presença no vale do Tejo, onde surgem em Lisboa (Pimenta, 2005; Filipe, 2019), Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 126; Bargão, 2006, p. 41-42; Arruda, Viegas, 2014, p. 248), Alto dos Cacos (Almeida e Pimenta, 2018) e Chões de Alpompe (Fabião, 1989; Diogo, Trindade, 1993-1994; Pimenta, Arruda, 2014). A Sul do Tejo, encontram-se presentes, no eixo de penetração do Guadiana, com o caso paradigmático do depósito de Mértola, datado da primeira metade do século I a.C. (Fabião, 1987). No interior do Alentejo, estão atestadas no povoado de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião, Guerra, 1994; Parreira, 2009), integrando contextos datados dos três primeiros quartéis do século I a.C., ou ainda do Castelo das Juntas, em Castro Verde (Madeira, 1986), sem que a classificação ou o contexto sejam seguros. Na fachada atlântica identificou-se um exemplar certamente atribuível a um contexto de naufrágio, ao largo do cabo Sardão (Diogo, 1999b). Na região meridional correspondente ao atual Algarve, a sua presença está documentada em Monte Molião (Arruda, Sousa, 2013), Faro e Castro Marim (Viegas, 2011). De facto, no Castelo de Castro Marim, sobressai a representatividade dos contentores Lamboglia 2, estando atestados, por 7 exemplares o que corresponde a 0,8% do conjunto, associados a contextos datados entre 60-30 a.C. (Viegas, 2011, p. 477).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Entre as produções itálicas, identificou-se ainda um fragmento de asa com arranque de colo com evidências de uma marca inserida numa cartela quadrangular de cantos arredondados com um característico fabrico que nos leva a identificar como da área de Brindisi (Estampa 22, n.º 313). A sua análise macroscópica leva-nos a sublinhar o seu paralelismo, em tudo idêntico, com o exemplar de asa com a marca VEHILI que identificamos e publicámos do sítio de Alto dos Cacos (Fabião *et al.*, 2016, n.º 15; Almeida e Pimenta, 2018). Infelizmente o exemplar recolhido em Monte dos Castelinhos encontra-se muito erodido não permitindo uma leitura da marca aí presente. As ânforas de Brindisi são relativamente raras na Hispânia, de um modo geral, surgindo em quantidades muito reduzidas e mais ainda na sua metade ocidental, em particular na área correspondente ao atual território português (Carreras Monfort *et al.*, 2016). No vale do Mondego, identificam-se ânforas deste tipo em Coimbra (Carvalho, 1998, p. 73 e 73). A sua presença está bem atestada no vale do Tejo, onde surgem em Lisboa no Castelo de S. Jorge, na Rua do Recolhimento e Pátio José Pedreira, ambos em contextos mais antigos que o de Castelinhos (Pimenta, 2005; Mota, Pimenta, Silva, 2014; Filipe, 2019), em Santarém (Diogo, 1984; Bargão, 2006, p. 50-51), em Alto dos Cacos (Pimenta *et al.*, 2012), em Porto do Sabugueiro (Pimenta *et al.*, 2014), e em Chões de Alpompe (Fabião, 1989, p. 105; Diogo e Trindade, 1993-1994 n.º 31). No vale do Sado, em Alcácer do Sal (Pimenta, Sepúlveda e Ferreira. 2015, p. 154). E no Alentejo no Castelo Velho de Santiago do Cacém (Mirobriga?) (Diogo, 1999a, p. 15) e em Mesas do Castelinho (Parreira, 2009, p. 58).

A importação de produtos alimentares da área do vale do Guadalquivir é assaz representativa na Fase 2 de Monte dos Castelinhos, sendo sem dúvida a região melhor atestada. Por um lado, sobressai no conjunto tanto pela diversidade de tipos identificados como pela quantidade, com 318 fragmentos classificáveis, correspondendo a 132 indivíduos do total do NMI equivalendo a 45,5% do total da amostragem (figura 49). Os contentores e produtos provenientes de esta região alcançam assim uma assinalável representatividade, muito acima dos da costa da *Ulterior*/Bética, com a qual praticamente monopolizam o abastecimento nesta fase (73,4%) (figura 50).

As produções ovóides tardo-republicanas do Guadalquivir são omnipresentes em todas as áreas intervencionadas. Esta leitura encontra-se de acordo com a proposta de cronologia para esta fase, sendo importante reter que estes contentores têm vindo a ser

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

interpretados como fazendo parte integrante da rede de produtos/abastecimento destinado aos destacamentos militares, pelo menos desde a época do pretorado de César, mas que se acentua ao longo da segunda metade do século I a.C. (Almeida, 2008, p. 282).

Logo a partir dos primeiros passos dados na sua investigação (Fabião, 1989; Molina Vidal, 1995), estes modelos anfóricos foram definidos e interpretados como resultantes do processo de criação de ânforas de características tipicamente ocidentais, de inspiração romana, sem a apropriação de características anfóricas da tradição sidérica, ocorrido paralela ou imediatamente posterior ao processo de “reprodução” dos modelos itálicos (Fabião, 1998a, p. 398). A origem formal destes tipos desde cedo foi procurada e relacionada com as produções itálicas meridionais, nomeadamente entre as produções adriáticas, tendo a posterior investigação, nomeadamente a desenvolvida a partir do estudo do conjunto anfórico da Alcáçova de Santarém (Almeida, 2008 e 2010), não só robustecido a conexão com essas áreas, como também proposto de forma sólida e inovadora, um modelo tipológico de maior complexidade e diversidade das produções ovóides béticas. A partir desse momento, o reconhecimento e consideração dos tipos ovóides do Guadalquivir, passou a ser uma constante nos circuitos comerciais e principais sítios de consumo do Mediterrâneo ocidental e do Atlântico (Garcia Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, 2019; Garcia Vargas *et al.*, 2019).

Entre os vários tipos de ânforas ovóides produzidos no vale do Guadalquivir, encontram-se bem representados em Monte dos Castelinhos as ânforas do tipo Ovoide 1, também denominadas Classe 67, Lomba do Canho 67 (Estampa 23, 24 e Estampa 25, n.º 341). Atualmente o melhor caracterizado, o mais conhecido e aparentemente um dos mais antigos dentro da “família” de contentores ovóides desta região (González Cesteros, Almeida e García Vargas, 2016). O seu número ascende a 51 fragmentos classificáveis, correspondendo a um NMI de 30 indivíduos, 10,3% do total da amostragem da Fase 2 e a 22,7% das ânforas recebidas do vale do Guadalquivir durante este período (figura 49 e 51).

Estas ânforas possuem bordo amendoado, ovalado ou em fita, sendo a ligação ao colo marcada por uma moldura ou ressalto muito saliente, que constitui um dos elementos caracterizadores deste tipo (figura 47). O colo é curto de perfil cilíndrico ou

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

bitroncocónico, do qual arrancam duas asas pequenas com estrias. O corpo é ovoide terminando num fundo pouco destacado que pode ser oco ou maciço. Embora conhecido na literatura arqueológica desde há muito tempo, apenas com o estudo de Carlos Fabião sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil) foram individualizadas como tipo (Fabião, 1989, p. 65-73). A consequente identificação de exemplares e paralelos em outros contextos e âmbitos, peninsulares e mediterrânicos, assistiu a um amplo e célere impulso graças em grande medida aos trabalhos de J. Molina Vidal (1995; 1997), consolidando-se como tipo específico. O posterior estudo dos exemplares de Santarém (Almeida 2008) avançou uma possível origem formal em formas apulas Baldacci 1C, bem como noutros tipos médio-adriáticos do Piceno, datados entre os finais do século II e 30 a.C. (Carré e Mattioli, 2003) e introduziu a designação de Tipo Ovoide 1, na lógica de uma sistematização de carácter regional, convertendo-se este tipo na ponta mais visível de um novo universo formal e produtivo assaz singular (Almeida, 2008; Almeida, 2010).

Uma das questões pendentes na interpretação deste tipo, se assim se pode dizer, é o do seu conteúdo. Foi inicialmente avançada a proposta de se destinarem ao transporte de conteúdos piscícolas (Fabião, 1989, p. 66-68), seguindo-se a de um carácter polivalente (Fabião, 2001a, p. 673). Se em relação à produção desta morfologia nas olarias da costa da *Ulterior*, a forma dos seus bordos mais aberta, incita a pensar num contentor para preparados piscícolas, para as produções do Guadalquivir, o azeite ou o vinho, mas sobretudo o primeiro, foram avançados como hipotéticos conteúdos (García Vargas, Almeida, González Cesteros 2011, p. 214-216). A própria morfologia destas ânforas, de similitudes evidentes com as ânforas itálicas meridionais e médio-adriáticas, faz pensar no azeite, um produto abundante no vale do Guadalquivir, de cuja exportação esta ânfora poderia ter constituído um primeiro contentor (Almeida, 2008, p. 194-195 e p. 287; García Vargas, Almeida, González Cesteros 2011, p. 214).

No que concerne à sua cronologia, está compreendida entre o início do segundo quartel e o início do último quartel do século I a.C. (González Cesteros, Almeida, García Vargas, 2016), momento em que se observa o seu rápido desaparecimento nos sítios de consumo. O período de máxima difusão comercial situa-se no terceiro quartel do século I a.C., tal como se pode deduzir da sua exportação na Península Ibérica, mas sobretudo mais além deste âmbito, alcançando as costas do Mediterrâneo. Os dados de Monte dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Castelinhos são eloquentes desse fenómeno. Apesar do contínuo fluxo de importação de produtos alimentares provenientes do Guadalquivir ao longo do principado de Augusto, as ânforas ovoides 1 são já inexistentes. Pelo que alguns dos exemplares publicados de Santarém, de contextos datado do primeiro terço do século I d.C., devem ser entendidos possivelmente como material residual (Almeida, 2008, p. 82).

Os dados disponíveis para a Península Ibérica, confirmam uma importante difusão do tipo Ovoide 1 entre 60-20 a.C. desde a *Uterior* ocidental ao quadrante Noroeste da *Citerior*, com especial profusão desde a bacia do Guadiana à *Gallaecia*, em destinos com clara natureza militar ou em contextos civis militarizados, sem que sejam muitos os sítios que revelem importações deste tipo em número significativo (Almeida, 2008, Filipe, 2019, p. 271-272). Onde se destacam os sítios de Castro Marim/*Baesuris* (Arruda *et al.*, 2006; Viegas, 2011), Faro/*Ossonoba* (Viegas, 2011), Mesas do Castelinho (Fabião, 2001a; Parreira, 2009), Lisboa/*Olisipo* (Pimenta, 2007; Filipe, 2015 e 2019); Santarém/*Scallabis* (Almeida, 2008), Lomba do Canho (Fabião, 1989), ou os castros de Vigo, Santa Tecla (Peña Santos, 1986) e Montealegre (González-Ruibal *et al.*, 2007). Fora da Península Ibérica a sua difusão é ampla, alcançando as margens do Mediterrâneo, especialmente o Francês (Fréjus), a Ligúria e a costa Italiana tirrénica (*Albintimilium* e *Ostia*). Regista-se igualmente a sua penetração pelas principais vias fluvias como o Garona (Vielle Toulouse) ou o Ródano (Lyon). Encontra-se igualmente presente em naufrágios como o Grand-Conglué 3, San Ferreol, Cartagena ou Rabat que documentam de forma clara a circulação destes contentores nos principais eixos comerciais destes momentos (Molina Vidal, 2001, p. 640; Almeida, 2008, p. 72-76).

O tipo Ovoide 4 é sem dúvida o melhor representado e uma das ânforas mais frequentes na amostra da Fase 2 de Monte dos Castelinhos. Foi possível identificar 36 fragmentos, correspondentes a idêntico NMI, que, por sua vez, equivale a 12,4% do total da amostragem e a 27,3% das ânforas recebidas do vale do Guadalquivir. Trata-se sem dúvida de valores bastante significativos e superiores ao habitual (Estampa 26 e 27).

O período de produção/exportação do tipo Ovoide 4 estaria compreendido entre o final do primeiro terço do século I a.C. e o início do principado (80/70 – 30 a.C.), tal como outros tipos ovoides, e entre as décadas de 30-20 a.C. conviveria já com a etapa “inicial” do tipo Haltern 70, não implicando o advento deste último o desaparecimento

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

imediatos do tipo anterior (Garcia Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016a). O tipo Ovoide 4 é assim, um dos mais antigos tipos ovóides do Guadalquivir e o que mais debate tem suscitado, tendo em conta a sua indubitável similitude morfológica e aparente analogia direta com a bem conhecida ânfora Haltern 70, profusamente disseminada em época imperial, e que à luz das mais recentes teses se tem vindo a considerar a sua “sucessora imediata” (Almeida, 2008; Garcia Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011). A raiz do problema radica na existência de vários elementos e detalhes morfológicos comuns em ambos os modelos, que se apresentam dificilmente diferenciáveis face a conjuntos com piores índices de conservação. É neste âmbito que se assiste alguma “resistência” em aceitar a sua individualização como tipo próprio e mais antigo, considerando-o antes como uma “variante mais pequena” - na senda de Peacock e Williams, Haltern 70 “unusually small variant” (Peacock, Williams, 1986, p. 115-116), ou apenas como uma “etapa morfológica” da Haltern 70 (Morais, 2010a, p. 188-189; Berni Millet, 2011, p. 84-88; Carreras Monfort, 2003; Carreras Monfort e Berni Millet, 2016).

Na carência de dados estratigráficos coerentes e expressivos, que permitam validar ou refutar, se estamos perante duas formas relacionadas que se sucedem no tempo – primeiro a Ovoide 4, depois a Haltern 70, ou se dois modelos distintos que tenham surgido e coexistido a partir da década de 70-60 a.C. podendo ambos tipos ter convivido até ao desaparecimento do primeiro no início do principado. No presente trabalho, optamos por apresentar os dados aferidos, efetuando-se uma distinção métrica dos bocais tendo em conta os pressupostos constantes da proposta tipológica recentemente apresentada (Garcia Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 218; Garcia Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016a).

O contentor deste tipo caracteriza-se assim por um bordo ligeiramente inclinado e de perfil subtriangular ou subquadrangular, curto e bem destacado da parede do colo, criando uma banda, com altura compreendida entre os 3 e os 4 cm (figura 47). As asas são curtas, de perfil semicircular e secção ovalada, apresentando no dorso um sulco longitudinal que termina com uma profunda digitação na base. Arrancam da parte superior do colo, abaixo do bordo, pousando num ombro discreto e mal definido. O corpo é ovoide rematado por um fundo curto, mas bem destacado, normalmente maciço

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

e de perfil troncocónico ou cilíndrico (Fabião, 1989, p. 64; Almeida, 2008, p. 100; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 218; García Vargas *et al.*, 2016b).

Quanto ao seu provável conteúdo, o crescimento percentual do tipo Ovoide 4 no registo arqueológico em detrimento da diminuição progressiva dos contentores vinícolas itálicos ao longo do terceiro quartel do século I a.C. (Arruda, Almeida, 2001; Almeida, 2008, p. 286), a proximidade morfológica e uma defendida filiação formal entre a Ovoide 4 e a Haltern 70, bem como a constatação de vários exemplares deste tipo resinados no seu interior, como os do naufrágio de Illes Formigues 1 (Martín Menéndez, 2008, 106-107), são argumentos que levam a supor conteúdos vinícolas. Todavia, perante a ausência de análises de resíduos e/ou de inscrições pintadas, outros são igualmente possíveis, inclusivamente a hipótese de se tratar de um contentor multiusos (Fabião, 2001a; Almeida, 2008; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, 224; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016a).

Os dados de Castelinhos, se tivermos presente a coerência da sua estratigrafia é que os primeiros modelos que podemos de forma clara classificar como Haltern 70, ainda que na sua versão mais antiga, surgem na Fase 2, que como vimos datamos de 50-30 a.C. e convivem ainda durante o principado de Augusto. Contudo, os contentores típicos da forma Haltern 70 dominam já de forma clara nos níveis tiberianos, sendo os bocais tendencialmente mais altos e com maior diâmetro. Debruçando-nos diretamente sobre os fragmentos em análise, exumados em níveis estratigráficos associados à Fase 2 de Castelinhos, verificamos que existem dois grandes grupos de exemplares: um primeiro, composto por fragmentos de maior dimensão que apresentam uma ou várias características formais em associação que permitem classificá-los claramente como Ovóide 4 (Estampa 26, n.º 353 a 360; Estampa 27, n.º 369); um segundo, composto sobretudo por fragmentos de bordo, sem colo, em que a classificação é mais duvidosa e onde estão bem patentes as limitações já referidas por vários autores (Estampa 26, n.º 361 a 368; Estampa 27, n.º 372 a 377). Tendo ainda que destacar alguns exemplares como o MC 194 ou os MC 205, MC 4165 (Estampa 27, n.º 378 a 380 e Estampa 28) que classificamos já como modelos de Haltern 70. Tendo estes bons paralelos em contextos datados da década de 30 a.C. como os exemplares da Frota de Agripa (Goudineau e Brentchloff, 2009); nas intervenções de Montée de Loyasse em Lyon

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Desbat e Lemaître, 2001); Saint-Roman-en-Gal (Desbat e Martin-Kilcher, 1989) entre outros.

O tipo Haltern 70 é categoricamente uma das ânforas que mais debate tem criado na literatura arqueológica, mas afirma-se hoje como sendo um contentor destinado a transportar conteúdos vinícolas ou outros produtos conservados em derivados vínicos, e o segundo grande contentor fabricado no vale do Guadalquivir em várias das mesmas olarias que produziram as ânforas Dressel 20, sendo o único tipo que as supera em exportação (Carreras Monfort, 2003 e Carreras Monfort e Berni Millet, 2016). Indiscutivelmente presentes na amostra da Fase 2 de Monte dos Castelinhos estaremos perante exemplares da primeira fase da sua produção (Garcia Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 244). Foi possível identificar 22 fragmentos, correspondentes a 18 NMI, que, por sua vez, equivale a 6,2% do total da amostragem desta Fase e a 13,6% das ânforas recebidas do Vale do Guadalquivir.

O modelo da ânfora Haltern 70 inicial, como vimos apresenta-se de difícil distinção da Ovoide 4. Caracteriza-se por evidenciar bordos em banda inclinados ao exterior com considerável variação formal. Sobressai o ressaltado na ligação ao colo que pode ser mais ou menos acentuado, abaixo do qual arrancam as asas verticais, apresentando secção oval, sendo marcadas com uma característica depressão longitudinal. O colo é cilíndrico, alto e estreito, com ombro pouco marcado estabelecendo a ligação a um corpo relativamente amplo de tendência ovoide ou cilíndrica, terminando num fundo maciço e de perfil troncocónico, preenchido por uma bola de argila (Almeida, 2008, p. 104; Filipe, 2019, p. 407). Para um panorama recente da sua ampla dispersão, assinalável em grande parte em contextos datados já do principado, ver Filipe, 2019, p. 406.

Igualmente representado na Fase 2 de Monte dos Castelinhos está o tipo conhecido como Ovoide 5, com 12 fragmentos, que correspondem a 12 NMI e 4,1% do conjunto e a 9,1% das ânforas recebidas do vale do Guadalquivir (Estampa 29). Esta ânfora, inicialmente confundida com fragmentos do tipo Ovoide 1, pelo facto de apresentar também um típico anel/moldura no colo, foi definida e individualizada como tipo próprio a partir do estudo de exemplares de Santarém (Almeida, 2008, p. 126-134). A partir desse momento passou a integrar o repertório das produções regionais do Vale do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Guadalquivir e tem vindo a ser recorrentemente identificada em sítios do Mediterrâneo ocidental, especialmente na Península Ibérica (Almeida 2010; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011; García Vargas, 2012; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016b).

Este contentor evidencia uma morfologia muito característica, sublinhando-se o seu corpo ovoide e comprido, terminando num fundo curto e maciço (figura 47). O bordo pode ser de secção amendoada, triangular e por vezes sub-rectangular, formando uma banda, diferenciando-se das Ovoides 1 pelo facto do seu limite inferior ser pendente e claramente destacado da parede do colo. Este é curto e cilíndrico, transitando de forma abrupta para o ombro através de um ângulo de inflexão muito acentuado. Sendo marcado logo abaixo do bordo por uma típica moldura em anel, arrancando as asas imediatamente abaixo desta e pousando no ombro expressivo. As asas são curtas, de perfil semicircular, secção circular e sulco longitudinal no dorso (Almeida, 2008, p. 126; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 225; García Vargas *et al.*, 2016c).

Não existe evidência direta de lugares de produção desta morfologia, mas a sua petrografia peculiar, com uma matriz coincidente com a das cerâmicas comuns regionais da área do baixo Guadalquivir, permite constatar que será essa a área de proveniência da maior parte dos exemplares deste tipo (García Vargas, Almeida, González Cesteros 2011, p. 226; García Vargas, Almeida, González Cesteros 2016b). Não obstante, é sabido que tal como para o tipo Ovoides 1 parece existir uma produção minoritária na área da baía de Cádiz (García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016b).

No que diz respeito ao seu possível conteúdo, dada a sua condição de tipo ovoide, propõe-se apenas um conteúdo oleícola ou vinícola, o género de produtos que costumam estar relacionados com estas morfologias, como acontece com as produções itálicas e norte-africanas (García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016b). A recente publicação dos resultados da análise dos resíduos orgânicos de algumas ânforas desta forma provenientes de contextos subaquáticos, veio confirmar a sua utilização para o transporte de vinho ou seus derivados (Bernal Casasola; Pecci; Sáez Romero, 2019). Quanto à sua cronologia de produção e âmbitos de difusão, os dados atualmente

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

disponíveis, sugerem uma estreita relação com a dos tipos Ovoides 1 e 4, particularmente o primeiro. Aceita-se um período de produção/circulação entre 60-20/15 a.C., verificável a partir de contextos de comercialização, como os do achado subaquático de Ceuta (Bernal Casasola, 2007), o da Colónia San Jordi, Maiorca (Guerrero Ayuso, 1987), e o dos naufrágios de Illes Formigues I e Cala Bona I, nestes últimos viajando com outros tipos ovoides do Guadalquivir, designadamente o 4 (Martín Menéndez, 2008). A presença de um bordo deste tipo no acampamento de Dangstetten (Ehmig, 2010, Tafel 15, 449-058-1; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 228) é prova da sua exportação para os mercados militares da fronteira germânica, embora a sua quantidade e a cronologia do sítio apontem para um momento final do tipo.

No caso da fachada ocidental atlântica e do atual território português, também o quadro de distribuição é semelhante ao dos tipos ovoides de maior êxito, sendo conhecida a sua presença em Castro Marim (Viegas, 2011), Castelinho dos Mouros, no baixo Guadiana, (Gradim *et al.*, 2014), Mesas do Castelinho (Fabião, 2001a; Parreira, 2009), Lisboa (Filipe, 2019, p. 281-282), Santarém/*Scallabis* (Almeida, 2008), Alto dos Cacos (Almeida e Pimenta, 2018) e Castro de Montealegre, já na atual Galiza (González-Ruibal *et al.*, 2007).

O terceiro tipo do Guadalquivir melhor representado é o conhecido como Ovoide 6 (Almeida, 2008, p. 145). Encontra-se representado por 34 fragmentos, equivalentes a 22 NMI, que correspondem a 7,6% do total da amostragem desta Fase e a 16,7% das ânforas recebidas do vale do Guadalquivir (Estampa 30 e 31, figura 52). As ânforas denominadas Ovoide 6 correspondem às primeiras produções no vale do Guadalquivir que podem considerar-se como um contentor seguramente destinado ao transporte de azeite (García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 228). A individualização deste modelo das formas iniciais de Dressel 20 tem origem na proposta de tipologia de Peacock e Williams (1986), onde individualizam na sua Classe 24 todos os contentores oleários anteriores à aparição das ânforas Dressel 20. Pouco tempo depois, a propósito do estudo das ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho, Arganil, Carlos Fabião (1989, p. 73-74), classifica como Classe 24 várias destas ânforas e dota-as de uma cronologia segura de época tardo-republicana. Neste estudo sublinha que estas ânforas apesar de terem características comuns com as suas sucessoras Oberaden 83, as

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

olearias de época augustana, devem ser tratadas à parte (Fabião, 1989, p. 73-74), já que a sua associação podia encobrir o início e antiguidade das exportações béticas de azeite (Fabião, 2001a, p. 669). Já em época mais recente, no estudo do conjunto de ânforas do Vale do Guadalquivir identificadas em *Scallabis*/Santarém, avançou-se a denominação desta forma como Ovoide 6, integrada na lógica da caracterização de tipos relacionados dentro de uma sequência regional, neste caso aferida através da sólida evidência de um sítio de consumo (Almeida, 2008, p. 145-147).

Esta ânfora caracteriza-se por bordos engrossados e arredondados, bem demarcados da parede do colo e normalmente direitos no interior (figura 47 e 52). O colo é relativamente curto e habitualmente de tendência cilíndrica ou troncocónica, arrancando as asas da sua parte superior. Aquelas são de secção oval, exibindo um característico sulco longitudinal no dorso que termina numa profunda digitação na sua base. O corpo é globular ainda que de tendência ovoide, situando-se o diâmetro máximo na sua metade superior, enquanto o fundo se apresenta bem demarcado, com perfil troncocónico e normalmente maciço (Almeida, 2008, p. 145; Filipe, 2019, p. 283).

Tendo em conta o estado da arte relativo ao quadro de produção das ânforas de morfologia ovoide, a cronologia de fabrico e circulação destas ânforas encontra-se balizado entre o segundo quartel e as últimas décadas do século I a.C. (60/70 a.C. e 20 a.C.) (Almeida, 2008, p. 146-147; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 230-235). A documentação compulsada em diversos contextos de consumo tanto na Península Ibérica como na Gália, parecem apontar o apogeu da sua circulação para o segundo terço do século I a.C. (Almeida, 2008; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2016c). Não sendo de mais sublinhar que estes modelos se acham ausentes dos contextos iniciais da fronteira germânica, onde nos níveis de inícios do principado se encontram exclusivamente atestadas as ânforas oleícolas Oberaden 83 (González Cesteros, Almeida, 2016).

Nos últimos anos tem vindo a multiplicar-se a identificação de ânforas do tipo Ovoide 6, alterando de forma contundente a anterior cartografia da sua distribuição (compare-se Almeida, 2008, p. 147 e Filipe, 2019, p. 283). Documenta-se atualmente uma forte distribuição a nível peninsular e extra peninsular (García Vargas, Almeida y González Cesteros, 2011, p. 234), com a sua presença atestada no Sudeste francês chegando a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

lugares como Narbona, a região lionesa e mesmo à Suíça, onde se regista um exemplar em níveis anteriores à fundação da Colónia de *Augusta Raurica* (Martin-Kilcher, 1999). Para o extremo ocidente da *Ulterior*, importa referir a sua presença em Castro Marim e Faro (Viegas, 2011), Mesas do Castelinho (Parreira, 2009), bem como alguns exemplares no Castelo da Lousa (Morais, 2010a; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011, p. 230), em Lisboa (Filipe, 2019), em Santarém (Almeida, 2008; Almeida, 2010), no Alto dos Cacos (Almeida, Pimenta, 2018) e no acampamento da Lomba do Canho (Fabião, 1989).



Figura 52 – Fotografia de um exemplar de ânfora do Tipo Ovoide 6 do Guadalquivir proveniente da Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

A par destes modelos de maior sucesso e difusão no panorama das ânforas da família ovoide do Guadalquivir, deparamo-nos nos níveis da Fase 2 de Monte dos Castelinhos com outros tipos minoritários que se encontram escassamente atestados: por um exemplar, como o caso das Mañá C2b (Estampa 25, n.º 352), 0,3%, e das ovoide 9 (Estampa 25, n.º 351), 0,3%; por dois exemplares como as Ovoide 2 (Estampa 25, n.º 346 e 347), 0,7% e por três, caso das Ovoide 3 (Estampa 25, n.º 348 a 350), 1%,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Almeida, 2008) (figura 47). Contudo, é de reforçar que a sua presença ainda que diminuta sustenta a ideia da sua comercialização provincial, totalizando 2,3% do conjunto e 5,4% do total de ânforas do Guadalquivir, ver figura 49 e 51.

As ânforas Dressel 1 de produção do Guadalquivir, apesar de tudo, sobressaem neste grupo de produções minoritárias, encontrando-se representadas por 5 fragmentos, equivalentes a número idêntico de NMI, que correspondem a 1,7% do total da amostragem desta Fase e a 3,8% das ânforas recebidas do Vale do Guadalquivir (Estampa 25, n.º 342 a 345). Durante o período romano republicano, assistiu-se em diversas áreas peninsulares a tentativas mais ou menos de sucesso comercial de reprodução dos típicos contentores vinários itálicos. Para o vale do Tejo a presença de modelos de imitação destes tipos provenientes da área da baía gaditana encontra-se bem documentada desde momentos iniciais da fase de conquista (Pimenta, 2005). As produções de Dressel 1 do Guadalquivir, apesar de dispersão ainda mal definida, encontram-se presentes no território português no vale do Tejo em Santarém (Almeida, 2008) e em Lisboa (Pimenta, 2005; Filipe, 2019), no baixo Alentejo, no povoado de Mesas do Castelinho (Parreira, 2009) e no Algarve, em Faro (Viegas, 2011).

Por último importa ainda ter em conta, dentro da “categoria” dos contentores ovoides do vale do Guadalquivir, todo um amplo conjunto de fragmentos de mais difícil enquadramento tipológico. Nomeadamente asas, fundos e partes substanciais do corpo que podem pertencer simultaneamente a vários dos tipos de morfologia ovoide do Guadalquivir (ver estampa 32, 33 e 35). No presente estudo e seguindo a metodologia definida na abordagem ao conjunto da alcáçova de Santarém (Almeida, 2008), optou-se por não deixar de parte este material e tê-lo em consideração na abordagem e quantificação do conjunto. Destaca-se a presença de alguns exemplares de corpo de morfologia ovoide bem preservados, mas para os quais é difícil uma classificação (Estampa 32). Entre o vasto conjunto de asas detetado nos níveis romano republicanos de Monte dos Castelinhos, sobressai a presença de asas curtas e marcadas pela característica depressão longitudinal, dominando o Sugrupo I, II e IIIa (Almeida, 2008, p. 173) (Estampa, 33). Entre os fundos, identifica-se a presença de fundos ocos de tendência cónica, Subgrupo I de Santarém, a par dos fundos troncocónicos maciços de pequena dimensão, Subgrupo IIIa de Santarém (Almeida, 2008, p. 180). Dominando este último. Tendo-se identificado um exemplar de um fundo troncocónico de pequenas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dimensões do Subgrupo IV de Santarém (Estampa 35, p. 465). Falta referir a presença de grafitos pós cozedura, gravados em ânforas do vale do Guadalquivir. Estas não são abundantes. Tendo-se, porém, registado alguns exemplares: um exemplar evidencia um X gravado no bojo da ânfora abaixo da zona das asas (Estampa 32, n.º 428); dois exemplares parecem corresponder à letra grega Y, gravados aparentemente de forma isolada num fragmento de parede, parecendo ambos corresponder à zona do colo (Estampa, 34, n.º 445 e 446). Os dois últimos exemplares são igualmente similares, parecendo corresponder ao signo M (Estampa 34, n.º 448), sendo que num dos fragmentos este surge em nexos com a letra T, M[...] T[...] ou T[...]M[...] (Estampa 34, n.º 447).

As ânforas da costa da *Ulterior*/Bética recuperadas na Fase 2 de Monte dos Castelinhos, cujos fabricos permitem atribuir uma origem da “Baía de Cádiz” encontram-se bem documentadas. O seu número ascende a 176 fragmentos classificáveis, correspondendo a um NMI de 81 indivíduos e a 27,9% dos contentores identificados, ver figura 49 e 51.

Tal como se verificou na análise das ânforas da Fase 1, constata-se da escassa representatividade dos característicos contentores Mañá C2b / T7.4.3.2-7.4.3.3 de Ramón Torres (1995) (Estampa 36). Esta leitura não parece ter apenas uma razão cronológica, visto que a produção destes modelos perdura até finais do século I a.C. (García Vargas, 1998 e 2010; Sáez Romero, 2008; Sáez Romero *et al.*, 2016), podendo antes radicar em especificidades do quadro de abastecimento de produtos alimentares presente em Castelinhos. Estes contentores encontram-se representados por 9 fragmentos, equivalentes a 6 NMI, que correspondem a 2,1% do total da amostragem desta Fase e a 7,4% das ânforas recebidas da baía gaditana.

O elemento melhor representado entre estas produções é tal como na fase 1, as primeiras formas romanizadas do denominado *primeiro horizonte de romanización de la morfología anfórica gaditana* (80/70-40/30 a.C.) (García Vargas e Sáez Romero, 2019, p. 114), atestando assim de forma expressiva o início da sua comercialização para a fachada atlântica.

As produções das ânforas Ovoide 1 gaditanas (Bernal-Casasola *et al.*, 2019) encontram-se bem documentadas por 24 fragmentos, correspondendo a 18 bocais, 3 asas e 3 colos,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

equivalente a 18 NMI, que correspondem a 6,2% do total da amostragem desta Fase e a uns expressivos 22% das ânforas recebidas da Costa Sudoeste da *Uterior* (Estampa 37, figura 53). O recente estudo do centro produtor de Verinsur permitiu rever e problematizar o início do fabrico desta morfologia na área da costa da *Uterior*, colocando o início destas produções a par com o mesmo fenómeno para o vale do Guadalquivir (Bernal-Casasola *et al.*, 2019). Em Verinsur verificou-se que estes modelos Ovoide 1 gaditanos eram produzidos em paralelo com imitações da forma Dressel 1 e com ânforas Mañá C2b / T-7.4.3.3 de Ramón Torres. De sublinhar, porém, que as Ovoide gaditanas, não se encontram presentes nesta olaria, que apresenta uma cronologia de laboração entre 110/100 e 50/40 a.C. (Bernal-Casasola *et al.*, 2019, p. 209).



Figura 53 – Fotografia de um exemplar de Ovoide 1 gaditana da Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

Do ponto de vista morfológico os exemplares de Ovoide 1 gaditanos evidenciam fortes similitudes com as Ovoide 1 do Guadalquivir, não devendo diferir muito do protótipo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

formal. A maior distinção é sem dúvida ao nível do bocal, evidenciando as produções da área da baía gaditana bocais mais largos e bordos mais inclinados (Bernal-Casasola *et al.*, 2019, p. 203).

É de ressaltar a representatividade que os modelos Ovoide 1 Gaditanos alcançam em Castelinhos, em linha com o que registamos recentemente no conjunto de Alto dos Cacos, onde estes, são mais numerosos que os seus congéneres do Guadalquivir (Almeida e Pimenta, 2018). Contudo, importa sublinhar que a presença de ânforas desta morfologia de produção na costa Sudoeste da *Ulterior* são relativamente escassas, não alcançando o sucesso do seu suposto protótipo. Encontram-se, porém, atestadas no vale do Tejo além do Alto dos Cacos, já mencionado, em Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2005 p. 285), registando-se a sua presença em Lisboa ainda que apenas por um único exemplar (Filipe, 2019). Estão presentes na Lomba do Canho (Fabião, 1989, p. 71 e 72), onde Carlos Fabião de forma ponderada as separa das Classe 67 incluindo-as na Classe 14(?), afirmando que as semelhanças entre ambas “(…) permitem levantar a hipótese de terem sido produzidas na mesma área cultural, destinando-se, no entanto, a preparados de diferente natureza.” (Fabião, 1989, p. 71). No Sul encontram-se atestadas em Mesas do Castelinho (Parreira, 2009), Faro e Castro Marim (Viegas, 2011).

Um dos elementos mais significativos entre as ânforas da costa da *Ulterior*/Bética na fase 2 de Monte dos Castelinhos é sem dúvida, a presença significativa de fragmentos com características formais atribuíveis e relacionadas com contentores de “tipo ovoide” e de outros de mais complexa identificação, mas que poderiam se integrar nas primeiras séries da “família das Dressel 7 a 11”, nomeadamente bocais que associamos ao Tipo Dressel 9-10 ainda que interrogado.

As ânforas que classificamos como Ovoides gaditanas, encontram-se representadas por 23 fragmentos, correspondendo a 19 bocais e 4 colos, equivalente a 19 NMI, que correspondem a 6,6% do total da amostragem desta Fase e a uns significativos 23% das ânforas recebidas da Costa Sudoeste da *Ulterior* (Estampa 38). Sendo que esta amostragem ainda poderia aumentar se tivermos em conta os exemplares que pelo seu perfil atribuímos ao tipo Dressel 9-10, ainda que interrogados, visto que como se sabe este modelo parece surgir diretamente a partir dos modelos das ovoides gaditanas (Garcia Vargas, Martin Arroyo e Lagóstena Barrios, 2016). Estas encontram-se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

atestadas por 19 fragmentos, correspondendo a 17 bocais, 1 colo e 1 asa, equivalente a 17 NMI, que correspondem a 6% do total da amostragem desta Fase e a 24% das ânforas recebidas da Costa Sudoeste da *Ulterior* (Estampa 39 e 40).

Devemos ter presente que o amplo e intrincado universo formal de ambas “famílias de tipos” apresenta, ainda hoje, evidentes limites ao nível da sua correta caracterização. De facto, as fronteiras entre as formas ovóides gaditanas e as formas “Dressel 7-11” iniciais são muitas vezes morfologicamente pouco claras. Tal como oportunamente sublinhou E. García Vargas, frequentemente não existe uma verdadeira distinção formal entre a generalidade das ânforas ditas “ovóides” e as ânforas de morfologia ovóide do tipo Dressel 10C, de cronologia mais tardia, dado que essa diferença apenas pode ser valorizada tendo em conta o ambiente produtivo e a dinâmica comercial e cronológica de ambas as produções (García Vargas, 1998, p. 75 e 91).

As “ovóides gaditanas”, definidas há já mais de duas décadas (García Vargas, 1996), mas que dada a escassez de exemplares completos e contextos cronológicos seguros ainda hoje carecem de uma caracterização mais precisa, apesar das últimas tentativas feitas nessa direção (García Vargas, 1998; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011; García Vargas, Sáez Romero, 2019). Consideram-se o primeiro “grupo” de ânforas de tipologia romana “*com personalidade própria*” da costa da *Ulterior*, surgido na primeira metade do século I a.C. e com maior visibilidade a partir do segundo quartel dessa centúria. A sua produção na área da baía gaditana é hoje uma realidade incontestável, sendo conhecida em várias olarias, a maior parte apenas de prospeção (Lagóstena Barrios, 1996a; Lagóstena Barrios, 1996b; García Vargas 1998), recorrentemente associadas a reproduções de tipos itálicos Dressel 1C e outras formas hispânicas romanizadas como as Dressel 12 e Ovóide 1 gaditana. Os escassos casos escavados que ilustram este contexto produtivo podem ser observados nas intervenções das olarias detetadas na calle Gregório Maraño - em Cádiz; na rua Asteroides, em Gallineras, no Cerro da Bateria - San Fernando, no Jardín del Cano e Javies De Burgos - Porto de Santa Maria e em Rabatún - Jerez de la Frontera (García Vargas, López Rosendo, 2008; López Rosendo, 2010, García Vargas, Sáez Romero, 2019). Ainda no que diz respeito a este tipo, é pertinente comentar que são poucos os dados relativos à sua identificação no atual território português (para uma análise recente da sua dispersão ver Filipe, 2019, p. 268-269). Encontrando-se presente normalmente em sítios com cariz

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

militar ou militarizados, em contextos do segundo terço do século I a.C. destacando-se os dados disponíveis para Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2005), Alto dos Cacos (Almeida e Pimenta, 2008), o Castelo da Lousa (Morais, 2010a), Rocha da Mina (Mataloto, Williams, Roque, 2016) e Mesas do Castelinho (Parreira, 2008).

Para além de um característico corpo ovoide e fundos curtos e ocos, as ânforas integráveis neste grupo apresentam bordos maciços e curtos (tal como os seus colos e fundos), mas com indícios de um desenho ligeiramente aberto para o exterior, antecedendo os perfis mais moldurados que surgirão com as morfologias dos tipos 7-11 de Dressel (García Vargas, López Rosendo, 2008, p. 293). Apesar de recentemente ter sido produzido uma interessante proposta de tipologia dentro destes modelos ovoides de produção gaditana (García Vargas, Sáez Romero, 2019), o estado de fragmentação do material recolhido em Monte dos Castelinhos impede uma análise mais fina (figura 54). Conquanto alguns dos exemplares, como os n.º 485 a 488, representados na Estampa 38, parecem corresponder ao tipo Ovoide Gaditano B1 tendo em conta os perfis verticais dos seus lábios encontrando bons paralelos nos exemplares do naufrágio do Titan e do Grand-Congloué 3, datados de meados do século I a.C. (Quillon e Luaces, 2019).

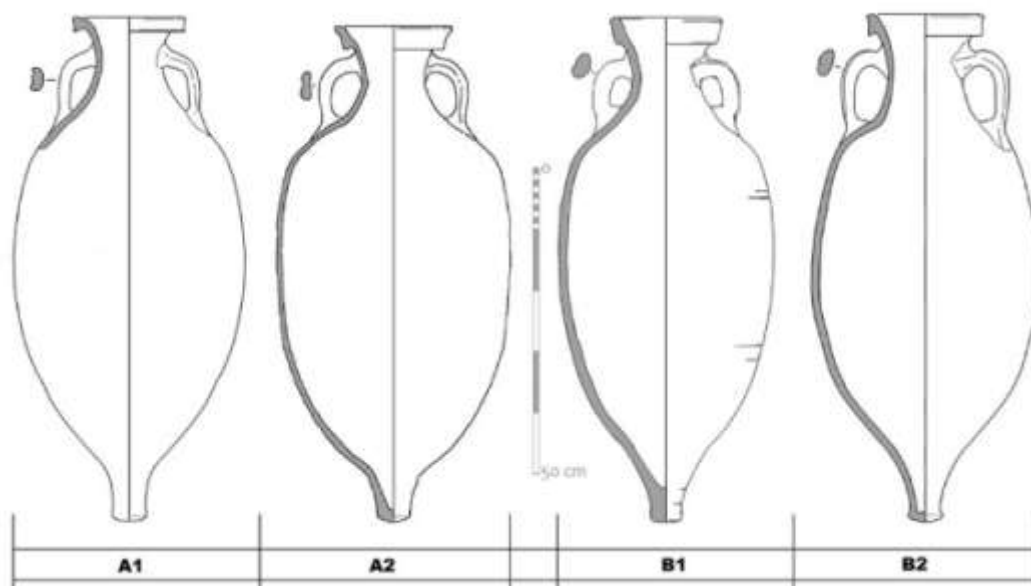


Figura 54 – Proposta de variantes tipológicas das ânforas Ovoides da área de Cádiz (García Vargas e Sáez Romero, 2019, p. 136, figura 16).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

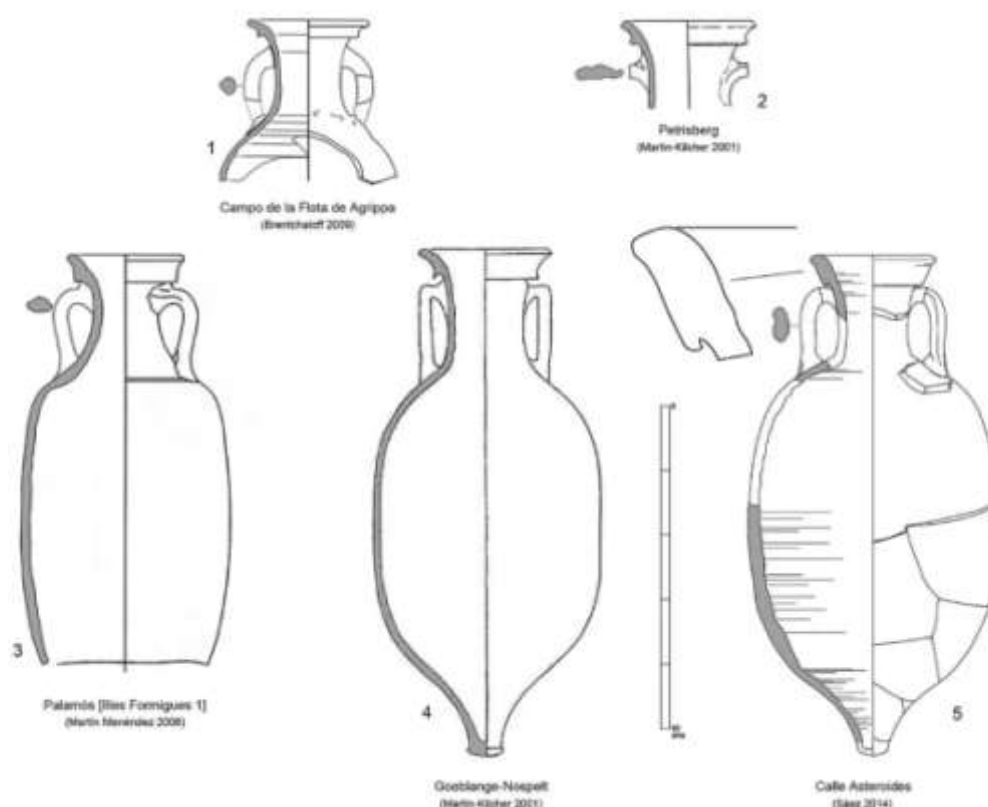


Figura 55 – Variantes antigas do Tipo Dressel 9 da área de Cádiz (García Vargas e Sáez Romero, 2019, p. 138, figura 18).

Já o exemplar melhor preservado, M.C. MMVFX 17432 (Estampa 38, n.º 491), apresenta-se de mais complexo enquadramento. O seu bocal apresenta-se mais espesso e compacto, fazendo lembrar um exemplar recolhido no centro produtor da *Calle Asteroides* e identificado como Dressel 9-10 (García Vargas, Sáez Romero, 2019, p. 120, n.º 2), ainda que o exemplar de Monte dos Castelinhos evidencie um corpo de perfil mais ovalado (figura 55).

O arranque da produção dos primeiros modelos das típicas formas de exportação dos preparados piscícolas Gaditanos de época do principado, nomeadamente das formas representadas nos níveis da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, Dressel 9-10, situam-se, presentemente, nos momentos finais da República, coincidindo com o período terminal da produção dos tipos de ânforas anteriormente apresentados, e com os quais convivem ainda alguns anos nos circuitos comerciais e no registo arqueológico. Assim,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

aproximadamente a partir de 40/30 a.C. surgem nas olarias localizadas sobretudo em torno à Baía de Cádiz os tipos Dressel 7 a 11, ânforas com morfologias próprias e já totalmente romanizadas, que, embora se considere estarem inspiradas em formas tirrénicas e adriáticas, não constituem imitações diretas ou derivações das ânforas itálicas (García Vargas, 1998, García Vargas, Martín Arroyo e Lagóstena Barrios, 2016a e 2016b).

Por último entre as produções anfóricas da costa ocidental da *Ulterior*/Bética identificámos ainda dois fragmentos de bocal da forma Dressel 12, correspondendo a 0,7% do total da amostragem desta Fase, e a 3% das ânforas recebidas da costa Sudoeste da *Ulterior* (Estampa 38, n.º 495, 496). As ânforas da forma Dressel 12 possuem um período de produção/comércio relativamente dilatado, compreendido entre os meados do século I a. C. e o terceiro quartel do século I d.C. Trata-se de um tipo hispânico claramente influenciado e “sucessor” do tipo Dressel 1C (González Cesteros, Bernal Casasola, García Vargas, 2016), particularmente o produzido na *Hispania Ulterior* desde o primeiro terço do I a.C., quer na costa gaditana (García Vargas, 1998; Sáez Romero, 2008) quer na costa meridional, concretamente na baía de Algeciras (Bernal Casasola, Jiménez-Camino Álvarez, 2004) e em Málaga (Mateo Corredor, 2016).

No que se refere aos conteúdos, é sabido que se destinava a envasar preparados piscícolas, tal como se pode deduzir dos inúmeros *tituli* conhecidos (González Cesteros, Bernal Casasola, García Vargas, 2016). Apesar de ser um tipo bastante bem conhecido, pode considerar-se um dos tipos minoritários de ânforas de salga da *Ulterior*/Bética. Embora se encontre com alguma frequência em sítios mediterrânicos, quer terrestres quer de naufrágios, a partir de meados do século I a.C. e frequentemente associados a ânforas ovóides hispânicas (García Vargas, 2001, p. 63), a quantidade e valores que representam dentro das amostras costuma ser bastante limitada. A sua difusão no território português não foge a esta regra, destacando, dir-se-ia, mais uma vez, pela negativa (Filipe, 2019, p. 376).

Ainda dentro da “categoria” dos contentores ovóides da área da costa Sudoeste da *Ulterior*, identificou-se um vasto conjunto de fragmentos de mais difícil enquadramento tipológico. Destacando-se entre estes as asas, fundos e partes substanciais do corpo que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

podem pertencer a vários dos tipos de morfologia ovoide da área da baía gaditana (ver estampa 41 e 42). No presente estudo, optou-se por não deixar de parte este material e tê-lo em consideração na abordagem e quantificação do conjunto. Entre o vasto conjunto de asas detetado nos níveis romano republicanos de Monte dos Castelinhos, sobressai a presença de asas curtas de secção ovoide ou marcadas por profunda depressão longitudinal (Estampa 41). Entre os fundos predomina a presença de bases ocas, ainda que se encontrem igualmente alguns exemplares maciços e em glande (Estampa 42). Os fragmentos com grafitos são raros, tendo-se apenas registado a presença de fragmento de bojo com arranque de asa de tipologia indeterminada, com um X gravado abaixo da asa (Estampa 41, n.º 542). Por último destaca-se um fragmento de parede com a impressão na argila ainda fresca de dois círculos paralelos (Estampa 41, n.º 541). Uma “marca” similar foi registada no Castelo da Lousa, ainda que aí gravada num fragmento de ânfora com pasta que foi interpretado como do grupo “Cartago-Tunes” e interpretada como do T – 7.4.3.1. (Morais, 2010a, Est. XX, n.º 1).

A outra área produtiva presente na Fase 2 de Monte dos Castelinhos, igualmente bem atestada são as ânforas produzidas no Ocidente da *Ulterior*/Lusitânia em concreto a fabricos atribuíveis às áreas dos vales do Tejo/Sado. Encontram-se representados por 118 fragmentos classificáveis, correspondendo a um número mínimo de 66 indivíduos e que equivalem a uma percentagem significativa de 22,8% do total da amostragem, ver figura 49 a 51.

Tal como vimos para a o conjunto da I Fase, deparamo-nos com modelos de Tipologia pré-romana, nesta fase já claramente residuais, a par de modelos já de tipologia Romana, com uma multiplicidade de morfologias que se inspiram claramente nos modelos então em circulação provenientes do Sul Peninsular. Entre as produções pré-romanas identifica-se apenas 5 bocais e 5 asas, 1,7% da amostragem e 7,6% dos contentores da área do Vale do Tejo/Sado (Estampa 43, n.º 557 a 565). Inserem-se no Tipo 7 proposto para a tipologia de ânforas pré-romanas do estuário do Tejo (Sousa, Pimenta, 2014, p. 311). Destaca-se assim o grupo das formas que pertencem ao momento inicial da produção romana na fachada atlântica da *Ulterior*, as ditas “Lusitanas Antigas”, várias delas com aparente morfologia e conotações ovóides, composto por 26 fragmentos que correspondem a 26 NMI e a 9% das ânforas recebidos/consumidas no sítio (Estampa 45). Surgindo estas, a par de bocais de perfil

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ovalado ou sub-rectangular com uma característica moldura abaixo do lábio que remetem para modelos regionais da forma Ovoide 1/Classe 67. Fragmentos atribuíveis a esta morfologia surgem representados por 17 bocais, equivalendo a idêntico NMI, a 6,2% da totalidade do conjunto e a 25,8% do total de ânforas do Tejo/Sado (Estampa 43, n.º 566 a 573; Estampa 44).

Em que contexto e em que moldes é que se terá dado início à produção de ânforas no território actual português, é ainda uma das questões em aberto e para a qual não dispomos de dados absolutos (Pimenta, 2017). Contudo não deixa de ser pertinente supor, que tal como acontece na Bética (Fabião, 2001a, p. 673), o início da produção/difusão de ânforas no espaço ocidental da *Uterior* correspondente à futura província da Lusitânia parece encontrar-se indelevelmente conotado com os contingentes militares e a necessidade de suprir as necessidades de abastecimento de produtos alimentares localmente. A questão de fundo, a de uma produção lusitana mais antiga, entenda-se anterior ao reinado de Tibério, foi levantada na sequência da identificação de diversos conjuntos de ânforas de fabrico claramente lusitano, muitos deles evidenciando morfologia ovoide, recolhidos em contextos aparentemente tardo-republicanos e alto-imperiais (concretamente, de meados a finais do século I a.C.) provenientes de vários sítios da Galiza (Castro de Panxón, Montecastro e Castro de Vigo - Vigo), da região entre o rio Douro e Minho (Castro de Santa Luzia e Castro da Terronha, Viana do Castelo; Rua da Banharia e Aljube, Porto; e Castro de Fiães, Vila da Feira) e a Sul no Vale do Guadiana no sítio do Castelo da Lousa, Mourão (Morais, 2003; 2010a). Após esta primeira síntese e problematização, o panorama da produção anfórica e da comercialização de produtos lusitanos a larga distância passava de estar assente em consolidadas sínteses que sublinhavam um carácter claramente de época imperial (Fabião, 2004c, p. 401) para a existência de uma produção com origem incerta, mas certamente atribuível à segunda metade do século I a.C. (Morais 2004a; Morais, Fabião 2007, Almeida e Fabião, 2019, Filipe, 2020). Após este momento, a sua presença começa a identificar-se em diversos conjuntos de ânforas provenientes de centros de consumo: como as Ilhas Berlengas (Bugalhão, Lourenço, 2006); Santarém (Arruda, Viegas, Bargão, 2006); Alto dos Cacos, Almeirim (Almeida e Pimenta, 2018); Coruche (Quaresma, Calais, 2005); Monte dos Castelinhos (Pimenta, Mendes, Norton, 2008, Pimenta, 2017); Lisboa (Filipe, 2008a; 2008b, 2015, 2019, 2020); Pedrão, Setúbal

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Mayet e Silva, 2016); Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, 2006; Pimenta, Sepúlveda, Ferreira, 2015); Castelo dos Mouros da Graça do Divor, Évora (Mataloto, 2008); o sítio de Soeiros, Arraiolos (Calado, Deus, Mataloto, 1999, Mataloto e Angeja, 2015); Caladinho, Redondo (Mataloto, Williams e Roque, 2016 e 2019); Rocha da Mina, Alandroal (Mataloto, Williams e Roque, 2016 e 2019) e diversos fortins alentejanos da região de Monforte (Boaventura, Banha, 2006). Atestando-se assim uma ampla dispersão destes primeiros modelos de ânforas Lusitanas e permitindo assumir que se estava claramente perante uma verdadeira mudança de paradigma na “fase inicial da produção lusitana” (Morais e Fabião, 2007, p. 127). Infortunadamente, grande parte deste relevante acervo de informação, carecia de contexto primário e de associações estratigráficas seguras que permitissem precisar a cronologia destas primeiras produções e dos seus ritmos comerciais.

Por outro lado, o estado fragmentado da esmagadora maioria desses materiais impediu, e tem vindo a obstruir, uma melhor tipificação destas ânforas (Morais, Filipe, 2016). Conhecem-se apenas quatro exemplares de perfil completo, provenientes de contextos subaquáticos e num dos casos sem clara proveniência, mas trata-se de tipos relativamente mais tardios, aparentemente já de época imperial, concretamente duas Haltern 70 lusitanas (Quaresma, 2005; Filipe 2016, Cardoso, 2013) e dois tipos que se tem relacionado com a Dressel 7 (Morais, Fabião, 2007, 128) e que foram individualizados como a forma Lusitana 12 (Diogo, 1987b, Diogo e Trindade, 1998), ver figura 57.

Resulta claro da leitura da sequência estratigráfica de Monte dos Castelinhos, que estas primeiras produções se encontram já presentes nos níveis de ocupação da primeira fase do sítio, datada de finais da primeira metade do século I a.C. e que estão bem atestados na segunda fase, centrada com segurança entre 50-30 a.C. Outro elemento a ter em conta é que estas primeiras produções surgem a par e do ponto de vista de análise macroscópico com os mesmo fabricos com modelos de ânforas de tipologia pré-romana, nomeadamente do Tipo 7 da proposta tipológica destes modelos (Sousa, Pimenta, 2014, p. 311).

A existência de uma tradição de produção anfórica pré-romana na área do vale do Tejo/Sado era até há bem pouco tempo um fenómeno desconhecido. Contudo o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

incremento dos dados disponíveis para a segunda metade do primeiro milénio a.C. tem vindo a mudar essa imagem e permitir vislumbrar uma sólida tradição oleira local (Sousa, 2014). A entidade de uma produção de ânforas durante a Idade do Ferro nesta região não é uma ideia nova tendo sido proposta para alguns exemplares recolhidos na Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000) e posteriormente com base em materiais recolhidos na área urbana de Lisboa (Pimenta, 2005). Tivemos recentemente oportunidade em colaboração com Elisa de Sousa de apresentar uma proposta de sistematização formal das diversas morfologias presentes e de propor um primeiro ensaio sobre a sua evolução formal, que se mantem de forma clara até ao período romano republicano (Sousa e Pimenta, 2014). Uma das questões ainda por solucionar de forma contundente é a dos centros produtores destes contentores pré-romanos. Para o vale do Sado encontra-se proposto desde o início dos anos noventa do século passado uma produção de modelos afins às das ânforas Mañá-Pascual A4, com base nos vestígios de um forno, nunca apresentado de forma clara, na área urbana de Alcácer do Sal (Diogo *et al.*, 1990). Para o vale do Tejo, os dados sobre os eventuais centros oleiros pré-romanos são mais complexos. No sopé de Monte dos Castelinhos, na Quinta da Marquesa II, recuperámos, em prospeção, alguns fragmentos deformados integráveis no tipo 1, associados a prismas cerâmicos, que permitem propor a existência de um centro oleiro no local, datado de meados do século VII-VI a.C., ainda que o mesmo nunca tenha sido intervencionado (Pimenta, Mendes, 2010-2011). Por outro lado, na Rua dos Correeiros, em Lisboa, identificou-se um pequeno forno que se presume estar associado à produção cerâmica e que permite admitir que na área envolvente possam existir outras estruturas de maior dimensão que possam destinar-se ao fabrico de contentores anfóricos (Sousa, 2014). Tendo esta informação sido reforçada com a deteção de novos fornos na baixa de Lisboa, no edifício do antigo Convento de *Corpus Christi* (Antunes, Oliveira e Manso, 2020). Contudo, também esta evidência se reporta a meados do século V a.C.

Para a fase a que nos reportamos, os dados são assaz escassos, sendo as evidências de olarias romanas apenas conhecidas a partir, de meados do século I d.C. acompanhando aliás o emergir das indústrias de preparados piscícolas na foz do rio (Raposo, 2017). Apesar deste vazio de informação, o recente estudo de alguns conjuntos expressivos de ânforas provenientes de sítios de consumo permite vislumbrar a relevância que estas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

produções locais parecem ter tido nos momentos finais da Idade do Ferro e que se prolonga durante o período romano republicano, ainda com percentagens relevantes em torno dos 11% nos contextos do terceiro quartel do século II a.C. da área do Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005). O recente estudo que pudemos efetuar sobre o conjunto de ânforas exumadas associadas a um amplo edifício do período romano republicano na área da antiga alcáçova islâmica de Lisboa (Pimenta *et al.*, 2014) revelou a par de um conjunto numeroso de importações anfóricas da Península Itálica uma significativa percentagem de ânforas de produção local/regional, cerca de 9,6% (Pimenta, Baptista e Mota, 2021). Sendo de sublinhar pelo seu ineditismo, a presença de inúmeros fragmentos com colagem que permitiram a reconstituição de uma ânfora de produção regional dos vales do Tejo ou do Sado que se inspira claramente nas ânforas itálicas do tipo Greco-Itálico tardio ou nos primeiros modelos das ânforas da forma 1 de Dressel. Estamos assim perante o primeiro modelo, ou melhor, perante a primeira tentativa de criar um modelo de ânfora tipicamente romano na fachada atlântica da Península. Este fenómeno de imitação de modelos exógenos nomeadamente itálicos encontra-se bem atestado e estudado para a baía de Cádiz desde momentos recuados ainda do século III a.C. (Garcia Vargas, 1998; Sáez Romero, 2008). No decurso do estudo do conjunto de ânforas provenientes das escavações do Castro de Chibanes, Palmela, detetou-se igualmente uma surpreendente presença de ânforas de tipologia pré-romana, sendo que estas mantêm-se com percentagens significativas até a meados do século I a.C. Destaca-se igualmente aqui a presença de alguns fragmentos de bocais e fundos que podemos igualmente associar a este modelo formal, imitando as típicas ânforas vinárias itálicas. Contudo, não sabemos ao certo o alcance destas primeiras produções, sendo escassos os elementos que conhecemos sobre a presença/difusão destas Dressel 1 Lusitanas. Apesar de aparentemente ausentes em Castelinhos, parece-me, porém, relevante ter presente estes primeiros fenómenos de imitação das ânforas itálicas, para enquadrar as primeiras produções e contextualiza-las dentro de uma indústria oleira com tradição ancestral.

Como acima referimos, nos níveis da primeira fase, foi possível recolher um exemplar com a parte superior bem conservada, que reproduz de forma bastante aproximada o modelo das ânforas Ovoide 1 do Guadalquivir. Tendo em conta este exemplar é possível reavaliar todo um conjunto de materiais já publicados e que ora permitem sustentar a existência de uma produção no ocidente da *Ulterior* de uma reprodução/formal afim da

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ovoide 1/Classe 67. Os fragmentos de bocais que apresentamos na Estampa 43, n.º 566 a 573 e Estampa 44, n.º 574 a 579, correspondem precisamente a esta forma. Na figura 56 ensaia-se uma tentativa de reconstituição do modelo formal da Ovoide 1 Lusitana, tendo em conta a parte superior recolhida em níveis da Fase 1 e um fundo da mesma morfologia e com o mesmo diâmetro, proveniente da Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

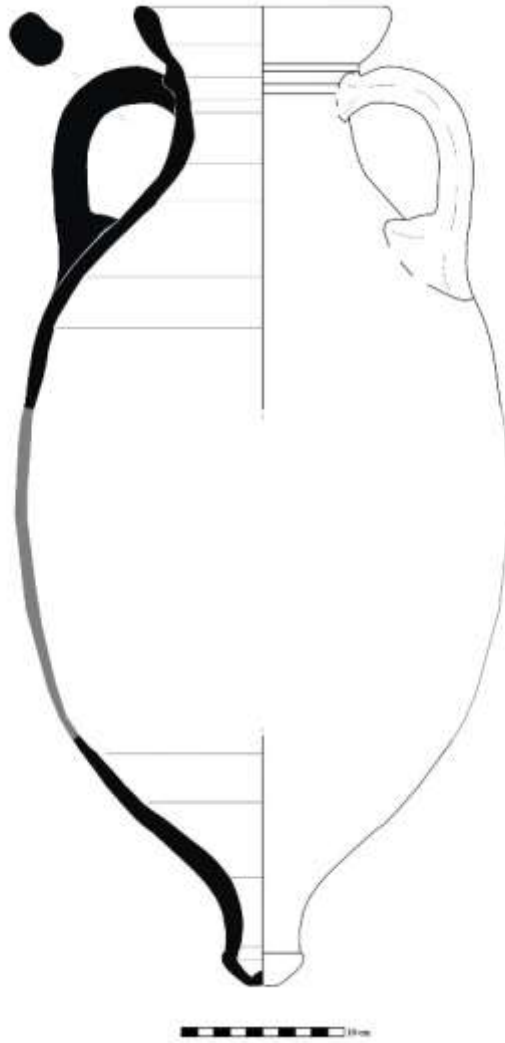


Figura 56 – Reconstituição de um exemplar integrado na forma Ovoide 1 do Tejo/Sado de Monte dos Castelinhos.

Mais complexo, se apresenta o enquadramento de dois bocais n.º 591 e 592 da Estampa 45, que evidenciam um bordo vertical pendente, seguido de uma moldura e de uma asa maciça vertical de secção ovoide e com depressão longitudinal. Tendo em conta o perfil

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

do bocal faz recordar os modelos das ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 1 C. Já os restantes bocais, com bordos moldurados e ligeiramente abertos ou com pequenos bordos em fita, são de mais difícil enquadramento. Não obstante, tendo em conta os exemplares melhor preservados e outros casos conhecidos – Santarém (Arruda, Viegas, Bargão, 2006), Lisboa-Teatro romano (Filipe 2008; 2015), Lisboa-Rua dos Bacalhoiros (Filipe, 2008b) – seja possível sustentar a inclusão dos primeiros dentro de formas inspiradas/relacionadas com primeiras séries dos tipos Dressel 7, 9 ou 10 da costa Sudoeste da *Ulerior*/Bética, como já outros propuseram (Morais, 2003; Arruda, Viegas, Bargão, 2006; Morais, Fabião, 2007; Morais, Filipe, 2016); ainda que alguns aspetos do seu perfil nos levem antes a ter presente a sua similitude com os contentores da *Ulerior* de morfologia ovoide, como a Ovoide 4 do Guadalquivir ou a Ovoide gaditana (Estampa 44: N.º 578, 586 e 597; Estampa 45, n.º 590 a 604).

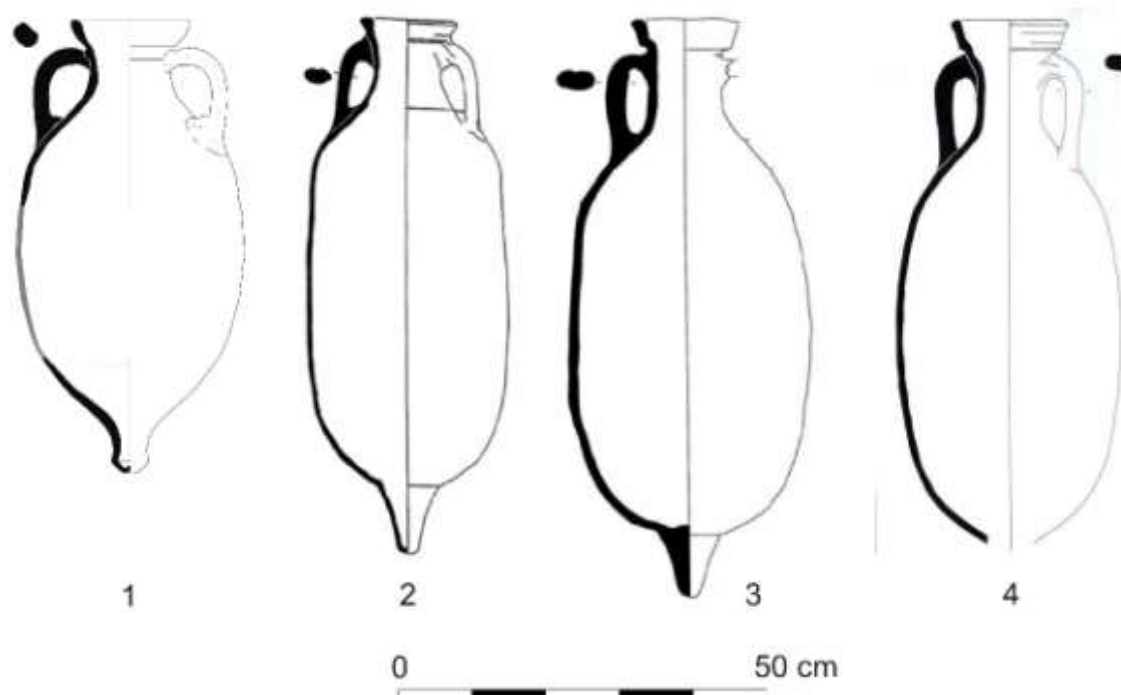


Figura 57 – Exemplares, melhor preservados dos primeiros modelos anfóricos de produção Lusitana: 1 – Ovoide 1 Lusitana de Monte dos Castelinhos. 2 – Exemplar classificado como Lusitana 12, Museu de Évora (Diogo, 1987b). 3 – Haltern 70 Lusitana, Rio Tejo, Museu Vila Franca (Quaresma, 2005). 4 - Haltern 70 Lusitana, recolhida ao largo das Berlengas (Cardoso, 2013, p. 43).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No que diz respeito aos centros produtores de onde terão saído estes contentores de produção mais antiga, permanecem ainda desconhecidos. É certo que se conheciam há já algum tempo vários locais onde se encontra documentada a produção, contextualmente datada no reinado de Tibério, de uma ânfora similar à Dressel 14, porém de menores dimensões que a forma canónica e evidenciando bocais moldurados, elemento característico das suas primeiras etapas de produção (Fabião, 2004c, p. 395), mas que não pode ser propriamente classificada como “Lusitana Antiga”. Ditas produções foram documentadas na olaria do Largo da Misericórdia, na área urbana da cidade de Setúbal (Silva, 1996) e nas olarias de Pinheiro e Abul (Mayet e Silva, 1998; 2002), já no interior do Baixo Sado. Tendo recebido a classificação de “Dressel 14 variante A” nas sistematizações regionais realizadas (Mayet e Silva, 1998; 2002). Mais recentemente foi detetada uma área de produção, na área urbana de Alcácer do Sal, o denominado Forno da Parvoíce (Pimenta *et al.*, 2016). Uma eventual produção destes modelos iniciais é igualmente presumível para o sítio de Porto de Sabugueiro - Muge, no baixo vale do Tejo (Cardoso, 1990, p. 156).

O projeto de estudo em torno da olaria romana do Morraçal da Ajuda, em Peniche, veio aduzir novos dados a esta problemática sendo aparentemente o mais antigo centro produtor de ânforas romanas da *Uterior/Lusitânia* que se conhece. Com início de produção no período de Augusto, aqui terão sido fabricados modelos anfóricos singulares, que não se encontram em nenhuma das outras regiões produtoras lusitanas, com evidentes afinidades morfológicas com formas de ânforas de preparados piscícolas de cronologias alto imperiais da Bética (Cardoso, Rodrigues, 2005; Cardoso, Rodrigues, Sepúlveda, 2006; Cardoso *et al.*, 2016), mas que têm muito pouco em comum com os tipos de ânforas “antigas” encontradas nos sítios de consumo dos vales do Tejo e do Sado.

Assim, dos centros oleiros enunciados, nenhum apresenta dados produtivos e cronologias compatíveis com os dos centros de consumo antes referidos. Situação distinta parece ser a que se pode esboçar a partir da olaria recentemente escavada na Rua António Joaquim Granjo, na área urbana de Setúbal, na qual se identificou a produção de ânforas formalmente enquadráveis nas “Lusitanas Antigas”, com morfologias ovóides ou outras relacionáveis com as béticas Dressel 7, 9 e 10, datadas de Augusto (Mayet, Silva, 2006, p. 64-65; Silva, 2018, p. 163 a 166).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em função do exposto e em particular à luz dos dados do Monte dos Castelinhos, demonstra-se de forma contundente a existência de uma produção e comercialização de ânforas ditas “Lusitanas Antigas” no Vale do Tejo a partir dos inícios da segunda metade do século I a.C. O quadro morfológico e cultural em que esta se enquadra denota estreitos paralelos com o que tem vindo a ser traçado para as áreas mais romanizadas do vale do Guadalquivir, da área da baía gaditana e da baía de Algeciras (García Vargas, Almeida e González Cesteiros, 2011). Sendo interessante ter presente a proposta de que esta similitude formal pode traduzir a existência de migrações de oleiros da *Ulterior*/Bética para o ocidente (Morais e Fabião, 2007, p. 132). Penso que esta realidade produtiva, que se traduz numa romanização dos contentores e que implica por inerência uma romanização do campo e da pesca, se prende com a necessidade de abastecimento ao exército no âmbito do processo tardio de conquista e no contexto de instabilidade que se viveu no extremo ocidente na segunda metade do século I a.C. É assim neste contexto que se deve entender a sua receção/consumo no sítio de Monte dos Castelinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CONJUNTO

O conjunto de ânforas recolhido nos trabalhos de escavação em Monte dos Castelinhos no âmbito do Projecto MOCRATE, nas campanhas de 2008 a 2019, permitiu-nos analisar detalhadamente um número de **2120** fragmentos diagnosticáveis e passíveis de ser classificados cujo estudo resultou de **1010** o número mínimo de indivíduos (NMI) quantificados, convertendo-o numa das mais significativas amostragens, em termos numéricos e estatísticos devidamente contextualizadas no ocidente da *Ulterior*. Os elementos que se reportam ao período romano republicano correspondem a **1336** fragmentos, que permitem reconstituir um NMI de **633**. Amostragem que evidencia alta fiabilidade estatística do ponto de vista da análise da economia antiga (Molina Vidal, 1997, p. 41).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Conteúdo	Proveniência	Tipo	NMI	%NMI	%NMI conteúdo região
Vinho e derivados	Península Itálica, costa tirrénica	Dressel 1	10	1,85%	100%
		TOTAL		10	1,85%
	Península Itálica, costa adriática	Lamboglia 2	5	0,92%	100%
		TOTAL		5	0,92%
	Ulterior/ vale do Guadalquivir	Dressel 1	5	0,92%	3,8%
		Ovoide 4	107	19,78%	82%
		Haltern 70	18	3,33%	14%
		TOTAL		130	24,03%
	TOTAL		145	26,8%	
Azeite	Península Itálica, costa adriática	Brindisi	1	0,18%	100%
		TOTAL		1	0,18%
	Ulterior/ vale do Guadalquivir	Ovoide 1	45	8,32%	40%
		Ovoide 2	3	0,55%	2,7%
		Ovoide 3	4	0,74%	3,6%
		Ovoide 5	13	2,40%	12%
		Ovoide 6	47	8,69%	42%
		Ovoide 9	1	0,18%	0,9%
		TOTAL		113	20,89%
TOTAL		114	21,1%		
Preparados piscícolas	Ulterior/ vale do Guadalquivir	Mañá C2b	1	0,18%	100%
		TOTAL		1	0,18%
	Ulterior/ costa do Sudoeste	Dressel 1C	1	0,18%	0,7%
		T- 7.4.3.3.	9	1,66%	6%
		Ovoide gaditana	77	14,23%	55%
		Ovoide 1	25	4,62%	18%
		Dressel 12	3	0,55%	2%
		Dressel 9-10	17	3,14%	12%
		Dressel 7/11	7	1,29%	5%
		TOTAL		139	25,69%
TOTAL		140	26%		
Indeterminado	Ulterior/ vale do Tejo/Sado	Tip. Pré-romana	10	1,85%	7%
		Lusitanas Antigas	78	14,42%	55%
		Ovoide 1 Lusitanas	54	9,98%	38%
		TOTAL		142	26,25%
	TOTAL		142	26,2%	
TOTAL			541	100%	

Figura 58 – Ânforas do Monte dos Castelinhos do período romano republicano segundo o seu conteúdo e origem.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A opção por uma análise do conjunto tendo em conta a sua estratigrafia e faseamento permite uma maior fiabilidade do ritmo de importações do sítio tendo em conta a sua cronologia e arquitetura. Sendo mais um contributo para a perceção da curta duração da ocupação de ambas as fases, situando-se entre a década de 70 e a década de 30 do século I a.C. Da análise do ritmo de importação de produtos alimentares transportados em ânforas, sobressai a forte dependência de abastecimento externo, especificamente da *Ulterior/Bética*, desde a fundação de Monte dos Castelinhos em finais da primeira metade do século I a.C. até à destruição do conjunto urbanístico da Fase 2, cerca de 40-30 a.C.

Para uma melhor perceção do significado das importações/abastecimentos de produtos alimentares ao Monte dos Castelinhos ao longo do período romano republicano ensaiou-se uma tentativa de leitura dos conteúdos transportados e assim dos ritmos com que esses produtos chegaram ao sítio. Se em relação à proveniência, o conhecimento de que hoje dispomos sobre os fabricos nos dá alguma segurança na atribuição a uma determinada área geográfica, já o mesmo não sucede relativamente aos produtos transportados. Sendo que para alguns dos contentores, como é o caso das produções da *Ulterior/Lusitania* - vale do Tejo/Sado não dispomos de quaisquer dados objetivos, nesta fase em que escrevemos, tendo assim optado por os colocar como de conteúdo indeterminado. Para uma maior precisão exclui-se desta análise o grupo dos NMI que não conseguimos classificar e que no estudo do conjunto se mantiveram como de tipo indefinido. Destaca-se desta análise algum equilíbrio ao nível das importações na totalidade do conjunto, com o vinho e seus derivados atestados com 26,9%, os preparados piscícolas com 26% e o azeite com 20,9% (ver tabela da figura 58). Porém temos que matizar que o grupo dos indeterminados, correspondendo aos contentores regionais, é significativo 26,3% e a sua atribuição de conteúdo pode alterar este aparente equilíbrio.

A análise dos conteúdos presentes por fase é interessante por documentar que nos primeiros momentos do sítio se assiste a uma preponderância dos preparados piscícolas, 36%, seguida de perto do vinho e seus derivados, 25,4 e dos contentores de azeite, 16,4%. Também aqui o grupo dos indeterminados é significativo 22,4% (ver figura 59). Na fase 2 do sítio, assiste-se, porém, a algum equilíbrio entre os produtos, com o azeite

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

a dominar com 28,3%, seguido do vinho 27,5% e dos preparados piscícolas 25% (ver figura 60).

Sobressai da análise do conjunto de ânforas do Monte dos Castelinhos a escassa representatividade das ânforas vinárias itálicas e dos típicos contentores de preparados piscícolas na baía gaditana, as ânforas Mañá C2b, aliados a uma forte representação dos tipos ovóides da costa e do interior da *Ulerior*/Bética. Sendo que esta realidade configura uma questão cronológica, mas também de lógica de abastecimento. Essas problemáticas cruzam-se com a relevância que o sítio parece alcançar precisamente nos momentos finais do período da conquista, assumindo um claro *facies* militar relacionado com as guerras entre César e Sexto Pompeio. É patente que as produções ovóides tardo-republicanas do Guadalquivir estão presentes e são já parte integrante da rede de produtos/abastecimento destinado aos destacamentos militares, pelo menos desde a época do pretorado de César, mas que se acentua ao longo da segunda metade do século I a.C. (García Vargas, Almeida e Gonzalez Cesteros, 2011). Não deixa de ser interessante e paradigmático comparar o padrão de abastecimento presente em Monte dos Castelinhos com o registado em Lisboa/*Olisipo* e em Chões de Alpompe/*Móron* para a primeira fase da conquista (Pimenta, 2005; Pimenta e Arruda, 2014). Trata-se de um outro cenário de abastecimento provincial, que se materializa no “(...) primado do princípio do “vizinho mais próximo”; isto é, da valorização da proximidade geográfica do abastecimento (Fabião, 2001a, p. 674). Essa realidade encontra-se aliás plasmada nas fontes clássicas, quando se refere que durante o conflito que opôs no território peninsular dos partidários de César e de Pompeio, ambos os oponentes abasteciam localmente os seus exércitos (Muñiz Coello, 1978, p. 251).

Esta nova realidade materializa-se numa verdadeira “revolução morfológica”, dos contentores (Fabião, 2001a), rompendo-se com a anterior tradição púnica e criando-se um novo conjunto formal de tipos romanizados. Com início no segundo quartel do séc. I a.C., mas sobretudo a partir de meados dessa centúria, este novo padrão de abastecimentos encontra-se demonstrado no significativo aumento das importações da área meridional da província da *Ulerior*, nomeadamente de azeite e vinho do vale do Guadalquivir, transportados em diversos tipos de ânforas ovóides e de produtos piscícolas da região costeira da área da baía gaditana envasados em contentores de morfologia ovoide mas também nas características ânforas Mañá C2b (T-7.4.3.3). Estas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

profundas alterações são documentadas em todo o território peninsular enquadrando-se nas importantes transformações comerciais que ocorreram à escala do Império durante a segunda metade do séc. I a.C., observando-se uma inversão da tendência nas relações centro/periferia (Mateo Corredor, 2016, p. 365).

No extremo ocidente peninsular o fenómeno da quebra das importações itálicas a par da ascensão de produtos alimentares provenientes da *Uterior*/Bética encontra-se bem documentada. Sendo importante ter presente os dados da Lomba do Canho, onde apesar de os contentores itálicos ainda estarem bem representados são já ultrapassados pelas importações da *Uterior* (Fabião, 1989). Mas igualmente no acampamento militar de Alto dos Cacos (Pimenta *et al.*, 2012; Almeida e Pimenta, 2018), no Castelo da Lousa (Morais, 2010a), em Mesas do Castelinho (Parreira, 2009), no *Castellum* de Monte Manuel Galo (Alves, 2014), no Monte Molião (Arruda e Sousa, 2012), sendo especialmente evidente em Castro Marim (Viegas, 2011), onde as produções itálicas exibem proporções similares às de Castelinhos. A mesma leitura encontra-se bem documentada em outras áreas da *Uterior*, em particular no vale do Guadalquivir, onde na cidade de Sevilha/*Hispalis* na intervenção da Rua Alemanes 25-27 e no pátio de las Banderas del Alcázar, em contextos bem datados da segunda metade do século I a.C. as ânforas itálicas são já francamente minoritárias (García Vargas, 2009; Bernal Casassola, *et al.*, 2013, p. 361-362). O mesmo cenário encontra-se aliás atestado para as cidades de *Carmo* e *Ilipa*, onde entre os conjuntos anfóricos estudados as ânforas itálicas não ultrapassam os 10% da amostragem (Mateo Corredor, 2016, p. 365).

A par da raridade das ânforas Itálicas, constata-se em Monte dos Castelinhos uma parca representação das ânforas T-7.4.3.3. apenas atestadas por 7 NMI, que equivalem a 1,1% do total da amostragem do período romano republicano (figura 43), encontrando-se por outro lado atestado uma abundância de formas ovóides do Guadalquivir e da área gaditana. Sendo que esta leitura é corroborada no baixo Tejo em Alto dos Cacos, onde se denota um quadro de importações similar (Almeida e Pimenta, 2018). A este título, penso que é pertinente ter em conta a realidade dos sítios onde se encontram bem documentados contextos atribuíveis aos quartéis centrais do séc. I a.C. e ao principado de Augusto. Na Lomba do Canho, sítio *grosso modo* enquadrável no terço central do séc. I a.C., foi identificado apenas um exemplar de T-7.4.3.3., cuja classificação aliás é tida com cautelas (Fabião, 1989). No *Castellum* de Monte Manuel Galo estas ânforas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

estão ausentes (Alves, 2014), situação aliás que se parece repetir nos outros *Castella* do Baixo Alentejo (Madeira, 1986), bem como em alguns sítios do interior do Alto Alentejo com contextos datados do terceiro e/ou do último quartel do séc. I a.C., tais como Caladinho (Mataloto, 2010; Mataloto *et al.*, 2014), Rocha da Mina (Mataloto e Roque, 2013), “Castelo Velho” de Veiros (Arnaud, 1970; Mataloto e Roque, 2012), Castro de Segovia (Bargão, 2017) ou Soeiros (Calado *et al.*, 1999; Mataloto e Angeja, 2015). No vale do Guadiana, no Castelo da Lousa regista-se um panorama similar, tendo-se apenas identificado 3 NMI (Morais, 2010a). Estes dados parecem atestar que durante a segunda metade do séc. I a.C. se assistiu não só a uma importante quebra nas importações/abastecimentos da Península Itálica, sobretudo das ânforas vinárias do tipo Dressel 1, como também a um decréscimo bastante acentuado na chegada das T-7.4.3.3. Esta leitura é relevante, pois não coincide como vimos *infra* com os dados disponíveis sobre a Alcáçova de Santarém (Arruda e Almeida, 1998) nem os de Lisboa (Pimenta, 2007; Filipe, 2015), onde as ânforas Mañá C2b são atestadas ao longo do século I a.C. A proposta de que aqui poderíamos estar perante resultados que se prendem com o índice alto de residualidade nas estratigrafias de sítios urbanos é tentadora, mas não é de fácil demonstração (Filipe, 2019, p. 605). Sendo igualmente possível ver nestes registos heterógenos distintos mercados e circuitos de abastecimento. Recorde-se que já foi proposto distintos mercados e canais de distribuição para as Dressel 1C e Mañá C2b / T-7.4.3.2-T-7.4.3.3. e para os modelos ovóides Gaditanos (García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011, p. 257-258; reforçado em García Vargas e Saéz Romero, 2019, p. 113).

Assim, o sítio de Monte dos Castelinhos parece corresponder a um padrão de recepção/consumo de produtos alimentares já de momentos terminais da República e inícios da segunda metade do século I a.C., quando os produtos do vale do Guadalquivir, conjuntamente com os da área da costa Sudoeste, maiormente da baía de Cádiz, e da fachada ocidental atlântica da *Ulterior* (primeiras produções dos vales do Tejo/Sado) monopolizam o abastecimento.

Do ponto de vista regional, importa sublinhar por se tratar certamente do mesmo momento e realidade histórica, que a leitura do quadro de abastecimentos de Monte dos Castelinhos, encontra fortes paralelismos com o conjunto do acampamento militar de Alto dos Cacos – Almeirim, igualmente no baixo vale do Tejo (Almeida e Pimenta,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2018). Assim como entre o conjunto da Alcáçova de Santarém – a *ubi* de *Scalabis Praesidium Iulium*, especificamente na forte presença das importações do vale do Guadalquivir (Almeida, 2008). Por outro lado, não deixa de ser pertinente explicitar que tal leitura, onde se encontra bem marcado o papel do abastecimento da *Uterior*, não se encontra presente no porto de *Olisipo* (Filipe, 2019), traduzindo possivelmente essa mais ténue presença o papel marginal que Lisboa assumiu nas movimentações militares das guerras Cesarianas e conflito subsequente entre César e Sexto Pompeio.

Conteúdo	Proveniência	Tipo	NMI	%NMI	%NMI conteúdo região
Vinho e derivados	Península Itálica, costa tirrénica	Dressel 1	1	1,49%	100%
		TOTAL	1	1,49%	100%
	Uterior/ vale do Guadalquivir	Ovoide 4	16	23,88%	100%
		TOTAL	16	23,88%	100%
	TOTAL	17	25,4%		
Azeite	Uterior/ vale do Guadalquivir	Ovoide 1	4	5,97%	36%
		Ovoide 3	1	1,49%	9,1%
		Ovoide 6	6	8,96%	55%
		TOTAL	11	16,42%	100%
	TOTAL	11	16,4%		
Preparados piscícolas	Uterior/Bética Costa Sudoeste	T- 7.4.3.3.	3	4,48%	13%
		Ovoide gaditana	15	22,39%	63%
		Ovoide 1	4	5,97%	17%
		Dressel 12	2	2,99%	8%
		TOTAL	24	35,82%	100%
	TOTAL	24	36%		
Indeterminado	Uterior/ vale do Tejo/Sado	Tip. Pré-romana	5	7,46%	33%
		Lusitanas Antigas	8	11,94%	53%
		Ovoide 1 Lusitanas	2	2,99%	13%
		TOTAL	15	22,39%	
	TOTAL	15	22,4%		
TOTAL			67	100%	

Figura 59 – Ânforas da Fase 1 de Monte dos Castelinhos segundo o seu conteúdo e origem.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Conteúdo	Proveniência	Tipo	NMI	%NMI	%NMI conteúdo região
Vinho e derivados	Península Itálica, costa tirrénica	Dressel 1	5	1,99%	100%
		TOTAL	5	1,99%	100%
	Península Itálica, costa adriática	Lamboglia 2	5	1,99%	100%
		TOTAL	5	1,99%	100%
	Ulterior/ vale do Guadalquivir	Dressel 1	5	1,99%	8,5%
		Ovoide 4	36	14,34%	61%
		Haltern 70	18	7,17%	31%
		TOTAL	59	23,51%	100%
	TOTAL		69	27,5%	
Azeite	Península Itálica, costa adriática	Brindisi	1	0,40%	100%
		TOTAL	1	0,40%	100%
	Ulterior/ vale do Guadalquivir	Ovoide 1	30	11,95%	43%
		Ovoide 2	2	0,80%	2,9%
		Ovoide 3	3	1,20%	4,3%
		Ovoide 5	12	4,78%	17%
		Ovoide 6	22	8,76%	31%
		Ovoide 9	1	0,40%	1,4%
		TOTAL	70	27,89%	100%
	TOTAL		71	28,3%	
Preparados piscícolas	Ulterior/ vale do Guadalquivir	Mañá C2b	1	0,40%	100%
		TOTAL	1	0,40%	100%
	Ulterior/Bética Costa Sudoeste	T- 7.4.3.3.	6	2,39%	10%
		Ovoide gaditana	19	7,57%	31%
		Ovoide 1	18	7,17%	29%
		Dressel 12	2	0,80%	3%
		Dressel 9-10	17	6,77%	27%
		TOTAL	62	24,70%	100%
	TOTAL		63	25%	
Indeterminado	Ulterior/ vale do Tejo/Sado	Tip. Pré-romana	5	1,99%	10%
		Lusitanas Antigas	26	10,36%	54%
		Ovoide 1 Lusitanas	17	6,77%	35%
		TOTAL	48	19,12%	
			48	19,1%	
TOTAL			251	100%	

Figura 60 – Ânforas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos segundo o seu conteúdo e origem.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.4. A CERÂMICA COMUM

Le concept de céramique commune n'est pas une notion exacte, définie avec rigueur, et sur laquelle tous les archéologues sont d'accord.

(Alarcão, 1975, p. 26)

No presente capítulo iremo-nos deter no estudo das cerâmicas comuns, sendo que, assumimos à partida, que a definição desta categoria cerâmica é extremamente difusa. Esta designação afirmou-se na história dos estudos cerâmicos pela ausência de melhor alternativa, agrupando assim as categorias cerâmicas distintas das até aí individualizadas (Dias, 2014, p. 52). Assim, assume-se incluir neste capítulo toda a cerâmica destinada a uma “utilização corrente”, à semelhança do que foi definido no estudo da cerâmica comum da Lomba do Canho, englobando nesta definição materiais com utilizações variadas, ligadas à preparação e confeção de alimentos, ao transporte de líquidos, ao armazenamento de produtos alimentares, a serviços de acabamento cuidado de serviço à mesa e mesmo de recipientes que se prendem com práticas de higiene (Fabião e Guerra, 1987, p. 289).

Quando abordamos qualquer comunidade humana pré-industrial, a cerâmica revela-se como um dos elementos mais relevantes, sendo produzida em função das necessidades das comunidades humanas que a usaram (Fabião, 1998a, p. 12). É assim, portanto, uma categoria artefactual potencialmente informadora das atividades quotidianas da população de Monte dos Castelinhos.

O volume de dados proveniente das áreas de cariz residencial identificadas nas Sondagens n.º 4, 5 e 8 permite vislumbrar o seu padrão de distribuição espacial, as suas associações, agrupamentos dentro dos compartimentos e suas variações quantitativas. O conjunto das cerâmicas comuns presentes em Monte dos Castelinhos é extremamente diversificado, tanto do ponto de vista morfológico como no respeitante às pastas e processos de fabrico, refletindo uma diversidade de origens que traduz o cariz plural do sítio e de suas ocupações.

No estudo do amplo conjunto de cerâmica comum recolhido nos contextos romanos republicanos de Monte dos Castelinhos pretende-se definir tipologias de fabricos e de formas que permitam caracterizar toda a sua complexidade. Por um lado, almeja-se igualmente reconhecer quais são as transformações que ocorrem nos serviços cerâmicos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

do mundo indígena do baixo Tejo, neste momento de transição, ao nível das formas, técnicas e decorações e como essas mudanças plasam ou não a adoção de novos hábitos alimentares (Viegas, 2019).

Apesar da categoria de estudo, cerâmica comum, se prender com leituras tão específicas e possibilitar abordagens tão diversificadas, pode afirmar-se que é também aquele que, frequentemente, menos atenção tem merecido por parte dos investigadores (Alarcão, 1975). Felizmente, esta tendência da investigação tem-se invertido e temos nas últimas duas décadas assistido a uma revitalização e renascer das abordagens desta área (Viegas, 2019). Destaca-se como marco nos estudos, a tese de doutoramento de Inês Vaz Pinto “*A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*” que veio dar um contributo fundamental ao tema (Pinto, 2003). Tendo este impulso, sido seguido por diversos trabalhos académicos a nível de provas de Dissertação de Mestrado, incidindo sobre este tema, como o estudo da cerâmica comum de Idanha-a-Velha (Dias, 2002), o estudo da necrópole de Rouca, Alandroal (Rolo, 2010), o trabalho monográfico sobre a olaria da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos, 2011), sobre a cerâmica da zona Norte de Conímbriga (Cerveira, 2017), ou sobre a cerâmica comum da *Villa* romana da Quinta da Bolacha, Amadora (Figueira, 2018). Culminando nas recentes Teses de Doutoramento de Vítor Dias, sobre a cerâmica comum da cidade de *Ammaia* (Dias, 2014) e na dissertação de Mónica Rolo centrada no mundo funerário no nordeste Alentejano, mas que incide igualmente sobre um amplo conjunto de cerâmica comum (Rolo, 2018).

Para a área que nos encontramos a abordar, o vale do Tejo, dispomos ainda de poucos dados sobre as produções de cerâmica comum, contudo o conhecimento tem-se vindo a consolidar em particular para o período do principado e da antiguidade tardia. Destaca-se: os precursores estudos de Jeanette Nolen (1988) centrado no estudo da cerâmica comum da *villa* romana do Alto do Cidreira, Cascais; os dados ainda que parciais sobre diversas intervenções na área urbana de *Olisipo* onde se incluem conjuntos desta classe cerâmica (destacando-se alguns trabalhos recentes - Bugalhão *et al.*, 2013; Silva, 2014; 2015; Silva, 2018b; Silva, Nozes, Miranda, 2015; Grilo, 2017); sobre os centros oleiros na bacia do Tejo, destaca-se o estudo contextual da produção da cerâmica comum da olaria da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos, 2011) e por último o recente avanço sobre os conjuntos de cerâmica comum das *Villae* romanas em torno de *Olisipo*, como a de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Freiria (Cardoso, 2015); Quinta da Bolacha, Amadora (Figueira, 2018); Povos (Grilo e Santos, 2016-2017), Sub-Serra, Castanheira do Ribatejo (Batalha *et al.*, 2009); ou a de Meca (Pimenta *et al.*, 2019).

Para momentos que antecedem a ocupação de Monte dos Castelinhos, mas que são sem dúvida assaz relevantes para o estabelecimento de comparações com as produções do mundo indígena, destaca-se o quadro tipológico da cerâmica comum criado para as produções da Idade do Ferro centrado em meados da segunda metade do primeiro milénio antes da nossa Era (Sousa, 2014). Quadro esse que tem vindo a ser incrementado nos últimos anos com a publicação de novos conjuntos provenientes de sítios ao longo das margens do rio Tejo (Sousa, 2016; 2017; Sousa e Guerra, 2018; Sousa *et al.*, 2016-2017; Arruda *et al.*, 2017; Pimenta *et al.*, 2018 e 2019).

Os dados que podemos confrontar relativos à fase a que nos reportamos, os momentos finais do período romano republicano, são infortunadamente mais escassos. Contudo, destaca-se os sítios na bacia do Tejo e foz do Sado, com dados segmentados relativos aos conjuntos de cerâmica comum recuperada: como o povoado do Pedrão (Setúbal), com ocupação centrada na segunda metade do século I a.C. (Soares e Silva, 1973); o Castro de Chibanes (Palmela), com ocupação da Idade do Ferro desde o séc. III a.C. e com um nível bem definido dos segundo e terceiro quartéis do séc. I a.C. (Silva e Soares, 1997; Pimenta *et al.*, 2019); os dados sobre os níveis romano republicanos de Lisboa (Pimenta, 2014); o Castro de São Salvador, Cadaval, com evidências centradas no terceiro quartel do século I a.C. (Cardoso, 2014) e o Castelo de Arruda dos Vinhos (Gonçalves, 1997), de mais difícil enquadramento cronológico mas que situamos no final do século II a.C.

A Norte do vale do Tejo, ressalta as leituras da cidade de Conímbriga (Alarcão, 1975) e do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil (Fabião e Guerra, 1987). No Sul do território português, a informação encontra-se melhor conhecida: tenha-se presente apesar da ausência de contexto primário os dados da Cabeça de Vaia Monte, Monforte (Fabião, 1996, 1998a, Pereira, 2018) ou os das intervenções do Castro de Segóvia (Bargão, 2017); sendo conhecidos dados parciais de sítios do interior do Alto Alentejo com contextos datados do terceiro e/ou do último quartel do séc. I a.C., tais como Caladinho (Mataloto, 2010; Mataloto *et al.*, 2014), Rocha da Mina (Mataloto e Roque,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2013), “Castelo Velho” de Veiros (Arnaud, 1970; Mataloto e Roque, 2012), Soeiros (Calado *et al.*, 1999; Mataloto e Angeja, 2015), Serra Pedrosa e Castelo Velho, Serra d’Ossa (Mataloto, Alves e Carvalho, 2007), etc.

Pelo volume de dados, pela metodologia de abordagem e pela cuidada publicação, sobressai a monografia do conjunto de cerâmica comum do Castelo da Lousa, Mourão (Pinto e Schmitt, 2010). Sendo, sem dúvida, o sítio de onde dispomos de mais e melhores dados comparativos para o conjunto em análise. Tendo este estudo sido seguido de perto pela publicação do conjunto do povoado do Castelo das Juntas, Moura (Ramos, 2013). Mais recentemente destaca-se os dados provenientes do projeto de Monte Molião, Lagos, nomeadamente o estudo dos conjuntos e cerâmica comum devidamente contextualizada e quantificada (Sousa e Arruda, 2014a e 2014b; Sousa, Pereira e Alves, 2015).

Na sequência da metodologia do estudo dos conjuntos de cerâmica do Castelo da Lousa, optei, após a análise e separação macroscópica dos fabricos, por distinguir dois grandes grupos e por os apresentar de forma separada (Pinto e Schmitt, 2010). Temos assim o grupo das cerâmicas cujas pastas permitem atribuir uma procedência como cerâmicas regionais de procedência local da área do baixo Tejo, ou de forma mais genérica englobando-as nas produções dos vales do Tejo/Sado. E outro grupo, cuja análise macroscópica permite a sua individualização considerando-as como não regionais. Sendo diversa a proveniência destas, podendo incluir produções da *Ulterior*, nomeadamente do vale do Guadalquivir, mas igualmente da sua costa Sudoeste identificada com a área da baía de Cádiz. Assim como proveniências supra provinciais, como atestam diversas peças importadas da Península Itálica.

O conjunto de cerâmica comum de Monte dos Castelinhos foi dividido, numa primeira fase, de acordo com as características dos seus fabricos e, posteriormente, em categorias morfológicas e funcionais. Entende-se por categoria cerâmica todas as peças que pela sua dimensão e configuração se possam aduzir a determinado grupo morfológico genérico, como por exemplo, taças, pratos, jarros ou talhas (Dias, 2014, p. 80). Sendo estas organizadas e apresentadas partindo das formas abertas para as fechadas. A definição das formas e sua nomenclatura, segue os pressupostos já definidos no estudo da cerâmica comum de Conímbriga (Alarcão, 1975, p. 27-38), de São Cucufate (Pinto,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2003, p. 78-85) e do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 247). Tendo-se sempre que possível aplicado os critérios definidos pelas investigadoras do Museu do Homem na proposta de organização dos materiais cerâmicos (Balfet, Fauvet-Berthelot e Monzón, 1983). Sendo o diâmetro de abertura da peça um dos critérios considerado para esta categorização. Dentro de cada categoria funcional, procurei distinguir as principais variantes, com base no perfil geral da peça e nas particularidades de elementos específicos (bordo, colo, carena, etc.), com o intuito de sistematizar tipologicamente o conjunto. Sempre que possível, estabeleceu-se a respetiva correspondência com quadros tipológicos já existentes no contexto da província romana da *Ulterior*.

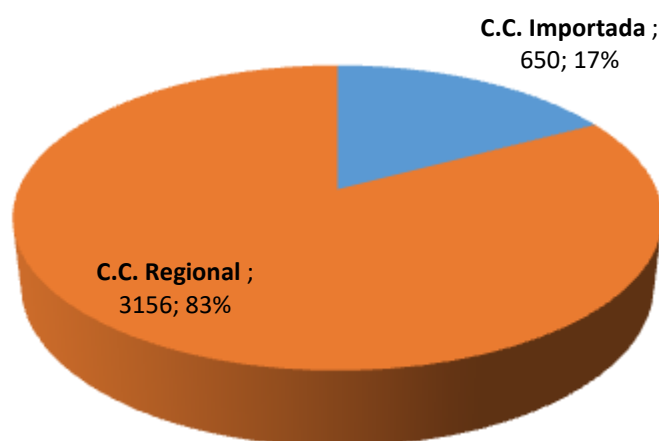


Figura 61 – Análise global da proveniência da cerâmica comum de Monte dos Castelinhos.

O conjunto da cerâmica comum dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos é composto por 3806 fragmentos classificáveis, após intenso trabalho de colagem, que permitiu reconstituir diversos exemplares completos ou bem preservados e que se encontravam dispersos em diversos compartimentos e unidades estratigráficas. Penso que é de sublinhar este facto, pois ele permite-nos aferir e apresentar um conjunto mais fiável do número mínimo de indivíduos (NMI) presentes em cada uma das fases arquitetónicas e funcionais definidas para o sítio. Foi assim possível calcular através da análise deste conjunto 2141 NMI. Distribuem-se por peças completas, fragmentos de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

bordo, asa, carena fundo e parede. Ver Anexo 3, Estampa 47 a 93 e Anexo 5, Catálogo 9 a 11.

Quanto às produções, identificámos: 3156 fragmentos classificáveis como de produção regional do baixo Tejo/Sado (1637 NMI) e 650 peças (504 NMI), que identificamos como de proveniência não regional, ou seja, importada. Sendo este como veremos uma amostragem interessante para a perceção das dinâmicas de abastecimento do sítio.

8.4.1. CERÂMICA COMUM DE PRODUÇÃO LOCAL OU REGIONAL

Como referimos, o conjunto é dominado por peças cujo fabrico tendo em contas as características geológicas dos seus componentes, evidencia uma proveniência local ou regional no baixo Tejo, que individualizámos em três grupos de fabrico. Estes 3 grupos apesar das suas diferenças inserem-se dentro do grupo caracterizado como *Sado-aval/Tage* (Mayet, Schmitt, Silva, 1996, p. 163). Esta caracterização destas produções como baixo Sado/Tejo revela a evidência, já diversas vezes expressa, da dificuldade de separar macroscopicamente os centros produtores situados dentro do mesmo contexto geológico (Pinto, 2003).

Grupo 1 – Caracteriza-se por pastas de matriz não-calcária, cozidas em modo A, compactas, medianamente depuradas apresentando fratura irregular. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos (cerca de 20%), compostos por calcites, quartzos de média e grande dimensão, raras palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, micas douradas e elementos de cerâmica moída. As suas tonalidades variam entre o castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/6) e o castanho (Muns. 5 YR 6/4).

Este grupo é predominante no conjunto, integrando 78% (1288 NMI).

Grupo 2 – Individualiza-se por pastas de matriz não-calcária, igualmente cozidas em modo A, compactas, depuradas, apresentam fratura regular. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos (cerca de 5% a 10%), constituídos por quartzos subrolados de dimensão variável e de frequência média a reduzida, palhetas de moscovite pequenas e elementos rochosos angulosos ou subrolados de coloração

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

avermelhada de dimensão muito pequena. As suas tonalidades variam entre o castanho amarelado (Muns. 7.5 YR 8/6) e o castanho (Muns. 7.5 YR 5/8).

Este grupo compõe 12% do conjunto (200 NMI).

Grupo 3 – Identifica-se como uma pasta não calcária, de cozedura redutora (modo B), compacta e medianamente depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos (cerca de 5% a 10%), onde se destaca a presença de frequente calcites de pequena dimensão, ocasionais quartzos e raras moscovites. A tonalidade da pasta é cinzenta (Muns. GLEY 2 6/5PB)

Este grupo é o menos expressivo do conjunto, correspondendo a apenas 9% (155 NMI) da cerâmica comum.

Apesar de como vimos *supra* a investigação em torno da cerâmica comum da área do baixo Tejo se ter vindo a desenvolver de forma crescente nas duas últimas décadas, importa ter presente que as menções a esta “classe” cerâmica têm estado centradas maioritariamente na sua caracterização morfo tipológica e menos na problemática da sua produção, consumo e distribuição no contexto regional. De facto, quando nos tentamos deter sobre os locais de produção cerâmica, esbarramos ainda num conhecimento muito lacunar, baseado maioritariamente nas olarias identificadas junto do Tejo e seus afluentes (Raposo, 2017). Destacando-se nas imediações da área em análise o centro produtor da Garrocheira (Benavente) situado mesmo em frente ao Monte dos Castelinhos e com intervisibilidade entre ambas (Amaro e Gonçalves, 2016), ou o Porto do Sabugueiro já no fundo do estuário (Cardoso e Rodrigues, 1996). Se nos dois sítios se fabricaram ânforas e cerâmica comum, desconhecemos ainda o peso destas últimas produções e os seus mecanismos de distribuição a nível local e regional, assim como o repertório cerâmico das respetivas olarias e os seus efetivos períodos de laboração. Sublinhe-se, que em ambos os casos, os dados cronológicos não suportam uma atividade para o século I a.C.

É igualmente importante sublinhar que estão documentadas unidades de produção oleira na envolvente direta de Monte dos Castelinhos, que poderiam ter suprido o sítio ao longo da sua diacronia, como o forno da Quinta de Santo António, mesmo em frente, a algumas centenas de metros, na margem oposta do rio Grande da Pipa (Sabrosa *et. al.*,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2012), e os vestígios de pelo menos um forno na Quinta da Marquesa I (Pimenta e Mendes, 2016), mesmo no sopé dos Castelinhos. Ao longo do vale do rio Grande da Pipa encontram-se igualmente atestadas duas estações já intervencionadas arqueologicamente onde se detetaram fornos de produção cerâmica, o forno da Quinta da Granja (Sabrosa *et. al.*, 2012) e o Forno da Pipa (Pinto, 2012). Apesar destas ocorrências, temos que sublinhar que são realidades para as quais os dados cronológicos disponíveis não permitem supor uma sincronia com as realidades que estamos a abordar neste trabalho. Sendo unidades integradas já em complexos agrícolas do tipo *villa*, localizados na bacia do rio Grande da Pipa, com cronologias alto Imperiais. Contudo é comprovado que a sua função primordial seria a produção de peças de olaria, embora em alguns casos tenham posteriormente assumido outras vocações. No caso do forno da Quinta de Santo António, abandonado nos inícios do século III d.C., a presença dominante de fragmentos de *dolia* sugere como plausível uma eventual produção destes recipientes (Sabrosa *et. al.*, 2012, p. 156). Independentemente de a arqueologia ainda não ter atestado a existência de atividade oleira coetânea das realidades cronológicas aqui abordadas, ressalva a existência na envolvente de Castelinhos de matérias-primas adequadas à produção oleira.

Como acima referimos entre o vasto conjunto em análise, 3156 fragmentos que permitem classificação e reconstituição gráfica correspondem a produções regionais do baixo Tejo/Sado (1637 NMI). Sendo que destes, 287 fragmentos (155 NMI), correspondem a produções de cerâmica cinzenta. Por uma questão metodológica, tendo em conta o historial de investigação deste tipo cerâmico e as suas especificidades no quadro das produções indígenas do mundo sidérico, optou-se por analisar de forma separada este conjunto. Ainda que o integrando dentro das produções regionais.

Destaca-se pela sua ausência as produções de cerâmica manual. De facto, ao contrário do que tem vindo a ser registado e sublinhado em paragens mais meridionais (Fabião, 1998a, p. 26; Pinto e Schmitt, 2010, p. 249) e setentrionais (Fabião e Guerra, 1987) no Monte dos Castelinhos entre os vastos conjuntos analisados as produções de cerâmica manual encontram-se ausentes. Esta leitura encontra-se em sintonia com o quadro traçado para a segunda metade do primeiro milénio a.C. no baixo Tejo, onde se verificou que em meados do século V a.C. as produções de cerâmica manual eram já praticamente residuais (Sousa, 2014, p. 281).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Quando realizámos a primeira abordagem a este conjunto verificou-se as suas especificidades e a ampla variabilidade formal, tornando-se evidente a necessidade da elaboração de um quadro tipológico específico capaz de integrar e sistematizar estas produções. As tipologias existentes até ao momento para este período cronológico reportam-se a realidades do Sul do território português, não sendo em nossa opinião aplicáveis a este conjunto específico. Todavia, a elas nos reportaremos ao longo deste texto, sobressaindo a tipologia elaborada para o conjunto exumado no Castelo da Lousa, Mourão (Pinto e Schmitt, 2010).

Cada um dos quadros tipológicos criados (cerâmica comum, cerâmica cinzenta) foi estruturado em Tipos, e organizado por Subtipos hierarquicamente por números árabes sequenciais e no caso da presença de variantes subdividido pela atribuição de letras.

Função	Forma	Bordo	Carena	Asa	Parede	Vertedor	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Bacias/Alguidares	1	6		2				8	6	0,4%
	2	9						9	9	0,6%
	3	3						3	3	0,2%
	4	7						7	7	0,5%
	5	3						3	3	0,2%
	6	16						16	16	1,1%
	7	4						4	4	0,3%
	8	8						8	8	0,5%
	Indet.		16	3	42		16	77		
	Total	56	16	5	42		16	135	56	3,8%
Pratos	1	3						3	3	0,2%
	2	5						5	5	0,3%
	3	4						4	4	0,3%
	Indet.				8		6	14		
	Total	12			8		6	26	12	0,8%
Tigelas	1	6						6	6	0,4%
	2	61						61	61	4,1%
	2a	30						30	30	2,0%
	3	64						64	64	4,3%
	3a	20						20	20	1,3%
	3b	26						26	26	1,8%
	4	9						9	9	0,6%
	5	8						8	8	0,5%
	6	4						4	4	0,3%
	7	2						2	2	0,1%
	8	8						8	8	0,7%
	9	22						22	22	0,5%
	10	19						19	19	1,5%
	11	16						16	16	1,3%
	12	11						11	11	1,1%
	Indet.				142		121	263		
	Total	300			142		121	563	306	21%
Tachos	1	6						6	6	0,4%
	1a	3						3	3	0,2%
	2	12						12	12	0,8%
	3	4						4	4	0,3%
	Indet.		16		43		21	80		
	Total	25	16		43		21	105	25	1,7%

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Potes/Panelas	1	86						86	86	5,8%
	2	99						99	93	6,3%
	3	27						27	27	1,8%
	4	38						38	38	2,6%
	5	26						26	26	1,8%
	6	28						28	28	1,9%
	6a	12						12	12	0,8%
	7	17						17	17	1,1%
	8	4						4	4	0,3%
	9	19						19	19	1,3%
	Indet.	12	22		187		58	279	12	0,8%
	Total	368	22		187		58	635	362	24%
Potes	1	22						22	22	1,5%
	2	47						47	47	3,2%
	3	28						28	28	1,9%
	4	15						15	15	1,0%
	5	13						13	13	0,9%
	6	12						12	12	0,8%
	7	13						13	13	0,88%
	8	14						14	14	0,94%
	9	13						13	13	0,88%
	10	22						22	22	1,5%
	11	15						15	15	1,0%
	12	8						8	8	0,5%
	Indet.	11			142		47	200	11	0,7%
	Total	233			142		47	422	233	16%
Potinhos	1	3						3	3	0,2%
	2	12						12	12	0,8%
	3	4						4	4	0,3%
	4	3						3	3	0,2%
	5	15						15	15	1,0%
	Indet.		8				14	22		
	Total	37	8				14	59	37	2,5%
Jarros	1	2						2	2	0,1%
	2	4						4	4	0,3%
	3	1						1	1	0,1%
	4	2						2	2	0,13%
	5	2						2	2	0,1%
	6	3						3	3	0,2%
	7	1						1	1	0,1%
	Indet.		6	19	22		17	64		
	Total	15	6	19	22		17	79	15	1,0%
Bilhas	1	3						3	3	0,2%
	2	2						2	2	0,1%
	3	4						4	4	0,3%
	A					6		6		
	B					8		8		
	Indet.			12			12	24		
	Total	9		12		14	12	47	9	0,6%
Barris	1	2						1	2	0,13%
	2	1						2	1	0,07%
	3	2						2	2	0,13%
	4	2						2	2	0,13%
	Indet.			4	26		2	32		
	Total	7		4	26		2	39	7	0,5%
Talhas	1	32						32	32	2,2%
	2	35						35	35	2,4%
	3	51						51	51	3,4%
	4	56						56	56	3,8%
	5	62						62	62	4,2%
	6	19						19	19	1,3%
	7	12						12	12	0,8%

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

	8	18						18	18	1,2%
	9	18						18	18	1,2%
	10	16						16	16	1,1%
	11	7						7	7	0,5%
	Indet.				189		79	268		
	Total	326			189		79	594	326	22%
Tampas	1	12						12	12	0,8%
	2	6						6	6	0,4%
	Indet.				3			3		
	Total	18			3			21	18	1,2%
Tampas de talhas	1	36						36	36	2,4%
	2	24						24	24	1,6%
	3	16						16	16	1,1%
	Indet.				34		12	46		
	Total	76			34		12	122	76	5,1%
Total		1482	84	40	838	14	405	2863	1482	100%

Figura 62 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica comum regional de Monte dos Castelinhos.

CERÂMICA COMUM REGIONAL:

O quadro tipológico elaborado para a cerâmica comum de produção regional dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos divide-se em 13 tipos, que foram definidos, essencialmente, por critérios morfológicos e funcionais. Divide-se, assim em bacias/alguidares, pratos, tigelas, tachos, potes/panelas, potes, potinhos, jarros, bilhas, barris, talhas, tampas e tampas de talhas, ver figura 62.

TIPO 1 – Bacias/Alguidares

Este Tipo abarca um conjunto de recipientes abertos, altos e fundos de dimensões variáveis. O perfil dos fragmentos evidencia alguma variabilidade morfológica dentro do conjunto. Funcionalmente estes recipientes seriam utilizados para diversas funções, como a preparação de alimentos e atividades de higiene pessoal.

As bacias e alguidares devido à sua difícil distinção face ao estado de preservação dos exemplares em análise são aqui analisados em conjunto. Estão escassamente representados em Monte dos Castelinhos, tendo apenas 135 fragmentos permitido uma classificação, correspondendo a 56 NMI e a 3,8% do total.

Tendo em conta essencialmente a forma e orientação do bordo foi possível definir oito formas, destacando-se o tipo 6, como o melhor representado (figura 64).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

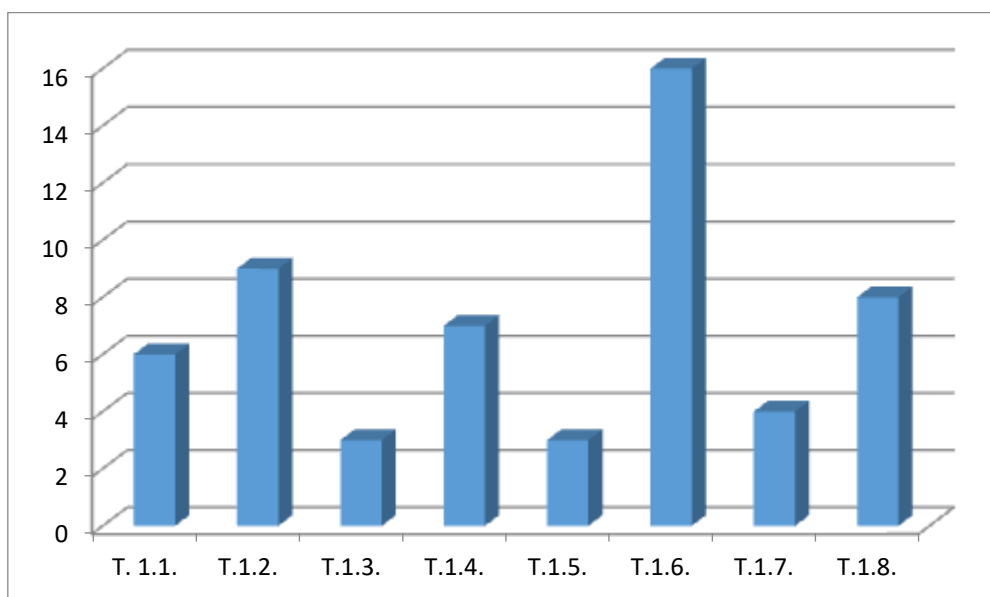


Figura 63 – Análise dos subtipos de Bacias/Alguidares, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 1.1. – Corresponde a um recipiente de bordo pendente e lábio arredondado, com diâmetros entre os 27 e os 34 centímetros. Esta forma individualiza-se por possuir uma asa em anel de secção ovoide com depressão longitudinal partindo do bordo e ligando à zona da carena. Nos exemplares melhor preservados identifica-se um corpo de tendência troncocónica, com uma carena bem marcada. Encontra-se atestado por seis fragmentos de bordos e duas asas, 6 NMI e corresponde a 0,4% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 11% da amostragem. Ver Estampa 47, n.º 623 e 624; e Estampa 59, n.º 725.

O Tipo 1.2. – Amplo recipiente, com bordo voltado para o exterior em pequena aba arqueada, circunscrevendo um diâmetro entre os 32 e os 34 centímetros. O corpo é troncocónico. Todos os exemplares desta forma evidenciam acabamento cuidado na sua superfície externa. Nomeadamente decoração denteada no lábio e polimento externo com decoração brunida em motivos geométricos. Encontra-se atestado por nove fragmentos de bordos, 9 NMI e corresponde a 0,6% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 16% da amostragem. Ver Estampa 59, n.º 723.

O Tipo 1.3. – Bordo voltado para o exterior formando aba, com ressalto interno para tampa, com diâmetros entre os 31 e os 33 centímetros. Parede arqueada levemente oblíqua, corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestado por três

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 5% da amostragem. Ver Estampa 59, n.º 724.

O Tipo 1.4. – Bordo voltado para o exterior formando pequena aba horizontal pendente, de lábio boleado, circunscrevendo um amplo diâmetro entre os 40 e os 42 centímetros. O colo é curto, circunscrevendo uma carena bem evidenciada, a partir da qual se desenvolve o corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestado por sete fragmentos de bordos, 7 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 13% da amostragem. Ver Estampa 59, n.º 722.

O Tipo 1.5. – Bordo pendente de lábio boleado ou biselado, circunscrevendo um diâmetro entre os 32 e os 36 centímetros. O corpo é troncocónico, marcado por uma carena pouco evidenciada. Encontra-se atestado por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 5% da amostragem. Ver Estampa 59, n.º 726 e Estampa 61, n.º 732.

O Tipo 1.6. – Bordo de lábio arredondado, com extremidade bifurcada pendente bem evidenciada, circunscrevendo um diâmetro entre os 36 e os 46 centímetros. Corpo de perfil troncocónico invertido, muito aberto. Encontra-se atestado por dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI e corresponde a 1,1% do total do conjunto. Este subtipo domina o grupo das Bacias/Alguidares, sendo a forma melhor representada, equivalendo a 29% da amostragem. Ver Estampa 59, n.º 727 e Estampa 60, n.º 730 e 731.

O Tipo 1.7. – Bordo voltado para o exterior, formando uma aba horizontal reentrante, com diâmetros entre os 28 e os 33 centímetros. Corpo de perfil troncocónico invertido, muito aberto. Encontra-se atestado por quatro fragmentos de bordos, 4 NMI e corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 47, n.º 625 e Estampa 61, n.º 733 e 734.

O Tipo 1.8. – Bordo vertical de lábio arredondado ou amendoado, circunscrevendo um diâmetro entre os 36 e os 46 centímetros. Corpo de perfil troncocónico invertido, muito aberto. Encontra-se atestado por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 14% da amostragem. Ver Estampa 47, n.º 626 e Estampa 60, n.º 728.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

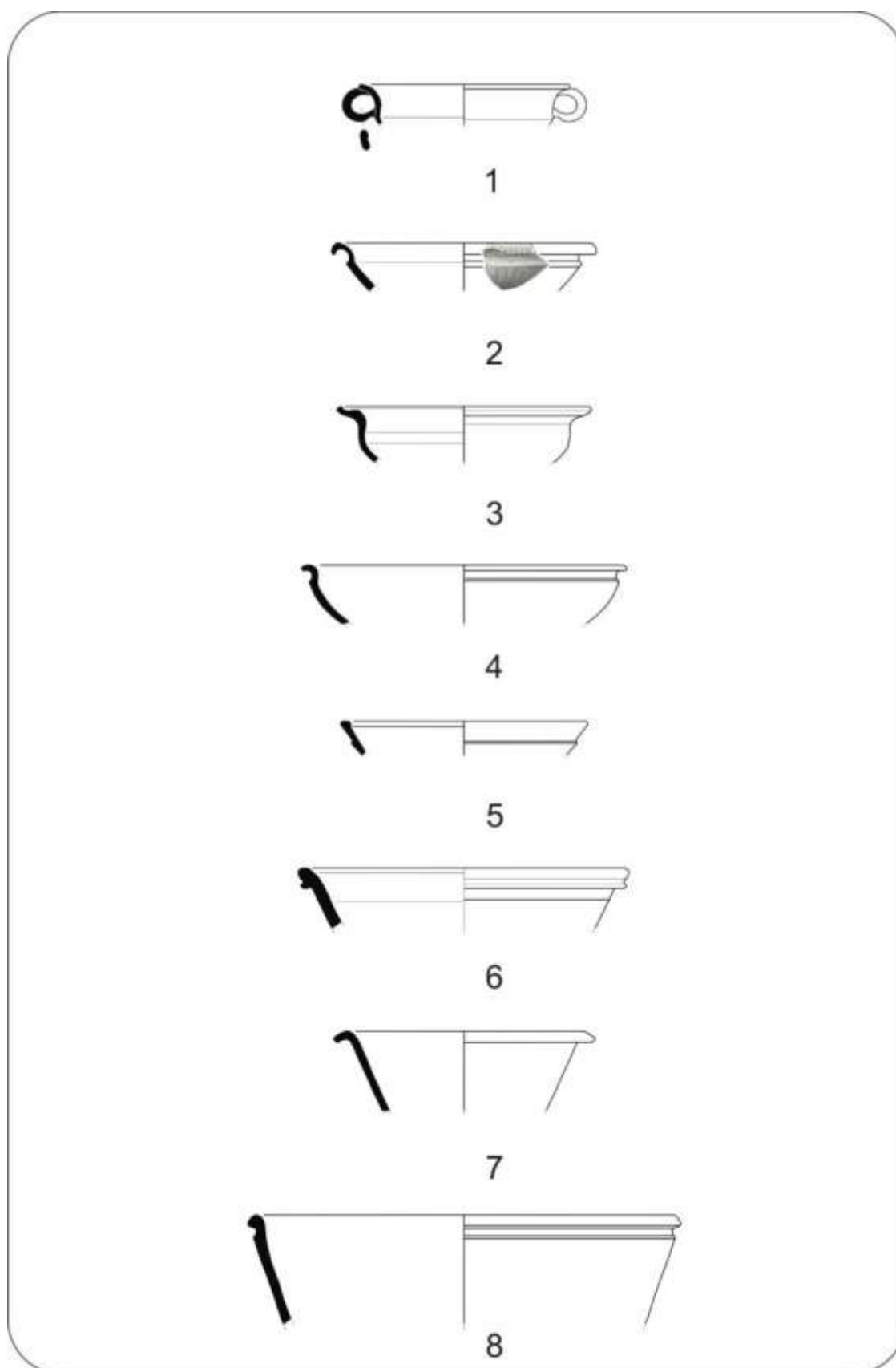


Figura 64 – Tipo 1 - Bacias/Alguidares.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tendo presente a análise morfológico/funcional destes conjuntos tentou-se procurar paralelos para estas peças. Iniciando-se essa análise pelos conjuntos pré-romanos. Dentro da tipologia criada por Elisa de Sousa para as produções de cerâmica comum do baixo Tejo, da segunda metade do primeiro milénio antes da nossa era, nota-se algumas influências (Sousa, 2014, p. 296). Nomeadamente entre a sua Série 5, Grupo 5A, Variante 5Ac e o Tipo 1.5. de Monte dos Castelinhos. Assim como entre a Série 5, Grupo 5C, Variante 5Ca e o Tipo 1.7. de Monte dos Castelinhos.

Contudo, naturalmente os melhores paralelos encontram-se em conjuntos mais próximos do ponto de vista cronológico, como o do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010). Aí dentro do grupo das cerâmicas regionais são visíveis alguns paralelos nomeadamente com o Tipo 1.4. de Monte dos Castelinhos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 355, Est.LVIII, N.º 16). No grupo das cerâmicas não regionais integrados no Grupo 7, caracterizado como de produção indeterminada, mas que é assumido como o grupo de pastas não regional mais abundante no Castelo da Lousa, identificam-se alguidares muito similares aos individualizados em Monte dos Castelinhos como do Tipo 1.2. (Pinto e Schmitt, 2010, p. 299, p. 407, Est. CX, N.º 18 e 19).

Igualmente em Monte Molião, nos contextos romano republicanos, encontramos paralelos para os conjuntos do tipo Alguidares/Bacias aqui ora sistematizados, quer entre as produções regionais quer entre as importadas nomeadamente da bacia do Guadalquivir (Sousa e Arruda, 2014a e 2014b; Sousa, Pereira e Alves, 2015). Destaca-se as peças similares do Tipo 1.2. de Monte dos Castelinhos (Sousa e Arruda, 2014a, p. 78, figura 11, n.º 10913) e as do Tipo 1.6. de Monte dos Castelinhos (Sousa e Arruda, 2014a, p. 87, figura 15, n.º 10870)

TIPO 2 – Pratos

Este Tipo individualiza um conjunto de recipientes abertos, de parede pouco alta e fundo plano ou ligeiramente côncavo. Os pratos englobam um conjunto de loiças que se destinam a servir ou ir à mesa. Podem igualmente ser destinados à cozedura e fritura de determinados alimentos como o pão ou alimentos sólidos. A presença destes recipientes é normalmente tida como um indicador cultural de romanização, visto esta morfologia não se encontrar atestada no reportório indígena (Pinto e Schmitt, 2010, p. 257), o que faz com que os primeiros modelos de pratos de produção local/regional em sítios de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

cronologia romana republicana, como no caso em apreço, surjam a par dos próprios modelos itálicos que tentam mimetizar.

Os pratos de produção regional encontram-se parcamente representados em Monte dos Castelinhos, tendo apenas 26 fragmentos permitido uma classificação, correspondendo a 12 NMI e a 0,8% do total. Tendo em conta essencialmente a forma e orientação do bordo foi possível definir três formas, destacando-se o tipo 2, como o melhor representado (figura 66).

O Tipo 2.1. – Corresponde a um prato de bordo vertical e lábio bífido, com diâmetros entre os 28 e os 32 centímetros. A parede é curta e inclinada para o exterior terminando numa base plana e espessa. Esta forma parece inspirar-se na forma 3 de pratos de bordo bífido de Aguarod de cerâmica itálica (Aguarod Otal, 1991). Encontra-se atestado por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos Pratos, equivale a 25% da amostragem. Ver Estampa 61, n.º 735.

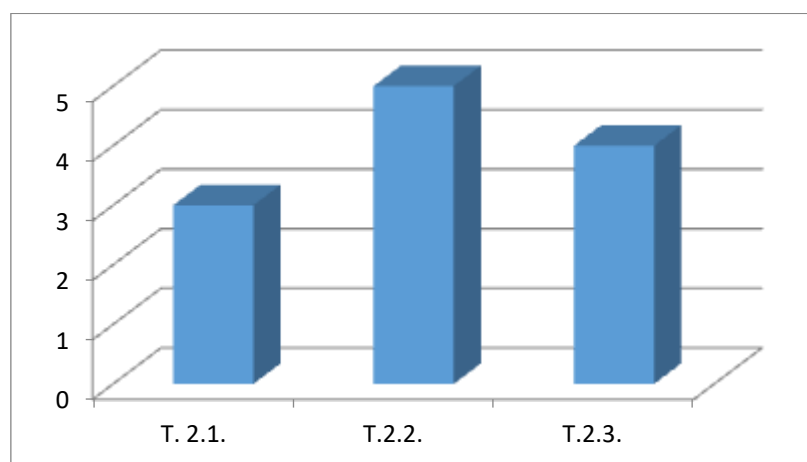


Figura 65 – Análise dos subtipos de Pratos, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 2.2. – Prato de bordo amendoado com espessamento interno, circunscrevendo um diâmetro de 24 centímetros. A parede é curta e inclinada para o exterior terminando em uma base plana. Encontra-se atestado por cinco fragmentos de bordos, 5 NMI e corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Pratos, equivale ao subtipo melhor atestado com 42% da amostragem. Ver Estampa 61, n.º 736.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

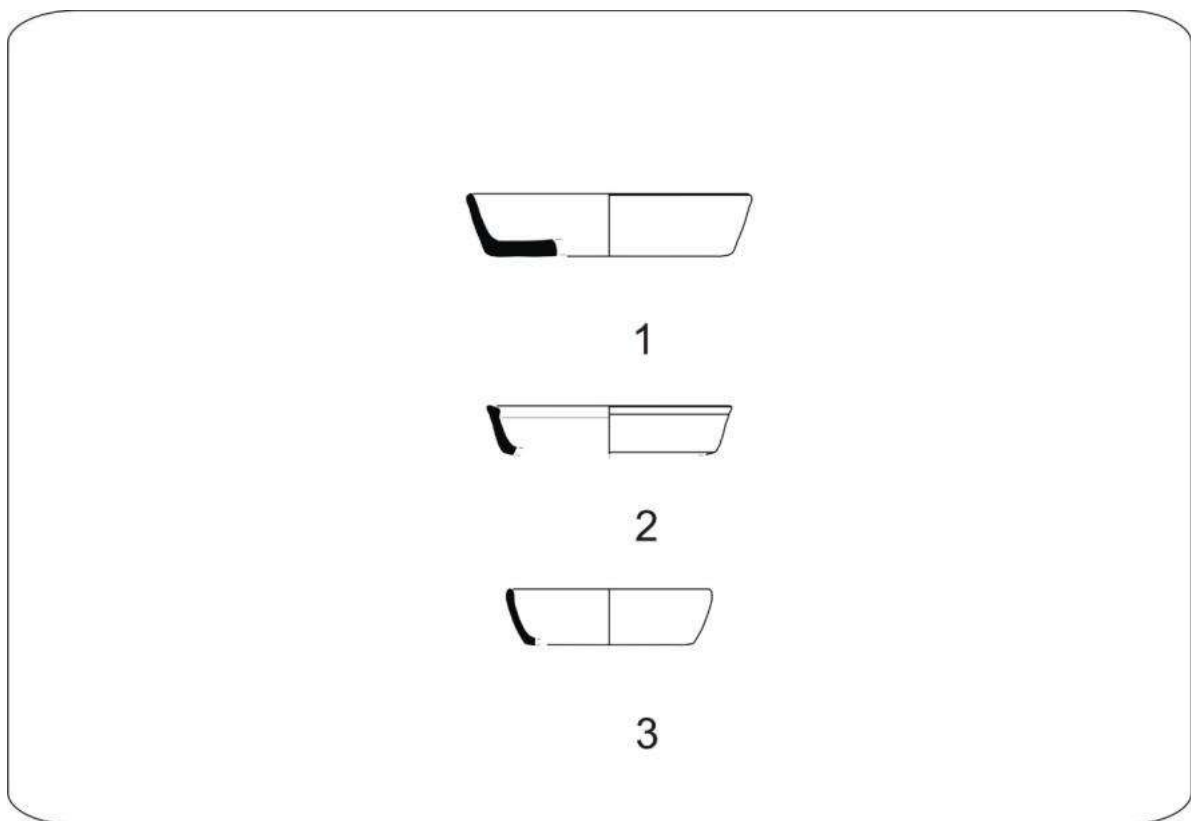


Figura 66 – Tipo 2 - Pratos.

O Tipo 2.3. – Prato de bordo vertical e lábio simples, com diâmetros entre os 20 e os 26 centímetros. A parede é curta e inclinada para o exterior terminando em uma base plana. Encontra-se atestado por quatro fragmentos de bordos, 4 NMI e corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Pratos, equivale a 33% da amostragem. Ver Estampa 61, n.º 737.

Como acima vimos, a morfologia prato, não se encontra presente no mundo indígena, estamos assim perante uma inovação no repertório presente resultante da interação com novos hábitos culturais e alimentares. Os melhores paralelos para os exemplares em apreço encontramos precisamente entre o quadro das cerâmicas comuns de importação, presentes em Monte dos Castelinhos, especificamente os exemplares itálicos. No ocidente peninsular, os primeiros pratos de produção regional/local encontram-se presentes em sítios com forte presença romana tais como: o Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 257-258) e o Castelo das Juntas (Ramos, 2013).

Por último resta apenas uma breve referência a um conjunto de fragmentos de clara produção regional, mas de difícil enquadramento. Trata-se de fragmentos de pegs

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

cilíndricas ocas, que arrancam diretamente do bordo possivelmente de um prato (Estampa 61, n.º 738). Não temos paralelos diretos para este tipo de peças. Contudo, no vale do Ebro, detetaram-se peças Itálicas designadas como *Sartago*, com um tipo de pega horizontal, que faz lembrar os exemplares de Castelinhos (Aguarod Otal, 1991, p. 96-97). No território português no recinto da Casa Branca, Ferreira do Alentejo, cujos dados de recolha de superfície sustentam uma cronologia de meados do século I a.C. identificou-se uma pega similar a esta (Fabião, Norton e Cardoso, 1997, fig. 4). Estaríamos perante uma imitação de um protótipo itálico? Tendo em conta estarmos perante uma forma rara, apenas detetada por dois exemplares, de momento mais não se pode que apontar a sua presença nos contextos de abandono da Fase 2 do sítio.

TIPO 3 – Tigelas

Este Tipo engloba recipientes abertos, relativamente profundos e de perfil variável. Estes recipientes correspondem à forma mais frequente nos contextos da Idade do Ferro do território peninsular (Fabião, 1998a). Esta forma parece caracterizar-se pelas suas múltiplas aplicações, que se estendem desde o serviço de mesa, concretamente o consumo individual de alimentos líquidos e semilíquidos, até ao seu uso como cerâmica de cozinha, onde podem ser utilizadas na preparação e confeção dos alimentos.

Contabilizaram-se 569 fragmentos (306 NMI) neste Tipo, o que corresponde a 21% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum. No conjunto dos materiais exumados de Monte dos Castelinhos é possível observar, bem como, aliás, na maioria dos sítios arqueológicos coevos, alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui apresentamos, tivemos em consideração, numa primeira análise, o perfil geral da peça e do seu lábio. Foi possível individualizar doze subtipos, destacando-se o tipo 3, como o melhor representado (figura 66 e 67).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

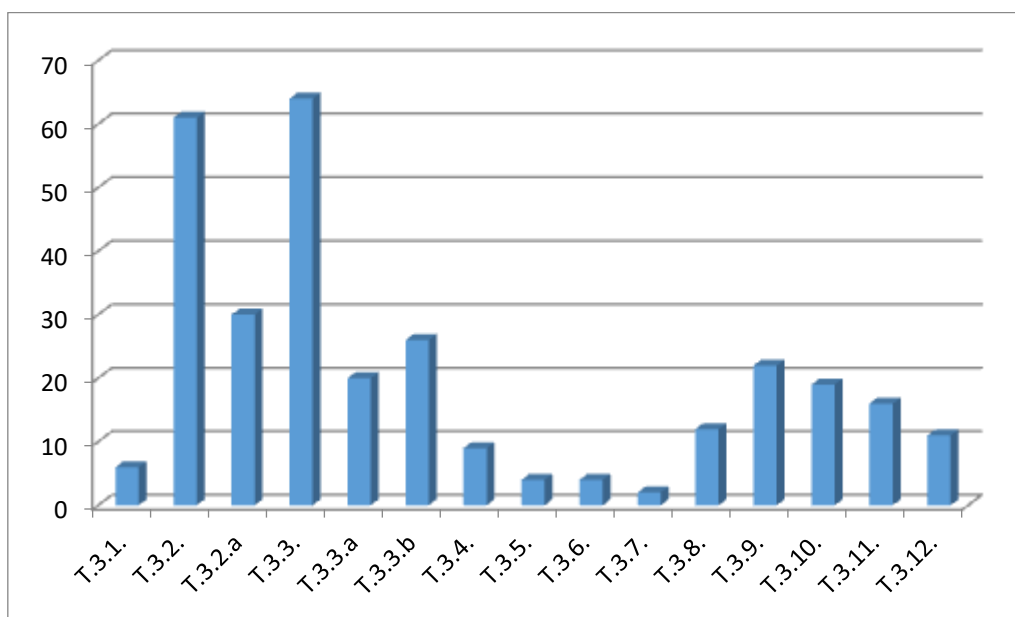


Figura 67 – Análise dos subtipos de tigelas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 3.1. – Individualiza-se como uma tigela de bordo direito e lábio boleado, marcado do lado externo por duas caneluras bem marcadas. Diâmetro entre os 13.8 e os 14 centímetros. Corresponde a uma imitação em cerâmica comum da taça Lamboglia 1 de Verniz Negro Itálico, que como vimos se encontra bem atestada nos mesmos contextos de Monte dos Castelinhos. Encontra-se escassamente atestada por seis fragmentos de bordos, 6 NMI e corresponde a 0,4% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 2% da amostragem. Ver Estampa 48, n.º 627 e 628.

Este Tipo encontra-se apenas atestado na fase 1 de Monte dos Castelinhos

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

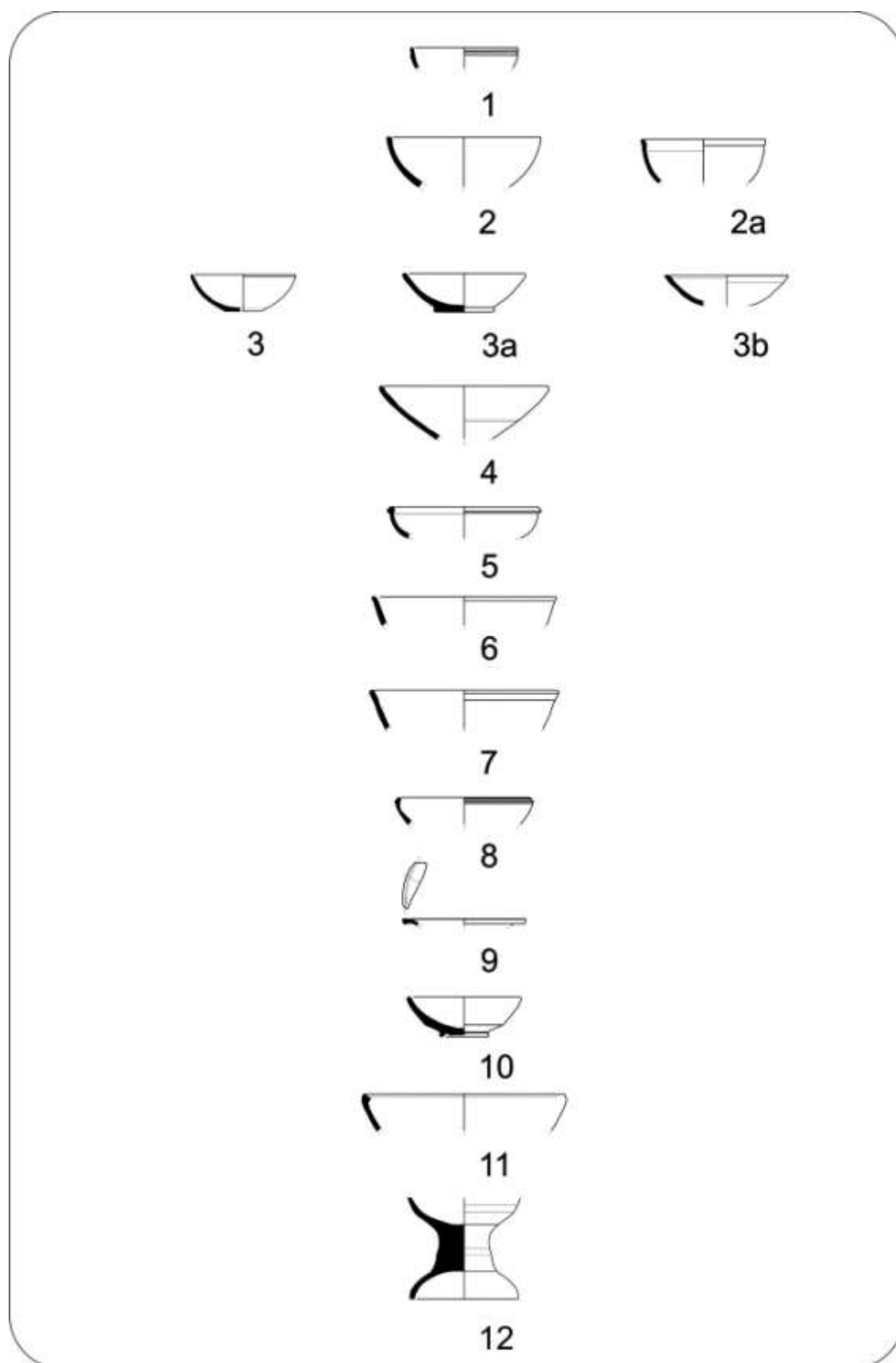


Figura 68 – Tipo 3 - Tigelas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 3.2. – Corresponde a uma tigela de bordo direito, lábio boleado, com diâmetros entre os 17 e os 28 centímetros. A parede é tendencialmente reta, levemente oblíqua. Encontra-se atestado por sessenta e um fragmentos de bordos, 61 NMI e corresponde a 4,1% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 20% da amostragem. Ver Estampa 48, n.º 637 a 642; Estampa 49, n.º 650; Estampa 62, n.º 748 a 752; Estampa 63, n.º 756 a 759 e n.º 766 e Estampa 65, n.º 784.

O Tipo 3.2.A – Individualiza-se como uma variante do Subtipo acima descrito. Esta variante caracteriza-se pelo espessamento interno do lábio, por diâmetros mais curtos entre os 15 e os 16 centímetros e pelo corpo mais hemisférico sendo a parede mais reta. Do lado externo denota ainda na maioria dos casos uma leve incisão demarcando a zona do bordo do resto do corpo. Encontra-se atestado por trinta fragmentos de bordos, 30 NMI e corresponde a 2% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 10% da amostragem. Ver Estampa 63, n.º 753 a 755.

O Tipo 3.3. – Pequena tigela de bordo direito, lábio boleado ou direito, com diâmetros entre os 13,5 e os 19 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua, terminando num fundo plano sem pé. Encontra-se atestado por sessenta e quatro fragmentos de bordos, 64 NMI e corresponde a 4,3% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, é o subtipo melhor representado equivalendo a 21% da amostragem. Ver Estampa 48, n.º 643 a 644; Estampa 49, n.º 645; Estampa 63, n.º 759, n.º 762 a 765 e n.º 767 a 768.

O Tipo 3.3.A – Individualiza-se como uma variante do Subtipo acima descrito. Diâmetros entre os 13 e os 16 centímetros. Esta variante caracteriza-se pela sua base. Esta apresenta-se destacada com um pequeno pé. Encontra-se atestado por vinte fragmentos de bordos, 20 NMI e corresponde a 1,3% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 63, n.º 760 e 761.

O Tipo 3.3.B – Individualiza-se como uma variante do Subtipo 3.2. Esta variante caracteriza-se por um espessamento interno do lábio e por uma parede mais inclinada. Diâmetros entre os 13 e os 18 centímetros. Encontra-se atestado por vinte e seis fragmentos de bordos, 26 NMI e corresponde a 1,7% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas equivale a 8% da amostragem. Ver Estampa 65, n.º 785.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 3.4. – Tigela de bordo direito, lábio boleado ou amendoado espessado, com diâmetros entre os 20 e os 22,5 centímetros. A parede é levemente arqueada, oblíqua, corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestado por nove fragmentos de bordos, 9 NMI e corresponde a 0,6% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 3% da amostragem. Ver Estampa 62, n.º 746 e 747 e Estampa 65, n.º 786 e 787.

O Tipo 3.5. – Tigela de bordo voltado para o exterior formando pequena aba horizontal, lábio biselado, apresentando-se nalguns dos casos com decoração denteada. Diâmetro entre os 15 e os 21 centímetros. Encontra-se atestada por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 2,6% da amostragem. Ver Estampa 48, n.º 630 a 632; Estampa 62, n.º 739 a 742.

O Tipo 3.6. – Tigela de bordo direito, lábio boleado, separado do corpo por uma canelura bem marcada, parede arqueada e oblíqua. Diâmetro entre os 19 e os 24 centímetros. Encontra-se atestada por quatro fragmentos de bordos, 4 NMI e corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 1,3% da amostragem. Ver Estampa 48, n.º 633 a 635; Estampa 62, n.º 744.

O Tipo 3.7. – Tigela de bordo direito, lábio boleado espessado, separado do corpo por duas caneluras bem marcadas, parede arqueada e oblíqua. Diâmetro entre os 18 e os 24,5 centímetros. Encontra-se escassamente atestada por dois fragmentos de bordos, 2 NMI e corresponde a 0,1% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 0,7% da amostragem. Ver Estampa 48, n.º 636; Estampa 62, n.º 745.

O Tipo 3.8. – Tigela de bordo direito, lábio boleado espessado marcado por caneluras bem vincadas, evidenciando em alguns dos casos decoração denteada. Diâmetros entre os 17 e os 24 centímetros. A parede é arqueada, hemisférica, sendo o corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestada por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 2,6% da amostragem. Ver Estampa 49, n.º 647; Estampa 62, n.º 743.

O Tipo 3.9. – Tigela de bordo voltado para o exterior, formando aba horizontal, lábio boleado espessado. Diâmetros entre os 15 e os 18 centímetros. A parede é arqueada, hemisférica, sendo o corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestada por

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vinte e dois fragmentos de bordos, 22 NMI e corresponde a 1,5% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 7,2% da amostragem. Ver Estampa 49, n.º 648.

O Tipo 3.10. – Tigela de bordo direito, lábio boleado ou direito, com diâmetros entre os 15 e os 21 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua, marcada por uma canelura, terminando num fundo de pé anelar. Encontra-se atestada por dezanove fragmentos de bordos, 19 NMI e corresponde a 1,3% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 6,2% da amostragem. Ver Estampa 64, n.º 775 a 777.

O Tipo 3.11. – Tigela de bordo virado para o interior, com inflexão, lábio boleado reentrante por vezes espessado. Diâmetros entre os 20 e os 26 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua. Encontra-se atestada por dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI e corresponde a 1,1% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 5,2% da amostragem. Ver Estampa 65, n.º 788 e 789.

O Tipo 3.12. – Tigela de pé alto que pode igualmente ser interpretada como cálice. Bordo direito, lábio boleado ou direito, com diâmetros entre os 14 e os 18 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua, terminando num fundo maciço de tendência cilíndrica, que une as duas tigelas. Servindo uma de pé. Ainda que ambas evidenciem acabamento cuidado através de polimento na superfície interna. Encontra-se atestada por onze fragmentos de bordos, 11 NMI e corresponde a 0,7% do total do conjunto. Entre o grupo das Tigelas, equivale a 3,6% da amostragem. Ver Estampa 49, n.º 651; Estampa 64, n.º 769 a 774.

Estas tigelas de pé alto merecem um breve comentário. Trata-se de peças invulgares dentro do panorama das produções cerâmicas do sítio e que remetem tendo em conta a sua morfologia para o mundo dos cálices e para a prática da comensalidade. Entre os dados disponíveis para os conjuntos cerâmicos dos momentos finais da Idade do Ferro da Península de Lisboa e do baixo Tejo não encontramos paralelos diretos para esta morfologia, podendo assim tratar-se de um regionalismo. O melhor paralelo encontra-se no vizinho povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, onde se regista num contexto pouco esclarecedor, mas a que se atribuiu uma cronologia de finais do século III a meados do II a.C., um fragmento de fundo de pé alto que poderia corresponder a uma tigela deste género (Pimenta, Mendes e Madeira, 2010, p. 48, fig. 13).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No Sul do território português, na necrópole sidérica de Tera (Mora), datada de meados do século VI a.C. a meados do século seguinte, são conhecidas algumas peças interpretadas como cálices que sem dúvida recordam as peças aqui individualizadas sob este subtipo (Mataloto, 2016, p. 112, fig. 8).

Mais para o interior do vale do Tejo, na zona da *Carpetania* no médio Tejo é conhecida uma característica produção de cuidadas taças de pé alto que recordam as aqui presentes ainda que evidenciem um ar mais grácil (Martínez-González, 2019). Tendo em conta os exemplares recolhidos em contextos bem definidos, é proposto uma cronologia para estas produções centradas entre o século III e I a.C. (Martínez-González, 2019, p. 20).

Ainda que algo fora da área em análise, penso ser pertinente ter presente a existência de uma produção de cálices similares aos registados nos Castelinhos, no vale do Ebro. Especificamente na produção registada no *taller* de Tarazona, ainda que as datações aí apontem para uma produção posterior da segunda metade do século I d.C. (Aguarod Otal, 2017, p. 62 e 25). Assim como na zona do vale do Douro, onde se encontra bem estudada uma produção de cálices deste tipo, no grande povoado de *Pintia* (Padilla de Duero / Peñafiel, Valladolid), associados aos níveis de destruição sertorianos (Sanz Mínguez *et al.*, 2009).

Em relação aos outros subtipos de tigelas aqui definidos, parece-nos redundante a procura exaustiva de paralelos, visto que, como já afirmamos, se tratar da morfologia melhor representada nos serviços cerâmicos da Idade do Ferro. Destaca-se na comparação do conjunto de tigelas de Monte dos Castelinhos com o do Castelo da Lousa, a diversidade do primeiro (Pinto e Schmitt, 2010, p. 260) e ressalve-se o paralelismo existente entre as tigelas de Castelinhos que imitam a forma 1 de Lamboglia de Campaniense (Tipo 3.1) e uma produção idêntica detetada na Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a).

TIPO 4 – Tachos

Este Tipo engloba recipientes altos e fundos, com a parede curva com o intuito de reduzir a abertura. Os tachos são recipientes destinados a preparação e confeção de alimentos, sendo assim produzidos para ir ao lume, com o intuito de fazer cozidos,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

guisados e estufados. Correspondem a um recipiente inexistente no reportório cerâmico indígena, tratando-se de uma inovação do mundo itálico, normalmente conotado com o *caccabus* latino (Pinto e Schmitt, 2010, p. 267).

Esta morfologia encontra-se atestada em Monte dos Castelinhos, por 105 fragmentos (25 NMI), o que corresponde a 1,7% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum. No conjunto dos materiais exumados é possível observar, alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar três subtipos, destacando-se o tipo 2, como o melhor representado (figura 69 e 70).

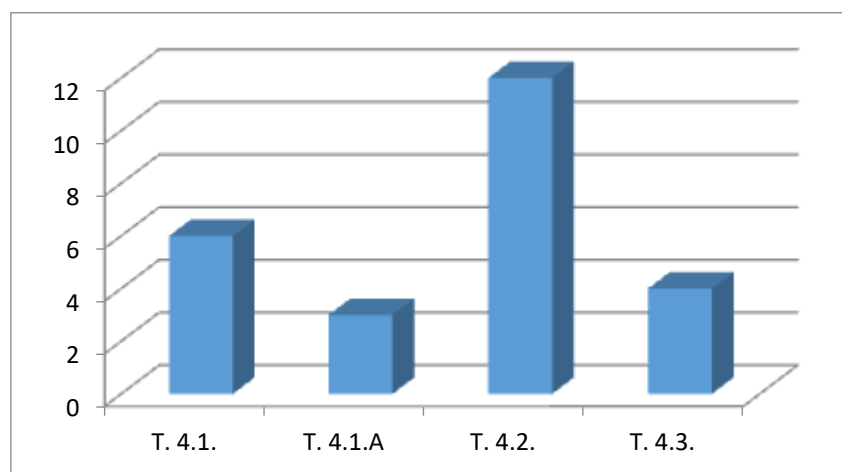


Figura 69 – Análise dos subtipos de Tachos, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 4.1. – Tacho de bordo voltado para o exterior formando uma pequena aba horizontal, levemente oblíqua. Diâmetros entre os 21 e os 27 centímetros. Parede arqueada, formando uma carena. Encontra-se atestada por seis fragmentos de bordos, 6 NMI e corresponde a 0,4% do total do conjunto. Entre o grupo dos Tachos, equivale a 24% da amostragem. Ver Estampa 49, n.º 652 e 653; Estampa 67, n.º 803 e 804 e Estampa 68, n.º 807 e 808.

O Tipo 4.1.A – Corresponde a uma variante do subtipo de tacho descrito acima. Individualizei estes devido à existência de uma depressão interna do bordo destinada a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

uma tampa. Diâmetros entre os 23 e os 27 centímetros. Encontra-se atestada por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos Tachos, equivale a 12% da amostragem. Ver Estampa 67, n.º 802 e Estampa 68, n.º 809.

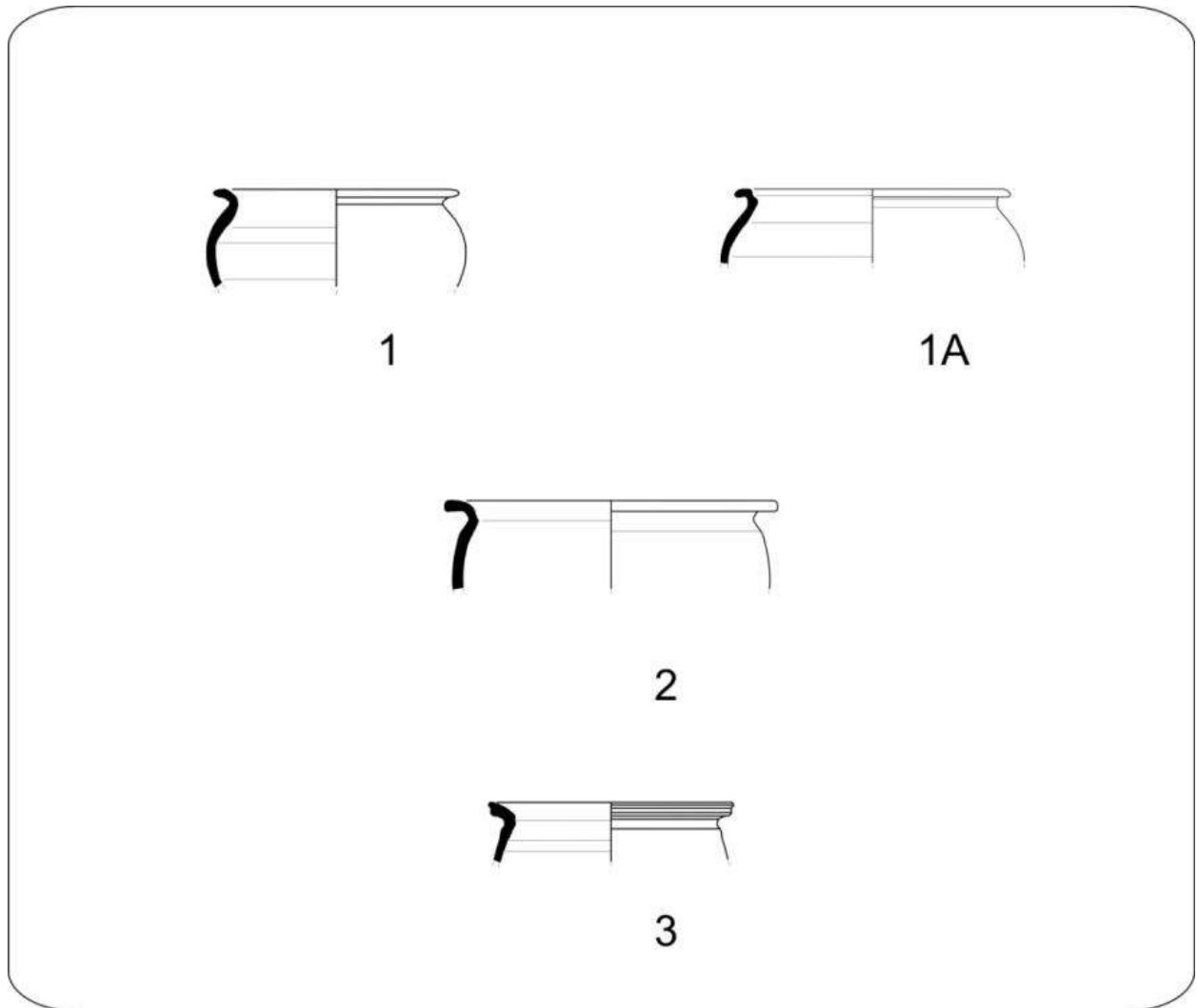


Figura 70 – Tipo 4 - Tachos.

O Tipo 4.2. – Tacho de bordo voltado para o exterior formando uma aba horizontal, espessada. Diâmetros entre os 26 e os 32 centímetros. Parede arqueada e arredondada. Encontra-se atestada por doze fragmentos de bordos, 12 NMI e corresponde a 0,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Tachos, é a forma melhor representada equivalendo a 48% da amostragem. Ver Estampa 67, n.º 799 a 801.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 4.3. – Tacho de bordo voltado para o exterior formando uma pequena aba horizontal, oblíqua, marcada em alguns dos casos por sulcos. Diâmetros entre os 20 e os 26 centímetros. Parede arqueada. Um dos casos evidencia uma inscrição gravada sobre o lábio efetuada pós-cozedura (exemplar n.º 805). Trata-se do nome *SULI*, possivelmente indicando a posse do recipiente em questão. Encontra-se atestado por quatro fragmentos de bordos, 4 NMI e corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Tachos, equivale a 16% da amostragem. Ver Estampa 68, n.º 805 e 806.

Como já referimos a morfologia tacho, não se encontra presente no mundo indígena, assim sendo, os melhores paralelos para estes vamos encontrar precisamente em sítios precocemente romanizado ou onde se denote forte presença itálica. Tal é o caso do Castelo da Lousa, onde o subtipo 1 e 2 dos tachos de Castelinhos encontram exemplares idênticos precisamente na Forma 1 e 2 dos aí identificados (Pinto e Schmitt, 2010, p. 257-258).

TIPO 5 – Potes/Panelas

Agrupamos neste Tipo um vasto conjunto de recipientes que tem como característica comum um bordo amplo, um corpo alto com perfil ovoide, terminando num fundo plano, sendo geralmente desprovidos de asa. Tendo em conta, a dificuldade de muitas vezes distinguir entre os recipientes destinados a ir ao fogo e os destinados apenas ao armazenamento de alimentos, decidimos no caso das peças em que evidenciavam algum fragmento com vestígios de fogo incluir neste Tipo 5. Teríamos assim à partida individualizadas neste grupo as Panelas. Contudo, opta-se por manter a designação mista de Potes/Panelas, pois estamos conscientes que entre as formas ora individualizadas sob esta categoria e que evidenciam exposição ao fogo possam igualmente estar contentores de armazenamento que acabaram por ter dupla funcionalidade.

Estas morfologias encontram-se atestadas em Monte dos Castelinhos, por 635 fragmentos (368 NMI), o que corresponde a 25% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar nove subtipos, destacando-se o tipo 2, como o melhor representado (figura 71 e 72).

O Tipo 5.1. – Pote/Panela de bordo voltado para o exterior formando uma ampla aba horizontal, espessada no lábio, levemente oblíqua. Diâmetros entre os 11 e os 18 centímetros. Parede arqueada, corpo de perfil ovoide. Encontra-se atestado por oitenta e seis fragmentos de bordos, 86 NMI e corresponde a 5,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 24% da amostragem. Ver Estampa 52, n.º 687.

O Tipo 5.2. – Pote/Panela de bordo direito e voltado para o exterior, com o lábio espessado e amendoado. Diâmetros entre os 11 e os 16 centímetros. Parede arqueada, corpo de perfil ovoide. Encontra-se atestado por noventa e nove fragmentos de bordos, 99 NMI e corresponde a 6,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, é a forma melhor atestada, equivalendo a 26% da amostragem. Ver Estampa 52, n.º 688 e Estampa 70, n.º 825 a 834 e Estampa 72, n.º 840 a 844.

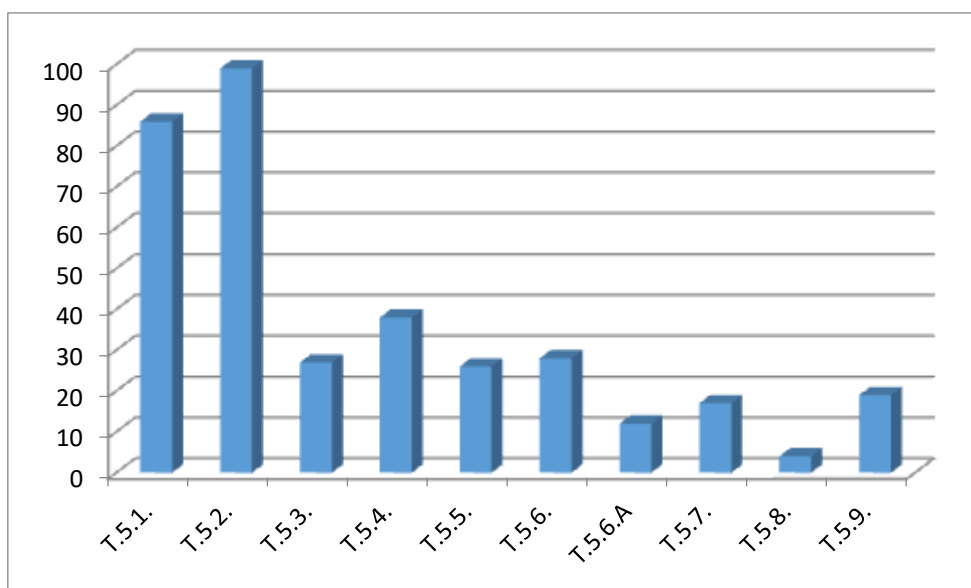


Figura 71 – Análise dos subtipos de Potes/Panelas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 5.3. – Pote/Panela de bordo direito e voltado para o exterior, com o lábio espessado, formando uma pequena aba levemente reentrante. Destaca-se a singularidade do bordo se encontrar marcado por sulcos. Diâmetros entre os 14 e os 16 centímetros.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Parede arqueada, corpo de perfil ovoide, terminando numa base plana, tendo no único exemplar preservado cerca de 18,5 centímetros de altura. Encontra-se atestado por vinte e sete fragmentos de bordos, 27 NMI e corresponde a 1,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 52, n.º 689 e 690 e Estampa 69, n.º 816.

O Tipo 5.4. – Pote/Panela de bordo direito, voltado para o exterior, formando aba alongada reta, lábio biselado ou bifurcado, com canelura bem marcada ao nível da inflexão com o colo. Diâmetros entre os 14 e os 16 centímetros. Parede arqueada, corpo de perfil ovoide, terminando numa base plana, tendo no único exemplar preservado cerca de 20,5 centímetros de altura. Encontra-se atestado por trinta e oito fragmentos de bordos, 38 NMI e corresponde a 2,6% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 10% da amostragem. Ver Estampa 71, n.º 836.

O Tipo 5.5. – Pote/Panela de bordo direito, voltado para o exterior, lábio espessado ou amendoado, colo curto. Diâmetros entre os 8 e os 13 centímetros. Parede arqueada, corpo de perfil ovoide, marcado por uma carena, terminando numa base plana ligeiramente alteada. Os dois exemplares preservados apresentam alturas aproximadas entre os 14 e os 20 centímetros. Identificaram-se vinte e cinco fragmentos de bordos, 25 NMI e corresponde a 1,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 69, n.º 815 e Estampa 71, n.º 837 e 838.

O Tipo 5.6. – Pote/Panela de bordo voltado para o exterior, formando aba alongada oblíqua soerguida, possivelmente para assentar uma tampa. Diâmetros entre os 13 e os 22 centímetros. Parede arqueada denunciando um corpo de perfil ovoide. Identificaram-se vinte e oito fragmentos de bordos, 28 NMI e corresponde a 1,9% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 8% da amostragem. Ver Estampa 50, n.º 654 a 659 e Estampa 69, n.º 810 a 814.

O Tipo 5.6.A. – Variante do Pote/Panela acima descrito. Individualiza-se pela morfologia do corpo, que se evidencia mais reto e oblíquo de perfil troncocónico invertido. Sendo este, alvo de acabamento cuidado ao nível da superfície externa através de um cuidadoso polimento. Diâmetros entre os 13 e os 14 centímetros. Identificaram-se doze fragmentos de bordos, 12 NMI e corresponde a 0,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 3% da amostragem. Ver Estampa 50, n.º 660 e 661

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

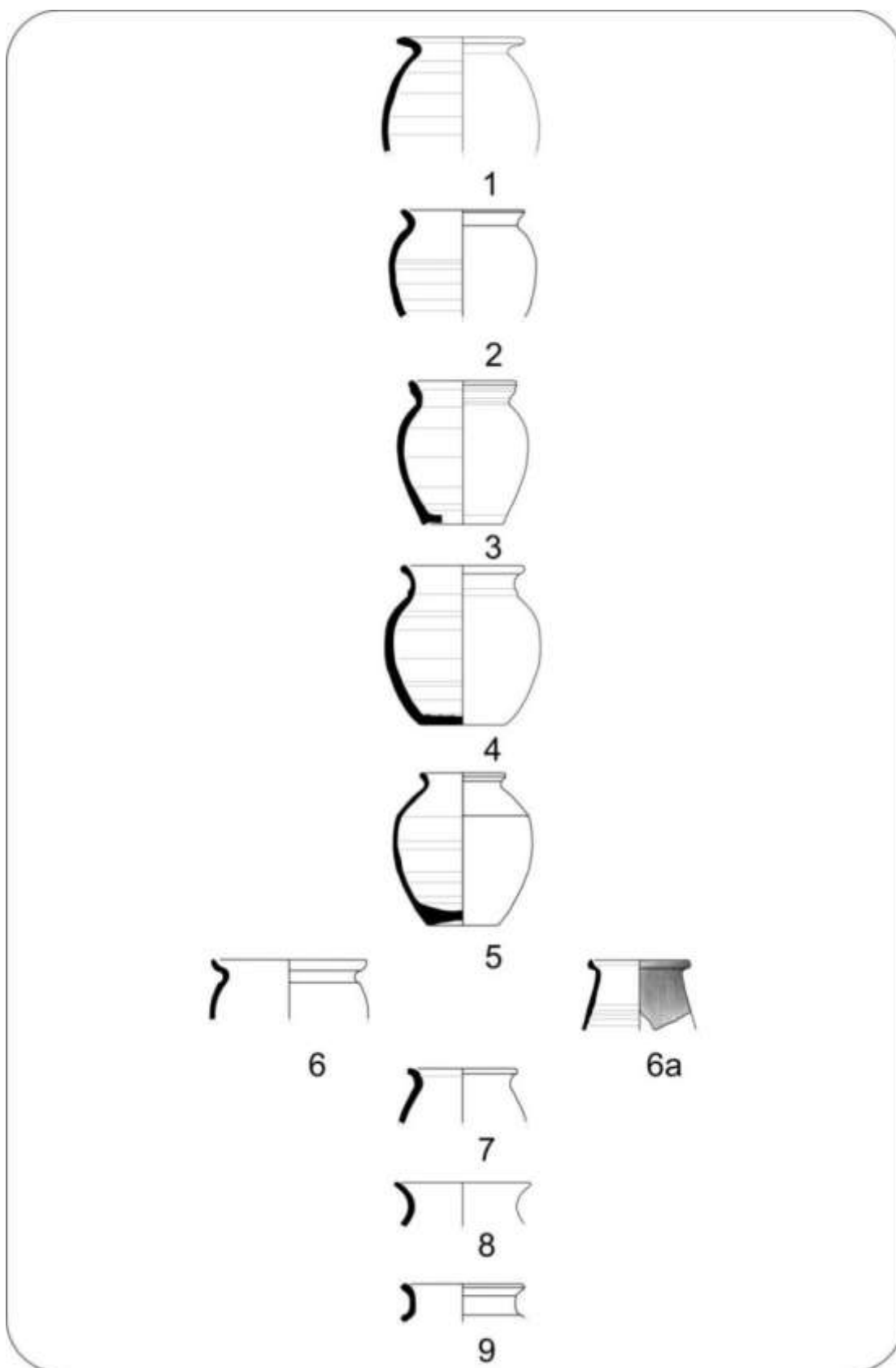


Figura 72 – Tipo 5 - Potes/Panelas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 5.7. – Pote/Panela de bordo voltado para o exterior, formando pequena aba aplanada ou espessada. Diâmetros entre os 14 e os 15 centímetros. O colo é curto e a parede arqueada denunciando um corpo de perfil ovoide. Identificaram-se dezassete fragmentos de bordos, 17 NMI e corresponde a 1,1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 5% da amostragem. Ver Estampa 70, n.º 835 e Estampa 72, n.º 845.

O Tipo 5.8. – Pote/Panela de bordo simples voltado para o exterior, de lábio biselado ou boleado. Diâmetros entre os 15 e os 17,5 centímetros. O colo é praticamente inexistente, denotando perfil em S e arrancando o corpo de perfil ovoide ou globular. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 1% da amostragem. Ver Estampa 72, n.º 846 e 847.

O Tipo 5.9. – Pote/Panela de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba, de lábio biselado ou boleado. Diâmetros entre os 12 e os 22 centímetros. O colo é alto e curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se dezanove fragmentos de bordos, 19 NMI, corresponde a 1,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes/Panelas, equivale a 5% da amostragem. Ver Estampa 50, n.º 662 a 669 e Estampa 69, n.º 817 a 824.

Tendo presente a análise morfológico/funcional deste Tipo tentou-se a procura de paralelos para estas peças. Iniciando-se essa análise pelos conjuntos pré-romanos. Dentro da tipologia criada, para as produções de cerâmica comum do baixo Tejo, da segunda metade do primeiro milénio antes da nossa era, denota-se algumas influências (Sousa, 2014, p. 299). Nomeadamente entre a Série 10, Grupo 10A, Variante 10Aa e o Tipo 5.2. de Monte dos Castelinhos. Assim como entre a Série 10, Grupo 10C, Variante 10Ca e o Tipo 5.8. de Monte dos Castelinhos.

Contudo, coerentemente, os melhores paralelos encontram-se em conjuntos mais próximos do ponto de vista cronológico, como o do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010). Aí no grupo das cerâmicas regionais são visíveis alguns paralelos, mas igualmente algumas diferenças. Uma das mais evidentes é a inexistência em Castelinhos dos característicos potes/panelas de asa de cesto, que resultam de influências de tradição

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

indígena do Sul do território português e que aqui não apresentam expressividade. As evidências são mais claras entre o Tipo 5.1. e 5.2. de Monte dos Castelinhos e o Tipo B9 das cerâmicas regionais do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 270, Est. LXIX, n.º 73 a 76). Assim como entre o Tipo 5.6. de Monte dos Castelinhos e o Tipo C1 das cerâmicas regionais do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 273, Est. LXXVII).

Igualmente em Monte Molião, nos contextos romano republicanos, encontra-se paralelos para os conjuntos do tipo potes/panelas aqui sistematizados entre as produções regionais (Sousa e Arruda, 2014a e 2014b; Sousa, Pereira e Alves, 2015). Destaca-se as peças similares do Tipo 5.5. de Monte dos Castelinhos (Sousa e Arruda, 2014a, p. 79 e 81, figura 12).

Mais perto de Monte dos Castelinhos surgem bons paralelos para este tipo de recipientes, nos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos) e no “Castro” de São Salvador (Cadaval), ambos com cronologias de meados do século II a I a.C. (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014). Entre os materiais destes dois sítios, destaca-se a presença de potes/panelas dos Tipo 5.1. e 5.2. de Monte dos Castelinhos (Cardoso, 2014, figura 32, n.º 5 e figura 50, n.º 9 e 10).

Por último, ainda que para momentos um pouco mais avançados dos que estamos aqui a abordar, não podemos deixar de sublinhar a perduração dos potes/panelas do nosso Tipo 5.6. em contextos de época alto-Imperial como parece ser o caso de Lisboa (Silva, 2015, p. 57, Est. 7) e da *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 105, figura 7).

TIPO 6 – Potes

Agrupamos neste Tipo um vasto conjunto de recipientes que tem como característica comum um corpo alto e profundo com perfil ovoide, terminando num fundo plano, podendo ser providos de asas. As peças que incluímos neste grupo não evidenciam qualquer vestígio de exposição ao fogo. Neste grupo incluem-se assim todo um grupo algo heterógeno de peças de média dimensão, que se destinava ao armazenamento de alimentos (por exemplo o Sal, mel, azeitonas, frutos secos etc).

Este tipo encontra-se bem atestado em Monte dos Castelinhos por 422 fragmentos (233 NMI), o que corresponde a 16% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

produção regional (figura 62). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar 12 subtipos, destacando-se o tipo 2, como o melhor representado (figura 73 e 74).

O Tipo 6.1. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba, de lábio biselado ou boleado, com uma ligeira depressão na parte superior. Diâmetros entre os 13 e os 14 centímetros. O colo é alto, sendo marcado por uma canelura. Identificaram-se vinte e dois fragmentos de bordos, 22 NMI, corresponde a 1,5% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 9,4% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 674 a 676.

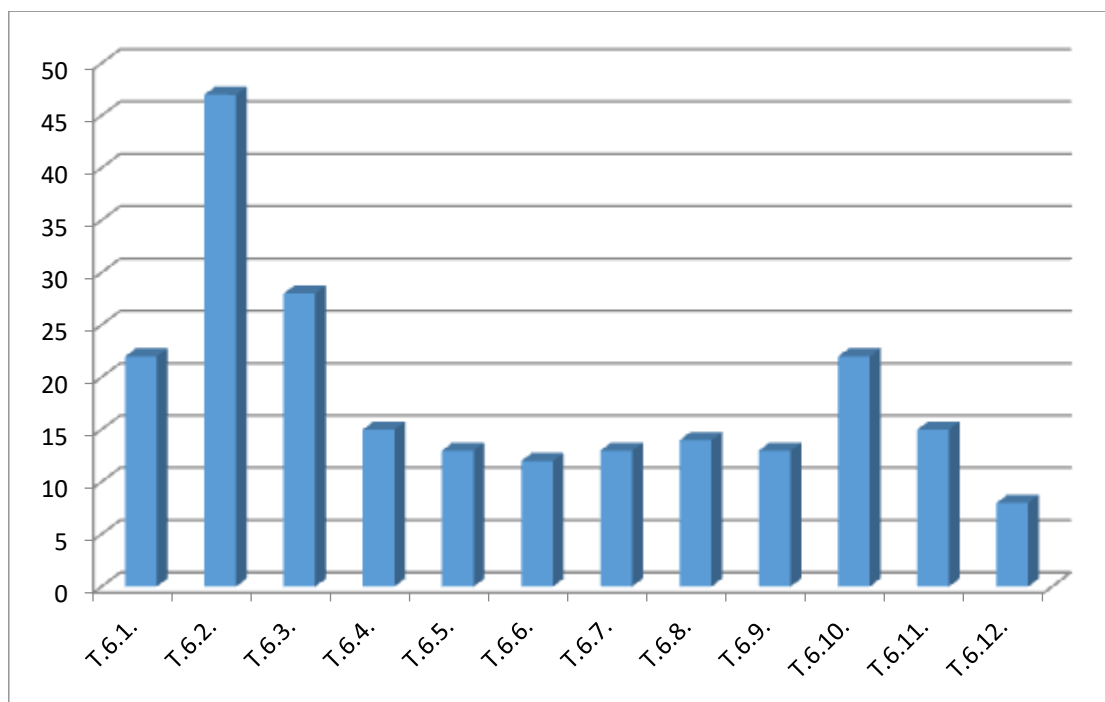


Figura 73 – Análise dos subtipos de Potes, tendo em conta a análise do NMI.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

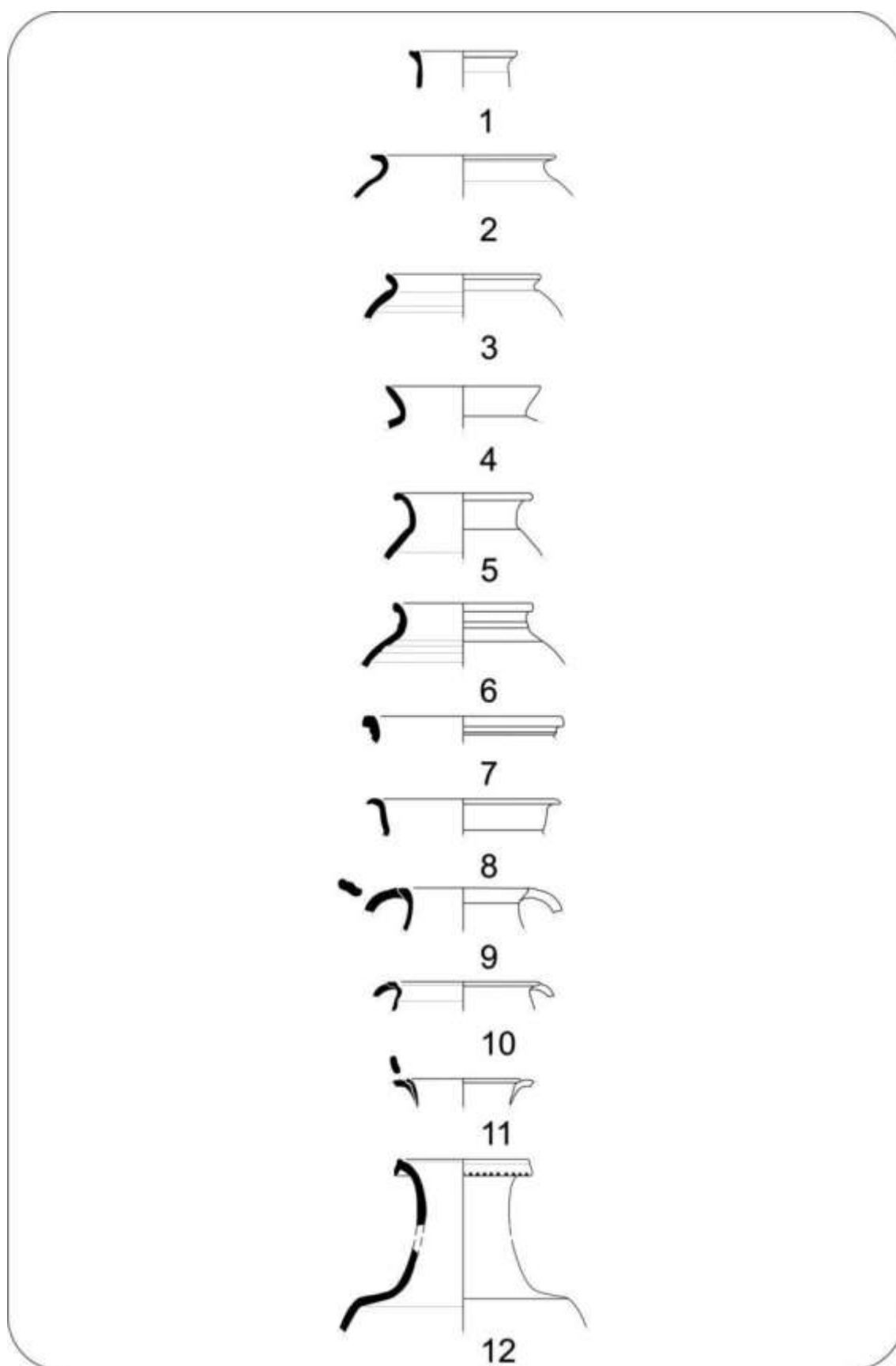


Figura 74 – Tipo 6 - Potes.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 6.2. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba, de lábio biselado, podendo ter uma depressão na parte superior. Diâmetros entre os 15 e os 24 centímetros. O colo é alto e curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se quarenta e sete fragmentos de bordos, 47 NMI, corresponde a 3,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, é a forma melhor atestada equivalendo a 20,2% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 670 a 673, 680; Estampa 72, n.º 849; Estampa 73, n.º 853 a 855 e Estampa 74, n.º 861.

O Tipo 6.3. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba soerguida, de lábio biselado. Diâmetros entre os 18 e os 23 centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se vinte e oito fragmentos de bordos, 28 NMI, corresponde a 1,9% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 12% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 681 a 683; Estampa 72, n.º 849 a 852

O Tipo 6.4. – Pote de bordo vertical voltado para o exterior, de lábio biselado ou boleado. Diâmetros entre os 14 e os 18 centímetros. O colo é praticamente inexistente, denotando perfil em S, com o corpo de perfil ovoide ou globular. Identificaram-se quinze fragmentos de bordos, 15 NMI, corresponde a 1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 6,4% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 684.

O Tipo 6.5. – Pote de bordo vertical voltado para o exterior, formando uma aba de lábio espessado arredondado ou amendoado. Diâmetros entre os 18 e os 20 centímetros. O colo é alto e cilíndrico, marcado por uma inflexão carenada no arranque do corpo. Este é de perfil troncocónico invertido. Identificaram-se treze fragmentos de bordos, 13 NMI, corresponde a 0,9% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 5,6% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 685 e Estampa 74, n.º 860.

O Tipo 6.6. – Pote de bordo vertical voltado para o exterior, formando uma pequena aba de lábio amendoado. Diâmetros entre os 18 e os 19 centímetros. O colo é curto e oblíquo, com canelura bem marcada ao nível da inflexão com o bojo. Parede arqueada e corpo de perfil ovoide. Encontra-se atestado por doze fragmentos de bordos, 12 NMI e corresponde a 0,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 5,2% da amostragem. Ver Estampa 73, n.º 856.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 6.7. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma aba de lábio quadrangular. Diâmetros entre os 24 e os 26 centímetros. O colo é curto, com canelura bem marcada ao nível da inflexão com o bojo. Parede arqueada e corpo de perfil ovoide. Encontra-se atestado por treze fragmentos de bordos, 13 NMI e corresponde a 0,88% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 5,6% da amostragem. Ver Estampa 73, n.º 857.

O Tipo 6.8. – Pote de bordo vertical, voltado para o exterior, formando uma ampla aba de lábio pendente e biselado. Diâmetros entre os 20 e os 24 centímetros. O colo é alto e cilíndrico, com inflexão na ligação com o corpo. Encontra-se atestado por catorze fragmentos de bordos, 14 NMI e corresponde a 0,94% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 6% da amostragem. Ver Estampa 74, n.º 858 e 859.

O Tipo 6.9. – Pote de bordo vertical, voltado para o exterior, formando uma pequena aba aplanada de lábio boleado ou triangular. Duas asas arrancam diretamente do bordo, evidenciando secção ovoide marcada por duas depressões longitudinais. Diâmetros entre os 17 e os 18 centímetros. O colo é alto, troncocónico invertido. Encontra-se atestado por treze fragmentos de bordos, 13 NMI e corresponde a 0,88% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 5,6% da amostragem. Ver Estampa 75, n.º 866.

O Tipo 6.10. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba aplanada ou levemente côncava de lábio boleado espessado. Duas asas arrancam diretamente do bordo, evidenciando secção ovoide. Diâmetros entre os 15 e os 20 centímetros. O colo é curto e oblíquo, arrancando com uma inflexão o corpo de perfil ovoide. Encontra-se atestado por vinte e dois fragmentos de bordos, 22 NMI e corresponde a 1,5% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 9,4% da amostragem. Ver Estampa 75, n.º 867 e 868.

O Tipo 6.11. – Pote de bordo voltado para o exterior, com o lábio boleado espessado. Duas asas arrancam diretamente do bordo, evidenciando secção ovoide com uma ligeira depressão longitudinal. Diâmetros entre os 11 e os 15 centímetros. O colo é curto e oblíquo. Encontra-se atestado por quinze fragmentos de bordos, 15 NMI e corresponde a 1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 6,4% da amostragem. Ver Estampa 75, n.º 869 e 870.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 6.12. – Grande pote de bordo voltado para o exterior, com o lábio pendente de extremo boleado ou espessado, decorado pela impressão de depressões ovóides. Diâmetros entre os 17 e os 18 centímetros. O colo é muito alto e troncocónico. Evidencia um ombro carenado de onde arranca um corpo de tendência ovoide alongada. Encontra-se atestado por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potes, equivale a 3,4% da amostragem. Ver Estampa 75, n.º 865.

Desta análise do conjunto de recipientes que englobamos dentro da categoria potes, verifica-se uma ampla variedade morfológica. Do ponto de vista dos paralelos encontra-se algumas influências do mundo indígena (Sousa, 2014, p. 299). Nomeadamente entre a Série 10, Grupo 10A, Variante 10Aa e o Tipo 6.3. de Monte dos Castelinhos. Assim como, entre a Série 10, Grupo 10C, Variante 10Cb e o Tipo 6.5. e mesmo o 6.8 de Monte dos Castelinhos (Sousa, 2014, p. 299). Ainda que tenhamos que sublinhar, que a maioria das formas definidas em Castelinhos foge a essas influências ou pelo menos remete para padrões estilísticos distintos que, tendo em conta a informação disponível sobre os contextos dos momentos finais da Idade do Ferro da Península de Lisboa e baixo Tejo, se apresentam difíceis de rastrear.

Contudo, os melhores paralelos encontram-se em conjuntos mais próximos do ponto de vista cronológico, como os do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010). Aí no grupo das cerâmicas regionais são observáveis paralelos nomeadamente: entre os potes/panelas do Tipo B25 e o grupo 6.2. de Castelinhos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 271, Est. LXXIII, n.º 113-126 e Est. LXXIV, n.º 127 a 128) e entre os potes de bordo introvertido do Tipo E1, assaz similares ao grupo 6.10 de Castelinhos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 274, Est. LXXIX, n.º 199-202).

Nos níveis tardo republicanos de Aliseda, Cáceres encontram-se bons paralelos para os potes do Tipo 6.1., aí individualizados sob a forma K6 interpretada como “Jarras de cuello largo” da cerâmica de cozinha de produção regional (Rodríguez Díaz e Pavón Soldevilla, 1999, p. 88-89).

Mais perto de Monte dos Castelinhos surgem bons paralelos para este tipo de recipientes, nos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos) e no “Castro” de São Salvador (Cadaval) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Por último, no grupo dos potes, temos ainda alguns fragmentos de parede que pela sua espessura e orientação se integram nesta categoria e que evidenciam decoração. Como temos vindo a ver, a presença de decoração nas formas de cerâmica comum de Castelinhos é relativamente escassa denotando a sua presença apenas de forma mais intensa no grupo das talhas, que veremos mais à frente e em alguns recipientes de armazenamento do tipo potes. Os exemplares em questão denotam um cuidado acabamento na sua superfície externa, nomeadamente com um alisamento e por vezes polimento da parede. As decorações presentes resumem-se a três fragmentos com linhas ondeadas (Estampa 74, n.º 862 a 864) e um fragmento com grinalda impressa em roleta (Estampa 57, n.º 714).



Figura 75 – Fragmento de parede de pote com decoração em grinaldas roletadas.

Começando por esta última, trata-se de uma decoração característica de paragens mais meridionais e que se encontra normalmente associada ao mundo da área Céltica ou celtizante (Fabião, 1998a, p. 80). Sendo assim um indicador de claras influências culturais alógenas ao vale do Tejo. Este tipo de decoração, em grinaldas roletadas, normalmente associado a estampilhas (ainda que no caso em apreço tal não possa ser

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

observado) encontra-se associado por Luis Berrocal Rangel à sua quarta fase destas decorações, datadas entre as guerras Sertorianas e a mudança da Era (Berrocal Rangel, 1992, p. 308, fig. 75, n.º 4 e 5). Este tipo de padrões decorativos encontra-se bem documentado no Castelo da Lousa, onde se registam 51 indivíduos, sendo que os recipientes decorados com esta técnica parecem ser todos potes à exceção de uma terrina (Pinto e Schmitt, 2010, p. 318-320, Est. CXXIX-CXXXV). Ainda no Sul do território português, esta tipo de decorativo encontra-se representado na Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (Fabião, 1998a), no Caladinho (Redondo) (Mataloto, 2010), em Soeiros (Arraiolos) (Calado, Deus e Mataloto, 1999; Mataloto, 2002; Mataloto e Angeja, 2015) e no Castelo das Juntas (Ramos, 2013, pág. 231, fig. 4.140).

As restantes três peças com motivos decorativos reportam-se a fragmentos de parede com decoração ondulada incisa (Estampa 74, n.º 862 a 864). Estes motivos decorativos consistem em linhas formando ondas de distinta espessura, gravadas antes da cozedura nas paredes dos recipientes desenvolvendo-se normalmente na horizontal. O estado fragmentário em que as evidências destes padrões decorativos surgem em potes não permite grandes considerações. Contudo, importa reter: o primeiro fragmento (Estampa 74, n.º 862) evidencia três linhas com decoração; e no caso do terceiro reporta uma linha ondeada, mas vertical, orientação decorativa assaz mais rara (Estampa 74, n.º 864). Um último e breve comentário merece-nos as origens e paralelos para este tipo decorativo. Segundo Carlos Fabião, esta decoração em linhas onduladas incisas, vem substituir a decoração estampilhada no Sul do território português, sugerindo que a sua origem é típica da área vetónica, com abundantes paralelos no povoado de Raso da Candeleda (Ávila) (Fabião, 1998, p. 90). Independente da discussão em relação à génese destes padrões decorativos, a que voltaremos *infra*, importa reter que se trata de motivos típicos do período romano republicano tardio, com amplos paralelos, nomeadamente: no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 322-323, Est. CXXVI-CXXXIX), Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a); Caladinho (Redondo) (Mataloto, Williams e Roque, 2014, fig. 10), em Soeiros (Arraiolos) (Mataloto e Angeja, 2015), no Castelo das Juntas (Ramos, 2013, pág. 225, fig. 4). Mais perto de Monte dos Castelinhos surgem bons paralelos para este tipo decorativo nos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos) e em particular no “Castro” de São Salvador (Cadaval) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

TIPO 7 – Potinhos

Agrupamos neste Tipo diversos recipientes que têm como característica comum a sua pequena dimensão. Evidenciam diversas morfologias, com perfil geralmente ovoide, terminando num fundo plano, podendo ser providos de asas. As peças que incluímos neste grupo não evidenciam qualquer vestígio de exposição ao fogo. Este Tipo inclui assim um grupo algo heterógeno de peças de pequena dimensão, que se destinava quer ao armazenamento de alimentos, quer a servir à mesa, com o intuito de conter líquidos e de os consumir.

Este Tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos, por 59 fragmentos (37 NMI), o que corresponde a 2,5% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar 5 subtipos, destacando-se o tipo 5 como o melhor representado (figura 76 e 77).

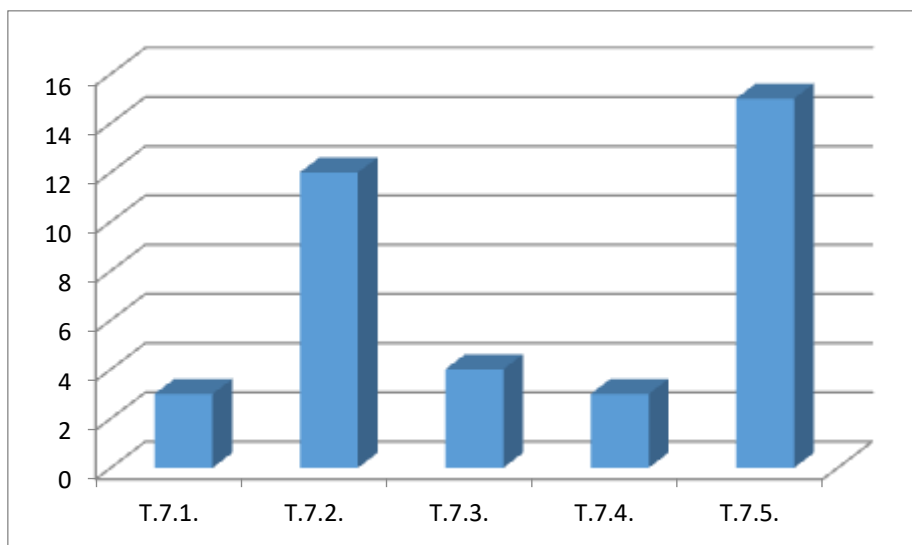


Figura 76 – Análise dos subtipos de Potinhos, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 7.1. – Potinho de bordo voltado para o exterior de lábio biselado ou boleado. Diâmetros entre os 10 e os 12 centímetros. O colo é inexistente, sendo a transição entre o bordo e o corpo globular marcado por uma inflexão. Identificaram-se três fragmentos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de bordos, 3 NMI, corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potinhos, equivale a 8% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 677.

O Tipo 7.2. – Potinho de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba soerguida, de lábio biselado ou amendoado. Diâmetros entre os 10 e os 12 centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se doze fragmentos de bordos, 12 NMI, corresponde a 0,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potinhos, equivale a 32% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 678.

O Tipo 7.3. – Potinho de bordo voltado para o exterior, formando aba oblíqua soerguida, lábio boleado, colo formando garganta interna, por vezes com caneluras ao nível do colo. Diâmetros entre os 7 e os 10 centímetros. Apresenta duas asas curtas, arrancando do bordo, evidenciando secção ovoide. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é troncocónico invertido. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potinhos, equivale a 11% da amostragem. Ver Estampa 51, n.º 679.

O Tipo 7.4. – Potinho de bordo voltado para o exterior, formando pequena aba aplanada ou levemente côncava de lábio boleado espessado. Diâmetros entre os 11 e os 14 centímetros. Apresenta duas asas curtas, arrancando do bordo, evidenciando secção ovoide com depressão longitudinal. O colo é inexistente, arrancando a partir do bordo, o corpo, sendo este troncocónico invertido, marcado por uma carena que prenuncia o arranque para a metade inferior de tendência globular ou em campânula. Identificaram-se três fragmentos de bordos, 3 NMI, corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potinhos, equivale a 8% da amostragem. Ver Estampa 66, n.º 790 e 791.

O Tipo 7.5. – Potinho de bordo voltado para o exterior, de lábio boleado espessado ou biselado. Diâmetros entre os 13 e os 14,5 centímetros. Apresenta duas asas curtas, arrancando do bordo, evidenciando secção ovoide com depressão longitudinal. O colo é alto e curto, o bojo é alto e globular. Identificaram-se quinze fragmentos de bordos, 15 NMI, corresponde a 1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Potinhos, equivale a uns significativos 41% da amostragem. Ver Estampa 66, n.º 792.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

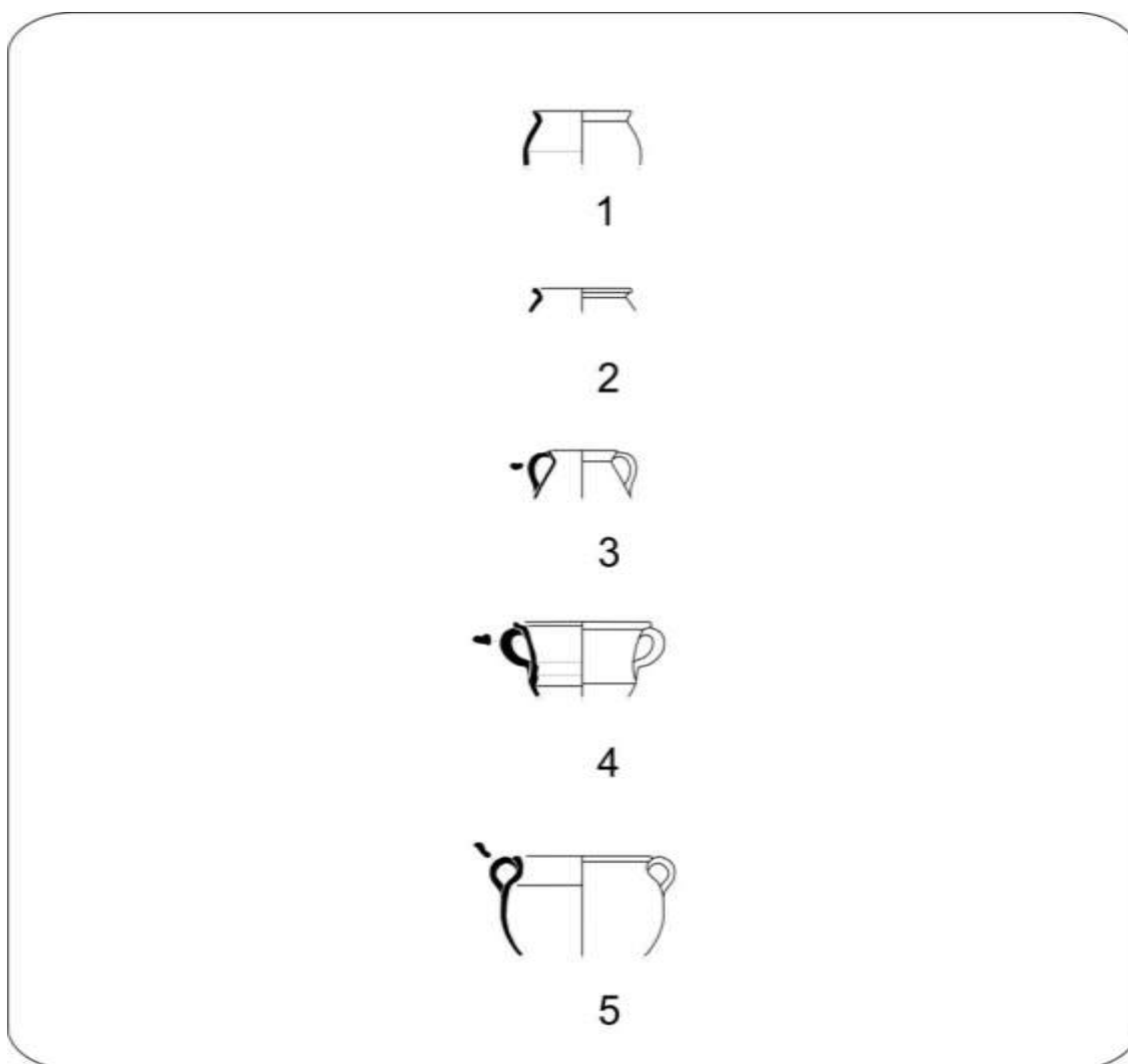


Figura 77 – Tipo 7 - Potinhos.

Desta análise do conjunto de recipientes que englobamos dentro da categoria potinhos, verifica-se alguma variedade morfológica. Os melhores paralelos encontram-se mais uma vez no conjunto do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010). Aí no grupo das cerâmicas regionais são observáveis paralelos nomeadamente: entre os potinhos da Forma 1 e o grupo 6.1. e 6.2. de Castelinhos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 280, Est. LXXXI). O Tipo 7.4. merece-nos ainda um breve comentário face a sua similitude com a morfologia de algumas formas de cerâmica de paredes finas, nomeadamente com a forma 47 e 48 de Mayet, ainda que estas já de cronologias ulteriores centradas no século I d.C. (Mayet, 1975). Ressalve-se que os três fragmentos que atestam esta morfologia de potinhos em cerâmica comum foram recolhidos em contextos bem estratigrafados que nos permitem sublinhar a sua datação em níveis associados à Fase 2 de Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

TIPO 8 – Jarros

Os jarros constituem um grupo característico no conjunto da cerâmica comum, sendo um tipo de recipientes cuja morfologia se prende diretamente com a sua funcionalidade. Individualizam-se como formas altas, com um amplo colo, normalmente estrangulado, munidos por uma ou em alguns casos duas asas compactas. Serviam para servir líquidos à mesa e evidenciam com frequência boca trilobada. No contexto dos serviços cerâmicos do mundo indígena, esta morfologia encontra-se ausente no ocidente peninsular, podendo assim ser interpretada a sua presença como uma inovação do mundo romano (Pinto e Schmitt, 2010, p. 282). Na zona da Península de Lisboa e baixo Tejo, apesar de não serem abundantes, encontra-se atestada uma tradição de jarros em cerâmica cinzenta, com uma característica decoração em retícula brunida (Pimenta, Calado e Leitão, 2013). Apesar de estes poderem ser tidos como a génese destas formas, a sua morfologia afasta-os dos jarros aqui sistematizados. Tendo em conta a sua morfologia e especificidades, foi possível individualizar sete subtipos, destacando-se o tipo 2 como o melhor representado (figura 78 e 79).

Este tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos, por 18 fragmentos (18 NMI), o que corresponde a 1,2% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62).

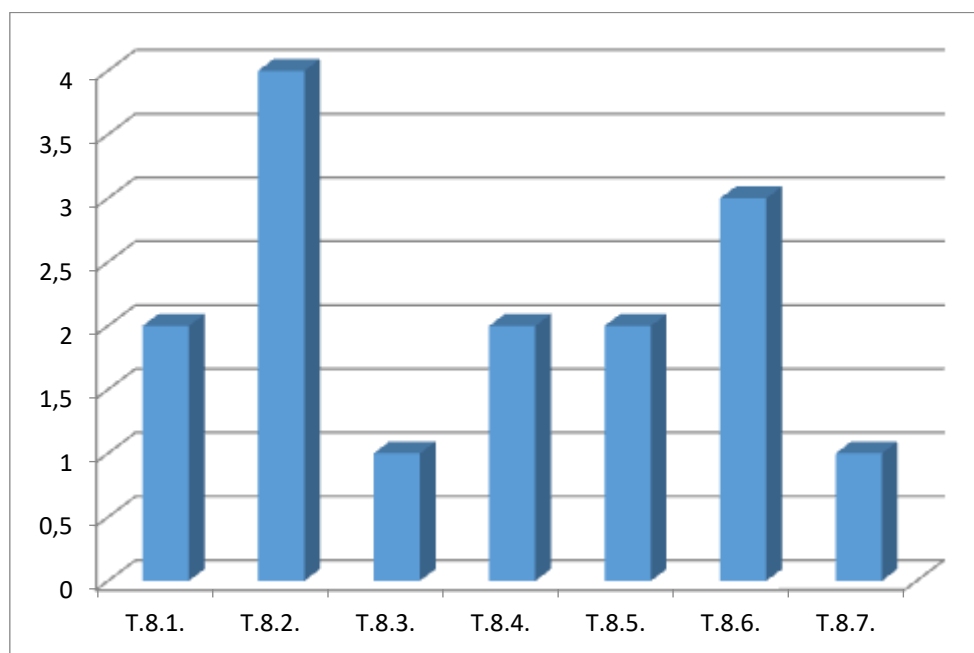


Figura 78 – Análise dos subtipos de Jarros, tendo em conta a análise do NMI.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 8.1. – Jarro de bordo voltado para o exterior, formando aba horizontal de lábio amendoado. Diâmetros entre os 10 e os 12 centímetros. Colo é alongado e marcado por uma canelura. A asa é maciça e arranca diretamente do lábio. Identificaram-se dois fragmentos de bordos, 2 NMI, corresponde a 0,1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros, equivale a 13% da amostragem. Ver Estampa 76, n.º 871.

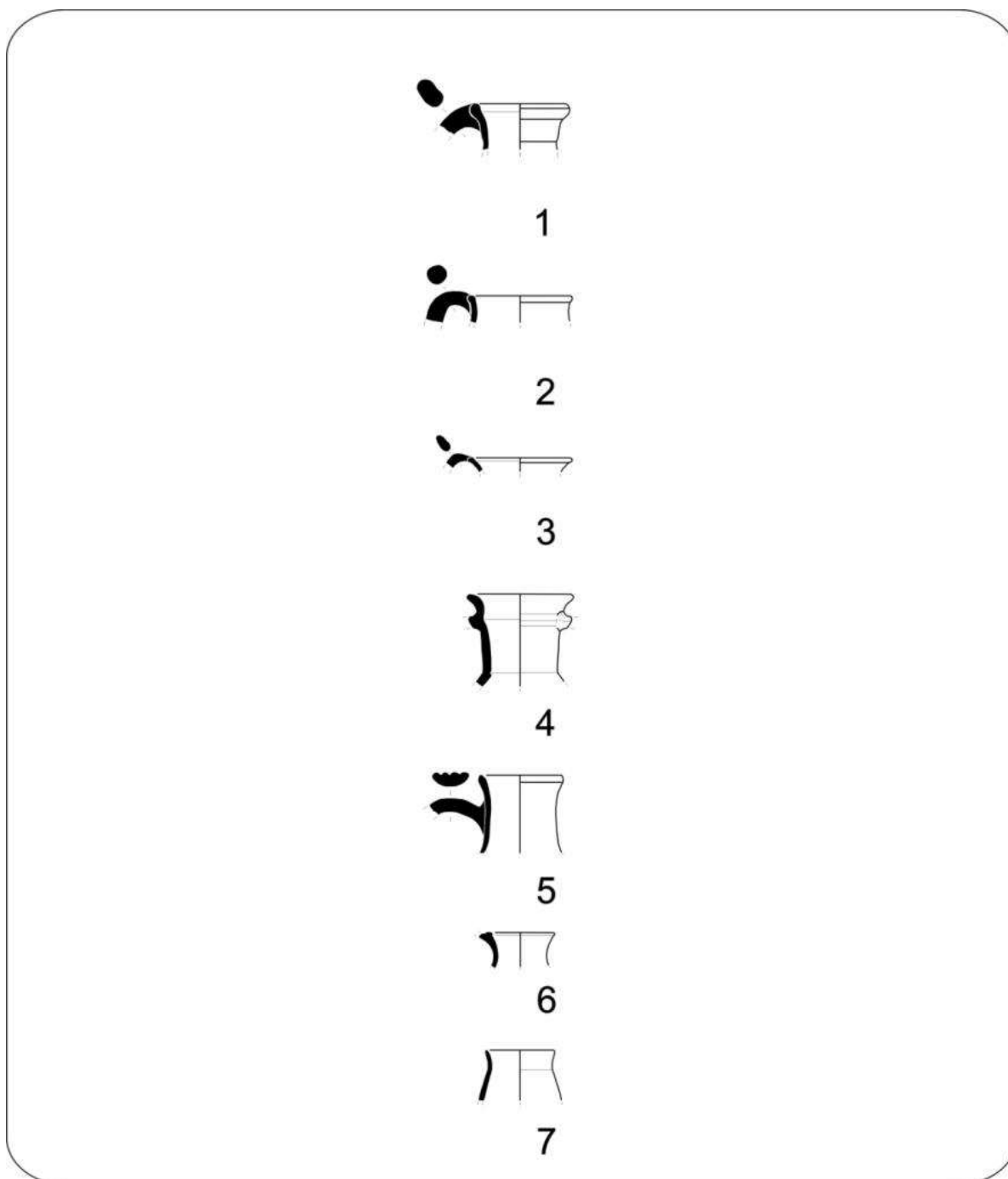


Figura 79 – Tipo 8 - Jarros.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 8.2. – Jarro de bordo vertical de lábio amendoado ou ligeiramente espessado. Diâmetros entre os 10 e os 12 centímetros. A asa é maciça e arranca diretamente do lábio. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros é a forma melhor representada equivalendo a 27% da amostragem. Ver Estampa 76, n.º 872 a 874.

O Tipo 8.3. – Jarro de bordo oblíquo voltado para o exterior, de lábio amendoado. Diâmetro 12 centímetros. A asa é maciça e arranca diretamente do lábio. Identificou-se um fragmento de bordo, 1 NMI, corresponde a 0,1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 76, n.º 876.

O Tipo 8.4. – Jarro de bordo voltado para o exterior, de lábio boleado. Diâmetro entre os 12 e os 13 centímetros. O colo é cilíndrico marcado por uma ampla canelura de onde arrancam as duas asas. O ombro é marcado por uma inflexão, denunciando o arranque de um corpo de perfil globular. Identificaram-se dois fragmentos de bordos, 2 NMI, corresponde a 0,13% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros equivale a 13% da amostragem. Ver Estampa 76, n.º 878 e 879.

O Tipo 8.5. – Jarro de bordo vertical, de lábio boleado, ligeiramente voltado para o exterior. Diâmetro entre os 10 e os 11 centímetros. O colo é alto e troncocónico, arrancando a meio uma asa ampla, de secção ovoide marcada por quatro caneluras, bem evidenciadas. Identificaram-se dois fragmentos de bordos, 2 NMI, corresponde a 0,13% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros equivale a 13% da amostragem. Ver Estampa 76, n.º 880 e 881.

O Tipo 8.6. – Jarro de bordo voltado para o exterior, de lábio formando uma pequena aba aplanada, formando um estreitamento na garganta. Diâmetro entre os 8 e os 10 centímetros. O colo é alto e troncocónico, arrancando do lábio ou a meio do colo uma asa de secção ovoide. Identificaram-se três fragmentos de bordos, 3 NMI, corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros equivale a 20% da amostragem. Ver Estampa 76, n.º 882 e 883 e Estampa 77, n.º 885.

O Tipo 8.7. – Jarro de bordo vertical, de lábio biselado e boca trilobada. Diâmetro 8 centímetros. O colo é alto e troncocónico. Identificou-se um fragmento de bordo, 1

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

NMI, corresponde a 0,1% do total do conjunto. Entre o grupo dos Jarros equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 77, n.º 886.

A par das morfologias de jarros que foi possível individualizar nestes sete subtipos, inclui-se no estudo diversos fragmentos que não é possível atribuir a nenhum dos grupos, mas que certamente se incluem neste conjunto. Recolheram-se dezanove fragmentos de asas, das quais apenas se regista graficamente um exemplar (Estampa 76, n.º 877). Identificaram-se diversos fragmentos de parede que podemos associar ao colo e corpo de peças do tipo jarro. Destaca-se a presença de um fragmento com decoração aplicada, constituída esta por um cordão plástico com decoração denteada (Estampa 77, n.º 887). Este tipo de decorações tem paralelos no Sul do território português ainda que em cerâmica manual: nomeadamente no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 315, Est. CXXVII), na Pedra da Atalaia, Santiago do Cacém (Silva, 1978, Est. VI) e em Miróbriga (Soares e Silva, 1979, Est. 1 a 4). Registam-se ainda diversos fragmentos com colagem de um colo com arranque de asa que parece corresponder a um grande jarro mono ansado (Estampa 77, n.º 888). Por último, podemos associar a formas fechadas do tipo jarro dezassete fragmentos de fundos sendo estes todos de pé anelar (Estampa 76, n.º 884).

TIPO 9 – Bilhas

As bilhas de fabrico regional constituem um pequeno mas característico conjunto. Sendo de sublinhar que esta morfologia é uma inovação romana não existindo nos serviços do mundo indígena (Pinto e Schmitt, 2010, p. 283). As bilhas têm normalmente um corpo alto de perfil ovoide, com um colo alto e estreito, podendo ser munidas de uma ou duas asas. Encontram-se conotadas com a funcionalidade de servir líquidos à mesa. Alguns exemplares encontram-se providos de bico vertedor na zona do ombro, contudo os bicos que podemos encontrar e registar no conjunto de Castelinhos encontram-se isolados.

Este tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos, por 47 fragmentos (9 NMI), o que corresponde a 0,6% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62). Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar 3 subtipos, destacando-se o tipo 3 como o melhor

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

representado. Foram ainda individualizados dois tipos distintos de bicos vertedores, separados por A e B (figura 80 e 81).

O Tipo 9.1. – Bilha de bordo voltado para o exterior, lábio boleado, colo cilíndrico alongado formando estreitamento na garganta, vestígios do arranque de asa ao nível do colo. Diâmetros entre os 5 e os 7 centímetros. Identificaram-se três fragmentos de bordos, 3 NMI, corresponde a 0,2% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 33% da amostragem. Ver Estampa 77, n.º 889 e 892.

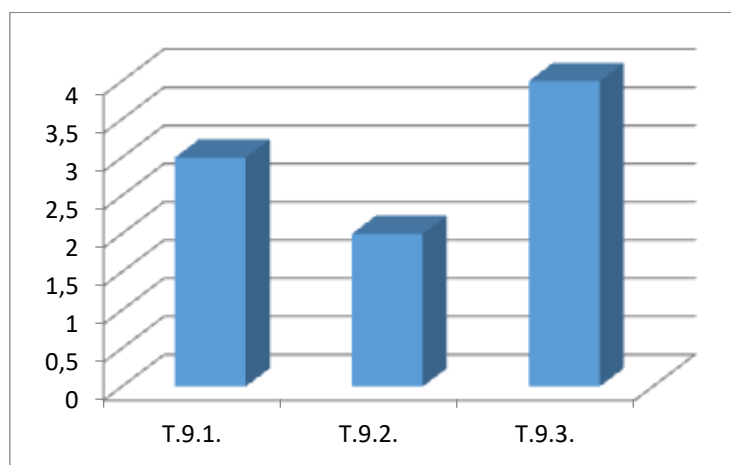


Figura 80 – Análise dos subtipos de Bilhas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 9.2. – Bilha de bordo direito de lábio voltado para o exterior de extremo boleado ou biselado. Diâmetros entre os 4,5 e os 6 centímetros. Colo alto e cilíndrico, de onde arranca uma asa de secção ovoide marcada por depressão longitudinal. A transição para o corpo marcado por uma inflexão abrupta, denunciando o arranque de um bojo de tendência globular. Identificaram-se dois fragmentos de bordos, 2 NMI, corresponde a 0,1% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 22% da amostragem. Ver Estampa 77, n.º 891.

O Tipo 9.3. – Bilha de bordo voltado para o exterior, com inflexão e ressalto formando dobra, lábio boleado ou amendoado. Diâmetros entre os 5 e os 6,5 centímetros. Colo cilíndrico alongado de onde arranca uma asa. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 0,3% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

equivale ao tipo melhor representado com 44% da amostragem. Ver Estampa 77, n.º 894.

Bico vertedor Tipo A corresponde a um bico curto com cerca de 3,6 centímetros e extremo boleado voltado para o interior, encontra-se atestado por 6 exemplares. Estampa 77, n.º 890.

O **Bico vertedor Tipo B** evidencia-se como mais alongado com 8 centímetros e de extremo amendoado ou afunilado, está representado por oito fragmentos. Estampa 77, n.º 893.

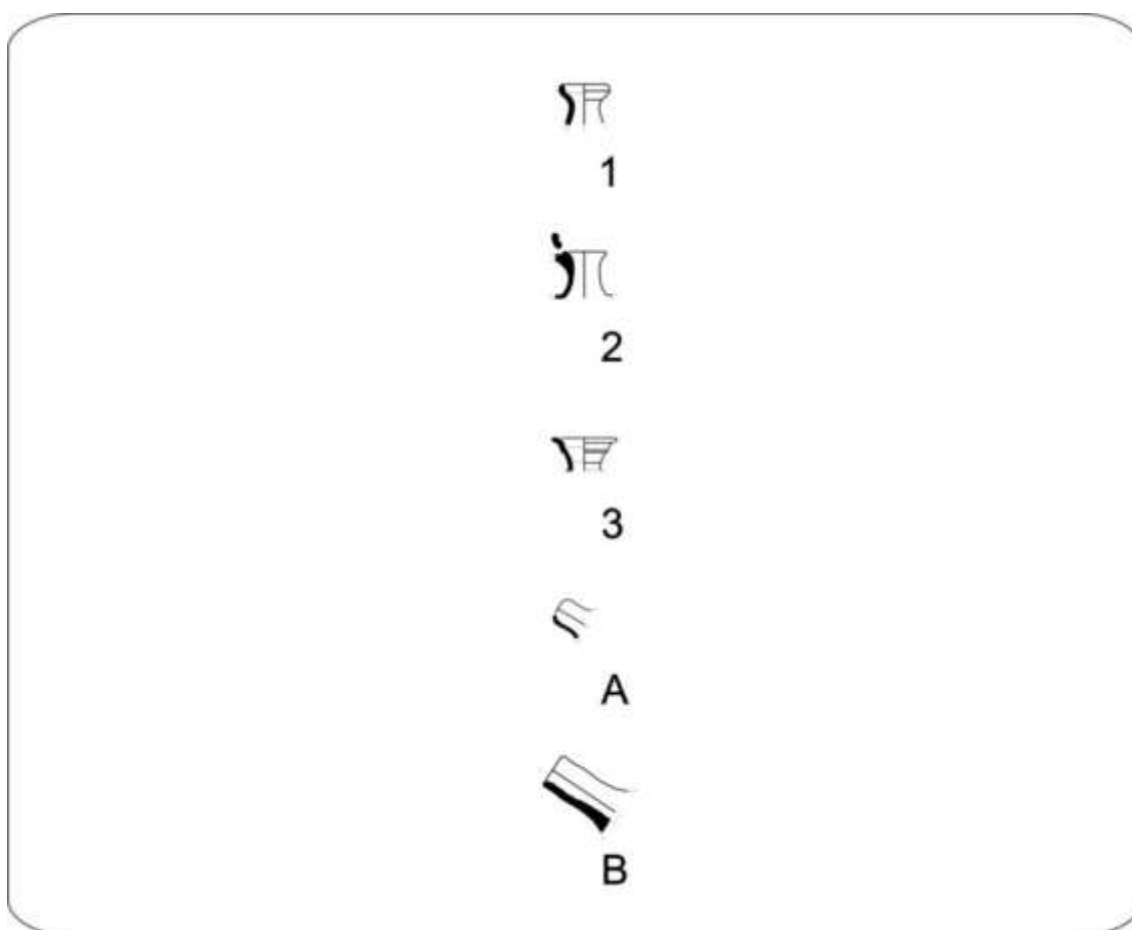


Figura 81 – Tipo 9 - Bilhas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Do ponto de vista de paralelos, estas formas em contexto romano republicanos são raras, mais uma vez é precisamente no conjunto do Castelo da Lousa que encontramos exemplares idênticos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 282-283, Est. LXXXIV-LXXXV). No vale do Tejo a forma Bilha, de produção regional encontra-se bem atestada em contextos Júlio/Cláudios da cidade de *Olisipo* (Silva, 2015 e 2018).

TIPO 10 – Barris

Desde a primeira campanha realizada em Monte dos Castelinhos, no já distante ano de 2008, deparámo-nos com fragmentos cerâmicos de complexa atribuição morfológica. Tratava-se de paredes espessas de um recipiente aparentemente fechado que apresentava algumas características invulgares. Uma delas, era evidenciar do lado externo uma ampla depressão longitudinal, como se fosse para estar suspenso, e a outra, o facto, de no lado interior da peça ostentar um marcado e por vezes espesso depósito de tom branco. Ao nos determos sobre a sua análise verificou-se tratar-se de depósito calcário, o que levou a separar estes fragmentos e desde logo os interpretar como recipiente para transporte ou armazenamento de água. Mas a investigação é feita de um contínuo devir, e assim, novas campanhas e outros compartimentos escavados vieram, diga-se, alguns anos depois, aduzir mais dados empíricos que permitem ora interpretar estes contentores como barris. Trata-se assim de grandes recipientes de morfologia cilíndrica, de bordos verticais curtos e estreitos, asas em forma de orelha e que apresentam duas amplas depressões ou caneluras transversais, possivelmente para a preensão e suspensão através de cordas auxiliando assim o transporte no dorso de animais de carga.

Apesar de pouco frequentes, encontra-se bem atestada uma tradição local de produção de barris no extremo ocidente peninsular (Gamito, 1983; Fabião, 1998a, p. 59), similares aos que se encontram desde há muito sistematizados no mundo “Ibérico” (Fletcher Valls, 1957). A morfologia dos barris parece remontar a uma tradição pré-romana de influência mediterrânica, sendo alguns deles comprovadamente de cronologias recuadas, como parece ser o caso do exemplar de Santa Olaia (Gamito, 1983, p. 205-206), o exemplar do Castro de Azougada (Moura) (Gamito, 1983) e em particular os exumados no Castelo de Castro Marim em níveis bem datados do século VI a.C. (Arruda e Freitas, 2008, p. 432). No ocidente peninsular a maior concentração

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

documenta-se na área Norte da Extremadura Espanhola, com especial incidência na área Norte da província de Badajoz, Cáceres e extensão até Ávila (Fabião, 1998a, p. 60). Concentração essa que se tem vindo a adensar com novos exemplares como os de Cáceres Viejo (Casas de Millan, Cáceres) (Pereira e Dias, 2020), a estender-se à zona de Toledo (Pereira Sieso, 1982; Urbina; García Vuelta e Urquijo, 2004) e de Madrid (Sanguino Tallon; Oñate Baztán e Sanguino Vázquez, 2019).

Tendo em conta os exemplares de Villasviejas de Tamuja (Botija, Cáceres) (Gamito, 1983, p. 205); o de El Raso de Candeleda, (Ávila) (Fernández Gomez e López Fernández, 1990, fig. 7); o de Castrejón de Capote (Badajoz) (Berrocal Rangel, 1994, p. 2008); o do acampamento de Valdetorres (Badajoz) (Heras Mora, 2018, p. 600) e os recentemente descobertos em Cáceres Viejo (Casas de Millan, Cáceres) (Pereira e Dias, 2020, p. 114), é seguro atribuir cronologias tardias para estes contentores, centradas já no século II-I a.C.

A sua presença no território português encontra-se traçada desde há muito, com uma dispersão no Alto Alentejo, Cabeça de Vaiamonte (Monforte) e Serra de Segóvia (Elvas) (Fabião, 1998a, p. 50-61). Tendo esta sido ampliada com os exemplares pré-romanos recolhidos no Castelo de Castro Marim (Arruda e Freitas, 2008, p.432) e o exemplar do Castelo das Juntas (Moura), recolhido em contexto de cronologia romano republicano (Dias *et al.*, 2005; Ramos, 2013, pág. 223).

A funcionalidade destes recipientes, parece estar relacionada com o transporte e o armazenamento de líquidos (Fernández Gomes, 1986). Os exemplares de Castelinhos, tendo em conta o já mencionado depósito de calcário no seu interior remetem de forma direta para o transporte de água, devendo este ser efetuado no dorso de animais de carga, como indicam as marcas de corda na superfície dos barris. Apesar desta interpretação, outras hipóteses têm vindo a ser propostas para estes recipientes, como a sua utilização para o armazenamento de produtos lácteos, e mesmo para a produção de manteiga (Mata Parreño e Bonet Rosado, 1992, p. 130; Iborra Eres *et al.*, 2020, p. 105).

A presença de barris no baixo Tejo e em concreto em Monte dos Castelinhos apresenta-se assim como uma geografia algo anómala na dispersão destes recipientes, que como

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vimos se apresenta mais interior. Contudo, importa sublinhar que a dispersão dos barris se encontra bem representado ao longo da bacia do alto Tejo.

Este tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos, por 39 fragmentos (7 NMI), o que corresponde a 0,5% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62). Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar 4 subtipos, tendo em conta o tipo de bocais que atribuímos a esta morfologia (figura 82 e 83). Tenho que admitir que a associação de alguns destes bocais à forma barril é feita com algumas hesitações, visto não ter absolutas certezas do desenvolvimento do corpo, podendo ser admissível outras interpretações, como cantis. Contudo, a forma de ligação ao corpo detetada nos casos em que os barris se encontram melhor preservados levou a seguir este caminho.

O Tipo 10.1. – Corresponde ao exemplar de barril melhor preservado e o único em que foi possível reconstituir graficamente o perfil. O bordo é estreito e vertical, de lábio espessado, o colo é curto, sendo marcado por uma inflexão na ligação ao corpo. Este é cilíndrico, com cerca de quarenta e três centímetros de comprimento por vinte e três de largura máxima, sendo marcado por duas profundas depressões longitudinais. Na parte superior arrancam duas pequenas asas de secção arredondada. Nas extremidades evidencia duas reentrâncias em onfalo. Identificaram-se dois fragmentos de bordos, 2 NMI, corresponde a 0,13% do total do conjunto. Entre o grupo dos barris, equivale a 29% da amostragem. Ver Estampa 53, n.º 691 e 692.

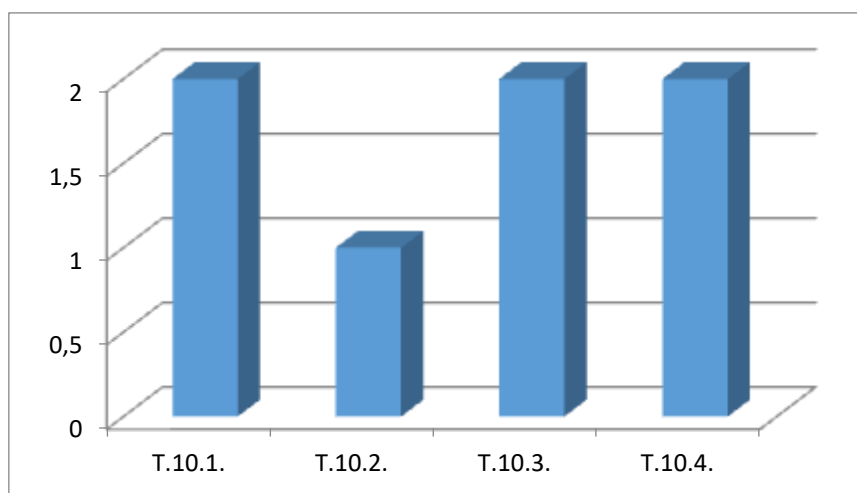


Figura 82 – Análise dos subtipos de Barris, tendo em conta a análise do NMI.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

O Tipo 10.2. – Barril de bordo estreito e vertical, de lábio espessado. Diâmetro seis centímetros. O colo é alto, sendo marcado por uma inflexão na ligação ao corpo. Este é de tendência cilíndrica. Identificou-se um fragmento de bordo, 1 NMI, corresponde a 0,07% do total do conjunto. Entre o grupo dos barris, equivale a 14% da amostragem. Ver Estampa 78, n.º 898.

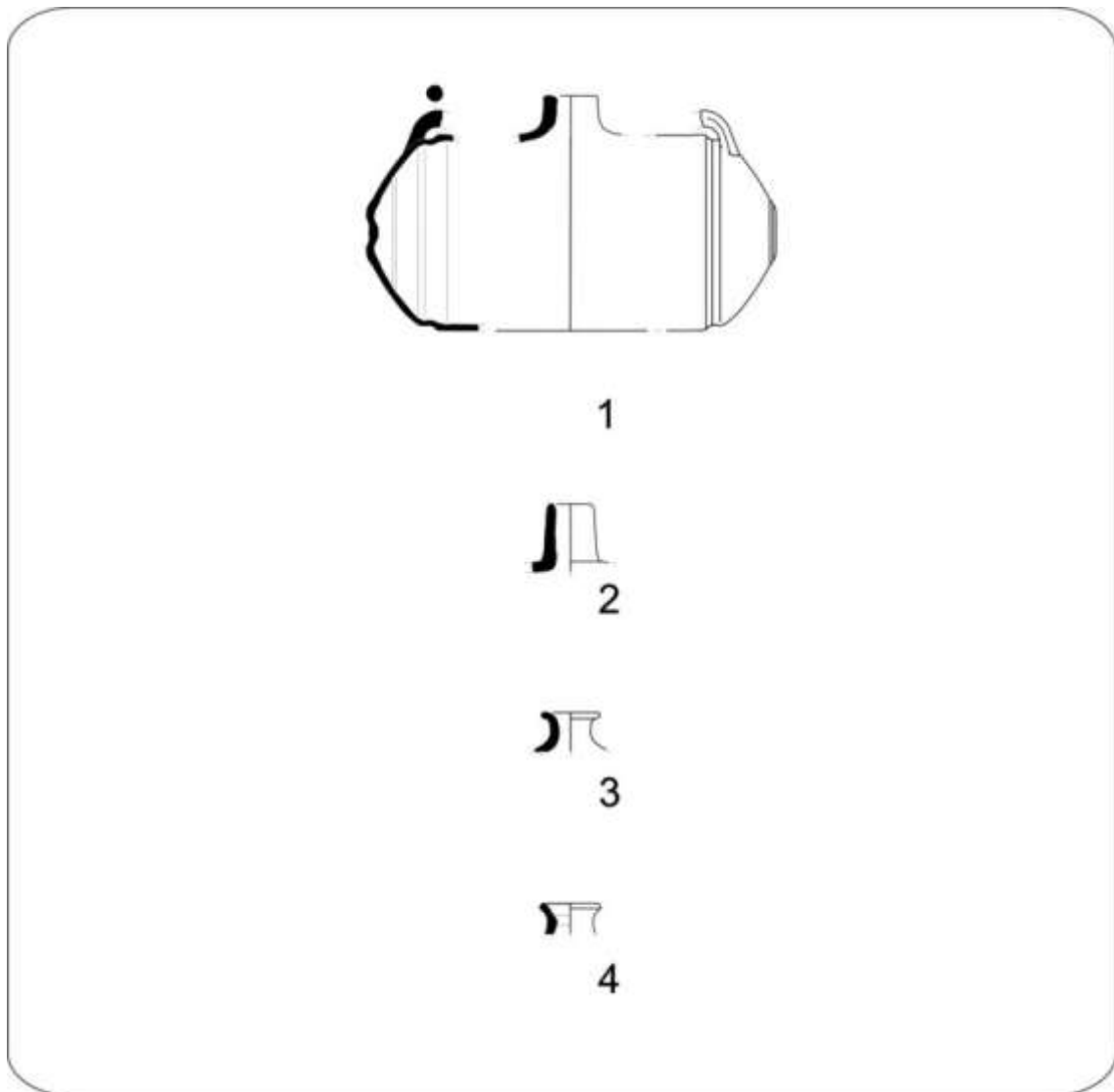


Figura 83 – Tipo 10 - Barris.

O Tipo 10.3. – Barril de bordo estreito e vertical, de lábio voltado para o exterior formando uma pequena aba. Diâmetro seis centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão na ligação ao corpo. Identificaram-se dois fragmentos de bordo, 2

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

NMI, corresponde a 0,13% do total do conjunto. Entre o grupo dos barris, equivale a 29% da amostragem. Ver Estampa 78, n.º 895.

O Tipo 10.4. – Barril de bordo voltado para o exterior, lábio boleado, colo cilíndrico alongado formando estreitamento na garganta. Diâmetro entre os quatro e cinco centímetros e meio. Identificaram-se dois fragmentos de bordo, 2 NMI, corresponde a 0,13% do total do conjunto. Entre o grupo dos barris, equivale a 29% da amostragem. Ver Estampa 78, n.º 896 e 897.

Por último, em relação a estes recipientes, resta referir alguns contentores que não conseguimos atribuir a nenhum destes tipos especificamente, mas que evidenciam diferenças entre si. É o caso de um barril recolhido em níveis associados a Fase 1 e que aparenta não ter asas, Estampa 53, n.º 693. E o de outro barril que apresenta as extremidades mais arredondadas ou em calote e que pode ou não ser provido de asas, visto que falta parte substancial da parede do contentor. Ver Estampa 78, n.º 899.

TIPO 11 – Talhas

Sob esta designação genérica englobamos um vasto conjunto de grandes recipientes de armazenagem, que tanto poderiam servir para armazenar líquidos, (água, vinho ou azeite) como sólidos (cereais, leguminosas...). Morfologicamente evidenciam bocais amplos e diversificados (entre os vinte e cinco e os quarenta centímetros), um perfil globular ou troncocónico alongado, alcançando um metro de altura. Podem ser munidos de asas ou não. Os fundos apresentam-se normalmente reforçados com um característico ressalto externo. Tendo em conta a atenta análise do vasto conjunto, foi possível individualizar onze subtipos, destacando-se o tipo 5 como o melhor representado (figura 84 e 85).

Trata-se de formas sempre bem representadas em todos os sítios de habitat dos momentos finais da Idade do Ferro e do período romano republicano, parecendo ter constituído o principal meio de armazenagem de alimentos, tendo em conta que desconhecemos outras soluções como as atestadas em outras paragens peninsulares, como os silos (Fabião, 1998a, p. 61).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este tipo encontra-se particularmente bem atestado nos níveis romano republicanos de Monte dos Castelinhos por 594 fragmentos (326 NMI), o que corresponde a 22% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62).

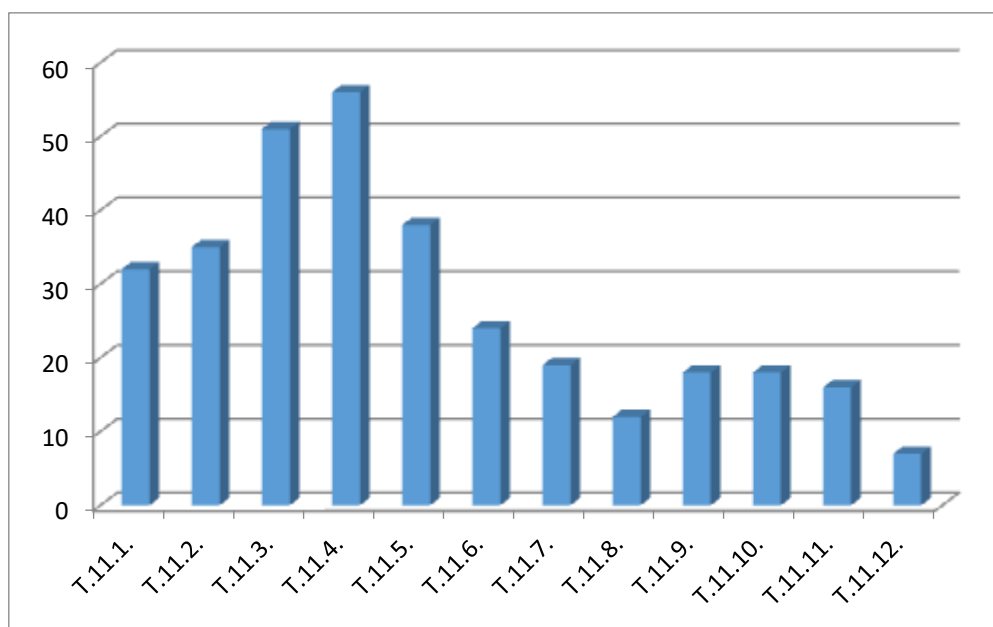


Figura 84 – Análise dos subtipos de talhas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 11.1. – Talha de bordo voltado para o exterior de aba soerguida, lábio boleado, semicircular ou de extremo biselado. Diâmetro entre os vinte e seis e os trinta e cinco centímetros. O colo é curto, resultando da contracurva do bordo, sendo marcado por uma canelura na ligação ao corpo. Este evidencia tendência troncocónica. Identificaram-se trinta e dois fragmentos de bordo, 32 NMI, corresponde a 2,2% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 10% da amostragem. Ver Estampa 54, n.º 694 a 698 e Estampa 83, n.º 919.

O Tipo 11.2. – Talha de bordo direito ligeiramente voltado para o exterior formando uma aba aplanada, lábio de extremo biselado. Diâmetro entre os trinta e três e os trinta e sete centímetros. O colo é curto, resultando da contracurva do bordo. O Corpo evidencia tendência troncocónica. Identificaram-se trinta e cinco fragmentos de bordo, 35 NMI, corresponde a 2,4% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 11% da amostragem. Ver Estampa 55, n.º 699, Estampa 83, n.º 918 e 920; Estampa 85, n.º 929, e Estampa 88, n.º 941.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 11.3. – Talha de bordo direito e espessado, composto por aba soerguida de extremo aplanado, lábio semicircular. Diâmetro entre os vinte e cinco e os trinta e seis centímetros. O colo é curto, resultando da contracurva do bordo, sendo marcado por uma ampla e característica canelura na ligação ao corpo. Este evidencia tendência ovoide alongada. Terminando numa base plana, com ressalto ou espessamento externo, ligeiramente abaulada no meio. Precisamente no centro da base regista-se um pequeno orifício transversal à base possivelmente para a limpeza da talha. O exemplar melhor preservado permite reconstituir esta forma, evidenciando um metro de altura, por cerca de cinquenta centímetros de diâmetro máximo. Identificaram-se cinquenta e um fragmentos de bordo, 51 NMI, corresponde a 3,4% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 16% da amostragem. Ver Estampa 55, n.º 701, Estampa 79, n.º 902 e Estampa 82, n.º 913 a 917.

O Tipo 11.4. – Talha de bordo espessado, composto por aba soerguida de extremo aplanado, lábio quadrangular marcado por sulcos bem evidenciados. Diâmetro entre os vinte e oito e os trinta e sete centímetros. O colo é curto, sendo a transição para o corpo marcada por uma inflexão. O corpo é de tendência cilíndrica, sendo marcado na parte superior por uma canelura de onde arrancam as duas asas. Estas são curtas e de secção ovoide marcada por profunda depressão longitudinal. O exemplar melhor preservado evidencia cerca de setenta centímetros de altura, por cerca de cinquenta centímetros de diâmetro máximo. Identificaram-se cinquenta e seis fragmentos de bordo, 56 NMI, corresponde a 3,8% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 17% da amostragem. Ver Estampa 55, n.º 702 e 703, Estampa 79, n.º 901, Estampa 80, n.º 903 a 907 e Estampa 81, n.º 908 a 912.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

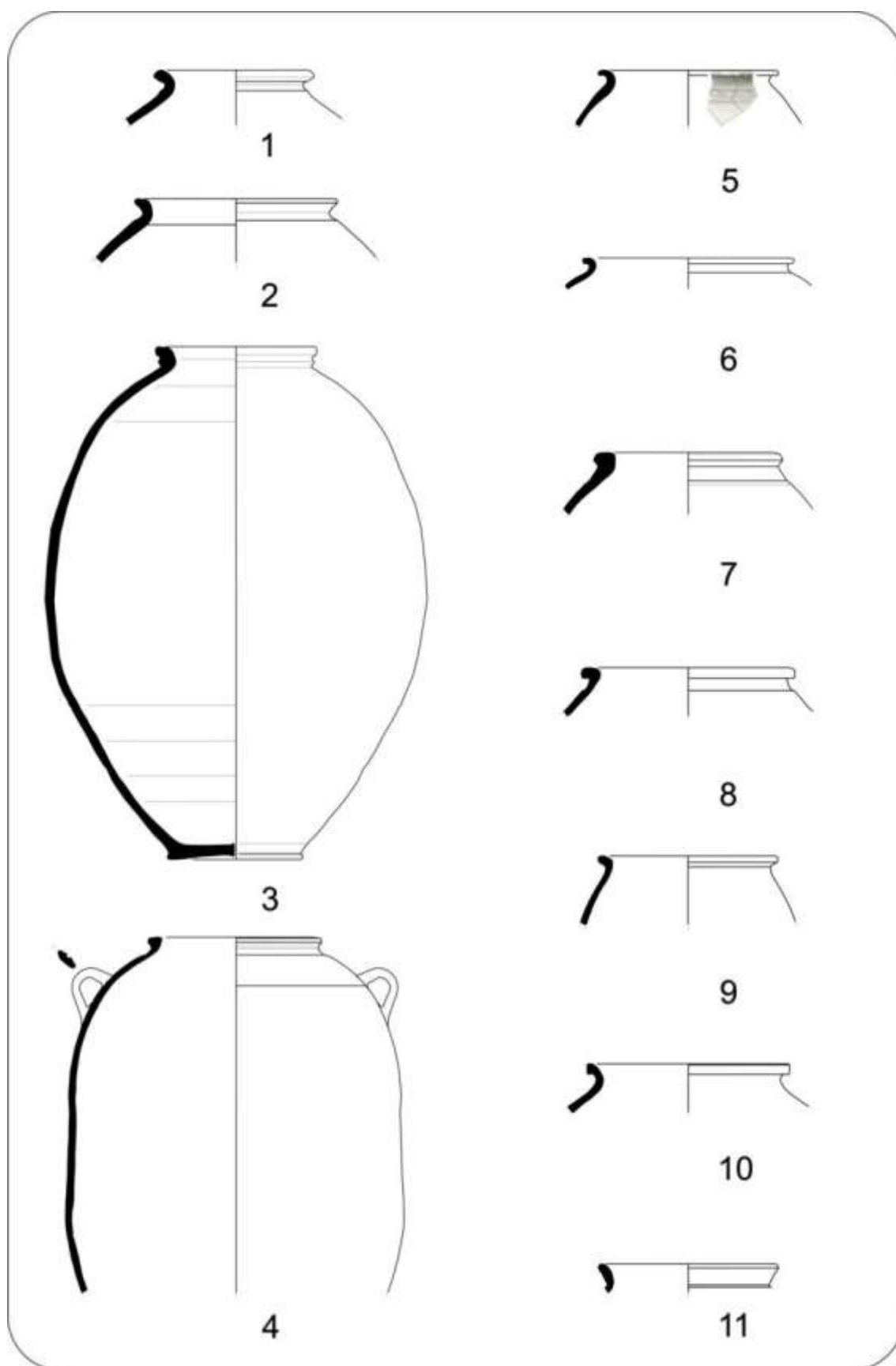


Figura 85 – Tipo 11 - Talhas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 11.5. – Talha de bordo voltado para o exterior, lábio de extremo boleado. Diâmetro entre os vinte e sete e os trinta e dois centímetros. O colo é curto, resultando da contracurva do bordo. O corpo evidencia tendência troncocónica. Identificaram-se trinta e oito fragmentos de bordo, 38 NMI, corresponde a 4,2% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas é a forma melhor representada, equivalendo a 19% da amostragem. Ver Estampa 55, n.º 700, Estampa 57, n.º 709 a 711, Estampa 83, n.º 921 e Estampa 87, n.º 935.

O Tipo 11.6. – Talha de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba, de lábio biselado, podendo ter uma depressão na parte superior. Diâmetros entre os trinta e cinco e os trinta e sete centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se dezanove fragmentos de bordos, 19 NMI, corresponde a 1,3% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 6% da amostragem. Ver Estampa 83, n.º 922.

O Tipo 11.7. – Talha de bordo direito de lábio quadrangular espessado. Diâmetros entre os trinta e os trinta e dois centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se doze fragmentos de bordos, 12 NMI, corresponde a 0,8% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 4% da amostragem. Ver Estampa 84, n.º 923.

O Tipo 11.8. – Talha de bordo voltado para o exterior, fazendo uma ampla aba aplanada de lábio boleado ou biselado. Diâmetros entre os vinte e seis e os trinta e sete centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se dezoito fragmentos de bordos, 18 NMI, corresponde a 1,2% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 6% da amostragem. Ver Estampa 84, n.º 924 e 925.

O Tipo 11.9. – Talha de bordo voltado para o exterior, fazendo uma pequena aba oblíqua de lábio arredondado. Diâmetros entre os vinte e seis e os trinta e sete centímetros. O colo é inexistente, arrancando o corpo diretamente do bocal, sendo este de perfil troncocónico alongado. Identificaram-se dezoito fragmentos de bordos, 18 NMI, corresponde a 1,2% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 6% da amostragem. Ver Estampa 84, n.º 926.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 11.10. – Talha de bordo voltado para o exterior, fazendo uma pequena abapendente de lábio quadrangular. Diâmetros entre os trinta e seis e os quarenta centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Identificaram-se dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI, corresponde a 1,1% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 5% da amostragem. Ver Estampa 85, n.º 927 e 928.

O Tipo 11.11. – Talha de bordo direito e voltado para o exterior, com o lábio espessado e amendoadado. Diâmetros entre os trinta e os trinta e dois centímetros. O colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo. Identificaram-se sete fragmentos de bordos, 7 NMI, correspondendo a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das talhas, equivale a 2% da amostragem. Ver Estampa 85, n.º 930.

No conjunto dos fragmentos de talhas importa ainda referir que existe um conjunto assinalável de fragmentos com decoração. De facto, este grupo formal é sem dúvida a morfologia onde se assiste a um maior cuidado decorativo. Estas decorações surgem na sua superfície externa, especificamente na zona do colo. O grupo mais numeroso consiste em fragmentos com decoração ondulada incisa (Estampa 57, n.º 709 a 712 e Estampa 87, n.º 935 a 940). Estes motivos decorativos consistem em linhas formando ondas de distinta espessura, gravadas antes da cozedura nas paredes dos recipientes desenvolvendo-se na horizontal, enquadradas em linhas horizontais, formando bandas. Normalmente apresentam-se apenas com uma linha, sendo que em dois casos deteta-se a existência de duas linhas paralelas (Estampa 57, n.º 712 e Estampa 87, n.º 936). Estas decorações encontram-se bem documentadas no Sul do território português, em contextos do final da Idade do Ferro e do período romano republicano (Pinto e Schmitt, 2010, p. 322-323). Não é clara qual a sua origem, do ponto de vista de influência estilístico ou decorativo, contudo, como acima referimos foi proposto que esta poderia derivar da área de influência do mundo Vetão (Fabião, 1998a, p. 90), onde encontra bons paralelos por exemplo nos povoados de Raso da Candeleda (Ávila) (Fernández Gómez, 1986), no povoado de Aliseda (Cáceres) (Rodríguez Díaz e Pavón Soldevilla, 1999) ou no estabelecimento de Cáceres Viejo (Cáceres) (Pereira e Dias, 2020). Segundo a proposta de Carlos Fabião, esta peculiar decoração, vem substituir a decoração estampilhada no Sul do território português, assumindo paulatinamente durante a fase final da conquista o domínio nas decorações dos recipientes cerâmicos e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

em particular nos grandes contentores de armazenamento (Fabião, 1998a, p. 90). As talhas decoradas com estes motivos encontram-se atestadas no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 322-323, Est. CXXVIII), Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a); Caladinho (Redondo) (Mataloto, Williams e Roque, 2014, fig. 10), em Soeiros (Arraiolos) (Mataloto e Angeja, 2015), no Castelo das Juntas (Ramos, 2013, pág. 225, fig. 4). Mais perto de Monte dos Castelinhos surgem bons paralelos para este tipo decorativo, nos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos) e em particular no “Castro” de São Salvador (Cadaval) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014). Na fachada ocidental da Península de Lisboa, encontram-se igualmente bons exemplos da utilização deste tipo de decoração em talhas, no povoado do Outeiro da Assenta (Óbidos) (Cardoso e Martins, 2009, fig. 61). Mais a Norte em Conímbriga, encontra-se igualmente presente este tipo de decoração sobre as paredes das talhas, quer entre as cerâmicas de tradição indígena, quer em contextos datados já de época Augustana a Flaviana (Alarcão, 1975, Planche XIV, n.º 286 Est. XV, n.º 293, 297, 302, 304 e 309 e Est. XVI, n.º 310).



Figura 86 – Fragmento de talha com decoração ondulada incisa.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ainda que não documentada de forma tão exuberante, identificou-se em ambas as fases romano republicanas dos Castelinhos um tipo peculiar de decoração. Trata-se da impressão na argila fresca de um padrão decorativo, constituído por uma faixa decorativa, contida em duas linhas paralelas, dentro da qual se inscreve um padrão de natureza geométrico, constituído por linhas oblíquas e triângulos (Estampa 57, n.º 713 e Estampa 88, n.º 941). Não encontramos paralelos exatos para este tipo decorativo, ainda que alguns fragmentos recolhidos no sítio arqueológico de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos) remetam para este mundo de decorações geométricas (Pimenta e Mendes, 2008, p. 185, fig. 13, n.º 35 e 36). Infortunadamente estes apresentam-se de enquadramento cronológico complexo, visto que foram recolhidos à superfície do terreno na sequência de profundas destruições que o sítio sofreu, podendo corresponder quer à sua fase pré-romana quer a período romano republicano.



Figura 87 – Fragmento de talha com decoração geométrica incisa.

Ainda no mundo das talhas surgem casos isolados de exemplos decorativos. É o caso de um fragmento com uma estampilha quadrangular, infelizmente sem qualquer gravação visível (Estampa 88, n.º 942). Assim como de um fragmento com a aplicação de decoração plástica constituída por um pequeno botão cerâmico (Estampa 88, n.º 943). Por último

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

temos ainda fragmentos de talha, com fragmentos de inscrições realizadas *ante cocturam*. Apesar de se encontrarem em estado muito fragmentado, são evidências importantes que nos remetem para um mundo de literacia. Infelizmente o estado de preservação dos fragmentos, não permite nenhuma leitura completa dos nomes que constariam nestas talhas, resta-nos apenas fragmentos de letras, como um D, um R, e um C (Estampa 88, n.º 944, 945 e 947) ou de sequências de letras (Estampa 88, n.º 946, 948 e 949)

Por último no que diz respeito aos grandes contentores de armazenamento do tipo talha, destaca-se os seus fundos. Da análise do conjunto é evidente que prevalece em ambas as fases do sítio um tipo característico de fundo de base plana, com ressalto ou espessamento externo (Estampa 86, n.º 931 a 934). Este tipo de fundo apresenta-se característico dos momentos finais da Idade do Ferro e em particular do período romano republicano (Pimenta, Mendes e Madeira, 2010). Encontra-se bem representado na Península de Lisboa, nos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos) e no “Castro” de São Salvador (Cadaval) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014). Mas igualmente nos conjuntos do Castro de Pragança (Cadaval) e do Castelo Velho da Rocha Forte (Cadaval). Na Península de Setúbal, encontra-se atestado no povoado do Pedrão (Setúbal) (Soares e Silva, 1973, Est. IV, n.º 11). No baixo Tejo, atesta-se a sua presença no Alto dos Cacos (Almeirim) (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, figura 69). Para o Sul do território português, mais uma vez é no Castelo da Lousa onde se encontram similitudes, tendo aí sido individualizados como do Tipo 1 de fundos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 285-286, Est. XCIV). Mais a Norte, encontra-se talhas com fundos similares, recolhidos em contextos datados de Augusto aos Flávios em Conímbriga (Alarcão, 1975, p. 68, Planche XVI, n.º 315).

TIPO 12 – Tampas

Os recipientes que agrupamos sob este Tipo serviam para cobrir recipientes diversos, panelas, potes, potinhos, podendo ser agrupados no grupo da loiça de servir, preparar e armazenar. Morfologicamente evidenciam um perfil troncocónico, composto por uma pega/base e pelo corpo normalmente simples e de lábio boleado ou espessado. Apesar de ser um grupo homogéneo foi possível individualizar dois subtipos, destacando-se o tipo 1, como o melhor representado (figura 88 e 89). Optou-se, seguindo a metodologia

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

do estudo da cerâmica comum do Castelo da Lousa, por distinguir entre as tampas de louça miúda e as tampas de talha (Pinto e Schmitt, 2010, p. 288).

Este tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos, por 18 fragmentos (18 NMI), o que corresponde a 1,2% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62).

O Tipo 12.1. – Tapa de bordo direito, lábio boleado espessado, leve depressão a assinalar o bordo, corpo com perfil troncocónico. Diâmetros entre os 9 e os 14 centímetros. Identificaram-se doze fragmentos de bordos, 12 NMI, corresponde a 0,8% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a uns significativos 67% da amostragem. Ver Estampa 66, n.º 793 a 797.

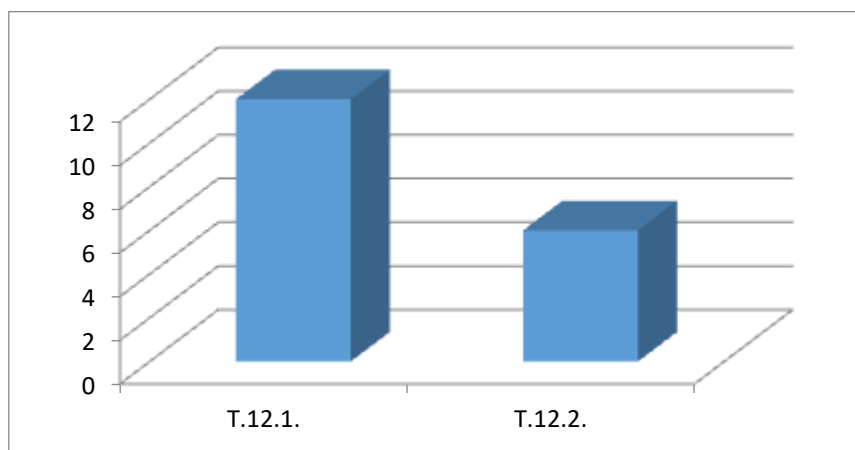


Figura 88 – Análise dos subtipos de tampas, tendo em conta a análise do NMI.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

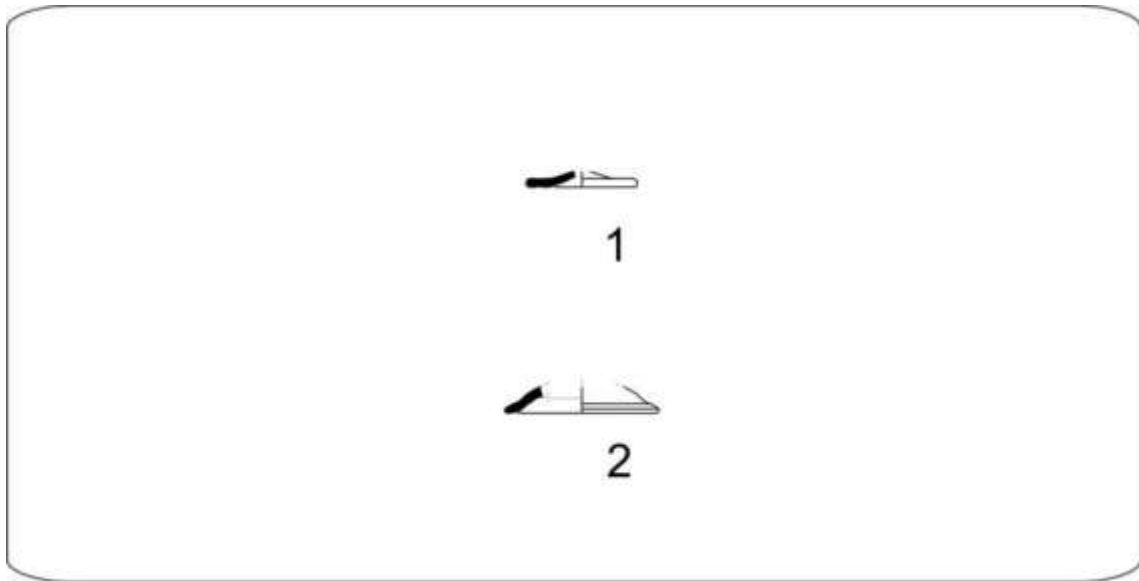


Figura 89 – Tipo 12 - Tampas.

O Tipo 12.2. – Tampa de bordo direito, lábio boleado espessado formando uma pequena aba aplanada, uma leve depressão assinala a zona do bordo, o corpo apresenta-se com perfil oblíquo e morfologia troncocónica. Diâmetros entre os 10 e os 14 centímetros. Identificaram-se seis fragmentos de bordos, 6 NMI, corresponde a 0,4% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a 33% da amostragem. Ver Estampa 66, n.º 798.

Um dos dados que merece a meu ver ser sublinhado é precisamente a parca representatividade das tampas. Tendo em conta a morfologia do grupo potes/panelas em que se encontra marcado o resalto para a tampa, não se entende bem esta ausência. Seriam utilizados outro tipo de materiais perecíveis com este intuito? Como tampas de madeira ou de cortiça? Ou seriam utilizadas tigelas de cerâmica para essa função? Recorde-se o caso das tigelas da herdade da Chaminé, (Elvas) (Fabião, 1998a).

Os conjuntos coetâneos onde encontramos paralelos para as tampas de Castelinhos, encontram-se no conjunto do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 288). Sendo que em outros conjuntos como no Castelo das Juntas (Moura) elas são igualmente raras ou inexistentes (Ramos, 2013).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

TIPO 13 – Tampas de Talhas

Como acima referimos, optou-se na esteira do estudo da cerâmica comum do Castelo da Lousa, por distinguir entre as tampas de louça miúda e as tampas de talha (Pinto e Schmitt, 2010, p. 288). Essa distinção faz aqui toda a pertinência, visto que as tampas de maior dimensão, quer no diâmetro quer na própria espessura, são assim classificadas como tampas de talha, encontram-se muito melhor atestadas.

Estes recipientes serviam para cobrir recipientes de amplo diâmetro, sendo que no presente conjunto são compatíveis com as bocas das talhas, tendo mesmo nalguns casos sido recolhidos associadas a estas. Morfologicamente evidenciam um perfil troncocónico, composto por uma pega/base plana e espessada, e por um corpo normalmente oblíquo de lábio boleado, espessado ou aplanado. Apesar de ser um grupo homogêneo foi possível individualizar três subtipos, destacando-se o tipo 1, como o melhor representado (figura 90 e 91).

Este tipo encontra-se atestado em Monte dos Castelinhos por 122 fragmentos (76 NMI), o que corresponde a 5,1% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de produção regional (figura 62).

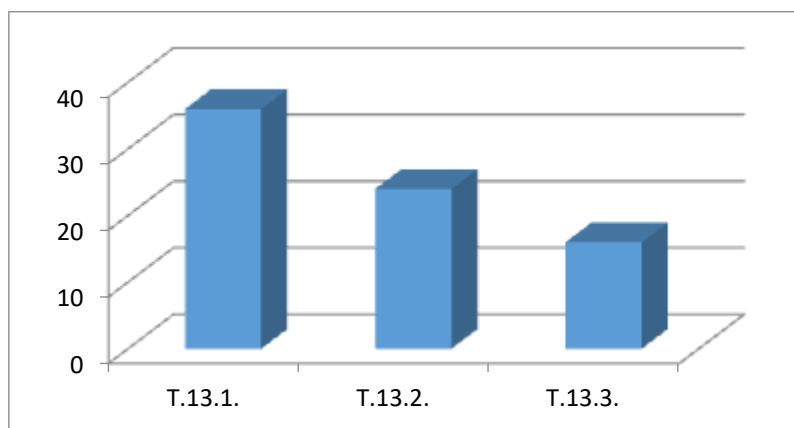


Figura 90 – Análise dos subtipos de tampas de talhas, tendo em conta a análise do NMI.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

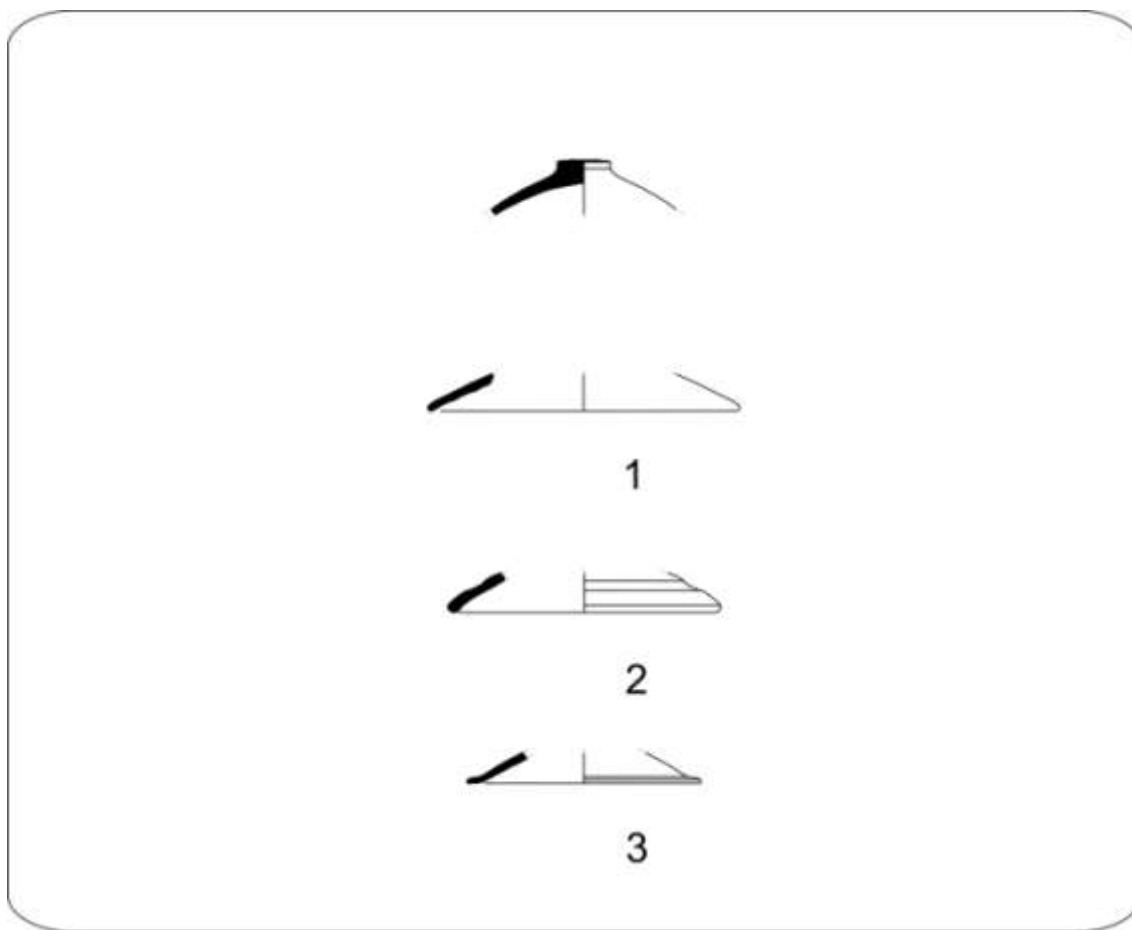


Figura 91 – Tipo 13 – Tampas de Talha.

O Tipo 13.1. – Tampa de bordo direito, lábio boleado, corpo com perfil troncocónico invertido. Diâmetros entre os 26 e os 32 centímetros. Identificaram-se trinta e seis fragmentos de bordos, 36 NMI, corresponde a 2,4% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a uns significativos 47% da amostragem. Ver Estampa 58, n.º 717, 718, 720 e 721, Estampa 89, n.º 952, 953, 955 a 956 e Estampa 90, n.º 961, 963 a 965.

O Tipo 13.2. – Tampa de bordo direito, lábio boleado espessado formando uma depressão assinala a zona do bordo, o corpo apresenta-se com perfil oblíquo e morfologia troncocónica. Diâmetros entre os 27 e os 32 centímetros. Identificaram-se vinte e quatro fragmentos de bordos, 24 NMI, corresponde a 1,6% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a 32% da amostragem. Ver Estampa 58, n.º 719 e Estampa 90, n.º 960.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 13.3. – Tampa de bordo direito, lábio boleado formando uma pequena aba aplanada, uma leve depressão assinala a zona do bordo, o corpo apresenta-se com perfil oblíquo e morfologia troncocónica. Diâmetros entre os 24 e os 26 centímetros. Identificaram-se dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI, corresponde a 1,1% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a 21% da amostragem. Ver Estampa 89, n.º 954 e Estampa 90, n.º 962.

ANÁLISE QUANTITATIVA DA CERÂMICA COMUM DE PRODUÇÃO LOCAL OU REGIONAL POR FASES

Nos distintos níveis estratigráficos associados ao conjunto arquitetónico da Fase 1 do sítio, identificamos uma amostragem de 198 fragmentos, que permitem calcular um NMI de 101 vasos, ver quadro da figura 92 e Estampas 47 a 58. Destaca-se algumas diferenças assaz significativas em relação aos dados que podemos coligir da Fase 2. Sendo que tal se pode prender com questões de amostragem, visto dispormos de mais área escavada e consequentemente mais materiais. Mas igualmente com questões de funcionalidade das áreas arquitetónicas colocadas a descoberto, que como vimos se apresentam distintas. Entre as diferenças sobressai na primeira fase a ausência da forma prato, jarro e bilha. Mas igualmente padrões distintos ao nível da quantidade das formas representadas. Compare-se os 24 NMI de Talhas da 1 Fase com os 299 da 2 Fase! Ou os 25 NMI do grupo Potes/panelas com os 340 da 2 Fase.

Função	Forma	Bordo	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Alguidares	1	2				2	2	2,0%
	7	1				1	1	1,0%
	8	1				1	1	1,0%
	Indet.				6	6		
	Total	4			6	10	4	4,0%
Tigelas	1	2				2	2	2,0%
	2	8				8	8	7,9%
	4	3				3	3	3,0%
	5	4				4	4	4,0%
	6	3				3	3	3,0%
	7	1				1	1	1,0%
	8	1				1	1	1,0%
	9	1				1	1	1,0%
	10	1				1	1	1,0%
	Indet.		3	20	22	45		
	Total	24	3	20	22	69	24	24%
Talhas	1	2				2	2	2,0%

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

	Indet.				2	2		
	Total	2			2	4	2	2,0%
Potes/Panelas	1	2				2	2	2,0%
	2	1				1	1	1,0%
	3	2				2	2	2,0%
	6	6				6	6	5,9%
	6a	2				2	2	2,0%
	9	8				8	8	7,9%
	10	4				4	4	4,0%
	Indet.				12	12		0,0%
	Total	25			12	37	25	25%
Potes	1	3				3	3	3,0%
	2	2				2	2	2,0%
	3	3				3	3	3,0%
	4	1				1	1	1,0%
	5	1				1	1	1,0%
	Indet.			2	10	10		0,0%
	Total	10		2	10	20	10	10%
Potinhos	1	1				1	1	1,0%
	2	1				1	1	1,0%
	3	1				1	1	1,0%
	Indet.				4	4		
	Total	3			4	7	3	3,0%
Barris	1	1				1	1	1,0%
	Indet.				1	1		
	Total	1			1	2	1	1,0%
Talhas	1	6				6	6	5,9%
	2	4				4	4	4,0%
	3	2				2	2	2,0%
	4	6				6	6	5,9%
	5	8				8	8	7,9%
	Indet.			6	8	14		
	Total	26		6	8	40	26	26%
Tampas de talhas	1	4				4	4	4,0%
	2	2				2	2	2,0%
	Indet.				3	3		
	Total	6			3	9	6	5,9%
Total		101	3	28	68	198	101	100%

Figura 92 – Quadro de análise do conjunto de Cerâmica comum identificado na Fase 1.

Função	Forma	Bordo	Carena	Asa	Parede	Vertedor	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Alguidares	1	4		2				6	4	0,3%
	2	9						9	9	0,7%
	3	3						3	3	0,2%
	4	7						7	7	0,5%
	5	3						3	3	0,2%
	6	16						16	16	1,2%
	7	3						3	3	0,2%
	8	7						7	7	0,5%
	Indet.		12	3	22		10	47		
	Total	52	12	5	22		10	101	52	3,8%
Pratos	1	3						3	3	0,2%
	2	5						5	5	0,4%
	3	4						4	4	0,3%
	Indet.				8		6	14		
	Total	12			8		6	26	12	0,9%
Tigelas	1	4						4	4	0,3%

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

	2a	50						50	50	3,7%
	3	30						30	30	2,2%
	3a	58						58	58	4,2%
	3b	20						20	20	1,5%
	4	26						26	26	1,9%
	4	9						9	9	0,7%
	6	1						1	1	0,1%
	7	1						1	1	0,1%
	8	8						8	8	0,6%
	9	8						8	8	0,6%
	10	18						18	18	1,3%
	11	19						19	19	1,4%
	12	16						16	16	1,2%
	Indet.		8		122		99	229		
	Total	264	8		122		99	493	268	20%
Tachos	1	4						4	4	0,3%
	1a	3						3	3	0,2%
	2	12						12	12	0,9%
	3	4						4	4	0,3%
	Indet.		16		43		18	77		
	Total	23	16		43		21	103	23	1,7%
Potes/Panelas	1	86						86	86	6,3%
	2	93						93	93	6,8%
	3	24						24	24	1,8%
	4	38						38	38	2,8%
	5	26						26	26	1,9%
	6	20						20	20	1,5%
	6a	8						8	8	0,6%
	7	17						17	17	1,2%
	8	4						4	4	0,3%
	9	10						10	10	0,7%
	10	2						2	2	0,1%
	Indet.	12	22		187		40	261	12	0,9%
	Total	340	22		187		40	589	340	25%
Potes	1	18						18	18	1,3%
	2	44						44	44	3,2%
	3	26						26	26	1,9%
	4	15						15	15	1,1%
	5	13						13	13	1,0%
	6	12						12	12	0,9%
	7	13						13	13	1,0%
	8	14						14	14	1,0%
	9	13						13	13	1,0%
	10	22						22	22	1,6%
	11	15						15	15	1,1%
	12	8						8	8	0,6%
	Indet.	11			142		37	190	11	0,8%
	Total	224			142		37	403	224	16%
Potinhos	1	2						2	2	0,1%
	2	11						11	11	0,8%
	3	3						3	3	0,2%
	4	3						3	3	0,2%
	5	15						15	15	1,1%
	Indet.		8				10	18		
	Total	34	8				10	52	34	2,5%
Tampas	1	12						12	12	0,9%
	2	6						6	6	0,4%
	Indet.				3			3		
	Total	18			3			21	18	1,3%
Jarros	1	2						2	2	0,1%
	2	4						4	4	0,3%
	3	1						1	1	0,1%

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

	4	2						2	2	0,1%
	5	2						2	2	0,1%
	6	3						3	3	0,2%
	7	1						1	1	0,1%
	Indet.		6	19	22		17	64		
	Total	15	6	19	22		17	79	15	1,1%
Bilhas	1	3						3	3	0,2%
	2	2						2	2	0,1%
	3	4						4	4	0,3%
	A					6		6		
	B					8		8		
	Indet.			12			12	24		
	Total	9		12		14	12	47	9	0,7%
Barris	2	2						2	2	0,1%
	3	2						2	2	0,1%
	4	2						2	2	0,1%
	Indet.			4	26		1	31		
	Total	6		4	26		1	37	6	0,4%
Talhas	1	26						26	26	1,9%
	2	31						31	31	2,3%
	3	48						48	48	3,5%
	4	50						50	50	3,7%
	5	30						30	30	2,2%
	6	24						24	24	1,8%
	7	19						19	19	1,4%
	8	12						12	12	0,9%
	9	18						18	18	1,3%
	10	18						18	18	1,3%
	11	16						16	16	1,2%
	12	7						7	7	1%
	Indet.				180		70	250		
	Total	299			180		70	549	299	22%
Tampas de talhas	1	30						30	30	2,2%
	2	22						22	22	1,6%
	3	16						16	16	1,2%
	Indet.				34		9	46		
	Total	68			34		9	111	68	5,0%
Total		1364	72	40	789	14	332	2611	1368	100%

Figura 93 – Quadro de análise do conjunto de Cerâmica comum identificado na Fase 2 do sítio.

A Fase 2 do sítio evidencia um mais amplo conjunto de fragmentos de Cerâmica comum Regional/Local, 2615. Da análise da totalidade dos fragmentos, foi possível calcular um conjunto de 1368 NMI ver quadro da figura 93, e Estampas 59 a 90. A sua associação a um conjunto arquitetónico coerente permite tirar algumas ilações interessantes e pertinentes em relação à dispersão de algumas das formas assim como a sua associação morfológico e funcional.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

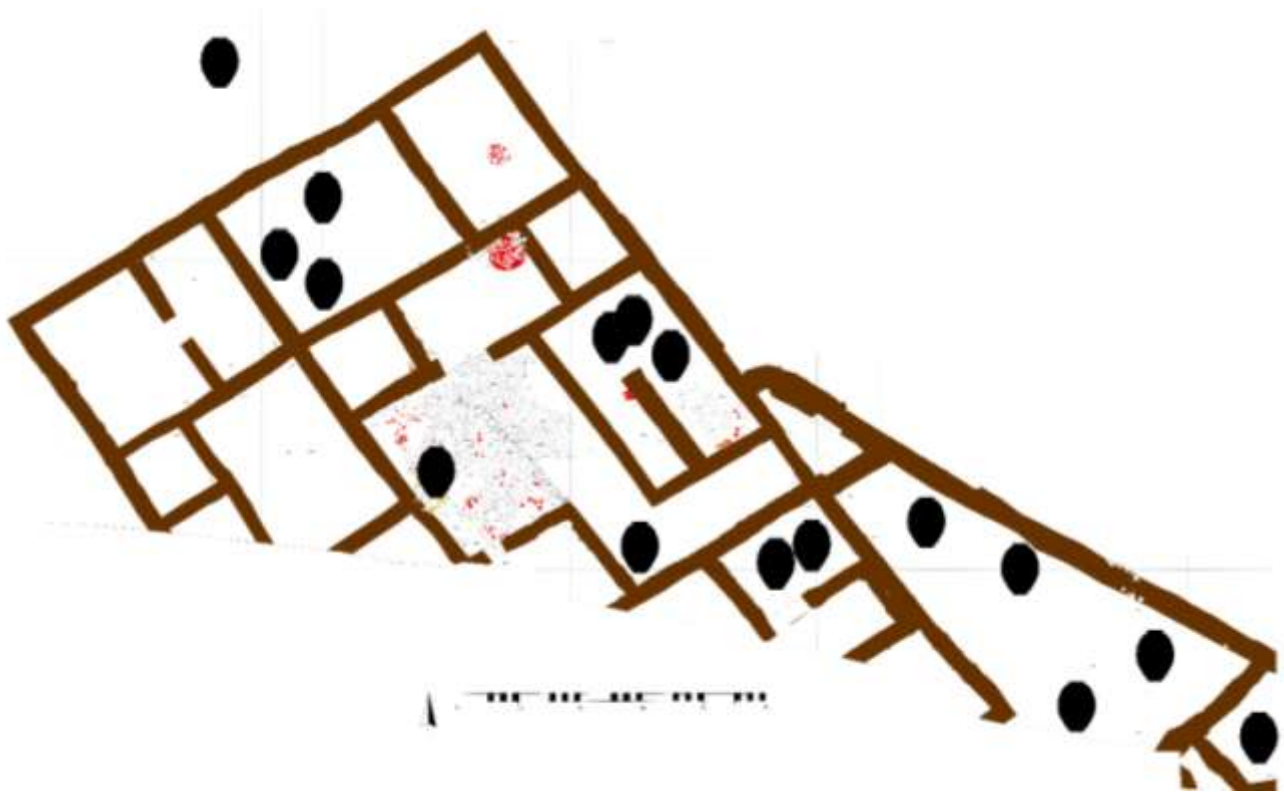


Figura 94 - Análise da dispersão dos contentores de tipo talha, nos níveis de abandono da Sondagem 4 de Monte dos Castelinhos.

O cuidado registo tido na escavação do conjunto arquitetónico de Monte dos Castelinhos, associado ao registo tridimensional das associações de fragmentos cerâmicos, permite uma análise espacial da dispersão do conjunto de espólio associado ao faseamento do sítio. Tendo em conta a relevância das associações de cerâmica comum para a perceção da funcionalidade de muitos dos compartimentos identificados, ensaia-se aqui uma primeira abordagem a estas evidências. Destaca-se na área da Sondagem 4 a associação dos conjuntos cerâmicos com a última fase do urbanismo de época romano republicana, permitindo a perceção da existência de áreas destinadas preferencialmente ao armazenamento, como os Ambiente 3, 21 e 10 e onde proliferam os grandes contentores do tipo talha associados às respetivas tampas assim como a diversos tipos de potes. Assim como áreas que interpretamos como de cozinha, onde associados a áreas de combustão de individualizam potes/panelas, pratos e bacias/alguidares, são os casos dos Ambiente 24, 6 e 26.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CERÂMICA CINZENTA:

Sob esta designação genérica engloba-se um conjunto de produções cerâmicas com acabamento cuidado, superfícies polidas, brunidas ou espatuladas e um tom genericamente acinzentado resultado de cozeduras redutoras. A cerâmica cinzenta é herdeira de uma longa tradição que remonta ao período orientalizante, tendo tido amplo sucesso no vale do Tejo, ao longo de toda a Idade do Ferro (Sousa, 2014). A análise dos dados disponíveis, nomeadamente das sequências estratigráficas disponíveis, permite-nos atestar que na fachada atlântica estas produções se estendem até ao período romano republicano e mesmo ao principado (Vallejo Sánchez, 2005). É o caso de Conimbriga (Alarcão, 1975); Lisboa (Sousa, 2014, Arruda, Freiras e Vallejo Sánchez, 2000; Bugalhão *et al.*, 2013; Silva, 2014 e 2015); Santarém (Arruda, 1999-2000), Porto do Sabugueiro (Rodrigues *et al.*, 2019) e Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-81).

Um dos dados peculiares da análise do conjunto da cerâmica comum de Monte dos Castelinhos é a parca representatividade destas produções em cerâmica cinzenta, 287 fragmentos classificáveis, correspondendo a NMI de 155 exemplares (figura 95). O que se traduz em 9% do total do conjunto da cerâmica comum regional/local. Ver Anexo 3, Estampa 91 a 93 e Anexo 5, Catálogo 11.

Este dado é ainda mais surpreendente, quando temos em conta que estas se encontram atestadas, com percentagens assaz mais representativas, nos contextos coetâneos que podemos analisar das escavações nos centros históricos de Lisboa ou de Santarém. Importa aqui matizar que as produções em cerâmica cinzenta que imitam as formas de Verniz Negro Itálico foram separadas deste conjunto e analisadas à parte, visto que as interpretamos como produções suprarregionais, possivelmente provenientes do vale do Guadalquivir.

O quadro tipológico elaborado para a cerâmica cinzenta de produção regional dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos divide-se em 5 tipos, que foram definidas, essencialmente, por critérios morfológicos e funcionais. Divide-se, assim em bacias, tigelas, jarros, potes e potinhos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Função	Forma	Bordo	Carena	Asa	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Bacia	1			2			2	2	1,3%
	Total			2			2	2	1,3%
Tigelas	1	22					22	22	14,2%
	2	19					19	19	12,3%
	3	14					14	14	9,0%
	4	12					12	12	7,7%
	Indet.				23	3	26		
	Total	67		2	23	3	95	67	43,2%
Potes	1	13					13	13	8,4%
	2	16					16	16	10,3%
	3	14					14	14	9,0%
	4	13					13	13	8,4%
	Indet.		22		33	14	69		
	Total	56	22		33	14	125	56	36,1%
Potinhos	1	12					12	12	8%
	Total	12					12	12	7,7%
Jarros	1	18		8			26	18	11,6%
	Indet.		12		12	3	27		
	Total	18	12	8	12	3	53	18	11,6%
Total		141	34	10	68	20	287	155	100%

Figura 95 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica cinzenta regional de Monte dos Castelinhos.

TIPO 1 – Bacias

As peças que podemos interpretar como bacias em cerâmica cinzenta são assaz raras no conjunto de Castelinhos, resumindo-se a alguns fragmentos de paredes, tendo apenas 2 fragmentos permitido uma classificação, correspondendo a 2 NMI e a 1,3% do total. Tendo em conta os exemplares analisados foi definida uma única forma (figura 96).

O Tipo 1.1. – Corresponde a uma bacia de parede arqueada não tendo sido possível reconstituir o bocal. Evidencia um diâmetro máximo de 34 centímetros. Esta forma individualiza-se por possuir asas laterais de secção arredondada partindo do topo do recipiente, que constituem o elemento revelador da influência dos protótipos do Mediterrâneo. Encontra-se atestado por dois fragmentos de parede e duas asas, 2 NMI e corresponde a 1,3% do total do conjunto de cerâmica cinzenta. Ver Estampa 91, n.º 972.

Este tipo de bacias, com asa lateral mostram influência de protótipos de matriz mediterrânica seja ela helenística ou já itálica. A existência de produções de cerâmica cinzenta de cronologia pré-romana reproduzindo ou inspirando-se em produções de matriz grega, até há pouco mal documentadas no extremo ocidente, foram recentemente sistematizadas para o vale do Tejo (Sousa, Pimenta 2017). Sendo que essa tradição se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

encontra desde há muito conhecida para outras áreas mais meridionais, como é o caso da baía gaditana (Sáez Romero, 2018). Trata-se essencialmente de pequenas taças munidas de asas laterais, com um pé consideravelmente alto, cujo perfil se assemelha, de certa forma, ao de algumas taças gregas.

Estas produções surgem em meados do século III a.C., contudo encontram-se igualmente presentes em contextos romano republicanos bem datados do terceiro quartel do século II a.C. (Sousa e Pimenta, 2017). Apesar da similitude entre a peça de Castelinhos e estas produções dos momentos finais da Idade do Ferro no baixo Tejo, temos que matizar que no caso em apreço estamos perante uma peça de amplo diâmetro e que identificamos como bacia. Pode tratar-se de uma peça de tradição pré-romana. Os únicos fragmentos que podemos atribuir a estas produções foram recolhidos associados à primeira fase de ocupação do sítio.

TIPO 2 – Tigelas

As tigelas em cerâmica cinzenta fina polida correspondem a uma das morfologias mais frequentes em qualquer contexto sidérico na área do baixo Tejo, tendo uma ampla diacronia que alcança o período romano republicano (Sousa, 2017). Tal como acima vimos, ao abordar o conjunto da cerâmica comum, esta forma engloba recipientes abertos, relativamente profundos e de perfil variável, podendo ter múltiplas aplicações, que se estendem desde o serviço de mesa, concretamente o consumo individual de líquidos e alimentos semilíquidos, até ao seu uso como cerâmica de cozinha.

Contabilizaram-se 95 fragmentos (67 NMI) neste Tipo, o que corresponde a 43,2% do conjunto de indivíduos de cerâmica cinzenta (figura 95). No conjunto dos materiais exumados de Monte dos Castelinhos é possível observar, alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui apresentamos tivemos em consideração, numa primeira análise, o perfil geral da peça e do seu lábio. Foi possível individualizar quatro subtipos, destacando-se o tipo 3, como o melhor representado (figura 96 e 97).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

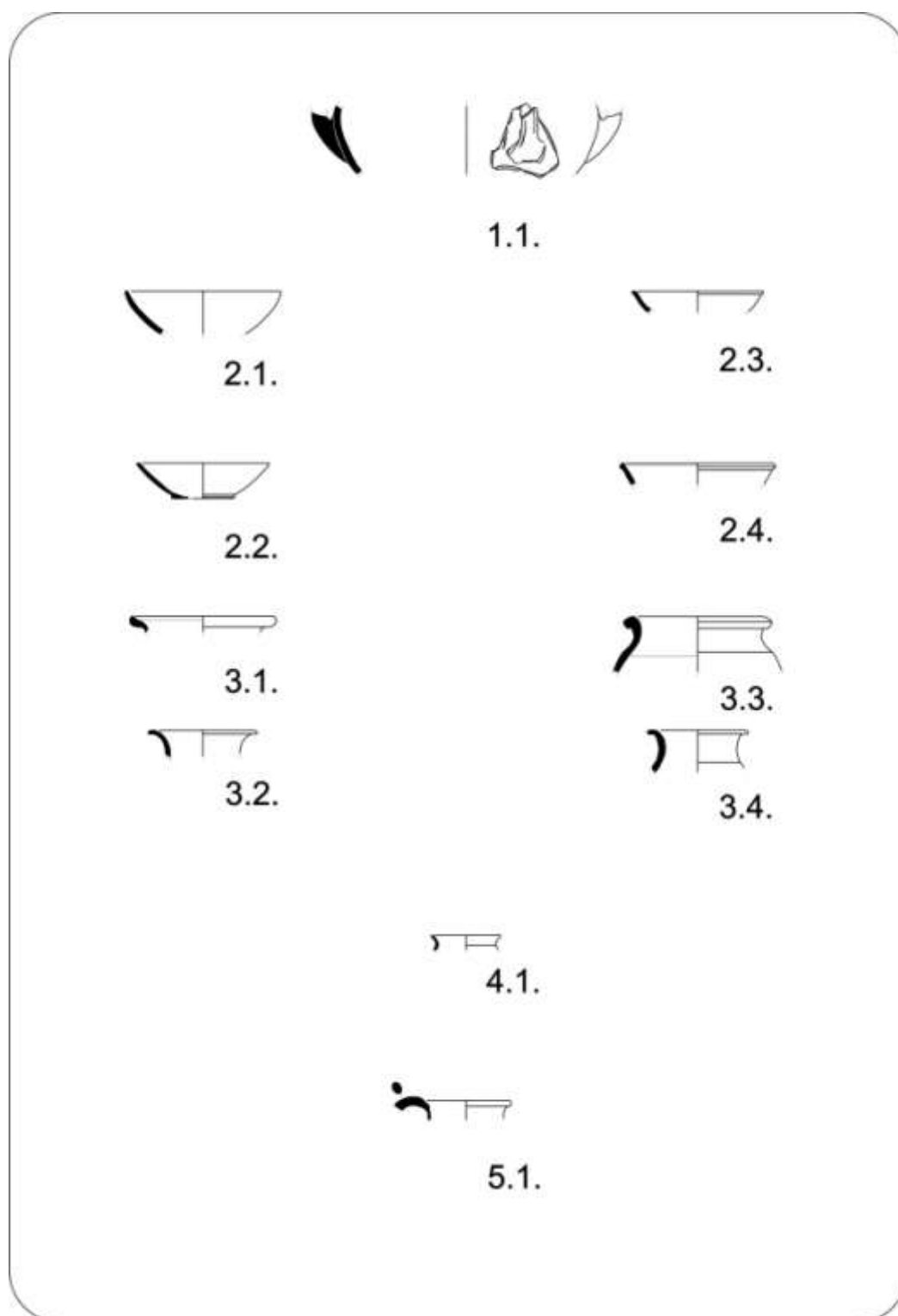


Figura 96 – Tipologia cerâmica cinzenta regional de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

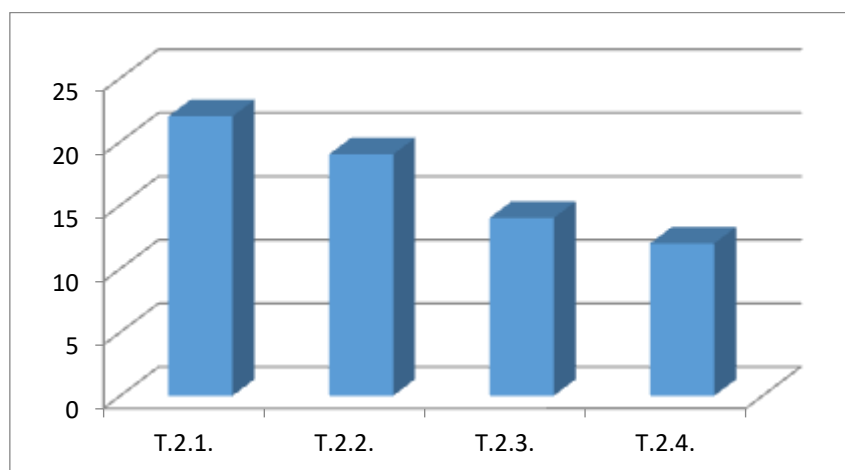


Figura 97 – Análise dos subtipos de tigelas em cerâmica cinzenta, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 2.1. – Corresponde a uma tigela de bordo convexo engrossado internamente, com diâmetros entre os 19 e os 20 centímetros. A parede é levemente oblíqua. Encontra-se atestado por vinte e dois fragmentos de bordos, 22 NMI e corresponde a 14,2% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 33% da amostragem. Ver Estampa 92, n.º 973 e 974.

O Tipo 2.2. – Tigela de bordo direito, lábio boleado ou amendoado, com diâmetros entre os 17 e os 19 centímetros. A parede é levemente arqueada, oblíqua, corpo de perfil troncocónico invertido, terminando numa base plana com pequeno ressalto externo. Encontra-se atestado por dezanove fragmentos de bordos, 19 NMI e corresponde a 12,3% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 28% da amostragem. Ver Estampa 92, n.º 977.

O Tipo 2.3. – Tigela de bordo aplanado, lábio espessado internamente, com diâmetros entre os 17 e os 18 centímetros. A parede é levemente arqueada, oblíqua, corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestado por catorze fragmentos de bordos, 14 NMI e corresponde a 9% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 21% da amostragem. Ver Estampa 92, n.º 975 e 976.

O Tipo 2.4. – Tigela de bordo voltado para o exterior, lábio espessado, com diâmetros entre os 18 e os 20 centímetros. A parede é levemente arqueada, oblíqua, corpo de perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestado por doze fragmentos de bordos, 12 NMI e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

corresponde a 7,7% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 18% da amostragem. Ver Estampa 92, n.º 978.

A forma mais abundante corresponde às taças de bordo convexo engrossado internamente (Tipo 2.1.). No estudo das cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa (Arruda; Freitas e Vallejo Sánchez, 2000), estas taças foram inseridas na forma 1, sendo uma das formas mais características do período orientalizante. Nos contextos da segunda metade do primeiro milénio a.C. no baixo Tejo, esta morfologia encontra-se bem atestada, tendo sido individualizada na Série 1, Variante 1Aa (Sousa, 2014). Em contextos já de finais do século III a.C., encontra-se presente na intervenção de São João da Praça em Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2005), alcançando mesmo os níveis romano republicanos (Pimenta, 2014).

TIPO 3 – Potes

Os potes em cerâmica cinzenta fina polida, incorporam vasos fechados de média dimensão de corpo geralmente globular ou ovoide. Do ponto de vista funcional, a sua utilização como recipientes de armazenagem parece ser a mais provável.

Este tipo encontra-se bem atestado em Monte dos Castelinhos, por 125 fragmentos (56 NMI), o que corresponde a 36,1% do conjunto de indivíduos de cerâmica cinzenta (figura 95). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar 4 subtipos, destacando-se o tipo 2, como o melhor representado (figura 96 e 98).

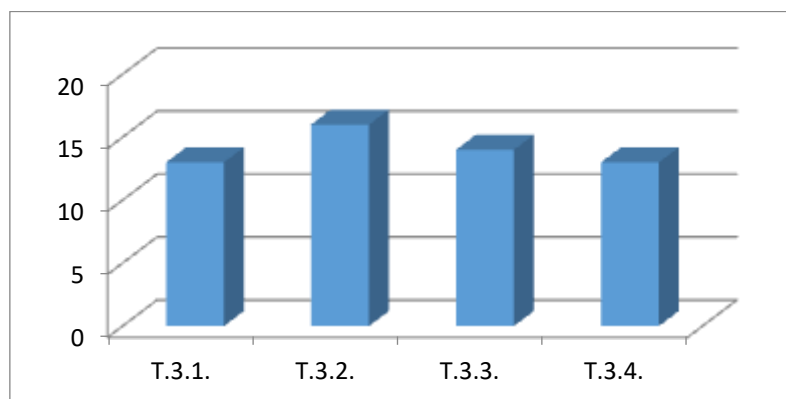


Figura 98 – Análise dos subtipos de potes em cerâmica cinzenta, tendo em conta a análise do NMI.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 3.1. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando aba alongada oblíqua soerguida, possivelmente para assentar uma tampa. Diâmetros entre os 12 e os 18 centímetros. Parede arqueada denunciando um corpo de perfil ovoide. Identificaram-se treze fragmentos de bordos, 13 NMI e corresponde a 8,4% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 23% da amostragem. Ver Estampa 92, n.º 981 e 985.

O Tipo 3.2. – Pote de bordo vertical, voltado para o exterior, formando uma pequena aba aplanada de lábio boleado ou triangular. Diâmetros entre os 13,6 e os 16 centímetros. O colo é alto, de perfil troncocónico. Identificaram-se dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI, corresponde a 10,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 29% da amostragem. Ver Estampa 92, n.º 982 a 984.

O Tipo 3.3. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma aba de lábio quadrangular. Diâmetros entre os 13,5 e os 18 centímetros. O colo é curto, com canelura bem marcada ao nível da inflexão com o bojo. Parede arqueada e corpo de perfil ovoide. Identificaram-se dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI, corresponde a 10,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 29% da amostragem. Ver Estampa 93, n.º 988 a 991.

O Tipo 3.4. – Pote de bordo vertical, voltado para o exterior, formando uma pequena aba aplanada de lábio boleado. Diâmetros entre os 13 e os 18 centímetros. O colo é alto, de perfil troncocónico, separado do corpo por uma canelura bem evidenciada. Identificaram-se treze fragmentos de bordos, 13 NMI, corresponde a 8,4% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 23% da amostragem. Ver Estampa 91, n.º 966 e 967 e Estampa 92, n.º 980.

Os potes em cerâmica cinzenta, presentes nos contextos romanos republicanos de Monte dos Castelinhos, encontram paralelos na tipologia criada para as produções de cerâmica cinzenta do baixo Tejo, da segunda metade do primeiro milénio antes da nossa Era (Sousa, 2014, p. 292). Nomeadamente entre a sua Série 4, Grupo 4B, Variante 4Ba e o Tipo 3.4. dos Castelinhos.

TIPO 4 – Potinhos

Os potinhos em cerâmica cinzenta fina polida incorporam vasos fechados de pequena dimensão de corpo geralmente globular. Identificou-se apenas uma forma. Do ponto de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vista funcional, a sua morfologia e dimensões faz com que estes recipientes sejam especialmente apropriados para o consumo individual de líquidos (figura 96).

O Tipo 4.1. – Pote de bordo vertical voltado para o exterior, lábio de extremo boleado. Diâmetros entre os 8 e os 11 centímetros. Parede arqueada denunciando um corpo de perfil ovoide. Identificaram-se doze fragmentos de bordos, 12 NMI e corresponde a 7,7% do total do conjunto. Ver Estampa 92, n.º 986 e 987.

Os potinhos em cerâmica cinzenta polida presentes nos contextos romanos republicanos de Monte dos Castelinhos encontram paralelos na tipologia criada para as produções de cerâmica cinzenta do baixo Tejo, da segunda metade do primeiro milénio antes da nossa Era (Sousa, 2014, p. 291). Especificamente entre a Série 3, Grupo 3A, Variante 3Aa e o Tipo 4.1. dos Castelinhos.

TIPO 5 – Jarros

Entre as cerâmicas cinzentas, encontra-se bem representado o grupo dos jarros (figura 96). Na zona da Península de Lisboa e baixo Tejo, apesar de não serem abundantes, encontra-se atestada uma tradição de produção e circulação de jarros em cerâmica cinzenta com uma característica decoração em retícula brunida (Pimenta, Calado e Leitão, 2013). Os elementos desta forma recolhidos em Monte dos Castelinhos encontram-se em estado muito fragmentado, não tendo sido possível reconstituir nenhum exemplar. Identificou-se apenas uma forma.

Tipo 5.1. - Caracteriza-se por um bordo trilobado, de lábio simples voltado para o exterior, de onde arranca uma asa maciça de secção circular. Este tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos por 18 fragmentos (18 NMI), o que corresponde a 11,6% do conjunto de indivíduos de cerâmica cinzenta (figura 95 e 96). Ver Estampa 91, n.º 968 a 971 e Estampa 93, n.º 992 a 996.

Um dos aspetos interessantes do conjunto de jarros em cerâmica cinzenta de Castelinhos é a ausência de decorações brunidas na superfície das paredes destes recipientes, o que pode ser um indicador cronológico do ocaso destas decorações. De facto, jarros com decorações brunidas e motivos geométricos têm sido identificados nos vales do Sado e Tejo em contextos de finais da Idade do Ferro e em particular do período romano republicano (Pimenta *et al.*, 2019). No vale do Sado encontra-se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

assinalado pelas escavações de Chibanes (Silva e Soares, 1997, Pimenta, *et al.*, 2019) e no povoado do Pedrão (Soares e Silva, 1973). Ao longo do vale do Tejo, estão presentes em Chões de Alpompe (Pimenta e Arruda 2014), na Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000), no Porto de Sabugueiro (Pimenta, Mendes 2008; Rodrigues *et al.*, 2019), em Pragança, em São Salvador (Cardoso, 2014), no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves, 1997), no povoado de Castanheira, Vila Franca de Xira (Pimenta, Mendes e Madeira, 2008), no povoado da Quinta do Bulhaco, Vila Franca de Xira (Pimenta - Mendes 2015), na Quinta da Torre, Almada (Cardoso - Carreira 1997/98) e na cidade de Lisboa, em contextos do final do século III a.C. (São João da Praça) e sobretudo em contextos bem datados do terceiro quartel do século II a.C. na área do Castelo (Pimenta 2005; Pimenta *et al.*, 2014; Mota, Pimenta e Silva 2014). Trata-se assim de uma morfologia herdeira do mundo indígena e que pode ser remontada até meados do século V a.C., sendo o exemplar mais emblemático proveniente do sítio de Outorela, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2014). Não podemos, porém, deixar de sublinhar que em Castelinhos a forma jarro se encontra melhor documentada em exemplares de distinta morfologia em cerâmica comum regional/local, assim como em exemplares importados da área da baía gaditana.

Os jarros em cerâmica cinzenta, presentes nos contextos romanos republicanos de Monte dos Castelinhos encontram paralelos na tipologia criada para as produções de cerâmica cinzenta do baixo Tejo, da segunda metade do primeiro milénio antes da nossa Era (Sousa, 2014, p. 292). Nomeadamente entre a sua Série 5, Grupo 5A, Variante 5Aa e o Tipo 5.1. dos Castelinhos.

Ao analisarmos a distribuição do grupo de cerâmica cinzenta por fases, destaca-se a parca representatividade que estas evidenciam nos níveis da Fase 1 de Castelinhos. De facto, associados a esta fase apenas identificamos 20 fragmentos, correspondendo a 8 NMI.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.4.2. CERÂMICAS COMUM NÃO REGIONAL

Entre a vasta amostragem de cerâmica comum recolhida nos níveis romano republicanos de Monte dos Castelinhos identificou-se através de análise macroscópica dos fabricos cerâmicos um conjunto de 650 peças (504 NMI), que se identificou como de proveniência não regional, ou seja, importada, correspondendo a 17,3% da amostragem (figura 61). Entre estes distinguem-se dois grandes grupos que irei abordar em separado: as cerâmicas comuns itálicas e as cerâmicas comuns importadas do Sudoeste da província da *Ulterior*, genericamente atribuídos à região da baía gaditana e do vale do Guadalquivir.

8.4.2.1. CERÂMICA COMUM ITÁLICA

Individualiza-se na coleção proveniente das escavações dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos um pequeno, mas interessante, conjunto de cerâmica comum de proveniência itálica, composto por 50 fragmentos (24 NMI), o que equivale a 1,3% da amostragem de cerâmica comum recolhida. Sendo este constituído por tampas e pratos em cerâmica comum sem revestimento, 40 fragmentos (20 NMI) e por pratos revestidos com o característico revestimento de “engobe vermelho pompeiano”, 10 fragmentos (4 NMI). Ambas as produções evidenciam um característico fabrico, composto por uma pasta arenosa e heterógena de tom castanho avermelhado, (Muns. 2.5YR 5/8 – 2.5YR 4/8), com abundantes elementos não plásticos, predominando as areias vulcânicas, sendo ainda visíveis raras micas prateadas e algumas calcites. Podendo ser identificado com produções da área da baía de Nápoles na Campânia (Viegas, 2020, p. 574). Correspondendo ao que Peacock designou como fabrico 1 (1977) e que na Catalunha é descrito como “pasta 2” (Aguarod Otal, 1991, p. 52). Ver Anexo 3, Estampa 94 a 96 e Anexo 5, Catálogo 12.

Começando pela cerâmica comum sem revestimento. Apesar da sua presença no extremo ocidente ser escassa, recentes estudos têm vindo a alterar essa perceção e a sublinhar a sua relevância nos contextos iniciais da presença romana (Viegas, 2020). A publicação de importantes contextos republicanos como o Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010); Castro Marim (Viegas, 2020); Torre de Ares, Tavira (Viegas, 2020); Faro (Viegas, 2020); Monte Molião (Sousa e Arruda, 2014a e 2014b); Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019) ou Lisboa (Pimenta *et al.* 2014), tem vindo a mostrar que é

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

possível documentar estas produções, desde momentos precoces da presença romana, a par de outras importações cerâmicas, um pouco como tem vindo a ser definido para a restante Península Ibérica (Huguet Enguita, 2013).

Função	Forma	Bordo	Carena	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Prato	Aguarod 4/Com-IT 6	16	6	4	8	34	16	67%
Tampa	Aguarod 3/Com-IT 7	4			2	6	4	17%
Total C. Comum Itálica		20	6			40	20	83%
Prato	Aguarod 3/Luni 1	2				2	2	8%
	Aguarod 4/Luni 2/4	2				2	2	8%
	Indeterminado				6	6		
Total Engobe Vermelho Pompeiano		4			6	10	4	17%
Total Cerâmica Comum Itálica		24				50	24	100%

Figura 99 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica comum itálica de Monte dos Castelinhos

Em Castelinhos, a forma melhor representada é o prato com uma característica ranhura no topo (Forma 4 de Aguarod; “orlo bifido”; COM-IT 6) (Aguarod, 1991, p. 94; Olcese, 2012, p. 344, Tav. 3 XLIV, n.º 14; Bats, 1993), ver Estampas 94 e 95. Este tipo de pratos foi importado para a Península Ibérica desde meados do século II a.C., como atestam os exemplares dos contextos republicanos de Lisboa (Pimenta, 2014), até às primeiras décadas do século I d.C. (Aguarod Otal, 1991, p. 95). Os diâmetros das peças recolhidas em Monte dos Castelinhos são amplos, variando entre os 29 e os 32 centímetros. Em Castro Marim, peças similares às aqui apresentadas foram exumadas em contextos bem datados de 50-30 a.C. (Viegas, 2020, p. 574). Apesar de estarmos a lidar com peças de cerâmica comum, que deveriam ter uma utilização, tendo em conta a sua morfologia, na cozinha para ir ao lume, quer para cozer, quer para fritar, alguns exemplares, de facto, não evidenciam vestígios de exposição ao fogo, o que permite, como já foi proposto para os exemplares Algarvios, supor uma utilização destas peças importadas para servir a mesa (Viegas, 2020, p. 574). Um exemplar de Castelinhos, recolhido em níveis associado à Fase 2 do urbanismo republicano, evidencia um gato em liga de cobre (Estampa, 95, n.º 1002), comprovando o cuidado tido na reparação e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

manutenção destas peças. Sublinhe-se que entre os milhares de peças de cerâmica comum analisados, apenas nestes pratos se documenta este cuidado de reparação e que o mesmo, apenas encontra paralelo nos gatos detetados no conjunto de cerâmica de verniz negro itálico (Pimenta, Soria e Mendes, 2014).

A par dos pratos em cerâmica comum itálica sem revestimento, recolheram-se algumas das suas tampas (Forma Aguarod 3; “Orlo ingrosiato”; COM-IT 7) (Aguarod Otal, 1991, p. 113; Olcese, 2012, p. 344, Tav. 3 XLIV, n.º 16-18; Bats, 1993) ver Estampas 94, n.º 997 e 998. Os seus diâmetros são compatíveis com o dos pratos, situando-se entre os 28 e os 30 centímetros. A presença destas tampas itálicas em diversos sítios de cronologia romano republicana do Algarve atestam que estas produções chegaram à *Ulterior*, acompanhando assim os pratos enquanto parte integrante do mesmo serviço (Viegas, 2020).

A par destas produções sem qualquer revestimento, atestam-se em Castelinhos alguns exemplares das melhor conhecidas, cerâmicas de engobe vermelho pompeiano. Ao contrário do que ocorreu em relação aos estudos de cerâmica de cozinha itálica, as peças de engobe vermelho pompeiano receberam desde muito cedo atenção dos investigadores, tendo em conta a sua presença significativa nos contextos dos acampamentos militares do *limes* germânico (Ritterling, 1901). O já longo historial destes serviços cerâmicos foi sintetizado por Aguarod Otal, tornando desnecessário voltar aqui ao tema (Aguarod Otal, 1991, p. 51-96; 1995; 2017, p. 35-39 e Aguarod Otal *et al.*, 2001).

A cerâmica de engobe vermelho pompeiano integra grandes pratos, com base plana e paredes côncavas muito baixas. Estas peças individualizam-se pela utilização de um denso e espesso engobe vermelho, aplicado no interior dos recipientes e por vezes na superfície externa do bordo (Huguet Enguita, 2013, p. 311). Os seus fundos evidenciam círculos concêntricos incisos, como os registados em Castelinhos (Estampa 96, n.º 1013 a 1017).

Trata-se de uma categoria cerâmica destinada à utilização na cozinha, estando a sua função culinária atestada pelo enegrecimento das superfícies externas, servindo tanto para ir ao forno, como para colocar diretamente sobre as brasas e mesmo para servir à

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

mesa. Tendo em conta o seu denso revestimento de engobe é provável a sua utilização na confeção de pratos de textura caldosa ou semissólida (Arruda e Viegas, 2002).

A produção destas cerâmicas ocorreu na Península Itálica, tanto na Etrúria como na Campânia, sendo que cronologicamente os produtos etruscos são ligeiramente anteriores, importando-se já em inícios do século II a.C. Os pratos de engobe vermelho pompeiano de origem na Campânia parecem substituir os primeiros durante o século I a.C. (Huguet Enguita, 2013, p. 311). A imitação local destas cerâmicas é relativamente comum em diversos pontos do Império romano, tendo o mesmo fenómeno ocorrido no território peninsular e no Sul do território português, ainda que para cronologias posteriores à que estamos aqui a abordar (Pinto, 2003).

As produções registadas em Castelinhos integram-se nos fabricos atribuíveis à região da Campânia. Aliás, são estas as produções que se encontram registadas no território português, identificando-se: em Conímbriga (Alarcão, 1976b); de forma expressiva em Santarém (Arruda e Viegas, 2002); em Lisboa, no Teatro Romano (Fernandes e Filipe, 2007); em Alcácer do Sal (Sepúlveda *et al.*, 2003); em Monte Molião (Arruda e Sousa, 2014a); em Faro (Viegas, 2020); Torre de Ares (Viegas, 2020); Loulé Velho (Viegas, 2020) e no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 308).

Dois bordos podem atribuir-se à forma 3 de Aguarod (Luni 1) (Estampa 96, n.º 1010 e 1011). Trata-se de pratos de bordo espessado exteriormente, apresentando um perfil amendoado. Esta forma é rara no ocidente peninsular, encontrando-se melhor representada no vale do Ebro, ainda que se encontre igualmente representada por alguns escassos exemplares no baixo Guadalquivir e mesmo no Norte de África (Aguarod Otal, 1991, p. 64-65, mapa 7). No território português apenas se encontrava atestada no vale do Tejo, em Santarém (Arruda e Viegas, 2002, p. 227) e no Monte Molião, na costa Algarvia (Arruda e Sousa, 2014a, p. 77). Esta parca distribuição pode, em parte, justificar-se pelo facto da Forma 3 de Aguarod ter sido um produto típico das oficinas da Etrúria meridional, podendo datar-se de uma época relativamente antiga. Com efeito, tanto em Itália como no vale do Ebro ou em Ampúrias, este prato surge, sobretudo, com pastas etruscas. Contudo, esta forma foi também fabricada na Campânia. Os exemplares de Castelinhos, aliás tal como os de Santarém, tem origem na Campânia, podendo admitir-se que o mesmo se passa com os de Sevilha e Thamusida, o que permite que se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

lhes atribua cronologias situadas entre a segunda metade do século I a.C. e os inícios do século I d.C. (Arruda e Viegas, 2002).

Os restantes dois fragmentos de bocal integram-se na forma 4 de Aguarod (Luni 2/4) (Estampa 96, n.º 1009 e 1012). Trata-se de grandes pratos com diâmetros documentados em Castelinhos entre os 35 e os 32 centímetros, de bordo formando uma aba aplanada, voltada para o exterior com espessamento interno, podendo ser horizontal (n.º 1009) ou oblíquo (n.º 1012). Esta forma ainda evidencia uma distribuição preferencial nas áreas meridionais mediterrânicas e peninsulares, contudo, encontra-se já presente nos acampamentos do *limes* germânico (Aguarod Otal, 1991, Mapa 9). De acordo com os dados da área mediterrânica da Tarraconense, a difusão desta forma para exterior da Península Itálica parece ter ocorrido apenas a partir do século I a.C., encontrando-se presente em sítios de consumo em contextos datados a partir do segundo quartel deste século (Aguarod Otal, 1991, p. 70). No território português, estes pratos encontram-se melhor documentados, estando presentes: em Conímbriga (Alarcão, 1976b); em Santarém (Arruda e Viegas, 2002); em Lisboa (Fernandes e Filipe, 2007); em Alcácer do Sal (Sepúlveda *et al.*, 2003) e no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 308).

O conjunto de cerâmica comum itálica presente nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos merece-nos ainda um breve comentário. Apesar da sua representatividade ser escassa no conjunto da vasta amostragem de cerâmica comum aqui recolhida, cerca de 1,3%, é significativa a sua presença. Primeiro, porque atesta uma morfologia nova, os pratos, que como vimos não se encontra presente nos serviços do reportório cerâmico do mundo indígena. Segundo, porque certifica novos hábitos de consumo e de comensalidade, exógenos às comunidades do baixo Tejo. Temos igualmente que sublinhar o cuidado na preservação destes recipientes, que se materializa na presença de um gato em liga de cobre e que nos conduz à percepção de que estas peças seriam intuitas como de valor acrescido possivelmente pela percepção da sua origem alógena. Do ponto de vista da distribuição destas produções nas duas fases do sítio: deteta-se a sua presença logo na primeira fase, atestada por três fragmentos, correspondendo estes a dois bordos de prato sem revestimento da forma Aguarod 4 (Com – IT 6) e um bordo de prato de engobe vermelho pompeiano da forma Aguarod 4 (Luni 2/4), integrando-se o restante conjunto de quarenta e seis fragmentos na fase 2.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.4.2.2. CERÂMICA COMUM DA *ULTERIOR*/BÉTICA

Procedente dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, individualiza-se, ainda, um conjunto de cerâmica comum de pastas calcárias, cujas características de composição, cozedura e acabamento permitem propor uma proveniência exógena. A amostragem é reveladora, composta por 600 fragmentos classificáveis (480 NMI), o que equivale a 16% do total de cerâmica comum exumada. Ver Anexo 3, Estampa 97 a 114 e Anexo 5, Catálogo 13.

A análise macroscópica permitiu individualizar quatro grupos de fabrico. Dois de pasta clara calcária, evidenciando alguma variabilidade no que diz respeito à sua textura e à proporção de elementos não plásticos, mas que apresentam traços de uma origem comum. Quando se estuda este género de pastas calcárias, é preciso ter presente a ampla variabilidade das suas tonalidades, que não as permitem distinguir, mas decorrem de uma cozedura irregular ou da forma de empilhamento das peças dentro do forno (Pinto, 2006, p. 168). Tendo em conta, a semelhança destas pastas com as das ânforas das áreas costeiras da *Ulterior*, e em particular da área da baía gaditana, presentes nos mesmos contextos, propõe-se essa origem para estes fabricos (Pinto e Morais, 2007, p. 237). Estes grupos de pasta parecem corresponder às pastas/grupos petrográficos 9, 10 e 12, identificados no estudo das *Villae* de São Cucufate (Pinto, 2003, p. 134-137, Pinto, 2006, p. 168) e aos grupos 9 e 10 do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 304).

Grupo 1 – Caracteriza-se por pastas de matriz calcária, cozidas em modo A. Evidenciam textura fina, de aspeto poroso e bem depuradas, sem inclusões visíveis a olho nu. Os elementos não plásticos são raros e bem distribuídos, compostos por quartzos de pequena dimensão, raras palhetas de micas negras e elementos ferruginosos. As suas tonalidades variando entre o amarelo claro (Muns. 2.5 Y 8/2) e o rosa (Muns. 7.5 YR 8/4).

Este grupo é predominante no conjunto, integrando 318 fragmentos, correspondendo a 53% do conjunto e a 240 NMI. Define-se como uma pasta de preparação cuidada, em que se vê que houve um tratamento da argila e uma limpeza das impurezas da mesma para ser flexível e funcional, mas não refinada. As peças deste grupo foram montadas em torno rápido de superfícies apenas alisadas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Grupo 2 – Individualiza-se por pastas de matriz calcária, igualmente cozidas em modo A. São porosas, apresentam uma fratura regular e são pouco depuradas. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, ainda que em maior quantidade que o Grupo 1 (cerca de 10% a 20%). Constituídos por quartzos arredondados de dimensão variável e de frequência média a reduzida, minerais negros, elementos ferruginosos e fragmentos de cerâmica moída. As suas tonalidades variam entre o amarelo pálido (Muns. 7.5 YR 8/3) e o castanho alaranjado (Muns. 5 YR 7/8). As peças fabricadas com estas pastas evidenciam um tratamento diferenciado ao nível das suas superfícies, podendo ser apenas alisadas, ou evidenciar a aplicação de uma aguada de tom bege ou branca, sendo esta espessa e bem aderente.

Este grupo integra 202 fragmentos, correspondendo a 34% do conjunto da cerâmica importada da *Ulterior*/Bética e a 182 NMI.

O terceiro e quarto grupo de fabrico individualizado, igualmente de pastas calcárias, evidenciam características petrográficas e de acabamento distintos, tendo claras similitudes com as produções anfóricas do vale do rio Guadalquivir patentes nos mesmos contextos. Pressupõe-se assim como provável esta proveniência. Ainda que menos representadas no ocidente peninsular, as importações cerâmicas do Guadalquivir, encontram-se atestadas no Algarve, em Monte Molião (Sousa e Arruda, 2014a, p. 56), no Alentejo, no sítio de Soeiros, Arraiolos (Mataloto e Angeja, 2015, p. 850), no vale do Tejo, em Santarém (Arruda e Viegas, 2004, p. 343, Almeida, 2008, p. 202) e em Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, p. 86). Estes grupos de pasta parecem corresponder com as manufaturas 5 e 10 definidas para as produções do Guadalquivir (Almeida, 2008, p. 47 e 48).

Grupo 3 – Pasta de matriz calcária, com cozedura oxidante. Apresenta-se muito compacta, dura, áspera ao tato e pouco depurada. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos pela peça, sendo normalmente constituídos por elementos de quartzo, inclusões negras (xisto?) e escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. A tonalidade da pasta varia entre o castanho (Muns. 5 YR 6/4) e o castanho alaranjado, (Muns. 7.5 YR 5/4). A superfície externa evidencia a aplicação de uma aguada de tom próximo da pasta.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este grupo é composto por 61 fragmentos classificáveis, correspondendo a 10% do conjunto e a 42 NMI.

Grupo 4 – Pasta de matriz calcária, com cozedura oxidante. Apresenta-se compacta, dura, de fratura irregular e pouco depurada. Os elementos não plásticos são abundantes de pequena dimensão e bem distribuídos pela peça. Constituídos por quartzos, escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. A tonalidade da pasta é amarela esverdeada (Muns. 2.5 Y 8/2) ou amarelo alaranjada (Muns. 10 YR 8/2).

Este grupo integra 19 fragmentos, correspondendo a 3% do conjunto e a 16 NMI.

É importante ter presente que as produções cerâmicas em pasta calcária possuem um alto conteúdo de calcite, que é um mineral formado por carbonato de cálcio (CaCO_3), em percentagens superiores a 7 ou 8%, não sendo adequados para ir ao lume (Pinto, 2006, p. 168). Teriam assim uma função de loiça de mesa, armazenagem, ou de preparação de alimentos. De facto, da análise do conjunto de Castelinhos, verifica-se a inexistência de vestígios de exposição ao fogo nestas cerâmicas.

A constatação da importação para o extremo ocidente peninsular, de cerâmica comum de proveniência meridional, em época romana republicana, foi inicialmente despontada pelo estudo da Cabeça de Vaiamonte, Monforte e do povoado de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião, 1998a, p. 411-415, Est. 110-111). Nesta primeira abordagem, foi definido que o leque de formas documentado é pouco diversificado, basicamente o binómio bilha, tigela e os almofarizes. Levantando o seu autor a hipótese de que os dois primeiros fariam parte de um mesmo “serviço”, destinado ao consumo de líquidos (Fabião, 1998a, p. 413).

O estudo dos significativos conjuntos de cerâmica comum do Castelo da Lousa, Mourão (Pinto e Schmitt, 2010) e do sítio do Aljube, Porto (Pinto e Moraes, 2007) veio reforçar, e consolidar esta perceção da importação de cerâmica comum da *Uterior*/Bética, no período tardo republicano e Augustano. Sendo de sublinhar que o alargar do espectro e da amostragem veio aduzir a importância de outra forma, os potes, que assim vem acrescentar maior complexidade a estes serviços de mesa (Pinto, 2006, p. 169).

Nos últimos anos têm vindo a multiplicar-se o registo da presença de peças de cerâmica comum importada da *Uterior*/Bética em contextos enquadrados entre o final da

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

república e o principado de Augusto, sublinhando a relevância destas produções. É o caso de Monte Molião (Lagos), ainda que para cronologias um pouco mais recuadas do que o caso em apreço (Sousa e Arruda, 2014a e 2014b; Sousa, Pereira e Alves, 2019); o sítio de Soeiros, Arraiolos (Mataloto e Angeja, 2015, p. 850); Caladinho, Redondo (Mataloto e Williams, 2015); Casa Branca, Ferreira do Alentejo (Fabião, Cardoso e Norton, 1997); Pedrão, Setúbal (Soares, Silva, 1973); Santarém (Arruda e Viegas, 2004) e Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

Durante o principado, estas produções cerâmicas continuam a ser amplamente comercializadas na Lusitânia, como bem atestam os casos das cidades romanas de *Balsa*, Torre de Ares, Tavira (Nolen, 1994, p. 121; Pereira, 2018, p. 108 a 114); de *Ammaia* (Dias, 2013 e 2014); Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-81; Sepúlveda *et al.*, 2007); Setúbal (Coelho Soares e Silva, 2018); Lisboa (Silva, 2015 e 2018); Conímbriga (Alarcão, 1976b); Coimbra (Costeira, Carvalho e Fernández Fernández, 2018); assim como na capital provincial *Augusta Emerita*, Mérida (Bustamante Álvarez, 2015). Alcançando igualmente as cidades do Noroeste peninsular como bem atestam o caso de *Bracara Augusta* (Morais, 2004c) e o naufrágio romano de Rio de Moinhos, Esposende (Morais, 2013), chegando mesmo a alguns Castros da Galiza (González-Ruibal *et al.*, 2007).

Estes serviços cerâmicos encontram-se igualmente representados no mundo rural, como atestam os dados das *Villae* de São Cucufate, Vidigueira (Pinto, 2003, 2004 e 2006); de Freiria, Cascais (Cardoso, 2018); de Leião, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2010/2011) e de Povos, Vila Franca de Xira (Quaresma, 1995-1997 e 2006). E em sítios de cariz artesanal/industrial, como é o caso da Ilha do Pessegueiro, Sines (Silva *et al.*, 1984) e de Abul, Alcácer do Sal (Mayet e Silva, 2002).

Infortunadamente dispõe-se, na maior parte dos casos, de publicações parcelares, que muitas das vezes apenas optam por estudar peças mais características como o caso dos almofarizes, não se dispondo de dados fidedignos sobre a real representatividade quantitativa destes materiais no conjunto das cerâmicas comuns. Destaca-se o caso dos dados de *Balsa*, com cronologias centradas no alto Império, onde estas produções têm um peso assinalável de 27% (Nolen, 1994, p. 121). Ainda que se tenha que matizar, que no caso do Algarve, exista uma forte relação estrutural e de ampla diacronia com a área

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

gaditana (Fabião, 2001b). Assim como o caso da cidade de Mérida, onde estas produções se encontram quantificadas, num contexto tardo Augustano, da *figlina* da Escuela de Hostelería, alcançando uns impressionantes 34% entre as cerâmicas comuns e uns 7,14% do total de todas as cerâmicas aí recolhidas (Bustamante Álvarez, 2015, p. 29). Para o Castelo da Lousa, em contextos de finais do período romano republicano e principado de Augusto, mais perto das cronologias dos Castelinhos, assiste-se a uma presença significativa destas produções, alcançando uns 13% (Pinto e Schmitt, 2010, p. 244). Os dados disponíveis para os restantes sítios, permitem, porém, assinalar que as produções cerâmicas da *Ulterior/Bética* surgem habitualmente em proporções minoritárias (Pinto, 2006, p. 169). É assim de assinalar a relevância dos dados de Castelinhos, onde assistimos a uma presença assinalável das produções cerâmicas da *Ulterior/Bética*, representando estas 16% do total de cerâmica comum aí atestada, tendo em conta o número de fragmentos classificáveis e 22% da amostragem tendo em conta a análise final dos NMI.

Se resulta claro da análise dos dados de sítios de consumo, do ocidente peninsular a existência de uma tradição consistente de comercialização destas cerâmicas de produção meridional, desde o período romano republicano até meados do século II d.C., para a fachada atlântica os dados em relação aos seus presumíveis centros produtores, continuam a ser escassos. Ainda que, como veremos infra, esta situação tem vindo a inverter-se nos últimos anos. Este ativo comércio, tem vindo a ser entendido, como sendo, um complemento ao comércio de ânforas das mesmas regiões, circulando assim no porão dos navios como carga “parasitária” ao transporte de artigos alimentares (Pinto e Morais, 2007).

O início do estudo da cerâmica comum no território da província da Bética data de meados da década de setenta do século passado, com o estudo de M. Vegas sobre *Munigua*, (Sevilha) e de E. Serrano Ramos sobre o centro produtor de Cartuja, Granada (Vegas, 1969-70; Serrano Ramos, 1978). Contudo, praticamente desde o início dos estudos em torno das cerâmicas romanas, observa-se uma diferença considerável nos dados de que dispomos para a zona oriental da Bética e a para a sua região ocidental (Peinado Espinosa, 2017, p. 102). Na área ocidental, no fundo a que aqui nos interessa, as investigações têm-se centrado em dois grandes focos produtivos, o baixo vale do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Guadalquivir e a baía de Cádiz, ainda que de forma mais circunstanciada numa das suas produções: as ânforas.

Começando pelo vale do Guadalquivir, nos últimos anos têm-se vindo a assistir a uma sistematização dos repertórios de cerâmica comum do mundo turdetano (Ferrer Albelda e Garcia Fernández, 2008; Garcia Fernández e García Vargas, 2010), contudo os dados relativos às primeiras produções romanas continuam a ser escassos. Apesar de serem já conhecidos diversos centros produtores de cerâmica comum para o baixo Guadalquivir, estes datam de época alto Imperial (Huarte Cambra, 2003; Chic García e García Vargas, 2004). Para o alto vale do Guadalquivir, os dados encontram-se mais sistematizados, ainda que para época Imperial, com a recente síntese e proposta tipológica de Peinado Espinosa (2010).

Para a baía gaditana, são conhecidos várias dezenas de centros produtores de cerâmica (Lagóstena Barrios e Bernal Casasola, 2004). Na sua maioria, trata-se de centros produtores de ânforas, que igualmente produzem cerâmica comum. A maioria inicia a sua atividade ainda no século II a.C., contudo, junto a estes existem diversas olarias de época púnica ativas até ao século II a.C., produzindo cerâmica comum púnico-gaditana (Lagóstena Barrios e Bernal Casasola, 2004, p. 86-89). Esta dualidade de tradições oleiras, a sidérica e a romana, encontra-se bem vincada para a região gaditana, e como veremos ainda tem eco nos reportórios cerâmicos daí provenientes que chegam a Monte dos Castelinhos. A cerâmica púnico gaditana, enquadrada entre os séculos III-II a.C., foi objeto de estudo e sistematização recente, tendo sido apresentada uma coerente proposta tipológica (Sáez Romero, 2005 e 2008). Contamos, igualmente, com uma recente dissertação de Doutoramento publicada de forma monográfica que incide sobre as produções de cerâmica da baía de Cádiz, onde se propõe uma tipologia das cerâmicas gaditanas de época romana (Girón Anguiozar, 2017).

Por último, importa ter presente os trabalhos de E. Serrano ainda que não incidindo sobre estas duas macrorregiões produtoras, completam o estado da arte sobre as produções de cerâmica comum da bética, em particular na área da costa de Málaga (Serrano Ramos, 1995, 2000).

Antes de iniciarmos a abordagem circunstanciada, dos conjuntos cerâmicos, provenientes da *Ulterior*/Bética recolhidos em Monte dos Castelinhos, importa ter

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

presente que não existe qualquer tradição comercial de importação de cerâmica comum do Sul peninsular em época pré-romana na fachada atlântica (Sousa, 2014). Antes pelo contrário, a segunda metade do primeiro milénio a.C. até à chegada dos exércitos romanos, foi pautada por uma diminuição dos contactos com as áreas mais meridionais em particular com a costa atlântica e mediterrânea do Sul peninsular (Sousa, 2017, p. 314). Esta leitura vê-se ainda reforçada com o recente estudo de contextos bem definidos datados do terceiro quartel do século II a.C. e que podemos associar à primeira fase da conquista militar romana do extremo ocidente peninsular (Pimenta *et al.*, 2014). Nos vastos conjuntos já analisados, de diversas intervenções arqueológicas no casco antigo de Lisboa, mas igualmente de Chões de Alpompé, Santarém, nota-se uma total ausência destas produções (Pimenta, 2014; Pimenta e Arruda, 2014). Estamos assim perante um fenómeno de comercialização plenamente romano que emerge num novo quadro de difusão de produtos e mercadorias, não sendo ainda claro quando se inicia este processo. Tendo em conta a sua ausência, nos níveis que podemos associar à primeira fase da conquista e a sua presença nos níveis associados ao abandono do povoado do Pedrão, Setúbal e na primeira fase de Castelinhos, poderíamos situá-lo entre os finais do século II e a década de 60 a.C. Para essa discussão sem dúvida que poderão ser esclarecedores, os dados dos conjuntos de cerâmica comum das recentes escavações no Castro de Chibanes, Palmela. Deste importante estabelecimento romano republicano, que parece ter sido alvo de um abandono generalizado relacionado com o conflito Sertoriano (Soares *et al.*, 2019), encontra-se publicada uma interessante peça, interpretada como ânfora, mas que parece corresponder a uma primeira versão dos potes gaditanos presentes em Monte dos Castelinhos (Silva e Soares, 2012, p. 84 e 85). Os dados dos conjuntos de cerâmica comum de Monte Molião (Sousa e Arruda, 2014a e 2014b) atestam em sentido contrário uma forte e precoce presença de cerâmica comum da região gaditana e do vale do Guadalquivir. Contudo, temos que ter presente que esta leitura se encontra na sequência de fortes tradições de contacto com a zona do estreito de Gibraltar e da forte “gaditanização” desta região (Sousa e Arruda, 2011).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CERÂMICA COMUM DA *ULTERIOR/BÉTICA*.

Grupo 1 e 2:

Como acima referi, atribui-se aos grupos de fabrico 1 e 2, tendo em conta as suas características macroscópicas, assim como, a sua similitude com as bem conhecidas produções anfóricas, uma provável proveniência da área da baía gaditana. Entre as cerâmicas importadas de pasta calcária correspondem ao grupo mais numeroso, constituído por 520 fragmentos classificáveis, 422 NMI (figura 100).

Tendo presente, as diversas propostas tipológicas para as produções de cerâmica comum desta região (Sáez Romero, 2005 e 2008; Girón Anguiozar, 2017), verifica-se que nenhuma das duas, individualmente, cobre a variedade formal aqui presente. Provavelmente, tal situação prende-se com a cronologia de Castelinhos, e por esta se encontrar centrada entre as duas tradições oleiras. A proposta morfológica apresentada por Inês Vaz Pinto e Rui Morais para as peças de cerâmica comum Bética identificadas no território português acaba por ser a que melhor enquadra os conjuntos atestados em Castelinhos (Pinto e Morais, 2007). Porém, como os próprios autores referem, nunca foi sua intenção apresentar uma tipologia, mas sim “agrupar peças com características morfológicas afins” (Pinto e Morais, 2007, p. 235).

Opta-se assim neste trabalho, tal como se tinha apresentado para a cerâmica comum regional, pela elaboração de um quadro formal específico capaz de integrar e sistematizar estas produções. Com esta proposta não se exclui a utilização das tipologias acima referidas, antes pelo contrário, apenas se tenta sistematizar todas as morfologias aqui presentes, remetendo-se nos casos em que se encontra paralelos o enquadramento nas propostas já existentes.

O quadro morfológico elaborado para a cerâmica comum de pastas calcárias da *Ulterior/Bética*, de provável produção da baía gaditana de Monte dos Castelinhos, divide-se em 9 tipos, que foram definidos, essencialmente, por critérios formais e funcionais. Divide-se assim em bacias/alguidares, almofarizes, páteras, pratos, tigelas, potes, bilhas, talhas, tampas.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Função	Forma	Bordo	Asa	Bico	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Bacias/Alguidar es	1	3					3	3	0,7%
	2	4					4	4	0,9%
	3	6					6	6	1,4%
	Indet.								
	Total	13					13	13	3,1%
Almofarizes	1	8					8	8	1,9%
	2	5					5	5	1,2%
	3	5					5	5	1,2%
	Indet.			3	6	8	17		
	Total	18		5	6	8	35	18	4,3%
Páteras	1	3					3	3	0,7%
	2	2					2	2	0,5%
	Indet.								
	Total	5					5	5	1,2%
Pratos	1					2	2	2	0,5%
	Indet.				2		2		
	Total				2	2	4	2	0,5%
Tigelas	1	22					22	22	5,2%
	2	24					24	24	5,7%
	3	18					18	18	4,3%
	4	19					19	19	4,5%
	5	18					18	18	4,3%
	6	32					32	32	7,6%
	7	16					16	16	3,8%
	8	6					6	6	1,4%
	9	2					2	2	0,5%
	10	5					5	5	1,2%
	Indet.					12	12		
	Total	162				12	174	162	38,4%
Potes	1	70					70	70	16,6%
	2	18					18	18	4,3%
	3	6					6	6	1,4%
	4	5					5	5	1,2%
	5	16					16	16	3,8%
	6	28					28	28	6,6%
	7	3					3	3	0,7%
	8	8					8	8	1,9%
	9	12					12	12	2,8%
	10	14					14	14	3,3%
	11	3					3	3	0,7%
	Indet.		18			22	40		
	Total	183	18			22	223	183	43,4%
Bilhas	1	3					3	3	0,7%
	2	4					4	4	0,9%
	3	8					8	8	1,9%
	4	3					3	3	0,7%
	5	2					2	2	0,5%
	Indet.		12			12	24		
	Total	20	12			12	44	20	4,7%
Talhas	1	1					1	1	0,2%
	Indet.					1	1		
	Total	1				1	2	1	0,2%
Tampas	1	4					4	4	0,9%
	2	6					6	6	1,4%
	3	8					8	8	1,9%
	Indet.					2	2		
	Total	18				2	20	18	4,3%
Total		420	30	5	8	59	520	422	100%

Figura 100 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica comum de pastas calcárias da *Ulterior/Bética*, de provável produção da baía gaditana presentes em Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

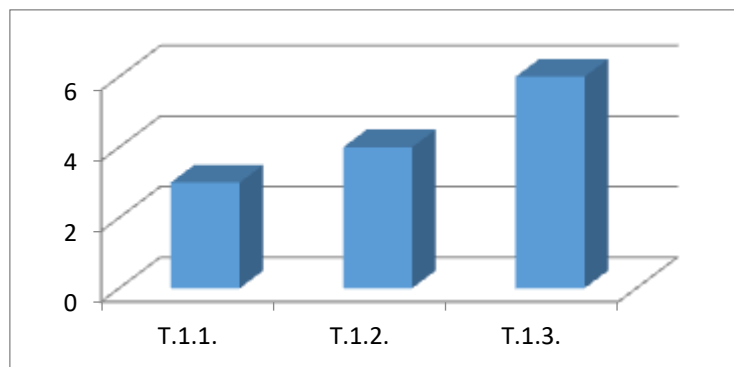


Figura 101 – Análise dos subtipos de Bacias/Alguidares, tendo em conta a análise do NMI.

TIPO 1 – Bacias/Alguidares

Este Tipo engloba um grupo de recipientes abertos, altos e fundos de dimensões variáveis. Funcionalmente estes recipientes seriam utilizados para diversas funções, como a preparação de alimentos e atividades de higiene pessoal. Estão escassamente representados em Monte dos Castelinhos, tendo apenas 13 fragmentos permitido uma classificação correspondendo a 13 NMI e a 3,1% do total.

Tendo em conta essencialmente a forma e orientação do bordo foi possível definir três formas, destacando-se o tipo 3, como o melhor representado (figura 101 e 102).

O Tipo 1.1. – Corresponde a um contentor de bordo pendente e lábio arredondado, com extremo biselado e diâmetros entre os 26 e os 28 centímetros. Nos exemplares melhor preservados identifica-se um corpo de tendência troncocónica invertida. Encontra-se atestado por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,7% do total do conjunto em análise. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 23% da amostragem. Ver Estampa 99, n.º 1046.

Este tipo de bacia/alguidar encontra paralelo entre a proposta tipológica da cerâmica púnico-gaditana, podendo-se enquadrar no tipo GDR 4.11 (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge em meados do 1.º milénio a.C. perdurando até, pelo menos, ao século II a.C. Sublinhe-se que esta forma já não surge representada na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017). No

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

território português, esta forma é rara, encontrando-se, porém, atestada em contextos romano republicanos de Monte Molião, Lagos (Sousa e Arruda, 2014a).

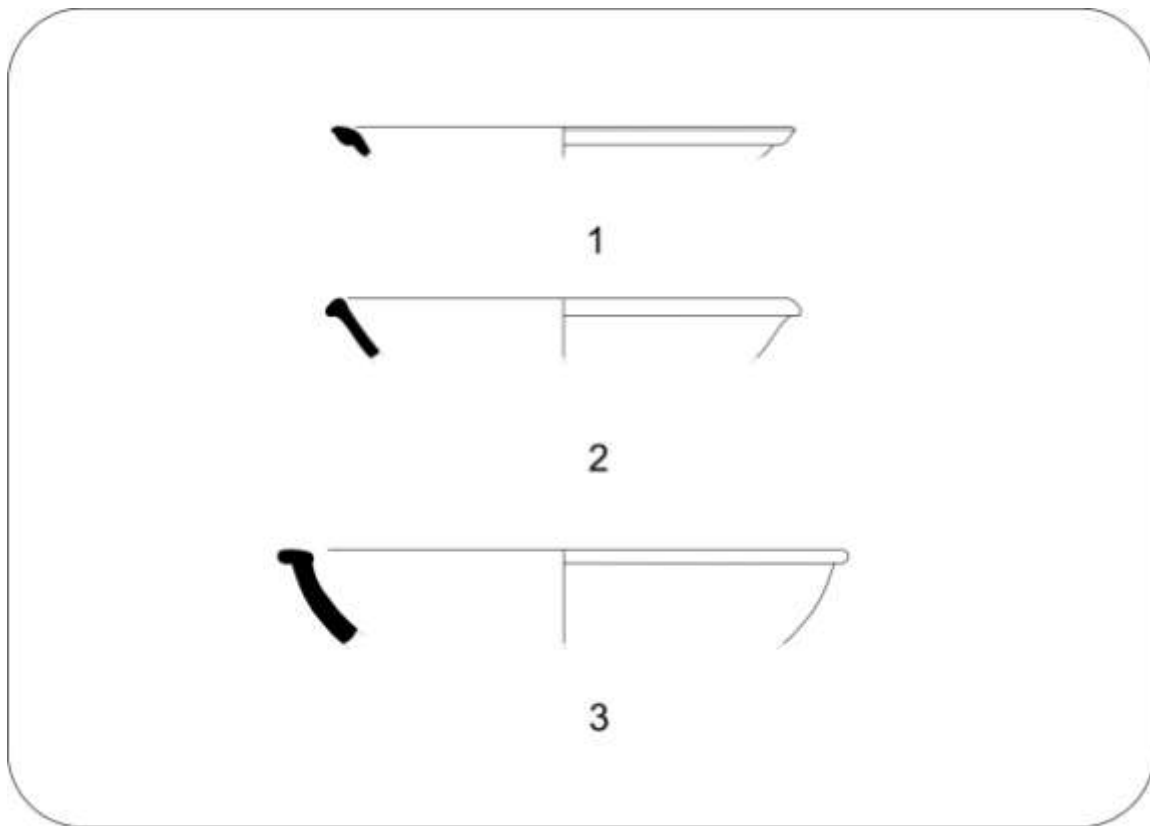


Figura 102 – Tipos de Bacias/Alguidares de produção da *Uterior*/Bética, possivelmente da baía gaditana.

O Tipo 1.2. – Bacia/alguidar de bordo voltado para o exterior formando pequena aba horizontal, de lábio oval, circunscrevendo um amplo diâmetro entre os 26 e os 30 centímetros. O corpo evidencia perfil troncocônico invertido. Encontra-se atestado por quatro fragmentos de bordos, 4 NMI e corresponde a 0,9% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 31% da amostragem. Ver Estampa 99, n.º 1047.

Encontramos paralelo para este tipo de bacia/alguidar no Tipo 6.6. variante B, da tipologia de cerâmica comum romano da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017, p. 162). Este tipo é denominado pela autora como *Catinus*, tendo uma lata cronologia desde o final do século I a.C. até ao século VI d.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 1.3. – Bacia/alguidar de bordo voltado para o exterior formando uma aba horizontal, de lábio arredondado e pendente, com diâmetros entre os 26 e os 32 centímetros. Corpo de paredes espessas e oblíquas de perfil troncocónico invertido, muito aberto ou mesmo convexo. Encontra-se atestado por seis fragmentos de bordos, 6 NMI e corresponde a 1,4% do total do conjunto. Entre o grupo das Bacias/Alguidares, equivale a 46% da amostragem. Ver Estampa 99, n.º 1048 a 1052.

Este tipo formal não encontra paralelo direto entre as tipologias da cerâmica produzida na zona da baía gaditana. Porém faz recordar os modelos dos almofarizes aí produzidos no mundo púnico-gaditano. Sáez Romero individualiza na sua forma GDR 3.1.1 estes recipientes, sendo característicos da fase tardia da produção cerâmica desta região, centrados entre o século IV e o II a.C. (Sáez Romero, 2005, p. 152). Não incluímos os exemplares de Castelinhos nos almofarizes, pois estes, ao contrário dos modelos acima referidos, não evidenciam as superfícies internas incrustada com pequenos elementos pétreos, nem outras características destes modelos como um pequeno sulco sobre o bordo. Contudo, temos que admitir que as suas paredes espessas e compactas, nos levam a distinguir estas formas do restante grupo das bacias/alguidares. No território português, identifica-se um bocal de alguidar com alguma similitude com os aqui apresentados, provenientes de Torre de Ares, Tavira (Nolen, 1994, p. 136, Est. 27, cr-20).

TIPO 2 – Almofarizes

Este Tipo engloba um grupo de recipientes abertos, com amplos diâmetros, bordos moldurados, pautados por um bico vertedor, paredes oblíquas marcadas por estrias internas, e fundo de pé em anel (Pinto, 2003, p. 83). Do ponto de vista funcional, inserem-se no grupo de cerâmica de cozinha destinado à preparação de alimentos. O almofariz, em latim *mortarium*, era usado para macerar, triturar e amassar tudo o que fosse necessário para o que se pretendia cozinhar (Peinado Espinosa, 2011). Ainda que outras funções ligadas à obtenção de produtos medicinais ou de beleza fossem igualmente possíveis (Sepúlveda *et al.*, p. 256). Apesar deste uso primário para o qual foram concebidos não é certa qual a funcionalidade que as populações indígenas fariam deles, podendo ser usados igualmente, como já foi proposto, como pratos (Fabião, 1998a, p. 414).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O estudo dos almofarizes tem vindo nas últimas décadas a constituir um domínio de especialidade no âmbito dos estudos sobre cerâmica romana prendendo-se este interesse pela informação de cariz económico e cronológico que estes proporcionam, assim como, na valência do seu estudo permitir atestar a aquisição de novos hábitos culturais de procedência itálica (Silva, 2015b).

Apesar de a forma almofariz já ser conhecida em época pré-romana, nomeadamente nas áreas de mais influência gaditana, como o Algarve (Sousa, 2009), a sua disseminação é circunscrita. Para o baixo do Tejo, entre os conjuntos de cerâmica comum de produção regional de cronologia pré-romana (Sousa, 2014, p. 162-163), a sua presença é rara. Apenas 2 exemplares assim classificados entre o acervo da Rua dos Correeiros, correspondendo a 0,10% do total, devendo-se sublinhar que os exemplares assim classificados não evidenciam o característico acabamento interno, de cariz abrasivo que vem a caracterizar estes recipientes. De facto, a cristalização e disseminação da sua distintiva morfologia, sucede da chegada dos exércitos romanos ao extremo ocidente peninsular e da chegada dos primeiros exemplares de fabrico itálico (Fabião, 1998a). Ainda que raros, os modelos itálicos republicanos encontram-se atestados quer no Algarve, no Monte Molião (Sousa e Arruda, 2014a), quer entre os estuários do Sado e do Tejo no povoado de Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019), no Castelo de São Jorge em Lisboa e mesmo na Alcáçova de Santarém (Arruda e Viegas, 2004).

Entre o conjunto de cerâmica comum recolhido, nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, as importações de Almofarizes Itálicos encontram-se ausentes, sendo estes recipientes exclusivamente de fabrico peninsular.

Deve-se ao já clássico trabalho de M. Vegas de 1973 a proposta de se situar no Sul peninsular a produção dos almofarizes de pasta calcária (Vegas, 1973). A partir deste estudo, os almofarizes sulcados de estrias de fricção começaram a identificar-se como de proveniência Bética. Sucedendo-se os estudos, entre os quais se destaca os trabalhos de E. Serrano Ramos (1978, 1995, 2000) e os de Peinado Espinosa (2010, 2011). No extremo ocidente peninsular, tem-se vindo a dar uma especial atenção à importação destes recipientes (Quaresma, 1995-1997 e 2006; Arruda e Viegas, 2004, Pinto, 2006; Morais, 2004, Pinto e Morais, 2007; Dias, 2013; Pimenta e Mendes, 2016-2017). No estado atual da arte, a proposta de arrumação tipológica, de I. V. Pinto e R. Morais

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

apresenta-se como a mais consensual (Pinto e Morais, 2007, p. 238-240). Ainda que para os Almofarizes de fabrico gaditano tenha recentemente sido avançado outro enquadramento tipológico (Girón Anguiozar, 2017, p. 238-247). O protótipo das formas reproduzidas nesta região, pode encontrar-se precisamente entre as produções itálicas do Lácio e da Etrúria (Olcese, 2003, p. 101-102, Tav. XXXV).

Uma das questões mais complexas na abordagem da importação de Almofarizes da *Uterior/Bética* é a da sua proveniência. De facto, estes almofarizes foram produzidos em diversas zonas deste vasto território. Nomeadamente, na alta Andaluzia, em centros produtores de Andújar e de Granada, assim como no baixo vale do Guadalquivir e na costa gaditana (Peinado Espinosa, 2011, p. 293). Tentou-se no estudo das cerâmicas comuns importadas de Castelinhos estabelecer a distinção macroscópica entre as produções de Almofarizes gaditanos, que apresentamos neste ponto e os seus congéneres do baixo Guadalquivir. Contudo, estamos cientes do cariz provisório desta distinção que carece de confirmação, sendo apenas uma proposta.

Os almofarizes da *Uterior/Bética* com os Fabricos 1 e 2, estão bem representados em Monte dos Castelinhos, tendo-se recolhido 35 fragmentos que permitem uma classificação, correspondendo a 18 NMI e a 4,3% do total da amostragem com esta proveniência. Tendo em conta a forma e orientação do bordo, foi possível definir três formas de Almofariz nos níveis tardo republicanos de Monte dos Castelinhos, destacando-se o tipo 1, como o melhor representado (figura 103 e 104).

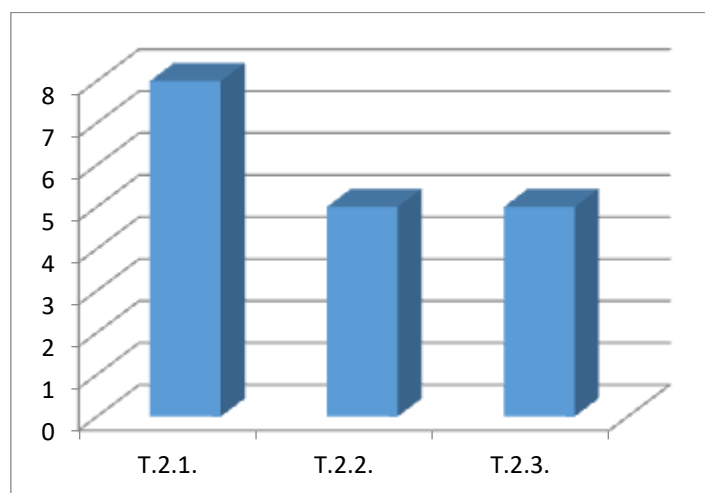


Figura 103 – Análise dos subtipos de Almofarizes, tendo em conta a análise do NMI.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

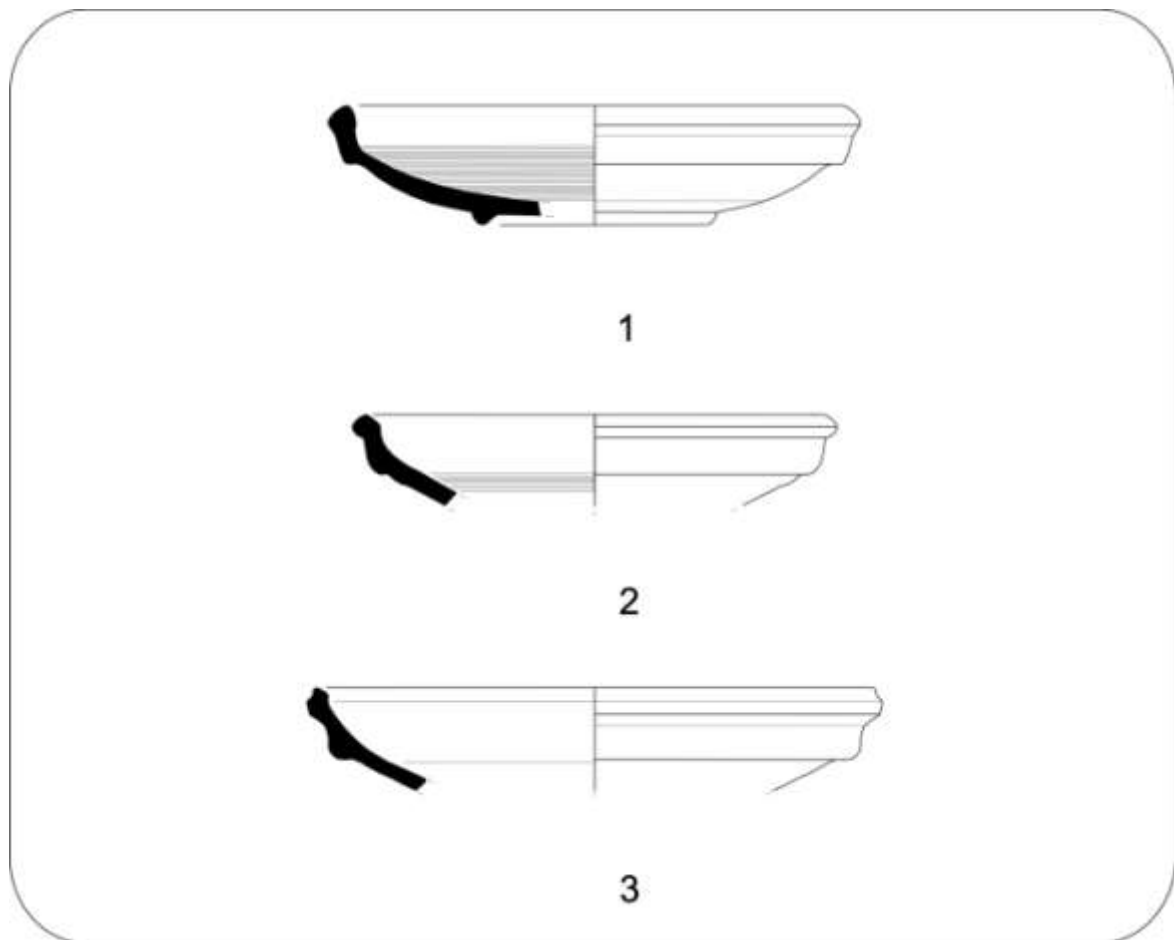


Figura 104 – Tipos de Almofarizes de produção da *Uterior/Bética*, possivelmente da baía gaditana.

O Tipo 2.1. – Almofariz de bordo vertical moldurado ligeiramente voltado para o exterior, lábio arredondado de extremo biselado e diâmetros entre os 30 e os 32 centímetros. A parede é oblíqua marcada por estrias internas e fundo de pé em anel. Encontra-se atestado por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 1,9% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, equivale a 44% da amostragem. Ver Estampa 100, n.º 1053 e 1054, Estampa 101, n.º 1060 e 1062.

Este Tipo pode-se incluir nos almofarizes da 2.ª Série de Pinto e Morais (2007, p. 238), assim como, ao Tipo 12.7, da recente proposta tipológica da cerâmica da baía gaditana (Girón Anguiozar, 2017, p. 238-247). Contudo o seu bordo curto e vertical é de difícil enquadramento dentro das variantes desta forma estabelecida por esta autora, assim

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

como o afasta dos exemplares da 2.^a Série de Pinto e Morais. Este Tipo encontra-se mais perto dos protótipos itálicos (Olcese, 2003, p. 101-102, Tav. XXXV), podendo corresponder às primeiras produções de almofarizes da baía gaditana. Os melhores exemplares que conhecemos para esta variante encontra-se entre alguns exemplares recolhidos na alcáçova de Santarém e incluídos na Forma 2 desta morfologia (Arruda e Viegas, 2004, p. 344, fig. 4, n.º 1 e 4).

O Tipo 2.2. – Almofariz de bordo moldurado voltado para o exterior, de lábio espessado de extremo arredondado e diâmetros entre os 27 e os 29 centímetros. A parede é oblíqua marcada por estrias internas. Encontra-se atestado por cinco fragmentos de bordos, 5 NMI e corresponde a 1,2% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, equivale a 28% da amostragem. Ver Estampa 100, n.º 1055 a 1057.

Este Tipo corresponde aos almofarizes da 2.^a Série de Pinto e Morais (2007, p. 238), assim como ao Tipo 12.7 variante B, da proposta tipológica da cerâmica da baía gaditana (Girón Anguiozar, 2017, p. 238-247). Encontra-se bem atestado em contextos da área da baía de Cádiz entre os meados da segunda metade do século I a.C. e metade do século I d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 244). No extremo ocidente peninsular encontra-se atestado em níveis tardo republicanos da alcáçova de Santarém onde foi identificado como Forma 2 (Arruda e Viegas, 2004, p. 344-345), assim como em níveis do principado de Augusto no Castelo da Lousa e no sítio do Aljube, Porto (Pinto e Schmitt, 2010 e Pinto e Morais, 2007).

O Tipo 2.3. – Almofariz de bordo moldurado voltado para o exterior, de lábio duplamente espessado e extremo biselado inclinado para o interior. Diâmetros entre os 32 e os 34 centímetros. A parede é oblíqua marcada por estrias internas. Encontra-se atestado por cinco fragmentos de bordos, 5 NMI e corresponde a 1,2% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, equivale a 28% da amostragem. Ver Estampa 100, n.º 1058 e Estampa 101, n.º 1059 e 1061.

Este Tipo insere-se nos almofarizes da 2.^a Série de Pinto e Morais (2007, p. 238), e ao Tipo 12.7 variante C, da proposta tipológica da cerâmica da baía gaditana, (Girón Anguiozar, 2017, p. 238-247). Esta variante de almofariz encontra-se atestado em níveis romano republicanos e de inícios do século I d.C. Um dos exemplares mais

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

aproximados é um bordo recolhido em Conímbriga (Pinto e Morais, 2007, p. 244, figura 3, n.º 7) em níveis flávios (Alarcão, 1976b, 71), assim como, um almofariz bem preservado proveniente das escavações antigas do Castelo da Lousa (Fabião, 1998a, Est. 110, n.º 3).

TIPO 3 – Páteras

Este Tipo engloba um grupo de recipientes abertos, com amplos diâmetros, bordos geralmente arredondados e com paredes carenadas. Funcionalmente estes recipientes seriam utilizados para diversas funções, como a preparação de alimentos e ir à mesa. Estão escassamente representados em Monte dos Castelinhos, tendo apenas 5 fragmentos permitido uma classificação correspondendo a 5 NMI e a 1,2% do total.

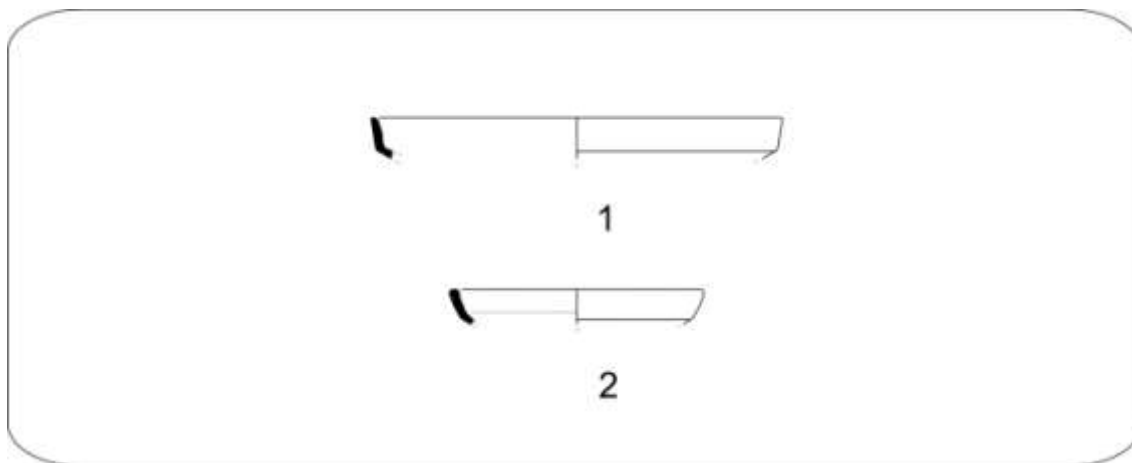


Figura 105 – Tipos de Páteras de produção da *Ulerior*/Bética, possivelmente da baía gaditana.

Tendo em conta essencialmente a forma e orientação do bordo foi possível definir 2 formas, destacando-se o tipo 1 como o melhor representado (figura 105). Esta morfologia remete-nos diretamente para a forma Lamboglia 5/7 de Verniz Negro Itálico, onde parece ir buscar inspiração direta. Ainda que como veremos poderá traduzir uma mais remota origem em modelos púnico gaditanos.

O Tipo 3.1. – Corresponde a uma pátera de bordo vertical e lábio de extremo arredondado e diâmetros entre os 24 e os 28 centímetros. Nos exemplares melhor preservados identifica-se um corpo de tendência troncocónica invertida. Encontra-se atestado por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,7% do total do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

conjunto em análise. Entre o grupo das páteras, equivale a 60% da amostragem. Ver Estampa 105, n.º 1119.

Este tipo de pátera encontra paralelo na proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana, podendo-se enquadrar no tipo GDR 2.11 (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge em meados do século IV a.C. perdurando até, pelo menos, ao século II a.C. Esta forma, apesar da sua origem remota, surge ainda representada na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde é incluída na Forma 17.8 variante A e designada como *Poculum*, ainda que aí os diâmetros sejam menores (Girón Anguiozar, 2017, p. 325). No território português, esta forma é rara, encontrando-se, porém, atestada em contextos romano republicanos de Monte Molião, Lagos (Sousa e Arruda, 2014a, p. 59, Figura 3).

O Tipo 3.2. – Corresponde a uma pátera de bordo oblíquo e lábio de extremo arredondado com espessamento interno. Diâmetros entre os 15 e os 16 centímetros. No exemplar melhor preservado identifica-se um corpo de tendência troncocónica invertida. Encontra-se atestado por dois fragmentos de bordos, 2 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto em análise. Entre o grupo das páteras, equivale a 40% da amostragem. Ver Estampa 105, n.º 1120.

Esta forma de pátera de menor diâmetro e de lábio espessado encontra paralelo na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde é incluída na Forma 17.8 variante B e designada como *Poculum* (Girón Anguiozar, 2017, p. 325). Tendo em conta a sua presença em contextos bem datados da área gaditana, é proposta uma cronologia centrada entre os meados do século I a.C. e o século IV d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 326).

TIPO 4 – Pratos

Como vimos ao analisar a cerâmica comum de produção local regional, a forma prato é rara entre o conjunto de Monte dos Castelinhos. Entre o conjunto de cerâmica comum importada da *Ulterior*/Bética os exemplares atestados são igualmente poucos. Identificou-se apenas uma forma, correspondendo a uma forma de tradição do mundo pré-romano, o prato de peixe.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 4.1. – Corresponde a um modelo de prato de peixe, do qual apenas se preserva o fundo de pé espessado e maciço e o arranque da parede oblíqua. Destaca-se o característico ressalto interno convexo, a par do revestimento interno com uma aguada de tom bege com acabamento polido. Encontra-se atestado por dois fragmentos de fundo e duas paredes, 2 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto em análise. Ver Estampa 105, n.º 1137.

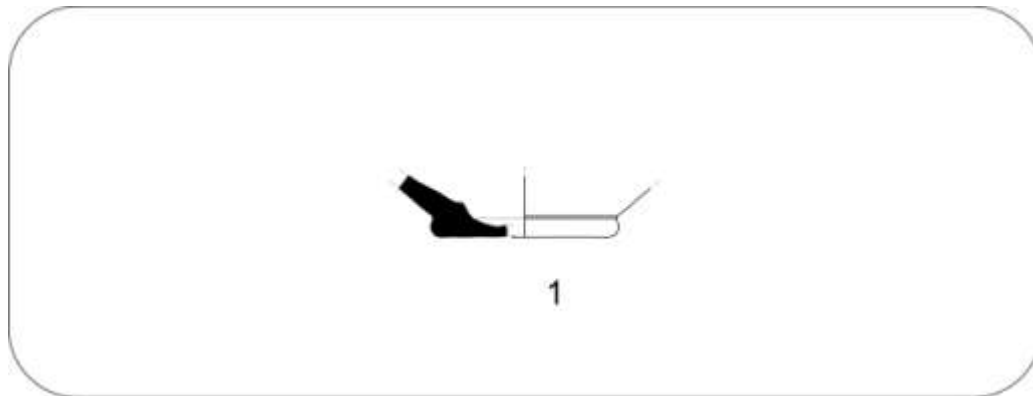


Figura 106 – Fundo de prato de peixe de produção da *Ulerior*/Bética, possivelmente da baía Gaditana.

Este tipo de prato encontra paralelo entre a proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana, podendo-se enquadrar no tipo GDR 5.11 (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge em meados do 1.º milénio a.C. perdurando até, pelo menos, ao século II a.C. Sublinhe-se que esta forma já não surge representada na tipologia de cerâmica comum romano da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017).

TIPO 5 – Tigelas

Como acima vimos, esta forma, caracteriza-se pelas suas diversas utilizações que se alargam desde o serviço de mesa, concretamente o consumo individual de alimentos líquidos ou semilíquidos, até ao seu uso como cerâmica de cozinha, onde podem ser utilizadas na preparação e confeção dos alimentos. A forma tigela encontra-se bem atestada entre as importações da *Ulerior*/Bética do território português, em particular nos níveis romano republicanos até Tibério (Pinto e Morais, 2007, p. 241).

Entre as cerâmicas comuns importadas da *Ulerior*/Bética de provável produção na baía gaditana, contabilizaram-se 174 fragmentos (162 NMI) de tigelas, o que corresponde a uns significativos 38,4% do conjunto. Dos materiais exumados de Monte dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Castelinhos é possível observar alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui apresentamos tivemos em consideração, numa primeira análise, o perfil geral da peça e do seu lábio. Foi possível individualizar dez subtipos, destacando-se o tipo 6, como o melhor representado (figura 107 e 108).

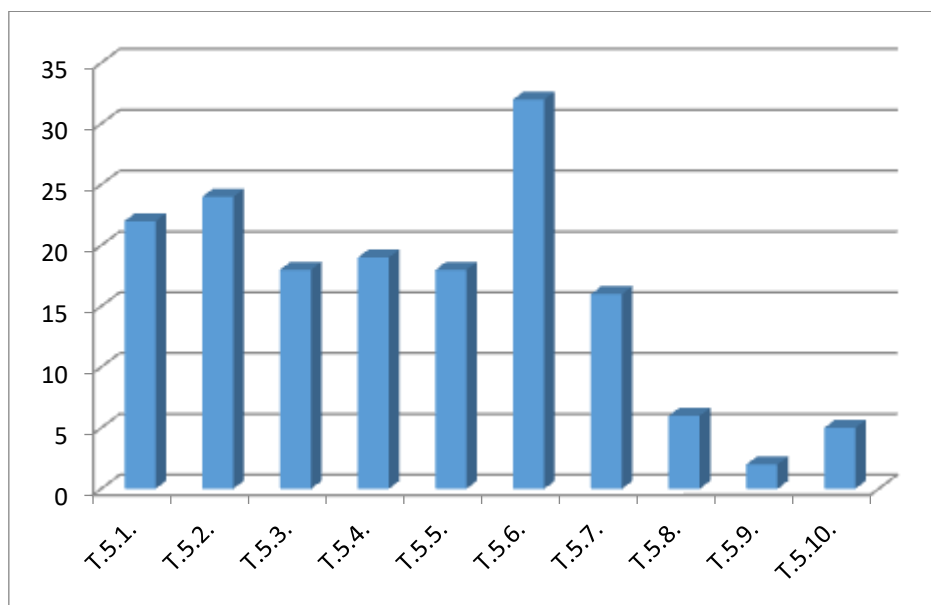


Figura 107 – Análise dos subtipos de Tigelas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 5.1. – Tigela de bordo oblíquo e lábio espessado internamente, individualiza-se pela sua parede muito inclinada que faz supor um perfil baixo. Diâmetro entre os 16 e os 20 centímetros. Encontra-se escassamente atestada por vinte e dois fragmentos de bordos, 22 NMI e corresponde a 5,2% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 14% da amostragem. Ver Estampa 102, n.º 1075, 1078, 1080 a 1083, Estampa 103, n.º 1086, 1087, 1089, 1097, 1101 e 1102.

Este tipo de tigela baixa de bordo reentrante encontra paralelo entre a proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana, podendo-se enquadrar no tipo GDR 1.1.1 (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge em meados do 1.º milénio a.C. perdurando até, pelo menos, ao século II a.C. Sublinhe-se que esta forma surge igualmente representada na tipologia de cerâmica comum romano da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 1.1, Variante D, designada como *Acetabulum* (Girón Anguiozar, 2017). De acordo com os contextos da baía gaditana, é estabelecida uma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vasta diacronia para este tipo de tigelas entre o século I e o V d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 128).

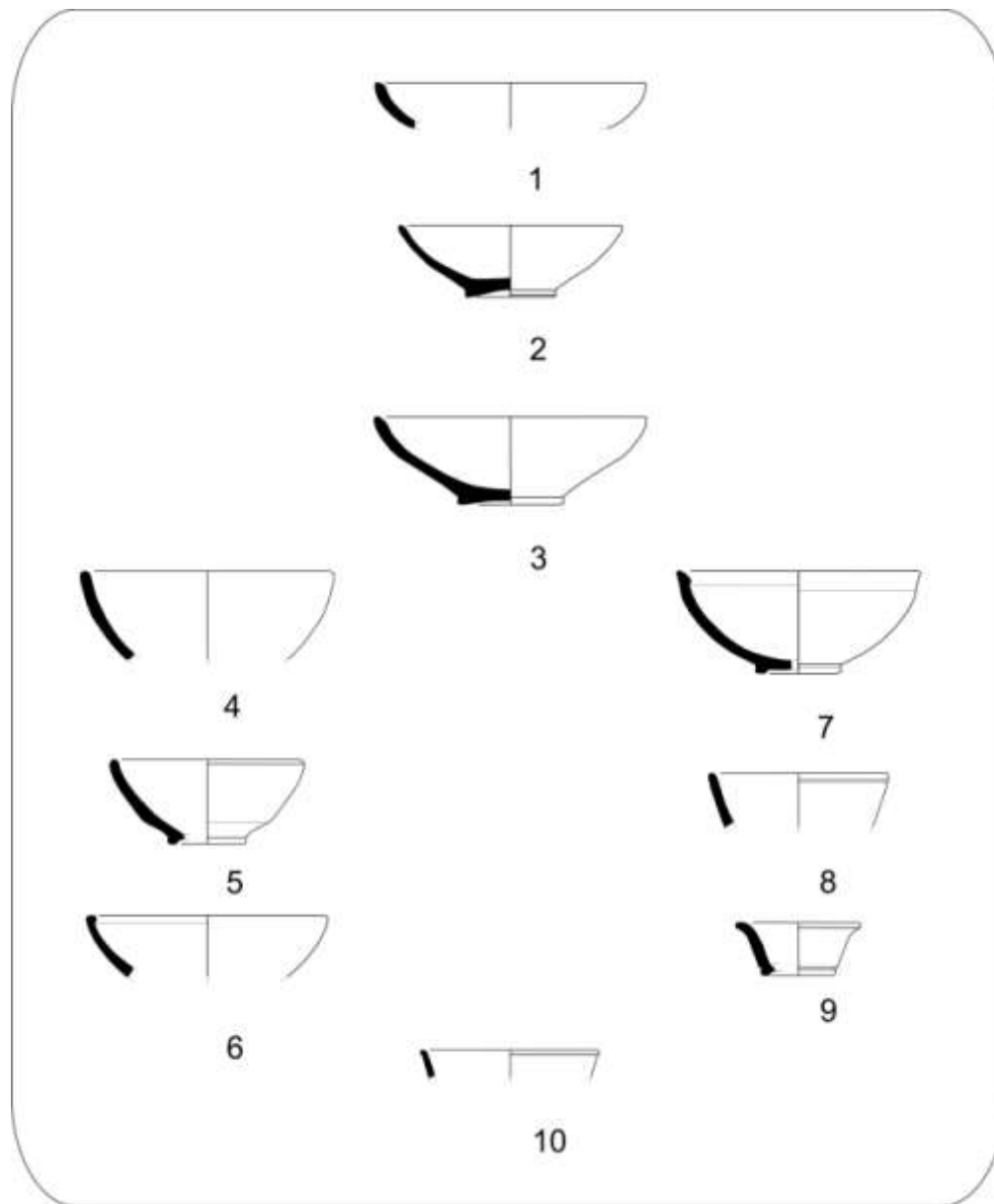


Figura 108 – Tipos de Tigelas de produção da *Ulerior/Bética*, possivelmente da baía gaditana.

O Tipo 5.2. – Tigela de bordo direito, lábio boleado ou arredondado, com diâmetros entre os 15 e os 19 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua, terminando num fundo de pé anelar com ligeiro onfalo. Encontra-se atestada por vinte e quatro fragmentos de bordos, 24 NMI e corresponde a 5,7% do total do conjunto. Entre o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

grupo das tigelas, equivale a 15% da amostragem. Ver Estampa 97, n.º 1019; Estampa 102, n.º 1065, 1071, 1072; Estampa 103, n.º 1098 a 1100.

Este tipo de tigela enquadra-se no tipo GDR 1.2.1 da proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge centrado no século III perdurando até ao período romano republicano (Sáez Romero, 2005, p. 150). Esta forma surge igualmente representada na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 14.1, Variante E, designada como *Operculum* (Girón Anguiozar, 2017, p. 278). Não deixa de ser interessante esta interpretação destas tigelas como tampas, voltarei mais à frente a esta proposta. De acordo com os contextos da baía gaditana, é estabelecida uma vasta diacronia para este tipo de tigelas entre o século I e o V d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 278). No território português esta forma encontra-se atestada em contextos tardo republicanos do povoado de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião, 1998a, p. 412-413, Est. 110, n.º 7).

O Tipo 5.3. – Tigela de bordo voltado para o interior, de lábio boleado ou arredondado, com diâmetros entre os 14 e os 23 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua, terminando num fundo de pé anelar com ligeiro onfalo. Encontra-se atestada por dezoito fragmentos de bordos, 18 NMI e corresponde a 4,3% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 11% da amostragem. Ver Estampa 97, n.º 1018; Estampa 102, n.º 1067 a 1070, 1072 e 1076; Estampa 103, n.º 1084 e 1085, 1088, 1090, 1093 a 1096.

Estas tigelas já não se enquadram na proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana (Sáez Romero, 2005 e 2008). Contudo, podemos enquadrá-las dentro da tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 14.1, Variante G com lata diacronia estabelecida para este tipo de tigelas entre o século I e o V d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 278).

O Tipo 5.4. – Tigela de bordo vertical, de lábio boleado, com diâmetros entre os 16 e os 20 centímetros. A parede é tendencialmente reta, de perfil globular. Encontra-se atestada por dezanove fragmentos de bordos, 19 NMI e corresponde a 4,5% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 12% da amostragem. Ver Estampa 102, n.º 1066; Estampa 104, n.º 1106.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este tipo enquadra-se no tipo GDR 1.3.1 da proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge centrado no século III perdurando até ao período romano republicano (Sáez Romero, 2005, p. 150). Aparentemente esta morfologia já não surge representada na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz de época alto Imperial (Girón Anguiozar, 2017). No território português esta forma, encontra-se atestada em contextos Júlio Cláudios em Abul, Alcácer do Sal (Mayet e Silva, 2002, p. 37 e 46, fig 12, n.º 109), assim como, em contextos coetâneos de Lisboa (Silva, 2015a, p. 53, Est. 5, n.º 1027, 1031).

O Tipo 5.5. – Tigela de bordo direito, lábio boleado, com diâmetros entre os 13 e os 16 centímetros. A parede é tendencialmente reta, oblíqua, marcada por uma canelura, terminando num fundo de pé anelar. Encontra-se atestada por dezoito fragmentos de bordos, 18 NMI e corresponde a 4,3% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 11% da amostragem. Ver Estampa 102, n.º 1073 e Estampa 103, n.º 1092.

Estas tigelas já não se enquadram na proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana (Sáez Romero, 2005 e 2008). Contudo, podemos enquadrá-las dentro da tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 1.2, Variante B com lata diacronia estabelecida para este tipo de tigelas entre o século I e o V d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 129).

O Tipo 5.6. – Tigela de bordo com espessamento interno, de lábio boleado ou amendoado, com diâmetros entre os 14 e os 18 centímetros. A parede é oblíqua, de perfil globular. Encontra-se atestada por trinta e dois fragmentos de bordos, 32 NMI e corresponde a 7,6% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 20% da amostragem, sendo a forma melhor representada. Ver Estampa 97, n.º 1020; Estampa 102, n.º 1077 e 1079; Estampa 104, n.º 1107 a 1118.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 17.1, Variante G, designada como *Poculum*, com lata diacronia estabelecida para este tipo de tigelas entre o período romano republicano e a antiguidade tardia (Girón Anguiozar, 2017, p. 320).

O Tipo 5.7. – Tigela de bordo vertical com espessamento interno, de lábio amendoado bem marcado, com diâmetros entre os 16 e os 20 centímetros. A parede é oblíqua, de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

perfil semiesférico, terminando num pé em anel destacado. Encontra-se atestada por dezasseis fragmentos de bordos, 16 NMI e corresponde a 3,8% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 10% da amostragem. Ver Estampa104, n.º 1103 a 1105.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romano da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 14.7, Variante A, designada como *Operculum*, com cronologia centrada entre o século I a.C. até meados do II d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 283).

O Tipo 5.8. – Tigela de bordo vertical, de lábio biselado, com diâmetros entre os 12 e os 18 centímetros. A parede é oblíqua, de perfil semiesférico. Destaca-se na individualização desta forma a existência de duas linhas bem marcadas, paralelas ao bordo. Encontra-se atestada por seis fragmentos de bordos, 6 NMI e corresponde a 1,4% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 4% da amostragem. Ver Estampa105, n.º 1121 e 1122.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romano da baía de Cádiz, onde poderíamos incluí-la no Tipo 17.1, Variante D, designada como *Poculum*, com uma lata cronologia estabelecida pela sua autora, entre o período romano republicano e a antiguidade tardia (Girón Anguiozar, 2017, p. 320). Esta morfologia remete-nos diretamente para a forma Lamboglia 1, de Verniz Negro Itálico, onde parece ir buscar inspiração direta e que tenta mimetizar.

O Tipo 5.9. – Pequena tigela de bordo voltado para o exterior, de lábio biselado, com diâmetros entre os 8,5 e os 9 centímetros. A parede é oblíqua, de perfil troncocónico invertido, terminando num pé em anel. Encontra-se atestada por dois fragmentos de bordos, 2 NMI e corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 1% da amostragem. Ver Estampa105, n.º 1131.

Este tipo não se encontra individualizado na proposta de tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017). A sua morfologia remete-nos diretamente para a forma Lamboglia 2, de Verniz Negro Itálico, que parece imitar.

O Tipo 5.10. – Tigela de bordo vertical, com ligeiro espessamento externo de lábio arredondado, com diâmetros entre os 11 e os 15 centímetros. A parede é oblíqua, de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

perfil troncocónico invertido. Encontra-se atestada por cinco fragmentos de bordos, 5 NMI e corresponde a 1,2% do total do conjunto. Entre o grupo das tigelas, equivale a 3% da amostragem. Ver Estampa 105, n.º 1128 a 1130.

Este tipo não se encontra individualizado na proposta de tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017).

TIPO 6 – Potes

Agrupa-se nesta secção um conjunto heterógeno de recipientes que tem como característica comum um corpo alto e fundo com perfil ovoide ou globular, podendo ser providos de asas. As peças que incluímos neste grupo não evidenciam qualquer vestígio de exposição ao fogo. A funcionalidade destas peças associa-se ao armazenamento de alimentos (por exemplo o sal, mel, azeitonas, frutos secos etc). Não é claro se estes potes teriam chegado a Castelinhos vazios ou se teriam sido comercializados como recipiente de produtos alimentares. Voltaremos mais à frente a debruçarmo-nos sobre esta problemática.

Os potes de fabrico da *Uterior*/Bética da baía de Cádiz encontram-se bem atestado em Monte dos Castelinhos por 223 fragmentos (183 NMI), o que corresponde a uns significativos 43,4% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum importada desta macrorregião (figura 100). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma variedade ao nível da forma do bordo, da morfologia e inclinação das paredes e das dimensões do diâmetro. Na divisão tipológica que aqui se apresenta foi possível individualizar 11 subtipos, destacando-se o tipo 1 como o melhor representado (figura 109 e 110).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

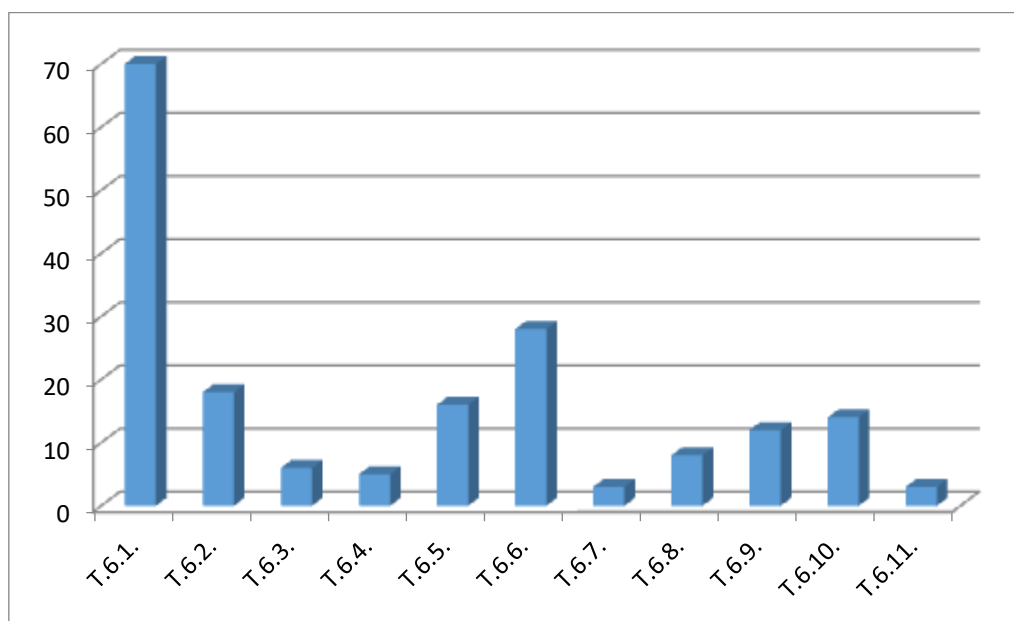


Figura 109 – Análise dos subtipos de Potes, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 6.1. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma aba aplanada de lábio boleado espessado e um característico ressalto interno para assentamento de uma tampa. Duas asas arrancam diretamente do bordo, evidenciando secção ovoide, com uma ligeira depressão longitudinal. Diâmetros entre os 12 e os 22 centímetros. O colo é curto e oblíquo, arrancando com uma inflexão o corpo de perfil ovoide ou globular, terminando num pé em anel destacado. Encontra-se atestada por setenta fragmentos de bordos, 70 NMI e corresponde a 16,6% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 38% da amostragem, sendo a forma melhor atestada. Ver Estampa 97, n.º 1023, Estampa 98, n.º 1024 a 1032; Estampa 107, n.º 1145 a 1162; Estampa 108, n.º 1163 a 1176.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se inclui no Tipo 18.2, designada como *urceus* (Girón Anguiozar, 2017, p. 332). De acordo com dados estratigráficos da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I a.C. com um apogeu da sua produção durante os dois primeiros séculos d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 333). C. Pavolini identifica estes recipientes em Ostia, em níveis do século I a.C. e I d.C., designando-os como *urceus*, destinados à conservação de alimentos, destacando entre estes os preparados piscícolas (Pavolini,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2000, fig. 49, 97). Esta interpretação encontra-se igualmente referida para a área do estreito de Gibraltar, onde estes potes encontram-se documentados associados a fábricas de preparados piscícolas em Cotta, Marrocos, desde finais do século I a.C. até meados do século III d.C. (Ponsich e Tarradell, 1965, p. 66-68, fig. 41) e em contextos do século II d.C. em *Baelo Claudia* (Bernal *et al.*, 2007, p. 408-412, fig. 28, n.º 8, fig. 31, n.º 2). Outro conteúdo possível poderia ser azeitonas. Esta hipótese assenta nos exemplares recolhidos no naufrágio romano republicano da Colonia de Sant Jordi, Maiorca (Cerdá Juan, 1980, p. 49-51). Potes de morfologia similar foram igualmente recolhidos no naufrágio de Port-Vendres II, datado da época de Cláudio (Colls *et al.*, 1977, p. 115). Assim como nos depósitos portuários de Arles-Rhône 3 datados entre 50 e 140 d.C. onde se identificam alguns exemplares bem preservados, tendo um deles uma inscrição pintada (Djaoui, 2016, p. 967). Apesar de não ser isenta de problemas a sua leitura, foi proposto OLIVA FRACTA, remetendo igualmente para um transporte de azeitonas (Djaoui, 2016, p. 965). Independentemente do seu conteúdo, cuja definição ainda carece de futuras análises, o que me parece provável é que estes potes não circulariam, enquanto cerâmicas mas sim como contentores.

No território português a presença destes potes encontra-se bem documentada em contextos tardo republicanos e alto Imperiais (Pinto e Morais, 2007, p. 241-242, figura 13, n.º 90-95). Sublinhando-se a sua forte presença em contextos tardo republicanos e Augustanos no Castelo da Lousa (Mourão) e no sítio do Aljube (Porto) (Pinto e Schmitt, 2010 e Pinto e Morais, 2007).

A sua presença no naufrágio romano Augustano de Rio de Moinhos (Esposende), elucida-nos acerca da comercialização atlântica destes singulares recipientes (Morais, 2013). Estendendo-se esta deste *Lixus*, no Norte de África (Izquierdo Peraile *et al.*, 2002, p. 157-158), até ao Castro de Montealegre, Pontevedra, na Galiza (González-Ruibal *et al.*, 2007, p. 57).

Por último, uma das questões que se coloca em relação a estes potes e que de momento se encontra de difícil explicação é a ausência de tampas. De facto, como verificámos a morfologia destes recipientes pressupõe a existência de uma cobertura. Porém no inventário das importações com esta proveniência as tampas encontram-se ausentes. Uma hipótese a meu ver interessante é a de as tigelas servirem esse fim. Ao fazer o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

exercício de correspondência de diâmetros entre os potes deste tipo e das tigelas temos realmente uma coincidência que pode sustentar esta leitura. Esta hipótese poderia de alguma forma explicar a razão de tantas tigelas com esta proveniência, sendo esta forma abundantemente representada entre os serviços de cerâmica comum regional.

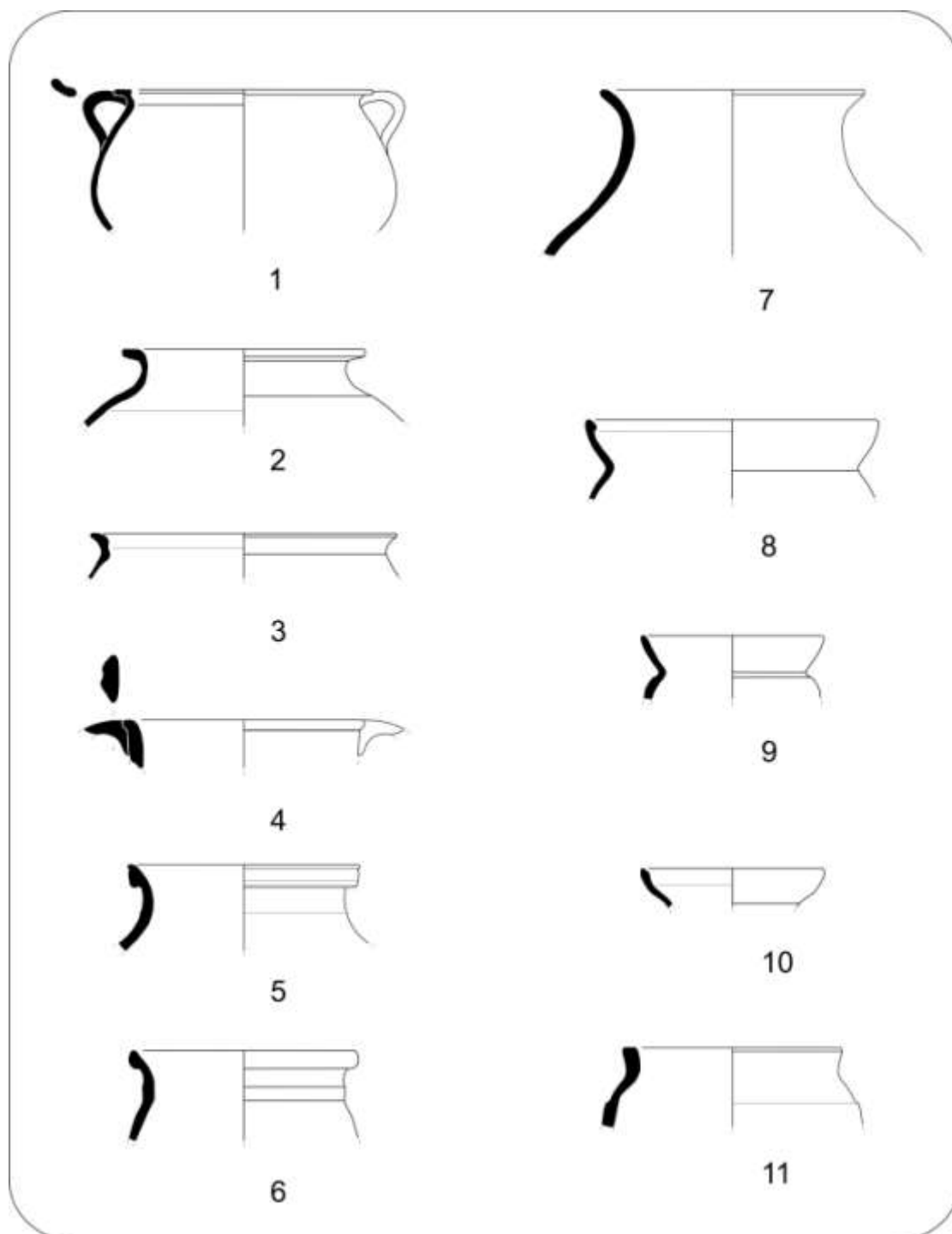


Figura 110 – Tipos de Potes de produção da *Ulterior*/Bética, possivelmente da baía gaditana.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 6.2. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma aba aplanada de lábio quadrangular. Diâmetros entre os 18 e os 21 centímetros. O colo é alto, arrancando com uma inflexão, o corpo de perfil globular. Encontra-se atestada por dezoito fragmentos de bordos, 18 NMI e corresponde a 4,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 10% da amostragem. Ver Estampa 97, n.º 1021; Estampa 109, n.º 1186, 1190 a 1195.

Este tipo de pote pode-se enquadrar no tipo GDR 12.1.1 da proposta tipológica cerâmica púnico-gaditana (Sáez Romero, 2005 e 2008). Cronologicamente este tipo surge centrado no século III perdurando até ao período romano republicano (Sáez Romero, 2005, p. 150). Esta forma não surge representada na tipologia de cerâmica comum romano da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017, p. 278).

O Tipo 6.3. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma pequena aba aplanada de lábio amendoado. Diâmetros entre os 20 e os 22 centímetros. O colo é alto, com um ressalto interno para assentamento de uma tampa. Encontra-se atestada por seis fragmentos de bordos, 6 NMI e corresponde a 1,4% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 3% da amostragem. Ver Estampa 109, n.º 1187.

Esta forma não surge representada nas tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017).

O Tipo 6.4. – Pote de bordo vertical, de lábio espessado. Duas asas arrancam diretamente do bordo, evidenciando secção ovoide, com depressão longitudinal. Diâmetros entre os 15 e os 19 centímetros. Encontra-se atestada por cinco fragmentos de bordos, 5 NMI e corresponde a 1,2% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 2,7% da amostragem. Ver Estampa 109, n.º 1188 e 1189.

Esta forma não surge representada nas tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017).

O Tipo 6.5. – Pote de bordo voltado para o exterior, formando uma aba de lábio triangular, marcada com finas caneluras. Diâmetros entre os 14 e os 17 centímetros. O colo é alto, com canelura bem marcada ao nível da inflexão com o bojo. Parede arqueada e corpo de perfil ovoide. Encontra-se atestada por dezasseis fragmentos de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

bordos, 16 NMI e corresponde a 3,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 9% da amostragem. Ver Estampa 112, n.º 1220 a 1232.

Esta forma não surge representada nas tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017), ainda que seja possível ver alguma das suas características representadas nos potes do Tipo 13.25 variante D, contudo de cronologias posteriores, de meados dos séculos I-III d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 272). No território português esta forma encontra-se atestada em contextos tardo republicanos e alto Imperiais do Castelo da Lousa, Torre de Ares e Aljube (Pinto e Morais, 2007, p. 249).

O Tipo 6.6. – Pote de bordo vertical de lábio espessado de perfil oval ou amendoado. Diâmetros entre os 10 e os 19 centímetros. O colo é alto e cilíndrico, com canelura bem marcada ao nível da inflexão com o bojo. Parede arqueada e corpo de perfil troncocónico. Encontra-se atestada por vinte e oito fragmentos de bordos, 28 NMI e corresponde a 6,6% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 15% da amostragem. Ver Estampa 112, n.º 1233 a 1245.

Tal como o exemplar anterior, esta variante não surge representada nas tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017).

O Tipo 6.7. – Pote de bordo voltado para o exterior, de lábio de extremo biselado. Diâmetros entre os 19 e os 24 centímetros. O colo é alto e troncocónico, evoluindo de forma suave para o corpo de morfologia ovoide. Trata-se de uma forma rara, encontrando-se atestada por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,7% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 2% da amostragem. Ver Estampa 109, n.º 1196 e 1197.

Estes grandes potes encontram igualmente difícil enquadramento dentro do que se conhece das tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017).

O Tipo 6.8. – Pote de bordo alto e arqueado, de lábio espessado internamente. Diâmetros entre os 19 e os 21 centímetros. Encontra-se atestada por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 1,9% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 4% da amostragem. Ver Estampa 110, n.º 1204.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se inclui no Tipo 13.17, designada como *Olla* (Girón Anguiozar, 2017, p. 263). De acordo com dados estratigráficos da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I a.C. perdurando até ao século III d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 263). No território português, esta forma encontra-se atestada em contextos tardo republicanos e alto Imperiais do Castelo da Lousa e Aljube (Pinto e Morais, 2007, p. 249).

O Tipo 6.9. – Pequeno Pote de bordo voltado para o exterior, de lábio de extremo biselado. Diâmetros entre os 11 e os 13 centímetros. Encontra-se atestada por doze fragmentos de bordos, 12 NMI e corresponde a 2,8% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 7% da amostragem. Ver Estampa 110, n.º 1205 e 1206.

Tal como o exemplar anterior, estes potes podem-se incluir no Tipo 13.17, ainda que de menor dimensão e morfologia mais ovoide (Girón Anguiozar, 2017, p. 263). Não sabemos se teriam asa ou não, mas em Torre de Ares recolheu-se uma peça com bordo similar a esta e que preserva o perfil completo com duas asas (Nolen, 1994, p. 138, Est. 28, n.º 44).

O Tipo 6.10. – Pequeno pote de bordo alto e arqueado, de lábio de extremo aplanado. Diâmetros entre os 13 e os 16 centímetros. Encontra-se atestada por catorze fragmentos de bordos, 14 NMI e corresponde a 3,3% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 8% da amostragem. Ver Estampa 110, n.º 1207 e 1208.

Não surge representada nas tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017).

O Tipo 6.11. – Pote de bordo vertical, de lábio de extremo aplanado. Diâmetros entre os 13 e os 16 centímetros. O colo é contracurvado marcado por uma canelura, arrancando o corpo de perfil globular. Trata-se de uma forma rara, encontrando-se atestada por três fragmentos de bordos, 3 NMI e corresponde a 0,7% do total do conjunto. Entre o grupo dos potes, equivale a 2% da amostragem. Ver Estampa 111, n.º 1211.

Não surge representada nas tipologias de cerâmica comum da baía de Cádiz (Sáez Romero, 2005; Girón Anguiozar, 2017). No território português esta forma encontra-se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

atestada em contextos tardo republicanos no sítio do Aljube, Porto (Pinto e Morais, 2007, p. 249).

TIPO 7 – Bilhas

As bilhas de fabrico importado constituem um pequeno, mas interessante conjunto. Não sendo de mais sublinhar que esta morfologia é uma inovação romana não existindo nos serviços do mundo indígena (Pinto e Schmitt, 2010, p. 283). As bilhas têm normalmente um corpo alto de perfil ovoide, com um colo alto e estreito, podendo ser munidas de uma ou duas asas. Encontram-se conotadas com a funcionalidade de servir líquidos à mesa.

Este tipo encontra-se atestado entre as importações de cerâmica comum de Monte dos Castelinhos por 44 fragmentos (20 NMI), o que corresponde a 4,7% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum importada da *Uterior/Bética* de provável produção da baía de Cádiz (figura 100). Na divisão tipológica que aqui se apresenta, foi possível individualizar 5 subtipos, destacando-se o tipo 3 como o melhor representado (figura 111 e 112).

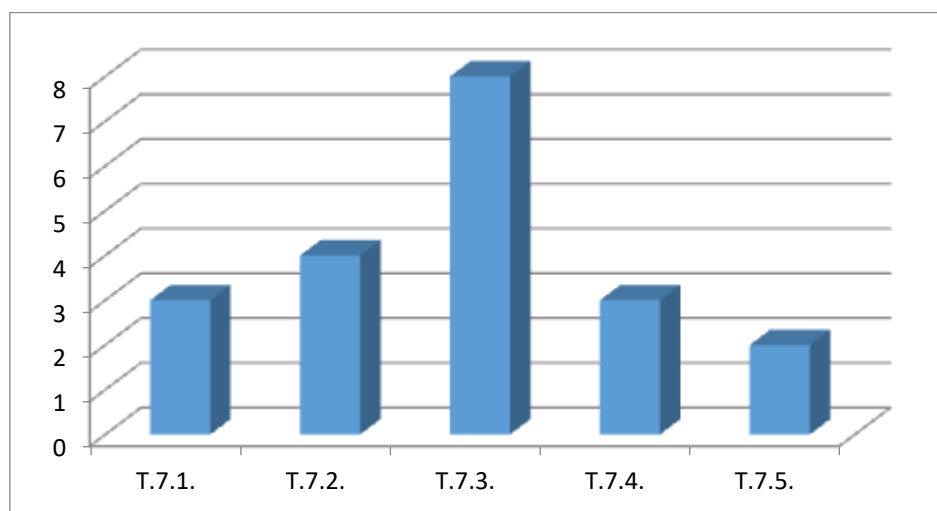


Figura 111 – Análise dos subtipos de Bilhas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 7.1. – Bilha de bordo voltado para o exterior, lábio boleado, colo cilíndrico alongado, formando estreitamento na garganta, vestígios do arranque de uma asa ao nível do colo. Diâmetros entre os 8 e os 12 centímetros. Identificaram-se três

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fragmentos de bordos, 3 NMI, corresponde a 0,7% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 15% da amostragem. Ver Estampa 111, n.º 1212, 1222 e 1223.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se inclui no Tipo 11.11, designado como *Lagoena* (Girón Anguiozar, 2017, p. 210). De acordo com dados estratigráficos da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século II a.C. perdurando até ao século III d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 211).

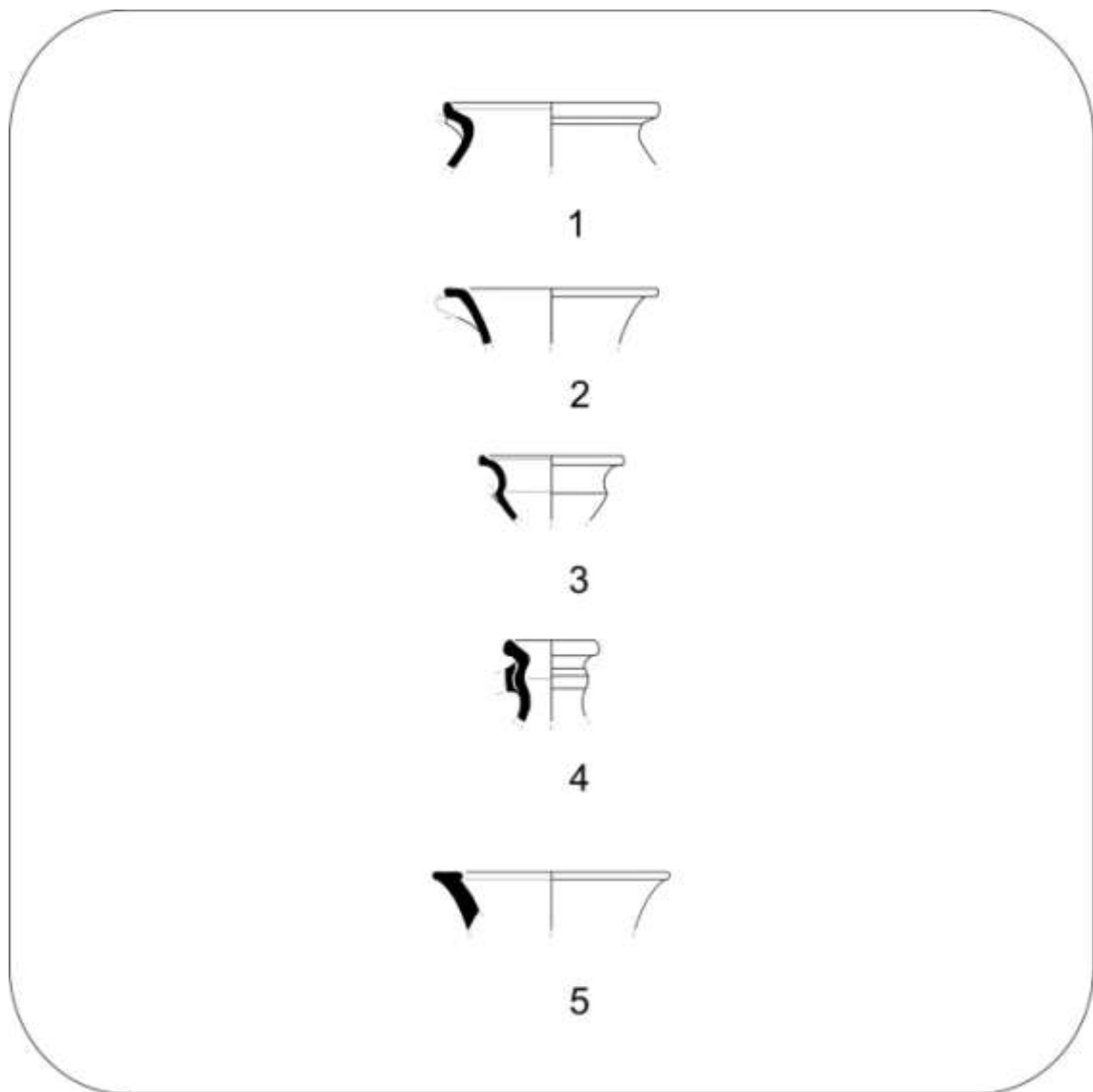


Figura 112 – Tipos de Bilhas de produção da *Ulterior*/Bética, possivelmente da baía gaditana.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O Tipo 7.2. – Bilha de bordo voltado para o exterior formando uma aba aplanada. Diâmetros entre os 11 e os 12 centímetros. Colo alto e troncocónico, de onde arranca uma asa de secção ovoide marcada por depressão longitudinal. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 0,9% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 20% da amostragem. Ver Estampa 111, n.º 1213 e 1214.

Este tipo encontra-se atestado na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se inclui no Tipo 11.6, designado como *Lagoena* (Girón Anguiozar, 2017, p. 205 e 206). De acordo com dados estratigráficos da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I a.C. perdurando até meados do século IV d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 205).

O Tipo 7.3. – Bilha de bordo voltado para o exterior, com inflexão e ressalto formando dobra, lábio boleado ou amendoado. Diâmetros entre os 3 e os 7,2 centímetros. Colo cilíndrico alongado, de onde arranca uma asa. Identificaram-se oito fragmentos de bordos, 8 NMI, corresponde a 1,9% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale ao tipo melhor representado com 40% da amostragem. Ver Estampa 98, n.º 1033; Estampa 111, n.º 1215, 1216 e 1218.

Este tipo pode enquadrar-se na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, no Tipo 11.21 variante B, designado como *Lagoena* (Girón Anguiozar, 2017, p. 221). De acordo com dados estratigráficos da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I a.C. perdurando até ao século VI d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 222).

O Tipo 7.4. – Bilha de bordo voltado para o exterior, de lábio boleado ou amendoado. Diâmetros entre os 3 e os 7,2 centímetros. Colo cilíndrico alongado, de onde arranca uma asa. Identificaram-se três fragmentos de bordos, 3 NMI, corresponde a 0,7% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 15% da amostragem. Ver Estampa 98, n.º 1034 a 1037.

Tipos similares a estes encontram-se atestados na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se individualizaram no Tipo 11.3, designada como *Lagoena* (Girón Anguiozar, 2017, p. 199-200). De acordo com dados contextuais da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I a.C. perdurando até ao século II d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 200). No território português esta forma encontra-se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

atestada em contextos tardo republicanos e alto Imperiais do Castelo da Lousa, Cabeça de Vaiamonte, Torre de Ares e Conímbriga (Pinto e Morais, 2007, p. 250, fig. 16).

Tipo 7.5. – Bilha de bordo voltado para o exterior, de lábio aplanado formando uma aba com ressalto interno. Diâmetros entre os 12 e os 13 centímetros. Colo cilíndrico alongado, de onde arranca uma asa. Identificaram-se dois fragmentos de bordos, 2 NMI, corresponde a 0,5% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 10% da amostragem. Ver Estampa 111, n.º 1219 e 1220.

Tipos similares a estes encontram-se atestados na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se individualizaram no Tipo 11.18, variante A, designada como *Lagoena* (Girón Anguiozar, 2017, p. 218). De acordo com dados contextuais da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I a.C. perdurando até ao século IV d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 219).

TIPO 8 – Talhas

Tal como vimos ao abordar as talhas de produção regional, estes recipientes correspondem a grandes contentores de armazenagem, que tanto serviam para armazenar líquidos como sólidos. A comercialização a longa distância como parece aqui ser o caso destes grandes recipientes apesar de não ser usual encontra-se bem atestada em diversos naufrágios no Mediterrâneo (Salido Domínguez, 2017, p. 277-78).

Morfologicamente evidenciam bocais amplos, um perfil globular ou troncocónico alongado, alcançando cerca de um metro de altura. Os fundos apresentam-se normalmente reforçados com um característico ressalto externo. Tendo em conta, a atenta análise do vasto conjunto foi possível individualizar um subtipo (figura 113).

O Tipo 8.1. – Talha de bordo direito de lábio quadrangular espessado. Diâmetro de trinta e dois centímetros. O Colo é curto, sendo marcado por uma inflexão no arranque do bojo, este é globular deixando antever corpo de perfil ovoide. Apesar de não ter sido possível a reconstituição completa deste recipiente, identificou-se no mesmo compartimento parte significativa do seu fundo fragmentado em conexão, correspondendo este a uma base com ressalto externo. Identificou-se um bocal

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

completo, 1 NMI, corresponde a 0,2% do total do conjunto. Ver Estampa 114, n.º 1252 e 1253.

Este tipo de talhas não se encontra atestado na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017).

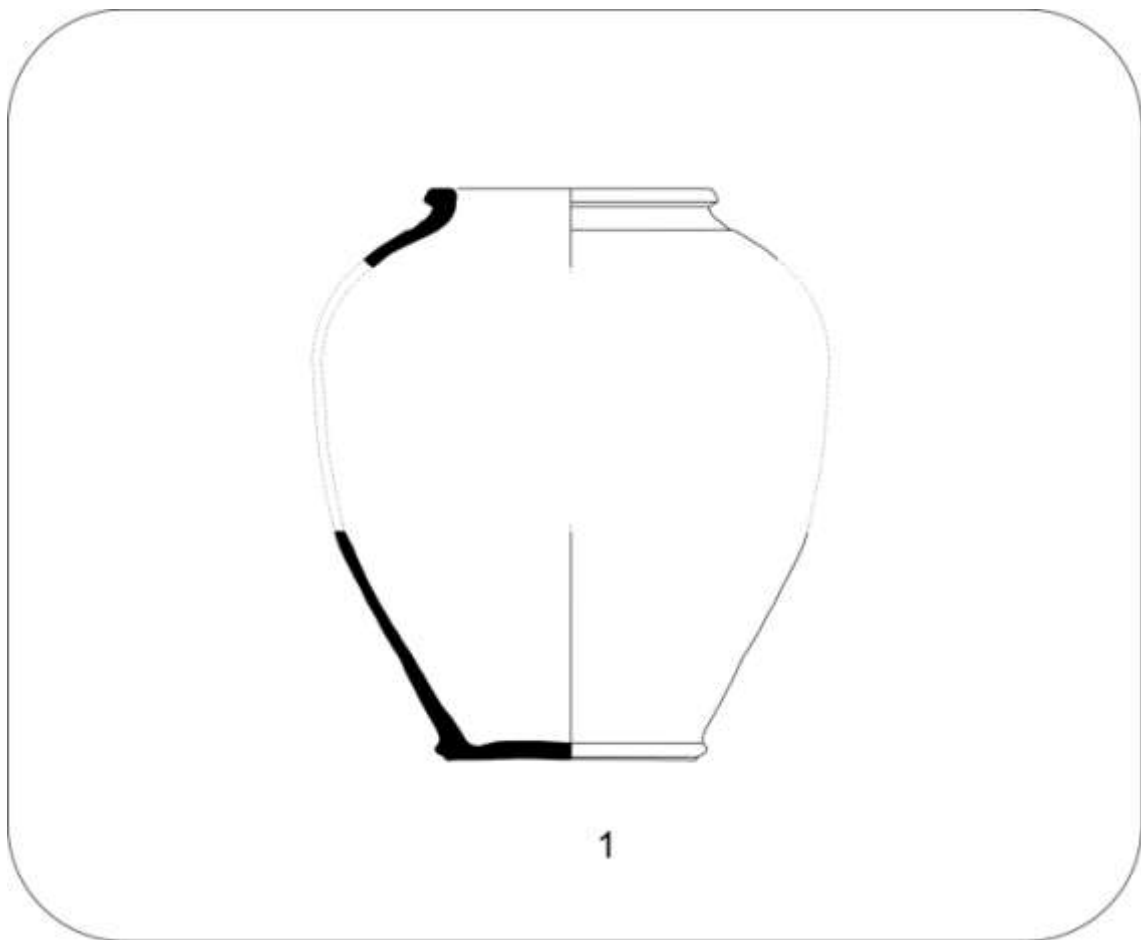


Figura 113 – Tipo de Talhas de produção da *Ulterior*/Bética, possivelmente da baía gaditana.

TIPO 9 – Tampas

Os recipientes que agrupamos sob este tipo serviam para cobrir recipientes diversos. Podendo ser agrupados no grupo da loiça de servir, preparar e armazenar. Morfologicamente evidenciam um perfil troncocónico, composto por uma pega/base e pelo corpo normalmente simples e de lábio boleado ou espessado. Apesar de ser um grupo homogêneo foi possível individualizar três subtipos, destacando-se o tipo 3, como

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

o melhor representado (figura 114 e 115). Optou-se por distinguir entre as tampas de louça miúda e as tampas de talha (Pinto e Schmitt, 2010, p. 288). Sendo que na presente amostragem apenas temos tampas que caem no segundo grupo, tendo em conta os seus diâmetros e espessuras. Não deixa de ser peculiar esta presença de tampas de maior dimensão que por ora interpretamos como tampas de talha, sendo que apenas se regista um recipiente desta natureza com a mesma proveniência. Seriam antes utilizadas como pratos?

Este tipo encontra-se escassamente atestado em Monte dos Castelinhos, por 20 fragmentos (18 NMI), o que corresponde a 4,3% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum de importação da *Uterior*/Bética de provável produção gaditana (figura 100).

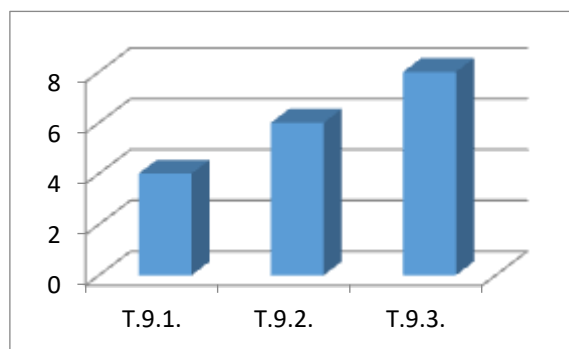


Figura 114 – Análise dos subtipos de Tampas, tendo em conta a análise do NMI.

O Tipo 9.1. – Tampa de bordo direito, lábio boleado com barbela do lado externo, corpo com perfil troncocónico invertido. Diâmetros entre os 26 e os 28 centímetros. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 0,9% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a 22% da amostragem. Ver Estampa 106, n.º 1139.

Não encontramos paralelo para este tipo de tampa na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz (Girón Anguiozar, 2017).

O Tipo 9.2. – Tampa de bordo direito, lábio boleado espessado, o corpo apresenta-se com perfil oblíquo e morfologia troncocónica. Diâmetros entre os 26 e os 36 centímetros. Identificaram-se seis fragmentos de bordos, 6 NMI, corresponde a 1,4% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a 33% da amostragem. Ver Estampa 106, n.º 1140 e 1144.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tipos similares a estes encontram-se atestados na tipologia de cerâmica comum romana da baía de Cádiz, onde se individualizaram no Tipo 14.12. (Girón Anguiozar, 2017, p. 286). De acordo com dados contextuais da baía gaditana, a sua presença surge em meados do século I d.C. perdurando até à segunda metade do século IV d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 219)

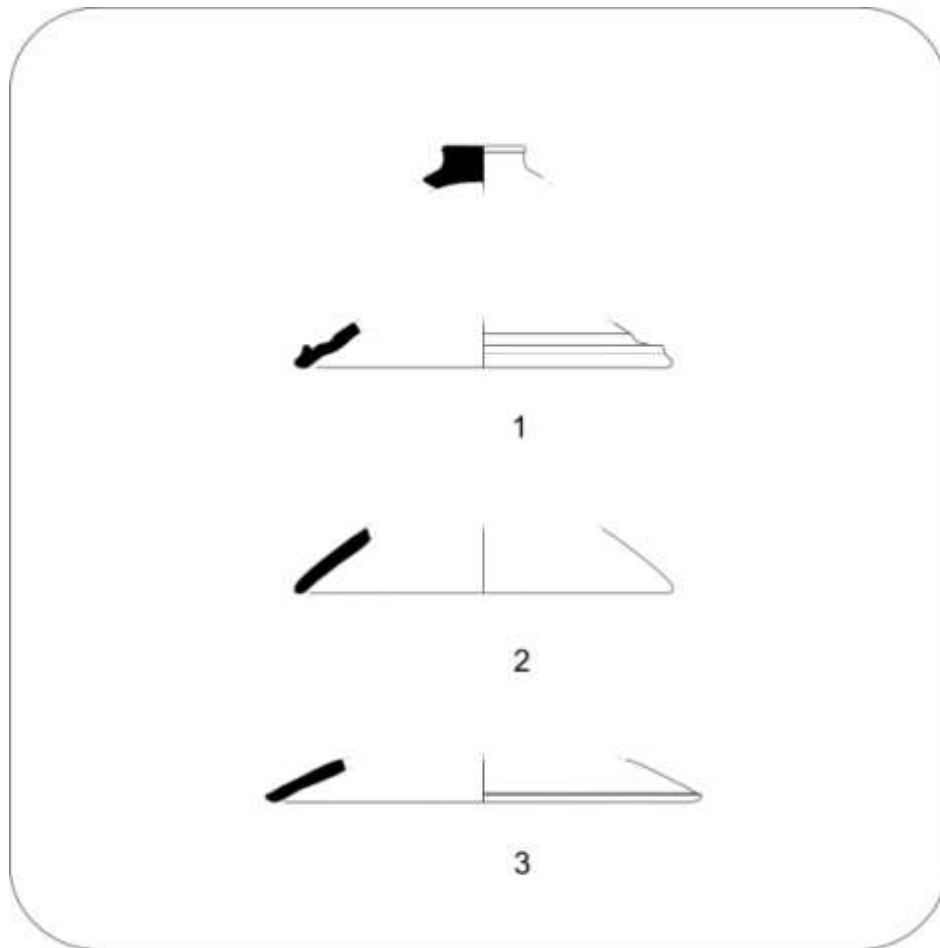


Figura 115 – Tipos de Tampas de Talha.

O Tipo 9.3. – Tampa de bordo direito, lábio boleado formando uma pequena aba aplanada, uma leve depressão assinala a zona do bordo, o corpo apresenta-se com perfil oblíquo e morfologia troncocónica. Diâmetros entre os 30 e os 36 centímetros. Identificaram-se oito fragmentos de bordos, 8 NMI, correspondendo a 1,9% do total do conjunto. Entre o grupo das tampas, equivale a 44% da amostragem. Ver Estampa 106, n.º 1141 a 1143.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tampas similares foram enquadradas no Tipo 14.16. variante A da tipologia de cerâmica comum gaditana, com cronologias de meados do século I a.C. até ao século II d.C. (Girón Anguiozar, 2017, p. 289).

CERÂMICA COMUM DA *ULTERIOR*/BÉTICA.

Grupo 3 e 4:

Como acima referi, reconheceu-se os grupos de fabricos 3 e 4, tendo em conta as suas características macroscópicas, assim como a sua similitude com as bem conhecidas produções anfóricas como de provável proveniência da área do vale do Guadalquivir. Entre as cerâmicas importadas de pasta calcária, correspondem ao grupo menos numeroso, constituído por 80 fragmentos classificáveis, 58 NMI (figura 116). Ver Anexo 3, Estampa 115 a 117 e Anexo 5, Catálogo 14.

Apesar do avanço recente na sistematização do estudo das cerâmicas comum e nomeadamente das importações do território da vizinha província da Bética, existe ainda algum desconhecimento do papel das produções provenientes do vale do Guadalquivir. Em grande parte, este aparente vazio reside na similitude entre os fabricos de ambas as macrorregiões, nomeadamente entre as pastas do baixo Guadalquivir e alguns dos fabricos da baía gaditana. Tenha-se presente a situação constatada no centro de fabrico de cerâmica detetado no Antigo Hospital de las Cinco Llagas em Sevilha, os fabricos são assaz similares aos normalmente atribuídos à baía gaditana (Pinto e Morais, 2007, p. 238).

Função	Forma	Bordo	Asa	Bico	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Almofarizes	1	12					12	12	20,7%
	2	8					8	8	13,8%
	3	8					8	8	13,8%
	4	6					6	6	10,3%
	Indet.			3		5	8		
	Total	34		3		5	42	34	58,6%
Potes	1	14					14	14	24,1%
	Indet.				4	2	6		
	Total	14			4	2	20	14	24,1%
Bilhas	1	4					4	4	6,9%
	2	6					6	6	10,3%
	Indet.		6			2	8		
	Total	10	6			2	18	10	17,2%
Total		58	6	3	4	9	80	58	100%

Figura 116 – Quadro de análise do conjunto de cerâmica comum de pastas calcárias da *Ulterior*/Bética, de provável produção do Vale do Guadalquivir de Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Contudo, apesar das dificuldades na sua classificação, as importações cerâmicas do Guadalquivir encontram-se identificadas no Algarve, no povoado de Monte Molião (Sousa e Arruda, 2014a, p. 56), no Alentejo, no sítio de Soeiros, Arraiolos (Mataloto e Angeja, 2015, p. 850), e no vale do Tejo, na Alcáçova de Santarém (Arruda e Viegas, 2004, p. 343, Almeida, 2008, p. 202) e em Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, p. 86).

O quadro morfológico elaborado para a cerâmica comum de pastas calcárias da *Uterior*/Bética de provável produção do vale do Guadalquivir exumada nos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos divide-se em 3 tipos, que foram definidos, essencialmente, por critérios formais e funcionais. Divide-se assim em almofarizes, potes e bilhas.

TIPO 1 – Almofarizes

Estes característicos recipientes, seu historial de investigação e funcionalidade, foram já apresentados de forma circunstanciada, quando apresentámos *supra* as produções da área da baía gaditana. As produções do vale do *Betis* são morfologicamente idênticas às da costa da *Uterior*, ainda que com algumas ligeiras diferenças, nomeadamente numa forma que não surge atestada anteriormente. Entre o conjunto recolhido identificaram-se 42 fragmentos de almofarizes que permitem uma classificação, correspondendo a 34 NMI e a 58,6% do total da cerâmica proveniente do vale do Guadalquivir. Tendo em conta a forma e orientação do bordo foi possível definir quatro formas, destacando-se o tipo 1, como o melhor representado (figura 117 e 118).

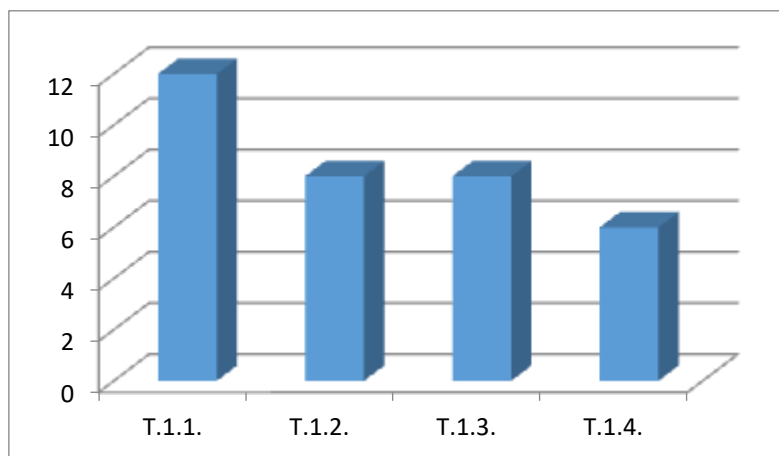


Figura 117 – Análise dos subtipos de Almofarizes, tendo em conta a análise do NMI.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

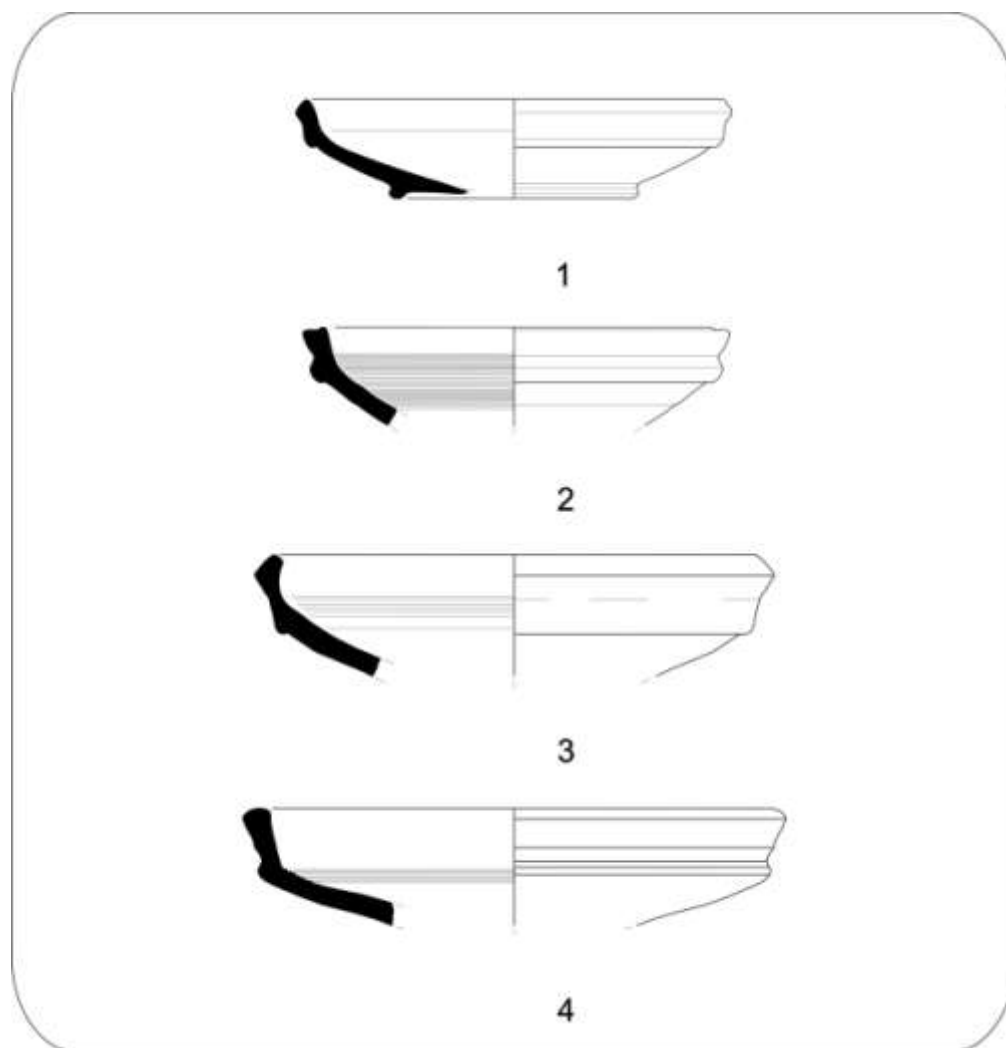


Figura 118 – Tipos de Almofarizes de produção da *Ulerior/Bética*, possivelmente do vale do Guadalquivir.

O Tipo 1.1. – Almofariz de bordo vertical moldurado ligeiramente voltado para o exterior, lábio arredondado de extremo biselado e diâmetros entre os 25 e os 30 centímetros. A parede é oblíqua marcada por estrias internas, e fundo de pé em anel. Encontra-se atestado por doze fragmentos de bordos, 12 NMI e corresponde a 20,7% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, é a forma melhor representado correspondendo a 35% da amostragem. Ver Estampa 115, n.º 1257 e Estampa 116, n.º 1262, 1264 a 1266.

Este Tipo é idêntico ao Tipo 1 que definimos para as produções da baía gaditana presentes em Castelinhos. Como vimos, esta forma encontra-se mais perto dos protótipos itálicos (Olcese, 2003, p. 101-102, Tav. XXXV), podendo corresponder às

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

primeiras produções de almofarizes da *Ulterior*/Bética. Os melhores exemplares que conhecemos para esta variante encontra-se entre alguns exemplares recolhidos na alcáçova de Santarém e incluídos na Forma 2 desta morfologia (Arruda e Viegas, 2004, p. 344, fig. 4, n.º 1 e 4).

O Tipo 1.2. – Almofariz de bordo moldurado voltado para o exterior, de lábio espessado de extremo arredondado e diâmetros entre os 28 e os 36 centímetros. A parede é oblíqua marcada por estrias internas. Encontra-se atestado por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 13,8% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, equivale a 24% da amostragem. Ver Estampa 115, n.º 1256 e 1258.

Este Tipo é idêntico ao Tipo 2 que definimos para as produções da baía gaditana presentes em Castelinhos. No extremo ocidente peninsular encontra-se atestado em níveis tardo republicanos da alcáçova de Santarém onde foi classificado como Forma 2 (Arruda e Viegas, 2004, p. 344-345), assim como em níveis do principado de Augusto no Castelo da Lousa e no Aljube, Porto, onde foi inserido na 2.ª Série dos Almofarizes (Pinto e Schmitt, 2010; Pinto e Morais, 2007).

O Tipo 1.3. – Almofariz de bordo moldurado voltado para o exterior, de lábio duplamente espessado e extremo biselado inclinado para o interior. Diâmetros entre os 30 e os 32 centímetros. A parede é oblíqua marcada por estrias internas. Encontra-se atestado por oito fragmentos de bordos, 8 NMI e corresponde a 13,8% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, equivale a 24% da amostragem. Ver Estampa 115, n.º 1254 e Estampa 116, n.º 1263.

Este Tipo é idêntico ao Tipo 2 que definimos para as produções da baía gaditana presentes em Castelinhos. Esta variante de almofariz encontra-se atestado em níveis romano republicanos e de inícios do século I d.C. (Pinto e Morais, 2007).

Tipo 1.4. – Almofariz de bordo vertical de lábio espessado e extremo arredondado. Diâmetros entre os 34 e os 35 centímetros. A transição com o corpo é marcada por uma carena bem evidenciada, a parede é oblíqua marcada por estrias internas. Encontra-se atestado por seis fragmentos de bordos, 6 NMI e corresponde a 10,3% do total do conjunto em análise. Entre o grupo dos almofarizes, equivale a 18% da amostragem. Ver Estampa 116, n.º 1260 e 1261.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Não encontramos paralelos para este tipo de almofarizes, contudo o seu perfil aproxima-se de duas peças publicadas de contextos tardo republicanos do sítio de Aljube, Porto, interpretadas como terrinas (Pinto e Morais, 2007, 248, figura 12, n.º 83-84).

TIPO 2 – Potes

Os pots de fabrico da *Uterior*/Bética de fabrico do vale do Guadalquivir encontram-se escassamente atestados em Monte dos Castelinhos por 20 fragmentos (14 NMI), o que corresponde a 24,1% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum importada desta macrorregião (figura 116). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma homogeneidade ao nível do perfil do bordo, corpo e fundo, tendo-se identificado uma única morfologia, (figura 119).

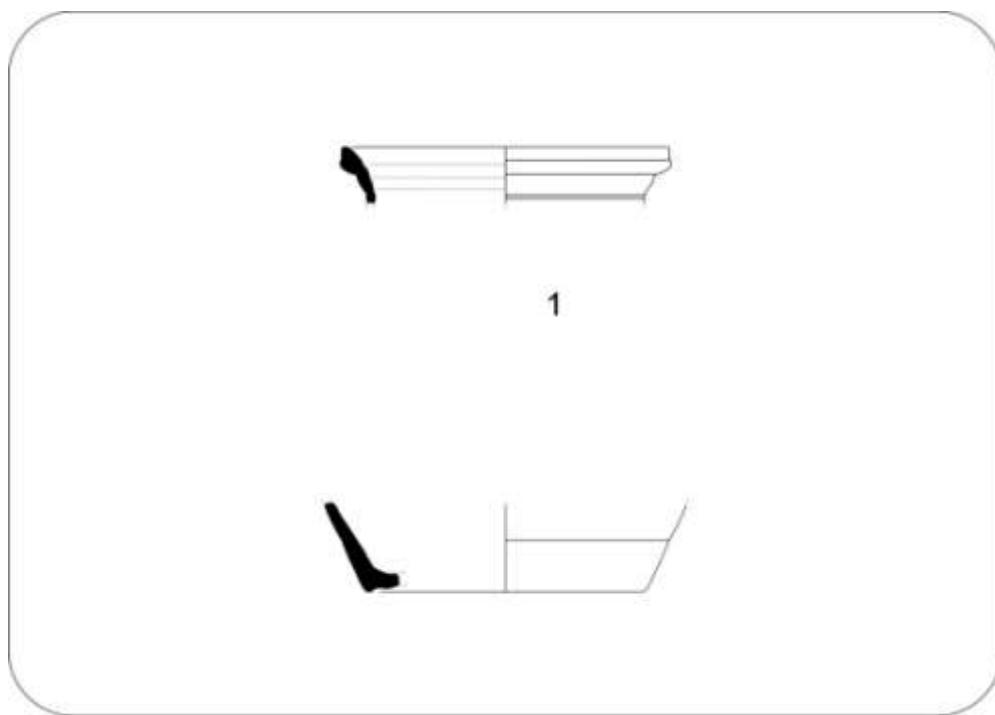


Figura 119 – Tipos de Pote de produção da *Uterior*/Bética, possivelmente do vale do Guadalquivir.

Tipo 2.1. – Pote de bordo vertical de lábio espessado de perfil triangular. Diâmetros entre os 19 e os 22 centímetros. A transição com o corpo é marcada por um colo curto troncocónico, marcado por uma canelura. Apesar de termos identificados vários

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fragmentos de parede de tendência hemisférica, não foi possível reconstituir nenhum exemplar completo. Contudo, identificaram-se diversos fundos que lhe correspondem. O fundo é largo de base plana com ligeiro pé em anel. Estes potes encontram-se atestados por vinte fragmentos, 14 NMI e corresponde a 24,1% do total do conjunto em análise. Ver Estampa 117, n.º 1267 e 1273.

Não se encontrou paralelos para este tipo de potes na área do Guadalquivir, ainda que os seus fundos se assemelhem a alguns dos pés destacados como ânforas de fundo plano definidos como Tipo *Urceus* (Morais, 2008, p. 273, Figura 7). Contudo, a produção de formas similares de potes encontra-se atestada para o período tardo-republicano na olaria de Rabatún, Jerez de La Frontera, já na baía de Cádiz (García Vargas e López Rosendo, 2008, p.306, figura 18, n.º 8 a 13).

TIPO 3 – Bilhas

Por último identificam-se ainda entre os materiais de fabrico da *Uterior*/Bética de provável fabrico no vale do Guadalquivir um conjunto de fragmentos de bilhas. Estas encontram-se escassamente atestados em Monte dos Castelinhos, por 18 fragmentos (10 NMI), o que corresponde a 17,2% do conjunto de indivíduos de cerâmica comum importada desta macrorregião (figura 116). No conjunto dos materiais exumados é possível observar alguma homogeneidade ao nível do perfil do bordo, corpo e fundo, tendo-se identificado apenas duas variantes desta morfologia (figura 120).

O Tipo 3.1. – Bilha de bordo voltado para o exterior formando uma aba espessada de secção triangular. Diâmetros entre os 8 e os 9 centímetros. Colo alto e troncocónico, de onde arranca duas asas de secção ovoide. Identificaram-se quatro fragmentos de bordos, 4 NMI, corresponde a 6,9% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 40% da amostragem. Ver Estampa 117, n.º 1268.

O Tipo 3.2. – Bilha de bordo voltado para o exterior formando uma aba aplanada, com um ressalto interno para encaixe de tampa. Diâmetros entre os 11 e os 12 centímetros. Colo alto e troncocónico, de onde arrancam duas asas de secção ovoide marcadas por depressão longitudinal. Identificaram-se seis fragmentos de bordos, 6 NMI, corresponde a 10,3% do total do conjunto. Entre o grupo das bilhas, equivale a 60% da amostragem. Ver Estampa 117, n.º 1269.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Identificaram-se ainda diversos fragmentos de fundo de pé em anel (Estampa 117, n.º 1270 a 1272), que tal como o caso acima descrito dos potes, remete para os bem conhecidos casos das ânforas de fundo plano de tipo *Urceus* (Morais, 2008, p. 273, Figura 7).

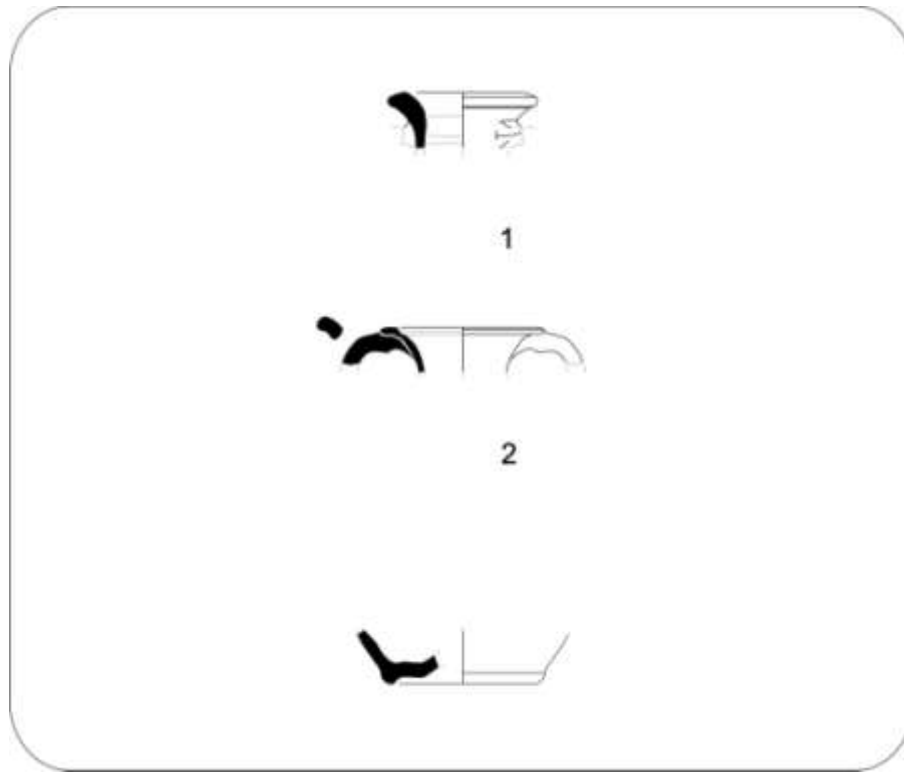


Figura 120 – Tipos de Bilhas de produção da *Ulterior/Bética*, possivelmente do vale do Guadalquivir.

ANÁLISE QUANTITATIVA DA CERÂMICA COMUM DE IMPORTAÇÃO DA *ULTERIOR/BÉTICA* POR FASES

Nos distintos níveis estratigráficos associados ao conjunto arquitetónico da Fase 1 do sítio identificamos uma amostragem de 92 fragmentos de cerâmica comum importada da *Ulterior/Bética*, que permitem calcular um NMI de 69 vasos, ver quadro da figura 121 e Estampas 97 e 98. Destaca-se a preponderância da cerâmica comum da área da baía gaditana com 59 fragmentos, correspondendo assim a 86% da cerâmica importada. Os materiais do vale do Guadalquivir representam apenas, 16 fragmentos, 10 NMI, e 14% do conjunto.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Fabricos 1 e 2 (Baia gaditana)	Função	Forma	Bordo	Asa	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
	Tigelas	1	6			6	6	10,2%
		2	8			8	8	13,6%
		3	1			1	1	1,7%
		4	2			2	2	3,4%
		6	6			6	6	10,2%
		7	1			1	1	1,7%
		8	2			2	2	3,4%
		Indet.			3	3		
		Total	26		3	29	26	44,1%
	Potes	1	10			10	10	16,9%
		2	4			4	4	6,8%
		6	4			4	4	6,8%
		10	8			8	8	13,6%
11		1			1	1	1,7%	
Indet.				6	6			
Total		27		6	33	27	45,8%	
Bilhas	3	2			1	1	1,7%	
	4	3			4	4	6,8%	
	5	1	2		3	1	1,7%	
	Indet.			6	6			
	Total	6	2	6	14	6	10,2%	
Total		59	2	15	76	59	100%	

Fabricos 3 e 4 (Vale do Guadalquivir)	Almofarizes	1	4			4	4	40%
		Indet.			2	2		
		Total	4		2	6	4	40%
	Potes	1	3			3	3	30%
		Indet.				2		
		Total	3			5	3	30%
	Bilhas	1	1			1	1	10%
		2	2			2	2	20%
		Indet.		2		2		
		Total	3	2		5	3	30%
Total		10	2	2	16	10	100%	

TOTAL C.C. <i>Ulterior</i> Bética		69	4	17	92	69	100%

Figura 121 – Quadro de análise do conjunto de Cerâmica comum Importada da Ulterior/Bética identificada na Fase 1 de Castelinhos.

Destaca-se algumas diferenças assaz significativas em relação aos dados que podemos coligir da Fase 2, sendo que tal se pode prender com questões de amostragem, visto dispormos de mais área escavada e consequentemente mais materiais. Mas igualmente com questões de funcionalidade das áreas arquitetónicas colocadas a descoberto, que como vimos se apresentam distintas. Entres as diferenças sobressai na primeira fase a ausência da forma bacia/alguidar, páteras e pratos, mas igualmente padrões distintos ao nível da quantidade das formas representadas. Veja-se só a título de exemplo que na primeira fase

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

os almofarizes da área da baía gaditana encontram-se ausentes estando apenas representados exemplares do baixo Guadalquivir.

Por último, importa sublinhar em relação à análise da presença da cerâmica comum importada a sua representatividade. Na Fase 1 do sítio esta alcança uma proporção significativa, correspondendo a uns expressivos 40% do total da cerâmica comum (ver gráfico da figura 122).

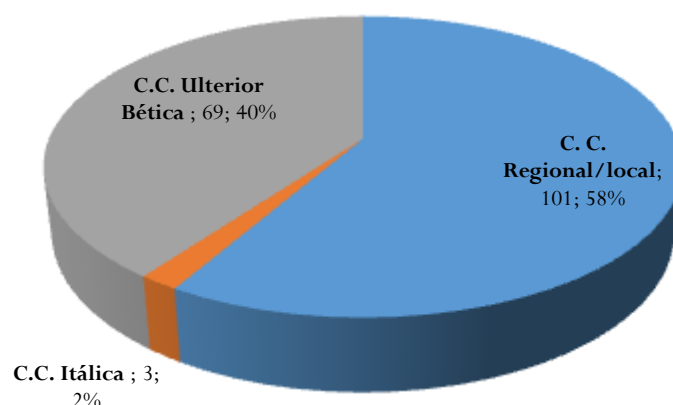


Figura 122 – Quadro de análise do conjunto de Cerâmica comum identificada na Fase 1 do sítio.

A Fase 2 do sítio evidencia um mais amplo conjunto de fragmentos de cerâmica comum importada da *Ulterior/Bética*, 523. Da análise da totalidade dos fragmentos, foi possível calcular um conjunto de 424 NMI, ver quadro da figura 123, e Estampas 99 a 117. A sua associação a um conjunto arquitetónico coerente permite tirar algumas ilações interessantes e pertinentes em relação à dispersão de algumas das formas assim como a sua associação morfológica e funcional. Destaca-se a noção da associação coerente entre o binómio bilha, tigela que aparecem sempre associadas, assim como a relevância da distribuição pelos compartimentos da Sondagem 4 dos potes, especificamente do Tipo 1.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Função	Forma	Bordo	Asa	Bico	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI
Bacias/Alguidares	1	3					3	3	0,8%
	2	4					4	4	1,1%
	3	6					6	6	1,6%
	Indet.								
	Total	13					13	13	3,5%
Almofarizes	1	8					8	8	2,1%
	2	5					5	5	1,3%
	3	5					5	5	1,3%
	Indet.			3	6	8	17		
	Total	18		3	6	8	35	18	4,8%
Páteras	1	3					3	3	0,8%
	2	2					2	2	0,5%
	Indet.								
	Total	5					5	5	1,3%
Pratos	1					2	2	2	0,5%
	Indet.				2		2		
	Total				2	2	4	2	0,5%
Tigelas	1	16					16	16	4,3%
	2	16					16	16	4,3%
	3	17					17	17	4,5%
	4	17					17	17	4,5%
	5	18					18	18	4,8%
	6	32					32	32	8,5%
	7	15					15	15	4,0%
	8	4					4	4	1,1%
	9	2					2	2	0,5%
	10	5					5	5	1,3%
	Indet.					9	9		
	Total	142				9	151	142	37,8%
Potes	1	60					60	60	16,0%
	2	14					14	14	3,7%
	3	6					6	6	1,6%
	4	5					5	5	1,3%
	5	16					16	16	4,3%
	6	20					20	20	5,3%
	7	3					3	3	0,8%
	8	8					8	8	2,1%
	9	12					12	12	3,2%
	10	14					14	14	3,7%
	11	2					2	2	0,5%
	Indet.		18			16	34		
	Total	160	18			16	194	160	42,6%
Bilhas	1	3					3	3	0,8%
	2	4					4	4	1,1%
	3	7					8	8	2,1%
	5	1					2	2	0,5%
	Indet.		10			6	16		
	Total	15	10			12	33	17	4,5%
Talha	1	1					1	1	0,3%
	Indet.					1	1		
	Total	1				1	2	1	0,3%
Tampas	1	4					4	4	1,1%
	2	6					6	6	1,6%
	3	8					8	8	2,1%
	Indet.					2	2		

Monte dos Castelhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

		Total	18				2	20	18	4,8%
	Total		372	28	3	8	50	457	376	100%

Fabricos 3 e 4 (Vale do Guadalquivir)	Função	Forma	Bordo	Asa	Bico	Parede	Fundo	N.º Frag.	NMI	% NMI	
	Almofarizes	1	8					8	8	16,7%	
		2	8					8	8	16,7%	
		3	8					8	8	16,7%	
		4	6					6	6	12,5%	
		Indet.			3		3	6			
		Total	30		3		3	36	30	62,5%	
	Potes	1	11					11	11	22,9%	
		Indet.				4	2	6			
		Total	11			4	2	17	11	22,9%	
	Bilhas	1	3					3	3	6,3%	
		2	4					4	4	8,3%	
		Indet.		4			2	6			
		Total	7	4			2	13	7	14,6%	
	Total		48	4	3	4	7	66	48	100%	

TOTAL C.C. <i>Uterior</i> Bética			420	32	6	12	57	523	424	100%

Figura 123 – Quadro de análise do conjunto de Cerâmica comum importada da *Uterior*/Bética identificada na Fase 2 do sítio.

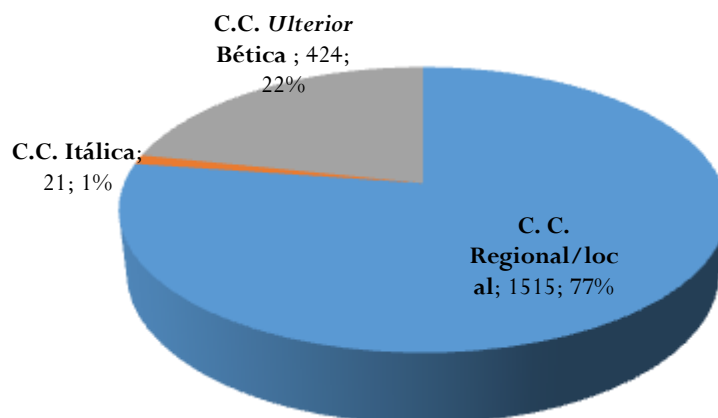


Figura 124 – Quadro de análise do conjunto de Cerâmica comum identificada na Fase 2 do sítio.

O estudo da cerâmica comum importada da *Uterior*/Bética, presente nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelhos merece-nos ainda um breve comentário final. Se o estudo da exportação de produtos alimentares transportados em ânforas da *Uterior*/Bética para o Mediterrâneo e fachada atlântica se encontra avançado, o papel

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

assumido pelo complemento a este comércio pelas cargas “parasitárias” que aproveitavam estas ligações marítimas, está ainda pouco demonstrado (Pinto e Morais, 2007). O estudo monográfico dos espólios das duas fases romano republicanas de Castelinhos permite uma leitura mais clara desse fenómeno. Nota-se uma forte ligação com as áreas meridionais da província da *Uterior*, documentada pela importação de lucernas, paredes finas, cerâmica de tipo Kuass, imitações em pasta cinzenta dos serviços de Verniz Negro Itálico e a aduzir a estas morfologias uma significativa aquisição diria mesmo abastecimento de cerâmicas comuns. Relativo aos serviços de cerâmica comum aqui presentes, penso ser pertinente a proposta de algumas destas peças terem chegado a Castelinhos como recipientes de transporte de determinados produtos alimentares, como azeitonas ou mesmo preparados piscícolas. De facto, já foi assumido que a problemática da exportação de cerâmica da *Uterior*/Bética utilizada no transporte de produtos não se esgota na temática das ânforas (Morais *et al.*, 2015, p. 47; Morais, 2017, p. 334). Não deixa de ser interessante, apesar de se tratar de um exemplo alto Imperial, ter presente o estudo do depósito portuário de Arles-Rhône 3, na Gália, que demonstra que algumas das formas de cerâmica comum béticas foram utilizadas para o transporte de azeite (Djaoui, 2014) e mesmo de azeitonas (Djaoui, 2016). Uma das formas melhor representadas e que parece inserir-se bem dentro da dinâmica da circulação como contentor de transporte são os potes que individualizei como da forma 1 de provável produção da área da baía de Cádiz. Contudo, a grande talha assim como os restantes potes, quer da baía gaditana quer do Guadalquivir, poderiam ser interpretados de forma idêntica.

O estudo da totalidade das diversas categorias de cerâmicas comuns presentes nos níveis romano republicanos de Monte dos Castelinhos merece ainda umas breves considerações resultantes da sua leitura. Antes de mais, temos que sublinhar a relevância do estudo desta vasta e heterogênea categoria cerâmica para a compreensão do quotidiano das populações que se vieram estabelecer neste vasto promontório em meados do século I a.C. A clara leitura de estarmos a lidar com sítio fundado *ex novo*, numa área densamente povoada e com uma ampla e recuada diacronia de ocupação leva-nos inevitavelmente a estabelecer comparações com o mundo indígena. Infortunadamente, ao encetar essa tentativa de leitura, deparou-se com o profundo desconhecimento existente relativo aos serviços cerâmicos dos momentos finais da

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Idade do Ferro do baixo-Tejo (Sousa, 2017). Esta lacuna de informação é ainda maior se tivermos presente o estado da arte relativo aos momentos centrados em meados do primeiro milénio a.C., onde dispomos já de um amplo número de sítios intervencionados e publicados, assim como de uma sólida proposta tipológica para o conjunto das produções de cerâmica regional (Sousa, 2014). Tendo em conta esta carência, resulta mais complexa, ou menos fiável, uma leitura assente na continuidade ou rutura dos conjuntos cerâmicos presentes em Monte dos Castelinhos com as tradições oleiras do baixo-Tejo.

De modo linear temos que afirmar que apesar de existirem algumas pontes com as realidades sidéricas da foz do Tejo, de meados do século V e IV a.C., não se denota uma evidente continuidade, antes pelo contrário. A ausência da cerâmica manual, das cerâmicas pintadas, das cerâmicas de engobe vermelho, a raridade das cerâmicas cinzentas, a presença de novas decorações e mesmo o emergir de novas morfologias, como os pratos, as grandes talhas, os barris etc... ausentes nos inventários da Idade do Ferro, denotam alguma rutura. Esta ainda é maior se tivermos presente o mundo das cerâmicas não regionais, situação que como vimos não se encontra antes da chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo.

A questão de base aqui presente é a de se esta leitura resulta da própria evolução dos hábitos quotidianos das comunidades indígenas ou se é fruto de uma profunda romanização das populações e dos hábitos alimentares? Pode-se ainda colocar outra questão, que a meu ver poderá ser pertinente. Se esta leitura, de múltiplas influências ao nível formal e decorativo, presente nas cerâmicas regionais, que se começa a materializar, resultante dos paralelos com as áreas do alto e baixo Alentejo, o denominado mundo Céltico, assim como com o da alta Estremadura, do designado mundo Vetónico, possa transparecer a chegada e incorporação nesta nova fundação de comunidades alógenas ao baixo Tejo?

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.5. PRODUÇÕES CERÂMICAS SUBSIDIÁRIAS DE OUTRAS ACTIVIDADES

Entre o vasto conjunto de materiais cerâmicos exumados nos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos, separou-se um conjunto significativo, que ainda que não se insira no grupo das cerâmicas comuns regionais partilham com estas os seus fabricos.

A relativa abundância dos pesos de tear e ainda que em menos escala de cossoiros atestam a existência de uma pujante atividade de tecelagem em Monte dos Castelinhos, muito provavelmente de carácter doméstico e de autossuficiência, se for tida em conta a ampla dispersão das peças pelos conjuntos arquitetónicos. Ainda que outras leituras possam ser admissíveis, a recolha de pesos de rede cerâmicos comprova a atividade da pesca fluvial, que sem dúvida faria parte da economia do sítio. Por último, a presença de fragmentos de cerâmica comum, intencionalmente afeixoados para lhe conferir forma arredondada, remete-nos para o mundo quotidiano e para a prática de diversos jogos em que eram utilizadas estas peças.

8.5.1. COSSOIRO

Os cossoiros inserem-se na categoria de artefactos arqueológicos cuja morfologia se prende diretamente com a sua funcionalidade, nomeadamente a sua associação à atividade têxtil. Em concreto, estas pequenas peças cerâmicas serviriam, para ser enfiadas na ponta inferior do fuso de fiar, com a parte mais estreita para baixo, para dar estabilidade a esse instrumento no seu habitual movimento giratório (Berrocal Rangel, 1992, p. 118). Para tecer tem-se que dispor de fios de urdidura forte que resistam às tensões a que vão ser submetidos (Alfaro Giner e Martínez García, 2019). Dois instrumentos são utilizados para fiar, o fuso e a roca. De entre os diversos instrumentos fabricados para esse fim em materiais perecíveis, que não chegam até nós, a difusão do uso da fusaiola ou cossoiro em cerâmica, durante a Idade do Ferro, torna este artefacto uma grande mais-valia, para o estudo da atividade têxtil.

Apesar desta ligação direta com uma atividade concreta, a sua abundância em depósitos votivos de santuários como o Castrejón de Capote ou a Cabeça de Vaiamonte, assim como a sua presença em contextos funerários, como a necrópole do Olival do Senhor

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dos Mártires, sugere que possa ter tido outra utilização ou pelo menos um forte significado simbólico que ora nos escapa (Pereira, 2013b, Gomes, 2017b).

Em Monte dos Castelinhos recolheu-se um total de 26 cossoiros. Dos quais 10 inserem-se na primeira fase do urbanismo do sítio, tendo sido recolhidos no amplo compartimento Ambiente 10 e os restantes encontram-se amplamente dispersos nos diversos ambientes escavados da Sondagem 4, 5 e 8. Ver Anexo 3, Estampa 118 e 119 e Anexo 5, Catálogo 15.

Do ponto de vista de técnicas de fabrico, cabe assinalar em primeiro lugar que as peças de Castelinhos parecem ter sido produzidas ao torno ou possivelmente com molde tendo em conta as configurações regulares e simétricas de alguns dos exemplares aqui representados. Apesar de relativa homogeneidade técnica, o panorama obtido mediante a análise macroscópica das peças evidencia heterogeneidade produtiva. Tendo-se identificado os três grupos de fabrico das cerâmicas comuns regionais.

A par da heterogeneidade de fabrico, regista-se igualmente alguma variabilidade na morfologia destas pequenas peças. Optou-se pela sua organização seguindo a proposta tipológica proposta por Z. Castro Curel (1980), ampliada por M.L. de Sus Giménez (1985) e por T. R. Pereira (2013b).

A ordenação tipológica obtida revela uma clara predominância de formas cónicas e bitroncocónicas, em especial das fusaiolas cónicas (Tipo C) e bitroncocónicas assimétricas (Tipo E), nas suas diversas variantes (figura 125).

Deve-se por outro lado assinalar a presença no conjunto estudado de nove peças com decoração (35%). Esta percentagem de peças decorada é assinalável e afasta-se dos dados registados na necrópole de Alcácer do Sal, onde estas apenas correspondem a 5,3% do conjunto (Gomes, 2017b, p. 49), aproximando-se mais dos dados da Cabeça de Vaiamonte (Monforte), onde 43% dos cossoiros evidenciam decoração (Pereira, 2013b, p. 683) ou dos do Castela da Lousa, onde estes representam igualmente 43% (Pinto e Schmitt, 2010, p. 324).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

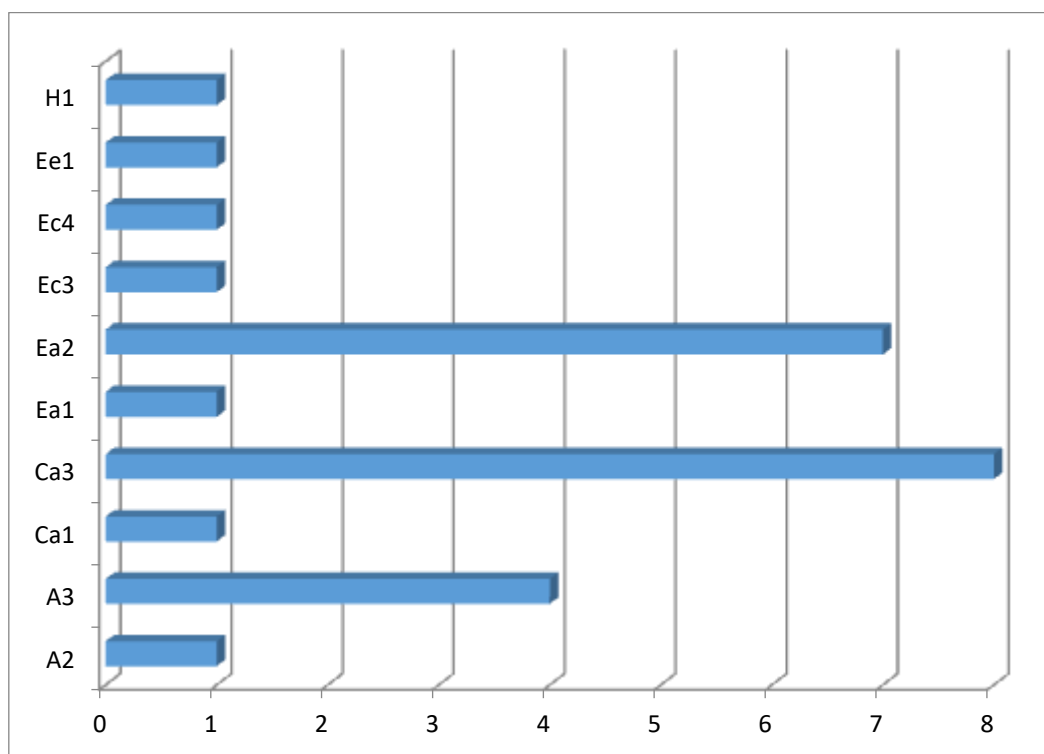


Figura 125 – Representatividade dos distintos Tipos de fusaiolas nos contextos romano republicanos de Castelinhos.

Classificamos as decorações aqui representadas com base no estudo do altar pré-romano de Capote (Berrocal Rangel; Maffiote Martinez e Ruiz Triviño, 1994, p. 225, fig. 79) e com o do estudo do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010, p. 324). Os exemplares N.º 1274, e o 1276 a 1261, da Estampa 118, evidenciam decorações radiadas, o N.º 1275 da mesma estampa, evidencia uma decoração estrelada e o n.º 1282 pequenos círculos impressos.

Os motivos decorativos presentes em Monte dos Castelinhos aproximam-se muito do conjunto representado no Castelo da Lousa, verificando-se que estas técnicas e tradições decorativas são transversais a este amplo território (Pinto e Schmitt, 2010, p. 324-325, Est. CXL e CXLI). Para a Península de Lisboa, ainda que a presença de cossoiros cerâmicos se encontre amplamente disseminada por diversos sítios proto-históricos, a presença de padrões decorativos é assaz escassa, encontrando-se mesmo ausente de sítios com conjuntos significativos como o do sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Cardoso, 2014); o Outeiro da Assenta, Óbidos (Cardoso e Martins, 2009); Serra do Socorro, Mafra/Torres Vedras (Matias, 2003); Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002); Pragança, Cadaval (Melo e Pimenta, 2020); ou escassa, como no

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

conjunto recolhido em Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos, onde apenas duas peças evidenciam decoração (Pereira, 2016/2017).

Em jeito de conclusão, o estudo do conjunto de cossoiros de Monte dos Castelinhos remete-nos para um tipo de material que apresenta profundas tradições no mundo indígena peninsular, sendo ampla a associação destas peças a contextos proto-históricos. Estaremos assim perante uma tradição indígena, ainda que tenhamos que ter presente que mesmo nos contextos da primeira fase da conquista e em que o elemento itálico se faz sentir de maneira assinalável, como é o caso de Lisboa, os cossoiros encontram-se atestados (Pimenta, 2014). Sendo interessante ter presente os dados do Castelo da Lousa sitio em que a forte presença itálica é inegável e onde as mais de oito dezenas de cossoiros são um dado significativo (Pinto e Schmitt, 2010, p. 324) ou mesmo a sua expressiva, ocorrência num sítio como o acampamento militar de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984). Importa igualmente ter presente que em época romana, nomeadamente no principado, ocorre o desaparecimento brusco desta morfologia (Sus Giménez, 1986, p. 184). Não sendo claro se ocorre uma alteração tecnológica no âmbito da fiação ou se estas peças são substituídas por elementos perecíveis ausentes assim do registo arqueológico.

8.5.2. PESOS DE TEAR – *Pondera*

A presença de pesos de tear em contextos arqueológicos do território português remonta à pré-história, momento em que as comunidades humanas começaram a aproveitar as fibras vegetais e animais para produzir tecidos. É sobretudo com o Calcolítico que se dissemina a presença de pesos cerâmicos associados ao tear (Costeira e Mataloto, 2013). Apesar da influência dos pesos de tear pré-históricos, assistimos a um hiato entre este período e o período romano republicano, que poderá ser explicada pelas alterações tecnológicas nos teares – o tear horizontal não necessita de pesos – e à adaptação desses novos modelos no território português (Santos, 2015). De facto, tendo em conta o estado dos nossos conhecimentos relativos à cultura material da Idade do Ferro no ocidente peninsular, não se regista no acervo cerâmico qualquer vestígio da existência de pesos de tear cerâmicos (Sousa, 2014, 2017).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em meados do século I a.C. o cenário inverte-se, surgindo pesos de tear em vários contextos arqueológicos do território português, que sugerem a introdução exógena de novas tecnologias ao nível da produção têxtil, nomeadamente com a disseminação dos teares verticais. É o caso do Castelo da Lousa, Mourão, onde em contextos da segunda metade do século I a.C. ao principado de Augusto surge uma ampla amostragem destes artefactos, 110 pesos (Pinto e Schmitt, 2010, p. 327). Do povoado de Veiros, Estremoz, onde se encontra publicado um peso proveniente do estrato B, datado do período tardo-republicano (Arnaud, 1970, fig. III), do fortim do Caladinho, Redondo, datado de momentos finais da república, onde se regista o achado de três dezenas (Mataloto, 2002, p. 180 e 2004, p. 41, Fig. 14, n.º 2). No vale do Tejo, os dados são mais escassos, contudo temos bons paralelos para estes tipos de pesos em contextos do principado da *Villa* do Leão, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2010/2011), assim como no acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

Tecer é o resultado da união de séries de fios perpendiculares entre si constituindo estes a urdidura e a trama. Para esse efeito, requer-se um instrumento mais ou menos complexo, que permita mover séries de fios da urdidura (atados a barras móveis) e deixar assim caminho para passar a trama (Alfaro Giner e Martínez García, 2019, p. 822). Foram vários os teares utilizados no Mediterrâneo e no território peninsular. Os mais comuns, que surgem representados em alguma iconografia e que conhecemos das fontes escritas, eram o tear vertical e o tear de marco (Alfaro Giner e Martínez García, 2019).

A associação do tear vertical à presença de pesos, de distintas volumetrias, consoante os materiais a tecer e o tipo de trabalho a produzir, que necessitaria de distintas tensões, dota estas peças cerâmicas de um grande valor para o estudo do ofício têxtil. Ainda que o estudo destas evidências não tenha tido o devido desenvolvimento entre nós, sendo normalmente relegados para uma mera ilustração da sua presença, recentes trabalhos têm vindo a sublimar a sua relevância (Santos, 2015; Cardoso, 2018).

O conjunto de pesos de tear de Monte dos Castelinhos já foi alvo de uma primeira abordagem modelar, reportando-se esta ao conjunto de materiais recolhidos nas campanhas de 2008 a 2013, composta por 134 exemplares (Santos, 2015). Pouco temos a adiantar o que então se disse. A esta amostragem, temos apenas agora que aduzir mais

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

43 pesos, que, entretanto, surgiram e que nos dota de um total de 177 pesos nos contextos romano republicanos. Sublinhe-se que a presença de pesos e de evidências de atividade têxtil se mantem nos contextos do principado, consolidando assim a leitura da relevância deste ofício na economia do povoado, ver Anexo 3, Estampa 120 a 125 e Anexo 5, Catálogo 16.

Os critérios de análise que têm sido utilizados para o estudo dos pesos de tear consistem: na sua forma; no seu peso; no tipo de fabrico; na cronologia e nas marcas ou grafitos que alguns pesos de tear podem apresentar.

Pelo seu aspeto formal, e de acordo com a tipologia apresentada com base no estudo dos pesos de tear do Museu de Zaragoza, estes artefactos podem ser classificados em seis grupos principais, baseados, fundamentalmente, na figura de sólido que representam: tronco de pirâmide (trapezoidais), paralelepípedicos (rectangulares), troncocónicos, em meia-lua, circulares e ovóides (Fatás Cabeza, 1967). Por sua vez, o estudo monográfico das escavações efetuadas em Conímbriga conduziu a uma nova proposta de classificação formal, a qual se baseou igualmente em seis grupos (Alarcão e Ponte, 1979, p. 62). Aqui são consideradas duas formas de sólidos, o paralelepípedo e o tronco de pirâmide, distinguindo-se nelas secções de tipo retangular ou de tipo quadrangular. A classificação tipológica termina com a tipificação através das faces, que podem ser retangulares ou trapezoidais e que apresentam os lados, respetivamente, trapezoidais e retangulares (Alarcão e Ponte, 1979, p. 55-56). Esta proposta tem vindo a ser seguida em trabalhos recentes (Triães, 2016). No estudo dos pesos de tear do Castelo da Lousa foi igualmente proposto um quadro tipológico organizado em 4 tipos distintos com algumas variantes (Pinto e Schmitt, 2010, p. 327-328).

Segue-se neste trabalho a proposta de organização tipológica estabelecida no primeiro estudo dos pesos de tear de Castelinhos (Santos, 2015, p. 74-75). Com base na proposta de Conímbriga e Castelo da Lousa organizou-se o conjunto de Castelinhos em 4 tipos. Os três primeiros evidenciam forma quadrangular e um quarto trapezoidal. O primeiro evidencia dois furos na face mais larga, sendo similar ao grupo I de Conímbriga. O segundo é similar ao anteriormente descrito, porém apresenta apenas um furo e denota-se alguma variabilidade nas suas dimensões. O terceiro apresenta apenas um furo, mas este surge na face mais estreita, insere-se no grupo II de Conímbriga. O quarto apresenta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

igualmente um furo central, contudo é distinto dos anteriores pela sua morfologia trapezoidal, maior dimensão e peso.

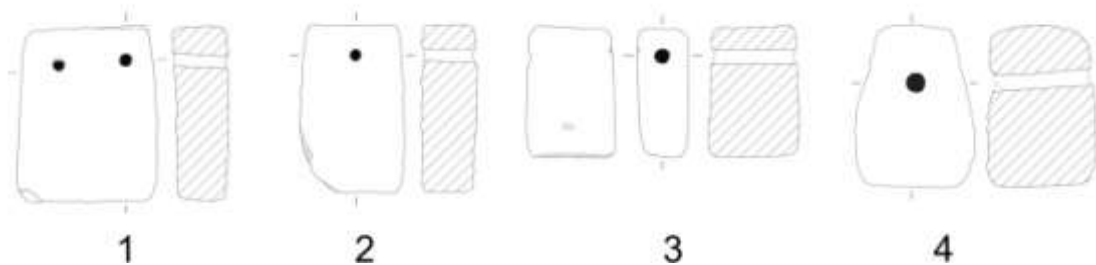


Figura 126 – Tipos de pesos de tear presentes nos contextos romano republicanos de Castelinhos (Santos, 2015).

O conjunto é dominado pelos pesos de tear quadrangulares do Tipo 1 (representados por 62 indivíduos, equivalendo a 35% do total), sendo seguidos pelo Tipo 3 (48 pesos, 27%), pelo Tipo 2 (31 exemplares, 18%) e por último os grandes pesos do Tipo 4 (atestados por 8 peças, correspondendo a 5%). O estado fragmentado de 28 pesos não permite uma integração segura a nenhum dos tipos (figura 127).

Do ponto de vista de fabricos, a análise macroscópica remete estas produções para fabricos regionais que podemos englobar no Grupo 1 que definimos para a cerâmica comum, sendo pouco depuradas. Apenas um exemplar evidencia um fabrico distinto, parecendo tratar-se de uma importação meridional da área da baía gaditana, porém esta peça é excluída do presente trabalho, visto ter sido recolhida num nível posterior datado de época Augustana, na área de Sondagem 5 (Santos, 2015, p. 77).

A análise da distribuição dos pesos no faseamento do sítio permite verificar que estes se encontram presentes em ambas as fases. Na fase 1, apenas registada na área de Sondagem n.º 4, identificamos 44 pesos, surgindo estes concentrados no Ambiente B, colapsados sobre o pavimento. Naturalmente, na fase 2 encontra-se uma maior presença destes artefactos (133 NMI), sendo a mais intensamente escavada. A planimetria da sua distribuição já foi apresentada (Santos, 2015, fig. 4 e 5), sendo relevante ter presente que estão atestados em praticamente todos os compartimentos, não se detetando a concentração registada na fase 1. Esta ocorrência não nos permite comprovar a localização destes putativos teares na arquitetura do sítio sendo mesmo plausível o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

aproveitamento secundário destas peças cerâmicas como material de construção nas paredes do conjunto urbanístico da fase 2. Tal situação foi registada em alguns dos alicerces, como o caso do Ambiente 3.

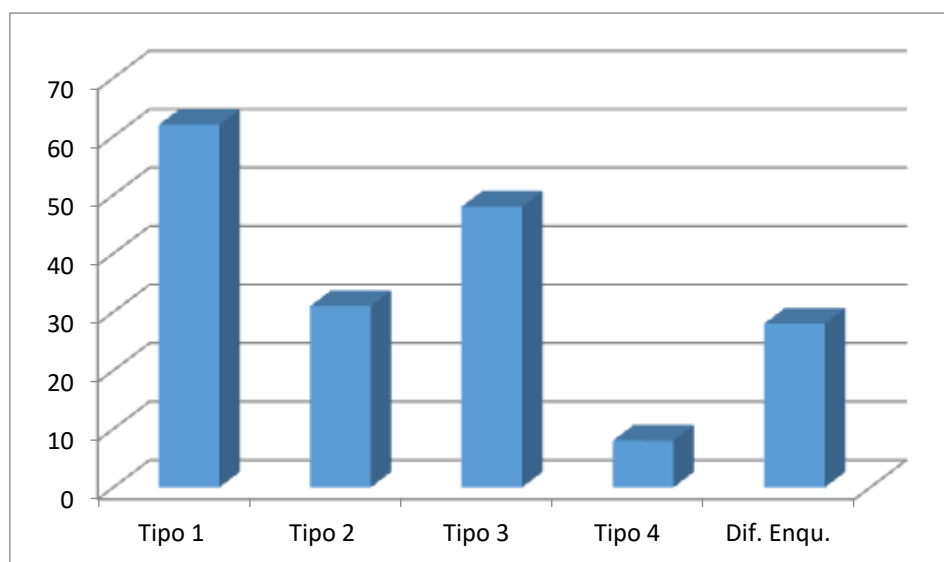


Figura 127 – Análise dos Tipos de pesos de tear de Castelinhos.

A par da associação direta dos pesos de tear à existência de atividades têxteis, estes artefactos têm a particularidade de servir de suporte epigráfico (Étienne *et al.*, 1976), sendo assim o seu estudo relevante para o conhecimento de hábitos de literacia e mesmo de organização da própria atividade têxtil (Triães, 2016). Estas manifestações epigráficas consistem na gravação na argila fresca de letras ou símbolos, colocados na parte superior ou lateral dos pesos, podendo estes ser interpretados, como do proprietário do tear, marcas de controlo de produção na própria olaria ou do oleiro implicado na execução dos artefactos (Sepúlveda *et al.*, 2007). Sublinhe-se nesta discussão que apenas parte ínfima dos pesos evidencia epigrafia, sendo admissível perante os dados contextuais de Castelinhos que apenas um dos pesos do conjunto de um tear tivesse marca. De facto, na escavação dos níveis associados à primeira fase do urbanismo romano republicano da Sondagem 4, no Ambiente 10, identificou-se um contexto de derrube de quarenta pesos sobre o pavimento, descobertos uns ao lado dos outros, tendo esta evidência sido interpretada como derrube de um tear vertical. Da análise dos exemplares aí presentes decorre que apenas um apresenta marca.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Começamos o estudo destas evidências precisamente por essa ocorrência. Corresponde a um grafito na parte superior do peso em que se reconhecem quatro letras – IC. AC. Não sendo clara a leitura desta última letra, podendo igualmente ser um D, ainda que mal gravado (Estampa 124, n.º 1335). Destaca-se ainda que a segunda letra se encontra gravada com menor dimensão. Teríamos assim como possível leitura um *tria nomina* – IC.[...] A [...] C ou D [...].

Associados à Fase 2 de Monte dos Castelinhos temos mais evidências epigráficas, nomeadamente 14 grafitos e uma invulgar marca estampada com letras (Estampa 123, 124 e 125).

O grupo mais numeroso corresponde a pesos com o grafito X. Existem três exemplares com esta gravação no topo e um de lado (Estampa 125, n.º 1341 a 1344). O X incita a ver aí o numeral. Contudo não é claro se o devemos entender como um número próprio do peso, ou indicação quantitativa do lote a que pertenceu ou do próprio tear. Na Península de Lisboa existem pesos de tear com esta gravação atestados na zona de Torres Vedras, contudo desconhece-se a cronologia das peças em questão (Luna *et al.*, 2019, p. 32, fig. 7).

Dois pesos idênticos apresentam o mesmo grafito, em tudo idêntico na morfologia das letras (Estampa 124, n.º 1332 e 1333). Reconhecem-se duas letras – CR, com um nexa no R, possivelmente um P. A presença do mesmo grafito em dois pesos de tear, tendo estes sido recolhidos em pontos distintos da escavação, nomeadamente um na Sondagem 4 e outro na Sondagem 8, pode levantar duas leituras. Uma, tratar-se da marca do oleiro que os produziu ou mesmo da olaria. E outro, que seria assaz interessante, de se tratar de dois teares da mesma personagem/artesão.

O peso de tear MC 6756 apresenta um grafito na parte superior onde se reconhecem duas letras – AN (Estampa 124, n.º 1336). Mas que pode eventualmente ter um nexa na segunda letra- NI. Teríamos assim como possível leitura – A.[...] N [...] I [...].

Três fragmentos evidenciam restos de grafito com restos de letras, não sendo claro qual a sua leitura. O exemplar MC 1709 evidencia vestígios de diversas letras, das quais apenas se reconhece claramente dois CC e a parte superior do traço de uma letra - [...]

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CC [...] (Estampa 124, n.º 1337). No fragmento MC 596 e no MC 2347, apenas se vislumbra o arranque do desenho de uma letra (Estampa 124, n.º 1339 e 1340).

Quatro pesos de tear apresentam gravações com motivos geométricos, não sendo clara qual a sua leitura. É o caso do fragmento MC 1702, com uma gravação estampilhada de linhas paralelas (Estampa 124, n.º 1338). O peso completo MC 348, que apresenta uma marca circular gravada (Estampa 125, n.º 1345). Os grandes pesos do Tipo 4 apresentam uma marca completa e um fragmento de um motivo de difícil compreensão que por cautela colocamos nos motivos geométricos e para o qual não arriscamos leitura (Estampa 123, n.º 1328 e 1329).

Por último destaca-se neste conjunto, pela sua originalidade e ineditismo o peso de tear MC 11871 com uma marca estampada. Esta apresenta-se numa das faces do peso, inserida em cartela quadrangular, com a presença de três letras maiúsculas bem delineadas – PAN (Estampa 124, n.º 1334). A similitude desta marca e da tipologia da cartela em que se encontra inserida remete para o mundo da epigrafia anfórica, onde se conhece uma longa tradição, ainda que para outras latitudes mais meridionais de gravação de inscrições nos recipientes cerâmicos (Fabião *et al.*, 2016). Contudo, não se encontrou nenhuma marca idêntica à presente inscrição, nem no mundo de produção de ânforas lusitanas nem no de outras áreas no mundo romano. No que diz respeito às tradições epigráficas em ânforas lusitanas, o hábito é pouco frequente no que diz respeito a marcas impressas, contudo temos que reconhecer que as primeiras fases de produção ainda se encontram mal conhecidas (Fabião e Guerra, 2004).

A presença de artefactos associados a atividades têxteis, como os cossoiros e os pesos, merece-nos ainda um breve comentário final. A existência de uma pujante atividade de tecelagem em Monte dos Castelinhos pode ser um elemento interessante para a compreensão da sua economia, mas igualmente para a perceção do seu significado enquanto núcleo de povoamento ou de instalação de índole militar (Santos, 2015). Tradicionalmente identifica-se o trabalho têxtil, nas suas diversas facetas, como um ofício feminino. Todavia, sabemos que essa não é uma visão real e que se prende com o sentido simbólico do fuso e da roca. A importância da produção de tecido exigiu desde cedo que os homens socialmente menos destacados dedicassem a sua energia a este ofício (Alfaro Giner e Martinez García, 2019, p. 824). A necessidade de qualquer

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

estabelecimento criado de raiz fosse, tanto quanto possível, autossuficiente e que tirasse partido das mais-valias da sua implantação e ecossistema envolvente, resulta natural. A ampla dispersão dos cossoiros e dos pesos de tear pelos conjuntos arquitetónicos detetados em diversos pontos de Monte dos Castelinhos remetem-nos para uma leitura da atividade têxtil ter um carácter doméstico e de autossuficiência, o que não impede que este possa ter tido uma relevância significativa na economia do sítio e dos seus habitantes. Não deixa de ser pertinente ter aqui presente a referência de Plínio-o-Velho sobre a produção têxtil na Lusitânia (PLIN.8, 191). “*Há lãs de variadas colorações de tal modo que, de tantos tipos que existem, faltam os nomes para as que chamam naturais. (...) Salácia, na Lusitânia, recomendada para tecidos axadrezados.*” (Guerra, 1995, p. 39). Só a título de exemplo, no que diz respeito à presença e disseminação da atividade têxtil em contextos de cariz militar, numa lógica de autossuficiência, tenha-se presente a representatividade dos cossoiros e dos pesos de tear em Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984). E mesmo no território português, em Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2014), na Cabeça de Vaimonte, Monforte (Pereira, 2013b, 2018) e no Castelo da Lousa, Mourão (Pinto e Schmitt, 2010). Estamos assim perante uma área de investigação particularmente interessante e que este trabalho apenas pretende aflorar. De facto, os estudos sobre a produção têxtil na antiguidade encontram-se em ebulição, tendo nos últimos anos recebido contributos significativos, com estudos de conjuntos artefactuais, mas igualmente com o estudo de conjuntos arquitetónicos correspondendo a espaços oficinais de produção têxtil (Bustamante Álvarez e Picado Pérez, 2018). Para esta nova fase da investigação muito tem contribuído os encontros internacionais de Arqueologia destinados ao estudo dos têxteis a antiguidade, intitulados *Purpurae Vestes*, que já vai na sua VII edição. Esperemos em breve voltar a esta temática.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.5.3. PESOS DE REDE

Tendo em conta a localização fluvial de Monte dos Castelinhos, seria espectável a presença de diversos artefactos relacionados com a pesca, conquanto, estes são assaz escassos, podendo esta leitura ter que ver com questões topográficas do próprio sítio, ou seja, as putativas atividades relacionadas com a pesca deveriam situar-se no sopé do monte, não tendo ainda sido intervencionadas. Em concreto os dados resumem-se à recolha na UE 45, detetada sobre o pavimento do Ambiente 6 da Fase da 2 da Sondagem 4, de um peso de morfologia circular com um orifício ao meio e marcas de erosão de uma corda (Estampa 126, n.º 1346). A recolha de pesos de rede cerâmicos, ainda que escassa, comprova a atividade da pesca fluvial, que sem dúvida faria parte da economia do sítio como bem atestam os estudos das faunas recuperadas (Santos *et al.*, 2018). Um peso de morfologia circular similar ao de Castelinhos foi recolhido no Castelo da Lousa e interpretado igualmente como peso de pesca fluvial (Pinto e Schmitt, 2010, p. 329, Est. CXLV, n.º 14 a 16). Ver Anexo 3, Estampa 126 e Anexo 5, Catálogo 17.

8.5.4. MARCAS DE JOGO

Entre o conjunto das cerâmicas comuns exumadas nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos identificam-se ainda cerca de duas dezenas de peças que interpretamos como marcas de jogo. Trata-se de fragmentos de paredes de recipientes cerâmicos, que foram intencionalmente afeiçoados de modo a obterem uma forma arredondada, sendo alguns mesmo polidos nas extremidades (Estampa 126, n.º 1347 a 1354). Estas peças encontram-se na sua totalidade associadas à Fase 2 do sítio. Peças similares foram recolhidas no Castelo da Lousa e igualmente interpretadas como peças de jogo (Pinto e Schmitt, 2010, p. 329, Est. CXLVI). Ver Anexo 3, Estampa 126 e Anexo 5, Catálogo 18.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.6. OS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CERÂMICOS

Um dos dados inesperados das escavações dos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos foi a presença significativa de material de construção cerâmico. De facto, verifica-se na arquitetura de Castelinhos um hábito pouco usual para a época, de utilização destes inovadores materiais associados à construção e cobertura do edificado. Importa ter presente que na Península Ibérica a utilização do barro cozido como material construtivo não se encontra atestada antes da presença romana, podendo assumir-se que esta nova técnica se trata de uma inovação decorrente da presença do mundo itálico (Roldán Gómez e Bustamante Álvarez, 2017, p. 439). Através dos estudos arquitetónicos realizados, é possível determinar que o material laterício não foi particularmente abundante na arquitetura hispano romana comparativamente com outras regiões do mundo romano (Roldán Gómez, 2008, p. 750).

No presente estudo decidimos abordar esta categoria de material, muitas vezes relegado para segundo plano, tendo presente a sua relevância para a compreensão da dinâmica de ocupação do sítio, assim como para a perceção das suas arquiteturas e utilizações do espaço (Bendala Galán, Rico e Roldán Gómez, 1999). O material de construção enquanto campo de investigação encontra-se em plena renovação, sendo vários os congressos internacionais dedicados a esta temática (Roldán Gómez e Bustamante Álvarez, 2015 e 2017, p. 437).

Os primeiros registos da utilização de material de construção cerâmico, na Península Ibérica, procedem de contextos claramente romanos e onde a presença itálica é precoce, datando dos primeiros momentos da conquista (Roldán Gómez, Bustamante Álvarez e Pizzo, 2019). Se num primeiro momento os materiais utilizados são importados da Península Itálica, como é o caso singular das téguas identificadas na *Citerior* no assentamento de Puig Castellar (Biosca), associadas a um contexto datado da segunda metade do século II a.C. (Pera *et al.*, 2016, p. 177), rapidamente estes passaram a ser fabricados localmente.

Uma das utilizações mais comuns destes materiais construtivos durante o período romano republicano são os ambientes de carácter termal, surgindo diversos elementos laterícios utilizados no acondicionamento de espaços calafetados, tanto nas abóbadas, como nos *suspensurae*, pavimentos e canalizações (Roldán Gómez e Bustamante

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Álvarez, 2017, p. 439). Casos bem conhecidos dessa utilização são as termas romano republicanas datadas do final do século II e primeira metade do I a.C. escavadas em Valência (Marín Jordá e Ribera I Lacomba, 2009), *Baetulo* (Guitart, 1976) ou Cabrera del Mar (Martín, 2000). Outro modo de utilização particularmente difundido é a utilização de tijolos de cerâmica como pavimentos, quer estes sejam em forma de escama como os atestados em Valência (Marín Jordá e Ribera I Lacomba, 2009, p. 15), quer os que utilizam tijolos romboidais ou pequenos tijolos retangulares em composições de *Opus figlinus*, como o exemplo do Molinete, Cartagena (Roldán Gómez e Bustamante Álvarez, 2017, p. 458, fig. 8). Contudo, apesar do desconhecimento que ainda dispomos, a utilização mais habitual do material laterício deveria ser as coberturas do espaço edificado. A transição das coberturas vegetais e perecíveis para a utilização do típico telhado itálico com o uso das *Tegulae* terá sido gradual e só se estabelece de forma global no principado. Porém nos meios mais romanizados e onde a presença militar é forte, cedo faz-se sentir a sua utilização, inclusive com o surgimento de epigrafia, como é o caso bem conhecido da cidade de Carteia (Roldán Gómez, 2008, p. 750). Sendo esta uma tradição que se vincula com o mundo militar, principalmente para cronologias posteriores, do principado (Roux, 1999).

No Monte dos Castelinhos, a forma de material de construção melhor representada é sem dúvida as *Tegulae*. Estas encontram-se presentes desde a primeira fase de ocupação do sítio, quer em estrados de derrubes, quer com a utilização de tégulas completas na construção de áreas de combustão. Na segunda Fase do sítio, fragmentos de tégulas são usadas como material de construção reutilizadas no miolo de algumas das paredes, mas acima de tudo foram usadas de forma generalizada como solução de cobertura associadas às *Imbrices*. Esta opção encontra-se bem documentada em derrubes relacionados com a fase de abandono/destruição do sítio. Do ponto de vista de fabrico, correspondem a produções regionais locais, com fortes similitudes com o Grupo 1 definido para as cerâmicas comuns regionais e que já tínhamos igualmente identificado nos pesos de tear. Ver Anexo 3, Estampa 127 a 130 e Anexo 5, Catálogo 19.

A tipologia das tégulas presentes em Monte dos Castelinhos apresenta uma destacada homogeneidade formal e metrológica. São de tendência retangular, com uma pequena diferença de altura em ambos os extremos para encaixe, podendo inserir-se no Tipo n.º 1 definido para Sallères d'Aude (Laubenheimer, 1990, p. 96-101) e no Tipo 1 do centro

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

oleiro de Almadrava (Setla-Mirarosa-Miraflor) (Gisbert Santonja, 1999, p. 75). Os exemplares completos e os que foi possível reconstituir com base nos fragmentos em conexão, apresentam as mesmas medidas. Uma longitude de 55 e uma largura de 39 centímetros. O que equivale aproximadamente a 2, por 1,5 pés romanos (Estampa 127). A única variação que podemos identificar entre os numerosos fragmentos circunscreve-se à secção dos rebordos das tégulas e o ângulo que formam em relação à base da peça. No mesmo contexto de derrube de telhado, UE 45 do Ambiente 6 da Sondagem 4, associado ao abandono/destruição da fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificámos 4 tipos diferentes de secção (Estampa 128, n.º 1357 a 1360).

Os *Imbrices*, apesar de presentes são assaz mais raros, não sendo clara qual a razão. Não se preserva nenhum exemplar completo que permita reconstituição gráfica. Não obstante, os fragmentos analisados apresentam uma marcada homogeneidade de fabrico e de medidas. Tendo em conta a sua morfologia, podemos corresponder-lhes com o Tipo n.º 2 definido para Sallères d'Aude (Laubenheimer, 1990, p. 101) e no Tipo 1 do centro oleiro de Almadrava, Setla-Mirarosa-Miraflor (Gisbert Santonja, 1999, p. 76 e 80). A largura máxima dos imbrices oscila entre os 16 e os 18 centímetros, sendo o comprimento no único exemplar que conseguimos reconstituir, cerca dos 55 centímetros. A sua espessura varia entre os 1,5 e os 1,9 centímetros.

Tal como referimos no ponto relativo ao urbanismo, não podemos deixar de sublinhar que o uso de cobertura cerâmica de *Tegulae* e *Imbrices* em contextos tardo republicanos é uma raridade nos contextos arqueológicos conhecidos no território peninsular (Roldán Gomez, 2008). E tendo em conta os dados que dispomos para o território português, esta solução apenas se encontra atestada a partir do principado de Augusto (Triães, 2016). Ou seja, trata-se de um hábito alógeno e que atesta um padrão itálico ao nível cultural materializado na forma da arquitetura.

Apesar de rara, a ocorrência de cerâmica de cobertura em contextos romanos republicanos encontra-se bem atestada para sítios onde a presença romana cedo se fez sentir, quer em contextos civis como na capital da *Hispania Ulterior*, *Corduba* (Vaquerizo Gil, 2005), assim como em acampamentos militares republicanos como Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984). No que diz respeito ao território português, como vimos *supra*, os dados são escassos sobre a sua presença em sítios romanos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

republicanos. Importa sublinhar a sua presença nos Chões de Alpompé, Santarém, com um tipo particular de tégula com a secção do rebordo praticamente reta, o que as aproxima dos modelos itálicos republicanos. Porém, não é clara a sua associação à arquitetura do sítio, visto tratar-se de material decorrente de recolhas de superfície (Pimenta e Arruda, 2014, p. 386). O mesmo podemos dizer do material de construção recolhido em Alto dos Cacos, Almeirim, onde se deteta um tipo particular de tégula com marca de impressão das tachas metálicas das cáligas possivelmente militares (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014).

Não podemos evitar a comparação entre os dados das soluções de cobertura de Castelinhos e os da arquitetura do Castelo da Lousa, visto que estamos a lidar com sítios na sua génese contemporâneos. Apesar de serem raros, encontram-se já atestados alguns materiais de cerâmica de cobertura, tendo estes sido interpretados como podendo ter servido como beirado de uma cobertura em material perecível, colmo ou giesta ou mesmo de placas de xisto (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010, p. 45). Outra hipótese a meu ver pode ser considerada, a de estes materiais, quando do abandono do sítio, terem sido reaproveitados e assim sendo removidos intencionalmente, o que os poderia subtrair do registo arqueológico.

A par da cerâmica de cobertura, a utilização de cerâmica de construção nos edifícios romano republicanos do Monte dos Castelinhos encontra-se bem atestada. Foram recolhidos em estratigrafia seis tijolos de quadrante ou de segmento de círculo. Denunciando estes a presença de soluções arquitetónicas mais complexas com a presença de colunas. Contudo, a sua presença na arquitetura do sítio apenas se encontra intuída a partir destes elementos.

Os tijolos de segmento de círculo apresentam uma marcada homogeneidade de fabrico e de medidas. Ambos os lados têm dimensões de 19 centímetros formando um ângulo reto. A sua espessura oscila entre os 5 e os 5,5 centímetros. Sendo o seu peso aproximado centrado entre os 2 e os 2,5 quilos. Quatro peças destas formam um círculo, correspondendo a um fuste de coluna de 38 centímetros de diâmetro (Estampa 128, n.º 1361 a 1365). Tendo em conta a sua morfologia, podemos corresponde-los com o Tipo 12 do centro oleiro de Almadrava, Setla-Mirarosa-Miraflor (Gisbert Santonja, 1999, p. 86). A sua dispersão dentro do faseamento dos Castelinhos é de um exemplar na Fase 1,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

recolhido na Ambiente 10 da Sondagem 4 (Estampa 128, n.º 1362), sendo os restantes da Fase 2, quatro recolhidos na Sondagem 4 (Estampa 128, n.º 1361, 1364 e 1365) e um exemplar na Sondagem 5 (Estampa 128, n.º 1363).

Materiais de construção cerâmicos, associados a áreas de pavimento, identificaram-se como já tivemos oportunidade de apresentar *supra* no conjunto edificado da área de Sondagem 4, em concreto no compartimento Ambiente 18, com um invulgar piso preservado com tijolos romboidais dispostos em filas paralelas, numa composição designada como *opus figlinum* (Guidobaldi e Gregori, 1996).

Os tijolos romboidais presentes em Monte dos Castelinhos apresentam uma dimensão assinalável, tendo em conta os paralelos conhecidos, normalmente de um módulo menor. As dimensões das peças são muito homogéneas, o seu comprimento é de 23,5, com uma largura máxima de 13,5 e uma espessura entre os 4 e os 4,6 centímetros (Estampa 129, n.º 1366 a 1369). Tendo em conta a sua morfologia, podemos corresponder-lhes com o Tipo 8 do centro oleiro de Almadrava, Setla-Mirarosa-Miraflor (Gisbert Santonja, 1999, p. 80). Este tipo de peças encontra-se apenas representado na Fase 2 do sítio. Ao nível da sua dispersão, a par dos exemplares identificados *in situ* no ambiente acima mencionado, recolheram-se fragmentos da mesma forma já soltos na área de Sondagem n.º 8, indicando o sucesso que este tipo de elemento teve em Castelinhos.

No território português, apenas se conhece um pavimento similar, ainda que datado do século II d.C. na cidade de Viseu (Vaz e Carvalho, 2009). Contudo, existem alguns elementos soltos recolhidos em sítios de cronologia romana republicana que atestam a disseminação desta morfologia. A Norte do Tejo, encontra-se presentes em Conímbriga, ainda que não seja clara a sua cronologia (Triães, Correia e Coroado, 2002). No Vale do Tejo denota-se uma concentração, nomeadamente, em Lisboa, nas escavações do Teatro Romano (Pimenta, 2020); na alcáçova de Santarém (cortesia de Lauren Caron); no Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta; Henriques e Mendes, 2012) e em Chões de Alpompe (Fabião, 2004a; Arruda *et al.*, 2018). No Sul do território português identificaram-se exemplares idênticos no Monte Manuel Galo, Mértola (Alves, 2014, p. 390, fig. 6) e encontra-se exposto um exemplar proveniente do Castelo da Lousa, Mourão, no Museu de Évora. Mais para o interior da província da *Ulerior*, encontram-se exemplares

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

idênticos no acampamento militar romano de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984); no acampamento militar de El Santo de Valdetorres, Badajoz (Heras Mora, 2009); assim como, na casa fortificada de Pozo Sevilla, Alcázar de San Juan, Ciudad Real (Morín de Pablo *et al.*, 2013). Sublinhe-se, tudo sítios de atestado cariz militar onde é forte a componente Itálica. Na *Hispania Ulterior*, o melhor exemplo que encontrámos para pavimentos deste tipo é precisamente na sua capital *Corduba*. Aí esta técnica aplicada a pavimentos surge no Forum da cidade republicana, relacionado com uma fonte (Márquez e Ventura, 2005, p. 435 e 436).

A par das peças de morfologia romboidal, identificou-se ainda um modelo de tijolo de pavimento retangular de pequena dimensão, que se destinaria igualmente a pavimentos de *opus figlinus*. Foram recolhidos dois na área de Sondagem 4 e um na 5, em níveis estratigráficos associados à fase 2 do sítio. Evidenciam uma marcada homogeneidade de fabrico e de medidas. O seu comprimento é de 6,5 centímetros com uma largura máxima de 4,5 centímetros e uma espessura entre os 3 e os 3,2 centímetros (Estampa 129, n.º 1369 a 1371).

Por último entre os materiais de construção cerâmicos, destaca-se a recolha de diversos elementos de canalização, *Tubuli*. Infelizmente, estes encontram-se num estado muito fragmentado, tendo, porém, sido possível reconstituir quase na totalidade um exemplar. Trata-se de uma morfologia cilíndrica alongada, com um comprimento máximo de 77 centímetros, por 20 centímetros de largura e com uma espessura máxima de 3 centímetros. Este tipo de evidência encontra-se concentrado em níveis estratigráficos associados à Fase 2 do sítio na área de Sondagem n.º 4, nomeadamente em torno da área que interpretamos como *Balneum*.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.7. ARTEFACTOS LÍTICOS

No decorrer das escavações dos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos deparámo-nos com alguns artefactos em pedra. Podem incluir-se em dois grandes grupos: o das mós, associadas assim a atividades de farinação decorrentes do quotidiano das comunidades humanas aqui residentes e o dos elementos bélicos que interpretamos como balas de arremesso, possivelmente de catapulta. Ambos os elementos se caracterizam e diferenciam-se do contexto geológico em que se inserem.

8.7.1. MOINHOS ROTATIVOS – *Molae manuariae*

Nas escavações dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, recolheu-se um conjunto de duas mós circulares rotativas. A sua presença, associada a contextos estratigráficos e arquitetónicos bem definidos dota estes materiais de uma mais-valia para a perceção da funcionalidade dos espaços e dos seus quotidianos. Ver Anexo 3, Estampa 131 e Anexo 5, Catálogo 20.

O moinho rotativo manual é um dispositivo fundamental para a preparação da dieta básica da antiguidade. Composto por duas peças de pedra de formato circular e secção variada, encaixadas entre si por meio de planos inclinados e unidas por um eixo vertical, provavelmente de madeira, mas que poderia igualmente ser de metal. A componente inferior (*meta* - peça passiva ou *pouso*) permanece estática, enquanto a superior (*catillus* - pedra ativa ou *andadeira*) roda sobre si. O *catillus* pode apresentar pegas, ou entalhes laterais pelo exterior, destinados à acomodação das peças de madeira na vertical ou na horizontal. Estas peças e o eixo são depois todos unidos por uma trave horizontal, de modo a facilitar a rotação do *catillus* (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 84). A fricção gerada entre as duas pedras que compõem o moinho devido ao seu movimento rotativo reduz os grãos dos cereais transformando-os em farinha. Esta ferramenta representa uma inovação tecnológica de primeira ordem, devido ao rendimento consideravelmente mais elevado que o seu antecessor, o moinho de vaivém.

Apesar do estudo destes elementos pétreos ter sido durante muito tempo relegado para um plano anódino, sendo apenas referida a sua presença, nos últimos anos o seu estudo tem adquirido um renovado interesse (Alonso Martínez, 2014). Muito desse novo estímulo prende-se com a pertinente questão da origem e difusão dos sistemas de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

moagem com mós circulares (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014). Ao longo dos últimos anos foi-se consolidando a tese da emergência dos moinhos rotativos manuais no ocidente do mediterrâneo, possivelmente na Península Ibérica, em época pré-romana (Berrocal Rangel, 2007). O foco da criação situa-se de acordo com os dados disponíveis, no nordeste da Península Ibérica / Sudoeste de França em contextos do denominado Ibérico inicial, na viragem do século VI para o V a.C. (Alonso Martínez, 2014). Para o território atual português, apesar dos dados acerca dos primeiros moinhos rotativos não serem abundantes, importa ter presente os dados das escavações de Santos Rocha, nos povoados de Santa Olaia e Castro de Tavarede, no baixo Mondego, recentemente reavaliados e que atestam uma cronologia precoce, centrada em meados do século VII-VI a.C. (Fabião, 2021), sendo assim contemporâneos das primeiras evidências do mundo Ibérico. Para o sul do território português, destacam-se os dados das escavações do povoado da Azougada, Moura, com a presença de mós rotativas em contextos de meados do século V a.C. (Antunes, 2018). Estes dados atestam a precoce assimilação desta nova tecnologia e a sua disseminação, ainda que convivendo durante muito tempo com as tradicionais mós de vaivém.

Os poucos dados com que podemos trabalhar para o baixo Tejo e Península de Lisboa impedem-nos de momento de clarificar se no período pré-romano já se encontrariam disseminados ou não estes moinhos, como os dados do baixo Mondego e da bacia do Ardila parecem indicar. Ou se, pelo contrário, estes apenas são exemplares extravagantes neste panorama ainda dominado pelas mós de vaivém. Os trabalhos que podemos desenvolver, quer no planalto dos Chões de Alpompe, quer no Alto do Castelo, ambos sítios com expressivas e antigas ocupações quer da Idade do Ferro, quer do período romano republicano, apenas revelaram mós de vaivém.

Os exemplares de Monte dos Castelinhos correspondem a duas mós circulares rotativas, correspondendo, tendo em conta a sua posição estratigráfica e espacial, ao mesmo moinho. Este foi identificado em duas unidades estratigráficas associadas à primeira fase de ocupação do sítio, em concreto ao Ambiente B do edifício exumado na área de Sondagem 4 (Anexo 1, Figura 12). Uma das mós corresponde ao *catillus* (Estampa 131, n.º 1373). Este tem 41 cm de diâmetro por 14 cm de espessura. Apresenta um orifício central para o eixo de lado, e evidencia lateralmente dois orifícios para a manivela. A outra identifica-se como a *meta* (Estampa 131, n.º 1374). Tem 41 cm de diâmetro por

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

12,5 cm de espessura. Apresenta orifício central para o eixo. O material em que é fabricado não se apresenta de fácil identificação. Trata-se de um arenito particularmente compacto, para o qual não encontramos paralelo na região em apreço. Poderia tratar-se de uma importação? Espero em breve voltar a deter-me sobre a sua identificação geológica. A par destes dois elementos, identificaram-se mais quatro elementos de mós da mesma tipologia, reutilizados como material de construção em muros correspondendo à fase 3, associada à reconstrução do sítio no período Augustano. Tendo em conta a sua reutilização é plausível tratar-se de mós da fase romana republicana que tinham já perdido a sua funcionalidade. Merece ainda um breve comentário, a ausência de mós associadas ao conjunto urbanístico da Fase 2 de Castelinhos. Esta leitura pode estar relacionada com a funcionalidade dos espaços e com o facto de as áreas de moagem poderem estar localizadas em áreas não intervencionadas até ao momento.

A presença de moinhos rotativos em contextos romanos republicanos no território português encontra-se bem atestada, comprovando que com a chegada dos exércitos romanos se assiste a uma profusa difusão desta tecnologia. É o caso do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 11); de Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, p. 93 e 94); do Castro de São Salvador, Cadaval (Cardoso, 2014, p. 226, figura 37), do povoado do Pedrão, Setúbal (Soares e Silva, 1973, fig. 10); de Chibanes, Palmela (Soares *et al.*, 2019); e do Castelo da Lousa, Mourão (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010, p. 87, fig. 58).

A tipologia do moinho rotativo de Monte dos Castelinhos, a par da matéria-prima em que é fabricado, que como vimos parece ser de procedência exógena à sua envolvente geológica, remete-nos para a questão da comercialização regional e suprarregional deste tipo de peças. Um dos casos mais expressivos dessa dinâmica é do naufrágio de Illa Pedrosa (Catalunha), datado do terceiro quartel do século II a.C. Aqui foi identificado e documentado um carregamento de 130 mós, que permitiu calcular um conjunto mínimo de 70 moinhos completos (Vivar, 2016). A recente reavaliação deste naufrágio é particularmente importante pois vem atestar a prática de comercialização destes moinhos manuais, dentro do pacote de importações de abastecimento que caracteriza os primeiros contactos com o mundo itálico e que este conhecido naufrágio tão bem

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

documenta, nomeadamente no seu conjunto de verniz negro itálico e de produtos alimentares transportados em ânforas.

8.7.2. BALAS DE PEDRA

No decorrer da escavação dos contextos de abandono/destruição do conjunto edificado da Fase 2 de Monte dos Castelinhos deparámo-nos com quatro elementos pétreos de morfologia redonda ou ovalada que interpretámos como balas ou projéteis de pedra. Ver Anexo 3, Estampa 132 e Anexo 5, Catálogo 20. Identificam-se dois tipos distintos. Um de secção arredondada, mas com extremidade apontadas, com diâmetro máximo de 9,2cm e diâmetro mínimo de 8,3cm e pesando 620 gr, do qual apenas se recolheu um exemplar (Estampa 132, N.º 1375). Um segundo, de secção arredondada, com diâmetro máximo de 8,8cm e diâmetro mínimo de 8,3cm e pesando 580 gr, do qual se recolheram três exemplares fragmentados (Estampa 132, N.º 1376).

Estas peças destacavam-se claramente nas unidades estratigráficas onde foram recolhidas, por corresponderem a elementos geológicos exteriores ao sítio. Trata-se de um tipo particular de calcário, muito compactado, inexistente no morro dos Castelinhos, os calcários corálicos, designados na folha explicativa da Carta Geológica, como do Amaral, alusivos à Serra onde se implanta o povoado proto-histórico homónimo, onde abundam os veios desta variedade específica (Zbyszewski e Assunção, 1965).

A sua presença nos níveis de destruição e colapso das estruturas de cariz habitacional identificadas na Sondagem n.º 4, num espaço em que parece provável que terão sido arremessadas a partir do exterior do povoado, leva-nos a interpretar estes elementos como projéteis de artilharia neste caso de neurobalística. Como veremos mais à frente ao abordar o capítulo dos metais, a esta fase de destruição associam-se diversos elementos de armamento, que contextualizam e de alguma forma atestam esta provável interpretação, de podermos estar perante projéteis em pedra. Contudo, o principal obstáculo, para a sua interpretação como peças de artilharia, parece ser o seu peso (situado entre 1kg e as 800g), assim como o seu reduzido tamanho. O calibre de artilharia romana destinados ao arremesso de pedras (*lithobolos*, *ballista*), baseia-se no peso do projétil que usa, sendo que o sistema de medidas padrão da artilharia antiga, desde época helenística até ao principado de Augusto, se baseia na mina ática de 436 gr (Quesada Sanz e Úroz Rodríguez, 2020, p. 55). Porém, os exemplares de Castelinhos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

situam-se fora desta metrologia, podendo representar outro padrão fruto da gradual imposição do sistema metrológico romano.



Figura 128 – Fotografia de duas das balas de pedra dos níveis de destruição da Fase 2 de Monte dos Castelinhos.

Na Península Ibérica, os exemplares de balas de pedra, em contexto arqueológico não são particularmente numerosos, sendo que o grosso dos dados corresponde ao território da *Citerior*: em *Neapolis* (Ampúrias), conhece-se um exemplar algo irregular medindo entre 6 e 7,6 cm de diâmetro e pesando 425gr (Ble Gimeno, 2015, p. 241); no *Castellum* de Puigpelat, Tarragona, recolheram-se três exemplares com diâmetro de 8,5cm e pesando entre 750gr e 10kg (Díaz García, 2009, p. 113-114); no cerco de Numância, encontram-se bem representados, com diâmetros entre os 5,5 e os 17 cm, e com um peso entre as 225 gr. e os 4,840Kg (Luik, 2002, p. 85-86, tab. 3); em Tossal de Manises, conhece-se um amplo conjunto de 54 balas de pedra, com diâmetros entre os 7 e os 35 cm (Olcina Doménech *et al.*, 2010); em Cartagena são conhecidas sete balas, de maior dimensão e com peso entre 1 e 2 kg, (Olcina Doménech *et al.*, 2010); em Valência num contexto de destruição sertoriano da cidade de *Valentia*, se documenta um exemplar esferoidal com diâmetro entre os 10 e 11cm (Ribera I Lacomba, 2013, p. 132, fig. 8); igualmente de um contexto Sertoriano identificou-se um exemplar de bala de pedra em

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Libisosa, Lezuza, Albacete, com diâmetros de 7,5cm e pesando 580 gr. (Quesada Sanz e Úroz Rodríguez, 2020, p. 41).

Na *Ulterior* os dados são mais escassos, porém encontram-se atestados no acampamento militar romano de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tabel 56). No território português, conhecemos um exemplar no vale do Tejo, no acampamento de Alto dos Cacos, Almeirim, ainda que sem ser claro o seu contexto visto ter resultado de uma recolha fruto da destruição do sítio nos anos oitenta do século passado (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, p 70).

8.8. ARTEFACTOS EM VIDRO

As peças em vidro são raras em Monte dos Castelinhos. Até ao momento encontram-se presentes três contas de colar em vidro azul, identificadas em unidades estratigráficas associadas à Fase 2 de Monte dos Castelinhos. Ver Anexo 3, Estampa 133, n.º 1377 a 1380 e Anexo 5, Catálogo 21. Correspondem a contas monocromas azuis (Muns. 7.5PB 3/12), de perfil esférico, com orifício de perfil cilíndrico e transversal à peça, variando o seu diâmetro entre 0,6 e 0,7cm.

Este tipo de contas encontra-se bem documentado no território peninsular (Ruano Ruiz 2000), nomeadamente no numeroso conjunto de Cabeça de Vaiamonte (Fabião 2001c) ou no Porto do Sabugueiro, onde foi proposta uma eventual produção local (Arruda *et al.*, 2016). Em termos de cronologia, estas contas encontram-se atestadas em contextos pré-romanos, em particular da segunda metade do primeiro milénio a.C., mas igualmente em contextos romano republicanos dos séculos II e I a.C.; para uma revisão da sua dispersão e da problemática inerente às suas cronologias veja-se o recente trabalho sobre as peças do baixo-Tejo (Arruda *et al.*, 2016).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.9. ARTEFACTOS EM OSSO

Apesar da presença de artefactos em osso não ser numerosa, o seu estudo revela-se particularmente pertinente, com a identificação de duas peças que interpretamos como estiletes. O achado destas peças, destinadas à escrita sobre matérias moles, nomeadamente sobre cera, em contextos romanos republicanos, tem vindo a ser associado a contextos militares ou militarizados, sendo o seu estudo incluído no conjunto da *militaria* (Ble Gimeno, 2015, p. 290). Atualmente, aceita-se que os estiletes tardo republicanos seriam maioritariamente em osso, apresentando estes uma forma cónica característica e habitualmente também um elemento terminal de forma esférica ou ovalada (Božič e Feugère, 2004, p. 29). Ainda que se encontrem igualmente peças interpretadas como estiletes em ferro e liga de cobre, em sítios de forte presença militar, como é o caso da Cabeça de Vaimonte, Monforte (Pereira, 2018, p. 280).

A presença destes instrumentos é um claro indicador da difusão da escrita e da sua importância no quotidiano da administração romana (Pereira, 2018, p. 280). O *stylus* era utilizado para escrever notas (administrativas, de contabilidade e de logística) sobre placas de madeira com o interior rebaixado e coberto de cera de abelha (*scribae ceratii*). Em termos genéricos, e ao contrário dos exemplares metálicos, os estiletes de osso podem (e muitas vezes são) facilmente confundidos com objetos de outra natureza: punções, alfinetes de cabelo ou eixos de fusos. Contudo e como sublinharam recentemente, Božič e Feugère (2004, p. 22), uma série de características morfológicas distingue-os categoricamente daquele tipo de objectos, como o demonstram evidências de natureza diversa: traceológica, de que se destacam as marcas de dentição nas extremidades, ou contextual, como os achados destes elementos em contextos funerários ou de naufrágio, associados a outros objetos de escrita, como caixas porta selo e espátulas para cera. Ver Anexo 3, Estampa 133, n.º 1380 e 1381 e Anexo 5, Catálogo 22.

Tipologicamente conhecem-se dois tipos dominantes, cada um comportando variantes: um primeiro cónico, surgido no séc. II a.C. e que cai em desuso com Augusto, e um segundo bicónico que, surgido nos inícios do principado, perdurará até aos Flávios (Feugère e Prévot, p. 242).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O exemplar M.C. N.º 12359 insere-se no tipo mais antigo, com cabeça ovalada, fuste de secção circular e ressalto que marca a separação entre a haste e a ponta. Evidencia 10,3cm de comprimento e 0,7 de espessura máxima (Estampa 133, n.º 1380). Este tipo de estilete encontra bons paralelos na Península Ibérica em contextos com marcado componente militar, como os acampamentos numantinos (Luik, 2002, p. 367); em Ampúrias (Božič e Feugère, 2004, p. 30, fig. 26); no forum de Tarragona; em São Miguel de Sorba e em Camp de les Lloses (Ble Gimeno, 2015, p. 296). Surgem igualmente em contextos associados ao conflito Sertoriano como: Tossal de La Cala (Bayo, 2010, p. 130-132); *Libisosa* (Uroz Rodriguez e Uroz Sáez, 2014, p. 200); Valência (Alapont Martin *et al.*, 2009, p. 21); e no acampamento de Cáceres El Viejo, onde três exemplares com semelhanças com o estilete n.º 1380 de Castelinhos encontram-se publicados como furadores (Ulbert, 1984, Tabel 20, n.º 130 a 132). No território português os dados são poucos. Destaca-se a presença de um exemplar em Lisboa, na escavação da Rua do Recolhimento n.º 68-70, na área do Castelo (Mota, Pimenta e Silva, 2014, p. 162, figura 19), assim como um exemplar recentemente apresentado de Monte Molião, Lagos, recolhido num contexto romano republicano datado entre 125 a 75 a.C. (Dias *et al.*, no prelo).

O exemplar MMVFX 16972 insere-se noutro tipo menos conhecido, evidenciando cabeça em bisel, fuste de secção circular com uma ligeira depressão longitudinal estreitando progressivamente para a ponta destinada a escrever. Mede 13,4cm de comprimento e 0,4 de espessura máxima (Estampa 133, n.º 1381). No acampamento de Cáceres El Viejo, conhecem-se alguns exemplares de estiletos em osso (Ulbert, 1984, Tabel 20), sendo que um deles evidencia fortes similitudes com o aqui apresentado, um argumento relevante para a antiguidade deste modelo, normalmente tido como de época Augustana (Ulbert, 1984, Tabel 20, n.º 139). No baixo Tejo, uma peça em osso que se parece aproximar do exemplar de Castelinhos, proveniente do Castro de São Salvador, Cadaval, foi publicada, ainda que interpretada como separador de tear (Cardoso, 2014, p. 226, figura 36, n.º 1).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.10. OS ARTEFACTOS METÁLICOS

O interesse de Roma pela Península Ibérica e a sua total ocupação esteve condicionado, particularmente, pela sua riqueza de recursos metálicos. De facto, a obtenção de metais desencadeou intensos sistemas de controlo do território, que pautaram as dinâmicas da implantação itálica (Heras Mora, 2018, p. 405). Não tendo estes em vista apenas a exploração de metais nobres, como ouro ou a prata, mas também a obtenção do ferro, chumbo, estanho e o cobre. Para o vale do Tejo, o precoce estabelecimento de tropas romanas desde as campanhas de Décimo Júnio Bruto, certamente terá contribuído para o conhecimento e cartografia da sua riqueza aurífera (*aurifer Tagus*), sendo plausível a sua exploração durante o período romano republicano (Cardoso, Guerra e Fabião, 2012, p. 173). Por outro lado, o Tejo configura-se desde cedo como o principal corredor de circulação entre o litoral atlântico e a zona montanhosa das Beiras e a Estremadura espanhola, ricas em metal, nomeadamente o cobre e estanho (Vilaça e Cardoso, p. 267). Afluíam assim ao baixo Tejo e aos seus principais núcleos urbanos os recursos minerais, em bruto ou em lingotes, de onde seriam exportados e difundidos.

O protagonismo da mineração na *Hispania* encontra-se bem atestada pela presença de emigrantes itálicos, que durante o período romano republicano se dedicam a essa atividade, nomeadamente na zona Sudeste da Península e no eixo da Serra Morena (Domergue e Sillières, 2002). Não é de todo ainda claro em que contextos e cronologias procedem a exploração dos recursos mineiros do território português. Contudo, é inequívoca a ligação do estabelecimento militar romano da Lomba do Canho, na bacia do rio Alva, afluente do Mondego, à exploração dos recursos mineiros da região em cronologias centradas na década de 60 a.C. (Guerra e Fabião, 1988, p. 317). Tendo recentemente sido chamado à colação para a mesma região o acampamento de Valado de Santa Quitéria, implantado entre a bacia do Alva e do Rio Ceira, e o recinto militar de Mina da Presa, Penamacor, com o mesmo intuito, o controle de extensas áreas mineiras (Sánchez-Palencia e Currás Refojos, 2015).

A relevância e dinamismo destas atividades traduzem-se no volume de artefactos metálicos que são produzidos e que evidenciam, na sua execução, técnicas e morfologias de influências exógenas, podendo o seu estudo ser um aferidor seguro do próprio processo de romanização do território (Pereira, 2018, p. 110).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Focando a nossa atenção na produção e circulação de artefactos em metal nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, estes encontram-se particularmente bem atestados, estando na base de dados do sítio inventariadas 785 peças associadas a esta fase. Estão presentes artefactos e restos de fundição ligados aos três tipos de metal de implicação mais pragmática dentro do contexto da *Hispania* Romana, o ferro, o bronze (liga de cobre) e o chumbo (Sabio González, 2019, p. 767). A prata encontra-se presente, como veremos, mas apenas no conjunto dos numismas, com sete denários itálicos.

Antes de entrarmos na descrição das diferentes categorias e tipologias de materiais aqui representadas é importante que nos detenhamos de forma sumária nos sistemas de produção e transformação associados. Os dados disponíveis indicam que as oficinas de produção e transformação de metais durante a época romana desenrolavam-se onde eram requeridas e durante o tempo que fosse necessário (Sabio González, 2019, p. 768). Não se nega com isso que existissem oficinas especializadas, contudo, a criação de um núcleo de raiz como o caso em análise certamente implica a existência de oficinas metalúrgicas com alguma extensão, que fornecessem os materiais essenciais para o desenvolvimento urbanístico inicial. A par destas oficinas, que os trabalhos de leitura geofísica realizados apontam, que se localizavam no sopé do próprio povoado, no decorrer da escavação da área de sondagem 4, deparámo-nos com resíduos que atestam a prática de atividades metalúrgicas nas proximidades. Detetaram-se assim quantidades significativas de escória de ferro, e em menor número diversos pingos de fundição de liga de cobre e de chumbo, atestando o trabalho de transformação e manuseamento metalúrgico.

A investigação e publicação sistemática dos conjuntos artefactuais metálicos, infelizmente, não têm o mesmo ritmo dos seus congéneres cerâmicos. Muitas razões se poderiam apontar para esse efeito, sendo que os problemas de conservação, restauro e manuseamento são um obstáculo complexo, mas que não explica o prolongado desinteresse, incidindo muitas vezes os estudos sobre conjuntos parcelares ou categorias artefactuais específicas, como as armas, as fíbulas, os numismas, ou a baixela metálica (Ponte, 2006; Miguez, 2011, Ruivo, 1993-1997, Fabião, 1999). Destaca-se neste âmbito, como exemplo, os trabalhos e publicações sistemáticas dos conjuntos metálicos de sítios clássicos como Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1979), do acampamento militar

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1988) ou das *Villae* de São Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990). Afortunadamente, nos últimos anos têm-se vindo a assistir a uma inversão desta situação com a publicação de conjuntos provenientes de escavações recentes, com enquadramentos estratigráficos e arquitetónicos, como o caso do Castelo de Castro Marim (Pereira, 2008), do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010), de Monte Molião (Arruda e Pereira, 2010; Pereira, Alves e Sousa, 2014; Pereira; Arruda e Sousa, 2019; Arruda *et al.*, 2020) e de Chibanes (Soares *et al.*, 2019). Ou de revisão de escavações antigas como a Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1996; 1998a, Pereira, 2013c, 2014, 2018), Castelo da Lousa (Galamba, 2008); Alcácer do Sal (Gomes, 2016, 2017a); Castro de Pragança (Figueiredo, Melo e Araújo, 2007; Melo e Pimenta, 2020) e Castro de Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019). Ou mesmo de conjuntos provenientes de recolhas menos ortodoxas, como o caso das destruições do sítio do Alto dos Cacos (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012; Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014) ou das safras por detectoristas em sítios icónicos como os Chões de Alpompe (Fabião, Pereira e Pimenta, 2014).

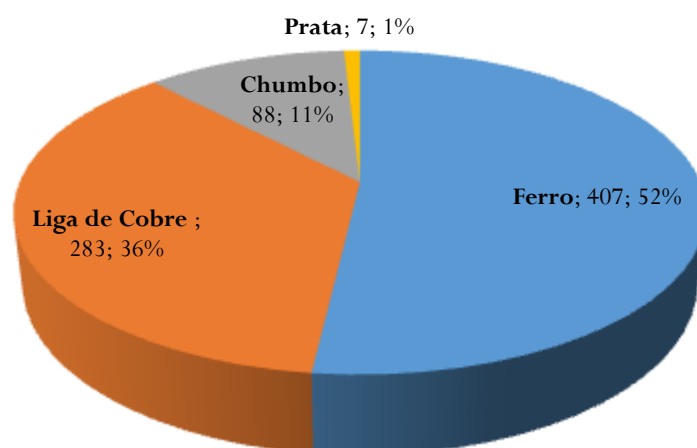


Figura 129 – Análise dos tipos de ligas presentes nos artefactos metálicos de Castelinhos.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Liga	Categoria funcional	Tipo	N.º Frag.	NMI	% NMI por Liga	% NMI por Categoria	% NMI total dos Metais
FERRO	Armas e <i>militaria</i>	Lamina de espada (?)	1	1	0,34%	2,0%	0,2%
		Punhais	8	3	1,02%	6,0%	0,5%
		<i>Pila</i>	5	5	1,71%	10,0%	0,9%
		Possíveis <i>Pila</i>	19	15	5,12%	30,0%	2,6%
		Lanças	2	2	0,68%	4,0%	0,3%
		Couto de lança/ <i>pilum</i>	3	3	1,02%	6,0%	0,5%
		Pontas de seta	11	11	3,75%	22,0%	1,9%
		Projecteis de artilharia	2	2	0,68%	4,0%	0,3%
		Escudo/ <i>Scutum</i>	62	1	0,34%	2,0%	0,2%
		Tachas de Caliga	12	1(?)	0,34%	2%(?)	0,2%
		Algemas	1	1	0,34%	2,0%	0,2%
		Elementos de arreio de cavalo	3	1	0,34%	2,0%	0,2%
		Fivelas	1	1	0,34%	2,0%	0,2%
		Estacas de tenda	3	3	1,02%	6,0%	0,5%
	Total		133	50	17,06%	100%	8,7%
	Instr. Agroflorestais	Foice	1	1	0,3%	100%	0,2%
	Total		1	1	0,3%	100%	0,2%
	Utilitários domésticos	Laminas de facas	12	8	2,7%	100%	1,4%
	Total		12	8	2,7%	100%	1,4%
	Utilitários de carpintaria	Auxiliar de construção de madeira	15	5	1,7%	4,5%	0,9%
		Martelo	1	1	0,3%	0,9%	0,2%
		Formão	1	1	0,3%	0,9%	0,2%
		Cunha	1	1	0,3%	0,9%	0,2%
		Ferragens	2	2	0,7%	1,8%	0,3%
		Chave de ferro	1	1	0,3%	0,9%	0,2%
		Pregos	99	99	33,8%	90,0%	17,2%
	Total		120	110	37,5%	100%	19,2%
	Utilitários de escrita	Alisador de placa de cera	1	1	0,3%	100%	0,2%
	Total		1	1	0,3%	100%	0,2%
	Baixela metálica	Asa de sítula	6	1	0,3%	100%	0,2%
	Total		6	1	0,3%	100%	0,2%
	Objectos de adorno	Argolas/aneis	2	2	0,7%	100%	0,3%
	Total		2	2	0,7%	100%	0,3%
	Objectos indeterminados	Fragm. incaracterísticos e de difícil classificação	100	88	30%	100%	15,3%
	Total		100	88	30%	100%	15,3%
	Restos de Fundição	Escória	32	32	10,9%	100%	5,6%
	Total		32	32	10,9%	100%	5,6%
	TOTAL		407	293	100%		51,0%
LIGA DE COBRE	Armas e <i>militaria</i>	Ponteira de Capacete	1	1	0,5%	1,8%	0,2%
		Possíveis elementos de Capacete	3	1	0,5%	1,8%	0,2%
		Fivelas de armadura?	2	2	1,0%	3,6%	0,3%
		Elementos de armadura	12	2	1,0%	3,6%	0,3%
		Componentes de cinturão militar	15	2	1,0%	3,6%	0,3%
		Fecho de Cinturão em D	5	5	2,4%	8,9%	0,9%
		Botões em anel	5	5	2,4%	8,9%	0,9%
		Fíbulas	38	34	16,3%	60,7%	5,9%
		Elementos de adorno de cavalaria	3	3	1,4%	5,4%	0,5%
		Espora ?	1	1	0,5%	1,8%	0,2%
	Total		85	56	26,8%	100%	9,8%
	Utilitários de carpintaria	Pregos	11	11	5,3%	100%	1,9%
	Total		11	11	5,3%	100%	1,9%
	Utilitários de comércio	Pesos de balança	2	2	1,0%	100%	0,3%
	Total		2	2	1,0%	100%	0,3%
	Instrumentos médico- cirúrgicos	Elementos cirurgicos	6	6	2,9%	43%	1,0%
		Agulhas	7	7	3,3%	50%	1,2%

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

		Pinça	1	1	0,5%	7%	0,2%
	Total		14	14	6,7%	100%	2,4%
	Baixela metálica	Sítulas	6	1(?)	0,5%	10%	0,2%
		Jarro de Tipo <i>Piatra Neamt</i>	1	1	0,5%	10%	0,2%
		Jarro de Tipo Idria	2	2	1,0%	20%	0,3%
		<i>Simpula</i>	4	4	1,9%	40%	0,7%
		Asa/ Armela Tipo Vaiamonte	1	1	0,5%	10%	0,2%
		Coadores	6	1	0,5%	10%	0,2%
		Indeterminados	4				
	Total		24	10	4,8%	100%	1,7%
	Objetos de adorno	Aneis	2	2	1,0%	40%	0,3%
		Brincos	3	3	1,4%	60%	0,5%
	Total		5	5	2,4%	100%	0,9%
	Numismas	Numismas	7	7	3,3%	100%	1,2%
	Total		7	7	3,3%	100%	1,2%
	Objectos indeterminados	Fragm. incaracterísticos e de difícil classificação	113	82	39,2%	100%	14,3%
	Total		113	82	39,2%	100%	14,3%
	Restos de Fundição	Escória e pingos de fundição	22	22	10,5%	100%	3,8%
	Total		22	22	10,5%	100%	3,8%
TOTAL			283	209	100%		36,4%
CHUMBO	Armas e militar	<i>Glans Plumbeae</i>	12	12	18,5%	100%	2,1%
	Total		12	12	18,5%	100%	2,1%
	Utilitários de comércio	Pesos de balança	1	1	1,5%	100%	0,2%
	Total		1	1	1,5%	100%	0,2%
	Numismas	Numismas	1	1	1,5%	100%	0,2%
	Total		1	1	1,5%	100%	0,2%
	Objectos indeterminados	Lingote	3	3	4,6%	13%	0,5%
		Tira de Chumbo	21	21	32,3%	88%	3,7%
		Fragmentos indeterminados	23				
	Total		47	24	36,9%	100%	4,2%
	Restos de Fundição	Pingos de fundição	6	6	9,2%	100%	1,0%
	Total		6	6	9,2%	100%	1,0%
TOTAL			88	65	100%		11,3%
PRATA	Numismas	Numismas	7	7	100%	100%	1,2%
	Total		7	7	100%	100%	1,2%
TOTAL			7	7	100%	100%	1,2%
TOTAL			785	574			100%

Figura 130 – Tabela dos tipos de artefactos metálicos de Castelinhos organizados por liga.

A apresentação do vasto e heterogéneo conjunto metálico de Monte dos Castelinhos é organizada consoante o seu carácter utilitário, atribuindo-se as seguintes categorias: as armas e *militaria*; instrumentos agroflorestais; utilitários domésticos; utilitários de carpintaria; utilitários de comércio; utilitários de escrita; instrumentos médico-cirúrgicos; baixela metálica; objetos de adorno e por último os numismas. Opta-se pela apresentação e representação gráfica da totalidade dos artefactos metálicos mesmo os que não conseguimos classificar, tentando assim uma abordagem mais global do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

conjunto, seguindo a metodologia de abordagem modelar proposta para o estudo do conjunto de metais da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 111).

Numa primeira análise relativa às ligas metálicas presentes, destaca-se os elementos de ferro, com 407 peças (51%), seguido das ligas de cobre, 283 peças (36,4%), ainda que muito fragmentadas, o chumbo com 88 (11,3%) e por último a prata com 7 numismas (1,2%). Numa análise funcional, os objetos indeterminados não passíveis de classificação representam cerca de 41% do conjunto. Entre os artefactos com categorização atribuível, destaca-se a forte presença do capítulo das armas e *militaria*, que assumem realmente um peso significativo, 29%, demonstrando a inegável presença militar itálica (figura 129 e 130).

Por último importa ainda referir que o conjunto dos chumbos identificados foi alvo de um estudo específico, no âmbito da dissertação de Doutoramento de Susana Gomes, no Instituto Superior Técnico, tendo como intuito a sua caracterização, estudo de proveniência e análise de técnicas metalúrgicas, voltaremos a este estudo e seus prometedores resultados *infra* (Gomes, 2018, Gomes *et al.*, 2018).

8.10.1. AS ARMAS E A MILITARIA

Parte do conjunto de armas e da *Militaria*, tendo em conta o seu ineditismo, já foi alvo de estudos parciais e de divulgação pública em diferentes catálogos de exposições (Guerra e Pimenta, 2013; Pimenta, 2013, 2015; Pereira, 2013a; Fabião e Pimenta, 2015). Abordaremos neste capítulo, de forma global, o conjunto de evidências recolhidas no sítio, revendo-se e reanalizando-se toda a informação. Segue-se na sua organização e apresentação a divisão criada por Fernando Quesada Sanz (1997a), com as alterações sugeridas pelo estudo do conjunto da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018). Apresenta-se assim o conjunto das armas dividido por dois grandes grupos: o armamento ofensivo e o defensivo. Dentro do primeiro, subdivide-se em três subgrupos: armas com bainha (espadas retas e punhais); armas hasteadas (*pila*, pontas de lança) e armas com propulsor (projéteis de funda, arco e de artilharia de torção) (Quesada Sanz, 1997a, p. 38). O segundo grupo, armamento defensivo, é subdividido: em armas defensivas ativas (como os escudos) e armas defensivas passivas (como proteção corporal e capacetes).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Para os restantes objetos utilitários que compõem o equipamento militar, optou-se pela designação latina - *Militaria*. Tendo em conta a variabilidade deste conceito e do que ele inclui, importa clarificar o que se entende por *militaria* neste trabalho. Não existem critérios rígidos e específicos sobre o que se deve integrar na definição de equipamento militar, variando assim consoante os autores (Pereira, 2018, p. 113). Podem assim ser integrados objetos que só são usados pelo exército como outros que pertencem tanto ao mundo militar como ao civil (Bishop, 2011, p. 115). Este facto implica que se tenha em atenção o contexto arqueológico em que os artefactos são identificados, sendo muitas vezes o contexto e suas associações que podem determinar o carácter militar ou não dos artefactos. Veja-se as diferentes abordagens e o que se considera e valoriza como equipamento militar em quatro obras de relevo recentemente editadas (Poux, 2008; Ble Gimeno, 2015; Pereira, 2018 ou Guillaud, 2019). Na presente abordagem, opta-se por considerar *militaria*, na senda dos trabalhos supracitados, os elementos associados ao equipamento militar *stricto sensu*, devidamente contextualizados no sítio em apreço, dividindo-os assim em seis grandes grupos: as tachas das botas militares (*clavi caligarii*); os componentes de cinturão militar (*Balteum militare* ou *balteus*); os botões com anel; as fíbulas; os elementos de arreio associados à cavalaria; e as estacas de tenda.

No Monte dos Castelinhos identificou-se um amplo conjunto de 229 artefactos metálicos que identificamos dentro desta categoria de armas e *militaria*, que correspondem a uns significativos 29% do total do conjunto. Se tivermos em conta a análise do total dos fragmentos por NMI, estes descem para 117 e equivalem mesmo assim a 20% do total. Não podemos deixar de valorizar esta representatividade, quando artefactos relacionados com outras atividades de índole mais quotidiano não surgem como os utilitários agrícolas ou estão parcamente atestados como os instrumentos agroflorestais. Voltaremos a esta questão mais à frente. Ver Anexo 3, Estampa 134 a 147 e Anexo 5, Catálogo 23.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

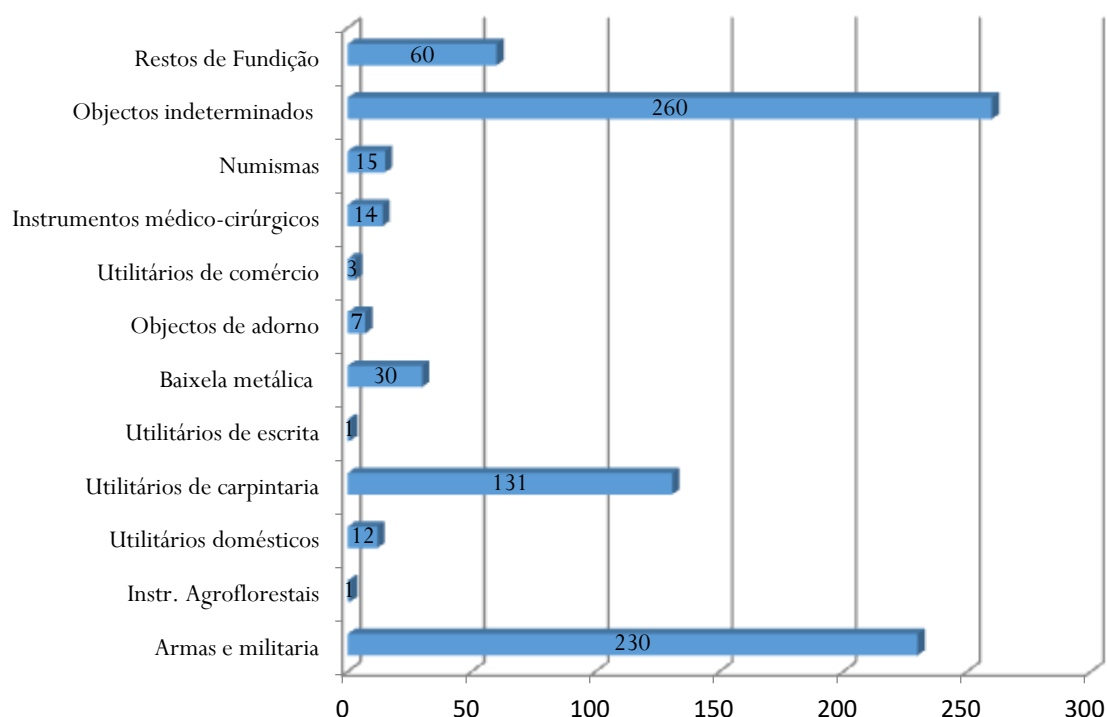


Figura 131 – Análise das categorias funcionais dos artefactos metálicos de Castelinhos, análise por número de fragmentos inventariados.

ARMAS OFENSIVAS

Os elementos metálicos identificados como armas ofensivas apresentam-se como um conjunto significado de 62 fragmentos, correspondendo a um NMI de 58 exemplares. Este conjunto comporta: uma possível lâmina de espada, punhais, armas hasteadas, e armas associadas a propulsor, nomeadamente projéteis de funda, pontas de seta e de artilharia de torção.

ARMAMAMENTO OFENSIVO: ARMAS EMPUNHADAS

Inicia-se a apresentação das armas ofensivas com os elementos que podemos interpretar como armas empunhadas (Quesada Sanz, 1997a, p. 38). Identificaram-se no Ambiente 25 da Sondagem 4, no decorrer da escavação da UE 353, diversos fragmentos com colagem de uma lâmina de ferro. Infelizmente este nível correspondia a uma área de combustão, encontrando-se a lâmina em muito mau estado. Foi possível recuperar e restaurar apenas parte da peça. Três fragmentos foram colados reconstituindo assim uma lâmina metálica com 13cm de comprimento máximo, com uma largura de 4,1cm e uma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

espessura de 0,5cm (Estampa 134, n.º 1382). A interpretação desta lâmina como parte de uma espada é feita com muitas interrogações, tendo em conta o seu estado de preservação. De facto, como é assaz reconhecido no estudo do armamento, nem sempre é fácil a distinção entre espada e punhal (Quesada Sanz, 1997a, p. 273). Contudo, a largura da lâmina e o seu comprimento estimado pelo seu contexto de exumação levam-nos a propor a sua inclusão nesta categoria.

Interpreta-se três peças em liga de cobre, recolhidas na Sondagem 4, como pertencentes a bainhas de armas empunhadas - espada ou punhal. Dois fragmentos correspondem a uma folha de liga de cobre dobrada sobre si mesmo nas extremidades e formando dois laços circulares, que funcionaria como presilha, onde entrava uma argola, para se prender ou suspender a bainha da espada/punhal. As duas peças correspondem a duas bainhas distintas, tendo em conta a sua decoração lateral, que se apresenta diferenciada. Esta é constituída num dos casos MC 7590 (Estampa 134, n.º 1383), por finas linhas paralelas incisadas lateralmente e no outro MC 7555 (Estampa 134, n.º 1384) por uma depressão longitudinal na argola. Ambas as peças foram recolhidas em níveis estratigráficos que associamos ao abandono da Fase 2, uma é proveniente do Ambiente 2 e outra do 12. A par destas peças, identifica-se ainda um fragmento de uma guarda lateral de bainha de espada (Estampa 134, n.º 1385). Esta é composta por uma folha de liga de cobre, dobrada sobre si mesma e com perfil curvilíneo em U. Tinha como finalidade a proteção lateral da bainha, nomeadamente na área do gume. Parece corresponder à parte final da bainha, onde devia entrar a guarda do forro ou ponteira. Tendo em conta a sua inclinação, parece corresponder a uma bainha de espada. O exemplar em apreço foi identificado na Sondagem 8, em níveis que associamos à fase 2 e onde como veremos foi recolhido um conjunto significativo de metais. Durante o período romano republicano, as bainhas de espada e punhal de tradição hispânica testemunham uma relativa simplicidade (Kavanagh de Prado e Quesada Sanz, 2009, p. 340; Guillaud, 2019, p. 170). Só a título de exemplo de paralelos para as guardas laterais de bainha em bronze, identifica-se peças similares à aqui apresentada na Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2028, Est. 29), na necrópole de El Romazal (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 202, Fig. 119 e fig. 153) e em *Libisosa* (Quesada Sanz e Uroz Rodriguez, 2020, p. 29, fig. 3). Já em relação às duas peças de presilhas laterais da bainha, estas encontram amplos paralelos particularmente em contextos de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

índole militar, como os acampamentos datados já do principado de *Vindonissa* e *Haltern* (Guillaud, 2019, p. 170). Contudo, apesar destas ocorrências existem peças similares em contextos anteriores, como os conhecidos exemplos da necrópole de Alcácer do Sal (Gomes, 2016, Est. XCIV, n.º 916 e 917, Est. CI, n.º 937 e 938 e Est. CV). Para o período romano republicano, um exemplar similar bem preservado foi identificado na Gália em Berry-Bouy, datado do último terço do século I a.C. (Feugère, 1994, p. 13, fig. 10, n.º 2).

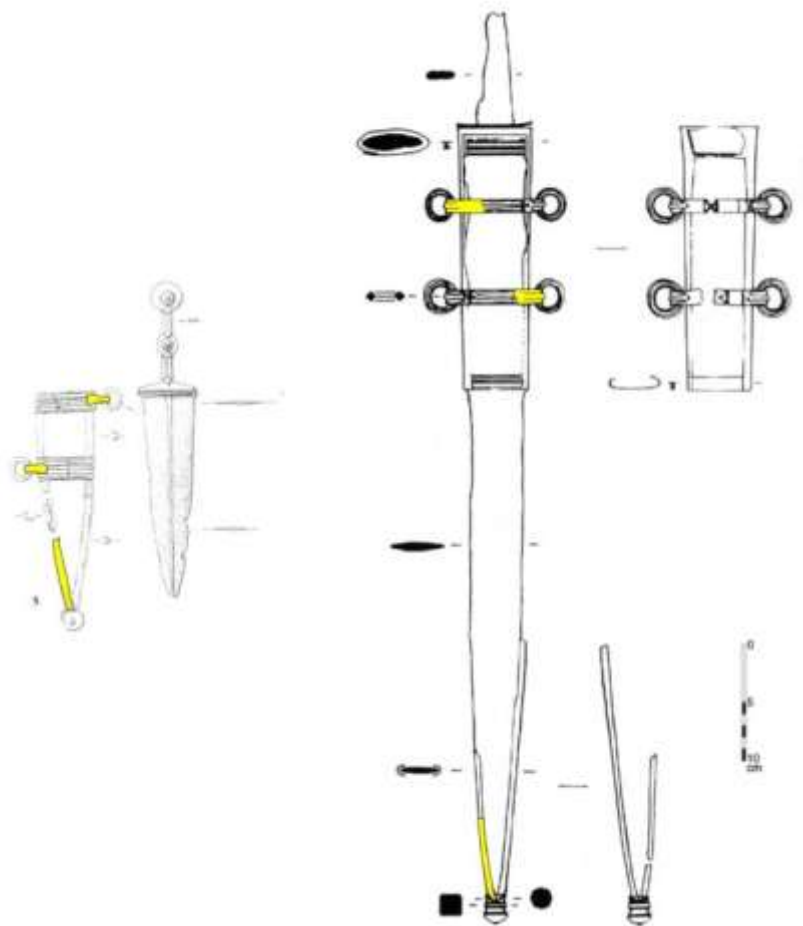


Figura 132 – À esquerda, punhal de punho bidiscoidal de ferro, com a bainha correspondente em liga de cobre, proveniente da necrópole romana republicana de El Romazal (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, Fig. 119). À direita, espada de ferro com a respetiva bainha de liga de cobre, encontrada em Berry-Bouy, datada das últimas décadas do século I a.C. Segundo Feugère, 1994, p. 13, fig. 10, n.º 2. A amarelo identifica-se os fragmentos presentes em Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No decorrer da escavação dos níveis de abandono/destruição da Fase 2, do Ambiente 14, Sondagem 4, identificaram-se diversos fragmentos em ferro que interpretamos como fazendo parte de um cabo de punhal bidiscoidal (Estampa 135, n.º 1386). Este tipo de arma apresenta-se particularmente bem atestado nos contextos militares romanos republicanos peninsulares (Quesada Sanz, 2019, p. 417). A origem destes característicos punhais encontra-se claramente relacionados com o mundo indígena celtibérico (Kavanagh de Prado, 2008, p.8), tendo sido posteriormente adotado progressivamente pelos romanos dando assim origem ao *pugio* (Kavanagh de Prado e Quesada Sanz, 2009, p. 339; Pablo Martínez, 2012, p. 65). De acordo com a tipologia apresentada por Eduardo Kavanagh de Prado, apesar de muito fragmentado, o exemplar de Monte dos Castelinhos pode se enquadrar no tipo de cabo de discos concêntricos, com cronologias centradas entre os séculos II e I a.C. (Kavanagh de Prado, 2008, p. 24).

O punhal é uma arma secundária própria do legionário romano, que apesar de não ser mencionada por Políbio, é conhecida e aceite de forma generalizada com base no registo arqueológico e iconográfico. A nível morfológico, os punhais de punho bidiscoidal caracterizam-se por uma lâmina pistiliforme, de secção com nervo central, variando a sua dimensão consoante a época. A empunhadura é formada por um espigão que se projeta a partir da lâmina e que mediante rebites se fixa o punho. Estes punhais caracterizam-se pela presença de dois discos, que lhe dão o nome, um no centro da empunhadura e outro no extremo proximal da arma formando o pomo (Ble Gimeno, 2015, p. 133). A bainha é feita de material orgânico com reforço metálico, similar aos do *gladius hispaniensis*, como pode ser observado nos exemplares bem preservados da necrópole de El Romazal, associada ao povoado de Villasviejas de Tamuja (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 201, Fig. 119 e 153). Apesar da origem indígena, a presença de punhais bidiscoidais em contextos militares romanos encontra-se bem caracterizada, atestando o sucesso desta arma e sua progressiva disseminação (Fernández Ibáñez, 2008). Estes punhais surgem nos acampamentos do cerco de Numância, nomeadamente em Renieblas e Castillejos (Kavanagh de Prado, 2008, p.76) e em Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 25, p. 195-200), assim como no acampamento de Herrera de Pisuerga (Fernández Ibáñez, 2005, fig. 1.2. e 7).

Como se procedeu esta adoção de uma arma indígena do mundo celtibérico por parte do exército romano? A maioria dos autores propõe a existência de duas fases distintas neste

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

processo que esteve na génese do *pugio*: um momento inicial que se limitou à utilização de armas indígenas integradas nos corpos auxiliares das legiões e outro posterior que supõe a produção própria por parte do exército senatorial e a sua dispersão por toda a esfera do mundo romano (Kavanagh de Prado, 2008, p. 74-80; Fernández Ibáñez, Kavanagh de Prado e Veja Avelaria, 2012, p. 201-205). A primeira fase desenrolou-se entre as Guerras Celtibéricas (154-133 a.C.) e o conflito Sertoriano (81-72 a.C.), vinculando-se a este período os exemplares do cerco Numantino (Luik, 2002, p. 87-89), os de Azucarera (Quesada Sanz, 1997a, cat. 6260), La Caridad (Ezquerria Lebrón, 2005, p. 205), *Libisosa* (Quesada Sanz e Uroz Rodríguez, 2020, fig. 3) e de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 25). A segunda inicia-se com a profissionalização do exército a partir das reformas de Mário, mas que se faz sentir particularmente no período de César. A difusão deste tipo de arma encontra-se plasmada na estela funerária do centurião *Minucius Lorarius*, da *Legio Martia* anterior a 42 a.C. (Ble Gimeno, 2015, p. 134) e nas moedas de M. Junio Bruto comemorativas do assassinato de César, em 44 a.C. (Crawford 508/3), onde se observa claramente um punhal bidiscoidal do lado direito (Kavanagh de Prado, 2008, fig. 23). Do ponto de vista arqueológico, esta difusão encontra-se demonstrada pela presença de um *pugio* no assédio de Alésia em 52 a.C. (Sievers, 2001, p. 155).

Será a partir de finais do século I a.C. coincidindo com o principado de Augusto que os punhais de punho bidiscoidal se estendem pelo Império, convertendo-se numa referência castrense e num símbolo da condição militar do seu proprietário (Kavanagh de Prado, 2008, p. 78).

No território português, os dados são escassos sobre a sua presença, destacando-se os exemplares republicanos da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 142-145, Est. 24 e 25). Porém existem outras ocorrências que carecem de estudo. Na área de Beja, um exemplar é brevemente referido, no relatório da segunda campanha de escavações da *Villa* romana de Ponte de Lisboa, Beringel (Canhão, 2001, Est. VII). Apesar de aparentemente ter sido recolhido num contexto tardio, existem materiais tardo republicanos e Augustanos, como numismas, *Terra Sigillata* Itálica e ânforas Haltern 70 que podem supor uma ocupação mais recuada (Canhão, 2001). Associados aos primeiros momentos de ocupação do Noroeste do território português existem duas ocorrências. Um exemplar exumado numa escavação no centro histórico de Chaves, que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

teria surgido num nível de finais do século I a.C. associado a ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1 e outros elementos de *militaria* (Fonte, 2015, p. 289, fig. 169) e outro exemplar proveniente de Braga, particularmente bem preservado, recentemente trazido a público, divulgado nas redes sociais do Museu Dom Diogo de Sousa e certamente associado à primeira fase da cidade de *Bracara Augusta*.

Em Castelinhos, uma lâmina de ferro pode ainda ser identificada como pertencente a punhal bidiscoidal, ainda que o seu estado de preservação não permita uma classificação categórica, podendo já ser considerada como *Pugio* (Estampa 135, n.º 1387). O exemplar MC 12362 foi recolhido na área de Sondagem n.º 8, na UE 465, tendo surgido a par de uma ânfora Ovoide 6 importada do vale do Guadalquivir fragmentada *in situ*. Evidencia um gume triangular com 16 cm de comprimento, de secção lenticular engrossada, com 0,9cm de espessura máxima e espigão de secção quadrangular para encabamento. Este exemplar é muito similar a um punhal da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 146, Est. 26, n.º 1). A sua morfologia evidencia similitudes com as lâminas do *gladius hispaniensis*, compare-se com o exemplar coetâneo de *Urso* (Quesada, 2008b, p.15). Temos, porém, que matizar que não oferece as mesmas dimensões, sendo neste caso claramente um punhal. Porém tal oferece um problema visto que se afasta de todos os tipos de punhais conhecidos em território peninsular (Quesada, 1997a, p.280, fig.164), aproxima-se mais do exemplar de lâmina de *pugio* recolhido em Alésia (Sievers, 2001, p. 155) ou em Titelberg (Poux, 2008, p. 328, fig. 19). Por último, na necrópole do Cerro de las Balas (Écija, Sevilha) recolheu-se na sepultura 13 um exemplar de punhal em tudo idêntico ao que aqui apresentamos de Castelinhos (Pariente de León e Quesada Sanz, 2000). O interessante nessa sepultura, com possível cronologia Cesariana, é que o contexto permite reconstituir o punhal, como sendo bidiscoidal do tipo “Celtibérico”. De facto, o processo de decomposição do metal levou a que as partes metálicas de liga de cobre que faziam parte da empunhadura se tivessem separado. Contudo estas, assim como a respetiva bainha encontrou-se associada no mesmo contexto (Pariente de León e Quesada Sanz, 2000, Lâmina I e II e figura 6 e 7)

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

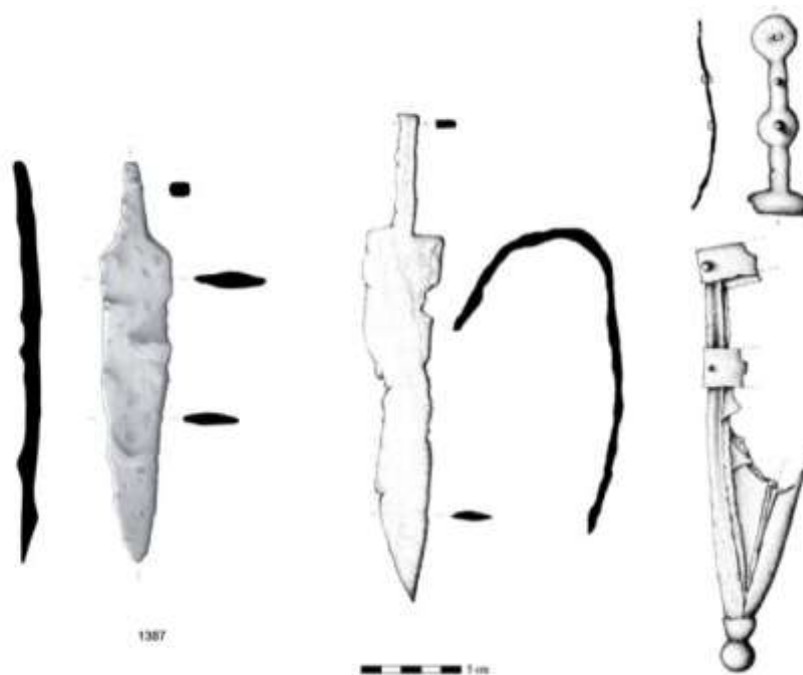


Figura 133 – Comparação entre uma lâmina de punhal de ferro de Castelinhos, à esquerda e à direita um exemplar de lâmina e respectiva empunhadura e bainha em liga de cobre da necrópole do Cerro de las Balas, Écija, Sevilha (Pariente de León e Quesada Sanz, 2000, Lâmina I e II e figura 6 e 7).

Por último, no campo das armas empunhadas, decidimos incluir um exemplar que é interpretado como faca, mas para o qual não se nega uma utilização como arma, na senda da recente publicação dos conjuntos de armamento de *Libisosa* e onde estas são incluídas (Quesada Sanz e Uroz Rodríguez, 2020, p. 53, fig. 13). Aliás são conhecidas na literatura da especialidade como facas afalcatadas, por fazerem lembrar com a sua lâmina curva as Falcatas ibéricas (Quesada Sanz, 1997a, p. 167-168). O exemplar em apreço é em ferro e foi recolhido completo na escavação dos níveis de abandono do Ambiente 30 da Sondagem 5 (Estampa 135, n.º 1388). Evidencia uma lâmina curva com 15cm de comprimento, por 2,5 de largura e 0,5cm de espessura. Este tipo de facas é relativamente comun nos contextos indígenas da II Idade do Ferro, sendo a função dos exemplares de maior dimensão como o aqui em apreço alvo de algum debate (Pereira, 2018, p. 279), dividindo-se os investigadores entre os que apenas as interpreta como tendo um carácter doméstico multifuncional (Quesada Sanz, 1997a, p. 167-168 e Berrocal Rangel, 1992, p. 153) e os que a consideram como parte do armamento ofensivo (Mateos Leal e Sánchez Nicolás, 2014, p.142). Estes últimos, baseiam a sua

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

interpretação em grande parte na sua associação a outras armas em contexto funerário de guerreiros, nomeadamente na zona Abulense. A recente publicação dos dados da necrópole de El Romazal, associada ao povoado de Villasviejas de Tamuja, vem relançar esta leitura com a associação de facas afalcatadas similares à de Castelinhos a umbos de escudo em ferro, punhais de antenas e bidiscoidais, pontas de lança, etc, numa clara associação à panóplia militar (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 223-225, Fig. 163 e 164). O exemplar de Castelinhos encontra igualmente bons paralelos nos exemplares em tudo similares, identificadas nos níveis de abandono/destruição do povoado de El Raso de Candeleda, Ávila, associado ao conflito entre César e Pompeio (Fernández Gomez, 2008, p. 196). No território português, exemplares similares encontram-se bem documentados na Cabeça de Vaiamonte, admitindo-se o seu uso dual (Pereira, 2018, p. 279, Est.108, n.º 1 e 2).

ARMAMAMENTO OFENSIVO: ARMAS HASTEADAS

The legionaries, from the upper ground, easily broke the massformation of the enemy by a volley of *pila*, and, when it was scattered, drew their swords and charged.

(Caesar, *Gallic War* 1.25.2–4)

Apesar de se encontrarem muito fragmentados, identifica-se nos níveis romano republicanos de Monte dos Castelinhos um conjunto significativo de 29 elementos de ferro que interpretamos como pertencentes a *Pila*, lanças e contos de lança/*pilum*. Esta categoria de armas hasteadas constitui-se de armas compostas por uma parte metálica e uma componente de madeira onde eram hasteadas, independentemente de serem arremessadas ou não (Quesada Sanz, 1997a, p. 38).

Começando pelos primeiros. O *Pilum* é uma das armas mais características dos corpos de infantaria dos legionários romanos, constituindo um dardo pesado, com uma parte em ferro, evidenciando alguma variabilidade morfológica ao longo do tempo (Bishop, 2017). Um arremesso de *pila* marcava o início de uma batalha, antecedendo o embate dos exércitos. Esse arremesso destinava-se a enfraquecer e desorganizar a linha da frente permitindo aos legionários aproximar-se com o seu *gladius*. Nos exércitos romanos republicanos, os legionários carregavam normalmente dois *pilas*, que faziam

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

parte do pacote de armas, juntamente com a espada e o escudo usados numa cuidadosa e sincronizada sequência coreografada, como nos é descrito pelo próprio Júlio Cesar, nas Guerras da Gália (Bishop e Coulston, 1993, p.52). O carácter penetrante destes dardos destinava-se a trespassar os escudos dos oponentes, e se possível o adversário. A sua morfologia específica destinava-se a que uma vez arremessados se tornasse inviável a sua utilização.

O *pilum* compõe-se de três partes diferenciadas: a ponta, a haste que pode ter secção circular ou quadrangular e o alvado, sendo que a parte em madeira raramente chega até nós (Pereira, 2018, p. 139). Em Monte dos Castelinhos identificaram-se diversos fragmentos que interpretamos, ainda que com alguma temeridade, como pertencente a *pila*, ainda que o seu estado de conservação possibilite na maioria dos casos uma classificação categórica (Estampa 136, 137; Estampa 138, n.º 1402 e Estampa 139, n.º 1409, 1410, 1413 a 1416 e 1418). Apresentam-se 24 elementos de ferro que inserimos nesta categoria, sendo que estes são constituídos por 13 pontas, 9 hastes e 2 fragmentos de encabamento com rebites metálicos. Dois exemplares foram recolhidos em unidades estratigráficas associadas à fase 1 do sítio e os restantes foram exumados nos níveis de destruição da Fase 2. Não é claro, na maioria dos casos, se estaríamos perante *pila* pesados, para os quais se estima um comprimento de haste de ferro entre os 50 e 70 cm, ou *pila* ligeiros, normalmente associados a tropas auxiliares (Quesada Sanz, 2008b, p. 14). Apenas em três casos se preserva a extremidade proximal, com a zona de fixação da haste no cabo em madeira. Em dois dos exemplares, correspondem ao primeiro modelo definido por Connolly (1997, p. 44), encabamento através de placa ou lingueta, dos quais se preservam os rebites metálicos que asseguravam essa ligação (Estampa 136, n.º 1390 e 1392). Exemplares com soluções idênticas do encabamento são conhecidos da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 139, Est. 22, n.º 1 a 4). O outro exemplar, corresponde a um modelo de encabamento através de um alvado, encontrando-se infelizmente quebrado precisamente nessa zona (Estampa 138, n.º 1402). Trata-se de um sistema de encabamento muito comum no mundo indígena peninsular, o que dificulta a sua atribuição cultural (Quesada Sanz, 1997a, p. 345). Todavia, a sua associação a modelos de *pila* romanos é inequívoca, encontrando-se este sistema de encaixe atestado no segundo tipo definido por Connolly (1997, p. 44-49). Este modelo, quer ao nível do encabamento, quer ao nível do perfil, encontra bons

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

paralelos nos *pila* de Caminreal (Vicente *et al.*, 1997; Bishop, 2017, p. 17 n.º 6) e de Alésia (Poux, 2008, p. 358-358).

O exemplar melhor preservado de Castelinhos evidencia uma ponta simples, entenda-se sem a característica extremidade piramidal, mede 24,8cm e evidencia uma placa de chumbo dobrada em torno da haste de ferro, com o intuito de servir de contrapeso (Estampa 136, n.º 1389). De facto, não é incomum o acrescento destes contrapesos aos *Pila*, para melhorar o poder de penetração e aumentar o alcance (Bishop, 2017, p. 6). Uma peça de chumbo similar, foi recolhida em Chões de Alpompé (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, fig. 18, n.º 53). Este tipo de pontas simples, constituindo apenas o prolongamento apontado da própria haste, foi definido como tipo F da proposta de tipos de pontas de *Pila*, recentemente apresentada sendo-lhe proposto uma cronologia centrada no século I a.C. (Ble Gimeno, 2015, p. 148, fig. 11).

Como acima referimos, existe alguma variabilidade na morfologia dos *pila*, encontrando-se bem atestado que esta arma sofreu uma série de desenvolvimentos durante o período romano republicano. Tendo em conta o registo arqueológico, nomeadamente o peninsular, é claro que durante esta fase não existia um tipo de *pilum* em uso, mas antes diversas formas que evoluíram gradualmente (Bishop, 2017, p. 7). Compare-se só a título de exemplo a diversidade dos exemplares dos acampamentos militares em torno de *Numantia* (Luik, 2010, figura 3); os exemplares dos níveis de destruição do conflito Sertoriano em Valência (Alapont Martin, et al., 2009, p. 17); os de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 24); os de *Libisosa* (Quesada Sanz e Uroz Rodriguez, 2020, p. 29, fig. 3); os de Caminreal (Vicente *et al.*, 1997); os de Urso (Quesada Sanz, 2008b, figura 4); os da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 139, Est. 22, e 23); ou mesmo os do Castelo da Lousa (Galamba, 2008).

Os exemplares de Castelinhos, de parte distal simples ou com ligeiro espessamento, encontram bons paralelos nos *pila* recolhidos por P. Paris e A. Engel em 1903, nas escavações da muralha de Urso, Osuna (Quesada Sanz, 2008b). Esta similitude é interessante, visto este nível de destruição encontrar-se atribuído ao conflito entre César e Pompeio (Salas Alvarez, 2002). Conseguimos igualmente estabelecer estreitos paralelismos entre o pequeno conjunto de Castelinhos e os *pila* de Caminreal (Vicente

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

et al., 1997) de cronologia Sertoriana, assim como com as armas do cerco Cesariano de Alésia (Poux, 2008, p. 332, figura 22).

No território português, os dados sobre a presença de *pila* são escassos, sobressaindo o conjunto da cidade de *Conimbriga* (Alarcão e Ponte, 1979, Planche XVIII, n.º 17-19), o da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a; Pereira, 2018, p. 139, Est. 22 e 23), o das escavações antigas do Castelo da Lousa (Galamba, 2008) e a ponta de *pilum* da necrópole romana de Paredes, Alenquer (Pereira, 1970b, p. 71, Est. V, n.º 40). Contudo, recentes contributos, assim como a revisão de coleções antigas, têm vindo a ampliar a amostragem: um exemplar de alvado recolhido por Leite de Vasconcelos em 1917, na área de Monsanto, em Adingeiro, recentemente trazido à colação por Carlos Fabião (Fabião, 2014, p. 18, fig. 6); uma ponta de *pilum* proveniente das investigações antigas de Marques da Costa em Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019, fig. 11, n.º 62), assim como das escavações recentes aí promovidas pelo Museu da Assembleia Distrital de Setúbal, cuja equipa deu a conhecer um exemplar de *pilum* ligeiro com alvado (Soares *et al.*, 2019, fig. 9, n.º 4); um possível exemplar de Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, fig. 86, n.º 81). A estes elementos, o desenrolar da investigação conducente a esta dissertação permitiu aduzir um exemplar de *pilum* ligeiro com alvado, de Alto do Castelo, Alpiarça, proveniente de recolhas antigas e depositado no Museu da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Estampa 189, n.º 2104); diversos fragmentos provenientes das escavações de Leite de Vasconcelos no Castro de Pragança, Cadaval (Estampa 171); por último, um exemplar bem preservado e outro fragmentado, de enquadramento contextual difícil provenientes da Quinta de São Gião, Torres Vedras, depositados no Museu Leonel Trindade (Estampa 200, n.º 2266 e 2269).

Entre o conjunto de armas hasteadas, identificam-se 2 pontas de lança com alvado, ainda que apenas um dos fragmentos permita representação gráfica (Estampa 138, n.º 1403). O estado de preservação dos exemplares de Castelinhos infelizmente não permite grandes ilações visto que no exemplar melhor preservado apenas conserva o alvado e o arranque da folha da lança propriamente dita, vislumbrando-se uma nervura central e a sua forma de tendência oval. Este tipo de lanças conserva características do armamento indígena pré-romano (Quesada Sanz, 1997a, p. 352-404), contudo, a sua presença em contextos romanos republicanos encontra-se bem documentada, como é o caso das

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

lanças de Alésia (Poux, 2008, fig. 24); de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 24, n.º 184); dos acampamentos em torno de Numância (Luik, 2010, fig. 2); dos exemplares de *Libisosa* (Quesada Sanz e Uroz Rodriguez, 2020, p. 29, fig. 5); e de Urso (Quesada, 2008b, p. 15, fig. 5b). No território português, lanças idênticas encontram-se atestadas em *Conimbriga* (Alarcão e Ponte, 1979, Planche XVII); em Lisboa (Silva, 2014, fig. 6); no povoado do Pedrão, Setúbal (Soares e Silva, 1973, Est. VI, n.º 34 e 35); na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 133, Est. 17) e nas Mesas do Castelinho (Fabião, 1988a, fig. 74, n.º 2).

Por último, entre os elementos metálicos que incluímos na categoria das armas hasteadas, identificou-se em Castelinhos três contos de lança/*pilum* em ferro (Estampa 138, n.º 1404 a 1406). O conto ou *cuspis* em Latim é uma peça metálica colocada no extremo da haste oposta à ponta, com uma multiplicidade de funções que se prendem com a sustentação da arma, assim como a sua utilização como uma segunda ponta (Quesada Sanz, 1997a, p. 431). Encontra-se bem documentada entre o armamento do mundo indígena peninsular, sendo usual a sua associação ao grupo das lanças. Porém encontra-se igualmente atestado, que o grupo dos *pila* seria provido de contos na sua extremidade (Bishop, 2017). Optamos assim por manter em aberto a classificação destes como contos de lança/*pilum*, por não ser clara a sua atribuição. De acordo com o estudo modelar de Fernando Quesada Sanz, assiste-se a uma diminuição do tamanho destes elementos ao longo do tempo, caracterizando-se os modelos piramidais de pequena dimensão, como os exemplares em análise, a momentos já do período romano republicano (Quesada Sanz, 1997a, p. 431).

Exemplares idênticos aos de Castelinhos encontram-se presentes em *Conimbriga* (Alarcão e Ponte, 1979, Planche XVII, n.º 12 a 14); no Castelo de São Jorge, em Lisboa em contextos do terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta, 2005, p. 33); na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 134, Est. 18) e no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, Est. CLXV, n.º 68 a 71).

ARMAMENTO OFENSIVO: ARMAS ASSOCIADAS A UM PROPULSOR

Entre o conjunto de metais recolhidos nos contextos romano republicanos de Castelinhos identificam-se 24 elementos que atribuímos a armas destinadas a ser

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

disparadas à distancia através de um mecanismo propulsor (Quesada Sanz, 1997a, p. 38). Podemos identificar três grupos distintos: projéteis de arco; projéteis de funda; projéteis de artilharia (Ble Gimeno, 2015).

Não existe muita informação nas fontes clássicas e iconográficas da antiguidade sobre o uso do arco como arma de guerra durante a fase da conquista romana, contudo a nível arqueológico conhecem-se uma grande quantidade de projéteis de flecha (Ble Gimeno, 2015, p. 161), surgindo estes quase sempre sob a forma de pontas de ferro ou de liga de cobre. Os elementos metálicos pertencentes aos arcos propriamente ditos são raros, ainda que se encontre atestado um interessante fragmento na Cabeça de Vaiamonte, interpretado como provável elemento de arco composto (Pereira, 2018, p. 137, Est. 19, n.º 5). O arco composto terá sido utilizado nos séculos II e I a.C. com a presença no corpo dos exércitos de forças auxiliares (Quesada, 1997a, p.464). É nos contextos associados ao processo de conquista que se encontra bem atestada a presença de pontas de seta de ferro, algumas com pedúnculo e aletas, como nos acampamentos do cerco de Numância, em *Urso*, ou Azaila (Quesada, 1997a, p.464).

As pontas de seta que identificamos em Monte dos Castelinhos inserem-se em dois tipos: o de lâmina bipiramidal, atestado por sete exemplares (Estampa 139, n.º 1407, 1408, 1414 e 1417; Estampa 140, n.º 1424 a 1426) e o de ponta piramidal destacada representado por cinco projéteis (Estampa 139, n.º 1411 e 1412 e Estampa 140, n.º 1421 a 1423).

Os primeiros, caracterizam-se pela lâmina piramidal alongada ou bipiramidal maciça, com uma das extremidades destacada da zona de encabamento por espigão, sendo variável a sua dimensão. Inserem-se no tipo A.I, definido para as pontas de seta da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 132, Est. 16, n.º 1 a 4). Este tipo apresenta semelhanças com o *tipo E de Urso* (Quesada Sanz, 2008b, p.15-16, fig.8 E), que é considerada pelo autor como a ponta de seta mais eficaz na perfuração de cotas de malha. Pontas de seta similares surgem particularmente bem atestadas: no campo de batalha de Las Albahacas – *Baecula* (208 a.C.), denominadas como “Pontas Numância”, com uns impressionantes 136 exemplares (Quesada Sanz *et al.*, 2015, p. 359, fig. 21); nos acampamentos numantinos de Renieblas III e IV (Luik, 2002, Abb.190, n.º 210 e Abb.90, n.º 194; 2010, p.69-70, fig.4, n.º 14-15), com cronologias da 2.ª metade do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

século II a.C. ao 1.º quartel do século I a.C.; em Monte Bernório (Torres-Martínez *et al.*, 2012, p. 532, fig.5, n.º 12, 14 e Torres-Martínez *et al.*, 2013, fig 5), onde surgem em contextos de finais do século I a.C. No território português surgem como já vimos no conjunto de Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 132, Est. 16, n.º 1 a 4), mas igualmente em *Conimbriga* (Alarcão e Ponte, 1979, Pl. XIX, n.º 36 e 38) e no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 514; Galamba, 2008, p. 24).

O segundo tipo de pontas de seta caracteriza-se por projéteis de cabeça piramidal destacada, haste cilíndrica com alvado (Estampa 139, n.º 1411 e 1412 e Estampa 140, n.º 1421 a 1423). Aproximam-se morfologicamente dos projéteis de catapulta, e muitos têm vindo a ser publicados como *pilum catapultarium*, contudo as suas dimensões são muito menores, com um comprimento em torno dos 5 e 8 centímetros. A sua sistematização e proposta de enquadramento tipológico é recente (Ble Gimeno, 2015, p. 168). Os exemplares de Castelinhos inserem-se no Tipo E da proposta tipológica das pontas de seta romano republicanas de Ble Gimeno (Ble Gimeno, 2015, p. 168, fig. 18). Encontram-se menos representadas, contudo atesta-se a presença deste tipo de pontas de seta em contextos romano republicanos, em Castellet de Banyoles, Ampúrias, Puig Ciutat e Ullastret (Ble Gimeno, 2015, Lâm. 10). No território português destaca-se a presença de peças em tudo idênticas, quer na morfologia quer na dimensão, no acampamento romano da Lomba do Canho, ainda que aí, sejam interpretadas como projéteis de *pilum catapultarium* (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 9).

O uso da funda, enquanto arma propulsora encontra-se bem atestado em Castelinhos, pela presença de projéteis de chumbo em forma de glande. Este tipo de armamento caracteriza-se pela sua simplicidade e baixo custo de fabrico, que aliado ao maior alcance e precisão que o arco a converteram numa arma assaz eficaz que foi amplamente usada na antiguidade (Ble Gimeno, 2015, p. 182).

Os projéteis de chumbo, conhecidos na terminologia latina como *glandes plumbeae*, encontram-se normalmente associadas a corpos especializadas do exército romano, conhecidos geralmente como *funditores* (fundibulários). Todavia, discute-se se estas funções eram acometidas a unidades especiais, auxiliares, ou se seriam exercidas por normais tropas legionárias. Invocam-se, a este respeito, duas informações presentes nas fontes clássicas. Por um lado, sublinha-se a contratação de unidades com especial

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

aptidão no uso deste instrumento, constituídas por indivíduos de determinadas origens, sendo os mais conhecidos os Baleares pela sua destreza no domínio da funda (Veg. 1.16), ou a excelência dos fundibulários da Acaia (Plb. 6.61.2), ainda que na Grécia se atestem com frequência diferentes origens para estes corpos especializados: málios, ródios, acarnianos, tessálios, etólios, etc (Guerra e Pimenta, 2013). É precisamente um contingente com esta última proveniência que se encontra presente no cerco da cidade de Numância, como se atestada através de algumas inscrições em *glandes* aí recolhidas (Gómez-Pantoja; Morales, 2002). Em sentido contrário a esta especialização parecem orientar-se as informações de Vegécio, ainda que se reportando a épocas posteriores, segundo as quais se recomenda a aprendizagem do uso da funda aos elementos mais jovens do exército (Veg. 1.16).

Embora o uso da funda enquanto arma propulsora se possa encontrar em contextos cronológicos muito amplos (Dohrenwend, 2002), no que diz respeito à sua associação com a presença romana na Península Ibérica, o recurso a esta arma encontra-se especialmente atestado no final da República, registando-se arqueologicamente, de modo muito particular, no decurso dos conflitos internos de Roma, em concreto nas Guerras Sertorianas e nas que opõem César aos pompeianos (Guerra, 1987, p. 165; Quesada Sanz, 1997a, p. 476-477). De facto, entre os mais importantes achados deste tipo de materiais, encontram-se precisamente conjuntos que, pela informação de natureza epigráfica ou pelos elementos de natureza histórica, se associam a esses dois acontecimentos (Díaz Ariño, 2005, p. 221, 224). As inscrições que foram gravadas neste tipo de materiais constituem um dos aspetos mais salientes dos materiais provenientes da Hispânia e a sua abundância explica-se pela necessidade de legitimação sentida pelos seus responsáveis (Díaz Ariño, 2005). Tanto Sertório como Pompeio, perante as situações de ilegalidade, procuravam suprir essa carência através desse processo de propaganda com forte impacto, que se repercutia, em primeiro lugar, nas suas próprias tropas (Díaz Ariño, 2008).

Nas escavações dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, identificaram-se 12 projéteis de funda em chumbo (Estampa 141), sendo que cinco destas peças já foram alvo de um estudo anterior (Guerra e Pimenta, 2013). O processo de escavação permitiu enquadrar com rigor a presença destes projéteis na estratigrafia e planimetria do sítio. Estes encontram-se depositados em contextos bem datados

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

podendo, dentro do faseamento da estação, ser associados ao momento de destruição generalizada do local que pôs término à Fase 2. Nestes contextos, documentaram-se igualmente diversas peças que atestam o manuseamento e fundição deste metal, nomeadamente lingotes de chumbo, peças cortadas ou com marcas de corte e pingos de fundição. Destaca-se um elemento que atesta inequivocamente o fabrico deste tipo de projéteis no local através da técnica de martelagem.

Tendo em conta o seu carácter perene, a atenção prestada pelos investigadores a este tipo de armamento tem-se centrado na classificação das glandes (Morell Cortés, 2010, p. 395). Como consequência, existem várias propostas de classificação destes projéteis. Estas prendem-se com aspetos formais e menos com os metrológicos. A proposta mais completa e que tem vindo a ser mais utilizada é a de Völling, identificando seis tipos morfológicos de glandes (Völling, 1990, Abb. 19). No presente trabalho, segue-se a recente proposta de Ble Gimeno que, com base no trabalho de Völling, e no recente avanço dos estudos sobre armamento militar romano, em particular na Península Ibérica, propõe uma nova tabela de classificação (Ble Gimeno, 2015, p. 188, fig. 24). Nos últimos anos, tem vindo a ser tido em atenção os parâmetros metrológicos dos projéteis, nomeadamente através da sua comparação com o sistema uncial romano (Fontenla Ballesta, 2005; Mataloto, 2014). Conclui-se assim que as glandes bicónicas, têm pesos que vão entre a 1 e as 5 *unciae*, sendo o mais abundante o peso das 2 onças (45gr) (Fontenla Ballesta, 2005, p. 69). Contudo, como poderemos ver na variabilidade dos tipos de peso presentes em Castelinhos, não valorizamos excessivamente esta padronização, tendo em conta que estamos perante peças que eram produzidas em massa e em contextos por vezes de pressão.

O processo de produção destes singulares projéteis pirobalísticos encontra-se bem estudado, podendo-se dividir em duas grandes técnicas (Guerra, 1987, p. 166-167): o Molde - através da fusão do chumbo e utilização de um recetáculo, no qual o metal era vertido adquirindo assim a forma pretendida. Trata-se da técnica melhor documentada e com diversos tipos de moldes conhecidos (Ble Gimeno, 2015, p. 183, fig. 23). A placa batida – técnica que resulta da utilização de tiras de chumbo batidas, até lhe conferir a forma pretendida, operação facilitada dada a grande ductilidade do chumbo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em Castelinhos encontram-se documentadas ambas as técnicas. Sendo que, as glandes produzidas através de molde, encontram-se atestadas por três exemplares: um de forma oval, inserindo-se no tipo Ia de Ble Gimeno, pesando 42gr (Ble Gimeno, 2015, fig. 23) (Estampa 141, n.º 1427) e outro de forma bicónica, Forma II de Ble Gimeno, preservando ainda nas extremidades os cones decorrentes do verter do chumbo no molde, pesa 45 gr. Esta peça destaca-se no conjunto por preservar vestígios de epigrafia (Estampa 141, n.º 1428). Infelizmente, encontra-se em mau estado de preservação, não sendo clara a sua leitura. Uma análise cuidada da peça permite reconstituir e apresentar uma proposta de interpretação. Poderíamos assim ter uma sequência de quatro caracteres dos quais com certeza apenas conseguimos reconstituir os dois últimos [...]RA. Neste momento, de forma séria, não podemos ir mais longe. A terceira peça apresenta-se cortada, possivelmente por se tratar já de uma peça de sucata que poderia estar a ser refundida (Estampa 141, n.º 1438), ainda assim, tem uma insólita dimensão, 6,96 cm de comprimento máximo, sendo a maior peça do conjunto, apresentando forma bicónica similar à forma II de Ble Gimeno. Apesar de fragmentada apresenta um peso significativo de 103 gr. Glandes com pesos similares têm vindo a ser identificados em contextos associados às guerras Cesarianas e interpretadas como armas especializadas, estinadas a “limpar” os adarves e parapeitos das paliçadas (Quesada Sanz e Moralejo Ordax, 2020, p. 241).

O restante conjunto insere-se na técnica de produção de glandes através de martelagem de lingotes de chumbo. Como referimos, esta técnica é a predominante, encontrando-se presente em nove das glandes (Estampa 141, n.º 1429 a 1435), variando o seu peso entre os 55gr e os 83gr. Um dos exemplares encontrado no Ambiente 11 da Sondagem 4 é particularmente interessante pois resulta de uma peça em processo de fabrico que terá sido abandonada antes de concluída (Estampa 141, n.º 1437). Resulta do trabalho de uma placa de chumbo dobrada e afeiçoada à forma pretendida através da ação de um objeto contundente, possivelmente um martelo. Esta evidência é assaz interessante, pois permite valorizar a existência de produção de projéteis no sítio durante a sua fase de ocupação.

O conjunto de glandes atestado em Monte dos Castelinhos merece-nos ainda um breve comentário. A relativa homogeneidade formal, a ausência de tipos em forma de bolota, as suas dimensões e pesos globais, permitem-nos estabelecer comparações com conjuntos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

similares o que parece denunciar uma tendência (Quesada Sanz *et al.*, 2015, p. 351, fig. 18 e 19). De facto o conjunto aqui analisado afasta-se das medidas e pesos disponíveis para contextos associados à II Guerra Púnica, como o caso de *Baecula*, parecendo coincidir com os dados dos sítios associados ao conflito Cesariano (Quesada Sanz *et al.*, 2015, fig. 18).

Tivemos oportunidade de rever recentemente, a dispersão destes projéteis no território português, não tendo os últimos dados alterado substancialmente o panorama então delineado (Guerra e Pimenta, 2013). Contudo, alguns trabalhos ultimamente publicados, vieram aumentar substancialmente a amostragem disponível com o estudo de conjuntos de maior dimensão. Destaca-se o significativo conjunto de Alto dos Cacos (Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014), alvo de um interessante e inovador estudo de caracterização isotópica do pb em glandes (Gomes *et al.*, 2013); o estudo das largas dezenas de glandes provenientes do Castelo das Juntas, Moura (Mataloto, 2014); e o estudo de 112 projéteis provenientes do planalto dos Chões de Alpompe (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015). Importa sublinhar a concentração dos conjuntos de glandes de chumbo na área do baixo Tejo e Península de Lisboa (Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014, fig. 14).

Como acima referido, o conjunto dos chumbos de Castelinhos foi alvo de um estudo específico, tendo em conta a sua caracterização e estudo de proveniência. Com esse intuito foi analisada uma ampla amostragem de 29 artefactos de chumbo, constituída por projéteis de funda, restos de produção metalúrgica e fragmentos incaracterísticos resultantes do corte de lingotes (Gomes, 2018, p. 102). Esta análise prende-se com a caracterização elementar e a determinação das razões isotópicas de Pb em 135 amostras por espectrometria de massa (ICP-QMS). A distribuição elementar distinguiu dois grupos com base nos teores de Ag no conjunto das amostras (Gomes, 2018, p. 106). Um grupo é constituído pelas amostras com valores de $Ag \leq 100 \text{ mg kg}^{-1}$ e elevado teor de Cu, o que sugere o uso de chumbo obtido por redução do litargírio, ao qual também se encontra associada uma variação da concentração de Bi entre 44 e 94 mg kg⁻¹. Este subproduto da copelação da prata pode ter resultado da redução de minérios de complexos polimetálicos contendo cobre, galenas argentíferas enriquecidas em Cu ou contaminação com minérios de Cu. O outro grupo, formado pelos artefactos de chumbo com elevados teores de Ag (116 – 319 mg kg⁻¹), sugere galenas empobrecidas em Ag, provavelmente enriquecidas em Cu ou possível contaminação com minérios de cobre.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Ou seja, no conjunto das amostras manufacturadas com chumbo não reciclado é possível distinguir as duas técnicas metalúrgicas de obtenção do chumbo de época romana. Por redução do litargírio, resultante da copelação da prata a partir de jarosites argentíferas, plumbojarosites, complexos polimetálicos contendo cobre ou galenas argentíferas ou por redução de minérios de galena não argentíferos (Gomes, 2018, p. 135).

De modo a obter uma interpretação adequada das assinaturas isotópicas do Pb existentes no conjunto de artefactos manufacturados com chumbo foi realizado um estudo comparativo com as assinaturas isotópicas do Pb características dos vários distritos mineiros da Península Ibérica que poderão ter sido explorados em época romana (Gomes *et al.*, 2018). Durante o período romano republicano, as minas de Cartagena-Mazarrón foram aquelas mais exploradas para a produção do chumbo e da prata, enquanto durante o Império passaram a ser as minas da Serra Morena as mais importantes para a produção do chumbo e as de Rio Tinto, na Faixa Piritosa Ibérica, para a produção da prata (Cano, 2003, Morell Cortés, 2010). As assinaturas isotópicas das *glandes plumbeae* dos prováveis vestígios de produção metalúrgica e fragmentos disformes do Monte dos Castelinhos de cronologia tardo-Republicana têm uma maior semelhança com as dos minérios da Península Ibérica do que com os do Mediterrâneo, nomeadamente com os da Serra Morena, Zona da Ossa Morena e Faixa Costeira da Catalunha ou com uma mistura do chumbo destes minérios com o dos da Faixa Piritosa Ibérica. Note-se, também, que as razões isotópicas de Pb de um dos fragmentos disformes (MC20) evidenciam uma semelhança ao campo isotópico dos depósitos mineiros de Almeria (Gomes *et al.*, 2018, p. 344). A variabilidade da composição dos isótopos de chumbo (Pb) presentes em Castelinhos sugere uma diversidade de proveniência da matéria-prima, inserindo-se numa ampla rede de abastecimentos que atesta a mobilidade dos exércitos dentro do território peninsular.

Por último, entre o grupo das armas associadas a um propulsor, atesta-se em Castelinhos duas peças que podem corresponder a pontas de dardo de artilharia de torção. A utilização de máquinas de artilharia por parte do exército romano encontra-se bem conhecida, parecendo que o seu uso decorre das inovações de estratégia militar decorrentes das Guerras Púnicas (Sáez Abad, 2004). A utilização de *catapultae*, *ballistae* e todo o tipo de *tormenta*, generaliza-se no decorrer do processo de conquista

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

da Península Ibérica e no decorrer das guerras civis do final da República (Ble Gimeno, 2012). De facto, as evidências arqueológicas que conhecemos hoje em dia de restos de *catapultae* encontram-se associadas a este momento. É o caso do exemplar de Ampúrias recentemente reanalisado (Ble Gimeno, 2015), do modelo de Azaila (García Díez, 2002) e dos de La Caridad (Vicente, Pilar Punter e Ezquerro, 1997). Porém, existe consenso em que até à época de César a artilharia não constitui realmente uma parte integrante da legião. É então que, pela primeira vez, temos referência nas fontes da presença de baterias de *catapultae* ligeiras do tipo *scorpio* que acompanham o exército na sua marcha (Ble Gimeno, 2015, p. 207). Se num primeiro momento as catapultas surgiram como máquinas de assédio, facilitando a aproximação do exército assaltante, rapidamente a sua eficácia fez com que estas máquinas de artilharia se utilizassem igualmente na defesa de fortificações e recintos militares.

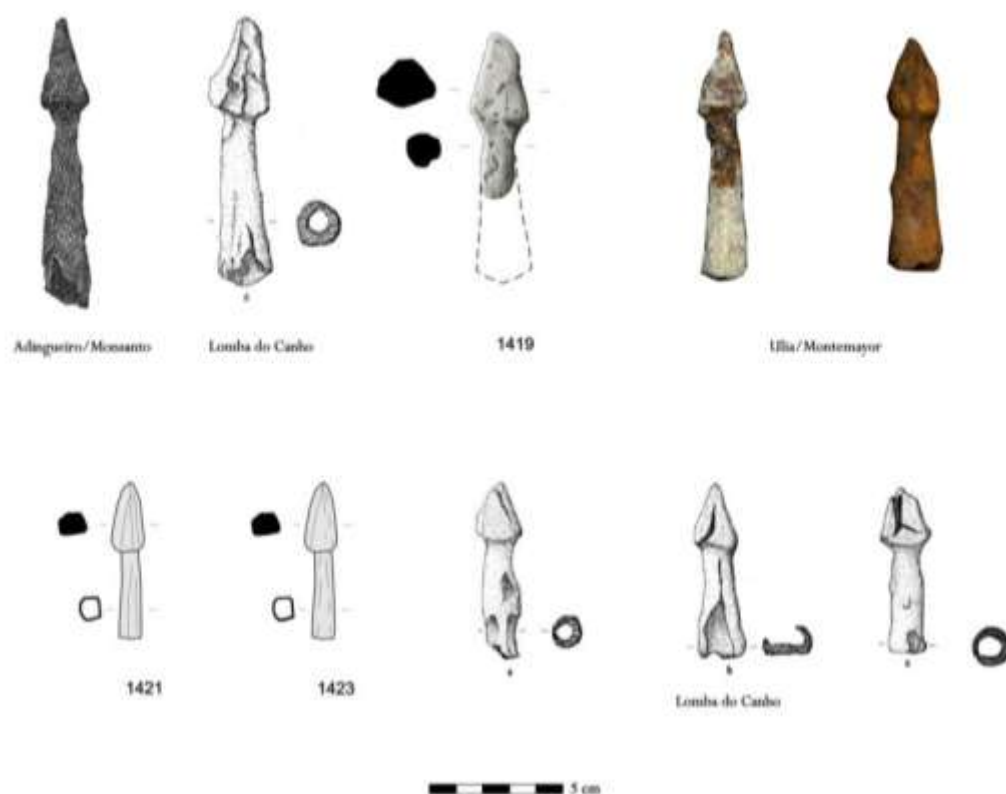


Figura 134 – Em cima, comparação entre o fragmento de projétil de Castelinhos (n.º 1419) e à esquerda o exemplar de *pilum catapultarium* do sítio de Adingreiro, Monsanto (Fabião, 2014, figura 6) e do acampamento da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 9). À direita dois exemplares de cronologia Cesariana, de Ulia/Montemayor (Quesada Sanz e Moralejo Ordaz, 2020, figura 11, B e D). Em baixo compara-se os dois exemplares n.º 1421 e 1423 que interpretamos como pontas de seta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

e os exemplares da Lomba do Canho interpretados como, *pilum catapultarium* (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 9).

Os dois exemplares de projéteis, que identificamos como pertencentes a pontas de dardo de artilharia de torção, *pilum catapultarium*, foram recolhidos em níveis associados à Fase 2 de Monte dos Castelinhos, associando-se assim ao seu abandono/destruição. Correspondem a dois modelos distintos. O primeiro identifica-se como a ponta de um dardo de cabeça piramidal com haste vertical maciça e parte do arranque do alvado (Estampa 140, n.º 1419), infelizmente esta zona encontra-se fragmentada, não sendo possível saber a sua real extensão. Contudo, tenta-se na figura 134, reconstituir o exemplar tendo em conta exemplares coetâneos. O melhor paralelo para a peça de Castelinhos, encontra-se no acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, figura 9). De facto, nesta emblemática estação arqueológica do vale do rio Alva encontrou-se o maior conjunto de *pila catapultaria* da Península Ibérica, mais de duas centenas (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 9). Apesar dessa relevância, estes dados não têm sido tidos em conta em recentes trabalhos que têm vindo a estudar este tipo de artilharia (Ble Gimeno, 2012). Ainda no território português, encontra-se um projétil similar proveniente de recolhas antigas no sítio de Adingeiro, Monsanto (Fabião, 2014, figura 6). *Pila catapultaria* similares encontram-se documentados em contextos de cronologia Cesariana na bacia do Guadalquivir, como *Urso*, Osuna (Quesada Sanz, 2008b, fig. 11) ou *Ulia*, Montemayor (Quesada Sanz e Moralejo Ordaz, 2020, figura 11, B e D). Encontrando-se atestados na província da Citerior, em Ampúrias (Ble Gimeno, 2015), Puig Ciutat (Padrós, Pujol e Sala, 2015, fig 7, n.º 2 e 3), Burriac e Tarragona (Ble Gimeno, 2014), estando igualmente presentes em diversos estabelecimentos vinculados com as guerras das Gálias, como Alésia, Gergovia, *Uxellodunum* e *Bibracte* (Poux, 2008, p. 354-358; Girault, 2013).

O segundo tipo caracteriza-se pela sua morfologia piramidal alongada, que se aproxima da ponta de um *pilum*, e que somente é distinguível desta, pela presença de um pequeno espigão que remata a extremidade proximal e que deveria servir para encabar na haste de madeira (Estampa 140, n.º 1420). Este tipo de projétil é mais raro e aparentemente não surge nos contextos mais antigos (*Baecula*, Numancia...), o que pode ser um indicador cronológico relevante. Peças similares encontram-se presentes em contextos já do século I a.C., como em Osuna e Alésia (Sievers, 1997, Abb. 1), em contextos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Cesarianos de *Ulia*, Montemayor (Quesada Sanz e Moralejo Ordaz, 2020, figura 11, C); no campo de Batalha de Andagoste, Navarra, de cronologia pós-cesariana mas anterior às guerras Cântabras, portanto, datada de cerca de 30 a.C. (Ocharán Larrondo e Unzueta Portilla, 2002, p.315, fig.2, n.º 2-3, Ocharán Larando, 2017); em Monte Bernório (Torres-Martínez *et al.*, 2013, fig 5, n.º 14 e 15), onde surgem em contextos de finais do século I a.C.; mas também em cronologias mais recentes, como nos demonstram os exemplares de Herrera de Pisuergra (Fernández Ibáñez, 2010, fig. 4, n.º 10). No campo de batalha de Pedrosillo, Casas de Reina, Badajoz, associado às guerras Lusitanas (155-138 a.C.), encontra-se um exemplar que remete para este tipo de projéteis, ainda que patenteie menor dimensão (Morillo Cerdán *et al.*, 2011, fig. 12). No território português encontra-se um projétil similar em Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 136, Est. 19, n.º 1). Fora do território peninsular projéteis idênticos surgem em Alésia (Girault, 2013), em diversos sítios na zona dos Alpes, relacionados com o conflito da guerra das Gálias, tal é o caso do sítio de Grad bei Reka na Eslovénia (Martin-Kilcher, 2011, p. 38, Abb. 13), Septimerpass, nos Alpes Suíços (Martin-Kilcher, 2011, p. 41, Abb. 15) e no estabelecimento augustano de Dangstetten, Alemanha (Martin-Kilcher, 2011, p. 44, Abb. 18).

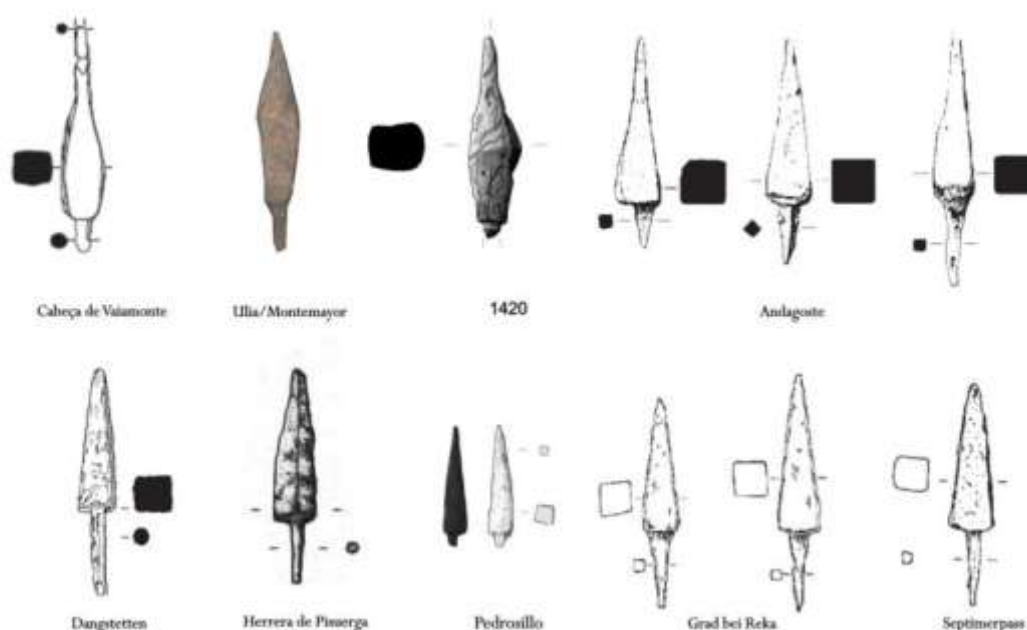


Figura 135 – Em cima: comparação entre o fragmento de projétil de Castelinhos (n.º 1420), o exemplar de Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 136, Est. 19, n.º 1); o de *Ulia*/Montemayor (Quesada Sanz e Moralejo Ordaz, 2020, figura 11, C); e três

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

exemplares do campo de Batalha de Andagoste (Ocharán Larrondo e Unzueta Portilla, 2002, p.315, fig.2, n.º 2-3). Em baixo: exemplar de Dangstetten (Martin-Kilcher, 2011, p. 44, Abb. 18); de Herrera de Pisuerga (Fernández Ibáñez, 2010, fig. 4, n.º 10); de Pedrosillo (Morillo Cerdán *et al.*, 2011, fig. 12); de Grad bei Reka, (Martin-Kilcher, 2011, p. 38, Abb. 13) e Septimerpass (Martin-Kilcher, 2011, p. 41, Abb. 15).

ARMAS DEFENSIVAS

Os elementos metálicos identificados como armas defensivas apresentam-se como um conjunto significado de 80 fragmentos, ainda que correspondendo a um NMI estimado de apenas 7 exemplares. Este conjunto comporta diversos elementos permitindo reconstituir um *scutum* de ferro, e alguns fragmentos metálicos de mais complexa classificação, mas para os quais tentarei apresentar hipóteses interpretativas, possivelmente correspondendo a um ou dois capacetes e alguns elementos de armadura, possivelmente de *lorica hamata*, e de *lorica squamata* (Anexo 5, Catálogo 23).

ARMAMENTO DEFENSIVO: ARMAS DEFENSIVAS ATIVAS

Inicia-se a apresentação do armamento defensivo com os elementos que podemos interpretar como armas defensivas ativas. Ou seja, que o combatente possa mover para parar golpes, mas ao mesmo tempo usar como arma ofensiva, opondo ao adversário o peso e consistência da sua proteção (Quesada Sanz, 1997a, p. 38). É o caso dos escudos, o *scutum* romano, arma emblemática dos legionários da república (Nabbefeld, 2008). No decorrer da primeira campanha de escavações no sítio, identificou-se no Ambiente 1 da Sondagem 4, no decorrer da escavação da UE [19], diversos fragmentos que interpretámos como pertencentes a um *Scutum*. A sua relevância e ineditismo no panorama português e ibérico fizeram com que esta peça fosse alvo de alguma atenção, nomeadamente, pelo seu imediato tratamento de conservação e restauro, por parte das mãos competentes da nossa estimada colega Sara Leite Fragoso. Mas também pela sua presença em uma primeira exposição sobre o Monte dos Castelinhos, realizada em 2013 no Museu Nacional de Arqueologia (Pimenta, 2013c), tendo de seguida integrado a seleção de bens culturais, realizada para a exposição internacional “Lusitania Romana. Origen de dos Pueblos/Lusitânia Romana. Origen de dois Povos” em 2015 e 2016 (Fabião e Pimenta, 2015).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A cuidada escavação e registo de campo desta peça permitiu identificar todas as suas componentes metálicas não perecíveis, sendo assim exequível a reconstituição das dimensões originais do escudo, assim como a perceção da própria espessura dos materiais perecíveis que originalmente o constituíam (Anexo 2, fotografia 35 e 36). É assim seguro supor que o escudo terá sido abandonado ou ficado perdido sob os escombros destes edifícios, ainda em bom estado. Entenda-se, não se trata de descarte de uma peça danificada, mas sim de uma perda, resultante de um momento de conflito decorrente do abandono/destruição da Fase 2 de Monte dos Castelinhos. Sobre ele foram identificados diversos fragmentos com colagem de uma ânfora importada do vale do Guadalquivir do tipo Ovoide 4, quebrada na sequência da destruição deste compartimento. Este fator é um elemento a ter em conta, ao analisarmos o significado da presença de uma peça deste tipo. O estudo de campos de batalha ou de cenários de guerra, como parece ser o caso de Castelinhos, tem nos últimos anos assistido a algum incremento da investigação (Quesada Sanz, 2008a). Alguns dos aspetos muitas vezes citados, no estudo destes arqueossítios tão específicos, são precisamente em torno do que será espectável encontrar e nesse campo a referência à escassez de armas é uma constante. *“En el periodo que tratamos, la mayoría de las armas eran demasiado valiosas como para abandonarlas sobre el terreno. Los cadáveres de los caídos eran despojados sistemáticamente – los de los vencedores tanto como los de los vencidos – de cascos, corazas, escudos, espadas y cualquier arma de valor.”* (Quesada Sanz, 2008a, p. 27). Penso neste contexto ser igualmente pertinente referir o conhecido episódio, relatado por Díon Cássio (37, 52-55), sobre a perseguição por parte de Júlio César em 61 a.C. dos habitantes do Monte Hermínio que culminou na sua fuga para uma ilha, e na tentativa de tomada desta. *“Todos eles caíram lutando corajosamente com o inimigo. Públio Ceva foi o único sobrevivente que, depois de ter perdido o seu escudo e recebido muitos golpes, se lançou à água, salvando-se a nado.”* (Alarcão, 1988, p. 25). Não deixa de ser interessante, este sublinhar, da perda de algo tão fulcral para o legionário.

Os elementos em ferro do escudo de Monte dos Castelinhos são compostos por uma peça central redonda, com 15cm de diâmetro, evidenciando perfil cónico (7,5 cm de altura), com uma tacha na extremidade e cinco no aro, e de duas tiras metálicas retangulares com diversas tachas de preensão, associadas a estas, com 20 cm de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

comprimento cada (Estampa 142, n.º 1439). Em ambas as extremidades se verifica um reforço para prensão dos materiais perecíveis com que o escudo era originalmente constituído, medindo este 1,3 cm de espessura. A peça central corresponde exteriormente, à zona de prensão e proteção do punho, designada em latim como *umbo*, mas que como vimos, serve igualmente para golpear o adversário e avançar (Garcia Jiménez, 2011, p. 434). No decorrer da escavação detetou-se que partindo do *umbo*, mas do lado interno do escudo, existiam duras tiras metálicas que estavam diretamente interligadas com este, tendo como intuito o reforço da parte central do *scutum*, no fundo, a zona mais exposta a um eventual ataque. Não nos chegou qualquer indício da empunhadura interna do escudo, sendo de supor que fosse em material perecível.

Apesar das evidências consistentes no registo arqueológico da articulação dos diversos componentes metálicos deste escudo, não é fácil a sua interpretação. Entenda-se, não é tácito que estejamos perante um escudo oval, o *scutum* romano ou perante um escudo circular, a *Caetra* típica do mundo indígena Lusitano. Ambos os modelos utilizaram *umbos* circulares de ferro, o que dificulta sobremaneira a sua reconstituição (Pereira, 2018, p. 122-124). Temos que ter presente que o equipamento do legionário romano só é totalmente definido no início do principado, tendo os corpos auxiliares, de acordo com a sua origem, conservado durante muito tempo peças do seu equipamento tradicional, e é claro que o exército itálico, encontra nesse sincretismo, uma das fontes de renascimento tecnológico do próprio equipamento (Feugère, 2002a, p. 109). O *umbo* dos escudos do modelo republicano, que se irá estabelecer como o mais característico ao longo do principado, deriva do tipo de aletas, desenvolvido ao longo da Idade do Ferro, tipo La Tène (Garcia Jiménez, 2011). Contudo, os escudos com *umbones* circulares sofrem influência distintas quer do tipo Ibérico com *umbo* circular de perfil arredondado, quer do tipo germânico, com *umbo* circular de perfil cónico (Feugère, 2002a, p. 110).

É longa a tradição da utilização de escudos circulares no território peninsular, tendo profundas raízes no mundo pré-romano. O escudo ibérico por excelência, seria a *caetra*, típica dos Lusitanos, descrita de forma concisa por Estrabão (III, 3, 6). Trata-se de um escudo circular, com um diâmetro de dois pés (cerca de 60 cm), tratando-se de uma arma empunhada e que por esse motivo se distinguia de outros modelos mediterrâneos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

que eram fixados ao antebraço (Quesada Sanz, 1997a, p.483). A relevância deste armamento defensivo durante o processo tardio de conquista, encontra-se bem plasmada nas referências do texto Cesariano das Guerras Civis, onde alude por diversas vezes a *Cohortes Caetratae*, ou seja, tropas indígenas armadas com escudos circulares (Bell. Civ. I 55). É pertinente registar, que César ao enumerar as forças Pompeianas na *Hispania*, menciona “(...) *praetera scutatae Citerioris provinciae et caetratae Ulterioris Hispaniae* (...)”, separando assim duas tradições ancestrais, os *Scutati*, como gente da *Citerior* e os *Caetrati* da *Ulterior* (Bell. Civ. I 55, *apud* Quesada Sanz, 1997a, p.526). Estas questões de etnicidade tendo em conta a simbologia das armas, nomeadamente os escudos, como emblema de definição étnica, é complexa e foge ao tema aqui em análise. Ainda que seja simbólico que as representações dos escudos lusitanos, a *Caetra*, encontre-se bem evidenciada na numismática como símbolo da subjugação dos territórios Lusitano/Calaicos, exemplo disso são as cunhagens das cidades de *Turrirecina*, *Emerita*, assim como, a série dos denominados bronzes da *Caetra* cunhados em Lugo (García-Bellido, 2010). A temática dos escudos redondos encontra-se igualmente bem atestada nas esculturas graníticas dos Guerreiros Galaicos (Quesada Sanz, 2003) e numa das representações escultóricas de *Urso*, Osuna (Quesada Sanz, 2008b). Ainda que os escudos, presentes nestes elementos escultóricos, se afigurem de diminuta dimensão, tendo em conta as dimensões propostas por Estrabão para os característicos escudos redondos dos Lusitanos (Quesada Sanz, 1997a, p.528). Por último tem-se que referir ainda o baixo relevo do recinto de Hijoviejo, de La Serena, onde aparecem representados diferentes tipos de escudos, mas em que a *Caetra* aparece documentada, num ambiente que supostamente é romano e militar (Mayoral Herrera e Salas Tovar, 2014, fig. 4).

Coloca-se assim um problema interpretativo relativo aos elementos do escudo recolhidos em Monte dos Castelinhos. Estaremos perante um escudo circular do tipo *Caetra* ou perante um oval do tipo *Scutum*? Começando pela análise do *umbo*, o elemento mais característico, este evidencia como vimos um perfil cónico com 15 centímetros de diâmetro, com um orifício na extremidade onde se insere uma tacha de extremo igualmente cónico e cinco tachas no aro, que teriam como intuito assegurar a solidez do escudo e a tenção dos materiais que o constituíam. A sua morfologia pode inserir-se no tipo IIID da tipologia de *umbos* metálicos de Quesada Sanz (1997a, p.515),

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ou no Tipo I de Garcia Jiménez (2011, p. 486), ainda que estes não evidenciem tacha na extremidade. Trata-se de um tipo pouco frequente, que apenas encontra paralelos no território peninsular em dois exemplares de Cogotas e um da necrópole de El Romazal, em contextos entre o século II e 80-72 a.C. (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 212-214). Exemplares similares, interpretados como pertencendo a escudos ovais, são conhecidos do assédio de Alésia, surgindo aí em paralelo com *umbos* de aletas (Sievers, 2001, Pl. 44, n.º 47 e Pl. 45, n.º 49). Mais complexa se apresenta a análise das duas tiras metálicas retangulares com diversas tachas de preensão, associadas a estas, com 20 cm de comprimento cada, que interpretamos como reforço interno do escudo (Estampa 142, n.º 1439). Não encontramos paralelo diretos para esta articulação funcional. Contudo, reconhecemos alguns casos, onde apesar de ambos os elementos se encontrarem presentes a sua associação e reconstituição não tem vindo a ser estabelecida. É o caso do cerco de Alésia, onde tiras metálicas similares com tachas de preensão que poderiam fazer parte de escudos (ainda que não sejam interpretadas como tal), tendo algumas delas tal como no exemplar de Castelinhos um reforço nas extremidades para preensão dos materiais perecíveis do escudo (Sievers, 2001, Pl. 46, n.º 116, 125 a 131). Em Magdalensberg, Áustria, recolheu-se um *umbo* de ferro similar ao de Castelinhos, que surge a par de elementos de ferro que podem ser o reforço interno do escudo tal como no exemplar aqui em análise (Nabbefeld, 2008, p. 242-243, Taf. 85). Em Kalkriese, Alemanha, a par de um *umbo* cónico em ferro, atesta-se uma haste metálica com três tachas (Nabbefeld, 2008, p. 178, Taf. 26). Por último em Hod Hill, Wessex, Inglaterra, conhece-se um *umbo* circular de ferro que surge contextualmente associado a uma ampla haste de ferro com uma tacha e com a extremidade encurvada idêntica ao exemplar em apreço (Nabbefeld, 2008, p. 222, Taf. 60).

A articulação destas peças com o *umbo*, atestadas em Castelinhos, pelo registo arqueológico, permite-nos reconstituir graficamente o escudo vislumbrando-se a sua largura, 55cm, assim como o perfil original, intencionalmente encurvado o interior. Poderia esta largura, ser igualmente a medida do diâmetro, estando assim perante um escudo circular? A medida realmente confere, com a referência Estraboniana de terem dois pés (III, 3, 6). Contudo alguns pormenores levam a meu ver que seja mais plausível estar no caso de Castelinhos, perante um escudo oval. Um dos aspetos a meu ver que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

pode confirmar esta interpretação é precisamente o reforço do eixo interno, mais compatível com um amplo escudo oval que mede de altura mais do dobro da largura, do que com um circular que tendo em conta o diâmetro estimado não careceria dele.

Fernando Quesada Sanz, na sua magna obra sobre o armamento Ibérico, abre uma interessante via de interpretação que permite diferenciar entre *umbos* circulares celtibéricos para *Caetra* e *umbos* circulares para escudo oval (Quesada Sanz, 1997a, p. 538-539). A primeira das premissas é a dimensão do *umbo*, considerando que valores inferiores a 15cm de diâmetro devem ser considerados como pertencendo a *Caetras*. Em segundo lugar, a questão da cronologia, tendo em conta, que os exemplares mais antigos de *umbo* circular surgem na Península Ibérica em contextos do século IV a.C., existe uma impossibilidade de este evoluírem dos modelos continentais Europeus que só aparecem no século I a.C. Apesar da questão da génese autóctone, do *umbo* circular, não se nega o percurso inverso, ou seja, que o *umbo* circular dos escudos ovais proceda de uma influência direta da *Caetra* celtibérica via exércitos romanos, num processo idêntico ao *gladius* e ao *pugio* (Garcia Jiménez, 2011, p. 485). Um facto, porém, parece claro, nos contextos militares datados do conflito Sertoriano ainda não encontramos registados escudos com *umbo* circular, é o caso de Valencia (Ribera I Lacomba, 2013 e 2014); Libisosa (Quesada Sanz, 2020); ou La Caridad (Vicente; Pilar Punter e Ezquerro, 1997). Estes aparentemente surgem já em momento mais avançado do século I a.C. como é o caso de Alésia (Sievers, 2001) e do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 12, D).

Ao reconstituirmos graficamente o escudo de Castelinhos, vislumbra-se a sua largura, espessura e o perfil original côncavo, intencionalmente encurvado para o interior para proporcionar melhor defesa (Estampa 142, n.º 1439). Tendo em conta os paralelos conhecidos no mundo romano assim como as referências dos autores clássicos, podemos tendo em conta a medida de largura do escudo reconstituir as suas dimensões originais assim como o seu formato. O exemplar de Monte dos Castelinhos pode assim reconstituir-se, como proposta interpretativa, como um escudo oval com lados retos e extremos arredondados, medindo cinquenta e cinco centímetros de largura e tendo uma altura estimada de cerca de um metro e vinte (Quesada Sanz, 1997a, p. 531).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O historiador grego Políbio legou-nos a mais antiga e completa, descrição sobre o equipamento e a organização do exército romano republicano (Pol. VI, 23). Políbio aborda o escudo Romano e descreve a sua construção da seguinte forma: “*Consiste em duas camadas de madeira unidas com cola de couro de touro; a superfície externa é então coberta primeiro com lona e depois com pele de bezerro. No centro está fixada uma saliência de ferro, que serve para desviar o impacto das pedras, lanças e projéteis pesados em geral.*” (Polybius (6.23. 2-5) (tradução *apud* Bishop and Coulston, 1993, p. 58). Decorre desta utilização de materiais perecíveis, o problema arqueológico da deteção e interpretação da morfologia dos escudos, tendo em conta que apenas podemos na maioria dos casos lidar com os seus elementos perenes, leia-se metálicos (Garcia Jiménez, 2011, p. 428). O *Umbo* é assim sem dúvida o elemento melhor representado nos contextos arqueológicos. O trabalho recente de A. Nabbefeld, que apresenta uma compilação exhaustiva de dados relativos aos escudos no mundo romano faz o ponto de situação relativo ao estado da arte deste tipo de armamento e da sua evolução (Nabbefeld, 2008).



Figura 136 – Fotografia dos elementos metálicos do escudo de Monte dos Castelinhos.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

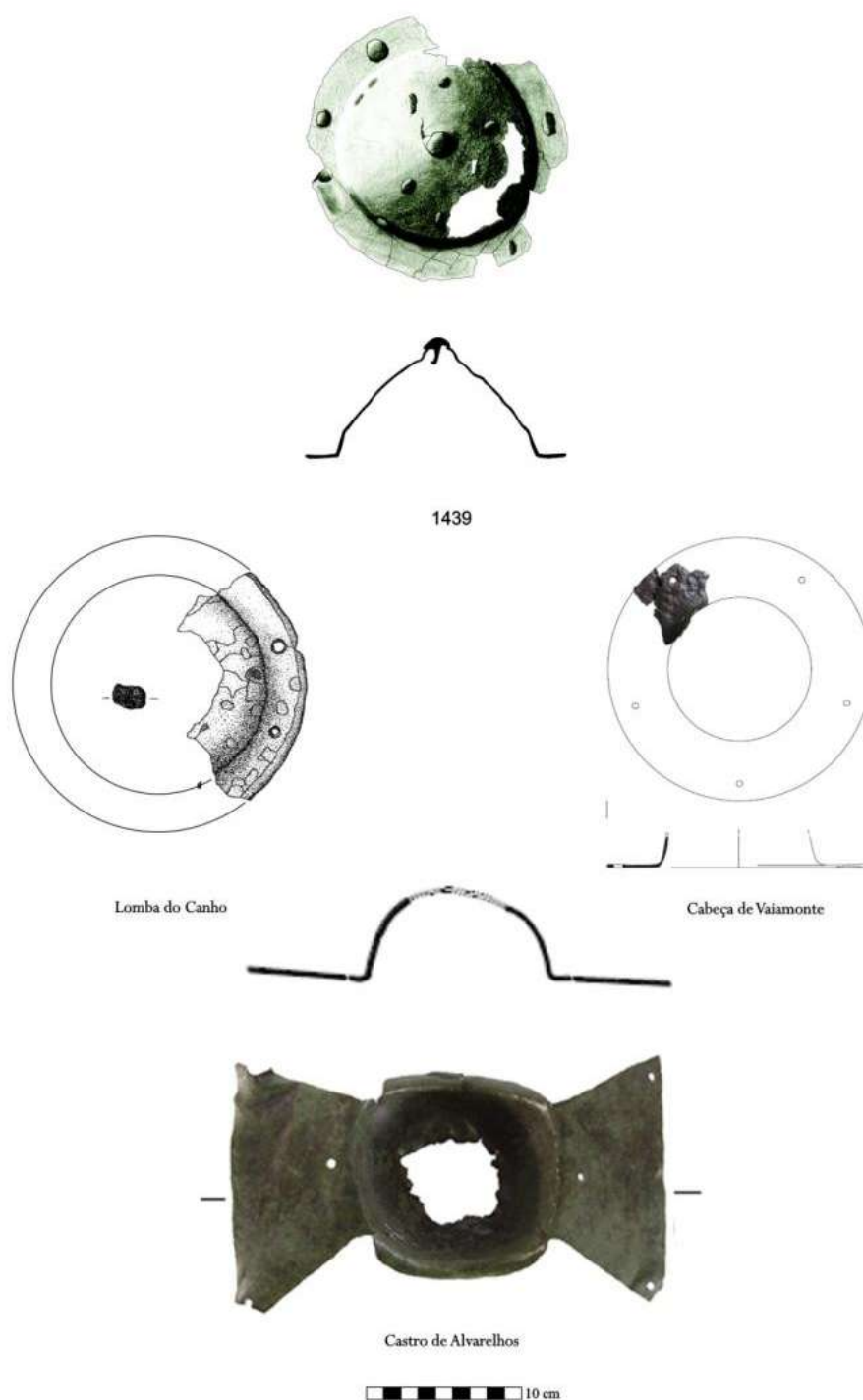


Figura 137 – Em cima: comparação entre o *Umbo* de Castelinhos e os exemplares identificados no território português: Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 12, D), Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 122-124, Est. 13, n.º 10) e Castro de Alvarelhos (Moreira, 2007, p. 137, MMAP 256).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Prova da relevância proporcionada pelo escudo em caso de ataque encontra-se bem plasmada na referência do próprio César, decorrente do célebre cerco a *Dyrrachium* em 48 a.C. (Bell. Civ. III, 53). “*Desejando produzir uma prova de seu trabalho e perigo, eles contaram a César cerca de trinta mil flechas que haviam sido disparadas no seu reduto, e quando o escudo do centurião Scaeva foi trazido para ele, foram encontrados cento e vinte buracos nele.*” Diga-se que a resiliência de Scaeva e do seu *Scutum* foi agraciada pelo próprio César.

Como temos vindo a ver ao longo deste capítulo, no território atual português a descoberta de equipamento militar correlacionado com a fase da conquista tem sido, no geral, escasso. No que diz respeito a elementos de escudos, detetaram-se até ao momento dois fragmentos de *umbo* em ferro similares ao exemplar de Castelinhos: um exemplar no acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 15, figura 12, D) e um na cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 122-124, Est. 13, n.º 10). É conhecido igualmente um exemplar de um *umbo* em bronze, de tipologia distinta, proveniente do Castro de Alvarelhos, Santo Tirso (Soeiro, 1981, p. 239-240, Est. I, 1; Quesada Sanz, 2006a, p. 73). Este insere-se num modelo de aletas de perfil trapezoidal, correspondendo a um modelo tardio de escudo La Tène II, datável dos finais do século II a meados do I a.C. (Garcia Jiménez, 2011; Garcia Jiménez e Quesada Sanz, 2014). Classifica-se como do Tipo E2.1, da tipologia de *umbones* La Tène, sendo estas versões tardias, tidas já como de cronologia romano republicana, com paralelos em sítios com cronologias romano republicanas como La Caridad ou Cesarianas como Alésia (Garcia Jiménez, 2011, p. 469-471, fig. 115).

Os *Scutum* romanos não são particularmente numerosos no território peninsular, nomeadamente em contextos militares (Ble Gimeno, 2015). No que diz respeito a umbos circulares os dados são ainda mais parcos. Destaca-se os exemplares de Alto Chacón (Teruel); San Miguel de Liria (Quesada, 1997a, p.538; García Jiménez, 2011, p.1032, fig. 336, n.º 2041); da necrópole de El Romazal (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 212-216, Fig. 158 e 159); e de Numância (García Jiménez, p.1033, fig. 337, n.º 2055) que apresentam cronologias centradas no século I a.C. Na Gália este tipo de *umbo* circular pequeno aplicado ao *scutum* é considerado “tipicamente romano” e é genericamente datado do século I a.C., tendo sido associado o seu aparecimento às guerras entre César e Pompeio (Feugère, 1994). Como já referimos o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

melhor paralelo para o umbo de Castelinhos encontramos precisamente na Gália, com os exemplares de Alésia (Sievers, 2001, Pl. 44, n.º 47 e Pl. 45, n.º 49) e de *Lugdunum* (Guillaud, 2019, p. 229-230, Cat. N.º 156-160).



Figura 138 – Do lado esquerdo, alto-relevo romano representando um Legionário dos denominados pedestais de Mainz – Kästrich, datados de finais do século I d.C. com um escudo oval com *umbo* redondo (Mittelrheinisches Landes-Museum, Mayence). Do lado direito proposta de reconstituição do escudo de Monte dos Castelinhos.

ARMAMAMENTO DEFENSIVO: ARMAS DEFENSIVAS PASSIVAS

O capacete constitui o primeiro equipamento defensivo do soldado romano, utilizado tanto na infantaria como na cavalaria (Feugère, 1994). Além da sua função puramente defensiva, revela igualmente um cariz de ostentação, utilizado como marca hierárquica no seio do exército (Guillaud, 2019). Trata-se de um tipo de arma que é relativamente raro no registo arqueológico, ainda que nos últimos anos a amostragem tenha vindo a aumentar (Quesada Sanz, 1997b). No caso dos Castelinhos propõe-se com muitas cautelas e alguma temeridade a interpretação de alguns fragmentos de liga de cobre como pertencente a capacetes. Identificou-se no Ambiente 33 da Sondagem 5, no

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

decorrer da escavação da UE [273], dois fragmentos que interpretámos como pertencentes a um capacete. O exemplar MC 2800 corresponde a uma peça maciça de liga de cobre de secção semicircular, com um espigão em ferro que faz supor a sua ligação com um eventual capacete no mesmo metal, ou pelo menos à parte inferior do espigão em si (Estampa 143, n.º 1440). Espigões similares são conhecidos nos capacetes do tipo Montefortino e Buggenum, ainda que de perfil algo distinto ao exemplar aqui apresentado (Quesada Sanz, 1997b, fig. 7), como são os casos dos exemplares da Cabeça de Vaiamonte e das Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, fig. 74, n.º 3; Pereira, 2018, Est. 12). Na mesma unidade estratigráfica recolheu-se um fragmento em liga de cobre que interpretamos como pertencendo igualmente a um capacete. O exemplar MC 12369 é uma placa de liga de cobre dobrada sobre si mesma formando um anel de sustentação e que evidencia na sua parte superior um rebite (Estampa 143, n.º 1442). Interpretamos esta peça como a ligação do capacete com as proteções laterais do rosto, as denominadas *paragnatidae*. Estas pequenas peças eram ligadas ao capacete através de um rebite, como é o caso do capacete da Cabeça de Vaiamonte, idêntico ao fragmento dos Castelinhos (Pereira, 2018, Est. 12, n.º 1). Um fragmento semelhante e interpretado da mesma forma é proveniente do povoado de Bibracte, Mont Beuvray (Pernet, Poux e Teegen, 2007, p. 8, Fig. 8, n.º 82).

Mais complexa apresenta-se ainda a interpretação de dois fragmentos que aduzimos aqui como possíveis elementos de capacetes. O exemplar MC 7591, recolhido na escavação da Sondagem 4, na UE [285], do ambiente 25, associado a níveis da Fase 1 do sítio, que poderia igualmente ser uma peça da ligação do capacete com as proteções laterais do rosto (Estampa 143, n.º 1443). Por último, o fragmento MC 2901, exumado na escavação da área exterior do edificado da Fase 2 da Sondagem 4, na UE [332], do ambiente 12. Trata-se de uma argola associada ao arranque de uma chapa em liga de cobre (Estampa 143, n.º 1441). Uma peça similar surge associada a um elemento de *paragnatida* na cidade de *Lugdunum* e é aí interpretada como anel de cinta de queixo, para segurar o capacete (Guillaud, 2019, p. 211, Planche 18, n.º 135).

A presença de elementos de capacete em Monte dos Castelinhos, ainda que neste momento não seja mais que uma proposta, merece um breve comentário. Ainda que raros, são conhecidos no território português alguns exemplares deste tipo de armamento, sendo que alguns são realmente casos excepcionais devido à sua

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

preservação, mas outros encontram-se atestados apenas por fragmentos. É o caso dos singulares capacetes romanos de Aljezur e da Cabeça de Vaiamonte do tipo Buggenum, datados do período Cesariano (Quesada Sanz, 1997b, fig. 7, D) e os exemplares do Lanhoso e Castelo de Neiva ambos do Norte de Portugal, do denominado tipo Galaico, datado já da época de Augusto (Quesada Sanz, 1997b, fig. 7, E). Mais recentemente, foram aduzidos novos dados em estado mais fragmentário. É o caso dos já mencionados exemplares da Cabeça de Vaiamonte e das Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, fig. 74, n.º 3; Pereira, 2018, Est. 12); mas igualmente os de Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1979, Pl. XX-56); do fragmento de viseira da Citânia de Briteiros (Silva, 1986, Est. XCII); das ponteiros de capacete da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira; do Castro da Mogueira, Resende (Tristão, 2012, p. 24 e 27); e dos diversos elementos provenientes das recentes escavações da cidade de *Bracara Augusta* (Lourenço, 2012, p. 50, fig. 32).

Ainda dentro do grupo do armamento defensivo passivo, identificaram-se alguns elementos que catalogamos como hipótese de trabalho como correspondendo a elementos de proteções corporais. Tanto na Sondagem 4 como na 8, identificámos em níveis arqueológicos associados à destruição da Fase 2, duas peças peculiares (Estampa 143, n.º 1448 e 1449). Correspondem a elementos de argolas de liga de cobre interligadas entre si. Numa primeira análise poderíamos dizer que estávamos perante correntes. Contudo, o registo arqueológico é aqui relevante nos dois casos, tanto no ambiente 12 da Sondagem 4, como no Ambiente 40 da Sondagem 8, onde estes artefactos foram recolhidos, eles não estavam isolados, antes pelo contrário, faziam parte de uma amálgama de metal similar, onde apenas se conseguiu recolher pela sua fragilidade e estado de corrosão estes fragmentos. Coloca-se assim a proposta de trabalho de podermos estar perante vestígios de uma cota de malha, denominada *lorica hamata* (Quesada Sanz, 1997a, p.581). Este tipo de defesa corporal terá origem no mundo Celta e é adotado por Roma durante o século II a.C. em todos os níveis do exército (Deschler-Erb, 1999, p. 38). Peças similares foram recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 129, Est. 14, n.º 1 a 3), assim como no acampamento Numantino de Renieblas (Luik, 2010, p. 65) e em Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Taf. 21, n.º 162 a 172). Num contexto funerário atribuído aos momentos finais da Idade do Ferro, a denominda sepultura de Piquía (Arjona, Jaén), foi detetado e estudado de forma modelar elementos que atestam uma cota de malha em ferro (Quesada Sanz et al.,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2019). Recentemente foi apresentada uma análise da dispersão deste tipo de equipamento defensivo no território Europeu (Guillaud, 2019, p. 215).

Classificamos ainda dois fragmentos de placa em liga de cobre, como possíveis elementos de armamento defensivo passivo. Trata-se dos exemplares MC 7639 e MC 7584, ambos recolhidos associados a níveis de ocupação da Fase 1 do sítio na área de Sondagem 4. Estes são fabricados através de uma placa de liga de cobre dobrada sobre si mesma, sendo-lhe conferida uma forma geométrica que se assemelha a uma escama (Estampa 143, n.º 1444 e 1445). Ambos os exemplares evidenciam uma perfuração, sendo que num dos casos ainda evidencia um rebite no mesmo material (Estampa 143, n.º 1444). Tendo em conta a sua morfologia, proponho como hipótese de trabalho a interpretação destes elementos poderem pertencer a uma armadura de escamas, *lorica squamata*. Este tipo de defesa corporal é adotado desde o século III a.C. ainda que só se generalize a partir do reinado de Augusto (Deschler-Erb, 1999, p. 38). As escamas que compõem este tipo de armaduras evidenciam normalmente forma retangular de base arredondada, sendo fixadas sobre uma túnica de couro ou tecido (Guillaud, 2019, p. 216).

Devendo igualmente relacionar-se com elementos de armamento defensivo passivo, nomeadamente com armaduras, duas fivelas em liga de cobre, recolhidas em níveis associados à Fase 2 do sítio na área de Sondagem n.º 8 (Estampa 143, n.º 1446 e 1447). A sua pequena dimensão, 1,4cm de largura e com um comprimento máximo de 2,6cm leva-nos a associá-las a esta tipologia de armamento. Conhecemos peças similares assim interpretadas, ainda que de contextos já Augustanos, provenientes dos sítios de Titelberg; Bibracte (Poux, 2008, p. 352, fig. 35); *Augusta Aurica* (Deschler-Erb, 1999, p. 38, Tafel 13) e *Vindonissa* (Unz e Deschler-Erb, 1997, Tafel 33).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MILITARIA

Na continuação da apresentação do conjunto de artefactos metálicos dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, iniciamos o estudo dos elementos que caracterizam a presença do exército romano, como equipamento militar ou simplesmente *militaria* (Anexo 5, Catálogo 23).

MILITARIA - *clavi caligarii*

Um dos componentes do equipamento militar que tem vindo nos últimos anos a assumir um papel de destaque são os pregos ou tachas das solas das botas militares, os *clavi caligarii* (Rodrigo Morales *et al.*, 2012; Quesada Sanz, 2019, p. 424). Este elemento metálico de pequena dimensão, e aparentemente de escasso interesse arqueológico, tinha vindo a passar despercebido entre os estudos científicos sobre o exército romano. Sublinhe-se a sua ausência, ou não valorização, em contextos romanos republicanos tão significativos como Numância, Cáceres El Viejo, Lomba do Canho ou mesmo na Cabeça de Vaiamonte. Contudo, esse escasso valor, faz com que seja um dos poucos elementos metálicos deixados para trás em sítios com ocupações temporárias, mas igualmente que fiquem desprezados nos sítios alvo de saque por detectoristas furtivos. Este facto converte estas tachas em um excelente indicador da presença militar romana (Ble Gimeno, 2015). Destaca-se só a título de exemplo os casos do estudo do assédio de Alésia, onde se identificaram mais de mil destes *clavi caligarii* (Poux, 2008, p. 378) ou o do campo de batalha de *Baecula* com mais de setecentos (Quesada Sanz *et al.*, 2015, p. 377). Em Monte dos Castelinhos, a cuidadosa escavação e crivagem dos sedimentos permitiu recolher um módico conjunto de 10 tachas de botas militares (Estampa 143, n.º 1450 a 1459). Infelizmente os exemplares não evidenciam as características decorações que alguns destas tachas apresentam, à exceção de um exemplar onde esta se encontra, ainda que muito desvanecida (Estampa 143, n.º 1457). Do ponto de vista tipológico, a conjugação das suas medidas, peso e formato, leva-nos a incluir no Tipo A destes elementos definido no estudo do campo de batalha de *Baecula* (Quesada Sanz *et al.*, 2015, p. 378, fig. 29). A presença destes elementos em contextos arqueológicos portugueses não é abundante, destaque-se um exemplar de *clavus caligaris* das escavações de Monte Molião, recentemente apresentado (Arruda *et al.*, 2020, p. 130).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MILITARIA – Cinturão Militar

Outro dos elementos de indumentária que identificava o soldado romano, e que de forma imediata o distinguia de um civil, era o cinturão militar. Trata-se de um utensílio composto, feito de couro e de apliques metálicos em bronze rebitados nas extremidades e aplicados sobre a pele, que contrastariam com a sua tonalidade distinta. Servia para suspender tanto a espada como o punhal, as peças de armamento distintivas do legionário (Ble Gimeno, 2015, p. 256). Estes elementos têm vindo a ser designados na literatura da especialidade como *cingulum militare* (Feugère, 1992, p. 225-229; Poux, 2008, p. 373-376, Guillaud, 2009, p. 231-245). Contudo, trata-se de uma designação anacrónica, visto que apenas aparece na literatura no século III d.C. (Guillaud, 2009, p. 231), tendo vindo progressivamente a ser substituída quer por *Cingulum/balteus* (Pereira, 2018, p. 149) ou por *balteum militare*, que no fundo era a designação genérica que aparece nas fontes clássicas (Quesada Sanz, 2019, p. 423).

Nos níveis tardo-republicanos de Monte dos Castelinhos identificaram-se diversas placas de liga de cobre e uma pequena tacha ou botão circular que tendo em conta as suas perfurações e decoração interpretamos como elementos de cinturão militar/*balteum militare* (Estampa 144). Uma dessas placas evidencia uma curiosa e invulgar decoração intrincada (Estampa 144, n.º 1460). Apesar de ter surgido completa, infelizmente ao levantar-se da unidade estratigráfica onde surgiu, o seu interior pulverizou-se parcialmente. O tipo de decoração é de natureza geométrica e podemos designar a sua técnica como *Opus interrasile*, ou seja, “trabalho raspado”, técnica que envolve fazer furos no metal para simular padrões de treliça. Apesar de pouco habitual esta técnica tem vindo a surgir em alguns contextos tardo republicanos e Augustanos, como é o caso de uma peça do Castelo da Lousa, classificada de forma perspicaz com esta técnica (Ruivo, 2010, p. 502, Est. CLXV, n.º 82). Curiosamente o motivo decorativo identificado em Castelinhos apresenta paralelos assaz idênticos em sítios militares, como Numância (Schulten, 1927, Lâm. 46, n.º 31-33, Connolly, 1997, p. 55, fig. 12, F a H), tendo uma peça idêntica sido recolhida no Castro de Celada Marlanges, Cantábria, local com evidências de uma ocupação de índole militar. Ainda que recolhida fragmentada, parece indubitavelmente corresponder igualmente a este modelo (Fernández Ibáñez, 2006, p. 261, fig. 2. N.º 5).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 139 – Comparação da placa decorada de cinturão militar de Monte dos Castelinhos, n.º 1460, com os exemplares de Numância (Connolly, 1997, p. 55, fig. 12, F a H) e do Castro de Celada Marlantes (Fernández Ibáñez, 2006, fig. 2. N.º 5).

O fragmento de tacha ou botão circular (Estampa 144, n.º 1470) pode estar relacionado com a decoração de elementos de couro do cinturão militar. Encontra paralelos na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 149, Est. 32, n.º 1 a 8).

A par destes elementos, recolheu-se um conjunto de quatro fivelas em forma de D em liga de cobre (Estampa 145, n.º 1471 a 1473 e 1475). Na maioria dos casos preservou-se apenas o arco, tendo-se apenas encontrado um exemplar completo com a respetiva agulha (Estampa 145, n.º 1475). Normalmente este tipo de fivelas encontra-se associado a contextos militares, e assim tem sido interpretado como fazendo parte do *balteum militare*. São os casos dos exemplares peninsulares: de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Taf. 10, 50-61 e 64); de Chões de Alpompe (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p. 134, fig. 17, n.º 29); da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 151, Est. 32); do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 500, n.º 80); do acampamento de Herrera de Pisuergra (Fernández Ibáñez, 2002, p. 385, fig. 1, n.º 3); e de Ampurias (Ble Gimeno, 2015, p. 261, Lam. 47). Mas também, só a título de exemplo, fora da Península os exemplares tardo-republicanos de Alésia (Brouquier-Reddé e Deyber, 2001); e os dos acampamentos do principado como os casos emblemáticos de *Dangstetten* (Fingerlin, 1986, Taf. 161); de *Vindonissa* (Unz e Deschler-Erb, 1997, Taf. 70); ou de *Augusta Raurica* (Deschler-Erb, 1999, Taf. 40). Contudo, a escavação de um estábulo de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Pompeia, demonstrou que muitas vezes, estas fivelas mais simples e menos trabalhadas são grande parte das vezes elementos de arreio de cavalo (Feugère, 2002b, p.77, fig.2). De facto, estas fivelas, como é o caso dos Castelinhos, evidenciam diferentes dimensões, sendo que em muitos casos as suas medidas dificilmente poderiam cumprir a funcionalidade de fecho de um cinturão militar (Compare-se a fivela n.º 1475 com a 1472, Estampa 145). Deixamos assim em aberto a sua classificação como fivelas que tanto se podem reportar a arreios de cavalo como ao cinturão militar.

No decorrer da escavação dos níveis romano republicanos da área de Sondagem n.º 8, recolheu-se um exemplar de fivela de liga de cobre de perfil em C ou G, infelizmente fraturado (Estampa 145, n.º 1476). Na Cabeça de Vaiamonte, recolheram-se exemplares similares, tendo aí sido interpretados como peças destinadas à suspensão dos punhais (Pereira, 2018, p. 149-150, Est. 30).

De mais complexo enquadramento encontra-se o fragmento n.º 1478 (Estampa 145), mas que ainda assim julgamos se possa associar ao cinturão militar. Trata-se de uma peça produzida numa placa em liga de cobre, formando um olhal quadrangular e tendo na base dois pequenos espigões para fixação.

MILITARIA – Botões em L

Outros dos elementos presentes em Castelinhos e que cabem dentro do equipamento militar são os pequenos botões em L de extremo triangular ou em anel, fabricados em liga de cobre (Estampa 145, n.º 1477, 1480 a 1483). Trata-se de um tipo de evidência algo heteróclito, com uma ampla cronologia, surgindo desde meados do século II a.C. ao III d.C. (James, 2004 p. 82-84). A sua usual presença em contextos com forte presença militar tem vindo nos últimos anos a sublinhar estes pequenos artefactos como indicador do exército romano (Fernández Ibáñez, 2010, p. 104-106; Ble Gimeno, 2015, p. 262). A função destes objetos encontra-se ainda mal definida e tem vindo a ser alvo de algum debate (para uma síntese atual da problemática em torno destes artefactos ver trabalho de Ble Gimeno, 2015, p. 262-266, com extensa bibliografia). A sua presença em diversos sítios com vocação militar, e alguma iconografia, colocou a hipótese de uso como sistema de união da bainha do *Gladius* e o cinturão militar (Wild, 1970, p. 145-146). Esta hipótese tem vindo a ganhar alguma consistência pela descoberta de botões

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de anel associados, por vezes aos pares, com as bainhas e lâminas de punhais e espadas (Poux, 2008, p. 325-327; Guillaud, 2019, p. 285).

Uma proposta de classificação deste tipo de botões deve-se a J. Wild (1970), a partir dos exemplares descobertos em Inglaterra. Dos dez tipos que Wild, distingue, três são os que parecem estar atestados em contextos tardo-republicanos, Classe V, VIII e IX (Wild, 1970). Os exemplares de Castelinhos dividem-se pelos tipos V e VIII. O V, é formado por botões circulares planos, com um anel triangular (Estampa 145, n.º 1480 e 1481). Segundo Wild, todos os exemplares desta morfologia datam do principado. Contudo, em data posterior a este trabalho, tem vindo a surgir novos exemplares em contextos bem datados, comprovando a sua datação desde época tardo republicana. É o caso da sua presença em *Conimbriga* (Alarcão e Ponte, 1979, Pl. XXI, n.º 85); na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 150, Est. 31, n.º 12); no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 500, n.º 81); em Osuna (Engel e Paris, 1906, Pl. XXX); Puig Ciutat (Ble Gimeno, 2015, Lam. 49); La Palma (Ble Gimeno, 2015, Lam. 49); Ampúrias (Ble Gimeno, 2015, Lam. 49); San Miguel de Sorba (Ble Gimeno, 2015, Lam. 49); Tres Cales (Ble Gimeno, 2015, Lam. 49); na Gália, em Alésia (Sievers, 2001) e em Nissan-lès-Ensérune (Feugère, 2002, fig. 15, n.º 116). O tipo VIII corresponde a um botão circular plano com anel central (Estampa 145, n.º 1477, 1482 e 1483). É um tipo mais comum e o que se encontra presente na maioria dos contextos militares de época imperial. Contudo, alguns exemplares têm vindo a surgir em contextos romano republicanos como é o caso dos exemplares da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 150, Est. 31, n.º 12); dos exemplares recolhidos em Osuna (Engel e Paris, 1906, Pl. XXX) e os de Ampúrias (Ble Gimeno, 2015, Lam. 49).

MILITARIA – Elementos de arreio de cavalo

São numerosas as referências nas fontes clássicas, nomeadamente durante o período da conquista, que se prendem com a importância dos cavalos hispanos e a sua relevância na arte da guerra. A par da sua utilização nas legiões, os cavalos são utilizados como sinal de rendição sendo múltiplas as menções, que ressaltam o prestígio e a riqueza do cavalo e como este é requerido como resgate após a tomada de uma cidade (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 217). Tenha-se presente, só a título de exemplo para a *Ulterior/Lusitânia*, a referência de Apiano à conquista de *Talabriga* por *Decimo*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Junio Bruto em 137 a.C. e à entrega dos seus cavalos (Apiano *Iber.* 73), assim como a inscrição do bronze de Alcântara, onde se menciona que o povo dos *Seano*[...] se rendem a *Lucio Cesio* no ano de 102 a.C. e tem como uma das condições a entrega dos cavalos (López Melero *et al.* 1984, p. 266). Para o baixo Tejo em particular, Plínio-o-Velho, refere-nos o mito das éguas fecundadas pelo vento favónio gerando crias velozes, atestando a fama da velocidade dos cavalos dos campos em redor de *Olisipo* (PLIN.8, 166, Guerra, 1995, p. 37).

Entre o conjunto de metais de Castelinhos, encontra-se um pequeno conjunto de elementos que associamos aos equipamentos de cavalo e de cavaleiro, como elementos de arreios, fivelas, sinos e guizos decorativos e uma possível espora. Estes dados vêm comprovar de forma inegável a presença de equídeos no sítio, espécie que já se encontrava documentada pelo estudo das arqueofaunas (Santos *et al.*, 2018, p. 110).

No decorrer da escavação da unidade estratigráfica [155], identificada no ambiente 10 da Sondagem 4, recolheu-se um conjunto de elementos em ferro de arreios (Estampa 146, n.º 1484), composto por duas argolas de diâmetro distinto unidos por um braço que apresenta um olhal. Infelizmente o estado de preservação parcial não permite ir mais além na análise de que tipo de arreios poderíamos ter em Castelinhos, entenda-se se estaríamos perante elementos das guias laterais, ou perante parte de bridões ou freios (Quesada Sanz, 2005; Pereira, 2018, p. 152-153). Encontramos bons paralelos para este tipo de elementos na Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018, p. 152, Est. 35, n.º 1 e 2 e Est. 36, n.º 1), mas igualmente no povoado de La Caridad, datado do período Sertoriano (Vicente; Pilar Punter e Ezquerro, 1997, fig. 45), na necrópole de El Romazal (Hernández Hernández e Martín Bravo, 2017, p. 218, fig. 161) e no assédio de Alésia em 52 a.C. (Brouquier-Reddé e Deyber, 2001, pl. 106).

Na escavação da unidade estratigráfica [73], identificada no ambiente 32 da Sondagem 4, recolheu-se uma pequena e singular peça, que parece ter servido de suporte epigráfico, tendo a mesma já sido alvo de artigo específico (Pereira, 2013a). Trata-se de uma peça identificada como agrafo de arreio/*cingulum*, correspondendo a duas placas de forma sub-retangular de liga de cobre, estreitas e unidas por uma argola formando um olhal ovalado (Estampa 145, n.º 1479). Em cada uma das faces destas placas, apresenta uma dupla cartela retangular, centradas no interior de cada uma destas cartelas parecem

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

conservar-se vestígios de inscrições em alto-relevo. A leitura destas inscrições oferece algumas dúvidas, sendo que as letras LE[...] parecem legíveis, seguidas de um G, X ou mesmo de GX das quais poderíamos supor as leituras LEG(*atus?*), LEG(*io?*), LEX(?) ou mesmo LEG(*io?*) X(?) (Pereira, 2013a, p. 59). Não obstante, e apesar de estas serem propostas tentadoras, preferimos não avançar com uma leitura definitiva para as mesmas (figura 140).

A proposta de interpretação que fazemos para esta peça de reduzidas dimensões como tendo uma utilização como agrafo de arreio, tem por base diversos paralelos datados de época romana. Os agrafos de arreio funcionam como forma de ligação entre as correias e outros elementos, sendo que a maioria dos exemplares apresenta decoração. Apesar de Michel Feugère considerar estes exemplares elementos de arreio (Feugère e Poux., 2001, p. 83, fig.5, 16 e 17; Feugère, 2002b, p. 93, fig.11, 47 e 99, fig.13, 77), William Kurtz refere a hipótese de poderem tratar-se de agrafos utilizados na sujeição do cinturão/ *cingulum* (Kurtz, 1986-87, p. 460), não sendo esta proposta totalmente descabida tendo em conta a diminuta dimensão da peça em análise.

Ainda relacionado com os elementos de arreios de cavalo, recolheu-se na escavação da unidade estratigráfica [428], identificada no ambiente 46 da Sondagem 8, uma fivela em liga de cobre folheada a prata (Estampa 146, n.º 1488). Trata-se de uma fivela ajustador, em dobradiça, do tipo F-71 da classificação de Jenkins (1985, p. 149-151) e tipo 8 na tipologia estabelecida por Bishop (1988, p. 54). Este tipo de fivelas encontra-se bem documentado em contextos do século I d.C., ainda que seja de supor uma maior antiguidade como atesta o presente caso de Monte dos Castelinhos. No território peninsular, exemplares idênticos têm vindo a surgir em contextos militares do Noroeste peninsular, como é o caso das escavações da antiga, *Vareia*, Logroño (Fernández Ibáñez, 2006, p. 283, Fig. 13), de Herrera de Pisuergra, Palencia (Fernández Ibáñez, 2005, p. 198, fig. 2 n.º 11), mas também no vale do Tejo como é o caso de Ocaña, Toledo (Fernández Ibáñez, 2007a, p. 419, fig. 7 n.º 7). Fora da Península este tipo de fivelas de cavalaria encontra-se bem documentado nos casos emblemáticos de *Vindonissa* (Unz e Deschler-Erb, 1997, Taf. 64) ou de *Augusta Raurica* (Deschler-Erb, 1999, Taf. 38).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 140 – Fotografia parcial do agrafo de arreio de Monte dos Castelinhos. Pormenor da cartela com a provável inscrição.

Associamos, ainda que com algumas cautelas, duas fivelas em ferro, tendo em conta a sua dimensão e robustez, a elementos de arreios de cavalos (Bishop, 1988). A peça MMVFX 16976 apresenta forma retangular com 2,7cm de comprimento máximo (Estampa 146, n.º 1486), não sendo impossível que possa igualmente estar associada a um cinturão militar. O exemplar, MC 10983, interpreta-se como sendo uma fivela circular, apresenta um diâmetro de 3,6cm e 0,8cm de espessura (Estampa 146, n.º 1485). Peças similares, ainda que evidenciando um aspecto mais grácil, têm vindo a ser interpretadas como fíbulas em ferro, do tipo anular hispânica do tipo Ponte 13a/Cuadrado 4a (Ponte, 2006). É o caso de duas peças da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 206, Est. 82, n.º 10 e 11) e de uma das escavações antigas do Castro de Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019, p. 68, fig. 11, n.º 66). Contudo, tendo em conta a espessura e peso do exemplar em análise optamos mesmo assim por considerá-la fivela de arreio animal, pelo menos como hipótese de trabalho.

A presença de um elemento de um pequeno sino ou campainha (Estampa 146, n.º 1489) e de um fragmento que interpretamos como de guizo, (Estampa 146, n.º 1490), remetem-nos para a presença de elementos decorativos presentes no equipamento do cavalo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Bishop, 1988). Em cabeça de Vaiamonte, identificou-se uma peça assaz similar com o nosso exemplar n.º 1489, sendo aí interpretada como campainha equestre (Pereira, 2018, Est. 41, n.º 12). Em Celsa, (Zaragoza), encontra-se igualmente uma peça similar identificada com o termo latino de *tintinabulum*, ainda que presente num contexto datado de 54-60 d.C. (Fernández Ibáñez, 2007a, p. 411, Fig. 4, n.º 6),

Por último, apresenta-se uma peça de complexa interpretação. Trata-se de um elemento em liga de cobre que interpretamos, ainda que com muitas interrogações, como possível elemento de espora, nomeadamente como o aguilhão ou *acicate* (Estampa 146, n.º 1487). Trata-se de uma peça maciça composta por uma das extremidades em forma de triângulo com um espigão interno para encastramento, possivelmente no aro da espora, evidenciando a outra extremidade um espigão, que se encontra entortado, não sendo claro se de origem. Apesar de não serem abundantes os estudos sobre este tipo de objetos no território peninsular, a presente peça parece afastar-se dos exemplares conhecidos não se inserindo na tipologia proposta por Quesada Sanz (2005, p. 128-134).

MILITARIA – Algemas/grilhões

Encontra-se presente em Castelinhos um exemplar de argola de ferro com duas aletas laterais com olhal que se interpreta como fazendo parte de umas algemas (*manicae*) ou grilhões (Estampa 147, n.º 1491). Foi recolhido na escavação da unidade estratigráfica [73], identificada no ambiente 32 da Sondagem 5, a par de outros elementos metálicos. Ainda que se tenha presente que este tipo de peças possa igualmente ter servido como grilhões para gado, a presença destes objetos em sítios de evidente conotação militar tem vindo a sublinhar essa associação, nomeadamente associada a prisioneiros de guerra (Pereira, 2018, p. 156). É o caso dos exemplares do acampamento de Renieblas IV (Luik, 2002, p. 237, Abb. 202, n.º 312-313); de *Libisosa*, Lezuza, Albacete (Uroz Rodríguez, 2012, p.161, fig.124), da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 156, 157, Est. 40); de Chões de Alpompe (Zbyszewski, Ferreira e Santos, 1968, Est. III, n.º 30; Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p. 131); de Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019, p. 68, fig. 11, n.º 64); ou mesmo os possíveis elementos provenientes do Castro de Alvarelhos, Trofa (Moreira, 2016, p. 59, n.º 5). O exemplar de Monte dos Castelinhos insere-se no

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

tipo J.II definido para a Cabeça de Vaimonte, com uma argola fixa com dois olhais nas extremidades com cadeado associado (Pereira, 2018, p. 156, Est. 40, n.º 3).

MILITARIA – Estacas de tenda?

Inclui-se ainda dentro do grupo da *Militaria* três grandes cavilhas que interpretamos como possíveis estacas de tenda militar, que se encontram associadas estratigraficamente à primeira fase de ocupação de Castelinhos (Estampa 147, n.º 1492 a 1494).

As peças que se têm vindo a denominar como estacas de tenda correspondem a grandes barras de ferro forjado de secção geralmente quadrada ou retangular, com uma perfuração na extremidade, onde se fixa uma argola para sustentação. Encontramos paralelos para este tipo de estacas de tenda na Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018, p. 155, Est. 39), no acampamento da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 16, fig.12, C), no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p.515, Est. CLXVI, n.º 106), assim como em Numancia e Cáceres el Viejo (Bishop e Coulston, 1993, p.63, fig.32, n.º 5-9). A utilização destas peças era destinada a sustentar e dar tenção às guias das tendas de campanha dos acampamentos militares em couro cosido, como atestam os raros exemplares do cerco de Alésia (Sievers, 2001). Dada a sua especificidade, é um objeto clássico empregue pelos exércitos romanos, utilizado muitas vezes como pertinente indicador da sua presença (Fernández Ibáñez, 2006, p. 264).

Os exemplares de Castelinhos parecem fugir a esta tipologia clássica, não tendo, aparentemente argola para sustentação. Esta situação levou a que fossem por nós colocadas no campo dos utilitários de carpintaria. Porém, uma análise mais atenta da literatura da especialidade levou-nos a reconsiderar, tendo em conta a sua dimensão, peso inusitado, a sua posição estratigráfica e a similitude destas peças com os elementos metálicos apresentados como estacas de tenda do denominado campo de batalha de Pedrosillo, Casas de Reina, Badajoz (Gorges *et al.*, 2009, p. 274, fig. 4; Morillo Cerdán *et al.*, 2011, fig. 11), mas também com os exemplares do cerco de Alésia e do fortim romano de Arras-Actiparc (Poux, 2008, p. 391-392, fig. 64).

A presença de estes possíveis elementos de estacas de tenda militar merece ainda um breve comentário. Tendo em conta que em Castelinhos se assiste desde a primeira fase a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

uma arquitetura em pedra, de cariz permanente, qual o significado destas evidências? Como vimos, as estacas encontram-se associadas estratigraficamente à primeira fase. Num primeiro momento poderia existir uma utilização do morro com tendas, tendo esta ocupação assumido um cariz mais perene? Não se negando esta hipótese, temos, porém que matizar que em todos os casos acima referidos como paralelos, também há arquitecturas pétreas e estacas de tendas podendo coexistir ambas as evidências.

MILITARIA – Fíbulas

Opta-se no presente trabalho por apresentar as fíbulas dos contextos tardo-republicanos de Monte dos Castelinhos como um indicador da presença militar romana, associando-as assim à *Militaria*, na senda dos trabalhos recentes sobre o mundo militar romano de Matthieu Poux e Ble Gimeno (Poux, 2008, p. 381; Ble Gimeno, 2015, p. 268). É inegável que as fíbulas eram utilizadas tanto no âmbito civil como no militar, devendo a sua análise ser matizada por uma ponderação contextual. Ainda assim, a frequente associação desta categoria de artefactos a outros elementos da *militaria* encontra-se bem documentada como põe de manifesto os dados contextuais de sítios militares ou militarizados como: o acampamento romano da Lomba do Canho (Nunes, 1959; Nunes, Fabião e Guerra, 1988); a Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2014 e 2018); Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2019); o Monte da Nora (Teichner e Schierl, 2010); o Castelo da Lousa (Ruivo, 2010); ou o acampamento de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984). Esta associação é especialmente sublinhada no caso das fíbulas de tipo Aucissa, de época Augustana, que foram denominadas como fíbulas militares ou *soldatenfibeln* (Ettlinger, 1973, p. 93). Com base nesta proposta Matthieu Poux vai mais além e defende a existência de casos similares para o período romano republicano, com tipos que estariam relacionados com a preensão do *sagum*, a capa própria do legionário (Poux, 2008, p. 381). É o caso das fíbulas do Tipo Alésia, particularmente bem documentadas em Castelinhos e que segundo Michel Feugère, “(...) *ont clairement accompagné l’expansion romaine en Occident et, notamment, les déplacements de l’armée.*” (Feugère, 2015, p. 65).

As fíbulas são um dos sistemas de preensão mais utilizados na antiguidade, podendo ser reconhecido como um objeto metálico que servia para peças de vestuário. A investigação tem vindo a demonstrar que estes artefactos teriam outras funcionalidades,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ainda que secundárias, tais como de carácter utilitário, onde serviria de moeda ou peso, objeto de troca comercial, de carácter simbólico, por exemplo servindo de insígnia militar, carácter profilático, e ainda funcionalidades medico-higiénicas (*infibulatio*) (Ponte, 2006, p. 25).

Encontram-se particularmente bem documentadas nos contextos republicanos de Monte dos Castelinhos, estando presentes diversos tipos morfológicos de fíbulas em liga de cobre. Inventariaram-se 38 fragmentos que permitiram após colagens e análise calcular um NMI de 34 (Figura 130), ver Anexo 3, Estampa 157 a 159 e Anexo 5, Catálogo 31.

Fíbulas do tipo Schüle 4h

Dois exemplares enquadram-se no tipo Schüle 4h (Schüle, 1969, p. 271-280), ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 271-280), correspondendo às fíbulas anteriormente denominadas como de “tipo transmontano”. O exemplar MC 4671 evidencia arco de forma trapezoidal de secção circular, pé curto com arranque de apêndice caudal. Infelizmente este encontra-se fragmentado (Estampa 157, n.º 1586). O fragmento MC 7947 corresponde a um pequeno fragmento de apêndice caudal em forma de balaústre (Estampa 157, n.º 1587). O apêndice caudal, corresponde ao elemento definidor deste grupo tipológico, contudo a peça em questão, apresenta uma configuração peculiar que não se engloba nas variantes recentemente definidas para este tipo (Miguez, 2011, p. 31-33; 2014, fig. 3, Pereira, 2018, p. 221-224, Apêndice IV.7). As fíbulas do tipo Schüle 4h são particularmente abundantes no território português, tendo a sua dispersão sido alvo de recente análise (Ponte, 2006, p. 275-276; Miguez, 2014, fig. 4). Sendo de destacar a sua concentração no Sudoeste Peninsular e em particular a sua representatividade na Cabeça de Vaiamonte, o que levou mesmo a propor uma origem deste modelo no território português (Miguez, 2014, p. 122). O enquadramento cronológico deste modelo de fíbulas tem sido alvo de diversas propostas dissonantes, desde os que defendem a sua remota antiguidade (Schüle, 1969, p. 271-280; Ponte, 2006, p. 273-276), aos que as situam já numa fase mais avançada da Idade do Ferro (Berrocal Rangel, 1992, p. 137). Conquanto, a revisão global deste modelo permitiu categoricamente, enquadrar as fíbulas deste tipo numa etapa já da fase de conquista romana do território peninsular, podendo o seu período de difusão, situar-se entre os meados do século II e o I a.C. (Miguez, 2014, p. 122).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Não deixa de ser pertinente constatar a parca representatividade deste tipo de fíbulas Schüle 4h em Monte dos Castelinhos, tendo em conta a sua ampla presença do baixo-Tejo e Península de Lisboa. Como bem atestam os exemplares do sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves, 1997, fig. 11 e 35, n.º 2 e 3); do Castro de Salvador, Cadaval (Cardoso, 2014, fig. 24, n.º 1 e 2); do Castro de Pragança, Cadaval (Figueiredo, Melo e Araújo, 2007); do povoado de Outeiro da Assenta, Óbidos (Cardoso e Martins, 2009, fig. 66, n.º 8 e 9); da Gruta da Furninha, Peniche (Cardoso, 2004, fig. 220); da Gruta do Poço Velho, Cascais (Ferreira, 1963); das escavações da Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 164); Chões de Alpompe (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, fig. 17, n.º 36 e 37 e fig. 20) e Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, fig. 81, n.º 71). Poderá esta parca representatividade ter pertinência cronológica? Ou seja, poder dever-se a estarmos perante um momento mais avançado do século I a.C. em que estes modelos tendem a ser preteridos pelos modelos de Charneira?

Fíbulas do tipo “pseudo” La Tène II

Três fragmentos de fíbulas integram-se ainda que com algumas cautelas no tipo “pseudo” La Tène II, inserindo-se no modelo definido como 3 de Feugère (Feugère, 1985, p. 176) e Ponte 36 (Ponte, 2006, p. 306-316). Trata-se de modelos de fíbulas elaborados numa só peça e cujo pé alto envolve e abraça o topo do arco. Os exemplares MC 7590 e MC 7566 encontram-se fragmentados apenas se identificando parte do arco e mola. O arco é filiforme, longo e de secção circular. A mola é bilateral e consta de duas voltas (Estampa 157, n.º 1582 e 1583). O elemento MC 7566, atribuímos a este tipo com muitas interrogações, limita-se a um fragmento de mola de fíbula, sendo esta bilateral e consta de duas voltas (Estampa 157, n.º 1584). Os exemplares de Castelinhos foram recolhidos em níveis estratigráficos associados à Fase 2 do sítio encontrando-se infortunadamente em estado fragmentário.

A concentração deste modelo de fíbulas em território gaulês levou a Michel Feugère a atribuir aí a origem deste modelo (Feugère, 1985, p. 177). As fíbulas de tipo Ponte 36a-b/ “pseudo” La Tène II encontram-se genericamente datadas de meados do século II e atingem o século I a.C., encontrando paralelo em outros sítios com ocupação do período romano republicano como Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019, fig. 11, n.º 71; Soares, *et al.*,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2019, fig. 10, n.º 1 e 2); Miróbriga (Ponte, 1979b, Est. I – n.º 6); Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel, 1992, 138); Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 90, n.º 4 a 15); Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 491, Est. CLXII, n.º 24); ou Mesas do Castelinho (Miguez, 2011, Est. VI a X).

Fíbulas do tipo *Nauheim*

As fíbulas do tipo *Nauheim* encontram-se representadas em Castelinhos por quatro exemplares (Estampa 157, n.º 1579, 1581 e 1585). Este característico modelo de fíbula encontra-se vinculado à necrópole epónima de Bad Nauheim, nas imediações de Frankfurt, pertencendo ao período mais tardio de *La Tène* (Feugère, 1985, p. 203). Estas fíbulas encontram equivalência tipológica no Tipo 5 de Feugère (Feugère, 1985, p. 176), no Tipo 40 de Ponte (Ponte, 2006, p. 325-342) e no Tipo 2 de Mariné Isidro (Mariné Isidro, 2001, p. 179-185). Individualizam-se por uma mola bilateral de 4 voltas e corda interior ao arco, de feição semicircular, evidenciando na maioria dos casos arco perfil triangular, assim como um característico descanso do fuzilhão de morfologia trapezoidal univazado (Feugère, 1985, p. 203). A cronologia destes modelos, tendo em conta os protótipos gauleses, é situada na passagem do século II para o I a.C. (Feugère, 1985, p. 225), situando-se o seu apogeu entre a década de 60 e 30 a.C. (Mariné Isidro, 2001, p. 225). Tenta-se seguir neste trabalho a proposta avançada por Teresa Rita Pereira de distinção entre os verdadeiros exemplares deste tipo e suas variantes em particular as que ocorrem no território da Península Ibérica (Pereira, 2018, p. 233). Esta distinção assenta na existência ou não de uma placa de descanso pleno e na morfologia da secção da mola, nomeadamente os modelos fitiformes, sendo que exemplares com estes dois aspetos podem apontar para produções peninsulares (Pereira, 2018, p. 233).

O exemplar MMVFX 17375 é uma peça incompleta, carecendo da mola e do fuzilhão. O arco sem decoração é alteado no umbral em cunha e apresenta descanso do fuzilhão univazado. Identifica-se como um exemplar de tipo *Nauheim*, integrado no Tipo Ponte 40a.2 e no Tipo Feugère 5A1 (Estampa 157, n.º 1579). Corresponde ao modelo mais típico de *Nauheim*, apresentando-se a sua difusão amplamente atestada, sublinhe-se a sua presença em Chibanes (Silva e Soares, 1997, p. 63, fig 16, n.º 8); na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 92, n.º 6 a 16); no acampamento de Cáceres el Viejo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Ulbert, 1984, taf. 7, n.º 11-13 e taf 8, n.º 23-25) e em Numância (Luik, 2002, Abb. 166, n.º 12 e 13).

A fíbula MC 7549 encontra-se completa. O arco é de feição triangular, evidencia uma placa de descanso pleno de morfologia trapezoidal. A mola bilateral simétrica consta de quatro voltas. Identifica-se como um exemplar de variante *Nauheim*, integrado no Tipo Ponte 40C (Estampa 157, n.º 1580). A peça MC 4672 apresenta arco de feição triangular. A mola bilateral simétrica e de corda interior consta de quatro voltas. O fuzilhão está ausente, assim como o descanso (Estampa 157, n.º 1581). Apresenta-se de mais complexa classificação, contudo a sua morfologia sugere, tal como o exemplar anterior, tratar-se de um exemplar de variante *Nauheim*, integrado no Tipo Ponte 40C (Estampa 157, n.º 1581). Por último a peça MC 12386. Apesar de se limitar a um fragmento de arco maciço, parece corresponder ao mesmo modelo, variante *Nauheim*, ainda que de mais complexo enquadramento (Estampa 157, n.º 1585). O arco é filiforme, longo e de secção circular, com uma placa de descanso pleno de morfologia trapezoidal.

Este tipo de fíbulas merece-nos ainda um breve comentário final. Os modelos de tipo *Nauheim* são realmente um elemento a ter em conta enquanto testemunhos dos contactos romanizadores (Mariné Isidro, 2007, p.136). Esta leitura baseia-se no facto de atestarem a difusão no território peninsular pela mão dos exércitos, durante a fase tardia de conquista, de um modelo exógeno proveniente da área gaulesa (Feugère, 1985, p.226), ou mesmo do Norte da Península Itálica (Erice Lacabe, 1995, p.52). A análise da sua difusão permite vislumbrar que se trata de um modelo muito difundido na *Hispania*, com uma cronologia centrada entre as guerras sertorianas até ao final do século I a.C. – inícios do I d.C. (Mariné Isidro, 2007, p.137). Não sendo aqui pertinente a análise detalhada da difusão deste tipo e de suas variantes, aliás alvo de revisão recente (Ponte, 2006, fig. 86; Pereira, 2018, p. 240), importa, porém, ter presente a sua ubiquidade no extremo ocidente peninsular. Desde os exemplares do vale do Mondego e Alva ao Algarve: como atestam as fíbulas identificadas em Conímbriga (Ponte 2006, p. 332, fig. 86); Lomba do Canho (Nunes, 1959); *Collipo* (Ruivo, 1993-1994, p. 483); Outeiro da Assenta, Óbidos (Cardoso e Martins, 2009); sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves, 1997); Pedrão (Soares e Silva, 1973, Est. IX, n.º 65-66); Mesas do Castelinho (Miguez, 2010, p. 44-45, Est. XI e XII); Miróbriga (Ponte 2006, p. 332, fig.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

86); Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 92 e 93); Herdade da Chaminé, Portalegre (Ponte 2006, p. 332, fig. 86); Fortim do Caladinho, Redondo (Mataloto, Williams e Roque, 2014, p. 36, fig. 10, n.º 2); Monte da Nora, Terrugem (Teichner e Schierl, 2010, fig. 4, n.º 2 a 5); Castelo da Lousa, Mourão (Ruivo, 2010, p. 491, Est. CLXII, n.º 25 e 26) e Monte Molião, Lagos (Arruda *et al.*, 2020, fig. 5, n.º 4 a 7).

Fíbulas do tipo Alésia

As fíbulas do tipo Alésia, igualmente designadas como de charneira, de arco triangular, pré Aucissa, Tipo 21 de Feugère (Feugère, 1985, p. 299-311), ou Tipo Ponte 41 (Ponte, 2006, p. 343-354), encontram-se bem atestadas em Castelinhos por doze exemplares, sendo a forma de fíbula melhor documentada (Estampa 157, n.º 1588, a 1590 e Estampa 158, n.º 1591 a 1599).

As fíbulas Alésia foram definidas pela primeira vez em 1974 por A. Duval, partindo de exemplares do contexto do cerco do sítio epónimo em 52 a.C. e tendo em conta a sua ampla difusão nas Gálias durante a conquista por Júlio César (Duval, 1974). De acordo com Michel Feugère, as fíbulas Alésia correspondem a um modelo que acompanhou o exército, sendo por ele difundido na sua expansão para o ocidente, encontrando-se estas peças bem documentadas em sítios com forte presença militar (Feugère, 2015, p. 65). Estas peças são coetâneas dos modelos *Nauheim* acima descritos, contudo, evidenciam um conjunto de características que as definem e distinguem dos modelos contemporâneos (Ponte, 2006, p. 344). Caracterizam-se por um arco triangular, que como veremos pode apresentar decoração incisa, estampada e mesmo recortada, terminando num pé curto, com placa de descanso do fuzilhão encimada por botões. A charneira que caracteriza estes modelos é formada pelo enrolamento da extremidade do arco, formando um canal cilíndrico onde entra o eixo de ferro e o respetivo fuzilhão (Feugère, 1985, p. 302). A cronologia proposta para estes modelos centra-se no século I a.C., sendo situada entre a década de 60 e 20 a.C. (Feugère, 1985, p. 306). Contudo, tem vindo a ser pertinentemente matizado, ainda que sem dados estratigráficos recentes que o comprovem, uma eventual cronologia mais recuada, com base nos nove exemplares deste tipo recolhidos no acampamento do cerco de Numância, Renieblas IV e V (Pereira, 2018, p. 241). Esta cronologia tem sido dilatada, por Salete da Ponte,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sublinhando a continuidade deste modelo nos contextos do principado, até inícios do século II d.C. (Ponte, 2006, p. 346 a 349).

Em Monte dos Castelinhos, recolheram-se quatro exemplares associados à fase de abandono/destruição da Fase 2 que correspondem a modelos do Tipo 21a3 de Feugère (Feugère, 1985, p. 307). Estes modelos evidenciam uma peculiar decoração recortada no arco, característica dos modelos Alésia precoces (Feugère, 2015, p.66). A fíbula MC 2896 foi recolhida na escavação do ambiente 14 da Sondagem 4: apresenta arco de perfil triangular, de charneira enrolada para o exterior e evidencia como decoração dois extensos recortes longitudinais do arco. O pé é curto e falta o fuzilhão (Estampa 158, n.º 1591). Encontra paralelos diretos em dois exemplares recolhidos em contextos bem definidos de Lyon associados à fundação da colónia em 43 a.C., nomeadamente no sítio do “Tempo de Cíbele” e de Verbe Incarné (Feugère, 2015, fig. 1). Os exemplares MMVFX 16971, MC 2883 e MMVFX 17364 evidenciam uma decoração idêntica sobre o arco, sendo esta constituída por um recorte longitudinal (Estampa 157, n.º 1588 a 1590). Este corresponde ao Tipo B definido para o tipo de decoração recortado destas fíbulas por H. Meller, com base nos exemplares do santuário da Divindade *Reitia*, em Este, Pádua, Itália (Meller, 2002). Esta decoração recortada no aro das fíbulas Alésia, com apenas um esvaziamento longitudinal, não se encontra particularmente bem atestado, sendo porém conhecido no Nordeste da Península Itálica em Este, na Áustria em Viena e no Norte de França em Bennecourt (Feugère, 2015, p. 67). No território peninsular, um exemplar idêntico aos de Monte dos Castelinhos é conhecido do estabelecimento com forte presença militar de Monte Cildá, Palência (Fernández Ibáñez, 2006, p. 267, Fig. 3, n.º 4) e outro proveniente de *Conimbriga* identificado nos níveis do habitat indígena descoberto na esplanada do templo Flaviano (Ponte, 1979a, p. 124, Est. XXVII, n.º 50).

Os exemplares, MMVFX 16969, MMVFX 17363, MC 7553 e MC 7567 apresentam o aro de morfologia triangular sem decoração (Estampa 158, n.º 1592, 1593 e 1597 e Estampa 159, n.º 1604). Podem ser incluídos no Tipo 21a1 de Feugère (Feugère, 1985, p. 307); ou no Tipo Ponte 41. Ib/1 (Ponte, 2006, p. 348).

As fíbulas, MMVFX 16986, MC 2882, MC 7996, MC 10920, MC 10851 e MC 7557 evidenciam um tipo de decoração homogêneo obtido por meio de cinzelagem e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

gravação de linhas retas verticais (Estampa 158, n.º 1594 a 1596, 1598 e 1599; Estampa 159, n.º 1603). Podem ser incluídos no Tipo Ponte 41. Ia/2 (Ponte, 2006, p. 348). Um modelo com decoração idêntica é conhecido no acampamento militar romano da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, fig. 11, n.º 6).

As fíbulas do tipo Alésia, encontram-se bem atestadas no território peninsular, tendo a sua distribuição sido alvo de cartografia recente (Ponte 2006, Fig. 88). Importa, porém, sublinhar dois vetores: a sua ampla distribuição na área do vale do Tejo e baixo Sado e a recente revisão da sua presença no Noroeste peninsular. No vale do Tejo e baixo Sado surge atestado na alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 164); no Castelo Velho de Riachos, Torres Novas; Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos; Castro de São Salvador, Cadaval; Castro da Ota, Alenquer; Pedrão, Setúbal (Ponte 2006, Fig. 88); e na necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Gomes, 2017a, p. 1139, Fig. 3, n.º 1). Destacando-se a sua representatividade em sítios de natureza militar como a Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 241, Est. 94, n.º 1 a 6) e o Monte da Nora, Terrugem (Teichner e Schierl, 2010, fig. 4, n.º 6 a 8). No Noroeste peninsular, a distribuição das fíbulas Alésia encontra-se bem identificada em sítios da fase tardia de conquista, como parece ser o caso do invulgar exemplar em ferro de Monte Bernorio (Fernández Ibáñez, 2006, Fig. 2, n.º 2); das duas fíbulas identificadas nos níveis fundacionais datados de 15/20 a.C. do acampamento militar de Herrera de Pisuerga (Fernández Ibáñez, 2006, p. 259); do exemplar do campo de batalha de Andagoste (Ocharán Larrondo e Unzueta Portilla, 2002, Fig. 2, n.º 10); do exemplar do Castro de Soto de Bureba (Burgos); e em Tiermes, Soria (Fernández Ibáñez, 2006, p. 260).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**



Figura 141 – Fotografia de fíbula do tipo Alésia, com o aro com decoração recortada.



Figura 142 – Fotografia de fíbula do tipo Alésia, com o aro com decoração recortada.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 143 – Fotografia de fíbula do tipo Alésia, com o aro com decoração cinzelada.

Fíbulas de tipo Anular romanas

O tipo de fíbula anular romano ou em “ómega” encontra-se identificado em Monte dos Castelinhos por três exemplares. Apesar da longa duração de produção e uso destas fíbulas situar a maioria destes modelos em contextos do principado, a sua génese e difusão decorre durante o período romano republicano. Como bem atestam os exemplares da necrópole de Numância, do acampamento Numantino de Renieblas, do acampamento de Cáceres El Viejo, de Pollentia (*apud*, Pereira, 2018, p. 246), assim como os exemplares do estabelecimento militar da Lomba do Canho (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 21, fig. 11, n.º 7 a 9). Este grupo lato de fíbulas integra as anulares de aro interrompido (Tipo Ponte 50) e as anulares em ómega (integrados nos Tipos Ponte 51-52) (Ponte, 2006, p. 394-409). A estrutura destas fíbulas é relativamente simples, comportando dois elementos, o aro e o fuzilhão: o primeiro caracterizando-se por um aro aberto em forma de ómega de secção variável e o segundo assumindo a forma de uma haste estreita de dimensão superior ao diâmetro do aro (Pereira, 2018, p. 245).

O exemplar MC 4670 evidencia aro interrompido de secção circular, sem remates e com leves incisões. Fuzilhão em falta (Estampa 158, n.º 1602). Identifica-se como do Tipo Ponte 50.1a (Ponte, 2006, p. 399), Tipo A de Fowler Aa (1960, p. 158). Com

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

cronologias antigas, enquadradas entre o século IV/inícios do III e o II a.C. (Ponte, 2006, p. 399). Encontra paralelos em dois exemplares da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 94, n.º 8 e 9); em nove peças do Castro de Sabroso, Guimarães; em dez exemplares da Citânia de Briteiros, Guimarães; em três peças da Citânia de Santa Luzia, Viana do Castelo; em um exemplar da Cividade de Terroso, Póvoa do Varzim; e em um exemplar de Soure (Ponte, 2006, p.403, fig.103). Estes modelos parecem claramente inspirados pelas fíbulas anulares hispânicas da Idade do Ferro (Pereira, 2018, p. 246).

As fíbulas MMVFX 17362 e MMVFX 16804 correspondem a exemplares completos, com aro circular em ómega, ainda que com diâmetros distintos. Os seus extremos voltados para o exterior são coroados com motivos fitiformes e fuzilhão em fita (Estampa 158, n.º 1600 e 1601). Enquadram-se no tipo Ponte 51.1a (Ponte, 2006, p. 397), Tipo B de Fowler (1960, p. 159). Com cronologia lata centrada entre o século I a.C. e o I d.C. Contudo temos que ter presente que modelos em tudo idênticos encontram-se particularmente bem documentadas no acampamento militar romano da Lomba do Canho, com cronologia centrada na década de 60 a.C. (Nunes, Fabião e Guerra, 1988, p. 21, fig. 11, n.º 7 a 9). Estes modelos encontram paralelos na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 246, Est. 94, n.º 10 a 14); na Citânia de Briteiros, Guimarães; em Monte Mozinho, Penafiel; Arados, Marco de Canavezes; *Tongobriga*; *Conimbriga*; em Freiria; na necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal; e no Castelo Velho de Santiago do Cacém, (*Mirobriga*?) (Ponte, 2006, p. 403, fig. 103).

No capítulo das fíbulas resta apresentar, diversos fragmentos de aro e de fuzilhão de peças que se apresentam de complexo enquadramento tipológico (Estampa 159, n.º 1605 a 1614). A peça MC 2752 (Estampa 159, n.º 1605), corresponde à parte terminal de uma fíbula, podendo eventualmente arriscar-se uma classificação como do tipo “pseudo” La Tène II, Ponte 36 (Ponte, 2006, p. 306-316). O fragmento de aro MC 7949 (Estampa 159, n.º 1606), apresenta-se espesso e evidencia um arco que pode ser compatível com uma classificação como tipo Schüle 4h (Schüle, 1969, p. 271-280). Apesar do seu estado fragmentário a presença de diversos fragmentos de fuzilhão resulta assaz interessante, atestando a utilização e circulação destes característicos utensílios.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em jeito de conclusão no que diz respeito às fíbulas, importa ainda ter presente a análise da sua distribuição estratigráfica no que diz respeito ao faseamento do sítio. O grosso da informação prende-se com unidades que se relacionam com o abandono/destruição da Fase 2 e especificamente com a escavação da grande área da Sondagem 4. Porém existem duas fíbulas que se podem associar aos níveis da primeira fase da arquitetura do sítio (Estampa 157, n.º 1583 e Estampa 158, n.º 1600). Corresponde a um modelo de tipo Alésia e ao modelo anular do tipo Ponte 51.1a. Ou seja, estamos perante mais um indicador do estreito faseamento cronológico do sítio que parece centrar-se no século I a.C. e em concreto na segunda metade.

8.10.2. UTILITÁRIOS AGRO-FLORESTAIS.

A relevância dos instrumentos metálicos que se prendem com a utilização agrícola e agroflorestal é normalmente significativa em sítios coetâneos de Monte dos Castelinhos. Tal é o caso do bem conhecido conjunto metálico de Cabeça de Vaiamonte, pertinentemente interpretado como evidência de uma das principais atividades do exército romano a “criação de caminhos e abertura de passagens” (Pereira, 2018, p. 160). Em Castelinhos, tal situação não se faz sentir, sendo escassas as evidências que se prendem com essas atividades do quotidiano, sendo que os instrumentos que se podem inserir nesta categoria, utilitários agro-florestais, limitam-se a 0,2% do conjunto (figura 130), ver Anexo 3, Estampa 148 e Anexo 5, Catálogo 24.

O exemplar MC 10925 corresponde, a um fragmento de lâmina curva, com encabamento de alvado de secção circular, que interpretamos como um podão ou foice (Estampa 148, n.º 1495). A presença destes elementos em ambientes militares como os acampamentos de Numância, Cáceres el Viejo e Cabeça de Vaiamonte, parece atestar uma utilização não restrita às práticas agrícolas e que poderia estar relacionada com esta atividade acima descrita de abrir caminhos. Pode incluir-se no Tipo de Foice II, definido para o conjunto metálico de Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018, p. 169, Apênd. IV, 4). Esta peça encontra um paralelo no vizinho “Castro” de São Salvador (Cardoso, 2014, p. 216, fig. 27, n.º 10), assim como em Chibanes (Silva *et al.*, 2019, fig. 28, n.º 3). A dualidade do uso deste tipo de utensílios encontra-se bem plasmada na escavação de L’Almoina, (Valência), onde foi identificado um esqueleto associado a um contexto de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

massacre datado do período Sertoriano, e junto a este um podão de ferro aparentemente utilizado como arma (Ribera i Lacomba, 2013, fig. 6).

8.10.3. UTILITÁRIOS DOMÉSTICOS.

Entre o conjunto de artefactos metálicos que podemos associar ao mundo doméstico ou quotidiano, os elementos igualmente rareiam, representando apenas 1,4% da amostragem (figura 130). Entre estes destaca-se a presença de diversos fragmentos de lâminas e elementos em ferro que podemos interpretar como facas e tesouras, ver Anexo 3, Estampa 148, 149 e Anexo 5, Catálogo 25.

As facas e os cutelos são elementos relativamente habituais nos contextos proto-históricos e romano republicanos pelo seu carácter doméstico e multifuncional. Em Castelinhos, as facas, encontram-se atestadas por cinco elementos de lâmina (Estampa 148, n.º 1496 a 1498 e Estampa 149, n.º 1504). O elemento MC 7822 preserva o cabo e parte da lâmina de uma faca, destaca-se o pormenor do cabo com representação esquemática de um animal (Estampa 148, n.º 1496). O fragmento MC 10836 pode ser interpretado como um elemento de uma faca afalcatada ainda que no seu estado de preservação não seja impossível estarmos igualmente perante um elemento de foice ou podão (Estampa 149, n.º 1504). Identificam-se ainda quatro peças metálicas que interpretamos ainda que com cautelas, como parte do cabo de facas, preservando alguns deles os rebites que o ligavam ao respectivo cabo em madeira ou em osso (Estampa 149, n.º 1499 a 1503).

Identifica-se ainda entre os utilitários domésticos, fragmentos de lâminas de tesouras de dois braços, usualmente designadas como “tesouras de tosquia” (Estampa 149, n.º 1505 a 1507). Trata-se de utensílios frequentes em contextos proto-históricos e romanos republicanos, encontrando-se presentes em Chibanes; Cáceres El Viejo e Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 278). Esta tipologia de tesoura, nem sempre se apresenta de fácil classificação quando como é o caso em apreço se encontram fragmentadas. Trata-se de peças de ferro fabricadas em uma só peça obtida por forja, constituída por dois braços de lâminas unidas por uma haste que funciona como mola de tensão (Pereira, 2018, p. 278).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.10.4. UTILITÁRIOS DE CARPINTARIA.

Não sendo rastreável diretamente no registo arqueológico, por questões inerentes à sua preservação, é inegável a relevância dos trabalhos de carpintaria na arquitetura e no quotidiano das sociedades antigas, como o caso em análise. Se as madeiras não chegam até nós, a análise dos conjuntos metálicos permite documentar os elementos mais perenes com elas associados. Um dos exemplos que conseguimos vislumbrar em Castelinhos é o da existência de construções complexas, inerentes à arquitetura, como os vigamentos que sustentariam as coberturas dos edifícios e que teriam que suportar o peso significativo dos revestimentos cerâmicos. Os elementos que associamos a esta categoria dos utilitários de carpintaria são significativos, constituídos por 131 artefactos, que correspondem a 19,1% do total da amostragem dos metais presentes nos contextos romano republicanos do Monte dos Castelinhos, ver Anexo 3, Estampa 150 a 153 e Anexo 5, Catálogo 26.

No decorrer da escavação do contexto 465, identificado no Ambiente 40 da Sondagem 8, foi recolhido um martelo completo em ferro, peça MC 7534 (Estampa, 150, n.º 1508). Evidencia morfologia retangular, com um encabamento composto por alvado circular situado na zona mesial do martelo. Encontra paralelo direto no conjunto da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 56, n.º 1) e em Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1979, p. 29, Est. IV, n.º 52).

A peça MC 7825, proveniente de igual modo da área de Sondagem n.º 8, identifica-se como um provável formão (Estampa 150, n.º 1509). Caracteriza-se por uma lâmina de ferro direita de gumes paralelos e cuja extremidade distal se apresenta biselada, com o intuito de cortar e entalhar a madeira. O sistema de encabamento evidencia uma placa horizontal para encaixar no cabo de madeira, cuja sujeição seria possivelmente reforçada com uma argola ou braçadeira metálica. Insere-se no Tipo de Formão I definido para o conjunto metálico da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 171, Est. 62, n.º 1 a 5).

Mais complexo se apresenta o enquadramento da peça MMVFX 16987. Foi interpretado como um possível punção maciço em ferro, com a extremidade distal quadrada (Estampa 151, n.º 1517). Enquadramos este elemento neste âmbito supondo a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sua associação ao trabalho de madeira, contudo poderá igualmente ser possível outro uso para o mesmo.

Identifica-se ainda um elemento que interpretamos como uma cunha em ferro, MC 2811 (Estampa 151, n.º 1516). A cunha de ferro é uma ferramenta largamente utilizada para separar madeira durante o corte ou no decurso do trabalho de talhe, sendo igualmente utilizada para ajuste das ferramentas cujo encabamento era efetuado com recurso a braçadeiras (Pereira, 2018, p. 174). Peças similares encontram-se documentadas em Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 70, n.º 2 a 8); em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Taf. 29, n.º 262) e em Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1979, Pl. I e II).

Os elementos que podemos enquadrar como complemento de artefactos de madeira, cabendo neste campo as ferragens e os grampos/braçadeiras, encontram-se atestados por 16 elementos. Infortunadamente estes elementos encontram-se muito fragmentados. Destaca-se a representatividade dos elementos que podemos interpretar como grampos de selagem de ferro que deveriam estar associados pela sua dimensão a vigas de madeira, associados à arquitetura do sítio (Estampa 151, n.º 1512 a 1514). Encontra, mais uma vez, paralelo no conjunto da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 72, n.º 6), mas igualmente em diversos exemplares associados, tal como no caso em apreço, às estruturas habitacionais de La Loba (Fuenteobejuna, Córdoba) (Domergue, 2002, fig. 168). Outro elemento que se encontra bem representado e que se enquadra na categoria de ferragens é a peça MC 7541 (Estampa 150, n.º 1510). Corresponde a duas peças forjadas em ferro formando um olhal, que serve de ligação e com dois braços de extremidades planas que estariam ligadas a elementos perecíveis em madeira. Parece corresponder a uma dobradiça, possivelmente de um móvel ou mesmo de uma porta. Peças idênticas surgem na Cabeça de Vaiamonte, sendo interpretadas como “grampos de selagem de ferro” (Pereira, 2018, Est. 72, n.º 5, 7 e 8)

Naturalmente o conjunto mais numeroso desta categoria genérica dos utilitários de carpintaria é constituída por inúmeros pregos e cavilhas em ferro (Estampa 152) e em liga de cobre (Estampa 153). A maioria destes elementos seriam aplicados a inúmeros artefactos de madeira e face a esse uso poderiam ter tido várias utilizações, nomeadamente na arquitetura, que se encontra bem documentada estratigraficamente com a recolha de cavilhas associadas aos níveis de derrube dos revestimentos cerâmicos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

em *tegula*, mas igualmente no mobiliário atestado com a recolha de pregos em liga de cobre e em ferro sobre os níveis de pavimento do conjunto arquitetónico.

Por último neste capítulo apresenta-se uma chave em ferro, MMVFX 17350, identificada na escavação dos níveis associados à primeira fase do sítio na área de Sondagem 4 (Estampa 150, n.º 1511). No estudo dedicado ao conjunto de metais de Cabeça de Vaiamonte, este tipo de artefactos foi isolado sob uma categoria específica, a dos “utilitários de segurança” (Pereira, 2018, p. 272), contudo a identificação de apenas um exemplar em Castelinhos levou a que esta fosse considerada dentro da categoria dos utilitários de carpintaria. Trata-se de uma chave de perfil em L, com extremo distal em pente, e a parte proximal com um olhal que se apresenta preenchido, não sendo claro se por oxidação do metal ou não. Este tipo de chaves encontra-se bem disseminado e conhecido em inúmeros contextos arqueológicos peninsulares (Fernández Ibáñez, 2007b, p. 222, fig. 2). Na Península Ibérica encontram-se em contextos da Idade do Ferro dos séculos V-IV a.C. em Puntal dels Llops (Valência), contudo parece que a sua introdução e disseminação deve ao mundo romano, encontrando-se presentes em contextos de cronologia romana republicana de finais do século II a.C. nos acampamentos de Numância, e de inícios do século I a.C. no acampamento de Cáceres el Viejo ou em Izana (Sória) ou La Sereta (Alcói) (Fernández Ibáñez, 2007b, p. 220-221), assim como na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 272-275, Est. 102 a 105).

8.10.5. UTILITÁRIOS DE COMÉRCIO.

Entre os metais de Monte dos Castelinhos recolheu-se um pequeno, mas interessante conjunto de peças que identificamos e atribuímos à categoria dos utilitários de comércio, atestando assim a realização de práticas comerciais e a relevância da mensuração de bens e produtos. Trata-se de três elementos de pesos e seis peças de chumbo a que atribuímos uma possível utilização como agrafos, para garantir a inviolabilidade dos contentores, ver Anexo 3, Estampa 154 e Anexo 5, Catálogo 27.

O peso MMVFX 16880 foi recolhido na escavação do ambiente 4 da sondagem 4, associado aos níveis de abandono da fase 2 (Estampa 154, n.º 1546). Apresenta morfologia trapezoidal tendo na parte superior um olhal de sustentação, evidencia 6,6cm de comprimento máximo por 1,3cm de largura e 1,2cm de espessura, pesando

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

303 gr. Corresponde possivelmente a um ponderal, ainda que possa ter igualmente servido como contrapeso de balança. Encontra um paralelo idêntico entre o conjunto de metais recolhido no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p, 506, Est. CLXVII, N.º 108).

A peça MC 7813 exumado na escavação da unidade [465] do ambiente 40 da Sondagem n.º 8, corresponde a um peso em liga de cobre com um anel de sustentação, sendo o seu interior em chumbo (Estampa 154, n.º 1547). Encontra-se infelizmente fragmentada, medindo 3cm de comprimento máximo, por 2,2cm de largura, pesando 25gr.

O elemento MC 1282 igualmente identificado na mesma unidade e ambiente que a peça anterior, evidencia morfologia trapezoidal medindo 3,8cm de comprimento, por 1,3cm de largura, pesando 15,7gr (Estampa 154, n.º 1545). Corresponde a uma peça revestida a liga de cobre, mas com o interior em chumbo e que interpretamos como um ponderal. Peças idênticas foram recolhidas no “Castro” de São Salvador (Cardoso, 2014, p. 216, fig. 27, n.º 9) e na Cabeça de Vaimonte, tendo sido aí interpretadas como lingotes (Pereira, 2018, p. 192, Est. 78, n.º 2 a 7).

Os restantes elementos, fabricados em chumbo, parecem corresponder a elementos a que atribuímos uma possível utilização como agrafos para garantir a inviolabilidade dos contentores, nomeadamente sacos (Estampa 154, n.º 1548 a 1552). Esta hipótese baseia-se na proposta avançada por José Ruivo para dois objetos de chumbo de morfologia idêntica recolhidos em Chões de Alpompé e no Castelo da Lousa (Ruivo, 2001, p. 37 e 2010, p. 508), tendo posteriormente sido reforçado com novos materiais de função e interpretação idêntica provenientes do grande povoado do planalto do Alviela (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p. 135). Em tempos conturbados como os decorrentes do processo de conquista romana da *Hispania*, a circulação de moeda conduziu a uma crescente preocupação com a forma de fazer chegar o pagamento àqueles que suportavam o esforço de guerra, sendo por esse motivo fundamental que houvesse controlo no transporte e receção da moeda (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p. 135). Uma forma de o assegurar passava pela colocação de um agrafó (*signatus*) que garantia a inviolabilidade dos contentores que transportavam os numismas, podendo este ter estampado na extremidade um motivo que o diferenciase. A funcionalidade destes agrafos de saco seria semelhante àquela das *tesserae nummulariae* (Andreau, 1999, p. 81).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Poderia eventualmente ser este o caso das peças que aqui apresentamos, infelizmente não se encontrando nenhuma completa. Estas peças seriam seladas a quente sendo-lhes conferida a forma pretendida. Exemplificativo desse processo é a peça MC 2848, sendo composta por uma estreita placa de chumbo que foi torcida em torno de algo, supostamente a extremidade do saco (Estampa 154, n.º 1548). A mesma utilização poderíamos eventualmente vislumbrar nos fragmentos MC 2906 e MC 7712 (Estampa 154, n.º 1549 e 1550). Estas peças encontram-se quebradas na extremidade onde deveriam constar os selos que as identificariam. Exemplos desses putativos selos, são os exemplares MC 2887 e MC 7684, constituídos por pequena placa retangular de extremo arredondado (Estampa 154, n.º 1551 e 1552). A peça MC 2887 evidencia uma gravação de um sinal alfo numérico, onde podemos vislumbrar o numeral latino XI (Estampa 154, n.º 1551). O selo MC 7684 apresenta numa das faces a gravação de uma imagem que parece representar uma personagem feminina estilizada, com um elmo na cabeça, hasteando numa das mãos uma haste vertical, talvez uma espada ou uma lança e na outra um escudo triangular. A parte inferior da imagem evidencia um perfil triangular, supondo-se uma saia, sendo esta preenchida por uma decoração reticulada. Tendo em conta a iconografia poderíamos estar perante uma divindade feminina de teor militar, possivelmente uma Minerva, tendo em conta os paralelos no mundo da glíptica e da numismática (Cravinho, 2008), ver figura 144.

Já a peça MC 2764, se apresenta de mais complexa interpretação, trata-se de uma placa de chumbo enrolada sobre si mesmo (Estampa 154, n.º 1553), sendo conhecidos diversos exemplos de peças similares com inscrições no interior. Contudo não dispondo neste momento de condições para verificar se é esse o caso desta peça, opta-se apenas pela sua apresentação sucinta, esperando que em futuros trabalhos laboratoriais clarifiquem essa hipótese.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 144 – Elemento de agrafio de chumbo, com possível representação de Minerva.

8.10.6. UTILITÁRIOS DE ESCRITA

Tal como já se apresentou em relação aos artefactos em osso, identifica-se em Castelinhos alguns artefactos metálicos que se prendem igualmente com a práxis de escrita. A presença destes instrumentos é um claro indicador da difusão do hábito dos registos documentais e da sua importância no quotidiano da administração romana (Pereira, 2018, p. 280).

Os elementos de escrita, metálicos encontram-se presentes com uma curiosa peça (Anexo 3, Estampa 154, n.º 1554 e Anexo 5, Catálogo 28). Trata-se de um elemento em ferro, com 12,2cm de comprimento máximo, constituído por duas extremidades triangulares com perfil em bisel unidos por um cabo cilíndrico. Pode ser interpretado como uma espátula para cera, destinada a apagar a tábua de cera de forma a esta ser utilizada de novo, sendo que esta tarefa se realizaria a quente (Ble Gimeno, 2015, p.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

296). Este tipo de artefactos não tem merecido a atenção dos investigadores, tendo sido apenas definida recentemente a sua interpretação (Božič e Feugère, 2004). Nos últimos anos a presença destes elementos em sítios de natureza militar, nomeadamente na província *Citerior*, tem vindo a ser posta em evidência, sendo estes artefactos incluídos no campo da *Militaria* (Ble Gimeno, 2015, Lâm. 59). No extremo ocidente peninsular, não conhecemos peças afins, ainda que seja conhecido um exemplar idêntico do acampamento militar de Cáceres el Viejo, ainda que não interpretado como tal (Ulbert, 1984, Tafel 62, n.º 285).

8.10.7. INSTRUMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS.

Destacou-se desde as primeiras intervenções arqueológicas em Monte dos Castelinhos a presença de alguns artefactos em liga de cobre que foram identificados como instrumentos médico-cirúrgicos, atestando assim a prática da medicina, ver Anexo 3, Estampa 155 e Anexo 5, Catálogo 29.

Ainda que, durante muito tempo, a cronologia destes instrumentos fosse normalmente atribuída aos séculos I-III d.C. (Pereira, 1990), recentes contributos têm vindo a refutar essa atribuição ampliando o seu espectro e recuando a sua datação ao período romano republicano (Pereira, 2018, p. 292; Gomes, 2010). De facto, o aparecimento de instrumentos médico-cirúrgicos na *Hispania* encontra-se associado à progressiva conquista do território e à inerente necessidade de possuir estruturas que permitissem manter a saúde e o bem-estar dos efetivos militares em trânsito. Uma das estruturas mais importantes dentro de um acampamento seria mesmo o *valetudinarium*, uma espécie de hospital de campanha, administrado pelo *optio valetudinarii* (Goldsworthy, 2007, p.86). É neste contexto que se inserem os exemplares mais antigos de instrumentos médico-cirúrgicos como os atestados nos acampamentos numantinos de Renieblas IV e V (Luik, 2002, p. 61 e 64-65; Abb.82 – 94-98; Abb.175 82-84); em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, p.124 e 222, Taf.20, 60, 126-126) e no acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil (material inédito exposto no Museu de Arqueologia de Arganil). Mas igualmente os elementos de sítios com forte presença militar, como o expressivo conjunto da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 292-303, Est. 114 a 118), os elementos do povoado de Chibanes (Soares e Silva, 2014, fig.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

7, Fig. 20, n.º 5) e do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, Est. CLXIII, n.º 52). Importa ainda ter presente o significativo conjunto recolhido em contextos do século I a.C. em Fuentes de Ebro (Zaragoza), Cormulló dels Moros (Arasa i Gil, 1994, p.130, fig.5) e Torre d'Onda (Arasa i Gil, 2001, p.245-246).

Em Castelinhos identifica-se um conjunto de 14 peças em liga de cobre a que se atribui esta categoria, equivalendo a 2,4% do total da amostragem dos artefactos metálicos.

As sondas (*specillum*) são as peças melhor documentadas, com dois elementos completos e um possível em estado fragmentado (Estampa 155, n.º 1555, 1556 e 1558). Estas peças eram utilizadas em pequenas cirurgias, na exploração de feridas, como cautérios ou dissecadores e na preparação e aplicação de medicamentos (Gomes, 2010, p. 27). Estes instrumentos são compostos normalmente por um cabo de secção circular, com uma das extremidades composta por uma terminação em forma de azeitona. A outra extremidade podia terminar em forma de espátula, colher ou de forma pontiaguda. Exemplares em tudo idênticos aos de Castelinhos foram recolhidos no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, Est. CLXIII, n.º 52) e em Chibanes (Soares e Silva, 2014, fig. 7, Fig. 20, n.º 5), mas também nos acampamentos de Numância (Luik, 2002, Abb.82, n.º 94 e 95) e Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, p.104 e 222, Taf. 20 e 60, n.º 126 e 127).

O exemplar MC 7814 corresponde a uma pinça em liga de cobre, identificada completa e mantendo-se ainda funcional (Estampa 155, n.º 1557). As pinças (*vulsella*) são peças relativamente frequentes e que tanto podem ser relacionados com cuidados de higiene, nomeadamente associados à prática da depilação, como com atividades médicas, especificamente para a depilação pré-operatória, eliminação de corpos estranhos ou de fragmentos de ossos (Gomes, 2010, p. 30). Estas peças são formadas por uma placa sub-retangular de liga de cobre, que varia na sua largura, e que é dobrada na sua zona mesial, local onde se forma um olhal aberto por onde poderia passar uma argola para transporte. Peças similares são conhecidas em Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019, Fig. 11, n.º 65); em Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018, Est. 110, n.º 6 e 7 e Est. 117, n.º 8) e no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 493, Est. CLXIII, n.º 51).

Os exemplares MC 7811, MC7562 e MC 12386, são interpretadas ainda que com muitas cautelas como agulhas cirúrgicas (*acus*) (Estampa 155, n.º 1561, 1563 e 1564).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A distinção entre as agulhas cirúrgicas e as agulhas que teriam uma função doméstica associada às atividades têxteis nem sempre é fácil. Contudo, tendo em conta as dimensões das peças aqui apresentadas parece-me mais seguro esta interpretação.

As restantes peças que aduzimos a esta categoria de instrumentos médico-cirúrgicos são de mais discutível interpretação. Os elementos MC 7660 e MC 7798 encontram-se infelizmente fragmentados, contudo tendo em conta a sua morfologia são interpretados como espátulas (Estampa 155, n.º 1559 e 1560). Já os pequenos artefactos MC 7576 e MC 7561 poderiam ser interpretados como pontas de bisturi cirúrgico, tendo em conta a sua extremidade cortante, sendo estes encabados num cabo possivelmente de madeira (Estampa 155, n.º 1565 e 1566). Por último, a peça MC 7803 apresenta-se de difícil enquadramento (Estampa 155, n.º 1562). Identifica-se como uma haste vertical em liga de cobre com um olhal numa das extremidades e o arranque de qualquer coisa que não se apresenta claro na outra. Na parte superior preserva duas pequenas argolas interligadas, poderia fazer parte de um artefacto composto com vários instrumentos ligados pelas argolas?

O conjunto de instrumentos médico-cirúrgicos merece ainda uma breve discussão. Em primeiro lugar a análise da sua dispersão nas áreas intervencionadas demonstra uma pouco usual concentração na área de Sondagem n.º 8, nomeadamente na UE [465], identificada sobre o nível geológico do ambiente 40. Dos 12 elementos inventariados, 10 foram aí recolhidos. O segundo elemento a sublinhar é a relevância da presença deste conjunto na própria dinâmica do sítio, sendo mais um dado a aduzir à sua precoce romanidade, atestando o conhecimento e prática de atividades médicas. Não podemos deixar de valorizar esta informação e trazer à colação, ainda que para uma cronologia um pouco posterior de inícios do principado, o célebre exemplo de *Nothus*, escravo de *C. Heius Primus*, enviado à capital provincial para estudar medicina. Graças a uma feliz coincidência epigráfica pertinentemente valorizada por Jonathan Emondson, foi possível reconstituir essa ligação e vislumbrar a relevância que a formação médica assumiu na génese da província da Lusitânia ligando de forma indelével *Olisipo* e *Emerita* (Emondson, 2009).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.10.8. BAIXELA METÁLICA

O estudo e publicação da baixela metálica tardo-republicana recolhida no ocidente peninsular tem vindo nos últimos anos a merecer uma atenção particular, em grande parte, na sequência da realização e publicação da mesa redonda realizada em Lattes, “La Vaisselle tardo-républicaine en bronze” (Feugère e Rolley, 1991). No território português o grande trabalho de fundo, que teve o condão de espoletar a problemática em torno desta temática, fazendo o primeiro inventário e atenta revisão dos espólios depositados em Museus, emerge como é assumido pelo seu autor, precisamente das reflexões produzidas por esta publicação (Fabião, 1999). Mais recentemente tem vindo a avolumar-se os dados disponíveis com a publicação de novos dados deixando vislumbrar uma maior complexidade e difusão destes novos hábitos culturais: é o caso da revisão do expressivo conjunto da Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018 e 2021); do sítio do Moinho do Castelhinho, Amadora (Encarnação e Dias, 2019); dos materiais da Gruta de São Paulo, Almada (exemplares inéditos expostos do Museu de Almada); do povoado de Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019); do Castro de Segóvia (Bargão, 2017); do Castelo das Juntas (Mataloto, 2014); do Castelo Velho do Degebe (Mataloto, 2014); da necrópole de Alcácer do Sal (Gomes, 2017a); dos materiais do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010); do conjunto do povoado de Monte Molião (Pereira, Alves e Sousa, 2014) e das escavações da biblioteca de Mértola (Palma e Rafael, 2012). Ainda assim, estamos longe dos conjuntos que têm vindo a ser publicados em território peninsular, como o impressionante acervo de *Libisosa*, Albacete (Uroz Rodríguez, 2016) ou o de El Llano de la Horca, Santorcaz, Madrid (Azcárraga Cámara *et al.*, 2014).

A funcionalidade atribuída a estes conjuntos padronizados de peças metálicas que se assumem como verdadeiros serviços de bronze é a de baixela para beber vinho (Fabião, 1999, p. 194). Ainda que existam outras hipóteses alternativas, como a de formar parte do serviço de banho, para as abluções durante o banquete, ou mesmo para o uso na cozinha (Bolla, 1991, p. 143). Seguindo a hipótese mais generalizada, as ânforas, jarras e taças serviriam para conter e consumir o vinho, os coadores podiam usar-se para filtrar as bebidas, os *simpula* seriam utilizados para servir e medir, sendo que no caso dos de pega horizontal, poderiam ser utilizados para aquecer a água com especiarias que seriam misturadas no vinho (Mansel, 2004, p. 27). Em relação à origem destas peças metálicas, tem vindo a ser apontado uma origem centro itálica, circulando junto com as ânforas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vinárias, os copos de paredes finas e os serviços cerâmicos de verniz negro itálico (Fabião, 1999, p. 194). A sua cronologia encontra-se bem estabelecida, centrada no período da conquista romana do território peninsular, séculos II-I a.C., destacando-se a sua presença em contextos bem datados do período Sertoriano, como é o caso do conjunto de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984), da mina de La Loba (Domergue, 2002), ou de *Libisosa* (Uroz Rodríguez, 2016), ainda que tal não implique que se tenham deixado de usar após essa cronologia.

Em Monte dos Castelinhos, identificou-se um pequeno mas significativo conjunto de elementos que relacionamos com a presença de baixela metálica. Tal como é de esperar, tendo em conta que estamos a lidar com um contexto de habitat, os elementos encontram-se muito fragmentados. Estes são compostos por 18 elementos em liga de cobre e 6 em ferro, tendo após análise e colagem permitido vislumbrar um conjunto de 10 peças tendo em conta a análise dos NMI, o que corresponde a 1,7% da amostragem de artefactos metálicos (figura 130), ver Anexo 3, Estampa 156 e Anexo 5, Catálogo 30.

Seguimos na apresentação a organização adotada nas Actas da Mesa Redonda “*La Vaisselle tardo-républicaine en bronze*”, ou seja, sítulas, jarros, copos, *simpula* e coadores (Feugère e Rolley, 1991).

A presença dos característicos recipientes romanos designados como *sítula* nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos encontra-se atestada por diversos fragmentos que permitiram reconstituir uma asa em ferro de sustentação de sítula de tipo indeterminado (Estampa 156, n.º 1578). Esta peça foi identificada sobre os níveis geológicos no ambiente 40 da Sondagem n.º 8 associada a um nível estratigráfico da fase 2 do sítio. Ainda que seja um tipo de asa com longa perduração no período romano (Delgado, 1970), encontram-se asas de sítula similares no conjunto metálico da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, Est. 131, e 132). Recolheu-se ainda nos Castelinhos uma armela de sítula em liga de cobre, com a representação de Júpiter Amón (Pimenta, 2013a, p. 81, n.º 91). Trata-se de um interessante exemplar, fabricado a molde e com acabamento cuidado. Contudo o facto de ter sido recolhido à superfície do terreno durante os trabalhos de prospeção no sopé do sítio arqueológico leva a que não seja incluído neste trabalho.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No decorrer da escavação da UE [215] recolheu-se, no preenchimento de uma fossa no ambiente 31 da Sondagem 4, um fragmento de uma pega em liga de cobre, exemplar MMVFX16970. Este elemento corresponde a parte de uma asa obtida por molde que funcionaria como peça independente que seria depois soldada ao jarro propriamente dito (Estampa 156, n.º 1567). No fragmento em análise pode-se observar uma composição tripartida: na zona superior surge dois braços, nos quais apenas um que se encontra totalmente preservado, formando estes um perfil de semicírculo que seria soldado ao bordo da peça, no braço que se preserva denota-se a estilização de uma cabeça zoomórfica. Da asa propriamente dita apenas se preserva o seu arranque, encontrando-se fragmentada. Tendo em conta exemplares similares, nomeadamente da Cabeça de Vaiamonte e *Libisosa*, é possível supor que possamos estar perante um exemplar que se insere no grupo das asas de jarros de Tipo *Piatra Neamt*, e assim sendo, poderia estar em falta precisamente o elemento decorativo da zona inferior (Pereira, 2018, p. 313-317; Uroz Rodríguez, 2016, p. 188-193). Esta ausência, precisamente do elemento que caracteriza esta forma de jarro itálico, impede de momento uma classificação categórica, podendo este elemento de asa ser integrado em outras tipologias de jarros (Pereira, 2018, p. 316). Todavia, a característica decoração no braço que se preserva da pega e em que se denota a presença de uma representação zoomórfica, que interpretamos como em forma de ave (ornitomorfo), interpretados na literatura da especialidade como patos reais ou cisnes, que se encontram presentes na morfologia dos jarros do Tipo *Piatra Neamt*, inserindo-se no discurso mitológico associado à representação de Júpiter, figura onnipresente neste tipo de asas (Uroz Rodríguez, 2016, p. 193; Pereira 2021). Estes característicos recipientes encontram-se bem datados entre o final do século II e o primeiro terço do século I a.C. (Mansel, 2004, p. 25). A dispersão destes jarros não é particularmente abundante no território português e peninsular (Pereira, 2018, p. 315-316): encontrando-se atestado no extremo ocidente por dois exemplares em Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1999, p. 182, Fig. 6, n.º 7 e 8); um fragmento de asa com a representação de Júpiter da gruta artificial de São Paulo, Almada; um possível exemplar de Monte Molião (Arruda e Pereira, 2010, fig. 9 *apud* Pereira, 2018, p. 316) e outra peça do Castelo da Lousa, ainda que provável (Ruivo, 2010, p. 496, Est CLXIV, n.º 61).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Os exemplares MC 2899 e MC 7575 correspondem, a fragmentos de bordos de pequenos jarros ou copos em liga de cobre (Estampa 156, n.º 1568 e 1570). Tendo em conta a sua morfologia propõe-se ainda que com muitas cautelas uma possível identificação com as taças do tipo Idria (Feugère, 1991b). Contudo a ausência de um dos elementos mais característicos deste tipo, as asas, impedem uma identificação categórica. De acordo com a proposta cronológica estabelecida por Michel Feugère, estas peças enquadram-se entre o último quarto do século II a 75 a.C. chegando possivelmente até 50 a.C. (Feugère, 1991b, p. 54). A sua presença encontra-se bem documentada em território peninsular, tendo a sua dispersão sido apresentada por Romana Erice Lacabe (Erice Lacabe, 2007, p. 203), estando atestada em Numância; Renieblas; Tarraco; Cáceres El Viejo; Azaila; Castrejón de Capote; Priego; El Mercadillo; Villasveijas de Tamuja; Raso de Candeleda; e Libisosa (Uroz Rodríguez, 2016, p. 194). No território português encontra-se presente no depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo; Castro de Sabroso; Monte Mozinho; Conímbriga; Chibanes; Castelo Velho de Santiago de Cacém; Cabeça de Vaiamonte e Evoramonte (Fabião, 1999; Pereira, 2018; Pimenta *et al.*, 2019).

Ainda dentro do conjunto dos recipientes de baixela metálica, recolheu-se em Castelinhos, na escavação da UE [45], do ambiente 6 da Sondagem 4, uma asa/armela do tipo Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 336), (Estampa 156, n.º 1571). Estas peças de liga de cobre, caracterizam-se por uma pequena pega arqueada que seria soldada à parede do recipiente, sendo esta composta por duas partes, uma superior de morfologia ovoide e uma inferior com representação zoomórfica. Sendo que a interpretação desta tem variado entre “sugestão ofiolátrica” (Fabião, 1999, p. 185) e cabeças de aves possivelmente de perfil aquiliforme (Pereira, 2018, p. 336; Pereira, 2021). O olhal formado pelo arqueamento desta peça não serviria como asa devido à sua diminuta dimensão, mas sim como armela, para passagem de uma argola de liga de cobre, sendo que esta última serviria como pega/asa propriamente dita. A sua funcionalidade é ainda uma incógnita, apenas se podendo propor se tratar de armela para asa de um recipiente de tipologia desconhecida. Uma vez que surgem como achados isolados, desprovidos dos recipientes a que se associavam, apenas se pode supor tendo em conta o seu diâmetro poderem enquadrar-se em algum tipo de bacias (Pereira, 2018, p. 337). Este tipo de armela, encontra-se bem representado no extremo ocidente peninsular: com

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

exemplares em Cabeça de Vaiamonte; Castelo Velho de Veiros, Estremoz; Chibanes; Mesas do Castelinho; Citânia de Briteiros e fora do território português no sítio de Azores, Priego de Córdoba (Fabião, 1999, p. 185). A esta dispersão temos ainda que aduzir um exemplar que tem passado despercebido, proveniente do habitat da mina de La Loba, Fuenteobejuna, Córdoba (Domergue, 2002, fig. 182, n.º 4).

Entre o conjunto de elementos metálicos de Monte dos Castelinhos que associamos à baixela metálica individualizamos quatro peças a que atribuímos a classificação de elementos de *simpula*. Nomeadamente três elementos de pega vertical que se podem integrar no Tipo 1A de Castoldi/Feugère e um elemento de bordo de concha de *simpulum* (Estampa 156, n.º 1569, 1572 a 1574). O *simpulum* do Tipo 1A de Castoldi/Feugère caracteriza-se pela sua pega tripartida com um comprimento máximo em torno dos trinta centímetros e concha em forma de vaso globular de colo estrangulado (Castoldi e Feugère, 1991, p. 65). No conjunto de Monte dos Castelinhos estamos a lidar com peças muito fragmentadas, não permitindo grandes considerações, contudo encontram-se atestadas as diferentes partes da pega, ainda que estes elementos tenham surgido de distintas unidades estratigráficas e de diferentes zonas do sítio. Está atestado um elemento referente à zona mesial de secção circular (Estampa 156, n.º 1573), as extremidades com uma secção laminar e sob a forma de remo decorado com duas caneluras paralelas (Estampa 156, n.º 1574) e um fragmento com a zona de transição com a concha propriamente dita (Estampa 156, n.º 1572). A peça que interpretamos como fazendo parte da concha do *simpulum*, apresenta-se de mais complexo enquadramento, contudo o fragmento de bordo espessado, com parte substancial de diâmetro preservado, evidencia uma morfologia hemisférica que sugere esse enquadramento (Estampa 156, n.º 1569). Este tipo de peças encontra-se bem difundidas em território peninsular (Pereira, 2018, p. 324). No território português encontra-se documentado em Moinho do Castelinho, Amadora (Encarnação e Dias, 2019); em Chibanes (Pimenta *et al.*, 2019); na Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Gomes, 2017a); no Castelo Velho de Veiros, Estremoz; Castelo Velho de Cobres, Castro Verde; Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião, 1999, p. 175); e na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018).

Identificou-se ainda, um fragmento de pequenas dimensões de liga de cobre perfurado que identificamos como fazendo parte de um coador (Estampa 156, n.º 1577). Trata-se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de um dos elementos fundamentais da baixela metálica do período romano republicano com uma função inerente à sua morfologia destinando-se a filtrar líquidos. A sua presença encontra-se bem documentada no território português atestando o sucesso destes recipientes: com exemplares em Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo; Citânia de Briteiros, Guimarães; na Lomba do Canho, Arganil; Conímbriga; em Sebastião do Freixo, Batalha; no Pedrão, Setúbal; em Segóvia, Elvas; no Castelo Velho de Veiros, Estremoz; nas Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião, 1999, p. 180); na Cabeça de Vaiamonte, (Pereira, 2018); no Castelo da Lousa, Mourão (Ruivo, 2010, p. 495, Est. CLXIV, n.º 60); e no Monte Molião, Lagos (Pereira, Alves e Sousa, 2014, fig. 3).

Por último, atesta-se dois pequenos elementos que se apresentam de difícil enquadramento, sendo atribuídos com cautelas ao conjunto da baixela metálica. O exemplar MC 7564 corresponde a uma pequena folha estilizada em liga de cobre de secção aplanada (Estampa 156, n.º 1575). O fragmento MC 2904 é composto por duas tiras de liga de cobre interligadas com rebite do mesmo material, sendo classificado como possível elemento de base de recipiente (Estampa 156, n.º 1576).

O conjunto de materiais incluídos no campo da baixela metálica merecem ainda umas breves observações. Primeiro importa sublinhar a sua coerência estratigráfica, encontrando-se a totalidade dos elementos associados a níveis estratigráficos correspondendo à Fase 2 de Monte dos Castelinhos. Em segundo plano, importa ter presente a relevância da presença em Monte dos Castelinhos de elementos de baixela metálica, possivelmente de importação itálica, vindo assim aduzir-se às escassas importações de ânforas vinárias itálicas, ao conjunto de verniz negro, de copos de paredes finas, de lucernas e de cerâmica comum, atestando o processo de assimilação cultural pela comunidade instalada no morro da Quinta da Marquesa, dos hábitos de consumo de vinho e por inerência dos modos de vida romanos (Fabião, 1999).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.10.9. OBJECTOS DE ADORNO

Entre o conjunto de artefactos metálicos de Monte dos Castelinhos recolheram-se inventariaram-se e foi possível estudar um pequeno, mas significativo conjunto que se prende com os objetos de adorno pessoal, constituído por anéis e brincos. Aqui temos que matizar que como acima deixamos expresso decidiu-se incluir os artefactos do tipo fíbula no capítulo genérico da *Militaria*, restringindo assim este grupo artefactual. Este conjunto é composto por 2 elementos em ferro e 5 em liga de cobre perfazendo um total de 7, que correspondem a 1,2% do total do conjunto em análise (figura 130), ver Anexo 3, Estampa 159 e Anexo 5, Catálogo 32.

Começando pelos artefactos em ferro, compõem-se de dois anéis, um completo e outro fragmentado (Estampa 159, n.º 1616). Ambos evidenciam um aro largo de secção aplanada com acabamento polido. A presença de anéis em ferro (*annulus*), encontra-se documentada durante o período romano republicano como significado do estatuto de cidadania romana (Hawley, 2007), sendo que a sua presença em contextos militares se encontra bem atestada na Gália em contextos da guerra cesariana, como é caso dos exemplares do cerco de Alésia (Brouquier-Reddé e Deyver, 2001, pl. 93, n.º 76-85), mas também no fortim de Arras-Actiparc, em Gergóvia (Poux, 2008, p. 383).

Entre os artefactos em liga de cobre, identificou-se um elemento de anel, correspondendo à parte superior onde se encastraria a pedra, preservando ainda parte do aro (Estampa 159, n.º 1615). Elementos de anel similar são característicos do principado, porém foram recolhidas peças similares no cerco de Alésia (Brouquier-Reddé e Deyver, 2001, pl. 93, n.º 78). Preserva-se ainda um elemento de aro de anel (Estampa 159, n.º 1617). Por último identificam-se três elementos que interpretamos como brincos (Estampa 159, n.º 1618 a 1620). O exemplar melhor preservado permite reconstituir estas peças de adorno, sendo constituídas por um semicírculo com uma das extremidades aguçadas e a outra de preensão com um terminal saliente de morfologia circular.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.10.10. OBJECTOS INDETERMINADOS

Entre o conjunto de artefactos metálicos dos conjuntos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, a categoria dos objetos indeterminados, não passíveis de classificação, encontram-se atestados por uns significativos 320 elementos que representam cerca de 41% da amostragem (quadro figura 130), ver Anexo 3, Estampa 160 e 161 e Anexo 5, Catálogo 32.

O grupo melhor representado é o das peças em liga de cobre, com 135 elementos inventariados, sendo que entre estes identificam-se 22 pingos de fundição, ou seja, ténues vestígios recolhidos em unidades estratigráficas correlacionada com a segunda fase de ocupação romano republicana dos Castelinhos, que atestam a prática da metalurgia binária do bronze. Os restantes 113 artefactos são constituídos por pequenos elementos de liga de cobre que muitas das vezes têm menos de 1 centímetro. Apesar de pouco expressivos, a sua presença atesta de forma inexorável a relevância dos artefactos metálicos no quotidiano destas comunidades, assim como a sua reciclagem. Entre as peças em liga de cobre a que não conseguimos dar uma atribuição funcional, enquadram-se os artefactos: MC 7839, uma haste vertical com um olhal semicircular (Estampa 161, n.º 1641), os elementos MC 10849 e MC 2761, hastes verticais de secção quadrangular (Estampa 161, n.º 1642 e 1643), as peças MC 7805, MC 10852 e MC 7831, fragmentos de hastes que poderiam eventualmente ser partes de fíbulae ainda que sem certezas devido ao seu estado fragmentário (Estampa 161, N.º 1644, 1645 e 1647). Por último, o artefacto MC 2858 corresponde a uma extremidade boleada de um instrumento indeterminado com decoração incisa (Estampa 161, n.º 1646).

O segundo grupo é o das peças de ferro de complexo enquadramento, composto por 132 elementos, 100 delas fragmentos de peças de maior expressão, que infelizmente devido ao seu estado de preservação não permitem grandes observações e em muitos casos nem registo gráfico. As restantes 32 correspondem a peças inventariadas como escória resultante de trabalho do ferro. Este dado é particularmente interessante, pois permite atestar o trabalho deste metal em Monte dos Castelinhos, onde certamente chegaria em formato de lingotes que seriam aqui transformados. A análise da sua dispersão, permite associar a sua concentração a uma área exterior ao conjunto edificado da Sondagem 4, em concreto à área do ambiente 12. Entre os artefactos em ferro de difícil

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

enquadramento destaca-se um pequeno grupo recolhido em níveis estratigráficos associados ao abandono da fase 2 do sítio (Estampa 161, n.º 1636, 1637, 1639 e 1640). Individualizam-se por um perfil arqueado com duas extremidades curvilíneas e apontadas. Qual a sua funcionalidade? Não é claro, ainda que a sua morfologia sugira uma espécie de pega. No conjunto metálico identificado nos níveis associados ao cerco de Alésia foram publicadas peças similares, interpretadas como apliques ondulados de secção em D, associados ao armamento defensivo, nomeadamente a escudos (Sievers, 2001, Pl. 46, n.º 118 a 123). Por último, a peça MC 12385, que apresenta um perfil em S, eventualmente associado a uma utilização como utilitário de carpintaria. Contudo, a ausência de paralelo levou a que fosse aqui enquadrado (Estampa 161, n.º 1638).

O terceiro e último grupo é constituído por 53 artefactos em chumbo, sendo 6 pingos de fundição atestando o trabalho e manuseamento do chumbo (Estampa 161, n.º 1631) e os restantes 47 correspondem a lingotes e tiras de chumbo que seriam utilizadas para o fabrico de artefactos quer a frio quer a quente conforme o propósito a desenvolver (Estampa 160 e Estampa 161, n.º 1630, 1632 a 1635) (Feugère e Prévot, 2008). A peça MC 2907, recolhida em níveis associados à fase 1 do sítio, apresenta-se retorcida e dobrada sobre si mesma. Contudo, uma análise mais atenta, permite verificar que se trata de um resto de uma placa de chumbo de maior dimensão que foi vertida sobre um pavimento de tijolos, dos quais guarda o negativo, como pode ser visto no desenho (Estampa 160, n.º 1622).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.10.11. COMENTÁRIO FINAL: ARTEFACTOS METÁLICOS

O conjunto de metais dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos merece-nos ainda um breve comentário final. Decidiu-se apresentar o vasto e heterogéneo conjunto metálico consoante o seu carácter utilitário. Dessa análise destaca-se a ausência ou a fraca representação de algumas categorias que temos que sublinhar, ou seja, tendo em conta o estado da arte sobre os conjuntos metálicos coetâneos seria de supor uma preponderância dos utilitários agrícolas, de pesca, de tecelagem e mesmo os agroflorestais. No fundo, os artefactos que atestam as atividades económicas preponderantes nos povoados dos momentos finais da Idade do Ferro e do período da conquista romana. No entanto, estes não estão simplesmente presentes ou encontram-se parcamente representados. Parece-me importante sublinhar esta circunstância pois ela não pode ser imputada à parca representação dos artefactos metálicos. Teremos assim que encontrar outra resposta para esta leitura. Poderá ela prender-se com questões de organização do sítio, ou seja, estas atividades poderão encontrar-se atestadas, mas noutras áreas que por alguma razão não foram intervencionadas. É uma hipótese. Outra seria a de o sítio ter uma vocação de outra índole mais virada para outras questões de controle do território, deixando assim essas vocações para povoados na sua órbita que o abasteceriam dos produtos agrícolas e pecuários.

Em paralelo com esta ausência, destaca-se o papel assumido pela categoria das armas e da *militaria*. Apesar de em muitos casos estarmos perante material em estado fragmentário, o conjunto é diversificado e praticamente permite identificar todas as categorias do armamento ofensivo e defensivo, assim como do próprio equipamento do legionário. Destaca-se a presença de um exemplar de glande de chumbo em processo de fabrico atestando a produção destes característicos projéteis.

O segundo grupo melhor atestado são os utilitários de carpintaria, muitos deles relacionados com a complexa arquitetura do sítio, nomeadamente com as suas soluções de cobertura.

Em suma a presença em Monte dos Castelinhos de um conjunto artefactual tão variado ao nível das categorias, ligas metálicas utilizadas e protótipos morfológicos denota uma inegável presença militar itálica, tendo o estudo dos metais contribuído para uma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

melhor percepção das dinâmicas da sua ocupação, da sua arquitetura e em último da sua funcionalidade.

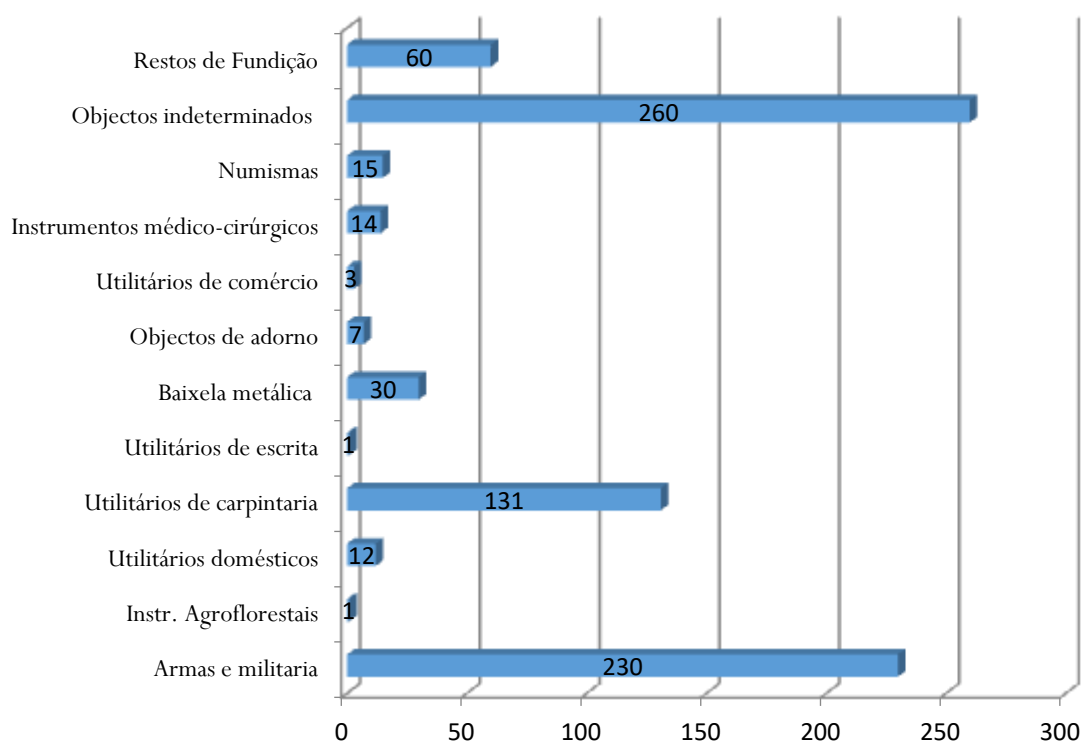


Figura 145 – Gráfico das categorias de artefactos metálicos, presentes nos contextos romano republicanos em Monte dos Castelinhos, tendo em conta os NMI.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

8.11. O CONJUNTO NUMISMÁTICO

Apesar de alguns desenvolvimentos recentes, o estudo da introdução da economia monetária e das dinâmicas de circulação da moeda no extremo ocidente peninsular padece ainda de frágil conhecimento, fruto da carência de dados empíricos (Ruivo, 1993-1997; Fabião, 1998a). Este estado da arte é consequência, por um lado, de falta de investigação, nomeadamente de escavações extensas com um quadro de indagações prévias que incluía uma metodologia de recolha e registo de pequenos artefactos, por outro, da carência de publicação atempada dos resultados (Blázquez Cerrato, 2010).

É assim que nos deparamos em áreas amplamente escavadas, como é o caso de três dos maiores núcleos habitacionais do vale do Tejo durante a fase da conquista, *Olisipo*, *Almaraz* e *Scallabis*, com dados muito insuficientes, difíceis de conciliar, com a representatividade das outras categorias artefactuais (Pimenta, 2005 e 2014; Barros e Henriques, 2002; Arruda, Viegas e Almeida, 2002). Destacam-se neste panorama os dados disponíveis sobre os conjuntos numismáticos da cidade de Conímbriga (Pereira, Bost e Hiernard, 1974); do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Faria, 1984-1985); dos conjuntos da Península de Lisboa dispersos em Museus (Ruivo, 1993-1997); dos Chões de Alpompe (Ruivo, 1999); do povoado da Cabeça de Vaia Monte (Fabião, 1998a; Pereira, 2018); do Castelo Velho de Santiago do Cacém, (Mirobriga?) (Fabião, 1998a; Pereira, 1999; Pereira e Silva, 2007); do povoado das Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a); das recentes novidades de Monte Molião (Muccioli, 2015), e dos resultados das recentes escavações do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010).

Dos dados até hoje conhecidos, parece claro que não terá existido qualquer cunhagem no extremo ocidente em épocas anteriores à presença romana, nem existem evidências que por estas paragens possa ter circulado moeda, de forma contínua, antes da chegada dos exércitos romanos (Fabião, 1998a, p. 442). Em relação à presença e dispersão das cunhagens púnicas na bacia do Tejo, questão abordada na primeira parte deste trabalho, parece corresponder a um momento conjuntural específico que assim deve ser matizado no quadro das movimentações militares das guerras púnicas ou ao produto de numismas de circulação residual, procedentes de contextos posteriores. O processo de introdução de uma economia monetária e das dinâmicas de circulação da moeda no extremo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ocidente peninsular decorre da presença romana e acima de tudo das movimentações militares itálicas na fase da conquista (Fabião, 2002a, p. 127).

No decorrer do processo da conquista e da consolidação do poder de Roma no ocidente peninsular implanta-se rapidamente a prática do uso monetário itálico a par da emergência de cunhagem peninsulares. Durante este período de dois séculos assiste-se na *Ulterior* à existência de um grupo de cerca de 80 Cecas monetárias que vão emitir grande quantidade de numerário (Blázquez Cerrato, 2010), tendo estas cunhagens, origens muito diversas, diferentes escritas, tipologias e metrologia próprias (Ruiz López, 2010, p. 41). Da análise da geografia de distribuição das cecas conhecidas no Sudoeste peninsular anteriores às profundas transformações político administrativas promovidas por Octaviano, resulta evidente uma forte tradição relacionada com os principais centros populacionais da denominada área “turdetana” (Fabião, 1998a, p. 444), materializando-se essa evidência na cunhagem de moeda autónoma, nos aglomerados portuários pautados por fortes influências mediterrânicas, é o caso de: *Murtil/Myrtilis*; *Baesuris*; *Balsa*; *Ossonoba*; *Cilpes*; *Ipses*; *Bevipum/Salacia* (Faria, 1997), ainda que se encontrem bem atestadas cecas em locais mais interiores, como o caso de *Cirpa/Serpa*; *Dipo*; *Aipora*; *Tamusiens* e a enigmática *Brutobriga* (Ruiz López, 2010). Para o baixo Tejo, não se apresenta claro qual a razão ou razões para a não existência de cunhagens nos precocemente romanizados núcleos habitacionais de *Moron*, *Scallabis* ou *Olisipo*.

O outro eixo da discussão sobre o estudo da prática do uso monetário decorre do facto de toda a área em análise ter durante o período da conquista e em particular no decorrer do conflito Sertoriano sido alvo de grande instabilidade (Ruivo, 1997). Essa inconstância da situação política materializa-se no acervo de tesouros registados nesta ampla área (Ruivo, 2005). Contudo, esses entesouramentos não constituem boas amostras do material circulante na região, visto privilegiarem a moeda em prata, podendo esta ser conservada pelo seu valor intrínseco, ou seja, mais na categoria de jóias (Fabião, 1998a, p. 449). Nas imediações do Monte dos Castelinhos são conhecidos três entesouramentos datados da república que bem atestam esta leitura, combinando a presença de moeda, vasos e jóias em prata e peças de ourivesaria: o tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota/Alenquer (Viegas e Parreira, 1984); o Pinhal do Alvarinho, Alenquer (Ruivo, 1997, p. 93) e o de Pragança, Cadaval (Ruivo, 2005, p.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

137). Esta questão do uso que era dado aos numismas de prata encontra-se bem elucidado no caso do sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos, onde os denários forrados aí recolhidos evidenciam orifícios de suspensão, revelando assim que era lhes conferido um uso distinto do para o qual foram concebidos (Gonçalves, 1997, p. 11, fig. da pág. 25). Esse fenómeno não parece ser caso isolado, encontrando-se igualmente atestado no Castro da Ota, num numisma Hispano Cartaginês, hoje em dia no Museu Nacional de Arqueologia, que evidencia igual meio de suspensão (Ruivo, 1993-1997, p. 63).

No decorrer das escavações dos níveis estratigráficos associados à ocupação romano republicana do Monte dos Castelinhos foram recolhidos 16 numismas devidamente contextualizados, resultantes de perdas individuais. Correspondendo estes a 7 numismas em prata, 8 em liga de cobre e 1 exemplar em chumbo.

Começando pelos numismas associados à Fase 1 de Castelinhos, como referimos ao apresentar a estratigrafia, identificaram-se dois numismas: um denário itálico de P. SATRIENVVS, datado de 77 a.C. - RRC 388/1b.-, em excelente estado de preservação (Crawford, 1975, vol. 1, p. 403, 404; Vol 2, XLIX, n.º 11) e um numisma de cunhagem hispânica, um As da cidade Ibérica de KELSE, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C. (Villaronga, 1994, p. 223), ver figura 146.

1 – MMVFX17380. Estampa 162, n.º 1653. Recolhido em 2013 na Sondagem 4, Ambiente 10, UE 91. Denário de P. Satrienvs, cunhagem da cidade de Roma, 77 a.C., RRC 388/1b, 3gr, 1,9cm. Evidencia marcas antigas de incisão de uma ponta aguçada sobre a superfície. Anverso – Cabeça de um Deus Marte Jovem com capacete: apresenta o número de controlo VII. Reverso – Loba Capitolina virada à esquerda, por cima a inscrição ROMA, por baixo a inscrição. P. SATRIE/NVS. Crawford, 1975, vol. 1, p. 403, 404; Vol. 2, XLIX, n.º 11.

2 – MMVFX16979. Estampa 163, n.º 1658. Recolhido em 2011 na Sondagem 4, Ambiente 10, UE 173. As - numisma de cunhagem hispânico, cidade Ibérica de KELSE, 11,4gr, 2,9cm. Anverso - Cabeça masculina à direita rodeada por três golfinhos. Reverso – Cavalo com palma à direita por baixo inscrição Ibérica KELSE. CNH (1994) nº 11, pág. 223.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Um dos numismas recolhidos associa-se a níveis de construção dos edifícios da Fase 2 de Castelinhos. Foi recolhido no enchimento da vala de fundação da estrutura UE [54]. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânica da cidade de KASTILO/Castulo - Século I a.C. Datado de cerca de 85 a.C. devido à inscrição do magistrado monetário - VOC.ST.F. (Villaronga, 1994, p. 333; Ripollès e Abascal, 2000, p. 144-145).

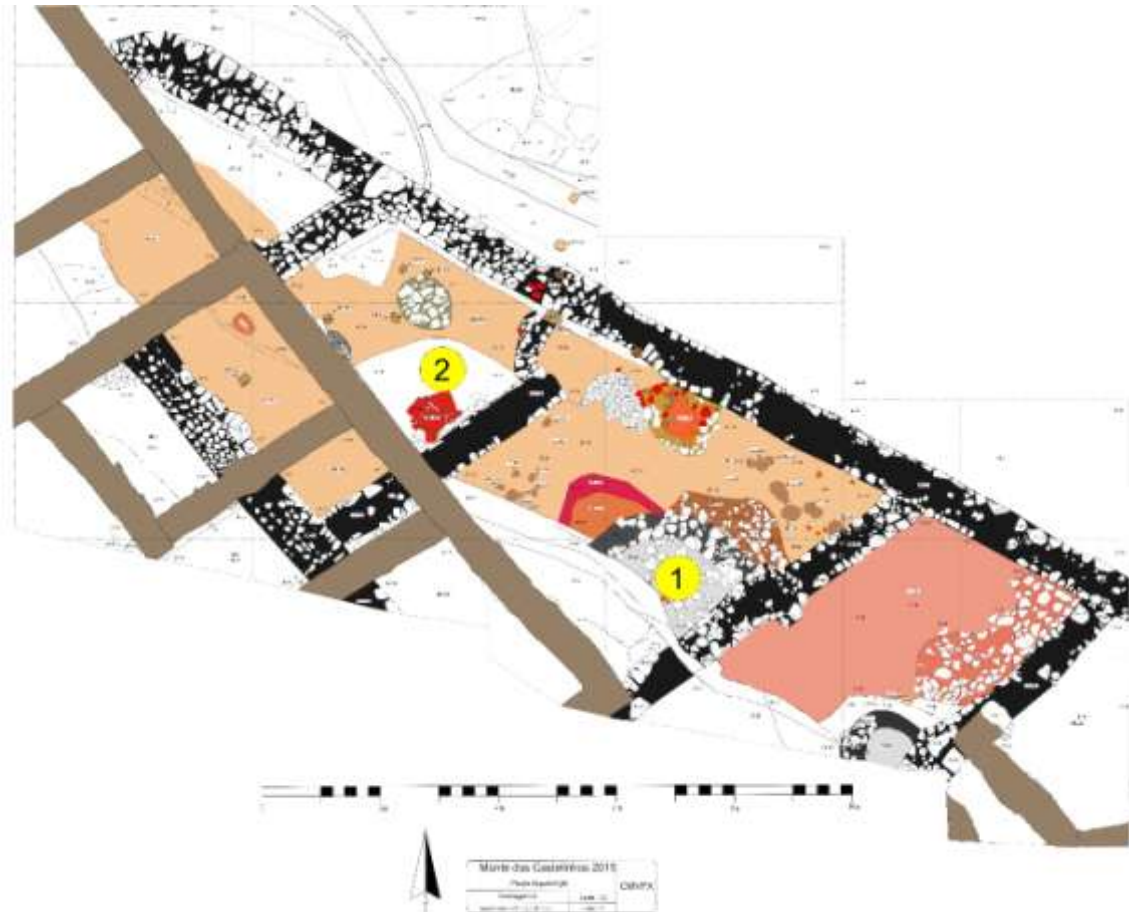


Figura 146 – Planta das estruturas da Fase 1 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 4. Com a localização dos dois numismas exumados associados a esta, marcados com um círculo amarelo.

3 – MMVFX16978. Estampa 163, n.º 1656. Recolhido em 2011 na Sondagem 4, Ambiente 10, UE 54. Semis - numisma de cunhagem hispânica, de KASTILO/Castulo - Século I a.C. (Cerca de 85 a.C.), 9gr, 2,5cm. Anverso - Cabeça masculina à direita possivelmente laureada. Atrás, CN, lido de cima para baixo; à frente VOC.ST.F. lido de baixo para cima. Reverso – Touro para a direita; por cima crescente. Da parte esquerda

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

do crescente parece ler-se [C]N e à frente do touro lê-se FVL. CNF, de cima para baixo (o NF pode estar em nexa). No exergo, a inscrição KASTILO em caracteres ibéricos. CNH (1994) nº 19, pág. 333.

Nos níveis associados à destruição do conjunto arquitetónico da Fase 2 de Castelinhos recolheu-se um conjunto coerente de 13 numismas de liga de cobre e de prata, que sustentam a cronologia já proposta de uma data para o nível de destruição do conjunto urbano dos Castelinhos, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.) (Pimenta e Mendes, 2014). Identificaram-se seis denários, associados a este momento: Um denário forrado – Q.THERM M. F, Roma, 103 a. C., RRC 319/1; um denário - MN. FONTEI C. F, Roma, 85 a.C., RRC 353/1a, sendo o mais recente o denário - COS.TER T.DICT.ITER.AUGVR PONT.MAX, cunhagem incerta, datado de 46 a.C., RRC 467/1a. (Crawford, 1975).

4 – MMVFX17015. Estampa 162, n.º 1648. Recolhido em 2008 na Sondagem 4, Ambiente 2, UE 17. Denário de L.CVP, cunhagem da cidade de Roma, 147 a.C., RRC 218/1, 3,9gr, 1,9cm. Anverso - Cabeça de Roma virado à direita. Com o sinal X em frente. Reverso – Dioscuros a cavalo. Em baixo L.C.V. e sob uma linha a palavra Roma. Este numisma foi inicialmente classificado e publicado como um denário da família Márcia, com datação incerta dentro do século II a.C. em Pimenta, 2015, p. 146. Crawford, 1975, vol. 1, p. 257; Vol 2, XXXIV, n.º 13.

5 – MMVFX17368. Estampa 162, n.º 1649. Recolhido em 2013 na Sondagem 4, Ambiente 12, UE 220. Denário forrado – Q.THERM M. F, cunhagem da cidade de Roma, 103 a. C., RRC 319/1, 2,9gr, 2cm. Anverso - Cabeça de Marte com capacete virado à esquerda. Reverso – Soldado romano lutando com um soldado bárbaro em proteção de um camarada caído. No exergo, a inscrição Q.THERM M.F. Crawford, 1975, vol. 1, p. 324; Vol 2, XLII, n.º 9.

6 – MC 2886. Estampa 162, n.º 1650. Recolhido em 2015 na Sondagem 4, Ambiente 14, UE 153. Denário - MN. FONTEI C. F, cunhagem da cidade de Roma, 85 a.C., RRC 353/1a, 3gr, 2cm. Anverso – Cabeça laureada de Apolo virada à direita. Atrás Raio e inscrição - MA.FONTEI.C.F. Reverso – Cupido em cima de uma cabra; Pilei. Crawford, 1975, vol. 1, p. 369; Vol 2, XLVI, n.º 13.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

7 – MC 2887. Estampa 162, n.º 1651. Recolhido em 2015 na Sondagem 4, Ambiente 14, UE 153. Denário - COS.TER T.DICT.ITER.AUGVR PONT.MAX, cunhagem incerta, 46 a.C., RRC 467/1a, 3gr, 1,9cm.

Anverso – Cabeça de Ceres virada à direita: atrás COS-TERT; em frente DICT.ITER; em cima linha de pontos. Reverso – *Culullus, aspergillum*; jarro e *litulus*; em cima AVGVR; em baixo, PONT.MAX. Crawford, 1975, vol. 1, p. 478; Vol 2, LV, n.º 14.

8 – MC 11918. Estampa 162, n.º 1652. Recolhido em 2019 na Sondagem 4, Ambiente 12, UE 219. Denário - Gens Procila, cunhagem da cidade de Roma. 80 a.C., RRC 379/1, 3,5gr, 1,8cm. Anverso - Cabeça laureada de Júpiter virado à direita. Reverso – Juno Sópita com escudo e lança. Ao lado, a inscrição L.PROCILI.F. Crawford, 1975, vol. 1, p. 396; Vol 2, XLVIII, n.º18.

9 – MC 2805. Estampa 162, n.º 1654. Recolhido em 2012 na Sondagem 5, Ambiente 31, UE 191. Denário forrado – Q. SICINIVS IIIVIR, Cunhagem móvel de Pompeio, 49 a.C.; RRC 444/1C, 1,7gr, 1,9cm. Pode igualmente corresponder a um Denário RRC - 354/1 - (84 a.C.), contudo este não apresenta inscrição ao contrário do exemplar em análise. Anverso – Cabeça de Apolo virada à esquerda, com vestígios de inscrição, atualmente indecifrável apenas se lendo atrás da cabeça de apoio - VIR. Deve corresponder à inscrição III.VIR. Reverso – encontra-se ilegível. Crawford, 1975, vol. 1, p. 461; Vol 2, LIII, n.º 1.

10 – MMVFX 17381. Estampa 162, n.º 1655. Recolhido em 2012 na Sondagem 4, Ambiente 12, UE 245. Bronze. As - RRC 471/1 - CN.MAG.IMP - 46-45 a.C. Numisma de cunhagem hispânica. Este numisma foi inicialmente classificado e publicado como um RRC 368 e interpretado como um numisma de L Sula Imp. Datado de 85 a.C. em Pimenta, 2015, p. 148. Anverso – Cabeça Laureada de Janus. Reverso – Proa de navio. Em cima; CN.MAG; em baixo IMP. Crawford, 1975, vol. p. 481; Vol 2, LV, n.º 21.

11 – MMVFX 17389. Estampa 163, n.º 1657. Recolhido em 2013 na Sondagem 5, Ambiente 32, UE 73. Bronze. As - numisma de cunhagem hispânica, cidade de Castulo, 3,8gr, 2,1cm. Anverso - Cabeça viril com diadema virado à direita. Reverso - Touro à direita e em cima crescente. CNH (1994) nº 52 a 62, pág. 337-338.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

12 – MC 10878. Estampa 163, n.º 1659. Recolhido em 2012 na Sondagem 4, Ambiente 2, UE 17. Bronze. As - numisma de cunhagem hispânica, cidade indeterminada, 3,4 gr, 2,2 cm. Anverso - Cabeça com diadema virado à direita. Reverso – Encontra-se ilegível.

13 – MC 2801. Estampa 163, n.º 1660. Recolhido em 2012 na Sondagem 4, Ambiente 21, UE 219. Bronze. As - numisma de cunhagem hispânica, cidade de Castulo. 5,2 gr, 1,9 cm. Anverso - Cabeça viril com diadema virado à direita. Reverso - Touro à direita e em cima crescente. CNH (1994) nº 52 a 62, pág. 337-338.

14 – MC 2890. Estampa 163, n.º 1661. Recolhido em 2015 na Sondagem 4, Ambiente 12, UE 332. Bronze. As - numisma de cunhagem hispânica, cidade de Castulo. 1,5 gr, 1,5 cm. Anverso - Cabeça viril virado à direita. Reverso - Touro à direita e em cima crescente. CNH (1994) nº 52 a 62, pág. 337-338.

15 – MC 2900. Estampa 163, n.º 1662. Recolhido em 2015 na Sondagem 4, Ambiente 24, UE 332. Chumbo. Tésseira - numisma de cunhagem hispânica, cidade de *Ossonoba*? 11,6 gr, 2,4 cm. Anverso – Representação de barco com mastro vertical e vela quadrangular hasteada, similar aos exemplares dos numismas de *Ossonoba*. Reverso – Encontra-se ilegível. Faria, 1997, p. 368. CNH (1994) n.º 1, pág. 424.

16 – MC 8000. Estampa 163, n.º 1663. Recolhido em 2018 na Sondagem 8, Ambiente 40, UE 364. Bronze. Unidade - numisma de cunhagem hispânica, cidade de *Bevipum/Salacia* 15,2 gr, 2,6 cm. Anverso – Cabeça de Neptuno virado à esquerda. Por detrás um tridente e diante da face a legenda SISVCVHIL. Reverso – dois golfinhos à direita e no meio a inscrição em signário meridional - BEVIBVM. CNH (1994) nº 9, pag. 134; ACIP (2011) nº 979. Faria, 1989, 1992.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

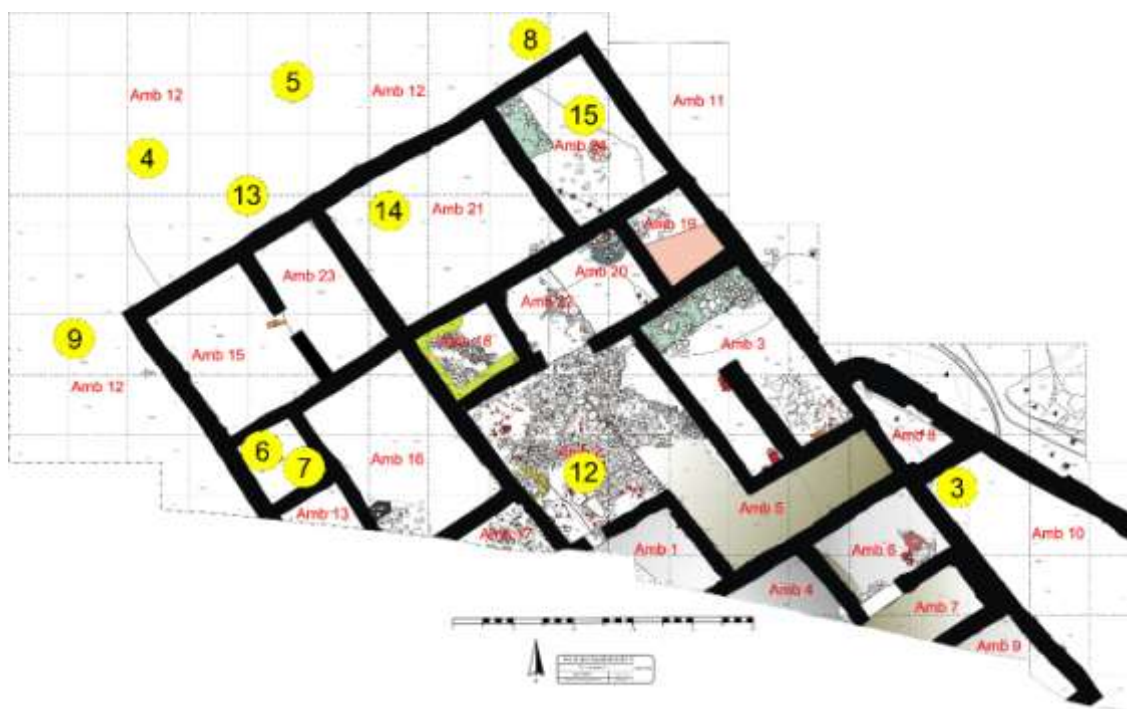


Figura 147 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 4. Com a localização dos numismas exumados associados a esta, marcados com um círculo amarelo.



Figura 148 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 5. Com a localização dos dois numismas exumados associados a esta, marcados com um círculo amarelo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O conjunto de numismas recolhidos nos contextos romano republicanos, merece-nos ainda algumas considerações. Antes de mais, importa sublinhar que se trata de uma amostragem significativa, resultante de perdas individuais, que atesta inequivocamente a circulação de moeda. Apenas dois denários foram recolhidos associados, ambos exumados na mesma unidade estratigráfica de abandono/destruição da Sondagem 4, ambiente 14. É precisamente associado a este momento de destruição que se recolheu o maior conjunto de moeda (Figura 147 e 148). Como acima referimos, são parcos os dados na Península de Lisboa e baixo Tejo sobre o início do processo de monetização, o que vem reforçar o carácter excecional deste conjunto, face aos dados disponíveis.

A segunda observação prende-se com o peso que detêm as cunhagens itálicas com 7 denários e um numisma em liga de cobre, o que equivale a 50% da amostragem. E dentro dos exemplares itálicos a preponderância dos exemplares em prata 7, sendo que uma análise mais aprofundada revelou que dois deles são denários forrados. Importa matizar, entre os denários, a longa duração de circulação de alguns dos exemplares aqui presentes, que quando chegaram a Castelinhos seriam já peças arcaicas, sendo o mais antigo um RRC 218/1 que data de 147 a.C. e o mais recente um RRC 467 datado de 46 a.C. Esta leitura reforça a questão da datação contextual ter que ser balizada por diversos parâmetros, nomeadamente, o da análise comparada quer das importações cerâmicas quer do conjunto metálico. “Será mais relevante o contexto em que os denários se encontram, do que propriamente as moedas para datar contextos.” (Fabião, 1998a, p. 451).

A questão dos denários forrados tem vindo a ser abordada de duas formas distintas: a de que se trata de uma resposta regional, contrafação, tendo em conta a irregularidade de envios ou efetivamente de uma produção local de âmbito romano (Fabião, 1998a, p. 451). Desde a década de sessenta, M. H. Crawford pronunciou-se contra a possibilidade destas emissões forradas a prata poderem ter saído das cecas oficiais, contudo não deixou de ressaltar a possibilidade de em circunstâncias excecionais, como seria o caso das guerras civis, se poder ter recorrido a essa engenhosa solução, para garantir um acréscimo de numerário (Almirall, 1972). Ainda relativo aos denários, importa sublinhar a presença nos níveis de abandono da Fase 2 de Castelinhos de um denário forrado de Q. *Sinivius* (RRC 444/1c) de 49 a.C. e outro por Julio Cesar (RRC 467/1a) de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

46 a.C. ambos cunhados no decorrer da guerra civil numa ceca móvel (Chaves Tristan, 2005).

A única peça em bronze de cunhagem “itálica” corresponde a um exemplar de RRC 471/1 = RPC I 486 - CN.MAG.IMP, datado de 46-45 a.C., possivelmente cunhada na Península Ibérica na cidade de *Corduba*, por Gneio Pompeio filho (García-Bellido, 2004). Ainda que outras leituras tenham sido produzidas em contraponto para estas imitações hispânicas de ases romanos republicanos, veja-se a recente síntese produzida por Ripollès e Gozalbes, 2016. A presença desta cunhagem em Castelinhos é particularmente interessante inserindo-se nas emissões militares realizadas pelos pompeianos na Península Ibérica durante a guerra civil que os enfrentou a Júlio César e seus partidários, nos anos 49 a 44 a.C. (Amela Valverde, 2016). Os recentes achados de cinco exemplares desta cunhagem no campo de batalha de Andagoste veio reforçar a sua produção peninsular, efetuada na sequência dos preparativos relacionados com a campanha de Munda (45 a.C.) (Amela Valverde, 2014, p. 34). Na fachada atlântica tem-se vindo a desenhar uma invulgar concentração destas cunhagens, sendo conhecidos exemplares na zona de Alcobaça, sem ser certa a estação (Ruivo, 1993-1997, p. 48), na Cabeça de Vaiamonte, no Castelo Velho de Santiago do Cacém, (*Mirobriga?*) e no povoado das Mesas do Castelinho (Fabião. 1998a).

Entre as emissões hispânicas em liga de cobre, as cecas da *Ulterior* encontram-se melhor atestadas, 6 exemplares, encontrando-se as da *Citerior* representadas com apenas 1 numisma. Ocorrência que parece natural, tendo em conta a maior proximidade geográfica das cidades emissoras da *Ulterior*, bem como pelo facto de a penetração romana para o baixo Tejo ser feita a partir do Sul (Ruivo, 1993-1997, p. 115). As emissões de *Castulo* são as mais abundantes, contabilizando-se 4 unidades. A cidade ibero-romana de *Castulo* situa-se na atual povoação de Cazlona, a uns 7 km de Linares (Jaén), junto à margem direita do rio Guadalimar, tendo emitido dez séries de numismas em liga de cobre com uma cronologia entre 220 a.C. e 45 a.C. (Ruiz López, 2010, p. 358-396). A presença das emissões de *Castulo/Kastilo* no baixo-Tejo não pode ser considerada uma novidade, tendo em conta a sua presença em Conímbriga (Pereira, Bost e Hiernard, 1974, p. 9, n.º 36-38); Monte Figueiró, Ansião (Ruivo, 1993-1997, p. 42), Idanha-a-Velha (Faria, 1992); Chões de Alpompé (Ruivo, 1999); Castelo de Torres Vedras (Ruivo, 1993-1997, p. 59); povoado do Pedrão (Silva, Soares e Santos, 1973),

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Cabeça de Vaiamonte (Santos, 1972; Fabião, 1998a) ou em Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a). A presença de uma emissão de *Bevipo/Salacia* resulta assaz interessante, visto que estas espécimes monetários eram praticamente desconhecidos a Norte do Tejo até há bem pouco tempo (Faria, 1989 e 1992). Destaca-se os casos de Monte de Figueiró, Ansião (Coutinho, 1995) e na bacia do Tejo os casos dos exemplares de São Miguel de Odrinhas, Sintra e da *Villa* romana de Freiria, Cascais (Ruivo, 1993-1997, p. 115), que se vem aduzir aos exemplares dos povoados de Chibanes (Soares *et al.*, 2019) e do Pedrão (Silva, Soares e Santos, 1973). Mais para o interior esta ceca, encontra-se documentada em Badajoz, Villasviejas de Tamuja (Botija, Cáceres) e em Beja (Ruiz López, 2010, p. 439). No Sul do território português encontra-se atestada em Cabeça de Vaiamonte, Mirobriga, Évoramonte (Fabião, 1998a) e Monte Molião (Muccioli, 2015).

Quanto às produções da Citerior, encontra-se atestada uma cunhagem de *Celsa/Kelse*, vindo mais uma vez atestar que a *Ulterior* ocidental é uma área de escassa circulação do numerário ibérico. Este ceca localiza-se em Velilla del Ebro (Saragoça), correspondendo à antiga Colonia *Lépida*/Colonia *Celsa*. Estas cunhagens, que incluem divisores de bronze e um exemplar de denário de prata, apesar da sua aparência e legenda indígena, produziu-se debaixo da metrologia romana (García-Bellido e Blázquez, 2001). *Celsa* viveu o conflito entre Roma e Sertório quando este realizou em 74 a.C. uma campanha de conquista entre as cidades do vale do Ebro que lhe apresentavam oposição. Deste período provêm as abundantes cunhagens que se difundiram pela Península Ibérica e que Sertório promoveu para atender às necessidades da guerra. É a este grupo que pertence o exemplar de Castelinhos. Até 45 a.C. é produzida uma cunhagem que tem vindo a ser atribuída à facção pompeiana no período da guerra civil com o grupo cesariano, denotando esta no reverso a epígrafe em caracteres ibéricos e no anverso a legenda latina CEL. Apesar de escassas as cunhagens de *Kelse/Celsa* encontram-se documentadas na fachada atlântica, como é o caso dos exemplares de Monte de Figueiró, Ansião (Coutinho, 1995), Idanha-a-Velha (Faria, 1992); Santarém (Ruivo, 1993-1997, p. 57); Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014); Chões de Alpompe (Ruivo, 1999), Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a; Pereira, 2018) e Castelo da Lousa (Ruivo, 2010).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Entre as emissões hispânicas da *Ulterior* encontra-se ainda uma Tésseira em chumbo. O seu estado de preservação e a ausência de legenda não permite uma classificação categórica, contudo a representação de barco com mastro vertical e vela quadrangular hasteada, similar aos exemplares de *Ossonoba*, leva a que se proponha essa identificação, o que não deixa de causar alguma perplexidade na medida em que se supõe que estas emissões se destinariam a uma circulação local (Fabião, 1998a). Contudo, a sublinhar esta difusão mais ampla, é conhecida um exemplar idêntico no baixo Tejo, proveniente do povoado portuário de Porto de Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Batata e Gaspar, 1993).

Por último, a questão da pertinência cronológica do conjunto. Apesar de evidenciar numismas com uma lata cronologia, facto como vimos relacionado com a longevidade da moeda de prata romana, a análise deste pequeno conjunto permite algumas propostas interessantes para o faseamento do sítio e seu enquadramento cronológico. No que diz respeito à Fase 1 do sítio, a presença de um denário bem preservado de P. Satrienvs, RRC 388/1b, datado de 77 a.C., apenas confere uma cronologia *post quem* para o abandono da Fase 1. Como seria de prever visto ser a área mais intervencionada é precisamente dos níveis de abandono/destruição da Fase 2 de Monte dos Castelinhos que temos o maior conjunto de numismas. Entre estes, destaca-se o conjunto de moedas com cronologias mais recentes e que vem reforçar uma cronologia do conjunto, centrada no terceiro quartel do século I a.C., já proposta com base no estudo das cerâmicas finas e das ânforas, é assim interessante sublinhar a presença do denário RRC 467 datado de 46 a.C. e da emissão RRC 471/1, datado de 46-45 a.C. que forcem imperiosamente uma cronologia contemporânea ou posterior à datação destas moedas para o ocaso da ocupação no sítio. Esta leitura vê-se ainda reforçada com a continuação do estudo da estratigrafia do sítio e do ulterior conjunto monetário que se reporta a cronologias do principado e que por esse motivo não será abordada no presente trabalho. Contudo, nos níveis estratigráficos que cobrem ou cortam os níveis de destruição do sítio recolheu-se um significativo conjunto monetário das primeiras séries de cunhagem da província da Lusitânia. Destaca-se na área da Sondagem 4 a presença sobre os níveis de abandono do grande edifício aí identificado de um As de PAX IVLIA, RRC 52, datado de 31-27 a.C. e na área de Sondagem 8 a presença nos níveis associados à primeira fase do urbanismo Augustano de duas moedas das cunhagens de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Publius Carisius, RIC 1/2, datado de 25-23 a.C., uma peça do denominado As da *Caetra*, RPC 4, datado de 27 a.C. a 14 d.C., assim como, duas moedas de Córdoba, RRC 129, datado de 13-12 a.C.

8.12. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FAUNAS

As escavações dos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos proporcionaram uma larga amostragem de restos osteológicos e malacológicos, que permitem conhecer um pouco mais da dieta e economia das comunidades humanas que aqui habitaram, mas igualmente do ecossistema em que se inseriam. O estudo destes dados tem vindo a ser elaborado por uma frutífera parceria com um coletivo de investigadores dirigido por Cleia Detry (Detry, 2015). Apesar dos resultados já se encontrarem publicados, a análise global do conjunto merece-nos no contexto deste trabalho um breve comentário.

A maioria dos restos encontrados pertencem a animais domésticos como a vaca, ovelha, cabra, porco, galinha e equídeo, mas foi identificado uma ampla representação de espécies selvagens como o veado, gamo, javali, lebre, coelho, lince-ibérico e perdiz. Assim, a economia da comunidade que habitava o Monte dos Castelinhos dependia sobretudo da pecuária, mas com uma ampla representação da atividade cinegética (Santos *et al.*, 2018). Quanto a restos de invertebrados, foram identificados bivalves, como a ostra, berbigão e ameijoia, atestando uma forte ligação com o ambiente estuarino do rio Tejo. Contudo, apesar da proximidade dos recursos aquáticos e da sua presença no registo, esta apresenta-se tímida, sendo ao contrário do que seria expectável pela implantação fluvial do sítio, os restos de mamíferos e de avifauna muito mais abundantes nos contextos romano republicanos.

Os mamíferos mais comuns são a ovelha e a cabra, seguidos pelo boi doméstico, com menor número de ossos, mas que representariam certamente uma maior quantidade de carne (Santos *et al.*, 2018).

O que ressalta da análise do conjunto de faunas de Monte dos Castelinhos, e que a meu ver deve ser sublinhado e valorizado, é a grande abundância e representatividade global das espécies caçadas, chegando o veado a cerca de 20% da amostra. Esta leitura parece

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

contrastar com os dados disponíveis para outros sítios romanos de cariz urbano: como é o caso de *Scallabis* (Davis, 2006); de *Olisipo* (NARQ, Valenzuela *et al.*, 2013 e Beco do Forno do Castelo (Santos, Miranda e Mota, 2020); de Chibanes (Detry, Silva e Soares, 2017); do Monte Molião, Lagos (Detry e Arruda, 2013) e Conímbriga (Detry *et al.*, 2014), em que as percentagens de restos de veado se mantêm abaixo dos 10%. Locais mais rurais como Mesa do Castelinho, Almodôvar, (Valenzuela e Fabião, 2012) os restos de veado chegam aos 33% e na *Villa* romana de Torre de Palma, Monforte, aos 17%, (Mackinnon, 1999/2000). Em sentido contrário, por outro lado na *Villa* da Quinta das Longas, Elvas, apesar de ser um sítio rural, observamos percentagens de novo inferiores a 10%, (Cardoso *et al.*, 2005). Mais que uma dicotomia entre sítios rurais e urbanos, parece que esta leitura da relevância da atividade cinegética, em particular dos cervídeos, pode ter outra explicação, nomeadamente, questões ambientais que se prendem com o ecossistema em que o sítio está inserido, mas também os âmbitos cronológicos e a própria natureza dos sítios. Contudo, uma explicação de natureza económico social tem igualmente que ser tida em conta, como a propensão das próprias comunidades para uma dedicação à caça de grande porte. Não deixa de ser interessante, valorizar os dados do estudo das arqueofaunas do povoado de Mesas do Castelinho, onde se identificou um aumento acentuado do consumo de espécies selvagens durante o período romano republicano, tendo essa evidência sido explicada pela instabilidade deste período e pela presença do exército no território (Valenzuela e Fabião, 2012, p. 420). Essa relação da forte presença da atividade cinegética e o mundo militar tem vindo a ser reforçada com os dados dos acampamentos da zona de Zamora, assim como os dados de Hornachuelos e o Castro de Segovia (Hera Mora, 2018, p. 592). No decorrer do estudo das faunas de Monte Molião, detetou-se o mesmo aumento da atividade cinegética durante o período da conquista romana, tendo sido explicado esse fenómeno com a presença de elites aristocráticas (Detry e Arruda, 2013, 224).

A evidência da relevância da atividade venatória em Monte dos Castelinhos na composição da alimentação cárnica, em particular a abundância de veado e do corço, poderá de alguma forma correlacionar-se com a presença militar no sítio e com a existência dos recursos materiais bélicos, assim como a real necessidade de incursões de treino na envolvente para manter a boa forma física das tropas aqui estacionadas, que poderiam incluir o rápido acesso à área da serra de Montejunto e sua envolvente onde os

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

cervídeos seriam abundantes (Detry, 2015). A presença de animais de pequeno porte, sobretudo coelho e lebre, mas igualmente a presença de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e da perdiz (*Alectoris rufa*), atestam igualmente uma caça mais imediata de menor porte, certamente em moldes muito diferentes da anterior, mas que em conjunto com o veado alcançam uma percentagem significativa de 27% do NMI.

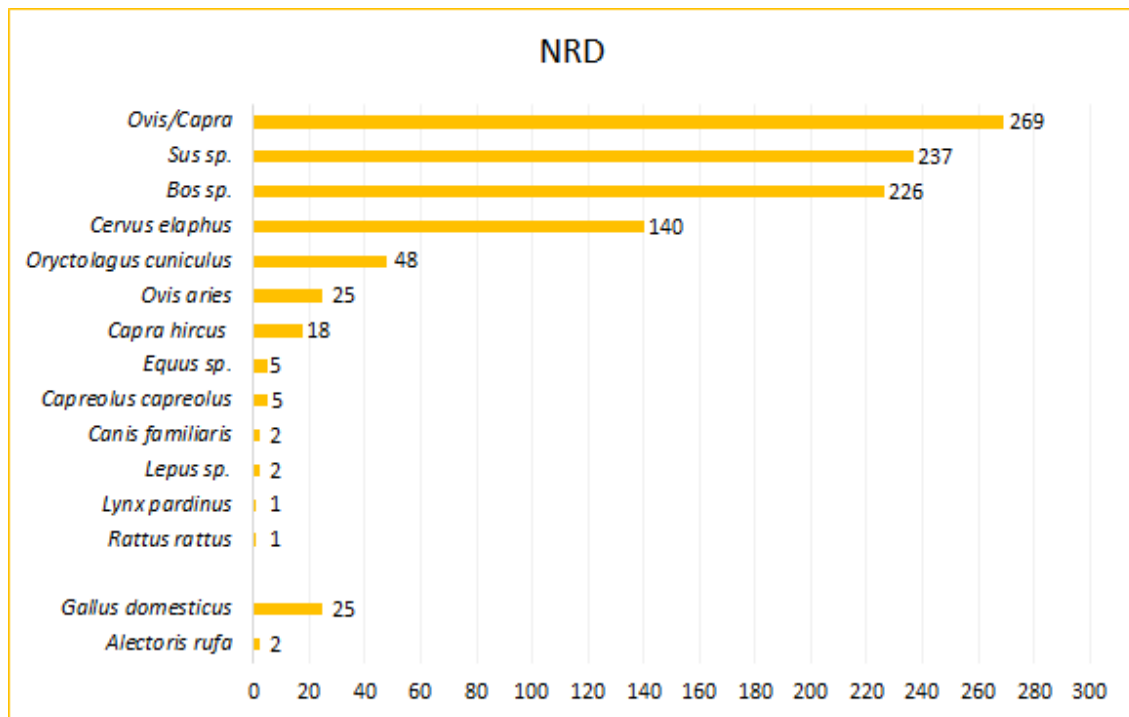


Figura 149 – Número de Restos Determinados (NRD) de mamíferos e aves, registados e identificados nas escavações do Monte dos Castelinhos, (Santos *et al.*, 2018, Gráfico 1).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

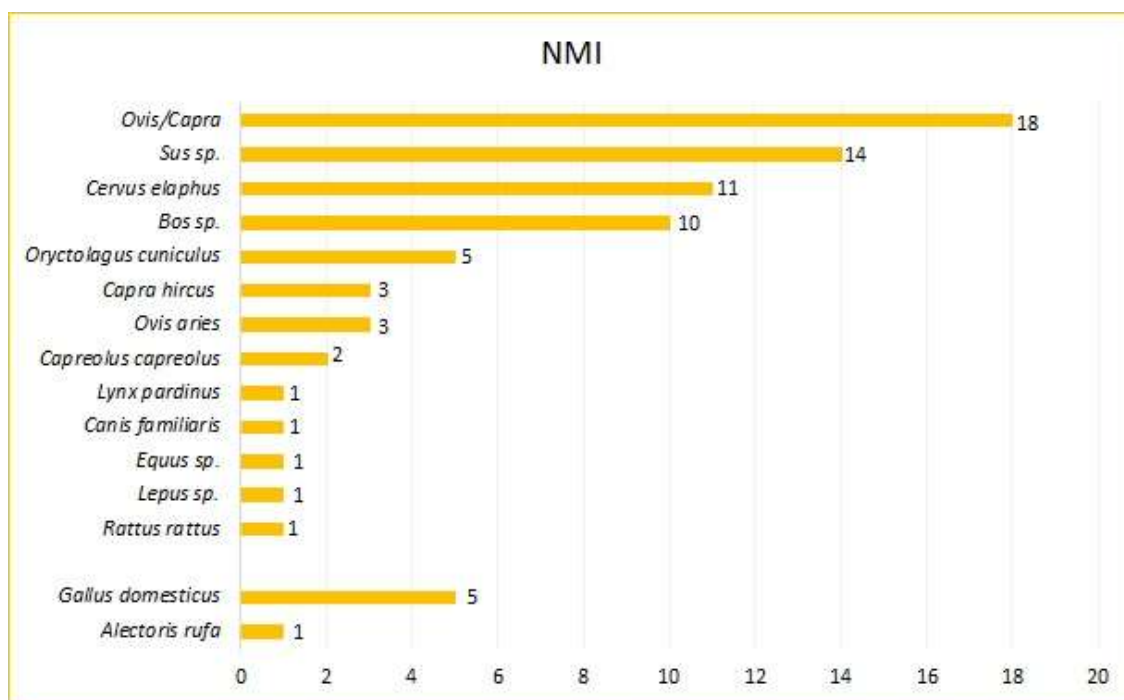


Figura 150 – Número Mínimo de Indivíduos (NMI) de mamíferos e aves registados e identificados taxonomicamente recuperados nas escavações do Monte dos Castelinhos, (Santos *et al.*, 2018, Gráfico 2).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

9. A OCUPAÇÃO ROMANA REPUBLICANA DE MONTE DOS CASTELINHOS

A interpretação articulada dos dados obtidos em Monte dos Castelinhos a partir da análise dos vestígios arqueológicos das diversas sondagens realizadas deve ser realizada com a consciência de que esta é uma visão parcial de um grande núcleo de povoamento com mais de 10 hectares de área ocupada.

Apesar da perceção de estarmos a lidar com dados parcelares de um todo mais complexo, a amostragem com que podemos lidar é suficientemente sólida para podermos apresentar uma proposta coerente sobre a sua génese e evolução. Realizadas doze campanhas de escavação em diversos pontos do sítio arqueológico, as áreas intervencionadas permitem uma leitura segura do seu urbanismo e sequências estratigráficas. O estudo sistemático dos espólios exumados que tentámos apresentar ao longo do ponto 8 da II Parte deste trabalho permite uma análise circunstanciada da sua cultura material, quer ao nível das produções cerâmicas de cariz local/regional, quer na capacidade aquisitiva de produtos exteriores ao território. A dimensão e diversidade dos espólios arqueológicos recolhidos, constituídos por conjuntos cerâmicos, pétreos, vítreos, metálicos e osteológicos, enquadrados por estratigrafias seguras e conjuntos arquitetónicos coerentes, permitem uma análise global do sítio, das suas relações comerciais e das rotas de abastecimento institucional onde se encontrava inserido.

Monte dos Castelinhos é uma fundação de raiz, *ex novo*, num local que apresenta evidentes características geoestratégicas, quer pela sua proximidade ao rio Tejo quer pelo controle das vias para o interior da Península de Lisboa. A opção pela fundação deste estabelecimento, em meados do segundo quartel do século I a.C., foi enquadrada num quadro político, histórico e militar concreto, no contexto das dinâmicas de apropriação, e controle do extremo ocidente peninsular. Na IV parte deste trabalho, de forma mais particularizada, tentarei desenvolver e enquadrar esse contexto.

A fase inicial da génese de Monte dos Castelinhos é de difícil perceção e enquadramento cronológico, atestada por inúmeros buracos de poste alguns de grande dimensão, que não se articulam com os edifícios pétreos da primeira fase, ver Anexo 1, figura 12. Apesar de não ser totalmente claro do ponto de vista estratigráfico, parece-nos plausível que terá existido um momento inicial de instalação em que se privilegiou

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

a construção em madeira e possivelmente em edifícios mais temporários do tipo tenda. Sublinhe-se que nos níveis estratigráficos associados à fase 1 do urbanismo recolheram-se algumas grandes cavilhas em ferro que interpretamos como estacas de tendas militares.

O sítio é dotado, calculamos que desde a sua fase inicial, de um potente sistema defensivo. Tendo presente os vestígios detetados na área de sondagem n.º 9, onde se preserva um troço significativo de 100 metros da muralha, a par dos vestígios que identificamos à superfície do terreno e que se encontram parcialmente encobertos pela vegetação, conseguimos traçar uma hipótese, a meu ver plausível, para o seu traçado (Anexo1, figura 44 e figura 45).

As leituras das sequências arquitetónicas e estratigráficas permitiram identificar, em particular na área da Sondagem n.º 4, dois distintos desenhos arquitetónicos que se sucedem num espaço de tempo relativamente curto.

A primeira fase urbanística comprova que se optou inicialmente por construir apoiando os edifícios de encontro a uma plataforma calcária que emergia de forma abrupta na vertente. É precisamente a este amplo veio pétreo, que constitui um patamar natural da organização da encosta do monte, que é edificada uma ampla parede, UE [55], que parece assumir um papel estruturante nesta primeira fase, possivelmente de cariz defensivo (Anexo 1, figura 12). A orientação desta é dissonante do alinhamento das restantes estruturas da Fase 1, seguindo o alinhamento da escarpa calcária. Apesar de não estar escavada na totalidade, trabalhos de desmatização permitiram acompanhar o seu desenvolvimento no terreno, marcado por grandes silhares de calcário, numa impressionante extensão de cerca de cinquenta e cinco metros, perdendo-se debaixo a atual estrada (Anexo 1, figura 45). Os dados relativos ao urbanismo desta primeira fase resumem-se a quatro compartimentos edificados no seu interior e encaixados no interior da ampla estrutura, UE [55] (Anexo 1, figura 52 a 55). Face à coerência e articulação entre os três ambientes, poderíamos estar perante uma habitação ou um espaço multifuncional de cariz oficial e habitacional. Por alguma razão que desconhecemos, este conjunto foi abandonado e descontinuado, estando este abandono relacionado com a construção de um novo desenho urbanístico. É assim que este espaço é aterrado e sobreposto pelo novo traçado, compare-se as plantas do Anexo 1, figura 12 e 7.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O novo desenho urbano que se sobrepõe ao pré-existente encontra-se melhor conhecido, permite uma leitura coerente (Anexo 1, figura 7, 8 e 94). É assim plausível entrever no conjunto arquitetónico da Fase 2, três edifícios distintos (Anexo 1, figura 61). Dois deles encontram-se enquadrados no mesmo bloco. O edifício B parece corresponder a um vasto edifício de planta retangular, do qual se identificaram cinco compartimentos, todos eles correspondendo a áreas cobertas por telhado de *tegulae*. A nível de interpretação do espaço, os ambientes 6, 4 e 9, com funcionalidades por esclarecer, mas possivelmente residenciais, parecem ter portas para uma área de corredor de circulação – ambiente 7 –, funcionando este como espaço central do conjunto. Poderíamos estar perante uma área de casernas? O edifício A corresponde ao conjunto arquitetónico mais escavado da fase romano republicana do sítio (Anexo 1, figura 7, 8, 56 a 61 e 94). Tendo em conta as correlações e articulações estratigráficas dos alicerces das paredes, é claro que este conjunto encosta ao retângulo do denominado edifício B, partilhando com ele a parede Sul. Corresponde a um quadrado com 17,875 metros de lado, circunscrevendo uma área de 319,51 metros quadrados. Tendo em conta a sua planta, organização interna e evidências materiais, estamos, claramente, perante um edifício de cariz habitacional, que pode ser interpretada como uma casa de pátio republicana, com bons paralelos no mundo itálico e nas áreas mais romanizadas da Península Ibérica. Por último, temos as evidências de um outro conjunto que designámos como edifício C (Anexo 1, figura 8, 61 e 71). É constituído por três paredes que parecem pertencer a uma mesma construção. O facto de se desenvolver para a área da estrada impossibilitou o aprofundar da sua leitura. A existência de duas estruturas paralelas e a curta distância uma da outra leva-nos a supor podermos estar perante um edifício que pode ser interpretado como um celeiro, *horreum*, constituindo estas paredes paralelas a base de um pavimento sobrelevado em madeira.

Um dos aspetos que sobressai da análise deste conjunto é o de estarmos a lidar com uma única fase de ocupação destes edifícios. De facto, a estratigrafia é muito simples, registando-se apenas um momento de abandono/destruição e sob estes os níveis do pavimento. Sublinhe-se que mesmo nas áreas onde se desceu em profundidade, não se regista qualquer sobreposição de pavimentos ou remodelações.

Com o intuito de situarmos o mais concreto no tempo cada uma das fases, assim como verificar diferenças no registo arqueográfico, optou-se por ter em conta esse elemento

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

na individualização de cada uma das categorias de materiais. Apesar de se terem verificado algumas diferenças no registo, estas são mais de forma do que de substância. Ou seja, estamos em Castelinhos perante uma ocupação humana muito circunstanciada no tempo e centrada como temos vindo a ver no segundo e terceiro e quartel do século I a.C. (75-25 a.C.).

Para a cronologia da Fase 1 do urbanismo, a primeira para a qual temos dados seguros, visto a fase inicial com estruturas de cariz temporário ser mais intuída do que materializada na estratigrafia, detemos alguns elementos seguros que nos dotam de um *terminus post quem* para a sua edificação. É o caso da recolha de um fragmento de bordo de ânfora do tipo Ovoide 1 do Guadalquivir, que se encontrava reutilizado no interior da estrutura UE 55. Tendo presente que as primeiras produções deste modelo de ânfora surgem nos anos finais do primeiro terço do século I a.C. (García Vargas, Almeida e González Cesteiros, 2011, p. 212), a sua presença fornece-nos uma datação para a estrutura em questão e por inerência ao conjunto edificado da Fase 1. Ou seja, a sua construção terá assim que ser contemporânea ou posterior à ânfora que foi recolhida reutilizada no seu interior, ou seja ou de 70/60 a.C. ou subsequente a esta data. Entre o espólio metálico associado aos níveis desta fase, destaca-se a presença de dois numismas: um denário itálico de P. SATRIENVVS, datado de 77 a.C. - RRC 388/1b., em excelente estado de preservação (Crawford, 1975, vol. 1, p. 403, 404; Vol 2, XLIX, n.º 11) e um numisma de cunhagem hispânica, um As da cidade Ibérica de KELSE, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C. (Villaronga, 1994, p. 223).

Em jeito de síntese para os materiais associados a esta Fase 1, importa reter: entre as cerâmicas finas, encontram-se bem representadas as cerâmicas campanienses, sendo estas na sua totalidade de produção calena. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e as tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. É de sublinhar a presença pouco habitual para o extremo ocidente peninsular de três exemplares da forma Lamb. 10 (F 3450). O conjunto parece enquadrar-se na fase tardia do reportório formal das produções calenas com uma cronologia entre 90/80 a 40/30 a.C. (Pedroni, 2001, p. 295; Soria, 2018, p.113-114). A ausência nos níveis da Fase 1 das típicas decorações em losango, que se encontram bem atestadas nos níveis de abandono da Fase 2, assim como a presença dos exemplares de Lamb. 10 e de uma Lamb. 4, levam a que possamos propor uma cronologia para esta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fase centrada entre 80-60 a.C. Sobressai da análise das cerâmicas finas de mesa a parca representatividade, das imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta, em contraponto à sua franca abundância nos níveis associados à Fase 2, podendo esta leitura ter pertinência cronológica. Os delicados copos de paredes finas de produção itálica encontram-se igualmente bem documentados desde estes primeiros momentos do sítio, dominam os copos da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes, seguidos da forma 2. A importação de ânforas encontra-se bem documentada para esta fase inicial. Sobressai, a relevância que detêm a importação de ânforas provenientes dos diferentes âmbitos produtores da província da *Ulterior*, com uma preponderância dos tipos do vale do Guadalquivir e da costa Sudoeste, nomeadamente da área costeira da baía de Cádiz (76,1% do total). As ânforas com estas proveniências repartem-se praticamente de forma equitativa no conjunto, entre os 40,3% do vale do Guadalquivir e os 35,8% da área costeira da baía de Cádiz. A importação das típicas ânforas vinárias produzidas na Península Itálica, da forma 1 de Dressel, encontra-se identificada por 4 fragmentos que correspondem provavelmente a um único indivíduo 1 NMI, representando escassos, 1,5% do total da amostra. Esta escassa representatividade dos contentores itálicos é de difícil explicação, face à representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no vale do Tejo. Uma explicação para esta parca representatividade pode talvez ser encontrada no enquadramento cronológico de Castelinhos ou em problemas de abastecimento.

Tendo presente os diversos elementos associados aos níveis estratigráficos da Fase 1 de Castelinhos, mas valorizando igualmente as ausências, como é o caso dos vernizes negros itálicos napolitanos ou a fraca representatividade das ânforas itálicas e das características ânforas do estreito de Gibraltar do T-7.4.3.3, parece-me defensável que a fundação de Monte dos Castelinhos deva enquadrar-se num momento tardio dentro do processo de conquista, possivelmente na década de 70/60 a.C., ou seja, após o ocaso do conflito Sertoriano.

Para a Fase 2 do Urbanismo os dados do conjunto numismático são significativos e coerentes. Associado aos níveis de construção recolheu-se um numisma no enchimento da vala de fundação da estrutura UE [54]. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânico da cidade de KASTILO/Castulo, século I a.C., datado de cerca de 85 a.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

devido à inscrição do magistrado monetário, VOC.ST.F. (Ripollès e Abascal, 2000, p. 144-145). A presença desta moeda associada à vala de fundação de uma das paredes permite-nos aferir com segurança uma data para a construção deste conjunto. Esta terá que ser forçosamente posterior a 85 a.C. Nos níveis de destruição/abandono dos edifícios da Fase 2, exumou-se um conjunto coerente de 13 numismas de liga de cobre e de prata, que sustentam uma cronologia centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.). Identificaram-se seis denários, associados a este momento: sendo o mais antigo um denário forrado Q.THERM M. F, Roma, 103 a. C., RRC 319/1; e o mais recente a cunhagem COS.TER T.DICT.ITER.AUGVR PONT.MAX, datada de 46 a.C., RRC 467/1a. (Crawford, 1975). A única peça em bronze de cunhagem “itálica” corresponde a um exemplar de RRC 471/1 = RPC I 486, CN.MAG.IMP, datado de 46-45 a.C., possivelmente cunhada na Península Ibérica na cidade de *Corduba*, por Cneio Pompeio filho (García-Bellido, 2004).

Em jeito de síntese para os materiais associados à Fase 2 importa reter: o conjunto de verniz negro itálico é significativo, sendo dominantes as produções calenas. Da análise da totalidade dos fragmentos foi possível calcular um conjunto de 51 NMI. Sobressai a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e as tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. Ainda que com menor expressividade, encontram-se representados os pequenos recipientes das formas Lamb. 2 (F 1222), Lamb. 3 (F 7500), assim como o prato Lamb. 5 (F 2230), compondo e completando assim o reportório caleno do século I a.C. (Soria, 2018, p. 105). Importa ainda sublinhar a presença não muito usual nos contextos arqueológicos do ocidente do prato M. 114 – F 2841 b1 *similis* (Morel, 1981, Soria, 2018). A reforçar a atribuição de uma cronologia tardia dentro das produções de VNI ao conjunto da Fase 2 surge a análise das decorações atestadas. A presença de seis fundos com decoração impressa de “losango”, típica da fase tardia dos ateliers calenos, é um dado a sublinhar, visto a cronologia desta decoração centrar-se entre 70 e 40 a.C. (Pedroni, 2000, Ribera I Lacomba, 2006). As imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta são abundantes nesta fase. As páteras Lamb. 28 (F. 2653) são a morfologia melhor representada 33 NMI, correspondendo a 56,9% do total do conjunto, seguido das páteras Lamb. 5/7 (F. 2230-280), representadas por 30 NMI, que equivalem a 24,1% da amostragem. Segue-se a categoria funcional de “taças” com 4 NMI que podemos associar à forma Lamb. 1

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(F. 2322-23) (6,9%) e quatro à forma Lamb. 2 (F. 1222) (8,6%). O repertório formal dos grupos de pasta cinzenta imitando o verniz negro itálico é assim limitado na sua globalidade a poucas formas: as páteras Lamb.5/7 e a taça Lamb. 28, que parece inspirar-se já na cerâmica aretina de verniz negro, nomeadamente os modelos da sua fase final de laboração, situada entre os inícios e a segunda metade do século I a.C. (Ponce e Ribera i Lacomba, 2003, p. 59-60). Sublinhe-se ainda a presença no conjunto de imitação de VNI desta fase de fundos de pratos e taças, com decoração estampilhada em losango, o que remete para a típica decoração presente nas cerâmicas de verniz negro caleno. Cronologicamente estas imitações de VNI parecem difundir-se num momento tardio do processo de conquista, sendo assim um elemento cronológico relevante, para a problemática da datação dos contextos de Castelinhos, enquadrados entre o segundo quartel do século I a.C. e os princípios do principado de Augusto. Entre as cerâmicas de paredes finas dominam tal como na Fase 1 os serviços itálicos (96,5%). Contudo, na Fase 2, surgem algumas peças que ainda que com cautelas identificamos como provenientes da área da *Ulerior*/Bética e da ilha de *Ebusus*. Todavia, ambas as macrorregiões se encontram representadas por um exemplar cada, ou seja 1,2%. Dominam entre as produções itálicas os copos da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes, com 50 NMI (58,2% do conjunto), seguidos da forma 2 e suas variantes, 25 NMI (29,6%). As lucernas, apesar de muito fragmentadas encontram-se bem atestadas, coexistindo formas de tradição helenística com lucernas Itálicas do tipo Dressel/Lamboglia 2, 3 e 4. Estamos assim perante um conjunto coerente de lucernas, com uma cronologia centrada em meados da segunda metade do século I a.C., dado cronológico esse reforçado pela presença de um exemplar de Dressel/Ricci 3A com decoração no disco que remete para momentos avançados, possivelmente do terceiro quartel do século I a.C. O limite superior da data de abandono do conjunto urbanístico da Fase 2 é sublinhado pela presença num estrato que se forma sobre os seus derrubes de um fragmento de disco de Dressel 4, “*Vogelkopflampen*”, que sustenta uma cronologia do principado de Augusto para a sua formação, devendo nesta fase o conjunto já estar completamente abandonado. O estudo do vasto conjunto de ânforas romanas associado a esta fase é assaz expressivo. Entre os milhares de fragmentos recolhidos foi possível individualizar um número de 639 fragmentos de ânforas diagnosticáveis e passíveis de ser classificados, cuja análise e estudo resultou ser de 290 o NMI. Tal como na primeira fase, destaca-se a importância dos diferentes âmbitos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

produtores hispânicos, com um domínio dos tipos e produtos da área Sudoeste da *Ulterior*, particularmente da sua região interior correspondente ao vale do Guadalquivir e da área costeira ocidental, entenda-se, da baía de Cádiz. O estudo detalhado e a subsequente quantificação do conjunto vieram a confirmar essa leitura, concluindo-se que contabilizavam 494 fragmentos, correspondentes a 213 NMI, o que representa 73,4% do total do conjunto. As ânforas com estas proveniências repartem-se com uma clara primazia das importações do vale do Guadalquivir, representando 45,5% estando a área costeira atestada com 27,9%. As ânforas Itálicas encontram-se escassamente representadas. Foram identificados 27 fragmentos oriundos desta macrorregião (7 fragmentos de bordo, 5 arranques de asas/asas 9 colos e 6 fundos), que correspondem a um NMI de 11 Indivíduos, equivalendo a 3,8% do total da amostragem. Este padrão configura uma questão cronológica, mas também de lógica de provisão. Assim, o sítio de Monte dos Castelinhos parece corresponder a um padrão de receção/consumo de produtos alimentares já de momentos terminais da República e inícios da segunda metade do século I a.C., quando os produtos do vale do Guadalquivir, conjuntamente com os da área da costa Sudoeste, maiormente da baía de Cádiz, e da fachada ocidental atlântica da *Ulterior* (primeiras produções dos vales do Tejo/Sado), dominam esmagadoramente o abastecimento.

Entre os artefactos metálicos sobressai ainda o conjunto de fíbulas, sendo um bom indicador cronológico, que remete com segurança para o terceiro quartel do século I a.C. Identificaram-se 34 exemplares, sendo a amostragem dominada pelas fíbulas do tipo Alésia ou Tipo Ponte 41 (12 exemplares). De acordo com Michel Feugère, as fíbulas Alésia correspondem a um modelo que acompanhou o exército, sendo por ele difundido na sua expansão para o ocidente, encontrando-se estas peças bem documentadas em sítios com forte presença militar (Feugère, 2015, p. 65). A cronologia proposta para estes modelos centra-se no século I a.C., situada entre a década de 60 e 20 a.C. (Feugère, 1985, p. 306). Em Monte dos Castelinhos, recolheram-se quatro exemplares associados à fase de abandono/destruição da Fase 2, que correspondem a modelos do Tipo 21a3 de Feugère (Feugère, 1985). Estes modelos evidenciam uma peculiar decoração recortada no arco, característica dos modelos Alésia precoces (Feugère, 2015, p.66). Estes exemplares surgem a par de quatro fíbulas do tipo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nauheim; dois exemplares do tipo Schüle 4h ou Ponte 32; três fíbulas do tipo “pseudo” La Tène II, inserindo-se no modelo 3 de Feugère; e três fíbulas de tipo anular romano.

Podemos assim, tendo em conta o estudo do conjunto de VNI, das imitações de VNI em pasta cinzenta, do conjunto expressivo de paredes finas, das cerâmicas Kuass, da coleção de Lucernas, do estudo detalhado da importação/abastecimento de bens alimentares em ânforas, da análise dos metais, em particular das fíbulas, mas também da baixela metálica, do armamento militar e do acervo numismático associado aos níveis da Fase 2, centrar a cronologia de abandono deste conjunto urbanístico numa fase avançada do século I a.C., possivelmente no seu terceiro quartel, especificamente entre 50 e 40 a.C.

Tendo em conta os dados sistematizados problematiza-se qual o seu significado, ou seja, que sítio é este? Estaremos perante um povoado indígena fundado no momento tardio da conquista? Podemos estar perante uma fundação romana de cariz urbano, um primeiro modelo de cidade? Ou estaremos perante um *facies* militar, interpretando assim este estabelecimento como um acampamento de cariz permanente?

Um lugar fundado *ex novo* no baixo Tejo, num local equidistante entre as principais cidades do vale do Tejo, *Olisipo* junto à foz e *Scallabis* e *Móron* no fundo do estuário navegável, o intuito deste trabalho é precisamente tentar dar resposta a esta questão. A opção por esta localização revela um conhecimento do território, tendo certamente este local sido escolhido por razões geoestratégicas, de controle do território e da transitabilidade na Península de Lisboa e no baixo Tejo. O franco domínio que do morro da Quinta da Marquesa se tem sobre o traçado da via romana que ligava precisamente *Olisipo* a *Scallabis* não deve ser menosprezado, apesar de a edificação desta via não poder ser reportada a esta época, creio que a sua génese pode ser precisamente a de uma *via militariae*. Estas mais não são do que rotas e caminhos indígenas, que com o tempo se vão consolidando como vias preferenciais usadas pela deslocação do exército em trânsito. Tentando responder às problemáticas que levantámos, o registo arqueológico não remete para uma instalação indígena, antes pelo contrário, diversos elementos de análise remetem para uma instalação alógena ao território em questão. A hipótese de podermos estar perante uma fundação de cariz urbana é interessante e durante algum tempo foi colocada no âmbito das discussões do projeto Mocrate, contudo, como

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

veremos no Parte IV deste trabalho, os dados de que dispomos para o extremo ocidente da *Ulterior* não autorizam supor uma fundação de centros urbanos antes do principado de Augusto, quando se implementa o projeto Cesariano das fundações coloniais (Mantas, 1993; González Fernández, 2017).

Um dos elementos mais eloquentes das escavações realizadas em Monte dos Castelinhos e que pode ajudar nesta ponderação interpretativa, são os seus vestígios arquitetónicos, que permitem a compreensão e perceção da relevância do sítio durante o período romano republicano. Apesar de estarmos na maior parte das vezes reduzidos aos alicerces pétreos das suas paredes, as características do sítio e da sua sequência de ocupação fazem desta estação um caso ímpar para a análise do desenho urbano na fase tardia da conquista romana e inícios do principado. Existindo claramente, tendo em conta os vestígios arqueológicos, mas também os dados coincidentes da geofísica, um planeamento urbano ortogonal de cariz hipodâmico que se adapta a um terreno particularmente difícil. O elevado padrão de romanização, patente nas suas técnicas construtivas, plantas, acabamentos e soluções de cobertura, fazem desta estação um caso invulgar que reporta diretamente para uma forte presença do mundo itálico.

Por último, o argumento mais sólido para perspetivar uma ocupação de fácies militar resulta do estudo circunstanciado do conjunto dos metais. Entre os artefactos metálicos com categorização atribuível destaca-se a forte presença das armas e *militaria*, que assumem realmente um peso significativo, 29%, demonstrando a inegável presença militar itálica. No Monte dos Castelinhos um amplo conjunto de 229 artefactos metálicos que identificamos de armas e *militaria*, que correspondem a uns significativos 29% do total do conjunto. Se tivermos em conta a análise do total dos fragmentos por NMI estes descem para 117 e equivalem a 20% do total de NMI. Não podemos deixar de valorizar esta representatividade, quando artefactos relacionados com outras atividades de índole mais quotidiana, têm menos expressão, como os utilitários agrícolas ou estão parcamente atestados como os instrumentos agroflorestais.

O nível de destruição/abandono de Monte dos Castelinhos é assaz esclarecedor que esta fase do sítio termina de forma brusca e violenta. É nestes níveis que se documenta a maioria dos elementos de armamento encontrando-se estes associados aos derrubes das paredes e colapso dos telhados. O estudo de campos de batalha ou de cenários de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

guerra, como parece ser o caso de Castelinhos, tem nos últimos anos assistido a algum incremento (Quesada Sanz, 2008a). O tipo de registo identificado com material de alguma relevância, como um escudo abandonado e não recuperado, remete para que possamos associar este momento a um período de conflito. Tendo em conta a cronologia proposta para este abandono, é tentador associar a destruição dos Castelinhos com o momento de instabilidade decorrente da guerra civil entre César e Sexto Pompeio. Apesar de a geografia do conflito decorrer em paisagens mais meridionais, alguns elementos que tentamos recuperar ao longo deste trabalho autorizam a que se comece a vislumbrar conflitos e instabilidade igualmente na zona mais ocidental.

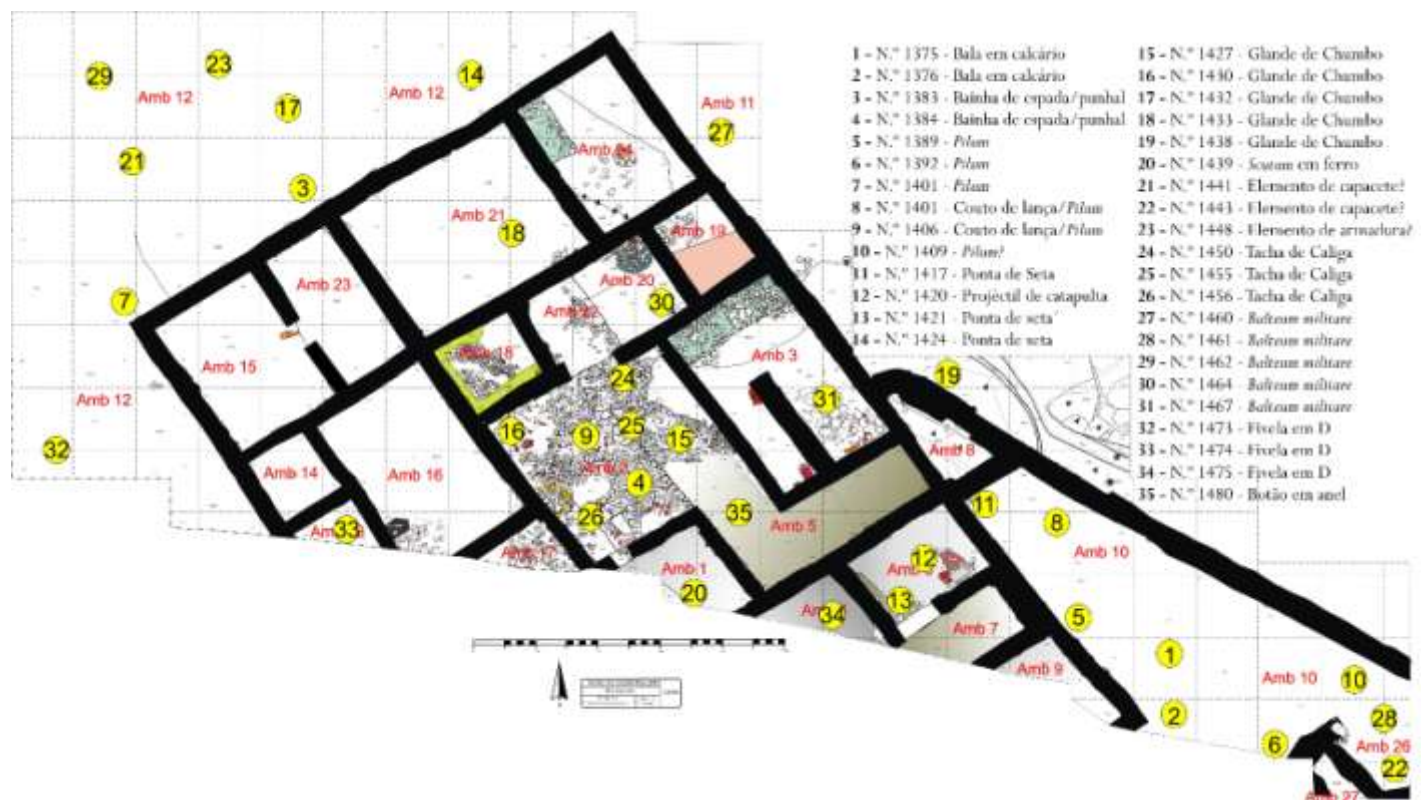


Figura 151 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 4. Com a localização dos elementos de armas e *militaria* exumados.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

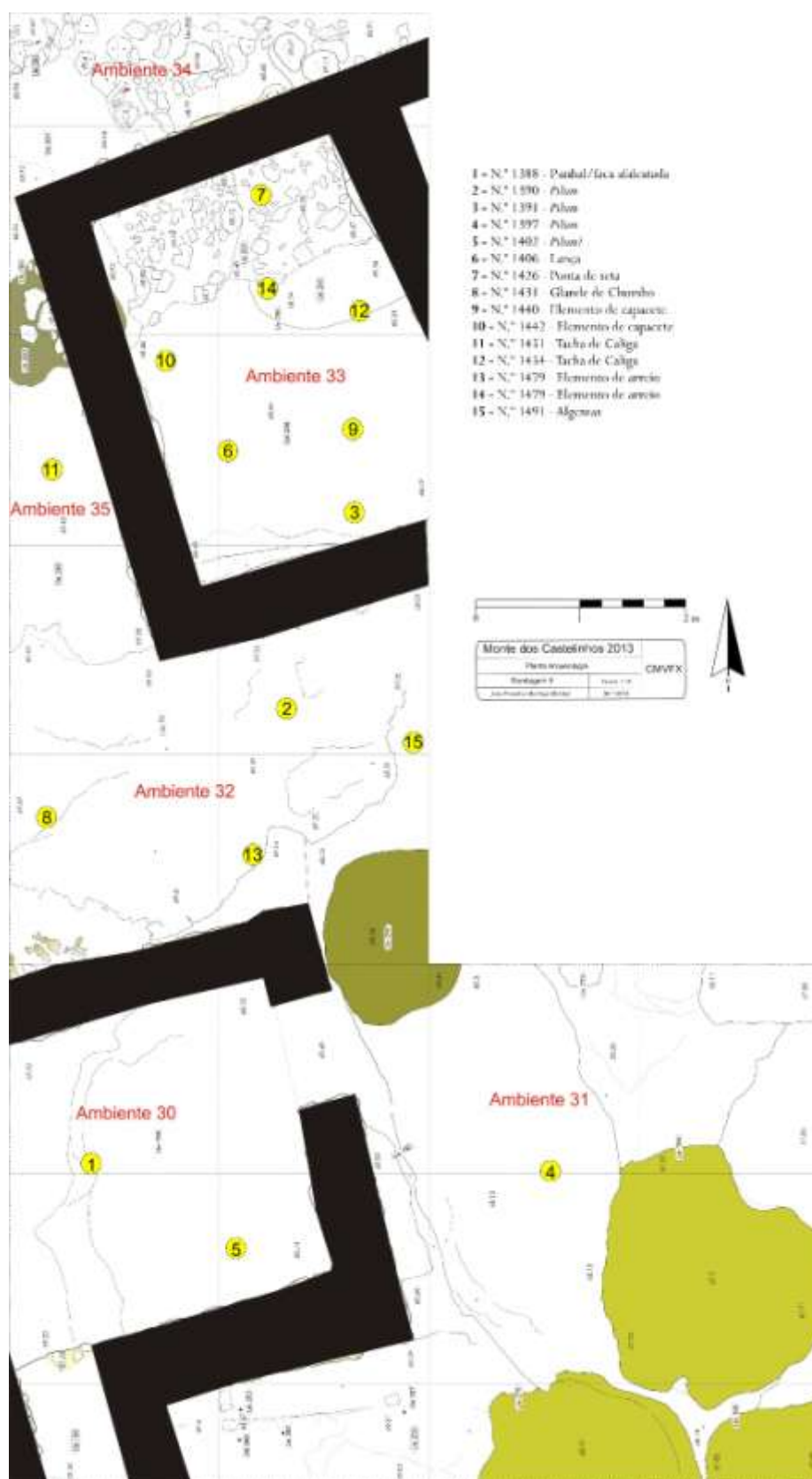


Figura 152 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem n.º 5. Com a localização dos elementos de armas e *militaria* exumados.

III PARTE

DINÂMICAS DE POVOAMENTO

1. A LEITURA POSSÍVEL SOBRE OS DADOS DISPONÍVEIS.

Os elementos arqueológicos sobre o período romano republicano na área da Península de Lisboa e baixo Tejo são prolixos ainda que careçam, na maior parte dos casos, de informação contextual. Apesar de se encontrarem inventariados dezenas de sítios que facultaram materiais que são, sem dúvida, associáveis a ocupações datáveis entre os meados do século II e os finais do I a.C., os dados passíveis de ser trabalhados são provenientes, sobretudo, de coleções antigas e descontextualizadas, ou resultam de recolhas pontuais efetuadas durante trabalhos de prospeção. Os trabalhos de escavação sistemáticos são raros e os que têm ocorrido desenvolvem-se muitas vezes em áreas muito limitadas, não permitindo uma leitura clara e inclusiva das estruturas arquitetónicas que caracterizam os povoados, os seus sistemas defensivos, ou mesmo a cultura material associada.

Tendo presente o quadro de indagações do trabalho em epígrafe, pretendeu-se, numa primeira fase, investir numa visão de conjunto e assim rever a totalidade da informação disponível, desencadeando-se o estudo de muitas destas estações, seus registos e espólios. Contudo, face aos limites impostos por um trabalho desta natureza, no decorrer da investigação tivemos que matizar as leituras, valorizando-se os dados de Monte dos Castelinhos como sítio base nesta análise. Partindo-se assim desta base empírica para o estudo do território numa ótica de análise das dinâmicas de povoamento. Porém parece-me ser pertinente nesta abordagem fazer o ponto de situação das estações desta época para as quais dispomos de alguma informação.

Ao cartografarmos o povoamento romano republicano nesta área, temos que ter presente que não existiu uma metodologia específica de pesquisa territorial, resultando este mapear do estado da arte, tendo em conta diversas variáveis. Ou seja, este cenário reflete a própria história da investigação e da praxis arqueológica em cada um dos diversos municípios em que se esparsa a nossa análise. Existindo municípios com tradição de pesquisa arqueológica, em que se encontram presentes gabinetes de arqueologia e em que já se dispõe de ferramentas de ordenamento territorial como as

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Cartas Arqueológicas e os Planos Directores Municipais (PDM) e outros em que poucos dados existem. Na ótica da metodologia, envereda-se nesta tentativa de leitura pela sistematização da informação ao nível de uma base de sistema de informação geográfica (SIG), partindo esta, da compilação da informação ao nível da literatura da especialidade, e da base de dados Endovélico, da DGPC, sendo seguida de perto por trabalho de campo de visita e registo fotográfico de todos os sítios inventariados. Optou-se ainda pela realização de trabalhos pontuais de prospeção de novas realidades, tendo em conta algumas ocorrências que surgiram no decorrer deste levantamento. Estes novos trabalhos localizam-se especificamente na margem esquerda do Tejo, em frente ao planalto da alcáçova de Santarém, em particular nos terraços fluviais de Almeirim, onde muitas foram as surpresas, mas igualmente em torno de Monte dos Castelinhos, em particular nos Concelhos de Alenquer e Cadaval.

As diferentes estratégias de implantação e localização dos diversos sítios inventariados englobam, simultaneamente, sítios de altura com dimensões variáveis, outros de implantação em áreas aplanadas, mas também achados isolados, entre os quais se destacam os tesouros numismáticos. Quando examinado de forma mais detalhada a distribuição geográfica destes diferentes sítios, é possível vislumbrar um padrão, que permite uma peculiar e pertinente distinção em cinco zonas dentro da área em análise: **1-** Em torno de Monte dos Castelinhos, destacando-se nesta área o *cluster* da Serra de Montejunto; **2** – *Olisipo* e a foz do Tejo; **3** - O interior da Península de Lisboa; **4** – Entre *Móron* e *Scallabis Praesidium Iulium*; **5** - A Península de Setúbal.

2. EM TORNO DO MONTE DOS CASTELINHOS:

Desde cedo, no projeto de investigação de Monte dos Castelinhos entendeu-se que para compreender o sítio e sua implantação teríamos que olhar para o território envolvente. Do alto dos Castelinhos visualiza-se, de forma clara, os contornos de diversos sítios que, sendo mais antigos, terão coexistido com este, como é o caso do Castro do Amaral (Alenquer); Castelo (Arruda dos Vinhos); Castro da Ota (Alenquer); Barradinha (Alenquer) e Castro do Salvador (Cadafais), se estes não se observavam diretamente pela distância, seria certamente perceptível a presença humana pelo fumo das suas fogueiras. O amplo campo visual de Castelinhos abrange a bacia do rio Grande da Pipa, a Serra de Montejunto, que lhe marca de forma indelével o panorama, o vale do Tejo até

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ao planalto de Santarém, e na margem esquerda do Tejo, a antiga foz do rio Sorraia e os terraços quaternários taganos desde Benavente a Salvaterra de Magos. Contudo, o estado de conhecimento é muito diverso entre ambas as áreas.

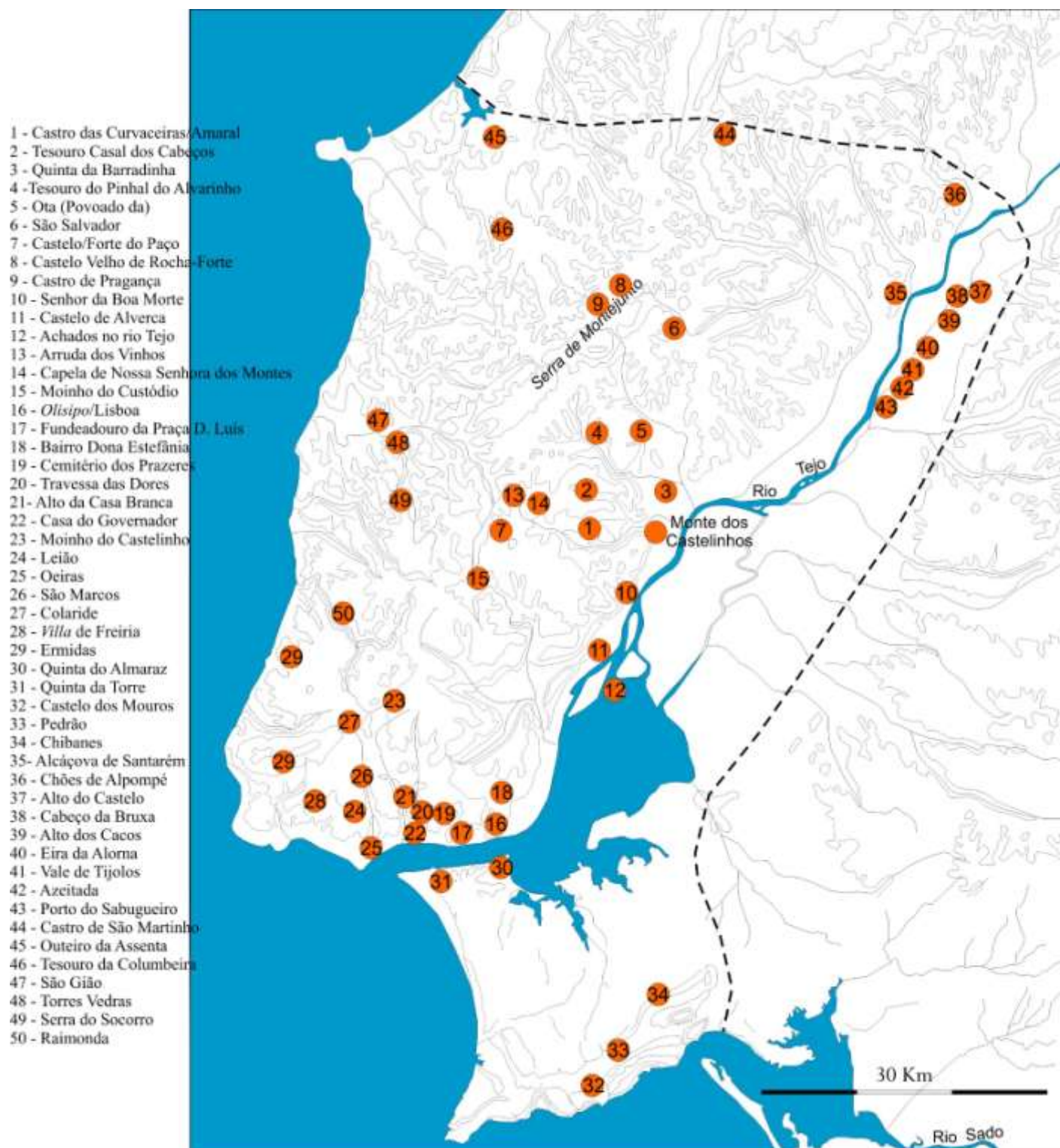


Figura 153 – Estações com ocupação do período romano republicano na área em estudo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CASTRO DA CURVACEIRA/CASTRO DO AMARAL (CNS – 18155)

O alto do Amaral, Freguesia de Carregado e Cadafais, Concelho de Alenquer, evidencia-se ao longe na paisagem, em particular na margem esquerda do Tejo, assumindo-se como um verdadeiro marco geológico constituído por uma singular formação de calcários corálicos (Machado, 1999, p. 20). Do ponto de vista de implantação, atinge cerca de 290 metros de altura, com encostas escarpadas de grande defensibilidade, dominando visualmente todo o vale do rio Grande da Pipa e o vale da ribeira de Santana da Carnota, assim como uma parte considerável do estuário do Tejo.

Descoberto em inícios do século XX na sequência de prospeções de Hipólito Cabaço e Sousa de Alte (Andrade, 1973), a sua exploração nunca mereceu a atenção do investigador de Alenquer, pelo menos, com a dimensão dos trabalhos que o mesmo desenvolveu no vizinho povoado da Pedra de Ouro (Barbosa, 1956b). Conquanto, as recolhas aí efetuadas permitiram a Ernâni Barbosa divulgar pela primeira vez esta estação, na sua Tese de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Barbosa, 1955). Nos anos sessenta, esta estação voltou a ser alvo de atenção pelo então secretário da secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, Gil Miguéis Andrade. Pouco se sabe dos resultados destas prospeções a não ser o exposto nos resumos das actas existentes sobre duas comunicações que proferiu sobre o sítio respetivamente em 1963 e 1973 (Andrade, 1963 e 1973).

Desde a primeira comunicação, ficou clara a existência de quatro fases da ocupação do Castro: a mais recuada, contemporânea da fortificação da Pedra de Ouro (Calcolítica); outra, da Idade do Bronze Final, que designa como do Ferro II, surgindo “Cerâmica tipo Alpiarça lisas e com decoração brunida” (Andrade, 1973); a terceira, da Idade do Ferro, com “cerâmica de roda tipo St.^a Olaia” (Andrade, 1973); e uma fase já de época romana que situa em cerca de 200 a.C.

O sítio volta a ser referenciado em 1974 no âmbito do trabalho sobre a “Cultura de Alpiarça” (Marques e Andrade, 1974). Aí, é sublinhada a existência de vestígios de estratigrafia e a presença de muralhas. Em relação ao espólio daí proveniente, os seus

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

autores mencionam a existência de materiais em depósito no Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

No decorrer das investigações que tenho vindo a desenvolver sobre a Idade do Ferro, no baixo Tejo e em particular no vale do rio Grande da Pipa, revisitou-se o sítio e suas coleções, em particular os espólios depositados no Museu Hipólito Cabaço (Pimenta e Mendes, 2010-2011). No decorrer deste trabalho foi ainda possível ampliar esta leitura com revisão dos materiais aqui recolhidos e depositados no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. No ano de 2014, no âmbito do projeto de investigação FETE, foram efetuadas escavações no sítio com alguma extensão, dirigidas por Ana Margaria Arruda. Estes trabalhos, ainda inéditos, incidiram em diversas áreas do extenso povoado, em particular no seu sistema defensivo datado da Idade do Ferro.

Das diversas visitas ao sítio, resulta evidente que estamos perante uma estação de grande relevância, que bem merecia um projeto de investigação em profundidade. Apesar de estarmos a lidar com uma área profundamente antropizada por trabalhos agrícolas, com partes do terreno profundamente eolizado e apresentando estratigrafias esqueléticas, alguns dos sectores evidenciam potencialidades para futuros trabalhos. À superfície é ainda visível uma grande dispersão de materiais que permite vislumbrar uma extensa área ocupada. A presença de taludes e estruturas pétreas de grande dimensão nas áreas com menor protecção natural confirma a presença de muralhas delimitando uma área de cerca quatro hectares. Este sistema defensivo já referido por Gil Miguéis Andrade foi recentemente confirmado pelos trabalhos de arqueologia aqui realizados, parecendo assim confirmar-se a sua datação pré-romana.

A análise dos espólios aqui recolhidos e depositados no dois Museus que acima mencionámos permite confirmar a existência de uma longa diacronia de ocupação, ainda que com prolongados hiatos, desde o Calcolítico até época romana republicana (Pimenta e Mendes, 2010-2011, p. 610-614). Destaca-se a relevância da ocupação pré-romana, evidenciando fortes contactos com o mundo fenício ocidental a partir de meados do século VII a.C. e que se parece manter até aos alvares da conquista romana. Entre estes, destacamos a presença dos contentores de armazenamento de tipo *pithoi*, a cerâmica cinzenta fina polida e a abundância de fragmentos de ânforas de produção

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

meridional, quer da baía de Cádiz, quer das produções regionais do vale do Tejo, em particular dos tipos 3, 4 e 6 (Sousa e Pimenta, 2014).

Alguns elementos sustentam que o sítio parece ter assumido relevância a nível regional até à fase da conquista romana. Mendes Corrêa, apresenta no seu capítulo da História de Portugal, dita de Barcelos, um numisma hispano-cartaginês aqui recolhido (Corrêa, 1928), tendo o mesmo recentemente sido revisto e classificado como um AE (metade), de cunhagem Hispânica com datação posterior a 221 a.C. CNH 41 (Faria, 1987; Ruivo, 1993-1997, p. 62). Entre o conjunto cerâmico estudado, alguns materiais, como as cerâmicas de armazenamento, similares às recolhidas em Monte dos Castelinhos, assim como a presença de ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 1 remetem e confirmam igualmente uma ocupação romana republicana, com cronologias centradas entre os finais do século II e o I a.C. (ver anexo 4, Estampa 164). Destaca-se pela ausência as ânforas de produção da baía gaditana e do vale do Guadalquivir que como vimos dominam já em Monte dos Castelinhos e caracterizam os contextos da segunda metade do século I a.C. Este momento da história do Castro das Curvaceiras ou do Amaral parece ter sido determinante no percurso diacrónico do sítio, sendo que após esta fase o sítio é abandonado. Terá esta ocorrência decorrido do período de instabilidade então vigente no baixo Tejo?



Figura 154 – Vista aérea do Castro da Curvaceira/Castro do Amaral.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

TESOURO DO CASAL DOS CABEÇOS (CNS – 1822)

Em agosto de 1979 foi encontrado no decorrer de trabalhos agrícolas no sítio do Casal dos Cabeços, Freguesia de Santana da Carnota, Concelho de Alenquer, não muito longe do povoado acima descrito, um tesouro de joias e numismas em prata que ditosamente foi recolhido na integridade e se encontra depositado hoje do Museu Nacional de Arqueologia (Viegas e Parreira, 1984). O tesouro é constituído por 134 denários romano republicanos 1 denário de *bolskan* e 1 de *sekobirikes*, 3 colares de prata e 10 brincos em ouro. O numisma mais recente corresponde a RRC 390/1, datado de 76 a.C. (Ruivo, 1997, p. 92).

QUINTA DA BARRADINHA (CNS – 50)

Corresponde a um expressivo sítio arqueológico situado, na Freguesia de São Sebastião e Triana, Concelho de Alenquer, atualmente dentro de uma vasta propriedade privada com o mesmo nome. A ampla área de dispersão de materiais romanos da estação de Barradinha localiza-se numa suave colina na margem direita do Rio de Alenquer, oscilando entre a cota 26 e os 7 metros, encontrando-se hoje em dia profusamente ocupada por uma prolífera e ativa vinha.

Apesar de nunca terem sido realizados trabalhos arqueológicos sistemáticos, parece corresponder a uma importante *Villa* romana com uma lata diacronia de ocupação (Alarcão, 1988, Silva, 2012). As primeiras referências ao sítio remontam a meados do século XIX, quando Bento Pereira do Carmo deu a conhecer a relevância da estação mencionando a presença de “*lanços de parede subterrâneos, e grandíssima quantidade de telhas e tijolos de tamanho descomunal*” e a recolha de numismas de Trajano, Adriano e Antonino Pio (Costa, 2010, p. 122). Em meados dos anos trinta do século passado, Rui Serpa Pinto refere a existência de importantes mosaicos romanos aqui descobertos (Pinto, 1934, p. 170). Infelizmente o seu paradeiro é hoje em dia desconhecido.

A Quinta da Barradinha, volta a ser referenciada no início dos anos setenta no âmbito de uma dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada “Vestígios romanos do Concelho de Alenquer” (Duarte, 1972). Nesse trabalho, a autora publica um conjunto de numismas aí recolhidos atribuídos a diversos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Imperadores do Baixo-Império, tais como Galieno, Constâncio Cloro, Constâncio II e Honório (Duarte, 1972). Jorge de Alarcão, no inventário das estações de época romanas apenso ao volume *Roman Portugal*, adiciona a esta informação o da existência no sítio de uma necrópole de inumação (Alarcão, 1988, p. 118). Posteriormente, Vasco Mantas, no âmbito de estudos viários na área de Torres Vedras, refere a existência no aro deste sítio, de um miliário romano onde se leria o nome de um Imperador da dinastia dos flávios (Mantas, 2000, p. 17). De acordo com a base de dados Endovélico, realizaram-se trabalhos de escavação arqueológica no sítio em 1980 da responsabilidade de João Gomes, então diretor do Museu Hipólito Cabaço. Esta intervenção decorre do surgimento de uma estrutura funerária na sequência do alargamento da estrada que conduz à Quinta. Contudo, pouco sabemos quer sobre a estrutura, quer sobre o putativo enterramento que é mencionado.

No Museu Hipólito Cabaço em Alenquer encontra-se depositada uma significativa coleção de cerâmicas e metais com esta proveniência, destaque-se a presença de duas marcas de ânfora Dressel 20, fragmentos de ânfora da forma Dressel 14, Lusitana 3 e Almagro 51C, assim como um numisma de Crispina (?) (sob *Commodus*) datado do século II d.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 62; Fabião *et al.*, 2016).

No âmbito do Projecto MOCRATE, efetuou-se prospeções no sítio com o intuito de relocalizar a estação, determinar a sua extensão tendo como quadro de indagações prévias, aferir o início da sua ocupação. Ao contactar-se com o proprietário da Quinta, o Sr. Félix Rocha (entretanto falecido), foi concedido o acesso ao interior da propriedade, assim como autorização para a realização de levantamentos da área de dispersão dos vestígios. Este reconhecimento permitiu a recolha de numeroso conjunto de informação atestando a dinâmica económica e a capacidade aquisitiva desta *Villa*. O sítio arqueológico encontra-se muito afetado pelos contínuos trabalhos agrícolas. Porém, numa das extremidades da Quinta, preserva-se um enorme monturo, com os resultados da prolífica “limpeza” dos terrenos. Foi aí que se recolheram de forma sistemática os materiais cerâmicos, que apesar de descontextualizados, apresentam informação pertinente, tais como as cerâmicas finas (*Terra Sigillata*, paredes finas, lucernas) e as ânforas. Estas recolhas, apesar de ainda não estarem completamente estudadas permitiram já a outros investigadores debruçar-se sobre este sítio: Rodrigo Banha da Silva no âmbito das sua Tese de Doutoramento, estudou o vasto conjunto de *Terra*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sigillata, proveniente do sítio, referindo que “(...) as recolhas sugerem um lapso temporal longo de ocupação do sítio, pelo menos cobrindo os séculos I e IV d.C. (Silva, 2012, p. 511). Encontrando-se o conjunto de ânforas romanas a ser analisado por Rui de Almeida no âmbito da sua dissertação de Doutoramento. Foi igualmente publicado um pequeno conjunto de marcas de ânfora de produção Lusitana, e de ânforas oleícolas do Guadalquivir aqui recolhidas (Pimenta e Mendes, 2017; Fabião *et al.*, 2016).

A par dos materiais compatíveis com a ocupação do tipo *Villa*, expectáveis face aos dados já existentes na literatura da especialidade, fomos surpreendidos, durante os trabalhos de reconhecimento, com a constatação numa área bem definida da encosta virada ao rio de Alenquer, de uma ocupação anterior, datada da Idade do Ferro e que se prolonga de forma bastante evidente ao período romano republicano. As evidências são expressivas e pautam-se pela presença de amplo conjunto cerâmico que permite supor a localização de um habitat que se poderia inserir dentro do que tem vindo a ser denominado de casal agrícola da Idade do Ferro (Cardoso, 2004). Esta ocupação pré-romana encontra-se plasmada na presença de cerâmica cinzenta fina, cerâmica de engobe vermelho e ânforas do Tipo 3 e 6 da tipologia pré-romana de produção regional do vale do Tejo (Sousa e Pimenta, 2005). Ver anexo 4, Estampa 165, n.º 1675 a 1680.

As evidências da ocupação romano republicana surgem concentradas numa área bem delimitada com cerca de 50 metros de diâmetro, numa área de encosta, onde são evidentes a presença de elementos pétreos que parecem sustentar a existência de estruturas preservadas. O conjunto cerâmico aqui recolhido à superfície é significativo, sendo constituído por cerâmica comum, cerâmicas finas, um vasto conjunto de ânforas e alguns elementos metálicos, sustentando uma cronologia de meados do século I a.C. Entre o primeiro conjunto, dominam os grandes contentores de armazenamento de tipo talha com bocais espessados e amplos diâmetros, inseríveis nos Tipo 1 e 2 de Monte dos Castelinhos. Entre as cerâmicas finas encontram-se plasmadas as cerâmicas de verniz negro itálico, sendo estas dominadas pelas importações provenientes da colónia latina de Cales (Campânia setentrional) (Soria, 2018). Os únicos fragmentos que permitem classificação inserem-se dentro das taças do tipo Lamb. 1 (F 2300) (Morel, 1981), ver anexo 4, Estampa 165, n.º 1673 e 1674, tendo-se ainda identificado alguns fragmentos de paredes finas itálicas, ainda que não tenha sido possível reconstituir graficamente nenhum exemplar devido ao seu estado de fragmentação. As ânforas são o conjunto

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

mais numeroso, onde proliferam os exemplares de contentores do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), com fabricos da área meridional da *Ulterior*, associados à baía gaditana (García Vargas e Saéz Romero, 2019). Ver anexo 4, Estampa 165, n.º 1681 a 1688. Contudo, encontram-se igualmente atestados alguns envases vinários provenientes da costa tirrénica da Península Itálica do tipo Dressel 1, que podem ser associados à variante C destes modelos, tida como mais recente e centrada no século I a.C. (Lamboglia, 1955). Ver anexo 4, Estampa 165, n.º 1671 e 1672. Entre os poucos elementos de metal identificados sobressai uma fíbula anular romana ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Ainda que tenhamos presente a ampla cronologia deste modelo de fíbulas, como vimos em Castelinhos, a sua génese e difusão decorre durante o período romano republicano. Ver anexo 4, Estampa 166, n.º 1701.

TESOURO DO PINHAL DO ALVARINHO (CNS – 3184)

Em 1892, Hübner no suplemento ao volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, com base numa carta de Estácio da Veiga de 10/06/1881, publica uma inscrição gravada num vaso de prata, [Sucnin(us) Asedi F(*ilius*)], infelizmente desaparecido, que continha cerca de mil denários romanos e que teria sido recolhida próxima à povoação do Camarnal, Alenquer, no Pinhal do Alvarinho (Ruivo, 1993-1997, p. 37). Hipólito Cabaço, ainda terá observado três destas moedas que datou de 125 a.C. (Ruivo, 1997, p. 93). Tendo em conta a dispersão deste amplo conjunto numismático não é certa a sua cronologia de entesouramento. Porém, os numismas que se conhecem e a dimensão deste tesouro, é hipoteticamente atribuível ao conflito sertoriano (Ruivo, 1997, p. 92-93).

OTA (POVOADO DA) (CNS – 3036)

A estação arqueológica denominada, na literatura arqueológica como “Castro” de Ota situa-se num promontório, a rondar os 150 metros de altitude, dominando a margem direita do rio homónimo e o complexo geológico do Canhão Cársico, na Freguesia de Ota, Concelho de Alenquer.

Este sítio foi descoberto pelo incansável investigador Hipólito Cabaço em 1932, seguindo a pista do apelativo topónimo “Casal da Moura”. Face à relevância do então

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

detetado, Hipólito Cabaço terá desenvolvido diligências para aí realizar escavações, que promove em 1934. Contudo, o que sabemos desses trabalhos e dos seus expressivos espólios, devemos a Ernâni Barbosa que em 1956 publica no *Arqueólogo Português* o artigo “Castro de Ota (Alenquer)” (Barbosa, 1956a). Apesar de carecer de quaisquer coordenadas contextuais, este artigo apresenta-se ainda hoje de grande interesse por apresentar fotograficamente o espólio com esta proveniência existente no Museu Hipólito Cabaço, funcionando assim como base ilustrativa dessa coleção.

Desde a publicação deste trabalho, ficou clara a ampla diacronia de ocupação do sítio, que remonta ao Neolítico/Calcolítico e se estende até ao período Romano, e atinge ainda que aparentemente com hiatos a época Islâmica. A relevância das suas coleções e em particular os exemplares metálicos da Idade do Bronze (Pereira, 1969) fez com que o Castro de Ota tenha alcançado alguma notoriedade, constando em todas as sínteses dos povoados pré e proto-históricos e da distribuição dos artefactos metálicos (Kalb, 1980 e Coffyn, 1985).

Apesar deste precoce interesse, o sítio tardou a ter a atenção que merecia. Afortunadamente, em 2016 o Castro de Ota é revisitado num estudo de maior fôlego que conjuga a análise científica em moldes modernos da coleção arqueológica aí recolhida na década de trinta, com novos trabalhos de prospeção e reconhecimento no campo (Texugo, 2016). Intitulada “O 4º e o 3º milénio a.n.e. sítio da Ota (Alenquer): perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes”, esta dissertação de Mestrado permite um novo reposicionamento da estação em particular no que diz respeito às suas ocupações mais recuadas. Estes trabalhos têm nos últimos anos sido reforçados com a realização de novas escavações arqueológicas, enquadradas no projeto de Doutoramento de André Texugo, que certamente virão dar uma nova visão do sítio.

Apesar da percepção da existência de uma contínua ocupação do espaço da Ota, ela é mais intuída do que real, bastando uma análise mais séria para assumirmos que essa leitura não se encontra alicerçada em dados concretos. Se os dados são sólidos para o 4º e o 3º milénio, já não é claro se para os finais da Idade do Bronze, exista uma ocupação efetiva do espaço ou se os conjuntos metálicos resultam de uma deposição ritual (Pereira, 1969), similar às que têm vindo a ser identificadas em outros povoados coetâneos com ancestrais ocupações (Sousa e Sousa, 2018). Para a Idade do Ferro,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

temos que reconhecer que desconhecemos em absoluto qualquer evidência que ateste um povoamento orientalizante, a par do reconhecido nas margens do Tejo. Antes pelo contrário, quer entre os materiais depositados no Museu Hipólito Cabaço quer das diversas visitas ao terreno nunca se verificou uma ocorrência que corrobore essa hipótese.

Voltamos a ter informação sim, para momento que podemos situar entre os finais da Idade do Ferro e o período romano republicano. No atual estado dos conhecimentos, parece que o sítio volta a ser escolhido nesta fase para o estabelecimento de um assentamento de dimensão significativa que tiraria partido das condições naturais de defesa e de controlo das vias de comunicação naturais.

De acordo com o artigo de Ernâni Barbosa, ficamos a saber que no local foram identificados denários da republica, “segundo indicações do descobridor do Castro, mas que não fazem parte do espólio actualmente na posse do Museu (...)” (Barbosa, 1956a, p.117). Infortunadamente não podemos saber de que numismas se trata nem qual a sua cronologia, mas esta referência a par do conjunto de fíbulas que figura em fotografias no artigo supracitado e que posteriormente são devidamente estudadas por Salete da Ponte, são dois indicadores da ocupação do sítio nesta fase (Ponte, 1982/83). O conjunto de fíbulas é composto por dois exemplares do tipo “Charneira e Arco Triangular”, Tipo Ponte 41.1a/2, N.º Inv. 1438/13 e 1850/1 (Ponte, 1982/83, p. 112), com cronologias centradas entre a segunda metade do século I a.C. e os inícios do século II d.C. (Ponte, 2006, N.º 215-216) e uma Fíbula tipo Camulodunum B, Tipo Ponte 42, N.º Inv. 3840 (Ponte, 1982/83, p. 112), com cronologias centradas entre a segunda metade do século I a.C. e os inícios do século II d.C. (ver anexo 4, Estampa 166, n.º 1689 a 1691). Este conjunto de fíbulas evidencia fortes paralelos com o que apresentamos de Monte dos Castelinhos.

Outro elemento a ter em conta sobre a relevância do sítio nesta época é a descoberta na década de setenta do século XX por Victor Gonçalves de um numisma hispano-cartaginês, durante trabalhos de prospeção, atualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Tab. 126/17). Corresponde segundo José Ruivo, que o analisou mais pormenorizadamente a um: 1/4 shekel. Hispânia, post. 237 a.C., CNH 15. S/p, 11,5 mm. 11 (com orifício de suspensão) (Ruivo, 1993-1997, p. 63).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Da análise das fotografias do artigo de Ernâni Barbosa é tentador tentar interpretar alguns dos elementos metálicos aí reproduzidos e que nos remetem para peças hoje mais facilmente reconhecidas e que aliás encontram bons paralelos nos contextos em análise de Monte dos Castelinhos (Barbosa, 1956a, p.117). As peças em ferro reproduzidas no canto inferior esquerdo da fotografia 14 poderão ser interpretadas como elementos de armamento ofensivo. Nomeadamente a da direita como uma ponta de seta de lâmina bipiramidal e a da esquerda como uma ponta de um *pilum* ou de um projétil do tipo *pilum catapultarium*. Ambos os elementos encontram bons paralelos entre o conjunto metálico de Monte dos Castelinhos. Outro dos elementos que aponta inexoravelmente para o mundo militar é a terceira peça a contar do lado de cima do lado esquerdo da fotografia 11, parece corresponder a um botão em L em liga de cobre de extremo circular (Barbosa, 1956a, p.130), sendo que esta peça ainda hoje se preserva em bom estado entre o conjunto de acervo do Museu de Alenquer. Corresponde como vimos no estudo do conjunto de *militaria* de Monte dos Castelinhos a um elemento do sistema de união da bainha do *Gladius* e o cinturão militar (Wild, 1970, p. 145-146).

Entre o conjunto cerâmico aí recolhido reportam-se igualmente elementos que apontam para uma ocupação centrada no século I a.C. Destaca-se a presença de um fragmento de verniz negro itálico provenientes da colónia latina de Cales, correspondendo a um fundo de taça do tipo Lamb. 1 (F 2300) (Morel, 1981). Assim como fragmentos de asas e um bocal de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1 e de alguns elementos de modelos ovóides da baía gaditana. Por último, a cerâmica comum é pautada pelos grandes contentores de armazenamento de tipo talha do Tipo 1 e 2 de Monte dos Castelinhos.

A ocupação do sítio parece manter-se durante o principado, sendo conhecidos materiais compatíveis com essas cronologias, constando alguns exemplares de *Terra Sigillata* Itálica e Sud-gálica, assim como lucernas e paredes finas na coleção do Museu Hipólito Cabaço (Ver Barbosa, 1956a, Fot. 17 e Gomes e Domingos, 1994, p. 15). A reforçar essa aceção, Adília Alarcão publica um fragmento de uma taça de *Terra Sigillata* Hispânica Drag. 37 do Castro da Ota existente na coleção de arqueologia do Museu de Antropologia da Universidade do Porto (Alarcão, 1958, p. 267).

Do ponto de vista das estruturas existentes, nomeadamente os seus sistemas defensivos, não é clara a sua cronologia, tendo em conta a presença de uma expressiva ocupação

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Calcolítica. Ernâni Barbosa afirma que o sítio do seu lado de mais fácil acesso a ocidente foi reforçado por duas linhas de muralhas “(...) cujos vestígios foram identificados pelo explorador do castro.” (Barbosa, 1956, p.117). Nos recentes trabalhos de prospeção aqui conduzidos por André Texugo, e mais recentemente nas escavações de 2019 e 2020, foi reconhecida uma linha de muralha de cronologia calcolítica, implantada no sítio de mais fácil acesso, apresentando um total de 150 metros de comprimento, com cerca de 3,27 m de largura, sendo que o autor reconhece que esta última medida é necessariamente aproximada, já que o paramento externo é difícil de definir pelo extenso derrube (Texugo, 2016, p. 37-38; Texugo *et al.*, no prelo). Porém, o próprio autor, não nega que este complexo sistema defensivo seja multifásico e comporte um relevante aproveitamento em fase romana republicana. A semelhança das técnicas de talhe dos blocos calcários e método de construção entre a edificação de alguns sectores deste dispositivo defensivo e o que vemos em Castelinhos e no “Castro” de São Salvador é realmente assinalável.

SÃO SALVADOR (CNS – 3453)

Implantado no lado oriental da Serra de Montejunto, no alto da Penha da Lapa, na Freguesia de Lamas e Cercal, Concelho de Cadaval, apresenta uma altitude entre os 262 e os 248 metros. O povoado fortificado de São Salvador goza assim de uma extraordinária implantação em termos geoestratégicos, dominando por um lado a via natural de comunicação Norte Sul que passa no seu sopé e por outro uma das travessias naturais da Serra de Montejunto.

A relevância estratégica desta implantação conduziu a que, apesar da sua topografia ser praticamente inexpugnável, ter sido dada uma particular atenção à sua fortificação, tendo sido erigidas duas linhas de muralhas de planta oval circunscrevendo a parte superior do sítio com apenas cerca de 0,3 hectares (Cardoso, 2014, p. 202). Estas muralhas, ainda hoje são bem visíveis atestadas por um amplo talude em torno do povoado, o que faz com que São Salvador seja um sítio particularmente interessante para que de futuro se desenvolva um projeto de estudo dirigido para a análise do seu sistema defensivo.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

São esparsas as notícias acerca da sua investigação. Terá sido identificado em meados dos anos quarenta do século XX por Hipólito Cabaço. Contudo, não existe qualquer informação acerca dos trabalhos então aí desenvolvidos, a não ser a coleção dos materiais com esta denominação que se encontra ainda hoje depositada no Museu que ostenta o nome deste investigador, em Alenquer. Sublinhe-se pela notoriedade que conferiu ao sítio o conjunto de cinco fíbulas aqui então recolhido e que foi publicado por Salete da Ponte (Ponte, 1982).



Figura 155 – Vista aérea do Castro de São Salvador.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 156 – Pormenor da muralha que rodeia o povoado de São Salvador.

Em 1989, João Ludgero Marques Gonçalves arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, inicia um projeto de investigação em torno de São Salvador, face à ameaça que este sofria devido ao plantio de eucaliptais na área circundante e tendo em conta a possibilidade de este integrar a reserva natural da Serra de Montejunto. Efetuaram-se então três sondagens entre 1989 e 1991, que permitiram perceber a técnica de construção da segunda linha de muralhas e registar a estratigrafia associada a esta, que este investigador data do período romano republicano de acordo com a informação disponibilizada pela base de dados Endovélico.

Após um interregno na investigação, em 1996, inicia-se uma nova fase do estudo de São Salvador, devido ao interesse demonstrado pela Câmara Municipal do Cadaval na salvaguarda, conhecimento e divulgação do património arqueológico do seu território. Guilherme Cardoso assume a direção dos trabalhos. Durante os anos de 1996 e 1997 promove mais três sondagens arqueológicas, situadas no interior da linha de muralhas.

Os resultados da Sondagem D15 são particularmente interessantes. Aí foram identificados pela primeira vez estruturas que podem ser interpretadas como de cariz habitacional. Correspondendo a “vestígios de alicerces de uma parede de um edifício de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

planta circular, junto à qual se encontravam abundantes fragmentos de cerâmica indígena do período correspondente à Idade do Ferro e fragmentos de ânforas romanas” (Cardoso, 2014, p. 211). No centro deste edifício individualizou-se uma estrutura de combustão com 80 cm de diâmetro delimitada por pequenas pedras e que foi interpretada por Guilherme Cardoso como forno de fundição (Cardoso, 2014, p. 211). Da análise destas evidências é assaz relevante podermos estar perante os indícios de uma construção de planta circular associada a uma lareira central.

Da análise da estratigrafia identificada nas diversas sondagens realizadas verifica-se que a ocupação é relativamente circunscrita no tempo. Constatação, aliás, já assinalada pelo investigador que o estudou: “Durante a vida útil do castro deu-nos a impressão de não ter havido tempo para a formação de camadas arqueológicas quantitativas.” (Cardoso, 2014, p. 206).

O espólio associado a esta ocupação que se encontra publicado é significativo (ver Cardoso, 2014). Destaca-se o grupo da cerâmica comum e entre esta a presença de contentores de armazenamento, amplas talhas caracterizando-se por bocais moldurados, corpos de morfologia ovoide e fundos planos com ressalto externo. Estes contentores encontram bons paralelos com o espólio do Castro de Pragança (Cadaval), do sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos) e com as talhas recolhidas no Monte dos Castelinhos em contextos bem datados de meados do século I a.C. O grupo dos potes/panela assim como dos jarros encontra-se igualmente bem representado (ver anexo 4, Estampa 167, n.º 1710 a 1712). Identifica-se ainda, entre o conjunto das cerâmicas comuns, uma série de fragmentos de jarros em cerâmica cinzenta, apresentando uma característica decoração em retícula brunida efetuada por polimento sendo munidos de uma asa maciça (Cardoso, 2014, p. 219, fig. 29). Estes típicos jarros têm vindo a assumir-se como uma morfologia característica dos sítios da Península de Lisboa e Setúbal, encontrando-se bem datados em sítios como Santarém, Lisboa, Castelo (Arruda dos Vinhos) e Chibanes em contextos de meados do século II a I a.C. (Pimenta *et al.*, 2014). Ver anexo 4, Estampa 167, n.º 1716 e 1717. A atividade de fiação encontra-se atestada pela presença de uma peça em osso interpretada como separador de tear e quatro cossoiros de forma troncocónica e discoidal (Cardoso, 2014, p. 226, fig. 36).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Assinala-se a presença de três fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico provenientes da colónia latina de Cales, correspondendo a dois bordos de *pyxides* da forma Lamb. 3 e um fragmento de fundo de taça possivelmente uma Lamboglia 1 (Cardoso, 2014, p. 222, fig. 31, n.º 1 a 3). Ver anexo 4, Estampa 167, n.º 1713 a 1715.

Encontra-se ainda atestado um pequeno, mas coerente, conjunto de ânforas. Composto por um fragmento de bocal e uma asa de uma ânfora vinária Itálica do Tipo Dressel 1; três fragmentos de ânforas Mañá C2b, sendo representados na publicação um bocal e um fundo; um bocal possivelmente de uma Dressel 9 da baía de Cádiz; um fragmento de Ovoide 1 do Guadalquivir e três fragmentos possivelmente de Ovoide 4 (Cardoso, 2014, p. 218, fig. 28, n.º 1 a 13). Ver anexo 4, Estampa 167, n.º 1702 a 1708. Poderíamos assim estar perante um conjunto de associações de ânforas típico de meados da segunda metade do século I a.C., encontrando os paralelos mais próximos em Monte dos Castelinhos e na alcáçova de Santarém (Almeida, 2008).

A par da cerâmica, destaca-se em São Salvador o conjunto significativo de artefactos metálicos. As fíbulas encontram-se particularmente bem representadas com um conjunto de 9 exemplares (Ponte, 1982; Cardoso, 2014, figura 24 e 26). Quatro correspondem ao tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, preservando uma delas o característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida por J. Miguez (Miguez, 2011). Ver anexo 4, Estampa 166, n.º 1695 a 1698. Um exemplar engloba-se no tipo pseudo-La-Tène II, (Estampa 166, n.º 1692). A peça n.º 1693 insere-se no tipo de charneira, de arco triangular, Pré Aucissa, Tipo 21 de Feugère (Feugère, 1985, p. 299-311) ou Tipo Ponte 41 (Ponte, 2006, p. 343-354) (Estampa 166). A fíbula n.º 1694 enquadra-se no tipo Camulodunum B, Tipo Ponte 42 (Ponte, 2006, p. 354-374). Um exemplar bem preservado insere-se dentro do tipo anular romano ou em “ómega”, englobado nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Por último, entre as fíbulas, encontra-se presente um exemplar de mola em liga de cobre que pode inserir-se nos exemplares do Tipo Ponte 24B, com bons paralelos entre os exemplares do Castro de Pragança (Ponte, 2006, p. 233-244). Encontra-se ainda atestados um pequeno conjunto de artefactos metálicos com pertinência para a compreensão do sítio. Um podão ou foice em ferro com encabamento de alvado (Cardoso, 2014, figura 26), encontra bons paralelos no conjunto metálico da Cabeça de Vaimonte, inserindo-se no

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tipo de Foice II, aí definido (Pereira, 2018, p. 169, Apênd. IV, 4) (ver anexo 4, Estampa 167, n.º 1709). Sublinhe-se que apesar de estas peças se encontrarem associadas diretamente a práticas agrícolas, a sua presença em ambientes miliares é habitual, como são os casos dos acampamentos Numantinos, do acampamento de Cáceres el Viejo, mas também do nível de massacre de cronologia Sertoriana plasmada na escavação de L'Almoína, (Valência) (Ribera i Lacomba, 2013, fig. 6). Entre os metais de São Salvador recolheu-se um pequeno mas interessante conjunto de peças que identificamos e atribuímos à categoria dos utilitários de comércio (Cardoso, 2014, fig. 27). Por último, sublinhe-se a presença de um botão possivelmente de arreio de cavalo com decoração em alto-relevo (Cardoso, 2014, p. 216, fig.27-6).

Tendo presente o estudo da realidade material exumada quer pelas escavações quer pelas recolhas aqui efetuadas e depositadas no Museu Hipólito Cabaço poderíamos circunscrever a ocupação de São Salvador a um momento já de cronologia romana republicana, enquadrada na primeira metade do século I a.C. Esta cronologia é particularmente interessante pois torna este pequeno sítio contemporâneo de Monte dos Castelinhos, sendo fundado igualmente de raiz, sem qualquer antecedente pré-romano. Tendo em conta o investimento dispensado na construção do seu sistema defensivo, penso ser plausível estarmos perante um pequeno fortim de controlo da via terrestre que passaria no seu sopé e da transitabilidade da Serra de Montejunto durante o conturbado período da guerra civil entre a facção Cesariana e Pompeiana.

CASTELO/FORTE DO PAÇO (CNS – 3588)

O sítio arqueológico do Castelo, Freguesia de Arranhó, Concelho de Arruda dos Vinhos, implanta-se de forma dominadora face ao vale do Rio Grande da Pipa e às atuais povoações de Pontes de Monfelim e do Paço. Situado no alto de um amplo cabeço rochoso, entre os 281 e os 285 metros de altitude, com falésias a Norte e a Este, sendo o terreno mais inclinado para Oeste e relativamente plano para Sul, goza de ampla visibilidade e de condições excecionais de defesa.

Os vestígios arqueológicos foram identificados à superfície, em 1987, por Joaquim Gonçalves, durante trabalhos de prospeção conducentes ao levantamento da Carta Arqueológica do Concelho de Sobral de Monte Agraço (Gonçalves, 1997). Face à

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

relevância da descoberta e ao interesse demonstrado pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, no ano seguinte e até 1993, João Ludgero Gonçalves, então arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, iniciou uma série de seis campanhas de escavações. O sítio volta a ser intervencionado em 1997 e 1998, por Guilherme Cardoso (Cardoso, 2014). Os resultados das oito campanhas de escavações arqueológicas são complementares e permitem a existência de um conjunto de dados consistentes que fazem com que esta estação se assuma como um caso de estudo, numa Península de Lisboa onde os dados objetivos provenientes de trabalho de campo são assaz escassos. Objetivamente verifica-se a existência de três distintas fases de ocupação:

Uma inicial, datada do Calcolítico médio e final, onde se assistiu à construção neste esporão de um povoado fortificado com uma muralha de alvenaria seca reforçada por torreões semicirculares que defenderia o ponto mais alto do planalto (Gonçalves, 1997, p. 9). Uma segunda fase, que os autores que têm estudado este sítio datam do Final da Idade do Ferro (Gonçalves, 1997, p. 9; Cardoso, 2014, p. 227), ainda que reconhecendo que “Entre os achados apareceram alguns materiais de origem romana do período republicano. Pela análise da cerâmica, poderemos estar em presença de materiais proto-romanos, do final da Idade do Ferro, de populações indígenas já em contacto com os Romanos (...)” (Gonçalves, 1997, p. 12). E uma terceira utilização deste morro, como forte militar, inserido na ampla estratégia do sistema defensivo das Linhas de Torres.



Figura 157 – Vista geral do sítio do Castelo/Forte do Paço. Fotografia Guilherme Cardoso (Cardoso, 2014, fig. 39).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Detendo-nos na segunda fase, importa reter que esta assenta sobre os estratos do povoado Calcolítico, sendo as estruturas escassas. A escavação identificou apenas “uma estrutura constituída por dois alinhamentos convergentes de pedras posta a cutelo, entre os quais se encontram núcleos de argila cozida. No meio desta argila cozida apareciam fragmentos de placas de barro, assemelhando-se a tijolos.” (Gonçalves, 1997, p. 9). Tendo presente a descrição e os registos publicados é possível estarmos perante vestígios do soco em pedra de estruturas edificadas em adobe e os respetivos pavimentos em argila. Qual a planta destes edifícios, não é claro, ainda que a planta publicada permita vislumbrar um alinhamento reto de uma destas estruturas (Cardoso, 2014, figura 41).

O espólio associado a esta fase que se encontra publicado é assaz abundante. Destaca-se, o grupo da cerâmica comum e entre esta a esmagadora presença de contentores de armazenamento, composto por amplas talhas caracterizando-se por bocais moldurados, corpos de morfologia ovoide e fundos planos com ressalto externo (ver anexo 4, Estampa 168, e 169). Estes contentores encontram bons paralelos no espólio que ora apresentamos do Castro de Pragança (Cadaval, ver *infra*) e com as talhas recolhidas no Monte dos Castelinhos, em contextos já de meados do século I a.C. O grupo dos potes/panela assim como dos jarros encontra-se igualmente bem representado. É, contudo, interessante registar nesta ampla amostragem a ausência do grupo das tigelas e dos pratos (Gonçalves, 1997, p. 10).

Identifica-se ainda entre o conjunto das cerâmicas comuns do sítio do Castelo, uma série de fragmentos de recipientes fechados apresentando uma característica decoração em retícula brunida efetuada por polimento (Estampa 168, n.º 1724). O exemplar melhor preservado permite caracterizar estas peças como jarros, caracterizando-se por um bocal com um bico vertedor, de lábio simples esvasado, de onde arranca uma asa maciça de secção circular. O colo é curto, por vezes marcado por caneluras, como em alguns exemplares de Lisboa, marcando a transição para o corpo de perfil troncocónico, profusamente decorado, terminando num fundo em ônfalo. Peças com decorações similares têm nos últimos anos vindo a surgir em diversas estações da Península de Lisboa e vale do Tejo (Pimenta, Calado e Leitão, 2013, p. 720), nomeadamente na cidade de Lisboa em contextos do final do século III a.C., no caso da intervenção de São da Praça, mas sobretudo em contextos bem datados do terceiro quartel do século II a.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Pimenta, 2005; Pimenta *et al.*, 2014; Mota, Pimenta e Silva, 2014). Trata-se de uma morfologia herdeira de uma longa tradição do mundo indígena e que se pode rastrear até aos modelos de meados do século V a.C., do qual o exemplar mais emblemático é o recolhido no sítio de Outorela, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2014).

A atividade de fiação encontra-se atestada pela presença de dois pesos de tear quadrangulares e sete cossoiros de forma troncocónica e discoidal.

A presença de três fragmentos de cerâmica de verniz negro do grupo Campaniense A, dois fundos e um fragmento do qual não temos descrição, auxilia na cronologia deste conjunto. Contudo, na publicação onde os mesmos são apresentados, apenas duas das peças são desenhadas (Gonçalves, 1997, p. 37, fig. 34, peças n.º 2 e 3). Se o fragmento de fundo aí apresentado sob o n.º 2 é compatível com as peças napolitanas (Estampa 168, n.º 1720), já a peça desenhada como número 3 apresenta-se de mais difícil enquadramento.

Por último, no que diz respeito ao grupo da cerâmica comum, são apresentados dois fragmentos de pequenos copos que o autor descreve como de pasta fina rosa (Gonçalves, 1997, p. 49, fig. 46, peças n.º 2 e 3). A sua pequena dimensão, perfil e características de pasta poderão permitir a sua interpretação como fragmentos de copos de paredes finas, possivelmente de exemplares da forma I ou II de Mayet (Mayet, 1975) (Estampa 168, n.º 1718 e 1719). Merece ainda um breve comentário a inexplicável ausência ou pelo menos referência à presença de ânforas romanas ou mesmo pré-romanas no sítio. O porquê desta ausência é difícil de explicar sem rever os materiais recolhidos, sendo que uma asa de rolo que é apresentada na publicação até poderá atestar a presença de ânforas de morfologia pré-romana (Gonçalves, 1997, p. 37, fig. 34, peça n.º 5).

A par do conjunto cerâmico, recolheu-se ainda um coeso conjunto de peças metálicas. Os elementos de indumentária encontram-se representados por um exemplar de alfinete de cabelo em bronze e por três fíbulas (Gonçalves, 1997, p. 35, fig. 32, peças n.º 1, 2, 3 e 5). Duas correspondem ao tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, preservando o característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida por J.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Miguez (Miguez, 2011) (Estampa 170, n.º 1738 e 1739). Este tipo de fíbulas encontra-se bem representado no território português, tendo recentemente sido cartografadas as suas ocorrências (Ponte, 2006, Miguez, 2014). A cronologia e o enquadramento cultural destas típicas fíbulas têm sido alvo de distintas e divergentes propostas, desde as que defendem a sua antiguidade (Schüle, 1969; Ponte 2006), às que as colocam numa fase já avançada da Idade do Ferro ou mesmo romana republicana (Berrocal Rangel, 1992, p. 137; Fabião, 1998). Recentemente, uma revisão global deste tipo de fíbulas veio com argumentos sólidos e consistentes redefinir a sua cronologia e enquadrar a sua produção já em época romana republicana, situando-se o apogeu da difusão destas peças entre os meados do século II e os finais do século I a.C. (Miguez, 2014). Identificou-se igualmente uma invulgar fíbula em prata variante de *Nauheim* decorada com motivo *a tremollo* serpenteante, Ponte 40 (Ponte, 2006) (Estampa 170, n.º 1735). Salette da Ponte para o território português, divide o seu tipo 40 em diversos subtipos, que cronologicamente situa desde o séc. I a.C. até finais do séc. II d.C. (Ponte, 2006, p. 325-342). Os achados destas fíbulas em sítios indubitavelmente militares, como os acampamentos do Cerco de *Numantia* (Schulten, 1929, p.213 e Taf. 31, n.º 1 e 5), Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, p. 53.8, Taf. 7, n.º 15-16 e Taf. 8, n.º 17-21), Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 511, n.º 25 e 26, o povoado do Pedrão (Soares e Silva, 1973, Est. 9; Ponte, 1983, Fig. 1 N.º 2 e 3); Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018), Lomba do Canho (Nunes, 1959, fig. 8 e 10; Nunes *et al*, 1988, fig. 11, n.º 1 a 3), Monte dos Castelinhos, a par de outros sítios como Mesas do Castelinho (Miguez, 2011, Est. X e XI), documentam a introdução e difusão das produções de La Tene III centro-Europeias, no âmbito da conquista militar romana, séculos II a.C. e I a.C. (Fabião, 1998a, Vol. II, p. 535). Contudo, temos presente que estes modelos alcançam cronologias já imperiais, como atestam os exemplares de Conímbriga, Miróbriga e *Collipo* (Ponte, 2006)

A nível do espólio metálico, recolheu-se ainda uma lâmina de faca em ferro, e um fragmento em bronze a que João Ludgero Gonçalves atribui de difícil classificação (Gonçalves, 1997, p. 11, fig. 32, peças n.º 4 e 6) (Estampa 170, n.º 1736 e 1737). Recentemente, Teresa Rita Pereira interpreta esta peça (n.º 1736) como correspondendo, a uma espada romana-republicana análoga a uma outra recolhida em Cabeça de Vaiamonte, integrando-se no *grupo 6* de Quesada deste tipo de elemento de cavalaria (Pereira, 2018, p. 32).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Associada a esta fase recolheram-se ainda três denários romanos forrados (Gonçalves, 1997, p. 11).

1 – C.MAIANI. ROMA. 153 a.C., RRC 203/1. 18mm. Encontra-se perfurado.

2 - C.ABVRI GEM. 134 a.C., RRC 244/1. 18mm.

3 – Denário forrado similar na sua dimensão aos anteriores. O seu estado de preservação não possibilita classificação. Encontra-se perfurado.

Não deixa de ser relevante que dois dos três numismas se encontrem perfurados para suspensão o que poderá relacionar-se com um uso *alodóxico* da cultura material, ou seja, com um uso diferente do que lhe foi originalmente destinado. A época do final da Idade do Ferro e os primeiros momentos do mundo romano permitem supor uma fase de transição entre os usos alodóxicos e os usos “corretos” da cultura material importada, nem sempre fácil de vislumbrar, sendo que a partir de meados do século I a.C. as importações crescem bastante e os seus usos tornam-se cada vez mais standardizados.

Tendo presente os dados disponíveis, a ocupação do sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos, parece corresponder a um breve momento no tempo, que podemos situar tendo presente a análise dos numismas, das fíbulas, do possível fragmento de espórea, dos fragmentos de cerâmica Campaniense A e os dois fundos de paredes finas, em meados da segunda metade do século II inícios do século I a.C. Nesta fase a instabilidade decorrente da própria conquista do interior da Península de Lisboa terá forçado as comunidades indígenas a procurarem refúgio em sítios com implantação estratégica na paisagem que permitam o controlo das vias e corredores naturais de penetração tal como é o caso do rio Grande da Pipa. Teresa Rita Pereira, com base nos mesmos argumentos propôs uma ocupação militar relacionada com o período das Guerras Sertorianas para este sítio (Pereira, 2018, p. 151). Ainda que tentadora esta hipótese carece de comprovação no terreno.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CASTELO VELHO DE ROCHA-FORTE (CNS – 641)

Esta emblemática estação da Freguesia de Lamas e Cercal, Concelho do Cadaval, encontra-se ainda hoje envolta em mistério. Identificada precocemente, em finais do século XIX, por Maximiano Apolinário (Apolinário, 1895), vê a sua relevância ser reconhecida, sendo incluído no primeiro documento de salvaguarda das estruturas monumentais, como Castro de Rocha-Forte, classificado como Monumento Nacional através do decreto 136, de 23-06-1910.

Apesar da sua salvaguarda, pouco sabemos sobre este sítio, para além do facto de estar situado num local de difícil acesso, ocupando uma vasta área entre o Picoto do Cabeço do Velho e o Picoto das Furnas. As suas boas condições de defesa e ampla visibilidade terão sido potenciadas pela construção de um forte sistema defensivo, que tem vindo a ser datado da Idade do Ferro e que no fundo foram a razão da sua precoce classificação dentro da categoria de “Monumentos Lusitanos”, no decreto de 1910. Maximiano Apolinário dá conta desta putativa muralha na vivida descrição do sítio, “(...) uma muralha tão espessa que cabiam sobre ella dois carros a par” (Apolinário, 1895, p. 50); “Acompanhando o Sr. José Leite de Vasconcellos, visitei o Castello-Velho, pela primeira vez, em Setembro de 1893, nesta ocasião pude verificar a existência do que se diz serem os restos da antiga muralha e que se apresenta como uma cinta de pedras (de maiores dimensões que as que se vêem espalhadas no cimo do planalto), a qual circunda o cabeço (...)” (Apolinário, 1895, p. 51).

No âmbito da realização deste trabalho, tivemos oportunidade de rever os materiais aqui recolhidos e depositados quer no Museu Nacional de Arqueologia, quer no Museu do Cadaval. Com esta proveniência existem dois conjuntos distintos que podem sustentar duas ocupações diferenciadas. O Museu Nacional de Arqueologia guarda entre o acervo do Castro da Rocha-Forte um conjunto de elementos de pedra polida, composto por machados e enxós que apontam para uma primeira ocupação do período Calcolítico. A par desta, encontram-se alguns materiais que remetem para um momento dos finais da Idade do Ferro ou mesmo do período da conquista, estes são constituídos essencialmente por um conjunto de grandes bocais de talhas, em tudo idênticos aos que temos vindo a apresentar, dos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos), São Salvador (Cadaval) e Monte dos Castelinhos.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CASTRO DE PRAGANÇA (CNS – 1260)

A estação arqueológica de Pragança é um dos mais representativos sítios arqueológicos da Península de Lisboa, localizando-se na União das Freguesias de Lamas e Cercal, Concelho do Cadaval. Implantado numa posição estratégica, no topo de uma elevação com a cota máxima de 334 metros de altitude, escarpada de forma inexpugnável a Oeste e a Noroeste, o sítio domina uma das principais portas de acesso e de travessia da Serra de Montejunto.

A descoberta do Castro de Pragança deve-se a Leite de Vasconcelos, que residiu e exerceu Medicina no Cadaval entre 1887 e 1888 (Branco, 1962). O fundador do Museu de Belém irá aqui promover escavações arqueológicas, nos anos de 1895, 1905 e 1915, recolhendo um significativo acervo de materiais atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcellos, 1895, 1905a, 1913 e 1915).

Posteriormente, outros investigadores detiveram a sua atenção sobre esta estação, como é o caso do Cónego Joaquim Botto, cujo espólio por ele recolhido se encontra depositado no Museu de Faro, e o arqueólogo Leonel Trindade, que nas décadas de trinta e quarenta do século XX terá promovido extensas escavações (Domingos e Gomes, 2005). Mais recentemente, João Ludgero Marques Gonçalves promoveu uma nova fase de investigação e valorização de Pragança, incidindo o seu quadro de indagações nas estruturas defensivas do sítio, especificamente em uma ampla torre semicircular, na cota mais elevada do cabeço, datada por radiocarbono da primeira metade do terceiro milénio a.C. (Gonçalves, 1990-1992).

Os amplos espólios aqui recolhidos, que englobam cerâmicas, líticos, artefactos metálicos, contas de vidro e numismas, encontram-se dispersos por vários museus: o Museu Nacional de Arqueologia, Museu Arqueológico do Carmo, Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, Museu de Faro, Museu Hipólito Cabaço, entre outros.

Apesar do precoce interesse pela relevância científica e patrimonial de Pragança, pouco se sabe acerca das suas ocupações. Em 1905, Leite de Vasconcellos sintetiza assim os espólios por ele recolhidos: *“Pragança, en Estremadura est le crasto le mieux représenté dans le Musée, à cause de ses riches dépouilles, appartenante à toutes les époques, en commençant par le néolithique. On y trouve: des pointes de flèche en silex*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

et en cuivre, des lances en silex et en bronze, des haches en pierre et en bronze, des marteaux en pierre, des meules, des pendeloques en pierre et en ivoire, des perles en pierre, en verre et en ambre, des fibules en bronze, des vases, des fragments de poterie ornementée, des poids d'argile semblables à ceux d'Árgar (Espagne), des fusaioles." (Vasconcellos, 1905a, p. 67). Deste primeiro alinhavar de ideias, ficou bem evidente que nesta estação se encontravam espólios documentando uma ampla diacronia de ocupação, remontando ao neolítico, até ao período romano. Porém, apesar destes "*riches dépouilles*, foi escassa a atenção atribuída ao estudo de Pragança, carecendo até hoje de uma monografia da totalidade dos dados aí exumados.

Um dos vetores da investigação em torno do sítio de Pragança tem sido a análise da sua coleção de metais. Com mais de 500 peças inventariadas só no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, faz deste um dos maiores conjuntos proto-históricos do território português (Figueiredo, Melo e Araújo, 2007). A presença de diversos elementos de armamento proto-históricos fez com que o povoado de Pragança fosse englobado na cartografia da Idade do Bronze Final peninsular, alcançando assim ampla notoriedade (Monteagudo, 1977; Coffyn, 1983 e 1985). Ao conjunto de machados e de armas da Idade do Bronze Final foi acrescentado o estudo de um invulgar conjunto de dezasseis ponderais em bronze (Vilaça, 2003), assim como o estudo de duas contas de âmbar báltico (Odriozola *et al.*, 2017).

Apesar destes avanços relativos ao conhecimento do sítio e das suas ocupações mais recuadas, as fases mais recentes permaneceram em grande parte inéditas, tendo sido apenas estudadas um conjunto de nove fíbulae que abrangem a Idade do Ferro e o período romano republicano (Ponte, 1982, 2006; Melo *et al.*, 2009), assim como o conjunto numismático do qual se destacam dois denários republicanos (Ruivo, 1993-1997). Recentemente surgiu oportunidade em conjunto com Ana Melo de nos determos sobre a ocupação sidérica de Pragança, em particular para a sua fase mais recuada remontando a meados do século VII-VI a.C. (Melo e Pimenta, 2020).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 158 – Vista aérea do Castro de Pragança.

Foi assim, tendo presente a ampla diacronia do Castro de Pragança, desde pelo menos a Idade do Bronze Final até ao período romano, que se decidiu no âmbito deste trabalho rever os seus espólios. Não é aqui o local para apresentar de forma desenvolvida os resultados desse trabalho. Todavia, importa ter presente em linhas gerais as dinâmicas de ocupação deste promontório. Apesar dos conjuntos de materiais aqui recolhidos carecerem de coordenadas contextuais, uma análise com base tipológica e comparativa permite comprovar essa espessura cronológica das ocupações atravessando toda a Idade do Ferro. Uma das novidades da revisão destas coleções foi a da existência de uma relevante ocupação que podemos conotar com a fase da conquista romana.

O espólio que podemos associar a esta fase é assaz abundante. Destaca-se, o grupo da cerâmica comum de produção regional e entre este, tal como temos vindo a ver em diversos sítios de altura da área em análise, a presença assinalável dos grandes contentores de armazenamento, composto por amplas talhas de bocais moldurados, corpos de morfologia ovoide e fundos planos com ressaltos externos (ver anexo 4, Estampa 174). Alguns exemplares destes contentores evidenciam uma invulgar decoração que consiste na gravação de círculos quer no interior do bocal (Estampa 174, n.º 1786) quer na superfície externa, sendo estes acompanhados da aplicação de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

decoração plástica (Estampa 174, n.º 1787 e 1788), decorações idênticas são conhecidas na estação de Outeiro da Assenta (Pereira, 1914, p. 140).

O grupo dos potes/panela, encontra-se igualmente bem representado, com uns invulgares bocais com acabamento cuidado polido e espatulado (Estampa 173, n.º 1768 a 1770). Um fragmento de pote evidencia uma decoração com pequenas estampilhas quadrangulares com motivo geométrico, formando duas linhas em torno do colo do recipiente (Estampa 173, n.º 1772). Não é porém claro, se esta peça se insere em cronologias pré-romanas ou já da fase romana republicana.

Sobressai entre o conjunto das cerâmicas comuns de Pragança, uma série de fragmentos de recipientes fechados em cerâmica cinzenta fina polida apresentando uma característica decoração em retícula brunida efetuada por polimento (Estampa 173, n.º 1773 a 1781). O exemplar melhor preservado permite caracterizar estas peças como jarros, caracterizando-se por um bocal com um bico vertedor, de lábio simples, de onde arranca uma asa maciça de secção circular. Estes jarros como já referimos são elemento característico dos contextos dos momentos finais da Idade do Ferro em toda a área em análise (Pimenta *et al.*, 2014).

Da análise do extenso e heterogéneo conjunto cerâmico, sobressai um profundo regionalismo da sua cultura material, não se tendo identificado até hoje, em qualquer dos museus onde se encontram depositados coleções do Castro de Pragança, qualquer fragmento de ânfora ou de cerâmica fina de importação. Esse dado é ainda mais invulgar quando estes materiais se encontram presentes, como vimos, no vizinho povoado de Salvador (Cadaval). Contudo, tal circunstancia pode revelar um indicador cronológico e assim estarmos em Pragança perante uma cronologia mais recuada, centrada em meados do século II a.C.

A par do conjunto cerâmico, encontra-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal do Cadaval um expressivo conjunto de peças metálicas em ferro e liga de cobre, que podemos com alguma segurança atribuir a esta fase.

O conjunto de fíbulas já era parcialmente conhecido (Ponte, 1982, 2006; Melo *et al.*, 2009), ainda que a este se tenha aduzido mais alguns exemplares depositados no Museu do Cadaval. Oito correspondem ao tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, preservando o característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida por J. Miguez (Miguez, 2011) (Estampa 170, n.º 1741 a 1746). Como já se referiu o apogeu da difusão destas peças centra-se entre os meados do século II e os finais do século I a.C. (Miguez, 2014). Entre os materiais de Pragança, no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, identificou-se um fragmento incompleto de arco circular de uma fíbula anular romana ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Ainda que tenhamos presente a ampla cronologia deste modelo de fíbulas, como vimos em Monte dos Castelinhos, São Salvador e Barradinha a sua génese e difusão decorre durante o período romano republicano (Estampa 170, n.º 1740).

Apesar desta expressividade das fíbulas, a grande surpresa da revisão das coleções de Pragança foi a presença de um expressivo conjunto de armamento militar, que remete para o papel desta invulgar estação no controle do território. Apesar de se encontrarem muito fragmentados, identifica-se entre o conjunto de armas hasteadas 4 elementos de ferro que interpretamos como pertencentes a *pila*, 6 pontas de lança e 4 contos de lança/*pilum* (Estampa 171, n.º 1747 a 1757).

Começando pelos *pila* tal como entre o conjunto de metais de Monte dos Castelinhos, identificam-se diversos fragmentos que interpretamos, ainda que com certa ousadia, como pertencente a este tipo de armamento. Ainda que o seu estado de conservação impossibilite na maioria dos casos uma classificação categórica, trata-se de pontas maciças em ferro, identificadas já fragmentadas, não sendo perceptível qual o seu encabamento (Estampa 171, n.º 1749, 1751 e 1752), devendo corresponder a *pila* ligeiros. A peça melhor preservada coloca alguns problemas de interpretação. Com um comprimento conservado de cerca de trinta centímetros, evidencia uma extremidade fragmentada, conservando na outra ponta uma placa saliente de formato arredondado, uma peça em tudo análoga a outra recolhida no povoado do Pedrão (Setúbal), mas que aí foi interpretada como de uso desconhecido (Soares e Silva, 1973, Est. V, n.º 36 e 37). Entre o conjunto metálico do acampamento romano de Cáceres El Viejo, conhece-se uma série de 4 *pila* ligeiros com extremidades de encabamento idênticos ao exemplar aqui em análise, que sem margem de dúvidas resolve a questão da interpretação da peça de Pragança e do Pedrão (Ulbert, 1984, Taf. 24). O exemplar n.º 1747 (Estampa 171)

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

evidencia um apêndice lateral, pelo que podemos interpretar esta ponta como pertencendo a um dardo incendiário, com bons paralelos entre o conjunto metálico da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 136-138). Duas pontas de lança apresentam encabamento de alvado (Estampa 171, n.º 1747 e 1750), com características do armamento indígena pré-romano (Quesada Sanz, 1997a, p. 352-404). Contudo, importa reforçar que a sua presença em contextos romano-republicanos se encontra bem documentada como é o caso entre outros das lanças de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 24, n.º 184) ou da Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018, p. 133, Est. 17). O exemplar de ponta de lança, n.º 1759 (Estampa 172) apresenta-se de enquadramento mais complexo evidenciando um encabamento por espigão. Por último identificaram-se quatro contos de lança/*pilum* em ferro (Estampa 171, n.º 1754 a 1757). O seu uso encontra-se bem documentada entre o armamento do mundo indígena peninsular, sendo usual a sua associação ao grupo das lanças (Quesada Sanz, 1997a, p. 431). Porém, sabemos que os *pila* seriam igualmente providos de contos na sua extremidade (Bishop, 2017).

Entre os metais de Pragança no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, encontra-se um fragmento que interpretamos como possível espigão de capacete, englobando-se assim na categoria de armamento defensivo passivo (Estampa 172, n.º 1766). Trata-se de uma peça maciça de liga de cobre de secção semicircular, com um arranque fragmentado, que faz supor a sua ligação com um eventual capacete no mesmo metal. Espigões de capacete similares são conhecidos no tipo Montefortino e Buggenum (Quesada Sanz, 1997b, fig. 7). Peças similares encontram-se presentes na Cabeça de Vaiamonte e nas Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, fig. 74, n.º 3; Pereira, 2018, Est. 12).

Ainda associado à *Militaria*, encontra-se presente um fragmento de liga de cobre, que interpretamos como placa de cinturão militar (Estampa 172, n.º 1762). Infelizmente, apresenta-se fragmentado em três das suas extremidades, mas denota morfologia retangular evidenciando decoração incisa em forma de três círculos concêntricos. Uma peça em tudo idêntica é conhecida do sítio de El Castillejo (Santiago del Campo, Cáceres) (Heras Mora, 2018, p. 123, fig. 6, C). Preserva-se ainda entre o espólio metálico de Pragança, uma curiosa argola em bronze com dois olhais de suspensão, que foi apresentada por Leite de Vasconcellos no volume III das Religiões da Lusitânia e aí

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

interpretada como argola de cinturão (Vasconcellos, 1913, p. 144, fig. 62). A sua morfologia e dimensão, sugere-nos antes uma utilização como elemento de arreio de cavalo (Estampa 172, n.º 1763).

Entre o vasto conjunto de artefactos metálicos que podemos associar ao mundo doméstico e quotidiano destacam-se algumas lâminas de facas, das quais apresentamos duas (Estampa 172, n.º 1758 e 1760). Tal como referimos ao apresentar os metais de Monte dos Castelinhos, não se nega uma utilização destas facas como armas, na senda da recente publicação dos conjuntos de armamento de *Libisosa* e onde estas são incluídos (Quesada Sanz e Uroz Rodríguez, 2020, p. 53, fig. 13). São conhecidas, na bibliografia da especialidade, como facas afalcatadas, por lembrarem com a sua lâmina curva as Falcatas ibéricas (Quesada Sanz, 1997a, p. 167-168).

Os instrumentos médico-cirúrgicos, asseverando assim a prática da medicina em Pragança, encontram-se igualmente presentes. Destacando-se a presença de um instrumento cirúrgico que se classifica como gancho bifurcado (*hamus*) de liga de cobre (Estampa 172, n.º 1761), tendo paralelo num instrumento recolhido na Cabeça de Vaiamonte e igualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Pereira, 2018, p. 300, Est. 117, n.º 1).

Entre os metais de Pragança, recolheu-se ainda um pequeno mas relevante conjunto de peças que se inserem na categoria dos utilitários de comércio, atestando assim a realização de práticas comerciais e a relevância da mensuração de bens e produtos. Trata-se de dois elementos de possíveis pratos de balança em ferro e um elemento de ponderal. Dos possíveis pratos de balança, apresentamos o registo gráfico de um, carecendo a sua classificação perentória de trabalhos de restauro, para verificar a presença dos orifícios de suspensão que a corrosão não permite verificar (Estampa 172, n.º 1765). O ponderal, consiste numa peça em chumbo de forma discoidal, com orifício central, pesando 34gr e com a marca S em ambas as faces incrustada em liga de cobre. Este tipo de ponderal, encontra bons paralelos entre o conjunto metálico da Cabeça de Vaiamonte, correspondendo ao Grupo I de ponderais aí definido (Pereira, 2018, p. 178-188, Est. 77). Um exemplar morfologicamente idêntico de chumbo e com decoração de “S”’s obtidos a molde, foi recuperado em Chões de Alpompé (Santarém) (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p.137, Fig. 21 e 22, n.º 20).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 159 – Vista aérea de Pragança e da portela natural de travessia da Serra de Montejunto.

Como acima referimos, entre os espólios metálicos de Pragança encontra-se um pequeno, mas significativo conjunto numismático, tendo este sido já alvo de publicação (Ruivo, 1993-1997, p. 58). É constituído por 10 numismas, sendo dois de cronologia romana republicana e os restantes oito já com cronologias do principado (Ruivo, 1993-1997, p. 58). Os dois exemplares de cronologia romano republicano correspondem a dois denários bem preservados, RRC 206/1 e RRC 235/1c. datados entre 150 e 137 a.C. (Crawford, 1975).

Por último, não podemos deixar de referir um conjunto de materiais excecionais em prata e ouro, recolhidos em Pragança e que têm vindo a ser designados como “Tesouro de Pragança” (CNS 1994). Trata-se de um conjunto encontrado em 1934, “a pouca profundidade e junto dumas pedras (...) no extremo da estrada que conduz ao cimo do castro” (Heleno, 1935, p. 239). Deste conjunto, fazem parte oito peças: uma conta e uma lúnula em ouro, a par de três lúnulas, um torques e dois vasos em prata. As lúnulas possuem caneluras feitas por puncionamentos punctiformes e circunferências simples e concêntricas, associadas a SSS, organizados em motivos geométricos. O torques e o vaso, de colo estrangulado, são lisos. Este conjunto inscreve-se no final da II Idade do Ferro, tendo as lúnulas um paralelo muito próximo em exemplar de Viseu (Heleno,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

1935, Est. VI, Fig. 25; Silva, 1986, Est. CXIX, n.º 3). Os paralelos aduzidos por este último autor indicam cronologia do final da Fase II da Cultura Castreja, situável cerca de meados do século II a.C., ou seja, podemos estar já perante um episódio de entesouramento relacionado com a fase de conquista romana, como tem vindo a ser recentemente referido (Correia, 2013; Correia *et al.*, 2013). A presença deste entesouramento em Pragança merece ainda um breve comentário, mais em tom de problematização. Terá a sua ocultação decorrido de algum episódio de instabilidade durante a fase tardia do processo de conquista?

A presença de diversos elementos de armamento, itálicos e indígenas, que ora tornamos públicos, leva a sublinhar relevância científica deste povoado. Essa relevância certamente que se interliga com a necessidade de controlo da transitabilidade da serra de Montejunto e com o papel crucial que a implantação de Pragança tem no assegurar dessa dinâmica. O entesouramento, a presença das armas, o padrão cerâmico tão marcadamente indígena, pode mesmo sugerir um assédio / ataque a um aglomerado indígena, pelos romanos. algo que só futuros trabalhos poderão averiguar.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**



Figura 160 – Tesouro de Pragança. Lúnula em Ouro; colar de prata; Lúnulas em prata; vasos de prata. A partir de <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Home.aspx>.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MONTE DO SENHOR DA BOA MORTE (CNS – 984)

O Monte do Senhor da Boa Morte ou Castelo de Povos ergue-se de forma dominante sobre o antigo porto fluvial da Vila de Povos, ativo até ao século XVIII (Guerra, Blot e Quaresma, 2000). Localiza-se no Concelho e Freguesia de Vila Franca de Xira. Implantado num morro de grande valor estratégico, no topo de uma elevação com a cota máxima de 110 metros de altitude, escarpada de forma inexpugnável, o sítio domina uma das principais vias naturais paralelas ao rio Tejo e uma portela de acesso ao interior da Península de Lisboa.

As escavações aqui desenvolvidas entre 1991 e 1995, da responsabilidade de Cristina Calais, permitiram caracterizar a presença Islâmica (Calais, 1995-97). No âmbito da revisão do estudo das coleções arqueológicas, depositadas nas reservas do Museu Municipal, deparámo-nos entre o espólio de época islâmica e medieval cristã do Castelo de Povos com a existência de materiais de cronologia mais recuada. Ainda que estes materiais tenham sido recolhidos em contexto de deposição secundária, claramente posterior à sua cronologia, a sua presença no morro do castelo permite afirmar a existência neste espaço de uma ocupação anterior à fortificação islâmica, ocupação essa que até há bem pouco tempo era de todo desconhecida (Lucas, 2000).

O estudo destes materiais permite atribuir-lhes uma cronologia pré-romana e romana republicana, balizada entre os meados do século VI a.C. e o I a.C. Os dados sobre a ocupação da Idade do Ferro não são numerosos, resumindo-se a algumas cerâmicas comuns, taças em cerâmica cinzenta fina polida e um bocal de ânfora do Tipo 3 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014), ver anexo 4, Estampa 175, n.º 1792. Os elementos da fase romano republicana são assaz mais superlativos. A associação entre ânforas vinárias itálicas do tipo greco-italico tardio (Estampa 175, n.º 1789), ânforas gaditanas do tipo 7.4.3.2. e 7.4.3.3. (Mañá C2b) (Estampa 175, n.º 1791); ânforas do tipo 7 do estuário do Tejo (Estampa 175, n.º 1793) e fragmentos de cerâmica campaniense A, nomeadamente um bocal de uma taça da forma Lamb. 31 (Estampa 175, n.º 1794), remetem-nos para os contextos mais antigos da presença militar romana no vale do Tejo, com bons paralelos em Lisboa e em Chões de Alpompe (Pimenta, 2005). A continuação da ocupação ao longo do século I a.C. encontra-se atestada por ânforas vinárias do tipo Dressel 1C de produção da costa Tirrénica da Península Itálica

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Estampa 175, n.º 1790), fragmentos de ânforas importadas do vale do Guadalquivir, destacando-se um bocal de ânfora do tipo Ovoide 4 e um fundo de cerâmica de verniz negro itálico da colónia Latina de Cales (Estampa 175, n.º 1795). Ainda relacionado com a ocupação do período romano republicano identificaram-se diversos bocais, fundos e paredes de grandes contentores de armazenamento do tipo talha, com bons paralelos entre o conjunto de Monte dos Castelinhos (Estampa 175, n.º 1796 a 1803).

Face à redescoberta e estudo destes materiais, efetuou-se uma campanha de prospeção intensiva no morro do Castelo e nas suas encostas. Estes trabalhos lograram identificar diversas plataformas com ocupação de cariz habitacional islâmica ao longo do monte, assim como evidências estruturais da presença de outra linha defensiva, possivelmente medieval ainda que não seja de descartar maior antiguidade. Da fase mais antiga agora vislumbrada, foi possível recolher fragmentos de ânforas e cerâmicas comuns que levam a supor uma relevante ocupação desta época (Pimenta e Mendes, 2012 e 2016).

A presença romana republicana no Castelo de Povos, numa área aparentemente ocupada por um povoado pré-romano, leva-nos a problematizar o seu significado. A sua cronologia precoce, associada à posição de domínio sobre a área portuária e à via natural de circulação, leva-nos a conjecturar, que este povoado fortificado, tiraria partido da defensibilidade natural do sítio e da sua ampla visibilidade, assumindo-se como um elemento de controlo territorial bem evidenciado na paisagem Tagana.

CASTELO DE ALVERCA DO RIBATEJO (CNS – 5881)

O monte alcantilado, onde se veio a erguer o antigo castelo medieval de Alverca, apresenta uma implantação estratégica sobre a antiga via de penetração paralela ao Rio Tejo, mais tarde estrada romana e um amplo domínio visual sobre a antiga foz do Rio Crós Cós e o Rio da Silveira. Esta localização privilegiada, associada a condições naturais de defesa em duas das suas vertentes, fez com que este local fosse ocupado desde épocas remotas. Ainda que os dados disponíveis sobre as mais antigas fases de ocupação deste espaço sejam escassos, a intervenção levada a cabo no Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (CNS 23634) permite, pela primeira vez, recuar a presença humana no núcleo histórico até inícios do primeiro

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

milénio antes de Cristo, sendo abundantes as informações sobre a ocupação da Idade do Bronze final (Pimenta e Mendes 2015d).

Ainda que não se tenham detetado quaisquer níveis estratigráficos preservados da Idade do Ferro, a presença em níveis posteriores, de época romana e medieval, de materiais claramente pré-romanos de cariz orientalizante autoriza-nos a supor a sua existência. Estes materiais, ainda que escassos e carecendo de um contexto primário, merecem a nosso ver umas breves observações. Trata-se, essencialmente, de fragmentos de bojós de grandes recipientes de tipo *pithoi*, tendo apenas três permitido reconstituição formal: um bocal de *pihtos* com vestígios do arranque de asa bífida e dois fragmentos correspondendo a ânforas de tipologia pré-romana, nomeadamente uma asa de rolo e um bocal de ânfora. Este contentor corresponde a uma produção do Estuário do Tejo, recentemente designada como Tipo 1, com cronologias centradas entre o século VI e V a.C. (Sousa e Pimenta, 2014).

O período romano republicano encontra-se igualmente atestado, permitindo supor alguma relevância do povoado do Castelo de Alverca. Os materiais que suportam esta ocupação, foram exumados em níveis de revolvimento posterior (Pimenta e Mendes, 2007b). Destaca-se a presença de diversos fragmentos de ânforas vinárias itálicas, tendo sido possível reconstituir um bocal de uma ânfora do tipo Greco-italico. As cerâmicas de verniz negro itálico encontram-se igualmente presentes, tendo sido identificado um bocal de uma pátera em Campaniense B Calena do Tipo Lamb. 5 (Pimenta e Mendes, 2007b, figura 4, n.º 27 a 31). A par destes elementos importados encontra-se presente, diversificado conjunto de cerâmica comum, entre o qual dominam os grandes contentores de armazenamento do tipo talha.

Qual a extensão da ocupação proto-história do morro do Castelo de Alverca e a sua real importância, só a realização de novas intervenções com um quadro de indagações previamente definido poderá vir esclarecer. Porém, a análise da sua localização e implantação topográfica faz supor podermos estar perante um povoado “fortificado” que tiraria partido da sua implantação dominando uma área de bom ancoradouro, junto a uma via principal de comunicação terrestre e controlando o acesso ao interior do território pelo vale do Rio Crós Cós e Rio da Silveira.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ACHADOS RIO TEJO NA ZONA DE VILA FRANCA DE XIRA

Ao longo dos anos, têm vindo a ser recolhidos por pescadores e entregues no Museu Municipal de Vila Franca de Xira diversos elementos cerâmicos provenientes do leito do rio, que atestam de forma contundente a sua relevância enquanto via de comunicação. Grande parte deste acervo resulta da prática da pesca de arrasto de fundo. Esta consiste, como a sua designação revela, na utilização por uma ou mais embarcações de uma ampla rede que é arrastada pelo(s) barco(s) ao longo de determinado percurso, utilizando pesos para manter a rede à profundidade pretendida. O facto de esta técnica de pesca roçar o fundo do Tejo, leva a que por vezes prenda e liberte materiais inertes de alguma volumetria. Entre o acervo com esta proveniência sobressaem os materiais cerâmicos de época romana, tendo estes sido já alvo de alguma atenção, nomeadamente as ânforas (Diogo, 1987-88; Diogo e Alves, 1988-89 e Quaresma, 2005). Todavia, outros períodos encontram-se igualmente atestados, desde a pré-história ao período contemporâneo (Pimenta e Mendes, 2016).

Sendo as ânforas os contentores por excelência de transporte de produtos alimentares a longa distância, por via marítima e fluvial, é natural a sua presença onde a intensidade desse comércio se fez sentir. O rio Tejo, verdadeira estrada para o interior da província da *Ulterior/Lusitânia*, com o seu amplo estuário, a sua extensa navegabilidade e dinâmica dos seus portos, seria à data sulcado por múltiplos navios, que o cruzariam numa intrincada rede de abastecimentos. São assim as ânforas o contentor melhor representado nestas recolhas, ainda que como veremos se tenham recolhido outros materiais cronologicamente coerentes, como cerâmicas comuns, fragmentos de verniz negro itálico e lucernas (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017).

Desde os primeiros trabalhos sobre os conjuntos de ânforas recolhidos no baixo-Tejo e depositados no Museu de Vila Franca, era clara a existência de dois núcleos distintos de materiais, distintos, quer no espaço, quer no tempo (Diogo, 1987-88, Quaresma, 2005). Uma primeira área, tendo em conta a informação dos seus achadores, nas imediações da atual Póvoa de Santa Iria, onde se têm recolhido exemplares completos de fabrico Lusitano de dois tipos distintos, as formas Dressel 14 e Lusitana 3. E uma segunda área, procedente de dois locais não localizados de forma satisfatória, nas proximidades de Alhandra e Alcochete (Quaresma, 2005, Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017). Aqui,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

as ânforas enquadram-se cronologicamente no período romano republicano, séculos II-I a.C., encontrando-se particularmente bem documentadas as ânforas vinárias itálicas dos tipos Greco-itálica e Dressel 1, mas igualmente uma ânfora do Tipo 7.4.3.3. (Mañá C2B), uma Dressel 7/11 e diversas ânforas Ovoides do Guadalquivir, nomeadamente a forma Ovoide 1 e Ovoide 4 (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017), ver anexo 4, Estampa 176 e 177.

A par do numeroso conjunto de ânforas, destaca-se devido à sua raridade a presença entre o acervo de Vila Franca de Xira com esta proveniência de duas lucernas itálicas de cronologia romano republicana, ver anexo 4, Estampa 177, n.º 1825 e 1826. Trata-se de um fragmento bem preservado do tipo Dressel 2, e de um reservatório de lucerna do Tipo H de Ricci (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017, fig. 9 n.º 17 e 18). Existem ainda no acervo alguns fragmentos de verniz negro itálico da colónia Latina de Cales, das formas Lamb. 1 e 2, a par de imitações dos mesmos modelos em cerâmica cinzenta. As cerâmicas comuns são numerosas e carecem de estudo, porém encontram-se já publicados os conjuntos de almofarizes importados, quer itálicos quer do vale do Guadalquivir (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017, fig. 9 n.º 21 e fig. 12).

Transparece destas evidências a riqueza em informação que jaz no leito do Tejo. Que tipo de contextos estarão a ser afetados e perturbados por esta pesca de arrasto? Serão apenas materiais resultantes de descartes dos navios e que assim sendo atestam a ampla circulação naval em época romana? Serão dados provenientes de zonas de fundeadouro, onde as embarcações permaneciam a aguardar mudanças na maré? Ou podemos estar perante zonas de naufrágios? Tendo em conta a coerência cronológica de alguns exemplares, esta hipótese é assaz apelativa, ainda que tenhamos que reconhecer careça de provas mais contundentes.

OUTROS SÍTIOS

Por último, ainda relativo, ao povoamento em torno de Monte dos Castelinhos existem algumas referências que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que pistas para futuras leituras. É o caso de alguns dados provenientes das escavações no núcleo antigo da Vila de Arruda dos Vinhos. Uma escavação de cariz preventivo realizada entre março e junho de 2012 no adro da Igreja matriz, revelou a par de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vestígios de uma necrópole medieval moderna uma ocupação anterior que permite recuar a ocupação deste ponto fulcral do vale do rio Grande da Pipa à Idade do Ferro (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017). Pouco ainda sabemos sobre os materiais aí recolhidos, apenas é referido: “Das camadas mais profundas em contacto com o substrato geológico ou em estratos de revolvimento provem fragmentos de cerâmicas de feitura manual e cinzentas finas de bordos de secção em voluta características de uma população indígena do final da 2.^a Idade do Ferro.” (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017, p. 1112). Aparentemente os contactos deste povoado com o mundo itálico são precoces, encontrando-se atestada pela presença de cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B e ânforas vinárias itálicas. O sítio evidencia uma ampla diacronia, continuando a ser ocupado ao longo do período romano, tendo essas evidências vindo a ser interpretadas como sendo de uma *Villa* (Lopes e Cardoso, 2019, p. 39).

Outro sítio interessante é a estação da Capela de Nossa Senhora dos Montes, Arruda dos Vinhos (CNS – 35432). O morro onde se ergue este arqueossítio corresponde a um cone basáltico que flanqueia uma ampla curva do rio Grande da Pipa, dominando a transitabilidade do vale. Pouco se sabe sobre esta estação, além dos dados de superfície aí recolhidos e que remetem para uma cronologia dos momentos finais da Idade do Ferro (Cardoso e Gonzalez, 2008, p. 127 e 128). Os vestígios reportam-se apenas a fragmentos de grandes contentores de armazenamento do tipo talha, similares aos identificados em Monte dos Castelinhos (Lopes, 2017, p. 199, fig. 77), porém, a presença de um fragmento de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1 leva-nos a ponderar uma ocupação romano republicana.

A última das estações é o Moinho do Custódio, Arruda dos Vinhos/Arranhó (CNS – 35431), conhecida essencialmente pelas suas ocupações pré-históricas calcolíticas (Sousa e Lopes, 2017). O sítio evidencia igualmente uma ocupação datada dos últimos momentos da Idade do Ferro, idêntica à acima descrita para o monte da Capela de Nossa Senhora dos Montes (Cardoso e Gonzalez, 2008, p. 129). Os recentes trabalhos de prospeção aí realizados, no contexto da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, revelaram a presença de cerâmica de paredes finas, cerâmica comum e fragmentos de ânforas que remetem para uma ocupação romano republicana (Lopes, 2017, p. 190-193). Localizado num esporão entre os rios dos Matos e o rio Pequeno, domina uma das

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

portelas de acesso natural ao vale de Bucelas, tendo assim um papel relevante na circulação de pessoas e bens nas dinâmicas internas da Península de Lisboa. O sítio foi alvo de escavações recentes que certamente permitiram clarificar o seu faseamento.

3. OLISIPO E A FOZ DO TEJO

O grande povoado da foz do Tejo, teve um papel determinante nas dinâmicas de conquista e implantação romana no extremo ocidente peninsular. Através de Estrabão (III, 3.1), sabemos que, em 138 a.C., o novo governador da província romana da *Ulterior*, o procônsul *Décimo Júnio Bruto*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao Noroeste peninsular, tendo usado *Olisipo*, junto à foz, como cidade de retaguarda, controlando a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos.

Como é que os primórdios da presença de Roma em *Olisipo* se fez sentir no seu território e em particular no seu entorno imediato? É sem dúvida uma questão relevante para entendermos o processo da implantação do mundo rural no *agri olisiponense* e da sua transição a partir do mundo indígena. Na análise possível, do povoamento regional, parece uma constante a implantação dos sítios rurais romanos de exploração agropecuária precisamente sobre, ou na imediação de locais onde existia ocupação pré-romana, sendo que essa ocupação é assaz antiga, começando a estruturar-se ainda em meados do século I a.C. As evidências que como veremos, suportam estas leituras são a persistente frequência de cerâmicas importadas de verniz negro e de ânforas de vinho itálico nos inventários dos sítios, ainda que estes sejam muitas vezes resultante de recolhas de superfície ou de deposições secundárias (Cardoso, 2002).

OLISIPO - LISBOA

O extenso povoado portuário de *Olisipo*, mencionado em diversas fontes clássicas, é desde cedo interpretado como estando na origem da atual cidade de Lisboa. Realmente, nunca se dissipou a noção da antiguidade do casco histórico e da sua sobreposição à urbe romana.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A génese do povoado indígena situa-se na colina do Castelo de São Jorge. Possui uma disposição topográfica ímpar que lhe outorga condições de defesa excepcionais, com vertentes escarpadas, que seriam facilmente defendidas. O amplo controlo visual da entrada da barra do Tejo e do estuário, assim como da margem Sul e de boa parte dos vales que a circundam a Norte, permite o domínio estratégico da foz do Tejo e o controlo do acesso ao interior do território. As suas características de implantação e apetências naturais como área portuária tornaram este povoado um sítio de excepcional importância estratégica.

As recentes pesquisas arqueológicas que têm vindo a ser efetuadas no morro do Castelo de São Jorge, na colina e na área portuária têm permitido definir de uma forma clara, os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico (Pimenta, 2014; Pimenta *et al*, 2014; Mota, Pimenta e Silva, 2014; Silva, 2014, Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017). Em todas as leituras realizadas é incontornável a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou desde meados do século VIII a.C., mantendo fortes contactos com o Sul peninsular (Sousa, 2016a e 2016b). É, contudo, marcante, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita e maciça presença em meados do século II a.C. das primeiras importações itálicas. Estas evidências estão omnipresentes e levam a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe (Pimenta, 2019 e 2020).

O estudo dos contextos exumados, em diversos pontos da cidade, mas em particular na área do Castelo de São Jorge, permitiu definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permite aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a coerência das cerâmicas finas provenientes de distintos pontos do Mediterrâneo identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007, 2014).

Recompilando os dados das distintas intervenções arqueológicas, importa reter nos atributos gerais das importações que circunscrevem esta fase e que permitem individualizá-la (ver anexo 4, Estampa 178 e 179). Sublinhe-se que não existia qualquer

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

tradição de comércio com a Península Itálica antes deste momento, sendo este ponto muito claro nas sequências estratigráficas analisadas. A nível das cerâmicas finas, assiste-se à massiva chegada de cerâmicas de verniz negro de produção da Península Itálica. Entre estas, existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles, encontrando-se igualmente representada cerâmica Campaniense B da colónia Latina de Cales e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8a (Estampa 179, n.º 1846 a 1853). A par destas, encontram-se bem representados os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet, os unguentários cerâmicos, assim como lucernas de tradição helenística (Pimenta, Ribera I Lacomba, Soria, 2018) (Estampa 179, n.º 1840 a 1844). A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente do papel do porto de *Olisipo* enquanto plataforma distribuidora a nível regional, assim como no contexto mais alargado do vale do Tejo (Pimenta, 2005; Filipe, 2019). Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1 (Estampa 178, n.º 1827 a 1834). Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática da Península Itálica, dos tipos Greco-Itálicas tardias e do tipo Brindisi. Paralelamente aos produtos itálicos, assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do Sul peninsular, em particular a Baía gaditana e a área Líbio Tunisina. Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995) (Estampa 178, n.º 1836 a 1838). Estão também presentes imitações dos modelos itálicos, mas reproduzidos na área da baía gaditana (Estampa 178, n.º 1839). A importação de azeite da área Líbio Tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas “Africanas antigas” (Estampa 178, n.º 1835). Assim como, ânforas do Mediterrâneo oriental, nomeadamente ânforas do tipo Dressel 4 de Cos (Filipe, 2019).

A cerâmica Ibérica encontra-se documentada nestes níveis. As formas mais representadas são os *kalathoi*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado (Estampa 178, n.º 1855 a 1857). Entre a cerâmica comum, ainda que dominem as cerâmicas do mundo indígena local (Estampa 178, n.º 1854, 1858, 1859, e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

1865 a 1872), encontram-se presentes cerâmicas produzidas na Península Itálica com as típicas pastas campanienses (Estampa 178, n.º 1860 a 1864). Entre estas, destaca-se as formas de cerâmica comum Itálica: *Patina* Lt 6 C e E e a *Couvercle* 7 A e os almofarizes (Pimenta, 2014).

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território atualmente português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica, desencadeada em 138 a.C. pelo procônsul *Décimo Júnio Bruto*. Do ponto de vista de enquadramento histórico, os contextos olisiponenses permitem situar cronologicamente um momento concreto, que encontra paralelos em tudo idênticos nos níveis de fundação de *Valentia* (Valência), cidade fundada segundo Tito Lívio durante o consulado de Décimo Júnio Bruto em 138 a.C. Tendo em conta os naufrágios do mediterrâneo, estaríamos perante associações de materiais similares aos dos navios Giannutri e Pedrosa, datado o primeiro entre 150-140 a.C. e o segundo entre 140-130 a.C. (Ribera I Lacomba, 2009). Esta fase da vida da cidade e que atesta de forma eloquente a chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo situa-se assim, a nível de cronologia, a meio caminho entre os níveis de destruição da cidade de *Karthago* em 146 a.C. e os acampamentos militares do cerco da cidade CeltIbérica de *Numancia* em 133 a.C. (Ribera I Lacomba, 1998).

Os dados relativos ao urbanismo da cidade nesta fase são relativamente escassos, mantendo-se muitas questões em aberto. Contudo, parece-nos oportuno sublinhar algumas linhas gerais e perspectivas de investigação. Numa ótica de leitura de continuidades ou descontinuidades com o povoado indígena, os dados disponíveis permitem afirmar termos uma rutura clara. Entenda-se, não se assiste à reutilização de estruturas pré-existentes de cronologia pré-romana, mas sim à construção de novas, assistindo-se nestas a distintas orientações do modelo urbano e a técnicas de construção inovadoras e desconhecidas no ocidente à data. Este novo desenho urbano, associado a todo um pacote artefactual de procedência exógena, permite-nos afirmar que a chegada dos exércitos itálicos teve um profundo impacto no povoado pré-existente. Os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos, sendo plausível supor que esta área privilegiada, onde deveriam residir as elites do povoado, assiste nesta fase à implantação de um novo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

desenho urbano que apaga as pré-existências. Poderá esta leitura corresponder à instalação de um contingente militar dentro da cidade indígena de *Olisipo*, como forma de controlo da urbe e do seu porto? Julgamos que sim, ainda que tenhamos presente a carência de materiais relacionados diretamente com o exército, entenda-se armamento e *militaria*.

Um dos edifícios melhor conhecidos corresponde ao detetado no Beco do Forno do Castelo n.º 16 – 20. Aí, as evidências estruturais, correspondem a um amplo compartimento de planta retangular, o qual denota um pavimento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum*. Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico noutras áreas peninsulares, no extremo ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro Itálica (Pimenta *et al.*, 2014). A interpretação do edifício é difícil devido ao facto de se tratar de um compartimento isolado. A escavação da área envolvente não revelou qualquer outra estrutura associada desta época, o que poderá significar que o desenvolvimento de uma edificação mais complexa poderia existir a uma cota altimétrica mais elevada e que foi subtraída por ações humanas mais recentes. Não obstante, pelas suas características, poderá ter tido uma função hidráulica, enquanto equipamento termal ou de captação e reserva de água. Em relação à cronologia de construção deste edifício, os dados de momento são escassos. Resulta mais claro a sua fase de abandono, bem balizada por um extenso nível de lixeira com importações do terceiro quartel do século II a.C. Tudo leva a crer que este edifício foi desativado precocemente e deliberadamente entulhado (Pimenta, Mota e Baptista, 2021).

Nas escavações do Museu do Teatro Romano, foi possível detetar a presença de vestígios estruturais correspondendo a um edifício de época republicana que ficou preservado sob os aterros para a construção deste monumento. Corresponde a um compartimento de planta retangular, com paredes de pedra seca e que usa o próprio substrato geológico calcário para a sua implantação, tendo este sido escavado para o efeito. Associado ao seu abandono, detetou-se um interessante contexto de finais do século II inícios do século I a.C. Neste nível, recolheu-se um elemento de pavimento romboidal, que atesta a existência de pavimentos em *opus figlinus*. Trata-se de um pavimento tipicamente itálico, que encontra bons paralelos no edifício republicano de Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2020). Junto à área portuária, alguns elementos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dispersos, tais como a escavação do Claustro da Sé de Lisboa; Pátio da Senhora de Murça; Rua de São João da Praça; Armazéns Sommer ou a Casa dos Bicos, revelaram alguns contextos que podemos associar a esta fase. Do ponto de vista da análise do seu urbanismo, detetamos pequenos troços de paredes de pedra seca de edifícios de planta quadrangular. A dimensão das áreas intervencionadas e a sua sobreposição com estruturas posteriores não permite grandes interpretações das suas funcionalidades. Importa reter, porém, que se encontram associados a remodelações ou abandonos com cronologias centradas no século II a.C. ainda que se mantendo ativos, como no caso do compartimento da Rua de São João da Praça e no Pátio da Senhora de Murça, no século I a.C. (Pimenta, Calado e Leitão, 2005 e 2013, Filipe, 2019).

Se, a nível da organização do urbanismo da cidade republicana, começamos a vislumbrar a existência de um novo desenho de matriz itálica que se estende pela encosta até às margens do rio Tejo, em relação ao sistema defensivo pouco sabemos, ou melhor pouco sabíamos, sendo mais uma vez a prova que o conhecimento científico é cumulativo e que se encontra num contínuo devir. Recentemente, a apresentação pública de novos e de antigos dados, que perduraram durante décadas inéditos, vieram trazer a público a existência de uma ampla estrutura negativa, de perfil em V, de cronologia republicana, identificada em três escavações distintas no lado oriental da antiga cidade pré-romana, permitindo assim supor a sua interpretação como um fosso defensivo e por inerência supor a existência de uma muralha associada. É o caso das escavações na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Silva, 2014); na Rua Norberto de Araújo (Carvalhinhos; Mota e Miranda, 2017) e ainda que inédita, igualmente na ampla escavação do pátio da Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, no já distante ano de 1997. Ainda que não se encontre comprovada a sua cronologia, não posso deixar de trazer aqui à colação alguns dados dos trabalhos da Praça Nova do Castelo de São Jorge. As escavações aí realizadas nos anos noventa do século passado, revelaram que o amplo troço da muralha medieval que circunda esse canto da alcáçova não assenta, como seria norma, no geológico. Antes pelo contrário, assenta numa estrutura pré-existente que se caracteriza por uma ampla largura, que não foi possível definir com exatidão, mas que teria mais de três metros, e que era composta por blocos calcários não aparelhados ligados por argila. Igualmente na campanha de escavações dos Armazéns Sommer, verificou-se a existência sob a muralha dita

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fundacional, que podemos datar de época tiberiana, de um forte enrocamento composto por grandes blocos calcários, sobre o qual assentava o *opus caementicium* (Gaspar e Gomes, 2007). É tentador ver nestas evidências a materialização da fortificação de *Olisipo* referida por Estrabão por parte do procônsul Décimo Júnio Bruto. A confirmar-se a construção de uma obra desta envergadura, outorgaria uma prova da relevância que *Olisipo* e o seu porto gozariam para a estratégia de Roma no extremo ocidente peninsular.

Não é igualmente de excluir, antes pelo contrário, que a passagem estraboniana aludisse igualmente, a par da construção ou reconstrução das eventuais muralhas, à presença física de um dispositivo militar, instalado no próprio povoado. Esse contingente asseguraria a função logística do abastecimento, coordenando a partir do porto da foz do Tejo a entrada dos víveres para alimentar as legiões em campanha.

A informação disponível para a cidade durante o século I a.C. é de momento menos expressiva, pelo menos em comparação com a exuberância dos contextos conhecidos para o século II a.C. Contudo, os elementos disponíveis permitem-nos sublinhar a importância que o porto de *Olisipo* terá conhecido durante este período instável, transparecendo o seu papel como polo distribuidor de bens e produtos para o seu vasto e diversificado território (Dias, 2013, 2016, Filipe, 2015, 2019). Os dados arqueológicos com que podemos lidar atestam a pujança económica das importações que continuam a chegar de diversas partes do mediterrâneo ao longo do século I a.C. O volume de dados permite-nos verificar a alteração da dinâmica económica e produtiva peninsular, assistindo-se ao nível da importação de produtos alimentares transportados em ânforas à substituição dos contentores destinados ao vinho e azeite, omnipresentes nos contextos do século II e primeira metade do I a.C., pelos produtos do Sul peninsular, em especial do vale do Guadalquivir e da baía de Cádiz, a partir da década de 60/50 a.C. Em termos económicos, podemos interpretar esta evidência que começa a vislumbrar-se de uma forma clara no ocidente como o princípio do “vizinho mais próximo”, isto é, da valorização da proximidade geográfica no abastecimento (Fabião, 2000).

Em relação à dinâmica urbanística da cidade, os recentes avanços da investigação permitem afirmar que é durante o século I a.C. que parece ter-se gizado o primeiro desenho urbano da cidade em moldes itálicos. Ainda que a monumentalização da cidade

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

decorrente da sua elevação a capital de *Civitas*, em época Augustana, tenha obliterado muita informação, algumas sondagens recentes deixam vislumbrar que podemos ter em *Olisipo* um urbanismo tipicamente romano em época tardo-republicana. Os elementos mais contundentes são os dados das escavações do Claustro da Sé de Lisboa, onde foi possível verificar que a rua aí identificada e que na sua última fase era dotada de um pavimento lajeado foi criada em meados do século I a.C., sendo então apenas provida de um piso de terra batida e de seixos (Pimenta, 2007). Esta evidência revela que tendo em conta a relevância estratégica, militar e comercial deste entreposto marítimo-fluvial, o seu desenho urbano remonta a uma fase precoce, tendo este pelo menos se pautado por um novo delinear de artérias e consequentemente dos edifícios limítrofes. A par dos dados na Sé, recentes dados provenientes de escavações na frente ribeirinha da cidade romana, dos quais ainda dispomos de escassa informação, permitem vislumbrar a relevância destes contextos para o estudo da urbe nesta fase precoce do período cesariano (Pinheiro; Santos e Rebelo, 2017).

O mundo funerário desta fase encontra-se identificado com uma área de necrópole, na zona da baixa pombalina, no núcleo arqueológico da rua dos Correeiros e mais a Norte numa outra intervenção na mesma rua. Trata-se de um espaço que teria sido utilizado durante cerca de um século entre 50 a.C. e 50 d.C. e onde se encontra atestada a prática de inumação e incineração com deposição em urna (Arruda, Bugalhão e Sousa, 2013). A localização desta área de necrópole é reveladora dos limites da cidade antiga, definindo assim a zona do *pomerium*, ou seja, dos limites físicos e sagrados da cidade.

FUNDEADOURO DA PRAÇA D. LUÍS I e NOVA SEDE DA EDP

Nas imediações do núcleo central do povoado de *Olisipo*, recentes trabalhos de arqueologia preventiva têm revelado contextos de interface entre o mundo aquático e as áreas portuárias que têm vindo a ser definidos como contextos de fundeadouro (Parreira e Macedo, 2013), reveladores das amplas dinâmicas portuárias do porto de Lisboa ao longo da sua diacronia, tem proporcionado alguns dados interessantes sobre o período romano republicano. De facto, tanto na intervenção da Praça D. Luís I (Parreira e Macedo, 2013 e 2016), como na extensa escavação da nova sede da EDP (Quaresma *et al.*, 2017) detetaram-se ânforas romanas que se reportam a esta fase inicial da entrada de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Olisipo na esfera do mundo romano, sendo reveladores do papel que o porto da foz do Tejo assume como placa distribuidora de produtos alimentares.

BAIRRO DE DONA ESTEFÂNIA (CNS – 6205)

Infortunadamente, por razões que se prendem com o crescimento da cidade de Lisboa, muitos dos sítios que sem dúvida existiriam nos férteis vales que rodeavam o grande povoado da colina do castelo foram obliterados do nosso conhecimento. Um exemplo dessas implantações é o sítio da Estefânia, do qual apenas temos conhecimento pela recolha por Leite de Vasconcellos de um denário de Bolskan datado de 80/72 a.C. e de um As de Arse-Saguntum, de meados do século II-I a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 66). Poucos são as informações sobre este sítio e se algo ainda existirá preservado nesta zona. De acordo com Leite de Vasconcellos, estes numismas terão sido recolhidos num quintal do bairro da Estefânia encontrando-se hoje depositadas no Museu Nacional de Arqueologia (Tab. 125/20-22). Não existem mais dados, apenas a referência de que o denário terá aparecido com outras moedas em 1892 e a outra moeda em 1893 (Vasconcellos, 1910, p. 285). Infelizmente o Professor da Faculdade de Letras e Director do Museu de Belém não especifica a localização precisa da ocorrência.

Ao analisarmos os dados com mais detalhe constata-se que o bairro da Estefânia, encontrava-se em fase de crescimento e urbanização na última década do século XIX, talvez daí resulte precisamente a imprecisão da descrição. Toda esta zona da cidade foi alvo de um amplo processo de mutação, extremamente condicionado pelas características da malha histórica, com a particularidade de a mesma assentar num geomorfismo moldado por vales cavados em encostas tortuosas, que conduziram a alguns projetos de urbanismo arrojados (Ribeiro, 2000). Tal foi o caso da urbanização da antiga Quinta dos Castelinhos situado nesta zona que vem a ser transformada com o crescimento urbano. Não deixa de ser interessante esta referência toponímica, que talvez seja reminiscência de algum antigo estabelecimento humano tirando partido das condições naturais de topografia, hoje em dia de difícil percepção, mas que certamente controlariam o vale do antigo regueirão dos Anjos, via natural de penetração para o interior.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Dentro da área urbana atual de Lisboa, mas correspondendo a espaços ocupados nas imediações do antigo povoado de *Olisipo*, foram recentemente identificadas diversas ocupações antigas que remontam ao período romano republicano, em diferentes pontos da área ocidental da cidade, ainda que infelizmente, apenas se possa ter presente a existência de materiais e não seja possível abordar questões de interpretação da funcionalidade dos sítios ou das suas arquiteturas.

CEMITÉRIO DOS PRAZERES (CNS – ?)

O sítio do cemitério dos Prazeres onde em recolhas de superfície foram coligidos materiais que apontam para um início da ocupação nos séculos II-I a.C. (Silva, 2018a). Os dados sobre estas ocupações mais recuadas são escassos: um fragmento de cerâmica de verniz negro itálico, interpretado como de produção de Campaniense B Etrusca (Silva, 2018a, p. 186), a par de ânforas vinárias itálicas possivelmente do tipo Dressel 1 (Silva, 2018, p. 188) e de alguns elementos de cerâmica comum de tradição pré-romana. Apesar de poucos, os dados são relevantes e indicativos da existência de um núcleo populacional, que certamente tiraria partido da sua posição de domínio do vale de Alcântara e da sua área de ancoradouro natural.

TRAVESSA DAS DORES (CNS – 33797)

O sítio arqueológico da Travessa das Dore, na Freguesia da Ajuda, recentemente identificado veio aduzir novas informações sobre a ocupação antiga desta área da actual cidade. As escavações de emergência aqui realizadas vieram revelar um grande povoado pré-histórico do Neolítico e Calcolítico, assim como outras ocupações posteriores da Idade do Bronze, Idade do Ferro e período romano (Neto, Rebelo e Cardoso, 2017). Os dados relativos às ocupações da Idade do Ferro revelaram a presença de uma estrutura de combustão de planta subcircular, tendo os materiais a ela associada permitido sustentar uma cronologia de meados do século V a.C. (Cardoso, Neto e Rebelo, 2020). A informação que dispomos sobre a ocupação romana republicana, circunscreve-se à referência da presença, em contextos de deposição secundária, de materiais de época romana republicana (Neto, Rebelo e Cardoso, 2017, p. 27). Contudo, a sua presença é significativa. Estaremos assim, perante um povoado indígena de meia encosta, que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dominaria um amplo alcance visual sobre a foz do Tejo, alcançando os primeiros momentos de contacto com o mundo romano?

ALTO DA CASA BRANCA (CNS - 3340)

O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca, situado dentro da Tapada da Ajuda, foi descoberto em 1982 por Clementino Amaro, tendo então sido detetadas duas sepulturas de inumação de cronologia romana (Cardoso, Amaro e Batalha, 2017).

A recente revisão dos dados desta escavação revelou, a par da utilização do espaço enquanto necrópole, alguns elementos cerâmicos que sustentam uma presença anterior, de momentos finais da Idade do Ferro (Cardoso, Amaro e Batalha, 2017). Trata-se de um significativo conjunto cerâmico composto por ânforas pré-romanas de produção regional da área do estuário do Tejo, enquadradas dentro dos Tipos 5 e 6 (Sousa e Pimenta, 2014), que surgem a par de cerâmicas cinzentas finas polidas e cerâmicas comuns (Cardoso, Amaro e Batalha, 2017, fig. 2). Tendo em conta as ânforas atribui-se uma cronologia tardia para esta ocupação, centrada entre o século III-II a.C.

Tivemos oportunidade de visitar o sítio com Rodrigo Banha da Silva e constatar que estes materiais recolhidos na área da necrópole devem corresponder a um núcleo de povoamento situado a uma cota superior dentro dos terrenos da Tapada da Ajuda, numa zona muito alterada pelas pedreiras aí existentes. Todavia, recolheram-se à superfície do terreno elementos que permitem sustentar uma relevante ocupação romana republicana que bem merecia ser indagada. Destaca-se os fragmentos de parede de ânforas vinárias itálicas, tendo-se recolhido uma asa de Dressel 1, surgindo a par de fragmentos de ânforas do vale do Guadalquivir, tendo-se identificado um bocal de Ovoide 1 e um fragmento de parede de cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B.

As profundas alterações que o terreno sofreu devido às pedreiras aí existentes não permitem compreender quer a dimensão quer a topografia do povoado. Contudo, sobressai a sua ampla visibilidade sobre o vale da Ribeira de Alcântara e rio Tejo.

CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM (CNS – 18071)

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A escavação realizada no antigo edifício da Casa do Governador da Torre de Belém inseriu-se no âmbito da minimização de impactes resultantes da adaptação deste espaço para a construção de um hotel (Filipe, 2011), sendo que, sem dúvida, a descoberta de maior relevo patrimonial e científico desta intervenção foi a insuspeitada presença de uma unidade de produção de preparados piscícolas romana de grande dimensão. Para o presente trabalho são assaz relevantes os escassos indícios recolhidos de uma ocupação mais recuada (Filipe e Fabião, 2010).

De facto, ainda que não seja clara qual a sua expressão, recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos em contexto de deposição secundária que permitem recuar a ocupação nesta zona de praia em Belém ao período romano republicano. Os elementos publicados incluem uma asa de Dressel 1 Itálica (Filipe, 2011, p. 79), um fragmento de parede de cerâmica campaniense B (Filipe, 2011, p. 87 e p. 151 – Est. XIV) e dois fundos de paredes finas classificados como de produção bética da forma Mayet VIII (Filipe, 2011, p. 87 e p. 151 – Est. XIV). Face a esses elementos, pode-se balizar com alguma segurança esse início da ocupação romana em meados do século I a.C., possivelmente na segunda metade, sendo que essa presença anterior à edificação da fábrica de preparados piscícolas encontra-se atestada igualmente para o século I d.C. por um conjunto coerente de materiais cerâmicos, tais como *Terra Sigillata* de tipo Itálico, ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 2-4.

Penso que é interessante reforçar que a relevância e perenidade desta ocupação romana em Belém são assinaláveis mantendo-se até pelo menos à antiguidade tardia (Fabião, 2009). Existiria aqui um povoado portuário que tiraria partido das reconhecidas e nunca por de mais reforçadas condições portuárias da baía de Belém?

MOINHO DO CASTELINHO (CNS - 1589)

O sítio arqueológico de Moinho do Castelinho situa-se na Freguesia da Falagueira – Venda Nova, Concelho da Amadora, implantando-se no sopé de uma pequena elevação onde se erguia o moinho de vento epónimo. Foi detetado na década de sessenta do século passado, contudo apenas em 2009 se constatou da existência de contextos preservados (Miranda *et al.*, 2009). As escavações iniciaram-se em 2011 e decorreram até ao ano de 2019.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

As diversas campanhas de escavação permitem distinguir duas fases de ocupação: a primeira, como núcleo de povoamento em época romana republicana e alto-imperial, entre inícios do século I a.C. e finais do I d.C. e a segunda na antiguidade tardia, enquanto necrópole, entre os meados do século III d.C. e o V d.C. (Encarnação e Dias, 2018).

Os contextos de ocupação romano republicana encontram-se atestados em três dos seis setores e apresentam perturbações decorrentes da utilização contemporânea do espaço como área fabril (Encarnação e Dias, 2018). No setor VI, foram recuperadas as maiores evidências estruturais, tendo-se identificado parte de um edifício de planta retangular, composto por dois compartimentos (Almeida, Dias e Encarnação, 2019). As técnicas de construção são assaz similares às que descrevemos de Monte dos Castelinhos, com o uso de pedra sem qualquer argamassa de ligação. Destaca-se a presença nos níveis de derrube de materiais de construção cerâmicos, atestando a presença de *tegulae* e *imbrices* como solução ao nível de cobertura, se não totalmente pelo menos de forma parcial (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 92).

Os materiais arqueológicos são significativos (Cravinho, Encarnação e Dias, 2017; Encarnação e Dias, 2018, Almeida, Dias e Encarnação, 2019), compostos por verniz negro itálico, dominando as produções da colónia Latina de Cales, das formas Lamboglia 1 e 5/7, mas encontrando-se igualmente presente alguns elementos de Campaniense A e B Etrusco. As cerâmicas de paredes finas estão atestadas por produções itálicas das formas Mayet I, II, III e VIII de Mayet. A importação de produtos alimentares em ânforas atesta uma significativa capacidade aquisitiva, quer de vinho itálico nas formas Greco-itálicas e Dressel 1, quer de preparados piscícolas da costa Sudoeste da *Ulterior*, especificamente da área da baía gaditana, sendo a ânfora do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) a forma melhor atestada. Os produtos do vale do Guadalquivir, encontram-se igualmente presentes, com referências à forma Ovoide 1 e Haltern 70. Conhecem-se ainda alguns elementos metálicos, nomeadamente um cabo de *simpulum*, uma fíbula do tipo Alésia e um punção em liga de cobre (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 95). Ainda que fora do seu contexto primário, recolheu-se uma interessante peça glíptica em pasta vítrea com a figura de um caprídeo gravada, com cronologia que se enquadra no século I a.C. (Cravinho, Encarnação e Dias, 2017). Os dados do estudo das faunas, revelam um predomínio dos ovino-caprinos, tendo-se

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

identificado cabra, porco, gado bovino e coelho (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 96). Destaca-se, quando comparado com os dados das faunas de Monte dos Castelinhos, a ausência de cervídeos.

O Moinho do Castelinho tem vindo a ser identificado como um “pequeno estabelecimento rural romano-republicano”, com cronologia centrada entre a segunda metade e o final do século I a.C. (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 101). Porém, parece-me contida esta interpretação. Do ponto de vista da cronologia, tendo em conta as importações, quer de cerâmicas finas quer de ânforas, existem alguns elementos que permitem de forma consistente recuar esta ocupação a momentos finais do século II a.C. Em relação à interpretação, de facto os dados são ainda lacunares e, tendo em conta as destruições que o sítio sofreu ao longo dos anos, difíceis de ultrapassar. Porém, parece-me que devemos ter em conta, que apesar de ser conhecido uma ampla rede de povoamento pré-romano no território do atual concelho da Amadora, com cronologias centradas na segunda metade do primeiro milénio a.C. (Sousa, 2013), estes sítios foram descontinuados, não sendo clara qual a data do seu abandono, se ainda durante a Idade do Ferro se decorrente do próprio processo de conquista e consolidação do poder de Roma na foz do Tejo. É assim que a meu ver deve ser olhada e valorizada a fundação, aparentemente de raiz, do sítio de Moinho do Castelinho. Estaremos perante uma nova forma de assentamento rural ou perante um local de controle do território e de uma via natural de penetração que surge em rutura com as dinâmicas de povoamento que o antecede?

LEIÃO (CNS - 13578)

A acuidade arqueológica do sítio de Leião, Freguesia de Porto Salvo, Concelho de Oeiras, foi descoberta em 1975, na sequência de trabalhos agrícolas (Cardoso e Cardoso, 1993). As escavações aí realizadas em 2008 decorrem de um projeto de empreendimento urbanístico. O sítio implanta-se num terreno de ondulações suaves, com ligeiro pendente para poente, na margem esquerda da ribeira de Porto Salvo (Cardoso *et al.*, 2010/2011b).

Entre os principais resultados, destaca-se a descoberta de um edifício retangular, compartimentado em quadro dependências (Anexo 1, figura 83). A estratigrafia identificada indica um curto período de ocupação, tendo o seu abandono decorrido de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

um incêndio que terá destruído totalmente este núcleo habitacional. Com base no criterioso estudo dos materiais cerâmicos, metálicos e conjunto numismático, o edifício terá sido construído no principado de Augusto, tendo permanecido ocupado até ao reinado de Cláudio (Cardoso *et al.*, 2010/2011b, p. 143).

O sítio parece ter sido antecedido de uma ocupação romano republicana, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (Cardoso, Cardoso, 2005). Destaca-se a presença de um fragmento de fundo de verniz negro itálico Caleno, da forma Lamboglia 1 (Cardoso *et al.*, 2010/2011b, p. 125), algumas cerâmicas de paredes finas itálicas da forma II e III de Mayet (Cardoso *et al.*, 2010/2011b, p. 128) e um expressivo conjunto de cerâmica comum (Cardoso *et al.*, 2010/2011b, p. 131-135). Um elemento invulgar é a raridade neste estabelecimento de ânforas. Apenas dois elementos foram coligidos, um bocal proveniente do vale do Guadalquivir interpretado como da forma Oberaden 83 e outro interpretado como uma ânfora pré-romana do tipo Mañá Pascual A4 (Cardoso *et al.*, 2010/2011b, p. 135). Porém, uma análise mais atenta leva-nos a interpretar este bordo de ânforas, como um modelo de produção regional do Tipo 7 da proposta tipológica para as ânforas pré-romanas do estuário do Tejo, com cronologias centradas entre o século III e o I a.C. (Sousa e Pimenta, 2014).

O conjunto metálico, apesar de datado já de época de Augusto, merece ainda uma breve menção, tendo em conta a sua raridade nos sítios em análise. Sobressaem dois elementos que remetem para o mundo militar: nomeadamente um pendente em forma de crescente em liga de cobre, associado a ornamentos equestres, com bons paralelos em Vindonissa (Unz e Deschler-erb, 1997, Tafel 47); uma ponteira de bainha de punhal em liga de cobre; assim como duas fíbulas do Tipo Aucissa (Cardoso *et al.*, 2010/2011b, fig. 33 e 34). Estes elementos podem ser um indicador de estarmos, perante a presença de um militar *Emerito*, que aqui se teria estabelecido. Recorde-se a presença da inscrição de Laveiras, igualmente no concelho de Oeiras, correspondendo ao monumento funerário do *aquilifer* da II Legião, Flávio Quadrado (Cardoso e Cardoso, 2005).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

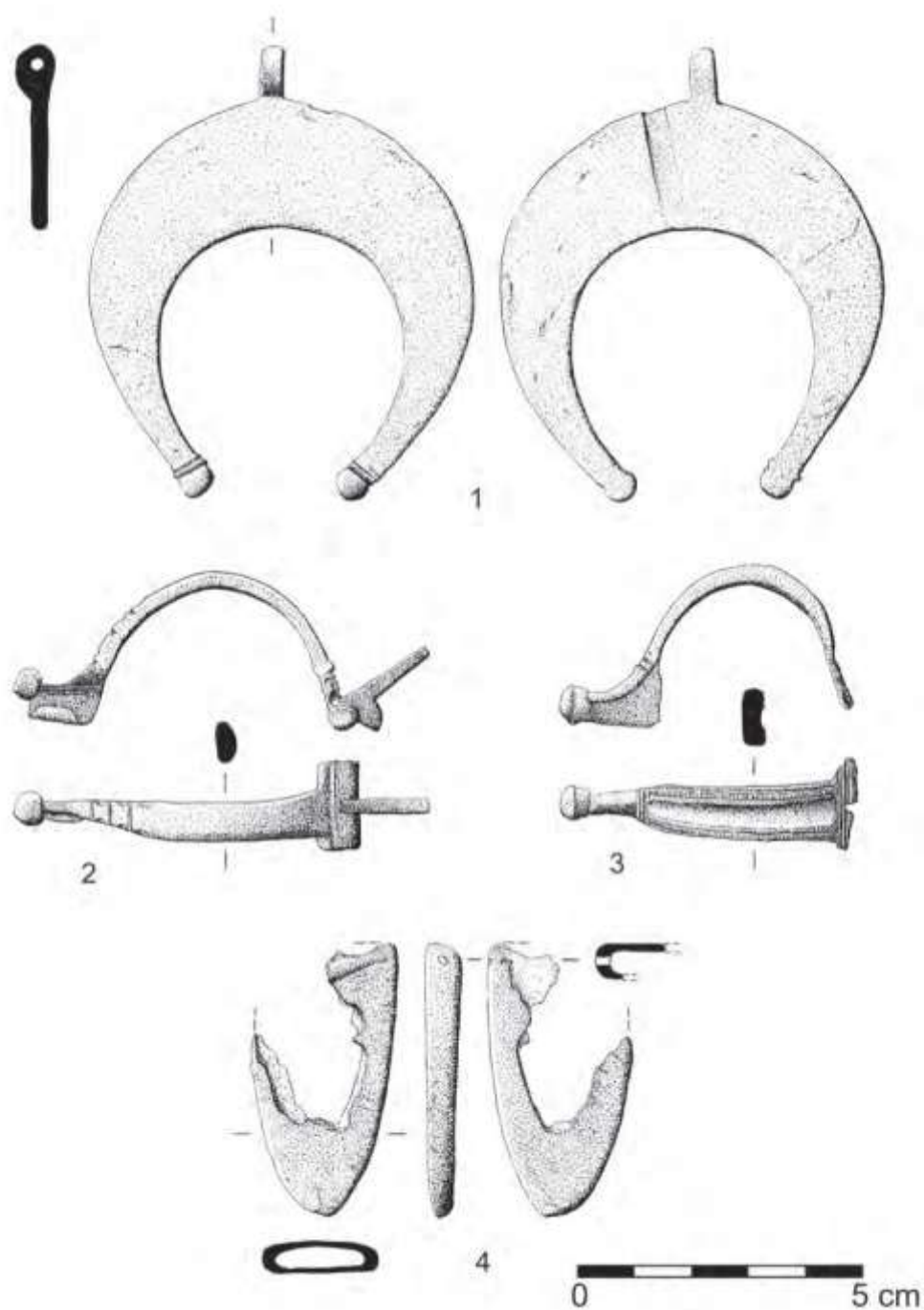


Figura 161 – Materiais metálicos de Leão, Oeiras, segundo Cardoso *et al.*, 2010/2011b, fig. 34).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Uma ocupação pré-romana, datada de meados do século VII-V a.C. foi igualmente detetada no decorrer dos trabalhos de escavação, a cerca de 160 metros, reforçando a relevância desta zona para a ocupação humana (Cardoso *et al.*, 2010/2011a). Não é, porém, claro se a mesma teria tido continuidade ou não até aos momentos finais da Idade do Ferro. Algumas peças em cerâmica cinzenta provenientes do denominado sítio de Leião, núcleo da Idade do Ferro (CNS – 28082), parecem remeter para momento mais recentes podendo ser imitações de cerâmica de verniz negro itálico em cerâmica cinzenta. É o caso da peça n.º 38 da Figura 15 e o da peça n.º 42 da figura 16 (Cardoso *et al.*, 2010/2011a).

VILLA ROMANA DE OEIRAS (CNS 217)

Implanta-se em encosta suave, voltada a poente, situada na margem esquerda da ribeira da Lage, em pleno centro histórico da Vila de Oeiras (Cardoso e Cardoso, 2005). A sua descoberta ocorre em 22 de janeiro de 1903, com a identificação de um pavimento de mosaico bem preservado, à profundidade de 1.40m, quando se procedia a obras no edifício n.º 32 a 38 da rua das Alcáças (Gomes, Cardoso e André, 1996, p. 372). O sítio é alvo de trabalhos de escavação arqueológica na década de noventa do século XX, tendo em conta o estudo e cuidada análise do mosaico romano aí existente (Gomes, Cardoso e André, 1996). Mais recentemente, as ocupações antigas deste núcleo de povoamento são alvo de nova intervenção em 2017/2018, na vizinha Rua Marquês de Pombal, n.º 3-7 (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018).

Os materiais recolhidos permitem remontar a ocupação desta área desde o Calcolítico, passando pela Idade do Bronze Final, época Romana até aos dias de hoje (Cardoso, 2011, Cardoso, 2016-2017). O estabelecimento romano parece ter sido fundado ainda no período romano republicano, como atestam alguns fragmentos de ânfora do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), a par de ânforas de tradição pré-romana (Cardoso e Cardoso, 2005, fig. 4; Cardoso e André, 2019).

Os dados estruturais e estratigráficos identificados na escavação da Rua Marquês de Pombal, n.º 3-7, sobre estas primeiras ocupações são particularmente interessantes (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018). Ainda que os resultados das fases mais recuadas não tenham sido ainda totalmente divulgados, foi definida uma primeira fase composta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

por muros de pedra seca retilíneos. Estas estruturas parecem corresponder a parte de uma habitação de planta sub-rectangular, com uma divisória interna (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018, fig. 3). Como é referido pelos autores, esta habitação encontra similitudes com o edifício de Leão, parecendo tal como este ser alvo de um precoce abandono, em meados do século I d.C. (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018, p. 474).

SÃO MARCOS – (CNS – 14828)

A estação arqueológica de São Marcos, Freguesia do Cacém, Concelho de Sintra, foi identificada em 1978, desenvolvendo-se numa encosta suave, formando uma área tendencialmente de esporão, com altitude média de 200 metros. Em 1979 iniciaram-se um conjunto de sondagens arqueológicas com o objetivo de detetar vestígios estruturais e estratigráficos conservados, sendo estas prosseguidas em 1984 e posteriormente em 2004 (Maia, 1980; Coelho, 2005).

Observaram-se então, construções que apontavam para várias fases de ocupação do sítio. A identificação de um fragmento de ânfora do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), e de um fragmento de *sigillata* foceense tardia estendia essa mesma presença desde o século II a.C. ao século VI/VII d.C. (Maia, M. 1978b e Maia, M., 1978c).

A longa diacronia de ocupação do sítio de São Marcos, traduzida pela grande diversidade tipológica e, sobretudo, cronológica dos materiais arqueológicos exumados, “revelou, em primeiro lugar, a existência de um povoado proto-histórico em pleno funcionamento, pelo menos, desde o século III a.C. Nos alvares do Império Romano deverão ter ocorrido alterações arquitectónicas e funcionais neste aglomerado populacional, tendo-se transformado muito possivelmente numa grande propriedade fundiária, dedicada à exploração agro-pecuária.” (Coelho, 2005, p. 336).

Apesar de os dados não serem numerosos, a presença de cerâmica de verniz negro itálico, imitações de campaniense em pasta cinzenta (Sousa, 1996), importação de produtos alimentares em ânforas, quer da Península itálica quer da costa Sudoeste da *Ulterior* do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Maia, 1978c, Pimenta, 1982-83) revelam a relevância deste povoado e da sua precoce romanização.

A posição de domínio assumido pelo povoado de São Marcos, com ampla visibilidade natural, a par da ligação através do vale da Ribeira dos Ossos/Ribeira de Barcarena que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

permitiam um importante e fácil acesso natural às margens do Rio Tejo, junto à atual praia de Caxias, fizeram com que este sítio assumisse posição relevante nas dinâmicas de povoamento regional.

COLARIDE (CNS – 12074)

A estação romana de Colaride, Freguesia de Agualva - Mira Sintra, Concelho de Sintra, ocupa uma área com dimensões significativas, desenvolvendo-se num esporão, com uma altitude média entre os 193 m e os 184 m. Controla a paisagem envolvente, com excelente visibilidade, nomeadamente a sul, para a Ribeira dos Ossos.

A notícia da descoberta desta estação data de 1898, aquando da publicação de uma breve notícia na *Gazeta de Sintra*, referindo a presença de diversas ossadas humanas. Na década de 70 do século passado, foram recolhidos alguns materiais à superfície nesta estação, como tijolos, *tegulae*, ímbrices, pesos de tear, fragmentos de ânforas e fragmentos de recipientes cerâmicos de cozinha e de armazenagem, bem como fragmentos de *terra sigillata* (Coelho, 2002). Face a estas duas ocorrências é presumível a existência de uma área de necrópole, assim como um espaço de habitat.

Em 1998, ao ser projetado para esta área, a implantação das condutas da Rede Primária de Gás Natural, houve a necessidade de se proceder a intervenções de emergência no local. Nas diversas sondagens realizadas, pela equipa do Museu de São Miguel de Odrinhas, dirigidas por Maria Catarina Coelho e José Cardim Ribeiro, ocorreram resultados muito desiguais. Destaca-se a descoberta na sondagem 23 de vestígios interpretados como correspondendo a uma pedreira romana e respetivo telheiro de apoio à exploração (Coelho, 2002, p. 289).

Este local revelou-se, de facto, um espaço de trabalho artesanal, claramente distinto do recinto habitacional. Por isso, levantou-se a hipótese da exploração da pedreira estar ligada à necessidade de matéria-prima para a construção dos edifícios do núcleo de habitat próximo. Através dos materiais arqueológicos exumados, pode-se apontar para uma exploração da pedreira entre os séculos I e III, época durante a qual se verificou o seu entulhamento (Coelho, 2008).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nos níveis de colmatção da área artesanal, assim como noutras das sondagens realizadas, recolheu-se um espólio cerâmico e metálico que remete para ocupações mais recuadas, são estas evidências que nos levam a sublinhar a relevância deste sítio neste contexto.

Na sondagem 21, foi recolhido no interior da fossa elíptica a única moeda registada no decorrer dos trabalhos arqueológicos (U.E. 12). Trata-se de um dupôndio de *C. Asinius Gallus*, datado entre 22 e 21 a.C. Na sondagem 17, destaca-se, segundo a autora, um *pilum* em ferro, de forma fusiforme com espigão de secção quadrada (Coelho, 2002, p. 288). Infelizmente, do mesmo não foi até ao momento apresentado qualquer desenho ou fotografia. No contexto de escombreira da pedreira foi recolhido um pequeno elemento em bronze decorado, que pertenceria a um objecto de adorno pessoal. Apesar do seu estado fragmentário é possível a sua classificação como uma fíbula tipo “charneira e arco triangular” precedendo as fíbulas “tipo Aucissa” (Coelho, 2002, p. 305, Est. 2, n.º 6). O pequeno conjunto de ânforas aqui recolhido é significativo: identificou-se um exemplar de uma ânfora vinária itálica do Tipo Dressel 1, cuja morfologia de bordo nos remete para os exemplares do século II a.C. de transição com os modelos greco-italicos (Coelho, 2002, p. 311, Est. 2, n.º 2); um pequeno fragmento de bordo de uma ânfora importada do vale do Guadalquivir do Tipo Haltern 70 de morfologia antiga (Coelho, 2002, p. 311, Est. 2, n.º 1); um bocal de ânfora Dressel 7/11 e um fundo oco de morfologia ovoide, ambos de produção da bética costeira (Coelho, 2002, p. 311, Est. 2, n.º 3 e 4).

A cronologia antiga atestada para alguns materiais importados, séculos II e I a.C., a par de alguns fragmentos de cerâmica comum e de ânforas de tipologia pré-romana, remete-nos para a existência de um núcleo de povoamento romano relativamente precoce, nomeadamente, se tivermos em consideração a comum designação *uilla* para este local (Coelho, 2002, p. 311, Est. 4 e 5). No entanto, este limite precoce, em torno do século I a.C., para a presença romana em Colaride poderá justificar-se pela existência de povoados atribuídos à Idade do Ferro nas áreas circundantes.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

VILLA ROMANA DE FREIRIA (CNS - 4035)

O sítio arqueológico de Freiria, situado na Freguesia de São Domingos de Rana, Concelho de Cascais, foi amplamente escavado entre 1985 e 2002, sob direção de José d' Encarnação e Guilherme Cardoso. Implantado numa suave encosta virada a Sul, desenvolve-se ao longo um pequeno afluente da ribeira da Lage, numa área de abundantes recursos hídricos e terrenos com alto potencial agrícola (Encarnação, 2005).

As diversas leituras estratigráficas e trabalhos de prospeção nas imediações da *Villa* romana permitiram atestar uma ampla diacronia de ocupação. Sob as estruturas dos edifícios romanos, descobriram-se e documentaram-se ocupações pré-históricas, desde o neolítico e calcolítico (Cardoso, Cardoso e Encarnação, 2013). A cerca de quatrocentos metros para Oeste, no Cabeço do Mouro, foi detetada e posteriormente intervencionada uma importante ocupação da Idade do Bronze Final (Cardoso, 2006). O sítio de Freiria volta a ser ocupado, desta vez de forma extensa, na Idade do Ferro, a extensão dos vestígios e a dispersão dos materiais leva a que se tenha proposto que não estejamos perante um simples casal agrícola, mas sim, perante um núcleo de povoamento de maior expressão (Cardoso e Encarnação, 2013). Os abundantes dados existentes sobre esta fase permitem vislumbrar um povoamento bem organizado com vestígios de habitações, fossas detriticas e de uma possível muralha (Cardoso e Encarnação, 1999). A análise dos conjuntos cerâmicos e metálicos sustentam uma presença centrada na segunda metade do primeiro milénio a.C., alcançando o período romano republicano. Um bom exemplo deste dinamismo é a abundância de ânforas de fabrico regional, da área do estuário do Tejo, encontrando-se presentes os Tipos 3, 4, 6 e 7 (Sousa e Pimenta, 2014).

Não é ainda claro como ocorre a transição entre este povoado pré-romano e a primeira ocupação romana. Os vestígios cerâmicos, metálicos e numismáticos permitem, contudo, vislumbrar a existência de contactos precoces com o mundo itálico, datados entre os momentos finais do século II e o século I a.C. É o caso da presença de cerâmica de verniz negro itálico, documentado por um fragmento de prato de Lamb. 7 em Campaniense A, assim como diversos elementos de Campaniense B, atestados por um bordo e um fundo de Lamb. 2, e um fundo de Lamb. 5/7 (Cardoso, 2018a, p. 263 e 263). As imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta parecem igualmente estar presentes, tendo em conta a descrição de alguns exemplares de cerâmica cinzenta

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

inseridos no capítulo da cerâmica comum (Cardoso, 2018a, p. 326 e 327). As cerâmicas de paredes finas itálicas estão presentes, com exemplares da forma Mayet 3 e 8 (Cardoso, 2018a, p. 293 e 294). As ânforas romanas republicanas encontram-se bem documentadas: quer com modelos pré-romanos de produção regional inseridos nos Tipos 6 e 7 do estuário do Tejo (Cardoso e Encarnação, 2013), quer com importações da Península Itálica atestadas pela presença de um bocal de contentor vinário itálica do tipo greco-itálico e outro de Dressel 1 (Cardoso, 2018a, Fig. 238, n.º 1 e 2), os produtos alimentares do vale do Guadalquivir estão bem documentados com três envases da forma Ovoide 1 (Cardoso, 2018a, Fig. 238, n.º 3 a 5); e com ânforas Ovoide 4 (Cardoso, 2018a, Fig. 238, n.º 10 a 12). Os primeiros modelos de ânforas de morfologia ovoide de produção Lusitana e que como vimos ao apresentar os dados de Monte dos Castelinhos se encontram bem datados em contextos da segunda metade do século I a.C. estão igualmente bem atestados (Cardoso, 2018a, Fig. 239, n.º 15 a 20). Entre o conjunto de cerâmica comum associado a esta primeira fase da presença romana destacam-se as produções de tradição pré-romana, sobressaindo entre estas os jarros em cerâmica cinzenta fina com decoração geométrica brunida (Cardoso, 2018a, Fig. 249), que como temos vindo a ver se assumem como uma forma de sucesso em toda esta área da Península de Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2013). Alguns elementos metálicos merecem ainda ser associados a esta fase. É o caso de duas das fíbula apresentadas (Cardoso, 2018a, Fig. 290, n.º 1 e 2): um fragmento de torre do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, correspondendo ao característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida (Miguez, 2011) e um elemento de fíbula anular romano ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Por último, entre o conjunto de numismas encontra-se publicado um exemplar de *Salacia*, pertencendo à emissão que tem no anverso a cabeça de Neptuno e no reverso a legenda IMP. SAL entre dois golfinhos, datada de 45-44 a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 115; Cardoso, 2018a, p. 224, Fig. 193).

De acordo com as cuidadas leituras espaciais efetuadas por Guilherme Cardoso, nesta “(...) fase inicial, um dos espaços mais nobres se localizava na zona do celeiro e um outro mais a norte, na zona do lagar. Ao mesmo tempo, (...), criaram os romanos, a quatrocentos metros para sudeste, um novo espaço habitacional no sítio arqueológico do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Outeiro, (...)” (Cardoso, 2018a, p. 49). Estamos assim, perante uma fase inicial do povoamento romano, possivelmente em rutura com as dinâmicas do povoado pré-romano. A transformação deste espaço em *ubi* de uma grande *Villa* romana ocorre em meados do século I d.C., assistindo-se então a uma profunda transformação da forma de ocupar e explorar o território (Cardoso, 2018a).

SANTA EUFÉMIA (CNS - 3246)

O povoado de Santa Eufémia localiza-se na Freguesia de S. Pedro de Penaferim, Concelho de Sintra. Localiza-se numa elevação com excelentes condições naturais de defesa e domínio da envolvente, possuindo uma altitude de cerca de 436 metros. A dispersão dos materiais permite estimar uma área ocupada considerável de cerca de 25.000 m² (Marques, 1982-1983, p. 60). Foi identificado em inícios do século XX por Joaquim Fontes. Em 1973, Gustavo Marques efetuou trabalhos de prospeção integrando-o na sua cartografia da denominada “cultura de Alpiarça” (Marques e Andrade, 1974).

Em 1984, Gustavo Marques regressa ao local, que tinha, entretanto, sofrido algumas destruições, concretamente terraplanagens, o que lhe permitiu recolher e publicar um considerável conjunto cerâmico (Marques, 1982-1983). Os espólios aí recolhidos foram alvo de cuidada revisão (Sousa, 2014). O início da sua ocupação parece remontar ao século VI a.C., parecendo perdurar ao longo da segunda metade do primeiro milénio a.C. (Sousa, 2014, p. 273).

Para a problemática em análise neste trabalho, importa a referência a um fragmento de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1 (Marques, 1982-1983, p. 71, figura 13 – k). Apesar de os dados serem escassos, a presença desta ânfora permite sustentar uma continuidade deste povoado até ao período da conquista, tendo aparentemente sido abandonado precisamente neste momento.

A caracterização e interpretação desta estação não é ainda consensual. Enquanto alguns autores defendem uma função eminentemente agrícola integrada num sistema de povoamento rural (Cardoso, 2004, p. 259-260), outros, assumem a possibilidade de este sítio se configurar como um “Lugar Central” com controlo político e administrativo do território envolvente (Arruda, 1999-2000, Sousa, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

OUTROS SÍTIOS

Por fim, ainda respeitante ao povoamento em torno de *Olisipo* e foz do Tejo existem algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que indícios para futuros trabalhos. É o caso de alguns dados provenientes dos concelhos de Sintra, Cascais e Loures, onde decorrente de prospeções e escavações têm vindo a ser coligidos em estações romanas de lata cronologia alguns elementos cerâmicos e metálicos referentes às presenças mais recuadas enquadradas no período romano republicano (Cardoso, 2002, Silva, 2018).

Começando pelo território de Sintra, além dos já mencionados sítios de São Marcos e Colaride, foram recolhidos elementos de verniz negro itálico ou imitações de campaniense em pasta cinzenta nos sítios de São Miguel de Odrinhas (CNS 659), Granja dos Serrões (CNS – 3245), Armês (CNS – 1851), Casal de Pianos – Pombal (CNS – 19474), Tojeira (CNS - ?), Funchal (CNS – 1780), Lugar de Marcador (CNS – 2959) e Ermidas (CNS – 3268) (Sousa, 1996, Gonçalves, 2019). Neste último sítio de Ermidas, Assafora, Freguesia de São João das Lampas, são igualmente conhecidas ânforas romanas de cronologia antiga, nomeadamente um bocal e uma asa de um contentor vinário itálico do tipo Dressel 1, assim como um bocal de uma Haltern 70 de morfologia antiga do vale do Guadalquivir, resultantes de uma recolha de superfície aí efectuada em 1983 (Pimenta, 1982-1983, p. 126, n.º 14 a 16).

Na área do atual município de Cascais, além da *Villa* de Freiria, surgem dados relativos à primeira fase da presença romana, especificamente fragmentos de verniz negro itálico, no já mencionado sítio do Outeiro de Polima (CNS – 670), Freiria (Cardoso, 2002, p. 62), Alto de Caparide (CNS – 11267) (Cabral *et al.*, 2002), Tires (CNS – 1767) (Cardoso, 2002, p 64) e Miroiço (CNS – 2490) (Cardoso, 2002, p. 67). Nesta última estação, documenta-se a sobreposição de uma presença romana do período imperial a uma anterior da Idade do Ferro, o que pode sugerir uma continuidade de ocupação no local (Cardoso e Encarnação, 2013). Sublinhe-se a recolha em Miroiço de uma ponta de lança em ferro que pode ser interpretada como um *pilum* (Cardoso, 2002, Est. XXXIII, n.º 15).

Os dados relativos ao concelho de Loures, são assaz mais escassos (Fragoso, 2009). Sendo esta ausência algo inexplicável, tendo em conta a relevância estratégica e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

fertilidade dos vales de Loures e do rio Trancão, que certamente terão tido núcleos de povoamento nesta fase. Contudo, o rápido e desordenado crescimento urbano nesta zona certamente obliterou muita informação. Apenas o sítio de Unhos evidencia alguns elementos que fazem supor uma fase antiga na ocupação desta *Villa*. De facto, entre os elementos publicados de uma pequena intervenção de emergência aí realizada, há um fragmento de cerâmica cinzenta com decoração em retícula brunida que parece corresponder a um jarro, forma que como temos vindo é característica em toda esta vasta região, precisamente nestes momentos de transição (Silva e Santos, 2009, p. 26).

4. A PENÍNSULA DE SETÚBAL

A peculiar rede hidrográfica e orográfica da Península de Setúbal faz com que todo este território esteja amplamente interligado quer com a foz do Tejo, quer com a foz do Sado. De facto, a margem sul do Tejo evidencia até tempos históricos uma ampla rede de navegabilidade através dos profundos braços do rio que permitiam interligar a foz do Tejo com o interior da Península de Setúbal, quer com navios marítimos, quer para trajetos em menor profundidade, com barcos de menor calado. Estes barcos de rio, designados no período moderno como *canoa* ou *varino*, permitiam sem se ter que fazer ao mar e dobrar o cabo Espichel seguir pelos esteiros do interior da Península que ligavam os sapais da Moita-Montijo às praias do Sado, alcançando assim a região de Setúbal (Torres, 1994, p. 80). Na feliz expressão de António Nabais, estamos assim perante “as duas margens do mesmo rio” (Nabais, 1994).

A Península de Setúbal é profundamente marcada no seu relevo pela Serra da Arrábida, que se desenvolve ao longo de cerca de 35 km, de Setúbal até 5 km para Oeste do Cabo Espichel (Pereira, 2003). Os corredores naturais de circulação proporcionados pela Serra do Louro e de São Francisco, entre Azeitão e Palmela, assim como a Serra de São Luís, flanqueiam o acesso natural à foz do Sado e à área da cidade de Setúbal. É precisamente nestas zonas que se vêem a implantar os sítios de Chibanes e do Pedrão.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

QUINTA DO ALMARAZ (CNS - 6579)

O povoado da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Freguesia e Concelho de Almada, implanta-se num esporão alongado sobranceiro ao rio Tejo, em frente a Lisboa. Atualmente, o terreno do sítio arqueológico desenvolve-se em socacos, com uma altitude máxima de 70 metros e uma mínima em torno dos 28. Ocupa uma área significativa de cerca de 4 hectares, que se estima que durante a proto-história fosse maior, visto o que a erosão e desmoronamento natural da arriba onde se implanta, assim como o crescimento urbano o obliteraram (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993). A sua localização proporciona-lhe um amplo domínio visual sobre o estuário e bacia do Tejo, apenas interrompido a Norte pela Serra de Sintra e a Sul pela Serra da Arrábida (Barros e Soares, 2004).

A relevância científica de Almaraz, decorre das suas ocupações pré-romanas e das fortes e precoces influências do mundo Mediterrânico bem patentes nos seus abundantes conjuntos cerâmicos, metálicos assim como no que se conhece da sua arquitetura (Barros e Soares, 2004; Arruda, 1999-2000; Olaio, 2018; Olaio, Henriques e António, 2020). Fundado nos primeiros momentos da presença fenícia no extremo ocidente peninsular (Arruda, 1999-2000), apresenta um dinamismo que atravessa toda a Idade do Ferro e alcança o período romano (Barros e Henriques, 2002). O domínio que tem sobre a foz do rio é significativo, devendo-se certamente a escolha desta localização pelas suas invulgares condições topográficas e boas condições portuárias, numa zona natural de travessia do Tejo. A relação que existiu com o povoado de Lisboa já foi por diversas vezes sublinhada, especificamente pela identidade dos seus espólios, tendo-se colocado a hipótese de ambos terem partilhado o controlo de uma mesma unidade político-administrativa (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014).

Os dados que conhecemos sobre as suas ocupações mais recentes são escassos. Todavia, a informação disponibilizada permite comprovar a ocupação de Almaraz durante o período romano republicano, sendo esta a sua “última fase” (Barros e Henriques, 2002, p. 97). De acordo com a distribuição à superfície dos materiais cerâmicos é proposto que durante os séculos II-I a.C. se teria dado uma contração da área habitada, “(...) deslocando-se os núcleos habitacionais para cima, na direcção do castelo e para baixo, na direcção de Cacilhas.” (Barros e Henriques, 2002, p. 97).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Os vestígios cerâmicos permitem descortinar a existência de precoces interações com o mundo itálico, datados entre os momentos finais do século II e o século I a.C. É o caso da presença de cerâmica de verniz negro itálico, que se encontra bem representada por diversos fragmentos de Campaniense A, formas Lamb. 5, 25, 36 e 49; assim como diversos elementos de Campaniense B, formas Lamb. 1, 2, 7 e M. 12222 (Barros e Henriques, 2002, p. 106.) As Cerâmicas de paredes finas itálicas estão presentes, com exemplares da forma Mayet 3 (Barros e Henriques, 2002, p.106, n.º 34). Destaca-se pela sua parca representatividade no ocidente peninsular, a presença de um fragmento de disco de Lucerna. Pela sua descrição parece corresponder a uma produção itálica, com vestígios de aplicação de um verniz negro, integrando-se no tipo Dressel 2 (Barros e Henriques, 2002, p. 106, n.º 43). As ânforas romanas republicanas encontram-se bem documentadas: identificando-se modelos pré-romanos de produção regional inseridos nos Tipos 6 e 7 do estuário do Tejo (Olaio, 2018); importações da Península Itálica, atestadas pela presença de diversos bocais de contentores da forma Dressel 1 (Barros e Henriques, 2002, p. 105, n.º 19 a 26); ânforas da área meridional da província da *Ulterior*, associada à baía gaditana, proliferando os exemplares de contentores do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), mas também bocais de Ovoide gaditanas e de Dressel 7/11; por último, os produtos alimentares do vale do Guadalquivir estão bem documentados com três envases da forma Ovoide 1, exemplares de Ovoide 6 e uma ânfora Mañá C2B (Almeida, 2008, p. 58).

Da análise dos dados disponibilizados até ao momento, é de facto claro que o povoado da Quinta do Almaraz, mesmo admitindo-se alguma contração na área ocupada, se mantém ativo e dinâmico durante todo o período da conquista até momentos avançados do século I a.C. Uma leitura ressalta do conjunto: não parece existir aqui o mesmo cenário de *Olisipo*, ou seja, um contexto coeso que aponta para o terceiro quartel do século II a.C., com um conjunto expressivo de importações. Parece que a Quinta do Almaraz ficou à margem desse processo e que claramente foi preterida em relação ao grande povoado portuário da margem direita do Tejo. É interessante ter presente o caso idêntico, como veremos mais à frente, do binómio povoado Alcáçova de Santarém / Chões de Alpompe, apesar de serem dois povoados relativamente próximos, os dados parecem conferir distintos significados cronológicos e interpretativos. Outra das incontornáveis consequências inerentes no estudo do Almaraz, mas que parece tem sido

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

pouco sublinhada, é a de que este grande povoado portuário, que assume durante a Idade do Ferro um inegável papel nas dinâmicas de povoamento regional, é alvo de uma rutura. Ou seja, ainda que, como veremos, seja conhecida uma ocupação de época romana no sopé do povoado na área portuária de Cacilhas (Barros e Henriques, 1998), esta não parece ter assumido o papel de relevo que outrora este espaço gozava na foz do Tejo, rivalizando mesmo com o povoado do outro lado do rio. É assim plausível sustentar que o povoado pré-romano de Almaraz é abandonado no final do período romano republicano. Tendo em conta os materiais que se conhecem, este abandono terá ocorrido já em meados do século I a.C., possivelmente tendo em conta a presença de ânforas do Guadalquivir algures entre as décadas de 60 e 40 a.C.

CACILHAS – LARGO ALFREDO DINIS (CNS – 2483)

Diversas intervenções arqueológicas de emergência e de cariz preventivo, realizadas entre 1981 e 2008 em Cacilhas, Almada, vieram revelar uma longa diacronia desta área portuária que recua a momentos recuados da Idade do Ferro (Barros e Henriques, 1998). Destaca-se a descoberta e escavação em área de um complexo de preparados piscícolas de época romana.

Os dados relativos à arquitetura e cultura material associada aos níveis da Idade do Ferro foram recentemente alvo de estudo aprofundado (Olaio *et al.*, 2019). O conjunto cerâmico estudado permite centrar o início desta ocupação no século VI a.C. (Olaio *et al.*, 2019, p. 154). Os vestígios estruturais, identificados em dois pontos distintos das intervenções, são interpretados como contextos habitacionais de apoio às atividades marítimas do porto de Almaraz (Olaio *et al.*, 2019, p. 154), ficando, porém, em aberto a questão da interpretação da ampla estrutura denominada como “cais pré-romano”, especificamente em relação à sua cronologia. Esta estrutura corresponde a um muro “constituído por blocos aparelhados de calcário conquífero de dimensões médias” identificado sob o complexo de preparados piscícolas de época romana e patenteando distintas técnicas de construção relativas às cetárias aí identificadas (Barros e Henriques, 1998, p. 102). Apresenta vestígios de erosão fluvial até cerca de um metro de altura, assentando diretamente sobre o substrato geológico. De acordo com a primeira publicação que refere esta estrutura, a ela estariam associados alguns materiais pré-romanos e outros de período romano (Barros e Henriques, 1998, p. 102).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Infelizmente não dispomos de grandes dados sobre que materiais romanos seriam estes... Porém, tendo em conta a sobreposição das cetárias a esta estrutura, terá que ser necessariamente anterior, sendo inutilizada pela construção da fábrica de preparados piscícolas aqui identificada. De facto, conhece-se desde as primeiras publicações sobre este sítio, a presença de um bocal de ânfora vinária itálica do Tipo Dressel 1b, que sustenta uma ocupação mais recuada desta área portuária (Barros e Amaro, 1985, p. 34, n.º 3). Só futuros trabalhos, ou uma fina leitura da estratigrafia e sequência do faseamento das ocupações, bem como o estudo sistemático dos materiais recolhidos poderá esclarecer esta questão. Porém, seria interessante podermos estar perante uma construção do período romano republicano, compreendendo-se assim a leitura da associação de materiais de tradição pré-romana com as primeiras importações itálicas. Tendo em conta a tipologia e dimensão da estrutura, não me parece ser um cais, mas sim a parede externa de um possível armazém portuário (ver planta com localização da estrutura e sua ligação com as cetárias em Olaio *et al.*, 2019, fig. 5). A erosão fluvial que se verifica na sua face externa, virada à margem do rio, pode decorrer da sua exposição a esse elemento.

QUINTA DA TORRE (CNS - 21782)

Em 1978, na sequência da construção da primeira fase da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, na antiga Quinta da Torre, Monte de Caparica, Concelho de Almada, uma equipa do Centro de Arqueologia de Almada identificou à superfície um vasto conjunto cerâmico, atestando uma longa diacronia de ocupação da qual se destacava a Idade do Ferro (Cardoso, 1996).

A área de dispersão dos materiais correspondia a uma zona aplanada, sem condições naturais de defesa, situada na zona de cabeceira de linha de água que desagua no estuário do Tejo na enseada natural de Porto Brandão (Cardoso, 1996).

O estudo exaustivo do conjunto recolhido, apesar de carecer de coordenadas contextuais, permitiu caracterizar o sítio e sua ocupação (Cardoso e Carreira, 1997/98). Resulta claro, do estudo do amplo conjunto cerâmico, que este configura um conjunto coerente e que atesta uma ocupação tardia dentro da Idade do Ferro, entrando mesmo pelo período romano republicano e que equivale a uma ocupação circunscrita no tempo e centrada nos séculos III-II a.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

As ânforas de tipologia pré-romana são dos recipientes melhor representados nesta estação, ainda que esta representatividade se encontre apenas explícita pelos fragmentos de asas, o que se entende, visto serem os elementos mais facilmente reconhecíveis no contexto de recolha de superfície. Alguns dos exemplares evidenciam uma depressão longitudinal na asa, o que configura um elemento de interesse cronológico, visto encontrar-se bem atestado em contextos da segunda metade do primeiro milénio a.C. na região de Lisboa (Sousa, 2014). Contudo, apesar de escassos, recolheram-se e publicaram-se quatro bocais de ânforas de tipologia sidérica (Cardoso e Carreira, 1997/98, Fig. 7, n.º 3; Fig. 8, n.º 1 e 5 e Fig. 12, n.º 9). Trata-se de peças, como aliás é referido pelos autores, que encontram paralelos, em momentos finais da Idade do Ferro (séculos IV-II a.C.) (Cardoso e Carreira, 1997/98, p. 193). Os exemplares em questão, integram-se em produções de âmbito regional do vale do Tejo/Sado e que foram recentemente alvo de uma proposta de tipologia, de acordo com esta, estas ânforas integrar-se-iam no Tipo 6, com cronologias compreendidas entre o século III e o II a.C. (Sousa e Pimenta, 2014, p. 311).

As ânforas itálicas encontram-se representadas por fragmento de asa do Tipo Dressel 1, não sendo claro qual a variante presente, destes característicos contentores vinários provenientes da Península Itálica (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 3, n.º 6). Importa sublinhar, que até ao momento não se encontra documentada qualquer tradição de importação destes produtos anterior à chegada dos exércitos romanos ao extremo ocidente peninsular (Fabião, 1998b). Ou seja, a presença desta ânfora vinária indica contactos com o mundo romano, mas igualmente uma cronologia onde estes e outros produtos já circulariam entre o mundo indígena, cronologia essa que teremos que centrar na segunda metade do século II a.C. ou mesmo inícios do I a.C.

O conjunto de cerâmica comum é diversificado e de difícil enquadramento cronológico e funcional. Sobressaem os contentores de armazenamento de lábio pendente e destacam-se os fragmentos de jarros em cerâmica cinzenta, com uma asa maciça a arrancar do bordo, preservando-se num exemplar uma característica decoração em retícula brunida (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 11, n.º 7). Forma que como temos vindo a sublinhar é característica em toda esta vasta região, precisamente nestes momentos de transição. Apresentam ainda um fundo de uma peça em cerâmica cinzenta fina, correspondendo de acordo com os autores a uma taça alta (Cardoso e Carreira,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

1997/98, fig. 15, n.º 9) e dois pequenos fragmentos de asa de secção quadrangular, igualmente em cerâmica cinzenta, que apresentam como de jarro (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 3, n.º 1 e 3). Trata-se do meu ponto de vista, de peças que podem ser interpretadas à luz do atual estado da arte sobre os serviços de cerâmica cinzenta dos momentos finais da Idade do Ferro no vale do Tejo, como taças que reproduzem ou imitam modelos da cerâmica grega. Peças com fundos e asas similares, porém melhor preservadas, foram alvo de reavaliação recente (Sousa e Pimenta, 2017).

CASTELO DOS MOUROS (CNS - 5217)

O sítio arqueológico do Castelo dos Mouros, Freguesia de São Lourenço e São Simão, Concelho de Setúbal, implanta-se na encosta Norte da Serra da Arrábida, num elevado morro em crista de difícil acesso, com excepcionais condições de defesa, com a altitude média de 330 metros (Silva e Soares, 1986, p. 129).

O sítio foi pela primeira vez referenciado em 1897 num extenso artigo publicado no *Archeólogo Português* intitulado “Notícias arqueológicas da Arrábida (Rasteiro, 1897). Ergue-se num monte “(...) chamado de *Alivide* ou *Olivide*. Parece de uma só pedra, é nu, alveja ao longe como lençol gigante estendido na serra (Rasteiro, 1897, p. 33). Sendo descrita a presença de um complexo sistema defensivo, “(...) umas construções cyclopicas, que no monte existem, e apresentam toda a rudez dos tempos pré-históricos (...). Poderá ter-se a construção como lugar fortificado dos mais antigos e incultos habitantes da península da Arrabida.” (Rasteiro, 1897, p. 33).

O Castelo dos Mouros volta a ser alvo de atenção nos anos oitenta do século passado, no contexto de uma síntese sobre a Arqueologia da Arrábida (Silva e Soares, 1986). É então atribuída a existência de duas fases distintas de ocupação. Uma da Idade do Bronze Final e outra mais recente que “Evidencia a situação instável do período de impacte entre as forças romanas e as populações indígenas (...)” (Silva e Soares, 1986, p. 149). Os materiais que sustentam esta última fase, associada ao período romano republicano, resultam de prospeções de superfície, destacando-se a presença de inúmeros fragmentos de grandes contentores de armazenamento do tipo talha, com bons paralelos em Chibanes e em Monte dos Castelinhos, a par de fragmentos de ânforas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

vinárias itálicas do tipo Dressel 1 e de tradição pré-romana de fabrico regional do vale do Tejo/Sado (Silva e Soares, 1986, fig. 117), ver Anexo 4, Estampa 180.



Figura 162 – Fotografias da fortificação do Castelo dos Mouros, Setúbal. Com base em <http://arqueologiadaarrabida.blogspot.com/2010/12/>

Recentes trabalhos de levantamento arqueológico conducentes à realização da Carta Arqueológica de Setúbal vieram aduzir novos dados sobre a planimetria deste sítio (Soares, 2014). Apesar da inexpugnabilidade natural do Castelo dos Mouros, as suas

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

condições naturais de defesa foram incrementadas com a construção de uma potente fortificação. Desenvolve-se ao longo da crista, com 160 metros de comprimento máximo, defendendo uma faixa estreita que não ultrapassa os 20 metros de largura. Apesar da sua complexidade, a sua cronologia tem vindo a ser atribuída à Idade do Bronze Final (Soares, 2012, p. 54-55). Apesar de esta fortificação nunca ter sido intervencionada arqueologicamente, não me parece de todo coadunar-se com uma datação tão recuada. De facto, tendo em conta as suas dimensões, técnicas de construção e planta, parece-me mais plausível estar associada à sua última fase de ocupação, séculos II-I a.C. De facto, o uso de aparelho ciclópico, a largura da muralha (1,75m), a planta aproximadamente retangular, associado à existência de um profundo poço escavado no geológico, remetem para a planimetria das fortificações bem conhecidas do mundo Alentejano (Mataloto, 2002, 2004a, 2008), remetendo o poço aqui existente para a estrutura em torno da qual se desenvolve o Castelo da Lousa (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010). Só a realização de um cuidado levantamento do que é visível à superfície e a realização de uma campanha de trabalhos arqueológicos pode esclarecer a datação desta fortificação. Porém, penso ser interessante como hipótese de trabalho vislumbrar a interpretação do Castelo dos Mouros como um forte destinado ao controlo da transitabilidade da Serra da Arrábida, nestes conturbados momentos da conquista romana.

PEDRÃO (CNS - 4090)

O sítio arqueológico do Pedrão, Freguesia e Concelho de Setúbal, implanta-se num pequeno patamar rochoso da encosta este da Serra de São Luís, dominando o vale e a sua envolvente com os seus 165 metros de altitude. Com escarpas a Este e com uma encosta Sul praticamente inacessível devido à sua acentuada pendente, apenas do lado Norte e Oeste o acesso seria mais fácil. A opção pela sua implantação revela um cuidado especial do ponto de vista estratégico, como ponto de domínio de uma zona de controlo natural e com uma ampla visibilidade do estuário do Sado e da sua envolvente de acesso à Serra.

Alvo de algumas sondagens de diagnóstico ainda nos anos sessenta, o sítio volta a ser intervencionado em 1973, por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, procedendo-

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

se então a uma escavação em extensão. Dos seus resultados é dado à estampa ainda no mesmo ano uma detalhada publicação, resultado da apresentação dos trabalhos às II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Soares e Silva, 1973).

Nesse trabalho é nos dado conta de que, após a remoção da camada superficial, se verificou a existência de um sistema invulgar de construções, constituído por um amuralhado de planta ovalada com a espessura de 1,20 metros e a extensão conservada de 30 metros, que defende o lado de mais fácil acesso e com uma organização interna de grandes compartimentos retangulares encostados à muralha que os delimita (Soares e Silva, 1975). O acesso é efetuado por uma porta com dupla entrada, recuada em relação ao plano da fortificação e defendida por um espessamento da muralha no compartimento 3, podendo este funcionar como uma torre. A seguir a esta entrada foi registada uma estrutura, composta por quatro muros paralelos, espaçados apenas por intervalos de quarenta centímetros e que tem vindo a ser interpretada como uma base de celeiro (Fabião, 2004 e 2004a).

O espólio associado à primeira ocupação destas estruturas revelou-se assaz coerente e homogéneo e permitiu a atribuição de uma cronologia bem definida centrada na segunda metade do século I a.C., momento que os seus autores definiram como “(...) um óptimo de ocupação centrado em 50 a.C. (...)” (Silva e Soares, 1986, p. 141) (ver Anexo 4, Estampa 181 e 182). O contexto de ocupação é composto por ânforas republicanas: das quais se conhece um bocal de ânfora vinária itálica; um exemplar de Ovoide 1, possivelmente de origem gaditana; um bocal de ânfora de tradição pré-romana (Soares e Silva, 1975, Est. II, n.º 12 e 8; Est. VI, n.º 42); e diversos contentores de morfologia ovoide de produção do vale do Tejo/Sado, correspondendo às primeiras produções da fachada atlântica da *Ulterior* (Mayet e Silva, 2016, fig. 6) (ver Estampa 182, n.º 1895 a 1902). O conjunto de verniz negro itálico aqui recolhido, foi alvo de um recente estudo (Soria, 2018). Da sua análise ressalta que entre a amostragem, só se identificam fragmentos de produção Calena, tendo-se identificado um *fácies* muito concreto de produção do atelier caleno que se centra no segundo e o terceiro quartel do século I a.C. (Soria, 2018, p. 179). O predomínio das taças Lamb. 1 e do prato Lamb. 7 constitui o elemento que caracteriza o perfil de importação (Estampa 182, n.º 1903 a 1915), encontrando-se igualmente atestado os recipientes Lamb. 2, Lamb. 3 e Lamb. 4

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Soria, 2018, p. 180). As cerâmicas de paredes finas itálicas encontram-se apastadas por exemplares das formas 2 e 3 de Mayet (Soares e Silva, 1975, Est. III, n.º 19 e 20). Entre a cerâmica comum, destacam-se exemplares de tradição pré-romana, como os potes talhas e os fragmentos de jarros com decoração em retícula brunida (Soares e Silva, 1975, Est. VI, n.º 46). As cerâmicas comuns importadas estão documentadas por fragmentos de almofarizes da área do Guadalquivir ou baía de Cádiz (Soares e Silva, 1975, Est. II, n.º 10). O conjunto metálico é numeroso e significativo, composto por um conjunto de fíbulas em liga de cobre (Ponte, 1983), encontrando-se representados o tipo *Schüle 4h*, ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244); o tipo *Nauheim* ou Ponte 40 (Ponte, 2006) e um exemplar do tipo Alésia, Tipo 21 de Feugère (Feugère, 1985, p. 299-311), ou Tipo Ponte 41 (Ponte, 2006, p. 343-354) (Estampa 181, n.º 1889 e 1893).

Entre os metais identificam-se diversos elementos que podem ser inventariados na categoria de armamento ofensivo, é o caso de duas pontas de lança (Soares e Silva, 1975, Est. VI, n.º 34 e 35) (Estampa 181, n.º 1884 e 1885) e de duas peças em ferro que têm vindo a ter problemas de identificação (Soares e Silva, 1975, Est. V, n.º 36 e 37) (Estampa 181, n.º 1881 e 1886). Estes exemplares patenteiam evidentes analogias com uma peça, recolhida em Pragança (Cadaval) que tivemos oportunidade de descrever *supra* e que foi interpretada como elemento de *pilum*. Entre o conjunto metálico do acampamento romano de Cáceres El Viejo são conhecidos uma série de quatro *pila* ligeiros com extremidades de encabamento idênticos ao exemplar aqui em análise, que sem margem de dúvidas resolve a questão da interpretação das peças do Pedrão (Ulbert, 1984, Taf. 24). Encontram-se ainda representados um podão com encabamento de alvado e uma grande foice em ferro (Soares e Silva, 1975, Est. V, n.º 28 e 27), encontra bons paralelos no conjunto metálico da Cabeça de Vaimonte, inserindo-se no Tipo de Foice II, aí definido (Pereira, 2018, p. 169, Apênd. IV, 4) (Estampa 181, n.º 1887 e 1888). Sublinhe-se que apesar de estas peças se encontrarem associadas diretamente a práticas agrícolas, a sua presença em ambientes miliares é habitual, como são os casos dos acampamentos Numantinos, do acampamento de Cáceres el Viejo, mas também do nível de massacre de cronologia Sertoriana plasmada na escavação de L'Almoína, (Valência) (Ribera i Lacomba, 2013, fig. 6). Por último, a circulação numismática encontra-se particularmente bem atestada (Silva, Soares e Santos, 1973), com asses de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Gades, emissões de *Bevipo/Salacia*, um semis de Castulo e denários romanos datados de 119-110 a.C. e 88-87 a.C. (Silva, Soares e Santos, 1973).

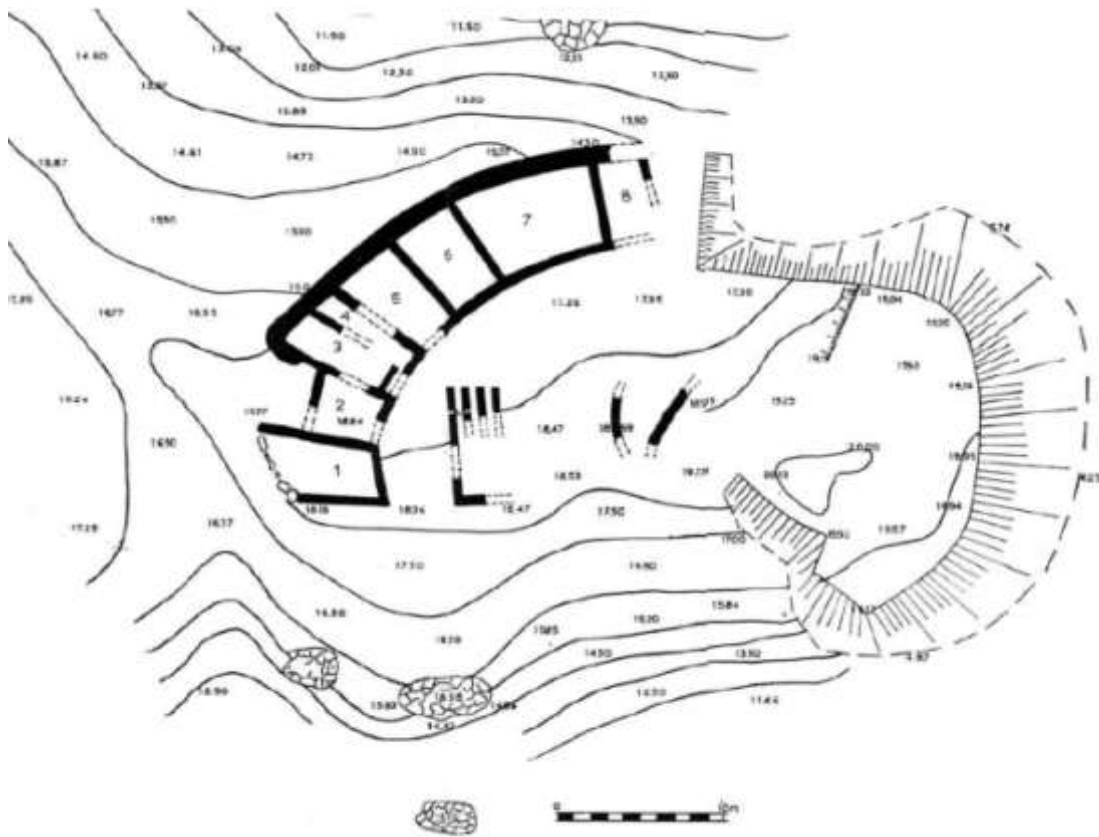


Figura 163 – Planta do povoado/fortim do Pedrão, Setúbal, segundo, Silva, Soares e Santos, 1973, fig. 24.

O sítio foi considerado pelos responsáveis pela escavação como um povoado indígena, com fortes indícios de romanização, ou como foi chamado, local onde se regista uma ocupação “proto-romana” (Soares e Silva, 1973). Todavia, tem-se que matizar que a sua singularidade no parco panorama dos conhecimentos sobre as realidades sidéricas e os primeiros momentos de ocupação romana não autorizava grandes termos comparativos à data da sua escavação. O estreito paralelismo entre o espólio recolhido no Pedrão e o sítio da Lomba do Canho, Arganil (Guerra e Fabião, 1987, Nunes, Fabião e Guerra, 1988 e 1989), as particularidades da sua arquitetura, dimensão e implantação conduziram à proposta de se poder tratar de um pequeno forte romano (Fabião, 1989, p. 95; Fabião, 1998a, p. 218, Fabião, 2004a, p. 119 e 2004b, p. 63-64).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Trata-se realmente de um sítio de grande interesse, fundado de raiz num momento já avançado do século I a.C., evidencia estreitos paralelismos com o Monte dos Castelinhos, parecendo corresponder a um mesmo momento e lógica estratégica de controle e domínio do território. Voltaremos a esta questão mais à frente.

CHIBANES (CNS - 635)

O sítio arqueológico de Chibanes, Concelho de Palmela, ocupa uma área com dimensões significativas na crista da Serra do Louro, gozando de excelentes condições de defesa e de uma ampla e invulgar visibilidade, quer para a bacia do rio Tejo, quer para o fértil vale dos Barris e bacia do rio Sado.

A sua descoberta deve-se a A. I. Marques da Costa, que no ano de 1904, durante umas prospeções que fez nos arredores de Palmela, terá aí descoberto alguns materiais de superfície (Costa, 1906). Marques da Costa conduziu no alto de Chibanes, extensas prospeções e algumas sondagens entre 1905 e 1910, das quais dá circunstanciada notícia nas páginas de *O Archeólogo Português* (Costa, 1908, 1910).

A diversidade e riqueza do espólio recolhido, que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia, patentearam-se em publicações de bastante rigor, com ampla documentação gráfica e descrição pormenorizada, que ainda hoje são de extrema utilidade, apesar de infortunadamente carecerem de coordenadas estratigráficas. Apesar da sua importância, esse espólio apenas despertou maior interesse a partir dos anos setenta do século passado. Nessa época, alguns dos materiais arqueológicos foram objeto de atenção, nomeadamente a cerâmica de verniz negro, campaniense (Delgado, 1971) e as ânforas ditas “neopúnicas” (Maia, 1978c, p. 200-203, Ests. I, II e III, 1-5), inserindo-se o seu estudo em contextos de análise dos materiais idênticos no território nacional. Recentemente, tivemos oportunidade de nos deter de forma circunstanciada sobre este acervo, analisando as diversas categorias artefactuais e o historial da sua incorporação no Museu de Belém (Pimenta *et al.*, 2019).

Em 1996, iniciou-se uma nova fase de investigação em torno desta estação, com um programa estruturado de escavações com um quadro de indagações bem direccionado, integrado no projeto de estudo “Povoamento e Arqueologia da paisagem durante a Pré-

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

história recente e proto-História no sector ocidental da Arrábida” (Silva e Soares, 1997). As escavações arqueológicas promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), sob a direção científica de Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, de 1996 até 2018, têm permitido consubstanciar a relevância científica e patrimonial de Chibanes, divulgando-a de forma exemplar (Silva e Soares, 1997, 2012, 2014; Soares e Silva, 2014; Clemente, Soares & Mazzuco, 2014; Detry, Silva e Soares, 2017; Soares *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2019a e 2019b), encontrando-se em preparação a monografia da escavação, com data prevista de apresentação pública no final do ano de 2021 e incidindo especificamente sobre os contextos pré-romanos e romano republicanos.

As leituras estratigráficas e estruturais efetuadas pela equipa do MAEDS permitiram distinguir três fases principais de ocupação: “A mais antiga é datada do III milénio a.C. e abrange o Calcolítico e o Bronze Antigo. Após longo período de abandono (cerca de 1700 anos), ocorre a ocupação da II Idade do Ferro, datável do século IV/III à primeira metade do século II a.C. A terceira fase, do Período Romano Republicano, inicia-se na segunda metade do século II e prolonga-se até ao terceiro quartel do século I a.C.” (Silva e Soares, 2012, p. 73).

A ocupação do povoado de Chibanes em época pré-romana encontra-se ainda pouco conhecida. De acordo com os responsáveis pelo projeto, teria sido fundado num momento tardio datado já do século III a.C., ainda que possa remontar a meados do IV a.C. (Silva e Soares, 1997, p. 53). Assiste-se então à construção de uma muralha, com 1,3m de largura, guarnecida por torres subcirculares, seguindo aproximadamente o traçado da fortificação Calcolítica, tendo-se identificado no seu interior compartimentos retangulares (Silva *et al.*, 2019b, p. 136). Um dado revelador das dinâmicas da implantação romana no sítio é o derrube intencional da muralha III, associada aos primeiros momentos da presença itálica (Silva e Soares, 1997, p. 44, fig. 4 e 53, fig. 8). Sobre os escombros desta, é construído uma nova estrutura, mas esta apresenta, porém, metade da espessura da sua antecessora, dificilmente podendo ser denominada de muralha (Fabião, 1998a, p. 214).

O período romano republicano, Fase III, encontra-se amplamente documentado, por uma estratigrafia com cronologias bem definidas, tendo em conta o estudo das

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

cerâmicas de verniz negro itálico (Soria, 2018, p. 156-179); cerâmicas de paredes finas; lucernas; importação de ânforas e conjunto metálico (Silva *et al.*, 2019b). As sequências estratigráficas e as estruturas registadas suportam a divisão da Fase III em duas subfases (IIIA e IIIB), separadas, de um modo geral, por níveis de derrubes (Silva e Soares, 2014).

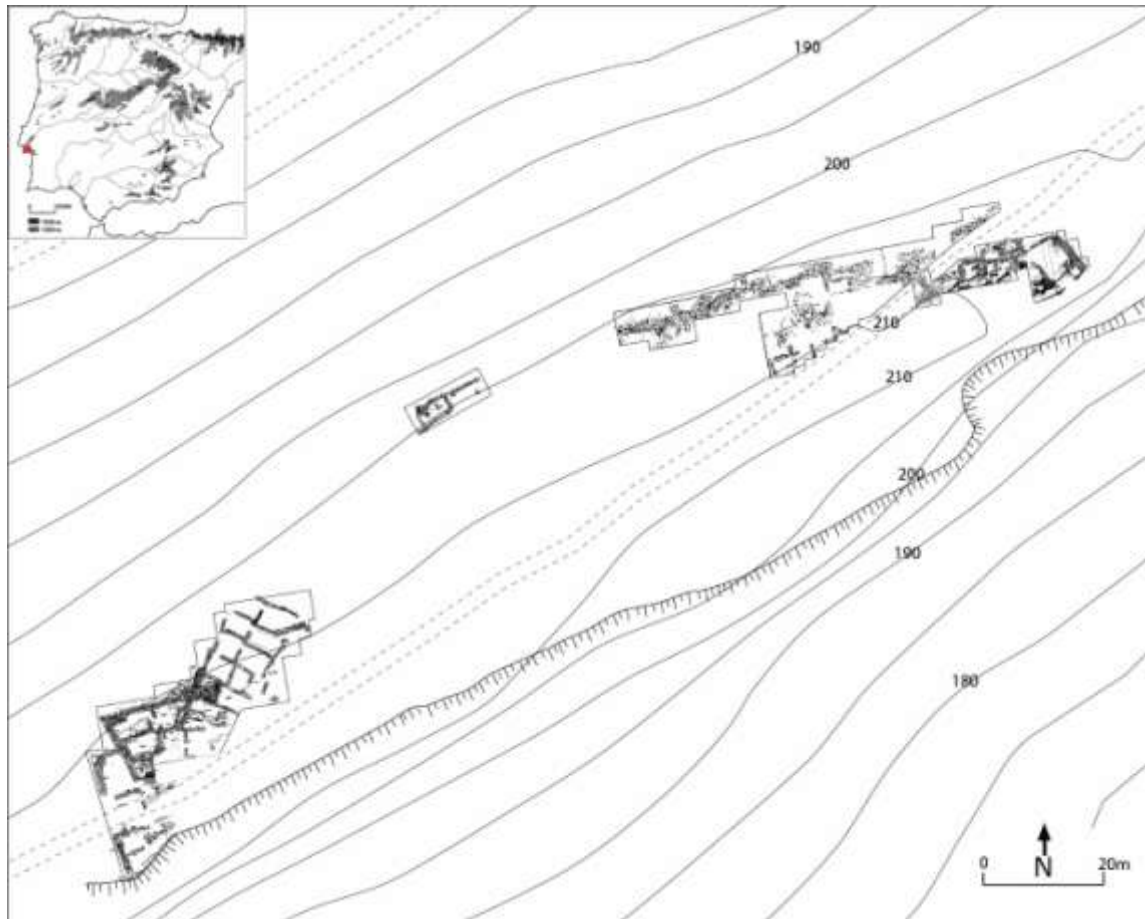


Figura 164 – Planta da área escavada do povoado de Chibanes, Palmela, segundo Silva *et al.*, 2019b fig. 1.

“Durante a Subfase IIIA, (...) (último quartel do século II a.C. e primeiro quartel do século I a.C.), foram construídas, nas extremidades ocidental e oriental da linha de cumeada, estruturas defensivas limitadas por muralhas retilíneas e abaluartadas que defendiam o mais fácil acesso ao povoado, pela crista da Serra do Louro, ligadas por um muro de delimitação da área habitacional, na vertente Norte. A encosta Sul era defendida pela escarpa natural da costeira” (Detry, Silva e Soares, 2017, p. 114). O

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

interior do espaço entre as duas estruturas abaluartadas foi objeto de urbanização, com a construção de edifícios segmentados em compartimentos de planta rectangular (Soares, *et al.*, 2019).

“Na Subfase IIIB, (...) (segundo quartel e meados do século I a.C.), a fortificação parece ter perdido as funções militares prístinas, sendo internamente segmentada em diversos compartimentos, de carácter doméstico, com lareiras e bancos ou poiais; na antiga área habitacional ocorre uma reorganização do espaço edificado com uma divisão dos compartimentos preexistentes.” (Detry, Silva e Soares, 2017, p. 115).

As campanhas de escavação de 2012 a 2017 vieram aduzir maior complexidade a estas leituras, tendo permitido recolher e efetuar novas leituras estratigráficas, assim como associar a estas duas fases de urbanismo, diverso armamento e equipamento militar itálico, que levaram os investigadores responsáveis pelo projeto a afirmar “Os trabalhos de 2012, comprovam a instalação em Chibanes de um estabelecimento romano-republicano, muito provavelmente de carácter militar, com início na segunda metade, ou mais propriamente no último quartel do século II a.C.” (Soares e Silva, 2014, p. 93).

Esta leitura, tal como os autores acertadamente referem, vem ao encontro da proposta desenvolvida por Amílcar Guerra, em associar o sítio de Chibanes ao topónimo (Castrum) *Caepiana* e a uma proposta de identificação desta, com uma fundação de cariz militar de Quinto Servílio Cepião (Guerra, 2004). Como se sabe pelas Fontes Clássicas, Cepião, a partir de 109 e talvez até 107 a.C. foi pretor e procônsul na Hispânia *Ulterior*. Desta personagem na realidade pouco se sabe, sendo, porém, de sublinhar que venceu os Lusitanos e que a sua pretura se ilustrou com a celebração do triunfo em Roma (Guerra, 2004, p. 222).

Não sendo aqui o local para fazer o balanço do estado da investigação sobre esta complexa estação arqueológica, importa, porém, tendo em conta os objetivos deste trabalho, matizar os dados disponíveis. O conjunto de verniz negro itálico é composto por 164 fragmentos sendo o principal centro atestado a colónia latina de Cales (107 frag.), seguido pelas produções napolitanas (Camp. A, 51 frag.), destaca-se a ausência de imitações em pasta cinzenta dos protótipos de verniz negro itálico (Soria, 2018, p. 156-179). Esta ausência parece assumir pertinência cronológica, apontando para uma datação do segundo quartel/meados do século I, momento em que este fenómeno parece

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

alcançar uma certa dimensão, como testemunhado estratigraficamente em Monte dos Castelinhos (Pimenta, *et al.*, 2013). O conjunto de importação de bem alimentares em ânforas é significativo e encontra-se bem documentado desde as primeiras escavações de Marques da Costa. A recente revisão da totalidade do conjunto que pude elaborar no decurso desta dissertação e que será plasmado na monografia do sítio, permite traçar um quadro do seu abastecimento com uma leitura, diga-se, algo inesperada (Pimenta, no prelo). O estudo das ânforas, revelou uma intrincada rede de abastecimentos a Chibanes com importações da Península Itálica, do Norte de África, da baía gaditana, do vale do Guadalquivir e Ilha de Ibiza (ver anexo 4, Estampa 183). A primeira ocupação do período romano republicano, Fase IIIA, revela uma lógica de abastecimento datada dos momentos finais do século II a.C., em que dominam as importações vinárias itálicas, com ânforas do tipo Greco-italico tardio e da forma Dressel 1. Tal como seria de esperar, nas duas fases romano republicanas do sítio as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1 encontram-se bem representadas, correspondendo a 15% (Estampa 183, n.º 1923 e 1924). Todavia, a região melhor documentada pelo perfil das importações é sem dúvida a costa Sudoeste da província da *Ulterior*, com fabricos genericamente atribuíveis à baía de Cádiz, representando estes 29% do total das ânforas nos contextos romano republicanos. Entre esta região destaca-se o papel assumido pelas ânforas do Tipo 7.4.3.3. (Mañá C2b) (Estampa 183, n.º 1916 a 1922). Da análise global da totalidade do conjunto das ânforas resulta claro que as importações em geral e as da Península Itálica em particular, no cômputo geral, se encontram longe da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no vale do Tejo. A par deste cenário, verifica-se um quadro que à partida não seria o espectável, destacando-se de forma preeminente os contentores de proveniência da *Ulterior*/Lusitânia, nomeadamente com fabricos da região dos vales do Tejo/Sado de tradição tipológica pré-romana, correspondendo estes a um total de 53% da amostragem global (Estampa 183, n.º 1925 a 1929), surgindo mesmo alguns exemplares que tentam imitar regionalmente as morfologias itálicas (Estampa 183, n.º 1930). Tendo presente a interpretação de que o sítio poderá corresponder a uma instalação militar possivelmente relacionada com o período Sertoriano (Soares *et al.*, 2019), esta leitura poderá deflectir com problemas de abastecimento e com a necessidade imperiosa de os assegurar localmente, num período de conflitualidade crescente. É uma hipótese a desenvolver, mas que tendo em conta os dados disponíveis

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

e a singularidade do registo, mas também as leituras nos sítios coetâneos, se apresenta plausível.

Por último, destaca-se, entre o conjunto de metais recuperado em Chibanes, a presença de diversos elementos que se podem relacionar com a presença do exército, encontrando-se atestado, quer armamento ofensivo e defensivo, quer *militaria* (Soares *et al.*, 2019) (Estampa 184). Destaca-se a presença de uma empunhadura, em liga de cobre, de punhal de antenas de tipo “Santa Trega” com lâmina de ferro (Soares *et al.*, 2019, p. 87, fig. 9, n.º 1); elementos de *pilum* ligeiro em ferro (Soares *et al.*, 2019, fig. 9, n.º 4); um dardo de artilharia de torção (Soares *et al.*, 2019, fig. 9, n.º 5); pontas de lança (Soares *et al.*, 2019, fig. 9, n.º 6); projéteis de funda em chumbo (Soares *et al.*, 2019, fig. 9, n.º 3) e um botão terminal de capacete de ferro de tipo *Buggenum* (Soares *et al.*, 2019, fig. 9, n.º 2). As fíbulas encontram-se particularmente bem documentadas, com fíbulas anulares hispânicas, tipos Schüle 4h, tipo Ponte 36 também designados como “pseudo-La Tène II” e Nauheim (Soares *et al.*, 2019, p. 89, fig. 10). Por ter pertinência para a cronologia do ocaso de Chibanes, destaca-se as ausências, nomeadamente de modelos de fíbulas associados a momentos posteriores a 60 a.C., como as fíbulas anulares romanas, Alésia ou Aucissa, que como já vimos encontramos bem documentadas em Monte dos Castelinhos e que se encontram presentes no fortim do Pedrão.

Em suma, tudo indica que o morro da Serra do Louro, verdadeiro caminho natural de transitabilidade entre a baixa de Azeitão e a zona de Palmela e foz do Sado, é escolhido no âmbito do processo tardio de conquista romana no baixo Tejo/Sado para a implantação de um forte romano. A diminuta dimensão da sua fortificação elíptica, (o comprimento máximo do estabelecimento é de 200m e a largura cerca de 50m), não autorizam estarmos perante um acampamento. Pelo menos, na plataforma da crista da Serra. Mas seria interessante em futuros trabalhos olhar de outra forma para a planície no seu sopé a Norte e através de meios não intrusivos, tentar diagnosticar se a putativa localização da *Castra Caepiana* não se articularia aí com este núcleo em altura. Penso que os dados da proporcionados pela fotointerpretação possam aqui ser relevantes. Não querendo nesta fase avançar com qualquer leitura, porém não posso deixar de sublinhar a perceção nessa área da existência de um padrão com potencial interesse. Realmente ao nos determos sobre a fortificação romana de Chibanes, é peculiar o desinvestimento que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

esta tem no seu lado Norte virado a esta planície. Todo o esforço é direcionado para a edificação do amuralhamento das portas, ladeadas de robustas torres de planta retangular, na zona do caminho natural pela cumeada da Serra (Soares *et al.*, 2019). Todavia, qualquer ataque que se fizesse a Chibanes pela encosta virada a Norte, encosta essa pouco ingreme, apenas se depara com um muro de 0,65/070m de largura!

Se os dados sobre o momento da sua fundação itálica se coadunam com a referência a Quinto Servílio Cepião, 109 - 107 a.C., a estratigrafia do sítio revelou um episódio de destruição na transição da primeira subfase de ocupação romana (Chibanes IIIA) para a segunda (Chibanes IIIB), representada por derrubes de muros, especialmente de taipa e adobes, associados a um nível de incêndio. Esta destruição foi relacionada ainda que de forma muito cautelosa com o período de conflito decorrente das guerras sertorianas, o que me parece bastante provável (Soares *et al.*, p. 91). O sítio como vimos é reconstruído, Chibanes IIIB, ocorrendo o seu definitivo abandono ainda no século I a.C. tendo em conta o seu contexto de importações cerâmicas, o conjunto numismático e as evidências da análise das fíbulae em meados da década de 60 a.C.

OUTROS SÍTIOS

Por último, ainda concernente ao povoamento em torno da Península de Setúbal, existem ainda algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que indícios para futuros trabalhos.

Uma das questões mais relevantes prende-se com as dinâmicas de ocupação pré-romana da colina de Santa Maria, na área urbana de Setúbal. A fundação deste núcleo de povoamento, cuja origem remonta ao Bronze Final, assume durante a Idade do Ferro papel de relevo na foz do Sado (Soares e Silva, 1986). Contudo, parece ter sido abandonado ou pelo menos perdido importância, nos momentos finais do período sidérico, tendo mesmo sido sugerido que Chibanes terá emergido na sequência do abandono do povoado da colina de Santa Maria (Silva e Soares, 1997, p. 59). Ainda que objetivamente não existam dados que sustentem uma leitura alicerçada, parece-me interessante colocar a questão, nem que seja como hipótese de trabalho, de este núcleo de povoamento ter sido preterido e abandonado precisamente no conturbado período da conquista romana da foz do Sado. De facto, a concentração de diversos povoados fortificados nesta zona revela uma situação de alguma instabilidade, que não seria

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

consentânea com a orografia pouco defensável da colina de Santa Maria. Em paralelo com esta problemática, mas dela decorrente, surge a questão da génese do núcleo urbano de *Caetobriga*. Os dados da arqueologia urbana no núcleo antigo da cidade de Setúbal sustentam a sua firme localização nesta área (Soares, 2000; Soares e Silva, 2018). Contudo, a informação disponível deixa perceber que a povoação romana emerge durante o período imperial, mais propriamente a partir de meados/3º quartel do século I, quando *Salacia* começa a perder importância económica (Silva *et al.*, 1980-81). Coloca-se assim a discussão de o núcleo de *Caetobriga* não ser de origem pré-romana, mas antes uma fundação romana de raiz, ainda que criada sobre as ruínas de um povoado indígena anterior. Essa fundação decorre já do processo de desenho da Província da Lusitânia e da necessidade de se consolidar um núcleo de relevo na foz do rio Sado.

Por último ainda na Península de Setúbal, a presença de um fundo de ânfora vinária itálica do Tipo Dressel 1 recolhida à superfície no recentemente identificado sítio da Ponta do Mato, Seixal, permite supor uma maior antiguidade para este núcleo ribeirinho da margem sul do Tejo (Raposo, Santos e Henrique, 2014, p. 22, Fig. 14, PMt. 6)

5. ENTRE A *MÓRON* ESTRABONIANA E *SCALLABIS PRAESIDIUM IULIUM*

Como referimos *supra* é justamente a ampla navegabilidade e o aceso direto de navios de mar, aproveitando a força das marés, ao fundo do estuário do Tejo, que fez com que a zona em torno de Santarém assumisse uma posição estratégica do ponto de vista militar na fase de conquista romana do território da *Ulterior/Lusitânia*. Sublinhe-se que ainda hoje as marés sobem o rio durante 80 km até ao Porto de Muge (Ribeiro, 1994, p. 116). Esse conhecimento particularizado do território encontra-se bem evidenciado na obra de Estrabão, tendo sido, sem dúvida, estas características peculiares, desde longa data do conhecimento dos navegadores atlânticos, fenícios, púnicos e gaditanos, que levaram os estrategas militares que planearam a campanha de Bruto a apostar do Tejo como eixo da sua campanha para a conquista do Noroeste peninsular. A par da estrada fluvial tagana, a zona de Santarém assume desde cedo um papel crucial na articulação das vias terrestres do território da *Ulterior/Lusitânia*, daqui irradiam caminhos quer em direção a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Norte ao vale do Mondego e Douro; quer em direção ao interior peninsular pelo médio e alto Tejo pela enigmática *Tabucci*; e flanqueando o rio pela margem esquerda delineiam-se caminhos naturais em direção ao alto e baixo Alentejo (Mantas, 2011).

ALCÁÇOVA DE SANTARÉM (CNS - 85)

No vale do Tejo, entre os múltiplos sítios arqueológicos que se reportam à fase da conquista romana, sobressai pela qualidade e quantidade da informação o caso da cidade de Santarém. Palco de um projeto de arqueologia urbana coordenado por Ana Margarida Arruda, estruturado em torno de amplas e profundas leituras estratigráficas na área da antiga Alcáçova Islâmica e que se tem plasmado por um vasto acervo de publicações (para uma síntese da prolífera lista bibliográfica produzida ver Arruda, 1999-2000, Viegas, 2003; Arruda e Viegas, 2014 e Arruda, 2018).

A identificação da cidade de Santarém com *Scallabis* - povoação indígena na qual foi instalado o *Praesidium* Cesariano, posteriormente colónia, capital de *civitas* e de *conventus* - é hoje um dado adquirido (Mantas, 1993; Faria, 1999, Arruda e Viegas, 1999).

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém implanta-se num vasto morro sobranceiro ao Tejo, gozando de excelentes condições naturais de defesa e de ampla visibilidade pelas planícies circundantes. Dele se avista os Chões de Alpompe, situados apenas a 12,5 Km, mas também o Alto do Castelo e o Porto do Sabugueiro, assim como os sítios que irão surgir ao longo do século I a.C. como o Alto dos Cacos, Almeirim e o Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira.

Os primeiros contactos com o mundo romano encontram-se atestados pela chegada no terceiro quartel do século II a.C. de ânforas itálicas do tipo greco-italico a par das cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas (Arruda, 1993; Bargão, 2006; Soria; 2013 e 2018). Apesar destas evidências, tem vindo a ser sublinhado que a sua expressividade é distinta das realidades dos contextos da primeira fase da conquista de Lisboa identificados na área do Castelo, ou das evidências dos Chões de Alpompe (Bargão, 2006; Arruda e Viegas, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Nas diversas leituras estratigráficas efetuadas na área da Alcáçova são poucos os contextos arqueológicos primários, tendo em conta a longa diacronia de ocupação do espaço e a intensa utilização do subsolo como área de armazenamento durante o período islâmico (Arruda, 1999-2000). Um terreno mais amplo no espaço dos viveiros camarários estudado em 1999 e 2000 permitiu uma escavação em área (Viegas, 2003). Revelou um conjunto de estruturas que correspondem a edifícios alinhados de forma ortogonal, em função de arruamentos. A análise da sua planimetria permite identificar diversos compartimentos de planta retangular, cuja construção evidencia uma clara descontinuidade com o urbanismo anterior da Idade do Ferro (Anexo 1, figura 84). Trata-se portanto das primeiras edificações romanas da Alcáçova de Santarém e foram integradas no que foi designado pelos seus autores como fase 1 de cronologia tardo republicana, concretamente do segundo quartel/meados do séc. I a.C. (Almeida, 2008).

Tendo em conta os estudos dos conjuntos de materiais importados das diversas intervenções realizadas na área da Alcáçova de Santarém, é ainda nas últimas décadas do século II a.C. que o *opidum* pré-romano inicia o processo da romanização (Arruda e Viegas, 2014). Contudo, a partir do 2º quartel do século I, as realidades alteram-se consideravelmente. É este o momento em que se constroem os edifícios identificados na área dos viveiros e que chegam a *Scallabis* quantidades impressionantes de ânforas da costa Sudoeste da *Ulterior* e do vale do Guadalquivir (Arruda, Viegas e Bargão, 2005; Almeida, 2008), assim como cerâmicas de verniz negro itálico da colónia latina de Cales e suas imitações em pasta cinzenta (Soria, 2018), quantidades significativas de cerâmicas de paredes finas itálicas (Arruda e Sousa, 2013) e um expressivo conjunto de lucernas (Pereira, 2014). Pode-se igualmente associar a esta fase, os exemplares de projéteis de *glandes plumbeae*, o *simpulum*, o estrígil e as fíbulas em liga de cobre (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, peças n.º 204 e 205; 140; 193 a 196), ver Anexo 4, Estampa 185.

A entrada do importante povoado pré-romano de *Scallabis* na esfera do mundo romano evidencia um percurso aparentemente distinto do que conseguimos traçar para *Olisipo* e *Moron*. Apesar de ter entrado em contacto com o mundo itálico ao mesmo tempo, este contacto parece se ter restringido a algumas importações, tendo a alcáçova de Santarém ficado à margem da geografia militar desta primeira fase. O mesmo aparentemente parece ter ocorrido na foz do Tejo com o antigo povoado de Almaraz, que tanto quanto

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sabemos recebe algumas importações, mas longe da expressividade que estas alcançam em Lisboa (Barros e Henriques, 2002). É em meados do século I a.C., possivelmente durante ou após o conflito Sertoriano e as alterações das geografias estratégico/políticas do baixo Tejo, que *Scallabis* ganha outra relevância, sendo então a opção para o estabelecimento de uma base militar, parecendo possível admitir que será então que o topónimo *Praesidium Iulium Scallabis* se impõe (PLIN. 4, 117) (López Vilatela 2000, p.187). Tem vindo a ser proposto que o *praesidium* corresponda a um acampamento fundado por César durante o seu pretorado na *Ulterior*, em 61-60 a.C. (Arruda e Viegas, 1999), porém, não existe consenso em relação à cronologia do mesmo, oscilando entre o pretorado de César e a guerra civil entre César e Pompeio (49-44 a.C.) (Alarcão, 2002, p. 39).



Figura 165 – Vista da Alcáçova de Santarém e do seu franco domínio sobre o curso do rio Tejo. Fotografia de Henrique Mendes.

Desde cedo, a referência pliniana a um *Praesidium* foi interpretada de forma linear como a evidência da instalação de um acampamento militar na área de Santarém (Alarcão, 1983, p. 79). Contudo, a recente reflexão de François Cadiou em torno dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Praesidia nas fontes literárias, levam-nos a problematizar e matizar esta interpretação (Cadiou, 2015). De facto, ao analisarmos as referências aos diversos *praesidia* atestados nas fontes clássicas, verifica-se a presença de cerca vinte sítios, mencionados como *praesidia* ou associados a um *praesidium* desde o início do processo de conquista em 218 até à guerra civil entre César e Pompeio, 49 e 45 a.C. referidos no *Bellum Civile* e no *Bellum Hispaniense* (Cadiou, 2003, p. 86). Contudo, um *Praesidium* pode designar um posto fortificado, mas também um simples destacamento militar encarregado de ocupar temporariamente uma posição estratégica (Cadiou, 2015, p. 241). Na província da *Ulterior*, no ano 49 a.C., Varrão cria precisamente diversos *praesidia* com o intuito de assegurar certas aglomerações indígenas após a vitória de César em *Ilerda* (Cadiou, 2015, p. 237). Seria esse o caso de *Scallabis*? Voltaremos mais à frente a este assunto na IV parte deste trabalho.

TESOURO REGIÃO DE SANTARÉM

Um elemento elequente da relevância desta zona durante o período romano republicano é a recolha de diversos conjuntos de numismas ao longo do tempo, ainda que na maioria das vezes, estes apenas sejam conhecidos de forma parcelar e sem um apurado registo do seu contexto. É o caso do denominado “Tesouro da região de Santarém”. Trata-se de um vasto conjunto numismático, interpretado como tesouro, descoberto algures na região escalabitana antes do ano de 1989, sem que seja possível rastrear o local exato da sua identificação (Barbosa, 1995). É constituído por 200 moedas em AR, tendo sido inventariados 192 denários (Ruivo, 1993-1997, p. 34 e 35). O exemplar mais recente, corresponde ao RRC 394/1, datado de 74 a.C., permitindo associar assim esta ocultação à instabilidade ou movimentações militares decorrentes do conflito Sertoriano (Ruivo, 1997, p. 92).

CHÕES DE ALPOMPÉ (CNS - 245)

O sítio arqueológico de Chões de Alpompé corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 hectares, com cerca de 96 metros de altura, implantado de forma contundente sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência com o rio Tejo. A mais antiga referência à importância arqueológica do planalto de Alpompé remonta a 1883 quando, se mencionou a descoberta de “fundamentos de grandes muralhas”, moedas em grande quantidade e diversos objetos romanos de grande valor (*Apud*,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Diogo, 1993). Apesar desta alusão, o seu real reconhecimento pela comunidade científica apenas se verificou nos anos cinquenta do século passado, quando Amorim Girão e Bairrão Oleiro classificaram o planalto de Chões como acampamento militar romano, propondo a sua identificação com a *Móron* de Estrabão (Girão e Oleiro, 1953, p. 79). Recentemente, tivemos oportunidade de sintetizar e refletir sobre a já longa história dos trabalhos e das distintas leituras sobre as suas ocupações, remetemos assim para esse trabalho (Pimenta e Arruda, 2014). Importa, porém, reter que o sítio corresponde a um povoado indígena da Idade do Ferro com fortes ligações com o mundo mediterrânico, pelo menos desde o século VII a.C.

A grande extensão deste sítio arqueológico, a par da quantidade e qualidade do espólio recuperado, assim como a visibilidade de um sistema defensivo em talude ainda bem preservado conferiram ampla notoriedade a esta estação no panorama arqueológico peninsular (Fabião, 2002, 2004 e 2006). Contudo, até ao ano de 2015, nunca aí haviam sido realizadas escavações arqueológicas, correspondendo os dados existentes a trabalhos de prospeções e recolhas carecendo de enquadramento institucional (Arruda *et al.*, 2018).

Destaca-se de forma assinalável os conjuntos cerâmicos, sobressaindo os extensos conjuntos de ânforas aqui recolhidos e publicados por diversos autores, em distintos enquadramentos temporais e institucionais (para a extensa lista de trabalhos ver síntese em Pimenta e Arruda, 2014). Importa aqui ter presente o conjunto de ânforas, visto que parece atestar um quadro de abastecimento de cariz institucional normalmente associado aos exércitos consulares, destacando-se um conjunto de materiais com perfil antigo que remetem para os contextos bem definidos de Lisboa (Pimenta 2005) e de Valência (Ribera Lacomba 1998; 2002), datados do terceiro quartel do século II a.C. (ver Anexo 4 Estampa 186).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**



Figura 166 – Lucerna de Chões de Alpompe, segundo Matias, 2018, CD anexos Fichas, modificado.

O facto de estarmos a lidar com dados de superfície, explica a escassez de cerâmicas finas, que, contudo, se encontram referidas desde os primeiros trabalhos sobre o sítio, notando-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, de tipo Campaniense A e B, paredes finas itálicas e lucernas. Em recentes trabalhos de prospeção realizados no planalto do Alviela, no âmbito da realização da Carta Arqueológica de Santarém, foi recolhida uma lucerna praticamente completa a que falta apenas a asa (Matias, 2018, CD anexos Fichas). Apesar de não termos podido analisar o exemplar pessoalmente, trata-se de uma Lucerna do Tipo E de Ricci, ainda que o seu fabrico nos coloque dúvidas sobre a sua proveniência, podendo tratar-se de uma produção local do vale do Tejo (Ricci, 1973, p. 216-218).

Outro vetor relevante do acervo de espólios recolhidos no sítio é a presença de conjuntos significantes de metais, nomeadamente numismas, armamento e *militaria*. O conjunto numismático conhecido é muito numeroso, composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas (Ruivo, 1999). Destas, 128 são anteriores a 80 a.C. e três pertencem já ao reinado de Augusto. Tendo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

em consideração estes elementos, José Ruivo sugeriu que o local teria sido abandonado no âmbito dos conflitos sertorianos (Ruivo, 1999, p. 106). A favor de uma instalação militar no local a partir do terceiro quartel do século II a.C. falam ainda outros artefactos metálicos, concretamente os que entram na categoria de *militaria*, armas e projéteis de arremesso, como as glandes de chumbo, muito abundantes no sítio (112 exemplares), os componentes de cinturão militar (*balteum militare* ou *balteus*); os botões em anel; as fíbulas; os elementos de arreio associados à cavalaria; mas também, os utilitários agroflorestais (Fabião, Pereira e Pimenta 2015). O extenso conjunto de glandes *plumbeae* merece um breve comentário. Infelizmente, não dispomos de qualquer registo da sua recolha, impedindo-nos uma avaliação da sua distribuição no sítio. Contudo, quem as recolheu, refere que as mesmas se concentravam do lado externo dos taludes defensivos dos Chões. Esta leitura poderia indiciar um cenário de campo de batalha e/ou de um momento de preparação da mesma, uma vez que grande parte deste lote poderá indiciar uma produção sob algum tipo de pressão. Destaca-se no conjunto, a identificação de duas glandes *plumbeae* em processo de fabrico, obtidas por molde e nunca utilizadas, uma vez que se conservam por entre as rebarbas excedentárias. Esta peça demonstra cabalmente a existência de uma oficina de fabrico de glandes *plumbeae* no local (Fabião, Pereira e Pimenta 2015, p. 114-129). Ver Anexo 4, Estampa 187.

Apesar da relevância do sítio de Chões de Alpompé para a análise do processo de conquista romana do território português, apenas em 2015 e 2016 foi possível aí realizar pela primeira vez trabalhos arqueológicos. Apesar de enquadrados num projeto de investigação com outro quadro de problemáticas, as três leituras estratigráficas verticais realizadas permitiram atestar as hipóteses que tinham vindo a ser construídas com base nos materiais de superfície aí recolhidos. Nomeadamente: 1 - Que o sítio tem uma relevante ocupação da Idade do Ferro de forte matriz orientalizante, que atravessa todo o primeiro milénio antes da nossa era; 2 - Que o planalto é ocupado de forma intensa na segunda metade do século II a.C. com uma forte componente itálica; 3 – Que as características defensivas do sítio são incrementadas com um sistema defensivo composto de muralha de talude de terra e fosso. No entanto, o resultado mais relevante da intervenção foi sem dúvida o de verificar as amplas potencialidades que esta ímpar estação ainda tem para a investigação (Arruda *et al.*, 2018).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

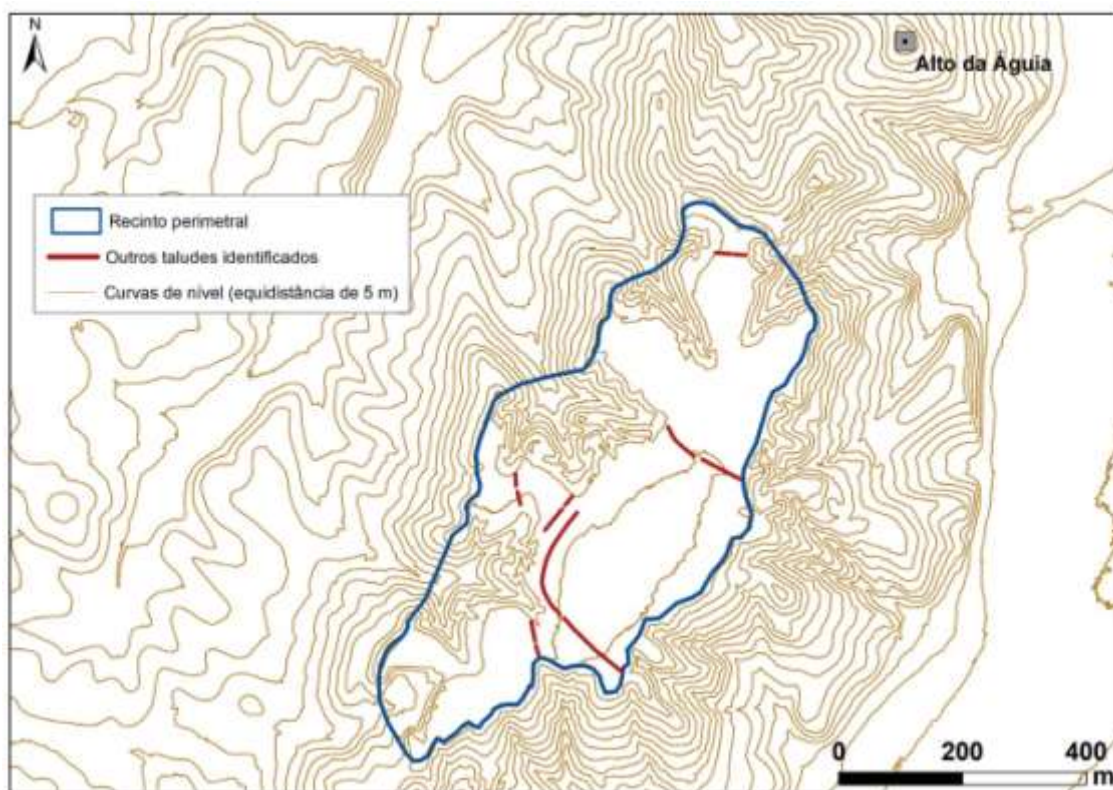


Figura 167 – Planimetria das novas evidências arqueológicas identificadas no planalto dos Chões de Alpompe relacionadas com a existência de dois possíveis recintos militares romanos (segundo Fonte *et al.*, 2020, fig. 19).

Uma das questões, sempre em aberto, em relação a Chões de Alpompe foi a dos seus sistemas defensivos, quer na sua cronologia quer na sua planimetria. No âmbito desta dissertação, foi possível realizar recentemente num trabalho, em colaboração com outros investigadores, reavaliando essa questão (Fonte *et al.*, 2020). De facto, a definição dos taludes térreos e pétreos perimetrais ao sítio, desde cedo valorizados (Girão e Oleiro, 1953), foi sempre complexa, situação que resulta em parte da densa cobertura florestal e da profunda erosão dos terraços fluviais onde o sítio se ergue. A recente disponibilidade, para esta zona do baixo Vale do Tejo, de dados de laser aéreo, bem como a sua combinação com fotografia aérea histórica, permitiu identificar e mapear novas estruturas arqueológicas que autorizam uma visão renovada sobre as estruturas do sítio. Esta nova leitura, permite propor a existência de pelo menos dois recintos militares romanos: um maior e mais irregular que circundava todo o planalto e que muito provavelmente se poderá associar com a campanha de Bruto; e outro menor e mais regular, ocupando a parte central do recinto, que possivelmente se poderá

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

relacionar com o conflito Sertoriano. Esta hipótese carece ainda de validação arqueológica, que só futuros trabalhos poderão vir a esclarecer.

ALTO DO CASTELO (CNS - 269)

O sítio do Alto do Castelo, Freguesia e Concelho de Alpiarça, está implantado em uma ampla plataforma amesetada que corresponde a um terraço quaternário, localizada na confluência da Ribeira dos Patudos e da Atela. Está relativamente bem destacado na paisagem, implantando-se a cerca de 32 metros de altura sobre as margens aluvionares do Tejo e do antigo rio Alpiarça. O sítio é delimitado por uma imponente estrutura defensiva que circunscreve 28 hectares de área, sendo composta por muralha de terra, associada a um duplo fosso, que foi interpretado, embora com algumas reservas e hesitações, como estabelecimento militar romano (Kalb; Höck, 1982, 1984a; 1988a). Sendo esse papel reforçado em trabalhos de síntese mais recentes (Fabião, 2004a, 2004b, 2006b, 2013 e 2014).

O local é conhecido desde há longa data, desde sempre relacionado com o complexo fenómeno dos *urnenfelder* de Alpiarça (Correia, 1916 e 1936). Para o caso em apreço, interessa-nos apenas reter a informação respeitante ao sítio do Alto do Castelo, o vasto recinto onde se recolheram “...ânforas e outros grandes vasos de época romana” (Correia, 1936, p. 134), enviados para o Museu de Antropologia da Universidade do Porto (Correia, 1928, p. 286).

O planalto do Alto do Castelo foi, em inícios dos anos 70, intensivamente prospetado por Gustavo Marques, que então identificou de forma clara e cartografou as suas duas linhas de muralhas (Marques, 1972). O mesmo investigador prestou pela primeira vez atenção aos espólios aí recolhidos e que se encontravam e encontram depositados no Museu do Instituto de Antropologia do Porto.

Na década de 80 do século passado, o sítio foi objeto de um relevante projeto de investigação do Instituto Arqueológico Alemão, que infortunadamente não teve continuidade, sendo alvo de escavações levadas a efeito por P. Kalb e M. Höck (1980, 1988). Foram então abertos dois cortes, tendo ficado clara a existência de duas linhas de muralhas de terra batida, idênticas do ponto de vista construtivo e funcional, ainda que atestem dois momentos distintos no espaço e no tempo. A primeira limitaria uma área

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de 5ha ocupada durante o Bronze Final, e a segunda, com fosso duplo, construída na época romano-republicana, com cerca de 1500 m. de extensão e quatro metros de altura, circundava a totalidade da plataforma de 28ha.



Figura 168 – Ortofoto do voo USAF de 1958 (CIGeoE) do Alto do Castelo. Setas a vermelho tentam indicar a planimetria das evidências arqueológicas relacionadas com a existência do provável recinto militar romano.

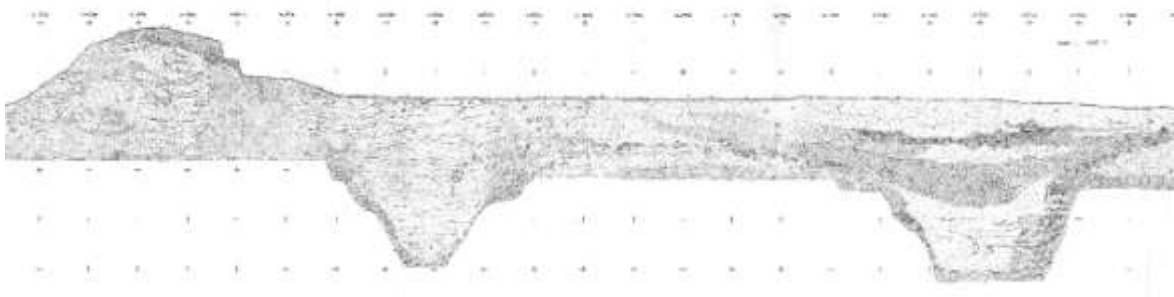


Figura 169 – Secção e perfil do corte elaborado pela equipa do Instituto Arqueológico Alemão ao duplo fosso e muralha de talude do Alto do Castelo em 1981 (segundo Kalb & Höck, 1982, Abb. 3, modificado).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Os resultados destes trabalhos foram prontamente publicados (Kalb e Höck, 1982, 1984a; 1984b, 1988a), tendo sido definido que o sítio tinha tido diversas fases de ocupação. O povoamento inicia-se no período calcolítico, sucedendo-se uma extensa ocupação do Final da Idade do Bronze, que seria contemporânea das necrópoles que o circundam, e uma outra posterior de época romana, que os autores identificam, como um possível acampamento militar romano republicano (Kalb e Höck, 1984a).

A presença de uma ocupação datada da Idade do Ferro é apenas referida brevemente, ao mencionarem que o fosso da “... fortificação [romana] cortou e destruiu uma provável sepultura que consideramos da Idade do Ferro” (Kalb e Höck 1988a, p. 195). Recentemente, constatou-se no âmbito da revisão das coleções antigas provenientes do Alto do Castelo a existência de uma inesperada e rica ocupação do planalto durante a Idade do Ferro, denotando esta tal como na vizinha alcáçova de Santarém, fortes influências orientalizantes (Arruda *et al.*, 2014).

Desde os trabalhos de Gustavo Marques (Marques, 1972), ficou claro que este espaço fortificado teria sido ocupado entre os meados do século II-I a.C. como atestam as duas ânforas de proveniência Itálica do Tipo Dressel 1, recolhidas algures no planalto do Alto do Castelo. Todavia, os dados disponíveis limitavam-se a essas duas peças. A reanálise dos milhares de fragmentos cerâmicos, líticos e metálicos provenientes do Alto do Castelo e depositados nas reservas da Casa dos Patudos em Alpiarça, elaborada no decorrer da presente dissertação, vem reforçar a relevância da ocupação nesta fase. A presença de numismas romanos recolhidos dentro do vasto recinto do Alto do Castelo é abundantemente referida, contudo, não foi possível até ao momento a sua análise visto desconhecer-se o seu paradeiro (Marques, 1972, p. 8). Entre os materiais que se encontram em depósito e que tem como coordenadas gerais apenas o facto de terem sido recolhidos à superfície do vasto recinto intramuros do Alto do Castelo destaca-se a presença de fragmentos de ânforas romanas republicanas, a par de outras cerâmicas coetâneas, tais como contentores de armazenamento em cerâmica comum, cerâmicas cinzentas, destacando-se a presença de jarros com decoração brunida, e um fragmento de *Kalathos* importado possivelmente do mundo Ibérico (Estampa 188, n.º 2099). O conjunto de ânforas é pouco numeroso, mas o seu estudo permite algumas ilações interessantes, nomeadamente o aspeto inesperado de o sítio de Alto do Castelo ter igualmente ocupação durante o século I a.C. Estão representadas as ânforas vinárias

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

itálicas do tipo Greco-itálica e Dressel 1, a par de exemplares com macro fabricos típicos do vale do Guadalquivir, nomeadamente um bocal de ânfora de tipo ovoide 1 (González Cesteros; Almeida; García Vargas, 2016) (Estampa 188, n.º 2093 a 2096 e 2102).

A par da análise dos materiais em reserva na Casa dos Patudos, Alpiarça, pareceu-me relevante visitar os materiais provenientes do Alto do Castelo e que teriam rumado ao Porto, onde ainda hoje se encontram, fazendo atualmente parte do acervo do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Estes eram compostos por duas ânforas bem preservadas, assim como outros vasos cerâmicos de grande dimensão. Este espólio foi revisto e publicado no início dos anos setenta por Gustavo Marques (Marques, 1972). A sua observação e análise tipológica e macroscópica permitiram concluir que o conjunto de vasos publicados (Marques, 1972, Est.VI, C3 e C4) não correspondia como aliás já os desenhos conhecidos levavam a supor a peças de cronologia romana, mas sim a peças de cronologia islâmica e de época moderna. O estudo das ânforas permitiu a realização de um novo e mais preciso registo gráfico, assim como a sua análise macroscópica (Estampa 188, n.º 2091 e 2092).

A revisão da informação em relação a esta emblemática estação permitiu atestar uma longa diacronia da ocupação, desde o calcolítico final até ao período romano. Esta impressionante continuidade resulta acima de tudo das favoráveis condições de implantação e da relevância estratégica do sítio. É precisamente sobre esta localização de um sítio indígena da Idade do Ferro, com fortes influências do mundo meridional (Arruda *et al.*, 2014), que se vem a instalar um enorme recinto militar de época romana republicana. Nesta fase dos trabalhos e sem a existência de novas leituras estratigráficas que permitam ver a sua sequência, não é claro se esta ocupação ocorre numa continuidade com as evidências do povoamento pré-romano orientalizante ou se apenas estamos perante uma mesma opção espacial (Arruda *et al.*, 2014).

Consolida-se assim a hipótese de ter existido no Alto do Castelo, um estabelecimento militar do período da conquista romana (Kalb e Höck 1984a, reforçado em Fabião, 2004a e 2006b). A relevância estratégica da sua implantação e o seu claro papel de domínio da transitabilidade regional e do acesso às vias naturais de comunicação com o Alto-Alentejo levaram a que em época romana republicana o sítio assumisse

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

protagonismo. Pode-se e deve-se discutir a que fase ou a que contexto(s) das dinâmicas de conquista se poderá associar. Voltaremos mais à frente a este assunto, porém, a sua extensão, regularidade do traçado, natureza das fortificações, combinando uma massiva muralha de terrapleno a um sistema de duplo fosso, a par do registo cerâmico e estrutural no seu interior convergem para podermos estar perante um acampamento militar. Nesta fase dos trabalhos será de ponderar regressar ao sítio e tentar abordar esta estação com novas metodologias com o intuito de solucionar muitas das questões ainda em aberto.

CABEÇO DA BRUXINHA (CNS -15679)

O sítio de Cabeço da Bruxinha, Freguesia e Concelho de Alpiarça, foi identificado por Mendes Corrêa, designando-a então como Cabeço da Bruxa e esclarecendo que existe para Oeste uma outra estação com idêntico nome (Correia, 1934). Por uma questão de organização dos sítios e para evitar equívocos com a estação homónima, Gustavo Marques, rebatiza este sítio com a designação de Cabeço da Bruxinha (Marques, 1972, p. 10).

Cabeço da Bruxinha é uma curiosa e mal conhecida estação, diretamente relacionada com o Alto do Castelo, na qual até aos dias de hoje ainda não foram realizados quaisquer trabalhos arqueológicos, ainda que seja mencionado desde cedo a presença de blocos calcários indicadores de construções a par de tégulas e de mós manuais. Situa-se num pequeno outeiro, na confluência da ribeira dos Patudos com a vala de Alpiarça. De acordo com a perspicaz descrição de Gustavo Marques, esta estação “(...) parece ter sido artificialmente separado do Alto do Castelo, por uma larga depressão com cerca de 15 metros de largura, numa época indeterminada, (...). Por ela corre a estrada Almeirim-Alpiarça.” (Marques, 1972, p. 10). Esta proximidade física com o Alto do Castelo leva mesmo Gustavo Marques a hesitar, sobre a legitimidade da sua separação enquanto sítios autónomos.

No âmbito deste trabalho, foi possível visitar e observar de forma atenta este sítio. Verifica-se, apesar do forte coberto vegetal aí existente, a presença de taludes de terra indicadores de uma estrutura defensiva rodeando o cabeço. Qual a sua cronologia e funcionalidade é uma incógnita. Porém, tendo em conta a sua implantação de domínio

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

em relação à estrada nacional, não deixa de ser pertinente supor que este Cabeço da Bruxinha poderia ter tido em época romana a par do Alto do Castelo uma função de controle/defesa em relação à estrada romana que aqui passaria em direção a *Augusta Emerita* por *Aritium Praetorium* e que se encontra bem atestada por marcos miliários (Mantas, 2002).

Poucos são os dados que nos permitam vislumbrar a cronologia de ocupação do outeiro de Cabeço da Bruxinha. Nas reservas do Museu da Casa dos Patudos, preserva-se pouco espólio com esta proveniência, contudo, alguns dos materiais permitem sustentar uma ocupação romana, tais como bojós de cerâmica comum, fragmentos de ânforas, assim como material de construção como tégulas. Destaca-se neste conjunto a presença de um fragmento de bojo de ânfora vinária itálica com as típicas pastas tirrénicas plenas de areias vulcânicas.

No já citado trabalho de revisão dos espólios de Alpiarça depositados no Museu do Instituto de Antropologia do Porto, Gustavo Marques refere a existência de uma ponta de dardo de ferro romana, como proveniente do Cabeço da Bruxinha (Marques, 1972, p. 21). Tendo em conta esta referência, desenvolvi os procedimentos conducentes à procura e estudo deste eventual elemento de índole militar. De facto, no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, preserva-se a peça em questão assim como um postal manuscrito associado à entrega no Museu de duas peças provenientes do então designado Cabeço da Bruxa. Trata-se de uma curta missiva datada de Outubro de 1945, que refere a recolha por Carlos Melancia “de um (...) dardo? em ferro/colheita de Carlos Melancia no Cabeço da Bruxa Alpiarça.” O projétil, corresponde a uma ponta de arma de arremesso perfurante, mais ligeira que um *pilum*, denominada na literatura da especialidade como *veruta* (Quesada Sanz *et al.*, 2015) (ver anexo 4 Estampa 189, n.º 2104). Encontra bons paralelos nos sete exemplares deste tipo identificados no campo de batalha de Las Albahacas – *Baecula*, (208 a.C.) (Quesada Sanz *et al.*, 2015). O exemplar em apreço tem 20 cm de comprimento total, com um alvado circular com diâmetro interno de 1,3 cm. Este alvado, tendo em conta os paralelos supracitados, deveria ser dotado de um orifício para um passador de fixação, contudo verifica-se que esta peça se encontra fragmentada precisamente nesta área. Evidencia um perfil cónico, sendo na sua extremidade distal de secção quadrada e maciça, com cerca de 0,8 a 1 cm de lado. O ponto de transição para a zona do alvado, de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

secção circular, é marcado por um ligeiro ressalto conferindo-lhe assim um perfil piramidal. Seria assim uma arma para ser arremessada à mão e seria dotada de uma notável capacidade perfurante em especial contra escudos e proteções corporais como a *lorica hamata* (Quesada Sanz *et al.*, 2015, p. 331).

CABEÇO DA BRUXA (CNS -92)

O Cabeço da Bruxa localiza-se na Quinta da Goucha, Freguesia e Concelho de Alpiarça. O sítio hoje em dia muito modificado pelos contínuos trabalhos agrícolas consiste numa elevação de areia com cota em torno dos 6 metros sobre a planície de aluvião. A sua relevância científica é pela primeira vez referida por Mendes Corrêa em 1934. A primeira campanha de escavações ocorre em 1979, por uma equipa do Instituto Arqueológico Alemão liderada por Philine Kalb e Martin Höck (Kalb e Höck, 1981-82). Mais recentemente em 2013 o sítio volta a ser alvo de trabalhos arqueológicos no quadro do projecto PIPA Fenícios no Estuário do Tejo, dirigidos por Ana Margarida Arruda (Arruda *et al.* 2017).

Sendo conhecido essencialmente pelas suas ocupações pré-históricas, enquanto espaço de habitat durante o Calcolítico e espaço de necrópole na Idade do Bronze Final o sítio volta a ser reocupado em fases mais recentes. Destaca-se a recente constatação de uma fase da Idade do Ferro com fortes influências orientalizantes (Arruda *et al.*, 2017). Alguns elementos, recolhidos à superfície nos últimos trabalhos aqui realizados, sustentam igualmente uma ocupação durante o período romano republicano, cerâmica de verniz negro itálico Caleno, ânforas Ovoide 1 e 4 do vale do Guadalquivir, sem que seja claro qual o seu enquadramento. Sublinhe-se que aqui foi recolhido um invulgar numisma hispano-cartaginês (Kalb e Höck, 1980, p. 104, Taf. 21, fig. e-f). A presença romana parece continuar em épocas posteriores ainda que sem grande expressividade (Delgado, 1981-1983).

ALTO DOS CACOS (CNS - 3108)

O sítio de Alto dos Cacos, Freguesia e Concelho de Almeirim, situa-se nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo. Ocupa uma plataforma relativamente baixa e plana de orientação NE-SE, mas que evidencia uma posição geoestratégica dominante sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças. Trata-se de um vasto

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

sítio arqueológico, que foi detetado no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas. Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas às entidades que tutelavam o património, este sítio caiu no esquecimento e apenas recentemente foi reconhecida a sua relevância e interpretado como possível acampamento militar romano do período tardo republicano (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

A sua localização permite um contacto visual direto com espaços de ocupação romana e pré-romana da região: mesmo em frente, do outro lado do rio Tejo, situa-se em posição de sobranceira o planalto e núcleo ribeirinho da antiga urbe de *Scallabis*; alguns quilómetros mais à direita, mas em perfeito contacto visual, ergue-se o povoado fortificado dos Chões de Alpompé; na mesma margem, a cerca de 2 km situa-se o antigo povoado do Cabeço da Bruxa e a 3 km o amplo planalto fortificado de Alto do Castelo.

Dos dados que foi possível compilar e sistematizar até ao momento, pode presumir-se que durante o período conturbado do final período tardo-republicano se tenha aqui edificado um acampamento militar romano de traçado regular. Esta interpretação assenta nos materiais arqueológicos, que permitem sustentar a existência de uma significativa ocupação centrada no terceiro quartel do século I a.C., no expressivo conjunto de *militaria* presente nas coleções depositadas no Museu de Almeirim e que atestam uma coesa presença de cariz bélico em Alto dos Cacos e por último nos dados da fotografia aérea, que permitem vislumbrar, em consonância com o que se vê no terreno, a existência de uma antiga estrutura subrectangular regular, rodeada de fossos e possivelmente com muralhas de talude em terra. As dimensões do sítio, com 450 por 260m, configuram uma extensa área ocupada de cerca de 11 hectares, orientada aos pontos cardiais (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 170 – Ortofoto do voo USAF de 1958 (CIGeoE), as setas vermelhas indicam a área do eventual acampamento.

Os dados aferidos a partir do estudo dos materiais recolhidos no início dos anos oitenta, bem como dos recentes trabalhos de prospeção que aí pude efetuar em 2010, levam a destacar a relevância que o sítio apresenta em época romana tardo-republicana. É a esta fase que se reporta a maior parte dos materiais recolhidos durante as destruições de 1981, elevando-se estes a várias centenas de artefactos dos mais diversos tipos, ainda que sejam conhecidas ocupações pretéritas quer pré-históricas quer proto-históricas, atestando a localização estratégica deste local no controle da travessia do Tejo (Sousa *et al.*, 2016/2017).

O conjunto de cerâmica de verniz negro Itálico encontra-se bem representado, sendo dominado por produções da colónia Latina de Cales, das formas Lamb. 1, 2, 7 e 10, assim como imitações em pasta cinzenta da forma Lamb. 2 e 28, que sustentam uma cronologia centrada no século I a.C. (Soria, 2018, p. 92). Ver anexo 4 Estampa 191, n.º 2123 a 2132. Destaque-se, entre as produções de imitação de VNI em pasta cinzenta, a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

presença de um fundo decorado com um losango central inserido num círculo, sendo este um bom indicador cronológico tendo em conta a cronologia proposta para os protótipos Calenos (Pedroni, 2001). Entre as cerâmicas finas, encontram-se igualmente bem atestadas as importações de copos e taças em paredes finas de produção itálica adstritos às formas Mayet 2 e 3 (Estampa 191, n.º 2133 a 2141).

O estudo do significativo conjunto de ânforas aqui recolhido parece corresponder a um padrão de recepção/consumo de produtos alimentares já de momentos terminais da República e inícios do último quartel do século I a.C., quando os produtos do vale do Guadalquivir, conjuntamente com os da área da costa Sudoeste, em particular da baía de Cádiz e da fachada ocidental atlântica da *Ulerior* (primeiras produções dos vales do Tejo/Sado), dominam o abastecimento. Transposto em anos de calendário, poderia estar hipoteticamente compreendido entre 50/40 e 20/10 a.C., com maior peso e importância, dada a sua aparente natureza militar, nas primeiras décadas (Almeida e Pimenta, 2018) (Estampa 190).

A presença de elementos de armamento Itálico em Alto dos Cacos é um dos elementos mais contundentes para a interpretação do sítio como local de estacionamento de tropas romanas. Entre o numeroso conjunto de artefactos metálicos recolhidos no sítio conotados com a *militaria* destaca-se a presença de um *pilum* em ferro (Estampa 193, n.º 2162), de uma *dolabra* (Estampa 193, n.º 2163), de elementos de arreio de cavalo (Estampa 193, n.º 2170) e de um conjunto expressivo de projéteis de funda, as glandes *plumbeae* (Guerra, Pimenta, Sequeira, 2014; Gomes *et al.*, 2013). Ao conjunto já publicado de 76 projéteis, vêm juntar-se 20 novos exemplares entretanto depositados no Museu Municipal de Almeirim (Estampa 192). A presença de diversas peças inacabadas, evidenciando ainda as rebarbas da fundição, em processo de fabrico ou com evidente defeito, que as inutiliza enquanto projéteis, sustentam a produção local deste tipo de armamento. A reforçar a presença de armamento arremessado por propulsor, regista-se a presença de uma bala de catapulta em calcário de dimensão e peso considerável (Estampa 193, n.º 2164). As fíbulas encontram-se atestadas por três exemplares do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32, (Ponte, 2006, p. 218-244) em liga de cobre (Estampa 193, n.º 2165 a 2167). O conjunto numismático encontra-se igualmente bem documentado, com forte presença da numária itálica atestada por três denários, sendo o único que permite classificação exata o RRC 287/1

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

datada de 115-114 a.C., e por um As itálico com proa de navio de classificação complexa. As cunhagens hispânicas em liga de cobre, encontram-se atestadas nomeadamente com exemplares das cidades de Castulo, Obulco e *Kelse*.

Tal como referimos *supra*, ainda que a informação disponível com que lidamos neste estudo careça de confirmação estratigráfica, julgamos defensável avançar-se com a proposta de estarmos perante uma ocupação de índole militar com início na segunda metade do século I a.C. (50-40 a.C.). Tendo em conta a cronologia, é plausível estarmos perante uma instalação militar correlacionável com o período de instabilidade reinante no Ocidente resultante da eclosão e desenvolvimento do conflito entre os partidários de César e Pompeio na *Ulterior*, durante o qual a Península Ibérica voltou a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. Alto dos Cacos apresenta-se assim como um significativo e relevante contexto militar, com fortes paralelismos com Monte dos Castelinhos, podendo enquadrar-se ambos na mesma dinâmica histórico estratégica.

EIRA DA ALORNA (CNS -2165)

O sítio arqueológico da Eira da Alorna, Concelho de Almeirim, situa-se num amplo terraço quaternário do Tejo sobre uma curva da Vala de Alpiarça, mesmo em frente à cidade de Santarém, gozando de uma ampla visibilidade sobre o planalto da Alcáçova medieval.

As mais antigas referências a uma eventual ocupação proto-histórica deste sítio remontam aos anos setenta, quando Schubart (1971, p. 166), no âmbito de um trabalho de revisão sobre a cerâmica da Idade do Bronze tardio, refere a existência de materiais com esta proveniência depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Posteriormente, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade mencionam a Eira da Alorna, atribuindo-lhe o n.º 51 da lista de sítios inseridos no seu questionável conceito de cultura de Alpiarça (Marques e Andrade, 1974). Nos anos oitenta do século passado, no contexto do levantamento da Carta Arqueológica do concelho de Almeirim, o sítio é referenciado e inventariado, tendo sido reconhecida, pela primeira vez, uma ocupação romana (Henriques, 1987). Posteriormente, José Quinteira realiza trabalhos de prospeção no local, no âmbito da sua dissertação de mestrado sobre o povoamento romano na área da cidade de *Scallabis*, inventariando a jazida como *Villa Romana* (Quinteira, 1996, p. 113 e 114).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Desde os anos oitenta do século XX que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim tem desenvolvido um papel relevante na recolha e inventariação dos mais remotos vestígios de ocupação do seu território, entre os quais se contam os da Eira da Alorna. A frutífera colaboração com esta instituição tem conduzido ao estudo e à divulgação das ricas coleções depositadas quer no Museu da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural, quer no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta *et al.*, 2014). Apesar de, como vimos, a riqueza arqueológica e a longa diacronia de ocupação de Eira da Alorna ter sido reconhecida e assinalada desde cedo, nunca houve no local qualquer intervenção arqueológica devidamente organizada que visasse o seu estudo integrado, que, assim, tarda em ser efetuado. Paralelamente, mantém-se a intensa exploração agrícola do local, com as consequentes destruições de um rico e diversificado património arqueológico. No âmbito do Projecto FETE - Fenícios no Estuário do Tejo, efetuou-se um estudo detalhado dos espólios. Este trabalho veio trazer à colação a relevância desta estação e a sua forte relação durante a Idade do Bronze Final e Idade do Ferro com a Alcáçova de Santarém (Pimenta *et al.*, 2018).

O povoado de Eira da Alorna evidencia grande dinamismo e poder aquisitivo ao longo da Idade do Ferro alcançando os primeiros momentos de contacto com o mundo romano. Tendo em conta os dados disponíveis, tudo indica que o sítio é abandonado nesta fase, mais precisamente no decorrer do conflito Sertoriano. A atestar essa descontinuidade, regista-se um pequeno entesouramento desta fase que se encontra depositado no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta *et al.*, 2014). O conjunto é composto por seis denários itálicos, o mais antigo corresponde a um denário de C.FONT - 114-113 a.C. (RRC, 290/1). O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I a.C., sendo da primeira década o denário de Q. TITI., de 90 a.C. (RRC, 341/1) e o de L.PISO L.F.L.N. FRVGI, datável de 90 a.C. (RRC, 340/1). Imediatamente posterior a estes é o denário de L.TITVRI LF. SABINVS datado de 89 a.C. (RRC, 344/2B) seguido do de L.CENSOR datável de 82 a.C. (RRC, 363/1d). O mais recente é o denário de L. LUCRETI TRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1).

A par destas evidências foi possível estudar um expressivo acervo de materiais cerâmicos, composto por ânforas, verniz negro Itálico, paredes finas e cerâmicas comuns. As ânforas são dominadas por importações de contentores vinários itálicos do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

tipo greco-italico e Dressel 1 (Anexo 4, Estampa 194, n.º 2171 a 2177), surgindo estas a par dos envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Estampa 194, n.º 2178 a 2185). A aduzir a este quadro de importações, atesta-se ainda a presença de exemplares de ânforas oleícolas provenientes do Norte de África da forma Africana antiga (Estampa 194, n.º 2186 e 2187). O conjunto de verniz negro itálico é dominado por fragmentos de cerâmica campaniense A, tendo sido possível classificar um fragmento de bordo de uma taça da forma Lamb. 31. As cerâmicas de paredes finas estão atestadas com produções itálicas das formas 2 e 3 de Mayet. O conjunto de cerâmica comum é assaz significativo, essencialmente constituído por grandes recipientes do tipo talha e alguidares.

VALE DE TIJOLOS (CNS - 3110)

O sítio arqueológico de Vale de Tijolos, concelho de Almeirim, é conhecido na literatura arqueológica pelos vastos vestígios de superfície datados de época romana, que devem corresponder a uma *Villa* e suas necrópoles (Henriques, 1987; Quinteira, 1996, 1997, Silva, 2012). A ampla área de dispersão dos materiais arqueológicos espalha-se pelo topo e encostas de uma colina aplanada, que se debruça sobre o vale de Tijolos a nascente e sobre o pego da Rainha, a Norte, alcançando uma área de cerca de 7 hectares de extensão.

As mais antigas referências ao sítio e à ou às suas putativas ocupações pretéritas remontam aos anos vinte do século passado. Em 23 de Fevereiro de 1923, é publicado no Correio da Estremadura um artigo intitulado “Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim”, surgindo aí uma interessante referência à descoberta na Quinta de Vale de Tijolos do “(...) achado de um púcaro de barro com cerca de 80 moedas de prata, romanas, dos Imperadores Tito, Vespasiano, Nerva, Trajano e Adriano.” (Vasconcelos, 1923).

Em 1949, voltam a existir dados relativos a achados de materiais romanos no sítio, decorrentes da realização de trabalhos agrícolas. De acordo com os dados transmitidos por Eurico Henriques no Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim, sabemos que terão sido então recolhidas uma ânfora completa e uma moeda do Imperador Calígula (Henriques, 1987). O mesmo autor refere ainda que “aparecem em determinados locais vestígios de fundações”, assim como relata a destruição de um

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

túmulo romano na sequência do alargamento da área de estacionamento existente a entrada da Quinta junto à Estrada Nacional N.º 118.

É precisamente graças aos trabalhos promovidos na década de oitenta do século passado, que se recolheu uma significativa coleção de materiais arqueológicos, essencialmente cerâmicos, que se encontram depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim. A acrescentar a esta informação, no Museu Nacional de Arqueologia preserva-se sob o Código MNAE 0535 uma ampla coleção de materiais arqueológicos provenientes desta estação. Poucos sabemos sobre essas recolhas, sobre quem as efetuou e em que contexto. Preserva-se, porém, entre os materiais uma etiqueta manuscrita datada de 11 do 8 de 64 e com a indicação de “Vale de Tijolo”.

Em meados dos anos noventa, António Quinteira volta a chamar a atenção sobre esta estação realizando aí trabalhos de prospeção arqueológica no âmbito da sua dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho (Quinteira, 1996). Nesse estudo, individualiza sob a denominação de Quinta de Vale de Tijolos uma estação arqueológica que define como *Villa* e publica alguns materiais aí recolhidos nomeadamente uma pequena, mas significativa coleção de materiais metálicos (Quinteira, 1997).

No decorrer do Projeto de Investigação MOCRATE, Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo, voltámo-nos a debruçar sobre esta estação e os materiais aí recolhidos dispersos por diversos Museus. Nesse sentido temos vindo a estudar estas coleções, nomeadamente o conjunto anfórico do qual já se publicaram as marcas (Fabião, *et al.*, 2016), o conjunto de *Terra Sigillata* (Silva, 2012; Silva, Pimenta e Mendes, 2017). No decorrer desses estudos, deparámo-nos com uma inesperada e até ao momento desconhecida ocupação anterior, datada de época proto-histórica, em concreto da Idade do Bronze Final (Soares *et al.*, 2015) e Idade do Ferro (Pimenta *et al.*, 2020), que tivemos oportunidade de atestar com novos trabalhos de prospeção arqueológica no sítio.

Tendo em conta os dados disponíveis, não é claro se o sítio se mantém ocupado até momentos finais da Idade do Ferro, alcançando o período romano republicano, ou se é abandonado ainda durante a segunda metade do primeiro milénio a.C. Os dados dos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

materiais aqui recolhidos permitem, porém, sustentar que Vale de Tijolos evidencia um novo dinamismo em meados do século I a.C. O estudo da presença e dispersão das cerâmicas finas, das ânforas e do conjunto de metais aqui recolhidos permitem consolidar a hipótese que o sítio terá surgido ainda em meados do século I a.C., concentrando-se a sua presença no topo da colina que domina o vale homónimo. Qual a tipologia deste sítio? Não é de todo claro, ainda que a possibilidade de estarmos perante as primeiras instalações rurais do *ager Scallabitanus* seja forte.

Estão presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do Guadalquivir do tipo Ovoide 4 e 6, cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B, imitações em cerâmica cinzenta de formas de campaniense, paredes finas e cerâmica comum, destacando-se os característicos e já mencionados jarros de cerâmica cinzenta fina com decoração brunida (Anexo 4 Estampa 195). Entre o espólio metálico estão atestadas três glandes *Plumbeae* (Estampa 189, n.º 2106 e 2108), uma fíbula em liga de cobre do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32, (Ponte, 2006, p. 218-244) (Estampa 189, n.º 2103) e uma fíbula anular em ferro (Estampa 189, n.º 2105). Os numismas conhecidos do sítio reportam-se essencialmente a exemplares já mais recentes, contudo dois exemplares são coincidentes com esta ocupação mais recuada: é o caso de um Quadrante da cidade de *Malaka* (*Post* 63 a.C. 2,93 g. 15 mm 12h. *CNH* 102/20. A/ MLK') e de um Quinário de *Augustus* com cunhagem em Mérida (RIC I, 1a), com datação entre 25 a 23 a.C.

AZEITADA (CNS - 3106)

O sítio da Azeitada, Freguesia de Benfica do Ribatejo, Concelho de Almeirim, corresponde a um vasto sítio arqueológico de época romana. Desenvolve-se sobre uma extensa área, numa plataforma aplanada sobre a Vala de Alpiarça e a ribeira do Vale de Fonte da Moça. As mais antigas referências à acuidade arqueológica deste sítio, reportam-se a 1946, quando se recolheu uma tigela de *Sigillata* sudgálica do tipo Drag. 24/25 (Henriques, 1987, Silva, 2012, p. 632). No ano de 1981, na sequência de intensos trabalhos agrícolas foram revelados ossos humanos e fragmentos cerâmicos que conduziram a uma intervenção arqueológica de emergência. Foi então identificada a presença de duas sepulturas romanas de incineração e uma outra de inumação, atestando

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

a presença de uma necrópole (Quinteira, 1996). Infelizmente estes trabalhos não tiveram qualquer continuidade, resumindo-se os dados hoje disponíveis a recolhas de superfície que apesar de extensas e prolíferas apenas se encontram parcialmente publicadas (Quinteira, 1996, 1998). Apesar dessas limitações, a presença de inúmeros materiais de construção, assim como a cartografia da dispersão dos vestígios permitiram classificar o sítio como *Villa* romana e respetiva área de necrópole (Quinteira, 1998). O estudo do significativo conjunto de *terra sigillata* recentemente produzido dá-nos bem a noção da capacidade aquisitiva do sítio e da sua longa diacronia de ocupação que se estende deste os finais do século I a.C. até ao século V d.C. (Silva, 2012).

No decorrer deste trabalho pudemos rever as coleções provenientes do sítio da Azeitada depositados no Museu de Almeirim e do Museu da Associação de Defesa de Património Histórico e Cultural de Almeirim. Aí constatou-se que a par de uma consistente ocupação de época alto Imperial, do qual se destaca o conjunto de ânforas romanas que urge estudar e divulgar de forma mais consistente, existiam inúmeros vestígios de outras vivências mais recuadas. Uma dessas evidências, já publicada, é a presença de alguns materiais que apontam para uma ocupação da Idade do Ferro (Pimenta *et al*, 2020). A par desta detetou-se uma forte presença do período romano republicano atestada por cerâmica campaniense B, ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do vale do Guadalquivir do tipo Ovoide 4 e 6 e ânforas da área da costa Sudoeste da *Ulterior* do Tipo ovoides gaditanas. Entre os conjuntos metálicos destaca-se a recolha de um conjunto de glandes *plumbeae*, do qual apenas foi possível recuperar e registar dois projéteis de um conjunto mais vasto de acordo com os seus descobridores (Anexo 4 Estampa 189, n.º 2109 e 2110). De acordo com a mesma fonte, estes elementos de armamento terão sido recolhidos a par de numária itálica, nomeadamente denários da república. Ao visitarmos o local, constata-se que a localização destes vestígios mais recuados não coincide com a dispersão conhecida da *Villa* da Azeitada. As evidências, quer da Idade do Ferro, quer do período romano republicano, registam-se do lado contrário da estrada Nacional n.º 218, numa colina aplanada sobre a Ribeira do Vale da Fonte da Moça com o topónimo Alveque Grande.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PORTO DO SABUGUEIRO (CNS -2693)

A importância científica do Porto do Sabugueiro, Freguesia de Muge, Concelho de Salvaterra de Magos é assaz significativa. Contudo, o conhecimento sobre este notável sítio arqueológico é ainda escasso, apesar de ter sido alvo de distintos trabalhos arqueológicos, de prospeção e de escavação, desde a sua descoberta por Mendes Corrêa, nos anos 30 do século passado (Pimenta *et al.*, 2014).

O sítio implanta-se na margem esquerda do Tejo, na confluência deste com a vala de Alpiarça, encontrando-se materiais arqueológicos à superfície do terreno numa vasta área com cerca de 1500 por 400 metros, o que perfaz um total de 60 hectares. Trata-se de um sítio ribeirinho, plano de baixa altitude e com poucas descontinuidades altimétricas, entre os 5,5 e os 8 metros, cuja lógica incide precisamente nas suas peculiares apetências de cariz portuário fluvial.

Em artigo recente (Pimenta e Mendes, 2008), tive oportunidade de descrever, com detalhe, os trabalhos de prospeção e escavação de que o sítio foi alvo, desde a primeira referência publicada por Mário de Saa, nos anos 50 do século passado (Saa, 1956). Ainda assim, merecem aqui destaque as descobertas da década de sessenta (Oleiro, 1960-61; Alarcão, 1987), que evidenciaram a existência da ocupação romana da área, interpretada como de tipo *villa*, tendo por base a presença de um mosaico e dos materiais que lhe estavam associados, o que confirmava as referências de Mário de Saa e fornecia outra leitura aos espólios que integram as coleções da Casa do Cadaval. Em meados da década de 80, Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues tiveram a oportunidade de identificar uma área de produção de ânforas no local (Cardoso, 1990). A morfologia dos contentores permitiu avançar com uma cronologia de produção em torno ao século I e II d.C.

Já na primeira década deste século, tive oportunidade em colaboração com Henrique Mendes de me debruçar sobre este extenso povoado portuário, tendo as prospeções que aqui realizámos permitido a descoberta de uma extensa ocupação da Idade do Ferro (Pimenta e Mendes, 2008). Esta identificação veio confirmar os dados que a presença de um escaravelho e de um escarabóide já deixavam antever (Pereira, 1975). Estes dois artefactos, recolhidos na década de 30 do século XX por Hipólito Cabaço e depositados no Museu de Alenquer, apresentam cartela com *praenomen* do faraó Tutmosis III

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(XVIII dinastia) e devem datar entre os meados do século VII e o VI a.C. (Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009b). Nos anos seguintes, essa ocupação foi alvo de escavações, tendo confirmado a ocupação pré-romana e encontrado uma muito expressiva quantidade de espólios romano republicanos (Pimenta e Mendes, 2013c). Posteriormente no verão de 2013, procedeu-se, no âmbito do Projecto (FETE – Fenícios no Estuário do Tejo - PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), a uma nova e extensa escavação arqueológica no Porto de Sabugueiro, tendo sido intervencionada uma área de 51 m², dispersa por várias sondagens em distintos locais.

A existência de uma ocupação tardo-republicana na área de Muge foi pela primeira vez sugerida por Jorge de Alarcão, numa breve referência na sua obra de síntese Portugal Romano: “No local das *Villae* do Porto do Sabugueiro (Muge) (...) recolheu-se cerâmica campaniense que atesta uma ocupação anterior ao século I a.C.” (Alarcão, 1987, p.115). Os recentes trabalhos de prospeção e escavação permitiram corroborar esta proposta, tendo sido detetada uma inesperada ocupação centrada nos séculos II e I a.C. A análise dos dados de superfície, e em particular da dispersão dos elementos cerâmicos, leva a considerar que as ocupações da Idade do Ferro e romano republicana apenas se sobrepuseram parcialmente. Com efeito, a última estende-se preferencialmente para Norte, para área que se integra já no território do Concelho de Almeirim, enquanto a primeira se desenvolveu mais nas proximidades da atual povoação.

Ao contrário do que aconteceu na campanha de 2013, a escavação concretizada em 2010 permitiu identificar contextos preservados. Correspondendo a uma fossa detritica de perfil e secção ovalada, cujos materiais recolhidos no seu interior permitiram datar do século II a.C. (Pimenta e Mendes, 2013c). A análise dos dados permite afirmar a precocidade da presença itálica no local, centrada no terceiro e último quartel do século II a.C., confirmando os dados de outros sítios do vale do Tejo. Ainda que, maioritariamente, se trate de recolhas de superfície, as evidências são coerentes e homogéneas, encontrando paralelos nas associações atestadas para o porto de Lisboa (Pimenta, 2005) e nas recolhas de superfície levadas a efeito nos Chões de Alpompe (Fabião, 1989, Diogo, 1993, Diogo e Trindade, 1993).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

O conjunto de verniz negro itálico proveniente dos trabalhos arqueológicos de 2008 e 2010, foi recentemente analisado, compõe-se de 24 fragmentos, 12 de produção napolitana, 11 de produção calena e um fragmento de B etrusca (Soria, 2018, p. 94). O reportório formal Napolitano é constituído pelas formas Lamb. 27ab, 27B, uma provável Lamb. 31, e um prato Lamb. 6; o reportório caleno pelas formas Lamb. 1, 5 e 5/7 inserindo-se o único fragmento de produção etrusca na forma Lamb. 1 (Soria, 2018, p. 94) (Anexo 4, Estampa 197, n.º 2219 a 2225). Os serviços de mesa incluem ainda cerâmica de paredes finas, nomeadamente copos e taças destinadas a beber, também com origem na costa tirrénica da Península Itálica.

As ânforas são dominadas por importações de contentores vinários itálicos do tipo greco-itálico e Dressel 1 (Estampa 196, n.º 2203 a 2210), ânforas oleícolas adriáticas do tipo Brindisi (Estampa 196, n.º 2218), surgindo estas a par dos envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Estampa 196, n.º 2211 a 2216). A aduzir a este quadro de importações, atesta-se ainda a presença de exemplares de ânforas oleícolas provenientes do Norte de África da forma Africana antiga (Estampa 196, n.º 2217). Completa este panorama do transporte de produtos alimentares em ânforas, um numeroso conjunto de produção regional, do vale do Tejo/Sado, e que se inserem nas formas 6 e 7 destas produções taganas (Sousa *et al.* 2016/2017, fig. 11 e 12).

Outras cerâmicas de produção local e/ou regional completam o quadro formal identificado, concretamente vasos de armazenamento (grandes potes) e outros usados à mesa (jarros e tigelas), mas também na cozinha, para preparar alimentos. As cerâmicas cinzentas finas, nomeadamente os jarros com decoração brunida, foram já alvo de publicação específica (Rodrigues *et al.*, 2019, fig. 10)

Os espólios metálicos estão representados por alguns elementos associados à presença militar romana, como é o caso da glande de chumbo recuperada, que aqui apresentamos e que faria parte de um conjunto mais numeroso que se extraviou (Estampa 197, n.º 2228). Outro elemento presente em Porto do Sabugueiro e que cabe dentro do equipamento militar é um pequeno botão em L de extremo em anel, fabricado em liga de cobre (Estampa 197, n.º 2227). Como referimos supra ao apresentar os elementos metálicos de Monte dos Castelinhos, a sua presença em diversos sítios com vocação

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

militar, e alguma iconografia, colocou a proposta de um uso como sistema de união da bainha do *Gladius* e o cinturão militar (Ble Gimeno, 2015, p. 262-266). Outros elementos que se podem prender com uma presença militar são dois elementos em liga de cobre, infelizmente encontrados fragmentados, que interpretamos como elementos de um fecho de armadura (Estampa 197, n.º 2226). Este tipo de acessórios articulados unidos no centro do peito, teriam como intuito servir para prender as armaduras nos ombros (Bishop e Coulston, 1993, p. 85-87, fig. 48 e 49). Não é claro a que tipo de armadura poderia este fecho corresponder. Normalmente este tipo de peças, ainda que de morfologia mais evoluída, encontram-se associados a *lorica segmentata*, sendo estas de cronologia mais recente, essencialmente do principado. Poderíamos estar antes perante um exemplar associado a uma *lorica hamata* ou mesmo uma forma híbrida de *lorica plumata*? Por último entre os metais regista-se a presença de um conjunto de fíbulas que não foi possível registar graficamente, mas que se inserem dentro do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre. Entre os materiais de adorno regista-se ainda um pendente tipo “sanguessuga” em liga de cobre (Estampa 197, n.º 2229). A cronologia de produção e utilização destes elementos de adorno parece datar-se da Idade do Ferro, porém no território português, estas peças foram já recolhidas em contextos bem datados do período romano republicano, como é o caso do povoado do Pedrão, Setúbal (Soares e Silva, 1973, p. 31 e p. 36-37) e Chões de Alpompe (Fabião, Pereira e Pimenta, 2014).

Ainda no que diz respeito aos acervos metálicos de Porto do Sabugueiro, sabe-se que os “detectoristas” que, infelizmente, actuam na área de forma continuada têm vindo a recolher um abundante espólio numismático, de chumbo, bronze e prata, havendo referências orais a numerosas moedas de época republicana, algumas das quais encontradas conjuntamente, permitindo equacionar a existência de “tesouros”. Destes apenas chegaram até nós dois denários, um exemplar de RRC 325/1b de L. Senti C. f., datado de 101 a.C. (Crawford, 1974, p. 327-328) e outro de RRC 342/5b de C. VIBIVS C.F PANSA datado de 90 a.C. (Crawford, 1974, p. 346). Em trabalhos anteriores, foi também identificado um exemplar de uma tessera de *Ossonoba*, de chumbo, cuja cronologia aponta já para um momento consideravelmente avançado desta época (Batata e Gaspar 1993).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Apesar de até ao momento a ocupação romano republicana de Porto do Sabugueiro ainda não ter sido devidamente valorizada e investigada, os dados disponíveis permitem sublinhar a sua relevância. Sobressai quando comparando com os dados do vale do Tejo a sua implantação numa área plana sem quaisquer condições de defesa naturais, sem evidências de qualquer sistema defensivo. Estaremos perante uma área de porto fluvial, certamente com as suas estruturas de apoio e armazéns fazendo um papel relevante na travessia do Tejo e como área de ancoradouro ou mesmo de fundeadouro diretamente articulado com o porto de *Scallabis*. Seria pertinente em trabalhos futuros tentar indagar com meios não intrusivos o estado de preservação destas putativas estruturas.

A análise da distribuição dos materiais à superfície do terreno, ainda que possa ser questionável, permite verificar que os materiais republicanos incidem maioritariamente em área desocupada durante a Idade do Ferro o que indicia uma ocupação diferenciada do ponto de vista cronológico. Por outro lado, o espólio identificado apresenta-se bastante coerente do ponto de vista temporal, apontando para uma ocupação centrada na segunda metade do século II a.C., que é compatível com os movimentos militares atestados pelas fontes clássicas para esta área do Vale do Tejo, onde, segundo Estrabão, se teria implantado o quartel general de Décimo Júnio Bruto.

Assim, tudo indica que o Porto do Sabugueiro, não sendo um sítio estritamente militar, esteve certamente relacionado com a conquista e romanização desta área do território atualmente português, podendo ter funcionado como porto onde se descarregavam os produtos que abasteceram os exércitos, que, nesta margem do Tejo, se encontravam instalados no Alto do Castelo em Alpiarça (Pimenta *et al.*, 2014, p. 45).

OUTROS SÍTIOS

Por fim, ainda concernente ao povoamento em torno de *Móron* e *Scallabis Praesidium Iulium*, existem ainda algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que pistas para futuros trabalhos. Uma das questões mais relevantes prende-se com as dinâmicas de ocupação na margem esquerda do Tejo em frente ao morro da Alcáçova de Santarém e em estreita articulação visual com este. De facto, nos últimos anos descobriu-se uma inusitada rede de povoamento pré-romano na margem oposta a Santarém (Pimenta *et al.*, 2019). Os estudos dos vestígios que chegaram até nós têm vindo a ser estudados e devidamente publicados (Pimenta e Mendes, 2008;

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Arruda *et al.* 2014; Pimenta *et al.*, 2014, 2018; Sousa *et al.*, 2016/2017). A investigação desenvolvida veio evidenciar uma invulgar concentração de sítios com ocupação da fase romano republicana quer sobre, quer nas imediações destes sítios pré-romanos, ainda que aparentemente em franca descontinuidade quer espacial quer estrutural. Compare-se os dados das ocupações pré-romanas de Alto dos Cacos e do Alto do Castelo com as suas evidências para a fase romano republicana. Como denominador comum de todos estes sítios, denota-se o da sua

localização nas proximidades do rio. Por outro lado, a densidade do povoamento nesta fase tem de ser devidamente valorizada, sendo que a proximidade dos sítios entre si deixa antever um funcionamento em rede, em padrões que ainda não conseguimos esclarecer na sua totalidade. Parece também importante insistir na fertilidade dos terrenos onde se implantam estes sítios e que certamente estará na base da sua lógica de implantação, facilitando os abastecimentos e a autarcia.

Ao analisarmos a cartografia da dispersão de sítios, na margem esquerda do Tejo, deparamo-nos com uma inexplicável ausência de estações a sul da baía de Muge. Este vazio cremos que mais não é do que ausência de trabalho sistemático, visto que as investigações decorrentes do projeto MOCRATE não se prenderam nas bacias hidrográficas que aí se desenvolvem. Mas basta ter presente os dados do vale do Sorraia, como é o caso do sítio de São Pedro em Coruche (CNS - 19089), para perceber que também aí se fez sentir desde cedo a presença romana. Como bem evidencia a presença de ânforas ovoide 1 do Guadalquivir e modelos antigos de Haltern 70 (Quaresma e Calais, 2005, Est. 18 e 19).

Ainda no baixo Tejo, mas fora já da área que decidimos abordar neste trabalho, existem algumas questões em aberto, relativo à geografia de dispersão de prováveis implantações de índole militar: O sítio de *Aritium Praetorium* corresponde a um topónimo de evidente significado militar, que o Itinerário de Antonino situa no eixo de uma das vias que estabelecia a comunicação entre *Olisipo* e *Avgvsta Emerita* (Fabião, 2014). Qual o seu enquadramento no quadro das dinâmicas de conquista é uma incógnita. De acordo com o itinerário de *Antonino*, *Aritium Praetorium* ficaria a XXXVIII milhas, devendo estas ser lidas a partir da travessia do Tejo na zona de *Scallabis* (Alarcão, 2006). Tendo em conta o traçado da estrada romana, que segue a ribeira de Alpiarça pelo vale de Ulme, a presença de miliários e a identificação

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

epigráfica do segundo ponto do itinerário *Abelterium* com Alter do Chão, Jorge de Alarcão, propôs o sítio de Água Branca – Benposta/Abrantes (CNS - 4428), como a provável localização de *Aritium Praetorium* (Alarcão, 2006, p. 224). A proposta é interessante, tendo o sítio fortes evidências e potencialidade que só futuros trabalhos poderão vir a clarificar.

Desde cedo relacionados com a temática da identificação de *Aritium Praetorium*, tem vindo a ser chamados à colação a descoberta de glandes de chumbo na área do vale de Ulme, na zona de Tamazim (Fabião, 2013). Duas referências cruzadas têm vindo a ser observadas e valorizadas em separado, contudo a reanálise atenta da literatura e a ida ao terreno permitem afirmar tratar-se de uma única descoberta e de um único sítio arqueológico. Sítio esse que por casualidade do destino se desenvolve em duas Freguesias e Concelhos distintos, o que tem contribuído para a dispersão da informação (Guerra e Pimenta, 2013). A primeira notícia radica na referência de Mário de Sá, na Obra “As Grandes Vias da Lusitânia” a “*uma boa provisão de pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feitio de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos*” (Saa, 1956, p. 256-257). Esta teria sido descoberta no Casal de Tamazim, Freguesia de Bemposta, Concelho de Abrantes. A segunda notícia, corresponde a um conjunto de nove glandes de chumbo, depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, provenientes do Casal da Cascalheira, Freguesia de Ulme, Concelho de Chamusca e publicadas por Amílcar Guerra (Guerra, 1987). Estas duas referências cruzam-se com o recente testemunho plasmado na Carta Arqueológica de Abrantes em que se refere que em 1936, foi encontrado no sítio do “Terroal”, junto do casal do Tamazim, o depósito de glandes de chumbo que deu origem à referência de Mário de Saa. Nessa mesma obra se acrescenta, ainda a relevante e inesperada informação de que esse achado estaria depositado numa fossa e que teria um peso global de 96 quilos (Silva, Batista e Gaspar, 1999) e que foram oferecidas pelo proprietário a pessoas interessadas diversos exemplares dos projéteis. Daqui proviria o conjunto de nove glandes depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, dado como originário do vizinho lugar de Casal da Cascalheira (Guerra e Pimenta, 2013). Se tivermos em consideração que os objetos provenientes do Casal da Cascalheira pesam, em média, menos de 40 gramas estaríamos perante uma reserva constituído por mais de dois milhares de peças (Guerra e Pimenta, 2013). Apesar da dimensão do achado, desconhece-se o contexto arqueológico associado a estes materiais

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

e, portanto, a natureza do sítio. Na visita ao local é clara a sua implantação de controlo e domínio sobre a estrada romana, contudo só futuros trabalhos arqueológicos poderão esclarecer e clarificar qual a sua real dimensão e significado.

Na mesma zona, do vale de Ulme, foi recentemente trazido a público a evidência de um novo tesouro monetário romano republicano que mais uma vez vem refletir a relevância deste vale enquanto via de comunicação natural com o Alentejo. O sítio tem o topónimo de Encosta do Lopes da Costa, onde terá sido recolhido um expressivo conjunto de 800 denários, dos quais o autor do estudo apenas pode analisar dois exemplares. Nomeadamente: Denário - RRC 224 de L.IVLI, Roma, 141 a.C., 3,85g, 19 mm e Denário - RRC 283 de Q.MAR, C.F.L.R., Roma, 118-117 a.C., 3,86g, 19 mm. (Ribeiro, 2016).

6. O INTERIOR DA PENÍNSULA DE LISBOA

De entre as distintas zonas que aqui individualizámos no âmbito da nossa análise, o grupo com esta denominação acaba por ser o mais heterógeno. Entende-se por interior da Península Lisboa, a vasta região geográfica marcada a Norte pela Serra de Aire e Candeeiros, marcada por linhas de água de maior ou menor dimensão como a baía da lagoa de Óbidos e os vales dos rios Alcabrichel, Sizandro e Lizandro. Como veremos essas linhas de água foram amplamente utilizadas como vias naturais de penetração para o interior durante a fase da conquista romana, podendo no futuro pesquisas devidamente direcionadas para estas problemáticas vir aduzir novos sítios aos ora inventariados. Optou-se por excluir deste grupo os sítios da Serra de Montejunto, já acima apresentados, face à sua ligação natural com o Monte dos Castelinhos.

CASTRO DE SÃO MARTINHO (CNS -2908)

O sítio arqueológico denominado como Castro de São Martinho, Freguesia de Alcobertas, Concelho de Rio Maior, ocupa a cumeada do Monte epónimo, com uma cota máxima de 300 metros. Possui um amplo domínio visual sobre a envolvente, alcançando Santarém, a Serra de Montejunto e a Serra de Aire. Apenas a Oeste, a sua

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

visibilidade se encontra limitada pelo obstáculo da cumeada da serra dos Candeeiros, a qual não permite avistar a linha de costa.

O Castro de São Martinho é conhecido da comunidade arqueológica, pelo menos desde a década de trinta do século passado. De facto, Saavedra Machado faz referência a uma visita ao sítio por parte do Director do Museu Nacional de Arqueologia, Manuel Heleno, desconhecendo-se, contudo, se foi então recolhido ou não algum espólio (Machado, 1964).

Apesar desta visita, é apenas no final da década de cinquenta que esta estação é alvo de uma primeira notícia. O Coronel Afonso do Paço com Francisco Barbosa e Francisco Bergstrom Barbosa, formaram uma equipa que durante algum tempo se interessou por este e outros sítios na Freguesia de Alcobertas (Paço *et al.*, 1959; Paço, Barbosa e Barbosa, 1962). Descrevem então o sítio como (...) “na de S. Martinho, de forma cónica, existem ruínas de um grande Castro, com três ordens de muralhas.” (Paço *et al.*, 1959, p. 285). Desde esta primeira abordagem ficou claro que o sítio é ocupado deste a Idade do Bronze Final e durante a Idade do Ferro.

Infelizmente, ao longo das últimas décadas do século XX, esta estação arqueológica foi alvo de diversas destruições que subtraíram informação relevante sobre a sua planimetria e alteraram a perceção do seu complexo sistema defensivo, com muralhas de talude de planimetria ovoide, que ainda são bem visíveis nas fotografias aéreas antigas desta zona (ver figura 171). Estas perturbações decorreram da abertura de caminhos florestais, da plantação de eucaliptos, e acima de tudo da laboração de uma pedreira numa das suas extremidades.

No final dos anos oitenta, António Diegues elaborou e apresentou ao Instituto Português do Património Cultural – IPPC, em parceria com Salete da Ponte o “Projecto de arqueologia Espacial para a Serra dos Candeeiros – PAESC”, centrado na investigação do Castro de São Martinho. Em 1989 a equipa liderada por este investigador leva a cabo uma primeira e promissora campanha arqueológica (Diegues, 1989). Por motivos que desconhecemos, este projeto e suas campanhas de trabalho de campo são descontinuadas, permanecendo praticamente inéditas.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em 2005 inicia-se uma nova fase de trabalhos arqueológicos, dirigidos por Carlos Pereira da Câmara Municipal de Rio Maior e Paul Thacker da Norte Americana Wake Forest University, com o intuito de minimizar e salvaguardar o sítio que, entretanto, tinha sido profundamente afetado na sua estabilidade pela lavra da pedreira “Teira” (Thacker e Pereira, 2008). Da análise dos resultados desta intervenção fica claro o profundo revolvimento do sítio e a sua estratigrafia esquelética. Apenas se identificou um nível preservado, a unidade VII, reportando-se esta à Idade do Bronze Final. Porém, ainda que descontextualizados, foram recolhidas quantidades significativas de materiais essencialmente cerâmicos que permitem vislumbrar a diacronia do sítio. Mantém-se em aberto a questão da datação do seu sistema defensivo, assim como a cronologia das estruturas de cariz habitacional e planta ortogonal ainda hoje em dia visíveis no sítio e alvo de escavações mais ou menos antigas.

No âmbito desta dissertação, analisou-se a totalidade do espólio recolhido neste sítio fortificado depositado na Câmara Municipal de Rio Maior. Fica clara a existência de três fases distintas de ocupação, aparentemente com profundos hiatos entre si: Idade do Bronze Final; Idade do Ferro e época Medieval Cristã. A primeira fase já percebida desde os trabalhos da equipa liderada por Afonso do Paço, reporta-se à Idade do Bronze Final, com um conjunto expressivo de cerâmicas manuais, entre as quais se destacam as cerâmicas de ornatos brunidos e de um conjunto metálico em bronze. Não se verifica entre o acervo do sítio qualquer evidência deste povoado ter sido tocado pelo processo de Orientalização patente no vale do Tejo, sendo plausível que o Castro de São Martinho seja abandonado no final da Idade do Bronze. O sítio volta a ser ocupado em momentos finais da Idade do Ferro, ou já mesmo no decorrer do processo de conquista romana do território. Os dados que se reportam a esta fase são mais abundantes, constituídos essencialmente por um registo monótono de grandes contentores de armazenamento do tipo talha com um característico fundo com ressalto externo. Este tipo de recipiente encontra bons paralelos no povoado do Outeiro da Assenta, no Castro de Pragança, no Castro de São Salvador e em particular no Monte dos Castelinhos (ver Anexo 4 Estampa 199, N.º 2256 a 2261). Os omnipresentes jarros em cerâmica cinzenta com decoração brunida, e que como temos vindo a ver ao longo deste trabalho são um marcador característico desta fase, encontram-se igualmente presentes (Estampa 199, N.º 2262 e 2263). O único elemento importado registado até ao momento é um colo de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ânfora vinária itálica de fabrico tirrénico, que nos auxilia a precisar a cronologia desta fase e a reportá-la aos séculos II-I a.C.

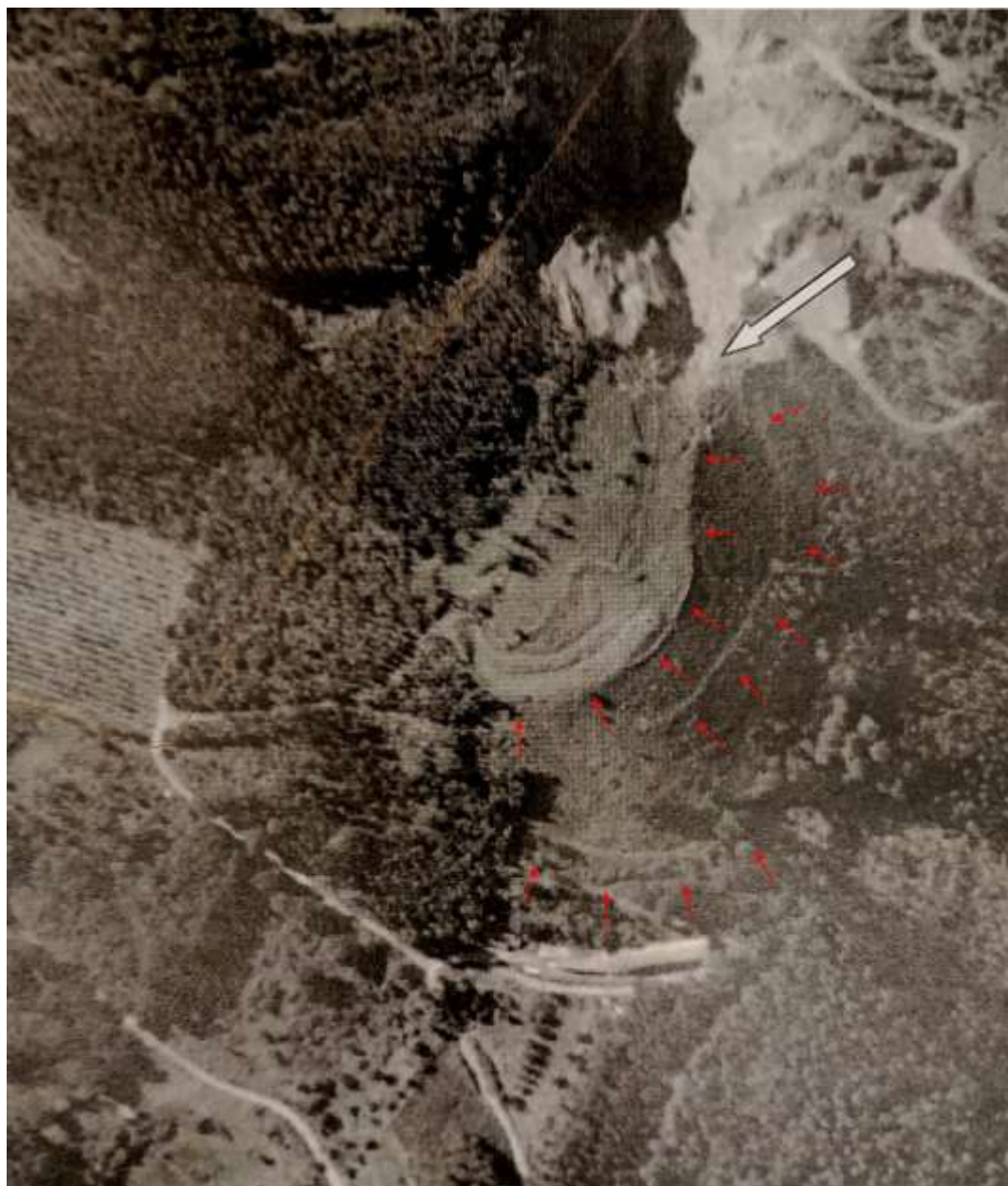


Figura 171 – Fotografia aérea do Castro de São Martinho em 1999, já se fazendo sentir as destruições da pedreira (a partir de Diegues, 1989, modificado).

A par deste vasto conjunto cerâmico do qual aqui apenas apresentamos uma ténue amostragem identificaram-se igualmente alguns elementos metálicos, particularmente interessantes. Destaca-se a presença de uma fíbula do Tipo Schüle 4h (Diegues, 1991, fig. 1) (Estampa 199, n.º 2264), assim como uma invulgar matriz metálica para

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

decoração cerâmica, possivelmente para estampilhar, ainda que não se reconheça no sítio peças com esta decoração (Paço *et al.*, 1959, fig. 7) (Estampa 199, n.º 2265). Por último, são conhecidas três pequenas peças circulares em liga de cobre com perfuração central, com diâmetros entre os 13mm e os 8mm, interpretadas como aplicações de cinturão, o que me parece interessante enquanto proposta (Diegues, 1986, p. 10, fig. 2).

O Castro de São Martinho afigura-se como uma estação de grande interesse para o estudo da romanização desta vasta região. Parece corresponder a um grande povoado fortificado que emerge nesta fase conturbada. Apesar de se situar relativamente próximo de sítios onde cedo se faz sentir a presença do mundo itálico e onde esta se manifesta em múltiplas importações materializadas no registo arqueológico em ânforas e cerâmicas finas, a sua presença neste povoado é pouco relevante. Qual o significado deste registo? Estaremos perante um sítio indígena fundado como resposta às dinâmicas de conquista? Tudo leva a crer que o Castro de São Martinho é fundado de raiz nesta fase e dotado de um complexo sistema defensivo em que se reconhecem três linhas de muralhas.

Não deixa de ser pertinente ter em conta na análise deste sítio a referência de Leite de Vasconcellos datada de 1895 à descoberta de um tesouro de numismas de prata e objectos de ouro, recolhidos no sopé deste castro na estrada que conduz à povoação de Alcobertas (Vasconcellos, 1895, p. 223). Infelizmente desconhece-se a datação das moedas aí recolhidas e imediatamente dispersas (Barbosa, 1998-2002, p. 81).

OUTEIRO DA ASSENTA (CNS -167)

O sítio arqueológico do Outeiro da Assenta, Freguesia de Santa Maria, Concelho de Óbidos, implanta-se num amplo cabeço alongado, com condições naturais de defesa, impondo-se no alto dos seus 73 metros de forma dominadora face à vasta planície aluvial, a várzea da Rainha. Esta planície aluvial apesar de encontrar-se hoje colmatada por depósitos recentes, correspondendo à antiga lagoa de Óbidos cujo limite atingia precisamente a base do morro epónimo (Cardoso e Martins, 2009, p. 264).

O sítio arqueológico do Outeiro da Assenta foi precocemente conhecido e investigado em inícios do século XX, tendo sido alvo de duas campanhas de escavação uma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

realizada em 1911 por Félix Alves Pereira e uma segunda em 1913 dirigida por Luís Chaves. Ambas as intervenções foram alvo de atempada e circunstanciada notícia nas páginas de “O Arqueólogo Português” (Pereira, 1914 e 1915; Chaves, 1915).

Apesar da inegável relevância dos dados obtidos, dos seus espólios e das potencialidades do sítio para o estudo do povoamento humano na região, a estação acabou por cair no esquecimento. Apenas nos últimos anos esta estação é alvo de uma cuidadosa revisão que enquadra os dados obtidos em ambas as campanhas e que se preservam nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia (Cardoso e Martins, 2009).

De acordo com os dados obtidos pelas duas campanhas que incidiram em diversas plataformas do morro, o sítio foi alvo de distintas ocupações. Uma inicial pré-histórica iniciando-se no neolítico Antigo e continuando no Calcolítico (Cardoso e Martins, 2009, p. 268 a 282). Aparentemente o sítio volta a ser ocupado na Idade do Bronze Final, ainda que alguns dos materiais atribuídos a este período não sejam esclarecedores acerca desta atribuição, podendo como os seus autores bem referem, ser igualmente integrados na Idade do Ferro (Cardoso e Martins, 2009, p. 283). Indubitavelmente o sítio é um relevante núcleo habitacional durante a Idade do Ferro, sendo esta de fácies tardio, situando-se tendo em conta os elementos que conhecemos aferidos pelas escavações de inícios do século passado, em meados da segunda metade do primeiro milénio a.C. A fase melhor representada reporta-se precisamente aos momentos finais da Idade do Ferro, datada pelos autores dos séculos II-I a.C. (Cardoso e Martins, 2009, p. 290).

Esta fase, que aqui mais particularmente nos interessa, encontra-se particularmente bem documentada, dominando os conjuntos cerâmicos essencialmente constituídos por grandes talhas em cerâmica comum, com decoração ondeada, com bons paralelos, entre outros, no Monte dos Castelinhos (ver anexo 4 Estampa 198, n.º 2230 a 2248). Um fragmento de parede de talha evidencia uma inscrição em caracteres latinos, atestando assim a literacia desta comunidade. Ainda entre as cerâmicas comuns, destaca-se a presença de um fragmento de jarro em cerâmica cinzenta com decoração brunida (Estampa 198, n.º 2250). Associado a esta fase estão atestadas diversas importações itálicas, tais como um fragmento de fundo de ânfora vinária possivelmente do tipo Dressel 1 (Estampa 198, n.º 2242) e diversos fragmentos de verniz negro itálico de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

produção Calena (Soria, 2018, p. 386), do qual é apenas reconstituído graficamente um prato de Lamb. 5/7 (Cardoso e Martins, 2009, p. 285, fig. 64, n.º 2) (Estampa 198, n.º 2251). Por último, destaca-se as peças metálicas que permitem sublinhar a relevância desta fase: encontram-se presentes quatro fíbulas em liga de cobre (Cardoso e Martins, 2009, p. 286, fig. 66), um exemplar do Tipo Nauheim, equivalente ao Tipo 40 de Ponte (Ponte, 2006, p. 325-342) (Estampa 198, n.º 2252), dois do Tipo tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244) (Estampa 198, n.º 2253 e 2254) e um exemplar de fíbula anular romano ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409) (Estampa 198, n.º 2255). Sublinhe-se a existência de uma pequena peça em liga de cobre de morfologia trapezoidal, com alguns problemas de identificação (Cardoso e Martins, 2009, p. 287, fig. 66, n.º 3). Peças idênticas foram recolhidas no “Castro” de São Salvador (Cardoso, 2014, p. 216, fig. 27, n.º 9), no Monte dos Castelinhos e na Cabeça de Vaimonte, tendo sido interpretadas como lingotes (Pereira, 2018, p. 192, Est. 78, n.º 2 a 7). Por último uma peça de ferro, infelizmente incompleta é interpretada como um elemento de armamento, nomeadamente como ponta de lança com encabamento em espigão (Cardoso e Martins, 2009, p. 287, fig. 66, n.º 2).



Figura 172 – Elemento de cinturão militar / *balteum militare* do Outeiro da Assenta. A partir de <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Home.aspx>.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A aduzir a esta informação, destaca-se entre os elementos metálicos uma peça recuperada por Luís Chaves na Vala n.º 7 e por ele reproduzida (CHAVES, 1915, Fig. 15) que não foi valorizada na mais recente abordagem ao sítio. Trata-se de placa moldurada de contorno sub-quadrangular, de liga de cobre, cujas perfurações nos cantos atestam tratar-se de uma aplicação a qual, ao centro, ostenta uma decoração fálca (Cardoso e Martins, 2009, p. 287). A esta peça foi atribuída uma cronologia do século I a IV d.C., por razões que desconhecemos, no catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, tendo-lhe sido atribuída uma função de placa com elemento fálco (Ribeiro, 2002, p. 487, n.º 165). Uma análise mais atenta leva-nos, porém, a concordar com a interpretação inicial de se tratar de um artefacto coetâneo do restante conjunto recolhido do Outeiro da Assenta, ou seja, de cronologia romano republicana. Tendo em conta a sua morfologia, parece tratar-se de um elemento de cinturão militar / *balteum militare*. Peças em tudo idênticas, quer na morfologia quer na temática, são conhecidas do acampamento militar de Vindonissa (Unz e Deschler-Erb, 1997, Taf. 60).

Ainda associado ao conjunto metálico, destaca-se a presença de um numisma de bronze republicano que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, inventariado como proveniente do Outeiro da Assenta. Trata-se de um As Anónimo, cunhado em Roma e datado de 169-152 a.C. (RRC 195/1) (Ruivo, 1993-1997, p. 50). José Ruivo refere igualmente que de acordo com Saavedra Machado, no mostrador 47, onde se expunham os materiais do Outeiro da Assenta, existiriam mais algumas moedas, contudo estas atualmente encontram-se perdidas (Machado, 1964, p. 295).

A revisão do conjunto de evidências artefactuais recolhidas nas escavações antigas do povoado do Outeiro da Assenta vem reforçar a relevância da sua fase romano republicana e a precocidade dos seus contactos com o mundo itálico. O estudo da antiga linha de costa permite ter em conta a ampla navegabilidade da lagoa de Óbidos, que certamente fez desta um eixo de penetração dos exércitos romanos na fachada atlântica, como parecem indicar alguns elementos aqui recolhidos, como o conjunto de fíbulas e o elemento de cinturão militar. A proximidade do povoado do Outeiro da Assenta com o local onde em época Imperial se vem a estabelecer a cidade de *Eburobrittium* tem que ser valorizada no âmbito das dinâmicas da implantação romana nesta região do Oeste da Península de Lisboa.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

TESOURO DA COLUMBEIRA (CNS – 1607)

Ainda na região Oeste da fachada atlântica destaca-se os dados recolhidos na Columbeira e nunca devidamente pesquisados, ressalve-se a existência de alguns indicadores da existência de um povoamento antigo neste local derivado da sua importância como via natural de comunicação ao longo da diacronia. Em 1958, ao procederem-se a um desaterro foi descoberto nos arredores da povoação de Columbeira, Concelho do Bombarral, um contentor cerâmico, contendo cerca de 980 denários romano republicanos. Deste vasto conjunto encontram-se publicados 128 numismas correspondendo a 165 unidades (tal situação explica-se pelo facto de algumas das peças repetidas apenas terem sido contabilizadas uma única vez). Sendo que a moeda mais recente é o denário RRC 361/1, com datação de 82 a.C. (Hipólito, 1960-1961, p. 75-77; Ruivo, 1997, p. 92), o que faz com que este conjunto tenha vindo a ser associado ao conflito Sertoriano.

QUINTA DE SÃO GIÃO (CNS – 4388)

O vasto sítio arqueológico da Quinta de São Gião, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, Concelho de Torres Vedras, implanta-se nas imediações do amplo estuário do rio Sizandro. O sítio foi detetado em 1866 na sequência de trabalhos agrícolas, tendo então sido descoberta parte de uma necrópole de incineração (Mantas, 1982). No Museu Municipal Leonel Trindade preserva-se um vasto espólio proveniente desta estação atestando a sua ampla diacronia de ocupação, que abarca todo o período romano (Cardoso e Luna, 2005; Sepúlveda e Sousa, 2000 e 2001).

Destaca-se entre este acervo a presença de algumas peças metálicas que sustentam uma cronologia mais recuada para a génese do sítio datada da fase da conquista. Infelizmente, desconhecemos qual o contexto da sua recolha, porém a presença de dois elementos de armamento militar em ferro, nomeadamente um *pilum* com encabamento de alvado (Anexo 4, Estampa 200, N.º 2266), uma ponta de outro *pilum* identificado fragmentado na parte proximal (Estampa 200, N.º 2269) e dois elementos em chumbo, atestando o trabalho deste metal (Estampa 200, N.º 2267 e 2268) remetem para uma forte presença do exército. A recolha à superfície do terreno de um fragmento de verniz negro itálico e fragmentos de parede de ânforas vinárias itálicas dão consistência a esta suspeita. Contudo, só futuros trabalhos poderão vir a esclarecer esta hipótese.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CASTELO DE TORRES VEDRAS (CNS – 1231)

O morro do Castelo de Torres Vedras destaca-se no alto dos seus 72 metros de altitude da várzea do rio Sizandro, gozando de uma singular implantação estratégica e de um amplo domínio visual sobre uma via de comunicação natural da Península de Lisboa. Contornado a Norte pelo rio supramencionado, esta hidrografia confere a este monte um verdadeiro fosso natural, dotando-o de excepcionais condições naturais de defesa.

Apesar de referida em diversos trabalhos, a ocupação romana do morro do Castelo e casco antigo de Torres Vedras carecia até há pouco de uma síntese que articulasse os diversos elementos aí recolhidos e que se encontram dispersos na literatura (Cardoso e Luna, 2005). Neste trabalho, pela primeira vez, tenta-se de forma coerente valorizar a sua ocupação de época romana, propondo-se: “Tendo em conta a sua excelente localização, tudo leva a crer que o Castelo tenha sido um *oppidum* da Idade do Ferro, posteriormente romanizado, que tenha dado origem à vila Medieval.” (Cardoso e Luna, 2005, p. 70).

Esta proposta vem na continuidade dos trabalhos de Vasco Mantas, investigador que, alicerçado na concentração de vestígios romanos na região torriense, nomeadamente de natureza epigráfica, coloca a pertinente hipótese de colocar em Torres Vedras a localização de *Chretina* mencionado por Ptolomeu (Mantas, 1985 e 2000). Segundo esta proposta, o cálculo das distâncias ptolomaicas, obtidas por triangulação das coordenadas de sítios cuja localização é bem conhecida, como as cidades de *Olisipo* e de *Scallabis* permitiriam localizar esta *Chretina* no paralelo de Torres Vedras (Mantas, 2000, p. 15). Não sendo claro qual a origem deste topónimo, Vasco Mantas levanta a hipótese de poder estar associada ao nome *Cretius*, atestado epigraficamente na Bética, ou mesmo ao cognome *Creticus*, utilizado por numerosos *Caecilli Metelli* ou ainda de derivar meramente da palavra latina *creta* – Argila (Mantas, 2000, p. 15, nota de rodapé n.º 26). Esta segunda hipótese, de podermos estar no lugar ptolomaico *Chretina*, perante uma eventual ligação com os *Caecilli Metelli* e em concreto com *Quintus Caecilli Metelli Creticus* que foi cônsul em 69 a.C., apesar de não ser possível de comprovar, é interessante como hipótese tendo em conta os dados que sustentam uma ocupação romana republicana e alguns elementos de índole militar.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Mas deixando de lado esta problemática de geografia histórica, para a qual nada de novo tenho a acrescentar, e que a bem da verdade pouco permite aduzir à temática aqui em análise, resulta mais interessante, do meu ponto de vista, a análise dos dados de natureza arqueológica já existentes e cuja reavaliação pode contribuir para novas leituras. Pegando na hipótese de estarmos em Torres Vedras perante um povoado da Idade do Ferro que teria sido a dado momento transformado e aglutinado ao mundo provincial romano, é interessante trazer à coação os dados da antiga necrópole do cemitério de São João (Trindade e Ferreira, 1965). Seria esta necrópole sidérica de fortes influências do mundo Tartéssico, o espaço sepulcral da comunidade residente no morro do Castelo?

Em relação à ocupação pré-romana, os dados são relativamente escassos nas intervenções feitas até ao momento no núcleo histórico, não permitindo recuar a génese do povoado ao mundo orientalizante. Contudo, alguns materiais recolhidos, e que iremos mais à frente analisar de forma mais circunstanciada, provenientes das escavações dos Paços do Concelho e de São Tiago, permitem sustentar uma origem na segunda metade do primeiro milénio a.C. para este núcleo de povoamento.

Os dados disponíveis para o morro onde em época medieval se vem erguer o Castelo de Torres Vedras reportam-se às intervenções aqui conduzidas pelo Departamento de Arqueologia do antigo IPPAR, dirigidos por Clementino Amaro e numa segunda fase, em 2003, trabalhos de escavação a cargo da Câmara Municipal de Torres Vedras sob a direção de Isabel Luna com a colaboração de Clementino Amaro (Luna e Amaro, 2009).

A primeira fase dos trabalhos decorreu de forma intermitente entre 1984 e 2001, permitindo aprofundar o conhecimento do castelo, nomeadamente no que respeita à necrópole medieval (Amaro, 1986a, 1986b e 1994). A segunda fase dos trabalhos incidiu na sequência de trabalhos de conservação, recuperação de estruturas e valorização paisagística do Castelo na zona fronteira ao antigo Palácio dos Alcaides, cuja escavação tinha sido iniciada em 1988 (Luna e Amaro, 2009). Importa reter da análise da estratigrafia de ambas as intervenções que não se atingiram níveis preservados de época anterior ao período medieval. Contudo, foram recolhidos em deposição secundária espólios cerâmicos e metálicos que permitem sustentar uma ocupação do período romano republicano. Aliás em conformidade com algumas recolhas mais antigas de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

alguns numismas, nomeadamente denários, mas também artefactos metálicos recolhidos de forma pouco esclarecedora na sequência de obras (Belo, 2002). Tendo presente estas referências antigas e a menção à recolha de “(...) duas balas de chumbo, para funda, romanas, na área do cemitério medieval.” (Cardoso e Luna, 2005, p. 70), decidiu-se no contexto da presente investigação rever a informação proveniente das diversas escavações da área do Castelo e do núcleo histórico de Torres Vedras.

Na área do Castelo, nomeadamente nas paredes da fortificação, são observáveis diversos materiais reutilizados que indicam pelo seu aparelho uma origem romana, sendo de destacar quanto a estruturas mais antigas aí existentes e que poderiam ainda ter uma origem romana a presença de uma imponente cisterna geminada, cujo reboco em *opus signinum* parece indicar uma origem romana (Mantas, 2000, p. 16). Entre o conjunto de artefactos cerâmicos e metálicos recolhidos na área do Castelo de Torres Vedras e que se encontram depositados no Museu Municipal Leonel Trindade, destaca-se a presença de elementos de verniz negro itálico de produção calena (Anexo 4, Estampa 201, n.º 2275) e de fragmentos de ânforas vinárias itálicas (Estampa 201, n.º 2276). Estes elementos surgem a par de grandes contentores de armazenamento do tipo talha com bocais espessos e fundos com ressalto externo. Entre os metais sobressai a presença de um numisma hispânico de cunhagem da cidade de Cástulo (CNH 15), datado de meados do século II a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 59), encontrando-se este, a par de dois projéteis de funda, uma glande em chumbo (Estampa 200, n.º 2270) e uma invulgar glande em ferro de maior dimensão, mas que penso se possa associar a esta fase tendo em conta a sua morfologia (Estampa 200, n.º 2271).

Ainda no núcleo histórico da cidade de Torres Vedras, destacam-se duas outras intervenções arqueológicas que pudemos rever no âmbito deste trabalho e que permitem vislumbrar a extensão da ocupação do povoado durante o período romano republicano à parte mais baixa junto do rio. A primeira dessas intervenções é a escavação das antigas instalações da Casa Hipólito (CNS - 27488), num quarteirão a Norte da Igreja de S. Tiago, dirigida por Isabel Luna e Guilherme Cardoso em novembro de 2001. O principal objectivo da intervenção consistiu em obter uma visão transversal do terreno, que permitisse verificar a eventual existência de vestígios arqueológicos ou de níveis de ocupação e, consequentemente, verificar a potência estratigráfica do sítio. A camada 4 aí identificada corresponde a um nível de depósitos da Idade do Ferro e do período

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

romano (Cardoso e Luna, 2005). A reanálise dos espólios aí exumados permite atribuir essas evidências a um momento do final da Idade do Ferro ou mesmo já do período romano republicano, destacando-se os grandes contentores de armazenamento do tipo talha e as asas de ânfora de tipologia pré-romana de produção regional (Estampa 201, n.º 2283 a 2286). A segunda, é a escavação do edifício dos Paços do Concelho (CNS – 27487), da responsabilidade dos mesmos arqueólogos. Aí foi encontrado um nível de ocupação datado da Idade do Ferro e alguns materiais que atestam uma ocupação do período da conquista romana (Cardoso e Luna, 2005). A estrutura mais significativa corresponde a um nível de combustão, composto por uma placa de argila rubefacta assentando sobre fragmentos de grandes contentores cerâmicos dispostos de forma horizontal. A análise do espólio associado a esta sequência estratigráfica, apesar de escasso em material classificável, permite atribuir-lhe uma cronologia de meados do século I a.C. Sublinhe-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, com produções Napolitanas, das quais foi possível reconstituir graficamente um fundo de Lamb. 5/7 (Estampa 201, n.º 2279) e um bordo de Lamb. 1 da colónia latina de Cales (Estampa 201, n.º 2278). As ânforas encontram-se presentes, ainda que infelizmente apenas com fragmentos de parede, tendo-se apenas conseguido reconstituir um colo de contentor do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), com fabrico da área meridional da *Ulterior* associado à baía gaditana (Estampa 201, n.º 2277). As cerâmicas comuns encontram-se igualmente representadas, com grandes fragmentos de talhas (Estampa 201, 2287 a 2289) e os característicos jarros em cerâmica cinzenta fina com decoração brunida (Estampa 201, n.º 2280 a 2282).

Do núcleo antigo de Torres Vedras, conhecem-se ainda dois numismas romano republicanos que se encontram no Museu Leonel Trindade (Ruivo, 1993-1997, p. 59). Um é proveniente do Mercado Novo e o outro possui apenas a indicação de ser provenientes da cidade. Trata-se do denário RRC 239/1 datado de 136 a.C. e do denário RRC 364/1 com cronologia de 83-82 a.C.

Atesta-se, assim, uma ocupação desta época também na zona de várzea que se estende em redor do monte do castelo, contrariando a ideia de uma presença primitiva apenas do topo da colina. A área de dispersão destes achados informa-nos, ainda, sobre a dimensão da área de ocupação durante a Idade do Ferro e o período romano, que se revela de dimensão significativa (Luna e Cardoso, 2019). A presença de fortes e consistentes

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

evidências de uma significativa ocupação do período romano republicano leva a que reforcemos a relevância desta posição no controle de uma das mais importantes vias de comunicação natural na Península de Lisboa. A fortificação desta posição pode e deve ser entendida no quadro de instabilidade e na natural necessidade de controle da transitabilidade. Neste quadro deve igualmente ser valorizado o papel do vale do rio Sizandro como via de comunicação natural, quer com a fachada atlântica, quer desta com o interior da Península de Lisboa.

NUMISMAS DA REGIÃO DE TORRES VEDRAS

Ainda que sem indicação precisa de proveniência, mas seguramente da área do Concelho de Torres Vedras, identifica-se entre o acervo do Museu Municipal Leonel Trindade um significativo conjunto de numismas de cronologia romano republicana, que são um marcante indicador da relevância deste território durante a fase da conquista. O conjunto foi revisto recentemente, sendo constituído por 18 denários (Ruivo, 1993-1997, p. 62). O mais antigo RRC 210/1 é datado de 149 a.C. e o mais recente RRC 440/1 de 49 a.C.

QUINTA DA PORTUCHEIRA (CNS – 37482)

Proveniente do sítio arqueológico da Quinta da Portucheira, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, Concelho de Torres Vedras, encontra-se no acervo do Museu Municipal Leonel Trindade um fragmento de lucerna que atesta uma precoce ocupação da fase romano republicana. Tendo em conta a raridade de lucernas desta fase na área em análise, temos que sublinhar a sua presença. Trata-se de um fragmento com perfil completo do reservatório de uma lucerna itálica do tipo Dressel-Lamboglia 2, datada de meados da segunda metade do século I a.C., mas que pode atingir o primeiro decénio do século I d.C. (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 15 e 43). O sítio situa-se sobre uma curva apertada do vale do rio Sizandro, onde se ergue um morro calcário com características e potencial de defesa natural.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SERRA DE SÃO JULIÃO (CNS – 482)

Encontra-se depositado no Museu Municipal Leonel Trindade dois denários romano republicanos provenientes da Serra de São Julião, Freguesia de Carvoeira e Carmões, Concelho de Torres Vedras. Trata-se das cunhagens RRC 257/1 datado de 130 a.C. e o RRC 354/1 de 84 a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 60).

SERRA DO SOCORRO (CNS – 986)

O sítio da Serra do Socorro, localizado na Freguesia de Enxara do Bispo, Concelho de Mafra e na Freguesia do Turcifal, Concelho de Torres Vedras, implanta-se no topo aplanado da serra homónima, numa altimetria máxima aproximada de 396 metros. Do planalto da Serra do Socorro, a imposição na paisagem imediata e mais distante é notável, avocando de forma evidente um franco e absoluto domínio e invulgar visibilidade natural. Com efeito, é possível visualizar, a Oeste, o Oceano Atlântico, a Noroeste, as Berlengas, a Nordeste, a Serra de Montejunto, e, a Sul, a Serra de Sintra. Localizada numa área geomorfologicamente acidentada, caracterizada por vales e elevações de menor dimensão, a Serra do Socorro beneficia de um forte destaque na paisagem. A plataforma superior, onde se parecem concentrar as ocupações antigas, assim como o atual edifício sacro que lhe confere a denominação, evidencia uma configuração ovalada, com um comprimento máximo de cerca 440 metros por 150 metros, integrando uma área de aproximadamente 6 hectares (Dias, 2018a).

A relevância das ocupações pretéritas da Serra do Socorro é conhecida desde a primeira metade do século XX, tendo sido referenciada, desde então, em diversos trabalhos e cartografia sobre a proto-história da Estremadura (Dias, 2018b). A primeira referência científica deve-se ao Padre Eugénio Jalhay que, em 1946, associa a ocupação da Serra do Socorro à Idade do Bronze, sem se alongar nas razões que sustentaram a sua interpretação, enquadrando-a com outras estações arqueológicas da faixa litoral entre o Sado e o Mondego (Jalhay, 1946). As primeiras escavações realizaram-se na segunda metade do século XX por Gustavo Marques (Dias, 2018a), tendo estes trabalhos decorrido de forma descontínua, entre os anos de 1973 e 1989, sem qualquer autorização oficial, razão pela qual o acervo permaneceu praticamente desconhecido da

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

comunidade científica. Parte dos materiais aí recolhidos, bem como o caderno de campo dando conta dos trabalhos realizados, foram depositados, em 1997, no Museu Nacional de Arqueologia, após a morte de Gustavo Marques.

Deve-se ao estudo de Carla Matias a chamada de atenção para a relevância deste sítio, assim como das diferentes fases ocupacionais, concretamente da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (Matias, 2003). Apesar das potencialidades do sítio, os primeiros trabalhos arqueológicos programados decorreram apenas em 2007 e 2008, realizados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (Sousa *et al.*, 2019). Na sequência dessas escavações, foi realizado um estudo académico monográfico de todos os materiais e evidências da Idade do Bronze aí detetados, sendo este complementado com a análise das coleções depositadas no Museu Municipal Leonel Trindade, Museu Nacional de Arqueologia e Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra (Dias, 2018a).

Tendo em conta a premissa da relevância da ocupação da Serra do Socorro durante a Idade do Ferro; e da aparente leitura de que esta perdura desde meados do século VII até ao II/I a.C., podendo, assim, ter sido abandonada durante a fase da conquista romana (Matias, 2003), decidiu-se no âmbito deste trabalho rever as coleções existentes desta estação e que se encontram depositadas em três instituições distintas: o Museu Leonel Trindade, o Museu Nacional de Arqueologia e o Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra. Essa revisão permitiu caracterizar melhor a ocupação da Idade do Ferro e sublinhar a sua relevância a nível regional e no quadro do povoamento da Península de Lisboa (Sousa *et al.*, no prelo).

A revisão dos elementos relativos à ocupação da Idade do Ferro, provenientes das várias intervenções arqueológicas que foram aí efetuadas, permitiu atestar que os contactos deste povoado com as comunidades sidéricas da foz do Tejo tiveram início durante a segunda metade do século VII a.C. e que a Serra do Socorro terá mantido relações privilegiadas com a zona média e mesmo com a área meridional do estuário até ao século IV/III a.C. Alguns elementos, concretamente a asa de ânfora vinária do Tipo Dressel 1 (Anexo 4, Estampa 202, n.º 2296), proveniente da Península Itálica, alguns grandes contentores de armazenamento (Estampa 202, n.º 2290 a 2294) e um bocal de jarro de cerâmica cinzenta (Estampa 202, n.º 2296) permitem sustentar uma

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

continuidade da ocupação do sítio até meados ao século II / século I a.C. Apesar de alguns, escassos, elementos cerâmicos indicarem que a Serra do Socorro mantém algum tipo de presença durante a época romana (Sepúlveda e Sousa, 2001), nada permite supor um aglomerado populacional. Antes pelo contrário, todos os dados apontam para que o amplo povoado aqui existente desde a Idade do Bronze Final, que atravessa toda a Idade do Ferro, assumindo o papel de centro regional estruturante do povoamento, encontra o seu ocaso no contexto da conquista militar romana da Península de Lisboa.

Seria interessante no futuro próximo voltar-se a efetuar escavações arqueológicas no povoado, tendo entre o quadro de indagações prévias a resolução desta problemática. Outra das questões em aberto é a da cronologia do seu complexo e imponente sistema defensivo, já evidenciado por Gustavo Marques e que ainda hoje é bem visível em qualquer atenta visita. Tudo indica este ser datado de momentos finais da Idade do Ferro, contudo, só futuros trabalhos poderão corroborar essa aceção.

SENHORA DO Ó (CNS – 33866)

O sítio arqueológico da Senhora do Ó, Freguesia da Carvoeira, Concelho de Mafra situa-se na margem direita do rio Lizandro, desenvolve-se numa planície aluvionar. Os recentes trabalhos de arqueologia preventiva aí realizados, permitiram identificar vestígios consistentes com um extenso e multifacetado núcleo de povoamento que foi identificado como do tipo *Villa* (Batata, 2012). Importa, porém, reter que diversos elementos ainda que recolhidos fora de contexto primário sustentam uma ocupação mais recuada deste espaço durante o período romano republicano, é o caso de elementos de verniz negro itálico napolitano e caleno (Miranda *et al.*, 2021, p. 309, fig. 8, n.º 2 e 3). Este núcleo oferece uma implantação estratégica, sendo possivelmente o limite da navegabilidade a partir do mar do rio Lizandro durante a antiguidade (Borges, 2018, p. 222-225).

RAIMONDA (CNS - 4572)

O sítio arqueológico de Raimonda, Freguesia de Igreja Nova e Cheleiros, Concelho de Mafra, apresenta-se ainda hoje como um enigma. Implantado de forma sobranceira e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

dominante sobre o vale do rio Lizandro, o conhecimento de que dispomos é ainda insuficiente.

Nas Antiguidades de Mafra, Estácio da Veiga regista nos Casais de Raimonda a existência de numerosas tulhas, “algumas das quais foram abertas pelos muradores circunvizinhos” (Veiga, 1879, p. 20). A cerâmica nelas encontrada foi aparentada por Veiga à recolhida nas antas de Belas e na gruta de Cesareda, no entanto, de uma delas foram retirados vários artefactos de vidro branco, alguns com ornato de cores, claramente romanos (Veiga, 1879, p. 39 e 45). Encontra-se igualmente referido para esta localidade ou suas imediações, uma necrópole e “várias moedas de pequeno diâmetro, tendo todas um retrato” da mesma origem (Gandra e Caetano, 1995, p. 278). Nos anos oitenta do século passado, foram recolhidos por Maria Helena Cidade três peças em Chumbo enquadradas no período romano republicano, em concreto, duas glandes *plumbeae* e um cubo, tendo estas sido depositadas no Museu regional de Sintra por Manuel e Maria Maia (Gandra e Caetano, 1995, p. 279). Apesar de referidos na Carta Arqueológica de Mafra, a relevância destes materiais não tem sido a meu ver devidamente valorizada.

Em 18 de Abril de 2018, tive oportunidade de estudar estes materiais graças à amabilidade e cooperação da equipa do Museu de São Miguel de Odrinhas. Confirmou-se a interpretação de estarmos perante dois projéteis em chumbo, glandes, característicos do mundo militar romano republicano (Anexo 4, Estampa 200, n.º 2272 e 2274). A terceira peça, o dito cubo, corresponde a um ponderal, cuja tipologia e pátime compatível leva a assumirmos estar perante um pequeno, mas coerente conjunto de peças (Estampa 200, n.º 2273). Terão sido recolhidas em conjunto?

A presença destes invulgares elementos levou-nos a revisitar o sítio e seu enquadramento. Porém, apesar de algumas visitas ao local, nada se logrou aferir que elucidasse que tipo de estabelecimento poderia aqui existir. Tendo em conta a sua posição, poderemos estar perante um eventual fortim romano republicano situado sobre uma via de comunicação natural, o vale do Lizandro.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

OUTROS SÍTIOS

Por fim, ainda concernente ao povoamento em torno do interior da Península de Lisboa existem algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que indícios para futuros trabalhos. Uma das questões mais relevantes prende-se com a concentração de sítios em redor da bacia do rio Lizandro, vindo assim sublinhar a relevância desta via de penetração para o interior do território.

O sítio arqueológico da Belavista ou Boavista (CNS – 39391,) localiza-se na Freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, encontrando-se hoje englobado na urbanização da vila, nas proximidades da igreja paroquial de São Pedro. O sítio arqueológico desenvolvia-se num cabeço gozando de ampla visibilidade e condições naturais de defesa, mas que hoje se encontra profundamente alterado com o crescimento urbanístico. Em trabalhos de prospeção, foram aqui recolhidos cerâmica comum, de construção, fragmentos de ânforas e terra *sigillata*. Sobressai entre o conjunto e pela sua raridade, no quadro da Península de Lisboa, um fragmento de colo de uma ânfora vinária itálica de produção adriática com a marca SALVIVS no ombro (Miranda *et al.*, 2021, p. 320, fig. 8, n.º 1). A presença desta ânfora permite atestar uma ocupação mais recuada deste núcleo que remonta à fase da conquista romana. A estação do Moinho do Pitas (CNS – 37741), implanta-se num amplo morro com excelente visibilidade para o oceano a Oeste e a Norte para o vale da ribeira de Santa Margarida, na Freguesia de Ericeira, Concelho de Mafra. Sendo a sua descoberta recente, ainda dispomos de poucos dados sobre a mesma. Porém, a recente publicação da recolha de um denário da *Gens Caecilia*, possivelmente o exemplar RRC 374/2 datado de 82 a.C., leva-nos a assinalar a sua presença (Miranda *et al.*, 2021, p. 320, fig. 19, n.º 1). O sítio de Lapa da Serra, Freguesia de Carvoeira, Concelho de Mafra (CNS – 33511), foi detetado na sequência de trabalhos de remodelação de uma casa de habitação, sendo poucos os dados de que dispomos. Todavia, a presença de fragmentos de ânforas romano republicanas, nomeadamente de contentores do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), com fabricos da área meridional da *Ulterior*, associados à baía gaditana leva-nos a sublinhar enquanto ocorrência (Diogo e Costa, 2005, p. 412-420). A sua posição de sítio de altura, com bom domínio visual sobre o vale do rio Lizandro, leva-nos a correlacionar esta estação com o núcleo portuário da Senhora do Ó. Por último, nos níveis superficiais do bem conhecido povoado pré-histórico do Penedo do Lexim (CNS – 664), Freguesia de Igreja Nova e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Cheleiros, Concelho de Mafra, tem vindo a identificar-se alguns materiais do período romano republicano (Sousa, 2010). Estas evidências já levaram a que se tenha proposto que o local tenha tido alguma função de vigia (Sousa, 2007, p. 308). Entre os materiais encontram-se fragmentos de ânforas vinárias itálicas e do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), a par de imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta (Miranda *et al*, 2021, p. 320, fig. 8, n.º 4 a 6).

IV PARTE

A CONQUISTA ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO. UMA LEITURA DE CONJUNTO

Chegados a este ponto e uma vez apresentados e discutidos os dados relativos às ocupações humanas da área da Península de Lisboa e baixo Tejo, com particular ênfase nos seus espólios e arquiteturas, é tempo de fazer uma tentativa de leitura do conhecimento disponível, conjugando-a com a informação abundante, mas muitas vezes contraditória, das Fontes Clássicas.

Face às suas excelentes condições de navegabilidade, manifestas riquezas auríferas e recursos agropecuários, o vale do Tejo é desde cedo procurado por comunidades exógenas que aqui se estabelecem e interagem com as populações indígenas. É assim que, desde meados do primeiro milénio a.C., assistimos à presença do mundo fenício, que irá incrementar o desenvolvimento dos mais relevantes povoados portuários.

Os mercadores semitas irão ter um papel relevante no desenvolvimento destes núcleos, alcançando alguns deles dimensões significativas (Arruda, 2002; Sousa, 2014). Estes aglomerados de cariz urbano, tais como a colina do Castelo em Lisboa, Almaraz em Almada, Alcáçova de Santarém ou Chões de Alpompe, mantêm ao longo da Idade do Ferro fortes contactos com o mundo Mediterrâneo, parecendo assumir o papel de portos abertos à navegação. É precisamente nestes núcleos que assistimos à chegada das primeiras evidências da interação com o mundo itálico.

Carthago delenda est

Esta conhecida e muito glosada expressão latina, resulta de uma célebre expressão reiterada no senado de Roma, por um dos seus mais conhecidos e célebres senadores do período romano republicano, Catão, o velho. Reporta-se ao conflito que opôs as duas maiores potências do Mediterrâneo central (século II a.C.), Roma e Cartago, e significa que “Cartago tem que ser destruída”. É precisamente resultando desse conflito de mais largo espectro que se enquadra a primeira presença militar dos exércitos de Roma na Península Ibérica. O já acima referido desembarque das tropas de *Publio Cornélio Cipião* em Ampúrias em 218 a.C., marca assim o início do processo que historicamente

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

se definiu como conquista do território da Península ibérica, denominada pelos romanos como *Hispania*.

Embora o extremo ocidental da Península tenha estado arredado da primeira fase de conquista da *Hispania* (218-154 a.C.), as consequências do conflito que opôs Roma e Cartago em solo Ibérico não deixaram de se fazer sentir. Existe mesmo uma referência não isenta de problemas, visto serem contraditórias as duas fontes que a transmitem, que nos informa que, em 210 a.C., os chefes dos exércitos cartagineses invernavam no Ocidente: Magão, além das colunas de Hércules, junto aos Cónios, e Asdrúbal, filho de Giscão, na Lusitânia, junto à foz do Tejo (Fabião, 1992, p. 211).

Nos últimos anos, o compulsar de nova informação tem vindo a reforçar a presença e difusão de numismas hispano-cartagineses no vale do Tejo. Sublinhe-se que não existe qualquer tradição de circulação de numismas antes desta época. Não deixa de ser igualmente curioso atestar que todos os elementos numismáticos têm vindo a ser coligidos em povoados pré-romanos (Ruivo, 1999, p. 106). É o caso dos exemplares recolhidos no Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Kalb e Höck, 1980, p. 140, Taf. 21, fig. e-f); no Castro da Curvaceira ou Amaral (Ruivo, 1993-1997, p. 62, n.º 68); no Castro da Ota (Ruivo, 1993-1997, p. 63, n.º 69) e nos Chões de Alpompé (Ruivo, 1999, p. 104). Podendo ainda aduzir-se a esta pouco usual concentração o exemplar da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a, Vol. III, p. 10).

Ainda que seja provável estas moedas terem chegado ao vale do Tejo por via comercial ou resultarem de circulação residual em momentos mais tardios, parece-me mais provável admitir que estes achados possam estar relacionados com uma polémica referência de Políbio (Fr.h. 10,7,4) de que no decurso da 2.^a Guerra Púnica, um exército Cartaginês, comandado por Asdrúbal, filho de Giscão, estivesse acantonado na foz do Tejo no inverno de 210 a.C. Em sentido diverso, se seguirmos o relato de Títo Lívio (*Ab Urbe*, XXVI. 20,6), por essa altura Asdrúbal encontrava-se na região da baía gaditana (Ruivo, 1999, p. 106). Apesar de não ser certa a presença militar Cartaginesa, a mera referência de Políbio é indicadora que esta região não deve ter ficado totalmente à margem deste conflito, tendo certamente por necessidades de abastecimento, recrutamento de tropas auxiliares, ou de controle desta rica região sido alvo da pressão dos agentes cartagineses (Guerra, 2001b, p. 33).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

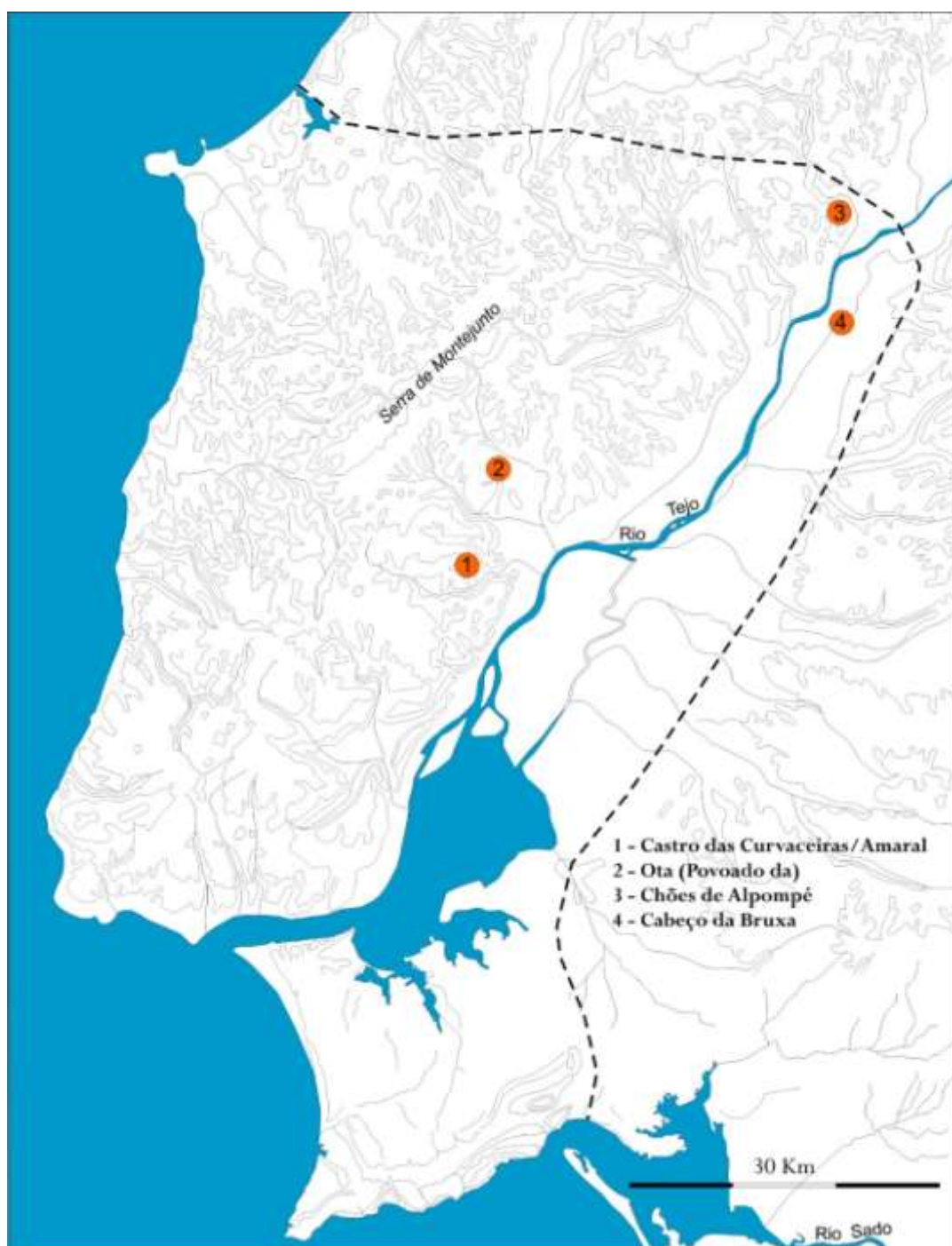


Figura 173 – Localização das estações onde foram detetados numismas hispano-cartagineses.

Nos últimos anos, os dados referentes às moedas achadas no território peninsular pertencentes ao período mais antigo da sua circulação, ou seja, à época anterior à presença romana na Ibéria têm vindo a aumentar de forma considerável (Chaves Tristán e Pliego Vásquez, 2015). Entre as moedas cartaginesas, predominam as emitidas em

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

solo peninsular, realizadas na sua maioria em função dos preparativos e do desenrolar do conflito da II Guerra Púnica (Chaves Tristán e Pliego Vázquez, 2017, p. 549).

1. O VALE DO TEJO NO SÉCULO II a.C.

Com o término da Segunda Guerra Púnica, a necessidade de defender, controlar e explorar os territórios recentemente dominados na Península acaba por conduzir, em 197 a.C., à criação do primeiro esboço de uma administração da *Hispania*. O território controlado, nesta fase, restringia-se a uma faixa litoral, desde os Pirenéus até às faldas da Sierra Morena, na margem direita do Guadalquivir. Este território é dividido em duas províncias, a *Hispania Citerior* a oriente com capital em *Carthago Nova* (Cartagena) e a *Hispania Ulterior* a ocidente, com capital em *Corduba* (Córdova), sendo governadas por dois pretores (Fabião, 1992, p. 212). Apesar desta delimitação, a ocupação nesta fase era essencialmente militar, destinada a controlar e explorar o território, sendo o período subsequente marcado por múltiplas sublevações de cidades ou de regiões.

O primeiro confronto entre comunidades Lusitanas e Romanas ocorre em 194 a.C., quando os primeiros regressavam de uma campanha de saque a zonas ricas do sul peninsular. Atacados por P. Cornélio Cipião, os Lusitanos foram derrotados em *Ilipa*, (Lívio, 35, 1, *In F.H.A. III*, p. 194-195). A partir desta data, dispomos de diversas referências a vitórias e derrotas entre ambas as partes, sendo que estas incursões ocorrem em zona da atual Andaluzia (Alarcão, 1988, p. 16-21). Para o vale do Tejo importa ter presente a referência de Lívio (Liv, 39, 30, *In F.H.A. III*, p. 205), que descreve que os pretores *L. Quinctio Cristino* da *Citerior* e *C. Calpurnio Piso* da *Ulterior* em 186-185 a.C. partem da *Baeturia*, ou seja do vale do Guadalquivir, cruzam o Guadiana e implantam o seu acampamento nas proximidades do Tejo. Mencionam igualmente uma vitória junto do *Tagus*, que os romanos atravessam à vista do inimigo, num lugar onde o rio teria dois vaus e uma montanha nas proximidades, onde se refugiaram três mil inimigos.

Durante os anos seguintes, podemos mesmo dizer durante a primeira metade do século II a.C., a estratégia militar romana frente aos distintos territórios da Península

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

caracteriza-se por uma falta de coerência, sendo as diversas ações descoordenadas e carentes de continuidade (Heras Mora, 2018, p. 77).

É com o eclodir do conflito conhecido como “Guerra Lusitana” (155-138 a.C.) que começamos a dispor de mais informações acerca dos movimentos dos exércitos romanos no extremo Ocidente peninsular. Ainda que grande parte dos acontecimentos relatados nas fontes clássicas ocorra em territórios mais meridionais, importa reter o impacto que estas intervenções militares em larga escala não devem deixar de ter tido nas relações comerciais, políticas e sociais dos portos do vale do Tejo. Só nos últimos anos do conflito, as fontes referem incursões ao Ocidente (Fabião, 1989, p. 41). Em 141 a.C. Q. Fábio Máximo Serviliano soma uma série de vitórias na atual Andaluzia, conquistando posições lusitanas e levando a guerra ao atual Algarve e Alentejo, tendo mesmo atravessado o Tejo (Apiano, 67-69, *In F.H.A. IV*, p. 117-121). Em 139 a.C., Q. Servílio Cipião, rompendo a paz com os Lusitanos estabelecida pelo seu antecessor, desencadeia uma ofensiva fulgurante, atacando os Lusitanos e entrando em conflito com os Vetões e os Galaicos (Apiano, 70, *In F.H.A. IV*, p. 122.123).

Os êxitos militares do governador da Hispânia *Ulterior* levam Viriato a propor negociações, tendo, como se sabe, sido assassinado pelos seus próprios emissários, *Audax*, *Ditalkon* e *Minuros*, aliciados por Cipião (Apiano, 71, *In F.H.A. IV*, p. 126-127). O já esgotado contingente lusitano, embora ainda tenha tentado uma incursão malsucedida contra os territórios a sul, negoceia a paz pouco depois e recebe territórios para se instalar, terminando assim a “Guerra Lusitana”.

É neste contexto, pós-morte de Viriato, que ocorre a primeira grande ofensiva militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica (Fabião, 1989, p. 42). Essa campanha teve como intuito “apaziguar” de forma modelar esta região, génese da anterior rebelião. Desencadeou-se em 138 a.C., liderada pelo general *Décimo Júnio Bruto*. Graças ao geógrafo Estrabão, autor grego natural da cidade de *Amaseia* (atual Amásia, Turquia), que viveu no século I a.C. e foi autor de uma monumental *Geografia* em 17 volumes, obtemos pela primeira vez uma referência direta à entrada do vale do Tejo na esfera de Roma. Durante muito tempo foi seguida uma tradução da obra de Estrabão, que incluía nesta passagem uma referência a *Olisipo* e à sua fortificação pelo Galaico. Contudo, trata-se de uma passagem corrompida, sendo essa interpretação um

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

acrescento posterior, pouco confiável do ponto de vista hermenêutico (Pimenta, 2020). Neste trabalho e a bem da ciência optamos por seguir uma recente tradução crítica a partir do texto original grego, de Jorge Deserto e Susana Pereira: “(...) *Móron* cidade bem situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar [...] A esta cidade, Bruto, denominado o Calaico, usou-a como base de operações quando lutou contra os Lusitanos e os submeteu [...] poderia ter as navegações desimpedidas e o abastecimento de víveres, de modo que entre as cidades em redor do Tejo, são estas as mais poderosas.” (Estrabão, *Geog.* III.3.1 in Deserto e Pereira, 2016)

É assim através de Estrabão (III, 3.1) que sabemos que, em 138 a.C., o novo governador da província romana da *Ulterior*, o procônsul *Décimo Júnio Bruto*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao Noroeste peninsular, tendo usado uma das principais cidades na margem direita, *Móron*, no fundo do estuário a cerca de 90 km da entrada do rio como base de operações. Apesar da recente crítica textual não confirmar a referência estraboniana ao papel da cidade de *Olisipo* nesta campanha, a arqueologia tem consolidado a sua relevância, como cidade de retaguarda, controlando a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos (Pimenta, 2005, Filipe, 2019).

É de supor que antecedendo a campanha de *Décimo Júnio Bruto* teriam já existido contactos. Se não de índole comercial, visto que de facto estes não deixaram vestígios, mas certamente a nível político, entre as elites de *Olisipo* e de *Móron* e o poder de Roma na *Hispania*. Tendo presente a breve descrição estraboniana, não é mencionada nenhuma conquista, apenas, que esta cidade é utilizada como ponto de apoio no âmbito de uma campanha militar. Recorde-se, que a campanha de Bruto se destina a controlar a orla costeira e a penetrar em profundidade no território alcançando o território dos Galaicos, povo que vence e que lhe dá o cognome pelo qual passa à história – *Galaicus* (Cavada Nieto, 2009). O seu exército, após essa vitória, continua a avançar chegando a atravessar o rio Leça e alcançando a foz do rio Minho, onde observa pela primeira vez, assombrado, o pôr-do-sol no oceano. Não é assim de supor que avançassem para paragens tão distantes, deixando atrás de si uma zona instável ou pouco confiável. Face a este enquadramento, parece-me mais provável estarmos perante cidades que negociaram a sua aliança com Roma, tirando assim partido do novo quadro geopolítico que se estava a delinear. Esta opção pelo vale do Tejo e especificamente pela sua

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

margem direita, como linha de retaguarda permite supor que a zona estaria já relativamente bem controlada e que deixava atrás de si um Alentejo e Algarve que se supõem pacificados (Fabião, 1989, p. 42). Não deixa de ser pertinente, neste exercício de tentativa de compreensão de como terá ocorrido esta integração na esfera de Roma, ter presente a título de exemplo, o caso da antiga cidade de *Gades*, o denominado *Foedus Gaditanum* de 206 a.C. (López Castro, 1995, p. 100-102). Este tratado resulta da *deditio* de Gádir, no contexto das guerras púnicas após a retirada de Magão. Por *deditio*, entenda-se, a sua capitulação negociada, consequência de um juramento de *fides* a Roma. O ato de *deditio* tinha como significado abandonar-se ao vencedor e à sua proteção muitas vezes com a instalação de uma força militar. Contudo, como foi o caso Gaditano, a *deditio*, não implicava a perda da autonomia jurídica do povo ou comunidade submetida, que sobrevive como sujeito de direito após a restituição da sua identidade e propriedades pelo vencedor (López Castro, 1995, p. 102). Este paralelismo entre *Olisipo*, *Móron* e o *Foedus Gaditanum* não é inócuo, resultando da constatação da relevância de que ambos os portos assumiram no contexto da conquista, sendo que essa relação se encontra como iremos ver plasmada no registo arqueológico, no abastecimento massivo de produtos alimentares envasados em ânforas. Reforce-se que *Gades* como cidade aliada estaria obrigada a fornecer a ajuda necessária a Roma nas suas campanhas, quer com tropas auxiliares, quer com mantimento e acima de tudo com o apoio das suas frotas navais (Morais, 2007a). Cícero no seu discurso *Pro Balbo* recorda aliás que os Gaditanos auxiliaram os romanos “nas guerras difíceis”, entre outras, precisamente na campanha de Bruto (López Castro, 1995, p. 158).

Em concreto, tendo presente os dados disponíveis, o que podemos sublinhar é que a partir da campanha de Bruto o vale do Tejo entra definitivamente na esfera do mundo romano. As evidências desse contacto e interação económica e cultural encontram-se bem marcadas no súbito surto do volume de importações de bens e produtos alimentares e da emergência da numária itálica no quotidiano. Apesar de todas as convulsões decorrentes dos períodos conturbados que o extremo ocidente da Península Ibérica atravessou durante os finais do século II e I a.C. não mais deixou de se fazer sentir a presença itálica.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

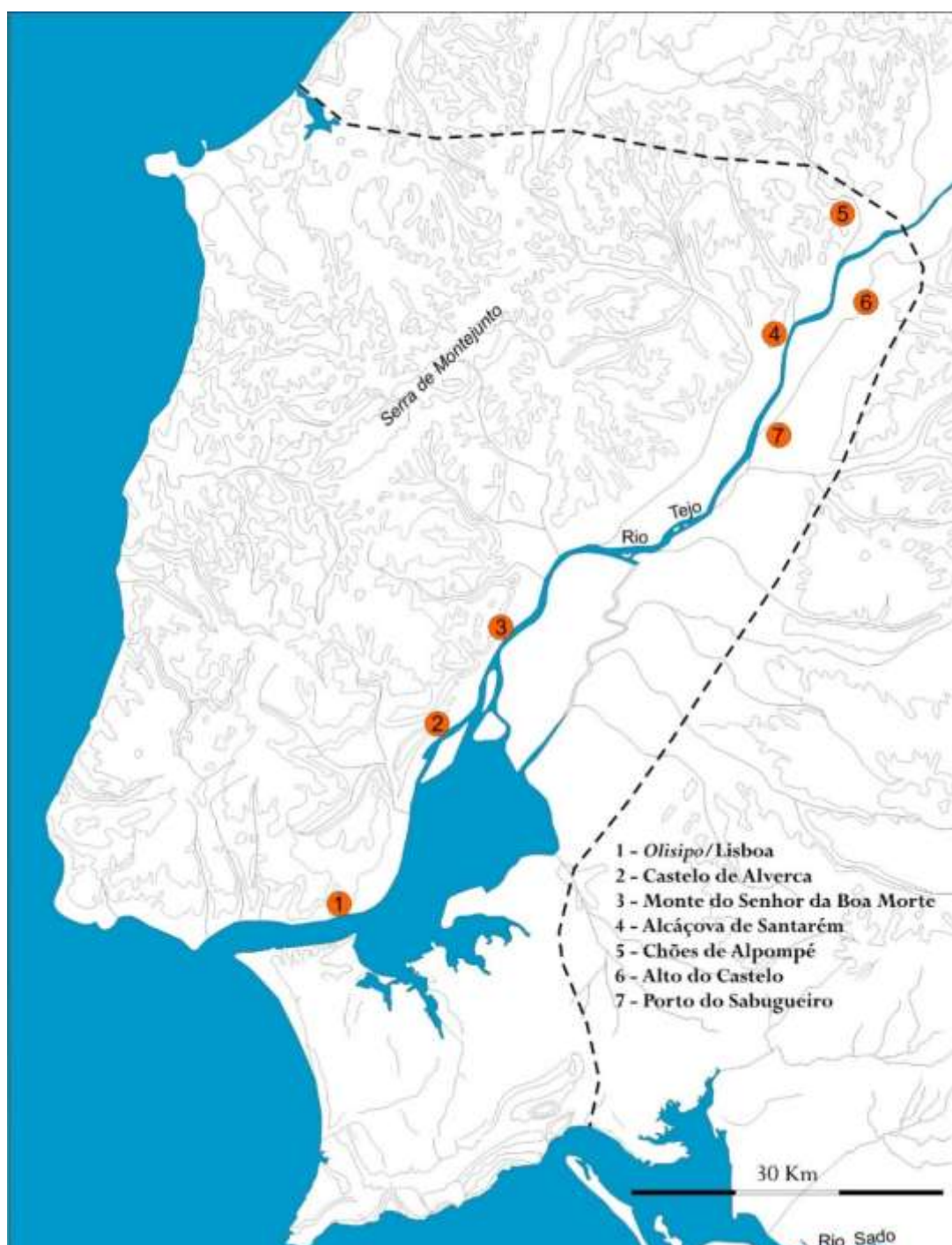


Figura 174 – Mapa do vale do Tejo e foz do Sado com a localização dos principais sítios para o século II a.C.

A campanha de Bruto, pela sua dimensão, relevância, duração merece-nos ainda um breve comentário. As preocupações defensivas patentes na organização da sua retaguarda e linha de apoio levam a constatar que os exércitos consulares estariam

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

perante um território adverso e desconhecido. O próprio comportamento das tropas expressa de forma bem vinculada a intrepidez de uma ofensiva a paragens tão remotas (FHA, IV, p. 139-140). Partindo do Tejo, *Décimo Júnio Bruto* lidera uma fulgurante campanha que conduz até ao rio Minho, centrando a sua ação na conquista e submissão dos principais povoados lusitanos (Gomes, 2017). Não temos conhecimento exato de qual o trajeto desta campanha, Jorge de Alarcão propôs de forma pertinente que esta se tenha desenvolvido pelo percurso da posterior estrada entre *Olisipo* a *Bracara* (Alarcão, 1987, p. 36). Porém, até ao momento, apesar de alguns esforços têm sido goradas as tentativas de identificação de recintos militares que lhe possamos associar.

Recentemente, foram identificados três sítios que se podem prender com esta campanha: dois na bacia do rio Mondego, o sítio de Arruelas, Maiorca, Montemor-o-Velho (Imperial, 2017), com um conjunto material expressivo e inequivocamente desta fase, mas de interpretação difícil, face às especificidades da intervenção, mas que tem sido associado a um possível naufrágio (Soria, 2018); o povoado de Santa Olaia (Figueira da Foz), onde a revisão dos materiais das escavações antigas revelou um coerente conjunto de importações que se podem associar a esta época (Silva, Almeida e Pereira, 2021); e o sítio de Lomba do Mouro (Melgaço), correspondendo a um recinto militar de dimensões significativas, cerca de 21 hectares, que foi associado ainda que como hipótese de trabalho a esta campanha (Costa-García; Fonte e Gaco, 2019).

O papel da passagem de *Décimo Júnio Bruto* como governador da *Ulterior*, entre 138 e 133 a.C. foi sem dúvida marcante para o início da romanização dos territórios ocidentais (Salines de Frías, 2010). Os dados arqueológicos da área da Península de Lisboa e baixo Tejo parecem coincidir com esta leitura. De facto, os contextos arqueológicos mais antigos que podemos associar à presença romana encontram-se bem documentados na área do Castelo de São Jorge, em Lisboa, enquadrados no terceiro quartel do século II a.C., sendo assim coincidentes com a cronologia da presença dos exércitos do Galaico (Pimenta, 2005). A relevância e consistência dos dados provenientes de *Olisipo* sustentam mesmo uma forte presença militar associada a esta fase, materializada pelo volume de importações e o seu cariz alógeno (Pimenta, Ribera I Lacomba, Soria, 2018; Pimenta, 2014, 2020).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**



Figura 175 – Mapa parcial da Península Ibérica com a localização de *Olisipo* e *Móron* assim como do trajeto provável da campanha do Galaico.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

No fundo do estuário, os dados dos Chões de Alpompé, apesar de ainda carecerem de contextos arqueológicos fiáveis, parecem seguir a mesma linha dos registados em Lisboa, com um peso significativo das importações itálicas (Pimenta e Arruda, 2014). Os dados parecem identificar este grande povoado com a *Móron* Estraboniana e ver nele a base operacional da campanha de Bruto ao Noroeste peninsular (Fabião, 1989, Fonte *et al.*, 2020).

Apesar de a recente revisão dos dados disponíveis aduzir alguns novos elementos, mantém-se em aberto a questão da cronologia da génese do grande acampamento de Alto do Castelo (Alpiarça), a sua ocupação nesta fase encontra-se provada, ainda que só futuros trabalhos arqueológicos possam clarificar se foi fundado neste contexto ou corresponde a um recinto associado às guerras Lusitanas ou a algum momento mais tardio.

Podemos ainda associar a esta fase as primeiras importações itálicas, como cerâmicas napolitanas de Verniz Negro Itálico, acompanhadas de ânforas greco-itálicas, documentadas em povoados pré-romanos como a Alcáçova de Santarém, Castelo de Alverca, Monte do Senhor da Boa Morte ou no Porto do Sabugueiro. Sublinhe-se que estamos perante evidências essencialmente localizadas junto do Rio Tejo, sendo a informação do interior da Península de Lisboa mais complexa de situar do ponto de vista da cronologia, pela ausência de importações cerâmicas.

Possivelmente associado a esta campanha, e à personagem de *Décimo Júnio Bruto*, existe a referência à fundação da cidade de *Brutobriga* (Sculten, 1937, p. 140). A sua localização tem vindo a ser apontada para o vale do Tejo, nomeadamente para área de Santarém (Amela Valverde, 2016). A única informação de que dispomos é a de que esta cidade cunhou moeda durante o período romano republicano. Trata-se de uma única série de bronzes com boa execução e uma cronologia da segunda metade do século II a.C., apresentam do anverso uma cabeça masculina com o nome do magistrado T. MANLIVS T.F. SERGIA e no reverso um navio e aos seus pés o nome da cidade BRUTOBRIGA (Ruiz López, 2010, p. 619-620). Tendo em conta a dispersão destes numismas, nomeadamente na província de Cáceres e Badajoz, foi recentemente apontado uma localização para esta cidade na área de La Serena – Castuera (Heras Mora, 2015, p. 75).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Após a campanha de Bruto o vale do Tejo é inserido de forma definitiva na esfera de Roma. Contudo, subsequentemente a este momento, não se assiste a um esforço coerente de coesão destes territórios (Cadiou, 2003). De facto, resulta claro da análise das fontes que o processo de conquista não foi linear, uniforme, nem obedeceu a uma estratégia planificada. Tratou-se antes de um modelo heterogéneo assimétrico e marcado de avanços e retrocessos, de objetivos militares de alcance muitas vezes marcado pelos interesses e desejos de prestígio pessoal por parte dos Generais romanos (Heras Mora, 2018). A aduzir a este quadro, as lutas internas da política romana expandiram-se e alastraram-se aos territórios peninsulares, complexificando ainda mais o panorama hispânico. Nos anos seguintes à campanha de Bruto as fontes clássicas reduzem consideravelmente a sua atenção relativa a estes territórios (Edmondson, 2014). Apiano, a nossa principal fonte dos capítulos anteriores, translada-se de cenário e passa a narrar o que se passa na província da *Citerior*. Contudo, algumas notícias, assim como alguns notáveis elementos epigráficos permitem perceber que estes territórios estavam longe de pacificados (López Melero; Sánchez Abal e García Jimenez, 1984).

Apesar da quase ausência de fontes para acompanhar as dinâmicas da conquista no último terço do século II a.C. na província da *Ulterior* (FHA IV, p. 141-159) alguns indícios patentes nos *Fasti Triumphales* atestam que a partir do ano 115 até meados dos anos 90 a.C. alguns exércitos romanos tiveram que fazer frente a outra série de sublevações Lusitanas. Tendo, devido a essas vitórias, diversos comandantes militares terão celebrado triunfos: por exemplo *Quinto Servílio Cepião* (*praetor* em 109) em 107; *Lucio Cornélio Dolabella* (*praetor*, c. 100) *ex Hispania Ulterior(e) de Lusitan(eis)* em 98 e *Publio Licínio Craso* (*consul*, 97) *de Lusitaneis* em 93 (Edmondson, 2014, p. 23). A contrastar com estes triunfos, encontram-se igualmente assinaladas algumas pesadas derrotas dos exércitos itálicos. Plutarco reporta genericamente os problemas que Gaio Mário enfrentou durante a sua pretura nesta província, ao longo do ano de 114 (Plu. *Mar.*, 6); no ano de 112, *L. Calpurnius Piso Frugi* foi morto no exercício da mesma função (Cic. *Verr.* 4,56); em 105 dá-se conta de uma derrota do exército romano frente aos lusitanos (Obseq. 105); assinalam-se de novo conflitos entre 102 e 100, os primeiros na pretura de M. Mário e os últimos quando era procônsul L. Cornélio Dolabella. Em 99

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

assinalam-se de novo conflitos com os *Lusitani rebellantes* (Obseq. 99) (*apud*, Guerra, 2004, p. 223).

De acordo com a pertinente e sustentada proposta de Amílcar Guerra, deve inserir-se nesta fase a fundação da base militar de (*Castra*) *Caepiana* entre o baixo Tejo e o Sado, associada à figura do pretor e procônsul Q. Servílio Cepião, filho do cônsul homónimo e responsável pela província entre 109 e 107 a.C. (Guerra, 2004, p. 222). Desta personagem e do seu percurso no extremo ocidente peninsular, pouco se sabe além de que venceu os Lusitanos e que a sua pretura se consagrou com a celebração de um triunfo (FHA IV, p. 146-147).

A aduzir a esta situação de instabilidade, devemos ter em conta a descoberta de uma placa de bronze com o texto de uma rendição (*deditio*), descoberta no Castro de Villavieja (Castillejo de la Orden, Alcántara, Cáceres) (AE, 1984, 495; López Melero *et al.*, 1984), demonstrando que pelo menos um *populus* nesta região se tinha revoltado contra a presença romana no ano de 105-104 a.C., o que requereu uma intervenção militar por parte do magistrado responsável pela *Ulterior*, L. *Caesius*.

Alguns ocultamentos de tesouros monetários republicanos, podem ser associados a esta fase, agrupados por Jorge de Alarcão, como “tesouros de c. 100 a.C.” (Alarcão, 1999, p. 1-3). A sua concentração centra-se a sul do Tejo, mas verifica-se alguns exemplares mais setentrionais, como é o caso do conjunto de S. Tibério, Pombal e o de Alvorge, Ansião (Alarcão, 1999, p. 2-3).

Nos anos de 96-94 a.C. o procônsul da *Ulterior*, Públio Crasso empreende uma expedição para Norte, aparentemente mais de exploração territorial do que de conquista (Estrabão, 176, *in* FHA IV, p. 153), tendo resultado na descoberta do acesso às zonas de extração do estanho, as ilhas Cassitérides, segredo cuidadosamente mantido pelos mercadores gaditanos (Fabião, 1989, p. 44). Este relevante episódio relembra-nos um dos objetivos fundamentais da conquista da *Hispania*, a sua riqueza de recursos mineiros. De facto, a implantação de estabelecimentos mineiros, associados à exploração com vista à obtenção de metais, desencadeou intensos sistemas de controlo do território, que pautaram as dinâmicas da implantação itálica (Heras Mora, 2018, p. 405).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

2. O PERÍODO SERTORIANO

A fatídica cerva que o avisa:

Ele é Sertório, e ela a sua divisa.

(Os Lusíadas, Canto VIII, 8 Estrofe)

O cenário geopolítico altera-se substancialmente com o episódio das Guerras Civis romanas em território hispânico denominado como guerras Sertorianas (82-72 a.C.). Sertório obteve a pretura da *Hispania Citerior* em 82 a.C., contudo, o regresso de Sula a Roma levou a que o seu nome ficasse inscrito nas listas das proscuições dos apoiantes de *C. Marius*. Sertório apressou-se a vir para a Península, com o intuito de criar um foco de oposição e de resistência contra o governo de Sula. Expulso da *Hispania* pelo procônsul *C. Annio Lusco*, a quem o governo sulano tinha entregue a mesma província, depois de diversas peripécias navais, desembarca no Norte de África, onde os Lusitanos o encontram e lhe oferecem um exército se ele aceitar liderá-los contra Roma (Plutarco, Sertório, 7 in *FHA* IV, p. 168-169).

Não nos vamos aqui deter sobre a análise factológica das geografias do conflito, visto que esse trabalho se encontra plasmado em estudos recentes que reavaliam e problematizam o quadro inicial traçado por A. Schulten, quer na obra *Sertorio* (1926), quer nas *Fontes Hispaniae Antiquae* IV (1937), veja-se a Tese de Doutoramento de F. García Morá (1991) ou os recentes trabalhos de Salinas de Frías (2006a, 2006b e 2014) e de F. Cadiou (2008).

Da geografia dos confrontos militares é claro que o extremo ocidente da Península, face à situação de instabilidade e antagonismo generalizado, parece ter ficado entregue a si mesmo (Fabião, 1989, p. 45). Grande parte do teatro de operações onde ocorrem os principais conflitos relatados pelas fontes clássicas desenvolve-se longe do vale do Tejo, em territórios mais meridionais, embora com algumas incursões ao Sul do território atualmente português (Sala Sellés e Moratalla Jávega, 2014).

Para fazer frente à ameaça que Sertório apresentava, o governo *optimatus* envia à Península Ibérica no ano 79 a.C. *Q. Cecilio Metelo Pio*. Este tinha partilhado o consulado com Sula no ano 80 a.C. e, portanto, foi enviado como procônsul (Salinas de Frías, 2010, p. 47). *Plutarco* e *Salustio* narram diversos combates que ocorrem logo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

neste ano (Plutarco, Sertório, 13; Salústio, 1, 112, 1, 113 in FHA IV, p. 168-169). Metelo ataca as cidades de *Lancobriga* ou *Lacobrica*, que tem vindo a ser associado ao sítio de Monte Molião nas proximidades da cidade de Lagos (Arruda, 2007; embora existam opiniões divergentes, ver Guerra, 1998 e Alarcão, 2005) e a cidade de *Dipo*, possivelmente Evoramonte (Alarcão 1988, p. 98; 2002; Guerra, 2010, p. 90, ainda que exista uma tese que a coloca na bacia do Guadiana - Almagro Gorbea *et al.*, 2009). *Conistorgis*, a capital dos cónios também se vê implicada nos combates desse ano, ainda que não seja certo o seu *ubi*, sendo que a última interpretação sobre a sua localização coloca esta cidade em Medellín na Extremadura Espanhola (Alarcão, 2001, p. 337; Almagro *et al.*, 2008). Por outro lado, parece ficar patente a ideia da deslocação do conflito até às margens do Tejo (Salústio, Hist. I, 115 In FHA IV, p. 175), podendo mesmo ter atingido uma das grandes cidades aí existentes “*Lusitaniae gravem civitatem*” (Salústio, Hist. I, 114 In FHA IV, p. 175). Temos assim neste ano a ação centrada no ocidente da província da *Ulterior*, numa ação Sul-Norte, a partir da Baixa Andaluzia, onde o partido de Roma gozava de fortes apoios, como bem sublinha García Morá (1993).

Entre finais de 78 a.C. e o Verão de 76 a.C. as fontes praticamente deixam de se referir à *Ulterior*, assumindo-se que Sertório haveria conseguido estabelecer um verdadeiro *limes* meridional, empurrando Metelo para a região mais romanizada da *Ulterior*, onde facilmente recolhia bastante mais apoio que no ocidente lusitano (García Morá, 1994, p. 279-81). Neste sentido parecem apontar as glandes de chumbo da Peña de San Sixto (Encinasola) com a inscrição Q·SERTORI· /PRO·COS (Chíc García, 1986, p. 172), as do Castrejón de Valencia del Ventoso (Berrocal, 2003, p. 206; Berrocal *et al.*, 2014, p. 277), mas igualmente as de Azuaga com a inscrição de Q. Cecílio Metelo (Domergue, 1970).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

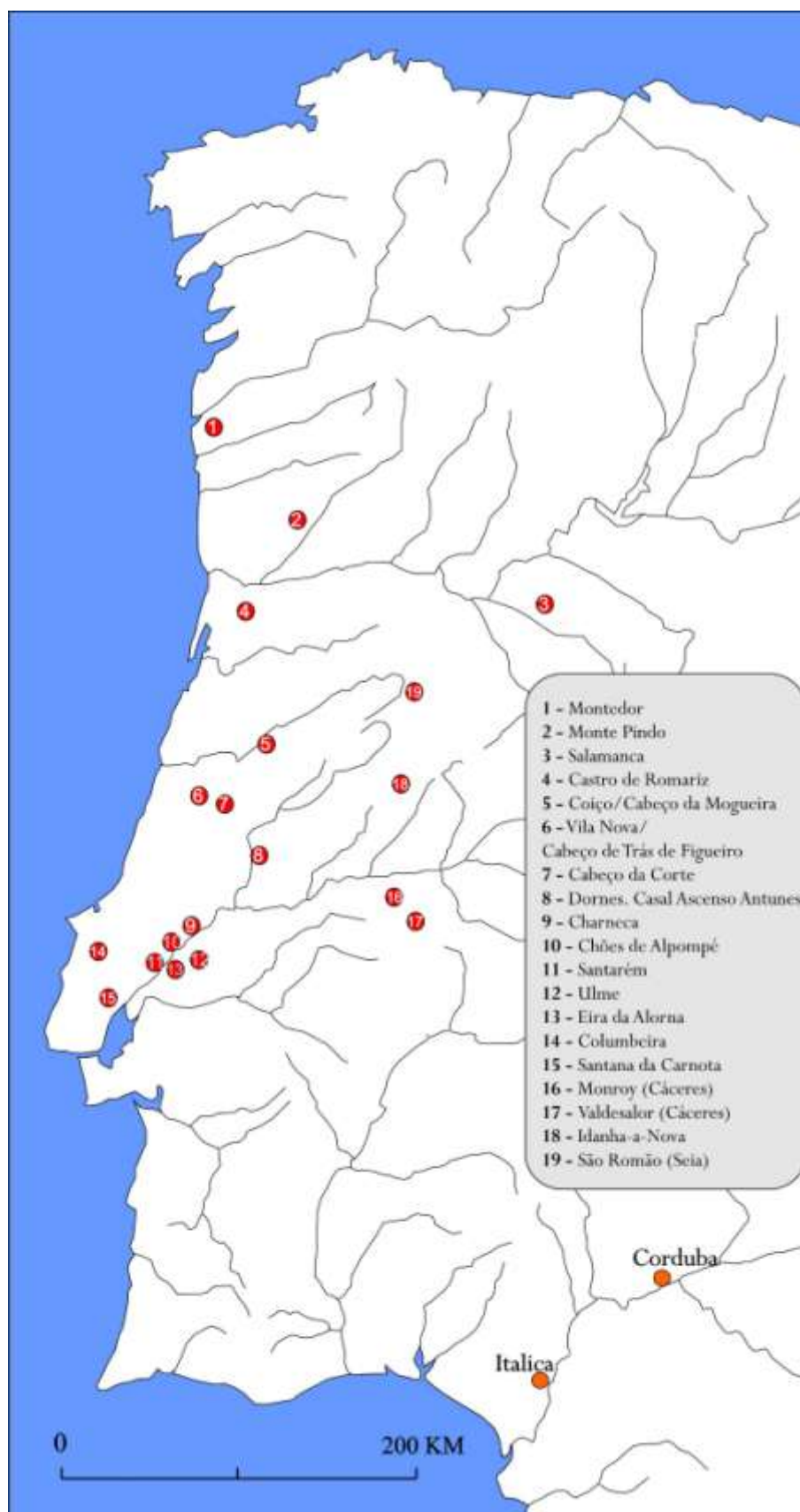


Figura 176 – Mapa dos tesouros atribuídos às guerras sertorianas. Com base em Ruivo, 1997; Barbosa, 1998-2002; Ruivo *et al.*, 2015 e Blázquez Cerrato, 2002: modificado.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Não voltamos a ter notícias tão particularizadas, da geografia deste conflito. De facto, as fontes que permitem reconstituir os acontecimentos dos anos 80 a 78 a.C., vão agora ocupar-se de outros aspetos da guerra (Heras Mora, 2018, p. 87). A chegada de Pompeio à Península, nos inícios de 76 a.C., iria provocar novas movimentações e atividade na *Ulterior*. Efetivamente, no Verão de 76 a.C., o lugar tenente de Sertório na *Ulterior*, Hirtuleio, defronta Q. Cecílio Metelo junto da cidade de Itálica, saindo completamente derrotado, rumando depois o curso da guerra mais para Oriente, de modo a evitar a união dos exércitos dos dois legados de Roma.

A evolução cronológica dos tesouros numismáticos identificados no ocidente peninsular, permite igualmente vislumbrar os ritmos da evolução do conflito, assim como a forte instabilidade que se viveu nesta área do vale do Tejo ao longo deste período (Ruivo, 1997). Um primeiro momento situar-se-ia em torno de 79 a.C. e a ele podem ser associados os tesouros localizados na bacia do Tejo: Columbeira, Charneca, Torres Novas, Idanha-a-Nova, Coiço, Valdesalor e Monroy (Blázquez Cerrato, 2002). Estes ocultamentos poderiam ser consequência da campanha de Q. *Cecilio Metelo* entre 79 e 77 a.C. na *Lusitania* meridional. Um segundo grupo situa-se entre o vale do Douro e o Tejo e têm uma data mais recente até 74 a.C., evidenciando uma deslocação da frente de guerra mais para o Norte e para a fachada atlântica. Pertencem a este grupo os tesouros de Santana da Carnota, Cabeça de Corte, Romariz Santarém, Monte Pindo, e Montedor (Blázquez Cerrato, 2002), podendo acrescentar a estes o tesouro descoberto no sopé do Castro de São Romão, Seia (Alarcão, 1993, p. 15; Barbosa, 1998-2002, p. 48-50). Estes depósitos podem associar-se com os movimentos de Sertório a partir da *Ulterior*/Lusitânia para enfrentar Pompeio na *Citerior*. É possível que este registo permita igualmente contextualizar a referência ao ataque de *Perpena* lugar-tenente de Sertório a *Cale* na *Gallaecia*, de que a única referência é uma citação indireta de *Salustio* feita por *Servio* (Salustio, Hist., 3, 43 *In* FHA IV, p. 233). Não é certo que esta *Cale* seja a que se conhece na foz do Douro, ainda que tal possa ser plausível (Alarcão, 1988, p. 24).

Após a morte de Sertório em *Osca* e a derrota dos seus partidários a Península fica sob a órbita de Pompeio, que se ocupou ativamente em criar as suas clientelas (Salinas de Frías, 2010, p. 49).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Vários sítios arqueológicos nesta área, têm sido relacionados com este conflito, nomeadamente o grande acampamento militar de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984; Heras Mora, 2014), o povoado da Serra de Segóvia, Elvas (Gamito, 1987, Bargão, 2017), e o povoado da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1996, 1998a; Pereira, 2014, 2018). Para o vale do Tejo destaca-se o papel dos Chões de Alpompé, local escolhido como base operacional da campanha do Galaico, parece nesta fase ter sido igualmente a opção pelo menos nos momentos iniciais do conflito. De facto, com base no estudo do conjunto numismático, José Ruivo propõe que o vasto planalto do Alviela tenha sido utilizado em 79 a.C. como base de Q. Cecílio Metelo quando ataca os territórios Lusitanos (Ruivo, 1999, p. 106, nota 13). Ainda no baixo Tejo e associado a este momento, existe a referência no itinerário de Antonino e no Anónimo de Ravena ao topónimo *Caeciliana* (Heras Mora, 2015, p. 74 e 75). Situar-se-ia nas proximidades de *Olisipo*, no trajeto da via romana que conduzia a *Emerita* (Almeida, 2017). Uma possível associação deste topónimo com Q. Cecílio Metelo e a uma putativa posição militar *Castra Caeciliana*, foi levantada por Schulten (1937, p. 174-175) e tem vindo a ser proposta ainda que sem confirmação arqueológica para uma entidade militar (Alarcão, 1988, p. 24; tendo já sido apresentadas críticas a esta interpretação em Guerra, 2004, p. 219).

Os dados proporcionados pela arqueologia começam a traçar de forma clara um cenário de que no decurso ou no ocaso do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis na zona e de que estas se estendem até áreas interiores, com o abandono, destruição ou a perda de importância de vários locais, relevantes no âmbito das dinâmicas de implantação romana da primeira fase da conquista (Fabião, 2014). É o caso da destruição/abandono da grande base militar de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Heras Mora, 2014); do acampamento de Valdetorres (Heras Mora, 2009); da base operacional de Villasviejas del Tamuja (Heras Mora, 2015 e 2018); da perda de importância ou mesmo abandono do centro operacional logístico da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a, Pereira, 2018) ou do abandono da base fortificada do Castelo das Juntas (Moura) (Mataloto, 2014).

Para o vale do Tejo, assiste-se ao abandono ou mesmo destruição de Chões de Alpompé (Fabião, 2004b, 2006b, 2013 e 2014). Aqui, os dados do estudo dos numismas sustentam que este vasto recinto tenha sido abandonado nos momentos iniciais do conflito Sertoriano, possivelmente em 78 a.C. (Ruivo, 1999, p. 106). Na margem

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

esquerda do Tejo em frente a Santarém temos dados consistentes para um aparente abandono de sítios como Eira da Alorna e possivelmente Porto do Sabugueiro. No interior da Península de Lisboa, ainda que os dados não sejam claros, enquanto hipótese de trabalho a clarificar, é interessante associar a este momento o ocaso de grandes povoados de altura fortificados, que parecem não sobreviver a este período conturbado, é o caso de Pragança (Cadaval); Castelo (Arruda dos Vinhos); Serra do Socorro (Mafra/Torres Vedras); o Castro do Amaral ou das Curvaceira (Alenquer) ou o povoado de Santa Eufémia (Sintra). Em relação à presença militar ou militarizada da grande cidade da foz do Tejo, *Olisipo*, ainda que a informação não seja conclusiva, assiste-se após este episódio a um diminuir significativo da informação, que pode sustentar que o contingente militar que ocupava a área do Castelo de São Jorge, após este episódio, o abandona definitivamente. Por último, para a Península de Setúbal, nos últimos anos o avolumar de dados sobre o sítio arqueológico de Chibanes, possivelmente o *ubi* da (*Castra*) *Caepiana* ptolemaica, parece sustentar que esta terá sido igualmente destruturada nesta fase (Soares *et al.*, 2019).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 177 – Principais sítios republicanos na *Hispânia* durante o conflito Sertoriano. Com base em Morillo Cerdán, 2014b, fig. 1, modificado e acrescentado.

3. O VALE DO TEJO NO SÉCULO I a.C.: NOVAS CENTRALIDADES

Com a morte de Sertório e a derrota do seu comandante Perpenna, a Península Ibérica parece ter atravessado um período de alguma estabilidade. A situação veio a alterar-se com a vinda para a Hispânia, em 61-60 a.C., de C. Júlio César, como propretor da província da *Ulterior*. César já tinha estado na Península em 68 a.C. como *quaestor* de *Antistio Veto*, o que sem dúvida lhe tinha proporcionado a hipótese de conhecer o território (Novillo López, 2010).

Dentro deste período, o governo provincial de César na *Ulterior* entre 61-60 a.C. não teve uma importância superlativa, a não ser do ponto de vista militar e do ponto de vista político para a fulgurante carreira do futuro Cônsul (Salinas de Frías, 2010, p. 50). César, no discurso que profere após a batalha de Munda em 45 a.C., afirma “*initio quaesturae suae eam provinciam ex omnibus provinciis peculiarem sibi constituísse et*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

quae potuisset eo tempore beneficia largitum es” (Bell. Hisp, 42 *In* FHA V, p. 6). Em tradução livre, “desde o princípio da sua questura tinha considerado a província (da *Uterior*) como sua entre todas e que naquele tempo fez quantos benefícios pode”. Apesar desta afirmação, destinada a sublinhar a infidelidade de um território que durante a guerra civil se mostrou mais partidário de Pompeio do que de César, o facto de o futuro Ditador ter abandonado a província antes do término do seu cargo, para se ocupar da candidatura ao consulado, é bem evidente do interesse político de César por esta província (Quetglas Nicolau, 2005).

De acordo com Plutarco (Plut., César, 12 *In* FHA V, p. 11), César tendo vinte coortes, ou seja, uns dez mil soldados, reúne outras dez e com este contingente de quinze mil soldados, promove um conjunto de operações militares contra os Lusitanos e os Galaicos. Esta campanha vitoriosa é suficientemente relevante para ser agraciada com a celebração de um triunfo em 59 a.C. O texto de Dión Cássio (37, 52-55 *In* FHA V, p. 12) associa esta campanha ao *mons herminius*, afirmando que César obriga estas comunidades a abandonar as suas povoações e a estabelecer-se na planície. O *mons herminius* tem vindo a ser interpretado desde Schulten como a Serra da Estrela, porém mais recentemente tem vindo a ser matizada e estendido à zona da cordilheira central do território português, englobando as Serras do Açor e da Lousã (Alarcão, 2019, p. 91). No decorrer deste conflito ocorre o célebre episódio em que o exército romano persegue os Lusitanos até à costa, onde se vão refugiar numa ilha, tendo César que recorrer ao apoio naval gaditano para os vencer. Esta ilha tem vindo a ser associada com Peniche, porém tendo em conta a profunda alteração das linhas de costa da fachada atlântica em tempos históricos e mesmo tendo em conta a geografia do conflito, é possível que a mesma possa se situar de forma mais plausível na bacia do Mondego ou mesmo na do Vouga (Alarcão, 2019, p. 92). Após esta decisiva vitória, o contingente militar ataca os Galaicos, a Norte do rio Douro, alcançando na sua campanha, através da utilização de meios navais, *Brigantium* na Corunha, famosa pela sua riqueza em estanho.

As fontes não são muito ricas em aspetos relacionados com a organização e o avanço desta expedição, que tem vindo a ser interpretada como a segunda Guerra Lusitana (Novillo López, 2018). Infelizmente, ao contrário da campanha do Galaico, não nos é fornecida qualquer coordenada de onde esta campanha se estrutura e de onde arranca no seu fulgurante trajeto em direção ao *mons herminius* e à zona da Corunha. Tendo

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

presente a lógica da intervenção militar e face à posterior referência pliniana ao povoado indígena de *Scallabis* ter sido um *Praesidium Iulium* (PLIN. 4, 117), tem sido aviltrado que poderia ter usado o Tejo como base da sua campanha. Porém esta presunção encontra-se mal fundamentada. De facto, tem vindo a ser proposto que o *praesidium* corresponda a acampamento fundado por César durante o seu pretorado na *Ulterior*, em 61-60 a.C. (Arruda e Viegas, 1999), porém, não existe consenso em relação à cronologia do mesmo, oscilando entre o pretorado de César e a guerra civil com Pompeio (49-44 a.C.) (Alarcão, 2002, p. 39). Os escassos dados com que podemos lidar, no que diz respeito ao início desta campanha, transmite-nos que César no início do seu governo, chega à Península depois de uma longa viagem desde Roma seguindo a rota continental (Plutarco, *Caesar*, 11, 3), chegando a *Corduba* capital da *Ulterior* em data próxima a 15 de maio de 61 a.C. (Morais, 2007a, p. 104). Rapidamente estrutura as diretrizes da campanha preparando o contingente militar e parte para a *Hispania Ulterior/Lusitana* em meados de junho do mesmo ano (Ferreiro López, 1988, p. 363). Qual a base onde organiza a campanha e a partir da qual avança para Norte? É uma incógnita. Ainda que a alusão à utilização de meios navais e a geografia de campanha abrangendo a área montanhosa do maciço central leve a que a opção pelo vale do Tejo como base de operações fosse a melhor opção (Novillo López, 2010, p. 214). Tendo em conta o conhecimento que Roma tinha desta área a opção pelo estabelecimento do quartel-general na área de *Scallabis* faz todo o sentido. Algo que é inolvidável para o sucesso desta incursão militar foi o auxílio dos meios navais Gaditanos. Aliás os mesmos são diretamente mencionados por Díon Cássio (37, 52-55 *In FHA V*, p. 12). Para esta tarefa, César contou com a ajuda imprescindível de um ilustre personagem das elites gaditanas, *L. Cornelius Balbo*, que elegeu como *Praefectus fabrum* (Morais, 2007a, p. 117; Cicerón, *pro Balbo*, 6, 3 *In FHA V*, p. 14). Independentemente das suas bases estratégicas e logísticas, resulta indubitável que esta campanha cesariana promoveu a abertura, ocupação e exploração da região entre o Tejo e o Douro bem como o acesso ao Noroeste peninsular (Fabião, 1989, p. 46).

Para o vale do Tejo, são escassos os dados que podemos coligir e ligar diretamente com este episódio. Passado o episódio Sertoriano, assiste-se a uma rápida reocupação do espaço, escolhendo agora o poder de Roma novas instalações. A esse novo desenho do povoamento, Carlos Fabião chamou de forma feliz de verdadeira refundação do poder

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de Roma no extremo Ocidente Peninsular (Fabião, 1998a, vol. 2, p. 288). Tendo em conta a cronologia, seria sugestivo ligar a este episódio a fundação de Monte dos Castelinhos, ou mesmo do acampamento de Alto dos Cacos, porém como teremos oportunidade de discutir nas considerações finais não dispomos de certezas, pelo menos, não neste momento da investigação, para uma cronologia tão específica. Poderemos associar a esta campanha, ou mais especificamente aos seus resultados de ocupação efetiva do espaço, diversos estabelecimentos militares que têm vindo a ser identificados na área das beiras e que parecem ter como eixo a exploração mineira. É o caso do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil, na bacia do Alva e dominando as suas explorações auríferas (Nunes, Fabião e Guerra, 1988); do acampamento do Valado de Santa Quitéria, igualmente em Arganil e dominando as bacias dos rios Alva e Ceira (Girão, 1955; Sánchez-Palencia e Currás Refojos, 2015); do acampamento de Mina da Presa, Penamacor (Sánchez-Palencia e Currás Refojos, 2015, p. 281); ou mesmo do possível recinto militar romano detetado no interior da monumental Cava de Viriato (Mantas, 2003); por último, seria igualmente interessante ligar a esta campanha o até agora enigmático acampamento de Antanhol, na bacia do Mondego, ainda que não disponhamos de dados contundentes para sustentar tal associação (Girão, Oleiro, 1953).

Na área do mundo Vetão, tem vindo a ser associado a este momento e a esta campanha o abandono de diversos povoados, como é o caso do Raso de Candeleda, (Ávila) e do Arroyo Manzanas (Las Herencias, Toledo) (Novillo López, 2010, p. 214).

Em 56 a.C., na conferência de Luca, as três principais figuras de Roma, César, Pompeio e Crasso dividiram entre si as províncias, cabendo ao primeiro a Gália, a Pompeio a Hispânia e a Crasso a Síria. Pompeio, delegou em Lúcio Afrânio o governo da *Citerior* com três legiões e em Marco Varrão e Petreio o da *Ulterior*. Varrão estava encarregue da *Ulterior* Bética, tendo duas legiões. Petreio fica responsável pela *Ulterior Lusitania* e *Vettonia* igualmente com duas legiões (Bell. Civ., 38, 1 *In* FHA V, p. 33-34). Ignoramos onde estariam estas duas legiões estacionadas. Sendo que é claro que a legião responsável pela *Ulterior Lusitania* teria que estar instalada numa área estratégica de fácil acesso, sendo o vale do Tejo uma forte possibilidade.

A partir de 49 a.C., com a eclosão da guerra civil entre Júlio César e Cneio Pompeio, a Península Ibérica volta a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. Depois

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de ter marchado sobre Roma e de Pompeio ter retirado para o Oriente, César marcha sobre a Hispânia, com o objetivo estratégico de destruir as forças daquele, antes de o enfrentar diretamente. Derrota, depois de uma complexa e dinâmica série de confrontos, os legados de Pompeio, Afrânio e Petreio em *Ilerda* (49 a.C.) (FHA V, p. 31-62). Aproveitando a situação favorável, César marcha de seguida para a *Hispania Ulterior*, onde Varrão mantém na área da futura província da *Baetica* duas legiões. Após as cidades de *Corduba*, *Carmo*, *Hispalis* e *Gades* apoiarem o lado cesariano, Varrão acaba por se render. César abandona a Península Ibérica e marcha sobre a cidade de *Massalia* para continuar o seu assédio, deixando *Quinto Cássio Longino* como Governador da *Ulterior* com quatro legiões (Bell. Civ., II, 21,1 In FHA V, p. 65).

No ano de 48 a.C. *Longino*, segundo as fontes, reúne todo o seu exército num só local prometendo 100 sestércios a cada soldado e promove o assalto à cidade de *Medobriga* e ao *Mons Herminius* (De Bel. Alex., 48, 1 In FHA V, p. 82-83). Não é certo qual o local desta cidade. Jorge de Alarcão alvitra poder tratar-se da área atual do concelho de Meda (Alarcão, 1988, p. 27), podendo associar-se aos *Medobricenses Plumbari* registados entre os contribuintes para a construção da ponte de Alcántara (Guerra, 1995, p. 110). Podemos enquadrar neste momento os vestígios que têm vindo a ser coligidos na área da Beira interior e que atestam uma forte presença militar num momento avançado do processo de conquista: são o caso dos dois projéteis de funda em chumbo recolhidos nos povoados do médio vale do Côa de Castelo dos Mouros e de Castelo Mendo (Perestrelo, 2005) e o projétil de Carviçais (Moncorvo) (Guerra, 1987), assim como a evidente presença militar, atestada por *militaria* e pela fisionomia do recinto do sítio de Castelo dos Prados, Pinhel (Perestrelo, 2008).

No final desse mesmo ano, *Longino* recebe ordens de César para recolher as Legiões aquarteladas na *Ulterior*/Lusitânia e para passar com elas para África (De Bel. Alex., 49, 1 In FHA V, p. 81). Nesse contexto, recruta tropas auxiliares com as quais cria uma *Legio Vernacula*, composta por soldados indígenas.

Apesar do sucesso desta campanha militar, o governo de *Quinto Cássio Longino* acaba por ser fatal para os interesses de César, visto que propiciará um volte face na *Ulterior*, província que estava do lado cesariano e que devido à sua má gestão acaba por virar-se para o lado pompeiano. O profundo descontentamento decorrente de forte carga fiscal e

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de políticas hostis aos provinciais e certamente da incorporação forçada de tropas indígenas, foram criando um sentimento profundamente hostil entre os habitantes da *Ulterior* (Quetglas Nicolau, 2005, p. 157), tendo este culminado na tentativa de assassinato de *Longino* na cidade de *Corduba* e na sublevação das legiões em prole de Pompeio (De Bel. Alex., 51, 1 *In* FHA V, p. 82-83).

Com a fuga de *Quinto Cássio Longino* e a sua morte na desembocadura do rio Ebro, em 47 a.C., foi nomeado *Caio Trebônio* como governador da *Ulterior*. A guerra civil recomeça na Hispânia, entre os partidários de César e os que se reúnem em torno dos filhos de *Pompeio*, *Cneio* e *Sexto*. Para esta fase da guerra contamos com uma fonte excecional, o *Bellum Hispaniense*, crónica bélica de autor anónimo que segue de perto os acontecimentos (Melchior Gil *et al.*, 2005). Convém destacar a enorme vitalidade da causa pompeiana, renascida qual fénix após a morte de Pompeio Magno, confirmando o enorme peso das fações e clientelas forjadas em torno do *Magnus* e seus filhos.

Informado da difícil situação criada na *Ulterior*, César parte de Roma em direção à Península Ibérica em dezembro de 46 a.C. Após uma rápida cavalgada de vinte quatro ou vinte sete dias, que bem evidencia a célebre *celeritas* do ditador, chega a *Obulco*. Todo o cenário do conflito ocorre em torno da capital *Corduba* e no vale do Guadalquivir. César inflige em março de 45 a.C. uma pesada e decisiva derrota à facção pompeiana na batalha de *Munda*. Apesar da relevância desta batalha, ela não assegura a César o domínio da Península. Culminado *Munda*, César decide saldar as contas pendentes com a capital da *Ulterior*, a cidade de *Corduba*, onde continuava Sexto Pompeio acantonado. No decorrer da sua conquista ocorre o massacre de mais de vinte mil homens (Bel. Hisp., 34, 5 *In* FHA V, p. 119). Segue-se a tomada de *Hispalis*, ocorrendo ainda forte resistência. Desde episódio é nos relatado pelo *Bellum Hispaniense* de que um certo *Philon* da facção Pompeiana consegue escapar-se e dirige-se à Lusitânia, à cidade de *Lennium*, onde reúne tropas sobre as ordens de *Caecillius Níger*, entrando de noite em *Hispalis*, mata a guarnição de César e recupera a cidade (Bel. Hisp., 36, 4 *In* FHA V, p. 120 e 139).

Após *Munda* e a tomada de *Corduba*, Sexto Pompeio refugia-se no Norte da Península, em *Lacetania* ao pé dos Pirenéus orientais, regressando, após a morte de César em 44 a.C., a combater com êxito os legados de César, *M. Emilio Lépidio* na *Citerior* e *C.*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Asinio Polião na *Ulterior*. A guerra só termina no Outono desse ano, quando Lépido oferece a Sexto Pompeio, em nome do Senado romano, o comando da frota romana, *Praefectus Orae Maritimae*, e a restituição dos bens de família. *Asinio Polião* manteve-se no comando da *Ulterior*, tendo colocado em 43 a.C. as suas legiões na Lusitânia, onde aparentemente se seguia com instabilidade (Cícero, *Ad Fam.* 10, 33, 3 *In FHA V*, p. 174).

Por fim, é importante realçar o papel da *Hispania* no cenário das guerras civis que opuseram Pompeio Magno a Júlio César (49 a 45 a.C.), no âmbito das relações de clientela estabelecidas entre as comunidades peninsulares e ambos os generais. A guerra civil não foi um simples duelo entre César e Pompeio que poderia ter sido resolvido numa única batalha, como *Ilerda* e *Munda* bem atestaram, antes pelo contrário, foi um conflito complexo com múltiplos cenários bélicos (Melchior Gil; Mellado Rodriguez e Rodríguez-Neila, 2005). A presença de novas e inesperadas ocorrências militares, que se têm vindo a detetar no baixo Tejo e Península de Lisboa nos últimos anos parecem precisamente atestar esse intrincado conflito. Para a área que nos ocupamos, o vale do Tejo, destaca-se o emergir de novas centralidades, como o assumir da relevância do povoado de *Scallabis*, a fundação da base militar de Alto dos Cacos, Almeirim, e do sítio de apoio logístico e de controlo territorial de Monte dos Castelinhos. Sublinhe-se ainda os fortins do denominado Castro de São Salvador e do Pedrão no baixo-Sado, coetâneos destas realidades tardias, centradas em anos de calendário na década de 50 a.C. De facto, a cartografia de sítios para o século I a.C. revela uma maior complexidade assim como diferentes opções e estratégias de implantação que permitem vislumbrar um cenário de crescente complexidade (ver figura 178).

A ausência de emissões monetárias em cidades como *Olisipo* ou *Scallabis* durante o episódio hispânico da guerra civil entre César e Pompeio, ao contrário do que se verifica noutros portos atlânticos do ocidente como *Ossonoba*, *Balsa*, *Ipses* e em particular em *Salacia*, levou a que se relacionasse este facto com a sua fidelidade ao partido Cesariano (Mantas, 1990, p. 161). Este apoio terá sido essencial durante um período em que os filhos de Pompeio dominavam as costas da *Ulterior* e em que o resultado do conflito dependia do controle de um porto desta magnitude. Esta lealdade não terá sido esquecida e pode justificar a atenção dispendida por César, ou pelo seu herdeiro, no futuro destas duas urbes taganas. O papel do porto de *Salacia* tem que ser sublinhado.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

De facto, tem vindo a ser reiterado o apoio que esta cidade do vale do Sado teria dado à causa Pompeiana, auxílio que teria sido consagrado no nome *Imperatoria Salacia* e que está materializado na cunhagem, RPC S-51 A-B, atribuída a Sexto Pompeio e datada dos anos 45/44 a.C., como emissão comemorativa da sua presença no baixo Sado (Faria, 1989, p. p. 79; Amela Valverde, 2019, p. 118). Infelizmente, dispomos ainda de poucos dados sobre a ocupação e dinâmica económica de *Salacia* durante a fase romano republicana (Pimenta, Sepúlveda e Ferreira, 2015; Soria, 2018; Gomes, 2017a).

Para o território centro Alentejo, tem vindo a ser apontadas algumas instalações de âmbito militar que se associam precisamente a esta fase, é o caso do Monte da Nora (Terrugem), da grande fortaleza e ponto de controlo do Castelo da Lousa (Mourão), assim como diversos fortins ou recintos torre que têm vindo a ser mapeados nesta região (Mataloto, 2010), ver figura 179, traçando-nos assim um cenário de maior robustez que consolida a ligação do baixo Tejo com a região centro Alentejana e com o eixo natural de circulação Oeste-Este partindo do vale do rio Sorraia (Mataloto, 2002, 2004a, 2008).

Apesar da geografia do conflito traçado pelas fontes clássicas não abranger a área da costa atlântica da *Ulterior*, resulta pertinente olhar para o mapeamento dos tesouros monetários. De facto, é possível associar diversos conjuntos de entesouramentos essencialmente centrados entre o vale do Tejo e o Douro, a esta fase entre 60 e 40 a.C. (Barbosa, 1998-2002, mapa 5; Amela Valverde, 2000, fig. 1), materializando-se assim um cenário de forte volubilidade patenteado pela necessidade de resguardar os bens (ver figura 180).

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

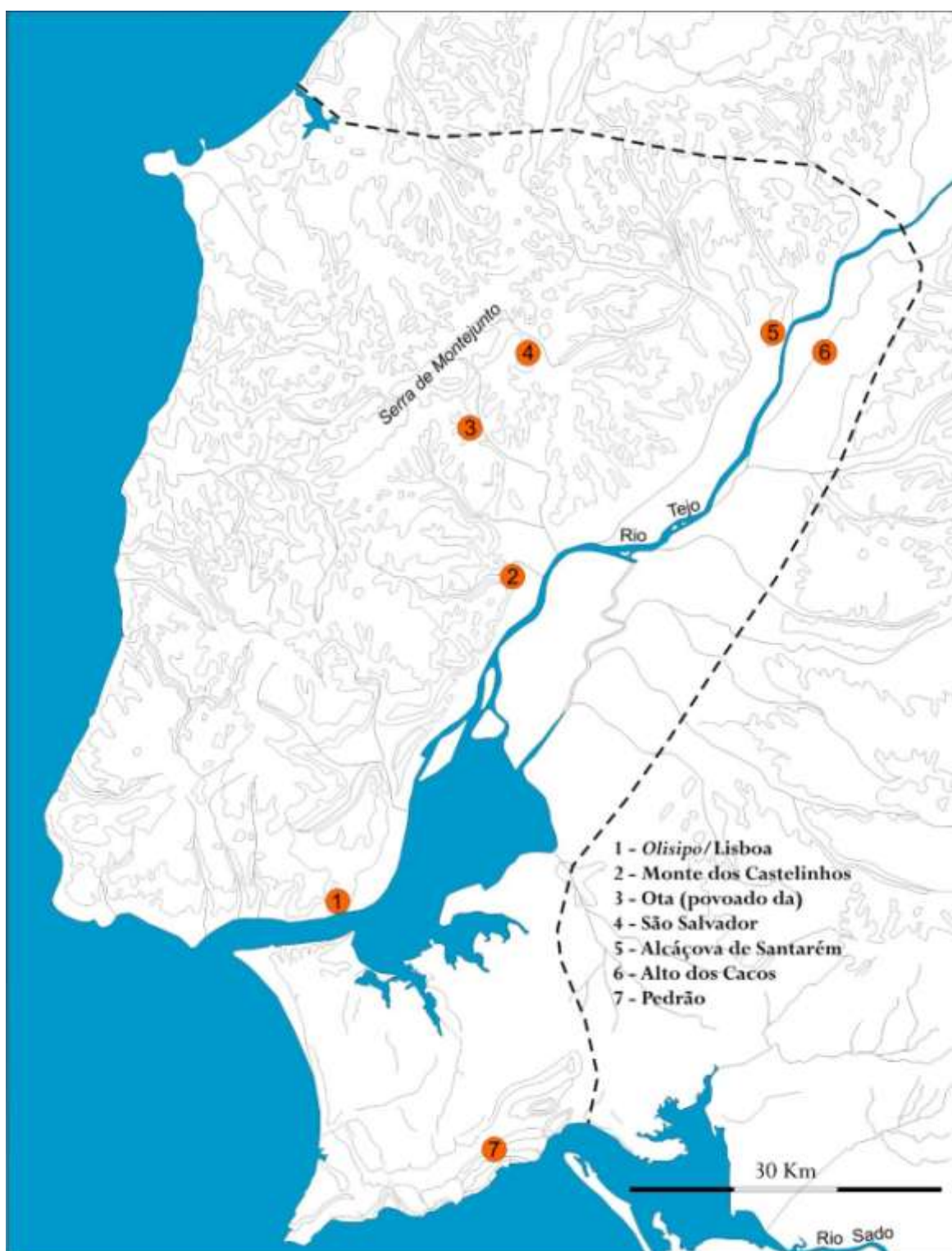


Figura 178 – Mapa do vale do Tejo e foz do Sado com a localização dos principais sítios para o século I a.C.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.



Figura 179 – Principais sítios republicanos na *Hispânia* durante a guerra civil entre César e Pompeio.

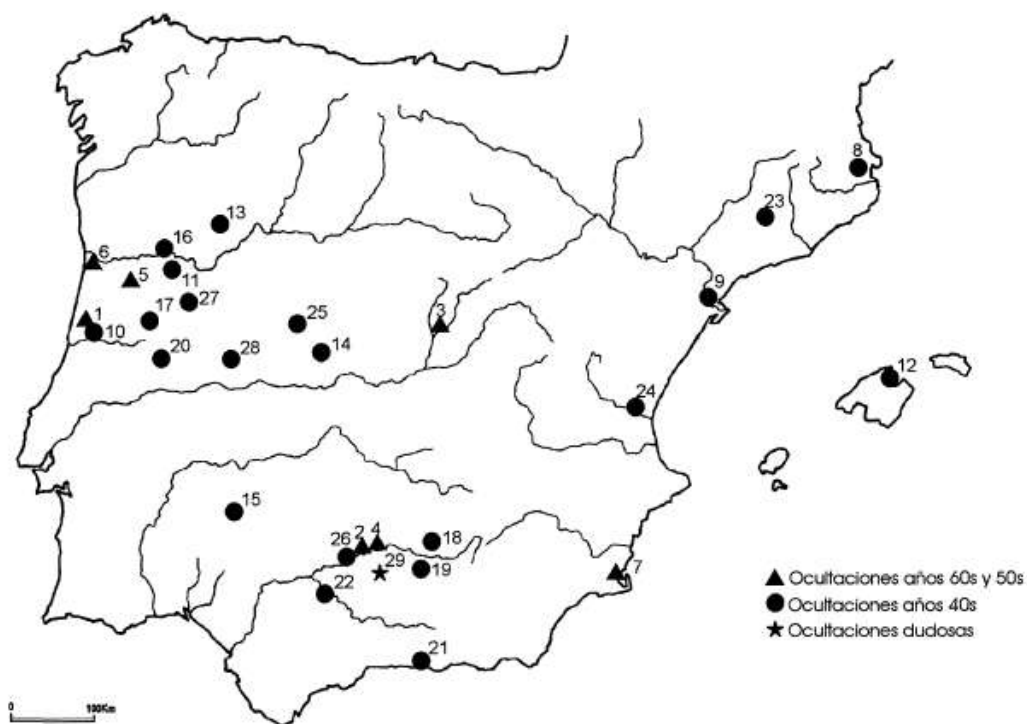


Figura 180 – Mapa dos tesouros atribuídos às guerras entre Pompeianos e Cesarianos (Amela Valverde, 2000, fig. 1).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

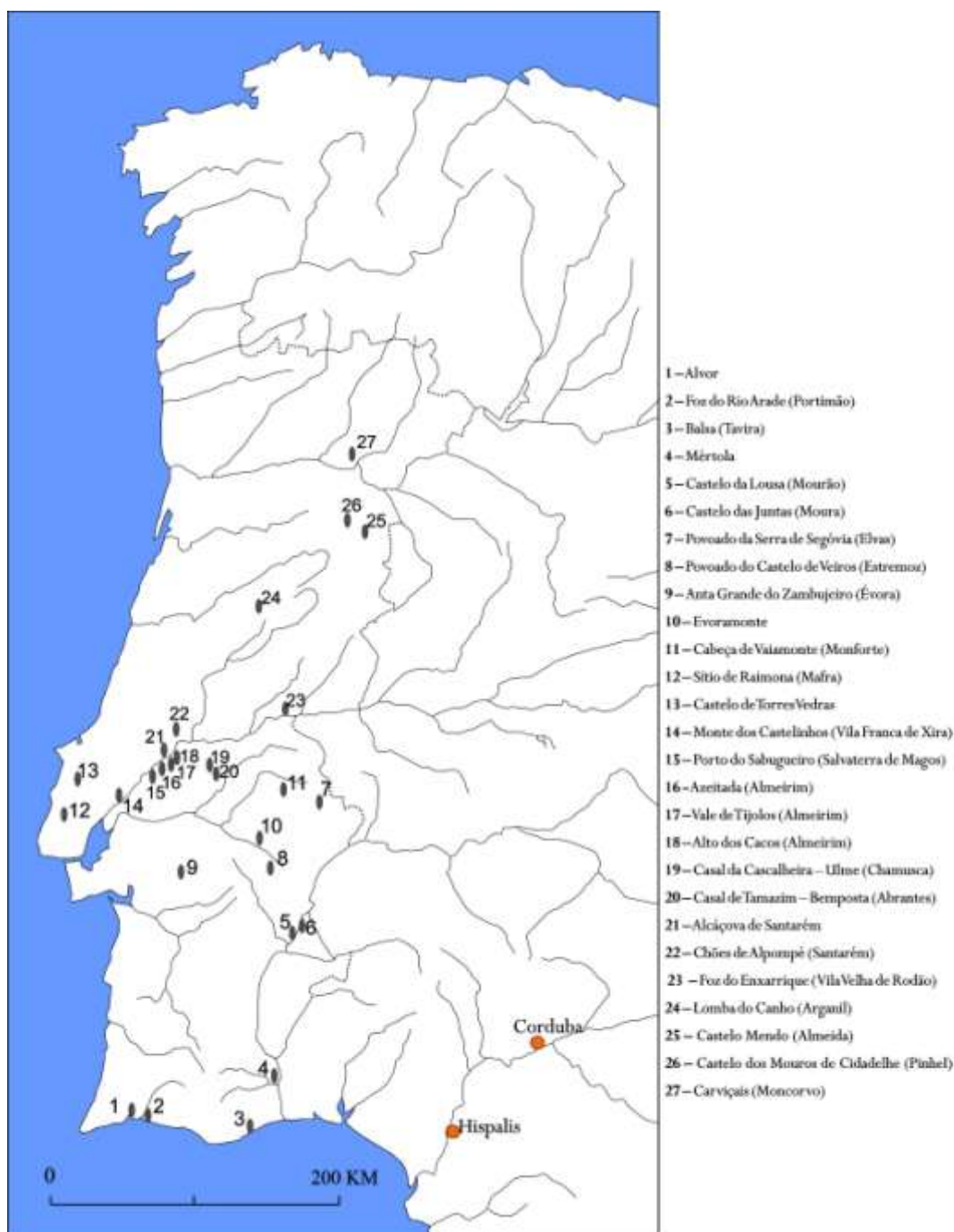


Figura 181 – Mapa do atual território português com a distribuição dos projéteis de funda, com base em Guerra e Pimenta, 2013, p. 57, modificado.

Uma leitura a meu ver interessante resulta igualmente da análise da dispersão dos conjuntos de gandes de Chumbo no território português, que tivemos oportunidade recente de rever em colaboração (Guerra e Pimenta, 2013, p. 57). A sua profusa concentração na área do baixo-Tejo e Península de Lisboa é inequívoca da relevância

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

militar estratégica nesta região e da forte concentração de efetivos militares nesta área no período que medeia entre Sertório e o fim das guerras civis entre os partidários de César e os Pompeianos (figura 181).

O período das guerras civis entre os partidários de César e os Pompeianos parece ter sido, apesar da situação de instabilidade e insegurança, uma época decisiva para a romanização da *Ulterior/Lusitania* (Alarcão, 1988, p. 27). A emergente necessidade de abastecimento local aos contingentes militares aqui acantonados, a par da incorporação de Lusitanos nas Legiões romanas, não só como tropas auxiliares, mas como uma Legião per si, a *Legio Vernacula*, teve um papel determinante na disseminação de novos hábitos culturais e de construção de uma nova dinâmica económica.

Com o assassinado de Júlio César em 44 a.C. desencadeia-se um novo e amplo conflito entre os responsáveis pela conspiração e os herdeiros do *Dictator*. No ano seguinte, Octaviano, Marco António e Lépido acordam o denominado «segundo triunvirato». Este conflito decorre no Oriente, inicialmente contra os assassinos de César e, posteriormente, entre Octaviano e Marco António. Em 27 a.C. Octaviano assume o poder perpétuo em Roma e adota o título de Augusto.

Entre a saída de Sexto Pompeio da Hispânia em 44 a.C. e o assumir do poder vitalício de Augusto temos poucas notícias da Hispânia. Porém, a celebração de triunfos em Roma nos anos de 39 e 29 a.C., pelos governadores provinciais revela que a situação estava longe de totalmente pacificada (Perea Yébenes, 2017).

O Imperador Augusto volta rapidamente a sua atenção para a conquista definitiva da Península Ibérica. No ano de 29 a.C. concentra um poderoso dispositivo militar nas áreas mais setentrionais para o assalto final às áreas ainda não subjugadas. As forças romanas compreendiam a I Legião, a II *Augusta*, a IV *Macedonica*, a V *Alaudae*, a VI *Vitrix*, a X e possivelmente a IX *Hispana* e a XX (Alarcão, 1988, p. 28). Estas forças encontravam-se dispostas sob os dois *Legati*, Antístio Veto governador da *Citerior*, e Públio Carisio responsável pela *Ulterior*. A guerra dirigiu-se contra os Vaceus, Cântabros e Astúres, tendo estes, durante 10 longos anos resistido às legiões de Roma, até que em 19 a.C. toda a Hispânia ficou finalmente dominada.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

4. A CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DA LUSITÂNIA E O NOVO DESENHO TERRITORIAL

Uma das principais consequências da conquista romana foi a implantação de uma nova ordem administrativa. A progressiva governação itálica em solo peninsular ao longo do período tardo republicano leva a um sólido conhecimento da sua geografia, assim como, a um apurado inventário das suas riquezas naturais, geológicas e apetências económicas. Consequência deste desiderato, uma das mais significativas realizações da gestão romana da Hispânia foi a implementação de um novo modelo de sociedade, onde os centros urbanos se constituem como núcleos de governo regional, hierarquizados e inseridos numa lógica de um mais amplo poder à escala global de um império mediterrânico com sede na Península Itálica.

O Imperador Augusto foi o responsável pela organização e divisão do território peninsular em províncias romanas, tendo esse propósito sido estendido no tempo (Alarcão, 1988, p. 31). Entre 26-25 a.C. assume pessoalmente a direção das operações de conquista dos Cântabros e Ástures. Porém, apesar de relevante, esta data apenas marca uma etapa significativa do processo da conquista. Esta, apenas irá ser concluída em 19 a.C. com a presença de Agripa, genro de Augusto desde 20 a.C. Na sequência da pacificação da Península Ibérica, entre 16 e 13 a.C. Augusto no decurso de uma extensa viagem à *Galia* e à *Hispania* irá reorganizar estes vastos e diversificados territórios que estavam debaixo da sua alçada desde 27 a.C. (Le Roux, 2015, p. 99). Delimita então três províncias a *Hispania Citerior*, a mais extensa; a *Baetica* em torno do rio homónimo, e a *Lusitania* entre o oceano, o rio *Anas* e o *Durius*. A situação da província da *Hispania Ulterior* era complexa, com zonas bem diferenciadas no seu grau de romanização. Ao Sul, a futura *Baetica*, apresentava grande tradição urbana com elevado desenvolvimento económico e cultural, ao Norte do rio Guadiana, a nova circunscrição administrativa epónima do povo que durante tanto tempo e de forma tão feroz se opôs a Roma, continuava sendo uma terra de conquista (González Fernández, 2017, p. 248).

A província da *Lusitania* vem assim englobar um vasto território onde sabemos pelos Autores Clássicos se situavam os herdeiros dos Celtas do Sul (*Conii*, *Celtici*, *Turduli*), e os *Lusitani* e *Vetones* (Le Roux, 2015, p. 100). Nas regiões meridionais deste espaço temos referência à presença de aglomerados urbanos de alguma dimensão, com longa tradição de contactos com o mundo mediterrânico. Alguns destes sítios são escolhidos

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

como eixos vertebrais da nova política municipal idealizada por César para a *Hispania*, mas que não terá tido tempo para executar. Este primeiro gizar de um programa de criação de cidades de estatuto privilegiado e de uma política coerente de colonização corresponde na Península Ibérica ao final das guerras civis entre César e Pompeio (Mantas, 1993), ainda que só tenha sido executado por Octaviano possivelmente entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1999 p. 37). O milenar povoado de *Scallabis* será transformado numa Colónia de cidadãos romanos, o grande porto da foz do Tejo *Olisipo*, é alavancado na sua relevância política através do estatuto de Município de Cidadãos romanos (*Municipium Civium Romanorum*) sendo-lhe atribuído com ele o *cognomen* *Felicitas Iulia* (Guerra, 1995), os núcleos de *Salacia* no vale do Sado, *Ebora* no Alentejo central, e *Myrtilis* dominando o Guadiana recebem o estatuto menos definido de direito latino. Ainda antes da criação oficial da província, identificam-se igualmente as colónias de *Metellinum*, *Norba* e *Pax Iulia*.

Augusta Emerita, a grande cidade da *Lusitania*, corresponde a outro vértice da equação do fenómeno urbano da nova província, a fundação de novos centros. De acordo com a conhecida passagem do Livro 53 de Dião Cassio, terminada a guerra contra os Cântabros e Ástures, no ano de 25 a.C., Augusto licencia os seus soldados de mais idade e concede-lhes a fundação de uma cidade (Saquete, 2015, p. 119). Antecedendo em cerca de dez anos a própria fundação da província, irá rapidamente assumir o papel de capital e sede do governador.

As dinâmicas do principado de Octávio/Augusto significam um novo período da história de Roma, com fortes impactos para o extremo ocidente peninsular. A condição jurídica dos Hispânicos viu-se favorecida pela criação não só de colónias e municípios romanos, mas também latinos, em que os magistrados, junto com as suas famílias, acediam diretamente à cidadania romana *per honorem*. Por outro lado, com a fundação de Colónias de veteranos, como terá sido o caso no vale do Tejo de *Scallabis*, procurou solucionar o problema da necessidade de conseguir terras para os soldados licenciados após as guerras civis. O assegurar a sua instalação em território peninsular destes contingentes com forte formação militar, além de garantir a sua distância de Roma, permite prevenir possíveis revoltas das comunidades submetidas (González Fernández, 2017, p. 261).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Na área geográfica em análise neste trabalho, destaca-se de facto o papel que os núcleos de *Olisipo* e *Scallabis* assumem neste novo quadro político administrativo e que irão manter ao longo de toda a diacronia do Império romano. Porém a opção de eleger estes e não outros não é inócua e demonstra uma clara opção. Se na região de Santarém o grande povoado de Chões de Alpompé, como vimos a localização mais provável da cidade de Móron, parece ter sido abandonada/destruída durante o conflito Sertoriano, na foz do Tejo é o grande povoado da margem direita que é a opção em detrimento do núcleo de Almaraz na margem oposta.

Na zona Noroeste da Península de Lisboa, apesar de existirem diversos povoados indígenas com alguma dimensão, como o caso apresentado do Outeiro da Assenta, a opção é distinta. Aqui decidiu-se por razões que nos escapam, a fundação de raiz de um novo centro político, económico e administrativo a cidade de *Eburobritium*. A sua localização constituiu um enigma durante muitos anos, até à sua descoberta fortuita na sequência da sua afetação pela construção da autoestrada n.º 8 (Moreira, 2002). Este núcleo urbano é referido por Plínio-O-Velho, entre as cidades da orla costeira da Lusitânia sendo mencionado como *Oppidum* (Guerra, 1995, p. 32-33). Apesar do nome ser seguramente pré-romano, de raiz celta ou celtizante (Guerra, 1998, p. 433-434), os dados das leituras estratigráficas e arquitetónicas efetuadas por José Beleza Moreira entre 1994 e 2006 sustentam estarmos perante uma fundação *ex nihilo*, podendo ter-se assistido à transferência do topónimo de algum povoado relevante nas proximidades.

Ainda na Península de Lisboa, precisamente entre *Olisipo* e *Scallabis* é referido o núcleo de *Ierabriga*. A existência deste núcleo é referida nas fontes Clássicas, no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu (Guerra, 1995-1997). A sua presumível localização tem vindo a oscilar desde o século XVI entre a antiga Vila de Povos, as imediações de Alenquer (Paredes/Quinta do Bravo) e mais recentemente a cidade de Vila Franca de Xira (Guerra, 2012). A recente descoberta de um novo miliário que regista a milha XXXV proveniente da Quinta de Santa Teresa, Alenquer (Mantas, 2016-2017), assim como a reanálise do inventário do Museu da Associação dos Arqueólogos, onde se regista a entrada de um marco miliário (para além do já conhecido) igualmente proveniente da Quinta do Bravo onde se leria a milha XXXII, remete-nos para uma localização do sítio viário de *Ierabriga* numa posição que não a zona Alenquer. Ou seja, se tivermos em conta que

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ambos os marcos remetem para as milhas contadas a partir de *Olisipo*, e se ambos os itinerários viários colocam *Ierabriga* a XXX milhas. Este sítio terá forçosamente que se situar antes (Guerra, 2018). Em resumo, estas novas leituras vêm consolidar a hipótese de uma identificação de Monte dos Castelinhos com a povoação de *Ierabriga* (Pimenta e Mendes, 2012, p. 61; Mantas, 2011, 2012, p. 13). Tendo em conta esta proposta, estaríamos neste caso perante uma fundação de raiz em época tardo republicana de índole militar que parece ter evoluído para um núcleo urbano de certa importância, sendo alvo de um novo desenho urbanístico em época Augustana (Pimenta e Mendes, 2018).



Figura 182 – Mapa da Península Ibérica com a localização da província da Lusitânia e principal rede viária (segundo Mantas, 2015, fig. 2).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Por último, na área da Península de Setúbal, temos ainda a questão da génese do núcleo urbano de *Caetobriga*. Os dados da arqueologia urbana no núcleo antigo da cidade de Setúbal sustentam a sua firme localização nesta área (Soares, 2000; Soares, Silva, 2018). Porém, a informação disponível deixa perceber que a povoação romana emerge durante o período imperial, mais propriamente a partir de meados/3º quartel do século I, quando *Salacia* começa a perder importância económica (Silva *et al.*, 1980-81). Coloca-se assim a discussão de o núcleo de *Caetobriga* não ser de origem pré-romana, mas antes uma fundação romana de raiz, ainda que criada sobre as ruínas de um povoado indígena anterior. Essa fundação, decorre já do processo de desenho da Província da Lusitânia e da necessidade de se consolidar um núcleo de relevo na foz do rio Sado.

Resta ainda referir, as consequências da criação de uma colónia romana no baixo Tejo. Através de Plínio, sabemos que a *Scallabis*, foi conferido o estatuto de Colónia e que teve um papel de relevo incontestado a nível político, administrativo, judicial e económico, como sede de um dos três Conventos Jurídicos da província romana da Lusitânia (Amela Valverde, 2016b). Independentemente de ser uma criação de César ou já de Augusto, algo que é indiscutível é ter tido na sua génese uma origem militar, inserindo-se a sua fundação numa estratégia de defesa ou prevenção da linha do Tejo (Mantas, 1993, p. 485). A dedução da Colónia de *Scallabis* terá tido assim um forte impacto em toda a sua envolvente em particular entre as populações indígenas que habitavam esta fértil região. A chegada e implantação de um conjunto considerável de colonos, possivelmente veteranos das campanhas de César, desencadeou um processo de enérgicas transformações no território, que segundo alguns autores ainda hoje marcam a paisagem (Mantas, 1996, Quinteira, 1996). A implantação da colónia teve assim efeitos práticos sobre o seu território. De facto, implícito à implantação dos colonos encontra-se a centurição do seu território, que terá passado de mãos, das comunidades indígenas para os novos habitantes terra tenentes, a quem terá sido entregue uma parcela de terreno a explorar. Segundo Vasco Mantas, “Não faltam vestígios dessa grande operação de ordenamento económico e administrativo, cujo módulo foi o da *centuria quadrata* de 50 hectares (710×710m)” (Mantas, 2002, p. 111).

Qual o papel do acampamento romano de Alto dos Cacos, neste novo desenho político? A comprovada continuidade da sua ocupação ao longo do século I d.C. pelo menos até

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

aos Flávios, numa fase já de paz e num novo cenário que se encontrava a implantar no território, leva-nos a propor que a sua continuidade esteja relacionada com a fundação e implementação física da *Colonia Scallabitana* (Silva, Pimenta e Mendes, 2013). Já tivemos precisamente oportunidade de propor, como hipótese de trabalho, este acampamento ter-se mantido como elemento estruturante e estruturador de uma nova paisagem política. Podendo os militares ter tido um papel de relevo na construção dessa paisagem, quer com ações físicas, como no assegurar de obras de engenharia essenciais como as construções viárias, quer assumindo com a sua presença uma ação no parcelamento do território da colónia (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014).

Por último, importa ainda referir, por contraposição às fundações coloniais, como o caso supracitado, os núcleos elevados à categoria de Municípios seriam comunidades que devem ter prestado auxílio a César e que uma vez finalizada a guerra civil receberam como recompensa o favorecimento do seu estatuto jurídico e político (Amela Valverde, 2016b, p. 90). De facto, assim poderia ser no caso de *Gades, Italica, Dertosa e Olisipo*. A par deste favorecimento, assiste-se de forma clara nas cidades controladas ou abertamente filiadas na facção Pompeiana do conflito, após a batalha de *Munda*, a um diferente tratamento. Entenda-se, nenhum destes núcleos urbanos recebe a cidadania romana ou mesmo o direito latino, ou seja, se converte em Município. As cidades de *Urso, Corduba e Hispalis*, são colonizadas com tropas cesarianas como castigo pela sua infidelidade. Para a *Ulterior/Lusitânia*, os dados não são claros, porém não podemos deixar de nos questionar em relação ao Monte dos Castelinhos, que relacionamos com o *ubi* do núcleo de *Ierabriga*, apesar da sua relevância como base operacional durante a fase da guerra civil, este local não é alvo de qualquer tratamento diferencial...

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

5. MONTE DOS CASTELINHOS UMA FUNDAÇÃO *EX NIHILO*.

O estudo monográfico dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos realizado com base num amplo e heterógeno conjunto de fontes, que engloba as cerâmicas finas de mesa, as lucernas, os unguentários, as ânforas, as cerâmicas comuns, os materiais cerâmicos de construção, os artefactos em osso, em pedra, mas também os metais na sua diversidade e o conjunto numismático na sua singularidade, permitem caracterizar de uma forma esclarecedora o sítio e suas ocupações. O volume de material recolhido e aqui apresentado detalhadamente, a sua associação a uma estratigrafia segura e enquadramento arquitetónico, a par de um período de ocupação circunscrito no tempo, tornam este sítio um caso singular para o estudo dos momentos finais do processo de conquista romana no extremo ocidente peninsular.

Os dados merecem ser novamente analisados, discutidos e integrados numa perspetiva de inter-relação regional mais ampla, que cubra não só a região do baixo-Tejo, mas igualmente a restante província da *Ulterior*.

A estação arqueológica de Monte dos Castelinhos constitui, indubitavelmente, uma fundação militar romana, criada de raiz num local até então desabitado. A opção por esta localização é direcionada e releva um conhecimento apurado das dinâmicas geográficas da transitabilidade do baixo Tejo e Península de Lisboa. O morro de Castelinhos implanta-se de forma dominante sobre a via natural terrestre entre os principais núcleos urbanos regionais, controlando o acesso ao interior da Península de Lisboa e Serra de Montejunto, mas também ao Alentejo central pelo vale do rio Sorraia, cuja antiga foz se localiza precisamente em frente ao sítio. Porto fluvial, acessível por navios de mar, Castelinhos situa-se estrategicamente a meio dia de viagem da foz do Tejo e a igual distância do porto de *Scallabis*.

A interpretação de estarmos perante uma fundação de uma base de cariz militar reside em primeiro lugar, na quantidade e diversidade de armamento recolhido em ambas as fases do sítio. Entre os materiais identificaram-se diversos elementos de armamento ofensivo: como armas empunhadas (uma lâmina de espada e diversos punhais); armas hasteadas (elementos de *Pila*; e pontas de lanças); armas associadas a um propulsor (projéteis de arco – pontas de seta; projéteis de funda – glandes *plumbeae*; projéteis de artilharia – *pila catapultaria*; balas de catapulta em arenito). Mas também de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

armamento defensivo: destacando-se as armas defensivas ativas como um *Scutum* em ferro; e as armas defensivas passivas, como os elementos de capacete e peças metálicas de defesa corporal possivelmente pertencendo a uma armadura de escamas, *lorica squamata*. Merece ainda destaque o papel expressivo dos metais integráveis no campo da *Militaria*, ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como os *clavi caligarii*; placas, botões e fivelas pertencentes ao cinturão militar; botões em L; fíbulas, elementos de arreio de cavalo; algemas grilhões; estacas de tenda etc.

Outro vértice, contundente, para a caracterização de Monte dos Castelinhos reside na natureza do planeamento e execução da sua arquitetura, que se materializa num urbanismo de regularidade assinalável. Por último, a compleição profundamente romana do seu acervo cerâmico, marcada por um alto padrão de abastecimento exógeno, proveniente da Península Itálica e das áreas mais romanizadas da província da *Ulterior*, o vale do *Baetis* e baía gaditana, mas igualmente a sua autarcia a diversos níveis. Ou seja, a sua autossuficiência de produção artesanal patente quer na atividade têxtil, quer na produção, tratamento e manuseamento de metal, ferro, bronze e chumbo, quer no fabrico cerâmico atestada em produções regionais de lucernas, paredes finas, cerâmica comum, possivelmente ânforas e materiais de construção.

O urbanismo de Castelinhos merece uma breve observação, pelo seu ineditismo e estado de preservação. Destaca-se a um primeiro nível por estarmos perante um morro de forte pendente, que à partida não seria a melhor opção para a implantação de um traçado regular. Porém, como tive oportunidade de descrever, as diversas áreas intervencionadas associadas aos recentes trabalhos de geofísica permitem sustentar a implantação de um potente sistema defensivo e dentro deste, de um traçado hipodâmico dos diversos quarteirões. E a um segundo patamar, pelo seu ritmo de construção/demolição e remodelação, indicadores de uma forte consistente e rápida ocupação do espaço. Este faseamento com diversos desenhos que se sobrepõem no mesmo espaço é coerente com uma ocupação de cariz militar e com distintas presenças neste morro ao longo do tempo. De facto, encontramos os melhores paralelos para esta intensa atividade urbanística centrada em curtos espaços de tempo precisamente em sítios de índole castrense.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A fase inicial de Monte dos Castelinhos é ainda de difícil perceção e enquadramento cronológico, atestada por estruturas negativas de difícil compreensão, algumas correspondem a buracos de poste, que parcialmente são sobrepostos pelos edifícios pétreos da primeira fase. Neste momento inicial de instalação privilegiou-se a construção em madeira e a ocupação do espaço em edifícios mais temporários do tipo tenda. Poderíamos, neste primeiro momento, estar perante uma ocupação deste morro como acampamento militar.

A primeira fase urbanística atesta uma presença mais efetiva, leia-se, permanente, com a construção da muralha e de amplos edifícios de cariz artesanal/oficinal. Os dados relativos ao urbanismo desta primeira fase resumem-se a quatro compartimentos edificadas no interior de uma ampla estrutura que tira partido da topografia do terreno (Anexo 1, figura 12). Este conjunto foi eliminado, destruído e parcialmente desmontado. Sendo este abandono relacionado ou sucedido com a construção de um novo desenho do espaço.

O novo desenho urbano que se sobrepõe encontra-se melhor conhecido, permitindo uma leitura coerente e apurado estudo da sua planimetria e técnicas de construção. É assim plausível antever entre o conjunto arquitetónico da Fase 2, três edifícios distintos (Anexo 1, figura 61 e 94). O edifício A, corresponde ao conjunto arquitetónico mais escavado da fase romano republicana do sítio. Tendo em conta a sua planta, organização interna e evidências materiais, estamos, claramente, perante um edifício de cariz habitacional, que pode ser interpretada como uma casa de pátio republicana com bons paralelos no mundo itálico e nas áreas mais romanizadas da Península Ibérica. Destaca-se entre os paralelos estabelecidos entre esta estrutura e os primeiros modelos arquitetónicos de matriz itálica, ainda que aqui de natureza claramente militar, os edifícios interpretados como “Casas dos tribunos” do acampamento Sertoriano de *Lager V* de Renieblas (Dobson, 2008).

Com o propósito de precisar o mais concreto no tempo cada uma das fases, optei metodologicamente por ter em conta, esse elemento, na individualização de cada uma das categorias de materiais. Apesar de se terem verificado algumas diferenças no registo, estas são mais de forma do que de substância. Ou seja, estamos em Castelinhos,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

perante uma ocupação humana muito circunscrita no tempo e centrada no segundo e terceiro e quartel do século I a.C. (75-25 a.C.).

Para a cronologia da Fase 1 do urbanismo, a primeira para a qual temos dados seguros, visto a fase inicial com estruturas de cariz temporário ser mais intuída do que materializada na estratigrafia, detemos alguns elementos seguros que nos dotam de um *terminus post quem* para a sua edificação. É o caso da recolha a um fragmento de bordo de ânfora do tipo Ovoide 1 do Guadalquivir, que se encontrava reutilizado no interior de uma das estruturas. Ou seja, a sua construção terá assim que ser contemporânea ou posterior à ânfora que foi recolhida reutilizada no seu interior, ou seja ou de 70/60 a.C. ou subsequente a esta data. A modo de sinopse para os materiais associados a esta Fase 1, importa reter: entre as cerâmicas finas, encontra-se bem representadas as cerâmicas campanienses, sendo estas na sua totalidade de produção calena. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e às tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. É de sublinhar a presença pouco habitual para o extremo ocidente peninsular de três exemplares da forma Lamb. 10 (F 3450). O conjunto parece enquadrar-se na fase tardia do reportório formal das produções Calenas com uma cronologia entre 90/80 a 40/30 a.C. A ausência nos níveis da Fase 1 das típicas decorações em losango, que se encontram bem atestadas nos níveis de abandono da Fase 2, assim como, pela presença dos exemplares de Lamb. 10 e de um de uma Lamb. 4, levam a que possamos propor uma cronologia para esta fase centrada entre 80-60 a.C. Sobressai da análise das cerâmicas finas de mesa a parca representatividade das imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta, em contraponto à sua franca abundância nos níveis associados à Fase 2. Os copos de paredes finas de produção itálica encontram-se igualmente bem documentados desde estes primeiros momentos do sítio, dominam os copos da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes, seguidos da forma 2. O abastecimento de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem documentado. Sobressai, a relevância que detêm a importação de ânforas provenientes dos diferentes âmbitos produtores da província da *Ulerior*, com um predomínio dos tipos do vale do Guadalquivir e da costa Sudoeste, nomeadamente da área costeira da baía de Cádiz (76,1% do total), mas em que as primeiras produções dos vales do Tejo/Sado já se encontram atestadas. Evidencia-se ainda a parca representatividade da importação das típicas ânforas vinárias produzidas na Península

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Itálica, da forma 1 de Dressel, representando uns escassos 1,5% do total da amostra. Por último ao nível do espólio metálico associado aos níveis desta fase, destaca-se a presença de dois numismas: um denário itálico de *P. Satrienus*, datado de 77 a.C. (RRC 388/1b) e um numisma de cunhagem hispânica, um As da cidade Ibérica de *Kelse*, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C.

Tendo presente os diversos elementos associados aos níveis estratigráficos da Fase 1 de Castelinhos, mas valorizando igualmente as ausências como é o caso dos vernizes negros itálicos napolitanos ou a fraca representatividade das ânforas itálicas e das características ânforas do estreito de Gibraltar do tipo T-7.4.3.3, parece-me defensável que a fundação de Monte dos Castelinhos deva enquadrar-se num momento tardio dentro do processo de conquista, possivelmente na década de 70/60 a.C. Ou seja, após o ocaso do conflito Sertoriano.

Para a datação da Fase 2, os dados são mais substanciais. Vários vetores permitem alguma segurança na atribuição cronológica do momento quer de construção, quer de abandono/destruição deste conjunto arquitetónico. Os dados do conjunto numismático são reveladores e coesos. Associado aos níveis de construção recolheu-se um numisma no enchimento da vala de fundação da estrutura UE [54]. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânica da cidade de *Kastilo/Castulo*, datado de 85 a.C. Associado aos níveis de destruição/abandono dos edifícios da Fase 2, exumaram-se um conjunto coerente de 13 numismas de liga de cobre e de prata, que sustentam uma cronologia, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.). Identificaram-se seis denários, associados a este momento: sendo o mais antigo um denário de L. CVP (RRC 218/1) datada de 147 a.C. sendo este seguido em antiguidade por uma peça forrada de Q. Minucius Thermus de 103 a.C. (RRC 319/1); e os mais recentes, um denário forrado de Q. *Sinivius* (RRC 444/1c) de 49 a.C. e outro por Julio Cesar (RRC 467/1a) de 46 a.C., ambos cunhados no decorrer da guerra civil numa ceca móvel. A única peça em bronze de cunhagem “itálica” corresponde a um exemplar de RRC 471/1 = RPC I 486 - CN.MAG.IMP, datado de 46-45 a.C., possivelmente cunhada na Península Ibérica na cidade de *Corduba*, por Cneio Pompeio filho.

Para uma análise global dos materiais associados à Fase 2, importa reter: o conjunto de verniz negro itálico é significativo, sendo esmagadoramente dominante as produções

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

calenas. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e as tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. Ainda que com menor expressividade encontram-se representados os pequenos recipientes das formas Lamb. 2 (F 1222), Lamb. 3 (F 7500), assim como o prato Lamb. 5 (F 2230), compondo e completando assim o repertório caleno do século I a.C. (Soria, 2018, p. 105). A reforçar a atribuição de uma cronologia tardia dentro das produções de VNI ao conjunto em análise da Fase 2, surge a análise das decorações atestadas. A presença de seis fundos com decoração impressa em “losango”, típica da fase tardia dos ateliers calenos, é um dado a sublinhar, visto a cronologia desta decoração centrar-se entre 70 e 40 a.C. (Pedroni, 2000, Ribera i Lacomba, 2006).

As imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta, são abundantes nesta fase. As páteras Lamb. 28 (F. 2653) são a morfologia melhor representada, seguidas das páteras Lamb. 5/7 (F. 2230-280). Segue-se a categoria funcional de “taças”, que podemos associar à forma Lamb. 1 (F. 2322-23) e à forma Lamb. 2 (F. 1222). O repertório formal dos grupos de pasta cinzenta imitando o verniz negro itálico é assim limitado na sua globalidade a poucas formas: as páteras Lamb.5/7 e a taça Lamb. 28 que parece inspirar-se já na cerâmica aretina de verniz negro, nomeadamente os modelos da sua fase final de laboração situada entre os inícios e a segunda metade do século I a.C. (Ponce e Ribera i Lacomba, 2003, p. 59-60). Sublinhe-se a presença no conjunto de imitação de VNI desta fase de fundos de pratos e taças, com decoração estampilhada em losango, o que remete para a típica decoração presente nas cerâmicas de verniz negro Caleno. Cronologicamente estas imitações de VNI difundem-se num momento tardio, do processo de conquista, sendo assim um elemento relevante, para a datação dos contextos de Castelinhos, enquadrados entre o segundo quartel do século I a.C. e os princípios de Augusto.

Entre as cerâmicas de paredes finas, dominam tal como na Fase 1 os serviços itálicos. Contudo, na Fase 2, surgem algumas peças que ainda que com cautelas identificamos como provenientes da área da *Ulterior*/Bética, da ilha de *Ebusus* e uma produção regional/local imitando vasos da forma 1 de Mayet. Do ponto de vista formal e decorativo, estaremos perante produções centradas num momento tardio da fase republicana e que apontam para cronologias centradas no século I a.C., nomeadamente a partir do segundo quartel.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

As lucernas encontram-se bem atestadas, do ponto de vista tipológico, coexistindo formas de tradição helenística com exemplares Itálicos do tipo Dressel/Lamboglia 2, 3 e 4. Estamos assim perante um conjunto coerente de lucernas, com uma cronologia centrada em meados da segunda metade do século I a.C., dado cronológico esse reforçado pela presença de um exemplar de Dressel/Ricci 3A com decoração no disco que remete para momentos avançados, possivelmente do terceiro quartel do século I a.C. É de destacar a presença de exemplares da forma Dressel/Lamboglia 2 de provável produção da área da baía gaditana, sendo mais um dado a reforçar a forte ligação do Monte dos Castelinhos com a área do sul peninsular. Por último, temos que reforçar a questão da provável produção local/regional de lucernas, com dois exemplares atribuídos ao tipo de lucernas abertas e duas asas de mais difícil enquadramento. Importa reforçar a ideia que são escassos e pouco numerosos os conjuntos conhecidos de lucernas do período romano republicano, sendo claro que estes artefactos de iluminação chegam ao extremo ocidente peninsular no âmbito do circuito que transporta e distribui outras exportações romanas, não tendo, porém, o sucesso generalizado das cerâmicas finas de mesa ou mesmo da baixela metálica. Os dados com que podemos trabalhar indicam de forma contundente que a difusão desta nova forma de iluminação entre as comunidades indígenas foi lenta e tardia. Tendo presente esta leitura e geografia de difusão destes singulares artefactos, as 18 lucernas, recolhidas em Monte dos Castelinhos em contextos estratigráficos bem definidos da Fase 2 ganham outro valor. Nomeadamente pelo seu significado cultural, mas igualmente pelo seu contributo para a aferição cronológica do faseamento do sítio.

O estudo do vasto conjunto de ânforas romanas recolhido associado a esta fase é assaz expressivo e revelador do forte abastecimento de cariz institucional que este sítio foi alvo durante esta fase. Entre os milhares de fragmentos recolhidos nos níveis associados à Fase 2 foi possível individualizar um número de 639 fragmentos, cuja análise e estudo resultou ser de 290 o NMI. Sobressai da análise do conjunto de ânforas, a escassa representatividade das ânforas vinárias itálicas e dos típicos contentores de preparados piscícolas na baía gaditana, as ânforas Mañá C2b, (T-7.4.3.3), aliados a uma forte representação dos tipos ovóides da costa e do interior da *Ulterior*/Bética, representando estes 73,4% da amostragem, sendo que esta realidade configura, uma questão cronológica, mas também de lógica de abastecimento que patenteia um quadro

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

provincial de crescente dinamismo com o eixo no vale do *Baetis*. Essas problemáticas cruzam-se com a relevância que o sítio parece alcançar precisamente nos momentos finais do período da conquista, assumindo um claro *facies* militar relacionado com as Guerras entre César e Sexto Pompeio. É patente que as produções ovóides tardo-republicanas do Guadalquivir estão particularmente representadas e são já parte integrante da rede de produtos/abastecimento destinado aos destacamentos militares, pelo menos desde a época do pretorado de César, mas que se acentua ao longo da segunda metade do século I a.C. (García Vargas, Almeida e Gonzalez Cesteros, 2011). Essa realidade encontra-se aliás plasmada nas fontes clássicas, quando se refere que durante o conflito que opôs no território peninsular os partidários de César e de Pompeio, ambos os oponentes abasteciam localmente os seus exércitos. Não deixa de ser pertinente sublinhar encontrar-se documentado no presente registo o emergir das produções anfóricas do vale do Tejo/Sado precisamente neste contexto de necessidade de abastecimento.

Entre o conjunto de metais desta fase, sobressai ainda o conjunto de fíbulas sendo um bom indicador cronológico que remete com segurança para o terceiro quartel do século I a.C. O conjunto é dominado pelas fíbulas do tipo Alésia, ou Tipo Ponte 41 (12 exemplares). De acordo com Michel Feugère, as fíbulas Alésia correspondem a um modelo que acompanhou o exército Cesariano, sendo por ele difundido na sua expansão da Gália para o ocidente, encontrando-se estas peças bem documentadas em sítios com forte presença militar (Feugère, 2015, p. 65). A cronologia proposta para estes modelos centra-se no século I a.C., situada entre a década de 60 e 20 a.C. Em Monte dos Castelinhos, recolheram-se quatro exemplares associados à fase de abandono/destruição da Fase 2 que correspondem a modelos do Tipo 21a3 de Feugère (Feugère, 1985). Estes modelos evidenciam uma peculiar decoração no arco, que se encontra recortado, característica dos modelos Alésia precoces. Estes exemplares surgem a par de quatro fíbulas do tipo *Nauheim*; dois exemplares do tipo Schüle 4h, ou Ponte 32; três fíbulas do tipo “pseudo” La Tène II, inserindo-se no modelo definido como 3 de Feugère; e três fíbulas de tipo anular romanas. Entre o vasto conjunto de metais merece ainda referência a presença associada a esta fase de elementos de baixela metálica possivelmente de produção itálica, atestando a introdução de novos hábitos culturais associados ao consumo e serviço do vinho. Identificam-se elementos de sítula, um jarro

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

do Tipo *Piatra Neamt*, taças do tipo Idria, uma asa/armela do tipo Vaiamonte, elementos de *simpula* e um fragmento de um coador.

Podemos assim, tendo em conta o estudo do conjunto de VNI; das imitações de VNI em pasta cinzenta; do conjunto expressivo de paredes finas; das cerâmicas Kuass, do coleção de Lucernas; dos unguentários, do estudo detalhado da importação/abastecimento de bens alimentares transportados em ânforas; da análise dos metais em particular das fíbulas, mas também da baixela metálica, do armamento militar e do acervo numismático associado aos níveis da Fase 2, centrar a cronologia de abandono deste conjunto urbanístico numa fase avançada do século I a.C., possivelmente no seu terceiro quartel, especificamente entre 50 e 40 a.C.

Tendo em conta os dados sistematizados problematiza-se qual o seu significado, ou seja, que sítio é este? Estaremos perante um povoado indígena fundado no momento tardio da conquista? Podemos estar perante uma fundação romana de cariz urbano, um primeiro modelo de cidade? Ou estaremos perante um fácies militar, interpretando assim este estabelecimento como um acampamento ou base logística de cariz permanente?

O registo arqueológico não remete para uma instalação indígena, antes pelo contrário, diversos elementos de análise remetem para uma instalação alógena ao território em questão. A hipótese de podermos estar perante uma fundação de cariz urbana é interessante e durante algum tempo foi colocada no âmbito das discussões do projeto Mocrate, contudo, os dados de que dispomos para o extremo ocidente da *Ulterior*, não autorizam a falarmos de fundação de centros urbanos antes do principado de Augusto, quando se implementa o projeto Cesariano das fundações coloniais (Mantas, 1993; González Fernández, 2017).

Um dos dados pertinentes para esta análise é o estudo do conjunto das cerâmicas comuns que nos remetem para o mundo do quotidiano das comunidades que aqui se instalaram. A clara leitura, de estarmos a lidar com sítio fundado, *ex nihilo*, numa área densamente povoada e com uma ampla e recuada diacronia de ocupação, levou inevitavelmente a estabelecer comparações com o mundo indígena. Infelizmente, ao encetar essa tentativa de leitura, deparou-se com o profundo desconhecimento existente relativo aos serviços cerâmicos dos momentos finais da Idade do Ferro do

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

baixo-Tejo (Sousa, 2017). Esta lacuna de informação é ainda maior, se tivermos presente o estado da arte relativo aos momentos centrados em meados do primeiro milénio a.C., onde dispomos já de um amplo número de sítios intervencionados e publicados, assim como de uma sólida proposta tipológica para o conjunto das produções de cerâmica regional (Sousa, 2014). De modo linear temos que afirmar que apesar de existirem algumas pontes com as realidades sidéricas da foz do Tejo de meados do século V e IV a.C., não se nota uma evidente continuidade, antes pelo contrário. A ausência da cerâmica manual, das cerâmicas pintadas, das cerâmicas de engobe vermelho, a raridade das cerâmicas cinzentas, a presença de novas decorações e mesmo o emergir de novas morfologias, como os pratos, as grandes talhas, os barris etc... ausentes nos inventários da Idade do Ferro denotam alguma rutura. Esta ainda se adensa, se tivermos presente o mundo das cerâmicas não regionais. É de facto de assinalar a presença das produções cerâmicas da *Ulterior*/Bética, representando 16% do total da cerâmica comum atestada, tendo em conta o número de fragmentos classificáveis e 22% da amostragem tendo em conta a análise final dos NMI. Esta representatividade tem ainda que ser matizada, visto que não existe qualquer tradição comercial de importação de cerâmica comum do sul peninsular em época pré-romana na fachada atlântica (Sousa, 2014). Antes pelo contrário, a segunda metade do primeiro milénio a.C. até à chegada dos exércitos romanos foi pautada por uma diminuição dos contactos com as áreas mais meridionais em particular com a costa atlântica e mediterrânea do Sul peninsular (Sousa, 2017, p. 314). Estamos assim perante um fenómeno de comercialização plenamente romano que emerge num novo quadro de difusão de produtos e mercadorias. A questão de base aqui presente é a de se a leitura resulta da própria evolução dos hábitos quotidianos das comunidades indígenas ou se é fruto de uma profunda romanização das comunidades e dos hábitos alimentares? Pode-se ainda colocar outra questão, que a meu ver poderá ser pertinente. Se esta leitura, de múltiplas influências ao nível formal e decorativo presente nas cerâmicas regionais, que se começa a materializar, resultante dos paralelos com as áreas do alto e baixo Alentejo, o denominado mundo Céltico, assim como com o da alta Extremadura, do designado mundo Vetónico, possa transparecer a chegada e incorporação nesta nova fundação de comunidades alógenas ao baixo Tejo?

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Tendo em conta o estado dos nossos conhecimentos, julgo defensável interpretar a génese de Monte dos Castelinhos, como um estabelecimento de índole militar, leia-se um acampamento ou base militar, fundado no contexto pós conflito Sertoriano, no âmbito de uma nova política de refundação da presença de Roma no extremo Ocidente (Fabião, 1998a, vol. 2, p. 288). A relevância da sua implantação associada às suas características naturais e dimensão conduziram a que este estabelecimento possivelmente de cariz temporário evoluísse para um estabelecimento permanente. É este cariz perene que inicialmente se materializa na fase 1 do urbanismo que detetámos. Qual a razão de este ser destruído e sobre ele sequencialmente instalado outro desenho urbano? Poderíamos como hipótese de trabalho estar perante vestígios de distintas ocupações conjunturais do mesmo espaço, fruto de distintos dispositivos militares que terão usado este espaço? Como já referi, é comum em estabelecimentos de índole militar a rápida dinâmica de destruição/reconstrução, no fundo obedecendo a um novo comando ou instalação de um novo contingente. Podemos assim interpretar Monte dos Castelinhos como uma base logística de aprovisionamento e segurança de tropas em trânsito na *Ulterior*. Como vimos *supra*, nesta fase existem precisamente algumas referências à existência de acampamentos permanentes na *Ulterior*/Lusitania que se podem coadunar com esta interpretação.

O nível de destruição/abandono de Monte dos Castelinhos é assaz esclarecedor que esta fase do sítio termina de forma brusca e violenta. É nestes níveis que se documenta a maioria dos elementos de armamento encontrando-se estes associados aos derrubes das paredes e colapso dos telhados. O estudo de campos de batalha ou de cenários de guerra, como parece ser o caso de Castelinhos, tem nos últimos anos assistido a algum incremento (Quesada Sanz, 2008a). O tipo de registo identificado com material de alguma relevância, como um escudo, abandonado e não recuperado, remete para que possamos associar este momento a um período de conflito. Tendo em conta a cronologia proposta para este abandono, é tentador associar a destruição dos Castelinhos com o momento de instabilidade decorrente da guerra civil entre César e Sexto Pompeio (De Francisco Martin, 1989, p. 75 e 85; Amela Valverde, 2020, p. 92). Apesar de a geografia do conflito decorrer em paisagens mais meridionais, alguns elementos, autorizam a que se comece a vislumbrar uma frente mais ocidental (Fabião, 2006b).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Apesar desta destruição, o sítio de Monte dos Castelinhos não é abandonado definitivamente, sendo alvo de um projeto de urbanização em época augustana, com a construção de um novo desenho arquitetónico, do qual se destaca o traçado de uma ampla rua com um pórtico (Pimenta e Mendes, 2018 e 2019). Esta nova fase associa-se possivelmente à transformação do núcleo da base logística/militar num centro urbano regional, que tem vindo a ser associado à *Ierabriga* das Fontes Clássicas. Como acima referimos diversos elementos de natureza viária, epigráfica e arqueológica tem vindo a centrar a sua identificação com o Monte dos Castelinhos. Apesar do nome com o sufixo indo-europeu em *-briga* poder remeter para uma origem pré-romana, são múltiplos os exemplos que associam os nomes em *-briga* a fundações romanas de raiz, retenha-se o caso de *Brutobriga*, *Nertobriga*, *Augustobriga*, *Caetobriga* etc.

Paralelamente à interpretação do sítio, os dados do estudo das diversas componentes artefactuais aqui recolhidas permitem situá-lo no quadro das dinâmicas económicas, culturais e sociais da província em que está inserido. Os diversos parâmetros analisados associados ao fácies cerâmico das importações traduzem um cenário de profunda romanização presente no seu quadro cultural. O forte abastecimento de cerâmicas finas de mesa, lucernas e produtos alimentares transportados em ânforas encontra os melhores paralelos no vale do Tejo precisamente na Alcáçova de Santarém/*Scallabis* (Soria, 2013a, 2018; Arruda e Sousa, 2003; Almeida, 2008; Arruda e Viegas, 2014); no acampamento de Alto dos Cacos (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014, Almeida e Pimenta, 2018), mas também, no fortim do Pedrão (Soares e Silva, 1973) e no que se conhece do denominado “Castro” do Salvador (Cardoso, 2014). Temos assim, a um primeiro nível, uma contextualização do quadro das importações que revela uma forte e intrincada relação de Castelinhos com o baixo Tejo, sendo sintomático o papel que esta região assumiu nesta fase tardia do processo de conquista. Não deixa de ser interessante atestar que para a mesma época o registo da grande cidade da foz do Tejo não parece traduzir este panorama, quer no que se conhece do seu urbanismo, quer os dados do verniz negro itálico, quer da importação de ânforas (Pimenta, 2020; Soria, 2018; Filipe, 2019). Terá *Olisipo* nesta fase assumido um papel mais marginal, no quadro dos conflitos do final da república?

A Norte do Tejo, o fácies de ocupação aqui atestado encontra bons paralelos no quadro de importações do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil, ainda que este

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

parece ser de cronologia um pouco mais recuada, centrado na década de 60-50 a.C. (Nunes, Fabião e Guerra, 1988). Porém o quadro do verniz negro itálico, das lucernas, das ânforas e mesmo do armamento estabelece estreitas correlações com o cenário que aqui tentámos apresentar (Fabião, 1989; Fabião e Guerra, 1987; 1996; Guerra, 1987).

A Sul do *Tagus flumen*, encontramos registos similares, antes de mais, no estabelecimento do Castelo da Lousa, Mourão. De fundação pós conflito Sertoriano, como o caso em análise, implanta-se na margem esquerda do Guadiana, com uma clara função militar de controlo territorial (Fabião, 2002b). As recentes escavações aí desenvolvidas motivadas pela construção da barragem do Alqueva entre 1997 e 2002 permitiram compulsar novos dados e publicar uma extensa e completa monografia (Alarcão, Carvalho, e Gonçalves, 2010). O conjunto de verniz negro itálico, paredes finas, lucernas, ânforas e mesmo os artefactos metálicos aqui recolhidos apresentam estreitos paralelismos com o fácies de Castelinhos. Ainda no Guadiana, mas junto à foz, encontramos no Castelo de Castro Marim dados substanciais referentes a uma forte presença romana nesta fase. Os contextos aí escavados têm sido interpretados como centrados entre 50 e 30 a.C., oferecendo um panorama idêntico aos associados à Fase 1 e 2 de Castelinhos (Viegas, 2011; Abade, 2018). Na área do Alentejo central, encontramos um estabelecimento que evidencia um quadro de importações ao nível das cerâmicas de verniz negro itálico, ânforas e em particular no expressivo conjunto de fíbulas assaz similar ao aqui apresentado, o sítio do Monte da Nora, Terrugem (Teicnher e Schierl, 2010). Ainda que interpretado como um núcleo indígena, a revisão dos dados das escavações permitiu sustentar uma proposta de índole militar romana (Mataloto, 2010, p. 73). Por último, o sítio de Soeiros, (Arraiolos), ainda que só conhecido por recolhas de superfície, evidencia um registo com estreitas similitudes com Castelinhos (Calado, Deus e Mataloto, 1999; Mataloto, Angeja, 2015).

No território peninsular os dados referentes a contextos bem definidos atribuídos ao terceiro quartel do século I a.C. são mais raros (Revilla e Roca, 2010). Em concreto, conhecem-se mais estações e dados contextuais associadas a momentos de destruição relacionados com o conflito Sertoriano do que relacionadas com os momentos de instabilidade decorrentes da guerra civil entre César e Pompeio (Ribera I Lacomba, 2006). Destaca-se a estação do Cabeço de Alcalá, Azaila (Teruel), cuja cronologia de destruição apesar de não ser consensual foi recentemente revista e apontada para a

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

década de 50 a.C. (Ribera I Lacomba, 2006, p. 423; Romeo Marugán, 2021), o abandono do povoado de Raso da Candeleda, Ávila (Fernández Gómez, 1986), os níveis de destruição da cidade de Urso, Osuna (Quesada Sanz, 2008b), os recentes dados da cidade de *Hispalis* em particular os dados do Pátio de Banderas (Tabales Rodríguez e García Vargas, 2021) e o Cerro del Cabezo, Capilla, Badajoz, possivelmente a *Mirobriga* de Plínio (Heras Mora, 2018, p 241-244). Podemos ainda associar a este momento de criação de novos estabelecimentos associados a uma nova forma de controle do território, o fortim de Castillo del Puerto (Cáceres), com um claro fácies militar e estreitos paralelismos com os conjuntos metálicos e cerâmicos de Castelinhos (Alonso Sánchez, 1991)

Na área da *Hispania Citerior* contextos cerâmicos de meados do século I a.C. têm vindo a ser detectados na zona de Múrcia, concretamente os estabelecimentos do *castellum* d'Archivel e da *turris* de Barranda (Caravaca), que os seus escavadores situam na metade da centúria e em concreto a partir de 47 a.C. (Brótóns Yagüe e Murcia Muñoz, 2008 e 2014), sobressaindo nesta região pela investigação aprofundada a estação arqueológica de Puig Ciutat, Oristà, Barcelona (Padrós, Pujol e Sala, 2015). Este relevante sítio arqueológico tem vindo a ser interpretado como um *praesidium* de controlo do acesso aos Pirinéus, encontrando-se a sua destruição violenta associada ao conflito entre a facção Cesariana e Pompeiana (Padrós Gómez, 2016, Pujol *et al.*, 2019).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

6. O PAPEL DESEMPENHADO PELO VALE DO TEJO NAS DINÂMICAS DE CONQUISTA ROMANA DA *ULTERIOR LUSITÂNIA*.

A par desta abordagem de cariz monográfico, considereei pertinente olhar para o território e rever a informação disponível sobre a ocupação humana na área da Península de Lisboa e baixo Tejo, durante o final da Idade do Ferro e o período da conquista e implementação do domínio romano. Esta análise foi sempre aferida com o quadro de indagações prévio de tentar compreender a fundação de Monte dos Castelinhos numa ótica de continuidade e descontinuidade dos modelos de povoamento nesta vasta região.

Pelas descrições das Fontes Clássicas, são poucos os episódios da história militar que tiveram como palco de operações o território em análise. De facto, com exceção da célebre referência Estraboniana da utilização do vale do Tejo como base da campanha de Bruto, esta região apenas é fugazmente referida (Estrabão, *Geog.* III.3.1). Não temos aqui referências a episódios de conquista de cidades, cercos, batalhas... o que não quer dizer que eles não tenham acontecido, ou que a região não fosse relevante nas dinâmicas estratégicas de Roma. Talvez por esse obívio tenha vindo a ser defendido uma continuidade entre o mundo pré-romano e a nova ordem que se vem a estabelecer. Em recentes sínteses, a amplitude do fenómeno tem vindo a ser interpretada como uma transição pacífica para o mundo romano realizada “(...) *sem grandes sobressaltos e tensões sociais*” (Cardoso, 2011, p. 123).

O rio Tejo, marca com o acidente geográfico da sua foz a geografia da fachada atlântica, quebrando a sua continuidade. As características singulares do seu estuário, pautado por um verdadeiro mar interior, deram origem a um dos raros portos de abrigo para a navegação, bem como, graças ao seu prolongado estuário, uma via de penetração navegável da maior importância para territórios francamente interiores. Estas características rapidamente intuídas pelos navegadores mediterrânicos fizeram com que este espaço assumisse desde os primeiros momentos do processo de conquista da *Hispania* um papel fulcral. Associado ao acesso a navios de mar até à região de *Móron/Scallabis*, não podemos descurar o controlo das vias de comunicação natural que partindo desta zona proporcionam o acesso natural ao centro e norte, no fundo o eixo vertebral do território, que mais tarde será materializado na estrada

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Scallabis/Aeminium/Bracara Augusta, assim como o acesso Oeste/Este ligando à via da Prata, precisamente a partir da margem esquerda do Tejo, e que irá ser materializado na via *Scallabis/ Augusta Emerita /Metellinum*. A aduzir a estas duas vias, existe ainda a antiga referência no poema da Orla Marítima de Avieno, que refere explicitamente um percurso terrestre que ligava o estuário do Tejo até ao litoral dos Tartéssios, em quatro dias (Ferreira, 1992, p. 170). A relevância destas amplas ligações ajuda-nos a perceber o valor estratégico do baixo Tejo, como base operacional e logístico no decorrer do processo da conquista romana da Península, justificando desde logo a concentração de sítios de índole militar.

A primeira grande ofensiva militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica, teve como desígnio “aplar” de forma exemplar esta região, génese da rebelião Lusitana. Desencadeou-se em 138 a.C. liderada pelo general *Décimo Júnio Bruto*. Através de Estrabão (III, 3.1) sabemos que, o novo governador da província romana da *Ulterior*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao Noroeste peninsular, tendo usado uma das principais cidades na margem direita, *Móron*, no fundo do estuário a cerca de 90 km da entrada do rio como base de operações e *Olisipo* junto à foz como suporte logístico de abastecimentos.

Os dados contextuais e os acervos artefactuais recolhidos em sítios arqueológicos como Lisboa, Santarém, Chões de Alpompe, Alto do Castelo e Porto do Sabugueiro permitem verificar o forte impacto que se fez sentir no vale do Tejo após esta campanha. Em concreto, após este momento, não mais se desvanece o comércio com a região centro mediterrânica. Nas estratigrafias de Lisboa, registadas em diversos pontos da urbe, verifica-se uma clara rutura nas dinâmicas aquisitivas do sítio, impondo-se repentinamente a presença das importações extra peninsulares e a chegada de todo um pacote exógeno que atesta uma nova fase e novos hábitos culturais e de comensalidade. É o caso dos serviços Napolitanos e Etruscos de verniz negro Itálico, das frágeis cerâmicas de paredes finas, das lucernas, mas também de conjuntos de cerâmica comum atestando formas ausentes nos acervos do mundo indígena, como os pratos e os almofarizes. O abastecimento de produtos alimentares em ânforas marca de forma indelével esta fase, com a chegada massiva e sem qualquer tradição de comércio que a anteceda de quantidades significativas de contentores, destinados num primeiro momento a abastecer os exércitos, mas que rapidamente chegam, ainda que em

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

quantidades reduzidas, aos povoados indígenas da área. Esta distinção é interessante, pois não é comparável as quantidades de ânforas itálicas que atestamos em sítios como os Chões ou Lisboa, com as que para a mesma cronologia podemos registar em sítios coetâneos como a Alcáçova de Santarém, Quinta do Almaraz ou mesmo Porto do Sabugueiro.

Nas amostragens dos dois grandes estabelecimentos desta fase inicial destaca-se a presença dos contentores vinícolas da Península Itálica que dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática da Península Itálica, dos tipos Greco-Itálicas tardias de Brindisi. Paralelamente aos produtos centro mediterrânicos, assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía gaditana e a área Líbio Tunisina. Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995). Estão também presentes imitações dos modelos itálicos, mas reproduzidos na área da baía gaditana. A importação de azeite da área Líbio Tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas Africanas antigas. Assim como, ânforas do Mediterrâneo oriental, nomeadamente ânforas do tipo Dressel 4 de Cos.

O precoce estabelecimento de tropas romanas nesta área a partir das campanhas do Galaico, certamente terá contribuído para o conhecimento, inventariação e cartografia das riquezas desta região, sobressaindo entre estas, as mineiras, nomeadamente a aurífera, consagrada mais tarde nas fontes como o *aurifer Tagus*, sendo plausível que a sua exploração tenha sido desenvolvida logo desde o período romano republicano (Cardoso, Guerra e Fabião, 2012, p. 173). Por outro lado, não deve ter sido dispiciendo para a precoce concentração itálica nesta zona o facto de o Tejo configurar-se como o principal corredor de circulação entre o litoral atlântico e a zona montanhosa das Beiras e a Extremadura espanhola, ricas em metal, nomeadamente o cobre e estanho (Vilaça e Cardoso, p. 267). Afluíam assim ao baixo Tejo e aos seus principais núcleos urbanos os recursos mineiros, em bruto ou em lingotes, de onde seriam exportados e difundidos. Os registos de Chões de Alpompe, apesar de carecerem do devido enquadramento contextual, alertam-nos precisamente para a importância do trabalho do metal aí

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

praticado, em particular o ferro, chumbo, as ligas de cobre, mas também a prata e o ouro.

Os dados das Fontes Clássicas são assaz frugais nos momentos posteriores à fulgurante campanha do Galaico. Apesar disso, como vimos *supra*, algumas referências e vestígios epigráficos permitem-nos sustentar que a zona estava longe de pacificada. Uma das mais estimulantes propostas é a da interpretação do sítio arqueológico de Castro de Chibanes como a localização da base militar de (*Castra*) *Caepiana*, associada à figura do pretor e procônsul Q. Servílio Cepião, responsável pela província entre 109 e 107 a.C. (Guerra, 2004, p. 222). Esta proposta tem vindo a ser consolidada com os recentes trabalhos de investigação aí promovidos pela equipa do MAEDS (Soares *et al.* 2019). Teríamos assim a reiterada predileção pelo baixo Tejo como área estratégica para a criação de núcleos a partir dos quais se iniciava o controle das comunidades pelo exército, entenda-se pela força, mas também a gestão, fiscalização e inventário das riquezas existentes ou que pudessem ser potenciadas e incrementadas tendo em conta os interesses itálicos.

Um dos dados que emergiu da revisão da leitura das dinâmicas de povoamento na zona objeto de estudo é da alteração na estratégia de povoamento do mundo indígena que ocorre nos momentos finais da Idade do Ferro, ou mesmo já no decorrer do processo de conquista romana. Apesar dos dados com que podemos lidar não disponham de muita firmeza, pela ausência de escavações extensas, assistimos em diversos pontos da Península de Lisboa à concentração das comunidades em sítios de altura, assumindo estes dimensões significativas e relevantes funções de “vertebração” de territórios. Estes novos núcleos agregadores são selecionados devido às suas condições naturais de defesa e dotadas de sólidos sistemas defensivos. É o caso do sítio do Castro de São Martinho (Rio Maior), mas também do Castro de Santa Catarina, (Caldas da Rainha), já fora da área de estudo (Henriques, 2008), do Castelo Velho de Rocha-Forte (Cadaval), do sítio do Castelo/Forte do Paço (Arruda dos Vinhos), entre outros. Em todos os povoados em que pudemos rever os dados das escavações e dos seus espólios, deparámo-nos com conjuntos “monótonos”, dominados pela presença de cerâmica comum, sobressaindo o papel das grandes talhas. As importações estão praticamente ausentes, e quando se registam, limitam-se a uma ou duas ânforas vinárias itálicas, sublinhando o seu papel de artefacto de prestígio. Esta necessidade de armazenar víveres, no interior do espaço

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

muralhado, materializada nas inúmeras talhas, é bem elucidativa do tipo de prioridade destes estabelecimentos. Este tipo de registo encontra-se igualmente documentado no Alentejo Central, onde tem vindo a ser associado ao conflito Lusitano (Mataloto, Alves e Carvalho, 2007; Mataloto, 2010). Uma das leituras possíveis é a de esta nova estratégia de povoamento resultar do próprio processo de conquista e da pressão da implantação ao longo do vale do Tejo dos exércitos itálicos sobre o mundo indígena. Ressalve-se que estas ocorrências surgem concentradas no interior da Península de Lisboa.

No decorrer do conflito Sertoriano, apesar da geografia dos episódios militares ocorrer em outras latitudes, toda esta região sofreu ampla instabilidade. Os dados que podemos correlacionar diretamente com este acontecimento são escassos. Contudo, tem vindo a ser matizado a importância do processo de entesouramento, ou seja, da ocultação de bens de valor venal, em que sobressaiem os numismas de prata, mas também jóias e baixela metálica em prata e ouro, e que pela cronologia dos denários pode ser associado com alguma segurança às diferentes fases do conflito. Tendo em conta igualmente os dados numismáticos, tem vindo a ser defendido desde os trabalhos de José Ruivo (1999), um abandono/destruição da cidade de Móron e base militar itálica de Chões de Alpompe no decorrer desta fase. Com base numa cuidada análise dos numismas, foi proposto mesmo, que o vasto planalto do Alviela tenha sido utilizado em 79 a.C. como base de Q. Cecílio Metelo quando ataca os territórios Lusitanos (Ruivo, 1999, p. 106, nota 13). Sublinhe-se que no decorrer deste trabalho foi possível num trabalho coletivo visitar o sítio, através de uma leitura Lidar, e constatar a existência de um dispositivo defensivo de menor entidade, de contornos retangulares, implantado dentro das amplas muralhas de talude do sítio. Colocou-se então a hipótese de estarmos perante um acampamento militar do período Sertoriano (Fonte *et al.*, 2020).

Os recentes dados do estudo dos conjuntos artefactuais do povoado/base militar de Chibanes têm permitido associar o sítio a um momento de destruição cujo fácies parece sustentar que esta terá sido igualmente destruída nesta fase (Soares *et al.*, 2019). O estudo deste episódio de destruição é assaz importante para o baixo Tejo e para a fachada atlântica, pois carecemos de dados contextuais deste período que nos permitam estabelecer comparações. Visto que se encontra em fase de conclusão a monografia das escavações de Chibanes, não nos vamos aqui deter na sua análise. Penso, porém, que o

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

conjunto de ânforas, capítulo do qual me ocupei, merece algumas breves observações. O conjunto de importação de bem alimentares em ânforas é significativo e encontra-se particularmente bem documentado. O seu estudo revelou uma intrincada rede de abastecimentos a Chibanes com importações da Península Itálica, do Norte de África, da baía gaditana, do vale do Guadalquivir e Ilha de Ibiza. Tal como seria de esperar, as ânforas vinárias itálicas, do tipo Dressel 1 encontram-se bem representadas, ainda que a sua expressividade esteja longe da que vimos para os contextos do terceiro quartel do século II a.C., correspondendo agora apenas a 15% das importações. A região melhor documentada pelo perfil das importações é sem dúvida a costa Sudoeste da província da *Ulterior*, com fabricos genericamente atribuíveis à baía de Cádiz, representando estes 29% do total. Entre esta região destaca-se o papel assumido pelas ânforas do Tipo 7.4.3.3. (Mañá C2b). Da análise global da totalidade do conjunto das ânforas, resulta claro que as importações em geral e as da Península Itálica em particular, no cômputo geral, se encontram longe da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no vale do Tejo. A par deste cenário, verifica-se um quadro que à partida não seria o espectável, destacando-se de forma preeminente os contentores de proveniência da *Ulterior*/Lusitânia, nomeadamente com fabricos da região do vale do Tejo/Sado de tradição tipológica pré-romana, correspondendo estes a um total de 53% da amostragem global, surgindo mesmo, alguns exemplares que tentam imitar regionalmente as morfologias itálicas. Tendo presente a interpretação de que o sítio poderá corresponder a uma instalação militar, esta leitura pode estar relacionada com problemas de abastecimento e com a necessidade imperiosa de os assegurar localmente, num período de conflitualidade crescente.

No interior da Península de Lisboa, ainda que os dados não sejam claros, pode-se colocar a hipótese de que o abandono a que se assiste dos grandes povoados de altura fortificados, que não chegam à segunda metade do século I a.C., encontrar-se correlacionado com este momento, são os casos de Pragança (Cadaval); do Castelo (Arruda dos Vinhos); da Serra do Socorro (Mafra/Torres Vedras); do Castro do Amaral ou das Curvaceira (Alenquer); do Senhor da Boa Morte (Vila Franca de Xira); do povoado de Santa Eufémia (Sintra) e do Castro de São Martinho (Rio Maior).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Após este momento e com a pacificação subsequente, assiste-se a uma nova estratégia locativa e mesmo dimensional do poder de Roma, ocorrida entre a propretura de César e o período das guerras civis entre os Cesarianos e os Pompeianos. Profundas transformações ocorrem nesta área, com o emergir de novas centralidades, como é o caso do antigo povoado de *Scallabis*. Mas também de novas fundações que parecem traduzir uma verdadeira nova forma de ocupar e controlar o território, dando ênfase às transitabilidades regionais. Surgem assim entre a década de 60 e 40 a.C., sítios de pequena dimensão de claro objetivo de controlo de paisagem, como o Pedrão (Setúbal), ou o Castro do Salvador (Cadaval), a par de novas fundações de dimensão significativa e destinadas a grandes contingentes humanos, caso do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e do Alto dos Cacos (Almeirim). Estas novas fundações traduzem uma nova realidade, mas também são corolário do conflito Sertoriano e da necessidade de subjugar o vale do Tejo assegurando alianças perenes após a instabilidade reinante.

O estudo monográfico das escavações de Castelinhos, a par dos dados de Alto dos Cacos e do estado da arte relativo aos contextos romano republicanos das escavações da Alcáçova de Santarém permitem um conhecimento detalhado do fácies de importação para esta fase, centrada no terceiro quartel do século I a.C. Destaca-se o forte protagonismo exercido pelos abastecimentos peninsulares, nomeadamente da província da *Ulterior*, evidenciados pelos serviços de cerâmica comum e pelas ânforas. Ao contrário do que se verifica nos momentos anteriores, assiste-se nesta fase a um protagonismo crescente e emergente dos produtos alimentares transportados em ânforas produzidas no vale do Guadalquivir e baía gaditana, com um novo quadro morfológico de tendência global ovoide e que nos últimos anos tem vindo a ser sistematizado (Almeida, 2008). Esta prevalência de uma nova lógica de abastecimento de cariz institucional aos exércitos remete para uma questão cronológica, mas também traduz um quadro provincial de crescente dinamismo com o eixo no vale do *Baetis* e do grande porto Gaditano. Os dados que apresentamos consolidam esta imagem, acrescentando o emergir das produções anfóricas do vale do Tejo/Sado, que surgem neste contexto de necessidade de abastecimento e que reproduzem morfológicamente os modelos ovóides então em voga no sul peninsular. O campo das cerâmicas comuns que tentei sistematizar no estudo do conjunto de Monte dos Castelinhos apresenta-se ainda como um campo estimulante, sendo provável que muitos dos recipientes chegassem ao extremo ocidente

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

como contentores de produtos alimentares, a abundancia de pequenos potes, associados a tigelas que serviriam como tampa, assim o leva a crer.

As reflexões do presente trabalho, decorrentes dos contextos observáveis na área em estudo e na sua comparação no contexto da província da *Ulterior*, a um primeiro nível e no da Hispânia em geral permitem vislumbrar as dinâmicas do processo de conquista. O contexto social e político em que estes sítios se inserem permite reconhecer o papel de Roma como dominador hegemónico, mas numa permanente dialética com os grupos de poder local que condicionaram a ação efetiva do seu domínio. De leitura algo fluída, no registo arqueológico, esta linha de atuação encontra-se materializada na ação seletiva do poder romano sobre alguns centros de poder local em detrimento de outros, deixando assim transparecer as complexas teias de aliança e interação entre os distintos contextos sociopolíticos.

A concentração de sítios militares ou militarizados na zona do baixo Tejo revela a importância geoestratégica desta região, situação precocemente percebida por Roma. Estamos perante um dos eixos da conquista da Hispânia, que a par do eixo interior que conduziu ao estabelecimento de uma instalação militar de carácter permanente em Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984) marcaram o devir das dinâmicas militares. Apesar das frentes de guerra, conjunturais, terem estado situadas fora deste espaço geográfico, esta zona foi a escolhida: primeiro, como base de retaguarda de campanhas ao Noroeste peninsular; sendo após o conflito Sertoriano e a partir da estabilização do processo de conquista, opção como zona a hibernar e estacionar com segurança e maior conforto as Legiões peninsulares atribuídas à *Ulterior*/Lusitana.

Os sítios que tentámos apresentar neste trabalho com maior detalhe, Monte dos Castelinhos, mas também Alto dos Cacos, revelam um novo panorama geopolítico, sendo provável que aglomerados de cariz mais permanente como o Monte dos Castelinhos tivessem um cariz plural, assumindo como missão a supervisão de atividades de intendência, como o fabrico e manutenção de armamento, a construção e recuperação de infraestruturas de comunicação, o recrutamento de forças auxiliares, a organização e abastecimento de víveres, etc. Arrogando assim um papel crucial na estruturação do povoamento deste território, pelo menos até ao eclodir da guerra civil entre partidários de Pompeio e César precipitar toda a Península para um novo conflito.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A análise dos dados do povoamento associada ao período romano republicano nesta região permitiu apresentar um quadro de alguma complexidade, ainda que com dados e informações muito desiguais. Se a título individual cada uma destas ocorrências descontextualizadas pouco significará, perspectivadas no seu conjunto elas encadeiam um padrão, informação a que se terá de atribuir o devido significado. A par da relevância dos sítios detetados ou revisitados nas margens do Tejo, deparamo-nos com fortes evidências de presenças relevantes onde o *fácies* militar emerge em zonas de penetração natural ao longo da fachada atlântica da Península de Lisboa. São assim de destacar os dados dos vales do rio Lizandro, com o sítio de Raimonda; os do rio Sizandro, com os dados do centro Histórico e Castelo de Torres Vedras, mas também com o sítio de Quinta de São Gião e os da zona da lagoa de Óbidos, com o povoado do Outeiro da Assenta. Mais do que um ponto de chegada, a leitura destas presenças configuram, de algum modo, linhas de orientação para futuras pesquisas, passíveis de serem desenvolvidas futuramente e estendidas ao longo da zona lagunar da fachada atlântica.

A revisão e análise dos dados do povoamento permite-nos ainda verificar a rápida disseminação no território da Península de Lisboa de alguns dos produtos que irradiam dos grandes centros regionais. É o caso das cerâmicas campanienses, mas também das ânforas vinárias itálicas, traduzindo novos hábitos culturais e fenómenos de interação com o mundo indígena. O conjunto dos dados configura a assinalada antiguidade dos sítios rurais romanos dos *agri olisiponenses* (Silva, 2018a), que ora podemos com alguma segurança estender igualmente ao campo Escalabitano. Os dados proporcionados pela abundante epigrafia da Península de Lisboa são importantes para esta análise (Ribeiro, 1982-83; 2000; Guerra, 2002, 2003). A sua análise deixa transparecer um panorama onde as aristocracias locais são dominantes, onde se promoveram políticas de aliança internas e com elementos recém-chegados itálicos ou outros indivíduos altamente romanizados. Recentemente, esta concentração de fósseis onomásticos presentes na cidade de *Olisipo* e no seu território permitiu sustentar a proposta de que a emigração de itálicos foi assaz importante neste espaço em momentos finais da república até meados do século I d.C. (Cadiou e Navarro Caballero, 2010, p. 261).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Em jeito de conclusão, o presente trabalho merece-nos ainda algumas reflexões finais. Partindo do estudo monográfico dos dados dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, pretendeu-se caracterizar as dinâmicas de ocupação nesta vasta região. Cedo se percebeu que para uma leitura global seria necessário estender a observação e rever os dados disponíveis, quer na literatura da especialidade, quer nos conjuntos artefactuais depositados em diversos Museus e múltiplas instituições. O panorama que se conseguiu traçar deixa transparecer uma dinâmica intensa e rápida de interação entre as comunidades indígenas e o mundo romano. Essa dinâmica não é estanque e vai oscilar ao longo do processo de conquista. Os dados de que dispomos para muitos dos sítios que aqui compilámos não nos permite atribuir com solidez uma interpretação funcional. Resulta pertinente comparar esta informação com os dados que dispomos para o Noroeste da província da *Citerior*, fruto de projetos de investigação de alguma profundidade (Pera *et al*, 2016; Principal *et al.*, 2017; Ñaco del Hoyo e Principal, 2020). A escavação, estudo e publicação de diversos estabelecimentos permite dispor já de informações detalhadas de uma paisagem estrategicamente militarizada, onde é possível distinguir e caracterizar diferentes espaços militares (Padrós Gomes, 2016), em que se individualizam os acampamentos/*Castra*; os fortins/*Castellum*; as torres/*turris* ou *propugnaculum* e *specula*; e os núcleos logísticos/*officina armorum* (Ñaco del Hoyo e Principal, 2020, p. 301-305). Não cabendo aqui espaço para a definição de cada uma destas tipologias, importa reter que estas implantações não tinham como intuito imediato manter debaixo de controlo ou subjugar as populações indígenas, na linha de um verdadeiro exército de ocupação, mas sim garantir o controlo das vias de transitabilidade. As dinâmicas de implantação dos espaços militares, sejam eles grandes estabelecimentos como o planalto dos Chões de Alpompé, o Alto do Castelo ou o Monte dos Castelinhos, ou pequenos fortins como o Castro de São Salvador, o Pedrão ou o Castelo dos Mouros, encontram-se vinculados com a gestão logística dos próprios exércitos e neste campo manter a fluidez das comunicações e o ritmo dos abastecimentos torna-se uma prioridade absoluta. Estaremos assim no vale do Tejo perante um “território militarizado”, na verdadeira aceção do mesmo, recentemente proposta (Morillo Cerdán e Adroher Aurox, 2014, p. 244).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Este trabalho não pretende assumir-se como um fim em si, mas como a revisão do estado da Arte e como plataforma de incitamento a novas investigações, quer no Monte dos Castelinhos, a carecer de um projeto de conservação, classificação e musealização das ruínas, quer no sítio de Alto dos Cacos, ainda a requerer trabalhos arqueológicos que sustentem as interpretações aqui alvitradas. Que os próximos anos permitam voltar a posicionar a ciência como uma prioridade nas plataformas de conhecimento e que muitas das questões aqui alinhavadas possam ser aprofundadas com o devido fôlego. Sendo esta dissertação construída a partir do seio de um Museu Municipal, não posso deixar de terminar por afirmar que este deve ser o papel de uma instituição museológica: o estudo e a investigação das realidades históricas, arqueológicas, sociais ou culturais onde se encontra inserido.

Odivelas/Vila Franca de Xira, Outono de 2021

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

BIBLIOGRAFIA:

ABADE, P. E. A. (2018) – *A cerâmica de paredes finas do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado em arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/32376>

ADROHER AUROUX, A. (2014) - Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica. In R. Morais, A. Fernández y M. J. Sousa (eds.). *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. II Congresso Internacional da SECAH. Monografias Ex Officina Hispana*. II: Porto, p. 281-290.

ADROHER AUROUX, A.; CABALLERO COBOS, A. (2012) - Imitaciones de campaniense en el mediodía peninsular. La cerámica gris bruñida republicana. In D. Bernal y A. Ribera (eds.). *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*: Cádiz, p. 23-38.

ADROHER AUROUX, A. M.; CARRERAS MONFORT, C.; ALMEIDA, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MOLINA VIDAL, J.; VIEGAS, C. (2016) – Registro para la cuantificación de cerámica arqueológica: Estado de la cuestión y una nueva propuesta. Protocolo de Sevilla. *Zephyrus*. LXXVIII: Universidade de Salamanca. Julio-diciembre 2016, p. 87-110.

ADROHER AUROUX, A. M.; MOLINA PIERNAS, E. (2014) – La molienda en la Protohistoria del mediodía peninsular ibérico. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 24, p. 215-237.

AGUAROD OTAL, C. (1991) - *Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institucion Fernando el Catolico.

AGUAROD OTAL, C. (1995) - La ceramica comun de produccion local, regional y importada. Estado de la cuestion en el Valle del Ebro. In Xavier Aquilue & Merce Roca (Eds), *Cerámica comuna romana d'època Alto-imperial a la Península Ibérica. Estat de la qüestió*. Monografies Empuritanes VIII. Empuries: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 129-153.

AGUAROD OTAL, C. (2017) – Cerámica común de mesa y de cocina en el valle del Ebro y producciones periféricas. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.;

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 15-95.

AGUAROD OTAL, C.; PÉREZ-ARANTEGUI, J.; PILAR LPUENTE, M.; LACUEVA, F.; CASTILLO, J. R. (2001) – Importaciones de cerâmica de cocina Itálica en la Tarraconense. Estudio de Caracterización composicional y de procedência. *III Congresso Nacional de Arqueometria*. Universidad de Sevilla, p. 261-269.

AGUILAR SÁENS, A. ; GUICHARD, P. (1993a) – *Lacimurga*. La ciudad antigua y su entorno. *Revista de Arqueologia*. 144. Madrid, p. 32-38.

AGUILAR SÁENS, A. ; GUICHARD, P. (1993b) – Villes romaines d'Estremadura. Doña Maria, La Sevillana et leus environnement. *Collection Casa de Velasquez*. 43. Madrid.

AGUILAR SÁENS, A. ; GUICHARD, P. (1995) – *La ciudad Antigua de Lacimurga y su entorno rural*. Badajoz.

ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GALVÉZ, M.; RIBERA i LACOMBA, A. (2009) - La destrucción de VALENTIA por Pompeyo (75 a.C.). Valencia. *Quaderns de Difusió Arqueològica*. N.º 6.

ALARCÃO, A. (1958) – “Sigillata” hispânica em museus do norte de Portugal. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 68. 34, p. 249-315.

ALARCÃO, A., M. (1976) - *Céramiques préromaines. Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*: Paris: Diffusion de Bocard, p. 3-17.

ALARCÃO, A., M. e PONTE, M. S. (1976) – Les lampes. In *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*: Paris: Diffusion de Bocard, p. 93-114.

ALARCÃO, A., M. e PONTE, M. S. (1979) – Trouvailles Diverses. In *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles Diverses Conclusions Générales*. Paris: Diffusion de Bocard, p. 13-80.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

ALARCÃO, J. de (1973) - *Portugal Romano*. Editorial Verbo. Lisboa.

ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conimbriga V. La Céramique commune locale et régionale*: Paris: Diffusion Bocard.

ALARCÃO, J. (1976a) - Les Amphores. In *Fouilles de Conimbriga VI*. Paris: Diffusion Bocard, p. 79-91.

ALARCÃO, J. (1976b) - Céramiques communes d'importation. In ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, J., eds. - *Fouilles de Conimbriga*. Vol. VI: céramiques diverses et verres. Paris: Diffusion Bocard, p. 71-74 e 136-137.

Alarcão, J. (1993) *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: ICN.

ALARCÃO, J. (1987) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Volume II. Fascicule 2. Aris&Phillips, Warminster.

ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa. Publicações Europa América.

ALARCÃO, J. (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Porto, marzo de 1997)*. Madrid: CSIC, p. 1-8.

ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 4. Número 2: Instituto Português de Arqueologia, p. 293-349.

ALARCÃO, J. (2002) – *Scallabis* e o seu território. In *De Scallabis a Santarém*: Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 37-46.

ALARCÃO, J. (2005) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8. Número 2: Instituto Português de Arqueologia, p. 293-311

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

ALARCÃO, J. (2006) – As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*. *Conimbriga*. XLV. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 211-251.

ALARCÃO, J. (2019) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.

ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) - *Les villas romaines de S. Cucufate (Portugal)*. Paris: Diffusion De Boccard.

ALBERGARIA, J. (2013) – Castelo das Juntas. In *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Coord. ALBERGARIA, J.; MELRO, S. Memórias d’Odiana 2.^a Série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, p. 211-243.

ALFARO GINER, C.; MARTÍNEZ GARCÍA, M. J. (2019) – Producción y tratamiento de textiles In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H. e BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.). *Arqueologia Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 819-840.

ALMAGRO-GORBEA, M.; LORRIO, A.; MEDEROS, A.; TORRES, M. (2008) – La ciudad-estado de Medellín-*Conisturgis* y la cuenca del Guadiana en el Periodo Orientalizante. In ALMAGRO-GORBEA, M. (Dir.) *La Necrópolis de Medellín*: Madrid, p. 1033-1059.

ALMAGRO-GORBEA, M.; RIPOLLÉS, P. P.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2009) – Dipo. Ciudad “tartéssico-turdetana” en el Valle del Guadiana. *Conímbriga*. XLVIII: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 93-148.

ALMAGRO-GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009a) - La colonizacion de la costa atlantica de Portugal: Fenicios o Tartesios. *Paleohispanica*. 9, p. 113-142.

ALMAGRO GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009b) - Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, p. 521-554.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ALMEIDA, D. F. de (1972) – Inscrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In 25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. Boletim Comemorativo. Vila Franca de Xira, p. 151-152.

ALMEIDA, J. M. F. (1952) – Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. In O Arqueólogo Português. Série 2: Lisboa, p. 5-208.

ALMEIDA, M. J. (2017) – *De Augusta Emerita a Olisipo por Ebora: uma leitura do território a partir da rede viária romana*. Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/29682>

ALMEIDA, N. J.; DIAS, V.; ENCARNAÇÃO, G. (2019) – Moinho do Castelinho e a época romano-republicana na Amadora. Estruturas materiais e subsistência. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Caleidoscópio, p. 90-101.

ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

ALMEIDA, R. (2010) - The incorporation of the baetican hinterland into the western supply during the Late Republic - a reading based on the distribution of the Guadalquivir's minority amphora types. In CARRERAS MONFORT, C., MORAIS, R. (Eds.), *The Western Roman Atlantic Façade A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. BAR International Series, 2162, Oxford, p. 191-196.

ALMEIDA, R. e FABIÃO, C. (2019) - The “early production” of Roman amphorae in Ulterior/Lusitania. State of play of a universe (still) under construction. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 175-190.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ALMEIDA, R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014a) - Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção. In R. MORAIS, A. FERNANDEZ e M. J. SOUSA (eds.). *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Monografias Ex Officina Hispana II. Tomo I. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 405-423.

ALMEIDA, R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014b) - Wich amphorae carried the fish products from Tróia (Portugal)? In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*. Acta 43, p. 653-661.

ALMEIDA, R. e PIMENTA, J. (2018) – Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Caetobriga*. Revista de Arqueologia y Antigüedad. N.º 6: Universidade de Huelva, p. 3-56.

ALMIRALL, J. (1972) – Contribución para el Estudio de los Denarios Forrados de Nerón. *Acta Numismática*. 2, p. 149-163.

ALONSO MARTÍNEZ, N. (ed.) (2014) - Reunió Molins i mòlta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. 24, p. 99-362.

ALONSO SÁNCHEZ, M. A. (1991) – El fortín Romano del “Castillo del Puerto”. Cáceres. El Control del Territorio. *I Jornadas de Prehistoria y Arqueologia en Extremadura (1986-1990)*. *Extremadura Arqueológica*. 2, p. 417-430.

ALVES, C. (2011) – *A Cerâmica Campaniense em Mesas do Castelinho*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994>.

ALVES C. (2014) - Os *Castella* do Baixo Alentejo. O caso do Monte Manuel Galo. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 385-403.

ALVES C., MATALOTO R., SORIA V. (2014) - As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no interior Sul do território actualmente português. In *Actas del II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana 2* (Braga, 3-6 Abril de 2013). Tomo I, p. 165- 176.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

AMARO, C. (1986a) - Castelo de Torres Vedras: 2ª campanha arqueológica. *Informação Arqueológica*. 6 (1984). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 95-96.

AMARO, C. (1986b) - Castelo de Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 7 (1985). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 54.

AMARO, C. (1994) - Castelo de Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 9 (1987). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 67-69.

AMELA VALVERDE, L. (2000) – Las acuñaciones romanas de Sexto Pompeyo en Hispania. *AEspA*. 73, p. 105-119.

AMELA VALVERDE, L. (2014) – El conjunto monetar de Andagoste. *Revista Numismática Hécate*. N.º 1, p. 25-40.

AMELA VALVERDE, L. (2016a) – Lugares de emisión de los ases pompeyanos (RRC 471/1, 478/1 y 479/1). *Actas XV Congreso Nacional de Numismática*. Patrimonio numismático y museos. Madrid, 28-30 octubre de 2014: Madrid, p. 935-946.

AMELA VALVERDE, L. (2016b) - “Las colonias “cesarianas” del mediodía peninsular. Una síntesis. *Hispania Antiqua*. 40, p. 85-117.

AMELA VALVERDE, L. (2019) – *Monedas Locales de Hispania atribuídas a los Pompeyanos*. Puntorojo libros: Sevilla.

AMELA VALVERDE, L. (2020) - *El segundo triunvirato en Hispania: Aspectos políticos-militares*. Sevilla: Punto Rojo Libros S.L.

AMARÉ, M. (1988-89) - *Notas sobre un posible taller de lucernas romanas en Córdoba*. In *Ifigea* .V-VI, p. 103-115.

AMARO, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. IV. Actas do Encontro “Os fenícios no território português”: Lisboa, p. 183–192.

AMARO, C.; GONÇALVES, C. (2016) – The Roman *Figlina* at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire. In VAZ PINTO, I; ALMEIDA, R.; MARTIN,

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

A – *Lusitanian amphorae-. Production and distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10*. Archeopress, p. 47-58.

ANDRADE, G. M. (1963) – Castro do Amaral. Acta da Secção de Arqueologia de 14 de Novembro de 1963. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Série 81. Lisboa, p. 236.

ANDRADE, G. M. (1973) – Estações arqueológicas do Amaral ou das Curvaceiras (Alenquer). Actas da Secção de Arqueologia de 1973. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Série 91. Lisboa, p. 143.

ANDREAU, J. (1999) – *Banking and business in the Roman World*. Cambridge University Press.

ANTUNES, A. S. (2018) - Moinhos de vaivém e giratórios da Azougada (Moura, Portugal). Um contributo para o estudo da moagem no Alentejo interior em meados do I milénio a.C. *CIRA Arqueologia*. N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 70-99.

ANTUNES, A. S.; OLIVEIRA, J. M.; MANSO, C. R. (2020) – Os fornos do Convento de Corpus Christi (Lisboa, Portugal). *IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos / International Congress of Phoenician and Punic Studies*. MYTRA 5, p. 349-360.

ANTUNES-FERREIRA, N.; CARDOSO, G.; SANTOS, F. (2017) – A necrópole medieval/moderno de Arruda dos Vinhos. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Coord: José Arnaud e Andrea Martins: Lisboa, p. 1111-1117.

APOLLINARIO, M. (1895) – O Castelo-Velho de Rocha-Forte: Reconhecimento arqueológico. *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série, p. 49-54.

AQUILUÉ ABADÍAS J., GARCÍA ROSELLÓ J., GUITART I DURAN J. (2000) - *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodonda. Empúries (4 i 5 de juny de 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ARASA I GIL, F. (1994) – Material procedent del jaciment ibéric del Cormulló dels Moros (Albocàsser, Castelló) II. Els materials d'importació i les imitacions. *Quad.Preh.Cast.* 16: Castellón, p.125-155.

ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) - *La quantification des céramiques: conditions et protocole. Actes de la table ronde du centre archéologique européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril de 1998).* Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Collection Bibracte, 2).

ARNAUD, J. M. (1970) – O “Castelo Velho” de Veiros (Estremoz). Campanha Preliminar de Escavações de 1969. Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa 1969. Vol II: Lisboa, p. 311-328.

ARRUDA, A. M. (1993) - Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais.* IV Actas do Encontro “Os fenícios no território português”: Lisboa, p. 193-214.

ARRUDA, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica.* Lisboa: Edições Colibri.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.).* Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.

ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4. 23, p. 9-156.

ARRUDA, A. M. (2007). *Laccobriga. A Ocupação Romana na Baía de Lagos.* Lagos: Câmara Municipal de Lagos. 80 páginas.

ARRUDA, A. M. (2013) - Do que falamos quando falamos de Tartesso. In CAMPOS, J. M. - ALVAR, J. (eds.), *Tarteso. El emporio del metal.* Espanha, p. 211-222.

ARRUDA, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. In Celestino Pérez, S. e Rodríguez González, E. (eds.),

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica. Madrid: CSIC, p. 283-294.

ARRUDA, A. M. (2018) – A época romano-republicana. In MATIAS, A. (Coord.). *Santarém Carta Arqueológica Municipal*. Museu Municipal de Santarém. Santarém, p. 118-122.

ARRUDA, A.M. e ALMEIDA, R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. 37: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 201-231.

ARRUDA, A.M. e ALMEIDA, R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Actes du III^{ème} Table ronde sur la Lusitanie romaine Madrid: Casa de Velázquez, p. 307-337.

ARRUDA, A. M. Y ALMEIDA, R. (2001) - Importação e consumo de vinho bético na colónia romana de Scallabis. *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol II, Écija: Editorial Sol, p. 703-715.

ARRUDA, A.; FREITAS, V. (2008) - O castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.. F. Jiménez Ávila (eds.), *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Anejos de AEspA XLVI: Madrid, p. 429-446.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. e VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 3 – n.º 2, p. 25-59.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. (2010) – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época Romano-Republicana. *Actas do 7.º Congresso de Arqueologia do Algarve. XELB*. 10. Silves, p. 695 – 716.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *Glass beads from Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra dos Magos,*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología da Universidade Autónoma de Madrid*. 42, p. 79-101.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E. (2020) – Laccobriga: Estruturas romanas de Monte Molião (Lagos, Portugal). In PIZZO, A. (Ed.). *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*. Mytra. Monografias y trabajos de arqueología. N.º 6: Mérida, p. 183-194.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E. de; PIMENTA, J.; DETRY, C.; GOMES, J. (2018) – Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e narrativas. *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología*. N.º 27. 2: Departamento de Prehistoria y Arqueologia. Faculdade de Geografia e Historia. Univesidad de Sevilla. Sevilha, p. 201-227.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; VARANDAS, D. (2020) – Artefactos metálicos do Monte Molião (Lagos, Portugal): Os elementos de indumentária de época romana. *SAGVUNTVM. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. 52: Universitat de Valencia, p. 117-133.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235 – 286.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E de (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología*. N.º 22: Departamento de Prehistoria y Arqueologia. Faculdade de Geografia e Historia. Univesidad de Sevilla. Sevilha, p. 101-141.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E de (2018) – The Greek pottery of the Tagus estuary. In R. MORAIS, R.; LEÃO, D.; PÉREZ, D.; FERREIRA, D. (Eds.). *Greek Art in Motion. Studies in honour of Sir John Boardman on the occasion of his 90th birthday*. Oxford: Archaeopress, p. 187-195.

ARRUDA, A. M., SOUSA, E. D., BARRADAS, E., BATATA, C., DETRY, C., & SOARES, R. (2017) - O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro no Vale do Tejo. In S. Celestino Pérez & E. Rodríguez González (Eds.), *Territorios*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica. Anejos de AEspA. Vol. LXXX Mérida: Instituto Arqueología Mérida, p. 319-361.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus* 74, p. 143-155.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SOARES, R.; MENDES, H. (2017) – Phéniciens et Indigènes en contact à l'embouchure du Tage, Portugal. *Folia Phoenicia*. Pisa / Roma, 1, p. 243-251.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (1999) – The roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto, 1, p. 185-224

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002) - As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. N.º 1, p. 221-238.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2004) - Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule: *Actes du Congrès de Vallauris, 20-23 mai 2004*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule - SFECAG, p. 341-349.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a época romano-republicana. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 242-255.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2016) - As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R., BERNI MILLET, P. (eds.). *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Monografías Ex Officina Hispana III. ICAC. Vol. I. Tarragona, p. 446-463.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M.J. (ed.) (2002) - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. ; BARGÃO, P. (2005) - As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 1, p. 279-297.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006) - Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém. In *Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica, 13. Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 233-252.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do Simpósio internacional de Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 13, p. 153-176.

ARXÉ I GALVÉZ, J. (1982) – *Les llànties tardo-republicanes d'Empúries*. Barcelona.
BAILEY, D. M. (1975) - *Catalogue of the Lamps in the British Museum, I: Greek, Hellenistic and Early Roman pottery lamps*: Londres.

AURRECOECHEA, J. (2007) – Arneses equinos de época romana en Hispania. In *Mealistería de la Hispania Romana*. FERNÁNDEZ IBÁÑEZ (Edic.) Sautuol. XIII. Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, p. 321-344.

AZCÁRRAGA CÁMARA, S.; BAQUEDANO PÉREZ, E.; MÄRTENS ALFARO, G.; CONTRERAS MARTÍNEZ, M.; RUIZ ZAPATERO, G. (2014) – Vajilla broncea tardorrepublicana en El Llano de la Horca (Santorcaz, Madrid). *Archivo Español de Arqueología*. 87, p. 109-121.

AZEVEDO, T.; FREITAS, C. ; FIGUEIRA, J. (1992) – A cobertura detrítica da plataforma litoral portuguesa a Norte de Sintra. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 4 (1992). 4-8.

BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M.F; MONZÓN, S. (1983) – *Pour la normalization de la description des poteries*. Paris: Musée de L'Homme. Laboratoire d'Ethnologie. Département de Technologie Comparée.

BANHA, C. (2006) - *As ânforas romanas de Idanha-a-Velha (Civitas Igaeditanorum)*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

BANNING, E. B. (2002) – *The Archaeologist's Laboratory. The Analysis of Archaeological data*. Interdisciplinary contributions to archaeology: Kluwer Academic Publishers. New York.

BARBOSA, E. (1955) - *Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas*. Monografia arqueológica apresentada como tese de dissertação de licenciatura em ciências Históricas e Filosóficas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARBOSA, E. (1956a) – O Castro de Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2. 3: Museu Nacional de Arqueologia, p. 17-124.

BARBOSA, E. (1956b) – O Castro da Pedra do Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2. 3: Museu Nacional de Arqueologia, p. 75-85

BARBOSA, E. (1970) - Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Lisboa 1958*. Volume II. Instituto de Alta Cultura. Lisboa, p. 27-33.

BARBOSA, M. B. (1995) - Um tesouro sertoriano da região de Santarém. In Centeno, R. M. S e García-Bellido, M. P. (eds.). *La moneda Hispánica: Ciudad y Territorio*: Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua. Anexos AEsPA 14. Madrid, p. 239-244.

BARBOSA, M. B. (1998-2002) – Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augusto. *Nummus*. II Série. XXI-XXV: Porto, p. 7-144.

BARGÃO, P. (2006) - *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Tese de Mestrado em Pré-história e Arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientado pela Professora Ana Margarida Arruda. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447>

BARGÃO, P. (2017) - *O Castro de Segóvia. Estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Historia, especialidade em Arqueologia. Orientada pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda. Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/28721>

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

BARKER, P. (1986) – *Understanding archaeological excavation*. B. T. Batsford Limited: London.

BARKER, P. (1989) – *Techniques of archaeological excavation*. Courier International Ltd. B. T. Batsford Limited: London.

BARROS, L.; AMARO, C. (1985) - Fábrica de salga de peixe em Cacilhas – achegas para o seu conhecimento. *Al-madan*. N.º 4-5: Almada, p. 33-34.

BARROS, L.; CARDOSO, J.; SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais IV*. Actas do Encontro “Os fenícios no território português”: Lisboa, p. 143-173.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1998) - Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas. In: SANTOS, M; ANTUNES, L. eds - *Actas das 2ª Jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal, p. 101-105.

BARROS, L.; HENRIQUES, L. F. (2002) - A última fase de ocupação do Almaraz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*: Almada, p. 97-107.

BARROS, L.; SOARES, A. (2004) - Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Série 4. N.º 22: Museu Nacional de Arqueologia, p. 333-352.

BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) – *A Villa Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres SA*: Lisboa. EPAL/ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

BATATA, C. (2012) - *Relatório final da escavação arqueológica realizada junto a Senhora do Ó, Carvoeira, Mafra*. Relatório policopiado.

BATATA, C.; GASPAS, F. (1993) – Novos dados sobre a estação arqueológica de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *O Foral. Conselho de Salvaterra de Magos da Pré-história ao século XVIII*. Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, p. 24-34.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

BATS, M. (1993) – Céramique commune italique. *Dicocer[1], Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, p. 117- 131.

BAYO, S. (2010) – *El yacimiento ibérico de «El Tossal de la Cala»*. Nuevo estudio de los materiales depositados en el MARQ correspondientes a las excavaciones de José Belda y Miquel Tarradell. Trabajos de Arqueologia 1. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante.

BELO, A. R. (2002) – *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. Incluindo várias nótulas sobre História e Genealogia*. Badaladas. Torres Vedras: Museu Municipal de Torres Vedras.

BELTRÁN LLORIS, M.; MOSTALAC, A. (1996) – La Casa Romana en Hispania. Estado de cuestión: *In La Maison urbaine d'époque romaine en Gaule narbonnaise et dans les provinces voisines* (Avignon, 1994): Avignon.

BENDALA GALÁN, M. (2002) – Estructura urbana y modelos urbanísticos en la Hispania antigua: Continuidad y renovación con la conquista romana. *Zephyrus*: Universidad de Salamanca. 53-54, p. 413-432.

BENDALA GALÁN, M.; RICO, C. ; ROLDÁN GÓMEZ, L., eds. (1999) - *El ladrillo y sus derivados en la época romana*. Monografías de Arquitectura Romana. 4: U.A.M. Madrid.

BENOIT, F. (1956) – Épaves de la côte de Provence: typologie des amphores. *Gallia*. 14, p. 23-34.

BENQUET, L.; OLMER, F. (2002) - Les amphores. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Direção). *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La Mine etLeVillageMinier Antiques*. Institut Ausonius. Mémoires. Bordeaux, p. 295-331.

BERNAL CASASOLA, D. (2007) - Vinos tarraconenses más allá de las Comunas de Hércules. Primeras evidencias en la Baetica, Lusitania y Tingitana. *La producció i el comerç de les àmfores de la Provincia Hispania Tarraconensis. Homenatge a Ricard*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Pascual i Guasch. Monografies Museu d'Arqueologia de Catalunya 8: Barcelona, p. 319-352.

BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO, A.; LORENZO, L.; CÁNOVAS, A. (2007) Abandonos en algunas insulae del barrio industrial a finales del siglo II d.C. In A. Areválo y D. Bernal (eds). *Las cetariae de Baelo Claudia. Avance de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-2004)*: Cádiz. Universidade de Cádiz, p. 383-453.

BERNAL-CASASOLA, D.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J.J.; LAVADO-FLORIDO, M.L.; GARCÍA-GIMÉNEZ, R. (2019) - De la producción de ánforas Ovoide 1 gaditanas: aportaciones del alfar de Verinsur. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Sáez Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 191-214.

BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E.; SÁEZ ROMERO, A. M. (2013) – Ánforas itálicas en la Hispania meridional. *IMMENSE AEQUORA. Ricerche archeologiche, archeometriche e informatiche per la ricostruzione dell'economia e dei commerci nel bacino occidentale del Mediterraneo (metà IV sec. a.C. - I sec. d.C.)*: Roma, p. 351-372.

BERNAL CASASOLA, D.; JIMÉNEZ-CAMINO ÁLVAREZ, R. (2004): El taller de El Rinconcillo en la bahía de Algeciras. El factor itálico y la economía de exportación (ss. I a. C.- I d. C.). *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - II d.C.)* (Cádiz, 2003) (Bernal Casasola, D. y Lagóstena Barrios, L. Eds.). British Archaeological Reports. International Series 1266: Oxford, p. 589-606.

BERNAL CASASOLA, D.; PECCI, A.; SÁEZ ROMERO, A. M. (2019) – Preliminary organic residue analysis of new Ovoid 1 and Ovoid 5 amphorae from the Guadalquivir valley. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 391-402.

BERNI MILLET, P. (2011) - Tipología de la Haltern 70 bética. *Ánforas romanas de Lugo*. Trabajos de Arqueoloxía 3. Lugo, p. 80-107.

BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

BERROCAL RANGEL, L. (1994) – *El Altar prerromano de capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. (Excavaciones arqueológicas en Capote (Beturia Céltica) – II).

BERROCAL RANGEL, L. (2003) - Poblamiento y defensa en el territorio céltico durante la época republicana. *In Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*. Casa de Velázquez – Universidad de León. Salamanca, p. 185-218.

BERROCAL RANGEL, L. (2007) - De la mecánica a la molienda: un ensayo sobre los molinos giratorios de la España antigua. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ROLDÁN GÓMEZ, L. e JIMÉNEZ VILLALAR, H. (eds.). *Augusto Fernández de Avilés. En Homenaje*. Serie Varia, 6. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 275-297.

BERROCAL RANGEL, L.; BARRERA, J.; CASO AMADOR, R.; CABANILLAS DE LA TORRE, G. (2014) - Nertóbriga Concordia Iulia. La conquête de la Béturie. In CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (coords) *La Guerre et ses Traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine* (IIIe - Ier). Bordeaux, p. 273-296.

BERROCAL RANGEL, L.; MAFFIOTTE MARTINEZ, I.B.; RUIZ TRIVINO, C. (1994) – V. Las Fusayolas. In BERROCAL RANGEL, L., coord. – *El altar prerromano de Castrejon de Capote. Ensayo etno-arqueologico de un ritual celtico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, p. 201-230.

BISHOP, M. C. (1988) – Cavalry equipment of the Roman army in the first century A.D. In Coulston, J.C. (ed.). *Military Equipment and the Identity of Roman Soldiers*, p. 67-197.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

BISHOP, M. C. (2011) – Weaponry and Military Equipment. In *Artefacts in Roman Britain: Their Purpose and Use*. ALLASON-JONES (Edi.). Cambridge: New York: Cambridge University Press.

BISHOP, M. C. (2017) – *The Pilum. The Roman Heavy Javelin*. Osprey Publishing.

BISHOP, M. C. ; COULSTON, J. C. N. (1993) – *Roman military equipment: from the Punic Wars to the fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books.

BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2002) – Circulación monetaria en el área occidental de la Península Ibérica. *La moneda en torno al “camino de la plata”*: Montagnac, p. 171-179.

BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2010) – El proceso de monetización de Lusitania desde el siglo I a.C. al siglo I d.C. In J.-G. Gorges et T. Nogales Basarrate (éd.). *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier s. av.-Ier s. ap. J.-C.) / Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse, les 8-9 novembre 2007: Toulouse-Mérida, p. 405-435.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Dir.) (2002) – *La Loba (Fuenteobjuna, Cordoue, Espagne). La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Mémoires. Bordeaux.

BLE GIMENO, E. (2012) – *Tormenta Romana*. Análisis morfológico y funcional de la artillería romana tardorepublicana en el nordeste peninsular. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXXII, p. 25-48

BLE GIMENO, E. (2015) - *Guerra y conflicto en el nordeste de Hispania durante el periodo romano republicano (218-45 a.C.)*. *La presencia del ejército romano a partir de sus evidencias arqueológicas*. Tesis Doctoral Universitat de Barcelona, Dirs. J. Noguera y F.X. Hernández Cardona, Barcelona. Disponible en <http://hdl.handle.net/2445/104489>

BLECH, M. (2006) – Adolf Schulten, the German Archaeological Institute and field research in Hispania. In MORILLO CERDÁN, A. e AURRECOECHEA, (Eds.). *The Roman army in Hispania. An Archaeological Guide*: University of Leon, p. 25-35.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

BLOT, M. L. P. (2002) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Trabalhos de Arqueologia. 28. Instituto Português de Arqueologia: Lisboa.

BOAVENTURA, R. (2009) - *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/587>

BOAVENTURA, R.; BANHA, C. (2006) - Ânforas da região de Monforte: contributo para o conhecimento do comércio rural romano. *O Arqueólogo Português*. Série IV. N.º 24: Museu Nacional de Arqueologia, p. 360-399.

BOLLA, M. (1991) - Considerazioni sulla funzione dei vasi in bronzo tardorrepubblicani in Italia settentrionale. M. Feugère y C. Rolley (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS. Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines 13: Dijon, p. 143-153.

BONET ROSADO, H.; KBIRI ALAOUI, M.; VIVES FERRÁNDIZ, J.; HASSINI, H. (2001) – La ocupación púnico-mauritana. In ARANAGUI GASCÓ, C. *Lixus. Colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupación medieval* (Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. Extra – 4), p. 51-71.

BORGES, M. (2018) – Navegação comercial flúvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra). In C. Soares, J. Brandão e P. Carvalho (coord.). *História Antiga: Relações Interdisciplinares Paisagens Urbanas, Rurais e Sociais*: Coimbra, p. 219-255.

BOŽIČ, D.; FEUGÈRE, M. (2004) - Les instruments de l'écriture. *Gallia*. 61.

BRANCO, F. C. (1962) – Pragança terá sido um Castro? *O Arqueólogo Português*. Série II. Vol. 4: Museu Nacional de Arqueologia, p. 303-307.

BRANCO, M. G. A. (2007) – *A Pedra de Ouro (Alenquer): Uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço*. Trabalhos de Arqueologia N.º 49. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

BROTÓNS YAGÜE, F.; MURCIA MUÑOZ, A. J. (2008) - Los castella tardorepublicanos romanos de la Cuenca Alta de los ríos Argos y Quípar (Caravaca, Murcia). Aproximación arqueológica e histórica. In M^a. P. García-Bellido, A. Mostalac y A. Jiménez (eds.). *Del Imperium de Pompeyo a la Autoritas de Augusto. Homenaje a Michael Grant*. Anejos A.Esp.A. 47: Madrid, p. 49-66.

BROTÓNS YAGÜE, F.; MURCIA MUÑOZ, A. J. (2014) – Una guarnición tardorrepublicana romana en la cuenca alta de los ríos Argos y Quípar. El castellum de Archivel y la turris de Barranda (Caravaca-Región de Murcia). In SALA SELLÉS, F.; MOROTALLA JÁVEGA, J. (eds). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania.*: Universitat d'Alicante. MARQ, p. 183-197.

BROUQUIER-REDDÉ, V.; DEYBER, A. (2001) – Fourniment, Harnachement, quincaillerie, objets divers. In REDDÉ, M.; VON SCHNURBEIN, S. (Ed.). *Alesia. Fouilles et recherches franco-allemandes sur les travaux militaires romaines autor du Mont-Auxois (1991-1997). II. Le Matériel*: Paris. Diffusion De Boccard, p. 293-241.

BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; DUARTE, S. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16, p. 243-275.

BUGALHÃO, J.; LOURENÇO, S. (2006) - As ânforas romanas da Ilha da Berlenga. *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica* - Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal, Maio 2004). Setúbal Arqueológica 13. Setúbal, p. 279-294.

BUORA, M. (2017) - O studio delle lucerne romane dell'età tardorepubblicana e del primo-medio periodo imperiale nell'Italia settentrionale. In *Omùl, fluviul si marea. Studii de arheologie si istorie in onorarea lui Florin Topoleanu la a 65-a aniversaire*: Cluj-Napoca, p. 21-38.

BURACA, I. (2005) - *Civitas Conímbriga: Ânforas romanas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia na área de especialização em Arqueologia Regional, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. Policopiado.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

BURACA, I. (2016) - Lusitanian amphorae in roman city of Conimbriga. In PINTO, I. V., ALMEIDA, R., MARTIN, A. (Eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Archaeopress Series, p. 231-240.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2015) – Un contexto constructivo de época tardo Augustana en Augusta Emerita. In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 25-39.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; PICADO PÉREZ, Y. (2018) – A Possible *officina lanificaria* in Augusta Emerita (Mérida, Spain). Architectural and functional analysis. In *MVLTA PER ÆQVORA. Il polisemico significato della moderna ricerca archeologica. Omaggio a Sara Santoro*. Vol. I: UCL Presses Universitaires de Louvain, p. 433-446.

CABRAL, J.P.; CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. D'; NIEUWENDAM, L. (2002) - Sondagens em Caparide“. *Al-Madan*. Almada, II Série, n.º 11, p. 6.

CADIOU, F. (2008) - *Hibera em terra miles: Les armées romaines e la conquête de l'hispanie sous la république (218–45 AV. JC)*. Bibliothèque de la Casa de Velázquez. 38. Madrid: Casa de Velázquez.

CADIOU, F. (2015) - *Praesidia et castella* dans les sources littéraires *Praesidia and castella* in the literary sources. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 25: Universitat de Lleida, p. 231-243.

CADIOU, F.; MAGALLÓN, M. A.; NAVARRO, M. (Coord.) (2008) – *La guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine: approches méthodologiques*. *Salduie*. N.º 8: Zaragoza.

CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (2010) - Les origines d'une présence italienne en Lusitanie In J.-G. Gorges et T. Nogales Basarrate (éd.). *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier s. av.-Ier s. ap. J.-C.) / Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse, les 8-9 novembre 2007: Toulouse-Mérida, p. 253-292.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CADIOU, F.; NAVARRO, M. (Coord.) (2014) – *La guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique. Conflicts et Sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier siècle av. J.C.). Ausonius ed. Mémoires 37: Bordeaux.*

CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (1999) - O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmiento*, Revista de Guimarães. N.º Especial: Guimarães. Sociedade Martins Sarmiento, p. 759-774.

CALAIS, C. (1995-97) – Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas. In: *Boletim Cultural. CIRA*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 47-74.

CAMUS, A. (2016) – *A Peste*. Porto Editora. Tradução Ersílio Cardoso.

CANDEIAS, C. (2015) - Prospeção arqueológica de superfície intra-sítio, o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira. *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular* (Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre y 1 de diciembre, 2013). Huelva: Ayuntamiento de Aroche, p. 711-738.

CANO, A. I. (2003) - Aproximación al estudio de la minería del plomo en Extramadura y sus usos en Época Romana. *Bolskan* 20, p. 119–130.

CANHÃO, V. L. (2001) – *Relatório Villa Romana da Ponte de Lisboa (Beringel): 2ª Campanha*. OCRIMIRA – Investigação Arqueológica & Patrimonial, Lda. Disponível em <https://biblioteca.edia.pt/BiblioNET/Upload/PDFS/M02681.pdf>

CARANDINI, A. (1977) - La ceramica a pareti sottili di Pompei e del Museo Nazionale di Napoli. In ANNECHINO, M. *L'instrumentum domesticum di Ercolano e Pompei*. Roma. 25-32: 172.

CARDOSO, G. (1990) - O forno de ânforas de Muge. *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production et commerce (Conimbriga, 1988)*. Alarcão, A. y Mayet, F. Eds. Paris: E. De Boccard, p. 153-165.

CARDOSO, G. (2002) - *Aspectos da Romanização do Ager Olisiponensis (Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo presentado por Guilherme Cardoso bajo la Dirección del*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Prof. E. Cerrillo M. De Cáceres). Cáceres. Universidad de Extremadura / Departamento de Historia / Área de Arqueología (policopiado).

CARDOSO, G. (2014) - Duas fortificações do final da Idade do Ferro/ início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 200-241.

CARDOSO, G. (2015) – *Estudio Arqueológico de La Villa Romana de Freiria*. Tesis Doctoral apresentada à Universidad de Extremadura. Policopiado.

CARDOSO, G. (2018a) – *Villa Romana de Freiria. Estudo Arqueológico*: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, G. (2018b) – A circulação de bens entre *Olisipo* e o seu *Ager*, à luz do material anfórico e da “Indústria” de Tinturaria. *Meios Vias e Trajetos... Entrar e Sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. 2: Câmara Municipal de Lisboa, p. 122-134.

CARDOSO, G.; AMARO, C.; BATALHA, L. (2017) - O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan on-line*. Almada, 22-1, p. 35-40.

CARDOSO, G.; CARDOSO, J. L. (2005) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na Época Romana. *Actas VI Encontro de História Local do concelho de Oeiras – História, Espaço e Património Rural*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.

CARDOSO, G.; ENCARNACÃO, J. d’ (1999) - Notas sobre a ocupação proto-histórica na *Villa Romana de Freiria Norte*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. *Volume Especial*. II, p. 741-757.

CARDOSO, G.; ENCARNACAO, J. d’ (2013) - O povoamento pré-romano de Freiria-Cascais. *CIRA-Arqueologia*. N.º 2. O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios: Vila Franca de Xira, p. 133-181.

CARDOSO, G.; GONZALEZ, A. (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. In *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*. 24 e 25 de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Novembro de 2006. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, p. 127-133.

CARDOSO, G.; LUNA, I. (2005) – Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras. *Actas do congresso “A presença romana na região Oeste”*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, p. 65-82.

CARDOSO, G.; NETO, N.; REBELO, P. (2020) – A freguesia da Ajuda (Lisboa) durante a época clássica – Séculos V a.C. a VII d. C. In *Actas do Colóquio Ajuda: O espaço O tempo A sociedade*. 18 a 20 de outubro de 2018. Palácio Nacional da Ajuda: Câmara Municipal de Lisboa, p. 13-20.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) - O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In *FILIPPE, G.; RAPOSO, J. M. C., (Eds). Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 167-178.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005) - Olaria romana do Morraçal da Ajuda. *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral. Câmara Municipal do Bombarral, p. 83-102.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E. (2006) - A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a proto-história e a época romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal, 7-9 Maio 2004)*. Setúbal Arqueológica 13, p. 253-278.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (2016) - Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology. In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery. 10. Oxford, p. 3-17.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CARDOSO, J. L. (1990) - A Presença Oriental no Povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. I. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa. p. 119-134.

CARDOSO, J. L. (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um ensaio. *Conimbriga*. Vol. XXXIV: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 33-74.

CARDOSO, J. L. (1996) - A Idade do Ferro no concelho de Almada. Estação da Quinta da Torre. *Al-madan*. Série II. 5, p. 200.

CARDOSO, J. L. (2004) – *A baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal Estudos Arqueológicos de Oeiras. 12.

CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 9. N.º 1, p. 21-46.

CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras. Do Paleolítico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (2016-2017) – A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 23: Câmara Municipal de Oeiras, p. 531-554.

CARDOSO, J. L.; ANDRÉ, M. da C. (2019) – O povoamento romano do concelho de Oeiras. Antecedentes, economia e sociedade (séculos I a.C. –V d.C.). In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 117-127.

CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; REGO, M. (2014) - Outorela I e Outorela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*: Câmara Municipal de Oeiras. 21, p. 393-428.

CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (1993) – *Carta arqueológica do concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Estudos Arqueológicos de Oeiras. N.º 4.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; ENCARNACAO, J. d' (2013) – O Campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20: Câmara Municipal de Oeiras, p. 525-588.

CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; MARTINS, F. (2018) – Oeiras na antiguidade tardia: alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 24: Câmara Municipal de Oeiras, p. 471-482.

CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1997/98) – A ocupação de Época Púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos arqueológicos de Oeiras*. 7: Câmara Municipal de Oeiras. p. 189-217.

CARDOSO, J. L.; DETRY, C. (2005) – A lixeira baixo-imperial da villa da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8. N.º 1, p. 369-386.

CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2012) – Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In: CARDOSO, J. L.; ALMAGRO-GORBEA, M. (eds). *Lucius Cornelius Bocchus* Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina. Lisboa: Academia Portuguesa da História / Real Academia de la Historia, p. 169-188.

CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2009) – O Povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17: Câmara Municipal de Oeiras, p. 261-356.

CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2011) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Ganelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Série V. N.º 2: Museu Nacional de Arqueologia, p. 355-400.

CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. da; MARTINS, F.; ANDRÉ, M. C. (2010/2011a) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 75-102.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. da; MARTINS, F.; ANDRÉ, M. C. (2010/2011b) – O estabelecimento rural romano tardo-republicano e alto-imperial de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Câmara Municipal de Oeiras, p. 103-146.

CARDOSO, J. P. (2013) - *Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal*. Edição de autor.

CARVALHO, J. F. R.; RAMOS, R. (2020) - A ânfora romana Dressel 1 (Rei Ramiro, Castelo De Gaia): Características e contextualizações. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 14. Era Arqueologia/Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA: Lisboa, p. 57-66.

CARRE, M.-B.; MATTIOLI, S.P. (2003) - Tentativo di classificazione delle anfore olearie adriatiche. *Aquileia Nostra*. LXXIV, p. 453-476.

CARRE, M.-B.; MONSIEUR, P.; PESAVENTO MATTIOLI, S. (2014) - Transport amphorae Lamboglia 2 and Dressel 6A: Italy and/or Dalmatia? Some clarifications. *Journal of Roman Archaeology*. 27, p. 417–428.

CARRERAS MONFORT, C. (2003) - Haltern 70: a review. *Amphorae in Britain and in the Western Empire (London, 1994)*. *Journal of Roman Pottery Studies*. 10. London, p. 85-91.

CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) - Haltern 70 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016

CARRERAS MONFORT, C.; MARTÍN MENÉNDEZ, A.; PERA I SERN, J.; RODRIGO REQUENA, E. (2003) – Las ánforas de Brindisi en la Hispania Citerior. Pautas de distribución y consumo. *Sagvuntum*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. 48: Universidade de Valência, p. 103-121.

CARVALHINHOS, M.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 299-336.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CARVALHO, P. C. (1998) - *O Fórum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

CARVALHO, P. C. (2002) - Acerca da cronologia do Fórum de Aeminium. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Divisão de Museus. (Col. Monografias Arqueologia), p. 317-332.

CASTOLDI, M.; FEUGÈRE, M. (1991) - Les simpulums. FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS, Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines 13: Dijon, p. 61-88.

CASTRO CUREL, Z. (1980) - Fusayolas ibéricas: antecedentes y empleo. *Cypsela* III, p. 127-146.

CAVADA NIETO, M. (2009) - Décimo Junio Bruto en Hispania: las fuentes literárias. In LÓPEZ DÍAZ, M. (coord.). *Historia y Cultura. Estudios en homenaje al profesor José M. Pérez García*: vol. I. Vigo: Universidad de Vigo, p. 113-129.

CERVEIRA, A. F.C. (2017) – *A zona Norte de Conímbriga: A evolução das cerâmicas locais e regionais. Resultados das Campanhas de 2013 e 2015-2016*. Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia e Território. Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/85430>

CHAVES, L. (1915) – Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1.^a Série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 20, p. 258-271.

CHAVES TRISTÁN, F. (2005) - Guerra y moneda en la Hispania del “*Bellum Civile*” In Rodríguez Neila, J.F., Melchor Gil, E., Mellado Rodríguez, J. (Coords). *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.c.)*: Cordoba, p 207-245.

CHAVES TRISTÁN, F.; PLIEGO VÁSQUEZ, R. (2017) - Nuevos testimonios monetales de emisiones Hispano-Cartaginesas en la Península Ibérica. *XV International Numismatic Congress Taormina 2015 Proceedings*. Volume I. Università degli Studi di

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Messina Dipartimento di Civiltà Antiche e Moderne Cattedre di Numismatica Antica e Medievale: Roma – Messina, p. 549-552.

CHAZELLES, C. A. de (1997) – *Les maisons en terre de la Gaule méridionale*. Monographies Instrumentum. 2. Montagne.

CHAZELLES, C. A. de; POUPET, P. (1984) – L'Emploi de la terre crue dans l'habitat gallo-romain en milieu urbain: Nîmes. *Revue Archéologique Narbonnaise*. XVII, p. 71-101.

CHAZELLES, C. A. de; POUPET, P. (1985) – La fouille des structures de terre crue: définitions et difficultés. *Revue Aquitania*. 3, p. 146-160.

CHIC GARCÍA, G. (1986) - Q. Sertorius, *proconsul*. *Actas de la reunión sobre Epigrafía hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza, p. 171-176.

CHIC GARCÍA, G.; GARCÍA VARGAS, H. (2004) – Alfares y producciones cerâmicas en la provincia de Sevilla. Balance y perspectivas. BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (Coord.). *Figliniae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Volume I. B.A.R. International Series 1266: Oxford, p. 279-348.

CIPRIANO, M-T.; CARRE, M-B. (1989) - Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l'Italie. *Amphores Romaines et Histoire Économique: Dix Ans de Recherches (Actes du Colloque de Siena, 1986)*. Collection de L'École Française de Rome. 114 : Rome, p. 67-104.

CIPRIANO, S.; MAZZOCHIN, S. (2017) - Western Adriatic amphorae productions: the research status". *ADRIAMPHORAE. Amfore kao izvor za rekonstrukciju gospodarskoga razvoja jadranske regije u antici: lokalna proizvodnja / Amphorae as a resource for the reconstruction of economic development in the Adriatic region in Antiquity: local production (Radovi s okruglog stola Zagreb, 21. travnja 2016. g. / Proceedings of the workshop Zagreb, 21st April 2016)* (LIPOVAC VRKLJAN, G., RADIC' ROSSI, I. e KONESTRA, A. Eds.): Zagreb, p. 33-47.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

COFFYN, A. (1983) – *Le fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1: Museu Nacional de Arqueologia, p. 169-196.

COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.

COELHO, C. (2002) – Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 5. Número 2, p. 277-323.

COELHO, C. (2005) – O sítio arqueológico de São Marcos (Sintra): criação de uma reserva arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8. Número 2, p.335-362.

COELHO, C. (2008) – Colaride: a roman quarry at the *Municipium Olisiponensis*. In Nogales, T.; Beltrán, J. (eds.) – *Marmora Hispana: Explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana*. (Hispania Antigua. Série Arqueológica; 2). Roma: Erma di Bretschneider, p. 525-543.

COELHO-SOARES, A.; SILVA, C. T. (1978) – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 4. Setúbal: MAEDS/ADS, p. 171-201.

COELHO-SOARES, A.; SILVA, C. T. (2018) – Cerâmica comum romana. In SILVA, C. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 143-160.

COLLS, D.; ÉTIENNE, R.; LEQUEMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977) – *L'épave Port-Vendres II et commerce de la Bétique à l' époque de Claude*. *Archeonautica*. Paris. 1.

CONDE, M. J. (1992) - Una producció ceràmica característica del món ibèric tardà: el *kalathos*, “barret de copa”. *Fonaments*. Barcelona. 7, p. 117-170.

CONNOLLY, P. (1997) - *Pilum, gladius and pugio in the Late Republic*. *Journal of Roman Military Equipment Studies*. 8, p. 41–57.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

- CORRÊIA, A. A. M. (1916) – Sobre alguns objectos Protohistóricos e Lusitano-Romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*. 21, p. 331-337.
- CORRÊIA, A. A. M. (1928) – A Lusitânia Pré-romana. In Peres, D. (Dir.). *História de Portugal*. Vol. 1. Barcelos. Portucalense Editora, p. 217-290.
- CORRÊIA, A. A. M. (1936) – “*Urnenfelder*” de Alpiarça. *Anuario de Prehistoria Madrileña*. 4-6 (1933-35), p. 133-137.
- CORREIA, V. N. H. (2010) - *A Arquitetura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18134>
- CORREIA, V. N. H. (2013) – A ourivesaria arcaica no ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspetivas de desenvolvimento do campo de estudo. *O Arqueólogo Português*. Série V: Museu Nacional de Arqueologia, vol. 3, p.15-114.
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R.; SILVA, A. C. F. (2013) – *Ourivesaria Arcaica em Portugal. O brilho do poder*. Lisboa: CTT.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. da C.; BUGALHÃO, J.; CACHÃO, M.; CURRAS, A. (2019) – O mar de *Olisipo*. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 20-39.
- COSTA, A. I. M. da (1906) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Castro de Chibanes. *O Archeologo Português*. Lisboa. XI. N.º 1-4, p. 40-50.
- COSTA, A. I. M. da (1908) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade eo-metallica (ou do cobre e broze primitivos). *O Archeologo Português*. Lisboa. XIII. N.º 7-12, p. 270-283.
- COSTA, A. I. M. da (1910) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal, Appendice. *O Archeologo Português*. Lisboa. XV, p. 55-83.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

COSTA, M. C. (2010) – *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade em Arqueogeografia, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18169>

COSTA-GARCÍA, J. M.; FONTE, J.; GAGO, M. (2019) – The reassessment of the roman military presence in Galicia and northern Portugal through digital tools: Archaeological diversity and historical problems. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*. Vol. 19. N.º 3, p. 17-49.

COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2013) – Os componentes de tear do povoado (Redondo, Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (eds.). *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*: Villafranca de los Barros, p. 625 -667.

COSTEIRA, R.; CARVALHO, P. C.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2018) - La cerámica de importación de los contextos de época Claudia del forum de *Aeminium* (Coimbra, Portugal). *Spal* 27.1, p. 119-143. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2018i27.05>

COUTINHO, J. E. R. (1995) - Moedas hispano-romanas do Monte Figueiró. *Conimbriga*. XXXIV: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra p. 191-204.

CRAVINHO, G. (2018) – A iconografia de Minerva através da glíptica. In PEREA YÉBENES, S.; TOMÁS GARCÍA, J. (Edit.) *Glyptós. Gemas y Camafeos Greco-romanos: Artes, Mitologías, Creencias*. Signifer Libros. Thema Mundi. 10: Madrid-Salamanca, p. 41-82.

CRAVINHO, G.; ENCARNAÇÃO, G.; DIAS, V. (2017) - Uma Peça Glíptica proveniente do Sítio Arqueológico do Moinho do Castelinho, (Amadora). *Al-madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II.ª série. 21: II, p. 28-32.

CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge. Cambridge University Press.

CUADRADO, E. (1977-1978) – Unguentarios cerâmicos en el mundo ibérico: aportación cronológica. *Archivo Español de Arqueología*. 50-51. Madrid, p. 389-404.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

CUNHA, P. P.; MARTINS, A. A.; GOUVEIA, M. P. (2016) – As escadarias de terraços do Rodão à Chamusca (Baixo Tejo) – Caracterização e interpretação de dados sedimentares, tectónicos, climáticos e do Paleolítico. *Estudos do Quaternário*. 14. APEQ. Braga, p. 1-24.

CURRÁS REFOJOS, B. (2019) – *Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma*. Estudio del paisaje del Baixo Miño. Biblioteca Praehistorica Hispana. Vol. XXXV. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

CUSTÓDIO, J. (2002) – O Tejo e Santarém. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. ALMEIDA, M.J. (ed.). *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 11-26.

DAVEAU, S. (1980) - Espaço e Tempo: Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio-Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 2, p. 13-37.

DAVEAU, S. (1994) - A Foz do Tejo, Palco da História de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 24-30.

DAVEAU, S. (1995) - *Portugal geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2ª edição.

DAVEAU, S. (2000) – A rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco. *Finisterra*. XXXV. 69, p. 11-38.

DAVIS, S. (2006) – *Faunal remains from Alcáçova de Santarém (Portugal)*. Lisboa: IPA. Trabalhos de Arqueologia n.º 43.

DE FRANCISCO MARTÍN, J. (1989) - *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

DELGADO, M. (1970) – Elementos de símulas de bronze de Conímbriga. *Conímbriga*. IX: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 15-40.

DELGADO, M. (1971) – Cerâmica Campaniense em Portugal. In *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, p. 403-421.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

DELGADO, M. (1981–1982) - Acerca da cerâmica da época romana do Cabeço da Bruxa, Alpiarça. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 2-3, p. 71–82.

DESBAT, A. (1998) – L'arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du Congrès d'Istres*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 31–35.

DESBAT, A. ; LEMAITRE, S. (2001) - Les premières importations d'amphores de Bétique à Lyon. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilha 1998)*. Vol. III. Écija: Editorial Sol, p. 793-816.

DESBAT, A.; MARTIN-KILCHER, S. (1989) - Les amphores sur l'axe Rhône-Rhin à l'époque d'Auguste. *Amphores Romaines et Histoire Économique : Dix Ans de Recherches (Actes du Colloque de Siena, 1986)*. Collection de L'École Française de Rome 114 : Roma, p. 203-213.

DESCHLER-ERB, E. (1999) – *Ad Arma ! Römisches Militär des 1. Jahrhunderts n. Chr. In Augusta Raurica*. Augst: (Forschungen in Augst, 28).

DETRY, C. (2015) – Os restos faunísticos recuperados. *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 123-124.

DETRY, C.; ARRUDA, A. M. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*.15, p. 215-227.

DETRY, C.; CARDOSO, J. L.; CORREIA, V. (2014) - What did the Romans and Moslems eat in Conimbriga? The animal bones from the 1990's excavations. In DETRY, C. ; DIAS, R. (Edit.). *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal* British Archaeological Reports, Vol. 2662, p. 97-110.

DETRY, C.; SILVA, C. T.; SOARES, J. (2017) – Estudo zooarqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 20, p. 113–127.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

DIAS, Í. (2018a) - *O Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32774>

DIAS, Í. (2018b) - O Bronze Final na Serra do Socorro. A colecção de Gustavo Marques. *Ophiussa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. 2, p. 59-74.

DIAS, Í.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (no prelo) - *Aspectos del cotidiano romano en Algarve. Los artefactos de hueso de Monte Molião (Lagos, Portugal)*.

DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; ROCHA, F.; ALBERGARIA, J.; JORGE, A.; RAMOS, A. C.; MELRO, S. (2005) – “Barris ibéricos” no Sudoeste Peninsular. Resultados preliminares de um estudo arqueométrico. *O Arqueólogo Português. Série IV*. 23: Museu Nacional de Arqueologia, p. 265-281.

DIAS, M. M. e GASPAR, C. (2001) – *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)* [Epigrafia do Território Português I]. Lisboa. Centro de Estudos Clássicos / Faculdade de Letras de Lisboa.

DIAS, V. (2011) – *A Cerâmica campaniense de Monte Molião, Lagos*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes, Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3020>.

DIAS, V. (2013) - A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 717- 726.

DIAS, V. (2015) – A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos. Os hábitos de consumo no litoral algarvio durante os séculos II a.C. e I a.C./ the Campanian ceramix of Monte Molião, Lagos. Consumption patterns in algarve coastline during the second century and first BC. *SPAL*. 24: Universidade de Sevilla, p. 99-128.

DIAS, V. (2016) - A cerâmica campaniense do Teatro romano de Lisboa. In *Al-Madan Online* n.º 20. tomo 2, p. 34- 42. https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline20_2.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

DIAS, V. S. (2002) – *A cerâmica comum romana da casa da porta sul de Idanha-a-Velha*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia especialização em Arqueologia Romana. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/9776>

DIAS, V. S. (2013) - Noticia sobre a ceramica comum da cidade de *Ammaia*: almofarizes de importacao betica. In Arnaud. J. M, Martins, A. & Neves C. (Eds.), *Actas do I Congresso da Associacao dos Arqueologos Portugueses. Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associacao dos Arqueologos Portugueses, p. 821-825.

DIAS, V. M. da S. (2014) – *A cerâmica comum de Ammaia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/16490>

DÍAZ ARIÑO, G. (2005) - *Glandes inscriptae* de la Península Ibérica. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. Köln. 153, p. 219-236.

DÍAZ ARIÑO, G. (2008) - *Epigrafía latina republicana de Hispania*. Barcelona: Universitat. Col.lecció Instrumenta. N.º 26.

DÍAZ GARCÍA, M. (2000) – Tipocronología de os contextos cerâmicos tardo-republicanos en Tarraco. *Empuries*. 52. Gerona, p. 201-260.

DÍAZ GARCÍA, M. (2009) - *El Castellum de Puigpelat*. Biblioteca Tàrraco D'Arqueologia: Fundació Privada Liber.

DIEGUES, A. J. de V. (1989) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos no Castro de São Martinho. Campanha de 1989*. Policopiado. Arquivo Arqueologia Portuguesa: DGPC.

DIEGUES, A. J. de V. (1991) – *Carta Arqueológica de Rio Maior. Alguns materiais metálicos recolhidos no Concelho de Rio Maior*. Campanha de Prospeção do C.A.R.M. 1986. Policopiado. Arquivo Arqueologia Portuguesa: DGPC.

DIOGO, A. M. D. (1984) - O material romano da 1ª Campanha de Escavações da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. XXIII. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 111-141.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

DIOGO, A. M. D. (1987b) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Série IV. N.º 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 179-191.

DIOGO, A. M. D. (1987-88) - Notícias de dois vestígios romanos no Concelho de Vila Franca de Xira. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. 2, p.107-112.

DIOGO, A. M. D. (1993) - Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). In *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 215-227.

DIOGO, A. M. D. (1999a) - Ânforas romanas de Miróbriga. *Arquivo de Beja. Beja*. Série 3, 10, p. 15-27.

DIOGO, A. M. D. (1999b) - Ânforas provenientes de achados na costa marítima portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2.1, p. 235-248.

DIOGO, A. D.; ALVES, F. (1988-89) - Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. N.º 6-7: Museu Nacional de Arqueologia, p. 227-240.

DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. L. (1990) - Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado durante a época romana. *Arqueologia Hoje*. I. Etno-Arqueologia. Faro. Universidade do Algarve, p. 92-106.

DIOGO, A. M. D.; COSTA, C. H. (2005) - Materiais arqueológicos provenientes da Lapa da Serra. *Boletim Cultural 2004*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 412-420.

DIOGO, A. M. D.; PAIXÃO, A. C. (2001) - Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 117-140.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94) - Materiais Provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. 32-33: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 263-281.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) - Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação de ânforas romanas em

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

território português. *O Arqueólogo Português*. N.º 16. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 187-220.

DJAOUI, D. (2014) – Découverte d'un pot mentionnant la société des DD *Caecilii* dans un context portuaire entre 50-140 apr. J.-C. (découverte subaquatique à Arles, Bouches-du-Rhône, France). In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*. Realizado de 3 a 6 de Abril, Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga. Vol. 2, p. 161-178.

DJAOUI, D. (2016) – Les céramiques hispaniques du dépotoir portuaire d'Arles-Rhône 3 (50-140 apr. J.-C.). Fouilles subaquatiques à Arles (Bouches-du-Rhône, France). In Ramon Járrega y Piero Berni (editors) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consume. Monografías Ex Officina Hispana III. III Congresso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua* (SECAH) – Ex Officina Hispana. Tarragona, 10-13 de Dezembro de 2014, p. 962-975.

DOBSON, M. (2008) - *The Army of the Roman Republic. The Second Century BC, Polybius and the Camps at Numantia, Spain*. Oxbow Books: Oxford.

DOHRENWEND, R. E. (2002) - The Sling. Forgotten Firepower of antiquity. *Journal of Asian Martial Arts*. 11(2), p. 28-49.

DOMERGUE, C. (1970) – Un témoignage sur l'industrie du plomb dans la région d'Azuaga (Badajoz). In *XI Congresso Nacional de Arqueologia*. Mérida, 1968: Saragoça, p. 608-626.

DOMERGUE, C. (2002) – 10. Les objets en metal. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Dir.). *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Mémoires. Bordeaux, p. 333-369.

DOMERGUE, C.; SILLIÈRES, P. (2002) – La Loba: le village de mineurs et de métallurgistes d'époque romaine. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Dir.). *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius: Bourdeaux, p. 85-143.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

DOMINGOS, J. B. B.; GOMES, J. J. F. (1994) - Objectos Histórico-Arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 229-237.

DOMINGOS, J. B.; GOMES, J. F. (2005) – Castro de Pragança. In *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Arnaud, J. M.; Fernandes, C. V. (Coord). Associação dos Arqueólogos Portugueses. Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa, p. 121-126.

DOMINGUEZ PEREZ, J. (2005) - Materiales punicogaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. *Antiquitas*. 17, p. 5-11.

DOMINGUEZ PEREZ, J. (2006) - La ruta punica hacia el Extremo Occidente Noratlántico. *Gallaecia* 25, p. 45-63.

DOMINGUEZ PEREZ, J. (2011) - *Hippoi* en los confines del mundo: los límites noratlánticos de la talassocracia de Gadir. In DOMINGUEZ PEREZ, J. (ed.), *Gadir y el Circulo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cadiz, p. 281-303.

DRESSEL, E. (1899) – *Lucernae formae*, C.I.L. XV, vol. II: 1, Lam. 3.

DUARTE, M.J.G. (1972) – *Vestígios romanos do concelho do Concelho de Alenquer*. Dissertação para Licenciatura em história Arqueologia. Faculdade de Letras da universidade de Lisboa.

DURÁN CABELLO, R. M. (2004) – *El teatro y el anfiteatro de Augusta Emerita*. BAR International Series nº 1207.

DURÁN CABELLO, R. M. (2019) - La madera en la arquitectura civil romana: opus craticium. In MORILLO CERDÁN, A.; HEINRICH HERMANN, M.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (Eds.). *Ephemeral Archaeology Arqueología Efímera*. Terra Arqueos, Museos Arqueológicos de Gijón (Beitrag 11, Abb. 5.3), p. 39-50.

DUVAL, A. (1974) – Un type particulier de fibule gallo-romaine précoce, la “Fibule d’Alésia”. *Antiquités nationales*. 6, p. 67-76.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

EDMONDSON, J. (2009) – New light on doctors, medical training and links between *Augusta Emerita* and *Olisipo* in the mid-first century A.D. In *Espacios, usos y formas de la epigrafia hispana en épocas Antigua y Tardoantigua: homenaje al Dr. Armin U. Stylow. Anejos de AEspA XLVIII*, p. 117-129.

EDMONDSON, J. (2014) - Hispania capta: Reflexiones sobre el proceso e impacto de la conquista romana en la Península Ibérica. In BRAVO, G. & GONZALEZ SALINERO, R. (Edit.). *Conquistadores y conquistados: relaciones de domínio en el mundo romano*. Actas del XI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos. Signifer. 43. Monografías y Estudios de la Antigüedad Griega e Romana: Madrid – Salamanca, p. 19-44.

EDWELL, P. (2013) – Definitions of Roman Imperialism. In HOYOS, D. (Eds.). *A Companion to Roman Imperialism*. Leiden-Boston, p. 39-52.

EHMIG, U. (2010) - *Dangstetten IV. Die Amphoren. Untersuchungen zur Belieferung einer Militäranlage in augusteischer Zeit und den Grundlagen archaologischer Interpretation von Fund und Befund*. Forschungen und Berichte zur vor-und Frühgeschichte in Baden-württemberg Band 117: Stuttgart.

EMPEREUR, J.Y. ; HESNARD, A. (1987) - Les amphores hellénistiques. *Céramiques hellénistiques et romaines II* (Leveque, P. y Morel, J.-P. Eds.). Annales littéraires de l'Université de Besançon 331: Paris, p. 9-72.

ENCARNAÇÃO, G.; DIAS, V. (2015) – *Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir*. Catálogo da Exposição. Amadora: Câmara Municipal.

ENCARNAÇÃO, G.; DIAS, V. (2019) – *Reflexos da vida e da morte no Moinho do Castelinho*. Jornal da Exposição temporária, 12 Janeiro de 2019 – 5 Janeiro de 2020. Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal da Amadora.

ENCARNAÇÃO, J. D' (2005) – *A presença romana em Cascais: um território da Lusitânia ocidental*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

ENGEL, A.; PARIS, P. (1906) - Une forteresse ibérique à Osuna. Fouilles de 1903. *Nouvelles Archives des Missions scientifiques*. 13. Paris, p. 357-487.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ERICE LACABE, R. (2007) – La vajilla de bronce en Hispania. In FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (Ed.) – Metalistería de la Hispania Romana. Sautuola, XIII. Santander: p.197-216.

ESTRELA, S. (2010) – *Os Níveis Fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os Contextos Arqueológicos na (Re) Construção do Povoado*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/3009>

EZQUERRA LEBRÓN, B. (2005) - La ciudad romana de «La Caridad» (Caminreal, Teruel). In A. CHAÍN GALÁN y J. I. de la TORRE (coords.). *Celtíberos. Tras la estela de Numancia*. Soria, Junta de Castilla y León, p. 205-212.

ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LEVEQUE, P.; LEVEQUE, M., (1976) - Épigraphie. *Fouilles de Conímbriga*. Vol. II. Paris: Diffusion Bocard.

ETTLINGER, E. (1973) – *Die römischen Fibeln in der Schweiz. Handbuch der Schweiz zur Römer – und Merowingerzeit*. Bern: Francke.

ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTHURBI, K.; SCHNEIDER, G.; SHNURBEIN, S.V.; WELLS, C.M.; ZABEHLICKY-SCHEFFWNEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Dr. Rudolf Habelt GMBH, Römische-Germanische Kommission des Deutschen Archaeologischen Instituts zu Frankfurt A.M., Materialien zur römische germanische Keramik. 10: Bona.

FABIÃO, C. (1987) - Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. N.º 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 125-148.

FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.

FABIÃO, C. (1992) - A romanização do actual território português. In *História de Portugal*. Direcção José Mattoso. Lisboa. Circulo de Leitores. Vol. I, p. 202-299.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FABIÃO, C. (1996) - O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*. 11. (Nova Série): Portalegre, p. 31-80.

FABIÃO, C. (1998a) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/44209>

FABIÃO, C. (1998b) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 1. N.º 1, p. 169-198.

FABIÃO, C. (1999) - A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. N.º 1, p. 163-198.

FABIÃO, C. (2001a) – Sobre as mais antigas ânforas romanas da Baetica no Ocidente Peninsular. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilha 1998)*. Vol. II. Écija: Editorial Sol, p. 665-682.

FABIÃO, C. (2001b) - O Sul da Lusitânia (Algarve português) e a *Baetica*: concorrência ou complementaridade? *In Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae: conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano, Actas*. Vol. II. Écija: Gráficas Sol, p. 717-730.

FABIÃO, C. (2001c) - Importações de origem mediterrânea no interior do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: materiais de Cabeça de Vaiamonte, Monforte. In TAVARES, A. e TAVARES, M. F. - *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Actas do Colóquio Internacional. Lisboa, Universidade Aberta, outubro de 2000: Lisboa, p. 197-227.

FABIÃO, C. (2001d) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.

FABIÃO, C. (2002a) - Chões de Alpompe. In Arruda, AM.; Viegas, C.; Almeida, M.J. (ed.). *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.149-152

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FABIÃO, C. (2002b) – Os Chamados *Castella* do Sudoeste: Arquitectura, cronologia e funções. *AEspA*. 75, p. 177-193.

FABIÃO, C. (2004a) – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.

FABIÃO, C. (2004b) – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césareo Pérez-González e Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.

FABIÃO, C. (2004c) - Centros oleiros da *Lusitânia*. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - II d.C.) (Cádiz, 2003)* (Bernal Casasola, D. y Lagóstena Barrios, L. Eds.). B.A.R. International Series 1266: Oxford, p. 379-410.

FABIÃO, C. (2006b) – The Roman army in Portugal. In: MORILLO, A.; AURRECOECHEA, J. (eds.) *The Roman army in Hispania n archaeological guide*. Leon: Univ. de Leon, p. 107-126.

FABIÃO, C. (2008) - Las ánforas de Lusitania. *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión* (Bernal Casasola, D. y Ribera i Lacomba, A. Eds.): Cádiz. Universidade de Cádiz, p. 725-745.

FABIÃO, C. (2009) – O ocidente da Península Ibérico século VI: Sobre um pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 4, p. 25-50.

FABIÃO, C. (2011) – *Uma História da Arqueologia portuguesa*. Edição do Clube do Coleccionador dos Correios.

FABIÃO, C. (2013) – Romanos no baixo Tejo. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 61-68.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 9-24.

FABIÃO, C. (2021) - Sobre as mais antigas mós circulares rotativas no ocidente da Península Ibérica: os trabalhos de Santos Rocha nos povoados da Idade do Ferro do baixo Mondego (Santa Olaia e Crasto de Tavadre). In MARGARIDA FERREIRA, A.; VILAÇA, R. (Eds.). *Santos Rocha. Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz*. Figueira da Foz / Coimbra: Câmara Municipal da Figueira da Foz / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 108-125.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) – Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-História à História*. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Lisboa: Delta Ed. p. 287-308.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994) - As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p. 275-290.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. N.º Zero, p. 109-131.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) - Epigrafia anfórica lusitana: uma perspectiva. In REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Ed.). *Epigrafia Anfórica* (Workshop, Barcelona, 9-10 Mayo de 2003). Col.lecció Instrumenta, 17. Barcelona: Publications de la Universitat de Barcelona, p. 221-243.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2008) – Mesas do Castelinho (Almodôvar) um projecto com vinte anos. *Al-madan*. II.^a Série. 16. Dezembro de 2008. Centro de Arqueologia de Almada, p. 92-105.

FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) - *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida). Union Académique Internationale / Academia das Ciências de Lisboa. Corpus Internationale des Timbres Amphoriques (Fascicule 19). Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

FABIÃO, C.; NORTON, J.; CARDOSO, J. L. (1997) – O recinto fortificado romano de Casa Branca. *Al-madan*. II Série. N.º 6, p. 38-42.

FABIÃO, C.; PEREIRA, T. R.; PIMENTA, J. (2015) – Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 110-150.

FABIÃO, C; PIMENTA, J. (Coord.) (2014) – *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

FABIÃO, C; PIMENTA, J. (2015) – Escudo de Hierro (Scutum) *In Lusitania Romana. Origen de dos pueblos. Origen dois povos*. Museo Nacional de Arte Romano. ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A., FABIÃO, C. (Eds.) Mérida 23 de Marzo-30 de Septiembre, p. 77.

FARIA, A. M. (1984-1985) – As moedas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil). *Nummvs*. 2.ª Série. 7-8, p. 37-42.

FARIA, A.M. (1987) – Guerras e conflitos no Vale do Tejo na antiguidade: O testemunho dos tesouros monetários. *In Catálogo de Exposição Arqueologia no Vale do Tejo*. Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, p. 60-61.

FARIA, A. M. de (1989) – A numária de *CANTNIPO. *Conimbriga*. 28, p. 71–99.

FARIA, A. M. de (1991-1992) – Achados monetários em Idanha-a-Velha. *Nummus*. 2.ª Série. XIV-XV, p. 121-149.

FARIA, A. M. de (1992) – Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. 1, p. 39-48.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FARIA, A. (1997) – Moedas de época romana cunhadas no actual território algarvio. *Noventa séculos entre a serra e o mar*. IPPAR: Lisboa, p. 361-371.

FARIA, A.M. (1999) - Colonização e Municipalização nas províncias Hispano-Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Vol. 2. N.º 2, p. 29-50.

FATÁS CABEZA, G. (1967) - La colección de pesas de telar del Museo Arqueológico de Zaragoza. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 29-30, p. 203-208.

FERNANDES, L. (2007) - Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Revista Al-madan*. Centro de Arqueologia de Almada. IIª Série, 15, Almada, p. 27 – 39.

FERNANDES, L.; FILIPE, V. (2007) – Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. N.º 2, p. 229-253.

FERNANDES, M.; CORREIRA, M. (Coord.) (2005) – *Arquitectura de terra em Portugal*. Argumentum.

FERRER ALBELDA, E.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2008) - La cerâmica turdetana. *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la Cuestión* (D. Bernal, A. Ribera, eds.): Cádiz, p. 202-219.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1986) - *Excavaciones arqueológicas en El Raso de Candaleda*, Ávila: Diputación Provincial, Institución “Gran Duque de Alba”.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F., (2008) – Anatomía de un castro vetón: El Raso de Candaleda (Ávila)”. *Arqueología Vettona. La Meseta Occidental en la Edad del Hierro. Zona Arqueológica*. 12, p. 182-201.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (2012) – *El poblado fortificado de “El Raso de Candaleda” (Ávila): o núcleo D. Un poblado da III Edad del Hierro na Meseta de Castilla*. Universidad de Sevilla. Institución Gran Duque de Alba. Real Academia de La Historia. Sevilla.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F.; LÓPEZ FERNÁNDEZ, M.^a (1990) - Secuencia cultural de El Raso de Candeleda (Ávila). *Numantia* III, p. 95-124.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2002) - Metalistería bélica de la Legio IIII Macedonica procedente de su campamento en Herrera de Pisuerga (Palencia, España). *Arqueologia Militar Romana en Hispânia*. MORILLO CERDÁN, A. (Coord.). *Gladius: Anejos*. 5, p. 381-393.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2005) - Objetos metálicos del asentamiento militar romano de Herrera de Pisuerga (Palencia). Excavaciones de A. García y Bellido (1960-61). In BENDALA (coord.). *La Arqueología Clásica peninsular ante el tercer milenio en el centenario de A. García y Bellido (1903-1972)*. *Anejos del Archivo Español de Arqueología*. XXXIV, p. 187-202.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2006) – *Post vestigium exercitus. Militaria romana en la región septentrional de la Península Ibérica durante la época altoimperial*. In MORILLO CERDÁN, J. Á. (Edic.): *Arqueología militar romana en Hispania II. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León/ Ayuntamiento de León, p. 257-308.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2007a) – La metalistería militar de Hispania en época altoimperial. In *Metalistería de la Hispania Romana*. FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (Edic.) Sautuol. XIII. Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, p. 403-425.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2007b) – “Sistemas mecánicos y otros ingenios de seguridad”: Llaves y cerraduras. In FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, Carmelo (Edic.) – *Metalistería de la Hispania Romana*. Sautuola. XIII. Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, p. 217-236

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2008) - Dagas del ejército altoimperial en Hispania. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXVIII, p. 87-176.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2010) – Restos del armamento de la *Legio IIII Macedonica* hallados en su campamento de Herrera de Pisuerga (Palencia, España).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GLADIUS. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX, p. 99-116.

FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C.; KAVANAGH DE PRADO, E.; VEJA AVELARIA, T. (2012) – Sobre el origen de la daga en el ejercito de Roma. Apreciaciones desde el modelo bidiscoidal hispano. In CORTÉS, J., FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C., BOHIGAS ROLDÁN, R. (Edit.). *In durii regione romanitas: estúdios sbre la romanización del Valle del Duero*. Homenaje a Javier Cortes Álvarez de Miranda. Palencia/Santander: Diputación de Palencia. Instituto Sautuola de Prehistoria y Arqueología, p. 201-209.

FERREIRA, O. da V. (1963) – Notícia de algumas estações Pré-históricas e objectos isolados, inéditos ou pouco conhecidos. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. II Série. 59-60, p. 149-166.

FERREIRA, O. da V. (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 83, p. 203-218.

FERREIRA, J. R. (1992) – *Orla Marítima Avieno*. Textos Clássicos – 23. 2.^a Edição. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra: Coimbra.

FERREIRO LOPEZ, M. (1988) - La campana militar de César en el año 61. In MENAUT G. P. (ed.) - *Actas 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. II, p. 363-372.

FERRO, J.P. (1996) – *Alenquer medieval (séculos XII-XV): subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia.

FEUGÈRE, M. (1985) – *Les fibules en Gaule Méridionale, de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C.* Revue Archeologique de Narbonnaise. Supplément 12. Paris: Éditions C.N.R.S.

FEUGÈRE, M. (1991a) – Les gobelets. M. Feugère y C. Rolley (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS, Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines 13: Dijon, p. 47-52.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FEUGÈRE, M. (1991b) - Les simpulums à manche vertical. In FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS, Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines. 13: Dijon, p. 72-87.

FEUGÈRE, M. (1992) – Les instruments de chasse, de pêche et d’agriculture. *LATTARA 5*. Éditions de l’Association pour la recherche archéologique en Languedoc Oriental, Librairie Monique Mergoïl, p. 136-162.

FEUGÈRE, M. (1994) – L’équipement militaire d’époque républicaine en Gaule. *Journal of Roman Military equipment studies*. 5, p. 3-23.

FEUGÈRE, M. (2002a) – *Les armes de romains*. Paris: Errance.

FEUGÈRE, M. (2002b) – Militaria de Gaule méridionale, 19. Le mobilier militaire romain dans le département de l’Hérault (F)”. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXII, p. 73-126.

FEUGÈRE, M. (2015) – L’arc ajouré des fibules d’Alésia, d’Aucissa et de Bagendon: liens typologiques et culturels. In S. Lemaître, C. Batigne Vallet (dir.). *Mélanges Armand Desbat*. Archéologie et Histoire Romaine. 31, p. 65-71.

FEUGÈRE, M.; POUX, M. (2001) – Gaule pacifiée, Gaule libérée? Enquête sur les militaria en Gaule civile. *Jahresbericht - Gesellschaft Pro Vindonissa*: Brugg, p. 79-95.

FEUGÈRE, M. ; PRÉVOT, P. (2008) - Les matières dures animales (os, bois de cerf et ivoire) dans la vallée de l’Hérault : production et consommation. In BERTRAND, I. (Dir.), *Le travail de l’os, du bois de cerf et de la corne à l’époque romaine: un artisanat en marge?* Monographies Instrumentum 34. Montagnac, p. 231-268.

FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (1991) - *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS. Publications du Centre des recherches sur les techniques gréco-romaines 13: Dijon.

FLETCHER VALLS, D. (1957) - Toneles cerámicos ibéricos. *Archivo de Prehistoria Levantina*. VI, p. 113-147.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

FIGUEIRA, A. A. (2018) – *A cerâmica comum da Villa romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32182>

FIGUEIREDO, E.; MELO, A. A. de; ARAÚJO, M. de F. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raio X. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 25: Museu Nacional de Arqueologia, p. 195-215.

FILIPPE, I. M.B. (2011) – *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/6121>

FILIPPE, I.; FABIÃO, C. (2010) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. *Arqueologia e História*. N.º 58-59: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 103-118.

FILIPPE, V. (2008a) - *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/471>

FILIPPE, V. (2008b) - Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11.N.º 2, p. 301-324.

FILIPPE, V. (2015) - *As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006*. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueologia*. 24: Universidade de Sevilha, p. 129-163.

FILIPPE, V. (2016) - Haltern 70 (Lusitania Occidental)”, *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania>). 21 julio, 2016. (Consulta 15-XI-2017).

FILIPPE, V. (2019) - *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento em História especialidade de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Arqueologia. Orientado pelo Professor Doutor Carlos Fabião. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/38619>

FILIFE, V. (2020) – Las ánforas romanas más antiguas del occidente peninsular en Olisipo (Lisboa): contribución a su estudio. *Spal* 29. 2: Universidade de Sevilha, p. 179-204. DOI: <https://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.23>

FINGERLIN, G., (1986) – *Dangstetten: Katalog der Funde I*. Stuttgart: Theiss.

FONTENLA BALLESTA, S. (2005) – Glandes de honda procedentes de la batalla de Asso. *Alberca* 3, p. 67-84.

FONTE, J. (2015) – *Paisagens em mudança na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana no alto Tâmega e Cávado*. Tese de Doutoramento apresentado à Faculdade de Santiago de Compostela. Disponível em <http://hdl.handle.net/10347/13786>

FONTE, J.; PIMENTA, J.; PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M. (2020) – Revisitando os Chões de Alpompe com técnicas de detecção remota: novas evidências sobre os sistemas defensivos Romano-Republicanos. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid - CUPAUAM*. N.º 46: Madrid, p. 215-238.

FOWLER, E. (1960) – The origins and developments the Penannular Brooch in Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Cambridge. 26, p. 149-177.

FRAGOSO, V. (2009) (Coord.) – *Carta arqueológica Município de Loures*: Câmara Municipal de Loures. Disponível em <https://www.cm-loures.pt/Media/Microsite/Cultura/assets/cartaarqueologica.pdf>

GALAMBA, U.F. (2008) - A colecção de armas do Museu de Évora. *Cenáculo*. N.º 3: Boletim Online do Museu de Évora, p. 3-46.

GAMITO, T. (1983) - *Os “barris ibéricos” em Portugal*. *Conimbriga*. 22: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 195-208.

GAMITO, T. J. (1987) - O castro de Segóvia (Elvas, Portugal), ponto fulcral na primeira fase das Guerras de Sertório. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série. N.º 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-160.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

GANDRA, M. J.; CAETANO, A. (1995) – Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Mafra. *Boletim Cultural*. N.º 94. Câmara Municipal de Mafra, p. 243-306.

GARCIA Y BELLIDO, A. (1951) - Algunos problemas relativos a las invasiones indoeuropeas en Espana. *Archivo Espanol de Arqueologia*. 23, p. 487-496.

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1959) – Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitania y regiones inmediatas. *Trabajos de Antropologia y Etnologia*. 17. Porto, p. 299-305.

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1976) – El Ejercito romano en Hispania. *AEspA*. 49: Madrid, p. 59-101.

GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ, C. (2001) - *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos, II. Catálogo de cecas y pueblos*. Madrid: CSIC.

GARCÍA-BELLIDO, M. P. (2004) - *Las legiones hispánicas en Germania. Moneda y ejército*. Madrid.

GARCÍA-BELLIDO, M. P. (2010) – Etnias y armas en *Hispania: Los Escudos*. In QUESADA, F., NAVARRO, M. E CADIOU, F. (Eds.): *De armas, de hombres y de dioses. Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX. Madrid, p. 155-170.

GARCÍA DÍEZ, F. (2002) – Las catapultas de Azaila. In *Arqueología militar romana en Hispania*. MORILLO CERDÁ, A. (Edic.). *Anejos de Gladius*. 5, p. 293-302.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. (2010) – Entre gaditanización y romanización: Repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a.C.). *Sagvntvm*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia Extra-9. De La Cuina a la Taula. IV Reunió d'Economia en el primer mil.lenni a.C.: Departament de Prehistòria i Arqueologia Universitat de València, p. 115-134.

GARCÍA JIMÉNEZ, G. (2011) – *El armament de influencia La Tène en la Península Ibérica (siglos V-I a. C.)*. Vol. I-II-III. Universitat de Girona. Disponible en <https://www.tesisenred.net/handle/10803/51613>.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

GARCÍA JIMÉNEZ, G.; QUESADA SANZ, F. (2014) – Los umbos bivaldos de *Scuta* y la cuestión céltica. *VII Simposio sobre los Celtiberos. Nuevos Hallazgos, nuevas interpretaciones*. (F. Burillo Mozota; M. Chordá Pérez, Eds.). Fundação Segeda, p. 213-221.

GARCÍA MORÁ, F. (1990) - *Quinto Sertorio*. Tesis Doctoral presentada a Universidad de Granada. Disponível em <http://handle.net/10481/6477>

GARCÍA MORÁ, F. (1993) - Sertorio frente a Metelo (79-78 a.C.). *Actas II Congreso peninsular de História Antiga*. Coimbra, 1993, p. 375-398.

GARCÍA MORÁ, F. (1994) - El conflicto sertoriano y la provincia *Hispania Ulterior*. *Historia Antigua: Actas del II Congreso de Historia de Andalucía*: Córdoba. 1991, p. 271-286.

GARCÍA VARGAS, E. (1996) - La Producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. 27, p. 49-62.

GARCÍA VARGAS, E. (1998) - *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.

GARCÍA VARGAS, E. (2009) – Las ánforas republicanas de hispalis (Sevilha) y la “cristalización” del repertorio anfórico provincial. In CRUZ-AUÑON BRIONES, R.; FERRER ALBELDA, E. (Coords.). *Estudios de Prehistoria y Arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez*: Sevilha, p. 437-464.

GARCÍA VARGAS, E. (2001) - La producción de ánforas “romanas” en el sur de Hispania. República y Alto Império. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Império Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol. I. Écija: Editorial Sol, p. 57-174.

GARCÍA VARGAS, E. (2010) - Formal Romanisation and atlantic projection of amphorae from the Guadalquivir Valley. *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate* (Carreras Monfort, C. y Morais, R. Eds.). BAR Int. Ser. 2162: Oxford, p. 55-65.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GARCÍA VARGAS, E. (2012) - Producciones anfóricas tardorrepublicanas y tempranoaugusteanas del valle del Guadalquivir. Formas y ritmos de la romanización en Turdetania a través del artesanado cerámico. *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones Regionales* (Bernal Casasola, D. y Ribera i Lacomba, A. Eds.). Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 177-206.

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 20. Universidad de Sevilla, p. 185-283.

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016a) - Ovoid 4 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-4-guadalquivir-valley>)

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016b) - Ovoid 5 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-5-guadalquivir-valley>)

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016c) - Ovoid 6 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-6-guadalquivir-valley>)

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SAÉZ ROMERO, A. (2019) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing.

GARCÍA VARGAS, E.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. (2019) – Ovoid amphorae as the first Roman provincial repertoire in *Hispania Ulterior* (the Guadalquivir valley). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 62-111.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GARCÍA VARGAS, E.; LÓPEZ ROSENDO, E. (2008) - El alfar de Rabatún (Jerez de la Frontera, Cádiz) y la producción de ánforas y cerámica común en la campiña del Guadalete en época altoimperial romana. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 17, p. 281-313.

GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2016a) – Dressel 9 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-9-baetica-coast>). 04 July, 2016.

GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2016b) – Dressel 10 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-10-baetica-coast>). 04 July, 2016.

GARCÍA VARGAS, E.; SAÉZ ROMERO, A. (2019) – Ovoid amphorae production in the bay of Cadiz and the southern coast of the *Ulterior/Baetica* (Late Republican and Early Imperial periods). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 112-147.

GARRET, A. (2010) – *Viagens na minha terra*. Bertrand Editora: Lisboa.

GASPAR, J. (1970) – Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra*. V (10). Lisboa, p. 153-204.

GASPAR, A.; GOMES, A. (2007) – As muralhas de *Olisipo* – O troço junto ao Tejo. In Colmenero, Antonio Rodriguez; Llanza, Isabel Rodá de (ed.), *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lvcvs Avgvsti como paradigma*. Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI.2005). Lugo: Museo Provincial de Lugo, p. 687-697.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GASPAR, M. A.; GOMES, A.; SEQUEIRA, M. J.; SILVA, R. B. (2000) – Arqueologia Urbana em Lisboa? Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. 8. “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica. Porto: ADECAP, p. 55-70.

GIRÃO, A. de A. (1955) – Um novo campo fortificado romano. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. 10-11, p. 101-104.

GIRÃO, A. de A.; OLEIRO, J. M. B. (1953) - Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. N.º 6-7, p.77-80.

GIRAULT, J. P. (2013) – *La Fontaine de Loulié au Puy-d’Issolud. Le dossier archéologique du siège d’Uxellodunum*. Bibracte. 23.

GIRÓN ANGUIOZAR, L. (2017) – *La Cerámica Común Romana en La Bahía Gaditana en época Romana. Alfarería y centros de Producción*. Archaeopress Roman Archaeology. 21: Oxford.

GISBERT SANTONJA, J.A. (1999) - El alfar de l’Almadrava (Setla-Mirarosa-Miraflor) –*Dianium*–. Materiales de construcción cerámicos. Producción y aproximación a su funcionalidad en la arquitectura del complejo artesana. In Bendala, Rico y Roldán (eds.), *El ladrillo y sus derivados en época romana*. Monografías de arquitectura Romana. N.º 4: Madrid, p. 65-102.

GOLDSWORTHY, A. (2007) – *The Complete Roman Army*. Londres: Thames & Hudson.

GOMES, F. (2016) - *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento no ramo de História, na especialidade de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://handle.net/10451/25042>

GOMES, F. (2017a) - Novos dados sobre a ocupação de Época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico. *In Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1137-1148.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GOMES, F. (2017b) - Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal): Tipología, Función y Simbolismo. *SAGVNTUM*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. 49: Universidad de Valencia, p. 43-59.

GOMES, F. (2020) - Uma lucerna grega arcaica da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 29. 1. Universidade de Sevilha. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.03>, p. 79-91.

GOMES, F.; ALVES, C. (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires Necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): The Roman material. *Spal* 26. Universidade de Sevilha. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2017i26.04>, p. 87-111.

GOMES, J. F. (2010) - *Os materiais médico-cirúrgicos de Época Romana do Museu Nacional de Arqueologia*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://handle.net/10451/1782>

GOMES, J. J. F.; DOMINGOS, J. B. B. (1994) - Sítios arqueológicos representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer) 2. Complexo arqueológico de Ota. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 7-15.

GOMES, J. J. F.; PONTE, S. da (1984) - Três Bronzes Romanos da Região de Alenquer. *Conimbriga*. Vol. 23. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 97-101.

GOMES, J. P.B. (2017) – *À conquista da hispânia: Análise histórico-arqueológica da Campanha de décimo júlio bruto, o Galaico*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História, na especialidade em História Antiga apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra e pelo Doutor Samuel Pires Pereira. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/34475>

GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L.; ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 6: Câmara Municipal de Oeiras, p. 367-406

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2002) - Sertorio en Numancia: una nota sobre los campamentos de La Gran Atalaya. In: MORILLO, Á. (ed.). *Arqueología militar romana en Hispania*. (Anejos de Gladius, 5): Madrid, p. 303-310.

GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2008) - Los etolios en Numancia. *Salduie: Estudios de Prehistoria y Arqueología*. Zaragoza. 8, p. 37-58.

GOMES, S. (2018) – *O Chumbo no Ocidente Peninsular em época Romana: proveniência e técnicas metalúrgicas*. Dissertação de Doutoramento apresentado à Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/53241>

GOMES, S.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. de F.; SOARES, A. M. M.; GUERRA, A. (2013) – Caracterização isotópica do pb em glandes *plumbeae* do Alto dos Cacos (Almeirim). In *Arqueologia em Portugal, 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 835–839.

GOMES, S.; ARAÚJO, M. de F.; SOARES, A. M. M.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Lead provenance of Late Roman Republican artefacts from Monte dos Castelinhos archaeological site (Portugal): Insights from elemental and isotopic characterization by Q-ICPMS. *Microchemical Journal*. 141, p. 337–345.

GONÇALVES, J. L. M. (1990-1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 8-10. Museu Nacional de Arqueologia, p. 31-40.

GONÇALVES, J. L. (1997) - O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) – escavações 1988 a 1993. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. N.º 3: Lisboa, p. 5-52.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas : (estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. 2ª ed., rev. e aument. Cascais: Câmara Municipal.

GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. de (2016) - Chapter 3. Amphorae from the West: Hispania (Spain and Portugal). Las ánforas de aceite de oliva béticas. De las Oberaden 83 hasta las Dressel 20 en el KopsPlateau de Nimega. *Amphorae from the KopsPlateau (Nijmegen): trade and supply to the Lower-*

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

Rhineland from the Augustan period to AD 69/70. (Carreras Monfort, C. y Berg, J. van den Eds.): Oxford. Archaeopress Publishing Ltd, p. 47-60.

GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. de; GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Ovoide 1 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-1-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016.

GONZÁLEZ CESTEROS, H.; BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Dressel 12 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-12-baetica-coast>), 08 July, 2016.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (2017) – Augusto y la Hispania Ulterior. *Gerión. Revista de Historia Antigua*. Vol. 35. N.º Esp., p. 247-265.

GONZALEZ-RUIBAL, A. (2004a) - Un askos ibicenco en Galicia: Notas sobre el character del comercio púnico en el noroeste iberico. *Complutum* 15, p. 33-43.

GONZALEZ-RUIBAL, A. (2004b) - Facing two sea: Mediterranean and Atlantic contacts in the Northwest of Iberia in the First Millenium BC. *Oxford Journal of Archaeology*. 23-3, p. 287-317.

GONZALEZ-RUIBAL, A. (2006) - Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology*. 19-1, p. 121-150.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R.; ABOAL FERNÁNDEZ, R. Y CASTRO HIERRO, V. (2007) - Comercio mediterráneo en el castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo II a.C. – inicios del siglo I d.C. *Archivo Español de Arqueología*. 80, p. 43-74.

GORGES, J. G.; MORILLO CERDÀN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G.; MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (2009) - Le campement romano-républicain du “Pedrosillo” (Casas de Reina, Badajoz, Espagne) à l’épreuve des sondages: premiers résultats de la campagne 2006. A. Morillo, N. Hanel & E. Martín Hernández. *Limes XX. Actas XX*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana/Roman Frontier Congress. (Anejos de Gladius 13): Madrid, p. 267-280.

GOUDINEAU, C. Y BRENTCHALOFF, D, (Eds.) (2009) - *Le camp de la flotte d'Agrippa à Fréjus: les fouilles du quartier de Villeneuve (1979-1981)*. París.

GRADIM, A.; GRABHERR, G.; KAINRATH, B.; TEICHNER, F. (2014) - O Castelinho dos Mouros (Alcoutim): um edifício republicano do baixo Guadiana, no período de fundação da Lusitânia romana. *La gestación de los paisajes rurales entre la Prehistoria y el período romano. Formas de asentamiento y procesos de implantación* (Mayoral Herrera, V., Mataloto, R. y Roque, C. Eds.). *Anejos de Archivo Español de Arqueología LXX*, Mérida. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 45-64.

GRAU MIRA. I. (2021) - El Cabeço de Mariola y las dinámicas complejas de la expansión romana (siglos II-I a. C.). Fortificaciones republicanas y reinterpretaciones locales en los oppida de Iberia oriental. *Archivo Español de Arqueología*, 94, e18. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.094.021.18>

GRILO, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação*. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015). Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 254-271.

GRILO, C.; SANTOS, C. (2016-2017) – A cerâmica comum da *Villa* Romana de Povos, Vila Franca de Xira. *CIRA Arqueologia*. N.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 86-115.

GUERRA, A. (1987) - Acerca dos Projecteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 161-177.

GUERRA, A. (1995-97) – A respeito do nome de Vila Franca de Xira. *In CIRA. Boletim Cultural*. N.º 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 155-165.

GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Ed. Colibri.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

GUERRA, A. (2000) – A Península de Lisboa no I milénio a.C. uma breve síntese, à luz das fontes e dos dados arqueológicos. *TURRES VETERAS*. IV. Actas de Pré-história e História Antiga: Câmara Municipal de Torres Vedras, p. 121-128.

GUERRA, A. (2001a) – Resistência e aculturação no Ocidente Hispânico: Defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 150-164.

GUERRA, A. (2001b) – Para uma reanálise das fontes escritas relativas à presença Púnica no ocidente pensinsular. In TAVARES, A. e TAVARES, M. F. *Os Púnicos no Extremo Ocidente* (Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, Universidade Aberta, Outubro de 2000). Lisboa, p. 25-38.

GUERRA, A. (2002) - *Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 5-1, p. 147-159.

GUERRA, A. (2003) - Algumas Notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes. In A.R. SANTOS, N.S. RODRIGUES, T. KUZNETZOVA-RESENDE E A. GUERRA (coord.). *Mundo Antigo Economia Rural*. Lisboa, p. 123-150.

GUERRA, A. (2004) - *Caepiana*: uma reavaliação crítica da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 217-235.

GUERRA, A. (2010) - A propósito dos conceitos de «Lusitano» e «Lusitânia». *Serta Palaeohispanica J. de Hoz. Palaeohispanica*. 10, p. 81-98

GUERRA, A. (2012) – O troço inicial da Via *Olisipo-Bracara* e o problema da localização de Ierabriga. In *Cira Arqueologia*. N.º 1. *Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, p. 24-40.

GUERRA, A. (2013) – Algumas questões sobre as escritas pré-romanas do Sudoeste hispânico. *Acta Palaeohispanica XI. Palaeohispanica* 13, p. 323-345.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

GUERRA, A. (2015) – La mirada del otro: Lusitania prerromana. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A.; FABIÃO, C. *Catálogo da Exposição - Lusitania Romana. Origen de dos pueblos. Lusitânia Romana. Origen de dois povos*. Mérida. Museu Nacional de Arte Romana, p. 25-34.

GUERRA, A. (2018) – O contributo da epigrafia de *Olisipo* e do seu território para estudo da mobilidade no período romano. *Meios Vias e Trajetos... Entrar e sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. 2, p. 50-61.

GUERRA, A. (2019a) – *Olisipo*: Memórias de um território nos confins do mundo romano. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 77-79.

GUERRA, A. (2019b) – Questões míticas, literárias, toponímicas e étnicas da Lisboa pré-romana. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 99-111.

GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) – Para o enquadramento do sitio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In *Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 29-42.

GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1988). Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares. *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vol. I. Santiago de Compostela. p. 307-328.

GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2010) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia. In GORGES, J. G.; NOGALES BASARRATE, (ÉDS). VII. *Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine Naissance de la Lusitanie romaine (I av. I ap J.C.)*: Toulouse – Mérida, p. 459-488.

GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013) – Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 47-58.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

GUERRA, A.; PIMENTA, J.; SEQUEIRA, J. (2014) – Conjunto de *Glandes Plumbeae* do sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (Eds). *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. N.º 3: Vila Franca de Xira, p. 293-321.

GUERRERO AYUSO, V. (1987) - *La colonia de Sant Jordi (Mallorca)*. *Estudis d'Arqueologia i Epigrafia*, Palma de Mallorca, Publications del Centre d'Estudis Gabriel Alomar.

GUIDOBALDI, F.; GREGORI, L. (1996) - Pavimenti a commesso di mattonelle in laterizio di età romana. Indagine preliminare. *AISCOM, Atti del III Colloquio dell'Associazione Italiana per lo Studio e la Conservazione del mosaico*. Bordighera, 6-10 dicembre 1995. Istituto Internazionali di Studi Liguri: Bordighera, p. 247-260.

GUILLAUD, L. (2019) – *Militaria de Lugdunum. Étude de l'armement et de l'équipement militaire à Lyon (Ier s. av.-IVe s. ap. J.-C.)*. Monographies Instrumentum. 62. Série Mobiliers Lyonnais. 12: Éditions Mergoil.

GUITART, J. (1976) – *Baetulo, Topografia arqueológica, urbanismo e historia*: Badalona.

HALLIER, G. (1989) – Entre les règles de Vitruve et la réalité archéologique: *l'atrium toscan*. GEERTMAN, H.; JONG J. J. Munus non ingratum. *Proceedings of the International Symposium on Vitruvius De Architectura and Hellenistic and Republican Architecture*. BABech. Supp.2, p. 194-212.

HARRIS, E. C. (1989) – *Principals of archaeological stratigraphy*. 2nd edition, London-San Diego: Academic Press.

HARRIS, W. V. (1991) – *War and Imperialism in Republican Rome*. Oxford.

HAUSCHILD, T.; HAUSMANN, E. (1991) - Casas romanas en Munigua. In *Actas del Congreso: La casa urbana hispanorromana*. Zaragoza, p. 329-335.

HAWLEY, R. (2007) – Lords of the rings: Ring-Wearing, Status, and identity in the age of pliny the elder. *Bulletin of the Institute of Classical Studies. Supplement*. N.º 100, p. 103–111. JSTOR, www.jstor.org/stable/43767663. Accessed 21 May 2021.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

HELENO, M. (1935) - Jóias Pré-Romanas. Lisboa: *Ethnos*. I.P.A.H.E.. Vol. I, p. 238-245.

HENRIQUES, E. (1987) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Processo 82/1 (242) DGPC.

HENRIQUES, G. J. C. (1997) - *Subsídios para a história do Conselho de Vila Franca de Xira*. Coleção Património Local. N.º 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

HENRIQUES, S. (2008) – O Sítio arqueológico do Castelo (Santa Catarina, Caldas da Rainha). Do Neolítico à Idade do Ferro. *Actas IV Seminário do Património da Região Oeste*. 24 e 25 de Novembro de 2006 – Arruda dos Vinhos. Câmara Municipal Arruda dos Vinhos: Grifos – Artes Gráficas, p. 83-110.

HERAS MORA, F. J. (2009) - El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana. *20th International Congress of Roman Frontier Studies. Anejos de Gladius*. 13. Vol. 1: Madrid, p. 315-327.

HERAS MORA, F. J. (2014) – El campamento de Cáceres el Viejo y las guerras civiles en Hispania. In *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*. Feliciano Sala Sellés y Jesús Morotalla Jávega (eds): Universitat d'Alicante. MARQ, p. 155-167.

HERAS MORA, F. J. (2015) – *Arqueologia de la implantación romana en los cursos Tajo-Guadiana (siglos II y I a.n.e.)*. Tesis Doctoral. Universitat Autònoma de Madrid. Disponível em <http://hdl.handle.net/10803/385928>

HERAS MORA, F. J. (2018) – *La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. *Anejos de GLADIUS*. 18: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Ediciones Polifemo. Madrid.

HERAS MORA, F. J.; BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. (2007) - Contribución al estudio de las ánforas tardorrepúblicas del enclave militar de “El Santo” de Valdetorres (Badajoz, España). *Actas do III Encontro de arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Vipasca 2/2ª Serie, Aljustrel, p. 318-324.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; MARTÍN BRAVO, A. (2017) – *Las necrópolis de El Romazal y el conjunto arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija/Plasenzuela, Cáceres)*: La Ergastula ediciones. Série Arqueologia y Patrimonio. 12. Madrid.

HESNARD, A. (1998) - *M. Lollius Q. f. et les amphores Lamb. 2 pompéiennes. Recueil de Timbres sur Amphores Romaines II (1989-90 et compléments, 1987-1988)* (Blanc-Bijon, V., Carre, M.-B., Hesnard, A. y Tchernia, A. Eds.) : Aix-en-Provence, p. 307-312.

HESSE, H. (2002) – *Siddhartha*. Coleção Mil Folhas. Público. Tradução Pedro Dias.

HIPÓLITO, M. C. (1960-1961) – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*. II-III: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 1-166.

HUARTE CAMBRA, R. (2003) - Las producciones de la figlina. Cerámicas comunes. In VÁZQUEZ LABOURDETTE, A., (Coord.). *Arqueología y rehabilitación en el Parlamento de Andalucía*: Sevilla, p. 220-237.

HÜBINGER, U. (1993) - *Die Antiken lampen des akademischen Kunstmuseums der Universität Bonn*: Berlín.

HUGUET ENGUITA, E. (2013) – 5. El material más usado por los antiguos: la cerámica común y de cocina. In RIBERA I LACOMBA, A. (Coord). *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. 1ª ed. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 291-330.

HUGUET ENGUITA, E.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013) – Los ungüentarios. In *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. RIBERA I LACOMBA, A. (Coord). 1ª ed. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 191-197.

IBORRA ERES, M.^a; MATA PARREÑO, C.; MORENO MARTÍN, A.; PÉREZ JORDÀ, G.; QUIXAL SANTOS, D.; VIVES- FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J. (2010) - Prácticas culinarias y alimentación en asentamientos ibéricos valencianos. *Saguntum*.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Extra 9. De La Cuina a la Taula. IV Reunió D'Economia en el Primer Mil.Lenni AC, p. 99-114.

IMPERIAL, F. (2017) – *O sítio arqueológico de Maiorca no contexto da Conquista romana do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientada por Carlos Fabião. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32148>

IÑIGUEZ BERROZPE, L.; URIBE AGUDO, P.; GUIRAL PELEGRÍN, C. (2015) – La arquitectura Doméstica Urbana Romana en el Valle del Ebro: da la Tardorrepública a la Época de Augusto. *Actes 2on Congrès Internacional D'Arqueologia I Món Antic. August I Les Províncies Occidentals 2000 Aniversari de la Mort D'August*. Tarraco Biental. Volume 2. Tarragona, 26-29 de Novembre de 2014: Tarragona, p. 33-40.

IZQUIERDO PERAILE, I.; ALAOUI, M. K.; BONET ROSADO, H.; MILOU, B. (2001) – Las fases púnico-mauritanas I (175/50 a 80/50 a.C.) y II (80/50 a.C.- 15 d.C.). In ARANAGUI GASCÓ, C. (Ed.). *Lixus. Colonia Fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupación medieval*. Saguntum Estra 4: Valencia, p. 141-168.

JALHAY, E. (1946) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do bronze. *Broteria*. Lisboa. 42: 4, p. 387-393.

JAMES, S. (2004) – *The Arms and Armour, and other Military Equipment. Excavations at Dura-Europos. Final Report*. VII. London: British Museum Press.

JENKINS, I. (1985) - A group of silvered-bronze horse-trappings from Xanten (*Castra Vetera*). *Britannia* XVI, p. 141-164.

JIMÉNEZ SANCHO, A.; GARCÍA VARGAS, E.; GARCÍA FERNANDEZ, F.; FERRER ALBELDA, E. (2006) - Aportación al estudio de la Sevilla prerromana y romano-republicana. Repertorios cerámicos y secuencia edilicia en la estratigrafía de la calle Abades 41-43. *Spal*. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla. 15, p. 281- 311.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

KALB, P. (1980) - O "Bronze Atlântico" em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. I, p. 112-138.

KALB, P.; HÖCK, M. (1980) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém). Vorbericht über die grabung im Januar und Februar 1979. *Madriider Mitteilungen*. 21, p. 91-104.

KALB, P.; HÖCK, M. (1981-82) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*. Nova Série. Volume II e III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 61-69

KALB, P.; HÖCK, M. (1982) – Alto do Castelo, Alpiarça, distrikt Santarém : vorbericht über die grabung 1981. *Madriider Mitteilungen*. Mainz: Zabern. Bd. 23, p. 145-151.

KALB, P.; HÖCK, M. (1984a) - O Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém). Acampamento Romano ou Fortificação Pré-romana? *Livro do 2.º Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses*: Lisboa, p. 239-245.

KALB, P.; HÖCK, M. (1984b) – Alpiarça, Alto do Castelo. Informação Arqueológica (1981). N.º 4, p. 87-91.

KALB, P.; HÖCK, M. (1988a) - O povoamento pré-histórico de Alpiarça. Porto. *GEAP*. 17, p. 193-200.

KALB, Ph., HÖCK, M. (1988b) - Moron. *Conimbriga*. XXVII. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 189-201.

KAVANAGH DE PRADO, E. (2008) – El puñal bidiscoidal peninsular: tipología y relación com el puñal militar romano (*pugio*). *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXVIII, p. 5-85.

KAVANAGH DE PRADO, E.; QUESADA SANZ, F. (2009) – *Pugio Hispaniensis* between Celtiberia and Rome. Current Research and analysis of the construction of the sheaths. In *Limes XX. Proceedings of the 20th Intern. Congress of the Roman Frontier Studies*. Leon – 2006. *Anejos de Gladius*. 13: Madrid, p. 339-350.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

KURTZ, W. (1986-87) –Los arreos de caballo en la necrópolis de Las Cogotas (Cardeñosa, Ávila)”. *Zephyrus*. N.º 39-40, p. 459-472.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996a) - *Alfarería romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996b) - Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Maña C. *Florentia Iliberritana*. 7, p. 141-169.

LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA D. (2004) – Alfares y producciones cerâmicas en la Provincia de Cadiz. Balance y Perspectivas. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (Coord.). *Figliniae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Volume I. B.A.R. International Series. 1266: Oxford, p. 39-123.

LAMBOGLIA, N. (1950) - *Gli scavi de Albintimilium e la cronologia della cerâmica romana. Parte prima. Campagne di scavo 1938-1940*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri.

LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del Iº Congresso Internazionale e di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950), p. 139-206.

LAMBOGLIA, N. (1955) - Sulla cronologia delle anfore romane de età repubblicana. In *Rivista di studi Liguri.*, p. 252-260

LAMBOGLIA, N. e BELTRÁN, A. (1952) – Apuntes sobre cronología cerámica. In *Caesaraugusta* 3, p. 87-89.

LAUBENHEIMER, F. (1990) - Sallèles d’Aude. Un complexe de potiers gallo-romain: le quartier artisanal. *Documents d’Archéologie Française*. 26. París.

LE ROUX, P. (2015) – La Creación romana de Lusitania. In *Lusitânia Romana origem de dois povos*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida. *Studia Lusitana*. N.º 9, p. 109-118.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

LEEUWAARDEN, W.; JANSEN, C. R. (1985) – A preliminary palynological study of peat deposit near and oppidum in the lower Tagus valley. *In Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa. 2, p. 225-235.

LEITÃO, J. A. (2014) – Primeiro ensaio de SIG aplicado ao acampamento romano de Antanho (Coimbra). *In OSÓRIO, M. (Coord.). Experiências SIG na Arqueologia Portuguesa*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 78-95.

LOPES, F. (1945) - *Crónica de D. João I*. Segundo o códice n.º 325 do arquivo Nacional da Torre do Tombo. Edição prefaciada por António Sérgio. Vol I. Porto: Civilização.

LOPES, J. (2017) – *Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos*. Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

LOPES, J.; CARDOSO, G. (2019) – Vestígios romanos no território de Arruda dos Vinhos. *In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 30-37.

LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994) - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona. Crítica /Arqueologia.

LÓPEZ MELERO, R.; SANCHÉZ ABAL, J. L.; GARCÍA JIMENÉZ, S. (1984) – El bronce de Alcántara. Una dedutio del 104 a.C. *Gerion*. 2: Madrid, p. 265-323.

LÓPEZ MULLOR, A. (1989) - *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*, Quaderns Científics i Tècnics, 2, Diputació de Barcelona, Servei del Patrimoni Arquitectònic, Barcelona.

LÓPEZ MULLOR, A. (2008) - Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. *In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Ed. Cient.). Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*: Cádiz, p. 343-384.

LÓPEZ MULLOR, A. (2013) – Las cerámicas de Paredes Finas del final de la República Romana y el período Augusteo-Tiberiano. *In Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. RIBERA I LACOMBA, A. (Coord). 1ª ed.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 149-190.

LÓPEZ ROSENDO, E. (2010) - Los talleres alfareros del Jardín de Cano (El Puerto de Santa María, Cádiz). La producción anfórica de Gades en torno al cambio de era. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41: Bonn, p. 411-419.

LÓPEZ VILATELA, L. (2000) - *Lusitania: Historia y etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.

LOURENÇO, M. A. (2012) – *Objectos do quotidiano de Bracara Augusta*. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Relatório de Estágio 2.º Ciclo em Arqueologia. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/23342>

LUIK, M. (2002) - *Die funde aus den römischen lagern um Numantia im Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseum in Kommission bei Dr. Rudolf Habelt. Bonn.

LUIK, M. (2010) – Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Nuancia. In QUESADA, F., NAVARRO, M. E CADIOU, F. (Eds.): *De armas, de hombres y de dioses. Gladius*. XXX. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente: Madrid, p. 149-163.

LUÍS, L. (2003a) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos da Arqueologia. 27.

LUÍS, L. (2003b) - Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 363-382.

LUÍS, L. (2010) – Cerâmica Campaniense, in *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 111- 138.

LUCAS, M. M. (2003) – Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 99-116.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

LUNA, I.; AMARO, C. (2009) – *Castelo de Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos*. Museu Municipal Leonel Trindade. Policopiado.

LUNA, I.; CARDOSO, G. (2009) – *S. Tiago Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos*. Museu Municipal Leonel Trindade. Policopiado.

LUNA, I.; CARDOSO, G. (2019) – Vestígios romanos no território de Torres Vedras. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 30-37.

LUNA, I.; ENCARNAÇÃO, J. D’; BATALHA, L.; CARDOSO, G. (2019) – Pesos de tear romanos, com grafitos, provenientes de Torres Vedras. *Antrope*. N.º 11, p. 16-37.

MACHADO, J. L. S. (1964) – *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. Arqueólogo Português*. Nova Série. Tomo 5. N.º 1. (1954-1964).

MACHADO, M.J.G. (1991) – *Contribuição para o estudo da dinâmica da Bacia-vertente do Rio Grande da Pipa. Lisboa*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

MACKINNON, M. (1999/2000) - O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. 13/14, p. 129-140.

MADEIRA, M. S. P. S. (1988) - Subsídios para o estudo do material anfórico dos “Castella” da zona de Castro Verde. *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja (Beja, 1986)*. Arquivo de Beja 2ª série – 3. Beja: Câmara Municipal de Beja, p. 121-138.

MAIA, M. (1978a) - Fortalezas romanas do Sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 279-285.

MAIA, M. (1978b) - Contributos para as cartas de distribuição em Portugal da *sigillata luzente* e *Late Roman C Ware*. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 293-307.

MAIA, M. (1978c) - Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 197-207.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MAIA, M. (1980) - Escavações na estação romana de São Marcos, Cacém (Sintra). *Clio*. Lisboa. 2, p. 158-159.

MAIA, M. (1986) - Os *Castella* do Sul de Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 27, p. 195-223.

MAIA, M. (1988) - Os *Castella* do Sul de Portugal – sua integração histórica. In *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja (Beja, 1986)*. *Arquivo de Beja*. Beja. 2ª série, 3, p. 43-55.

MANACORDA, D. Y PALLECCHI, S. (2012) - *Le fornaci romane di Giancola (Brindisi)*: Bari.

MANDY, B.; GENIN, M.; GODARD, C.; KRAUSZ, S.; SANDOZ, G.; THIRION, P. (1987-88) - Un réseau de fossés défensifs aux origines de Lyon. *Gallia*. Paris. 45, p. 49-66.

MANSEL, K. (2004) - Vajilla de bronce en la Hispania republicana. In OLMOS, R.; ROUILLARD, P. (Coord.). *La vajilla Ibérica en época helenística (siglos IV – III a. C. al cambio de era)*. Collection de la Casa de Velázquez 89: Madrid, p. 19-30.

MANTAS, V. G. (1982) – Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. XXI. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 5-99.

MANTAS, V. G. (1985) - Três inscrições romanas do Concelho de Torres Vedras. *Conimbriga*. XXIV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 125-149.

MANTAS, V. G. (1986) - Um miliário de Adriano em Alfeizerão. *Conimbriga*. XXV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 213-225.

MANTAS, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988. Paris : CNRS. Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42, p. 149-205.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MANTAS, V. (1993) -As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990). Coimbra: Universidade, p. 467-500.

MANTAS, V. (2000) – A rede viária Romana e Medieval da Região de Torres Vedras. In *Turres Veteras. I. Actas de História Medieval*. Câmara Municipal de Torres Vedras.

MANTAS, V. (2002a) – A população da região de Torres Vedras na época romana. *Turres Veteras, IV: Actas de Pré-história e História antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras /Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, p. 129-141.

MANTAS, V. (2002b) – A rede viária de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.

MANTAS, V. (2003) - Indícios de Campo Romano na Cava de Viriato? *Al-Madan*. 2ª série (12). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 40-42.

MANTAS, V. (2011) – As vias romanas da Lusitânia. *Studia Lusitana*. N.º 7. Museu Nacional de Arte Romano. Mérida.

MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de *Olisipo a Scallabis*. In *Cira Arqueologia n.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, p. 7-23.

MANTAS, V. G. (2015) - Red viaria y red urbana en la Lusitania imperial. In *Lusitânia Romana origem de dois povos*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida. *Studia Lusitana*. N.º 9, p. 109-118.

MANTAS, V. (2016-2017) – O miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados. In *Cira Arqueologia*. N.º 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 76-85.

MARABINI MOEVS, M. T. (1973) - *The roman thin walled pottery from Cosa (1948-1954)*. Roma: American Academy in Rome.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MARÍN JORDÁ, C.; RIBERA I LACOMBA, A. (2009) – *Las termas de l época romana republicana de l'Almoina (Valencia)*. In Quaderns de difusió arqueològica. 7: Valencia.

MARINÉ ISIDRO, M. (2001) – *Fibulas romanas en Hispania: la Meseta*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. N.º 24: Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

MARQUES, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia. N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.

MARQUES, G. (1982-1983) – Aspectos da proto-história do território português. II – Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. 1/2: Sintra, p. 59-88.

MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território Português: 1 – Definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Aqueologia*. Porto, p. 125-148.

MÁRQUEZ, C.; VENTURA, A. (2005) – *Corduba tras las Guerras Civiles*. In MELCHOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUES NEILA, J. F. (Eds.). *Julio César y Corduba: Tiempo y espácio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*: Córdoba, p. 429- 466.

MARTÍN, A. (2000) – Las termas republicanas de Cabrera del Mar (Maresme, Barcelona). In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA ENTERO, V. (Eds.) *Termas Romanas en el Occidente del Imperio: II Colóquio Internacional de Arqueologia de Gijón*, p. 157-162.

MARTÍN-BUENO, M.; REKLAITYTE, I.; SÁENZ PRECIADO, C.; URIBE AGUDO, P. (2007) – *Baths and latrines in the Roman world: the case of the balneum of Domus 1 in the Thermal Baths Quarter of Bilbilis*. *Zephyrus*. 60 Universidade de Salamanca, p. 221-239.

MARTÍN HERNÁNDEZ, E.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) - Paredes finas de Lusitania y del cuadrante noroccidental. In BERNAL, D.; RIBERA, A.: *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*; Cádiz. p. 385-407.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MARTÍN MENÉNDEZ, A. (2008) - Ànfores tarraconenses i bétiques em els dereclites de mitjan segle I a.C. a la costa catalana. *SFECAG, Actes du congres de l'Escala-Empuries. Les productions ceramiques en Hispanie Tarraconaise (Ile siècle avant J.-C.-VIIe siècle après J.-C.)*, p. 103-127.

MARTIN-KILCHER, S. (1999) – Amphoren. *Römische Keramik in der Schweiz*. SCHUCANY, C.; MARTIN-KILCHER, S., BERGER, L. Y PAUNIER, D. (Edit.). Antiqua 31. Basel. Verl.Schweizerische Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte.

MARTIN-KILCHER, S. (2011) - Römer und *gentes Alpinae* im Konflikt – archäologische und historische Zeugnisse des 1. Jahrhunderts v. Chr. In *Fines imperii – imperium sine fine? Römische Okkupations- und Grenzpolitik im frühen Principat* Beiträge zum Kongress. Fines imperii – imperium sine fine?. Osnabrück vom 14. bis 18. September 2009, p. 27-62.

MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, J. (2019) – Las copas carpetanas y su significado en la Edad del Hierro del Valle medio del Tajo. *Boletim Ex Officina Hispana*. N.º 10. Maio de 2019: Sociedad de Estudios de La Cerámica Antigua en Hispana, p. 20-23.

MATA PARREÑO, C.; BONET ROSADO, H. (1992) - La cerámica ibérica. Ensayo de tipología. *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana, Homenaje a Enrique Pla Ballester*. Serie de Trabajos Varios 89: Valencia, p. 117-173.

MATALOTO, R. (2002) - Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. N.º I, p. 161-220.

MATALOTO, R. (2004a) - Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.. In, MORET, P. E CHAPA, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*. Casa de Velázquez/Universidad de Jaén, p. 31-54.

MATALOTO, R. (2004b) - Um “monte “ da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no Iº milénio a.C. do Alentejo Central. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia. 37.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MATALOTO, R. (2008) - O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Eboracensis*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 11. N.º 1, p. 123-147.

MATALOTO, R. (2010) – Do campo ao *ager*: povoamento e ocupação rural pré-romana do Alentejo Central e a sua romanização. In MAYORAL HERRERA, V.; CELESTINO PÉREZ, S. (Coord.). *Los paisajes de la romanización. Arquitectura y explotación del territorio*. Simposia. 1. Ed. La Ergástula: Madrid, p. 59-88.

MATALOTO, R. (2014) – A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto de episódio sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana: In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (Eds). *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 343-384.

MATALOTO, R. (2016) – “Até parece que és de Beja...”: dicotomias Norte-Sul na paisagem funerária do Alentejo Interior, em meados do Iº milénio a.C. *Cadernos do Museu da Lucerna II. Actas da Mesa Redonda Turdetânea e Turdetanos*: Museu da Lucerna Castro Verde, p. 98-138.

MATALOTO, R.; ALVES, C.; CARVALHO, C. (2004) - De Serra em Serra - instabilidade e conflito no final da Idade do Ferro do Alentejo Central. *Vipasca*. N.º 2. 2ª série. 2007. p. 242-249.

MATALOTO, R.; ANGEJA, P. (2015) - Soeiros revisitado: aspectos da romanização do território alto Alentejano nos meados do século I a.C. In *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. (Aroche, 2013): Aroche/Huelva: Ayuntamiento de aroche, p. 841-866.

MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V.; ROQUE, C. (2014) – *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). *Anejos de AEspA LXX*.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MATALOTO, R.; WILLIAMS, J. (2015) – *Terra Sigillata Italica* from Caladinho (Redondo, Portugal). In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p. 13-24.

MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2014) - “...e daí desceo a dar-lhe batalha...”: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal). In *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). Anejos de AEspA LXX, p. 17-43.

MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2016) - Amphorae at the Origins of Lusitania: Transport Pottery from Western Hispania Ulterior. In PINTO, I.V.; ALMEIDA, R.R de; MARTIN, A. (Eds.). *Alto Alentejo. Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Oxford, p. 139-151.

MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2019) - *Are you Local?* Imported and locally produced amphorae in Alto Alentejo (Portugal) during the 1st century BC: three case studies at Soeiros, Rocha da Mina and Caladinho. In GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SAÉZ ROMERO, A. (Eds.). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 376-390.

MATEO CORREDOR, D. (2014) – *El Comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a.C. y II d.C. Tráfico Anfórico y relaciones Mercantiles*. Tesis Doctoral. Universidad Alicante. Disponível em <http://hdl.handle.net/10045/56121>

MATEO CORREDOR, D. (2016) - *Comercio anfórico y relaciones mercantiles en Hispania Ulterior (ss. II a.C.-II d.C.)*, Col.Leció Instrumenta 52, Barcelona, Universitat de Barcelona.

MATEOS LEAL, C. M.; SÁNCHEZ NICOLÁS, D. (2014) – El cuchillo afalcado. Análisis tipológico y funcional de los cuchillos de los yacimientos abulenses durante la II Edad del Hierro. In GONZÁLEZ DE LA FUENTE, F. J.; PANIAGUA VARA, E. e

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

INÉS SUTIL, P. de (coord.) - *Investigaciones Arqueológicas en el valle del Duero, del Paleolítico a la Antigüedad Tardía: actas de las III Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero*, 20, 21 y 22 de noviembre de 2013. Vol. 3. Salamanca, p. 135-150.

MATEUS, J. E. (1992) - *Holocene and present-day ecosystems of the Carvalhal Region, Southwest Portugal*. Tese de Doutoramento: Universidade de Utreque. DOI: [10.13140/RG.2.1.4700.4408](https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4700.4408)

MATIAS, A. (Coord.) (2018) - *Santarém Carta Arqueológica Municipal*. Museu Municipal de Santarém. Santarém.

MATIAS, C. (2003) – Serra do Socorro: uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Mafra, p. 308-358.

MATTINGLY, D. J. (2011) – *Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire*. Oxford.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (1997) – *Portugal. O sabor da terra. Estremadura*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Peninsule Ibérique*. Paris. Diffusion De Boccard.

MAYET, F. (1976) - Céramiques à parois fines. *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. París: Diffusion de Boccard, p. 27-37.

MAYET, F. (1980) - Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique: État de la question, *Céramiques Hellénistiques et Romaines, Recherches d'Histoire Ancienne*: París, p. 201-229.

MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado, Portugal. Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion de Boccard.

MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) - Les amphores de São Cucufate (Beja). In ÉTIENNE, R., MAYET, F. (Eds.). *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 71-109.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) - *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion de Bocard.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul*. Paris: Diffusion de Bocard.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2016) - Roman Amphora Production in the lower Sado Region. In PINTO, I.V., ALMEIDA, R.R. de; MARTIN, A. (Ed.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Oxford, p. 59-71.

MAYORAL HERRERA, V.; SALAS TOVAR, E. (2014) – Em busca de un sujeto histórico. Construyendo y habitando los recintos ciclópeos de la Serena. In TORTOSA, T. (Edic.). *Diálogo de Identidades. Bajo el prisma delas manifestaciones religiosas en el âmbito mediterráneo (s. III a.C. – s. I d.C.)*. Reunión científica (Badajoz, España), 12-14 de noviembre, 2012. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXXII: Instituto Arqueología Mérida, p. 199-217.

MELCHIOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ-NEILA, J.F. (Eds.) (2005) – *Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. Actas del Simposio *Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. Córdoba – 21-25 de Abril de 2003. Córdoba: Servicio de Publicaciones. Universidad de Cordoba.

MELLER H. (2002) - *Die Fibeln aus dem Reitia-Heiligtum von Este (Ausgrabungen 1880-1916)*. Studien zu den Spätlatène - Formen. *Le fibule dal santuario di Reitia a Este (scavi 1880-1916) : studio delle forme del tardo La Tène*, Mainz, Philipp von Zabern Verl.

MELLER, H. (2012) – *Die Fibeln aus dem Reitia-Heiligtum von Este 2 (Ausgrabungen 1880-1916)*. Studien zu den Spätlatèneformen. *Il Santuario di Reitia a Este*, 2 volumes. Nünnerich-Asmus Verlag: Mainz.

MELO, A. A. de; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. de F.; MARTINEZ, J. C. S. (2009) - Fibulae from an Iron Age Site in Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*, 24:9, p. 955-959.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MELO, A.; PIMENTA, J. (2020) – Uma nova leitura do espólio das escavações de Leite de Vasconcelos no “Castro” de Pragança, Cadaval. Evidências de uma ocupação da I Idade do Ferro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 26. Oeiras, Câmara Municipal, p. 77-104.

MENDES, H. e PIMENTA, J. (2007) - A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. In *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 163-169.

MENÉNDEZ BLANCO, A.; GARCÍA SÁNCHEZ, J.; COSTA-GARCÍA, J. M.; FONTE, J.; GONZÁLEZ-ÁLVAREZ, D.; VICENTE GARCÍA, V. (2020) – Following the Roman Army between the Southern Foothills of Castile and León (North of Spain): Archaeological Applications of Remote Sensing and Geospatial Tools. *Geosciences* (Switzerland). 10 (12), p. 1-46.

MIGUEZ, J.N.M. (2011) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos. O caso de Mesas do Castelinho*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

MIGUEZ, J.N.M. (2014) – As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (eds.). *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Vilafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Vilafranca de los Barrios, p. 1303-1326.

MINGUEZ MORALES, J. (1991) – *La cerámica de paredes finas: generalidades*. Zaragoza. Universidade de Zaragoza.

MIRANDA, J.; ENCARNAÇÃO, G.; VIEGAS, J.; ROCHA, E.; GONZALEZ, A. (1999) – *Carta Arqueológica da Amadora – do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

MOLINA VIDAL, J. (1995) - Las ánforas Lomba do Canho 67. Aportaciones al estudio de un nuevo tipo: difusión y valoración económica. *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*: Vigo, p. 419-424.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MOLINA VIDAL, J., 1997 - *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior (siglos II a. C.- II d. C.)*: Universidad de Alicante.

MOLINA VIDAL, J. (2001) - Las primeras exportaciones béticas en el Mediterráneo occidental. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Império Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol. II. Écija : Editorial Sol, p. 637-645.

MOLINA VIDAL, J. (2013) - Commerce et marchés de vin italique dans le sud de l'Hispanie Citerieure (IIIe-Ier siècles av. notre ère). *Itinéraires des vins romains en Gaule, IIIe – Ier siècles avant J.-C. Confrontation de facies (Lattes 2007)* (Olmer, F. Ed.) : Lattes, p. 195-212.

MOMMSEN, T. (1894) – *The History of Rome*. 5 vols. Trad. W.P. Dickson. Londres.

MONTEAGUDO, L. (1977) – Die Beile auf der Iberischen Halbinsel. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung. *Prähistorische Bronzefunde*. Abteilung IX. 6. Band.

MORAIS, R., (2003) - Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoides tardorepublicanes. Les àmfores ovoides de producció lusitana. In CARRERAS MONFORT, C., AGUILERA MARTIN, A. (eds.). *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*, CASC: Girona, p. 36-40.

MORAIS, R. (2004) - Os almofarizes béticos em Bracara Augusta. In BERNAL, D.; LAGÓSTENA, L., eds. - *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*. Actas del Congresso Internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003). Vol. II. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 1266), p. 567-70.

MORAIS, R., (2005) - *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Escavações Arqueológicas 2. Universidade do Minho.

MORAIS, R., (2007a) - A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanitas* 59, p. 99-132.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MORAIS, R., (2007b) - Contributo para o estudo da Economia na Lusitânia romana, *Saguntum*. 39, p. 129-136.

MORAIS, R. (2008) - Novos dados sobre as ânforas vinárias béticas de tipo *Urceus*. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 17: Universidade de Sevilha, p. 267-280.

MORAIS, R., (2010a) – Ânforas. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. C., GONÇALVES, A. (coords.). *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Mérida, p. 181-218.

MORAIS, R., (2010b) - Cerâmica de paredes finas. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. C., GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Mérida, p. 153-172.

MORAIS, R., (2010c) – Lucernas. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. C., GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Mérida, p. 173-180.

MORAIS, R. (2013) – Um naufrágio bético, datado de época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In *O Irado mar Atlântico, O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga, p. 309-333.

MORAIS, R. (2017) – Las ánforas altoimperiales. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá ne Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 311-380.

MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) - Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005.B.A.R., International Series 1686, Oxford, p.127-133.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

MORAIS, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MAGALHÃES, F. (2012) - El sondeo nº 8 de "as Cavalariças": un context Augústeo. In *SFECAG, Actes du Congrès Poitiers*, p. 499-520.

MORAIS, R.; FILIPE, V. (2016) - Ovoide Lusitana (Lusitania Occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania>). 20 julio, 2016. (Consulta 12-03-2017).

MORAIS, R.; MORILLO CERDÁN, A.; DJAOUI, D.; PEREIRA, P. (2015) – Novos paradigmas de investigação: ânforas de fundo plano e cerâmicas comuns utilizadas no transporte de produtos. In *Cerámicas de Época Romana en el Norte de Hispania y en Aquitania. Producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona*. Ex Officina Hispana Cuadernos de la SECAH. Monográfico. Tomo I, p. 45-58.

MOREIRA, Á. B. (2007) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Colecção Arqueológica*. Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, Á. B. (2016) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Espólio Arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, J. B. (2002) - *Cidade romana de Ebburobrittium Óbidos*. Vila Nova de Famalicão: Mimesis (Colecção Ciência, Arqueologia).

MOREL, J. P. (1981) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.

MORELL CORTÉS N. (2010) – La Metal.lurgia del plom Durant el període ibèric: treball i ús del plom entre els íbers del nord. Tese de Doutoramento. Universitat Rovira i Virgili: Tarragona. Disponível em <http://hdl.handle.net/10803/8634>

MORENO MEGÍAS, V. (2016) – *La influencia púnica en las mesas turdetanas: Cerámica de tipo Kuass en el Valle del Guadalquivir*. Unión de Editoriales Universitarias Españolas: Diputación de Sevilla.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MORET, P. (1999) - Casas fuertes romanas en la Bética y la Lusitania. In GORGE, J.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (edit.). *Économie et territoire au Lusitanie romaine*. Madrid : Casa Velázquez, p. 55-89.

MORET, P. (2008) – *Recherches historiques et Archéologiques sur l'Ibérie Antique. Volume 2. Architecture, Urbanisme et organisation du territoire dans l'Ibérie de l'âge du fer à l'époque républicaine (VIIe-Ier Siècle avant J.C.)*. Université de Toulouse – Le Mirail.

MORET, P. (2016) – Les tours isolées de l'Hispanie Romaine: Postes Militaires ou Murs Fortes? In FREDERIKSEN, R.; MÜTH, S.; SCNEIDER, P. I.; SCHNELLE, M. *Focus on Fortifications. New Research on Fortifications in the Ancient Mediterranean and the Near East*. Monographs of the Danish Institute at Athens. Volume 18: Oxbow Books, p. 456-468.

MORET, P.; CHAPA, T. (Eds.) (2004) – *Torres, Atalayas y Casas Fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania (S. III a. de C. – S. I d.C.)*. Universidad de Jaén.

MORET, P.; QUESADA SANZ, F. (Eds.) (2002) – *La guerra en el mundo ibérico y celtibérico (ss.VI-II a. de C.)*. Actas del Seminario celebrado en el Casa de Velázquez (Madrid, 1997). CCV. 78: Madrid.

MORILLO CERDÁN A. (1991) – Fortificaciones campamentales de época romana en España. *AEspA*. 64: Madrid, p. 135-160.

MORILLO CERDÁN A. (1993) – Campamentos romanos en España a través de los textos clásicos. *ETF. Série II. História Antigua*. 6, p. 379-398.

MORILLO CERDÁN A. (1993) – Una nueva producción de lucernas en la Península Ibérica: el taller militar de *Herrera de Pisuerga* (Palencia, España). In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: S.P.A.E. Vol. 33 (1-2), p. 351-364.

MORILLO CERDÁN, A. (1996) – Las lucernas del tipo de 'cabeza de ave' (Vogelkopflampen) en la Península Ibérica. In *Madriider Mitteilungen*. 37, p. 103-120.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

MORILLO CERDÁN, A. (1999) - *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Monographies Instrumentum 8/2. Montagnac, M. Mergoil.

MORILLO CERDÁN, A. (Coord.) (2002) - *Arqueología Militar Romana en Hispania*. Anejos de Gladius 5. Madrid.

MORILLO CERDÁN, A. (Eds.) (2006a) - *Arqueología Militar Romana en Hispania II: Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. Léon.

MORILLO CERDÁN, A. (2006b) – The Roman army in Spain. In MORILLO CERDÁN, A.; AURRECOECHEA, (Eds.). *The Roman army in Hispania. An Archaeological Guide*. University of Leon, p. 85-106.

MORILLO CERDÁN, A. (2008a) – Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos en Hispania *In Actes de la table ronde internationale (Madrid, noviembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine*. SALDVIE. *Estudios de prehistoria y arqueología*. N.º 8. Universidad de Saragoça, p. 73-93.

MORILLO CERDÁN, A. (2008b) - Producciones cerámicas militares en Hispania. In D. BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.). *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores: Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 275-296.

MORILLO CERDÁN, A. (2014a) – Arqueología Militar romana en Hispania: balance de dos décadas de investigación. In MARTÍNEZ, E.; CANTERA, J. (Eds.). *Perspectivas y novedades de la Historia Militar. Una aproximación global*: Madrid, p. 25-58.

MORILLO CERDÁN, A. (2014b) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. “Calibrando a Sertorio”. In SALA SELLÉS, F., MOROTALLA JÁVEGA, J. (eds). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*.: Universitat d’Alicante. MARQ, p. 35-49.

MORILLO CERDÁN, A. (2015) - Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitário y lo simbólico. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.: MORILLO, A.; ZARZAÇEJOS, M.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

(Edit.) *Manual de cerâmica romana II – Cerámicas romanas de época alto imperial en Hispania. Importación y producción*: Madrid, p. 321-428.

MORILLO CERDÁN, A. (2016) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. Una nueva línea de investigación en arqueología militar romana. In PERA, J.; VIDAL, J. (Edit.). *Fortificaciones y control del territorio en la Hispania Republicana*. Libros Pórtico, p. 1-51.

MORILLO CERDÁN, A. (2019) – Arquitectura Militar Romana en *Hispania*. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (Edit.). *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Colección Manuales. Major: Universidade de Granada, p. 385-407.

MORILLO CERDÁN, A.; ADROHER AUROUX, A. (2014) – Modelos de Arquitectura Militar e implantación territorial de los campamentos republicanos en Hispania. In MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V. & ROQUE, C. (Eds.). *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). Anejos de AEspA LXX, p. 227-251.

MORILLO CERDÁN, A.; AURRECOECHEA, (Eds.) (2006) - *The Roman army in Hispania. An Archaeological Guide*. University of Leon.

MORILLO CERDÁN, A.; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (Eds.) (2003) – *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos, rurales, municipales provinciales)*. León/Madrid.

MORILLO CERDÁN, A.; GARCÍA MARCOS, V.; HEINRICH HERMANNNS, M. (2019) - Estructuras de madera en los contextos arqueológicos del campamento romano de León (España). In MORILLO CERDÁN, A.; HEINRICH HERMANNNS, M.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (Eds.). *Ephemeral Archaeology Arqueología Efímera*. Terra Arqueos, Museos Arqueológicos de Gijón (Beitrag 11, Abb. 5.3), p. 39-50.

MORILLO CERDÁN, A.; HANEL, N.; HERNÁNDEZ, E. (Eds.) (2009) – *Actas del XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana*. León 2006. Anejos de Gladius. 13. 3 vols: Madrid.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MORILLO CERDÁN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) - Lucernas hispanorromanas. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 291-312.

MORILLO CERDÁN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G.; MARTÍN, E.; DURAN CABELLO, R. (2011) – The roman republican battlefield at Pedrosillo (Casas de Reina, Badajoz, Spain). New Research (2007). *Conimbriga*. L. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 59-78

MORILLO CERDÁN, A.; SALA-SELLÉS, F. (2019) –The Sertorian wars in the conquest of Hispania: From data to archaeological assessment. In FITZPATRICK, A. ; HASELGROVE, C. (Editores). *Julius Caesar`s Battle for Gaul. New Archaeological Perspectives*. Oxbow Books: Oxbow & Philadelphia, p. 49-72.

MORÍN DE PABLOS, J.; ALMEIDA, R. R.; AZCÁRRAGA CÁMARA, S.; BARROSO CABRERA, R.; MARTÍNEZ VELASCO, A. (2013) – *Pozo Sevilla (Campañas 2008-2010) Una casa-torre en la Mancha?* MARq Audema. Serie Época Romana/Antigüedad Tardía.

MOTA, N.; PIMENTA, J.; SILVA, R. B. da (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção da Rua do Recolhimento n.º 68-70. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 149-177.

MUCCIOLI, G. (2014) - I Kalathoi Iberici nell'Éstremo Occidente. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43, p. 721-728.

MUCCIOLI, G. (2015) - *L' insieme di monete di Monte Molião: o conjunto numismático de Monte Molião*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/20371>

MUÑIZ COELLO, J. (1978) – Sobre el abastecimiento al Ejército romano durante la conquista de la Hispania. *Habis*. 9, p. 243-254.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

MURILLO REDONDO, J. F.; JIMÉNEZ SALVADOR, J. L. (2002) – Nuevas evidencias sobre la fundación de Corduba y su primera imagen urbana. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. Grandes temas Arqueológicos. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 183-193.

NABAIS, A. J. (1994) – O estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 100-104.

ÑACO del HOYO, T.; PRINCIPAL, J. (2020) - Logística militar y espacios de integración en el NE de Hispania Citerior, de Numancia a Sertorio. In REVILLA, V., AGUILERA, A., PONS, LL. Y GARCÍA M. (Eds.). *Ex Baetica Romam. Homenaje al Prof. Dr. J. Remesal Rodríguez*. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 287-313.

NABBEFELD, A. (2008) – *Römische Schilde. Studien zu Funden und bildlichen Überlieferungen vom Ende der republic bis in die späte Kaiserzeit*. Ksarp. 10: Rahden.

NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2017) – O sítio Neo-calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa). *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 24-37.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003) - *Las Cerámicas Gaditanas “Tipo Kuass”*. Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2004) - La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In BERNAL CASASOLA, D. E LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.). *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*: Oxford, p. 677-690.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2014) - El éxito de la vajilla helenística “tipo Kuass”. Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales?. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. (eds). *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.). Barcelona: Universitat, p. 119-174.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M.; SÁEZ ROMERO A. M. (2016) - The red slip fine wares of Punic and early Roman Gadir/Gades (4th-1st centuries BC): an updated assessment of the so-called «Kuass ware». In YAPP, S.; KOGLER, P. (eds). *Proceedings of the 1st Conference of the International Association for Research on Pottery of the Hellenistic Period. Traditions and innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods.* (Berlin, 7-10 November 2013): Wien, p. 55- 68.

NOLLA, J. M. (2000) - Las termas republicanas en Hispania. *Termas romanas en el Occidente del Imperio*: Gijón, p. 47-58.

NOLEN, J. S. (1985) - *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, J. S. (1988) - A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) - Os materiais. *Conimbriga*. 27. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 61-140

NOLEN, J. S. (1994) - *Cerâmica e vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia.

NORTON, J. (2013) – Para a história do Monte dos Castelinhos. *In Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 9-10.

NOVILLO LÓPEZ, M. A. (2010) - La propretura cesariana en la Hispania Ulterior: “La II guerra lusitana””. *Gerion*. 28/1, p. 207-221.

NOVILLO LÓPEZ, M. A. (2018) - *Julio Cesar en Hispania*. La Esfera de los Libros.

NUNES, F. M. M. (2016) – *Lucernas romanas importadas no norte de Portugal. Contributo para o seu estudo*. Dissertação de Mestrado em arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientada pelo Professor Rui Morais. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/87595>

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

NUNES, G. S (2003) – Do colecionismo à programação Museológica. Percurso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In *Catálogo da Exposição Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Museu Municipal Núcleo Sede. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-29.

NUNES, J. C. (1959) – Fíbulas do tipo Nauheim no castro da Lomba do Canho, em Arganil. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 69: 3-4, p. 397-416.

NUNES, J.C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988) – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Museu Regional de Arqueologia Arganil. Arganil.

NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1990) – As Lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). In *Conimbriga*. XXIX : Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 69-90.

OCHARÁN LARRONDO, J. A.; UNZUETA PORTILLA, M. (2002) - Andagoste (Cuartango,Álava): un nuevo escenario de las guerras de conquista en el Norte de Hispania. In: MORILLO, Á. (Edi.). *Arqueología militar romana en Hispania*. (Anejos de Gladius, 5). Madrid, p. 311-325.

OCHARAN LARRONDO, J. A. (2017) - Combate a muerte en Andagoste (Alava). Un enfrentamiento romanoindígena hacia el ano 38 a. C.. *Desperta Ferro. Antigua y Medieval*. 44, p. 62-64.

ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO; J. A.; RODRÍGUEZ, E.; MARTÍNES-BLANES, J. M.; ÁNGEL AVILÉS, M.; DAURA, J. SANZ, M.; ANTONIO RIQUELME, J. (2017) – Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula: na update. *Archaeological Anthropological Science*. <https://doi.org/10.1007/s12520-017-0549-7>

OLAIO, A. (2018) - O povoado da Quinta do Almaraz (Almada, Portugal) no âmbito da ocupação no Baixo Tejo durante o 1º milénio a.n.e.: os dados do conjunto anfórico. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 27.2: Universidade de Sevilha, p. 125-163.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

OLAIO, A.; ANGEJA, P.; SOARES, R.; HENRIQUES, F. R. (2019) – A ocupação da Idade do Ferro de Cacilhas (Almada, Portugal). *Revista Onoba*. N.º 7, p. 133-159.

OLAIO, A.; HENRIQUES, F. R.; ANTÓNIO, T. (2020) – Singularidades de uma matriz comum: Arquitectura e urbanismo orientalizante na quinta do Almaraz (Almada, Portugal). *IX Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. MYTRA. 5, p. 1795-1803.

OLCESE, G. (2003) - *Ceramiche comuni a Roma e in area romana. Produzione circolazione e tecnologia. Tarda età repubblicana-prima età imperiale*. Mantova: Società Archeologica.

OLCESE, G. (2012) - *Atlante dei siti di produzione ceramica (Toscana, Lazio, Campania e Sicilia) con le tabelle dei principali RELITTI del Mediterraneo occidentale con carichi dall'Italia centro meridionale IV secolo a.C. – I secolo d.C.* (Immensa Aequora 2): Roma. Quasar.

OLCINA DOMÉNECH, M.; GUILABERT MAS, A.; TENDERO PORRAS, E. (2010) - Lectura púnica del Tossal de Manises (Alicante). *Los púnicos en Iberia. Proyectos, revisiones, síntesis*. Mainake. 32 (1), p. 229-249.

OLEIRO, J. M. B. (1960–1961) - Achados arqueológicos no Porto do Sabugueiro (Muge, Ribatejo). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra 2–3, p. 48–51.

OLIVEIRA, A. C.; SILVA, A. R.; ESTÊVÃO, F.; DEUS, M. M. (2000) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.

ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. (1997) – *La cerámica en Arqueología*. Crítica Arqueología. Barcelona.

OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK Ph. (2000) - *Corpus Vasorum Aretinorum*: Bonn.

PAIVA, M. (1993) - *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Policopiado.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PABLO MARTÍNEZ, R. de P. (2012) – El *Pugio*: Nuevos datos para el estudio de su origen. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXXII, p. 49-68.

PAÇO, A.; BARBOSA, F.; SOUSA, J. do N.; BARBOSA, F. B. (1959) – Notas Arqueológicas da Região de Alcobertas (Rio Maior). In *1.º Congresso Nacional de Arqueologia. Actas e Memórias*: Lisboa, p. 281-292.

PAÇO, A.; BARBOSA, F.; BARBOSA, F. B. (1962) – Foicinha de bronze do Castelo de São Martinho (Rio Maior). In *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. 26.º. Secção VII. História e Arqueologia*: Porto, p. 295-300.

PADRÓS, C.; PUJOL, À.; SALA, R. (2015) – Puig Ciutat (Oristà, Barcelona): un *praesidium* pompeïà als peus dels Pirineus? *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 25: Universitat de Lleida, p. 279-292.

PADRÓS GÓMEZ, C. (2016) – *La implantació militar romana a Catalunya: caracterització d'espais militars al NE de la Citerior en época tardorepublicana (ss. II – I a.n.e)*. Tesis Doctoral: Universitat Rovira i Virgili. Disponible em <http://hdl.handle.net/10803/401577>

PALAZZO, P. (2013) - *Le anfore di Apani (Brindisi)*: Roma.

PALMA, M. F. (2009) – *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) – Contributos para a história local*. Universidade de Huelva Departamento de Historia. Trabajo de Investigación Fin de Máster 2008/2009.

PALMA, M. F.; RAFAEL, L. (2012) – Vidros, ossos e metais da intervenção arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal). *Actas V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, p. 477-496.

PANELLA, C. (2010) - Roma, il suburbio e l'Italia in età medio- e tardo-repubblicana: cultura materiale, territori, economie. *Facta. A journal of roman material culture studies*. 4, p. 11–123.

PARIENTE DE LEÓN, E. N.; QUESADA SANZ, F. (2000) – Una sepultura com armas de baixa época Ibérica(o época Romana Republicana) en la Necrópolis del «Cerro

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

de las Balas» (Écija, Sevilla). *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XX, p. 191-220.

PARKER, A. J. (1992) - *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces*. B.A.R. Internacional Series. Oxford.

PARREIRA, J. (2009) - *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/446>

PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 747-754.

PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A. (Eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, n.º 10), p.167 -171.

PARREIRA, R. (1990) - Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural*. N.º 4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.77-91.

PASSELAC, M. (1993) - Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. *Lattara*. Lattes. 6.

PASSELAC, M. (2002) – 8. Le mobilier céramic de La Loba. Vaisselle de table et de cuisine, lampes eta utres objets de terre cuite. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Direção). *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La Mine et Le Village Minier Antiques*. InstitutAusonius. Mémoires. Bordeaux, p. 231-288.

PAVOLINI, C. (1981) – La lucerne nell'Italia romana. In GIARDINA, A. e SCHIAVONE, A. (eds.) – *Società romana e produzione schiavistica II. Merci, mercati e scambi nel Mediterraneo*. Bari, p. 139-184.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PAVOLINI, C. (1987) – Le Lucerne romane fra il III sec. a. C. e il III sec. d. C. In *Céramiques hellénistiques et romaines. Tome II*. Besançon : Université de Franche-Comté, 1987. p. 139-166.

PAVOLINI, C. (1994) – Lucerne italiche tardo-repubblicane. In *Ancien and Tradicional Ceramics*. British Library Conference Proceedings, p. 77-88.

PAVOLINI, C. (2000) - *Scavi di Ostia. La ceramica comune. Le forme in argilla depurata dell'Antiquarium*. Roma, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato.

PEACOCK, D. P.; WILLIAMS, D. F. (1987) – *Amphorae and the Roman Economy. An introductory guide*. London: Longman Publications.

PEACOCK, D. P. S. (1977) - Pompeian red ware. In *Pottery and early commerce characterization and trade in Roman and later ceramics*, p. 147-162.

PEDRONI, L. (2000) – Produzione e diffusione della cerâmica calena “media”: problemi e ipotesi di lavoro. In *la ceramica de vernís negre dels s. II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Peninsula Ibérica*: Mataró, p. 345-362.

PEDRONI, L. (2001) - *Ceramica calena a vernice nera, produzione e diffusione*. Petruzzì Editore.

PEINADO ESPINOSA, M. V. (2010) – *Cerámicas comunes romanas en el Alto Guadalquivir: El alfar de Los Villares de Andújar*. Tesis Doctoral. Universidad de Granada. Disponível em <http://hdl.handle.net/10481/5573>

PEINADO ESPINOSA, M. V. (2011) – *Mortaria Baeticae*. La producción de morteros en la Bética durante el Alto Imperio. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. 21, p. 283-301.

PEINADO ESPINOSA, M. V. (2017) – Cerámicas comunes romanas producidas en la Bética. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 97-141.

PEÑA SANTOS, A. de la (1986) - *Yacimiento galaicorromano de Santa Trega (A Guarda, Pontevedra). Campaña de 1983*, Arqueoloxía / Memorias 5, Santiago de Compostela.

PERA ISERN, J., RODRIGO REQUENA, E., ROMANÍ SALA, N. Y CARRERAS MONFORT, C. (2019) - Puig Castellar de Biosca (Lleida). Una fortificación romana del siglo II a.C. en el noreste de la Hispania Citerior. *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. 39, p. 19-43.

PERA ISERN, J.; CARRERAS MONFORT; C.; ROMANÍ SALA, N.; RODRIGO, E.; PADRÓS, N.; SOLÀ, G. (2016) – El processo de implantación territorial en el NE de la Provincia Citerior en el siglo II a.C. Análisis de três modelos de ocupación: *Ilturo*, Can Tacó y Puig Castellar de Biosca. In PERA, J. VIDAL, J. (Edit.) *Fortificaciones y control del território en la Hispania Republicana*: Livros Pórtico, p. 167-205.

PEREA YÉBENES, S. (2017) – Triumphathores ex Hispania (36-26 a.C.) según los Fasti Triumphales. *Gerión. Revista de Historia Antigua*. Vol. 35. N.º Esp., p. 121-149.

PEREIRA, A. R. (2003) – Geografia física e Ambiente – Diversidade do meio físico e recursos naturais. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, p. 47-65.

PEREIRA, C. (2008) – *As Lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado em pré-história e Arqueologia apresentado á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

PEREIRA, C. (2014) – *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. B.A.R. International Series. 2627: Oxford.

PEREIRA, C. (2018) – *As Necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*. Museu Nacional de Arqueologia: Imprensa Nacional. Suplemento 9. O Arqueólogo Português.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PEREIRA, C. (2021) – Roman lamps in the far Western Mediterranean as evidence of cultural adoptions: between originality and (re)productions. *Revista Dissonanze*. Universidade de Cagliari, p. 1-24.

PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M. (2016) – As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal). Roman Lamps from Monte Molião, (Lagos, Portugal). *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. 25. Universidade de Sevilha, p. 149-181.

PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2019) – Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Monte Molião (Lagos, Portugal). *Lucentvm*. XXXVIII, p. 77-88. <http://dx.doi.org/10.14198/LVCENTVM2019.38.03>

PEREIRA, C.; DIAS, I. (2020) – Acciones y Reacciones: testemunhos de los conflitos civiles romanos na Extremadura. El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). *Archivo Español de Arqueología*. 93, p. 103-126.

PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2021) – As lucernas romanas alto-imperiais de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Oppidum*. N.º 17. Cuadernos de Investigación / IE Universidad: Unidad de Arqueología Segovia, p. 117-148.

PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série: Lisboa. 19, p. 135-146.

PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série: Lisboa. 20, p. 107-155.

PEREIRA, I. (1999) - Circulação monetária em Mirobriga. In DE BALVÍN BEHRMANN, R.; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.) *Actas del II Congreso de Arqueología Península r*. Tomo IV – Arqueología Romana y Medieval. Zamora, del 24 al 27 de septiembre de 1996. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá. p. 289 – 305.

PEREIRA, I.; SILVA, C. T. (2007) - *Moedas romanas do Museu Municipal do Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém. Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

PEREIRA, I.; BOST, J. P.; HIERNARD, J. C. (1974) - *Fouilles de Conimbriga. III. Les Monnaies*. París: Ed. Boccard.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PEREIRA, M. A. H. (1969) – 6 machados do Castelo da Ota e 1 lâmina de punhal de S. João de Abrantes ou as Culturas do Cobre e do Bronze na bacia do Tejo. *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. p. 239-270.

PEREIRA, M. A. H. (1970a) – Hipólito Cabaço. *Arqueologia e História*. 9.^a Série. Volume 2, p. 7 a 27.

PEREIRA, M. A. H. (1970b) - O *Dolium* Cinerário, com *Skypos* vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer). *Conimbriga*. IX: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 45-74.

PEREIRA, M. A. H. (1975) – Objectos Egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge). *Conimbriga*. XIV: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 173-176

PEREIRA, M. (2016/2017) – Os cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira. N.º 5, p. 55-75.

PEREIRA, M. L. (1990) – Instrumentos cirúrgicos de Balsa (Quinta da Torre d'Ares). *Conimbriga*. N.º XXIX. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p.101-127.

PEREIRA, T. R. (2008) – *Os Artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do ferro e em época romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/393>

PEREIRA, T. R. (2013a) – Agrafo de arreio/ *cingulum*. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 59-60.

PEREIRA, T. R. (2013b) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal). In ARNAUD, J.M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.). *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*: Lisboa, p. 681-691.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PEREIRA, T. R. (2013c) – As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (Eds.) - *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 1327-1360.

PEREIRA, T. R. (2014) – Entre Sertório e César: As marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (Eds.) *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 322-342.

PEREIRA, T. R. (2018) - *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Historia, especialidade em Arqueologia. Orientada pelo Professor Doutor Carlos Fabião. Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/37914>

PEREIRA, T. R. (2021) – As Representações de Animais na Baixela Metálica Tardo-Republicana. In *Al-madan. Online*. II Série. N.º 24. Tomo 2. Junho de 2021, p. 19-32.

PEREIRA, T.; ALVES, C.; SOUSA, E. (2014) – Metallic artifacts from the outside area of Monte Molião (Lagos, Portugal). *XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico / Centre and periphery in the ancient world*. S. 14. Iberia y las Hispania: Mérida, p. 1751-1755.

PEREIRA SIESO, J. (1982) - Toneles cerámicos procedentes del yacimiento de Pantoja. *Toletum: Boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo*: Toledo. 13, p. 301-311.

PEREIRO, T.; PIMENTA, J. (2021) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Prospeção Geofísica no sítio de Monte dos Castelinhos CNS 3923 – Vila Franca de Xira*. Era Arqueologia.

PERNET, L.; POUX, M.; TEEGEN, W.R. (2007) – Militaria gaulois et romains sur l’oppidum de Bibracte, Mont Beuvray (Nièvre). POUX, M. (Dir.). *Militaria tardo-républicains en contexte gaulois*. Actes de la table ronde du 17 octobre 2002 (Glux-en-

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Glenne – F. 58). Glux-en-Glenne: BIBRACTE, Centre archéologique européen. (Bibracte; 14), p. 1-40.

PERESTRELO, M. S. G. (2005) – O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no médio Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 67-94.

PERESTRELO, M. S. (2008) – Cidadelhe e a proto-história e a romanização do Médio Côa. In *03 Proto-História e romanização guerreiros e colonizadores. Actas III Congresso de arqueologia trás-os montes, alto Douro e Beira Interior*. Pinhel 17 de Maio de 2006: Porto, p. 56-71.

PÉREZ GONZÁLEZ, C.; ILLARREGUI, E. (Coord.) (2004) – *Actas de la Reunión Científica “Arqueologia Militar Romana en Europa”*. Segovia 2001. Salamanca.

PESAVENTO MATTIOLI, S. (2014) - Le produzioni di anfore vinarie nei territori adriatici: questioni di método. *Officine per la produzione di ceramica e vetro in época romana. Produzione e commercio nella regione adriática. Atti del II colloquio archeologico internazionale, Crikvenica (Croazia, 28-29 ottobre 2011)* (Lipovac Vrklián, G., Šiljeg, B., Ozanić Roguljić, I. y Konestra, A. (eds.), Crikvenica, p. 191–198.

PINHEIRO, H.; SANTOS, R.; REBELO, P. (2017) – Contextos romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa. In ARNAUD, J. ; MARTINS, A. (Coord.). *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 1293-1298.

PIMENTA, F. C. (1982-1983) – Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. I-II, p. 117-150.

PIMENTA, J. (2003) - Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 341-362.

PIMENTA, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz, p. 221-233.

PIMENTA, J. (Coord.) (2012a) – *Atas Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. Revista CIRA Arqueologia. N.º 1. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. (2012b) – *Jornal da Exposição - Vila Franca de Xira há três mil anos. O Povoado de Cabanas de Santa Sofia*. Museu Municipal Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. (Coord.) (2013a) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. (2013b) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.

PIMENTA, J. (2013c) – O escudo romano de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-46.

PIMENTA, J. (2014) – Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Júnio Bruto. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 44-60.

PIMENTA, J. (Coord.) (2015a) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. (2015b) – Monte dos Castelinhos e a conquista romana na *Ulterior*. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 113-118.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PIMENTA, J. (2015c) – Monte dos Castelinhos no quadro da província Romana da Lusitânia. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 119-122.

PIMENTA, J. (2017) - Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C., RAPOSO, J., GUERRA, A. Y SILVA, F. (Eds). *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, p. 195-205.

PIMENTA, J. (2019) – Os primórdios da implementação romana em *Olisipo*. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 112-123.

PIMENTA, J. (2020) – Antes do teatro. A cidade de *Olisipo* no período romano republicano. *Scaena*. Lisboa: Museu de Lisboa. Teatro Romano, p. 45-61.

PIMENTA, J. (no prelo) – As ânforas da *Ulterior/Bética* do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal. *Congresso Internacional de Arqueologia Ex Baetica Amphorae II*. Universidade de Sevilha.

PIMENTA, J. (no prelo) – As Ânforas de Chibanes. In Monografia da ocupação romano republicana de Chibanes, Palmela. Setúbal Arqueológica.

PIMENTA, J.; ARRUDA, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompé – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 21, p. 375-392.

PIMENTA, J.; BAPTISTA, J.; MOTA, N. (2021) – O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) – Lisboa. *Actas II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. CAL, p. 36-93.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 8, Número 2.

PIMENTA, J.; CALADO, M. ; LEITÃO, M. (2013) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça”. In ARRUDA, A. (Ed.). *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*. Volume 2. *Actas do VI th. Congress of Phoenician and Punic Studies*. Lisboa 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 724-735.

PIMENTA, J.; DOMINGOS, J. B. (2015) – O povoamento romano em torno do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 125-134.

PIMENTA, J., FERREIRA, M.; CABRITA, C. (2016) - The Roman Kilns at Estrada da Parvoíce, Alcáçer do Sal (Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R de; MARTIN, A. (Eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Oxford, p. 73-79.

PIMENTA, J.; GASPAR, A.; GOMES, A.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 122-148.

PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007a) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007b) - A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). In *Catálogo da Exposição Alverca da Terra às Gentes*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira/Núcleo de Alverca, p. 53-70.

PIMENTA J., MENDES H., (2008) - Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11. N.º 2, p. 171-194.

PIMENTA, J. e MENDES, H. (2010-11) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 591-618.

PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis. In *Cira Arqueologia n.º 1. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira, p. 41-64.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013a) – O projeto de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 11-14.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013b) – A sequência estratigráfica de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 15-30.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013c) – 1.^a Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia* N.º 2, p. 195-219.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V. & ROQUE, C. (Eds.). *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). *Anejos de AEspA LXX*, p. 125-142.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015a) – A investigação em torno de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-22.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015b) – Trabalhos realizados 2008 e 2014. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 23-106.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015c) – Considerações em torno do faseamento da ocupação. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 107-112.

PIMENTA J., MENDES H., (2015d) - Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 19-54.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).

PIMENTA, J.; MENDES, H.; CORREIA, M. (2016/2017) – Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados. *CIRA Arqueologia*. N.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 207-237.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – Marcas de ânfora Lusitanas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C.; RAPOSO, J.; GUERRA, A.; SILVA, F. (Eds.). *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, p. 341-350.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Arqueologia. N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 127-178.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2019) – De *Olisipo* a *Scallabis*. O povoamento romano do Baixo Tejo e a sua articulação com o núcleo de *Ierabriga*. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 42-53.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. Salvaterra de Magos, 1, p. 39-58.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; CONDE, I.; FERREIRA, N. (2019) – As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca. CIRA *Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 60-93.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; HENRIQUES, E. (2014) – O acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA *Arqueologia*. 3: Vila Franca de Xira, p. 256-292.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; MADEIRA, F. (2010) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa*. Vol. 13, p. 25-56.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON, J. (2008) - O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série. N.º 16, p. 26-37.

PIMENTA, J.; MOTA, N.; BAPTISTA, J. (2021) – O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (16-20) – Lisboa. *II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. CAL, p. 31-81.

PIMENTA, J.; RIBERA I LACOMBA, A.; SORIA, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di Olisipo e Valentia (140–130 a.C.). *Rei CretariÆ RomanÆ Favtorvm*. Acta 45, p. 1-11.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 12. N.º 2, p. 299-316.

PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FERREIRA, M. (2015) - Acerca da dinâmica económica do porto de *Urbs Imperatoria Salacia*: o estudo das ânforas. *Cira Arqueologia*, 4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 151-170.

PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 86-121.

PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; HENRIQUES, E.; ARRUDA, A. M. (2018) - A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *CIRA Arqueologia*. N.º 9: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 9-49.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2020) - O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação protohistórica da margem esquerda do estuário do Tejo. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira - CEAX, p. 7-32.

PIMENTA, J.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; PEREIRA, T. R. (2019) -Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*. N.º 3. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 45-79.

PINHEIRO, H.; SANTOS, R.; REBELO, P. (2017) – Contextos romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa. In ARNAUD, J.; MARTINS, A. (Coord.). *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 1293-1298.

PINTO, A. (2012) – Forno Romano da Pipa. *CIRA Arqueologia* N.º 1. Atas da Mesa Redonda de *Olisipo a Ierabriga*. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 158-167.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PINTO, I. V. (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.

PINTO, I. V. (2004) - Cerâmica comum de provável origem bética das villae romanas de São Cucufate. Lusíada. *Arqueologia, História da Arte e Património*. Lisboa. 2/4, p. 9-29.

PINTO, I. V. (2006) - Cerâmica comum de provável origem bética das villae romanas de São Cucufate. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 167 -184.

PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) - Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica. Vol. 13, p. 197-224.

PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.

PINTO, I. V.; SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica Comum. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. E GONÇALVES, A. (Coord.). *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 219-443.

PINTO, R. S. (1937) – Inventário dos mosaicos romanos de Portugal. *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Archeologos*. 1, p. 161-191.

PIZZO, A. (Ed.) (2020) – *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*. Mytra. Monografias y trabajos de arqueología. N.º 6: Mérida.

PONSICH, M.; TARRADELL, M. (1965) - *Garum et industries antiques de salaison dans le Méditerranée Occidentale*. Paris: Presses universitaires de France.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

PONTE, S. da (1979a) – Les fibules. In *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles Diverses Conclusions Générales*: Paris: Diffusion de Boccard, p. 109-126.

PONTE, S. da (1979b) – As fíbulas de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*. V, p. 195-201.

PONTE, S. da (1982/83) – Algumas fíbulas dos concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer. *Sintria*. I-II: Gabinete de Estudos de Arqueologia Arte e Etnografia Museu Regional de Sintra – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, p. 107-116.

PONTE, S. da (1983) – Algumas das fíbulas do distrito de Setúbal. In *O Arqueólogo Português*. Serie IV. Volume 1: Museu Nacional de Arqueologia, p. 315-322.

PONTE, S. (1999) - Importação de produtos vinários de Sellium (Tomar, Portugal) no Alto Império. Notícia de outros bem alimentares. In GEORGES, J. G. ; RODRIGUEZ MARTIN, F. G. (ed.) - *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine*. Collection de la Casa de Velázquez, 65. Madrid, p. 339-360.

PONTE, S. (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.

POUX, M. (2008) - L’empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale. In POUX, M. (ed.). *Sur les traces de César. Actes Table Ronde*. Glux-en-Glenne, Bribacte. 14, p. 299-432.

PRINCIPAL, J.; ÑACO del HOYO, T.; DURÁN, M.; MESTRES, I. (2017) – *Roma en la Península Ibérica presertoriana. Escenarios de implantación militar provincial*. Col.lecció Instrumenta. 56. Universitat Barcelona: Barcelona.

PRINCIPAL, J.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013) - El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina - La cerámica de barniz negro. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano*. Alcalá de Henares, p. 43-146.

PUERTA I LÓPEZ, C. (1989) - *Baetulo. Ceràmica de parets fines*. Museu de Badalona: Badalona.

PUJOL, À.; FERNANDEZ-GOTZ, M.; SALA, R.; PADRÓS, C.; BLE, E.; TAMBA, R.; RUBIO-CAMPILLO, X. (2019) - Archaeology of the Roman civil wars: The destruction of Puig Ciutat (Catalonia, Spain) and Caesar’s campaign in Ilerda (49 BC).

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

In A. Fitzpatrick, & C. Haselgrove (Eds.), *Julius Caesar's Battle for Gaul: New Archaeological Perspectives*: Oxbow Books, p. 227-240.

PY, M. (1993) – *Unquenteriums*. In *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av.n.e. – VII s. n. e.) en Méditerranée nord-occidentale*. Lattara. 6 (Lattes 1993), p. 581-584.

QUARESMA, J. C. (1995-1997) - Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português. *Cira*. Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 25-46.

QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. Número 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 403-428.

QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão morfocronológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 149 -166.

QUARESMA, J. C. (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos & Memórias 4: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

QUARESMA, J. C.; CALAIS, C. (2005) - S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do Vale do Sorraia na época augustana e júlio-cláudia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 8. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 429-447.

QUARESMA, J. C.; SILVA, R. B. da; BETTENCOURT, J.; FONSECA, C.; SARRAZOLA, A.; CARVALHO, R. (2017) – As ânforas romanas da nova sede da EDP (Lisboa). *Arqueologia em Portugal 2017. Um Estado da questão*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1305-1315.

QUESADA SANZ, F. (1997a) – *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Éditions Mónica Mergoil.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

QUESADA SANZ, F. (1997b) – Montefortino type and related helmets in the Iberian Peninsula: a study in archaeological context. In FEUGÈRE, M. (ed.) - L'Équipement Militaire et l'armement de la République. Proceedings 10th ROMECON. Montpellier, 26-28 September 1996. *Journal of Roman Military Equipment Studies, JRMES*. N.º 8, p. 151-166.

QUESADA SANZ, F. (2003) – ¿Espejos de piedra? Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos. *Madridier Mitteilungen*, 44. Madrid: Mainz, p. 87-112.

QUESADA SANZ, F. (2005) – El gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica con especial referencia al caso de Iberia: bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar. *Gladius* XXV, p. 97-150.

QUESADA SANZ, F. (2006a) – Roman republican weapons, camps and battlefields in Spain: An overview of recent and ongoing research. In *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León, p. 65-84.

QUESADA SANZ, F. (2006b) – Armamento Indígena y romano republicano en Iberia (Siglos III-I a.C.): compatibilidad y abastecimiento de las legiones republicanas en campaña. In MORILLO CERDÁN, J. Á. (ed.): *Arqueología militar romana en Hispania II. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León/ Ayuntamiento de León, p.75-96.

QUESADA SANZ, F. (2008a) - La “Arqueología de los campos de batalla”. Notas para un estado de la cuestión y una guía de investigación. *SALDVIE. Estudios de prehistoria y arqueología*: Universidade de Saragoça. N.º 8, p. 21-35.

QUESADA SANZ, F. (2008b) – Armamento romano y ibérico en *Urso* (Osuna): testimonio de una época. *Cuadernos de los amigos de los Museos de Osuna*. 10, p. 13-19.

QUESADA SANZ, F. (2019) – La cultura Material Militar en *Hispania*. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H. e BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.). *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 409-427.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

QUESADA SANZ, F.; GÓMEZ CABEZA, F.; MOLINOS MOLINOS, M.; BELLÓN RUIZ, J. P. (2015) - El armamento hallado en el campo de batalla de Las Albahacas-Baecula. In BELLÓN RUIZ, J. P.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.; MOLINOS MOLINOS, M.; RUEDA GALÁN, C.; GÓMEZ CABEZA, F. (eds) - *La Segunda Guerra Púnica en la Península ibérica. Baecula: arqueología de una batalla*. Jaén: Universidad de Jaén, p. 311-396.

QUESADA SANZ, F.; KAVANAGH, E.; LANZ, M. (2014) – Los molinos del yacimiento del Cerro de la Cruz (Almedinilla, Córdoba): clasificación y análisis de los ejemplares de época Ibérica y emiral. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 23, p. 83-118.

QUESADA SANZ, F.; LECHUGA CHICA, M.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.; MOLINOS MOLINOS, M.; RÍSQUEZ CUENCA, C.; GENER MORET, M. (2019) - La primera cota de malla de hierro en la península Ibérica en la antigüedad: la tumba de Piquía (Arjona, Jaén). In BARTOMEU VALLORI MÁRQUEZ, B.; RUEDA GALÁN, C.; BELLÓN RUIZ, J. P. – *Accampamenti, guarnigioni e assedi durante la Seconda Guerra Punica e la conquista romana (secoli III-I a.C.): prospettive archeologiche*: Roma, p. 155-174.

QUESADA SANZ, F.; MORALES ORDAX, J. (2020) – Tras las huellas de Julio César: los campos de batalla cesarianos de Ulia/Montemayor y el hallazgo de un carro de época ibérica. In *Actualidad de la Investigación Arqueológica en España II (2019-2020)*. Conferencias Impartidas en el Museo Arqueológico Nacional, p. 229-252.

QUESADA SANZ, F.; ÚROZ RODRÍGUEZ, H. (2020) - El Armamento de época Iberorromana de Libisosa (Lezuza, Albacete). Un conjunto Excepcional. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XL. (2020), p. 19-72.

QUETGLAS NICOLAU, P. J. (2005) – César y el corpus *Caesarianvm*. In *Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. In MELCHIOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ-NEILA, J.F. (Eds.). *Actas del Simposio Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

a.C.). Córdoba – 21-25 de Abril de 2003. Córdoba: Servicio de Publicaciones. Universidad de Cordoba, p. 139-164

QUILLON, K.; LUACES, M. (2019) - The diffusion of south-Hispanic ovoid amphorae in Gaul, between the Late Republican and Early Empire times. In GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SAÉZ ROMERO, A. (Eds). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 298-313.

QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Policopiado.

QUINTEIRA, A.J.F. (1997) – Estação arqueológica de Vale de Tijolos, Almeirim. In *Munda*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. N.º 34, p. 23-30.

QUINTEIRA, A. J. F. (1998) – Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim). In *Conimbriga*. 37. Faculdade de Letras. Instituto de Arqueologia: Coimbra, p. 151 – 183.

RAMON TORRES, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat.

RAMOS, A. C. (2013) – 4.4. Caracterização da cultura material. In ALBERGARIA, J.; MELRO, S. (Coord.). *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Memórias d’Odiviana 2.ª Série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, p. 211-243.

RAMOS, R.; CARVALHO, J. F. R. (2020) - O Sítio do Rei Ramiro: Contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova De Gaia). *Apointamentos de Arqueologia e Património*. 14. Era Arqueologia/Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA: Lisboa, p. 67-81.

RAMOS SUÁREZ, M. J. (2012) - Imitaciones de ceramic de barniz negro procedentes de las excavaciones del Patio de Banderas del Real Alcazar de Sevilla: Estudio Tipológico. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 21. Universidade de Sevilha, p. 89-106.

RAMOS SUÁREZ, M. J.; GARCÍA VARGAS, E. (2014) - Imitaciones de cerâmica de barniz negro en *Hispalis*: los materiales del Patio de Banderas del Real Alcázar de

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Sevilla. . In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*. Realizado de 3 a 6 de Abril –Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga, vol. 1, p. 139-149.

RAPOSO, J. M. (2017) – As Olarias Romanas do Estuário do Tejo. Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal). In FABIÃO, C., RAPOSO, J., GUERRA, A. Y SILVA, F. (Eds). *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, p. 113-138.

RAPOSO, J.; SANTOS, C.; HENRIQUE, J. (2014) – Ponta do Mato (Seixal): geoarqueologia e ocupação humana da frente ribeirinha. *Actas 2.º Encontro Sobre o Património de Almada e do Seixal*, p. 17-29.

RASTEIRO, J. (1897) – Notícias arqueológicas da Península da Arrábida. In *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série. Vol. 3, p. 48-59.

REINOSO DEL RIO, M. (2002) – Ceramica de paredes finas de Mesas de Asta (Cádiz). Estudio de materiales, 1998-1999. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*: Sevilla, p. 88-102.

REINOSO DEL RIO, M. (2003) – Ceramica romana de paredes finas del museo provincial de Cádiz. Estudio de materiales: 2000. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*: Sevilla, p. 97-110.

REINOSO DEL RIO, M. (2004) - Ceramica de paredes finas de Baelo Claudia (Tarifa, Cádiz). Estudio de materiales, 1998. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*: Sevilla, p. 39-52.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2005) – La política de César y sus repercusiones en la Bética. In MELCHOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUES – NEILA, J. F. (Eds.). *Julio César y Corduba: Tiempo y espácio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*. Córdoba, p. 467- 474.

REVILLA, V.; ROCA, M. (Edit.) (2010) – *Contextos cerámicos y cultura material de época augustea en el occidente romano*. Actas de la reunión celebrada en la Universitat

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

de Barcelona los días 15 y 16 de abril de 2007: Universitat de Barcelona. Institut Català D'Arqueologia Clàssica. Museu D'Arqueologia de Catalunya – Empúries.

RICCI, A. (1985) - Ceramica a paretisottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana.

RICCI, M. (1973) – Per una cronologia delle lucerne tardo-repubblicane. In *Rivista di Studi Liguri*. XXXIX. 39, p. 168-234.

RICCI, M. (2002) - *Le lucerne dei relitti sottomarini*, in *Revista di Studi Liguri* LXVII-LXVIII, p. 305-420.

RIBEIRO, J. C. (1982-1983) - Elementos histórico-epigráficos em torno da figura de L.IVLIVS MAELO CAVDICVS. *Sintria*. Sintra. Vol. I-II, p. 151 - 476.

RIBEIRO, J. C. (1996) – A *Ora Maritima* de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Rocha e a Foz do Sado. A propósito da localização de *Potanon*. In *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Universidade de Salamanca, p. 279-300.

RIBEIRO, J. C. (2000) - Antroponímia e helenização cultural na Hispânia romana. In HIPÓLITO, M. C.; METCALF, D. M.; CABRAL, J.M.P.; CRUSAFONTE, M.; SABATER, M. I. (coord.). *Homenagem a Mário Gomes Marques*: Sintra. Instituto de Sintra, p. 419-454.

RIBEIRO, J. C. (2002) (Coord.) – *Religiões da Lusitânia Loquuntur Saxa*. Museu Nacional de Arqueologia: Lisboa.

RIBEIRO, J. C. (2007) – *Soli Aeterno Lunae*. Cultos ancestrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: um caso complexo de sincretismo? In RIBEIRO, J. C. (Coord.). *Diis Deabusque. Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia: Culto e Sociedade*. Sintra: Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas, p. 595-624.

RIBEIRO, J. C. (2013) – Ptolomeu, *Geogr.* II 5. 6: XPHTINA ou *APHTINA? In PIMENTEL, M. C.; ALBERTO, P. F. (Edit.). *Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Homenagem a Arnaldo do Espírito Santo. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 343-379.

RIBEIRO, J. C. (2019) – *Escrever sobre a margem do Oceanus: epigrafia e religio no santuário do Sol poente (provincia Lusitania)*. Sylloge Epigraphica Barcinonensis. Annexos. 3. Barcelona: Universitat de Barcelona.

RIBEIRO, M. de L. (2000) – As vésperas da modernidade: do Intendente à Rua dos Anjos (1898-1908). *Cadernos do Arquivo Municipal*. N.º 4: Câmara Municipal de Lisboa, p. 105-134.

RIBEIRO, N. (2016) – Tesouro monetário de Ulme – Chamusca – Portugal. *Açafa Online*. N.º 16, p. 65-68.

RIBEIRO, O. (1994) – *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*. V Volume. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. ; DAVEAU, S. (1987) – A posição geográfica e o território. In *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1987. Vol. 1.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. ; DAVEAU, S. (1988) – O ritmo climático e a paisagem. In *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1988. Vol. 2.

RIBERA I LACOMBA, A. (1995) - La primera evidencia arqueológica de la destrucción de Valentia por Pompeyo. *Journal of Roman Archaeology*. 8, p. 19-40.
<https://doi.org/10.1017/s1047759400015956>

RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'èpocaromanarepulicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.

RIBERA I LACOMBA, A. (2001) - Los pecios con cerámicas calenas de barniz negro: problemas y soluciones. In PEDRONI, L. *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*: Petruzzini Editore, p. 296- 306.

RIBERA I LACOMBA, A. (2002) - El urbanismo de la primera Valencia. In *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament, p. 299-313.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

RIBERA I LACOMBA, A. (2006) Contextos cerâmicos del siglo I a.C.: de Valentia a Magdalensberg. In *SFECAG Actes du congrès de Pèzenas* (Marseille 2006), p. 419-430.

RIBERA I LACOMBA, A. (2009) – La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEBALUS Studisulla Campania nell'Antichità*. 4. Scienze e Lettere Roma. Napoli, p. 46-77.

RIBERA I LACOMBA, A. (2013) - La destrucció de Valentia per Pompeu (75 a.C.) i el problema del seu abandono. In VIDAL, J.; ANTELA, B. (eds.). *Más allá de la batalla. La violencia contra la población*. Zaragoza: Ed. Pórtico, p. 127-191.

RIBERA I LACOMBA, A. (2014) – La destrucción de Valentia (75 a.C.) y la cultura material de la época de Sertorio (82-75 a.C.) In SALA SELLÉS, F.; MOROTALLA JÁVEGA, J. (Eds). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*: Universitat d'Alicante. MARQ, p. 65-77.

RIBERA I LACOMBA, A.; MARÍN JORDA, C. (2004-2005) – Las cerâmicas del nivel de destrucción de Valentia (75 a.C.) y el final de Azaila. Kalathos. N.º 22-23. *Revista del Seminario de Arqueología y Etnología Turolense*. Campus Universitario de Teruel, p. 271-300.

RICCI, A. (1973) – Ceramica a pareti sottili. In *Ostia III, parte segunda. Studi Miscellanei*. 21. Roma, p. 341-363.

RICCI, A. (1985) - Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana.

RICCI, A. (1973) – Per una cronologia delle lucerne tardo-republicane. In *Revista di Studi Liguri*. XXXIX. 2-4, p. 168-233.

RICCI, A. (2002) – Le lucerne dei relitti sottomarini. In *Revista di Studi Liguri*. LXVII-LXVIII. 2001-2002, p. 305-420.

RIPOLLÈS, P. P.; MANUEL ABASCAL, J. (2000) – *Monedas Hispánicas. Real Academia de La Historia. Catálogo del Gabinete de Antigüedades*. Madrid: Real Academia de La Historia.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

RIPOLLÈS, P. P.; GOZALBES, M. (2016) – Imitaciones hispanas de ases romanos republicanos. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Vol. XXXI. Valencia, p. 283-304.

RIPOLLÈS, P. P.; BURNETT, A.; AMANDRY, M.; CARRADICE, I.; BUTCHER, M. S. (2015) – Roman Provincial Coinage. Consolidated Supplement. I-III. (1992-2015). http://rpc.ashmus.ox.ac.uk/supp/rpc_cons_supp_1-3.pdf.

RITTERLING, E. (1901) – Die römische Niederlassung bei Haltern, B: Die Fundstücke. *Mitt. Der Altertumskommission für Westfalen II*. Münster, p. 107-114.

ROCA ROUMENS, M.; PRINCIPAL I PONCE, J. (eds.) (2007) – *Les imitations de vaixella fina importada a la Hispania Citerior (segles I a.C.-I d.C.)*. Sèrie Documenta 6. Tarragona.

RODRIGUES, M.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal). *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira - CEAX, p. 34-59.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1999) – *El poblado proto-histórico de Aliseda (Cáceres) (Campana de urgencia de 1995)*. Cáceres: Ayuntamiento de Aliseda.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2005) – *Lucernas Vidrios Antigüedades Romanas II*. Real Academia de La Historia. Catálogo del Gabinete de Antigüedades: Madrid.

RODRÍGUEZ MORALES, J.; FERNÁNDEZ MONTORO, J.; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, J.; LUGO ENRICH, L. (2012) - Los *clavi caligarii* o tachuelas de cáliga. Elementos identificadores de las calzadas romanas. *Lucentum* 31, p. 147-164.

ROLDÁN GÓMEZ, L. (2008) – El material constructivo laterício en *Hispania*. Estado de la cuestión. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 749-773.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

ROLDÁN GÓMEZ, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2015) – The production, dispersion and use of bricks in Hispania. In BUKOWIECKI, E.; VOLPE, R.; WULF-RHEIDT, U. (Eds.). *Il Laterizio nei Cantieri Imperiali. Roma e il Mediterraneo. Archeologia dell'Architettura*. XX. Atti del I Workshop “Laterizio” (Roma, 27-28 novembro de 2014): Roma, p. 135-144.

ROLDÁN GÓMEZ, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2017) – El material laterício en Hispania. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 435-475.

ROLDÁN GÓMEZ, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; PIZZO, A. (2019) – Nuovi dati sulle origini del laterizio in Hispania. In BONETTO, J.; BUKOWIECKI, E.; VOLPE, R. (Eds.). *Alle origini del laterizio romano. Nascita e diffusione del mattone cotto nel Mediterraneo tra IV e I sec. A.C.* Atti del Convegno Internazionale di studio. (Padua 26-28 Aprile 2016): Edizione Quasar, p. 581-586.

ROLO, M. (2010) - *A Necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/4248>

ROLO, M. (2018) – *O Mundo Funerário Romano no Nordeste Alentejano (Portugal) – o Contributo das Intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*. Dissertação de Doutoramento em História na especialidade de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/31849>

ROMEO MARUGÁN, F. (2021) – El sistema ofensivo y campo de batalla del entorno de la ciudad antigua del Cabazo de Alcalá de Azaila (Teruel). Primeros Resultados. *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XLI, p. 67-89.

ROMERO CARNICERO, M^a. V. (1989) – Las lucernas republicanas de los campamentos de Numância. In *BSEAA* LV, p. 257-290.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

ROUX, P. Le (1999) – Briques et Tuiles Militaires dans La Péninsule Ibérique: Problèmes de production et de diffusion. In Bendala, Rico y Roldán (eds.). *El ladrillo y sus derivados en época romana*. Monografías de arquitectura Romana. N.º 4: Madrid, p. 111-123.

ROUX, P. Le (2006) – *Romanos de España. Ciudades y política en las provincias (siglos II a.C. – siglo III d.C.)*: Bellaterra&Arqueologia. Barcelona.

ROUX, P. Le (2015) – La creación romana de Lusitania. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A.; FABIÃO, C. *Catálogo da Exposição - Lusitania Romana. Origem de dos pueblos. Lusitânia Romana. Origem de dois povos*. Mérida. Museu Nacional de Arte Romana, p. 99-108.

RUANO RUIZ, E. (2000) – *Las cuentas de vidrio halladas en España desde la Edad del Bronce hasta el Mundo Romano*. Madrid.

RUIVO, J. (1993-1997) – A circulação monetária na estremadura portuguesa até aos inícios do século III d.C. *Nummus*. 2.º Série. XVI/XX. Porto. SPN, p. 7-178.

RUIVO, J. (1993-1994) – Fíbulas Pré-romanas e romanas do território de *Collipo*. *Conimbriga*. XXXII-XXXIII: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 371-382.

RUIVO, J. (1997) – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. 70, p. 91-100.

RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In CENTENO, R.; GARCIA BELLIDO, M.; MORA, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueologia. XX, p. 101-110.

RUIVO, J. (2001) – Um sceau militaire?. *Instrumentum* 14, dez. 2001, p.37.

RUIVO, J. (2005) - A presença romana na região Oeste na perspectiva dos tesouros monetários. In *A presença romana na região Oeste*. Actas do Congresso: Bombarral, p. 135-147.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

RUIVO, J. (2010) – Espólio metálico. In: ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.; GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 481-518.

RUIVO, J.; SALES, P.; LOURENÇO, S.; BARROS, P. (2015) – O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal). *Conimbriga*. LIV. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 133-156.

RUIZ LÓPEZ, I. D. (2010) – *La circulación monetária en el sur peninsular durante el período romano republicano*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidad de Granada. Facultad de Filosofía y Letras Departamento de Historia Antigua.

RUIZ MONTES, P.; PEINADO ESPINOSA, M.; AYERBE LÓPEZ, J.; GÓMEZ TIMON, P.; GARCIA-CONSUEGRA FLORES, J.; MORCILLO MATILLAS, J.; RODRIGUEZ AGUILERA, J.; GÓMEZ FERNANDEZ, A.; CISNEROS MORENO, J.; LÓPEZ HERNANDEZ, R.; MARCON, C.; MORENO ALCAIDE, M.; SERRANO ARNAEZ, B. (2013) - Producción de cerámica en el ager *iliberritanus* hacia fines de la República: el asentamiento productivo de Parque Nueva Granada. In *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de SECAH*. Ex Officina Hispana: Cádiz 3-4 de março de 2011. Vol. 1, p. 307-316.

SAA, M. (1956 – 1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória. 6 vol.

SABIO GONZÁLEZ, R. (2019) – Las producciones Metálicas. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H. e BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.). *Arqueologia Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 767-781.

SABROSA, A.; HENRIQUES, F. R.; CARVALHO, E.; GERMANO, A. (2012) – Os Fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras – Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado – Alenquer). *CIRA Arqueologia*. N.º 1. Atas da Mesa Redonda de *Olisipo a Ierabriga*. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 148-157.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SÁEZ ABAD, R. (2004) – *La poliorcética en el mundo antiguo*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Geografía e Historia. Disponível em <https://eprints.ucm.es/id/eprint/5454/>

SÁEZ ROMERO, A. M. (2005) - Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 14, p. 145-177.

SÁEZ ROMERO, A.M. (2008) - *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. BAR. Int. Ser. Vol. 1812: Oxford.

SÁEZ ROMERO, A.M. (2018) – Pucheros y Fogones. Aproximación a la evolución de la producción de «cerámicas de cocina» púnicas y tardopúnicas en Gadir. *Ophiussa*. Volume 2: Lisboa. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 137-165.

SÁEZ ROMERO, A. M.; BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) - Ramon T-7433 (Costa Bética). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast>), 10 julio, 2016.

SÁEZ ROMERO, A.M.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; FERRER-ALBELDA, E.; RODRÍGUEZ-CORRAL, J.; CASTIÑEIRA REY, J. (2020) – Proyecto Estrimnides: resultados preliminares. In FERRER ALBELDA (Edic.). *La ruta de las Estrimnides Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*. Monografías de GAHIA 4: Alcalá de Henares, p. 567-650.

SALA SELLÉS, F.; MORATALLA JÁVEGA, J. (Eds.) (2014) – *Las Guerras Civiles romanas en Hispania. Una Revisión histórica desde la Contestania*: Alicante: Universidad de Alicante – MARQ.

SALAS ÁLVAREZ, J. (2002) - *Imagen historiográfica de la antigua Vrso (Osuna, Sevilla)*: Sevilla.

SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2017) – Los Dolia en Hispania: caracterización, funcionalidad y tipología. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 237-309.

SALINAS DE FRÍAS, M. (2006a) – Geografía real y ficticia de la epopeya sertoriana. In CRUZ ANDREOTTI, G.; ROUX, P.; MORET, P. (Coord.). *Actas del Coloquio internacional “La invención de una geografía de la Península Ibérica, I: La época republicana.* Madrid 2005: Madrid, p. 153-174.

SALINAS DE FRÍAS, M. (2006b) – *Los pueblos prerromanos de la Península Ibérica:* Ed. Akal.

SALINAS DE FRÍAS, M. (2010) – La *provincia Ulterior* entre Décimo Bruto y Augusto: Los precedentes republicanos de la Lusitana imperial. Los gobiernos provinciales. In GORGES, J. G.; NOGALES BASARRATE, T. (Edic.). *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier s. av.-Ier s. ap. J.-C.) / Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C.-I d.C.).* VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse, les 8-9 novembre 2007: Toulouse-Mérida, p. 39-68.

SALINAS DE FRÍAS, M. (2014) – Reflexiones sobre la guerra de Sertorio en la Hispania Citerior y sus fuentes literarias. In SALA SELLÉS, F.; MORATALLA JÁVEGA, J., (Eds.). *Las guerras civiles romanas en Hispania.* Alicante: Universidad; Museo Arqueológico de Alicante, p. 23–33.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; CURRÁS REFOJOS, B. (2015) – Campamentos Romanos en zonas mineras del cuadrante noroeste de la Península Ibérica. In CAMINO, J.; PERALTA, E.; TORRES, J. F. (Coord.). *Las Guerras Astur-Cántabras:* KRK Ediciones: Gijón, p. 273-283.

SANGRISO, P. (2013) – Prosopografía e Produzione Ceramica: I Murrii. *Studio Classici e Orientali.* Vol. 59. Pisa University Press S.R.L., p. 207-227.

SANGUINO TALLÓN, A.; OÑATE BAZTÁN, P.; SANGUINO VÁZQUEZ, U. (2019) – Un tonel en el yacimiento El Colegio (Valdemoro, Madrid). *Boletim Ex*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Officina Hispana. N.º 10. Maio de 2019: Sociedad de Estudios de La Cerámica Antigua en Hispana, p. 17 a 19.

SANMARTÍ GREGO, E. (1985) - Las ánforas romanas del campamento numantino de Pena Redonda (Garray Soria). *Empúries*. Barcelona. 47, p. 130-161.

SANMARTÍ GREGO, E. (1992) - Nouvelles données sur la chronologie du Camp de Renieblas V à Numance (Soria, Castilla/León, Espagne). *Documents d'Archéologie Méridionale*. Lattes. 15, p. 417-431.

SANMARTÍ GREGO, E.; PRINCIPAL PONCE, J. (1997) - Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida. 7, p. 35-75.

SANTOS, A. B.; MIRANDA, P.; MOTA, N. (2020) – Os restos faunísticos do período Romano Republicano recuperados no Beco do Forno do Castelo, n.º 14-20 (Lisboa, Portugal). *Cadernos do GEEvH*. 9 (1), p. 1-14.

SANTOS, A. B.; PEREIRA, A.; GOMES, J.; MONTEIRO, N.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; DETRY, C. (2018) – Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *CIRA Arqueologia*. Nº 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 100-126.

SANTOS, C. R. (2011) - *As cerâmicas de produção local do centro oleiro da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de mestrado em Pré-história e Arqueologia. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/6119>

SANTOS, M. (2015) – Os pesos de tear identificados nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos. *CIRA Arqueologia*. Nº 4. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 65-109.

SANTOS, M. F. (1972) – Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo). *Anais da Academia Portuguesa de História* II.^a Série. 21, p. 493-511.

SANZ MÍNGUEZ, C.; ROMERO CARNICERO, F.; GÓRRIZ GAÑÁN, C. (2009) – Espacios domésticos y áreas funcionales en los niveles sertorianos de la ciudad vacceo-

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

romana de Pintia (Padilla de Duero / Peñafiel, Valladolid). In *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la proto-història de la Mediterrània occidental (Ier mil.lenni aC)*. Arqueo Mediterrània. 11. Actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell. (Calafell – Tarragona, 6 al 9 de març de 2007), p. 253-270.

SAQUET, J. C. (2015) – La fundación de Augusta Emerita. In *Lusitânia Romana origem de dois povos*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida. *Studia Lusitana*. N.º 9, p. 119-124.

SCHIAVON, N.; SORIA, V.; ARRUDA, A. M.; BELTRAME, M.; MIRÃO, J. (2016) - “Losanga” decorated imitations of italic late republican black gloss tableware from South-Western Iberia: A multi-analytical/microchemical characterization. *Microchemical Journal*. Volume 124, p. 712-718.

SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el sur y oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. 28, p. 153-182.

SCHULTEN, A. (1922-52) – (Ed. e Com.) *Fontes Hispaniae Antiquae*. Barcelona.

SCHULTEN, A. (1927) - *Die Lager des Scipio*: München.

SCHULTEN, A. (1926) – *Sertorio*. Reed. 2013: Sevilha.

SCHULTEN, A. (1929) – *Numantia. Die Ergebnisse der Ausgrabungen 1905-1912. Band IV. Die Lager bei Renieblas*: München.

SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische Elemente in frühheisen Kulturen südwest europas*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

SEPÚLVEDA, E.; SANTOS, P. A.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2007) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 255 -284.

SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, V. R. (2000) – *Lucernas romanas. Catálogo*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras. Museu Municipal Leonel Trindade

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SEPÚLVEDA, E. e SOUSA, V. R. (2001) – Cerâmicas finas romanas do museu municipal de Torres Vedras: As Lucernas. In *Conímbriga*. vol. XL: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 237-280.

SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: “cerâmicas de verniz negro” e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Série 4. N.º 19. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 199-233.

SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É.; FARIA, J.; FERREIRA, M. (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6. N.º 2. Lisboa, p. 383-399.

SEPÚLVEDA, E.; BOLILA, C. (2018) – Cerâmica de paredes finas e lucernas. In SILVA, C. T. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 119-142.

SERRANO RAMOS, E. (1978) – La cerâmica común romana del alfar de Cartuja (Granada). *Baetica*. 1, p. 243-272.

SERRANO RAMOS, E. (1995) - Producciones de cerámicas comunes locales de la Bética. In ROCA, M.; AQUILUÉ, X. (Eds.) - *Ceràmica comuna romana d'època alto-imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió*. Empúries: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies Emporitanes; 8), p. 227-249.

SERRANO RAMOS, E. (2000) - *Cerámica común romana: siglos II a.C. al VII d.C.: materiales importados y de producción local en el territorio malacitano*. Málaga: Universidad.

SIEVERS, S. (1997) - Alesia und Osuna: Bemerkungen zur Normierung der Spätrepublikanischen Bewaffnung und Ausrüstung», *L'équipement militaire et l'armement de la République*. JRMES, 8, p. 271-276.

SIEVERS, S. (2001) – Les armes d'Alesia. In REDDÉ, M.; VON SCHNURBEIN, S. (Ed.). *Alesia. Fouilles et recherches franco-allemandes sur les travaux militaires*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

romaines autor du Mont-Auxois (1991-1997). II. Le Matériel: Paris. Diffusion De Boccard, p. 121-241.

SILLIÈRES, P. (2002) – Architecture et urbanisme à La Loba. In BLÁZQUEZ MARTÍNES, J. M.; DOMERGUE, C.; SILLIÈRES, P. (Dir.). *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne). La Mine Et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Ausonius – Publications. Mémoires. 7: Bourdeaux, p. 145-162.

SILVA, A.C.F. (1986) - *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*: Paços de Ferreira. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

SILVA, A.R.; SANTOS, S.P. (2009) - Acompanhamento de obra revela eventual Villa e Assentamento Proto-histórico (Via T5- Unhos a Sacavém) Loures. *Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em Território Português*. Realizadas entre os dias 3 e 6 de Março de 2008. Lisboa: Centro Português de Geo-História e Arqueologia, p. 13-27.

SILVA, C. T. (1978) – Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueologica*. Volume IV. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Assembleia Distrital de Setúbal, p. 117-132.

SILVA, C. T. (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado* (Filipe, G. y Raposo, J. M. C. Eds.), Seixal, Câmara Municipal / Lisboa, Dom Quixote, p. 43-54.

SILVA, C. T. (2018): Ânforas Romanas. In SILVA, C. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 161-174.

SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - A Praça do Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6-7. Setúbal: MAEDS/ADS, p. 249-284.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2014) - Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B. *Setúbal Arqueológica*, 15. Setúbal: MAEDS/ADS, p. 305-338.

SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2006) - Produção de preparados piscícolas na Sines romana. In *Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. *Setúbal Arqueológica*, 13. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 101-122.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; SANTOS, M. F. (1973) – Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Vol. I, p. 311-312.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) - *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana*, Lisboa: Instituto para a Conservação da Natureza.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) - Chibanes revisitado: primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais VI, Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa, p. 33-66.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 6-7, p. 149-218.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; DIAS, L. F. ; COELHO-SOARES, A. (1984) – Escavações arqueológicas na Ilha do Pessegueiro (Sines). Notícia da 2ª campanha (1981). Arquivo de Beja. Volume 1. II.ª Série: Beja, p. 11-45.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (2012) - Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In FERNANDES, I.C. – SANTOS, M.T. (Eds.). *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela, p. 67-87.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

SILVA, C. T.; SOARES, J.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; COELHO-SOARES, A.; SORIA, V. (2019a) – *Castro de Chibanes (Palmela). Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017*. In SOARES, J., PINTO, I. V., SILVA, C. (Eds.). *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano (Setúbal Arqueológica, 18)*. Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 215-246.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; PIMENTA, J.; DUARTE, S.; COELHO-SOARES, A.; PEREIRA, T. R. (2019b) – Ocupação do período romano Republicano dos setores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): um balanço. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*: Lisboa. Caleidoscópio, p. 134-149.

SILVA, J. C.; BATISTA, A.; GASPAR, F. (1999) - *Carta Arqueológica de Abrantes*. http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html

SILVA, R. C. (2015) - *O Museu Nacional de Machado de Castro - um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/29447>

SILVA, R. C.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; CARVALHO, P. C. (2015) - Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de *Aeminium* (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 18, p. 237-256.

SILVA, R. C.; ALMEIDA, S. O.; PEREIRA, I. (2021) – A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material. *OPHIUSSA*: Lisboa. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. N.º 5, p. 183-206.

SILVA, R. B. (2005) - *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc.I a.C.-séc.IId.C.)*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho. Braga. Versão Policopiada.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Historia, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.^a Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/9472>

SILVA, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. *In Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. CIRA Arqueologia. 3, p. 178-198.

SILVA, R. B. (2015a) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. *In Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p. 41-67.

SILVA, R. B. (2015b) – Um almofariz itálico com “marca de oleiro” de M. Cimonius Saturninus, de Lisboa. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. N.º 4, p. 1-12.

SILVA, R. B. da (2018a) – O sítio do Cemitério dos Prazeres (Lisboa): um assentamento romano no espaço rural de Olisipo. *CIRA Arqueologia*. N.º 6: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 179-198.

SILVA, R. B. (2018b) – O “fácies” cerâmico de *Olisipo* (Lisboa) no período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In RUIZ MONTES, P.; PEINADO ESPINOSA, M. V.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. *Estudios para la configuración de las fácies cerâmicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica*. Archaeopress. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery. 11, p. 3-31.

SILVA, R. B.; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. N.º 2. Lisboa, p. 1-16

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SILVA, R. B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013) - A *Terra Sigillata* do acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Eds.). *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2013)*: Lisboa, p. 775-783.

SILVA, R.B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – As «Marcas de Oleiro» na Terra Sigillata de Vale de Tijolos (Almeirim). E as dinâmicas comerciais no *Ager Scallabitanvs* durante o principado. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1205-1217.

SILVA, V. (1944) - *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa Romana)*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; VALÉRIO, P.; PIMENTA, J. (2015) - Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 11-18.

SOARES, R. M. (2012) – *A Arrábida no Bronze Final. A paisagem e o Homem*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/9928>

SOARES, R. M. (2014) – Arrábida: episódios da investigação arqueológica regional (do séc. XVIII ao séc. XXI) In *Al-madan online*. N.º 19. Tomo 1, p. 113-122.

SOARES, J. (2000) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (Trabalhos de Arqueologia, 14), p. 101-130.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1973) – Ocupação do período Proto-Romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Volume 1, p. 245-305.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o calcolítico da região de Setúbal. In *Seúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 53-153.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) – Cerâmica Pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Volume V. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Assembleia Distrital de Setúbal, p. 159-184.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985* (Trabalhos de Arqueologia, 3), p. 87-101.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (2014) – O Projecto de Investigação Arqueológica “CIB” e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*. Setúbal. 4, p. 75-98.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (2018) – Introdução. *Caetobriga*: uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In SILVA, C. T. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 11-42.

SOARES, J.; SILVA, C. T.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; SORIA, V. (2019) – Aspectos da presença militar romano-republicana no castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Vol. 22, p. 79-93.

SOEIRO, T. (1981) - Objetos em bronze do Castro de Alvarelhos. *Gallaecia*. 6, p. 237 – 243.

SOEIRO, T. (1984) - Monte Mozinho: apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época Romana. *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 1.

SORIA, V. (2013a) - Cerâmica de mesa em época tardo republicana em *Scallabis*: o contributo da campaniense. *Actas del I Congreso Internacional de la SECAH Monografías Ex Officina Hispana 1* (Cádiz, 2011). vol II, p. 249- 269.

SORIA, V. (2013b) - Imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálicas durante o período tardo-republicano encontradas em Portugal In *VI Encuentro de*

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Arqueologia del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros- Badajoz, 4 -6 Ottobre 2012), p. 1361- 1388.

SORIA, V. (2013c) – O conceito de “Romanização” e o panorama Académico português. *Arqueologia em Portugal. 150 anos. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Eds.). Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2013):* Lisboa, p. 711-716.

SORIA, V. (2015) – Um conúbio de sabedoria técnica e novas modas conviviais: as taças em pasta cinzenta imitante TSI de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 51-64.

SORIA, V. (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientada pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/35096>

SORIA, V., PALMA, M. (2017) - A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal): as escavações da Biblioteca Municipal. In *Archivo Español de Arqueologia*. 90: Madrid, p. 77-96.

SOUSA, A. (1998) – *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 11. Instituto Português de Arqueologia.

SOUSA, A. C. (2007) - Novas incorporações de velhas recolhas. Fragmentos reencontrados da (Pré) História do Penedo do Lexim. *Boletim Cultural 2006*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 287-333.

SOUSA, A. C. (2009) – Mapear o povoamento estremenho do 4.º e 3.º milénio a.C.: Um caso de estudo e algumas reflexões sobre os processos de identificação. *Estudos arqueológicos de Oeiras*. N.º 17: Câmara Municipal de Oeiras, p. 223-235.

SOUSA, A. C. (2010) – *O penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e o calcolítico na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/2480>

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SOUSA, A. C.; LOPES, J. (2017) – O sítio do Moinho do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na Península de Lisboa. *Ophiussa*. N.º 1. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 51-67.

SOUSA, A. C.; DIAS, Í.; SOUSA, E.; MIRANDA, M. (2019) – A ocupação do Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras): Os Trabalhos arqueológicos de 2007 e 2008. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 25, p. 339-364.

SOUSA, E. (2009) - *A cerâmica de Tipo Kuass no Algarve*. Cadernos da Uniarq. 4. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

SOUSA, E. (2010) – The use of “Kouass ware” during the republican period in Algarve (Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* .41, p. 523-528.

SOUSA, E. (2013) – A Idade do Ferro no concelho da Amadora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 16, p. 149-165.

SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, Lisboa. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Estudos e Memórias 7. Lisboa: UNIARQ.

SOUSA, E. (2015) – The Iron Age Occupation of Lisbon. *Madriider Mitteilungen*. 56: Deutsches Archäologisches Institut/Ludwig Reichert Verlag Wiesbaden, p. 109-138.

SOUSA, E. (2016a) - A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. N.º 42, p. 167-185.

SOUSA, E. (2016b) – The Tagus estuary (Portugal) during the 8th-5th century Bce: Stage of transformation and construction of identity. In GARBATI, G.; PEDRAZZI, T. (Edit.). *Transformations and Crisis in the Mediterranean “Identity” and interculturality in the levant and phoenician west during the 8th -5th centuries Bce*. Supplementi alla *Rivista di Studi Fenici*. CNR – Istituto di Studi sul Mediterraneo Antico. CNR Edizioni: Roma, p. 279-300.

SOUSA, E. (2017a) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Culturais na 2ª metade do 1º milénio a.C. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (Eds.). *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 295-318.

SOUSA, E. (2017b) – Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no ocidente Atlântico. *Ophiussa*. Volume 1: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 91-104.

SOUSA, E. (2019) – O povoamento na área do *ager olisiponensis* em época pré-romana. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. *Caleidoscópio*, p. 17-29.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2011) – A gaditanização do Algarve. *Mainake*. Málaga. 32 (II), p. 951-974.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2013) – A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Coord.). *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 651-659.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2014a) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba*. Revista de Arqueologia y Antigüedad. N.º 2: Universidade de Huelva, p. 55-90.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2014b) – Italics and hispanics in south-west Iberia at the Dawn of the Roman-republican period. The common ware of Monte Molião (Lagos, Portugal). *Rei Cretariæ Romanæ Fautorvm*. Acta 43, p. 663-670.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2018) – A cerâmica de paredes finas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *CuPAUAM*. N.º 44: Universidade Autónoma de Madrid, p. 201-226.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2018a) – Ceramic Unguentaria from Scallabis (Santarém, Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorvm*. Acta .45, p. 47-53.

SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2018b) - A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onuba*. Revista de Arqueologia y Antigüedad. N.º 6: Universidade de Huelva, p. 57-95.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

SOUSA, E.; GUERRA, S. (2018) - A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. N.º 50: Valência, p. 57-88.

SOUSA, E.; FERNANDES, L. (2019) – A cerâmica de Tipo Kuass das escavações do Teatro romano de Lisboa. *Conimbriga*. LVIII. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 101-126.

SOUSA, E.; PEREIRA, T.; ALVES, C. (2019) – Novos dados sobre a ocupação romano-republicana do Algarve Ocidental: Cerâmica comum e outros objectos da urbanização do Molião (Lagos, Portugal). *Conimbriga*. LIV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 81-131.

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*. Realizado de 3 a 6 de Abril –Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga. Vol. 1, p. 303-315.

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2017) – Produções Cerâmicas de Inspiração Grega no Vale do Baixo Tejo. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (Edic.). *Arqueologia Em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 887-895.

SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016/2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *CIRA Arqueologia*. N.º 5: Vila Franca de Xira, p. 9-32.

SOUSA, E.; PIMENTA, J.; DIAS, I.; SOUSA, A. C. (no prelo) – Ocupação da Idade do Ferro da Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. Vol. 8.

SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO-ALEJOS, A. (2016/2017) – Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal). *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 29. 1, p. 129-156. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.05>.

SOUSA, E.; SERRA, M. (2006) - Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos). *Xelb*. N.º 6. Vol. 1. Actas do 3.º

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005: Silves, p. 5-20.

SOUSA, E.; SOUSA, A. C. (2018) – Late Bronze Age sacred landscapes in western Iberia: the case of Penedo do Lexim (Mafra, Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. 75. N.º 2, p. 307-319.

SOUSA, E. N. de (1996) – Cerâmicas ditas Campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra. *Conímbriga*. XXXV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 37-58.

STIENSTRA, P. (1986) - Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery - some basic methods. *Newsletter of the Department of Pottery Technology*. Leiden. Vol. 4, p. 29-48.

SUS GIMÉNEZ, M. L. de (1986) - Fusayolas del poblado celtibérico de Los Castellares (Herrera de los Navarros, Zaragoza. I. Tipología y función, *Boletín del Museo de Zaragoza* 5, p.183-208.

TABALES RODRÍGUEZ, M. A.; GARCÍA VARGAS, E. (2021) - Las estructuras portuarias del Patio de Banderas del Alcázar de Sevilla y el emporium de Hispalis”. *Archivo Español de Arqueología*. 94. e10. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.094.021.10>

THACKER, P. T.; PEREIRA, C. (2008) – *Castro de São Martinho 2005. Relatório dos Trabalhos*. Policopiado. Arquivo Arqueologia Portuguesa: DGPC.

TCHERNIA, A. (1986) - *Le vin de l'Italie romaine*. Rome: École Française de Rome

TCHERNIA A., POMEY P., HESNARD A. (1978) - *L'épave romaine de la Madrague de Giens (Var)*. XXXIV. Supplément à Gallia: Paris.

TEICHNER, F. (2008) - *Entre tierra y mar/Zwischen Land und Meer Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*. Studia Lusitana. 2 Vols.: Mérida.

TEICHNER, F.; SCHIERL, T. (2010) – Assentamientos rurales en el sur de la Lusitania entre la fase tardo-republicana y el inicio de la época imperial romana. In MAYORAL

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

HERRERA, V.; CELESTINO PÉREZ, S. (Coord.). *Los Paisajes de la romanización. Arquitectura y explotación del territorio*. Simposia 1. Ed. La Ergástula: Madrid, p. 89-114.

TEXUGO, A. (2016) - *O 4º e o 3º milénio a.n.e. sítio da Ota (Alenquer) : perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Orientado pela Professora Doutora Ana Catarina Sousa. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/25959>

TEXUGO, A.; BASÍLIO, A. C.; PINA, P.; GOYANES, G.; VIEIRA, G. (no prelo) - Through the bushes: the first glimpse of Ota Walled Enclosure's prehistoric dynamics (West Portugal). *Journal Field Archaeology*.

TORRES, C. (1994) – Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 80-85.

TORRES-MARTÍNEZ, J.; MARTÍNEZ VELASCO, A.; PÉREZ FARRACES, C. (2012) – Augustal campaigns in the initial phase of the Cantabrian War and roman artillery projectiles from the Monte Bernorio oppidum (Villarén, Prov. Palencia). *Archäologisches Korrespondenzblatt*. 42 (4), p. 525-542.

TORRES-MARTÍNEZ, J. F.; MARTÍNEZ VELASCO, A.; PÉREZ FARRACES, C. (2013) – Los proyectiles de Artillería Romana en el *Oppidum* de Monte Bernorio (Villarén, Palencia) y las campañas de Augusto en la primera fase de la Guerra Cantábrica. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXXIII, p. 57-80.

TORRES ORTIZ, M. (2005) - Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. N.º 2, p. 193-213.

TORRES ORTIZ, M. (2013) - Fenícios y tartesios en el interfluvio Tajo-Sado durante la I Edad del Hierro. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, p. 449-460.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

TORRES MARTÍNEZ, J. F.; CAMINO MAYOR, J.; PERALTA LABRADOR, E. J. (2019) – Recent research on the Cantabrian Wars: the archaeological reconstruction of a mountain war. *Journal of Roman archaeology*. Vol. 32. N.º 1, p. 421-438.

TRIÃES, R. (2016) – *Caracterização composicional, Tipológica e Conservação de Materiais Cerâmicos da Província da Lusitânia – Materiais Industriais*. Tese de Doutoramento em Geotecnologias apresentado à Universidade de Aveiro. Coordenado pelo Professor Doutor Fernando Joaquim Taveres Rocha. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/15571>

TRIÃES, R.; CORREIA, V. H.; COROADO, J. (2002) – A utilização dos materiais cerâmicos de construção em Conímbriga. *Conimbriga*. XLI. Coimbra. Instituto de Arqueologia Universidade de Coimbra, p. 153-164.

TRINDADE, L.; FERREIRA, O. da V. (1965) – Acerca do vaso “piriforme” tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. N.º 63-64, p. 175-183.

TRISTÃO, L. M. (2012) – *Armas e ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7893>

UNZ, C.; DESCHLER-ERB, E. (1997) – *Katalog der Militaria aus Vindonissa*. Veröffentlichungen der Gesellschaft pro Vindonissa. Band XIV.

ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo. Ein Spatrepublikanisches Legionslager in Spanisch Estremadura*. Madrider Beitrage. 11. Mainz-am-Rhein.

URIBE AGUDO, P. (2004) – Arquitectura doméstica en Bilbilis: La Domus I. *Saldvie*. Estudios de prehistoria y arqueologia: Universidade de Saragoça. N.º 4, p. 191-220.

URIBE AGUDO, P. (2006) – La construcción con tierra en la arquitectura doméstica romana del Nordeste de la Península Ibérica. *Saldvie*. Estudios de prehistoria y arqueologia: Universidade de Saragoça. N.º 6, p. 213-223.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

URIBE AGUDO, P. (2007) – Los espacios reservados (*cubicula*) en las viviendas romanas urbanas del cuadrante nordeste de la Península Ibérica. *Saldvie. Estudios de prehistoria y arqueología*: Universidade de Saragoça. N.º 7, p. 93-110.

URIBE AGUDO, P. (2008) – *La Edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (ss.I A.C. – III D. C.)*. Tesis Doctoral Univerdidad de Zaragoza. Disponível em <https://zaguan.unizar.es/record/1890#>

URIBE AGUDO, P. (2013) - Espacios convivales en las viviendas urbanas romanas del Valle medio del Ebro desde la etapa postnumantina hasta el conflicto sertoriano. *Aquitania*. 29, p. 19-41.

URIBE AGUDO, P. (2014) - *Arquitectura doméstica urbana romana en el valle medio del Ebro. Siglos II a.C.- III dC.*: Burdeos

URBINA, D.; GARCÍA VUELTA, O.; URQUIJO, C. (2004) - Plaza de Moros (Villatobas, Toledo) y los recintos amurallados de la II Edad de Hierro en el Valle Medio del Tajo. *Trabajos de Prehistoria*. 61. n 2, p. 155-166.

URÓZ RODRÍGUEZ, H. (2012) – *Prácticas rituales, iconografía vascular y cultura material en Libisosa (Lezuza, Albacete). Nuevas aportaciones al Ibérico Final de Sudeste*. Universidad de Alicante: Cajasol Obra Social. Alicante.

URÓZ RODRÍGUEZ, H. (2016) – La vajilla de bronce romana tardorrepublicana de Libisosa. *Madridrer Mitteilungen*. 56: Deutsches Archäologisches Institut Abteilung Madrid, p. 168-210.

UROZ RODRÍGUEZ, H.; UROZ SÁEZ, J. (2014) – La *Libisosa* Iberorromana: un contexto cerrado de –Y por- Las Guerras Sertorianas. In SALA SELLÉS, F.; Jesús MOROTALLA JÁVEGA, J. (Eds.). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania.*: Universitat d'Alicante. MARQ, p. 199-294.

VALENZUELA, S. (2014) - Mammal remains from the Governor's House (Belém Tower, Lisbon) and Rua dos Correeiros (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. In DETRY, C.; DIAS, R. (Eds.). *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*. Bristish Archaeological Reports. Vol. 2662, p. 57-68.

**Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da
Península de Lisboa e baixo Tejo.**

VALENZUELA, S.; FABIÃO, C. (2012) - Ciervos, ovejas y vacas: el registro faunístico de Mesas do Castelinho (Almodôvar) entre la Edad del Hierro y Época Romana. V *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*: Almodôvar, p. 413-432.

VAQUERIZO GIL, D. (2005) – Arqueología de La Corduba Republicana. In MELCHOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUES – NEILA, J.F. (Eds.). *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*: Córdoba, p. 165- 205.

VASCONCELOS, F. de (1923) - Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim. *Correio da Estremadura*, N.º 1672 de 23 de fevereiro de 1923.

VASCONCELLOS, J. L. (1895) – Castros. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume I. Lisboa, p. 3-7.

VASCONCELLOS, J. L. (1895a) – Notícias várias. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume I. Lisboa, p. 223.

VASCONCELLOS, J.L. (1897) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Tomo I.

VASCONCELLOS, J. L. (1910) – Antiguidades romanas de Lisboa. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume XV. Lisboa, p. 286.

VASCONCELLOS, J. L. (1905a) – Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais, Lisbonne. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume X. Lisboa, p. 65-71.

VASCONCELLOS, J.L. (1905b) – *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Tomo II.

VASCONCELLOS, J.L. (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Tomo III.

VASCONCELLOS, J.L. (1915) – *Historia do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

VAZ, J.L.I. ; CARVALHO, P.S. (2009) - A construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana. In *Viseu – cidade de Afonso Henriques*: Viseu, p. 31-46.

VÁZQUEZ PAZ, J. (2012) - Producción de lucernas altoimperiales en Hispalis: el taller de la Plaza de la Encarnación de Sevilla”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.). *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz. Universidad de Cádiz, p. 309-323.

VEGAS, M. (1963-1964) - Difusión de algunas formas de vasitos de paredes finas. *RCRF*. V-VI, p. 61-83.

VEGAS, M. (1964) - *Clasificación tipológica preliminar de algunas formas de la cerámica común romana*. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria.

VEGAS, M. (1969/70) – *Munigua*. Cerámicas romanas del siglo I d.C. *Noticiario Arqueológico Hispánico*. XIII-XIV, p. 72-120.

VEGAS, M. (1973) - *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria

VEIGA, E. da (1879) – *Antiguidades de Maфра ou relação arqueológica dos característicos relativos aos povos que senhorearam aquella território antes da instituição da monarchia portuguesa*: Memória apsenrada á Academia Real das Sciencias de Lisboa.

VENTURA MARTÍNEZ, J.J. (1985) - La cerámica campaniense ‘C’ y pseudocampaniense de pasta gris en la provincia de Sevilla. *Lucentum* 4, p. 125-132.

VENTURA MARTINEZ J. J. (2000) - La cerâmica de barniz negro de los siglos II- I a.C. en Andalucía Occidental. In *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodonda, Empúries (4 i 5 de juny de 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona, p. 177- 216.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

VICENTE, J. D.; PILAR PUNTER, M.; EZQUERRA, B. (1997) - La catapulta tardo-republicana y outro equipamiento militar de “La Caridad” (Caminreal, Teruel). *Journal of Roman Military Equipment Studies*. 8, p. 167–199.

VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. N.º 26.

VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.

VIEGAS, C. (2019) – La producción de cerâmicas comunes en la Península Ibérica. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (Eds.). *Arqueologia Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 717-729.

VIEGAS, C. (2020) – Late Republican and Early Empire common ware in southern Lusitania (Algarve-Portugal): The Italian Imports. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 46, p. 571-580.

VIEGAS, C.; ARRUDA A. M. (2013) - Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Eds.). *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, Novembro 2013, p. 727-735.

VIEGAS, J. R.; PARREIRA, R. (1984) – Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). In *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.

VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 21: Museu Nacional de Arqueologia, p. 245-288.

VILAÇA, R.; ARRUDA, A. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. XLIII: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 11-45.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

VILAÇA, R.; CARDOSO, J. L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. *Anejos de AEsPa*. LXXX. *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en epoca tartesica*: Mérida, p. 237-281.

VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. 2ª ed. Madrid : José A. Herrero S. A.

VIVAR, G. (2016) – *Illa Pedrosa. Comerç marítim i xarxes de redistribució en época tardorepublicana al Mediterani centreocidental*. Monografies del Casc. 11: Museu d'Arqueologia de Catalunya. Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya.

VÖLLING, T. (1990) – Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45, p. 24-58

WAHL, J. (1985) - Castelo da Lousa: ein Wehrgehöft caesarisch-augusteischer Zeit. *Madri der Mitteilungen*. Mainz. 26, p. 150-176.

WILD, J.P. (1970) – Button-and-Loop Fasteners in the Roman Provinces. *Britannia*. 1, p. 137-155.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; SANTOS, C. (1968) - Acerca do Campo Fortificado de “Chões” de Alpompe (Santarém), O Arqueólogo Português. 3ª Série. N.º 2: Museu Nacional de Arqueologia, p. 49-57.

ZBYSZEWSKI, G. ASSUNÇÃO, C. T. de (1965) - *Carta geológica de Portugal, escala de 1:50 000, notícia explicativa da folha 30-D: Alenquer*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.

ZÊZERE, J. L. (1988) – As costeiras a Norte de Lisboa: evolução quaternária e dinâmica actual das Vertentes. *Finisterra*. Lisboa. 51 (1988), p. 27-56.

Jornais:

A importante Casa Agrícola Goes do Bocage. *Vida Ribatejana. Número Especial dedicado ao Colete Encarnado*. Ano XXV. N.º 795/99 de 10 do 7 de 1941.

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo.

Fontes Antigas:

APPIAN, *Civil Wars*. 1913 Loeb ed., trans. H. White. Available at <http://bit.ly/1Q148qp>

CAESAR, *Civil War*. 1914 Loeb ed., trans. A.G. Peskett. Available at <http://bit.ly/1Srt7YB>

CAESAR, *Gallic War*. 1917 Loeb ed., trans. H.J. Edwards. Available at <http://bit.ly/1VxunsD>

ESTRABÃO

Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas. Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira trads., Universidade de Coimbra, 2016

POLYBIUS, *Histories*. 1922–27 Loeb, trans. W.R. Paton. Available at <http://bit.ly/1VumvrF>

STRABO, *The Geography*. 1917–32 Loeb ed., trans. H.L. Jones. Available at <http://bit.ly/2cngE8h>

VEGETIUS, *De Re Militari*. 1885 Lang. Available at <http://bit.ly/1Qyuz9H>